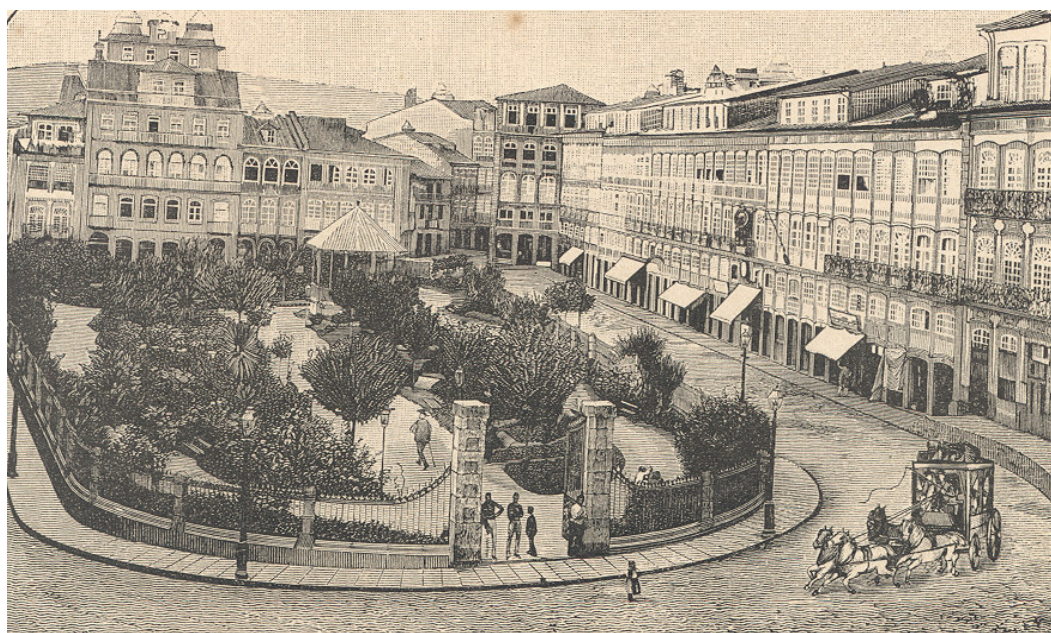


UNIVERSIDADE DO MINHO
Instituto de Ciências Sociais

O PATRIMÓNIO URBANO DE GUIMARÃES
NO CONTEXTO DA IDADE CONTEMPORÂNEA (SÉC. XIX-XX)

Permanências e alterações

Volume I



Dissertação de Mestrado em Arqueologia Urbana

Maria José Marinho de Queirós Meireles

BRAGA | 2000

Ao Dr. J. Santos Simões

O mestre e amigo,
Com um imenso obrigado

VOLUME I

AGRADECIMENTOS	9
-----------------------	---

INTRODUÇÃO

1. Apresentação.....	13
2. Metodologia	14
3. Património Urbano	19
4. O legado histórico-urbano em Guimarães	22
4.1. A cidade medieval.....	22
4.2. A cidade do século XVII.....	24
4.3. A cidade do século XVIII.....	27
5. Permanência e inovação na cidade de Guimarães nos séculos XIX e XX (1800-1974).....	28

MONARQUIA

I Capítulo – Monarquia: introdução.....	51
1. Guimarães intramuros.....	56
1.1. “Vila alta”	56
1.1.1. Monumentos da Fundação.....	57
1.1.2. Cerca ou Muro	71
1.1.3. Parque do Castelo.....	82
1.1.4. Terreiro do Carmo.....	87
1.2. “Vila baixa”	96
1.2.1. Praça de S. Tiago.....	97
1.2.2. Largo da Misericórdia	108
1.2.3. Largo da Oliveira	113
1.2.4. Largo de S. Paio.....	134

2. Extramuros	144
2.1. Toural	144
2.2. “Alameda”	194
2.3. Campo da Feira.....	225
3. “Melhoramentos” no espaço urbano	240

PRIMEIRA REPÚBLICA

II Capítulo - Primeira República: introdução	245
1. Guimarães intramuros.....	256
1.1. “Vila alta”	256
1.1.1. Monumentos da Fundação	256
1.1.2. Cerca ou Muro	260
1.1.3. Parque do Castelo.....	261
1.1.4. Largo Martins Sarmento.....	263
1.2. “Vila baixa”	264
1.2.1. Praça de S. Tiago.....	264
1.2.2. Largo da Oliveira	267
1.2.3. Largo da Misericórdia	278
1.2.4. Largo de S. Paio	280
2. Guimarães extramuros	286
2.1. Toural	286
2.2. “Alameda”	300
2.3. Largo República do Brasil.....	303
3. “Melhoramentos” nos espaços urbanos	308

VOLUME II

ESTADO NOVO

III Capítulo: Século XX. Estado Novo: introdução

1. Guimarães intramuros

1.1. “Vila alta”

1.1.1. Monumentos da Fundação e Parque da Nacionalidade

1.1.2. Cerca ou Muro

1.1.3. Largo Martins Sarmiento

1.2. “Vila baixa”

1.2.1. Praça de S. Tiago

1.2.2. Largo João Franco

1.2.3. Largo da Oliveira

1.2.4. Largo Condessa do Juncal

2. Guimarães extramuros

2.1. Toural

2.2. Alameda

2.3. Largo República do Brasil

3. “Melhoramentos” no espaço urbano

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXOS

Anexo I: Cronologia

Anexo II: Lista dos Presidentes de Câmara

Anexo III: Alterações Toponímicas

Anexo IV: Mobiliário Urbano

Anexo V: Plantas e Mapas

Anexo VI: Iconografia

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

À Sociedade Martins Sarmiento, Instituição onde exercemos a nossa actividade profissional, na pessoa do seu Presidente de Direcção, Dr. J. Santos Simões, não só pela disponibilidade na consulta das fontes utilizadas, mas também e muito principalmente, pela permissão para frequência deste mestrado e pelo apoio dado ao longo deste trabalho a minha profunda gratidão, pois de outro modo seria inviável concretizar este trabalho.

Com ele e com o sr. Francisco Ramos, membro da Direcção, trocamos ideias e opiniões e fomos “construindo” um trabalho com base não só em documentos, mas também na memória, fruto de quem viveu uma época e muito ama Guimarães.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Dr. António Magalhães, que me facultou a bibliografia actualizada sobre a cidade, o meu reconhecimento.

À Professora Doutora Manuela Martins, Directora de Mestrado, a minha gratidão por me abrir um novo campo de conhecimento e me ter acompanhado durante o trabalho.

Ao Professor Doutor Francisco Sande Lemos, meu orientador de dissertação, registo aqui um agradecimento muito especial, por me sugerir o tema e ter incentivado na sua realização ao longo de cerca de dois anos, mas acima de tudo pelas sugestões e conselhos que sempre e muito amavelmente me prestou.

Ao Rev. Padre Dr. Manuel Ribeiro e ao Dr. Amaro das Neves, que me aconselharam e incentivaram, à Alexandra, Ana Maria e Luís, que ajudaram a formatar o interminável texto, à D. Eduarda pela sua colaboração, e ao Zé Filipe que me acompanhou *pari passu* e à Ana Maria que, com muitos *amuos e ciúmes*, muitas vezes fez interromper o “trabalhinho” da mamã, o meu muito obrigado. Também aos meus pais a minha gratidão. Muito principalmente agradeço ao meu pai que sempre me apoiou e incentivou, não chegando a ver este trabalho concluído.

ABREVIATURAS E SIGLAS

- A – Alvorada (jornal local)
- AH – Alexandre Herculano
- ASMV – Administração Seiscentista do Município Vimaranesse (publicação)
- AVB – Alberto Vieira Braga
- CG – O Comércio de Guimarães (jornal local)
- CGDCP – Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência
- CMG – Câmara Municipal de Guimarães
- DG – Diário do Governo
- DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
- EC – Ecos de Guimarães (jornal local)
- EV – Efemérides Vimaraneses (livro manuscrito)
- JLF – João Lopes de Faria
- MAO – Manuel Alves de Oliveira
- MAS – Museu Alberto Sampaio
- MCFE – Maria da Conceição Falcão Ferreira
- NG – Notícias de Guimarães
- PACG – Provisões e Alvarás da Câmara de Guimarães (livro manuscrito)
- PDB – Paço dos Duques de Bragança
- PDM – Plano Director Municipal
- PVT – Polícia de Viação e Trânsito
- RP – Religião e Pátria (jornal local)
- SMS – Sociedade Martins Sarmento
- TG – Tesoura de Guimarães (jornal local)
- V – Vimaranesse (jornal local)
- VG – Velha Guarda (jornal local)
- VOC – Vereações e outros da Câmara (livro manuscrito)
- VOTSD – Venerável Ordem Terceira de S. Domingos
- VOTSF – Venerável Ordem Terceira de S. Francisco

INTRODUÇÃO

1. Apresentação

Em Guimarães, ouvimos muitas vezes pessoas de outras gerações referir-se à beleza da cidade anterior às demolições, aos belos recantos que então existiam e às muitas mudanças por que a cidade passou. De alguns pormenores ainda se recordam, de outros já não têm memória.

Tudo isso nos faz reflectir sobre a Guimarães do passado mais recente, de como seria a cidade e qual a profundidade das alterações por que passou, uma vez que ainda hoje possui um dos mais lindos Centros Históricos do país.

Numa época em que cada vez mais se fala em Património e em que o público em geral tem uma grande sensibilidade por este assunto, proponho-me analisar o modo como na Idade Contemporânea foi tratado o legado histórico de Guimarães.

Cidade de origem medieval, no seu belíssimo Centro Histórico ainda sobressaem, perfeitamente nítidas, as suas raízes medievais. Enquanto outras cidades portuguesas, ou estagnaram no tempo ou se transformaram, de forma radical, entre os inícios do século XIX e os meados do nosso século, Guimarães manteve o seu núcleo quase intacto, e, simultaneamente, expandiu-se, aumentando os seus limites.

Vamos, neste trabalho, procurar as razões desse processo. Não pretendemos de modo nenhum fazer um estudo de história ou geografia urbana. Pretendemos, apenas, contribuir para a história do património de uma cidade, na qual, como diz Conceição Falcão, “*o privilégio e honra de ter aí o primeiro assento da corte portuguesa perdurou de forma indelével na lembrança dos homens*”¹.

¹ Maria da Conceição Falcão Ferreira - *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*. Guimarães: Câmara Municipal, 1989, p. 16.

2. Metodologia

2.1. Para organizarmos este trabalho, começámos por delimitar os parâmetros cronológicos. Inicialmente pensávamos restringir o nosso estudo à evolução do Património Urbano de Guimarães durante o período do Estado Novo. Admitíamos que durante esse período se tinham projectado e registado as principais modificações. No entanto, depressa verificámos que as raízes das alterações urbanas não foram apenas produto desta época, ainda que tenha sido longo o regime. Constatámos que muitas propostas de alteração tinham emergido em finais do século XVIII. Entendemos, pois, que seria indispensável aprofundar a análise e, assim, o âmbito cronológico estendeu-se, de modo a não trincar as ideias e a permitir delinear um fio condutor. Decidimos, assim incluir todo o século XIX e a Primeira República.

O período que pretendemos abranger é, pois, vasto: 1800 a 1974, e isto porque *“inquire-se o século XIX para melhor se entender o século XX, seu prolongamento, dentro de um ciclo estrutural”*².

Ao tentarmos estudar a evolução histórica da cidade de Guimarães, verificámos que há uma enorme dificuldade em distinguir a evolução do Património Urbano e o seu Urbanismo, pois confundem-se numa intervenção permanente na cidade, em busca do bem estar do cidadão. Apesar disso, tentámos verificar o nível de intervenção humana no Património citadino durante a época contemporânea: se foi ligeiro ou profundo, quais os agentes intervenientes, que teorias geriam a cidade e como eram aplicadas.

Ao fazermos um diagnóstico das fontes existentes, verificámos que eram imensas. Para além das fontes impressas referentes a monografias, publicações periódicas e imprensa nacional, regional ou local, existe ainda uma imensidade de fontes arquivísticas, entre as quais se podem citar: as actas da Junta Nacional de Educação; a documentação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; os arquivos do Governo Civil; os da Câmara Municipal; os arquivos pessoais de António de Azevedo, João Lopes de Faria, A. L. de Carvalho, Marques da Silva; o arquivo da Sociedade Martins Sarmento.

² José Augusto França - *A Arte em Portugal no século XIX*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1966, p. 7.

Sobre Guimarães tanto a bibliografia como as fontes escritas são muito extensas. Por outro lado, para além de não ser possível consultá-las durante o período de tempo que nos era atribuído, algumas eram de difícil acesso.

Limitamo-nos, por isso, a estudar as principais linhas evolutivas e a abrir pontos de partida para estudos mais profundos.

Decidimos privilegiar um tipo de fontes documentais, que nos estavam acessíveis (pois fazem parte do Fundo Bibliográfico da Sociedade Martins Sarmento), as quais reflectem, de uma maneira viva e espontânea, a época a que pertencem. Referimo-nos à imprensa local, com todos os seus benefícios e malefícios, mas que nos transmite a informação pormenorizada e com o maior fascínio.

De facto, a Sociedade Martins Sarmento possui uma belíssima colecção de jornais locais, a que tivemos acesso, e onde sentimos o pulsar vivo de uma pequena cidade do interior. Servimo-nos de outras fontes, mas consideramos estas as mais originais, e que merecem um estudo atento. A Instituição abriu-nos completamente as suas portas e com os seus Directores, pessoas de Guimarães, trocámos opiniões e esclarecemos dúvidas.

Os jornais locais, desde que apareceram no início do século XIX, são um documento do imediato, que reflecte o dia a dia de uma região, auscultam o seu palpar, e transmitem-nos também as suas ideias e os seus pontos de vista, de acordo com as ideologias de quem os dirige, são, enfim, um dos instrumentos possíveis de um “regresso” ao passado. Mostram-nos o dia-a-dia de uma época, as intrigas, os projectos e as suas realizações.

Aliás, cada vez mais a Historiografia reconhece o valor da Imprensa como fonte de documentação, e é cada vez maior a importância atribuída à sua análise. Orienta a opinião e é o reflexo dessa opinião, tal como regista os acontecimentos, tornando-se, assim, documento histórico. Além disso transmite uma mensagem que chega facilmente a todas as camadas da sociedade.

Pela consulta da Imprensa verificámos que podíamos obter informação, em dois níveis: num, a notícia jornalística (descrevendo o acontecimento imediato); noutro, a crítica política (frequente no século XIX e Primeira República) ou a crónica de opinião, que reflecte o pensamento de determinados grupos urbanos.

Através desta informação conseguimos esboçar a história de cada rua, largo ou monumento público, ao longo de quase dois séculos.

Utilizámos, também, uma fonte documental ainda inédita: os manuscritos de João Lopes de Faria (1860-1944), que permitiu colmatar as falhas jornalísticas da primeira metade do século XIX, quando os periódicos ainda eram raros. Paralelamente, ajudou-nos a confirmar as informações posteriores. Os manuscritos de João Lopes de Faria são uma fonte importante, pois registam com rigor e cronologicamente, os acontecimentos mais significativos ou mais curiosos da História Local, desde a fundação da nacionalidade até 1944.

O seu autor foi organista da Colegiada de Guimarães e distinto e rigoroso paleógrafo. Organizou o Arquivo da Câmara e transcreveu imensos documentos das duas instituições vimaranenses.

Para conseguirmos dar uma perspectiva do urbanismo de Guimarães na Idade Média e Moderna, guiámo-nos por dois autores fundamentais: Maria da Conceição Falcão Ferreira, especialista de História Urbana Medieval; para o século XVII, Alberto Vieira Braga, investigador e etnólogo vimaranense.

A informação era muito vasta e, por isso, foi necessário usar de bastante método e rigor para não a perder, nem nos confundirmos.

Assim, recorremos a meios informáticos para melhor e, mais facilmente a conseguir gerir. Através de uma base de dados (programa *Access*), organizámos a informação por ordem cronológica e de assuntos, e conseguimos obter os resultados necessários.

A estrutura da base de dados é a seguinte:

Campos	Tipo	Dimensão	Descrição
ID	Numeração automática		Nº de ordem
Localidade	Texto	10 dígitos	Localidade a que se refere o documento
Descriptor	Texto	40 dígitos	Assunto a que se refere
Descrição	Memo		Descrição do assunto
Data	Texto	10 dígitos	Data do acontecimento
CH	Sim/Não		Localização no Centro Histórico
Localização	Texto	50 dígitos	Local exacto
Livro	Texto	80 dígitos	Bibliografia (monografia)

Periódico	Texto	80 dígitos	Bibliografia (periódico)
Jornal	Texto	80 dígitos	Bibliografia (imprensa local)
Documento	Texto	80 dígitos	Bibliografia (manuscrito)
Actual	Texto	50 dígitos	Nome actual do local.
Cota	Texto	20 dígitos	Localização do documento.
Observações	Texto	80 dígitos	Notas

Deste modo conseguimos obter uma extensa Base de Dados, com mais de nove mil e quinhentos registos, o que nos permitiu analisar a temática escolhida, no espaço e no tempo. Esta base de dados constitui a plataforma a partir da qual elaborámos uma memória descritiva das alterações registadas no Património Urbano. Todavia não transferimos automaticamente a informação organizada. Por economia de texto e de leitura fomos forçados a cortar muitos pormenores e transcrições. No entanto, a Base de Dados constitui uma parte do nosso trabalho, já que poderá ser consultada por outros investigadores.

No texto da dissertação de mestrado evitámos transcrições ou comentários. Colocámos em nota de rodapé a referência bibliográfica da fonte, de modo a não tornar o trabalho demasiado extenso. Assim o número de notas de rodapé é elevado, mas indispensável para facilmente se localizar a fonte documental. Como estas eram em grande número, repetindo-se frequentemente algumas das principais referências, e sempre com o objectivo de aligeirar o texto, utilizámos várias abreviaturas, que se encontram discriminadas numa tabela.

2.2. O nosso trabalho final é composto por quatro partes:

- a introdução, que engloba: a metodologia; um breve capítulo dedicado ao conceito de património urbano; uma breve síntese do legado histórico de Guimarães; e um capítulo em que se definem os parâmetros pelos quais se rege a política da cidade em relação ao seu património ao longo dos três regimes.
- uma segunda parte com a descrição das mudanças registadas na cidade durante os sucessivos regimes.
- as considerações finais.
- um conjunto de anexos.

A segunda parte, a mais desenvolvida e descritiva, de certo modo um catálogo das alterações, foi dividida de acordo com os regimes políticos da Idade Contemporânea: Monarquia, Primeira República, Estado Novo, fases que ideologicamente são muito diferentes, embora, a nível de evolução cidadina, o processo evolutivo de Guimarães não aparente rupturas. Esta parte, sublinhamos, é bastante mais pormenorizada, pois descreve a cidade, largo a largo e rua e rua, durante os três períodos políticos estudados, acontecendo, por vezes, algumas repetições inevitáveis.

Do ponto de vista do espaço, salientamos que, ao falarmos da cidade de Guimarães intramuros, separámo-la em “vila alta” e “vila baixa”, de acordo com a terminologia de Maria da Conceição Falcão Ferreira, núcleos que compunham a vila na época medieval e sofreram destinos diferentes ao longo dos séculos XIX-XX.

A leitura do “Catálogo” é apoiada em mapas parcelares dos largos de Guimarães, reproduzidos do livro *Guimarães do Passado e do Presente* cuja fonte, para o século XIX, foi a planta do Engº Almeida Ribeiro (1863), e também as do Estado Novo retiradas da mesma publicação e executadas sob supervisão do Arqº Miguel Frazão.

No final, inserimos um conjunto de anexos que, pensamos, podem ajudar a compreender a época: a cronologia das alterações; uma lista dos Presidentes de Câmara Municipal; as mudanças toponímicas durante os diferentes períodos; a evolução do mobiliário urbano, um tema pouco tratado, mas que é complemento da vida de uma cidade e para o qual a Imprensa proporciona abundantes dados; um conjunto de plantas essenciais para a leitura das alterações; uma série de imagens reproduzidas do já citado livro *Guimarães do passado e do presente*.

Fecham o trabalho a lista da bibliografia consultada e índices.

3. Património Urbano

Desde os tempos mais recuados que o homem sente a necessidade de conservar e transmitir às outras gerações, não só os seus pensamentos, mas muitas vezes os seus valores materiais simbólicos, o seu “Património”, como hoje se diria.

Conforme os contextos históricos há períodos em que as comunidades se preocupam em conservar e restaurar muitos dos bens em sua posse. Outros não chegaram até nós, seja por catástrofes naturais (como inundações, incêndios, terramotos) ou provocadas por guerras, ou, mesmo, pela destruição voluntária, como acontece com os arquivos de épocas problemáticas, ou até com as cidades, que se destroem intencionalmente ou se renovam por imperativos ideológicos ou porque as suas estruturas entraram em processos de ruína acentuada.

Assim, uma cidade pode cristalizar no tempo, manter-se idêntica alguns séculos, ou ser destruída por catástrofe natural, ou ainda evoluir mas deixar permanecer as marcas da passagem do tempo.

Existe uma grande problemática em relação à conservação de qualquer testemunho do passado, e do modo como chegou até nós, como conseguiu resistir ao próprio tempo, às catástrofes naturais ou ao próprio homem, num percurso difícil e interessante.

Conforme já afirmámos, Guimarães possui um riquíssimo património urbanístico que conservou, parcialmente, intacto.

Mas o que é afinal Património, essa palavra que tão frequentemente usamos e que muitas vezes não sabemos definir?

É uma expressão muito antiga, que evoluiu do termo romano *Patrimonium*, palavra que mencionava a legitimidade familiar envolvida na herança, em particular sobre os seus direitos de propriedade e de posse. Define a relação particular entre o grupo, e os bens materiais concretos que se definem como *património*. O termo evoluiu e passou a significar uma relação de posse, expressando a propriedade de objectos materiais e imateriais. Pensa-se que esta evolução semântica teve origem em França, depois da Revolução. No seu contexto surgiu o termo vandalismo, pelo qual o abade

Gregoire, denunciava como contra-revolucionários os atentados contra a integridade do Património³.

Existem vários organismos internacionais criados ao longo da segunda metade do século XX, que procuram defender o Património Cultural através de várias acções, entre as quais várias recomendações para sua defesa.

Assim, existe por exemplo a definição de Património da Convenção de Haia - Protecção dos Bens Culturais em caso de conflito armado, Unesco 1954, em que, segundo o artigo primeiro, define bens culturais como “*os bens, móveis ou imóveis, que representem uma grande importância para o património cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitectura, arte ou história, religiosos ou laicos, os sítios arqueológicos, os conjuntos de construções, que enquanto tais apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objectos de interesse artístico, histórico ou arqueológico assim como as colecções científicas e as colecções importantes de livros, de arquivos ou de reproduções de bens acima definidos*”. Existe também a Carta de Veneza sobre Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios, de 31 de Maio de 1964, a Convenção do Património Mundial, a Carta de Paris, 1972, e a Lei 13/85 do Património Cultural Português, que nos diz no Artigo 1º “*O Património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.*” Existe ainda a Carta de Malta que protege o Património Urbanístico.

O Património Urbanístico de Guimarães é de tal forma rico, que na época pós 25 de Abril, reconhecendo a sua importância, verificou-se que se justificava a candidatura da cidade a Património da Humanidade, processo que se encontra agora em curso. Por isso, neste trabalho vamos tentar verificar como na época contemporânea foi possível, apesar das contradições, dos problemas e barbaridades que sofreu durante os séculos XIX e XX, que o legado fosse mantido e tivesse chegado até nós.

Nos inícios do século XVIII, começa a aparecer em Portugal uma nova ideia de preservação dos monumentos antigos. Embora fôssemos o primeiro país da Europa a concretizar as suas preocupações com o Património Nacional, através de legislação

³ Eduardo Jorge Esperança - *Património e comunicação: políticas e práticas culturais*. Lisboa: Vega, 1997, p.70.

adequada, promulgando o Alvará Régio de 1721⁴, só muito mais tarde isso corresponderá a uma acção concreta. Os pré-românticos estrangeiros começam a visitar Portugal e a referir-se aos seus monumentos: James Murphy, em 1789, (Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e da Batalha), William Beckford, em 1780, Alexandre-Jean Noël, em 1780. Começa então a existir um novo olhar em relação aos edifícios medievais, o que associado à corrente literária romântica, vai conduzir a uma nova visão do passado, e provocará o “restauro” de alguns monumentos, com a finalidade de repor a imagem “original”.

A nível nacional, há um espírito anti-clerical, que se manifesta com a extinção dos Conventos e o abandono de edifícios e bens móveis pelas Ordens Religiosas. Tiram-se, assim, aos monumentos as suas primitivas funções, perpetrando-se muitas vezes contra eles actos de vandalismo terríveis. Mas começa então a existir, por parte de alguns intelectuais portugueses, uma ligeira preocupação com monumentos. O espírito romântico começa a sensibilizar os intelectuais, e, em 1838, Alexandre Herculano insurge-se contra a vaga demolidora dos monumentos, apelando para a defesa da “*história da arte, da glória nacional que todos os dias vemos desabar em ruínas*”⁵, e, defende “*os admiráveis monumentos de arte que a Idade Média legara aos tempos modernos*”⁶. Os monumentos são agora vistos numa perspectiva historicista, traduzida na ligação do edifício aos factos e figuras históricas e começam a ser objecto de restauro e protecção.

A defesa do Património no seu conjunto e não como elemento individualizado apenas começará a ser urgida a partir de meados do século XX, como vemos pela Convenção de Haia, como consequência das destruições efectuadas durante a Segunda Guerra Mundial.

⁴ *Boletim da Real Associação do Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, 3ª série, VII tomo, nº 10 (1897), p. 156.

⁵ Alexandre Herculano - Monumentos Pátreos: 1838. In *Opúsculos*. 2ª ed., tomo II, Lisboa: Bertrand e Carvalho, 1880, p. 8.

⁶ Idem AH - *Ob. cit.*, p. 14.

4. O legado histórico-urbano em Guimarães

4.1. A cidade medieval

Guimarães contemporânea insere-se na continuidade da cidade medieval. Nasceu em meados do século X, quando Mumadona Dias, viúva de Hermenegildo Mendes, mandou edificar um mosteiro, à volta do qual se começou a formar um burgo⁷.

Entretanto, num contexto de instabilidade, Mumadona fortifica o local, com um Castelo erguido a pouca distância, onde se cria um segundo ponto de fixação, povoando-se assim a “vila alta” ao redor do castelo e o burgo em torno do mosteiro. Local de residência condal e posteriormente régia e de grandes senhores e nobres, recebeu foral do Conde D. Henrique em 1096⁸, confirmado, posteriormente, por outros reis, que lhe ampliaram os privilégios. Os reis autorizam feiras e mercados, o que contribui para que ao longo do tempo o seu povoamento se fosse cimentando e as duas vilas se continuassem a desenvolver-se paralelamente. D. Afonso III vai mandar edificar a muralha que protegerá os dois núcleos⁹ e D. João I vai uni-los numa única vila, pois, “em 1389 ordenou que fossem ambos um só povo mediante a incorporação da “vila alta” num só concelho - doravante, Guimarães”¹⁰.

Na época medieval existiam a igreja de S. Miguel do Castelo, paroquial, que servia a zona do castelo e local onde segundo a tradição foi baptizado D. Afonso Henriques, a igreja de Santa Maria, posteriormente de Nossa Senhora da Oliveira, e a igreja paroquial de S. Paio. Existia ainda a Capela de S. Tiago utilizada pelos Francos, que vieram com o Conde D. Henrique e se instalaram em Guimarães.

Diz-nos Conceição Falcão que, com o passar do tempo “a malha de construções apertou-se, os balcões e passadiços tornaram-se frequentes, aproveitaram-se os corredores que circundavam os muros e adossaram-se paredes a vários prédios a que não escaparam as igrejas. Não raro, incomodavam-se os vizinhos com acrescentos

⁷ Idem MCFE.

⁸ Conceição Falcão diz-nos que “*embora seja de supor que o referido diploma contemplasse apenas os moradores do burgo ao pé do castelo, bem cedo se devem ter estendido a ambos os núcleos as liberdades nele consignadas*”.

⁹ Ibidem MCFE, p. 22.

¹⁰ Ibidem MCFE, p. 23.

indevidos e cujo transtorno mereceu notícia. Guimarães tornara-se aos poucos, uma verdadeira cidade, na forma e nas funções”¹¹.

Paralelamente, desenvolvem-se os arrabaldes. Junto das portas e caminhos de acesso à vila¹² instalam-se as ordens mendicantes junto da cidade e as gafarias, também.

As suas ruas adaptadas à geografia do terreno, íngremes, ou com escadas, são estreitas, geralmente de traçado sinuoso, aspecto escuro e atravancado, com balcões e passadiços, e muito sujas, de acordo com os diferentes estudiosos da Idade Média.

Nos documentos medievais já se registam nomes das ruas e praças que ainda hoje se conservam: Rua Sapateira, Rua da Forja, Rua Ferreira¹³, Praça de S. Tiago, Campo da Feira, Rua de Santa Maria, Rua de Gatos, Rua Nova (depois Rua Nova do Muro)¹⁴, Rua de Couros¹⁵, Rua de Santa Luzia¹⁶, Rua Caldeiroa, Lugar da Ramada, Trigais¹⁷, Rua de Alcobaça¹⁸, Rua de Arrochela¹⁹, Rua dos Mercadores²⁰, Rua de Val-de-Donas²¹, Rua das Molianas²², Porta de S. Domingos, de Santa Luzia, da Torre Velha e da Porta do Postigo²³, Rua do Sabugal²⁴, Judiaria²⁵.

Durante o séc. XIV a “vila baixa” começa a revelar uma maior supremacia sobre a comunidade urbana, a zona alta do Castelo perde importância, e os centros de decisão da vida pública ficam confinados à praça da Colegiada, onde se realizavam todas as manifestações importantes para a cidade.

No século XV, o largo em frente da igreja da Oliveira, onde se realizava o mercado permanente, era o ponto de encontro e de reunião dos homens do governo local, das celebrações litúrgicas, o centro da opinião pública e da vida social²⁶.

Na povoação não havia uniformidade a nível de habitações. Existiam casas grandes e pequenas, de um ou mais sobrados a par de terreiros, pardieiros e palheiros

¹¹ Ibidem MCFF, p. 25.

¹² Ibidem MCFF, p. 25.

¹³ Ibidem MCFF, nota 29, p. 21.

¹⁴ Ibidem MCFF, nota 80, p. 24.

¹⁵ Ibidem MCFF, nota 89, p. 25.

¹⁶ Ibidem MCFF, nota 88, p. 25.

¹⁷ Ibidem MCFF, nota 89, p. 25-26.

¹⁸ Ibidem MCFF, nota 97, p. 28.

¹⁹ Ibidem MCFF, nota 98, p. 28.

²⁰ Ibidem MCFF, nota 98, p. 28.

²¹ Ibidem MCFF, nota 17, p. 32.

²² Ibidem MCFF, nota 18, p. 33.

²³ Ibidem MCFF, p. 25.

²⁴ Ibidem MCFF, nota 55, p. 39.

²⁵ Planta As ruas. In Ibidem MCFF, p. 50.

²⁶ Ibidem MCFF, p. 61-62.

que coexistiam com residências de maior prestígio²⁷. Conceição Falcão concluiu que as casas, que “na sua maioria se compunham de casas sobradadas e telhadas (mas na rua do Gado e Sabugal existiam colmadas); quase todas de rés-do-chão e um sobrado, evoluíram no sentido de comportarem mais um andar, assente na anterior edificação. Note-se, para o efeito, que o estudo até agora empreendido nos mostra que este fenómeno de alçar novo sobrado se verificou, exactamente, nas ruas onde os preços de um lugar se revelaram mais elevados, enquanto nas áreas mais pobres do intramuros coexistiam casas térreas e colmadas. (ex: rua do Castelo, Infesta, do Gado, etc. eram de um só piso, mas na dos Mercadores, na Rua Nova do Muro ou na de S. Tiago grande parte eram já de dois andares)²⁸.

4.2. A cidade do século XVII

Foi em 1516 que os juizes, homens-bons e oficiais da vila, começaram a pedir ao rei um relógio, a reconstrução de um chafariz ao lado da torre e a Casa do Concelho²⁹. Pensa Alberto Vieira Braga que a Casa da Câmara, situada no largo da Oliveira, se principiou a construir por volta de finais de 1516³⁰. Posteriormente, esteve, por várias vezes, a ameaçar ruína, mas lá se foi restaurando³¹. Frequentemente, o dinheiro, que escasseava, era gasto em conserto e construção de calçadas e pontes e outras obras de interesse público³². Também nesta época, em 1515, foi derrubada a torre da igreja da Oliveira, sendo algum tempo depois construída a que ainda hoje podemos ver³³.

Fala-nos este autor, citando o *Título da villa de Guimaraes e asy do termo dela e moradores*, de 13 de Outubro de 1531, das ruas dos arrabaldes: Rua de Gatos, Toural, Rua Nova das Oliveiras, Molianas, Rua de Couros, Campo da Feira, Campo do Salvador e Santa Luzia. Na vila: Rua dos Mercadores, a Sapateira, a Escura, a Travessa, a Rua de S. Tiago, a Judiaria, o Eirado, o Guardal, a Tulha e a dos Fornos³⁴.

²⁷ Ibidem MCFF, p. 222.

²⁸ Ibidem MCFF, p. 223.

²⁹ Ibidem MCFF, p. 16.

³⁰ Alberto Vieira Braga - *Administração Seiscentista do Município Vimaranesse*. Guimarães: Câmara Municipal, 1992, p. 7.

³¹ Idem AVB - *ASMV*, p. 8.

³² Ibidem AVB - *ASMV*, p. 17.

³³ João Lopes de Faria.

³⁴ Ibidem AVB - *ASMV*, p. 21.

Foi neste período que se começou a pensar construir o Terreiro da Misericórdia. Diz-nos João Lopes de Faria, que é de 2 de Abril de 1588 o Alvará Régio que concedia à Misericórdia autorização para expropriar os prédios necessários, a fim de edificar as suas casas e igrejas na Rua Sapateira³⁵. Algum tempo mais tarde fizeram-se as casas da Misericórdia, a igreja e o largo que lhes faz frente. Alberto Vieira Braga dá-nos conhecimento de um aviso régio de 30 de Junho de 1653, concedendo licença ao Provedor e Irmãos da Misericórdia para poderem comprar pelo preço de 140:000 réis, que estavam contratados, a torre e os pardieiros da rua das Flores, ao administrador do Morgado dos Mirandas, Filipe Pereira do Lago, a fim de se construir o referido largo. João Lopes de Faria diz-nos que é em 14 de Novembro de 1604 que a Mesa da Misericórdia entrega aos mestres de pedraria Amorim, a construção da fachada da igreja³⁶ e refere ainda a encomenda do retábulo em 1614³⁷, o que indica que a obra estava adiantada.

O Padre Torcato de Azevedo, refere-se, em 1692, ao Terreiro da Misericórdia: *“Nesta rua Sapateira se formou um terreiro chamado da Misericórdia, feito das casas, e quintaes e os moradores deram de esmolos e outras que comprou esta irmandade, para que a sua igreja e hospital manifestem melhor a sua grandeza. É o terreiro cercado todo de casas, e as que o formam da parte do Nascente lhe chamam rua do Ferreiro: da parte do Sul é fechada pela igreja da Santa Irmandade, Casa do Despacho, Hospital, e da parte do Poente é fechado com casas da rua das Flores, e pela parte do Norte pelas nobres casas que levantou o Dr. Garcia de Carvalho, moço fidalgo e chanceler mor do reino, casamenteiro e testamenteiro d’el-rei D. João III, a quem o dito senhor deu a madeira de ébano com que são forradas”*³⁸.

Alberto Vieira Braga descreve, assim, o burgo do século XVII: *“A projecção das obras públicas era descuidada e arbitrária, irregular e desarmoniosa, e os edifícios erguiam-se à vontade do freguês, sem atender ao prospecto geral, desfigurando a unidade e corcovando ruas e vielas, que seguiam depois alombadas, sem passeios e sem sarjetas, edifícios desalinhados, que prejudicavam o ornamento da vila e não atendiam à decência e comunidade dos seus habitantes. As calçadas, entre o normal e o esganado, eram cheias de encontros cotovelos e esbarradas quase a oito, nas vedações*

³⁵ Idem JLF - *Efemérides Vimaranenses II*, p.6.

³⁶ Ibidem JLF - *EV III*, p. 156 v.

³⁷ Ibidem JLF - *EV IV*, p. 37.

acachapadas da alvenaria, que enquadravam o panorama das almuinhas arborizadas, vedações tão precárias, tão troche-e-moche, que nem sequer evitavam a fuga da vida animal dos porcos, galinhas e cães. Afora meia dúzia de edifícios armoriados e afidalgados, de três ou quatro conventos de majestoso aspecto, com suas cercas e couvais, a casaria vulgar, quer a que embarrava com as altas muralhas, quer a que ladeava as ruelas empedradas, as vielas e as cangostas, tinha o piso térreo ou lajeado e sobrados de tecto baixo. As portas de entrada tinham postigo, e os primeiros e segundo andares eram na sua maioria de tabique, com ressaltos de alguns palmos. Os beirais eram muito salientes e forrados. As varandas e grades, de madeira; na generalidade fechavam, ao correr do primeiro andar, em crivo cerrado de perchas. A telha moirisca cobria alguns dos melhores prédios. As casas da pobreza, albergarias e hospícios de velhos e gafos, já mirrados e cajatados, pela soma de fadigas e carrego dos anos, eram pardieiros de duas empenas, onde de ponta a ponta corria uma trave que segurava os barrotes, as ripas tortumelas e os colmaços bolorentos, que deixavam entrar os luzeiros do sol e todos os desabridos dos temporais. No miolo destes térreos pardieiros, acamavam-se a lareira, a cantareira, os ripanços e o alhal. Em divisões de forro, os quartos, as tarimbas, a miséria mal resguardada do frio, da fome, do fumo e da doença. As águas lixosas serenavam à janela, e de manhã caíam de enxurrada nos rudes broquéis da via pública, à voz do água vai. Em 1605 a Câmara determinou que na vila e arrabaldes as casas colmadas passassem a ser cobertas de telha. Resolveu, mas os colmaços só muito tarde desapareceram de todo, porque a telha era cara e os velhos casalejos, falhos de vigotamentos, não podiam com peso demasiado”³⁹.

Cada rua é muito característica e individualizada: “Tão variados os chamadoiros das ruas, que cada nome lembrava logo ou a actividade colectiva de uma classe, ou o destaque de um nome popularizado, ou o arraial de um comércio e indústria estabelecidos, ou ainda e então a simplicidade vulgar e lugareja daqueles nomes dos Santos tutelares que viviam ali ao pé, ao encontro e ao jeito de todas as favoráveis devoções e exercícios de esmola e de promessa”⁴⁰. “No Terreiro da Misericórdia viviam os nobres, os fidalgos. Na Rua de Santa Maria, os cónegos, os abades, e por aí acima, Rua da Infesta, Sabugal, nessa corda até ao castelo, os mais

³⁸ P^o Torcato Peixoto d’ Azevedo - *Memórias ressuscitadas*. Porto: Typ. da Revista, 1845, p.312-315.

³⁹ *Ibidem* AVB - ASMV, p. 21-22.

⁴⁰ *Ibidem* AVB - ASMV, p. 26.

abastados e os pobres, porque era o ponto mais desafogado da vila e o mais concorrido, por via da mancha dos conventos de frades e freiras, que desandavam para o exterior o pão e o caldo da caridade a todos os pedintes, e as clarissas os mimos... Na Praça do Peixe depois praça de S. Tiago, ficavam as audiências, as estalagens e as tendas. Na rua dos Mercadores, os mercadores e homens de negócios. Na Tulha os ourives. Em Santa Luzia, Rua de Gatos e Mata Diabos os artistas de ofícios vários. E outros ofícios mais destacados e preponderantes, nas ruas que os seus chamadoiros desigmavam”⁴¹.

4.3. A cidade do século XVIII

Para esta época quase não encontramos bibliografia que caracterizasse e estudasse a cidade, proporcionando um imagem do conjunto. Julgamos que a malha urbana se manteve, e que continuou a não existir grande modificação na sua estrutura. Foram construídos ou remodelados alguns palacetes e igrejas. Alguns edifícios conventuais e civis foram ampliados e ainda acrescentados com azulejos, talhas douradas e belos jardins. Temos o exemplo da Igreja da Costa e da ampliação e embelezamento do Convento anexo, o portal do Convento de Santa Clara que também foi decorado com rica estatuária, tal como o da igreja de S. Domingos, ou ainda a decoração barroca da entrada para o Convento das Dominicinas. São também desta época as belíssimas talhas douradas e os azulejos historiados das igrejas de S. Francisco e S. Dâmaso. A riqueza da talha dourada passou revestir o interior da igreja de Santa Rosa de Lima e a do Convento de Santa Clara.

Também a arquitectura civil marcou a época com magníficas construções, como por exemplo o Palacete dos Lobo Machado, o do Proposto ou o Palácio de Vila Flor rodeado por um belíssimo jardim da época, decorado com esculturas e fontes. Os edifícios modificaram-se e embelezaram-se, mas a cidade em si, a sua malha urbana, os largos, as ruas e as casas, não sofreram grandes modificações e permaneceram quase intactas até quase ao século XIX.

⁴¹ Ibidem AVB - ASMV, p. 26.

5. Permanência e inovação na cidade de Guimarães nos séculos XIX e XX (1800-1974)

A Monarquia

Guimarães conservou, assim, um soberbo Centro Histórico, que resistiu praticamente quase intacto à passagem do tempo e à incúria dos homens. É um aspecto curioso: a cidade é uma entidade orgânica, no tempo e no espaço, que passa pelas mais variadas vicissitudes, seja por períodos de grande inovação, seja de conservação das estruturas existentes e, apesar disso, há uma permanência da estrutura da vila, que só partir de finais do século XVIII, muito lentamente, começa a indiciar as grandes transformações que irão ocorrer na Idade Contemporânea.

Nota-se uma mudança na mentalidade e o diálogo com o poder central começa a ser mais frequente. Com a decadência do Antigo Regime e o surgimento do Despotismo Iluminado, destaca-se a fé no progresso, e o desenvolvimento da técnica começa a afirmar-se. Há uma consolidação do poder burguês, que se afirma e começa a ser a cultura predominante. Há um crescimento da cidade, o que exige medidas.

De facto, a partir do século XVIII, há uma diminuição da taxa de mortalidade que vai desencadear um surto de crescimento demográfico, com grandes consequências sociais e económicas. Paralelamente há uma dinamização do progresso e tecnologia, no âmbito da Revolução Industrial, o que provoca um desenvolvimento económico. A população transfere-se da agricultura para a indústria. Constroem-se estradas e caminhos de ferro e aplica-se a força a vapor. Surgem as transformações urbanas na segunda metade do século XIX, que procuram converter a cidade num instrumento que sirva de forma eficaz à nova cidade industrial. A cidade clássica tinha como referência um padrão estético; esta nova cidade, tem valores financeiros; para facilitar a circulação são traçadas novas avenidas, rectilíneas e monótonas, que contrastam com a forma e a escala do tecido urbano preexistente.

A partir do início deste século a rua perde, também, grande parte da importância que a Idade Média lhe atribuía: *“A sua fisionomia alterou-se, com o desenvolvimento da vida urbana tendo muitas das suas funções deslocado-se para locais próprios de acordo com a crescente burocratização da vida urbana”*, refere

Conceição Falcão⁴². Ao mesmo tempo a toponímia altera-se, deixando-se de atribuir os nomes às ruas por especialização, mas “*quando os administradores dos concelhos tiveram a autoridade e a glória de andar com os nomes das ruas aos tombos, elas mudavam tantas vezes de chamadação como as lagartixas de pele. E desencontravam-se as idades, os tempos, os nomes, numa baralhação difícil de localizar os pontos onde assentavam, onde encruzilhavam; se eram ruas ou vielas; se ficavam fora ou dentro dos muros; se eram calçadas rurais ou típicas designações de lugares suburbanos*”⁴³. Tornou-se “*uma misturada de séculos, de idades e de nomes antigos e modernos, em uso e em desuso*”, diz-nos Alberto Vieira Braga⁴⁴.

Entretanto, emergem em Guimarães, dois pontos de vista, que ainda hoje subsistem: uma corrente inovadora, que pretende uma cidade maior, mais ampla e higiénica, com novas ideias de progresso. Por outro lado, um grupo de intelectuais que pugna pela conservação dos monumentos e dos sinais do passado, consciente da importância histórica da cidade, na formação de Portugal.

Assim, na cidade dos séculos XIX e XX, como resultante das duas correntes o progresso será sempre discutido e controlado: tendem-se a evitar enormes demolições e esventramentos dramáticos, ou medidas exageradas. Há “progresso” ao longo dos cerca de 150 anos que vamos tratar, mas controlado, ou negociado, por uma elite moderadora, e limitado por condicionalismos económicos e sociais.

Possui Guimarães um conjunto de monumentos que exprimem a luta entre as duas correntes. São os chamados Monumentos da Fundação, pois na mentalidade colectiva estiveram ligados à Fundação de Portugal. São eles o Castelo, a Igreja de S. Miguel e o Paço dos Duques de Bragança. Desde o século XVIII, que estes monumentos são ignorados por uns, e idolatrados por outros; constatando-se que há uma lenta aprendizagem do seu significado, tornando-se cada vez mais simbólicos.

O monumento mais importante para os vimaranenses é o Castelo, que com a perda de posição estratégica da vila, logo após a época medieval, passa a ter reduzida importância militar, deixando-se, por isso, de fazer a sua manutenção e começando as obras a ser raras. Durante o século XVII, e conforme nos diz Alberto Vieira Braga, teve pequenos consertos, geralmente relacionados com a cadeia, que aí existia há séculos.

⁴² Ibidem MCFF, p. 30.

⁴³ Ibidem AVB - ASMV, p. 27.

⁴⁴ Ibidem AVB - ASMV, p. 29.

Não se olhava para edifício como monumento, mas como uma prisão e uma grande reserva de pedra. De acordo com o espírito da época, ainda não se pretendia proteger um valor histórico; tratava-se, apenas da sua manutenção, porque assim o exigia o seu uso.

Em 1800, o Castelo de Guimarães encontrava-se em muito mau estado de conservação, conforme se deduz de um *“inventário dos utensílios pertencentes ao Castelo de Guimarães”*, transcrito por João Lopes de Faria⁴⁵. O monumento, que, como já referimos, há muito perdera a sua importância militar, quase não tinha utilidade prática e era odiado por ser cadeia, ou cobiçado por ser uma reserva de pedra. Assim, logo no início do século, diz-nos o João Lopes de Faria que: *“Mandaram que o procurador do concelho mandasse a jornal abrir as pias de pedra para o encanamento da água do novo tanque da Misericórdia, fazer os canudos de chumbo e soldá-los, abrir o aqueduto da Rua dos Mercadores para assentar os chumbos arrancar pedra no Castelo para a dita obra, por portas na água da serra e pintá-las dado de tudo custo para se pagar”*⁴⁶.

Em 1829, há quem pretenda o material do castelo, mas a tradição impede que seja derrubado, pois, *“Foi o berço de reis e foi o berço da Monarquia. Não deve ser demolido”* foi a ordem real⁴⁷.

Chegou a estar ameaçado quando em 31 de Janeiro de 1836 José Manuel da Costa, lembrando que o castelo fora *“hua prisão barbara”*, por nos tempos do rei D. Miguel ter sido prisão política, propôs, na sua qualidade de sócio da *“Sociedade Patriótica Vimaranense”*, que o Castelo fosse arrasado e a pedra aplicada no conserto das ruas, o que, felizmente, não foi levado a cabo⁴⁸.

Paralelamente, surgem em Guimarães, alguns defensores dos monumentos. Assim, em Julho de 1850 é lançada uma *“Circular”*, que um grupo de vimaranenses espalhou pela vila, em defesa do Castelo. A partir daí, formou-se um grupo de opinião, uma elite que não mais deixou de defender a salvaguarda do Castelo e o seu restauro.

⁴⁵ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 257v.

⁴⁶ Ibidem JLF - *VOC I*.

⁴⁷ Ibidem JLF - *Livros de Registo da Câmara de Guimarães*, p. 110v; Ibidem JLF- *EV*, p. 147v.

⁴⁸ P^o António Caldas - *Guimarães, apontamentos para a sua história*. Guimarães: C.M.; SMS, 1996, p. 411; Ibidem JLF - *EV I*, p. 95; Luiz de Pina - *O Castelo de Guimarães*. Gaia: Edições Pátria, 1933, p. 66; *Guimarães*. Guimarães: C.M, 1953; Manuel Alves de Oliveira - *Guimarães numa resenha urbanística*. Guimarães, 1986, p. 11-12.

Com eles surgiu um plano de obras a fazer no monumento⁴⁹, e assim, em 1861 arremata-se uma grande obra de restauro do castelo⁵⁰.

Mas, o monumento não dependia da tutela municipal, o que criava variados problemas e entraves.

Em 9 de Março de 1881 é publicado no Diário do Governo n.º 62, a páginas 694 a 698, o “*Relatório e mappas acerca dos edifícios que devem ser classificados monumentos nacionaes*”, referindo os que deveriam ser conservados e restaurados, e acrescenta ainda: “*Um, o [castelo] de Guimarães, d’entre todos o mais apreciável, certamente, pela sua antiguidade, anterior à monarchia; por ter servido de berço e de côrte ao nosso primeiro Rei, mostrando os restos dos seus paços, de modo a poder-se conhecer a divisão interior d’elles; pelo seu excellente estado de conservação, não obstante pesarem sobre as suas muralhas torreadas mais de oito seculos, merece tão especial atenção e cuidado, não só para que se protegido contra a barbaridade dos homens, mas também para que o ajudem a resistir à acção assoladora do tempo, quando esta ameaçar de ruína, que pareceu à Commissão dever assignalar-lhe logar de primeira classe. [...]*”⁵¹.

Este acontecimento vai dar mais autoridade à Câmara de Guimarães, que vai pedir ao Governo o restauro do Castelo, pertença do Ministério da Guerra, que o cede à Câmara em 1884, com a condição de ficar com o Paio de Munições. Mas, é um encargo pesado para a Câmara que, dificilmente, tem verbas para o seu restauro e vai, por isso, ser um processo lento o projectado restauro, com adiante se verá.

O Paço dos Duques, também não tinha melhor sorte. Ocupado pelo exército desde 1807⁵², encontrava-se tão degradado, que João Lopes de Faria nos diz que em 1819 termina a mais importante obra de carpintaria e restauro de telhados, que se fez durante o século XIX, neste edifício⁵³, afim de o tornar habitável e dar-lhe uma utilidade prática. No entanto, a ideia de que, também, é Património começa a impor-se, como se pode ver pelo pedido para sua conservação, feito em 1839, pela Câmara à Rainha⁵⁴.

Em relação à Cerca e às suas torres a disposição da cidade é, claramente, menos conservacionista.

⁴⁹ Ibidem AVB - Há perto de um século. *O Comércio de Guimarães*. n.º 4111 (1927 Out.14), p. 1.

⁵⁰ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 460.

⁵¹ *Diário do Governo*, n.º 62 (19 Mar.1881), p. 694-698.

⁵² P.º António Caldas - *Ob. cit.*, p. 411-412.

⁵³ Ibidem JLF - *EVI*, p. 24v.

Até ao alvorecer do século XIX, a malha urbana da vila de Guimarães manteve-se quase intacta, sofrendo, apenas, algumas pequenas modificações. Há uma permanência da sua estrutura. Porém, em meados do século XVIII, começam a pressentir-se as grandes transformações posteriores.

A partir do século XVII, as muralhas são as primeiras a ser alvo de demolições, pois deixaram de ter utilidade. Começam a abrir-se portas na muralha, ou a cravar-se escápulas e paus, em dias de feira. Em 1736 uma Provisão Régia manda tapar as escadas, por onde se subia ao Muro, por serem consideradas “*mais de escândalo que de utilidade*”. As muralhas constituem um estorvo à expansão da cidade, dificultando a abertura de amplas Avenidas e modernas construções. São, também, uma reserva de pedra em que não se toca até 1778, data em que a rainha D. Maria concede uma Provisão, permitindo ao Cabido a demolição da Torre da Senhora da Guia até à altura dos muros, devendo aproveitar-se da pedra para a construção da nova Casa Capitular da Colegiada. A partir daí a muralha começou a ser aforada à Câmara, a instituições religiosas ou a particulares, que a foram desmontando. Noutras zonas, por falta de manutenção, a muralha ia ruindo. Mas a partir de 1801, há um descontrolo geral, uma vez que é concedido à Câmara um Alvará Régio, dando-lhe licença para demolir os Muros e as Torres da Vila.

Herculano refere-se a Guimarães, em 1838, e conta-nos: “*É singular, por exemplo, a história das recentes vicissitudes por que tem passado a Collegiada de Sancta Maria da Oliveira em Guimarães. Guimarães parece fadada para victima desta especie de escândalos.*” E acrescenta: “*Alguns lembram-se já de demolir as muralhas da villa reconstruidas por D. Dinis. Talham ainda banquete mais lauto. Tentam arrasar as paredes que restam dos paços do Conde D. Henrique; dos paços onde D. Affonso I nasceu*”, e refere também como ficarão os monumentos: “*Arrasados, pois, os muros reconstruídos pelo rei lavrador, apagados os últimos vestígios dos paços dos nossos primeiros monarchas, raspado e sarapintado o interior da igreja de Santa Maria, Guimarães, em vez de ficar antiga, ficará velha garrida. Unicamente, para a trahir, lhe restará uma ruga na face: o frontispicio da collegiada*”⁵⁵.

Nesta época encontra-se também em muito mau estado a Igreja de S. Miguel, o que teve como consequência o desmoronamento do campanário e do cunhal do lado dos

⁵⁴ Ibidem JLF - EV I, p. 202.

Paços dos Duques, em Novembro de 1872⁵⁶. A Câmara pretende restaurá-la, solicitando, por isso, a sua administração⁵⁷, mas não possuía meios para o efeito. Abre-se, com esse objectivo, uma subscrição pública para custear as despesas, estando as referidas obras orçadas em mais de 500\$000 réis⁵⁸. Perante tal ruína a imprensa colabora nas críticas ao estado do Monumento. *Será que não há ninguém capaz de o restaurar?*⁵⁹ Pergunta-se. Mas há quem se interesse e assim, em 17 de Agosto de 1874, principiam obras, por iniciativa particular, sob direcção do Dr. Francisco Martins Sarmiento⁶⁰. O modo de executar o restauro, foi de tal maneira exemplar, que foi aprovado pela Assembleia Geral da Associação dos Architectos e Archeólogos Portuguezes⁶¹, entidade que superintendia nos monumentos portuguezes. A Francisco Martins Sarmiento foi concedida a medalha de bronze da Associação⁶².

Todavia, em sentido oposto, continua a vontade de fazer “melhoramentos” demolindo edifícios existentes, apesar das vozes conservacionistas.

Contra as obras de demolição, principalmente da Capela de S. Tiago, pronunciou-se o padre Abílio dos Passos, em 6 de Julho de 1885, chamando a atenção para a importância histórica do edifício. Assim, o Presidente da Câmara, Dr. Mota Prego após ler, em sessão de 8 de Julho a carta recebida, propôs que se ouvisse o parecer de “*peçoas sabedoras*”, mas de nada valeu, tendo-se resolvido, por maioria de votos, a demolição.

Também, a imprensa se insurge contra a demolição desta Capela, por ser monumento histórico, e comenta, favoravelmente, o restauro da igreja de S. Miguel do Castelo. Em 26 de Março de 1884, em sessão da Câmara, pede-se ao rei para esclarecer sobre a posse de uma rua pois já se considera que fica próximo de três importantes monumentos⁶³. Regista-se, assim, em Guimarães uma consciência da importância dos monumentos.

Todavia em relação ao núcleo urbano, a preocupação de conservar já não era tão grande. Abrem-se grandes avenidas para expansão da cidade, regularizam-se e

⁵⁵ Ibidem AH, p. 40-42.

⁵⁶ Ibidem JLF - EV IV, p. 202.

⁵⁷ Idem JLF - VOC, p. 240.

⁵⁸ *Religião e Pátria*, nº 20 (1874 Jan.2), p. 2.

⁵⁹ Idem RP, nº 28 (1874 Maio 16), p. 1.

⁶⁰ Ibidem JLF - EV III, p. 157v.

⁶¹ *Boletim da Associação dos Architectos e Archeólogos Portuguezes*. Lisboa, 2ª série, nº 4 (1875), p. 64.

⁶² Ibidem JLF - EV II, p. 263; *Boletim da Associação dos Archeólogos e Architectos Portuguezes*. Lisboa, 2ª série, nº 11 (1876), p. 162.

aformoseiam-se largos, modernizam-se zonas antigas, e deitam-se abaixo edifícios, pretendendo-se renovar a cidade.

Na ânsia de concretizar novos “melhoramentos” e higienizar a malha urbana, muitos imóveis históricos são vistos como obstáculos ao progresso da urbe. É o que acontece com o Convento de S. Domingos, cuja demolição foi arrematada em 15 de Outubro de 1873, incluindo a arcaria superior do Claustro; exceptuando o chafariz, a escada principal e os dormitórios. O objectivo era a abertura da Rua de Paio Galvão, ligando o Toural à nova Praça do Mercado e facilitando a saída para Braga.

Em 8 de Agosto de 1876 o Governo Civil, escreve à Câmara de Guimarães, enviando cópia do ofício que lhe fora dirigido pela 2ª Repartição da Direcção Geral da Instrução Pública, com data de dia 5, no qual se alerta para a necessidade de conservar a parte existente do claustro.

Em face disto, a Câmara delibera, em 9 de Agosto de 1876, por unanimidade, anuir ao solicitado. Pensamos, no entanto, que Martins Sarmiento não foi, totalmente, alheio a este caso, através de contactos com Possidónio da Silva⁶⁴.

Na primeira metade do século XIX estabelece-se uma ruptura, pois a cidade deixa de ser delimitada e começa a alastrar pelo território vizinho, dando início ao aparecimento de ocupações dispersas e à indefinição de perímetros urbanos.

Nesta época, há uma diminuição da taxa de mortalidade, e um aumento da população, o que vai desencadear um surto de crescimento demográfico. A população activa desloca-se do campo para a cidade, transferindo-se da agricultura para a indústria e aumentando ainda mais a população citadina, que se apinha em determinadas zonas da cidade, como por exemplo nas Praças de S. Tiago e de S. Paio.

Na periferia, cresce uma cintura habitacional e industrial, o subúrbio, que nesta época está patente na zona de Couros, Caldeiroa, ou de Trás Gaia. Aparecem as “ilhas”, como aproveitamento do solo, para a construção de casas para as classes operárias mais desfavorecidas. A rua passa a ser um mero percurso. A cidade desenvolve-se, não através da reorganização do espaço urbano, mas pelo aumento de construções. São estas novas manchas de crescimento e a situação social e sanitária da população que suscitam

⁶³ Ibidem JLF - VOC II, p. 244.

⁶⁴ Ana Cristina Nunes Martins – *Martins Sarmiento e Possidónio da Silva: um olhar sobre a troca epistolar*. “Revista de Guimarães”. Volume Especial (1999), p. 220.

o pensamento urbanístico e higienista do século XIX, que se reflecte na cidade de Guimarães, como em tantas outras.

Surge, assim, a necessidade de Planos de Urbanização, que disciplinem o desenvolvimento da cidade, sob orientação dos dirigentes políticos da época.

O primeiro Plano Geral de Melhoramentos⁶⁵, foi realizado em 1863-1867 pelo Eng. Almeida Ribeiro. O Eng. Manuel de Almeida Ribeiro foi professor de Arquitectura Civil e Naval da Academia Portuense de Belas Artes. Em 2 de Outubro de 1863 assina a escritura com a Câmara Municipal de Guimarães para elaboração do Plano Geral de Melhoramentos da cidade⁶⁶.

Este plano não só teve o mérito de contribuir para o levantamento da primeira planta da cidade, como também de esboçar algumas ideias que seriam concretizadas nas décadas seguintes e durante o século XX.

A República

Em 5 de Outubro de 1910, surge a República. Os republicanos chegaram ao poder com grande vontade de mudança, embora, até cerca de 1920, se verifique que continuam a ser influenciados pelo plano esboçado na Monarquia.

No que diz respeito aos Monumentos da Fundação, o grande objectivo foi a construção de um Parque de modo a realçar “*as três relíquias de pedra*”, o local onde se encontrava a “*célula máter da nacionalidade!*”. Assim, “*indispensável se tornava desobstruir dos quintalórios que os profanam, esses três monumentos de tamanha magestade e emoção patriótica*”⁶⁷. Principia uma campanha para aformoseamento da zona histórica do castelo: “*Derrua-se o que é mau, construa-se o que é bom*”⁶⁸.

Mariano Felgueiras apresenta o projecto de um parque, aprovado em 1916, mas não se chegou a obter o decreto de expropriação para demolições, uma vez que a zona era bastante povoada. As verbas não eram muitas e estava-se no período da Grande Guerra, e em crise. Por isso as obras de manutenção do Castelo também quase não existiam. O Castelo continuava praticamente abandonado. A imprensa noticia: “*Devido a uma descarga eléctrica, e devido à acção do tempo, a parte superior da Torre de Menagem do Castelo arriscava-se a desmoronar, apresentando grandes fendas, e*

⁶⁵ Decreto-Lei nº 10 (1865 Jan.19).

⁶⁶ Idem MAO.

⁶⁷ *Relatório da Comissão Executiva*. Guimarães: CM, 1922, p. 8.

pedras quasi fora do prumo”⁶⁹. A Direcção Geral das Belas Artes pede ao Ministro da Guerra para que seja urgentemente retirado do Castelo o paiol ali instalado, corroborando os muitos pedidos já feitos⁷⁰, mas isso não foi possível.

Mariano da Rocha Felgueiras nasceu em 8 de Fevereiro de 1884 em Mesão Frio, Guimarães e faleceu em Guimarães, na Venerável Ordem Terceira de S. Domingos, em 24 de Janeiro de 1976.

Estudou e mais tarde foi professor na Escola Industrial de Guimarães e foi guarda livros da firma Bentos dos Santos Costa. Terminou o Curso de Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em 1918.

Fez parte desde 1908, altura da fundação, do Centro Republicano de Guimarães e com a proclamação da República teve uma actividade política importante, seja a nível local como a nível nacional, onde militou no Partido Republicano Português de Afonso Costa.

*“Com excepção dos períodos das ditaduras de Pimenta de Castro (1915), de Sidónio Pais (1917-1918) e da chamada Monarquia do Norte (1919), Mariano Felgueiras pertenceu a todas as Comissões Executivas da Câmara Municipal de Guimarães (era esta a designação do órgão autárquico), mesmo enquanto deputado das últimas legislaturas antes do 28 de Maio de 1926, quando foi implantada uma ditadura militar, germe de 48 anos de fascismo em Portugal”*⁷¹.

Foi o impulsionador de vários projectos de “melhoramentos” inovadores para a cidade de Guimarães, que, devido à situação de crise nacional e também à europeia (que se debatia com o problema da Grande Guerra), não chegaram a ser concretizadas, mas marcaram a sua administração municipal. Foi também o impulsionador da construção dos Novos Paços do Concelho, e defendeu-os arduamente, quando se pretendeu e fez a demolição do edifício.

Na legislatura iniciada em 1922, é deputado pelo Círculo de Guimarães, tendo sido reeleito em 1925. A ele se deve, nesta época, a criação do Curso Comercial na Escola Industrial Francisco de Holanda e a instalação dos correios no palacete de Minotes na Rua 31 de Janeiro (Rua de Santo António).

⁶⁸ Idem CG, n° 2524 (1911Jan.31), p. 1.

⁶⁹ *Velha Guarda*, n° 135 (1921 Jun.2), p. 2.

⁷⁰ Ibidem CG, n° 3531 (1921 Set.23), p. 2.

⁷¹ J. Santos Simões - Mariano Felgueiras. In *Sobre a República em Guimarães*. Guimarães: CM, 1993, p. 26.

Após o seu exílio em 1926 na Galiza e posteriormente em França, regressa em 1948 a Guimarães onde colabora na imprensa local.

A sua intervenção na história da cidade foi de grande relevância.

A. L. de Carvalho, presidente da Comissão Executiva camarária de 1922, tenta remediar o mau estado do castelo, reparando o pára-raios⁷². Também a Igreja de S. Miguel⁷³ e o Paço dos Duques⁷⁴ se encontravam em mau estado.

Quanto às muralhas, eram ainda consideradas como obstáculos e embora já pouco existisse delas e tivessem sido classificadas em 16 de Junho de 1910 como Monumento Nacional⁷⁵, continuaram a ser demolidas sempre que era necessário⁷⁶.

Na verdade com a República, apesar das preocupações com os monumentos que simbolizavam o nascimento de Portugal, surge uma abertura total às ideias de progresso e bem-estar. Pretende-se tornar a cidade limpa, salubre, aberta, sem sujidade e sem vielas, onde não exista doença e que seja agradável ao habitante da cidade. Assim, na ânsia de higienizar, a República vai construir um amplo largo na zona de S. Paio (1911-1912), fazendo para isso muitas demolições, que a oposição critica veementemente. José Ribeiro de Freitas ainda tentou cercear os ânimos, mas nada conseguiu⁷⁷. Também em reunião da Câmara Municipal, em sessão ordinária de 2 de Novembro de 1911, pelo Presidente da Comissão, cidadão José Pinto de F. Abreu foi apresentada uma proposta: *“Sendo urgente a necessidade de elaborar um plano geral para o aformoseamento da cidade, no qual sejam indicados quais os alargamentos e alinhamentos de ruas, largos, etc. a que seja conveniente proceder-se a fim de que um assunto de facto importante, não seja tratado sobre coesão e orientação definida, indispensáveis para a boa solução deste problema. Proponho: Que o Engenheiro da Câmara seja encarregado de elaborar esse plano tendo em atenção a higiene da cidade, para o que se entenderá com o sr. sub delegado de saúde. Aprovado”*⁷⁸. Mas não chegou a ser concretizado.

⁷² Relatório da Comissão Executiva. p. 7.

⁷³ Ibidem CG, nº 4012 (1926 Out.1), p. 2.

⁷⁴ Ibidem CG, nº 4432 (1931Jan.9), p. 4.

⁷⁵ Plano Director Municipal: Guimarães. CMG, 1994.

⁷⁶ Idem VG, nº17 (1911 Mar.29), p. 4.

⁷⁷ Em sessão ordinária do dia 22 de Fevereiro leu-se o requerimento de José Freitas, que propôs que do edifício do Albergue do Anjo se tirem fotografias e se remetam à Sociedade dos Arquitectos e Arqueólogos, a fim de emitirem o parecer sobre se haverá inconveniente em que este edifício seja demolido: Submetido à votação, foi rejeitado por maioria.

Velha Guarda, nº 22 (1911 Maio 3), p. 3.

⁷⁸ Ibidem VG, nº 7 (1911 Jan.18), p. 2.

Também pretendiam construir os Paços do Concelho na Praça de S. Tiago, demolindo grande parte do casario e ruas adjacentes e regularizando a praça, o que, felizmente, não chegou a concretizar-se. Quando, mais tarde, retomam o assunto, por volta de 1925, já se pensava de maneira diferente, e diz-nos o próprio Mariano Felgueiras: “*A cidade asfixia dentro das vielas, que eram ruas há séculos; os seus habitantes não teem terreno com luz e sol onde possam construir as suas habitações. Não se podia nem devia arrazar a velha cidade, para a reconstruir sob um novo plano. Mas pode e deve-se, conservando-se o velho burgo, com o carinho que merece o que é antigo e tradicional, abrir-se-lhe caminho, livre e amplo, por onde possa alargar-se e crescer*”⁷⁹.

Só a partir de cerca de 1920, passam a ser considerados importantes os outros monumentos da cidade. A partir desta data começa-se a olhar para o património como um todo e não apenas como uma série de monumentos isolados.

De facto, quando em 1925 se derruba uma parte da muralha para aí passar uma nova rua, já se protesta veementemente, pois “*está-se destruindo ali na vizinha estrada de Fafe parte da histórica muralha de D. Diniz, derradeiro vestígio desse glorioso cinto ameadado que outrora rodeava a cidade, como preciosa relíquia dum passado cheio de heroísmo e amor pátreo!*”⁸⁰.

Também para os imóveis históricos da cidade se olha com mais respeito e as intervenções são mais cautelosas. Veja-se, por exemplo, a demolição da coruchéu da Colegiada que provocou uma grande celeuma, tendo tido honras de publicação no *1º de Janeiro*, do Porto (em 5 de Julho de 1913). Mariano Felgueiras responde agressivamente ao jornal, declarando que praticara “*uma obra de saneamento artístico*”, e que esta tinha sido autorizada pelo Prof. Abel Cardoso⁸¹.

Há, realmente, uma mudança no modo de pensar e passa-se a olhar a cidade e os seus monumentos com outros olhos. Embora de forma ainda não expressa começa-se a pensar no conjunto e não só nos elementos isolados.

Em 1925 há um plano de alargamento da cidade (de Luís de Pina), que praticamente dividia a cidade em zona nova e zona antiga, embora esta separação só se venha a concretizar no Estado Novo, a partir dos anos trinta.

⁷⁹ *Plano Geral de Alargamento da Cidade: memória descritiva e justificativa.*[...]. Guimarães: C.M., 1925.

⁸⁰ *Ibidem* CG, nº 3850 (1925 Jan.20), p. 1.

⁸¹ *Alvorada*, nº 138 (1913 Jul.10), p. 3.

Luís Augusto de Pina Guimarães foi militar nas Campanhas de África durante os finais do século XIX, tendo sido distinguido com a Torre e Espada. De regresso ao Continente, reformou-se e fixou residência em Guimarães, sua terra natal, na Rua de Paio Galvão. Ingressou depois na Câmara Municipal, como funcionário da Repartição de Obras, que chefiou até à nomeação de um engenheiro.

Embora não tenha produzido nenhuma publicação, concretizou as propostas de Mariano Felgueiras, e foi o autor do estudo de Alargamento da Cidade (e de vários outros projectos que não se chegaram a realizar), executado durante a presidência de Mariano Felgueiras. Faleceu por volta dos anos trinta⁸².

Do conjunto de iniciativas, talvez a mais importante da 1ª República, é a que estabelece uma zona para alargamento e expansão da cidade, a fim de evitar destruir a zona antiga. Não passou de um projecto, mas vai servir de orientação para o futuro. Por outro lado o regime republicano foi muito interventor no âmbito da toponímia (como se poderá ver no capítulo específico e no quadro constante do anexo 3 – Alterações toponímicas).

O Estado Novo

O Estado Novo, em Guimarães, embora faça propaganda no sentido de se apresentar com novos projectos, vai prosseguir, na verdade, toda uma política urbanística, que principiou em meados do século XIX, de início muito timidamente, e a partir do final dos anos 30, do século XX, com grande vigor.

*“O Estado Novo, vai tentar impôr as suas ideias através de uma agressiva campanha de mentalização, que pretende criar um novo estado, reencontrando a grandeza histórica de Portugal, e a vocação universalista de vasto império”*⁸³. Nesta época vão-se estudar os factos e figuras que transmitem os valores histórico-simbólicos, muito importantes para a propaganda do regime: D. Afonso Henriques e os primeiros reis, os conquistadores e povoadores do país, que construíram uma nação una e coesa; D. Nuno Álvares Pereira, que ajudou a vencer uma crise nacional; o Infante D. Henrique e D. João II, figuras ligadas aos descobrimentos e ao engrandecimento do império; D. João IV, o restaurador das grandezas perdidas.

⁸² Informação oral do sr. Francisco Ramos Martins Fernandes.

⁸³ João Ameal - *Decálogo do Estado Novo*.

Essas figuras irão ser identificadas através da sua ligação a determinados monumentos, que irão ser restaurados, e onde se realizam acontecimentos comemorativos de propaganda e exposições evocativas, explorando o seu valor simbólico. A cerimónia mais marcante foi a comemoração dos Centenários da Formação e da Independência de Portugal, com âmbito nacional, em que um dos centros foi Guimarães, como Berço da Nação. Por isso procurou-se colocar a cidade ao nível das comemorações, dando-lhe um novo rosto, realçando e restaurando os chamados “Monumentos da Fundação”, e estabelecendo as vias de ligação que facilitassem o acesso à zona “sagrada”.

Assim, mal o regime se consolida, começa um gigantesco programa de restauro dos monumentos, não só pelo seu valor artístico, ou por se encontrarem em ruína, mas porque ilustravam aspectos da história, que serviam os seus interesses⁸⁴.

Quanto à malha urbana, o regime irá também tentar a sua consolidação através da implementação dos planos urbanísticos, que se impõem, através da acção de Duarte Pacheco, “*inserida no contexto de um movimento de consolidação do regime político então vigente, transformando os aglomerados e criando uma imagem urbana com que o próprio regime se identifica*”⁸⁵.

De facto, em 1934, Duarte Pacheco estabelece os Planos Gerais de Urbanização⁸⁶, tentando transformar Portugal através da criação de uma imagem urbana com que o país se identificasse e atribuindo às câmaras plenos poderes para assumir a transformação do seu território, como agentes activos e intervenientes. O diploma obrigava: “*Em primeiro lugar é indispensável que todas as câmaras municipais possuam plantas topográficas, em escalas apropriadas, das zonas urbanas de maior interesse publico. Depois, não deverão empreender-se quaisquer trabalhos de urbanização que não estejam subordinados a um plano convenientemente delineado com a previsão do futuro, de tal arte que o valor intrínseco das obras encetadas cresça à medida que a execução do plano se for desenvolvendo*”. Mas, com o desaparecimento de Duarte Pacheco (1900-1943), perde-se a forte capacidade de liderança e a Administração Central começa a classificar os Planos Gerais de Urbanização como

⁸⁴ Ana Maria S.A. Rodrigues - Em busca de D. Afonso Henriques através de oito séculos de Historiografia Portuguesa. In *Congresso Histórico de Guimarães, 2º: Actas do Congresso*. Guimarães: UM; CM, 1996. vol. 3, p. 7-19.

⁸⁵ Margarida Souza Lôbo - *Planos de Urbanização. A época de Duarte Pacheco*. Porto: DGOTDU-FAUP, 1995, p. 13.

⁸⁶ Decreto-Lei nº 24.802 (1934 Dez.21).

simples antepianos, que, a partir de 1946⁸⁷, passam a ser considerados suficientes. Guimarães irá também ter o seu Antepiano de Urbanização, realizado pelo arquitecto urbanista Moreira da Silva⁸⁸, o qual, submetido a parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, em 1952, obtém aprovação em 3 de Abril de 1953⁸⁹.

Moreira da Silva era diplomado pelo Instituto de Urbanismo de Paris. Foi casado com a filha do Arquitecto Marques da Silva. Trabalhou em vários Planos de Urbanização, como por exemplo o de Guimarães (aprovado ministerialmente em 3-4-1953) e o da Praia de S. Jacinto (aprovado em 15-11-1956). Em 1948 tinha a seu cargo os Planos de: Águeda, Amares, Aveiro, Barcelos, Caldas das Taipas-Guimarães, Chaves, Elvas, Matosinhos (aprovado em 22-2-1945), Monte Real-Leiria (aprovado em 27-1-1944), Paredes (aprovado em 28-10-1945), Pevidém-Guimarães, Praia de Âncora-Caminha, Praia de Moledo do Minho-Caminha (aprovado em 16-1-1943), S. Pedro do Sul, Termas do Gerês-Terras do Bouro (aprovado em 12-2-1951), Valongo e Vizela-Guimarães (Plano parcial. Aprovado ministerialmente em 27-12-1950)⁹⁰.

O resultado desta “nova” política é bastante heterogéneo, e mesmo contraditório, pois conservava-se e inovava-se, de acordo com determinados objectivos. Verifica-se que se vão restaurar inúmeros monumentos; mas que, em nome do progresso, também se vai destruir parte da malha citadina. Os exemplos mais gritantes são o Parque do Castelo e a abertura da Alameda. Foi no entanto, uma destruição controlada, uma vez que a cidade vai começar a crescer para a zona envolvente das Hortas, a qual, devido à sua excentricidade, foi, posteriormente, designada por “Tarrafal”, zona onde hoje se situa a Escola Secundária Martins Sarmiento.

Mais tarde começa a expandir-se noutras direcções, sempre fora da muralha.

Decresceu, assim, a pressão sobre o núcleo antigo.

Esta “nova” política teve o mérito de começar, embora de uma forma incipiente, o restauro de uma zona da cidade, a “Valorização da zona medieval” pondo termo para às intervenções no núcleo, as quais, na altura, apenas abrangiam a rua de Santa Maria e, posteriormente, a Praça de S. Tiago e a Viela dos Enjeitados. O entendimento de zona medieval alargou-se depois a outras áreas, criando-se uma

⁸⁷ Decreto-Lei nº 35.031 (1946), substituído em 1951 pelo *Regulamento Geral das Edificações urbanas*.

⁸⁸ Arquitecto diplomado pelo Instituto de Urbanismo de Paris.

⁸⁹ Margarida Souza Lôbo - *Ob. cit.*, p. 275.

⁹⁰ Margarida Souza Lôbo - *Ob. cit.*

Comissão de Estética, que se pronunciava sobre as inovações a fazer na cidade⁹¹ de modo a evitar um crescimento desordenado. Procurava-se embelezar a cidade, geralmente, com objectivos turísticos, não existindo ainda, contudo de forma explícita a ideia de Centro Histórico.

Localmente o município vai pretender apoiar as suas decisões num órgão consultivo, com personalidades reconhecidas. Como veremos, nos parágrafos seguintes este objectivo ficou muito aquém das intenções.

A nível camarário cria-se em Outubro de 1931 a Comissão Municipal de Estética, cuja principal preocupação residia no restauro dos prédios com algum valor artístico, ou de carácter regional. Isto porque os *“restauros tornam-se indispensáveis pois sendo Guimarães uma das cidades mais visitadas pelo seu carácter artístico e expressão típica, é de razão que todos os seus valores arquitectónicos se encontrem devidamente conservados”*⁹².

Embora criada por vontade política, esta Comissão teve uma vida bastante atribulada. Com quatro fases de actividade, não teve, no entanto, toda a importância e intervenção que se pretendia. Assim, em finais de Fevereiro de 1932 é distribuída uma circular aos proprietários dos imóveis que a Comissão considerava de valor histórico, fazendo o ponto da situação sobre os restauros necessários.

A circular distribuída, é do seguinte teor: *“Ex.mo Senhor, A comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães, de acordo com as leis em vigor e integrada no alto interesse de acompanhar o progressivo estado de cultura em que os portugueses actualmente se encontram, resolveu em Outubro último organizar e nomear a sua “Comissão de Estética”, de modo a por ela prevenir a garantia de conservação dos edifícios camarários e particulares da nossa cidade que, pelo seu merecimento artístico ou carácter regional, constituam além dos monumentos maiores, o núcleo mais directamente atractivo para nós e os milhares de turistas que anualmente nos visitam [...] Pela Comissão de estética, Ricardo de Freitas Ribeiro”*⁹³.

A primeira intervenção da Comissão de Estética composta pelo Dr. Ricardo de Freitas Ribeiro, Alfredo Guimarães, José Luís de Pina e António de Azevedo, foi em

⁹¹ *“Os restauros tornam-se indispensáveis pois sendo Guimarães uma das cidades mais visitadas pelo seu carácter artístico e expressão típica, é de razão que todos os seus valores arquitectónicos se encontrem devidamente conservados”.*

Notícias de Guimarães, nº 7 (1932 Jan.22), p. 1.

⁹² *Idem NG*, n.º 7 (1932 Jan.22), p. 1.

1932. Começou a sua acção pela Rua de Santa Maria, a nível da “*nova pavimentação da rua, a limpeza geral dos prédios, o arranjo de algumas formosas varandas, a montagem da nova iluminação e ainda o grande ar de limpeza que aquela velha artéria de Guimarães agora começa a ter*”⁹⁴. Abriu-se, deste modo, uma onda de esperança nos defensores da conservação do património vimaranense. Mas, a Comissão não tinha só defensores. O entusiasmo pela sua criação esmorece e passados três anos já a imprensa periódica se interroga sobre se haverá realmente uma Comissão de Estética, e sobre os poderes que tem, pois como é apenas um órgão consultivo, tende a apagar-se e a não ter voz própria⁹⁵.

Tenta-se, mais tarde, dar-lhe novo incremento, e em sessão de 16 de Janeiro de 1936 a Comissão Administrativa resolve convidar a Comissão de Estética a dar o seu parecer em vários assuntos: sobre a construção das avenidas novas; sobre a construção de uma habitação na Avenida Cândido dos Reis; sobre o caso do Monumento aos Mortos da Grande Guerra; sobre o corte de uma palmeira no Jardim Público. Pronuncia-se, ainda, sobre as obras de reparação de uns prédios na rua Padre António Caldas⁹⁶. Mas, isso foi apenas uma maneira de camuflar o apagamento e decadência em que se encontrava a Comissão. Dizia-se que alguém lhe havia dado uma *machada... mortal* e que estava em *agonia lenta*⁹⁷, embora ainda fosse convocada algumas vezes. Critica-se, também, e fortemente, não ter dado parecer sobre as chamadas Obras Novas, consideradas um “*atentado feito ao bom gosto*”⁹⁸.

Novamente em 1939 tenta-se dar novo fôlego à Comissão, reconduzindo-a. Em resultado de deliberação de 21 de Novembro de 1937, foram nomeados para constituir a Comissão de Estética Municipal Alberto Vieira Braga, Alfredo Guimarães, António de Azevedo, Guilherme Camarinha, José António de Sequeira Braga, José Luís de Pina e Dr. Ricardo de Freitas Ribeiro, sob a presidência do vereador da cultura, Dr. Augusto Gomes de Castro Ferreira da Cunha⁹⁹. Reuniram, pela primeira vez, em finais de Maio de 1939. A esta reunião esteve presente o presidente da Câmara, Dr. João Rocha dos Santos, que saudou a Comissão, agradeceu a sua colaboração, e lhe deu posse. Foram

⁹³ Ibidem NG, n.º 8 (1932 Fev.29), p. 2.

⁹⁴ Ibidem NG, n.º 21 (1932 Maio 29), p. 1.

⁹⁵ Ibidem NG, n.º 160 (1935 Fev.24), p. 2.

⁹⁶ Ibidem NG n.º 207, (1936 Jan.19), p. 6.

⁹⁷ Ibidem NG, n.º 208 (1936 Jan.27), p. 1.

⁹⁸ Ibidem NG, n.º 222 (1936 Maio 3), p. 1.

⁹⁹ Ibidem CG, n.º 5097 (1939 Maio 12), p. 2.

discutidos diversos assuntos e trocadas impressões sobre algumas das mais importantes obras a realizar, sendo aprovadas: a transferência do Monumental Chafariz do Largo Martins Sarmiento para a Praça D. Afonso Henriques, em substituição da estátua do Fundador da Nacionalidade¹⁰⁰; com ligeiras alterações o projecto da construção de duas moradas de casas na Avenida dos Pombais; o arranjo artístico dos Largo dos Laranjais, a construção de prédios que encobriam as irregularidades do edifício do antigo Colégio das Doroteias; e, sobretudo, o anteprojecto da construção que iria substituir, sobre o passeio sul do Jardim Público, o antigo “quiosque”, para venda de jornais e tabacos. Decidiu-se, ainda, que as futuras reuniões da Comissão de Estética se iriam realizar na “Torre Manuelina dos Almadás”, à Rua da República¹⁰¹.

Todos os projectos foram aprovados por unanimidade, excepto a edificação do quiosque, que teve o voto contrário de Alberto Vieira Braga. Também, ficou para estudo um ofício que o Delegado concelhio da Legião Portuguesa do Batalhão 13, Manuel S. Moreira Guimarães, tinha enviado, lembrando o transtorno que causaria a edificação de prédios em frente ao Quartel da Legião, visto que o terreno que lhe era destinado, servindo de Parada, a Legião Portuguesa tinha o propósito de, nesse sentido, pedir a sua cedência¹⁰².

Dizia a imprensa que o objectivo da criação da Comissão era “*para efeito de aliviar a Câmara Municipal da mortificação dos empenhos, para com perfeita dignidade a isolar das responsabilidades que lhe impõe semelhante natureza de serviços, formou-se a Comissão de Estética Municipal, que trabalha gratuitamente, saiba-se!, e que dentro do seu salão, na Torre chamada “dos Almadás”, não recebe cartas nem conhece pessoas, mas exclusivamente trata do exame a trabalhos de muita ou nenhuma arte, aos 1º para os acarinhar junto da vereação, e aos 2º para lhes dar o destino que a dignidade e higiene artísticas rigorosamente lhe exigem. [...]*”¹⁰³.

Porém, uma vez mais, a Comissão esmoreceu, e deixou até de ser ouvida para a solução de certos problemas, sobre os quais se devia pronunciar, levando-os a afastarem-se de responsabilidades¹⁰⁴, não sendo ouvida sempre que necessário. Durante uma das suas raras reuniões foi decidido que o muro que alinhava a antiga Rua das

¹⁰⁰ Esta iria ser colocada pelo Estado no Parque do Castelo.

¹⁰¹ *Ibidem NG*, n.º 381 (1939 Maio 28), p. 1.

¹⁰² *Ibidem NG*, n.º 5101 (1939 Jun.9), p. 2.

¹⁰³ *Ibidem NG*, n.º 382 (1939 Jun.4), p. 2.

¹⁰⁴ *Ibidem NG*, n.º 383 (1939 Maio 28), p. 2.

Lamelas, com o edifício do Tribunal, tivesse mais um arranjo, possivelmente nas janelas, como primitivamente possuía¹⁰⁵. Numa outra reunião, em finais de Julho de 1939, resolveu-se pedir ao Município o derrube de uma palmeira no Jardim Público e o aumento do número das árvores da Praça República do Brasil¹⁰⁶.

A partir de 1940 é incorporado um novo membro na Comissão de Estética Municipal. Trata-se de Américo Durão, que foi nomeado na sessão da Câmara de 28 de Fevereiro de 1940¹⁰⁷.

Segue-se um novo período de estagnação. Em 1950 o Presidente da Câmara nomeou para fazerem parte da Comissão de Estética da Cidade, o escultor António de Azevedo, Dr. José Maria Moura Machado, Alfredo Guimarães, Eng. Bernardo Ferrão, prof. José de Pina, arquitecto Sequeira Braga e, como Delegado da Câmara, o Dr. Carlos Saraiva¹⁰⁸. A Comissão de Estética foi constituída por proposta de Manuel Alves de Oliveira, e foi-lhe dada posse no dia 20 de Junho¹⁰⁹.

Contudo, em 1952 já foi a Comissão de Arte e Arqueologia de Guimarães que reuniu sob presidência do Dr. Carlos Saraiva, vereador da Cultura do Município, reunião a que assistiram os vogais Arquitecto José António Sequeira Braga, Alfredo Guimarães e José Maria Moura Machado. Foram discutidos vários projectos para construções na Avenida Conde de Margaride e Rua Dr. José Sampaio¹¹⁰. Mas a vida desta nova Comissão continua atribulada e em Junho de 1953 o “Comércio de Guimarães” pergunta, em grandes letras, se a Comissão de Estética (isto é, a Comissão de Arte e Arqueologia) não estaria demissionária¹¹¹.

Em Novembro de 1955, e num último fôlego, no âmbito de uma política de conservação do Património, a Câmara Municipal, em sessão de 24 de Novembro de 1955, delibera aprovar as propostas apresentadas pelo Presidente: [...] *“Ao lado da parte velha da cidade, com as ruas estreitas e casas brasonadas, de aspecto severo, ergue-se a parte nova, perfeitamente distinta. É imperioso catalogar todo esse recheio monumental e artístico, de molde a habilitar-se o Município a poder defendê-lo de agressões de mau gosto, que não só deformam o carácter típico da nossa terra como*

¹⁰⁵ Ibidem CG, n.º 5100 (1939 Jun.2), p. 3.

¹⁰⁶ Ibidem NG, n.º 386 (1939 Jul.3), p. 2; Ibidem CG, n.º 5105 (1939 Jul.7), p. 3.

¹⁰⁷ Ibidem CG, n.º 5140 (1940 Mar.8), p. 4.

¹⁰⁸ Ibidem NG, n.º 1012 (1951 Jun.10), p. 3.

¹⁰⁹ Ibidem NG, n.º 1014 (1951 Jun.24), p. 2.

¹¹⁰ Ibidem CG, n.º 5803 (1952 Nov.21), p. 1.

¹¹¹ Ibidem CG, n.º 5832 (1953 Jun.12), p. 1.

também nos inferiorizam aos olhos das pessoas cultas que nos visitam. Com essa finalidade, tenho a honra de propor à Câmara que seja nomeada uma Comissão que se encarregue da organização do cadastro de todos os motivos de interesse e artístico na zona da cidade, constituída pelos sr. Alfredo Guimarães, escultor António de Azevedo, Pintor António Lino, Dr. Carlos Augusto Saraiva de Carvalho Brandão, eng. Duarte do Amaral Pinto de Freitas, Dr. Francisco Rodrigues Martins da Costa (Aldão), Arq. José António Martins Sequeira Braga, Dr. José Catanas Diogo e coronel Mário de Vasconcelos Cardoso”.

Esta terá sido uma tentativa de ressuscitar a “velhinha” Comissão de Estética¹¹², mas a tarefa é grande e as mentalidades ainda não estão totalmente sensíveis à questão.

Depois só tornamos a ter notícia da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia quando esta dá o seu parecer, em 1970, sobre o arranjo do jardim D. Maria do Resgate Salazar, em Vizela. Constata-se, assim, a sua lenta extinção¹¹³. A Administração Central tem uma forte intervenção, em particular a partir dos anos 40, na sequência das Comemorações e quando chama a si o desenvolvimento do Antepiano de urbanização (1944). Desde esta data todas as alterações são controladas pelo poder central, embora em acordo com os interesses locais e não deixando de haver discussões em letra de Imprensa.

É toda esta evolução que vamos procurar estudar com mais detalhe na segunda parte deste trabalho, acompanhando a permanência e evolução do património urbano de Guimarães. Esta parte do trabalho, é o registo das mudanças, conservação ou destruições, que foram sendo feitas em cada uma das ruas e largos da cidade e, sempre que possível, dos monumentos que nelas se situam. Tentamos também identificar os agentes intervenientes, sejam eles o Poder Central, a Câmara, particulares ou até a própria imprensa que movimentou opiniões e ajudou, frequentemente, a conservar o Património Urbano. Neste movimento de permanência e inovação, há forças que se opõem ou complementam, há agentes intervenientes e ideologias que se manifestam e orientam a evolução cidadina. Verifica-se, assim, que a história da conservação do património, em especial, do núcleo urbano, é muito intrincada, contraditória e pouco

¹¹² Ibidem NG, n.º 1247 (1955 Nov.27), p. 3.

linear, feita de pequenas decisões, litígios da influência de personalidades, para além das ideologias e dos regimes.

¹¹³ *Ibidem NG*, nº 2015 (1970 Ago.14), p. 3.

MONARQUIA

I CAPÍTULO: MONARQUIA

INTRODUÇÃO

Como vimos, Guimarães desde que se formou, no século X, até ao último quartel do século XIX, poucas modificações sofreu. A cidade ia-se moldando, de acordo com alguns eixos principais, limitada pelas suas muralhas, organicamente, sem grandes preocupações urbanísticas.

A partir de finais do século XVIII, notam-se os primeiros sinais da necessidade de rigor, que começa a ser exigido, tanto pelo poder central, como pela câmara, e até pela própria população. Quebra-se assim o urbanismo tradicional, e verifica-se que há uma latente necessidade de mudança. A cidade precisa de expandir-se, de quebrar as fronteiras, muitas vezes identificadas com as muralhas, de melhorar as estradas, de estabelecer zonas amplas, de “higienizar”, de alargar e calcetar ruas, de criar alojamentos dignos para todos, de se aformosear e de crescer segundo planos lógicos. É o prenúncio de uma “*revolução urbanística*”, que irá transformar a antiga cidade medieval.

Assim, uma das primeiras medidas urbanísticas terá sido, em 23 de Outubro de 1792, a aprovação pela nobreza e pelo povo do requerimento da Câmara dirigido à Rainha, para que esta concedesse o plano e risco de todos os edifícios que na Vila se fizessem, tal como se fazia no Porto¹.

Assim, em Janeiro de 1793 é concedida uma Provisão e Ordem para inspecção das obras públicas que se venham a fazer na vila de Guimarães, na forma da planta e risco que se lhe der². Esta Provisão Régia ordena que o Juiz de Fora se encarregasse de verificar se as obras que se edificassem não continuassem na mesma desordem³.

A cidade muda de fisionomia quando, em 7 de Agosto de 1798, em execução da Provisão de 25 de Janeiro de 1793, se ordenou que em oito dias, e sob pena de 6\$000

¹ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 353; A.L. de Carvalho - A Casa da Câmara na planta da cidade. Ibidem *NG*, nº 1002 (1951 Abr.1), p. 1.

² Ibidem JLF - *Provisões*, p. 42v.

³ Ibidem JLF - *EVI*, p. 74v.

réis, fossem tirados todos os rótulos e crivos das janelas de sacadas, ficando apenas os peitoris, pois tornavam as habitações escuras e não deixavam entrar o ar puro⁴.

O projecto de organização e controle da cidade continua e, por isso, em 31 de Janeiro de 1807, principia, por ordem da Câmara, a adoptar-se o sistema de numerar as casas e indicar nas esquinas os nomes das ruas⁵.

O concelho começa a ter grande incremento económico, a par de um forte desenvolvimento demográfico. Assim, por Decreto de 19 de Fevereiro de 1853, Guimarães é elevada à categoria de cidade⁶.

Este crescimento leva a um alargamento da malha urbana, o que obriga a tomar medidas durante a segunda metade do século XIX. Assim, será elaborado o Plano Geral de Melhoramentos, mandado fazer em 1863, mas que se limita praticamente a um projecto de intenções, embora tivesse sido aproveitado até aos anos vinte do século XX.

Em reunião de Câmara de 29 de Julho de 1863 resolveu-se mandar levantar a planta da cidade, de modo a orientar o seu crescimento e as alterações que deveriam embelezar e higienizar a cidade⁷. Assim, por escritura celebrada entre o Eng. Manuel Almeida Ribeiro, professor de Arquitectura Civil e Naval da Academia Portuense de Belas Artes, e a Câmara Municipal, em 12 de Outubro de 1863, aquele é encarregado de fazer a Planta da cidade, propondo diversos “melhoramentos”. No seu trabalho escreve: *«Observarei, em conclusão, que não ignoro os meios em demasia exíguos de que a Câmara pode dispor para levar a efeito uma grande parte dos projectos que apresento. Era uma cidade, como Guimarães, excepcionalmente irregular e onde os aformoseamentos só se podem obter à custa de expropriações numerosas, é indispensável, com relação a algumas delas, esperar do tempo o que se não pode conseguir da actualidade. Na Inglaterra, decretado um melhoramento, executam-no à medida que os proprietários vão reconstituindo as suas casas. Este meio, rápido naquele país, deve ser muito moroso em Guimarães, mas é o único que as câmaras poderão empregar para realizar bons melhoramentos nos sítios onde a edificação tem valor. Em outras partes da cidade, onde a propriedade está a cair em ruínas, ou é de pouca importância, é muito possível tentar desde já as expropriações necessárias para levar a efeito melhoramentos respectivos. Estas expropriações, quanto a mim, devem*

⁴ Ibidem JLF - VOC I, p. 354v.

⁵ Ibidem JLF - EV I, p. 94.

⁶ Ibidem JLF - VOC II, p. 452v.

ser reputadas indispensáveis para colocar toda a cidade em condições higiénicas, e foi por este motivo que em todos os meus projectos levei em mira o desaparecimento dos bairros mais insalubres e mais indecentes da cidade”⁸.

Manuel de Almeida Ribeiro marca, assim, as grandes directrizes do desenvolvimento de Guimarães no século XIX.

O aumento populacional e o surgimento de uma nova burguesia tornam imprescindível a criação de espaços seleccionados onde possam construir as suas habitações, e que dêem resposta à sua necessidade de afirmação social.

Todavia, Guimarães, cidade provinciana do interior, dispondo de poucos recursos, não poderá efectuar toda a “*revolução urbanística*” planeada. Apenas será feito o possível, de modo muito lento e por etapas, conservando-se, assim, grande parte da cidade de raiz medieval. No entanto, preanunciam-se já alguns dos grandes “*esventramentos*” que serão realizados no século XX.

Em 10 de Maio de 1867 foram apresentadas as plantas da cidade e o projecto de orçamento das águas, pelo Eng. Manuel de Almeida Ribeiro, deliberando a Câmara pagar-lhe 600\$000 réis⁹, o que se efectivou em 16 de Maio de 1867¹⁰.

Em 23 de Junho de 1869 foi nomeada uma Comissão para estudar os “melhoramentos” da cidade¹¹. Esta foi instalada em 5 de Julho de 1869. A posse foi-lhe conferida pelo Visconde de Santa Luzia, Presidente da Câmara.

Do Livro de Vereações desta comissão consta que apenas houve sete sessões, até dia 21 deste mesmo mês e ano de 1869. Contém apenas a relação das propostas aprovadas pelas comissões parciais para estudar as alterações da cidade¹².

Mas a Planta ainda não estava terminada, e, em 1893, por proposta do vereador José Miguel da Costa Guimarães, foi decidido que se mandasse não só proceder à

⁷ Ibidem JLF - VOC I, p. 461; Ibidem JLF - VOC II, p. 459.

⁸ Ibidem MAO.

⁹ Ibidem JLF - VOC I, p. 147v; Ibidem JLF - VOC II, p. 461.

¹⁰ Ibidem JLF - VOC I, p. 288.

¹¹ Ibidem JLF - VOC I, p. 462, 464.

¹² Ibidem JLF - EV III, p. 14.

A Comissão de Melhoramentos era composta pelo Dr. Bento António de Oliveira Cardoso, Barão de Pombeiro, Eng. José Taveira Carvalho Pinto de Meneses, João de Castro Sampaio, Francisco Pinto do Amaral e Freitas, Dr. Avelino Germano da Costa Freitas, (subdelegado de saúde), Dr. Avelino da Silva Guimarães, (vice-presidente da Câmara), Rodrigo Teixeira de Meneses, Dr. Francisco Martins Morais Sarmiento, Luís Cardoso Martins de Macedo e João Baptista Sampaio. Na reunião depois efectuada, o Barão de Pombeiro propôs que fosse presidente da Comissão o Vice-presidente da Câmara, como seu delegado, e secretário Rodrigo Teixeira de Meneses, como o mais novo. Por sua vez o José Taveira Carvalho Pinto de Meneses propôs que houvesse um plano definitivo e um plano provisório de melhoramentos, incluindo-se neste todos os melhoramentos a que se devesse dar começo, segundo a sua maior ou menor urgência, e no definitivo todos aqueles que se tivessem de realizar posteriormente.

conclusão da mesma, incluindo-se na já existente as alterações posteriores, mas também ao levantamento das plantas das povoações de Vizela, Taipas, S. Torcato e Campelos, a fim de ser organizado um plano metódico dos “melhoramentos” e dar início aos trabalhos. Dizia o Comércio de Guimarães que “*sem uma planta era para hoje se fazer uma obra e amanhã modificá-la radicalmente como tem acontecido*”¹³.

Na sessão da Comissão Municipal de 17 de Maio de 1893, leu-se um ofício do administrador da Sociedade Martins Sarmiento, pedindo que na planta da cidade se incluísse a indicação da linha de muralhas da vila, as suas torres e entradas, e os monumentos dignos de menção¹⁴.

Por proposta do Presidente da Câmara, em 25 de Janeiro de 1899, esta aprovou a nomeação de duas comissões para estudarem e apresentarem o resultado dos seus trabalhos, uma acerca das obras e “melhoramentos” a realizar na cidade, e outra acerca das obras e “melhoramentos” a realizar nas freguesias rurais¹⁵.

Na Câmara Municipal, em sessão de 26 de Março de 1902, pelo Vereador Cónego Vasconcelos foi feita a seguinte proposta: “*Considerando que as condições de higiene e asseio da cidade deixam muito a desejar, e que nos parece fácil conseguir que as suas condições de salubridade se modifiquem facilmente: 1º A Câmara prepare para edificação um ou mais bairros em boas condições nos quaes se tornem fáceis as edificações; proponho que com a maior brevidade possível se organize uma planta de alargamento da cidade, de modo que nas ruas planeadas se torne fácil a edificação de casas*”. Esta proposta foi aprovada por unanimidade, ficando encarregado o condutor de Obras Públicas, António Martins Ferreira, de levantar a planta e de a apresentar, em breve prazo, à Câmara Municipal, de harmonia com as indicações que lhe forem dadas pela Presidência¹⁶.

Numa proposta que foi apresentada à Câmara em 11 de Abril de 1906, pelo Presidente, Abade João Gomes de Oliveira Guimarães, referia que se tinha procurado concretizar os “melhoramentos” propostos pelo Eng. Almeida Ribeiro, de acordo com as condições financeiras do município¹⁷. Pretendia-se o alargamento do centro da cidade

Manuel Alves de Oliveira – *Ob. cit.*, p.26-27.

¹³ *Ibidem* CG, nº 837 (1893 Maio 4), p. 2; *Ibidem* JLF - EV II, p. 69v.

¹⁴ *Ibidem* CG, nº 840 (1893 Maio 18), p. 2.

¹⁵ *Ibidem* JLF - EV I, p. 75v.

¹⁶ *Ibidem* CG, 1902 Abr.4, nº 1665, p. 2.

¹⁷ *Ibidem* CG, nº 2057 (1906 Abr.24), p. 2.

(Praça de S. Tiago e ruas anexas), mas tal não foi possível devido não só a problemas económicos, mas também sociais.

Apesar de tudo, o século XIX, foi uma época de mudança em Guimarães, como veremos de seguida em pormenor. Algumas das alterações mais profundas foram, para além da demolição parcial da muralha e de torres, a construção do Jardim Público do Toural, a renovação do largo do Carmo, a demolição das igrejas de S. Tiago e S. Sebastião, a abertura das ruas de Paio Galvão, de Gil Vicente, de Serpa Pinto e do Comércio e da Indústria.

Nas páginas seguintes vamos descrever as alterações rua a rua, largo a largo.

1. Guimarães intramuros

1.1. “Vila alta”

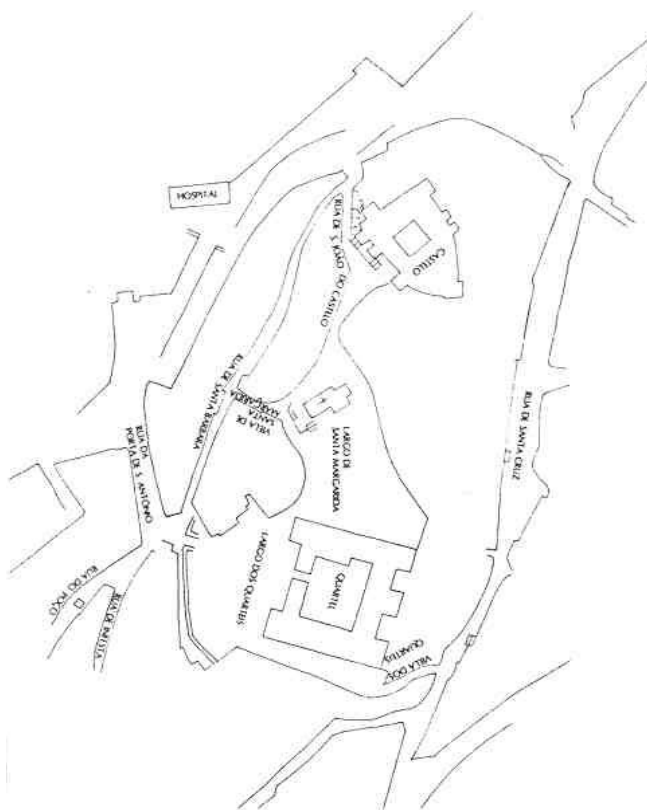
Como já referimos, segundo os historiadores medievais, Guimarães nasceu a partir de dois núcleos primitivos: a “vila alta” ao redor do castelo, e a “vila baixa”, o burgo que nasceu à volta do mosteiro fundado por Mumadona¹⁸. Diz-nos Conceição Falcão que “*O castelo, na “vila alta”, funcionara como o motor do povoamento da colina. Porém, foi o mosteiro que se revelou o mais forte vector de expansão*”¹⁹. Com o decorrer do tempo os dois núcleos expandem-se. A muralha iniciada por D. Afonso III e concluída por D. Dinis, unifica-os. A mesma historiadora esclarece-nos que D. Fernando iniciou o processo, mas D. João I pôs fim aos privilégios do castelo, atribuindo ao burgo a supremacia jurisdicional, ordenando em 1389 que fossem ambos um só povo: Guimarães²⁰. Esta divisão vai permanecer no tecido urbano, e vamos analisar o destino que teve cada uma das partes da cidade: a alta, mais carenciada, profundamente alterada no século XIX e a baixa, que conservou o seu magnífico núcleo antigo, artificialmente separadas pelas ruas de Agostinho Barbosa e Serpa Pinto.

¹⁸ Ibidem MCFF, p.11; Ibidem p. 14-15.

¹⁹ Ibidem MCFF, p. 18.

²⁰ Ibidem MCFF, p. 23.

1.1.1. Monumentos da Fundação



Castelo

O castelo, a edificação mais antiga, construção alta medieval, chegou até nós coberto de lendas. Teria sido erguido por Mumadona no século X, em 957, para protecção do Mosteiro que tinha fundado mais abaixo²¹. Por ele passaram as lutas medievais da independência.

Com a perda de posição estratégica da vila, logo após a época medieval, o castelo passou a ter menos importância militar. Assim as grandes reformas deixaram de se fazer e as obras e “melhoramentos” começaram a ser cada vez mais reduzidos. Durante o século XVII e conforme nos conta Alberto Vieira Braga houve no castelo de Guimarães pequenos consertos, geralmente relacionados com a cadeia que há muito

²¹ Ibidem MCFF.

tempo lá existia. No século XVIII continuaram a fazer-se obras já mais profundas incluindo a armação do telhado da torre²².

O edifício não era encarado como um monumento, mas como uma reserva de pedra e uma cadeia que era necessário conservar, para utilizar. Não havia, ainda, uma ideia de conservação do património, mas de manutenção com fins utilitários.

Porém, desde finais desse século há uma nova ideia de preservação dos monumentos antigos. Embora se promulgasse o Alvará Régio de 1721²³, (reeditado em 1802), só muito mais tarde isso corresponderá a uma acção concreta.

Em 1800 o castelo de Guimarães encontrava-se em muito mau estado²⁴. O castelo, que, como atrás dissemos, há muito perdera a sua importância militar, tornara-se agora um monstro de pedra, pois quase não tinha utilidade prática, e era uma imensa mole de pedra que se podia aproveitar, como já estava acontecendo com a Muralha. Por isso, logo no início do século, em 1829, Custódio José Sampaio Guimarães, pretende a pedra da Torre de Menagem, mas a consciência da tradição impede que ela seja derrubada: “*Foi o berço de réis e foi o berço da Monarquia. Não deve ser demolido*”, decide o rei²⁵.

Ao longo do tempo foram-se fazendo consertos na cadeia, e em 12 de Junho de 1834 a Câmara decide mandar tapar o poço raso que existia no quintal do castelo, para, deste modo, evitar algum desastre público, ordenando que se pusesse em arrematação a pedra do mesmo, com obrigação de o tapar o melhor que se pudesse. Foi arrematada por 4\$800 réis metal, oferecido por António José Martins, de Santa Margarida²⁶.

Em 31 de Janeiro de 1836 José Manuel da Costa, botequineiro, lembrando que o castelo fora “*hua prisão barbara*” por nos tempos do rei D. Miguel ter sido prisão política, propôs, como sócio da “Sociedade Patriótica Vimaranesense” que o Castelo fosse arrasado e a pedra aplicada no conserto das ruas, o que, não foi levado a cabo, uma vez que perdeu o escrutínio por um voto²⁷.

A nível nacional, decide-se a extinção das Ordens religiosas, com a consequente extinção dos Conventos e o abandono de edifícios e bens móveis. Tiram-

²² Ibidem JLF - VOC I, p. 67v.

²³ *Boletim da Real Associação do Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*. 3ª série, VII tomo, nº 10 (1897), p. 156.

²⁴ Ibidem JLF - VOC I, p. 257v.

²⁵ Ibidem JLF - *Livros de Registo da Câmara de Guimarães*, p. 110v; Ibidem JLF - EV, p. 147v.

²⁶ Ibidem JLF - VOC I, p. 283; Ibidem JLF - VOC, p. 447v.; P^o. António Caldas - *Ob. cit.*, p. 409.

²⁷ P^o. António Caldas - *Ob. cit.*, p. 411; Ibidem JLF - EV I, p. 95; Luiz de Pina. p. 66; *Guimarães. Ob. cit.*; Ibidem MAO, p. 11-12.

se, assim, aos monumentos as suas primitivas funções, realizando-se muitas vezes contra eles actos de vandalismo terríveis. Começa então a existir, por parte de alguns intelectuais, uma nítida preocupação pela defesa dos monumentos, procurando classificar os edifícios das ordens religiosas, extintas pelo decreto de 28 de Maio de 1834. Como reflexo dessa preocupação, Luís Mouzinho de Albuquerque envia, em 1836, uma circular à Academia Real das Ciências de Lisboa, a quem incumbe a conservação dos monumentos, para que se elaborasse uma lista dos conventos extintos, geralmente transformados em quartéis, ou com equipamentos culturais como conservatórios, academias, bibliotecas, museus e instrução Pública.

Em 1838 Alexandre Herculano insurge-se contra a vaga demolidora dos monumentos, apelando para a defesa da “*história da arte*”²⁸, e defende “*os monumentos de arte da Idade Média*”²⁹. Herculano refere-se mesmo a Guimarães, à demolição da muralha e às obras da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira³⁰. Também em Guimarães começam a ser numerosos os defensores dos monumentos. O espírito de conservar os símbolos da monarquia amplia-se, e paralelamente, foi começando a existir um espírito conservacionista, o que se reflecte na representação da Câmara enviada à rainha em Novembro de 1839, pedindo a salvaguarda do Castelo e Paços dos Duques³¹. Mais tarde, em 25 de Outubro de 1841, a publicação de uma portaria, devido à representação da Câmara, declara que a cadeia da correição deveria passar a ser considerada a do concelho em substituição da antiga do castelo³². Apesar de tudo, o espírito conservacionista continua a aumentar e chega à própria população. Assim, em 1850, é lançada uma Circular, que um grupo de vimaranenses espalhou pela vila de Guimarães, em defesa do Castelo. A partir daí, formou-se um grupo de opinião, uma elite de vimaranenses, e não mais se deixou de defender a conservação do castelo e o seu restauro. Com eles surgiu um plano de obras a fazer no monumento.

A circular dizia o seguinte: “*A Comissão composta dos cidadãos abaixo mencionados e instalada debaixo dos auspícios da Illm^a Câmara desta Vila de Guimarães, para o fim de explorar, reparar, reedificar, e embelezar o Castelo desta mesma vila tão notável pela sua tradição e antiguidade, como belo e agradável pela*

²⁸ Ibidem AH - *Ob. cit.*, p. 8.

²⁹ Ibidem AH - *Ob. cit.*, p. 14.

³⁰ Ibidem AH - *Ob. cit.*, p. 40-42.

³¹ Ibidem JLF - *EV IV*, p. 202.

³² Ibidem JLF - *EV IV*, p. 71v.

*sua posição apresentando os melhores pontos de vista, convida todos os Cidadãos desta mesma Vila para subscreverem com quaesquer quantias a fim de ser levada a efeito uma tal empresa de reconhecido e geral interesse. A Comissão tem em vista reparar os muros do castelo que se acham desmoronados, e em estado de ruína - fazer portas, escadas, parapeitos, e grades, para que se possa passear em volta do mesmo castelo com segurança e suavidade - tornar comunicáveis os pequenos castelos com o grande castelo central, fazendo-se neste diferentes andares, sendo o ultimo um terraço, que pela sua elevação apresentará o melhor golpe de vista - reparar a Capela de S. João e fazer enfim tudo o mais que se torne útil e conveniente na proporção dos meios que se forem obtendo. A Comissão não poupará esforços para corresponder à confiança da ilm^a Câmara sempre desvelada em promover os interesses e vantagens do Município. A mesma comissão para dar aos cidadãos desta vila um testemunho fiel dos interesses que toma nesta empresa, não só concorre com seus trabalhos e fadigas, mas também subscreve com quotas pecuniárias, e espera que seus concidadãos vimaranenses animados de igual interesse seguirão o seu exemplo. Guimarães, 21 de Julho de 1850, Presidente Rodrigo Lobo Machado e Couros, Domingos de S. Miguel Durães, João Machado de Melo e Castro, Francisco de Azevedo Varela, Custódio José Fernandes Guimarães, João António Fernandes Guimarães”. Agora e pelo mesmo preço, um alvitre: Que se aprontem as obras no próximo ano, lá para a data da Batalha de S. Mamede, e servindo o castelo de pano de fundo, de cenário imponente e majestoso, fora ou dentro, quer na lembrança das lutas intimas quer na recordação de guerrilhas em campo livre[...]*³³.

Nesta época foi também emprestado o sino do Castelo, que segundo João Lopes de Faria foi entregue à Irmandade dos Santos Passos³⁴. Porém, em 25 de Setembro de 1850 a Câmara ordena à Irmandade do Campo da Feira, que devolva o sino, que lhe tinha sido emprestado³⁵.

Entretanto, a nível nacional também se continua a lutar pela preservação dos monumentos: em 1840 uma portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino³⁶ dá-nos conta de que a legislação sobre Património se torna obrigatória. As destruições

³³ Ibidem AVB - Há perto de um século. Ibidem CG, nº 4111 (1927 Out.14), p. 1.

³⁴ Ibidem JLF - VOC II, p. 452.

³⁵ Ibidem JLF - VOC I, p. 288v.

³⁶ “Portaria de 13 de Agosto de 1840”, In *Monumentos Nacionais Portugueses*. Legislação. Lisboa, Imp. Nacional, 1910, p. 12.

ocorridas na Igreja de Nossa Senhora da Asseiceira tinham originado um inquérito às demolições, e reflectiam a situação da época. Em 1860 o bibliotecário-mor, a quem, pelos alvarás de 20 de Agosto de 1721 e de 4 de Fevereiro de 1802, cabia a inspecção dos Monumentos e Antiguidades, faz uma representação ao governo para que providencie sobre este estado de coisas³⁷.

Começa-se verdadeiramente a pensar em restaurar, mas “*o restauro é a adaptação da forma primitiva à imagem que dela possui a nossa cultura*”, diz-nos José M. Ressano Garcia Lamas³⁸. E assim, em 1861 arremata-se um grande restauro do castelo de acordo com a imagem e tecnologia do século XIX³⁹.

Finalmente toda a população reconhece a importância do castelo e isto vai-se reflectir no Plano de Melhoramentos do Eng. Almeida Ribeiro, iniciado em 1863, que prevê para a zona um parque tão ao gosto dos finais do século. Referia ainda que o Castelo poderia ser utilizado como um excelente miradouro. É a primeira vez que encontramos a ideia de um parque na colina, e que irá ser concretizada progressivamente. Previa ainda, a abertura de algumas ruas e o endireitar de outras. Isto irá criar nos vimaranenses a ideia de que a zona do Castelo devia ser melhorada, para engrandecimento dos Monumentos da Fundação⁴⁰.

Em 9 de Março de 1881 é publicado no Diário do Governo n.º 62, a páginas 694 a 698 o “*Relatório e mappas acerca dos edifícios que devem ser classificados monumentos nacionaes, apresentados ao governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses em conformidade da portaria do Ministro das Obras Públicas de 24 de Outubro de 1880. Extracto da acta da sessão da Assembleia Geral da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses em 30 de Dezembro de 1880 - [...] Levada d’este intuito pareceu-lhe conveniente crear seis classes. Collocou na primera os que reúnem em si, em maior grau, as memórias históricas e os primores artísticos e também os que somente se recommendam pela grandeza da sua construcção ou pela sua magnificencia, ou pelas excellencias da arte que encerram. Estes devem ser conservados, e restaurados os que demandarem restauração. E pode o Governo fazel-o sem novo encargo para o thesouro. Do mesmo modo por que tem sido*

³⁷ “Relatório de Mendes Leal, bibliotecário-mor, de 21 de Março de 1860”, In Gabriel Pereira, *Monumentos Nacionais*, vol. 1, Lisboa, Typ. do Dia, 1902, p. 25.

³⁸ José Maria Ressano Lamas - *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: FCG-JNICT, 1993, p. 111.

³⁹ *Ibidem* JLF - *VOC I*, p. 460.

⁴⁰ *Ibidem* MAO, p. 14-16.

*restaurado o primeiro monumento da victoria de Aljubarrota, podem ser restaurados a seu turno, os outros monumentos d'esta classe, que necessitem de restauração em alguma das suas partes artísticas. Para este encargo existe já no orçamento do Estado uma verba, que será sufficiente se for applicada com discrição, zelo e economia. [...] Um, o [castelo] de Guimarães, d'entre todos o mais apreciável, certamente, pela sua antiguidade, anterior à monarchia; por ter servido de berço e de côrte ao nosso primeiro Rei, mostrando os restos dos seus paços, de modo a poder-se conhecer a divisão interior d'elles; pelo seu excellente estado de conservação, não obstante pesarem sobre as suas muralhas torreadas mais de oito seculos, merece tão especial attenção e cuidado, não só para que sejá protegido contra a barbaridade dos homens, mas também para que o ajudem a resistir à acção assoladora do tempo, quando esta ameaçar de ruína, que pareceu à Commissão dever assignalar-lhe logar de primeira classe[...]*⁴¹.

Este documento causa grande impacto em Guimarães, e a Câmara vai aproveitar para, em Fevereiro de 1882, representar novamente ao governo pedindo-lhe que mande reparar o castelo⁴², considerado no Diário do Governo nº62, de 19 de Março de 1881 monumento histórico de 1ª classe⁴³.

Alcançou-se pois o consenso para preservar os monumentos históricos de grande interesse, para nacionais e estrangeiros⁴⁴.

O castelo dependia do Ministério da Guerra⁴⁵, que pouco se interessava pela sua conservação. Então, o Presidente da Câmara António Motta-Prego, mais José Castro Couto e Castro Sousa Amaral apresentam em sessão da Câmara de 16 de Abril de 1884 uma proposta. Resolve-se representar ao Ministério da Guerra, solicitando para que passe a ser esta câmara a encarregada pela conservação do castelo, aplicando uma verba para esse fim, o que foi unanimemente aprovado⁴⁶. Assim a Câmara apresenta ao rei uma representação com data de 6 de Maio de 1884, tentando que este lhe transfira a conservação do dito Castelo⁴⁷.

⁴¹ *Diário do Governo* nº 62 (19 Mar.1881), p. 694-698.

⁴² *Ibidem* JLF - *VOC I*, p. 154.

⁴³ *Ibidem* JLF, *VOC I*, p. 159Av.

⁴⁴ *Ibidem* JLF, *VOC II*, p. 244.

⁴⁵ *Ibidem* JLF, *VOC II*, p. 244.

⁴⁶ *Ibidem* JLF, *VOC I*, p. 156; *Ibidem* RP, nº 32 (1884 Abr. 19), p. 2.

⁴⁷ *Ibidem* JLF, *VOC II*, p. 244v.

O monarca deve ter concordado, pois em Agosto de 1884 já a imprensa periódica se congratulava por o monumento ter sido concedido à Câmara Municipal, pedindo a sua rápida reparação. Em 29 de Agosto de 1884, nos Paços do Concelho, o Tenente Coronel de engenharia e inspector de engenharia 3ª Divisão Militar na cidade do Porto, José Pedro Lumiar, respeitando a ordem da secretaria do Ministério da Guerra, fez a entrega do Castelo à Câmara Municipal que o tinha pedido com as condições (vexatórias, diz-nos João Lopes de Faria), a que ela se obrigou no respectivo termo⁴⁸. Assim, no termo de concessão, o Governo reserva para si o paiol que se encontra instalado no interior do Castelo⁴⁹.

Entretanto o público visita o castelo, e a imprensa periódica, pede maior facilidade no acesso dos visitantes⁵⁰, pois não era fácil visitá-lo, e junta ainda as queixas de que o governo não o repara, e que o Estado lho deu “*a cair de madeira, com rachas e ervas entre as pedras, e com as muralhas a ameaçar ruína*”. As condições de cedência não foram boas, pois a Câmara vai ter que o reparar, e terá que o entregar sem indemnização ao Estado, se este lho pedir⁵¹.

Planeia-se o início das obras, e reconstrói-se o pátio e os degraus⁵².

Entretanto celebra-se o 7º Centenário de D. Afonso Henriques e a comissão promotora dos festejos entrega um requerimento à Câmara, apresentado em sessão de 2 de Dezembro de 1885, pedindo licença para que a Câmara mande iluminar o seu edifício e castelo. A Câmara defere quanto à iluminação do edifício dos Paços do Concelho, mas indefere em relação ao Castelo “*não só porque n’elle andam obras, mas também porque estando próximo o paiol de pólvora do regimento pode a mesma iluminação, segundo informações obtidas, ser a causa de grandes desastres*”⁵³. Em consequência de um maior sentido de responsabilidade em relação à salvaguarda do Património à sua guarda, a Câmara resolve em sessão de 5 de Maio de 1886 representar ao governo de Sua Majestade, pedindo para se colocar um novo pára-raios no castelo desta cidade, em cujas proximidades se achava o paiol de pólvora da Regimento n.º 20, pois o pára-raios que ali existia estava obsoleto⁵⁴. Mas, em sessão da Câmara de 3 de

⁴⁸ Ibidem JLF, *EV III*, p 186; Ibidem CG, nº 19 (1884 Ago.30), p. 1.

⁴⁹ Ibidem CG, nº 1, (1884 Set.29), p. 2.

⁵⁰ Ibidem CG, nº 23 (1884 Set.13), p. 2.

⁵¹ Ibidem CG, nº 29 (1884 Set.15), p. 1.

⁵² Ibidem CG, nº 113 (1885 Ago.9), p. 2.

⁵³ Ibidem CG, nº 144 (1885 Dez.5), p. 2.

⁵⁴ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 153.

Janeiro é lido um ofício do caseiro participando que no interior do castelo cai chuva, o que deteriorava as madeiras⁵⁵. Logo em seguida a Comissão Executiva da Câmara Municipal aprova o projecto e orçamento das obras da cobertura metálica do castelo, cuja conservação estava a seu cargo⁵⁶.

Assim, a Comissão Municipal, em sessão de 31 de Agosto, resolveu que a obra fosse arrematada no mês de Setembro⁵⁷. Foi definitivamente aprovada em inícios de Setembro de 1887⁵⁸. Mas as obras são morosas e a imprensa dá-nos notícia de que a Comissão Executiva da Câmara mandou intimar o arrematante da obra da cobertura metálica do castelo para a concluir dentro de 20 dias, visto não ter cumprido o contrato a que se obrigou⁵⁹. Pela primeira vez aparece-nos a ideia de concretizar o projecto de melhoramento em volta do castelo. Foi o Dr. Joaquim José de Meira que propôs e a Câmara aprovou⁶⁰, em sessão de 1 de Abril de 1889⁶¹.

Entretanto iam-se fazendo pequenas reformas no Castelo⁶², mas pretende-se fazer um restauro mais condigno. A imprensa local dá-nos então notícia que se preparava um restauro profundo⁶³, mas enquanto isso não acontecia, iam-se queixando do mau estado do monumento⁶⁴. Finalmente, em sessão de 1 de Maio, é aprovada uma proposta para que o engenheiro militar, Inácio de Meneses, organize um plano de obras de conservação e restauro do castelo⁶⁵.

Mas as obras demoram a concretizar-se. Continuam novos protestos na imprensa, seja porque o pára-raios não funciona (estando lá instalado o depósito de pólvora do Regimento de Infantaria 20)⁶⁶, seja pelo ambiente que rodeia o monumento⁶⁷.

Entramos finalmente no século XX, e nessa altura, por deliberação da Câmara Municipal, e a pedido do Comandante de Infantaria 20, mandou-se colocar uma

Segundo o P^o Caldas o pára-raios foi ali colocado em 1877, depois de lá ser colocado o referido paiol. *Ob. cit.*, p. 410.

⁵⁵ *Ibidem* CG, n^o 241 (1887 Jan.6), p. 2.

⁵⁶ *Ibidem* JLF - EV III, p. 193; *Guimarães, o Labor da Grei*. Guimarães, 1923, p. 34.

⁵⁷ *Ibidem* CG, 1887 Set.5, n^o 304, p. 2.

⁵⁸ *Ibidem* CG, n^o 304 (1887 Set.5), p. 2.

⁵⁹ *Ibidem* CG, 1888 Mar.22, n^o 354, p. 2.

⁶⁰ *Ibidem* JLF - VOC I, p. 162A.

⁶¹ *Ibidem* JLF - EV II, p. 2v.

⁶² *Ibidem* CG, n^o 831 (1893 Abr.13), p. 2.

⁶³ *Ibidem* CG, n^o 843 (1893 Jun.5), p. 2.

⁶⁴ *Ibidem* CG, n^o 1115 (1896 Jun.11), p. 2.

⁶⁵ *Ibidem* RP, n^o 845 (1896 Jun.12), p. 2.

⁶⁶ *Ibidem* CG, n^o 1499 (1900 Jul.20), p. 2.

⁶⁷ *Ibidem* CG, n^o 1506 (1900 Ago.14), p. 3.

lâmpada eléctrica num dos ângulos da Torre de Menagem do Castelo, bem como se reformou a porta principal, que lhe dava entrada⁶⁸.

Por esta altura José Leite de Vasconcelos protestava energicamente contra o derrube do Castelo de Braga, que a Câmara intentava realizar⁶⁹ e que se concretizou, só se mantendo a Torre de Menagem.

Em sessão de 17 de Janeiro de 1906, a Câmara Municipal, leu um ofício da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, chamando a atenção da Câmara para quantos monumentos históricos e arqueológicos existissem no seu concelho e responsabilizando-a pela sua conservação⁷⁰.

Finalmente, em 1907, a Câmara recebe um ofício da Repartição de Engenharia Militar, participando que o Ministério da Guerra resolve proceder a reparações na Torre de Menagem do Castelo, solicitando ajuda da Câmara, que deliberou incluir no primeiro orçamento suplementar a quantia de 100\$000 réis para esse fim⁷¹. O Governo dá ordem para que seja elaborado o projecto e orçamento das despesas a fazer⁷². Contudo, o monumento continua em estado cada vez mais degradado e os jornais protestam⁷³. Chega a haver uma forte campanha na imprensa de Guimarães para defesa do Castelo de Guimarães⁷⁴, pedindo o seu restauro, a edificação de um quartel novo, a demolição de casas para que surja um parque⁷⁵, e assim se dignifiquem os Monumentos da Fundação.

Em 1908, a mesma imprensa dá-nos notícia de que tinha sido considerado Monumento Nacional⁷⁶ continuando, no entanto, o paiol a pertencer ao Ministério da Guerra⁷⁷. Finalmente, neste mesmo ano, começam os reparos no castelo, talvez devido à visita que D. Manuel II viria fazer à cidade⁷⁸. Pelo Ministério da Guerra foi mandado pôr à disposição do Conselho administrativo do Regimento de Infantaria 20 a quantia de 85\$000 réis a fim de prosseguir as obras no Castelo⁷⁹. E começa-se a falar, que a

⁶⁸ *Ibidem CG*, nº 1965 (1905 Maio 12), p. 2.

⁶⁹ *Ibidem CG*, nº 1993 (1905 Ago.25), p. 3.

⁷⁰ *Ibidem CG*, nº 2035 (1906 Jan.26), p. 1.

⁷¹ *Ibidem CG*, nº 2165 (1907 Jun.11), p. 2.

⁷² *Ibidem CG*, nº 2178 (1907 Jul.26), p. 2.

⁷³ *Ibidem CG*, nº 2274 (1908 Jul.8), p. 2.

⁷⁴ *Ibidem CG*, nº 2274 (1908 Jul.8), p. 2; nº 2276 (1908 Jul.17), p. 1; nº 2277 (1908 Jul.21), p. 1.

⁷⁵ *Ibidem CG*, nº 2277 (1908 Jul.21), p. 1.

⁷⁶ *Ibidem CG*, nº 2283 (1908 Ago.14), p. 3; *Ibidem CG*, nº 2299 (1908 Out.9), p. 3.

⁷⁷ *Ibidem JLF - EV III*, p. 182v.

⁷⁸ *Ibidem CG*, nº 2309 (1908 Nov.13), p. 2.

⁷⁹ *Ibidem CG*, nº 2321 (1909 Jan.5), p. 2.

Câmara, logo que possa, deve ajardinar o local e limpá-lo⁸⁰, embora, durante esta época, não se chegue a concretizar.

Em 16 de Junho de 1910 sai o decreto-lei n.º 136, publicado no dia 23 do mesmo mês, designando os imóveis que deviam ser considerados Monumentos Nacionais. Para além do Castelo foram-no também a Igreja de S. Miguel, a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, os claustros da Igreja de S. Domingos, o cruzeiro da Senhora da Guia, o Padrão de D. João I, o Paço dos Duques de Bragança e os Paços Municipais de Guimarães⁸¹.

Igreja de S. Miguel do Castelo

Nesta colina existe ainda um outro monumento, considerado da Fundação e que o povo respeita, que é a Igreja de S. Miguel do Castelo, uma das mais antigas igrejas vimaranenses. Sede de paróquia, esteve desde muito cedo ligada à lenda de que nela fora baptizado D. Afonso Henriques, embora hoje esteja comprovado de que nessa altura o templo ainda não existia⁸².

Fazendo parte da vida eclesiástica, teve uma vida atribulada desde o século XVIII, pois durante diversas vezes se encontrou em avançado estado de degradação. Já em 1708, o D. Prior D. João de Sousa fez visitação no temporal à abadia de S. Miguel do Castelo assinando o capítulo dela em 20 de Abril seguinte, em que louva o pároco pelo cumprimento das suas obrigações, pois achava a igreja bem ornamentada, louva o abade pelo seu asseio e limpeza, manda fazer as despesas na igreja que lhe permite o pouco emolumento que nela tem “*e atendendo à sua impossibilidade à decência que deve haver em tudo o que toca à igreja, e à memória das veneráveis antiguidades que se conservam nela, sendo o primaz deste arcebispado*”, manda fazer à sua custa por esmola com a brevidade possível: retalhar a igreja, endireitar o lajeado do pavimento dela, reparar a porta principal tirando-se a pedra que ameaçava ruir, rebocar e cair a capela mor e tirar o coro por não ser necessário, e encomenda ao abade para que o avisasse das necessidades que houvessem na igreja, para ele as mandar prover⁸³.

Mas, em meados do século XIX, encontrava-se novamente em muito mau estado.

⁸⁰ Ibidem CG, n.º 2325 (1909 Jan.19), p. 2.

⁸¹ Ibidem JLF - EV II, p. 267v.

⁸² Ibidem MCFF- Ob. cit.

O edifício esteve realmente em perigo quando, em 14 de Dezembro de 1868, dentro do que se estabelecia no Decreto de 21 de Abril de 1862, promulgado pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, e publicado no Diário de Lisboa de 29 de Abril de 1862, a Comissão Comarcã do Concelho de Guimarães, constituída para proceder à revisão paroquial, propôs-se suprimir a freguesia de S. Pedro de Azurém, e alargar os limites da de S. Miguel do Castelo, o que não chegou a ser concretizado. Como a igreja de S. Miguel do Castelo não poderia comportar toda a população que lhe viria a caber com o projectado alargamento, o Administrador do Concelho resolveu officiar, em 10 de Dezembro de 1868, ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia, pedindo-lhe que consultasse a Mesa, a fim de se ver se haveria qualquer inconveniente na cedência da Igreja do Hospital para, interinamente, se fazer nela o serviço paroquial enquanto se efectuassem obras na de S. Miguel do Castelo. O ofício foi presente à sessão de 14 de Dezembro de 1868, mas foi indeferido por unanimidade, sob o fundamento da Misericórdia precisar de ter a sua igreja livre para o serviço do Hospital, e ainda para obstar a outros inconvenientes que, de futuro, se poderiam dar⁸⁴.

Em 1872 desmoronou-se. O templo já há longo tempo se encontrava em muito mau estado, o que teve como consequência o desmoronamento do campanário e o cunhal do lado do Paço dos Duques⁸⁵.

Nesse mesmo ano, a 16 de Dezembro, o arcebispo D. José Joaquim de Azevedo e Moura anexa a freguesia de S. Miguel do Castelo à de Nossa Senhora da Oliveira⁸⁶, diminuindo-lhe a sua importância eclesiástica. Isto contribui para que o seu estado de degradação aumente, tendo-se mesmo desmoronado o frontal da Igreja. Em 23 de Julho de 1873 o Presidente da Câmara envia um ofício ao Governador Civil de Braga em que se queixa desta situação. Pede então ao Governador que interfira e procura sensibilizá-lo, para que a Igreja passe para administração da Câmara, a fim de que esta a possa restaurar. É que a ela estão ligadas questões sentimentais, pois foi lá que o primeiro rei foi baptizado⁸⁷. Alguns meses mais tarde, em Setembro do mesmo ano, a Câmara pede novamente a passagem para a sua posse, a fim de ser restaurada⁸⁸. Mas a

⁸³ *Ibidem* JLF - *EV I*, p. 319v.

⁸⁴ MAO - Pairou uma ameaça sobre a igreja de S. Miguel do Castelo. *Ibidem* NG, nº 1930 (1968 Dez.14), p.1; *Ibidem* JLF - *EV IV*, p. 256.

⁸⁵ *Ibidem* JLF - *EV IV*, p. 202.

⁸⁶ *Ibidem* JLF - *EV IV*, p. 259.

⁸⁷ *Ibidem* JLF - *VOC*, p. 240.

⁸⁸ *Ibidem* JLF - *VOC II*, p. 240.

Câmara não possuía meios para a restaurar. Abre-se então uma subscrição para o restauro da referida igreja, cujas obras foram orçadas em mais de 500\$000 réis⁸⁹. Perante tal ruína a imprensa colabora nas críticas ao estado do Monumento e interroga-se se não haverá alguém habilitado a restaurá-la?⁹⁰.

Em em 17 de Agosto de 1874 dá-se princípio ao restauro da Igreja de S. Miguel do Castelo, por iniciativa particular, sob direcção do Dr. Francisco Martins Sarmiento⁹¹, que chefiava uma comissão composta por: Martins Sarmiento, cónego José de Aquino Veloso de Sequeira, João Pinto de Queirós e o P.^e António José Ferreira Caldas⁹², com a consultadoria do Conselheiro, Eng. Feijó, membro da Comissão nomeada pela Associação dos Architectos e Archeólogos Portugueses para estudar o assunto, analisando o estado do edifício e tirando conclusões sobre as obras de restauro a realizarem no mesmo. Estudam-no minuciosamente, e, o modo como executam o restauro, foi aprovado pela Assembleia Geral da Associação dos Architectos e Archeólogos Portugueses⁹³. Assim, “*a igreja de S. Miguel do Castello foi reedificada e restaurada, conservando a sua antiga simplicidade e pureza de estylo, exemplo muito raro nas construções dos edificios antigos, a que se tem procedido n’este reino*”⁹⁴. Foi um restauro de qualidade, que recebeu um voto de louvor por parte da Assembleia Geral da Associação. Em 14 de Junho de 1876 a Real Associação dos Architectos e Archeólogos concede a medalha de bronze ao “*Dr. Francisco Martins Sarmiento, que tomou a iniciativa e generosamente concorreu, para ser restaurada no seu primitivo estylo a antiga egreja histórica de S. Miguel do Castello de Guimarães*”⁹⁵.

Martins Sarmiento vai respeitar a traça original da igreja, seguindo o seu estilo primitivo, de acordo com a época em que foi construída, conservando a pureza e simplicidade e retirando todos os acrescentos que os cónegos posteriormente lhe foram acrescentado (como por exemplo azulejos e pinturas), segundo a teoria difundida por Viollet-le-Duc, que propunha a remoção de todos os elementos interiores e exteriores

⁸⁹ Ibidem *RP*, nº 20 (1874 Jan.2), p. 2.

⁹⁰ Ibidem *RP*, nº 20 (1874 Maio 16), p. 1.

⁹¹ Ibidem *JLF - EV III*, p. 157v.

⁹² Livro de Notas de António de Azevedo, 1956. (SMS, Arquivo Pessoal. António de Azevedo).

⁹³ *Boletim da Associação dos Architectos e Archeologos Portugueses*. 2ª série, tomo IV, nº 4 (1875), p. 64.

⁹⁴ Ibidem *BAAAP*. 2ª série, tomo V, nº 4 (1886), p. 63-64.

⁹⁵ *Boletim da Associação dos Archeologos e Architectos Portugueses*, 2ª série (1876), nº 11, p 162. Ibidem *JLF - EV II*, p. 263

que não pertencessem cronológica e esteticamente ao estilo em que tinha sido primitivamente construída⁹⁶.

A imprensa da época também comenta muito favoravelmente o restauro, principalmente quando, em Julho de 1885, se insurge contra a demolição da capela de S. Tiago, devido a ser monumento histórico⁹⁷.

Nota-se que se está a consolidar a ideia de conservação e defesa do património histórico.

Finalmente, reconhecendo o valor da referida igreja, esta é classificada como Monumento Nacional no Diário do Governo, nº 136, de 16 de Junho de 1910⁹⁸.

Paço dos Duques de Bragança

Outro monumento utilizado durante todo o século XIX, mereceu atenção. O Paço dos Duques de Bragança (Quartel), um dos monumentos históricos mais importantes de Guimarães foi edificado por D. Afonso, Duque de Bragança. Com a mudança de residência dos Duques para Vila Viçosa no século XV, o Palácio começou a cair numa degradação que só terminaria, parcialmente, em 1819.

Ocupado pelo exército desde 1807⁹⁹, João Lopes de Faria confirma essa degradação quando nos diz que em 8 de Janeiro de 1819 “*Acabaram-se as obras dos Paços/Quarteis dos soldados desta vila, isto é de madeira e telhados, porque as paredes já eram muito antigas*” PL. *Estas obras foram muito dispendiosas, por ser preciso muita madeira e telha, pois o edifício estava descoberto há muito tempo, e por isso foi uma das mais importantes obras que nele se fizeram até agora, 1927*¹⁰⁰.

Estas obras foram essencialmente funcionais, feitas para que o Paço abrigasse convenientemente as tropas que se encontravam estacionadas em Guimarães. Porém, em 30 de Novembro de 1839, também em relação ao Paço dos Duques de Bragança se começa a notar um espírito conservacionista quando a Câmara representa à rainha, pedindo não só a conservação do Castelo mas também a dos Paços dos Duques¹⁰¹.

⁹⁶ Ana Cristina Nunes Martins - Martins Sarmento e Possidónio da Silva. Um olhar sobre a troca epistolar. *Revista de Guimarães*. Volume especial, 1999.

⁹⁷ Ibidem CG, 1885 Jul.20, nº 108, p. 1.

⁹⁸ Ibidem JLF - EV II, p. 267v.

⁹⁹ P^o António Caldas - *Ob. cit.*, p. 412.

¹⁰⁰ Ibidem JLF - EV I, p. 24v.

¹⁰¹ Ibidem JLF - EV IV, p. 202.

Perdemos-lhe o rasto, uma vez que, durante o todo o século ocupado pelo Quartel, se faz apenas a manutenção necessária. Para maior funcionalidade do espaço militar, em Outubro de 1874 foram demolidas casas ao cimo da Rua da Infesta, com o objectivo de alargar a entrada para os Paços dos Duques¹⁰².

Em 26 de Março de 1884, em sessão da Câmara, pede-se ao rei para esclarecer sobre a posse de uma rua, pois considerava-se que ficava “*próximo de três monumentos históricos de grande interesse, para nacionais e estrangeiros: o Paço dos Duques de Bragança (o quartel), o castelo e a Capela de Santa Margarida, aos quais últimos andam ligadas preciosas tradições históricas coevas da fundação da monarchia*”¹⁰³.

Em Março de 1885 o edifício, onde se estava instalado o Regimento de Infantaria 20, encontrava-se novamente em tal estado de deterioração, que se falava na probabilidade de o exército ter que o deixar¹⁰⁴. Finalmente a Câmara, na sua sessão de 22 de Março de 1885, “*resolveu applicar a quantia de 200\$000 réis nos melhoramentos urgentes do quartel militar d’esta cidade. Serão soalhadas três casernas, que ficarão em optimas condições hygiénicas*”¹⁰⁵. O Ministro da Guerra encarrega o Engenheiro Militar Inácio de Meneses de fazer uma planta de reconstrução do quartel. E fala-se já do “*antigo Palácio dos Duques de Bragança, a melhor relíquia da primitiva architectura*”¹⁰⁶.

Diz o Correio da Manhã, referindo-se ao Paço dos Duques de Bragança em 1896: “*Agora que está em moda apresentarem-se os estragos que todos os dias se vão fazendo nos monumentos nacionaes, não deixaremos de lembrar a quem compete, para terminar d’uma vez para sempre com as lavagens a que se procede por forma estúpida, nos monumentos. [...] Os paços onde D. Afonso Henriques viveu, históricos, d’uma linda construção, estão derrocados com as janellas entaipadas, e dia a dia o tempo vae-os abrindo e minando.*

Uma parte está ocupada pelo Regimento de Infantaria 20, a outra é considerando monumento nacional. Com pouco dinheiro poder-se-hia aproveitar as muralhas e completar-se o quartel, que não tem alojamentos bastantes, sem de forma alguma se derrocar a parte bella do edificio.

¹⁰² Ibidem JLF - EV IV, p. 322.

¹⁰³ Ibidem JLF - VOC II, p. 244.

¹⁰⁴ Ibidem CG, nº 80 (1885 Mar.30), p. 2; Ibidem CG, 1885 Abr.2, nº 81, p. 1.

¹⁰⁵ Ibidem CG, nº 86 (1885 Abr.23), p. 2.

¹⁰⁶ Ibidem CG, nº 577 (1890 Jul.28), p. 2.

*O snr. Ministro da Guerra, que tanto se tem interessado pelo exercito, fazendo um excellente logar deveria lançar os olhos misericordiosos sobre esta questão*¹⁰⁷.

Em 1904, não como uma obra essencial, mas apenas de manutenção, o Presidente da Câmara apresentou em sessão a proposta, que foi aprovada, para se colocar no interior do Quartel de Infantaria 20, um marco fontanário, destinado ao serviço do mesmo quartel¹⁰⁸.

Em 1905 o edifício era assim descrito: *“Estavam aproveitadas três fachadas, a principal e duas laterais, uma voltada para a cidade e outra para o castelo. A principal, reduzida ao rés-do-chão, e as outras duas, mais ou menos, como se apresentam agora, depois de renovadas, e a quarta, voltada para a Penha, somente tinha as paredes. O âmbito do aquartelamento e suas dependências ia até ao Castelo, onde estava o paiol das munições, num resto, creio, que de capela, e onde havia uma guarda comandada por um cabo*”¹⁰⁹

Finalmente em 1910 o Paço dos Duques de Bragança é classificado como Monumento Nacional, pelo Diário do Governo, nº 136 de 16 de Junho de 1910¹¹⁰.

1.1.2. Cerca ou Muro

A **muralha** era um dos elementos mais importantes do burgo medieval. Para além de o proteger, fazia parte da sua identidade. Não teve mesmo destino que os outros monumentos da Fundação. Foi sendo progressivamente demolida.

A muralha que protegia Guimarães, foi iniciada, como já se disse, por D. Afonso III, no século XIII¹¹¹ e durante o período medieval, foi importantíssima para a defesa da vila tendo mesmo uma cuidada atenção por parte do concelho. No entanto vai perdendo a sua relevância defensiva, e nota-se isso já a partir do século XVI. João Lopes de Faria diz-nos que, em sessão da Câmara de 30 de Outubro de 1531 esta deliberou *“que daqui em diante se não guardem as portas (da Vila) e estejam abertas e que os almotacés provejam as estalagens que não venham de lugares impeditivos*”¹¹². A partir desta época, embora a câmara tentasse preservar a muralha, começa a ter cada vez mais dificuldades em o fazer. Continua a lançar posturas, que nos dá a entender que não

¹⁰⁷ Ibidem CG, nº 1123 (1896 Jul.13), p. 2.

¹⁰⁸ Ibidem CG, nº 1909 (1904 Out.7), p. 2.

¹⁰⁹ Ibidem NG, 1954 Jun.20, nº 1171, p. 1.

¹¹⁰ Plano Director Municipal: Guimarães.

¹¹¹ Ibidem MCFE, p. 22.

se cumpriam pois repetiam-se: impedia-se que se tirasse terra do Muro¹¹³, obrigava-se a que se concertasse¹¹⁴ e limpasse o Muro (seja de vedações feitas pelos vizinhos¹¹⁵ ou ervas e heras)¹¹⁶, e ainda que se não roubasse barro ao redor dos Muros¹¹⁷. O último grande restauro a nível defensivo, foi aquando da restauração de 1640. Assim, é acordado em Câmara que “*com o dinheiro que tivesse o procurador, se mandasse fazer as portas dos muros e se comprasse pólvora, munições e outras cousas pertencentes à defesa da Vila*”, e ainda se nomeassem vigias e guardas da vila¹¹⁸; que se comprasse então madeira necessária para conserto das portas da vila, muros e torres¹¹⁹; decide-se ainda que as portas do castelo, de Santa Bárbara e Freiria se tapassem com pedra e se levantassem as ameias dos muros¹²⁰. Em sessão de 18 de Março de 1641, torna-se a acordar a reforma das portas e do muro¹²¹, mas apenas em 16 de Maio de 1643 é arrematada a obra de carpintaria das portas de Santa Luzia¹²², e em 6 de Junho a pregaria para a mesma porta¹²³. Em 13 de Junho de 1657 havendo notícia que o inimigo se preparava para entrar pela Portela do Homem, foi resolvido que se fizessem de novo as portas da vila, com ferragens e pregaria e que se tapassem com pedra e cal as portas de Santa Barbara e da Freiria¹²⁴, sendo arrematada a ferragem em sessão de 18 de Agosto do mesmo ano¹²⁵.

Mas o valor militar das muralhas estava perdido e Guimarães já não era uma zona estratégica, com importância militar. Isto leva a que, após o ligeiro restauro aquando das guerras da Restauração, a muralha volte a cair progressivamente em degradação.

Retira-se pedra da muralha para utilizar noutras obras, tapam-se zonas nos adarves, abrem-se passagens, e a Muralha, lentamente, vai-se transformando em algo que é um “peso” que é necessário desfazer.

¹¹² Ibidem JLF - EV IV, p. 85.

¹¹³ Sessão da Câmara de 23 de Julho de 1605. Ibidem AVB - ASMV, p. 130.

¹¹⁴ Sessão da Câmara de 20 de Outubro de 1607. Ibidem AVB - ASMV, p. 135.

¹¹⁵ Sessão de 19 de Fevereiro de 1628. Ibidem AVB - ASMV, p. 172.

¹¹⁶ Sessão de 17 de Junho de 1628. Ibidem AVB - ASMV, p. 157.

¹¹⁷ Sessão da Câmara de 22 de Março de 1639. Ibidem AVB - ASMV, p. 290.

¹¹⁸ Sessão da Câmara de de 13 de Dezembro de 1640. Ibidem AVB - ASMV, p. 167.

¹¹⁹ Sessão de 14 de Dezembro de 1640. Ibidem AVB - ASMV, p. 167.

¹²⁰ Em sessão de 24 de Dezembro de 1640. Ibidem AVB - ASMV, p. 167.

¹²¹ Ibidem AVB - ASMV, p. 169.

¹²² Ibidem AVB - ASMV, p. 173.

¹²³ Ibidem AVB - ASMV, p. 174.

¹²⁴ Ibidem AVB - ASMV, p. 179.

¹²⁵ Ibidem AVB - ASMV, p. 179.

Assim, em sessão de 13 de Janeiro de 1666 decide-se, a requerimento dos mesteres, retirar a tapagem que no Muro do Tournal tinha feito Francisco Monteiro, tecelão, morador na Rua da Arrochela¹²⁶. O povo tenta proteger a muralha e em 31 de Janeiro de 1666 requer à câmara, que exija dos religiosos Capuchos a Provisão Régia, que obtiveram para desfazer os Paços, onde, segundo eles, nasceu D. Afonso Henriques, considerando-os “*A obra mais notável que é visitada por toda a pessoa grada que aqui vem, para se darem embargos à execução da mesma [...]*”¹²⁷ e insistiam ainda que se eles não a quisessem apresentar, se prendesse qualquer pessoa da jurisdição real que fosse encontrada a desfazer os ditos Paços, enquanto o rei não resolvesse os embargos. A Provisão, concedia a pedra para as obras do mosteiro, deixando as paredes de fora, somente, e tapando-se as portas de pedra e cal¹²⁸. Em 17 de Fevereiro de 1666 devido à Provisão Real, obtida pelos Capuchos, foi acordado dar-lhes para as obras do mosteiro, a pedra da barbacã do muro de Santa Bárbara, que se localizava na parte exterior do Castelo, do lado Norte, e mais 40\$000 réis do dinheiro das calçadas. Este acórdão foi completamente revogado na sessão de 30 de Março, por se entender que não se podia fazer e ser prejudicial ao povo¹²⁹.

Mas a lenta destruição da muralha persiste e, Alberto Vieira Braga diz-nos que em 30 de Julho de 1667, a requerimento da Câmara, o Juiz de Fora manda abrir devassa para averiguar quem furtava pedra dos muros junto à porta de Santa Cruz, que se ia arruinando, e dos Paços, pelo prejuízo à fortificação dos muros e à obra real dos mesmos Paços¹³⁰.

Continuaram os abusos por parte de particulares e o povo junta-se e reclama, tal como em 16 de Dezembro de 1667, quando alguns representantes de Guimarães protestaram por não poderem ver as festas, fogos ou tomar a fresca e o calor, de verão e de inverno, devido ao muro se encontrar tapado e ainda porque dele se lançavam imundices sobre os que estavam sentados junto dele, o que dava aso a excessos¹³¹. Também em 11 de Janeiro de 1668 os mesteres confirmam que Francisco Monteiro

¹²⁶ Ibidem JLF - *EVI*, p. 40; Ibidem AVB - *ASMV*, p. 199.

¹²⁷ Ibidem AVB - *ASMV*, p. 199.

¹²⁸ Ibidem AVB - *ASMV*, p. 199.

¹²⁹ Ibidem AVB - *ASMV*, p. 199.

¹³⁰ Ibidem AVB - *ASMV*, p. 205; Ibidem JLF - *EVI*, p. 315.

¹³¹ Ibidem AVB - *ASMV*, p. 206.

fizera abrir uma porta no muro do Toural, que a Câmara, mais tarde, mandara tapar por ser prejudicial ao povo¹³².

Mas, o Concelho tenta proteger, dentro dos possíveis, a sua muralha. Assim, em sessão de 29 de Janeiro de 1716 resolve-se que os tendeiros, que nos dias de feira metessem escapulas e paus nas muralhas do Toural, pagassem por isso, pois a sua reparação era da competência da Câmara¹³³.

Entretanto, a muralha deixara de ser utilizada como tal. Em 1736 é publicada uma Provisão Régia recomendando ao Juiz de Fora, que mandasse tapar de pedra e cal, à custa das rendas da alcaidaria-mor, as escadas por onde se subia para o Muro junto ao arco de Santo António, pois não tinham qualquer utilidade e, segundo representação do Juiz de Fora e informação do Provedor, por elas subia gente que ia apenas a ver o que se descobria na vila¹³⁴.

Em 18 de Fevereiro de 1778, D. Maria I concede uma Provisão a permitir ao Cabido a demolição da Torre da Senhora da Guia até à altura dos muros, aproveitando a pedra para a mão de obra da nova Casa Capitular, com a condição desta fazer ameias no muro e abrir uma porta larga em direcção ao Campo da Feira, por onde pudessem passar carruagens¹³⁵. Em face deste documento régio, o Cabido em sessão Plenária de 22 de Janeiro de 1787, delibera demolir a Torre de Nossa Senhora da Guia, que estava a arruinar-se e porque, devido à demora em a demolir, a Câmara pedira ao rei que lha concedesse para as ruas da vila¹³⁶. A própria Câmara, neste final do século XVIII, começa a olhar a muralha de outro modo.

Entretanto, e pontualmente, a muralha foi sendo aforada aos particulares que o pretendessem e, por exemplo, em 13 de Janeiro de 1779, em vereação informa favoravelmente Sua Majestade do requerimento para aforamento do Muro na Rua de Val de Donas correspondente às casas de António José da Costa¹³⁷; em 9 de Maio de 1780, há uma Provisão Régia confirmando o aforamento de um pedaço de muralha junto da Torre de Nossa Senhora da Piedade¹³⁸. A obra inicia-se e em 6 de Junho de 1787 a Câmara defere o requerimento da Irmandade de Nossa Senhora da Guia, erecta

¹³² Ibidem AVB - ASMV, p. 207.

¹³³ Ibidem JLF - EVI, p. 334.

¹³⁴ Ibidem JLF - EVI, p. 252; Ibidem JLF - *Provisões e Alvarás da Câmara de Guimarães*, p. 12.

¹³⁵ Ibidem JLF - EVI, p. 169v.

¹³⁶ Ibidem JLF - EVI, p. 66v.

¹³⁷ Ibidem JLF - EVI, p. 40.

¹³⁸ Idem JLF - PACG, p. 106.

na torre da Senhora da Guia, que se estava a demolir, para abrir uma porta para o Campo da Feira, pedindo que lhe fosse cedido algum terreno nesse local, para edificação da nova capela. Assim, foi-lhe concedida a mudança da capela para fora da torre, para junto do Passo que aí estava adossado à Torre, e ainda foi deliberado que o procurador do Senado fizesse demarcar no referido sítio o terreno necessário, o que realmente se concretizou, segundo João Lopes de Faria, em 13 de Setembro desse ano¹³⁹. Uma provisão de 19 de Maio de 1788 confirmou a dádiva do terreno feita pela Câmara para construção da nova capela de Nossa Senhora da Guia¹⁴⁰.

A Câmara, que no início do século XVIII ainda velava pela conservação da muralha, vai também considerá-la como uma reserva de pedra e, lentamente, vai cedendo, sob autorização régia, a sua pedra para obras. Diz-nos João Lopes de Faria que ninguém reclamou contra o requerimento feito ao rei, em 31 de Outubro de 1788, pela Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, solicitando que fosse concedida pedra no sítio dos Palheiros e na Torrinha da Freiria (que se encontrava já arruinada), o que foi divulgado pela Câmara através da publicação de editais¹⁴¹.

Em sessão da Câmara de 1 de Agosto de 1789, João Machado de Melo consegue autorização para aproveitar pedra que tinha caído do Muro na Rua de Santo António dos Palheiros e se encontrava a embaraçar a passagem, para reparar o Muro na confrontação com as suas casas, comprometendo-se a restituí-la ao Concelho quando este o reclamasse¹⁴².

Em 24 de Setembro de 1790 o Procurador do Concelho declarou ser obrigado pelo Provedor a assinar uma vistoria para aforar um terreno, para erguer casas junto ao muro no rocio do Toural, sem o consentimento da Câmara¹⁴³, e quase um ano mais tarde, em 25 de Novembro de 1791 há uma súplica para aforar terrenos no Toural para edificar junto do Muro¹⁴⁴.

Em 29 de Outubro de 1793 a Câmara responde a ofícios do Provedor, um sobre a demolição da Torre da Senhora da Piedade e outro sobre o alinhamento que devia existir desde esse local até ao Postigo de S. Paio, depois de demolido o Muro,

¹³⁹ *Ibidem* JLF - *EVI*, 240v.

¹⁴⁰ *Ibidem* JLF - *EV II*, p. 157v.

¹⁴¹ *Ibidem* JLF - *EV IV*, p. 88.

¹⁴² *Ibidem* JLF - *VOC II*, p. 174v.

¹⁴³ *Ibidem* JLF - *VOC I*, p. 352v.

¹⁴⁴ *Ibidem* JLF - *PACG*, p. 42.

concordando com o parecer mas sem o alinhamento proposto pelo Provedor, para que se não diminuísse tanto ao campo do Toural¹⁴⁵.

Geralmente a pedra retirada do Muro, já arruinado em determinadas zonas, era utilizada em obras públicas, como por exemplo para aquedutos e calçadas¹⁴⁶.

Iam-se assim, lentamente, desfazendo a Muralha e Torres da Vila, de modo ainda controlado, mas em 6 de Dezembro de 1800, como que a iniciar o novo século, foi recebido um Aviso Régio, participando que tinha sido deferida a representação do Juiz de Fora, apresentada ao rei em 24 de Novembro, permitindo a demolição dos muros e torres da vila, para o concerto das estradas e aquedutos¹⁴⁷.

As cartas estavam lançadas e a demolição da muralha iria, a partir de agora, prosseguir a um ritmo impiedoso.

Em 29 de Fevereiro de 1804 a Câmara oficia ao Cabido, pedindo-lhe que apresente a concessão que possuía de algumas das Torres da vila para a construção da sua nova igreja, uma vez que essa mercê não tinha sido participada ao Senado nem registada nos seus livros. Referia ainda que desejava continuar as obras públicas, demolindo os Muros e Torres, de acordo com a concessão do Aviso Régio de 6 de Dezembro de 1800¹⁴⁸.

A partir desta altura começa um ataque cerrado às muralhas. Com autorização da Câmara ou Juiz de Fora, destrói-se o Muro que fazia parte da parede do Cemitério do Campo Santo, administrado pela Misericórdia¹⁴⁹, o de particulares na Rua do Gado, Rua de Santo António dos Palheiros, Torre do lugar de Santa Cruz¹⁵⁰, Terreiro da Misericórdia¹⁵¹, Rua de Val de Donas¹⁵², Rua de S. Dâmaso¹⁵³, Rua dos Açougues¹⁵⁴, Rua Nova do Muro¹⁵⁵, vai continuando esta agressão, que durará cerca de mais 150 anos.

Referimos alguns exemplos desta demolição. Em 27 de Setembro de 1806 foi posta a lanços a calçada do pé da ponte da Madroa, inclinando para a rua das Molianas,

¹⁴⁵ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 183v-185v, 353v.

¹⁴⁶ Ibidem JLF - *VOC*, p. 176.

¹⁴⁷ Ibidem JLF - *Livros de Registo da Câmara de Guimarães*, p. 4; Ibidem JLF - *VOC*, p. 57v; Ibidem JLF - *EV IV*, p. 237v, 239.

¹⁴⁸ Ibidem JLF - *Livros de Registo da Câmara de Guimarães*, p. 129v; Ibidem JLF - *EVI* p. 198v.

¹⁴⁹ Ibidem JLF - *EVI*, p. 197v.

¹⁵⁰ Ibidem *NG*. (1805 Jan.1), p. 286; Ibidem JLF - *VOC I*, p. 286.

¹⁵¹ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 286.

¹⁵² Ibidem JLF - *VOC I*, p. 286.

¹⁵³ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 413v.

¹⁵⁴ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 199v.

e foi adjudicada a Luiz José Peralta a 770 réis cada braça, ficando a Câmara obrigada a pôr-lhe a pedra ao pé da obra e ele a desmontá-la nos Muros e a carregá-la à sua custa¹⁵⁶; em Setembro de 1812 foi posta a lanços a pedra de prepeanho tirada da Torre da Alfândega, que se andava demolindo, por não ser indicada para calçadas devido à sua fragilidade (ser muito mole, em linguagem da época), e foi entregue, pelo lanço de 775 cada carro de 14 palmos de medir, a José Antunes Velloso Guimarães¹⁵⁷; em 25 de Setembro de 1813 a Câmara delibera que se consertem e reparem as calçadas da vila, que estavam inteiramente arruinadas, pondo-se a lanços os mesmos reparos, e, como para isto não havia dinheiro, se vendessem 50 carros de pedra da Torre da Alfândega, que se andava demolindo, e, sendo logo postos em praça, foram comprados por 400 réis metal cada carro de alvenaria, ou todos por 20\$000 réis, por Bernardo Francisco, da Rua do Postigo¹⁵⁸.

Em 1814 estava-se então a demolir a Torre Velha, quando em vereação de 7 de Maio foi apresentado um ofício do Dr. Provedor da Comarca, Francisco Barroso Pereira, pedindo à Câmara que se mandasse separar 250 a 300 carros da melhor qualidade da pedra da Torre Velha, para se conduzir a Caldas de Vizela, onde seria empregada em obras e benefício da saúde pública¹⁵⁹.

Há uma grande indisciplina, e assim, a Câmara, em 6 de Fevereiro de 1840, decide fazer ponto da situação, resolvendo notificar quem se tivesse aproveitado de alguma parte dos muros, ou os estivesse ocupando, para que no prazo de 10 dias apresentasse o documento comprovativo e o registo do pagamento que tivesse feito, sob pena de a Câmara proceder ao aforamento ou reconhecimento do terreno da colocação dos muros e a demolição ou arrematação da pedra¹⁶⁰. Nesta mesma linha de acção, ela decide a 22 do mesmo mês oficiar ao Cabido, para que este apresente o título por que se diz senhor das torres da vila¹⁶¹.

Mas continua destruição, e, em 11 de Abril de 1840, a Câmara decide oficiar ao arcipreste para mandar retirar as imagens da capela da Torre de S. Bento, para que se

¹⁵⁵ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 205.

¹⁵⁶ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 368.

¹⁵⁷ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 394.

¹⁵⁸ Ibidem JLF - *EV III*, p. 287.

¹⁵⁹ Ibidem JLF - *EV I*, p. 123v; João Gomes de Oliveira Guimarães - *Ob. cit.*, p. 17 (manuscrito).

¹⁶⁰ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 253, 449.

¹⁶¹ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 449; Ibidem JLF - *VOC I*, p. 449; Ibidem JLF - *VOC II*, p. 82v.

pudesse demolir a referida Torre¹⁶². Em sessão extraordinária de 24 de Abril de 1840, decide demolir a Torre de S. Bento¹⁶³.

De acordo com esta deliberação, a 11 de Maio de 1840 principia a demolição da Torre da Senhora da Graça, também designada por Torre de S. Bento. Depois de os pedreiros terem deitado abaixo algumas pedras, a obra foi embargada pelo Cabido, representado pelo Cónego Pinheiro.

Mas a dúvida instala-se e em 5 de Setembro a Câmara representa à Rainha pedindo uma decisão: se os Muros da vila, que ainda existiam, deviam ser perpetuamente conservados unicamente para encosto dos moradores, ou se a municipalidade podia deles dispor em benefício público¹⁶⁴.

A Muralha encontrava-se então em ruína e tornava-se um perigo para os habitantes. Assim, em 30 de Junho de 1843 a Câmara delibera pagar ao vereador das Obras Públicas 1\$200 réis por desmontar as pedras que ameaçavam ruína na Muralha do Castelo¹⁶⁵. Em Janeiro de 1845 aprova o orçamento de 1:000\$000 para demolição e compra da pedra da Torre de S. Bento¹⁶⁶.

Em 12 de Fevereiro de 1845 na sessão da Câmara, pelo presidente foi proposto, na acção judicial entre a Câmara e o Cabido devido à demolição e pedra da Torre de S. Bento, que era necessário fazer uma transacção acordada nos seguintes termos: louvava-se a pedra da Torre no estado em que se encontrava e dividia-se a mesma pedra ao meio ou pelo seu equivalente em dinheiro. Querendo o Cabido ceder a sua parte, demolia-se e tornava-se a edificar a Capela de S. Bento que se encontrava dentro da torre no sítio mais conveniente, à custa das duas partes, e todas as despesas e custas, que se tivessem feito ou fosse necessário fazer na demanda, seriam pagas a meias por ambas as ditas partes. Sendo este acordo bem ponderado pela Câmara, concordou-se que interessava ao município a referida transacção, sendo por isso necessário que se efectuasse, depois de obtida a autorização do Concelho do Distrito¹⁶⁷.

Em 5 de Novembro de 1845 a Câmara transigiu com o Cabido sobre a demolição da Torre de S. Bento, ao que o Cabido se opôs por entender que a pedra lhe pertencia. A Câmara pagou-lhe 540\$000 réis e ele demoliria a capela de S. Bento, que

¹⁶² Ibidem JLF - VOC II, p. 254 ou 449.

¹⁶³ Ibidem JLF - VOC II, p. 107v, 449.

¹⁶⁴ Ibidem JLF - EV III, p. 230.

¹⁶⁵ Ibidem JLF - VOC, p. 142v.

¹⁶⁶ Ibidem JLF - VOC I, p. 142v.

era sua, ficando com a pedra e materiais dela. A capela ficaria depois encostada ao Muro e feita metade por cada parte, mas nunca se chegou a fazer¹⁶⁸.

A nível nacional já se vêem estes actos com apreensão. Em 8 de Agosto de 1848, no jornal “Nação”, nº 264, vem um artigo de Gomes de Abreu, em que se refere à demolição da Torre da Senhora da Graça, para calçar as ruas, e a “*estragação*” da igreja da Colegiada e do banho das Taipas¹⁶⁹.

A cidade crescia e a população aumentava. A Câmara sentindo necessidade de alargar as fronteiras da vila, resolveu fazer novos “melhoramentos” e expandir-se para fora das muralhas. Assim, resolveu em 1858 contrair um empréstimo para realizar várias obras, estando entre elas a demolição dos Muros e das rampas da Torre Velha¹⁷⁰.

Em 13 de Janeiro de 1862 delibera-se demolir o resto da Torre de S. Bento¹⁷¹ e decide-se que a pedra se aplique nas obras da Praça do Mercado¹⁷².

O enorme ritmo de crescimento da já cidade de Guimarães vai obrigar a um plano, como já referimos. A Câmara contrata em 1863 o Eng. Manuel de Almeida Ribeiro para propor um conjunto de “melhoramentos”, que iriam aformosear e abrir a cidade, embora só em 1865 é que tenha sido publicado o diploma, que cria o Plano Geral de Melhoramentos (decreto-lei nº10 de 13 de Janeiro).

Um dos “melhoramentos” inovadores, propostos pelo eng. Almeida Ribeiro, é uma alameda para Passeio Público, elemento cidadão tão ao gosto da época. No alinhamento que se estabelecia pelas traseiras das casas da Rua de Santa Cruz teria de ser sacrificada uma parte da muralha então existente¹⁷³. De notar que este projecto, embora defendido ao longo do tempo, apenas será concretizado no Estado Novo.

Alguns anos mais tarde, em 7 de Julho de 1869, na sessão realizada pela Comissão de Melhoramentos resolveu-se melhorar o Largo de S. Bento, do lado fronteiro à casa de José Martins Minotes¹⁷⁴. Assim, diz-nos João Lopes de Faria, que em 5 de Janeiro de 1870 finalmente, e “*Por lembrança!!! do vereador José Joaquim da Costa foi deliberado demolir o arco de S. Bento*”¹⁷⁵, e, sendo arrematada a demolição

¹⁶⁷ Ibidem JLF - EV II, p. 139v; Ibidem JLF - VOC II, p. 139, 451.

¹⁶⁸ Ibidem JLF - EV IV p. 126; Ibidem JLF - VOC II, p. 65v, 451v, 452v.

¹⁶⁹ Ibidem JLF - EV II, p. 130v.

¹⁷⁰ Ibidem JLF - VOC II, p. 456.

¹⁷¹ Ibidem - VOC II, p. 458v.

¹⁷² Ibidem JLF - VOC, p. 145v; Ibidem JLF - EV II, p. 145v; Ibidem JLF - VOC I, p. 460v.

¹⁷³ Ibidem MAO, p. 14.

¹⁷⁴ Ibidem MAO.

¹⁷⁵ Ibidem JLF - VOC II, p. 148v.

do Arco de S. Bento, esta foi entregue ao pedreiro Carlos de Oliveira, da Rua de Santa Cruz, por 96\$000 réis¹⁷⁶.

O Arco de S. Bento e a Muralha tornavam acanhada a zona do Largo de S. Bento. Diz-nos a imprensa periódica que “*No dia sete do corrente, ha-de arrematar-se, nos paços do concelho, a demolição do Arco (porta) de S. Bento. Depois de demolida a torre, era com effeito uma excrescência inqualificável aquelle traço de muro, ainda em pé, e atulhando um largosinho, que deve com a sua demolição ficar bonito*”¹⁷⁷.

Em 10 de Maio de 1870 é publicada uma Provisão, confirmando o aforamento feito pela Câmara a António José de Sousa, para ocupar com a reedificação das suas casas o Muro junto à torre de Nossa Senhora da Piedade, tirando-lhe as ameias, e poder edificar sobre ele as suas casas, que estavam junto ao mesmo e precisavam de ser reedificadas por estarem muito danificadas, ficando a pagar em cada ano o foro de 800 réis¹⁷⁸. Domingos António de Freitas arrematou a pedra do Arco de S. Bento, avaliada em 250 carros, existente no Largo das Lamelas, por 70 000 réis, em 13 de Julho de 1870¹⁷⁹, e foi ainda em 20 de Julho de 1870 que o mesmo Domingos António de Freitas arrematou por 20\$500 réis a pedra do Arco de S. Bento¹⁸⁰.

Embora a muralha já não tivesse grande utilidade, servia por vezes para colocação e arrecadação de objectos. Assim, frequentemente surgiam queixas sobre objectos que caíam lá de cima. Isto levou a que a câmara deliberasse em 26 de Novembro de 1896 proibir aos moradores, que intestavam com o muro do Toural, de ter em cima dele vasos, cortiços ou outra coisa, e dele atirar terra, pedras ou água, sob pena de 6\$000 réis¹⁸¹.

Em 1887 a imprensa periódica continua a chamar a atenção da Câmara para a parte ainda existente do Arco de S. Bento, que ameaçava ruína e de que já tinham caído algumas pedras, atravessando-se no meio da rua¹⁸². Isto faz com que em Maio de 1888 a Comissão Executiva da Câmara Municipal mandasse cortar e aprumar os restos da

¹⁷⁶ Ibidem JLF - VOC I, p. 148v; Ibidem JLF - EV, p. 12v.

¹⁷⁷ Ibidem RP, nº 17 (1870 Abr.2), p. 2.

¹⁷⁸ Ibidem JLF - EV II, p. 133v.

¹⁷⁹ Ibidem JLF - VOC II, p. 148v; Ibidem JLF - VOC I, p. 148v.

¹⁸⁰ Ibidem JLF - VOC II, p. 148v.

¹⁸¹ Ibidem JLF - EV IV, p. 188v.

¹⁸² Ibidem CG, nº 332 (1887 Dez.29), p. 2.

antiga muralha, que formava o Arco de S. Bento. Diziam os jornais que era uma obra de absoluta necessidade pelo perigo que ameaçava¹⁸³.

Em Maio de 1897 principiou a desmontar-se uns metros da muralha na Torre Velha, lado poente, em que se via o couce da porta, para aí fazer uma casa¹⁸⁴, e em Junho do mesmo ano, começou a ser demolida uma parte da muralha, parte Norte, da Rua de Val de Donas, junto da Travessa para a rua de Santo António¹⁸⁵, e em Junho ainda desse mesmo ano diziam os jornais “*Avenida - Já começaram a desmontar o muro da rua de Santo António cuja pedra foi contractada pelo diligente empreiteiro da Avenida. Não será possível que igual contracto se obtenha com o muro do extinto largo de S. Sebastião? Com esta vantagem do antigo muro da villa, duas cousas valiosissimas se conseguem: auxiliar a rapidez da construção da avenida e preparar o futuro embelezamento do interior da cidade. Os proprietários do muro lucram e tornam-se beneméritos*”¹⁸⁶.

Mais uma vez a Câmara Municipal, em sessão de 23 de Março de 1898 resolveu, depois de alguma discussão, aprovar o projecto e orçamento da obra de demolição e reconstrução do Muro no largo de S. Bento, ou rua de D. Luiz 1º, calculado na quantia de 92\$000¹⁸⁷. Não foi fácil encontrar licitantes¹⁸⁸, mas finalmente foi arrematada em sessão de 27 de Abril de 1898 por Bernardino Pereira Tavares, pela quantia de 462\$000 réis, a obra da reconstrução do muro do largo de S. Bento¹⁸⁹.

A Muralha serviu também como suporte de publicidade. Na sessão de 4 de Abril de 1906 foi lido o requerimento do sr. Neves & Cª desta cidade, pedindo licença para levantar um estudo em frente à muralha sita no largo de D. Afonso Henriques, desta cidade, a fim de pintar uma tabuleta no meio da aludida muralha com os dizeres: *Neves & Cª, rua de Gil Vicente, nº 51 e 65. Grandes oficinas e armazém de móveis, tapetes, estofos e colchoaria, mobília de ferro, etc.* Foi concedida na parte em que a Câmara tinha atribuição para isso¹⁹⁰.

A Muralha foi neste século muito maltratada e retalhada. Era um elemento a mais na cidade, que causava mesmo repulsa, uma vez que impedia o alargamento e

¹⁸³ Ibidem CG, nº 366 (1888 Maio 7), p. 2.

¹⁸⁴ Ibidem JLF - EV II, p. 135v.

¹⁸⁵ Ibidem JLF - EV II, p. 258.

¹⁸⁶ Ibidem CG, nº 1207 (1897 Jun.14), p. 3.

¹⁸⁷ Ibidem CG, nº 1279 (1898 Mar.23), p. 2.

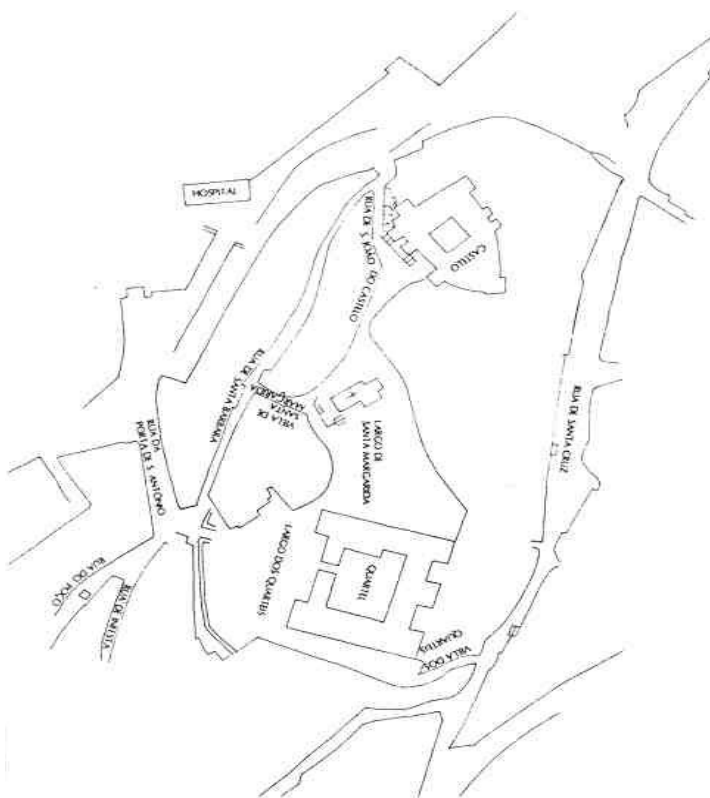
¹⁸⁸ Ibidem CG, nº 1284 (1898 Abr.22), p. 2.

¹⁸⁹ Ibidem CG, nº 1286 (1898 Abr.29), p. 2.

modernização da cidade. Finalmente houve vontade de a proteger, considerando-a Monumento Nacional, por decreto publicado no Diário do Governo nº 136, de 16 de Junho de 1910¹⁹¹.

1.1.3. Zona envolvente do Castelo (“Vila Alta”)

A zona envolvente do castelo era um local bastante povoado. Para além de ser profusamente edificado, existiam diversas ruas. A rua do Sabugal, a rua das Oliveiras de Santa Cruz depois rua de Santa Cruz, a rua de Santa Bárbara ou de Santa Margarida, a viela de Santa Margarida, a rua de S. João do Castelo, o Largo do Castelo, depois largo de Santa Margarida, e o Largo dos Quartéis, depois largo dos Duques de Bragança e ainda a Norte o Terreiro do Cano, um espaço amplo, onde se realizavam feiras e outros acontecimentos públicos, que necessitavam de zonas com muito espaço.



¹⁹⁰ Ibidem CG, nº 2053 (1906 Abr.17), p. 2.

¹⁹¹ PDM: Guimarães.

A **Rua de Santa Margarida** ou de Santa Bárbara, como muitas outras da época, também necessitava ser melhorada. Na sessão de 30 de Novembro de 1898 resolveu-se entre outras, que no dia 28 de Dezembro fosse posta em praça a obra do melhoramento dessa rua, conforme o projecto já aprovado, na importância de 39\$000 réis¹⁹². Foi arrematada em sessão de 28 de Dezembro por Bento Martins, da freguesia da Costa, pela quantia de 94\$500 réis¹⁹³.

Diz-nos João Lopes de Faria que em 1821 a **Rua do Sabugal** era muito estreita e tortuosa, sem habitantes, e que Francisco José Fernandes da Silva nela edificou casas, alargou-a e endireitou-a¹⁹⁴.

Em 1857, nas notícias locais, a imprensa periódica solicitava à Câmara alguns “melhoramentos”, entre os quais a iluminação da rua do Sabugal, com pelo menos dois lampiões, um no meio da viela do Sabugal, outro defronte dos quartéis militares para o lado do sul, pois *“Aqui, além da passagem frequente, está o calabouço, guardado por um sentinela, que sem dificuldade pode ser surpreendida no escuro da noite, e entre duas elevadas paredes; acolá, sendo passagem perigosa, é a única mais segura para a Rua de Santa Cruz. Os lampiões não se acendem para alumiar as casas, acendem-se para dar luz a quem passa. Temos ideia de que já aí esteve, e não sabemos porque foi tirada”*¹⁹⁵.

Em 1825 foi posto a lanços o concerto da Rua da Infesta e duns travessos da **Rua de Santa Cruz**, sendo arrematado por Pedro J. de Oliveira, por 12\$000 metal¹⁹⁶.

Alguns anos mais tarde, em 1840, a rua foi novamente reparada, tendo-se decidido pagar ao fiscal 91\$000 por trabalhos na Rua de Santa Cruz e ainda noutras ruas da vila¹⁹⁷. Mas mais uma vez a estrada se degradou, e a imprensa em 1845 chama a atenção para este facto¹⁹⁸, tendo-se voltado a manifestar no ano seguinte¹⁹⁹, até que a Câmara decidiu em sessão de 7 de Outubro de 1896, que fosse organizado o projecto e

¹⁹² Ibidem CG, nº 1345 (1898 Dez. 9), p. 2.

¹⁹³ Ibidem CG, nº 1350 (1898 Dez.30), p. 2.

¹⁹⁴ Ibidem JLF - VOC I, p. 289.

¹⁹⁵ A *Tesoura de Guimarães*, nº 57 (1857 Mar.24), p. 4.

¹⁹⁶ Ibidem JLF - VOC I, p. 212.

¹⁹⁷ Ibidem JLF - VOC I, p. 256v.

¹⁹⁸ Ibidem CG, nº 1061 (1895 Out.24), p. 2.

¹⁹⁹ Ibidem CG, nº 1090 (1896 Fev.24), p. 2.

orçamento para se proceder à sua reparação²⁰⁰. O orçamento, na importância de 460\$000, foi aprovado em sessão da Câmara de 17 de Março de 1897²⁰¹, tendo sido decidido que fosse posta em praça a sua reconstrução, na sessão de 9 de Junho de 1897²⁰². A obra foi arrematada, em sessão de 30 de Junho, por 445\$000 réis, por Bento Martins, da freguesia da Costa²⁰³. Mais tarde, em sessão de 6 de Outubro de 1807, resolveu-se aprovar o orçamento suplementar da obra de levantamento de guias e de calcetamento de valetas da Rua de Santa Cruz, no valor de 59\$280 réis, a ser feita pelo arrematante da obra de reconstrução da mesma²⁰⁴. Mas a rua tinha grande movimento e, passados alguns anos, foi necessário fazer mais reparações. Assim, em 1906, a Câmara manda proceder ao seu conserto pelo assalariado para obras de pequena reparação²⁰⁵.

O **Largo dos Quartéis**, como o próprio nome indicava, situava-se frente ao Quartel, isto é, era o amplo largo em frente do Paço dos Duques de Bragança. Como era necessário alargar o Terreiro, em 13 de Maio de 1854 a Câmara comprou por 200\$000 réis um pedaço de quintal a António Vieira Guimarães, da Rua da Infesta, para o aumentar²⁰⁶, possibilitando assim a sua melhor utilização.

Mas esta zona, durante o século XIX, poucas mais alterações teve, até que o Eng. Almeida Ribeiro, em 1863, traça a sua planta de Guimarães e apresenta vários “melhoramentos”.

Dizia ele que, *“A amenidade do sítio, por certo o melhor de Guimarães, e talvez um dos mais pitorescos da Província do Minho, e a excessiva barateza das expropriações suscitaram-me o projecto de uma alameda para passeio público...Esta alameda deve ser limitada pelo lado norte da Rua de Santa Barbara, pela rua que projectei por detraz do Quartel, e pela que actualmente comunica a Rua de Santa Cruz com o Largo dos Quartéis abatendo-se à altura ordinária de um parapeito o muro chamado do Asilo. O edificio do quartel e a igreja de Santa Margarida devem ser conservados como monumentos de recordações nacionais. O mesmo digo do Castelo, antiga habitação dos Reis de Portugal, e que hoje pode servir de excelente miradouro*

²⁰⁰ Ibidem CG, nº 1145 (1896 Out.8), p. 2.; Ibidem CG, nº 1146 (1896 Out.12), p. 2.

²⁰¹ Ibidem CG, nº 1188 (1897 Mar.22), p. 2.

²⁰² Ibidem CG, nº 1206 (1897 Jun.10), p. 2.

²⁰³ Ibidem CG, nº 1212 (1897 Jul.5), p. 1.

²⁰⁴ Ibidem CG, nº 1236 (1897 Out.7), p. 2.

²⁰⁵ Ibidem CG, nº 2111 (1906 Nov.13), p. 2.

²⁰⁶ Ibidem JLF - VOC I, p. 66v; Ibidem JLF - PACG, nº 26, p. 66v.

para os passantes. Abrir uma nova comunicação da Rua da Porta de Santo António para o Largo dos Quarteis mais larga que actual e colocado em frente da porta que deve ter o quartel depois de acrescentado em conformidade com o que está projectado, e vai marcado na planta. Conservei na Rua de Santa Cruz os maiores alinhamentos nela existentes, os quais prolonguei até ao Terreiro do Cano, e liguei por meio de uma curva com o alinhamento da Torre dos Cães. O projecto desta rua tem 12,50 metros de largura. A alameda projectada tomava por alinhamento as trazeiras dos Paços dos Duques, de onde partia a viela dos Quarteis que ligava à hoje desaparecida Rua de Santa Cruz. No alinhamento que se estabelecia pelas trazeiras das casas da Rua de Santa Cruz teria de ser sacrificada uma parte da muralha então existente”²⁰⁷.

Em 31 de Março de 1880 a Câmara Municipal, por proposta do vereador António Joaquim de Melo, resolve dar ao Largo dos Quartéis o nome de Largo dos Duques de Bragança²⁰⁸.

O **Terreiro do Cano**, amplo terreiro atrás o Castelo, era uma zona ampla que também necessitava de “melhoramentos”.

Em 29 de Setembro de 1852 foi feito o orçamento suplementar para a realização de festejos em honra da Rainha, que viria a Guimarães, e disponibilizaram-se 1:855 réis para aterro e terraplanagem do Terreiro do Cano, a fim de o Batalhão de Caçadores 7 realizar os seus exercícios e ainda coadjuvar o Governo nas reparações do quartel, secretaria, conselho administrativo e outras²⁰⁹. Pensamos, no entanto, que estes “melhoramentos” não se realizaram.

Em 1863 o Engenheiro Almeida Ribeiro também propõe “melhoramentos” para esta zona, muito especialmente para as ruas que o circundam. Começa logo na primeira folha da sua Planta de Guimarães por propor, que “o nível da Rua das Oliveiras de Santa Cruz deve desaparecer e terraplanar-se todo o Terreiro do Cano efectuando-se os necessários rebaixos nas ruas que desembocam nele. Quanto às ruas do Cano de Baixo e do Cano de Cima apenas indiquei novos alinhamentos nos primeiros lanços, pois pelo que respeita à primeira delas sou de opinião que a Câmara deve desprezar o segundo lanço e continuar a rua no sentido do primeiro, e

²⁰⁷ Ibidem MAO, p. 14.

²⁰⁸ Ibidem JLF - *EVI*, p. 316v; Ibidem JLF - *VOC II*, p. 153v-154; P^e António Caldas - *Ob. cit.*, p. 130.

²⁰⁹ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 452v.

relativamente à rua do Cano de Cima é ela tortuosa e, depois da abertura da nova estrada de Fafe, de tão pouca importância, que julgo que o melhor a fazer é não gastar muito dinheiro no seu melhoramento procurando-se todavia dar-lhe uma largura constante em todo o seu comprimento”. A Rua do Cano de Baixo, onde estava situada a Casa do Visconde de Lindoso, necessitava de um alinhamento embora o Terreiro tivesse quase a configuração actual²¹⁰.

Foi posteriormente criada uma Comissão de Melhoramentos para concretizar várias propostas existentes e, na sessão realizada no dia 7 de Julho de 1869, Taveira de Meneses, um dos membros, entre outras propostas, propôs, para local do novo cemitério o Monte de Traz e terrenos adjacentes entre o Cano e a estrada de Fafe, e que, logo que a Comissão escolhesse o terreno, fossem consultados todos os médicos da cidade para darem parecer. Depois, começando-se a analisar o plano do Eng. Almeida Ribeiro, a Comissão resolveu aceitar e realizar os “melhoramentos” nele propostos relativamente ao Passeio Público, à rua do Cano, aos Quartéis, ao melhoramento da rua de Santa Barbara, ao rebaixamento do Terreiro do Cano, à demolição do muro do Asilo, substituindo a parte demolida por uma grade de ferro, e acrescentar aos “melhoramentos” indicados um jardim no Terreiro do Cano, ficando para campo de manobras militares o Terreiro de S. Francisco. Resolveu-se ainda aproveitar todo o projecto do eng. Almeida Ribeiro para as ruas do Cano de Baixo e de Cima²¹¹.

Em 31 de Março de 1880 a Câmara Municipal, por proposta do vereador António Joaquim de Melo, resolve-se dar o nome de Campo do Salvador (Cano), ao Campo D. Afonso Henriques²¹².

Entretanto a Câmara de Guimarães, em 1904, desejando dar execução ao proposto pelo engenheiro Almeida Ribeiro e aprovado pela Comissão de Melhoramentos, entregou ao Ministério das Obras Públicas o processo de expropriação requerida pela Câmara, para as obras em comunicação em linha recta da Rua dos Duques de Bragança e o Campo do Conde D. Henrique²¹³. Mas com a crise existente e finalmente a queda da Monarquia, nenhuma destas grandes realizações se concretizou, fazendo-se apenas, como vimos, reparações pontuais.

²¹⁰ Ibidem MAO, p. 13.

²¹¹ Ibidem MAO.

²¹² Ibidem JLF - *EVI*, p. 316v; Ibidem JLF - *VOC II*, p. 153v-154; P^e António Caldas - *Ob. cit.*, p. 130.

*força respeitar. Além disto os níveis de algumas das ruas e terreiros apresentam um outro obstáculo a um bom melhoramento*²¹⁴.

Em 1866 fazia-se ainda a venda de telhas no Terreiro do Carmo²¹⁵, e em 7 de Novembro de 1866 há uma deliberação da Câmara que designa o Terreiro do Carmo para colocação dos carros que conduziram telha e para aí mesmo se fazer a venda da mesma²¹⁶. Mas a cidade de Guimarães tinha uma aspiração cujas raízes mergulhavam em 1834. Pretendia instalar uma Biblioteca Pública, onde pudesse reunir os livros provenientes dos Conventos extintos no início do século e enviados para Braga. Assim, decidiu-se construir um edifício próprio no Terreiro do Carmo, e enviar em 17 de Maio de 1867, uma representação solicitando a construção da Biblioteca²¹⁷.

Para isso era necessário criar espaço, através de expropriações, e um decreto de expropriação por utilidade pública de terrenos, foi sendo ao longo do tempo solicitado por duas vereações²¹⁸. Entretanto foi alargada a rua da Infesta com a aprovação do Ministro das Obras Públicas, do comandante do Regimento 3, da mesa da Santa Casa da Misericórdia, da Associação Comercial, e de duas sucessivas vereações e respectivos conselhos municipais²¹⁹.

Foi em 31 de Dezembro de 1867, que se resolveu construir o edifício para Biblioteca e aulas de instrução primária e secundária, latim e francês²²⁰, sendo a decisão aprovada pelo Conselho do Distrito, em 14 de Novembro de 1868²²¹.

Na sessão do dia 8 de Julho de 1869 a Comissão de Melhoramentos apresentou como proposta o proceder-se à demolição de todas as casas compreendidas entre as Ruas de Infesta e do Poço, regularizando-se o Terreiro do Carmo, o que foi aprovado²²². Ainda em Novembro desse ano é autorizada a expropriação por utilidade pública, de algumas casas e terrenos situados entre as ruas do Gado e de Santa Maria, junto do Terreiro do Carmo, pertencentes à Viscondessa de Roriz, José da Costa Meneses e mulher, Francisco Martins Sarmiento e Viscondessa de Pindela, pedida pela Câmara,

²¹⁴ *Ibidem* MAO, p. 14-16.

²¹⁵ *Ibidem* JLF - VOC II, p. 460v.

²¹⁶ *Ibidem* JLF - VOC II, p. 147.

²¹⁷ *Ibidem* JLF - VOC I, p. 56v, 284v; *Ibidem* JLF - EV II, p. 155.

²¹⁸ Compostas do Barão de Pombeiro, António Leite de Castro, João de Castro Sampaio, Francisco José da Silva Basto, António José Ferreira Caldas, João Couto-Visconde de Santa Luzia, Avelino da Silva Guimarães, António Mendes Ribeiro, José Pinto do Amaral Varela de Vizela, Francisco da Costa Sampaio, Manoel Joaquim Marques.

²¹⁹ *Ibidem* RP, nº 30 (1872 Nov.13), p. 2.

²²⁰ *Ibidem* JLF - VOC II, p. 147v, 461, 463.

²²¹ *Ibidem* JLF - VOC I, p. 147v.

²²² *Ibidem* MAO.

para proceder à construção de um edifício destinado para biblioteca e aulas públicas de português e outras disciplinas²²³. Para concretizar o projecto de alargamento do Terreiro do Carmo, em 20 de Julho de 1870 Francisco Martins de Gouveia Moraes Sarmento cede duas moradas de casas, nº 13 e 15, da Rua do Gado, à Câmara, e por decreto de 18 de Novembro de 1869 foi ordenado que por utilidade pública se procedesse à expropriação de diversas casas e terrenos situados entre as duas ruas do Gado e Santa Maria junto ao Terreiro do Carmo. Sarmento cedeu as casas gratuitamente, apenas quis receber 19\$200 réis, importância do valor do foro de 320 réis e laudémio da 6ª parte duma das casas que tinha a pagar à Curaria, senhoria directa²²⁴. Em 3 de Agosto são arrematados os materiais das casas nº1 do Largo do Carmo e 11, 12, 13 e 15 da Rua do Gado, expropriadas pela Câmara Municipal²²⁵. Em Setembro há a arrematação da remoção da casa nº 1 do Carmo, por 360\$00 réis²²⁶. Em 28 de Abril de 1871 a Viscondessa de Roriz cede à Câmara uma grande morada de casas com o nº16 da Rua de Santa Maria, que tinha comprado havia poucos anos por 3\$620 réis, por 2\$600 réis e todos os materiais da casa e capela e muros e quintal e arbustos²²⁷. Em 6 de Outubro de 1871 o Visconde de Pindela cede à Câmara por 100\$000 réis uma casa da Rua do Gado, para o mesmo fim²²⁸ e em 12 de Junho de 1872 no Diário do Governo é publicado o decreto autorizando a câmara a expropriar, por utilidade pública, as casas necessárias para o alargamento da rua da Infesta, uma das mais importantes da cidade²²⁹.

Entretanto começam as guerras políticas e um jornal publica uma notícia desmentindo a ideia, que outro lançara, de que se havia gasto muito dinheiro em expropriações²³⁰.

Mas as obras iam prosseguindo, demolindo-se algumas casas e tentando aumentar o número de expropriações²³¹.

Tendo sido ordenado à Câmara em 4 de Dezembro de 1872, que, por decreto de 28 de Maio de 1872 se procedesse, por utilidade pública, à expropriação de diversos prédios da Rua da Infesta, foi em 4 de Dezembro de 1872 requerido por ela, expropriar

²²³ Ibidem JLF - *EV IV*, p. 165.

²²⁴ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 288.

²²⁵ Ibidem JLF - *EV III*, p. 114v.

²²⁶ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 462.

²²⁷ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 288.

²²⁸ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 288.

²²⁹ Ibidem *RP*, (1872 Jun.12), p. 2.

²³⁰ Ibidem *RP*, nº 24 (1872 Out.5), p. 2.

²³¹ Ibidem *RP*, nº 25 (1872 Out.12), p. 3.

as casas de Manuel Alves da Silva Pinto da cidade do Rio de Janeiro, que confrontavam de nascente com a mesma rua, do norte com o largo da Porta de Santo António, do poente com a rua D. Luís I e do Sul com a casa de Joaquim Ribeiro da Costa Abreu, por 550\$000 réis. As casas pagavam 4\$000 réis de foro a D. Leonarda viúva de José Pinto Simões, e laudémio da 40^a ²³². Em 1873 e 1874 foram destruídas algumas das casas da Rua da Infesta e Rua do Gado, continuando no ano seguinte, para formar o Terreiro do Carmo²³³. Em Maio de 1873 a Câmara demoliu três moradas de casas da Rua da Infesta, pertencentes a Joaquim Ribeiro da Costa Abreu de Matos, da Costa, que confrontam do Norte com a casa de Manuel Alves da Silva Pinto, do nascente com a dita rua, do sul com a casa de D. Francisca Margarida Peixoto, da Casa do Pinheiro, de Atães, e do Poente com a Rua D. Luís I, por 565\$000 réis²³⁴.

Em 16 de Fevereiro de 1874 foi deliberado apear o Cruzeiro do Carmo²³⁵ e em 5 de Março esse trabalho foi arrematado ao mestre pedreiro José Francisco Ferreira, por 4\$490 réis, devendo ser feito no prazo de oito dias²³⁶. Em 1874 foram demolidas mais algumas casas ao cimo da Rua da Infesta, a fim de se alargar a entrada para os Paços dos Duques²³⁷.

Finalmente, em 1882, por proposta do vereador Melo, começaram-se a proceder aos trabalhos de embelezamento do largo do Carmo. Assim, este foi ajardinado. Abriam-se ruas e plantaram-se narcisos de relva, flores e arbustos²³⁸. Em 1883, a Câmara decidiu construir o passeio do lado Norte da rua do Carmo²³⁹ e em sessão de 12 de Dezembro de 1888, arremata-se a obra de calcetamento da avenida do lado sul do mesmo largo, por 235\$500 réis²⁴⁰, tal como a colocação de um lampião de iluminação pública²⁴¹. A imprensa pede novas ruas para alargamento da cidade, e fala-se já na necessidade de uma rua que faça a ligação do Largo do Carmo com a estrada de Fafe, que só muito mais tarde se concretizará. Justifica-se, porque *“Esta preferência é aconselhada pela conveniência de promover o desenvolvimento da cidade para o seu lado mais salubre, pela situação elevada, pela sua exposição ao sol. A expansão que a*

²³² Ibidem JLF - VOC I, p. 288.

²³³ Ibidem JLF - EV IV, p. 321v; Ibidem RP, nº 5 (1873 Abr.26), p. 2.

²³⁴ Ibidem JLF - VOC I, p. 288v.

²³⁵ Ibidem JLF - VOC I, p. 150.

²³⁶ Ibidem JLF - VOC II, p. 150.

²³⁷ Ibidem JLF - EV IV, p. 322.

²³⁸ Ibidem RP, nº 39 (1882 Nov.4), p. 2.

²³⁹ Ibidem RP, nº 60 (1883 Jul.7), p. 2.

²⁴⁰ Ibidem CG, nº 423 (1888 Dez.17), p. 2.

cidade tomou para o fundo do valle, a Norte, a Poente, e a Sul, foi sem duvida a peor, a mais nociva à saude da população, e a prova está-se obtendo constantemente, em tristes espectaculos, pelas doenças que, nas ruas e beccos mais húmidos, victimam numerosos moradores”. Ao mesmo tempo começa-se a falar em bairros para famílias pobres²⁴².

Mas existia ainda um conjunto de casas velhas que desfejava o largo. Assim, foi assinada uma representação dos habitantes da cidade à Câmara Municipal para que removesse “*aquelle ilheo de casas velhas que ainda deturpa o largo do Carmo*”²⁴³. Ao mesmo tempo que a imprensa queixa-se de que o jardim existente está transformado numa floresta²⁴⁴. Entretanto em 1890, para além da demolição de um muro pertencente ao conde de Margaride²⁴⁵, também começou a demolição do ilhote de casas velhas que havia no largo do Carmo²⁴⁶.

Neste ano tenta-se também mudar o Passo que ali existia, e em sessão de 30 de Abril a Comissão Municipal lê um ofício do Prior da Mesa da Irmandade do Carmo, dizendo que nada tem a opor à mudança do Passo, mas como este inutiliza uma janela do coro de baixo e é necessário abrir outra, parece-lhe justo que a Câmara concorra com a quantia de 30\$000 réis para a obra indicada²⁴⁷. Foi em sessão de 4 de Novembro de 1891 que a Comissão Municipal resolveu pagar à Irmandade do Carmo de 30\$000 réis, para a indemnização que se lhe deve para as obras que foi obrigada a fazer por causa da mudança do Passo²⁴⁸, feita pelo município para junto do edifício da mesma irmandade²⁴⁹.

Em 1872 já se começa a pensar em mudar o chafariz do Toural, uma bonita fonte do século XVI existente nessa praça extramuros, para outro lugar, mas nada se chegou a concretizar²⁵⁰. Mas, com o objectivo de aformosear o largo, em 17 de Setembro de 1890 é arrematada por 530\$000 réis a obra de colocação do chafariz do Toural no largo do Carmo²⁵¹, enquanto que, em 18 de Novembro a câmara delibera o

²⁴¹ Ibidem CG, nº 423 (1888 Dez.17), p. 2.

²⁴² Ibidem CG, nº 369 (1888 Maio 21), p. 1.

²⁴³ Ibidem CG, nº 451 (1889 Abr.4), p. 2.

²⁴⁴ Ibidem CG, nº 522 (1889 Dez.30), p. 2-3.

²⁴⁵ Ibidem CG, nº 523 (1890 Jan.2), p. 2.

²⁴⁶ Ibidem CG, nº 530 (1890 Jan.30), p. 2; *A Penha*, nº 9 (1890 Fev.2), p. 2.

²⁴⁷ Ibidem CG, nº 555 (1890 Maio 5), p. 2.

²⁴⁸ Ibidem MAO, p. 14-16.

²⁴⁹ Ibidem CG, nº 697 (1891 Nov.9), p. 2.

²⁵⁰ Ibidem RP, nº 30 (1872 Nov.13), p. 2.

²⁵¹ Ibidem JLF - *EV III*, p. 268v.

tanque do largo do Carmo fosse mudado para a Rua Nova de Santo António²⁵². O projecto e orçamento da sua mudança foi aprovado em sessão de 18 de Novembro²⁵³, sendo a obra arrematada em 17 de Dezembro²⁵⁴.

As obras de instalação do chafariz já iam adiantadas em Fevereiro, com a colocação da taça grande²⁵⁵, ficando totalmente instalado em Março²⁵⁶. Em 1891 por decisão da câmara de 11 de Março, colocou-se um lampião de iluminação no largo²⁵⁷ tendo-se resolvido em sessão de 8 de Abril que o lampião tivesse um fontanário com duas torneiras²⁵⁸. A Comissão Municipal, em sessão extraordinária de 28 de Abril, decidiu aprovar o desenho do fontanário feito no estabelecimento da Fundação do Ouro, da cidade do Porto, que importou na quantia de 45\$000 réis²⁵⁹. Foi colocado em Fevereiro de 1892²⁶⁰.

Assim, em 1891 foi colocado no Largo do Carmo o chafariz que 1874 foi apeado do Tournal, demoliram-se as restantes casas do largo do Carmo, o Passo que ali existia foi mudado para a porta do Asilo e o tanque para a Rua Nova de Santo António, embora fosse ligeiramente diminuído²⁶¹. Diz-nos a imprensa que *“Este largo, que ainda há poucos annos fallava “bem alto” da prosperidade material d’esta cidade está completamente transformado, graças à attenção que tem merecido aos dirigentes do município, faltando-lhe apenas bancos, como muito bem lembra o nosso collega “vimaranense”*²⁶².

Foi ainda durante o ano que se decide, por resolução de 27 de Janeiro, aprovar o projecto e orçamento da obra de reconstrução e melhoramento do largo do Carmo, organizado pelo Conductor de Obras Públicas²⁶³, tendo sido posta em arrematação em sessão de 9 de Novembro²⁶⁴.

Em sessão de 24 de Fevereiro, delibera-se arrematar pela quantia de 386:000\$000 réis, a obra da construção de uma rua ao lado poente, do largo do Carmo,

²⁵² Ibidem JLF - EV IV, p. 166; Ibidem CG, nº 609 (1890 Nov.24), p. 2.

²⁵³ Ibidem CG, nº 609 (1890 Nov.24), p. 2.

²⁵⁴ Ibidem JLF - EV IV, p. 262.

²⁵⁵ Ibidem CG, nº 625 (1891 Fev.5), p. 3.

²⁵⁶ Ibidem CG, nº 632 (1891 Mar.2), p. 2.

²⁵⁷ Ibidem CG, nº 636 (1891 Mar.16), p. 2.

²⁵⁸ Ibidem CG, nº 643 (1891 Abr.16), p. 2.

²⁵⁹ Ibidem CG, nº 670 (1891 Ago.3), p. 2.

²⁶⁰ Ibidem CG, nº 718 (1892 Fev.1), p. 3.

²⁶¹ Ibidem JLF - EV IV, p. 322.

²⁶² Ibidem CG, nº 618 (1891 Jan.5), p. 2.

²⁶³ Ibidem CG, nº 720 (1892 Fev.8), p. 2.

²⁶⁴ Ibidem CG, nº 792 (1892 Nov.14), p. 2.

sendo arrematante Bento Martins, da freguesia da Costa²⁶⁵, e em 9 de Novembro decide-se que os candeeiros do largo do Carmo sejam passados a colunas se o vereador do pelouro da iluminação entendesse que aproveitava a mesma iluminação sem aumento de despesa com novos candeeiros²⁶⁶. Em 14 de Dezembro de 1892 foi arrematada a obra do passeio no largo do Carmo, por 155\$000, por Bento Martins²⁶⁷. Apenas em 1896, em sessão de 27 de Maio, se resolveu aprovar o projecto da obra de reconstrução do pavimento da rua nascente²⁶⁸. Foi arrematada a 12 de Maio, sendo a base de licitação a quantia de 230\$000 réis²⁶⁹. Ainda nesse ano, por decisão de 30 de Junho, foram colocados seis bancos iguais aos do jardim do Tournal, ficando encarregado de os obter o vereador Manuel Vitorino da Silva Guimarães²⁷⁰.

Finalmente, em 10 de Agosto de 1899, dia seguinte ao falecimento de Francisco Martins Sarmiento no palacete do largo do Carmo, a Câmara delibera dar-lhe o nome de Largo Dr. Martins Sarmiento.

Rua da Porta de Santo António Diz-nos o Eng. Almeida Ribeiro: “[...]O principal melhoramento desta folha é sem dúvida a rua que com 10 metros de largura projectei da Rua da Porta de Santo António para o Alto do Picoto. Esta rua ainda que não seja continuada até Santa Luzia ficará sendo uma das melhores e das mais bem colocadas de Guimarães. Com a execução deste projecto fica inutilizado o pequeno terreiro junto à Porta de Santo António e actual rua do Picoto”.

Em 7 de Julho de 1869, na sessão realizada pela Comissão de Melhoramentos, resolveu-se aproveitar todo o projecto do Eng. Almeida Ribeiro para as ruas do Cano de Baixo e de Cima e construir a projectada Rua da Porta de Santo António até à capela do Picoto, aumentando-a com duas rampas para a rua de Santa Luzia²⁷¹. No entanto este projecto, que poderia a expandir esta zona da cidade, não chegou a concretizar-se. Apesar disso, em 1874 foram demolidas algumas casas no cimo da Rua da Infesta, para se alargar a entrada para o Paço dos Duques²⁷².

²⁶⁵ Ibidem CG, nº 726 (1892 Mar. 3), p. 2.

²⁶⁶ Ibidem CG, nº 792 (1892 Nov.14), p. 2.

²⁶⁷ Ibidem CG, nº 800 (1892 Dez.15), p. 2.

²⁶⁸ Ibidem CG, nº 1112 (1896 Maio 28), p. 2.

²⁶⁹ Ibidem CG, nº 1196 (1897 Abr.26), p. 2.

²⁷⁰ Ibidem CG, nº 1212 (1897 Jul.5), p. 1.

²⁷¹ Ibidem MAO.

A **Viela do Campo Santo** conduzia ao cemitério e separava a rua do Gado da Rua do Poço. Foi em sessão de 2 de Fevereiro de 1891, e por proposta o Conde de Margaride, que se deliberou, que se começasse a denominar Viela do Antigo Cemitério Municipal. Praticamente não teve mais nenhum melhoramento esta estreita viela, que mantém ainda hoje um aspecto de uma viela antiga.

A **Rua do Gado** começava no Largo dos Laranjais e acabava na Viela do Campo Santo. O Eng. Almeida Ribeiro diz que foi obrigado a conservar a forma, apresentando como projecto o corte do palacete do sr. Pedro de Barros e parte do Recolhimento das Trinas. Mais tarde, a Comissão de Melhoramentos, em sessão de dia 7 de Julho de 1869 resolveu proceder a esses “melhoramentos”, que afinal, não chegaram a realizar-se²⁷³. Foi em sessão de 10 de Julho de 1872 que se deliberou que à Rua do Gado e do Poço se denominasse Rua D. Luís I²⁷⁴. Apenas verificamos que em sessão de 16 de Fevereiro se decidiu aprovar o ajuste feito pela quantia de 15\$000 réis do corte da saliência de pedra de um prédio, para alargar o passeio da mesma rua²⁷⁵.

A **Rua da Infesta e Rua do Poço** eram duas ruas que ligavam a parte baixa da cidade à zona alta, e tiveram grandes transformações nesta época.

Em 1825 deliberou-se que fosse posto a lanços o concerto e reparo da calçada da Rua da Infesta. Esta rua era muito importante, pois ligava o Largo da Oliveira ao Castelo, sendo um dos eixos orientadores da cidade. Só muito mais tarde, em 1863 é que volta a aparece-nos, no projecto do Eng. Almeida Ribeiro, pois ele refere-se ao Largo do Carmo, e diz que inutilizou a Rua da Infesta e lado austral da Rua do Poço, prolongando o alinhamento da Igreja do Carmo até defronte da casa do sr. Henrique Cardoso, e formou num terreiro de todo o espaço ocupado pelo Terreiro do Carmo, pela linha do projecto, e pelo lado norte da Rua do Poço²⁷⁶. A Rua da Infesta foi alargada na década de setenta, sendo a Câmara autorizada, pelo decreto lei publicado no Diário do Governo de 12 de Junho de 1872, a expropriar por utilidade pública as casas necessárias

²⁷² Ibidem JLF - *EV IV*, p. 322.

²⁷³ Ibidem MAO, p. 14-16.

²⁷⁴ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 149v.

²⁷⁵ Ibidem CG, nº 1269 (1898 Fev.18), p. 2.

²⁷⁶ Ibidem MAO, p. 14-16.

para o seu alargamento²⁷⁷. Foi mais tarde, em conjunto com a rua do Poço, integrada no Largo do Carmo.

Na Rua da Infesta existia o Convento de S. José do Carmo, fundado no século XVI, e cujas freiras, em meados do século XVIII procuraram “*estenderem a cerca do seu convento e fazerem terreiro*”, através de várias compras que foram efectuando²⁷⁸. Em finais desse século já existiam certas preocupações urbanísticas, o que levou a que se procurasse fazer o alinhamento da rua do Gado²⁷⁹.

Possuía o Largo do Carmo em 1839 um tanque com água encanada²⁸⁰ e ainda um cruzeiro, que em 1860 ainda existia defronte do Convento²⁸¹. Este Convento ficou extinto em meados do século XIX devido ao falecimento da última religiosa e saída das seculares que lá estavam instaladas, em 7 de Setembro de 1854²⁸². A Câmara, que se debatia com a falta de espaços públicos, onde pudesse instalar repartições públicas, e como ele ficasse vago, pediu ao governo a sua posse²⁸³. Algum tempo depois, representa novamente ao rei pedindo a água do convento do Carmo para os tanques do Cano e Quartel²⁸⁴, tendo o tanque do Terreiro do Carmo passado a ser um concorrido lavadouro público. A imprensa local chega mesmo a avisar os utilizadores que mandavam lá lavar, ou iam, que fossem tomar a vez com antecedência, pois este raríssimas vezes estava de vago²⁸⁵.

Em 1 de Agosto de 1857 sai uma portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, concedendo à Irmandade de Nossa Senhora do Carmo a igreja da mesma invocação, com todas as suas dependências e respectivas alfaias. A igreja foi entregue à Irmandade, que toma posse desta, das alfaias, sacristia e dependências, em Novembro, o que deu lugar a divergências com o General Ferreira, comandante de Caçadores 7, a quem havia sido concedido o Convento para Hospital Militar. Este não consentiu que os coros fossem entregues à Irmandade, levando o assunto ao conhecimento do Ministério, que enviou outra portaria.

²⁷⁷ Ibidem *RP*, (1872 Jun.12), p. 2.

²⁷⁸ Ibidem *JLF - EV*, p. 17v.

²⁷⁹ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 353v.

²⁸⁰ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 448v.

²⁸¹ Ibidem *JLF - EV IV*, p. 145v.

²⁸² Ibidem *JLF - EV III*, p. 237.

²⁸³ Ibidem *JLF - EV I*, p. 280.

²⁸⁴ Ibidem *JLF - EV I*, p. 247v.

²⁸⁵ Idem *TG*, nº 46 (1857 Fev.13), p. 3.

É assim que a imprensa nos transmite a notícia intitulando-a: “*Dois galos em um poleiro*”²⁸⁶. Entretanto em Dezembro de 1858 encontra-se a assinar, em casa de José Custódio Vieira, negociante no Toural, um requerimento feito pelos habitantes da cidade e concelho às cortes, para que estas resolvam favoravelmente o requerimento apresentado na Câmara dos Deputados pelo Barão da Torre, “[...] em que as comissões promotoras da instituição do Asilo da Infância Desvalida denominado Asilo de Santa Estefânia, Amor de Deus e do próximo, pedem o edifício devoluto e quasi arruinado do extinto Convento do Carmo, para ali ser fundado o mesmo asilo”²⁸⁷.

Em 26 de Setembro de 1859 sai uma portaria do Ministro da Fazenda mandando fosse entregue o mirante do coro do Carmo à Irmandade de Nossa senhora do Carmo²⁸⁸. Finalmente, em 27 de Agosto de 1862 a Comissão Instaladora do Asilo de Santa Estefânia toma posse do Convento do Carmo, que lhe tinha sido concedido²⁸⁹.

1.2. “Vila Baixa”

A muralha de D. Dinis, iniciada por D. Afonso III, unificou os dois primitivos núcleos da vila. Como refere Conceição Falcão²⁹⁰, por diversas vezes houve conflitos entre as duas partes, acabando por ser mais favorecida a parte de baixo, o que levou a um maior povoamento e mais desenvolvimento. D. João I atribuiu ao burgo a supremacia jurisdicional, quando ordenou em 1383, que fossem os dois um só povo.

Os “melhoramentos” e restauros dos séculos XIX e XX acentuam a diferença e ainda hoje o Centro Histórico de Guimarães contempla duas zonas distintas: a do castelo, que sofreu variadas transformações durante essa época e quase se encontra despovoada, e a zona da vila, que manteve quase inalterado o seu centro histórico.

1.2.1. Praça de S. Tiago

²⁸⁶ Ibidem *TG*, nº 229 (1857 Nov.17), p. 229.

²⁸⁷ Ibidem *TG*, nº 321 (1858 Dez. 24), p. 4.

²⁸⁸ Ibidem *JLF - EV III*, p. 289v.

²⁸⁹ *Guimarães, o Labor da Grei*. Guimarães, 1923, p. 32.

²⁹⁰ Ibidem *MCFE*, p. 22.

Tiago²⁹³. Aqui se localizava nesta altura a roda dos expostos, que foi necessário ampliar, adquirindo a Câmara por 180\$000 réis umas casas na Praça de S. Tiago a Manuel José Pinto, para aumentar a Casa dos Expostos²⁹⁴. Posteriormente, começa-se mesmo a falar em fazer uma casa nova, que segundo o jornal *Vimaranense*, chegou a começar²⁹⁵. Mas não existiram grandes obras nesta praça, até que o Eng. Almeida Ribeiro vai propor para ela que: “*No espaço ocupado pela Praça de S. Tiago, rua dos Pasteleiros, Rua dos Açoutados, pela Rua dos Fornos e pela parte da Rua de Santa Maria compreendida entre a Praça da Oliveira e a Rua dos Pasteleiros projectei uma praça limitada pelas três linhas ponteadas traçadas na planta e pelo lado nascente da Rua de Santa Maria. As avenidas desta praça foram também melhoradas dando à Rua do Espírito Santo uma largura de 8 metros e à rua das Lamelas, cuja forma não pude alterar, uma largura de 6 metros. A capela de S. Tiago deve ser demolida ou removida para um dos lados da nova Praça se se entender que deve ser respeitado um edifício que foi templo do Paganismo e a primeira igreja cristã de Guimarães. Conservei intacta a Casa da Câmara como um monumento nacional*”²⁹⁶. Assim se projectava uma ampla praça, completamente diferente, ortogonal e higiénica. Em sintonia com o projecto do Eng. Almeida Ribeiro, seis anos depois, a Comissão de Melhoramentos em sessão de 8 de Julho de 1869, decidiu compor na Praça de S. Tiago as ruas que circundavam a capela²⁹⁷.

Durante algum tempo esteve aqui instalado o Tribunal, na casa de António Fernandes da Silva Vilela, da Praça de S. Tiago, por o Convento de S. Domingos se encontrar em ruínas²⁹⁸. Também nesta praça se instalou, em 1872, o Banco Comercial de Guimarães, que começou a funcionar em 1 de Fevereiro de 1873²⁹⁹.

Mas em 1882 começou realmente a transformação do Largo, que embora não fosse alargado, foi liberto da capela que lhe deu o nome. Em 1 de Janeiro de 1882, por proposta do Vice-Presidente José de Castro Sampaio, foi deliberado expropriar a Capela de S. Tiago³⁰⁰. Entretanto a Câmara manda organizar o projecto de melhoramento da

²⁹³ Ibidem JLF - *EV II*, p. 144.

²⁹⁴ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 66v; Ibidem - *EV III*, p. 61.

²⁹⁵ *Vimaranense*, nº 29 (1859 Dez.1), p. 3; nº 36 (1860 Jan.19), p. 3.

²⁹⁶ Ibidem MAO.

²⁹⁷ Ibidem MAO.

²⁹⁸ Ibidem JLF - *EV I*, p. 98.

²⁹⁹ Ibidem JLF - *EV II*, p. 4v.

³⁰⁰ Ibidem JLF - *VOC*, p. 154v.

praça³⁰¹, porque estava cheia de focos de infecção como nos dizem os jornais da época: “*Na rua de S. Thiago, próximo ao edifício da câmara, travessa dos engeitados e mais becos annexos, cada pucilga, é um foco d’infecção. D’aquelles casebres immundos emanam particulas deleterias que compromettem a saúde publica.[...]*”³⁰².

A imprensa faz a apologia dos “melhoramentos” na praça, que lhe iriam dar novas condições de higiene, de arejamento, de arborização e moralização, para além de se pedir a destruição da Capela³⁰³.

As obras iriam constar de terraplanagem e calcetamento da praça, de um aqueduto longitudinal e receptivos canos transversais, e de três passeios, sendo um a nascente, outro a sul e o terceiro a norte, esperando-se que as obras ficassem concluídas no período de cinco meses³⁰⁴.

Em Junho de 1885 a Câmara manda proceder à expropriação da Capela de S. Tiago, a fim de serem concluídos os “melhoramentos” no solo³⁰⁵.

Entretanto, andando a proceder-se a escavações na travessa de S. Tiago, antiga Rua das Mostardeiras, ou dos Pasteleiros, para fazer o cano e concerto do mesmo, apareceram, a 50 cm debaixo do solo, ossos humanos³⁰⁶, o que alarma as pessoas, mas acaba por cair no esquecimento.

Em Novembro de 1885 a Câmara resolve que a venda do carvão passe a ser no largo da Cadeia e não na praça de S. Tiago, e que nesta não se façam canhotos, mas apenas naquele³⁰⁷.

Durante o mês de Julho o jornal *O Comércio de Guimarães* publica uma carta do Padre Abílio de Passos, protestando pela demolição da Capela, devido à sua importância histórica³⁰⁸. Mas de nada serviu.

A vontade de melhorar e higienizar o local, segundo a mentalidade e vontade da época, prevaleceu. Em sessão de 8 de Julho de 1885, numa derradeira tentativa de esclarecimento, o Presidente da Câmara, Dr. Mota Prego, propôs que se ouvisse a opinião de pessoas sabedoras, mas foi resolvido por maioria de votos fazer a demolição.

³⁰¹ Ibidem CG, nº 74 (1884 Mar.9), p. 2.

³⁰² Ibidem CG, nº 38 (1884 Out.16), p. 3.

³⁰³ Ibidem CG, nº 75 (1885 Mar.12), p. 1.

³⁰⁴ Ibidem CG, nº 89 (1885 Maio 4), p. 2.

³⁰⁵ Ibidem JLF - EV II, p. 253; Ibidem CG, nº 98 (1885 Jun.11), p. 2.

³⁰⁶ Ibidem JLF - EV II, p. 298; Ibidem CG, nº 109 (1885 Jul.23), p. 2.

³⁰⁷ Ibidem JLF - EV IV, p. 165; Ibidem CGs, nº 139 (1885 Nov.19), p. 2.

³⁰⁸ Ibidem CG, nº 104 (1885 Jul.6), p. 2.

O mesmo jornal defende que deviam ouvir Martins Sarmiento e o Padre Caldas, mas de nada serviu³⁰⁹.

Em 1 de Agosto de 1885 foi deliberado nomear louvados para a capela de S. Tiago, que ia ser pedida a sua expropriação, a “Ventura (do Rio)” de Castro Meirelles e a “José (das Boticárias)” Luís Ferreira³¹⁰.

Em sessão da Câmara Municipal, de 24 de Fevereiro de 1886, foi lido um ofício do Secretário Geral do Governo Civil de Braga, levando ao conhecimento da Câmara ter remetido para o Ministério do Reino a representação que lhe foi enviada pela municipalidade, em que pede a expropriação por utilidade pública da capela de S. Tiago, que existe na praça do mesmo nome³¹¹, e em 6 de Maio de 1886 é publicada uma carta de lei autorizando a Câmara Municipal a demoli-la³¹². Assim, em 12 de Maio foi resolvido requerer a secularização da Capela e promover o processo judicial da sua expropriação, logo que chegasse a planta³¹³. Finalmente foi resolvido que, visto ter sido enviada à Câmara a planta da capela situada na praça de S. Tiago, se procedesse à expropriação judicial da mesma, conforme o decreto de 6 de Maio último, ficando autorizado o Presidente a promover e fazer promover em juízo todos os termos do respectivo processo³¹⁴. Em Dezembro de 1886 decidiu-se que fosse posta em praça a obra da demolição da capela de S. Tiago³¹⁵, e em Janeiro de 1887 foram arrematados por 127\$000 réis os seus materiais³¹⁶.

Finalmente, em 11 de Janeiro de 1887, numa sexta feira, por ordem da Câmara principiou a demolição da Capela de S. Tiago³¹⁷. A Câmara reservou duas inscrições e tudo o que aparecesse para o museu da Sociedade Martins Sarmiento³¹⁸. Vendeu-se em hasta pública o sino, que pertenceu à capela e que veio dos Paços do Concelho³¹⁹, a 372 réis o quilograma a José Maria de Freitas Carneiro³²⁰.

Para dar continuidade aos trabalhos a Comissão Municipal, em sessão de 17 de Agosto de 1887, resolveu mandar fazer projecto e orçamento da obra da conclusão da

³⁰⁹ Ibidem *CG*, nº 106 (1885 Jul.13), p. 1; nº 108 (1885 Jul.20), p. 1.

³¹⁰ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 160Av.

³¹¹ Ibidem *CG*, nº 164 (1886 Mar.1), p. 2.

³¹² Ibidem *JLF - EV II*, p. 120.

³¹³ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 161A; Ibidem *JLF - EV II*, p. 139.

³¹⁴ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 161A.

³¹⁵ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 161A.

³¹⁶ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 161Av.

³¹⁷ Ibidem *JLF - EV I*, p. 65v.

³¹⁸ Ibidem *CG*, nº 246 (1887 Jan.24), p. 2.

³¹⁹ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 161Av; Ibidem *CG*, nº 272 (1887 Maio 5), p. 2; nº 324 (1887 Nov.24), p. 2.

calçetaria da Praça³²¹, sendo aprovado o seu projecto em Agosto de 1887³²², removeu depois os restos da capela, para se proceder ao calcetamento³²³, obra que estava pronta em Novembro de 1887³²⁴.

Mas os jornais continuam a queixar-se do ambiente na praça e pedem a sua vigilância policial, referindo a falta de moralidade da zona³²⁵.

Em Novembro de 1891 é ali instalado provisoriamente, no palacete do Banco Comercial de Guimarães, o Seminário de Nossa Senhora da Oliveira, inaugurado pelo rei D. Carlos³²⁶, ampliando a importância da Praça.

Continua a vontade de “melhorar” a Praça de S. Tiago, e, em sessão da Câmara de Maio de 1904, foi aprovado um projecto de ampliação da Praça de S. Tiago, expropriando três prédios, “*cujas trazeiras fazem uma viella infecta, impossível de se tornar habitável*”³²⁷.

Em 6 de Setembro de 1905, durante a Presidência do Abade de Tagilde, em sessão da Câmara, foi aprovado, entre outros, o projecto e orçamento para alargamento e aformoseamento da praça de S. Tiago, no valor de 17.620\$000 réis. Foram aprovados superiormente em inícios de Outubro de 1905³²⁸, mas em 11 de Outubro recebeu-se um officio do Administrador, remetendo-os aprovados, com a cláusula *não tendo execução antes de se acharem dotados com orçamento executório ordinário ou suplementar*³²⁹. Entretanto a Câmara em sessão de 10 de Janeiro propõe a contratação de um empréstimo de 1.600\$000 réis destinado, entre outros, ao alargamento da Praça de S. Tiago aprovado em 29 de Setembro de 1905³³⁰. Mas nada se chegou a concretizar. Em 11 de Abril de 1906 foram apresentadas à Câmara novas propostas pelo Abade de Tagilde, presidente da câmara, de que constava entre outras, a do alargamento da Praça de S. Tiago. Diz o Abade de Tagilde em sessão de 11 de Abril de 1906 que “*Da planta parcial da Câmara elaborada na altura, prevendo a demolição dos prédios do lado norte e nascente e desaparecimento da viela dos Engeitados, seguindo o proposto*

³²⁰ Ibidem JLF - VOC II, p. 156.

³²¹ Ibidem CG, nº 301 (1887 Ago.25), p. 2.

³²² Ibidem CG, nº 302 (1887 Ago.29), p. 2.

³²³ Ibidem CG, nº 303 (1887 Set.1), p. 2.

³²⁴ Ibidem CG, nº 320 (1887 Nov.10), p. 2.

³²⁵ Ibidem CG, nº 365 (1888 Maio 3), p. 2.

³²⁶ Ibidem CG, nº 696 (1891 Nov.5), p. 2.

³²⁷ Ibidem CG, nº 1872 (1904 Maio 20), p. 2.

³²⁸ Ibidem JLF - VOC I, p. 163Av; Ibidem CG, nº 2000 (1905 Set.19), p. 3.

³²⁹ Ibidem CG, nº 2009 (1905 Out.20), p. 2.

³³⁰ Ibidem CG, nº 2034 (1906 Jan.23), p. 2.

*melhoramento da Praça de S. Tiago do Eng. Manuel Ribeiro, propunha agora fazer-se uma parte, demolindo os três prédios que formam a parte nascente e outro da parte posterior da viela, pavimento e passeio 1:600\$000*³³¹.

A **Rua do Espírito Santo** outrora judiaria³³² era uma rua central da cidade. Em 1807, aquando da divisão da vila em bairros, para maior controle e segurança dos habitantes, esta pertencia ao 6º bairro³³³.

Não encontramos alterações de monta nesta rua, e em 1863 o Eng. Almeida Ribeiro apenas se refere a ela na folha 8: “*As avenidas desta Praça [de S. Tiago] foram também melhoradas dando à Rua do Espírito Santo uma largura de 8 metros e à rua das Lamelas, cuja forma não pude alterar, uma largura de 6 metros*”. Pouco mais ou menos a meio desta rua projectava-se a abertura de uma outra que a ligaria à Rua Sapateira cortando em grande parte a Vuela do Serralho.

Mais tarde, em reunião da Comissão de Melhoramentos de 8 de Julho de 1869, foi apresentada uma proposta de se fazer a abertura de uma rua central que, partindo da Estrada de Fafe, viria a atravessar o quintal do Priorado, junto ao portão, e a Rua de Santa Maria, e, alargando-se a Rua do Espírito Santo, atravessava igualmente o Terreiro da Misericórdia para terminar na Rua da Fonte Nova³³⁴, mas não teve concretização.

Em 1881 já o Padre António Caldas lhe chama Rua Dr. António Mota Prego³³⁵.

Em 6 de Setembro de 1905 foram aprovados em sessão o projecto e orçamento para, entre outros, o alargamento da rua do Espírito Santo, no valor de 3.310\$000 réis que foi aprovado superiormente em Outubro de 1905³³⁶, com a cláusula de que não teriam execução antes de se acharem dotados com orçamento executório ordinário ou suplementar³³⁷. No ano seguinte, em sessão de 10 de Janeiro de 1906 apresenta-se a proposta para a contratação do referido empréstimo³³⁸. Assim, entre as Propostas apresentadas à Câmara Municipal na sessão de 11 de Abril de 1906 pelo Abade de Tagilde, presidente da Câmara, a 4ª foi a do Alargamento da rua do Espírito Santo, pois: “*Faz também parte do plano de melhoramentos de 1863 e, demolido o edifício da velha*

³³¹ João Gomes de Oliveira Guimarães - *Proposta apresentada à Câmara na sessão de 14 de Abril de 1906*, p.8.

³³² Ibidem MCFE.

³³³ Ibidem JLF - *VOC*, p. 269v.

³³⁴ Ibidem MAO, p. 21-22.

³³⁵ P^e António Caldas - *Ob. cit.*, p. 130.

³³⁶ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 163A; Ibidem CG, n.º 2004 (1905 Out.3), p. 2.

³³⁷ Ibidem CG, n.º 2009 (1905 Out.20), p. 3.

*cadeia, estabelece uma ligação apropriada entre o largo de Franco Castello Branco e a Praça de S. Thiago, além de concorrer para a salubridade dum bairro, que em condições higiénicas quasi permanece no estado em que o deixaram os seus antigos moradores, os judeus.[...]*³³⁹.

Felizmente que não se conseguiu concretizar este projecto, que será retomado bastantes anos mais tarde (cerce de 1916), e novamente abandonado, podendo-se assim manter o traçado primitivo desta rua tão bonita.

A **Rua Escura** é outra das antigas ruas de Guimarães. Como a Rua do Espírito Santo, pertencia ao 6º Bairro da vila³⁴⁰. Não encontrámos qualquer “melhoramento” ao longo do século XIX. Apenas em 1863 o eng. Almeida Ribeiro nos diz: “*Não alarguei a Rua de Val de Donas, porque este melhoramento exigiria uma expropriação muito para além das vantagens que deviam resultar de as levar a feito. Também não alarguei a Rua Escura pelo mesmo motivo e porque o julguei desnecessário sobretudo com abertura de uma rua em substituição da do Serralho*”³⁴¹. E assim tudo permaneceu na mesma, continuando a mostrar-nos a mesma face de há muitos séculos.

A **Rua dos Fornos** de que nos diz o Padre Torquato de Azevedo, em 1692: “*Desta praça do Peixe sahem tres ruas, a primeira rua dos Fornos, porque nella os haviam algum dia públicos, dos quaes não só se aproveitavam os padeiros, mas toda a gente da villa, para a parte d’entre Norte, e Nascente se encontra esta rua dos Fornos com a rua do Gado, e esta com a do Paço, e sendo todos místicas se vão encontrar com a rua da Infesta no districto da villa Araduca, fazendo sahida pela porta Garrida, hoje de Santo António, por ter a sua imagem, e defronte o seu mosteiro*”³⁴². Nesta rua esteve outrora a roda dos expostos da vila, diz-nos João Lopes de Faria³⁴³.

Desta também não temos praticamente notícia, até que em 1863 o Eng. Almeida Ribeiro nos diz que “*No espaço ocupado pela Praça de S. Tiago, rua dos Pasteleiros, Rua dos Açoutados, pela Rua dos Fornos e pela parte da Rua de Santa Maria compreendida entre a Praça da Oliveira e a Rua dos Pasteleiros projectei uma*

³³⁸ Ibidem CG, nº 2034 (1906 Jan.23), p. 2.

³³⁹ João Gomes de Oliveira Guimarães - *Ob. cit.* p.8.

³⁴⁰ Ibidem JLF - *VOC*, p. 269v.

³⁴¹ Ibidem MAO, p. 21-22.

³⁴² P^e Torcato Peixoto d’Azevedo, 1845. p. 313.

praça limitada pelas três linhas ponteadas traçadas na planta e pelo lado nascente da Rua de Santa Maria.[...]’. O alinhamento da rua dos Fornos implicava uma demolição parcial, o recuo da casa dos Portugais e o prolongamento desta para o Terreiro das Lamelas. Mais tarde, a Comissão de Melhoramentos reunida em 8 de Julho de 1869 decidiu proceder a “melhoramentos” na Rua dos Fornos prolongando-se o seu alinhamento pelo cunhal da casa das Lamelas³⁴⁴. Na obra do Padre Caldas, *Guimarães, apontamentos para a sua história*, editada em 1881, a rua das Lamelas passa a abranger a Rua Escura, Rua dos Fornos, Largo das Lamelas e Rua das Lamelas³⁴⁵. Manteve, no entanto, o seu antigo traçado.

Rua das Lamelas. A rua entre a Rua dos Fornos e a Rua do Gado, ainda não possuía este nome em finais do século XVII³⁴⁶, nem aparece em 1807 como fazendo parte das ruas que dividiam por bairros de fiscalização as ruas da cidade. A sua história muitas vezes confunde-se com a da Rua dos Fornos, mas a partir de meados do século XIX (cerca de 1879³⁴⁷), a zona em que se situava a Casa das Lamelas, começou também a ser conhecida pelo nome da Casa. O Eng. Almeida Ribeiro pretendia dar a esta rua cuja forma não podia alterar, uma largura de 6 metros, sendo para isso preciso proceder a cortes e diminuir-lhe também a sua extensão, para se poder proceder ao alargamento do Largo dos Laranjais³⁴⁸.

A câmara deliberou em 25 de Junho de 1873 arrendar por 6 anos a Casa das Lamelas (que ao longo do tempo foi sendo conhecida pelo nome dos proprietários), a Jerónimo Vaz Vieira de Nápoles, por 300\$000 réis cada ano, para as repartições da Administração do Concelho, Fazenda e Conservatória, fazendo-o, no entanto, com reserva de capela, celeiros, adega e quintal para o senhorio³⁴⁹. Foi arrendada em 3 de Julho de 1873³⁵⁰.

³⁴³ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 354.

³⁴⁴ Ibidem MAO, p. 21-22.

³⁴⁵ Padre António Caldas - *Ob. cit.*, p. 130.

³⁴⁶ P^e Torcato Peixoto d’Azevedo - *Ob. cit.*, p. 312-315.

³⁴⁷ Ibidem JLF - *EV IV*, p. 159v.

³⁴⁸ Ibidem JLF - *VOC*, p. 269v.

³⁴⁹ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 149v, 288.

³⁵⁰ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 288.

É aí que se instala, em Novembro de 1877 o Tribunal, que se acomodou no compartimento ocupado pela conservatória, espaço exíguo mas “*mais seguro do que o Convento de S. Domingos, onde estivera instalado*”³⁵¹.

Em sessão de 20 de Agosto de 1885 foi deliberado que o Tribunal Judicial, a Administração do Concelho, a Fazenda e a Conservatória fossem transferidas interinamente para a Casa das Lamelas³⁵². Mas como a Câmara não podia ainda comprar a casa, foi também decidido em sessão de 26 de Agosto de 1885 arrendar por um ano a Casa das Lamelas por 540\$000 réis e pedir por empréstimo 10.500\$000 réis para a comprar³⁵³. Assim de 9 a 14 de Setembro foi mudada a repartição da Fazenda para a casa das Lamelas³⁵⁴.

Em 1889 a Câmara, em sessão de 3 de Julho, resolve officiar ao Governador Civil, pedindo-lhe que solicite ao Ministério do Reino, para que devolva à Câmara a representação em que se solicitava a declaração de utilidade pública para expropriação da casa das Lamelas, pois com o falecimento do dono e havendo menores, era necessário a Câmara instaurar um novo processo³⁵⁵. Em 7 de Agosto desse ano a Comissão Municipal decidiu representar novamente ao Governo referindo a necessidade de expropriação do imóvel, a fim de o destinar às Repartições Públicas³⁵⁶. Conseguiu obter o decreto de expropriação em inícios de 1890³⁵⁷ e decidiu fazer a expropriação em sessão de 26 de Fevereiro³⁵⁸. Foi posteriormente nomeada uma comissão para verificar o estado da casa³⁵⁹.

Em sessão de 12 de Junho de 1899 foi posta pela primeira vez em praça a obra de ampliação da Sala de Audiências do Tribunal sob base de licitação de 150\$000 réis, mas não tendo aparecido licitante, resolveu-se que a mesma obra voltasse à praça com um aumento³⁶⁰.

Em 1902 começou a ser lá instalada a esquadra, e a ser nomeado provisoriamente o pessoal e corpo de polícia civil³⁶¹.

³⁵¹ Ibidem *RP*, nº 11 (1877 Dez.1), p. 2.

³⁵² Ibidem *JLF - VOC I*, p. 160Av; Ibidem *CG*, nº 117 (1885 Ago.24), p. 2.

³⁵³ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 160Av; Ibidem *CG*, nº 118 (1885 Ago.27), p. 2.

³⁵⁴ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 160Av.

³⁵⁵ Ibidem *CG*, nº 476 (1889 Jul.15), p. 1.

³⁵⁶ Ibidem *CG*, nº 484 (1889 Ago.12), p. 2.

³⁵⁷ Ibidem *CG*, nº 531 (1890 Fev.3), p. 2.

³⁵⁸ Ibidem *CG*, nº 538 (1890 Mar.3), p. 2.

³⁵⁹ Ibidem *CG*, nº 545 (1890 Mar.27), p. 2.

³⁶⁰ Ibidem *CG*, nº 1403 (1899 Jun.14), p. 2.

³⁶¹ Ibidem *JLF - EV IV*, p. 257.

Terreiro das Lamelas³⁶⁵. Não tornamos a ter mais notícias deste largo, pois os “melhoramentos” projectados não foram concretizados. Só se falará dele quando em Agosto de 1888 começou a ser assente o passeio do Largo das Lamelas, que fazia parte das alterações que a Câmara ali mandou proceder³⁶⁶.

Do **Largo de S. Bento** já falámos, quando nos referimos à destruição da muralha na zona da Porta de S. Bento. Em 7 de Julho de 1869, na sessão realizada pela Comissão de Melhoramentos, resolveu-se melhorar o Largo de S. Bento, do lado fronteiro à casa de José Martins Minotes, demolindo o arco de S. Bento³⁶⁷, assunto que já referimos.

A **Viela dos Laranjais** era uma viela antiga, que unia o largo dos Laranjais à Rua de Santa Maria.

Sobre esta viela diz-nos o Eng. Almeida Ribeiro na folha 8 do seu trabalho: “*Não melhorei a Viela dos Laranjais porque entendo que a gastar-se dinheiro com uma comunicação entre as ruas do Gado e de Santa Maria devia ser com uma rua que partisse do Largo dos Laranjais para o Terreiro das Claras*”³⁶⁸. Embora posteriormente, nomeadamente no Estado Novo, existissem vários projectos para concretizar este melhoramento, também este não chegou a ser executado.

O **Largo dos Laranjais** ligava a Porta de S. Bento à Rua do Gado. O Eng. Almeida Ribeiro, no projecto de Melhoramentos, prevê o alargamento do Largo dos Laranjais³⁶⁹.

Em 7 e Julho de 1869 na sessão realizada pela Comissão de Melhoramentos resolveu-se proceder aos “melhoramentos” propostos para o Largo dos Laranjais, recuando o Passo da Paixão ali existente, mas sem expropriações de casas importantes dessa zona, como fora projectado³⁷⁰.

A cidade lutava com a necessidade de instalar condignamente as Repartições Públicas. Por isso, em 1879 a Câmara deliberou arrendar a Casa dos Laranjais por 6

³⁶⁵ Ibidem MAO, p. 21-22.

³⁶⁶ Ibidem CG, nº 390 (1888 Ago.16), p. 2.

³⁶⁷ Ibidem MAO.

³⁶⁸ Ibidem MAO, p. 21-22.

³⁶⁹ Ibidem MAO, p. 14-16.

anos, pela renda anual de 225\$000 réis aos Condes de Vila Pouca para Repartições Públicas³⁷¹, onde realmente estas se instalaram durante algum tempo³⁷². Este largo sofreu posteriormente algumas alterações, já durante o Estado Novo.

1.2.2. Largo da Misericórdia

Este é um dos mais recentes da cidade.

É rodeada pelas Ruas de Val de Donas, Rua da Rainha e Rua do Serralho.



O Largo da Misericórdia, por vezes ainda chamado Largo das Flores³⁷³, é um largo de traça renascentista, bastante regular, formando quase um quadrilátero, e que nasceu por volta do século XVII. De início era um local povoado, limitado a Nascente pela Rua da Ferraria ou do Ferreiro e a Poente pela Rua das Flores. Diz-nos João Lopes de Faria, que é de 2 de Abril de 1588 o Alvará Régio que concede à Misericórdia poder

³⁷⁰ Ibidem MAO.

³⁷¹ Ibidem JLF - VOC II, p. 153.

³⁷² Ibidem CG, nº 75 (1885 Mar.12), p. 1.

³⁷³ Ibidem JLF - VOC II, p. 439 v.

para expropriar os prédios precisos, a fim de fazer as suas casas e igreja na Rua Sapateira³⁷⁴. Assim, mais tarde fizeram-se as casas da Misericórdia, a igreja e o largo que lhes faz frente. Alberto Vieira Braga dá-nos conhecimento de um aviso régio de 30 de Junho de 1653, concedendo licença ao Provedor e Irmãos da Misericórdia, para poderem comprar pelo preço de 140\$000 réis, que estavam contratados, a torre e os pardieiros, que estavam na rua das Flores, ao administrador do Morgado dos Mirandas, Filipe Pereira do Lago, a fim de fazerem o Terreiro da Misericórdia³⁷⁵.

Em Julho de 1818, de acordo com o já antigo pedido do senado e da nobreza, determina-se a construção de um novo tanque no Terreiro da Misericórdia³⁷⁶, deliberado em sessão da Câmara de 18 de Julho de 1818³⁷⁷. Este trabalho foi arrematado em sessão da Câmara de Julho de 1818, por Bartholo Fontão, pedreiro, de S. Cristovão de Selho³⁷⁸. Entretanto, manda-se fazer na Serra nova mina para explorar a água para o tanque³⁷⁹ e mandam-se fazer as canalizações através da Rua dos Mercadores, aproveitando pedra do castelo³⁸⁰, tendo-se em sessão de 6 de Março de 1819 arrematado por 125\$000 réis o encanamento da água desde Nossa Senhora da Oliveira até ao novo tanque³⁸¹.

Entretanto a feira da madeira, antes instalada no Terreiro de Santa Clara, volta para o Terreiro da Misericórdia, para junto da Cadeia³⁸², tal como os carros da madeira, ficando as tendeiros com a outra parte do largo³⁸³. Em 26 de Junho de 1856 António do Couto Ribeiro mandou declarar e receber 40 réis diários de renda da sua casa no terreiro da Misericórdia desde 3 de Agosto até 23 de Setembro de 1855, época em que esteve ocupada como Hospital dos Coléricos³⁸⁴.

Em 1835 um grande incêndio destruiu algumas das casas do Campo da Misericórdia e, se o vento não mudasse, poderiam arder todas as casas daquele corrente até à Porta da Vila³⁸⁵.

Era necessário melhorar o largo e em Abril de 1862 foi arrematado pela Câmara o desaterro, rebaixo e nivelamento do Terreiro da Misericórdia³⁸⁶.

³⁷⁴ Ibidem JLF - *EV II*, p. 6.

³⁷⁵ Ibidem AVB - *ASMV*.

³⁷⁶ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 192v; Ibidem - *EV III*, p. 51v.

³⁷⁷ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 435.

³⁷⁸ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 435; Ibidem JLF - *VOC II*, p. 293; Ibidem JLF - *VOC II*, p. 293v.

³⁷⁹ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 435.

³⁸⁰ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 194.

³⁸¹ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 197, 435v.

³⁸² Ibidem JLF - *VOC II*, p. 438v.

³⁸³ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 232; Ibidem JLF - *VOC II*, p. 438v-444v.

³⁸⁴ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 144.

Mas pouco se remodela no Largo da Misericórdia, que praticamente permanece igual. Em 1863 o Eng. Almeida Ribeiro contemplou a zona no seu plano de Melhoramentos. Dizia ele que: “*Referindo-me debaixo do ponto de vista da economia a todos os melhoramentos designados nesta folha, encontro alguns que demandam expropriações importantes, como por exemplo, o do Terreiro da Misericórdia e o Largo das Lamelas. Quanto ao 1º considerado na parte do lado do poente pouco perde o aformoseamento se se demorar por muitos anos a sua execução, e pelo que respeita à parte do lado do nascente procurei indemnizar o proprietário da casa que faz frente para a rua Sapateira deixando-lhe um terreno maior e mais regular do que ele possui actualmente*”. Assim o alinhamento, que ele propunha, iria cortar uma parte da Casa dos Coutos³⁸⁷.

Neste mesmo ano há uma deliberação, para que se promovesse uma subscrição, a fim de se mandar fazer pelo sistema da iluminação a gás, adoptado nas cidades do Porto e Braga, três candeeiros para o Terreiro da Misericórdia³⁸⁸.

Os tempos estavam a mudar e a toponímia de raiz medieval já não satisfaz a época. Por isso, em 28 de Abril de 1866 a Câmara discutiu um ofício de João António da Silva Areias, presidente da Comissão dos Artistas da cidade, que solicita por proposta do pintor Domingos Anacleto que o Campo a Misericórdia se passasse a denominar Largo de Franco Castelo Branco, tendo deliberado atribuí-lo em sessão de 5 de Maio de 1866³⁸⁹.

Entretanto reúne no dia 8 de Julho de 1869 a Comissão de Melhoramentos que decide seguir na Rua Sapateira o alinhamento que vem da Rua dos Mercadores, do Largo da Rua Escura e do Largo da Misericórdia, para a regularização dos alinhamentos e fazer-se a abertura de uma rua central que partindo da Estrada de Fafe vinha atravessar o quintal do Priorado, junto ao portão, a rua de Santa Maria, e, alargando-se a rua do Espírito Santo, atravessasse igualmente o Terreiro da Misericórdia, para terminar na rua da Fonte Nova³⁹⁰.

Demasiado arrojados e dispendiosos, estes “melhoramentos” não chegaram a ser concretizados.

³⁸⁵ Ibidem JLF - EV III, p. 60.

³⁸⁶ Ibidem JLF - EV II, p. 146; Ibidem JLF - VOC II, p. 146.

³⁸⁷ Ibidem MAO, p. 21-22.

³⁸⁸ Ibidem JLF - EV II, p. 146v.

³⁸⁹ Ibidem JLF - EV II, p. 74v; Ibidem JLF - VOC I, p. 153, 460v.

Neste largo existiu outrora um Passo da Paixão, perto da Cadeia da Correição, mas, em Março de 1879, principiou-se a fazer um local no muro de Manuel Bernardino Abreu, na Rua Nova de Santo António, para ali se colocar o referido Passo.

A Câmara decide preparar o melhoramento do Campo da Misericórdia e lança-se a ideia, de que com um centro oval, como a Praça da Batalha no Porto, ficaria lindíssimo³⁹¹. Entretanto resolve-se, na sessão de 4 de Novembro de 1885, que a obra seja arrematada de acordo com o projecto organizado em 19 de Junho desse ano³⁹². Como não aparece lança algum à arrematação da obra, decide-se que a mesma volte à praça em 9 de Dezembro de 1885³⁹³, altura em que foi arrematada por 99\$000 réis³⁹⁴. Em 10 de Fevereiro de 1886 é recebido um ofício da Comissão Distrital de Braga, remetendo aprovado por aquela comissão o termo de arrematação do melhoramento a fazer³⁹⁵.

Entretanto, em 1889, plantaram-se árvores no largo, mas algumas das árvores foram cortadas, o que levou a protestos da imprensa³⁹⁶. E neste ano aparece mais um projecto. A Comissão Municipal, em sessão de 4 de Dezembro, resolve que seja feito o projecto de abertura do Largo de Franco Castelo Branco à Praça do Mercado³⁹⁷.

Mas nada se concretiza, e tudo permanece como dantes. As ervas invadem o largo e tornam-o um lameiro, queixando-se a imprensa, em 1900, da falta de limpeza e chegando mesmo a compará-lo a uma campina ou a um lameiro³⁹⁸. Nesse mesmo ano é publicado o Edital para arrematação da obra de melhoramento, mas não houve, realmente, qualquer mudança de fundo³⁹⁹. Apenas durante o Estado Novo sofreu algumas alterações, como veremos.

Rua de Val de Donas. Já no século XVIII encontramos referências à Rua de Val de Donas, uma das mais antigas da Vila, e que confinava com a muralha. É em 1773 que a Câmara foi informada em vereação, que a rainha tinha deferido o requerimento para aforamento do Muro na Rua de Val de Donas correspondente às

³⁹⁰ Ibidem MAO.

³⁹¹ Ibidem CG, nº 98 (1885 Jun.11), p. 2.

³⁹² Ibidem CG, nº 135 (1885 Nov.5), p. 2.

³⁹³ Ibidem CG, nº 144 (1885 Dez.5), p. 2.

³⁹⁴ Ibidem CG, nº 145 (1885 Dez.10), p. 2.

³⁹⁵ Ibidem CG, nº 162 (1886 Fev.22), p. 2.

³⁹⁶ Ibidem CG, nº 433 (1889 Jan.24), p. 2.

³⁹⁷ Ibidem CG, nº 517 (1889 Dez.9), p. 2.

³⁹⁸ Ibidem CG, nº 1479 (1900 Abr.27), p. 3; Ibidem CG, nº 1475(1900 Maio 15), p. 2.

casas de António José da Costa⁴⁰⁰. Durante os inícios do século XIX não ouvimos falar dela, até que o Eng. Almeida Ribeiro nos diz: “*Não alarguei a Rua de Val de Donas, porque este melhoramento exigiria uma expropriação muito além das vantagens que deviam resultar de as levar a efeito*”⁴⁰¹. E a rua de Val de Donas permaneceu intacta, integrando hoje o Centro Histórico.

Viela de Val de Donas Viela estreita que ligava a Rua de Val de Donas à Rua da Fonte Nova. Em 1880 determina-se que a antiga “viela dos 4 olhos” se denomine “Travessa de Val-de Donas”⁴⁰². Esta viela, alargada ainda durante a época monárquica, faz também parte do Centro Histórico da cidade.

Largo do Serralho. Antigo largo da cidade, outrora local onde se pensa que viviam e possuíam a sua Sinagoga, os judeus de Guimarães. No plano de “melhoramentos” do Eng. Almeida Ribeiro estava prevista a abertura de uma rua vinda da Rua do Espírito Santo e que atravessasse o largo, saindo na Rua Sapateira⁴⁰³, mas não se chegou a concretizar e preservou este largo tão característico, que integra hoje o Centro Histórico da cidade.

1.2.3. Largo da Oliveira

Também este é um dos mais antigos e nobres largos de Guimarães. Aqui se situa a Igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e o edifício dos Paços do Concelho, que lhe conferiram desde sempre um estatuto especial em relação a outros locais da cidade. Deste largo, ligando a parte baixa à zona alta da vila, parte a Rua de Santa Maria, também uma via privilegiada.

³⁹⁹ Ibidem CG, (1900 Jun.12), p. 2.

⁴⁰⁰ Ibidem JLF - *EVI*, p. 40.

⁴⁰¹ Ibidem MAO, p. 21-22.

⁴⁰² Ibidem JLF - *VOC II*, p. 154.

⁴⁰³ Ibidem MAO, p. 21-22.

*Vieira, foi proibido que nenhuma pessoa mande colher azeitonas na oliveira da praça, porquanto quebram muitos ramos, com pena de 10 cruzados pagos da cadeia*⁴⁰⁷.

O relógio era uma das preocupações da vila. Tratava-se com cuidado da sua manutenção⁴⁰⁸, e dos consertos que era necessário, pois era o relógio oficial, numa época em que poucas pessoas o possuíam⁴⁰⁹. Apesar de ser cuidadosamente tratado, em Abril de 1843 temos notícia de que se encontrava arruinado devido à queda de um raio⁴¹⁰. Entretanto pensa-se na sua substituição, mas só em 29 de Maio de 1861 é que foi arrematada a sua construção e colocação na torre da igreja, sendo arrematante Domingos José Rodrigues, de Palmeira (Braga), por 120\$000 réis⁴¹¹. Em Agosto foi mandado colocar na torre da Colegiada um mostrador de pedra mármore com ponteiros de metal, que foi arrematado em 10 de Novembro, por 38\$440 réis⁴¹², e em Outubro nomearam Jerónimo, guarda da Câmara, para dar corda ao relógio da torre, com o ordenado de 3\$000 por ano⁴¹³. Mas quase em final do século, em 1884, pede-se outro relógio⁴¹⁴, localizado noutro local, uma vez que o centro da cidade se tinha desviado mais para o exterior⁴¹⁵.

Devido à importância do largo, este espaço era reparado com regularidade. Diz-nos Alberto Vieira Braga, que em 1669 Gonçalo Vaz arrematou a calçada da Praça, para ser feita de pedra de esquadria, fazendo-se com alguns degraus para o lado do alpendre, a fim de ficar ao nível, devendo estar concluída pela festa de Corpus Christi⁴¹⁶. Realmente, alguns anos depois, em 1692, o Padre Torcato de Azevedo descreve-nos assim a praça: *“Da compustura da praça da Oliveira - A Praça do Padrão da Victoria em que está plantada a oliveira, é toda ladrilhada de pedra; e por ser o sítio em que se fundou o novo burgo, como dissemos, lhe chamam Praça Maior, que com igual grandeza fazem magestosa a povoação; é esta praça vistosa pela consistência do padrão da Senhora, e agradável pelo sussuro das três bicas de agoa que correm no seu tanque; pela nobre torre dos sinos da igreja Collegiada, e pela*

⁴⁰⁷ Ibidem AVB - ASMV, p. 176.

⁴⁰⁸ *Pagar [...] 9\$600 réis ao serralheiro José Luís da Silva por concertar o relógio da Torre da Colegiada; Em 1843 concertou-se o assento do relógio da Oliveira, gastando-se 24\$000 réis.*

Ibidem JLF - VOC, p. 167v, 249; Ibidem JLF - VOC II, p. 450v.

⁴⁰⁹ Ibidem JLF - VOC I, p. 294.

⁴¹⁰ Ibidem JLF - VOC I, p. 450v.

⁴¹¹ Ibidem JLF - VOC I, p. 457v.

⁴¹² Ibidem JLF - VOC II, p. 458; Ibidem JLF - EV II, p. 1445.

⁴¹³ Ibidem JLF - EV II, p. 145.

⁴¹⁴ Ibidem CG, nº 408 (1884 Nov.6), p. 2.

⁴¹⁵ Ibidem CG, nº 392 (1888 Ago.23), p. 2.

ocorrência de gente que a ella vem. É fechado pelo nascente pela igreja collegiada, e dali a poente pelas casas de seus vizinhos, todos com alpendradas sobre columnas de pedra. De poente a norte se adorna com a Casa da Câmara, e audiências que estando sobre arcos de pedra dão passagem para que desta praça possam passar à outra do Peixe, aonde está situada a igreja de S. Thiago, que foi antigamente templo de Ceres, no qual o sagrado apostolo derrubando os ídolos, collocou a imagem de Nossa Senhora, cuja imagem foi depois trasladada para o mosteiro de Muma Dona, que hoje é a Real Collegiada da Oliveira.

As casas da Câmara, e das audiências estão misticas, e ambas fazem parte da Praça Maior, com uma galaria de janellas com grades de ferro de encosto pintadas, e douradas, são ambas coroadas de ameias, e no alto das suas paredes tem o escudo das armas de Portugal, illuminado; seria a praça mais majestosa se fossem mais liberaes em lhe dar mais terreno”⁴¹⁷. E acrescentava: “Do lugar em que está plantada a milagrosa Oliveira de que a Senhora toma o título - Ordinariamente toda a povoação tem um lugar de recreio, e festejos de seus habitantes, a que vulgarmente chamam Praça, muitas tem a villa de Guimarães, sendo a mais principal a que está defronte da porta principal da igreja de Nossa Senhora, aonde está situado o padrão da Nossa Senhora da Victoria, e defronte delle no meio da dita praça para o poente está plantada a milagrosa oliveira de que tomou o título a Mãe de Deus, a qual tem o tronco guardado por um pilar de pedra lavrado para mostrar no resguardo, e aceio a devoção dos moradores. Está o pilar cercado de assentos, aonde os cavalleiros da villa de continuo se ajuntam e se sentam para a conversação; e succede algumas vezes que neste fresco, e agradável agazalho esperam alguns os graciosos borrifos da madrugada: achando-o mais próprio o seu somno, que o calor de suas habitações”⁴¹⁸.

Nesta praça existia ainda um tanque que nos é assim descrito em 1726: “Ao pé desta torre, da banda de fora, na praça, está hum grande tanque de três biquas: a do meio fica debaixo da porta do arco e grade da dita capela; e sobre a biqua da mão esquerda está huma imagem de Nossa Senhora, de pedra, encostada a huma oliveira

⁴¹⁶ Ibidem AVB - ASMV, p. 209.

⁴¹⁷ P^o Torcato Peixoto d’Azevedo - *Ob. cit.*, p. 311-312.

⁴¹⁸ P^o Torcato Peixoto d’Azevedo - *Ob. cit.*, p. 311.

(*armas antigas desta villa*); e sobre a bica da mão direita, está hum escudo das armas do Reino, pintadas, e douradas”⁴¹⁹.

Em finais do século XVIII constrói-se a nova Casa Capitular da Colegiada, o que transforma ligeiramente a zona da Oliveira⁴²⁰.

Este local como outros largos, também servia para comércio. Em 1794 a feira do pão passa para o Largo da Oliveira⁴²¹, mas por pouco tempo, uma vez que em 1802 vai para o seu antigo local, no largo de S. Sebastião⁴²², e em 31 de Agosto de 1842 foi deliberado que o local das regateiras das aves, frutas, sementes, etc., fosse na praça de Nossa Senhora da Oliveira encostado às colunas⁴²³.

Como exemplo de um acontecimento político, podemos referir o auto de fé de 1823, em que, devido ao aviso régio de 21 de Agosto, na Praça da Oliveira a toque de sinos e grinaldas de fogo, foi queimado o livro em que se havia prestado juramento à Constituição, segundo nos conta João Lopes de Faria⁴²⁴.

Em 1816 foi posto a lanços e pregão, entre outras obras, o concerto da Calçada da Praça da Oliveira até à Rua de Santa Maria⁴²⁵. Em Março de 1857 faz-se mais um melhoramento, que agradou a “*todas as pessoas decentes*”: foi fechado o padrão e adro da igreja com grades de ferro para ser vedada a entrada pública durante a noite⁴²⁶ e, nesse mesmo ano, a imprensa alerta a Câmara para a possibilidade de fazer outro melhoramento há muito ansiado, que é o alargamento do início da rua de Santa Maria. As casas que faziam esquina com o Largo da Oliveira andavam em obras, tinham a frente demolida, e podia-se então negociar com o proprietário. Todavia a intervenção não chegou a ser concretizada⁴²⁷.

O Eng. Almeida Ribeiro também se debruçou sobre este largo e propôs-lhe alguns “melhoramentos”, como por exemplo o alinhamento da praça, assinalando a alpendrada do lado poente e sul, e a abertura de uma rua, que partiria das Carvalhas de S. Francisco, atravessando a Rua de S. Dâmaso e ia terminar no Largo da Oliveira⁴²⁸.

⁴¹⁹ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck - *Ob. cit.*, p. 137.

⁴²⁰ *Ibidem* JLF - *EV II*, p. 32v.

⁴²¹ *Ibidem* JLF - *VOC I*, p. 353v.

⁴²² *Ibidem* JLF - *EV II*, p. 34.

⁴²³ *Ibidem* JLF - *VOC I*, p. 289v; *Ibidem* JLF - *VOC II*, p. 450.

⁴²⁴ *Ibidem* JLF - *VOC*, p. 438.

⁴²⁵ *Ibidem* JLF - *VOC II*, p. 416v.

⁴²⁶ *Ibidem* *TG*, nº 58 (1857 Mar.27), p. 4.

⁴²⁷ *Ibidem* *TG*, nº 103 (1857 Set.8), p. 4.

⁴²⁸ *Ibidem* MAO, p. 21-22.

Em 8 de Julho de 1869 reuniu-se a Comissão de Melhoramentos, que apresentou como proposta: seguir na Praça da Oliveira o alinhamento defendido por Almeida Ribeiro, removendo-se o Padrão para o espaço compreendido entre o cunhal do portão lateral e a porta principal, e a Oliveira, se fosse forçoso ficar no largo, para junto da torre do outro lado da Rua de Santa Maria⁴²⁹. Depois de muitas vicissitudes, é em Novembro de 1871, que chega à Câmara a portaria do governo a decretar a expropriação da oliveira, que existia defronte do Padrão⁴³⁰.

A Praça muda de fisionomia em Novembro de 1874. A Câmara concede a licença pedida por Ana Carolina da Silva para tapar o alpendre (lado poente) da praça de Nossa Senhora da Oliveira em frente à sua casa⁴³¹, para o aproveitamento de espaço. É neste mesmo ano que se tapam os alpendres das casas do lado poente da Praça de Nossa Senhora da Oliveira⁴³². Entretanto os moradores da Rua da Senhora da Guia também rejeitavam a alpendrada. Na sessão de 5 de Fevereiro de 1890 leu-se o ofício de diversos negociantes e proprietários da rua da Senhora da Guia, pedindo a expropriação dos alpendres e casas existentes na mesma rua. A câmara decide, que vai mandado ser estudado o assunto⁴³³. Em 1900, em sessão de 14 de Fevereiro, a Câmara submeteu a aprovação de entre outros “melhoramentos”, o projecto de orçamento do corte da alpendrada do Largo da Senhora da Oliveira à Senhora da Guia, a 2 600\$000 réis⁴³⁴.

Mas a polémica com a oliveira continua e em 1874, em Dezembro, foi arrematado, em hasta pública, o tronco, a pedra do polígono e a grade, que a Câmara tinha expropriado ao Cabido⁴³⁵. No final do ano seguinte José Martins (Relhe) da Costa expôs, que, tendo adquirido o tronco da oliveira, pedia licença para o plantar à sua custa e fazer a cercadura e grade, onde a câmara designasse, ficando propriedade da câmara⁴³⁶. Entretanto os jornais noticiam, que se estava procedendo aos trabalhos necessários, para se plantar de novo no centro do tanque da praça, a oliveira que tinha sido expropriada com o polígono e grades, que a fechem. É feita esta obra com consentimento da Câmara a expensas de José Martins da Costa⁴³⁷. A oliveira é

⁴²⁹ Ibidem MAO, p. 21-22.

⁴³⁰ Ibidem JLF - *EV IV*, p. 153v.

⁴³¹ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 150v.

⁴³² Ibidem JLF - *EV IV*, p. 322.

⁴³³ Ibidem *CG*, nº 534 (1890 Fev.13), p. 1.

⁴³⁴ Ibidem JLF - *EVI*, p. 160; Ibidem *CG*, nº 1460 (1900 Fev.16), p. 2.

⁴³⁵ Ibidem JLF - *VOC*, p. 150v; Ibidem JLF - *EV IV*, p. 229v.

⁴³⁶ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 150v.

⁴³⁷ Ibidem *RP*, nº 37 (1875 Dez.14), p. 2.

arrancada em Dezembro de 1875, acabando-se por se desfazer o polígono⁴³⁸, e, quase no fim do ano, transplanta-se para o tanque da Praça, por ordem da Câmara⁴³⁹. Mas o tronco seca e, em Fevereiro de 1881, planta-se outra oliveira no pequeno circuito que a Câmara tinha mandado fazer no meio do tanque, que estava encostado à torre de Nossa Senhora da Oliveira⁴⁴⁰. Finalmente, em Novembro de 1882 a Câmara resolve mandar tirar de dentro do tanque da praça o pequeno muro, que servia de resguardo à oliveira ali posta poucos anos antes e que tinha secado⁴⁴¹, terminando assim este processo.

Um outro monumento encontra-se situado na Praça. É o Padrão da Vitória ou do Salado, que em 30 de Dezembro de 1880 é considerado Monumento Histórico de 2ª classe pela Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, em Assembleia Geral⁴⁴², por ser fundação de D. Afonso IV⁴⁴³.

Neste final de século as pessoas preocupavam-se bastante com a moral pública, e os jornais clamam frequentemente contra as cenas pouco recomendáveis, que ali se passavam⁴⁴⁴.

Embora os acontecimentos sejam muitos, a intervenção é reduzida. Mas em 1890 já se anuncia que o engenheiro da câmara estava encarregado de fazer os estudos para a abertura de uma rua que ligaria o Largo da Oliveira com a estrada de Fafe, passando pelo Priorado⁴⁴⁵. Mas isto apenas é oficialmente decidido em sessão da câmara de 16 de Janeiro de 1891, resolvendo-se que fosse organizado o projecto e orçamento para abertura de uma rua que, partindo da estrada de Guimarães a Fafe, atravessasse os terrenos do Priorado da Colegiada e autorizava-se a Comissão Municipal, se necessário, a aprovar o projecto e orçamento e a requerer a expropriação, por utilidade pública dos terrenos e prédios necessários para a mesma obra⁴⁴⁶. E avisa o Comércio de Guimarães: *“Nova rua - A Câmara em sessão plenária de 16 do corrente, resolveu mandar abrir uma nova rua, que ligue o largo da Oliveira com a estrada de Fafe, passando pelo quintal do Priorado. Como ignoramos o plano, e se vae proceder a estudos, lembremos, a dar-se algumas omissões, que se aproveite o alinhamento da*

⁴³⁸ Ibidem JLF - EV IV, p. 235.

⁴³⁹ Ibidem JLF - EV IV, p. 278, 280.

⁴⁴⁰ Ibidem JLF - EV I, p. 165v.

⁴⁴¹ Ibidem JLF - EV IV, p. 159v.

⁴⁴² Ibidem JLF - EV IV, p. 292.

⁴⁴³ *Diário do Governo* nº 62 (19 Mar. 1881).

⁴⁴⁴ Ibidem CG, nº 247 (27 Jan.1887) p. 2.

⁴⁴⁵ Ibidem CG, nº 586 (1890 Ago.28), p. 2.

⁴⁴⁶ Ibidem CG, nº 623 (1891 Jan.26), p. 1.

*casa que hoje possui o Banco Commercial de Guimarães, na praça de S. Thiago, a fim de, quando as circunstâncias do município o permittam, e prolongar a nova rua até ao largo Franco Castelo Branco*⁴⁴⁷.

Mais um projecto que não se concretiza, e que assim não irá modificar a estrutura medieval do coração da cidade de Guimarães.

Mas um “melhoramento” é introduzido em 1898. São novos candeeiros de iluminação, que dão nova vida à Praça⁴⁴⁸. Ainda neste ano a Câmara decide, em sessão de 27 de Julho de 1898, colocar em praça a obra de reconstrução e melhoramento do tanque do Largo de Nossa Senhora da Oliveira, mas por não ter tido licitantes, teve que se abrir nova licitação⁴⁴⁹. O tanque das três bicas, já não tinha água e tinha-se tornado incómodo. Finalmente, em Agosto de 1904 é demolido⁴⁵⁰ e alguns dos seus motivos decorativos, como por exemplo o brasão da cidade e as armas de Portugal, vão para o Museu da Sociedade Martins Sarmento.

Nesta praça localiza-se a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, uma antiga igreja medieval, reconstruída por D. João I em finais do século XIV. Igreja de peregrinação, muito importante na Idade Média e sede de Colegiada, começa a perder importância no século XIX, quando da extinção das Colegiadas. Durante esta época tem uma vida conturbada, não só devido às invasões francesas, mas também à nova situação política que se vivia, e que a prejudicou grandemente, por ter acabado com a maior parte dos benefícios da igreja. Perante a instabilidade reinante, o Príncipe Regente pede, em 1807, ao D. Prior para inventariar e pesar as pratas da Colegiada, para assim existir um maior controle sobre os seus preciosos bens móveis⁴⁵¹. Dois anos mais tarde por aqui passam as Invasões Francesas, sendo o coro fechado durante cerca de dois meses, abrindo-se finalmente em Maio de 1809⁴⁵².

Segundo João Lopes de Faria, é em Junho de 1830 que principia a “desastrada” reforma da igreja, dirigida pelo cónego João Baptista Gonçalves Sampaio⁴⁵³, embora as obras só comecem efectivamente durante o mês de Julho⁴⁵⁴, e tenham sido

⁴⁴⁷ Ibidem CG, nº 624 (1891 Jan.29), p. 2.

⁴⁴⁸ Ibidem CG, nº 1264 (1898 Jan.31), p. 3.

⁴⁴⁹ Ibidem CG, nº 1309 (1898 Jul.29), p. 1.

⁴⁵⁰ Ibidem JLF - EV III, p. 164, 165v.

⁴⁵¹ Ibidem JLF - EV IV, p. 45v.

⁴⁵² Ibidem JLF - EV II, p. 165v.

⁴⁵³ Ibidem JLF - EV I, p. 29v.

⁴⁵⁴ Ibidem JLF - EV II, p. 248v, 262v.

interrompidas um ano depois, devido à situação política⁴⁵⁵, recomeçando em 1834⁴⁵⁶. Em Fevereiro de 1835 principia a demolição do adro da porta travessa lado Norte da Igreja da Colegiada⁴⁵⁷. As obras ficaram novamente interrompidas e recomeçaram em Fevereiro de 1837⁴⁵⁸.

Herculano em 1838 refere o “escândalo” que foram as obras da Colegiada⁴⁵⁹. Devido ao período de instabilidade política por que se passava, com a extinção das Colegiadas no país, em Setembro de 1839 é assinada uma representação à rainha, pedindo a conservação da Colegiada⁴⁶⁰. Por volta de 1840 estavam quase concluídas as obras da igreja. Diz-nos João Lopes de Faria, que a igreja ficou mais parecendo uma “*sala de visitas do que casa de oração e habitação de Deus*”⁴⁶¹.

Mas, durante este século aconteceram alguns desastres na igreja da Oliveira: em Fevereiro de 1843 caiu um raio na torre da Colegiada, causando alguns estragos⁴⁶², em 1847 são finalmente retiradas do esconderijo as pratas e outras peças do tesouro de Nossa Senhora da Oliveira e colocadas nos respectivos lugares⁴⁶³ e em 1861, decidiu-se que o sino, que serviu no castelo para toque de recolher, fosse colocado na torre da Colegiada, junto do relógio, para servir e dar as meias horas, sendo tanto este como aquele propriedade do concelho⁴⁶⁴.

Em 1858 Augusto Soromenho participou por escrito ao Cabido, que fora nomeado pela Academia Real das Ciências de Lisboa seu comissário encarregado de recolher nos arquivos do reino os documentos necessários para publicação dos “Monumentos Históricos”, e pede-lhe que diga o que está resolvido a esse tal respeito ou que lhe indique o dia, em que podia vir recebê-los⁴⁶⁵.

Em 1872 diz João Lopes de Faria que “*Graças a Deus, porque os cônegos de Guimarães se lembraram finalmente de emendar a mão aos seus antepassados: mandaram limpar e escuder a antiga e notável arcaria do claustro, limpando-a de cal, de que escandalosamente estava encristada. Esta obra principiou no dia 7 do corrente*

⁴⁵⁵ Ibidem JLF - EV III, p. 33v.

⁴⁵⁶ Ibidem JLF - EV I, p. 168v.

⁴⁵⁷ Ibidem JLF - EV I, p. 200.

⁴⁵⁸ Ibidem JLF - EV I, p. 156v.

⁴⁵⁹ Ibidem AH, p. 40-42.

⁴⁶⁰ Ibidem JLF - VOC II, p. 448v.

⁴⁶¹ Ibidem JLF - EV I, p. 238.

⁴⁶² Ibidem JLF - EV I, p. 173.

⁴⁶³ Ibidem JLF - EV III, p. 119.

⁴⁶⁴ Ibidem JLF - EV II, p. 145v; Ibidem JLF - VOC I, p. 460; Ibidem JLF - VOC II, p. 458.

⁴⁶⁵ Ibidem JLF - EV I, p. 91.

(Junho) e Deus permita que continue até onde já agora for possível. Em seguida colocaram nos claustros os quadros a óleo que estavam na Capela de S. José, sobre os armários. Também restauraram a capela e descobriram os retábulos antigos do altar⁴⁶⁶. Em 1880 começa o restauro da pintura e douramento da igreja, durante cerca de um ano⁴⁶⁷, e foi feita pelo pintor Franciscano Joaquim Gomes Santa Cruz, descobrindo-se então, que a porta principal era feita de pau ferro⁴⁶⁸. É ainda neste ano que a igreja é considerada Monumento Histórico, de 2ª classe, pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses, por decreto publicado em 19 de Março de 1881, no Diário do Governo nº 62, porque “*Conserva no exterior algumas partes importantes da reedificação de El-Rei D. João I. No interior acha-se a pia em que foi baptizado D. Affonso Henriques. O claustro é anterior ao século XIV. A torre dos sinos, com a sua capela no pavimento baixo, é muito curiosa*”.

Entretanto a Câmara manda o Engenheiro Conductor Pedro Joaquim Ferreira, debaixo da direcção do Conselheiro Director das Obras Públicas do Minho, Plácido António de Abreu, fazer, entre outras, a planta da calçada da rua de Santa Maria, a fim de se realizarem obras na calçada⁴⁶⁹.

Mas encontramos-nos num ano de crise para a igreja e muito especialmente para as Colegiadas, que acabaram por ser extintas. A de Guimarães consegue manter-se durante mais algum tempo, devido à sua importância, mas em 1887 fala-se da sua extinção⁴⁷⁰, apresentando-se, por isso, em 1888, uma representação na Câmara dos Deputados, pedindo a conservação da Colegiada⁴⁷¹, mas esta acaba também por ser extinta. Devido à sua importância é restaurada e, em 8 de Janeiro de 1890 é enviada uma carta régia ao Arcebispo de Braga, ordenando que faça os Estatutos para a reorganização da Colegiada, de acordo com o decreto das cortes de 11 de Agosto de 1890⁴⁷². Finalmente em Janeiro de 1891 foi emitido o decreto concedendo autorização para se proceder à reorganização da Colegiada⁴⁷³, sendo esta decretada em 14 de Setembro de 1891 com obrigação de ensino⁴⁷⁴. Toma-se consciência de que a igreja de

⁴⁶⁶ Ibidem JLF - EV II, p. 243.

⁴⁶⁷ Ibidem JLF - EV III, p. 113.

⁴⁶⁸ Ibidem JLF - EV III, p. 113.

⁴⁶⁹ Ibidem JLF - VOC II, p. 456.

⁴⁷⁰ Ibidem CG, nº 253 (1887 Fev.21), p. 2.

⁴⁷¹ Ibidem CG, nº 353 (1888 Mar.19), p. 2.

⁴⁷² Ibidem JLF - EV I, p. 28.

⁴⁷³ Ibidem CG, nº 620 (1891 Jan.12), p. 1.

⁴⁷⁴ Ibidem JLF - EV III, p. 257.

Nossa Senhora da Oliveira é digna de ser protegida, e assim, em 16 de Junho de 1910, um decreto publicado no Diário do Governo, nº 136, de 23 desse mês, considera-a Monumento Nacional⁴⁷⁵. O largo da oliveira conservou-se como sendo o coração do Centro Histórico.

A **Rua de Santa Maria** foi desde a época medieval uma das ruas mais importantes da vila, tornando-se por isso objecto de diversos estudos. Com o tempo perdeu alguma da sua importância, o que se foi reflectindo na sua história.

Durante o século XIX encontramos referência à intenção da Câmara de alterar a Rua de Santa Maria. Um desses “melhoramentos” seria garantir uma entrada mais fácil e segura pelo lado da praça da Oliveira. Em 1857 foi arrematado o cano mestre da rua de Santa Maria⁴⁷⁶, de grande importância para a vida da cidade, e no ano seguinte, tendo mandado fazer as plantas de vários “melhoramentos” (entre eles para a calçada da rua de Santa Maria) pelo Engenheiro Conductor Pedro Joaquim Ferreira, debaixo da direcção do conselheiro director das obras públicas do Minho, Plácido António de Abreu, a câmara pediu um empréstimo, para os concretizar⁴⁷⁷. Assim, em Abril de 1860 há a discussão do orçamento suplementar para empréstimo de 13.837\$500 réis para gastar na continuação da reconstrução da calçada da Rua de Santa Maria, construção do novo Mercado na cerca de S. Domingos, e outros⁴⁷⁸.

Em 1863 dizia o Eng. Almeida Ribeiro, que na sua proposta de “melhoramentos”, tinha projectado uma praça limitada a nascente pela Rua de Santa Maria. Acrescenta ainda “*Não tracei melhoramentos na rua de Santa Maria porque me era impossível fazê-lo sem cortar o palácio do sr. Conde da Azenha e outras casas importantes que existem nesta rua*”. E diz mais: “*Não melhorei a Viela dos Laranjais porque entendo que a gastar-se dinheiro com uma comunicação entre as ruas do Gado e de Santa Maria devia ser com uma rua que partisse do Largo dos Laranjais para o Terreiro das Claras*”⁴⁷⁹.

Pequenas reparações foram no entanto feitas, mas não descaracterizaram a cidade.

⁴⁷⁵ Ibidem JLF - EV II, p. 267v; PDM: Guimarães.

⁴⁷⁶ Ibidem JLF - VOC II, p. 455v.

⁴⁷⁷ Ibidem JLF - VOC II, p. 456.

⁴⁷⁸ Ibidem JLF - EV II, p. 145; Ibidem - VOC, p. 145.

⁴⁷⁹ Ibidem MAO, p. 21-22.

Assim, em sessão de 2 de Dezembro de 1891, a Comissão Municipal resolveu que fosse arrematada a obra de calcetaria e passeio da rua de Santa Maria, tendo a base de licitação da quantia de 70\$000 réis⁴⁸⁰, sendo a obra de reconstrução de uma parte da Rua de Santa Maria arrematada pela quantia de 75\$000 réis⁴⁸¹.

Em sessão de 9 de Agosto de 1899 a Câmara Municipal arrenda em hasta pública, pelo período de um ano, quatro metros quadrados de terreno municipal no fim da rua de Santa Maria, para colocação de um “*kiosque*”. Foi arrematado por Rosa Maria Vieira, pela quantia de 41\$100 réis⁴⁸². Ainda neste mesmo ano, em sessão de 20 de Setembro, resolveu-se aprovar o projecto e orçamento de várias obras, entre elas a reconstrução da Rua de Santa Maria entre a Oliveira e Santa Clara⁴⁸³.

Em 1906 a Câmara mandou proceder novamente ao urgente calcetamento da Rua de Santa Maria pelo assalariado para obras de pequena reparação⁴⁸⁴.

Quase a meio da Rua de Santa Maria localizava-se o **Terreiro das Claras**, que se desenvolveu no século XVI, junto do recém edificado Convento de Santa Clara. Este largo possuía um grande cruzeiro de pedra⁴⁸⁵, até onde iam as procissões realizadas no convento. No século XIX, como em outros largos da vila, realizava-se a feira, onde se vendiam diversos produtos⁴⁸⁶. Por isso, em Março de 1853, a Câmara determina, que os vendedores de madeira sejam mudados para o Terreiro de Santa Clara⁴⁸⁷.

Em 1862 dá-se um melhoramento importante, que é a arrematação, em 9 de Abril, do desaterro do Terreiro de Santa Clara à beira da Casa do Conde de Azenha, no comprimento de 36 metros, de largura 7,80 metros, altura 1 metro e acabando em 30 cm, e decide-se também a demolição da casa do Barão de Pombeiro, na Rua de Santa Maria, com frente para Santa Clara, e de novo fazer as paredes dela, muro, frentes das casas imediatas até à casa nº26 da mesma rua. Foi a obra arrematada a Bento Tilde, pedreiro de Santa Eulália de Fermentões, por 155\$000 réis. Em 16 de Fevereiro de 1862, a José Lopes as obras de carpinteiro e caiador, das Lages do Toural, por 141\$000 réis⁴⁸⁸. Ainda em 1862, a 17 de Dezembro, foi arrematado o restante desaterro do

⁴⁸⁰ Ibidem CG, nº 702 (1891 Dez.7), p. 2.

⁴⁸¹ Ibidem CG, nº 710 (1891 Dez.31), p. 1.

⁴⁸² Ibidem CG, nº 1412 (1899 Ago.18), p. 2.

⁴⁸³ Ibidem CG, nº 1421 (1899 Set.22), p. 2.

⁴⁸⁴ Ibidem CG, nº 2111 (1906 Nov.13), p. 2.

⁴⁸⁵ Francisco X da Serra Craesbeeck – *Ob. cit*, p. 145.

⁴⁸⁶ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 289.

⁴⁸⁷ Ibidem JLF - *EVI*, p. 247v.

⁴⁸⁸ Ibidem JLF - *EVI*, p. 247v; Ibidem JLF - *EV II*, p. 146.

Terreiro de Santa Clara por Alexandre Alves Ribeiro, empreiteiro da 2ª secção da construção da Estrada Nova de Guimarães a Fafe⁴⁸⁹.

O único melhoramento que o Eng. Almeida Ribeiro diz ser importante nesta zona, é uma rua que partisse do Largo dos Laranjais para o Terreiro das Claras⁴⁹⁰.

Entretanto, devido a desentendimentos com as freiras do Convento, em sessão da Câmara de 1 de Agosto de 1863, foi resolvido não levantar mais o Cruzeiro de Santa Clara, que se apeara para regularização do largo⁴⁹¹.

A Comissão de Melhoramentos, reunida em 7 de Julho de 1869, resolveu propôr à Câmara que solicitasse o convento de Santa Clara, quando extinto, para nele se concentrarem o Tribunal, com cartórios e gabinetes, as Repartições de Fazenda, de Pesos e Medidas, Expostos, Administração do Concelho e a própria Câmara, ficando deste modo as repartições públicas não só em local central e sadio mas também com suficiente comodidade⁴⁹².

Assim, em 4 de Outubro de 1869 a Câmara representa a el-rei, pedindo-lhe o Convento de Santa Clara e, entretanto, cede o de S. Domingos para Hospital Militar⁴⁹³. Em 22 de Novembro de 1871 deliberou-se representar, pedindo o Convento de Santa Clara, para nele se instalar as Repartições Públicas e porque, em cumprimento da lei, era necessário instalar também a Administração, Fazenda e Conservatória e Tribunal Judicial. As três primeiras encontravam-se instaladas numa habitação pequena e alugada, estando o Tribunal no extinto Convento de S. Domingos, que se encontrava em estado de ruína, o que leva o Juiz de Direito a pedir que lhe cedam outro edifício, mas, por não haver edifícios particulares com condições, lembra o Convento de Santa Clara, onde vivem algumas pensionistas e duas freiras professoras bastante idosas. Assim pede ao Rei que transfira as duas freiras para o convento das dominicanas de Guimarães, ou para qualquer outro distrito e lhe ceda as instalações do Convento de Santa Clara para a câmara instalar todas as repartições⁴⁹⁴. Volta-se novamente, em Setembro de 1874 a deliberar representar novamente ao governo, para que seja cedido à Câmara pelo preço

⁴⁸⁹ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 458v; Ibidem JLF - *EV II*, p. 146.

⁴⁹⁰ Ibidem MAO, p. 21-22.

⁴⁹¹ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 294v, 461; Ibidem JLF - *VOC II*, p. 459.

⁴⁹² Ibidem MAO.

⁴⁹³ Ibidem JLF - *EV IV*, p. 13v.

⁴⁹⁴ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 149.

da respectiva avaliação⁴⁹⁵, pedido renovado em 5 de Março de 1879⁴⁹⁶ e em Agosto de 1887⁴⁹⁷.

Em 1877 delibera-se que se passe a vender o mel no Terreiro de Santa Clara⁴⁹⁸ e em 1893 resolve-se construir um passeio de pedra⁴⁹⁹. Mas, em finais do século XIX, estava em moda a arborização dos largos e assim foi decidido proceder-se à arborização do jardim, que ali se mandou fazer⁵⁰⁰.

Após a extinção dos Conventos, o de Santa Clara principiou a degradar-se lentamente, caminhando para a ruína. Assim, em Dezembro de 1888 desmoronou-se um pedaço do muro interior da cerca, contíguo ao quintal de António Mendes Corvite⁵⁰¹.

Foi no dia 8 de Setembro de 1891, pelas 10 horas da noite, que faleceu no Mosteiro de Santa Clara a Madre Antónia (“Viegas”) Amália N. Assumpção, com 76 anos de idade, vigária *in capite* e última religiosa professa no Convento, ficando este extinto⁵⁰². A 13 de Setembro de 1891 foi visitado por Francisco Ribeiro Martins da Costa, Visconde de Sendelo, Dr. Avelino da Silva Guimarães e Eduardo Almeida⁵⁰³. Francisco Ribeiro Martins da Costa, conhecido como Francisco Agra, destina uma parte para o Seminário de Nossa Senhora da Oliveira⁵⁰⁴, e outra parte, para os Paços do Concelho, contando-se, no futuro, com um internato de seminaristas.

Ainda nesse mesmo mês, por ordens superiores, decidiu-se proceder ao inventário do existente no convento⁵⁰⁵ e em sessão de 7 de Outubro deliberou-se, que, obtida a competente autorização, fosse encarregado António Martins Ferreira de levantar a planta do edifício do extinto convento de Santa Clara⁵⁰⁶.

Em 19 de Agosto de 1893, é publicado um Decreto, que sai a 24 no Diário do Governo nº18, concedendo provisoriamente à Colegiada o edifício do extinto Convento de Santa Clara e suas dependências, para nele se estabelecer o Seminário de Nossa Senhora da Oliveira. Podiam por isso fazer-se as obras necessárias, devendo ser pagas pela importância em depósito dos rendimentos acumulados, que eram privativos do D.

⁴⁹⁵ Ibidem JLF - VOC I, p. 150v; Ibidem - VOC II, p. 150v.

⁴⁹⁶ Ibidem JLF - VOC I, p. 153; Ibidem - EVI, p. 240v.

⁴⁹⁷ Ibidem JLF - VOC I, p. 155 Av; Ibidem JLF - VOC II, p. 246.

⁴⁹⁸ Ibidem JLF - VOC I, p. 151v.

⁴⁹⁹ Ibidem CG, nº 870 (1893 Set.18), p. 2.

⁵⁰⁰ Ibidem CG, nº 907 (1894 Fev.12), p. 2.

⁵⁰¹ Ibidem CG, nº 426 (1888 Dez.31), p. 2.

⁵⁰² Ibidem JLF - EV III, p. 238v.

⁵⁰³ Ibidem CG, nº 682 (1891 Set.14), p. 2; Ibidem nº 2094 (1906 Set.11), p. 2.

⁵⁰⁴ Ibidem CG, nº 2094 (1906 Set.11), p. 2.

⁵⁰⁵ Ibidem CG, nº 683 (1891 Set.17), p. 2.

Prior⁵⁰⁷. Em 30 de Agosto de 1893 principiaram as obras no Convento de Santa Clara de adaptação para seminário, apesar da Representação da Fazenda Nacional ainda não ter dado posse dele ao Cabido, a quem fora concedido⁵⁰⁸.

Em 1 de Setembro de 1893 no Convento de Santa Clara fez-se a arrematação dos móveis pertencentes ao espólio do mesmo suprimido convento⁵⁰⁹. E em Fevereiro de 1894 as aulas Seminário de Nossa Senhora da Oliveira, que foram durante algum tempo no Priorado, já funcionavam no convento⁵¹⁰.

Em Maio desse ano estava-se a demolir o mirante do Convento, onde se instalou o Seminário de Nossa Senhora da Oliveira, considerando-se que o edifício ficava muito mais elegante⁵¹¹.

Ainda em 1894, a 2 de Abril, é inaugurado o Colégio das Doroteias, um colégio de meninas, e um edifício que no futuro ainda irá dar muito que falar⁵¹². Também neste ano, e ao gosto da época, a Comissão Municipal, em sessão de 7 de Novembro, resolve que seja posto em praça um *ourinatório* de ferro, a fim de ser colocado no largo de Santa Clara, e ainda que fosse construído um aqueduto, procedendo-se ao respectivo orçamento⁵¹³.

Com a extinção do Convento, por morte da última freira, e a sua ocupação pelo Seminário-Liceu a Câmara Municipal resolve dar ao largo em frente a denominação de Largo do Seminário-Liceu⁵¹⁴, e assim permaneceu até à implantação da República. Integra hoje o Centro Histórico da cidade.

Rua Senhora da Guia. Em 1692 diz-se: “*A rua do Postigo tem seu principio na Praça Maior, pela parte da porta da Senhora da Graça, tem a sahida pelo Campo da Feira*”, refere o Padre Torcato de Azevedo, fazendo a descrição da rua na sua época⁵¹⁵.

Segundo João Lopes de Faria, em 6 de Junho de 1787 a Câmara concedeu licença e terreno para a reedificação da Capela de Nossa Senhora da Guia, da Irmandade

⁵⁰⁶ Ibidem CG, nº 689 (1891 Out.12), p. 2

⁵⁰⁷ Ibidem JLF - EV III, p. 162; Ibidem CG, nº 2038 (1906 Fev.9), p. 1; Ibidem CG, nº 865 (1893 Ago.28), p. 1.

⁵⁰⁸ Ibidem JLF - EV III, p. 190v; Ibidem CG, nº 869 (1893 Set.10), p. 2.

⁵⁰⁹ Ibidem JLF - EV IV, p. 220.

⁵¹⁰ Ibidem CG, nº 907 (1894 Fev.12), p. 2.

⁵¹¹ Ibidem CG, nº 932 (1894 Maio 28), p. 2.

⁵¹² Ibidem JLF - EV II, p. 6.

⁵¹³ Ibidem CG, nº 974 (1894 Nov.8), p. 2.

⁵¹⁴ Ibidem CG, nº 1154 (1896 Nov.9), p. 2.

de Nossa Senhora da Guia, erecta na Torre de Nossa Senhora da Guia, que se ia demolir a fim de se abrir uma porta para o Campo da Feira. Concedia-se a mudança da capela para fora da mesma torre, junto ao Passo da Paixão, que aí existia anexo à torre. O Procurador do Senado, em 13 de Setembro desse ano, demarcou no referido sítio o terreno preciso e lugar mais cómodo ao público⁵¹⁶.

É em Maio de 1836 que a Câmara determina que se passe editais, para se rematar o conserto da calçada da Rua do Postigo da Guia até S. Dâmaso, nos dias 6, 7 e 9 do mês de Junho⁵¹⁷, e em Setembro do mesmo ano, em sessão extraordinária, determina que se fizesse público por editais e pregão a arrematação da composição da calçada da Senhora da Guia e da Porta da Vila para o domingo 23, na casa da Câmara, às 10 horas da manhã⁵¹⁸. É em 1837 que se manda examinar o conserto das duas calçadas que meçam e sejam pagas⁵¹⁹. Determina-se também, que se passe mandato a João de Oliveira, para receber 900 réis por retirar o entulho da calçada da Guia durante um dia, com dois carros⁵²⁰.

Em Agosto decide-se que se pague o arranjo da calçada do Postigo da Guia e da Porta da Vila e resolve-se ainda mandar tratar da arrematação da calçada da Fonte dos Passarinhos, no dia 30⁵²¹.

Neste local, em Agosto de 1839, em aditamento de posturas, mandava-se que os porcos estivessem, desde a traseira da capela da Senhora da Guia, seguindo para a Torre dos Cães, e igualmente do lado oposto, deixando no meio a entrada livre. Pena por cada cabeça de porco grande 60, 120, 180 réis⁵²².

No Plano de Melhoramentos do Eng. Almeida Ribeiro foi projectada uma rua entre o postigo da Guia e as Carvalhas de S. Francisco, de que resultaria a demolição da viela do Esterpão e das vielas de S. Dâmaso e do Quintal, implicando assim uma grande mudança nesta zona⁵²³. Nesta época não se concretizou, mas veio a realizar-se mais tarde, como veremos, na época do Estado Novo.

⁵¹⁵ P^e Torcato Peixoto d'Azevedo - *Ob. cit.*, p. 312-315.

⁵¹⁶ *Ibidem* JLF - *EV II*, p. 240v; *Ibidem* JLF - *PACG*. p. 4, 43.

⁵¹⁷ *Ibidem* JLF - *VOC II*, p. 116.

⁵¹⁸ *Ibidem* JLF - *VOC II*.

⁵¹⁹ *Ibidem* JLF - *VOC II*, p. 126v, 127.

⁵²⁰ *Ibidem* JLF - *VOC II*, p. 127.

⁵²¹ *Ibidem* JLF - *VOC II*, p. 127.

⁵²² *Ibidem* JLF - *VOC I*, p. 250.

⁵²³ *Ibidem* MAO, p. 26-28.

O cruzeiro de Nossa Senhora da Guia, belíssimo cruzeiro manuelino, que nos aparece num requerimento à Câmara em 1803, na parte exterior do postigo da Senhora da Guia, diz-nos João Lopes de Faria, que este cruzeiro era da Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos e estava colocado muito próximo da entrada principal do Teatro de D. Afonso Henriques. Quando este foi construído, o cruzeiro foi mudado para esse lugar e então, para o encostar, cortaram-lhe a figura do frade e levaram-na para a capela de Nossa Senhora da Guia, onde esteve até que pelo ano de 1880 desapareceu. Portanto o frade, desde cerca de 1853, deixou de fazer parte do grupo existente no cruzeiro⁵²⁴. Este foi depois considerado Monumento Nacional, por decreto publicado no Diário do Governo nº 136, de 16 de Junho de 1910⁵²⁵.

Em 1884 diz-se que a Câmara vai proceder à reconstrução das ruas da Senhora da Guia e da Rainha e, sendo a base de licitação a quantia de 265\$000 réis⁵²⁶.

Mas é em 1891 que a Comissão Municipal, na sua sessão de 12 de Fevereiro, recebe o requerimento dos proprietários e moradores da rua de Nossa Senhora da Guia, pedindo “*o alinhamento das casas nº 47 a 53, para assim fazer desaparecer a alpendrada que existe n’aquella rua. Que fica em consideração*”⁵²⁷, decidiu a Câmara. Mas em Fevereiro de 1900, na Câmara Municipal, em sessão de 14 de Fevereiro de 1900, submeteu-se à aprovação o projecto de orçamento do corte da alpendrada do largo de Nossa Senhora da Oliveira e rua da Senhora da Guia, no valor de 2.600\$000⁵²⁸, tendo efectivamente desaparecido esse curioso testemunho do passado de Guimarães.

A **Travessa do Montepio**, a antiga Viela do Esterpão, depois chamada travessa do Montepio, era uma pequena viela que servia a zona da Oliveira. Dela não encontramos qualquer referência no século XIX. A única que chega até nós é uma deliberação da Câmara de 27 de Abril, em que é aprovado o projecto e orçamento da obra de reconstrução da Travessa do Montepio⁵²⁹. Pertence também ao Centro Histórico da cidade.

⁵²⁴ Ibidem JLF - *Notas manuscritas ao “Roteiro de Guimarães” de AL de Carvalho*, p. 28-29 (SMS).

⁵²⁵ *PDM: Guimarães*.

⁵²⁶ Ibidem CG, nº 18 (1884 Jun.28), p. 2.

⁵²⁷ Ibidem CG, (1891), p. 2.

⁵²⁸ Ibidem JLF - *EVI*, p. 160; Ibidem CG, nº 1460 (1900 Fev.16), p. 2.

⁵²⁹ Ibidem CG, nº 271 (1887 Maio 2), p. 2.

A Rua Nova, ou **Rua Nova do Muro**, era uma importante artéria que foi em tempos essencialmente comercial. Desde o século XVI, diz-nos Alberto Vieira Braga, que sofreu diversas intervenções, sendo uma das mais importantes a de 1664, em que foi composta com pedra dura e grande⁵³⁰.

Durante o século XIX, não ouvimos falar dela, até que, em 1859, a imprensa, ao dar notícias locais, refere que a Rua Nova do Muro necessita de ser calçada de novo, não só devido ao seu estado de ruína, mas também por ser uma das de maior comércio da cidade⁵³¹. Nesse mesmo ano a imprensa torna-se a referir a esta rua, como sendo um local onde algumas pessoas não cumprem as posturas.

A Comissão de Melhoramentos reunida em 7 de Julho de 1869, resolveu proceder à abertura de uma nova rua, partindo da reentrância da Rua de Trás do Muro até à Rua Nova, seguindo daí pela Rua de Donães até à Rua dos Mercadores, e na reunião do dia 8 do mesmo mês e ano foi decidido aprovar o projectado alargamento da calçada das Capuchas e os “melhoramentos” propostos para a Rua Nova, prolongando a linha em frente da viela do Esterpão⁵³².

Mas estes “melhoramentos” não foram realizados e em 1874 conserta-se a Rua Nova do Muro, fazem-se passeios e calceta-se⁵³³. Nesta rua, na casa nº 16, inicia as suas operações a Bolsa de Guimarães⁵³⁴, e em 1879 foi benzido o oratório do Senhor dos Despachos (hoje dos Aflitos), pelo Padre José Pinto da Veiga⁵³⁵.

No início do século, em 1901, a imprensa queixa-se da falta de limpeza que aqui há⁵³⁶, e no ano seguinte, em sessão da Câmara de 3 de Setembro, é arrematado um fontanário para esta rua⁵³⁷.

Apesar de existirem muitos projectos de intervenção, estes não foram concretizados, pelo que a Rua Nova do Muro integra hoje o Centro Histórico de Guimarães.

⁵³⁰ Ibidem AVB - *ASMV*, p. 193.

⁵³¹ Ibidem *TG*, nº 241 (1859 Jan.28), p. 4.

⁵³² Ibidem *MAO*.

⁵³³ Ibidem *JLF - EV IV*, p. 322.

⁵³⁴ Ibidem *JLF - EV II*, p. 110v.

⁵³⁵ Ibidem *JLF - EV II*, p. 227.

⁵³⁶ Ibidem *CG*, nº 5182 (1901 Maio 24), p. 2.

⁵³⁷ Ibidem *CG*, nº 1709 (1902 Set.16), p. 2.

A **Rua do Retiro**, antiga Rua do Eirado ou do Ourado Forno , situa-se em plena zona histórica da Oliveira. Dela não temos qualquer notícia no século XIX, apresentando-se hoje quase como era outrora.

Rua Sapateira e Rua dos Mercadores. Estas duas ruas, situadas na continuidade uma da outra, formam hoje uma única rua: a rua da Rainha. A Rua Sapateira ia da Porta da Vila até à Tulha, enquanto que a rua dos Mercadores ia da Tulha até ao largo da Oliveira. Por vezes, a rua em toda a sua extensão é chamada rua Sapateira, tornando-se difícil distingui-las.

É no século XVI, em 2 de Abril de 1588, que é concedido alvará régio, passado em Lisboa, permitindo à Misericórdia poder expropriar os prédios precisos para fazer a sua casa e igreja na Rua Sapateira⁵³⁸. Estes edifícios, que lentamente se vão erguendo, mudaram a face da rua.

Esta conduz no outro extremo à Porta de S. Domingos, mais conhecida por Porta da Vila. Porta importante, por onde entravam as personalidades na vila, teve a sua última visita solene em 1852, durante o reinado de D. Maria II, tendo o Presidente da Câmara João Machado Pinheiro, visconde de Pindela, utilizado as chaves da Porta da Vila simbolicamente, uma vez que ela já não existia⁵³⁹.

Junto à Porta da Vila, no Toural, existiu um Passo da Paixão, que devido à construção de novas edificações, foi transferido para o adro da Igreja de S. Sebastião, com o consentimento por escrito do D. Prior e Cabido, padroeiros da dita igreja⁵⁴⁰.

Em Agosto de 1837 decidiu-se que se examinasse o arranjo das calçadas da Porta da Vila e Postigo da Guia, e que, estando boas e de acordo com as condições da arrematação, se medissem e fossem pagas⁵⁴¹. Alguns dias depois, decide-se que, estando medidas, ambas importavam em 209\$000 réis, como constava dos autos de medição e vistoria no respectivo livro⁵⁴². Em 1863 o Eng. Almeida Ribeiro vai propor alguns “melhoramentos”: propunha um alinhamento do Terreiro da Misericórdia que iria conduzir ao alargamento da Porta da Vila; propunha uma rua que ligasse a Rua do Espírito Santo à rua Sapateira, cortando parte da viela do Serralho e ainda o

⁵³⁸ Ibidem JLF - EV II, p. 6.

⁵³⁹ Ibidem NG, nº 676 (1945 Jan.14), p. 1.

⁵⁴⁰ Ibidem JLF - EV IV, p. 35.

⁵⁴¹ Ibidem JLF - VOC II, p. 126v.

⁵⁴² Ibidem JLF - VOC II, p. 127.

alargamento da entrada para a Rua do Eirado do Forno como continuidade da Travessa Sapateira (hoje S. Crispim) para possibilitar a construção das escolas de instrução primária. Propunha ainda novos alinhamentos para a rua Sapateira, mas queixava-se que na Rua dos Mercadores não podia alterar a forma.

A Comissão de Melhoramentos encarregada de analisar as propostas do Eng. Almeida Ribeiro, reunida em 7 de Julho de 1869, resolveu prolongar o alinhamento do Campo da Feira desde o Teatro de D. Afonso Henriques até à Rua Nova, e proceder à abertura de uma nova rua, partindo da reentrância da Rua de Traz do Muro até à Rua Nova, seguindo daí pela Rua de Donães até à Rua dos Mercadores. No dia seguinte a Comissão decidiu alterar o projecto do Eng. Almeida Ribeiro, quanto ao alargamento da Porta da Vila, e modificar o que fora estabelecido para o lado Norte da Praça do Toural, em virtude do grande incêndio ocorrido no dia 4 de Junho; formar um largo entre a Rua da Tulha e a Rua Sapateira com a demolição da casa do conde de Azenha, prolongando-se até ao Ourado do Forno, conforme a proposta apresentada pelo Dr. Avelino Germano da Costa Freitas; seguir na Rua Sapateira o alinhamento, que vem da Rua dos Mercadores, do Largo da Rua Escura e do Largo da Misericórdia para a regularização dos alinhamentos⁵⁴³.

De acordo com estas decisões, reuniram em 1882, a convite da Câmara, os donos dos prédios, que na Porta da Vila tinham de ser cortados, e declararam que exigiam pelo referido corte: Joaquim José de Azevedo Machado 1.600\$000 réis, José Joaquim de Lemos 1.400\$000 réis e José Joaquim da Silva Guimarães 1.000\$000 réis⁵⁴⁴. Em Agosto resolve-se proceder ao corte e alargamento da Porta da Vila, requerer a expropriação dos prédios conforme a planta de António Martins Ferreira, encarregando-o de organizar as competentes plantas parcelares⁵⁴⁵. A imprensa noticia este alargamento com júbilo e grande vontade de o ver realizado⁵⁴⁶, devido às necessidades do trânsito. Decidiu-se finalmente fazer este melhoramento, na sessão camarária de 2 de Agosto de 1882⁵⁴⁷.

⁵⁴³ Ibidem MAO, p. 21-22.

⁵⁴⁴ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 154.

⁵⁴⁵ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 155A; Ibidem JLF - *EV III*, p. 113.

⁵⁴⁶ Ibidem *RP*, nº 15 (1883 Ago.9), p. 2.

⁵⁴⁷ Ibidem *RP*, nº 16 (1882 Ago.12), p. 2.

Assim, em Agosto de 1882 deliberou-se solicitar o decreto de expropriação “*Por os donos das três casas não virem a acordo*”⁵⁴⁸, e em finais deste mês a Câmara representa ao rei, pedindo que seja decretada a utilidade pública e urgente da expropriação de parte das casas de Joaquim José de Azevedo Machado, José Joaquim de Lemos e José Joaquim da Silva Guimarães para alargamento da Rua da Rainha⁵⁴⁹. Em 13 de Novembro de 1882 sai um decreto declarando de utilidade pública e urgente a expropriação de parte das casas para o alargamento da Rua da Rainha, sendo 25 m² a José de Azevedo Machado, 14 m² a José Joaquim de Lemos e 6 m² a José Joaquim da Silva Guimarães. Pouco tempo mais tarde, em 29 de Novembro de 1882 o vice-presidente José de Castro Sampaio propôs que se desse execução ao Decreto que declarou de utilidade pública a expropriação de diversas casas na rua da Rainha começando pela que pertencia a Joaquim José de Azevedo Machado Guimarães, o que foi aprovado⁵⁵⁰.

Em 4 de Abril de 1883 resolveu-se que se procedesse à expropriação judicial de parte da casa de Joaquim José de Azevedo Machado, para o alargamento da Rua da Rainha⁵⁵¹ e em 18 de Abril decidiu-se que no processo de expropriação se lhe oferecesse pela parte da casa a expropriar 800\$000 réis. Em 1883 acordou-se desistir da expropriação requerida de uma parte da dita casa, cujo processo estava em tribunal, e requerer ao Governo que fosse decretada a utilidade pública da expropriação da referida casa por inteiro⁵⁵². Ainda nesse mesmo ano foi aprovada a proposta de José do Amaral Ferreira, para que da verba do orçamento já aprovado se reservasse dois contos de réis para as expropriações da Porta da Vila, e não se dispendesse o dinheiro em outro qualquer melhoramento para assim se poder dar princípio à obra⁵⁵³. Nesse mesmo ano a Câmara representa ao rei, pedindo-lhe decrete a expropriação por utilidade pública e urgente da casa de Joaquim José de Azevedo Machado e mulher, para alargamento da Rua da Rainha e construção de um tanque e depósito de águas potáveis⁵⁵⁴.

Em 1884 noticia-se que a Câmara Municipal vai proceder à reconstrução das ruas da Rainha e da Senhora da Guia, sendo a base de licitação a quantia de 265\$000

⁵⁴⁸ Ibidem JLF - VOC II, p. 155A.

⁵⁴⁹ Ibidem JLF - VOC II, p. 155A.

⁵⁵⁰ Ibidem JLF - VOC I, p. 160A.

⁵⁵¹ Ibidem - VOC I, p. 160A.

⁵⁵² Ibidem JLF - VOC I, p. 160Av.

⁵⁵³ Ibidem JLF - VOC I, p. 160Av.

⁵⁵⁴ Ibidem JLF - VOC, p. 155v.

réis⁵⁵⁵ e em Setembro inicia-se o levantamento da calçada da rua da Rainha, que foi substituída por calcetaria⁵⁵⁶.

Esta é também uma rua de grande comércio. Em Maio de 1890 abre o Café Fernandes⁵⁵⁷, em 1891 a Livraria de S. Domingos⁵⁵⁸, e em Fevereiro de 1910 nos nº 39-97, a Casa High-Life, uma das mais elegantes da cidade⁵⁵⁹.

Em sessão de 14 de Fevereiro de 1900 submeteu-se à aprovação vários projectos e orçamentos, entre os quais novamente o corte e alinhamento da Rua da Rainha por 6.000\$000 réis⁵⁶⁰. Em 5 de Setembro de 1900, em sessão da Câmara foi aprovada a obra, o projecto e orçamento da obra de reconstrução da Rua da Rainha, na importância de 68\$000 réis⁵⁶¹, publicando a imprensa o edital da obra, que não chegou a concretizar-se.

Entretanto pede-se na imprensa a mudança do fontanário que se encontrava junto da capela de S. Crispim, obstruindo a passagem no passeio, mudando-se para o largo da Feira do Leite, que se encontrava a calcetar⁵⁶², mas que não chegou a ser feito nesta época. Também nesta zona não houve grandes modificações ao longo do tempo e por isso mantém-se quase intacta esta zona do Centro Histórico de Guimarães.

Travessa Sapateira. Era uma antiga ruela localizada no centro da cidade, de que pouco ouvimos falar nesta época. Apenas em 1863 o Eng. Almeida Ribeiro dá a sugestão para se fazer o alargamento da entrada para a Rua do Eirado do Forno como continuidade da Travessa Sapateira (hoje S. Crispim) para possibilitar a construção das escolas de instrução primária, projectando-se daí uma rua, que ligaria o Eirado do Forno à Rua de Donães, que igualmente seria alargada em toda a sua extensão⁵⁶³, o que nunca chegou a ser realizado.

⁵⁵⁵ Ibidem CG, nº 18 (1884 Jun.28), p. 2.

⁵⁵⁶ Ibidem CG, nº 25 (1884 Set.20), p. 2.

⁵⁵⁷ Ibidem CG, nº 559 (1890 Maio 22), p. 3.

⁵⁵⁸ Ibidem CG, nº 699 (1891 Nov.16), p. 2.

⁵⁵⁹ Ibidem CG, nº 2432 (1910 Fev. 18), p. 3.

⁵⁶⁰ Ibidem JLF - *EVI*, p. 160; Ibidem CG, nº 1460 (1900 Fev.16), p. 2.

⁵⁶¹ Ibidem CG, nº 1513 (1900 Set.1513), p. 2.

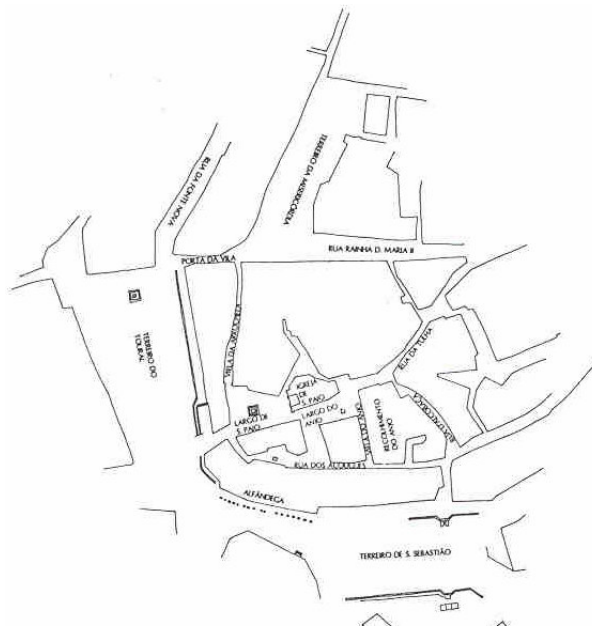
⁵⁶² Ibidem CG, nº 2375 (1909 Jul.23), p. 3.

⁵⁶³ Ibidem MAO, p. 21-22.

Em 1909 os moradores da Rua da Rainha pedem a mudança do fontanário que se encontrava junto da capela de S. Crispim, na esquina da viela, mudando-se para o largo da Feira do Leite, que se encontrava a calçetar⁵⁶⁴, mas também não se chegou a concretizar-se.

1.2.4. Largo de S. Paio

A zona de S. Paio era um local bastante povoado, com muitas ruas e vielas estreitas e escuras, onde se apinhava um grande número de pessoas.



Em 1692 o **Terreiro de S. Paio** é assim descrito: “*Há de muros adentro desta villa outro terreiro a que chamam de Sam Payo, aonde está a igreja parochial deste santo, é bem povoado de casas, e delle procedem quatro ruas. A primeira é para a parte de Nascente a que chamam a Ferraria, que desemboca no rocio da Tulha, que também é todo cercado de casas, aonde despede também a rua dos Mercadores, e este rocio serve de passagem de outra para outra. Na rua da Ferraria procede outra a que chamam d’Alcobaça, que atravessando para sul se ajunta com a Rua Nova do Muro, e sahem ambas pela Porta da Torre Velha para o Vendaval, e na parte onde as ditas ruas se ajuntam dá princípio para a parte do Vendaval a muralha, e pela porta dentro desta vae a rua do Anjo, que caminha até ao terreiro de Sam Payo, que a divide da que tem o*

⁵⁶⁴ Ibidem CG, nº 2375 (1909 Jul.23), p. 3.

nome dos Açougues, e tem serventia pela Porta Nova, que também se chama Porta de Sam Payo.

Para entre Norte e Poente sahe deste Terreiro de Sam Payo a rua de Arrochela, que recebeu o nome de Nicolao Arrochela, francez que nella viveu, e desemboca no Terreiro da Misericordia, e Rua Sapateira. No dito Terreiro de Sam Payo para Norte corre a rua Traz de Sam Payo, e de Traz Misericórdia por parar nas suas paredes, as quaes lhe dão sahida para o seu Terreiro por um passadiço debaixo das suas casas, o qual tem portas que se fecham de noite⁵⁶⁵.

No século XIX vai-se planear a grande transformação do largo.

Em 1808 dá-se a instalação do Asilo de Inválidos, no largo de S. Paio, administrado pela Santa Casa da Misericórdia⁵⁶⁶, que em meados do século necessitava de se expandir, o que levou a que, em 1857 fosse expedido um decreto pelo Ministério das Obras Públicas, mandando que por utilidade publica se procedesse à expropriação de uma casa e quintal, no largo de S. Paio, pertencente a Gonçalo Lopes Moreira, para dar maior capacidade ao hospital dos entrevados⁵⁶⁷, sendo a sentença de expropriação julgada no mesmo ano⁵⁶⁸.

As ruas que davam acesso a esta zona estavam em mau estado, dando a imprensa nota disso. *A Tesoura de Guimarães* refere mesmo o estado das pedras à entrada do Postinho de S. Paio, elo de ligação entre o Toural e o Largo de S. Paio, uma das entradas da cidade, que se encontravam tão escorregadias, que as pessoas caíam frequentemente, fazendo um apelo para que se picassem essas lajes⁵⁶⁹.

Não temos mais notícias deste Largo até que, o Eng. Almeida Ribeiro que propõe na folha nº 8 da sua planta de 1863 que, “[...] *No espaço compreendido entre a Viela do Anjo e o Postigo de S. Paio projectei uma praça limitada pelo norte pelo Asilo dos Inválidos cujo alinhamento prolonguei até à Viela de Arrochela, e pela igreja e sacristia de S. Paio; pelo sul pelo lado austral da Rua dos Açougues; pelo nascente pelo Recolhimento do Anjo, e pelo Poente pelas trazeiras das casas do Toural. [...]*”⁵⁷⁰.

De acordo com o plano de “melhoramentos”, diz-nos João Lopes de Faria, que em Janeiro de 1864, foi arrematada a regularização do largo de S. Paio e tornava-se

⁵⁶⁵ P^c Torcato Peixoto d’Azevedo - *Ob. cit.*, p. 312-315.

⁵⁶⁶ *Ibidem* JLF - *EVI*, p. 3.

⁵⁶⁷ *Ibidem* JLF - *EVI*, p. 43, 283.

⁵⁶⁸ *Ibidem* JLF - *EVI*, p. 283.

⁵⁶⁹ *Ibidem* TG, nº 203 (1858 Set.17), p. 4.

necessário retirar o Cruzeiro do Senhor das Ânias, que se encontrava no centro do largo⁵⁷¹. Assim, a Junta de Paróquia compareceu na sessão da Câmara de 30 de Outubro de 1878 e cedeu à Câmara o Cruzeiro, que foi colocado no cemitério municipal, indo alguns anos depois para Polvoreira⁵⁷².

Os trabalhos de terraplanagem principiaram e logo após a conclusão da calçetaria da rua e dos passeios junto às casas pararam, tendo a terraplanagem do centro recomeçado pouco tempo depois⁵⁷³. Em 1889 a imprensa local fala-nos no possível calcetamento do largo de S. Paio e do largo e viela do Anjo, e pretende ainda, que a fazer esses trabalhos, eles deveriam incluir também a Rua da Tulha, que se encontrava bastante necessitada de obras⁵⁷⁴.

Só em 1905, na sessão da Câmara de 13 de Setembro de 1905, a Junta de Paróquia da freguesia de S. Paio pede a mudança para outro local do marco fontanário que se achava junto da igreja paroquial, deliberando-se colocá-lo junto do Albergue do Anjo⁵⁷⁵.

Em finais de 1906 a Câmara mandou proceder ao calcetamento urgente da rua de S. Paio pela verba para obras de pequena reparação⁵⁷⁶.

Em 1907, em sessão de 16 de Janeiro, o vereador Freitas Ribeiro propôs que se procedesse à reparação da rua de S. Paio, tendo o Cónego Vasconcelos respondido que em princípio entendeu que a Câmara deve primeiro que tudo fazer expandir a cidade, procedendo ao delineamento e realização de novas ruas em boas condições para edificações higiénicas, não devendo gastar quantias importantes nem cansar-se com ruas e bicos condenados a próxima ou remota destruição⁵⁷⁷.

Entretanto dá-se a implantação da Republica, que irá tomar este assunto nas suas mãos e irá transformar totalmente o Largo.

A Rua de Arrochela é uma das mais antigas ruas de Guimarães. Aparece-nos frequentemente mencionada nos documentos antigos e tem características muito próprias.

⁵⁷⁰ Ibidem MAO, p. 21-22.

⁵⁷¹ Ibidem JLF - VOC II, p. 459v.

⁵⁷² Ibidem JLF - EV IV, p. 85; João Gomes de Oliveira Guimarães - *Ob. cit.*; Ibidem JLF - EV I, p. 171.

⁵⁷³ Ibidem JLF - EV I, p. 23.

⁵⁷⁴ Ibidem CG, nº 443 (1889 Fev.28), p. 2.

⁵⁷⁵ Ibidem CG, nº 2003 (1905 Set.29).

⁵⁷⁶ Ibidem CG, nº 2111 (1906 Nov.13), p. 2.

Uma Provisão Régia, datada de 19 de Julho de 1793, declara nulos os aforamentos que o Juiz de Fora fizera dos terrenos do Toural e a mesma Provisão autoriza os moradores da Rua da Arrochela, a que pudessem aumentar as suas casas para o rocio do Toural. Esta autorização fixou uma cláusula: que todas as moradias obedecessem à planta, remetida de Lisboa. Tudo se faria “*conforme o prospecto enviado*”⁵⁷⁸. Junto a esta viela de Arrochela situavam-se as enfermarias do Hospital da Misericórdia, cujas janelas davam para lá. Assim, por “*virtude de na Travessa ou Viela da Arrochela se andarem renovando casas em toda a extensão dessa viela fazendo frente para o Toural, as quais subiam já segundo o risco muito acima das antigas casas e muros*”, o Provedor da Misericórdia, Tomás do Couto e Silva, Cónego Arcediago de Vila Cova, em Agosto de 1794, propôs a convocação dos médicos da vila para se pronunciarem sobre os problemas de que poderiam sofrer as enfermarias do Hospital com essas obras, pois retirar-lhes-ia luz e ar. As obras foram-se fazendo e, demolida a muralha, o desenvolvimento da vila foi tomando uma feição diferente⁵⁷⁹.

Mas a falta e higiene reinava em Guimarães e nos inícios do século XIX, aparece mesmo um acórdão que diz: “*Acordaram que visto ter-se feito de pedra, a calçada da Rua de Arrochela, podendo transitar-se, não acontece assim porque os moradores da mesma rua lançam a ela as águas dos barreiros das suas casas podendo assim encaná-las e conduzi-las aos aquedutos que ficarem na dita Rua para esse fim, determinaram que eu escrivão notifique aos mesmos moradores para que no termo de um mês mandem as águas por aquedutos aos ditos canos da Rua sob pena de serem condenados cada um na quantia de 6 mil e se mandar fazer a obra à sua custa*”⁵⁸⁰.

Mas os vimaranenses continuam a queixar-se amargamente da Rua de Arrochela, da falta de higiene e dos despejos que constantemente lá se faziam. Isto leva a que, em 7 de Agosto de 1832, e a requerimento dos vizinhos, a câmara delibere mandar tapar a viela, com portas seguras nas duas extremidades, a fim de evitar os despejos que nela se faziam. Também os vizinhos foram obrigados a pôr funcional o cano dos despejos que por lá passava e encaminharem subterraneamente para lá os

⁵⁷⁷ Ibidem CG, nº 2130 (1907 Jan.25), p. 1-2.

⁵⁷⁸ Ibidem NG, nº 1302 (1956 Dez.16), p. 1.

⁵⁷⁹ Ibidem MAO, p. 11.

⁵⁸⁰ Ibidem JLF - VOC, p. 431.

canos de suas casas, mantendo a viela limpa. Eram ainda obrigados a abrir as portas quando a câmara ou almotacés quisessem inspeccionar⁵⁸¹.

Entretanto não se ouve falar mais da rua, e nem sequer o Eng. Almeida Ribeiro propõe “melhoramentos” para ela. Limita-se a usá-la como alinhamento da nova praça que pretendia fazer⁵⁸².

Mas em 1888 a imprensa volta a falar na sua falta de higiene, e diz que, apesar do código de posturas proibir, continuam os abusos na Rua de Arrochela, em que ainda havia quem apanhasse com um banho de águas de despejo⁵⁸³. Alguns anos mais tarde a Comissão Municipal, em sessão de 3 de Novembro de 1892, decide que os cantoneiros procedam à limpeza do aqueduto da viela de Arrochela⁵⁸⁴, e até final do século não se torna a ouvir falar nesta rua, mantendo-se intacta até hoje. Faz também parte do Centro Histórico de Guimarães.

Rua dos Açougues e Vuela do Anjo. Diz-nos Alberto Vieira Braga, que de início os Açougues eram a “praça” onde em lojas ou barracas se vendiam a carne, o peixe e mais géneros. Alguns séculos depois, aos açougues foi dada a sua função própria de serventia. Em Guimarães, por volta de 1612, a casa dos açougues públicos ficava perto dos Paços do Concelho. Depois passou para a Rua dos Açougues, que mais tarde tomou o nome de Rua do Anjo⁵⁸⁵.

O Padre Torcato de Azevedo diz-nos em 1692: “[...] e pela porta dentro desta [Muralha] vae a rua do Anjo, que caminha até ao terreiro de Sam Payo, que a divide da que tem o nome dos Açougues, e tem serventia pela Porta Nova, que também se chama Porta de Sam Payo”⁵⁸⁶.

Em 1843 existiam também talhos de reses miúdas e tripas, por abuso, no Postigo de S. Paio, diz-nos João Lopes de Faria, e passeio da fruta no passeio do Toural. A Câmara, para resolver o assunto, deliberou que se oficiasse aos respectivos juizes eleitos para imediatamente fazerem mudar os ditos talhos para lugares próprios e designados para se cortarem semelhantes reses no sítio dos Açougues⁵⁸⁷. Em 1856 as

⁵⁸¹ Ibidem JLF - VOC I, p. 242, 444v; Ibidem JLF - VOC, p. 156; Ibidem JLF - VOC II, p. 445v.

⁵⁸² Ibidem MAO, p. 21-22.

⁵⁸³ Ibidem CG, nº 400 (1888 Set.20), p. 2.

⁵⁸⁴ Ibidem CG, nº 797 (1892 Dez.1), p. 2.

⁵⁸⁵ Ibidem AVB - ASMV, p. 63.

⁵⁸⁶ P^o Torcato Peixoto d’Azevedo - *Ob. cit.*, p. 312-315.

⁵⁸⁷ Ibidem JLF - EV II, p. 142.

regateiras das galinhas e a venda de carne de porco passam do Toural para o Largo dos Açougues⁵⁸⁸.

Na segunda metade do século XIX o Eng. Almeida Ribeiro propõe a realização de uma praça no espaço localizado entre a Viela do Anjo e o Postigo de S. Paio⁵⁸⁹.

Alguns anos mais tarde, em 8 de Julho de 1869, a Comissão de Melhoramentos propôs o melhoramento da Rua dos Açougues, através da ampliação do Largo do Anjo e do prolongamento da Rua Nova do Comércio⁵⁹⁰.

Mas estes “melhoramentos” não chegaram a concretizar-se⁵⁹¹. Em 18 de Julho de 1877 a Câmara delibera mandar consertar os telhados da casa dos Açougues e demolir a alpendrada de fora⁵⁹², localizada em frente dos açougues velhos, o que, segundo a imprensa, “*desfejava ainda mais, se é possível, aquella beco, que também está reclamando uma completa reconstrução*”⁵⁹³.

Durante o século XIX nenhum destes “melhoramentos” foi feito, mas, já no século XX, regista-se uma forte intervenção no largo de S. Paio.

Largo do Anjo Em 1692 o Padre Torcato de Azevedo descreve o Largo de São Paio e ainda não assinala a presença do Largo do Anjo⁵⁹⁴. No entanto, no século XIX já existia, possuindo o seu cruzeiro.

Por volta de 1864, o cruzeiro do Largo do Anjo, pertencente ao Recolhimento do Anjo, caiu devido a um acidente, sendo a cruz substituída por uma nova. Foi arrematada a mudança do cruzeiro, que foi apeado e colocado encostado ao Recolhimento, onde esteve até à sua extinção e demolição do mesmo em fins de 1910⁵⁹⁵. No ano seguinte a Câmara cede terreno perto da Igreja de S. Miguel do Castelo para edificação do Albergue de S. Paio, que os vizinhos pretendiam mudar⁵⁹⁶.

Na reunião da Comissão de Melhoramentos em 8 de Julho de 1869 foram apresentadas as seguintes propostas: melhorar a Rua dos Açougues, prolongando os arruamentos da Rua Nova e aumentando o Largo do Anjo até à Rua dos Açougues

⁵⁸⁸ Ibidem JLF - EV II, p. 144.

⁵⁸⁹ Ibidem MAO, p. 21-22.

⁵⁹⁰ Ibidem MAO.

⁵⁹¹ Embora sem encontrarmos fonte documental, pensamos que a Casa do Conde de Azenha chegou a ser demolida, ficando apenas a torre, depois designada por Torre dos Almadas.

⁵⁹² Ibidem JLF - EV III, p. 50v.

⁵⁹³ Ibidem RP, nº 34 (1877 Ago.8), p. 2.

⁵⁹⁴ P^o Torcato Peixoto d’Azevedo - *Ob. cit.*, p. 312-315.

⁵⁹⁵ Ibidem JLF - EV I, p. 319v; Ibidem JLF - VOC II, p. 459v.

fazendo-se a demolição dos prédios existentes entre o largo e a Viela dos Açougues, melhorando-se também a continuação da Rua do Anjo até ao Postigo de S. Paio; alterar o projecto para a rua da Tulha, a partir do largo do Anjo⁵⁹⁷.

Em 31 de Dezembro de 1874 a Câmara delibera contrair um empréstimo de 10.000\$000 réis, ao juro de 6%, para a continuação de várias alterações, entre os quais a abertura duma nova rua entre o Largo do Anjo e o Terreiro de S. Francisco; sendo autorizada pelo Conselho de Distrito em 5 de Fevereiro de 1875 e 26 de Julho de 1875 foi assinado contrato com o Banco de Guimarães, que se obrigou a fazer o mesmo empréstimo⁵⁹⁸.

Em finais de 1877 os jornais noticiam que está anunciada a arrematação da reconstrução da Rua de S. Paio. “*É uma obra importante pela ligação com o “Toural”, e pelo grande trânsito que tem esta rua*”⁵⁹⁹, diz a imprensa. A obra foi arrematada ainda nesse ano⁶⁰⁰, e noticiava-se o afinco com que a reconstrução prosseguia⁶⁰¹.

Em 1889 a imprensa noticia que a Câmara vai proceder ao calcetamento do largo de S. Paio e do largo e Viela do Anjo. Acrescenta ainda, que esses reparos deveriam chegar até à rua da Tulha, que na altura se encontrava a necessitar de obras⁶⁰².

Finalmente foi arrematada na sessão da Câmara de 9 de Junho de 1897, por 27\$500 réis, a obra de rebaixe da parte da travessa do Anjo⁶⁰³.

Só em 1905 encontramos informação sobre esta zona, quando, na sessão de 13 de Setembro de 1905, é lido o requerimento da Junta de Paróquia da freguesia de S. Paio, pedindo a mudança para outro local do marco fontanário, que se achava junto da igreja paroquial, deliberando colocá-lo junto do Albergue do Anjo⁶⁰⁴. É que, por volta de 1904, os marcos fontanários substituíram as fontes públicas, que não tinham água própria⁶⁰⁵.

Em 1908 parte do Albergue de Nossa Senhora do Serviço, administrado pela Curaria, desmoronou-se⁶⁰⁶, levantando algumas críticas na imprensa, pois continuava

⁵⁹⁶ Ibidem JLF - VOC II, p. 460.

⁵⁹⁷ Ibidem MAO.

⁵⁹⁸ Ibidem JLF - EV IV, p. 295v.

⁵⁹⁹ Ibidem RP, nº 50 (1877 Out.17), p. 2.

⁶⁰⁰ Ibidem RP, nº 2 (1877 Out.27), p. 2.

⁶⁰¹ Ibidem RP, nº 4 (1877 Nov.7), p. 2.

⁶⁰² Ibidem CG, (1889 Fev.28), p. 3.

⁶⁰³ Ibidem CG, nº 1206 (1897 Jun.10), p. 2.

⁶⁰⁴ Ibidem CG, nº 2003 (1905 Set.29).

⁶⁰⁵ *O Povo de Guimarães*, (1904 Ago.7), p. 2.

⁶⁰⁶ Ibidem JLF - EV II, p. 236.

habitado por idosos, e o Recolhimento do Anjo encontrava-se também em iminente ruína, o que levou a que a Câmara Municipal nomeasse uma comissão cujo presidente era João Gualdino Pereira e tinha como vogais Francisco José de Carvalho Oliveira Júnior, António José de Faria, António Pereira da Silva e Roberto Victor Germano, para emitir um parecer sobre a forma prática de conseguir que se regularizasse o alargamento do largo do Anjo⁶⁰⁷.

Em Abril de 1910 a imprensa chama a atenção para o estado em que se encontrava o Albergue de S. Paio, que ameaçava ruína a qualquer momento, e pedia para que se olhasse para as velhinhas que lá se encontravam e que não tinham para onde ir⁶⁰⁸.

Ainda neste ano, em sessão da Câmara de 28 de Novembro, é lido um ofício de Bernardino Jordão, negociante e proprietário da cidade, pedindo a rescisão do contrato de arrematação dos materiais do extinto Recolhimento do Anjo desta cidade, efectuado no dia 26 de Maio deste ano, com o fundamento de que o respectivo inventário, base da praça, não representava a expressão da verdade. Considerando a informação prestada pelo apontador das obras Municipais, Abílio Fernandes Guimarães, defere ao requerido e resolve fazer a demolição por administração própria⁶⁰⁹.

Rua da Tulha *“Há de muros adentro desta vila outro terreiro a que chamam de Sam Payo, aonde está a igreja paroquial deste santo, é bem povoado de casas, e delle procedem quatro ruas. A primeira é para a parte de Norte a que chamam a Ferraria, que desemboca no rocio da Tulha, que também é todo cercado de casas, aonde despede também a rua dos Mercadores, e este rocio serve de passagem de outra para outra”*, diz-nos o Padre Torcato de Azevedo em 1692⁶¹⁰.

Esta zona não teve grandes modificações ao longo do tempo, permanecendo praticamente intacta, apesar de estar incluída em projectos de “melhoramentos”.

Em 1807, para maior segurança da cidade, dividiu-se a vila em oito bairros, cada um com um juiz, para que este com os seus homens rondasse nos referidos bairros. A zona de S. Paio pertencia ao 6º Bairro, e nele estavam incluídas a Rua Nova, Açougues, S. Paio, Tulha, Alcobaça, Rua dos Mercadores, Rua de Donães, Eirado, Rua

⁶⁰⁷ Ibidem CG, nº 2268 (1908 Ago.16), p. 3.

⁶⁰⁸ Ibidem CG, nº 2448 (1910 Abr.18), p. 2.

⁶⁰⁹ Ibidem VG, 1911 Jul.15, nº 32, p. 3.

Sapateira, Rua Escura, Praça da Oliveira e Rua do Postigo, sendo o juiz nomeado Francisco Joaquim Asinheiro, sapateiro da Rua Nova⁶¹¹.

O Eng. Almeida Ribeiro no seu plano, propunha o alargamento da entrada para a Rua do Eirado do Forno, dando seguimento à Travessa da Rua Sapateira, o que mexeria forçosamente na Rua da Tulha.

Já na segunda metade do século XIX, a Comissão de Melhoramentos, reunida no dia 8 de Julho de 1869, propôs, como já foi referido, que se devia alterar o projecto para a rua da Tulha, principiando no largo do Anjo em alinhamento com a igreja de S. Paio, mas inclinando-se o mais possível para a parte esquerda, de modo a evitar expropriações dos dois lados e formar um largo entre a Rua da Tulha e a Rua Sapateira com a demolição da casa do Conde de Azenha, e prolongando-se até ao Eirado do Forno, conforme a proposta apresentada pelo Dr. Avelino Germano da Costa Freitas⁶¹².

Em 1888, a imprensa chama “*mais uma vez*” a atenção da Comissão Executiva para o estado deplorável em que se encontrava a rua da Tulha, uma das de mais trânsito da cidade⁶¹³, o que indica que não foi imediata a execução dos “melhoramentos” propostos.

Manteve, por isso a sua traça original e integra-se hoje no Centro Histórico da cidade.

Rua de Alcobaça, antiga rua já referida nos finais do século XVII pelo Padre Torcato de Azevedo⁶¹⁴.

A partir do século XIX, começamos a ouvir falar no conserto das calçadas que a ela conduziam. Assim, em 1837 determina-se que se passasse mandato para Manuel Ferreira “Poupa” receber 36\$100 da arrematação da calçada da Torre Velha⁶¹⁵, mas depois não se torna a ouvir falar nesta zona, até que a imprensa, em 1859, critica o estado da calçada, dizendo que no fim da Rua Nova do Muro e “*Rua de Alcobaça, ao meter no correio velho, há um ponto que não pode de forma alguma passar sem pronto conserto. Os carros que ali passem parecem que desceram ao abismo*”⁶¹⁶. Depois torna

⁶¹⁰ P^e - Torcato Peixoto d’Azevedo - *Ob. cit.*, p. 312-315.

⁶¹¹ Ibidem JLF - *VOC*, p. 269v.

⁶¹² Ibidem MAO.

⁶¹³ Ibidem CG, nº 366 (1888 Maio 7), p. 2.

⁶¹⁴ P^e Torcato Peixoto d’Azevedo - *Ob. cit.*, p. 312-315.

⁶¹⁵ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 128v, 129.

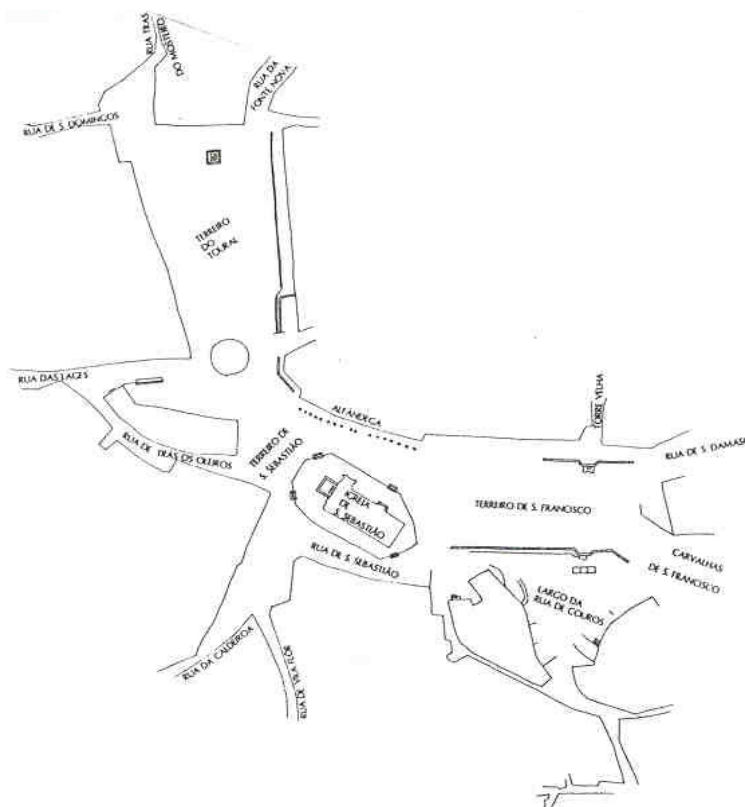
⁶¹⁶ Ibidem TG, nº 241 (1859 Jan.28), p. 4.

a vir o silêncio. Mais tarde veremos o que foi o destino desta rua, no capítulo referente ao Estado Novo.

2. Guimarães extramuros

2.1. Toural

O Toural foi uma das praças extramuros, mais importantes da vila. Por ela passava a estrada que vinha do Porto e junto dele encontrava-se a Porta da Vila, a mais concorrida porta de entrada na cidade. Já Alberto Vieira Braga nos fala do Toural como uma praça onde se efectuava a feira dos bois, que mais tarde passou para o Campo da Feira⁶¹⁷.



Uma das características habituais de uma praça antiga era ter uma fonte, e, como não podia deixar de ser, também o Toural possuía uma fonte desde o século XVI. A Câmara tinha um especial cuidado com as fontes, tanques e chafarizes, uma vez que, a água era preciosa e era imprescindível à vida da cidade. Durante o século XVII a

⁶¹⁷ Ibidem AVB - ASMV, p. 63.

Câmara proibiu lavar roupa nos chafarizes do Toural e Nossa Senhora da Oliveira sob pena de 1\$000 réis pagos de cadeia, diz-nos João Lopes de Faria⁶¹⁸, e mais tarde volta-se a repetir a proibição de abrir água dos chafarizes, lavar neles e dar de beber a bestas no chafariz grande do Toural, sob pena de 1\$000 réis e 10 dias de cadeia⁶¹⁹. Isto mostra o cuidado com que era tratada a água dos chafarizes.

Em inícios do século XVIII, o Toural, largo onde se faziam vários festejos da vila, tinha a nascente a muralha, a poente várias casas nobres, a norte tinha um cruzeiro e a sul o chafariz de grandes dimensões, com muitas bicas e vários assentos à roda, onde a nobreza se ia recrear no Verão, todas as tardes⁶²⁰.

Assim, como vimos, no lado nascente do Toural apenas existia o pano da muralha, mas em 1791 o procurador do concelho declarou ser obrigado pelo provedor a assinar uma vistoria para aforar o terreno, para edificar casas junto ao muro, no rocio do Toural, sem o consentimento da Câmara⁶²¹. No ano seguinte a Câmara aforou a parte nascente do Toural para edificação de prédios. Diz-nos ainda João Lopes de Faria, que os emprazados faziam as casas que pretendiam conforme o risco que se lhes desse de fora, assinado pelo Dr. Provedor da comarca e, não edificando as referidas casas, os emprazamentos ficariam sem nenhum efeito⁶²². Em 1793 a Câmara representou à Rainha D. Maria I, protestando contra o aforamento do terreiro contíguo ao muro no Toural, pois este ficaria reduzido, informe e pouco adequado à montagem das feiras. A Rainha declarou os aforamentos nulos e ordenou ao provedor da comarca que demolisse a parte do referido muro, para os enfiteutas poderem puxar as suas casas até à frente dele, conservando o campo a mesma largura⁶²³. A alusão respeitante à lei de 23 de Julho de 1766, no reinado de D. José I, onze anos depois do terramoto de Lisboa, e a referência a “*outra planta que se remetia*”, denunciam, que o projecto da construção das casas na ala nascente do Toural foi delineado em Lisboa sob influência pombalina⁶²⁴. Era a primeira vez que o poder central impunha tal condição à administração municipal, pois antes todas as construções eram levantadas conforme a vontade do proprietário ou

⁶¹⁸ Ibidem JLF - *EV I*, p. 287v; Ibidem AVB - *ASMV*, p. 156.

⁶¹⁹ Ibidem AVB - *ASMV*, p. 171.

⁶²⁰ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck - *Ob. cit.*, p. 191.

⁶²¹ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 352v.

⁶²² Ibidem JLF - *VOC II*, p. 138.

⁶²³ Provisão régia de 19de Julho de 1793, Ibidem JLF - *EV III*, p. 53.

⁶²⁴ Ibidem MAO, p. 9-11.

da Câmara, evitando-se construções de casas ou delineamento de ruas com encontros e cotovelos e outros “defeitos”⁶²⁵. Em 1795 as casas estavam concluídas.

Tentava-se, também, conservar as calçadas, e por isso, quase no início do novo século, foi arrematada por João Manuel de Carvalho a calçada do Tournal desde S. Domingos até à Misericórdia a 960 réis a braça⁶²⁶.

No largo do Tournal, desde as Biscaias até ao tanque, vendiam-se doces em bancadas, mas em 7 de Maio de 1808 a Câmara proibiu a sua venda neste local⁶²⁷.

Conforme já referimos, os tanques e as águas eram tratadas com cuidado, uma vez que eram imprescindíveis à vida da cidade. Assim, em 1818, em sessão da Câmara de 3 de Agosto, Rodrigo José Pereira, mestre pedreiro, arrematou por 348 réis a obra de gatear e embetumar os tanques do Tournal e da Misericórdia⁶²⁸, e dois anos mais tarde, em 1820, foi feita posse em pregão e arrematação do encanamento desde a árvore ou pedestal do tanque do Tournal, até ao meio do Terreiro de S. Paio, aonde estava a represa do tanque, fazendo alcatruzes de pedra fina, novos, de 8 palmos de comprimento, com a boca na forma dos velhos⁶²⁹. A beira do tanque do Tournal em inícios do século servia ainda de mesa às doceiras e toucinheiras⁶³⁰.

Mas, também, era importante o conserto das calçadas e das ruas, embora não fossem reparadas tão frequentemente como deviam. Em Dezembro de 1832 foi posto a pregão o conserto das calçadas e ruas desde a Ponte de Santa Luzia, Rua da Fonte Nova e largo ao pé do Chafariz do Tournal, não havendo, no entanto, lançadores⁶³¹.

Ora o Campo do Tournal, embora extramuros, era um local popular e importante da cidade, onde se realizavam os mais diversos acontecimentos. Assim, em sessão de dois de Outubro de 1834, o vereador M. António Moreira de Sá propõe, que, em lugar de exéquias a D. Pedro IV, se levante um monumento em sua honra⁶³², tendo a Câmara, alguns anos mais tarde, em Dezembro de 1842, oficiado a todas as Juntas de Paróquia do concelho, para que subscrevessem para o monumento que estava projectado levantar-

⁶²⁵ Ibidem *NG*, nº 1302 (1956 Dez.16), p. 1.

⁶²⁶ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 356.

⁶²⁷ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 374v; Ibidem *JLF - .EV II*, p. 123v

⁶²⁸ Ibidem *JLF - VOC II*, p. 436.

⁶²⁹ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 235v.

⁶³⁰ Ibidem *JLF - VOC II*, p. 122v.

⁶³¹ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 243v.

⁶³² Ibidem *JLF - EV IV*, p. 6; Ibidem *JLF - VOC I*, p. 448.

se no Toural, não tendo existido qualquer donativo, o que frustrou a realização do monumento⁶³³.

O Toural era uma zona nobre da vila e, embora aí não se executassem castigos públicos, pois existiam outros locais a isso destinados, houve no entanto um, que João Lopes de Farias refere. Em 24 de Março de 1836 “[...] o júri unanimemente julgou provados todos os requisitos e o juiz sentenciou a que conduzido pelas ruas públicas d’esta vila à praça pública do Toural da mesma, aí na força morresse de morte natural, para sempre[...]”⁶³⁴, referindo uma força que provavelmente aí se teria instalado provisoriamente.

Em Dezembro de 1840 refere-se o concerto da Rua das Lajes⁶³⁵, rua que dava para o largo, em 1843 arrematou-se uma parte do edifício velho do Hospital desta vila, ficando com ela os moradores do passeio do Toural⁶³⁶.

As feiras feitas neste largo frequentemente atrapalhavam o movimento e a manutenção da vida citadina, o que leva a que, em 1844, se decidisse a mudança das regateiras das aves e da fruta para o Largo dos Barbeiros do Toural e entrada da rua de S. Domingos⁶³⁷.

Nesta época eram frequentes as casas de madeira, o que levava a que por vezes se acendessem violentos incêndios, que em pouco tempo consumiam muitas casas. Em Agosto de 1846 deu-se mais um incêndio no Toural, que se reacendeu algum tempo depois⁶³⁸, tendo sido preciso um cuidado especial para que ele não alastrasse a outras casas⁶³⁹.

Em 3 de Março de 1852 morre uma das célebres personagens de Guimarães, que ainda marca a zona do Toural, e cuja casa e memória ainda hoje permanecem neste largo: António Vaz Vieira de Melo Alvim, senhor da Casa e Morgado do Toural, melómano famoso, que regia as orquestras com batuta de prata e que vivia faustosamente. Foi sepultado no dia 9 na igreja da Misericórdia, à rua Sapateira⁶⁴⁰. Em 27 de Outubro de 1878 foi à praça a Casa do Morgado do Toural⁶⁴¹, pertencente a João

⁶³³ Ibidem JLF - EV IV, p. 288.

⁶³⁴ Ibidem JLF - EV I, p. 297v.

⁶³⁵ Ibidem JLF - VOC I, p. 256v.

⁶³⁶ Ibidem JLF - EV, II, p. 256.

⁶³⁷ Ibidem JLF - VOC I, p. 289v; Ibidem JLF - VOC II, p. 451.

⁶³⁸ Ibidem JLF - EV III, p. 221.

⁶³⁹ Ibidem JLF - EV III, p. 221v.

⁶⁴⁰ Ibidem JLF - EV I, p. 246.

⁶⁴¹ Ibidem RP, nº 45 (1878 Out.26), p. 2.

António Vaz Vieira da Silva Melo Alvim e Nápoles e mulher, sendo arrematada por execução judicial do Banco de Guimarães⁶⁴².

Em meados do século, e de acordo com as ideias da época, começa-se a pensar em aformosear o Toural. Isto leva a que em 1859 se plantem árvores de recreio no Toural, S. Francisco e Ponte do Campo da Feira⁶⁴³, amenizando a aridez daqueles largos.

Em 1855 é aqui aclamado rei D. Pedro V, expondo-se um quadro de José Alberto Nunes, que retratou a óleo de D. Pedro V para a sala das sessões da Câmara, mas que antes serviu nos festejos da sua aclamação no Toural, e também fez a pintura para a iluminação⁶⁴⁴.

Assim esta praça vai-se socializando e perdendo o cariz de zona comercial, de local de feiras e romarias, tornando-se num local mais simbólico e urbano. Isto leva a que em 1856 as regateiras das galinhas e a venda de carne de porco passem do Toural para o Largo dos Açougues⁶⁴⁵ e a que no ano seguinte se proíba o estender louça para venda no chão do Toural⁶⁴⁶.

Em 1857 a Câmara faz obras no Toural, mas logo a imprensa reclama, porque desde as Lajes do Toural até à igreja de S. Pedro havia uma descida em forma de ladeira onde em que os moradores escorregavam e caíam⁶⁴⁷, reclamando por isso a inspeção do fiscal⁶⁴⁸. Para remediar este mal, a Câmara arremata em 21 de Março de 1863 o quebramento das Lajes do Toural entre o tanque e a Rua de Trás dos Oleiros⁶⁴⁹.

Em 13 de Julho de 1869 houve outra reunião da Comissão de Melhoramentos, e, entre as deliberações tomadas, resolveu-se regularizar melhor e arborizar o Toural, usando como modelo o Largo da Batalha, no Porto. Para isso seria necessário passar o chafariz para o centro do largo e mudar o cruzeiro para um local mais adequado⁶⁵⁰.

No dia 16, na sessão da Comissão de Melhoramentos, Francisco Ribeiro Martins da Costa disse que, pela sua situação, as praças do Toural e de S. Francisco eram as mais frequentadas, com mais vida e comércio da cidade, e, por isso,

⁶⁴² Ibidem JLF - EV, IV, p. 78v.

⁶⁴³ Ibidem JLF - VOC II, p. 456v.

⁶⁴⁴ Ibidem JLF - VOC II, p. 454v.

⁶⁴⁵ Ibidem JLF - EV II, p. 144.

⁶⁴⁶ Ibidem JLF - VOC II, p. 455v, Ibidem JLF - EV I, p. 150; Ibidem JLF - EV II, p. 144.

⁶⁴⁷ Ibidem TG, nº 54 (1857 Mar.13), p. 4.

⁶⁴⁸ Ibidem TG, nº 132 (1857 Dez.22), p. 4.

⁶⁴⁹ Ibidem JLF - VOC II, p. 459v.

⁶⁵⁰ Ibidem MAO.

considerava-as as mais importantes. Assim, entendeu que a Comissão de Melhoramentos se deveria preocupar mais com estes largos e com o seu embelezamento, resolvendo propor a desmontagem do tanque do Tournal e a demolição da igreja de S. Sebastião⁶⁵¹. Neste mesmo dia a Câmara em sua sessão deliberou que se promovesse uma subscrição para se mandarem fazer, pelo sistema da iluminação a gás adoptado nas cidades do Porto e Braga, seis colunas para lampiões na Praça do Tournal, seis para o Terreiro de S. Francisco e três para o Terreiro da Misericórdia⁶⁵².

Em 4 de Junho de 1869, uma sexta-feira, pelas 2 horas da madrugada, dá-se um enorme incêndio, que consumiu as casas do lado Norte do Tournal, com excepção da esquina poente, que era uma construção de pedra moderna. Nele faleceram quatro homens, e ainda, segundo a voz do povo, alguns carpinteiros dos lados da Senhora do Porto, que trabalhavam na cidade. Causou também ferimentos a centenas de outras pessoas, por causa de uma explosão de pólvora, gás, e outros materiais combustíveis, do armazém de molhados, materiais inflamáveis e de refinação de açúcar, pertencentes ao comerciante João José de Sousa Aguiar, onde começou o incêndio⁶⁵³.

Em 16 de Junho de 1869 o vice-presidente da Câmara, Dr. Avelino da Silva Guimarães, propôs que se expropriasse uma parte do terreno das últimas casas incendiadas, para que a linha da frente ficasse em linha recta directa à casa da esquina da Rua da Porta da Vila, e que sendo aprovada, se deveria submeter à aprovação do Conselho de Distrito⁶⁵⁴.

Assim, na sessão da Comissão de Melhoramentos do dia 8 de Julho de 1869 foi apresentada a seguinte proposta: alterar o projecto do Eng. Almeida Ribeiro quanto ao alargamento da Porta da Vila, e modificar o que fora estabelecido para o lado Norte da Praça do Tournal, em virtude do grande incêndio ocorrido no dia 4 de Junho⁶⁵⁵.

Em sessão extraordinária da Câmara, de 24 de Agosto de 1874 foi lido um officio do juiz da Irmandade do Nossa Senhora do Rosário, de dia 21, comunicando à Câmara que a Mesa da Irmandade, em Assembleia Geral, deliberou ceder à Câmara o seu cruzeiro colocado no Campo do Tournal, executado pelo pedreiro Domingos

⁶⁵¹ Ibidem MAO.

⁶⁵² Ibidem JLF - *EV II*, p. 146v.

⁶⁵³ Ibidem JLF - *EV II*, p. 233.

⁶⁵⁴ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 242v.

⁶⁵⁵ Ibidem MAO.

Lourenço, no ano de 1650, com as escadas feitas no ano seguinte e dourado em 1691⁶⁵⁶. Foi cedido mediante determinadas condições, que foram aceites, lavrando-se para isso o respectivo contrato e solicitando-se as necessárias autorizações⁶⁵⁷.

Neste mesmo ano, ou no seguinte, arrematou-se a desmontagem do Chafariz do Toural, construído em 1583 por Gonçalo Lopes, à custa da Irmandade da Senhora do Rosário da igreja de S. Domingos, sendo demolido em 3 de Junho de 1878 (depois de se ter efectuado de noite uma demolição parcial em 26 de Outubro de 1865), e arrumado na Praça do Mercado⁶⁵⁸ até ser colocado no largo do Carmo, sendo a obra entregue ao mestre pedreiro Bernardino Pereira, da Rua Nova das Oliveiras, por 80\$000 réis⁶⁵⁹.

Em 31 de Dezembro de 1874 a Câmara delibera contrair um empréstimo de 10.000\$000 réis, ao juro de 6%, para a continuação e conclusão dos “melhoramentos” do Campo do Toural; corte, expropriação e demolição da alpendrada da alfândega do peixe, e dos prédios necessários para o alinhamento das casas do lado sul do mesmo campo com a fachada do lado nascente do terreiro de S. Francisco e à abertura duma nova rua entre o Largo do Anjo e o dito terreiro de S. Francisco; e as sobras que pudessem haver de tais obras, para aplicar em qualquer outra obra. Foi autorizada pelo Conselho de Distrito em 5 de Fevereiro de 1875, e em 26 de Julho de 1875 foi assinado contrato com o Banco de Guimarães, que se obrigou a fazer o empréstimo⁶⁶⁰.

Em Setembro de 1876 entrou em funcionamento o relógio de José Clemente Jácome instalado na sacada da sua casa, no Toural, do lado nascente, por carta da Câmara, por contrato de 11 desse mês, para serviço de trens, cocheiro e escritórios da freguesia de S. Paio e S. Sebastião⁶⁶¹. Por vezes chegaram a haver reclamações públicas sobre o desacerto deste relógio tão importante para a vida da época, instalado numa das zonas de mais movimento na cidade⁶⁶².

Em Novembro de 1896, a Câmara deliberou, por queixas apresentadas, proibir aos moradores que intestavam com o muro do Toural, de ter em cima dele vasos,

⁶⁵⁶ *Inventário dos bens, prata e ornamentos de Nossa Senhora do Rosário*. 1743, p. 65.

⁶⁵⁷ *Ibidem* JLF - *VOC I*, p. 150; *Ibidem* JLF - *EV, IV*, p. 321v.

⁶⁵⁸ *Ibidem* MAO.

⁶⁵⁹ *Ibidem* JLF - *VOC II*, p. 149v; *Ibidem* JLF - *EV II*, p. 228v.

⁶⁶⁰ *Ibidem* JLF - *EV IV*, p. 295v.

⁶⁶¹ *Ibidem* JLF - *VOC I*, p. 152v.

⁶⁶² *Ibidem* CG, (1887 Jul)., p. 2.

cortiços ou outra coisa, e de cima dele atirar objectos, sob pena de 6\$000 réis, isto devido a queixas apresentadas à Câmara⁶⁶³.

Muita da história do Largo do Toural no século XIX confunde-se com o Passeio Público, que aí existiu. As árvores, plantadas em 1859, deitaram-se abaixo por volta de 1874 para fazer o jardim⁶⁶⁴. Três anos mais tarde, em Fevereiro de 1877, foram arrematados os dois portões de ferro, para o fechar, por Manuel José Ferreira Guimarães, da Rua da Restauração, nº 54, no Porto, a 170 réis cada quilograma⁶⁶⁵, sendo o risco do jardim feito por Marques Loureiro, também da cidade do Porto⁶⁶⁶.

As pessoas começam a interessar-se pelo jardim e a imprensa chega a noticiar com exagero como “*arboricidio*”, o corte de uma árvore no Toural, defronte da loja do snr. Manuel Lopes Guimarães e refere que “*a auctoridade tomou conhecimento do facto, e está procedendo à averiguação de quem foi o arboricida*”⁶⁶⁷. Entretanto continua-se a trabalhar na execução do jardim, vindo em Outubro um empregado de José Marques Loureiro riscar e dispor os diversos canteiros e ruas no passeio do Toural⁶⁶⁸. Em Novembro trabalhava-se na abertura da cava e galgueira para o lago, e na terraplenagem das ruas⁶⁶⁹. O Jardim foi arborizado em 1878 e nele foram plantadas variadas árvores vindas do Porto, por um jardineiro portuense, ganhando 5\$000, como já foi dito, sob direcção de Marques Loureiro. Entretanto faziam-se os trabalhos para conclusão do lago e disposição dos assentos, que ficariam sob direcção do vereador Augusto Mendes da Cunha, pensando-se posteriormente num coreto para a música. Neste ano o jardim abriu ao público e ao domingo havia música tocada pela Companhia de Caçadores 7, embora a instalação de um coreto fosse ainda só projecto. Apenas podiam lá entrar pessoas que usassem sapatos e gravata, o que, de início, levou a um certo descontentamento por parte dos vimaranenses⁶⁷⁰. No Verão de 1878 foram colocados candeeiros para iluminação do jardim, ficando dispostos à beira da avenida central⁶⁷¹. O jardim do Toural continuava em construção. Em Fevereiro de 1879 ergueu-se uma ponte de cortiça sobre o lago do jardim, o que, segundo João Lopes de Faria, “é

⁶⁶³ Ibidem JLF - EV IV, p. 188v.

⁶⁶⁴ Ibidem JLF - EV IV, p. 322.

⁶⁶⁵ Já no século XX estes portões foram transferidos para o Cemitério de Atouguia.

Ibidem JLF - VOC I, p. 151.

⁶⁶⁶ Ibidem JLF - VOC II, p. 151v.

⁶⁶⁷ Ibidem RP, nº 44 (1877 Set.22), p. 2.

⁶⁶⁸ Ibidem RP, nº 1 (1877 Out.24), p. 2.

⁶⁶⁹ Ibidem RP, nº 4 (1877 Nov.7), p. 2.

⁶⁷⁰ Ibidem JLF - EV I, p. 98 v.; Ibidem RP, nº 30 (1878 Fev.20), p. 2.

mal delineada mas em tosco não há nada melhor”, e alguns dias depois fez-se uma cascata de pedra no meio do lago, que apenas ficou pronta e a deitar água muito tempo mais tarde, aquando da inauguração do coreto⁶⁷². Também se abriram novos maciços e alegretes⁶⁷³. Em Setembro de 1879 é adjudicado a Costa Basto & C^a, do Porto, a obra de construção da cobertura do coreto, o chamado *Pavilhão Acústico* do Toural⁶⁷⁴.

João Lopes de Faria diz-nos que em 1 de Março de 1880 se principiou a montar no jardim do Toural toda a parte metálica do coreto, que foi fundida no Porto, na fábrica do Bulhão, por 500\$000 réis. Foi inaugurado no dia 7, pintado no mês de Maio e ainda na primeira semana de mês de Maio colocou-se ali um marco fontanário de mármore branco⁶⁷⁵. No dia da inauguração do Pavilhão Acústico tocou nele a banda “União Vimaranesense”, desde as 6 horas da tarde às 10,30 horas da noite⁶⁷⁶.

Com o jardim em pleno funcionamento, começa-se a olhar para pequenos melhoramentos bastante necessários: a imprensa começa a criticar a falta de bancos⁶⁷⁷, ou a necessidade de se consertarem os existentes e a falta de segurança da ponte do lago, que poderia causar algum sinistro, com o descuido de alguma criada, ou a travessura de alguma criança⁶⁷⁸. O jardim era especialmente frequentado nas noites de Verão pela sociedade vimaranense, o que levou a alargar-se o horário para as 11 horas da noite⁶⁷⁹, altura em que tocava a sineta de aviso e em que se apagavam imediatamente as luzes, levando a fortes protestos na imprensa, pois deixavam “*as pessoas que se acham dentro do jardim e que se preparam para sahir n’uma escuridão desolada*”⁶⁸⁰. O horário do fecho era determinado pela estação do ano ou níveis climáticos, o que levava a fechá-lo mais tarde ou mais cedo⁶⁸¹. A imprensa criticava também o modo como era feita a poda das árvores pela “*foice municipal*”, que “*tem torturado cruelmente*” as árvores e pergunta-se “*porque não se há-de deixar que as árvores cresçam e tomem uma forma natural e agradável?*”⁶⁸². Lembra ainda que é necessário renovar a água do

⁶⁷¹ Ibidem *RP*, nº 27 (1878 Ago.21), p. 2.

⁶⁷² Ibidem *JLF - EV I*, p. 245v.

⁶⁷³ Ibidem *JLF - EV I*, p. 167v.

⁶⁷⁴ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 153.

⁶⁷⁵ Ibidem *JLF - EV I*, p. 228v; Ibidem *MAO*.

⁶⁷⁶ Ibidem *JLF - EV I*, p. 245v.

⁶⁷⁷ Ibidem *CG*, nº 22 (1884 Ago.18), p. 2.

⁶⁷⁸ Ibidem *CG*, nº 39 (1884 Out.20), p. 3.

⁶⁷⁹ Ibidem *CG*, nº 101 (1885 Jun.22), p. 2.

⁶⁸⁰ Ibidem *CG*, nº 113 (1885 Ago.10), p. 2; Ibidem *CG*, nº 114 (1885 Ago.17), p. 2; Ibidem *CG* (1887 Jul.), p. 2.

⁶⁸¹ Ibidem *CG*, nº 275 (1887 Maio 16), p. 2.

⁶⁸² Ibidem *CG*, nº 411 (1888 Nov.5), p. 2.

jardim, que se encontra em estado de ser prejudicial à saúde publica⁶⁸³, o que leva a que a Câmara resolva, em sessão de 4 de Dezembro, que seja feito o projecto e orçamento para a canalização com tubos de ferro da água, que vai para o lago do jardim do Tournal⁶⁸⁴.

Em sessão de 15 de Junho de 1892, na reunião da Comissão Municipal, foi lido um officio do Administrador do Concelho, pedindo para mandar escoar as águas do jardim do Tournal, e proceder à respectiva limpeza⁶⁸⁵, o que demonstra que esta ainda não era feita com a regularidade necessária.

Nesta época encontra-se bastante em voga uma estrutura imprescindível ao mobiliário urbano da época: os “mictórios” de ferro. Resolve-se então colocar um no jardim do Tournal. Em Outubro de 1895 procede-se às obras para colocar um “*ourinatório de ferro em forma de guarita, que a câmara adquiriu*”, no referido jardim⁶⁸⁶, e pretende-se colocar mais, espalhados pela cidade. Ficou definitivamente instalado em Novembro desse ano⁶⁸⁷.

No ano seguinte há novamente modificações e um jardineiro do Porto transforma o grande lago (rebecão), do jardim do Tournal, “*pondo-o em bacio (pequeno), com repuxo no meio*”, diz-nos João Lopes de Faria⁶⁸⁸. Mas isto leva a que finalmente o lago do Tournal venha a ser eliminado, por falta de água para o alimentar, e por se achar durante grande parte do ano em péssimas condições higiénicas. No entanto era um bom reservatório de água em caso de incêndio, lembra a imprensa vimaranense⁶⁸⁹.

Também devido à falta de higiene, o público condenou o “mictório” do Tournal, seja por decência, pois o sítio não era suficientemente recatado, e pelo forte cheiro que exalava, devido a não existir água para lavagem constante⁶⁹⁰. Foi retirado em 1896⁶⁹¹, praticamente um ano depois de montado.

⁶⁸³ Ibidem CG, nº 463 (1889 Maio 20), p. 2.

⁶⁸⁴ Ibidem CG, nº 517 (1889 Dez.9), p. 2.

⁶⁸⁵ Ibidem CG, (1892 Jul.20), p. 1.

⁶⁸⁶ Ibidem CG, nº 1059 (1895 Out.17), p. 2.

⁶⁸⁷ Ibidem CG, nº 1063 (1895 Nov.4), p. 2.

⁶⁸⁸ Ibidem JLF - *EVI*, p. 203v.

⁶⁸⁹ Ibidem CG, nº 1095 (1896 Mar.12), p. 2.

⁶⁹⁰ Ibidem CG, nº 1127 (1896 Jun.27), p. 2.

⁶⁹¹ Ibidem CG, nº 1128 (1896 Jul.30), p. 2.

Também todas as colunas de iluminação foram retiradas e substituídas por um novo modelo, mais baixo e mais elegante⁶⁹². Compraram-se ainda seis bancos de jardim e consertaram-se e pintaram-se os antigos⁶⁹³.

O Presidente da Câmara, em sessão de 17 de Maio de 1899, propôs como um melhoramento a ser feito um novo jardim público em lugar sadio e higiénico e ainda remoção das grades do jardim do Toural, entre outros, ficando a Câmara inteirada⁶⁹⁴. O Jardim Público começava a ver a sua época terminada.

Em 1900 critica-se a falta de luz no jardim⁶⁹⁵ e em 1901 decide-se pintar as grades, que o rodeavam⁶⁹⁶, e pintar o coreto⁶⁹⁷, que torna a ser repintado e consertado por deliberação de 28 de Março de 1905⁶⁹⁸.

Mas a vida no Toural continuava. Entretanto refizeram-se as casas do lado Norte, que tinham ardido no incêndio de 1869, formando uma nova fachada, e constrói-se a Igreja de S. Pedro. Já em meados do século XVIII existia no Toural, a Capela de S. Pedro, semelhante a uma barraca de madeira, sem arquitectura, por entre as casas da Irmandade. Tinha, segundo João Lopes de Faria, vinte palmos de largura e oitenta de comprimento. Como se pretende fazer de novo a igreja, em 1782 é concedida uma Provisão Régia autorizando a Irmandade de S. Pedro a ampliar e fazer a sua própria igreja, reduzindo-se a melhor e mais decente forma no terreno da mesma irmandade⁶⁹⁹.

Em Novembro de 1880 reuniu-se na sacristia de S. Pedro a Junta Magna desta Irmandade para a aprovação do risco para a conclusão das obras da Igreja, e autoriza-se a Mesa a dar princípio às mesmas obras, logo que o risco fosse aprovado pela Associação dos Architectos de Lisboa⁷⁰⁰. As obras começaram em Março de 1881, com grande dinamismo e entusiasmo⁷⁰¹. Começou-se por demolir as casas da Irmandade de S. Pedro, que estavam em frente ao corpo da igreja, para as obras da conclusão (frente toda) da mesma basílica⁷⁰². Depois, em Julho de 1881, demoliu-se a torre de madeira da Basílica de S. Pedro, para se construir de pedra a frente do edifício e, após o início das

⁶⁹² Ibidem CG, nº 1200 (1897 Maio13), p. 2.

⁶⁹³ Ibidem CG, nº 1290 (1898 Maio 13), p. 3.

⁶⁹⁴ Ibidem CG, nº 1387 (1899 Mar. 19), p. 2.

⁶⁹⁵ Ibidem CG, nº 1476 (1900 Abr.17), p. 3.

⁶⁹⁶ Ibidem CG, nº 1621 (1901 Fev.7), p. 2.

⁶⁹⁷ Ibidem CG, nº 1626 (1901 Nov.8), p. 2.

⁶⁹⁸ Ibidem CG, nº 2054 (1906 Abr.10), p. 2.

⁶⁹⁹ Ibidem JLF - EV I, p. 279.

⁷⁰⁰ Ibidem JLF - EV IV, p. 125.

⁷⁰¹ Ibidem RP, nº 11 (882 Jul.26), p. 2.

⁷⁰² Ibidem JLF - EV, p. 12v.

obras de pedreiro, fecharam-se os três arcos de entrada em Agosto de 1882⁷⁰³. A teara pontifícia foi colocada sobre o brasão do frontão em 1883⁷⁰⁴ e em Abril de 1884 colocou-se a cruz de pedra com três hastes ao cimo do frontispício, concluindo a obra de pedra da fachada⁷⁰⁵. Apenas no ano seguinte se destrói o barracão que se encontrava frente à igreja de S. Pedro, que estorvava o trânsito e incomodava os moradores, medida vivamente aclamada pela imprensa⁷⁰⁶.

Em 1900 arremata-se a obra de renovação de telhados, barroteamentos de madeira e estucamento com molduras do tecto⁷⁰⁷, que será concluída no ano seguinte⁷⁰⁸. Em 1885, na sessão da Câmara de 4 de Novembro, é apresentado um requerimento dos moradores do lado sul do Campo do Toural, pedindo que a Câmara dê dimensão ao passeio das Lajes de 2 metros de largura e não 1 metro, conforme a planta. Este pedido foi deferido com a condição de o passeio ficar com 1,5 metros⁷⁰⁹.

Em Outubro de 1886 é inaugurado no lado nascente do Toural o Grande Hotel de Guimarães, cujo proprietário e fundador era Joaquim José Pereira, antigo administrador e depois proprietário do “Hotel de Guimarães”⁷¹⁰ e, alguns anos depois, em 1890, aparece um novo hotel⁷¹¹, dando ainda mais dinamismo a esta zona.

Mas as obras não param e em sessão da Câmara de 24 de Agosto de 1887 foi aprovado o projecto de encanamento de águas do tanque e depósito do largo das Lajes para o tanque das Dominicás⁷¹², determinando-se em Novembro que a feira dos cereais passaria a ser feita no largo das Lajes⁷¹³.

Em 1890 decide-se remover o chafariz do Toural para o Largo do Carmo⁷¹⁴, sendo a obra arrematada ainda nesse ano⁷¹⁵.

Entretanto começa a difundir-se a iluminação da cidade e em 1899 começa-se a criticar a falta de iluminação fora do Toural, ficando o resto da cidade às escuras⁷¹⁶.

⁷⁰³ Ibidem JLF - EV III, p. 12.

⁷⁰⁴ Ibidem RP, nº 2 (1883 Fev.29), p. 2; Ibidem MAO, p. 32-33; Ibidem JLF - EV IV, p. 276.

⁷⁰⁵ Ibidem RP, nº 34 (1884 Abr.26), p. 2; Ibidem CG, nº 2052 (1906 Abr.3), p. 2.

⁷⁰⁶ Ibidem CG, nº 86 (1885 Abr.23), p. 2.

⁷⁰⁷ Ibidem CG, nº 1489 (1900 Jun.8), p. 3.

⁷⁰⁸ Ibidem CG, nº 1576 (1901 Maio 3), p. 3.

⁷⁰⁹ Ibidem CG, nº 135 (1885 Nov.5), p. 2.

⁷¹⁰ Ibidem CG, nº 217 (1886 Set.30), p. 3.

⁷¹¹ Ibidem CG, nº 593 (1890 Set. 22), p. 3.

⁷¹² Ibidem CG, nº 302 (1887 Ago.29), p. 2.

⁷¹³ Ibidem CG, nº 320 (1887 Nov.10), p. 2.

⁷¹⁴ Ibidem CG, nº 586 (1890 Ago.28), p. 2.

⁷¹⁵ Ibidem JLF - EV III, p. 268v.

⁷¹⁶ Ibidem CG, nº 1418 (1899 Set.12), p. 3.

Durante os finais do século XVIII e princípios do século XIX eram concedidas provisões, dando autorização para se “*edificar na muralha*”, o que nos mostra que esta deixara há muito de ter qualquer valor⁷²⁰. João Lopes de Faria fala-nos mesmo de restos de uma viela que existiria entre a traseira das casas da Rua da Fonte Nova e o Muro, que seria propriedade do Concelho⁷²¹.

Em Outubro de 1818 foi posto a lanços o conserto da rua de Gatos e Quatro Olhos, sendo entregue a Costódio de Moreira, mestre pedreiro, por 35\$220 réis quebrar a pedra e pôr a calçada capaz⁷²².

Em 15 de Dezembro de 1832 foi posto a pregão (3º dia) o conserto das calçadas e ruas desde a Ponte de Santa Luzia, Rua da Fonte Nova e largo ao pé do Chafariz do Toural, mas não houve lançadores, segundo nos diz João Lopes de Faria⁷²³.

Só muito tempo mais tarde temos novamente notícia desta rua, quando em 1858 a imprensa nos anuncia, que andaram zeladores da Câmara a picar as pedras escorregadias à entrada da rua⁷²⁴.

Começa-se também a realçar a falta de iluminação, referindo-se que é bastante frequentada e que portanto merece também ter um lampião⁷²⁵. Neste mesmo ano de 1859 queixam-se os moradores de que a Câmara conservava naquele local um estendal de pedras, que tinham sido destinadas a um conserto que não se tinha chegado a concretizar, e que agora estorvavam bastante o trânsito⁷²⁶.

Em 1873 esta muda de toponímia e transforma-se numa grande rua, aglutinando três ruas: a da Fonte Nova (também conhecida como Rua de Mata Diabos), a dos Palheiros (ou rua de Santo António dos Palheiros), e a do Campo Santo, que se passam a chamar “Rua Nova de Santo António”, por ordem do Administrador do Concelho Dr. Jerónimo Pereira de Magalhães e Couto. Esta denominação foi confirmada pelo Governo Civil do Distrito em 2 de setembro de 1873⁷²⁷.

Em sessão a Câmara de 17 e Dezembro de 1874 foi arrematada a obra da mudança do tanque do Largo do Carmo para a Rua Nova de S. António. Este tanque

⁷²⁰ Ibidem JLF - *EV I*, p. 229.

⁷²¹ Ibidem JLF - *EV II*, p. 232v.

⁷²² Ibidem JLF - *VOC I*, p. 194.

⁷²³ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 243v.

⁷²⁴ Ibidem *TG*, nº 203 (1858 Set.17), p. 4.

⁷²⁵ Ibidem *TG*, nº 241 (1859 Jan.28), p. 4.

⁷²⁶ Idem *V*, nº 17 (1859 Set.8), p. 3.

⁷²⁷ Ibidem JLF - *EV III*, p. 118.

que em 1927 foi mudado para mais abaixo, alguns passos a sul, teve que levar uma nova cruz a encimar a coroa das armas, feita de novo, e ligeiramente diferente da anterior⁷²⁸.

Esta rua vai ganhando importância, e, cinco anos depois, principia-se a colocação no muro pertencente ao Dr. Manuel Bernardino de Araújo Abreu, do Passo da Paixão que estava no Largo da Misericórdia, próximo da cadeia da correição⁷²⁹.

Mas parte desta rua de grande movimento estava ainda por calçetar em Agosto de 1886 e encontrava-se bastante arruinada dificultando o trânsito, principalmente aos trens⁷³⁰, o que levou a Câmara a mandar reconstruir a sua calçetaria pouco tempo depois⁷³¹. No ano seguinte, em sessão da Câmara de 27 de Abril, foi aprovado o projecto e orçamento da reconstrução de 90 metros de passeio⁷³², obra que foi arrematada em Maio, por 89\$000⁷³³.

Como rua de grande movimento, que era, tinha a habitá-la um variado tipo de gente e é curiosa a notícia, que a imprensa refere, que “*o senhor administrador do concelho tem mandado intimar grande número de mulheres, que se lhe tornem suspeitas, para se inscreverem no registo das toleradas*” mencionando uma casa na Rua de Santo António⁷³⁴.

Em finais do século XIX existia nesta rua um oratório, cujo Cristo foi roubado em 1889⁷³⁵.

Foi em 18 de Novembro de 1890 que a Câmara deliberou que o tanque existente no largo do Carmo fosse mudado para a Rua Nova de Santo António⁷³⁶, sendo a obra arrematada em Dezembro desse ano, por 109\$000 réis⁷³⁷. Em 1891 este foi instalado, embora fosse diminuído ligeiramente em relação ao seu tamanho anterior⁷³⁸. A Comissão Municipal decidiu, em sessão de 25 de Fevereiro, proceder à sua limpeza, pagando a parte correspondente da despesa à Venerável Ordem Terceira de S. Domingos, que era interessada na respectiva água⁷³⁹. Foi ainda, em sessão de 4 de Março, deliberado que o Presidente ficasse autorizado a assinar o competente termo,

⁷²⁸ Ibidem JLF - EV IV, p. 262.

⁷²⁹ Ibidem JLF - EV I, p. 260v.

⁷³⁰ Ibidem CG, nº 204 (1886 Ago.12), p. 3.

⁷³¹ Ibidem CG, nº 240 (1886 Dez.30), p. 2.

⁷³² Ibidem CG, nº 271 (1887 Maio 2), p. 2.

⁷³³ Ibidem CG, nº 277 (1887 Maio 26), p. 2.

⁷³⁴ Ibidem CG, nº 301 (1887 Ago.25), p. 2.

⁷³⁵ Ibidem CG, nº 447 (1889 Mar.18), p. 3.

⁷³⁶ Ibidem JLF - EV IV, p. 166.

⁷³⁷ Ibidem CG, nº 616 (1890 Dez.22), p. 2.

⁷³⁸ Ibidem JLF - EV IV, p. 322.

pelo qual a Comissão Municipal se obrigava a remover o tanque construído na rua nova de Santo António, que se encontrava encostado ao muro de António Martins Pinto da Cunha e António José de Abreu Campo Santo, ou a indemnizá-los do prejuízo que estes sofreram com a construção do referido tanque⁷⁴⁰. Ainda em sessão da Comissão Municipal de 16 de Dezembro de 1891, resolveu-se que na rua Nova de Santo António se fizesse a obra, que se julgasse necessária, a fim de que os escorros de água do tanque não corressem pelos passeios e pelo leito da mesma rua⁷⁴¹.

Entretanto procura-se melhorar a iluminação da rua e em Janeiro de 1894 a imprensa notícia, que as antigas braçadeiras de iluminação da rua de Santo António, cravadas nos prédios, foram substituídas por colunatas nas “arestas” dos passeios, aumentando a iluminação da rua⁷⁴².

Em finais do século, em Julho de 1897, foi demolido o Passo da Paixão, que se encontrava nessa rua⁷⁴³. Entretanto a Muralha continua a estorvar, e em sessão de 23 de Dezembro de 1898 resolveu-se conceder licença a Raul Germano Brandão, António Martins Pinto da Cunha e D. Francisca Felismina de Almeida para construírem no muro, na rua Nova de Santo António, conforme o alinhamento, que lhe foi marcado, pagando o valor dos terrenos, que lhes foram concedidos, conforme a avaliação feita por peritos⁷⁴⁴.

Também aqui chegavam os incêndios, como o que se registou na casa do António José de Arantes, o fogueteiro⁷⁴⁵. Mas em 1900 há uma inovação que tem honras de jornais. É a nova iluminação a gás acetileno, inaugurada em Outubro, no estabelecimento da firma António da Costa Guimarães, Filhos e C^a, situada nesta rua, e com depósito de tecidos de linho e algodão da sua fábrica a vapor do Castanheiro⁷⁴⁶.

Em sessão de 25 de Abril de 1906 recebe-se um ofício do Director das Obras Públicas do distrito, autorizando a Câmara a mandar proceder à construção dos passeios e calcetamento da rua, conforme o já solicitado⁷⁴⁷. Mas ainda em finais deste ano já se fala na aquisição pelo Município do palacete de José Martins Minotes, para nele se

⁷³⁹ Ibidem CG, nº 632 (1891 Mar.2), p. 2.

⁷⁴⁰ Ibidem CG, nº 634 (1891 Mar.9), p. 2.

⁷⁴¹ Ibidem CG, nº 708 (1891 Dez.21), p. 2.

⁷⁴² Ibidem CG, nº 902 (1894 Jan.22), p. 2.

⁷⁴³ Ibidem JLF - EV III, p. 52v.

⁷⁴⁴ Ibidem CG, nº 1341 (1898 Nov.25), p. 2.

⁷⁴⁵ Ibidem CG, nº 1516 (1900 Set.18), p. 2.

⁷⁴⁶ Ibidem CG, nº 1525 (1900 Out.19), p. 2.

⁷⁴⁷ Ibidem CG, nº 2063 (1906 Abr.15), p. 2.

implantarem diversas repartições públicas, entendendo-se que a primeira a instalar deveria ser a Câmara por o seu edifício ser antigo, acanhado e até pela própria vizinhança que o cerca⁷⁴⁸. E realmente, em sessão de 12 de Fevereiro de 1908, a Câmara decide arrendar a Casa de José Martins Queirós Minotes, com o fim de servir para a instalação das escolas do sexo masculino⁷⁴⁹. E até à República não tornamos a ver qualquer notícia relacionada com esta via. A muralha foi sendo demolida pontualmente por particulares, embora as referências sejam raras. Mas no Estado Novo existiam ainda partes visíveis do muro.

A **rua dos Palheiros** ou Rua de Santo António dos Palheiros circundava, por fora, parte da muralha da cidade. Já em 1788 a Câmara fixou editais para quem quisesse reclamar contra a mercê, que o rei fez à Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, que requeria que lhe fosse concedida a pedra dos Muros no sítio dos Palheiros, e a Torrinha da Frieiria, que se encontrava arruinada, e terminado o prazo ninguém reclamou, diz-nos João Lopes de Faria⁷⁵⁰. Esta pedra interessava não só a instituições, mas também a particulares. Assim, em finais do século XVIII, já a muralha se achava bastante deteriorada e por vezes havia mesmo pequenas derrocadas.

Assim, em sessão da Câmara de 1 de Junho de 1789, o Presidente Juiz de Fora autoriza João Machado de Melo a aproveitar da pedra que tinha caído do Muro, que confrontava com as suas casas para a rua de Santo António dos Palheiros, pois era necessário retirar-se a pedra da rua pública e desembaraçar a passagem⁷⁵¹. É praticamente nesta época que começa a destruição da muralha que passava na rua da Fonte Nova e da qual nada resta nos nossos dias.

Esta rua já era uma rua secundária de Guimarães e por isso só tornamos a ter notícias dela aquando do plano de “melhoramentos” do Eng. Almeida Ribeiro, que na folha 3 dizia: “[...] *A Rua de Santo António, melhorada segundo o projecto, ficará sendo uma boa comunicação da Rua da Fonte Nova para a parte alta da Cidade.*[...]”⁷⁵².

⁷⁴⁸ Ibidem CG, nº 2120 (1906 Dez.14), p. 1.

⁷⁴⁹ Ibidem CG, nº 2240 (1908 Mar.3), p. 1.

⁷⁵⁰ Ibidem JLF - EV IV, p. 88.

⁷⁵¹ Ibidem JLF - VOC II, p. 170, 174v.

⁷⁵² Ibidem MAO.

Na sessão realizada no dia 7 de Julho de 1869 a Comissão de Melhoramentos resolveu aproveitar todo o projecto do Eng. Almeida Ribeiro e proceder aos “melhoramentos” propostos para a Rua Nova de Santo António⁷⁵³.

É em 4 de Agosto de 1873 que, segundo João Lopes de Faria, o Administrador do Concelho, Dr. Jerónimo Pereira de Magalhães e Couto, ordena que as três ruas da Fonte Nova, dos Palheiros e do Campo Santo, passassem a denominar-se “Rua Nova de Santo António”, sendo esta denominação confirmada pelo Governo Civil do Distrito em 2 de Setembro de 1873⁷⁵⁴.

Em 1909 queixa-se a imprensa de que esta rua está num estado deplorável, necessitando de grandes “melhoramentos”, pois que se tornara uma rua de grande movimento⁷⁵⁵, e deixamos de ouvir falar dela.

A **Rua do Campo Santo** era uma rua fora das muralhas, que ligava os Palheiros ao Convento dos Capuchos. Aqui se situava o Campo Santo, o Cemitério Municipal, que, segundo João Lopes de Faria, pertencia à Misericórdia.

Praticamente não temos notícia desta rua até 1873, quando o Administrador do Concelho, determina que as ruas do Campo Santo, Palheiros e Fonte Nova se passem a denominar “Rua Nova de Santo António”⁷⁵⁶. Com a mudança do cemitério para Atouguia, ela perde grande parte da importância que tinha.

Do **Caminho para os Castanheiros** apenas temos notícias em finais do século XIX, quando a imprensa local nos diz que a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 5 de Janeiro de 1898, resolveu que no caminho, que de cima da rua nova de Santo António vai para a freguesia de S. Pedro de Azurém, seja construída uma valeta de calcetaria para a condução das águas vindas dos prédios superiores, já orçada em 23\$400 réis⁷⁵⁷. Era ainda um caminho rural, que saía da cidade para uma freguesia concelhia. Em 1900, em sessão da Câmara de 9 de Maio, já é aprovado melhoramento no caminho municipal da Rua Nova de Santo António ao lugar dos Castanheiros⁷⁵⁸ e em 11 de Abril de 1906 o Abade de Tagilde, Presidente da Câmara, apresenta uma proposta

⁷⁵³ Ibidem MAO.

⁷⁵⁴ Ibidem JLF - EV III, p. 118.

⁷⁵⁵ Ibidem CG, nº 2357 (1909 Maio 18), p. 2.

⁷⁵⁶ Ibidem JLF - EV III, p. 118.

⁷⁵⁷ Ibidem CG, nº 1258 (1898 Jan.10), p. 2.

sobre “melhoramentos” do concelho, onde inclui a estrada vicinhal de ligação da rua de Santo António com a estrada distrital nº 17. Pensava ele que, alargando este arruamento se poderia aproveitar as suas margens para a construção de habitações.

Algum tempo mais tarde, em sessão de 26 de Março de 1908, a Câmara delibera anunciar a arrematação da obra de alteamento da estrada que da rua de Santo António liga com a estrada real nº 17, próximo do rio dos Castanheiros, sob base de licitação de 290\$000 réis⁷⁵⁹.

Notamos que esta rua começa a ser importante como meio de comunicação da cidade com o exterior, mas não será ainda durante esta época que ela atingirá o seu pleno desenvolvimento.

A **Rua de Santa Luzia** foi, desde tempos bastante recuados, uma rua bastante importante, pois era uma das saídas da vila, a que se dirigia para Braga. Foi em Janeiro de 1657, que, segundo João Lopes de Faria, a Câmara determinou que à fonte de Santa Luzia, que andava a fazer-se de 16 palmos de largo, se lhe acrescentasse mais um palmo⁷⁶⁰. Era uma rua bastante habitada, como podemos ver pela determinação da vereação de 16 de Outubro de 1802, que limitava o número de tabernas da vila, pois “*ocupam muita gente que pode ser útil e corrompem muitos artistas*”, fixa o número de tabernas de S. Bento a Santa Luzia em duas. Tinha oratório, lavadouros e os seus habitantes tinham costumes e tradições próprias⁷⁶¹.

Em Outubro de 1815 foi posto a lanços a feitura da calçada da Rua de Santa Luzia, sendo entregue a Luís José Fernandes a braça a 1\$100 réis, com a condição de a iniciar imediatamente sob pena de prisão⁷⁶².

Em 1840 estava novamente em reparação a sua calçada, mandando a Câmara “*continuar a consertar as ruas da vila pelos calcetas e pedreiros que vos costumam acompanhar e meter mais obreiros com eles para se concluir a composição da rua de Santa Luzia, até à esquina da casa de José Martins da Costa, e da Fonte Nova*”⁷⁶³.

⁷⁵⁸ Ibidem CG, nº 2130 (1907 Jan.25), p. 1-2.

⁷⁵⁹ Ibidem CG, nº 2249 (1908 Abr.10), p. 2.

⁷⁶⁰ Ibidem JLF - EV I, p. 81.

⁷⁶¹ Ibidem JLF - EV IV, p. 45v.

⁷⁶² Ibidem JLF - VOC II, p. 413v.

⁷⁶³ Ibidem JLF - VOC I, p. 256.

Em 1854 principiava-se a demolir a Torre de S. Bento, o que levou a que se decidisse expropriar algumas casas junto a S. Bento, para se fazer a rua de comunicação com Santa Luzia, segundo um orçamento de 500\$000 réis⁷⁶⁴.

Em sessão da Câmara de 1864 decidiu-se representar sobre a directriz da estrada de Braga por Santa Luzia⁷⁶⁵.

Na sessão da Comissão de Melhoramentos de 7 de Julho de 1869 propôs-se a construção da projectada Rua da Porta de Santo António até à capela do Picoto, aumentando-a com duas rampas para a rua de Santa Luzia. Em 13 de Julho de 1869 a mesma Comissão propôs escolher para a construção do Matadouro Público o terreno situado do lado de cima da Rua de Santa Luzia por aí haver água limpa, que se podia aumentar com depósitos e ficar perto da cidade, e na qual, dado o seu declive, não se tornavam possíveis arruamentos⁷⁶⁶, mas esta proposta não chegou a ser concretizada.

Em Outubro de 1877 a imprensa diz-nos, que está concluída a reconstrução da calçetaria da rua de Santa Luzia, mas que era indispensável que a Câmara fizesse cumprir a postura, que mandava recolher as águas das beiras dos telhados em canos e conduzi-las ao cano geral da água, para que a rua não ficasse em breve novamente intransitável⁷⁶⁷.

Nesta rua, como no Campo da Feira realizavam-se grandiosos e animados festejos pelo S. João. Em sessão de 12 de Junho de 1889, a Comissão Municipal defere o requerimento da Comissão dos Festejos do S. João na rua de Santa Luzia, pedindo licença para iluminar as margens do rio, e construir um coreto para tocar uma banda de música.

Em 8 de Janeiro de 1902 a Câmara delibera dar à rua de Santa Luzia o nome de Francisco Agra, um político vimaranense assassinado pouco tempo antes⁷⁶⁸. Ainda neste mesmo ano a Câmara delibera promover a troca da Capela do antigo cemitério pela de Santa Luzia, ficando, todavia, sempre com o encargo do legado de venerar a imagem do Senhor da Boa Morte⁷⁶⁹.

Em sessão de 18 de Fevereiro de 1903, diz-nos João Lopes de Faria, que o Presidente Joaquim José de Meira expôs à Câmara que, devido à deliberação tomada em

⁷⁶⁴ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 453v.

⁷⁶⁵ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 235, 459v.

⁷⁶⁶ Ibidem MAO.

⁷⁶⁷ Ibidem *RP*, n° 50 (1877 Out.17), p. 2.

⁷⁶⁸ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 159A; Ibidem JLF - *EVI*, p. 28v; Ibidem *CG*, n° 1646 (1902 Jan.21), p. 1.

sessão ordinária do dia 22 de Outubro, julgou conveniente a demolição da Capela de Santa Luzia, para fazer o melhoramento da rua. Referiu que já tinha oficiado à Colegiada, em 8 de Janeiro do referido ano, a quem esta capela pertencia, propondo-lhe a sua troca pela capela que existia no cemitério do Campo Santo. O D. Prior apresentou-lhe as condições com que o Cabido aceitava a troca proposta e o Presidente colocou-a à apreciação da Câmara: 1ª Que as imagens da capela de Santa Luzia ficavam a pertencer ao Cabido; 2ª Que a Capela de Santa Luzia se conservaria aberta ao culto, enquanto no local e na capela do Campo Santo se não fizerem as obras necessárias, e que a capela de Santa Luzia seria demolida entre os primeiros 8 dias depois da transladação das suas imagens, tendo-se previamente obtido a competente autorização do ordinário; 3º Que as obras a que se referia a condição antecedente, seriam as seguintes: terraplanar o dito Campo Santo e demolir os seus muros, e conserto dos telhados de toda a capela e sacristia, o conserto do pavimento da capela mor e da sacristia, e a caiadura de toda a capela e sacristia.

A Câmara aceitou as condições e deliberou autorizar o Presidente a reduzi-las a termo para todos os fins e efeitos legais. Mais tarde, em sessão de 1 de Abril de 1903, foi lido o ofício do Governador Civil, comunicando que por ofício da 2ª Repartição da Direcção Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Reino, lhe foi participado haver sido autorizada a troca a que se referia a deliberação da Câmara tomada em sessão de 18 de Fevereiro e inteirado, autoriza o Presidente a celebrar com o Cabido o respectivo termo de contrato⁷⁷⁰. E diz-nos ainda que em Março de 1903 foi aprovada pelo Ministério do Reino a deliberação da Câmara, referente à troca da capela de Santa Luzia, para demolir, pela do antigo Campo Santo, com o Cabido⁷⁷¹.

De facto, a igreja de Santa Luzia não chegou a ser demolida, tendo-se, no entanto, perdido a do Campo Santo.

Entretanto, em Fevereiro de 1904 é levado para a Igreja de Azurém o Senhor dos Passos, a bonita imagem de roca que ainda existe, e cujo oratório, localizado na embocadura da Rua do Picoto, tinha sido demolido⁷⁷².

E em 1907 é calcetado o largo que da Rua de Santa Luzia dá às escadas do Picoto, que também são feitas nesta altura, e cuja íngreme e arruinada calçada se subia

⁷⁶⁹ Ibidem JLF - *EV IV*, p. 62v.

⁷⁷⁰ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 167Av.

⁷⁷¹ Ibidem JLF - *EVI*, p. 320v.

com grande dificuldade⁷⁷³. Também em Fevereiro do ano seguinte foi desfeito o tanque, que estava defronte da capela de Santa Luzia, abaixo do solo, sendo atolado e nivelado o local onde existiu⁷⁷⁴.

Rua do Picoto. Lê-se nos manuscritos de João Lopes de Faria que, em 17 e Abril de 1826 casou António Ribeiro da Costa com uma filha do “*Brasileiro do Picouto*”⁷⁷⁵, que aí morava.

Em 1863 escrevia o Eng. Almeida Ribeiro na folha 3 da Planta de Guimarães: “*O principal melhoramento desta folha é sem dúvida a rua que com 10 metros de largura projectei da Rua da Porta de Santo António para o Alto do Picoto. Esta rua ainda que não seja continuada até Santa Luzia ficará sendo uma das melhores e das mais bem colocadas de Guimarães. Com a execução deste projecto fica inutilizado o pequeno terreiro junto à Porta de Santo António e actual rua do Picoto*”⁷⁷⁶.

Em 7 de Julho de 1869 reuniu-se uma Comissão de Melhoramentos, encarregada de analisar as propostas do Eng. Almeida Ribeiro e de fazer novas propostas. Esta decidiu construir a projectada Rua da Porta de Santo António até à capela do Picoto, aumentando-a com duas rampas para a rua de Santa Luzia⁷⁷⁷, mas este melhoramento não chegou a ser concretizado⁷⁷⁸.

Em Janeiro de 1896 a Câmara mandou fazer o projecto e orçamento da obra do melhoramento da rua do Picoto até entroncar na rua de Santo António, o que, segundo a imprensa, “*é uma obra bem precisa e de grande utilidade para a cidade alta*”⁷⁷⁹. Em 7 de Outubro do mesmo ano a Câmara deliberou aprovar o projecto de alargamento da rua do Picoto, organizado pelo Conductor de Obras António Martins Ferreira⁷⁸⁰.

Foi em 1907 que foram feitas as escadas de subida para a Rua do Picoto e calçetado o largo das mesmas, junto à Rua de Santa Luzia⁷⁸¹.

⁷⁷² Ibidem JLF - EV I, p. 183v.

⁷⁷³ Ibidem JLF - EV IV, p. 322.

⁷⁷⁴ Ibidem JLF - EV I, p. 132v.

⁷⁷⁵ Ibidem JLF - EV II, p. 47.

⁷⁷⁶ Ibidem MAO, p. 14-16.

⁷⁷⁷ Ibidem MAO.

⁷⁷⁸ Ibidem MAO.

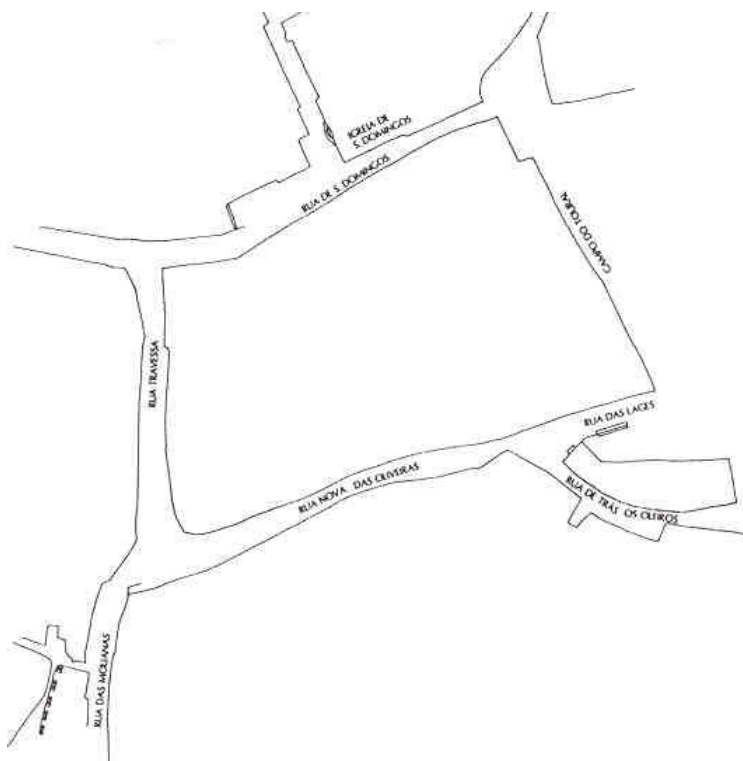
⁷⁷⁹ Ibidem CG, nº 1083 (1896 Jan.27), p. 2.

⁷⁸⁰ Ibidem CG, nº 1145 (1896 Out.8), p. 2.

⁷⁸¹ Ibidem JLF - EV IV, p. 322.

A **viela dos Bimbais**, uma viela que liga a Rua de Santa Luzia aos Campos do Proposto, não é uma das ruas mais importantes da cidade. Em 1857 a imprensa periódica pede para que esta viela seja mais vigiada, uma vez que se praticam ali “*actos torpes e indecentes durante a noite*”, e pensa que poderia ser evitado com duas cancelas⁷⁸².

Em 1863 o Eng. Almeida Ribeiro propõe a construção de uma rua que ligue a Praça do Mercado a Santa Luzia, com um traçado próximo da viela dos Bimbais, o que realmente acabou por se concretizar⁷⁸³.



Rua Travessa Foi em Junho de 1818 que se determinou que fosse reformada a calçada da rua de Trás do Muro, uma parte da calçada da Rua de Entre os Regatos e outra parte da Rua Travessa e sendo posto a lanços, o maior foi de 600 réis por braça, oferecido por António Gonçalves pedreiro de S. Jorge de Selho, com obrigação de iniciar imediatamente a obra.

Em Dezembro de 1858, por deliberação da Câmara, foi retirado o cruzeiro da Rua Travessa e, segundo a imprensa local, foi cedido aos habitantes da freguesia de S.

⁷⁸² Ibidem TG, nº 57 (1857 Mar.24), p. 4.

Miguel de Creixomil, para o colocarem de novo nas proximidades da sua igreja, em lugar mais próprio do que aquele em que se encontrava. Mas a obra ficou incompleta, ficando ainda algumas pedras, que serviam de base ao cruzeiro o que levou a imprensa a pedir que se lhes desse um destino⁷⁸⁴.

Em 1863 o Eng. Almeida Ribeiro na folha 9 da sua Planta referia assim os “melhoramentos” a fazer: “*Nesta folha projectei melhoramentos na rua das Nova Oliveiras e na Rua Travessa. Na primeira conservei a curva do lado norte e dei à rua uma largura constante de 9 metros. Na Rua Travessa prolonguei o alinhamento do Convento das Dominicadas até à Rua de D. João I, e tracei do lado oposto, à distância de 8,75 metros, uma paralela a este alinhamento*”⁷⁸⁵.

A reconstrução desta rua foi à praça no dia 7 de Dezembro de 1881, e, não tendo aparecido licitantes, resolveu a Câmara Municipal que ela voltasse novamente à praça no dia 14⁷⁸⁶. Decidiu-se ainda que se procedesse à feitura dos dísticos e dos números das ruas, a que tinha sido dada nova designação⁷⁸⁷.

Em sessão da Câmara de 17 de Dezembro de 1884 foi arrematada a obra de reconstrução desta rua por José Francisco Fernandes⁷⁸⁸.

Entretanto, a Comissão Municipal delibera, por proposta do vereador Eduardo de Almeida, em 29 de Setembro de 1892: que a rua de Santa Rosa de Lima, e antes rua Travessa das Oliveiras, passe a designar-se de S. Sebastião; a de S. Sebastião, antes Trás os Oleiros, seja Travessa de Camões e que o Largo de S. Sebastião, junto à Praça de D. Afonso Henriques tenha também esta designação; que por causa das obras a efectuar-se com a demolição da igreja de S. Sebastião, os mercados de cereais, que aos sábados se efectuavam no largo de S. Sebastião e no Campo do Toural, passassem interinamente para a Praça de D. Afonso Henriques, estabelecendo-se um e outro mercado nas extremidades da dita praça. E que para evitar a invasão do povo até próximo das grades que circundam a estátua ali levantada, sejam nos dias de mercado colocados postes a três metros de distância das referidas grades, colocando-se por estes postes um arame⁷⁸⁹.

⁷⁸³ Ibidem MAO, p. 16.

⁷⁸⁴ Ibidem TG, (1858 Dez.17).

⁷⁸⁵ Ibidem MAO.

⁷⁸⁶ Ibidem RP, nº 3 (1881 Dez.14), p. 2.

⁷⁸⁷ Ibidem JLF - VOC II, p. 154.

⁷⁸⁸ Ibidem RP, nº 4 (1881 Dez. 17), p. 4.

⁷⁸⁹ Ibidem JLF - EV III, p. 298v; Ibidem VG, nº 22 (1911 Maio 3), p. 3; Ibidem CG, nº 780 (1892 Out.3), p. 2.

Fazem-se obras na Rua de S. Sebastião e em 2 de Março de 1893 a Comissão Municipal, em sessão de 1 de Março, resolve o requerimento de António José de Freitas, pedindo para ser indemnizado dos prejuízos que sofreu no seu prédio com o rebaixamento da rua de S. Sebastião, antiga rua de Santa Rosa de Lima⁷⁹⁰.

Foi em 4 de Janeiro de 1900, que a Câmara resolveu mandar pôr os dísticos da Praça D. Afonso Henriques e a numeração dos respectivos prédios, bem como os dísticos da Rua de S. Sebastião e Travessa de Camões⁷⁹¹.

O Convento das Dominicicas situava-se nesta rua. Foi em Setembro de 1805, que o mestre pedreiro Tomé Pereira Lopes arrematou por 60\$000 réis a construção do tanque encostado à sacristia das Dominicicas⁷⁹².

Em Janeiro de 1882 resolveu-se representar ao Parlamento, pedindo que fosse concedido à Junta de Paroquia da freguesia de S. Sebastião a igreja do Convento de Santa Rosa de Lima com as suas pertenças, para que esta possa substituir a paroquial e se possa demolir a de S. Sebastião⁷⁹³, o que realmente aconteceu. Em 26 de Março de 1883 o Dr. Bernardino Machado, deputado por Braga, apresentou na Câmara dos Deputados um projecto de lei tendente a conceder à Sociedade Martins Sarmiento, para estabelecimento da sua biblioteca particular e pública, o edifício, cerca e mais pertenças do Convento das Dominicicas⁷⁹⁴. Ainda em Março de 1883 a Associação Comercial assinou uma representação ao Rei, pedindo a concessão do Convento das Dominicicas para a Confraria do Santíssimo Coração de Jesus, a qual foi apresentada em sessão da Câmara dos Deputados de 5 de Junho seguinte⁷⁹⁵.

Paralelamente, a Câmara pediu também o Convento para repartições públicas⁷⁹⁶.

Em Janeiro de 1888 é dada uma Provisão do Arcebispo de Braga, autorizando a transferência provisória da paróquia de S. Sebastião para a Igreja das Dominicicas⁷⁹⁷.

Em 9 de Março de 1888 faleceu Madre Joaquina Carolina de Santa Rosa, última religiosa do Convento de Santa Rosa de Lima, natural de Fonte Arcada, concelho de Póvoa de Lanhoso. Contava 72 anos, estando professora há 56 e ficando assim extinto

⁷⁹⁰ Ibidem *CG*, nº 820 (1893 Mar.2), p. 2.

⁷⁹¹ Ibidem *JLF - EVI*, p. 71v.

⁷⁹² Ibidem *JLF - VOC II*, p. 147.

⁷⁹³ Ibidem *RP*, nº 21 (1882 Fev.18), p. 2.

⁷⁹⁴ Ibidem *JLF - EVI*, p. 301.

⁷⁹⁵ Ibidem *JLF - EVI*, p. 313.

⁷⁹⁶ Ibidem *JLF - VOC II*, p. 246.

o convento. Foi sepultada no cemitério municipal⁷⁹⁸. Imediatamente a imprensa noticia, que, achando-se vago o convento de Santa Rosa de Lima pelo falecimento da última freira, a Câmara julgou conveniente que a Comissão Municipal representasse ao Governo, não só a pedir o edifício para nele estabelecer quaisquer repartições a seu cargo, tais como dos expostos, conservatória, tribunal judicial, etc., mas também a reforçar a representação da Junta de Paroquia de S. Sebastião em que pedia a concessão da igreja do referido convento, para nela estabelecer a sede da dita paroquia. Em 1886 o deputado por Guimarães, Wenceslau de Sousa Pereira de Lima, apresentou na repartição respectiva um projecto de lei, para que, por falecimento da última religiosa dominicana de Santa Rosa de Lima, fosse concedido o edifício do convento com cerca e mais pertenças à Confraria do Santíssimo Coração de Jesus, para nele estabelecer escolas e oficinas, em que ministrasse instrução às crianças pobres de Guimarães e seus arredores, caducando esta concessão, quando a confraria deixasse de dar ao convento e suas dependências o fim para que era concedido⁷⁹⁹. O Visconde do Paço de Nespereira concordou quanto ao pedido do convento e foi de opinião contrária quanto à última parte⁸⁰⁰. Em Março de 1888 o sr. Ramos, oficial da Repartição de Fazenda do Distrito, veio de Braga para proceder ao inventário do convento de Santa Rosa de Lima⁸⁰¹. No dia 22 deste mês, todo o pessoal secular e senhoras que estavam no convento das Dominicás, extinto em 9 Março⁸⁰², saiu por sua livre vontade⁸⁰³ e a Câmara Municipal deliberou representar novamente ao governo, pedindo a concessão do convento das Dominicás para serviços públicos, designadamente para o hospício-asilo dos expostos e filhos de pessoas miseráveis, que, por nova legislação, era obrigada a sustentar com oficinas de trabalho industrial para aprendizagem⁸⁰⁴.

Em Junho de 1888 é apresentado um projecto de lei, assinado pelo Ministro da Fazenda Mariano Cirilo de Carvalho, para a concessão do Convento das Dominicás à Junta de Paróquia de S. Sebastião, para na igreja dele instalar a sede da sua freguesia⁸⁰⁵.

⁷⁹⁷ Ibidem JLF - *EVI*, p. 85v.

⁷⁹⁸ Ibidem JLF - *EVI*, p. 249; Ibidem CG, nº 351 (1888 Mar.12), p. 2.

⁷⁹⁹ Ibidem JLF - *EVI*, p. 242v.

⁸⁰⁰ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 161Av.

⁸⁰¹ Ibidem CG, nº 352 (1888 Mar.15), p. 2.

⁸⁰² Ibidem JLF - *EVI*, p. 283.

⁸⁰³ Ibidem CG, nº 354 (1888 Mar.22), p. 2.

⁸⁰⁴ Ibidem CG, nº 354 (1888 Mar.22), p. 2.

⁸⁰⁵ Ibidem JLF - *EV II*, p. 263.

Finalmente a imprensa noticia em 28 de Junho de 1888, que o projecto de lei, que inclui a concessão do Convento das Dominicicas para a Junta de Paroquia de S. Sebastião, “*devido à zelosa intervenção do snr. Dr. Franco Castello Branco, e ao bom senso do ministro da Fazenda, já tem o parecer favorável da respectiva commissão.*”

*Eis o projecto e o parecer: [...] 3º Á junta de parochia da freguesia de S. Sebastião da cidade de Guimarães o edificio do extincto convento de Santa Rosa de Lima, para ali instalar a igreja matriz, permitindo a qualquer confraria ou irmandade o exercicio do culto divino em altar ou altares, ora existentes na igreja”*⁸⁰⁶.

Mas o convento encontrava-se em muito más condições e em 3 de Agosto desse ano desaba parte do telhado da igreja das Dominicicas. Diz João Lopes de Faria, que “*parece que foi de propósito dos irmandadeiros para melhor e sem demora conseguirem do governo doação da igreja para a Irmandade de Santo António*”⁸⁰⁷, e a imprensa apressa-se a pedir para que o governo tome providências antes que as ruínas se apoderem dele⁸⁰⁸. Em Setembro mandou-se abater a abóbada da igreja de Santa Rosa de Lima, devido a ameaçar ruína⁸⁰⁹, e começa também o leilão dos móveis do Convento, embora já se notasse a falta dos melhores⁸¹⁰.

É de Junho de 1889 o decreto, concedendo provisoriamente a igreja das Dominicicas à Irmandade de Santo António⁸¹¹, cuja mesa da Irmandade toma posse em 1 de Agosto de 1889⁸¹². Mas a igreja encontrava-se em tão mau estado, que foi necessário fazer obras, e nas quais se gastou uma quantia superior a um conto de réis, abrindo-se depois a igreja ao culto⁸¹³.

Em 24 de Maio de 1890 é apresentado na Câmara dos Deputados um projecto de lei, tendo por fim anular o decreto de 19 de Junho de 1889 e conceder à Câmara Municipal a igreja do Convento de Santa Rosa de Lima. Foi o Deputado Artur Alberto Campos Henriques, ex-delegado do Partido Republicano em Guimarães, quem apresentou este projecto, que concedia ao Município o edificio, cerca e casa do capelão

⁸⁰⁶ Ibidem CG, nº 379 (1888 Jun.28), p. 2.

⁸⁰⁷ Ibidem JLF - EV III, p. 115.

⁸⁰⁸ Ibidem CG, nº 388 (1888 Ago.9), p. 2.

⁸⁰⁹ Ibidem CG, nº 395 (1888 Set.3), p. 2.

⁸¹⁰ Ibidem JLF - EV III, p. 267, 268v; Ibidem CG, nº 399 (1888 Set.17), p. 2.

⁸¹¹ Ibidem JLF - EV II, p. 280, 312v; Ibidem JLF - EV III, p. 82v.

⁸¹² Ibidem CG, nº 481 (1889 Ago.1), p. 2.

⁸¹³ Ibidem JLF - EV II, p. 65.

do dito convento, com o objectivo de colocar no edifício as repartições públicas, que fossem convenientes, e poder ceder a igreja à Junta Paroquial de S. Sebastião⁸¹⁴.

Em 13 de Agosto de 1890 foi aprovado na Câmara dos Deputados o projecto de lei apresentado em 24 de Maio de 1890, concedendo à Câmara o Convento de Santa Rosa de Lima e suas dependências com um aditamento concedendo à Irmandade de Santo António o altar lateral e ante-sacristia⁸¹⁵.

Em 28 de Março de 1892 o Par do Reino Hintze Ribeiro apresenta em sessão o parecer da comissão da Fazenda sobre o projecto de lei que concedia à Câmara Municipal o convento e igreja das Dominicis⁸¹⁶, sendo publicado, finalmente, em Maio de 1892 o Decreto cedendo à Câmara Municipal o convento das Dominicis⁸¹⁷. Assim, com a carta de lei de 19 de Abril e decreto de 12 de Maio de 1892 é concedida à Câmara Municipal a igreja para nela se estabelecer a sede da paróquia de S. Sebastião, tendo a Irmandade de Santo António reservado para si o altar de Nossa Senhora da Graça e S. Roque, lado da epístola⁸¹⁸.

É a 30 de Julho desse mesmo ano, que a Câmara faz escritura de cedência da Igreja das Dominicis à Junta de Paróquia de S. Sebastião, para aí transferir a sua sede⁸¹⁹, sendo a Provisão do Arcebispo autorizando a transferência definitiva da Paróquia de S. Sebastião, conforme a Câmara lhe requereu, de 5 de Agosto de 1892⁸²⁰.

O Convento passou a propriedade da Câmara e havia que o aproveitar o melhor possível. Assim, resolveu-se, em sessão camarária de 25 de Janeiro 1893, que se deveria deixar de fazer o abate do gado na casa da rua de Vila Flor, a fim de passar a ser feita nas lojas do extinto convento de Santa Rosa de Lima⁸²¹.

Em Maio de 1902 o Governo Civil do Distrito autoriza a municipalidade a arrendar ao empreiteiro da iluminação pública a parte dispensável do edifício do extinto convento de Santa Rosa de Lima⁸²².

Em 12 de Agosto de 1902, na Câmara Municipal, em sessão de 30 de Julho de 1902, foi lido um ofício do Administrador do Concelho, chamando a atenção por a água

⁸¹⁴ Ibidem JLF - *EV II*, p. 174; Ibidem CG, n° 560 (1890 Maio 26), p. 2; Ibidem NG, n° 2014 (1970 Jul.25), p. 3.

⁸¹⁵ Ibidem JLF - *EV III*, p. 144; Ibidem CG, n° 582 (1890 Ago.14), p. 2.

⁸¹⁶ Ibidem JLF - *EV I*, p. 309.

⁸¹⁷ Ibidem JLF - *EV II*, p. 139, 160.

⁸¹⁸ Ibidem JLF - *EV II*, p. 269.

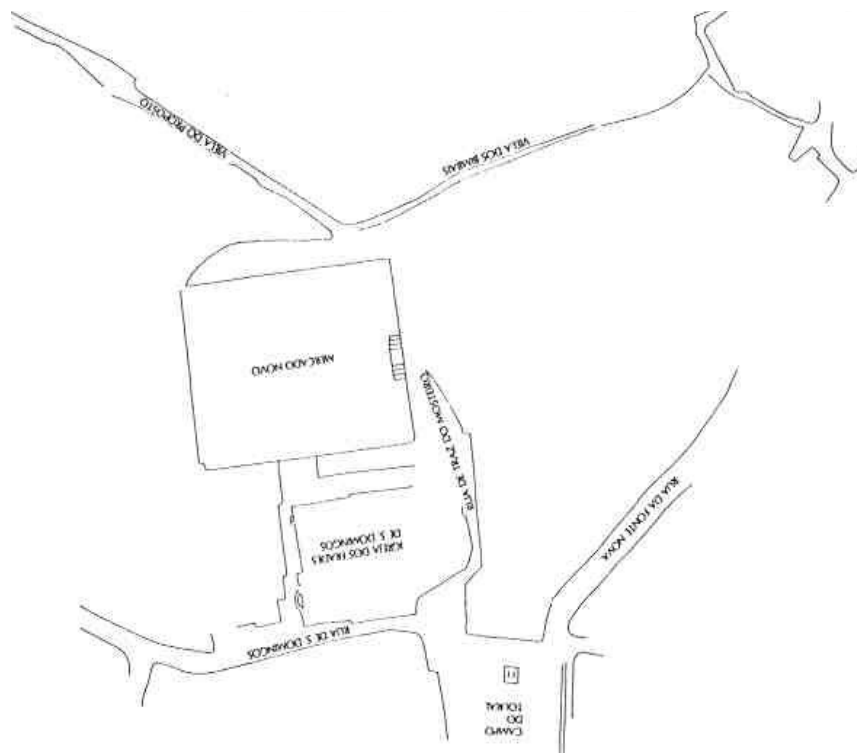
⁸¹⁹ Ibidem JLF - *EV III*, p. 83.

⁸²⁰ Ibidem JLF - *EV III*, p. 243.

⁸²¹ Ibidem CG, n° 813 (1893 Fev.6), p. 2.

⁸²² Ibidem CG, n° 1680 (1902 Maio 30), p. 2.

da fonte, que abastece o tanque encostado ao Convento, ser nociva à saúde pública⁸²³ e deixamos de ouvir falar na rua de S. Sebastião, que ainda hoje conserva a sua beleza original.



Rua de S. Domingos, rua de Gatos e rua de S. Lázaro. A Rua de S. Domingos era uma das ruas de mais movimento em Guimarães, uma vez que era a saída da cidade de Guimarães para o Porto e, para além das habitações características, tinha ainda vários monumentos. Embora esta rua fosse designada desde os tempos mais remotos por Rua de Gatos, houve épocas em que era conhecida por Rua de Entre Regatos ou Rua de S. Domingos, junto ao convento, e Rua de S. Lázaro na parte inferior. Mas paralelamente continuava a existir a antiga designação que foi depois substituída pelo nome por que ainda é conhecida: de Rua de D. João I.

Ainda no século XVII foram arrematadas 13 braças de calçada, a 700 réis cada braça, por Gaspar Dias, pedreiro, para conserto das calçadas da Rua de Gatos e S. Lázaro⁸²⁴.

⁸²³ Ibidem CG, nº 1700 (1902 Ago 12), p. 2.

⁸²⁴ Ibidem AVB - ASMV, p. 135.

No século XIX, em Julho de 1815 foi decidido que o escrivão e o procurador do concelho embargassem a obra sem licença da Câmara, que se andava a fazer na Rua de Gatos, num caminho que dava servidão a campo e hortas, tornando-a um local próprio para assaltos e roubos⁸²⁵. Em Outubro desse ano foi posto a lanços a factura da calçada da Rua de Gatos, sendo entregue a José Perdis, da Rua da Cruz de Pedra, com obrigação de carregar a pedra a 1\$200 réis e principiar imediatamente a obra⁸²⁶.

Poucos anos mais tarde, em Junho de 1818, determina-se que fosse reformada uma parte da calçada da Rua de Entre os Regatos e outra parte da Rua Travessa, e, sendo posta a lanços, foi o maior o de 600 réis por braça oferecido por António Gonçalves, pedreiro, de S. Jorge de Selho⁸²⁷. Nesse mesmo ano, em Outubro, foi posto a lanços o conserto das ruas de Gatos e Quatro Olhos sendo entregue a Custódio de Moreira, mestre pedreiro, por 35\$220 réis quebrar a pedra e pôr a calçada capaz⁸²⁸.

Em 1857 a imprensa local lembrava que a saída da cidade pelos Pombais estava intransitável, porque, tendo areado o cano que recebia as águas, estas corriam ao longo da estrada. Referia ainda que, desentupindo o cano, a estrada ficaria enxuta⁸²⁹.

Mas as coisas por vezes não corriam bem, e em Maio de 1862 a imprensa lembra à Câmara, que não havia fiscalização; também no dia 29 não se passava na rua de Entre os Regatos por causa de um carro de mato que impedia o trânsito e no dia 30 estavam a serrar madeira na rua das Oliveiras como em qualquer “*eito d’aldeia*”, comentava a imprensa⁸³⁰.

No início Julho de 1870 a Comissão Municipal resolveu mandar estudar uma nova rua, que ligasse S. Lázaro à Avenida, passando ao lado do novo matadouro⁸³¹.

Em 1863 dizia o Eng. Almeida Ribeiro na sua folha nº 11 da Planta de Guimarães: “*A Rua das Lameiras, única comunicação entre a Cruz de Pedra e S. Lázaro precisa de uma maior largura em todo o seu comprimento, e de ser prolongada até à rua de D. João I. O projecto que apresento, com 9 metros de largura, estabelecerá uma excelente ligação entre as estradas de Santo Tirso e do Porto. O bairro de Traz Gaia, tal qual existe, deve desaparecer do mapa da cidade. Na planta*

⁸²⁵ Ibidem JLF - VOC II, p. 413.

⁸²⁶ Ibidem JLF - VOC II, p. 413v.

⁸²⁷ Ibidem JLF - VOC I, p. 192v.

⁸²⁸ Ibidem JLF - VOC I, p. 194.

⁸²⁹ Ibidem TG, nº 45 (1857 Fev.6), p. 4.

⁸³⁰ Ibidem V, nº 5 (1862 Maio 2), p. 3.

⁸³¹ Ibidem CG, nº 571 (1870 Jul.7), p. 2.

*geral tracei algumas linhas tendentes a este fim por ocasião de falar em outro projecto*⁸³² e diz ainda acerca dos projectos contidos na folha nº 13: “[...] *Levados a efeito os melhoramentos projectados nas folhas 11, 12 e 13 torna-se útil a abertura de uma rua que partindo da Rua d’ Além do Rio vá terminar em S. Lázaro seguindo a direcção geral das actuais vielas da Caldeiroa e das Freiras. A execução desta rua, que tracei na planta geral, demanda a demolição de uma parte do bairro de Traz Gaia*”⁸³³.

Não prevê nenhum outro melhoramento para a Rua D. João I.

Entretanto a Câmara decide alargar as saídas para o Toural, e por isso, em Janeiro de 1865, faz o contrato com alguns moradores da rua Nova das Oliveiras e da rua de S. Domingos, a fim de cortar parte de suas casas⁸³⁴.

Entretanto o projecto para continuação da Rua de D. João I esvai-se, quando a Câmara manda, em Março de 1881, como local para desfazer canhotos e lenha o local da projectada rua, que devia de ligar a Rua D. João I com a das Lameiras, ficando assim revogada e sem efeito a designação do local junto à capela de S. Lázaro, tomada em 16 de Fevereiro de 1881. A nova rua ficou em projecto, “*pois que o fim de a fazer era apenas satisfazer ao público em miniatura, Joaquim Mendes Cerqueira que, tendo a sua casa sem quintal, com as expropriações que se fez, ficou tendo-o, e a rua nunca se fez, está o terreno para ela convertido em monturo que nem para desfazer canhotos pode utilizar-se*”⁸³⁵.

As casas desta rua encontravam-se em mau estado e em Outubro de 1892 a imprensa transmite-nos, que “*Hoje pelas onze horas da manhã desabou com grande estrepido a parte d’um casebre muito velho nas traseiras da rua D. João I. Brevemente nos referiremos à necessidade que há de se mandarem apear muitas d’estas “reliquias históricas” que começaram a perigar*”⁸³⁶.

Em 1907 a imprensa começa a protestar contra a falta de higiene desta rua e pede a sua fiscalização⁸³⁷.

Em meados de 1909 é colocado na rua D. João I, em frente ao pensionato Académico, um “mictório”⁸³⁸.

⁸³² Ibidem MAO, p. 23-24.

⁸³³ Ibidem MAO, p. 26-28.

⁸³⁴ Ibidem JLF - VOC II, p. 145v.

⁸³⁵ Ibidem JLF - EVI, p. 231.

⁸³⁶ Ibidem CG, nº 780 (1892 Out.3), p. 2.

⁸³⁷ Ibidem CG, nº 2149 (1907 Abr.12), p. 3.

⁸³⁸ Ibidem CG, nº 2375 (1909 Jul.23), p. 3.

Nesta rua existiam também, em meados do século XIX, como símbolo da religiosidade popular, dois oratórios do Senhor dos Aflitos, que se festejavam periodicamente⁸³⁹.

Um dos monumentos importantes desta rua é o Padrão de S. Lázaro. Foi em 20 de Março de 1863, sexta feira, que, com a presença do Governador Civil e da Câmara, se iniciaram os trabalhos da reconstrução da Rua de Gatos, começando pela remoção do Padrão. Os habitantes da rua de S. Domingos e os da rua que ia ser reconstruída ergueram um arco à entrada da Rua de S. Domingos, cobriram as janelas com damasco e seda, iluminaram as fachadas, mandaram queimar foguetes e tocar uma banda de música no largo de S. Lázaro. Neste largo estava levantado um pavilhão, onde se lavrou o auto de colocação da primeira pedra a fim de se remover o monumento. As entidades oficiais procederam à cerimónia da benção da primeira pedra, colocada no local onde ia ser instalado o Padrão. Seguiu-se a leitura da acta, finda a qual, o Governador Civil declarou, que, dali em diante, aquela rua se passaria a denominar Rua de D. João I⁸⁴⁰.

Em 2 de Setembro de 1863 é arrematada a remoção do cruzeiro de S. Lázaro⁸⁴¹, que foi entregue ao pedreiro João Tinoco Pontes por 194\$710 réis e a Bernardino Pereira Lopes, escultor, morador na cidade do Porto, a execução da limpeza do Cruzeiro, tirando-lhe as camadas de óleo, por 68\$515 réis⁸⁴².

O auto de colocação do Cruzeiro de S. Lázaro é de 29 de Março de 1864⁸⁴³ e a cerimónia foi-nos descrita por João Lopes de Faria⁸⁴⁴.

Mais tarde, em sessão da Câmara de Maio de 1909, a Câmara volta a deliberar mandar reparar o Padrão da Rua D. João I⁸⁴⁵.

Nesta rua existiu também um tanque, que foi fundamental na vida dos habitantes deste aglomerado populacional. Em 21 de Janeiro de 1864 foi arrematado o arco para o tanque da rua de D. João I⁸⁴⁶ e, como se disse, foi inaugurado em 29 de Março de 1864. Em Junho de 1899 resolveu-se aprovar para os efeitos legais e submeter à aprovação superior o projecto e orçamento para a obra da construção de um depósito e encanamento da água do tanque da rua de D. João I para abastecimento da cidade e do

⁸³⁹ Ibidem JLF - *EV III*, p. 247.

⁸⁴⁰ Ibidem JLF - *EVI*, p. 284; Ibidem JLF - *VOC I*, p. 295v, 461; Ibidem JLF - *VOC II*, p. 459.

⁸⁴¹ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 461; Ibidem JLF - *VOC II*, p. 459.

⁸⁴² Ibidem JLF - *VOC II*, p. 146v.

⁸⁴³ Ibidem JLF - *VOC*, p. 295v, 461v.

⁸⁴⁴ Ibidem JLF - *EV III*, p. 186.

⁸⁴⁵ Ibidem CG, nº 2354 (1909 Maio 7), p. 3.

matadouro municipal na importância de 490\$000 réis⁸⁴⁷. Esta obra foi colocada em praça em sessão da Câmara de 9 de agosto de 1899⁸⁴⁸, sendo arrematada em sessão de 6 de Setembro de 1899⁸⁴⁹.

Em sessão da Câmara de Outubro de 1904 o Presidente Dr. Joaquim José de Meira apresentou duas propostas que foram transformar em lavadouro o tanque que existia na rua D. João I, cuja água não servia para consumo público, e colocar no interior do Quartel de Infantaria 20 um marco fontanário, destinado ao serviço do mesmo quartel⁸⁵⁰. Assim a Câmara fez desaparecer a fonte da Rua D. João I e em sua substituição mandou construir um tanque com lavadouros públicos⁸⁵¹.

Outro dos elementos importantes desta rua é o Edifício da Venerável Ordem Terceira de S. Domingos e a Igreja do antigo Convento de S. Domingos. Uma das instituições que se vai implantar neste século XIX e que vai mudar a face da rua é a Ordem Terceira de S. Domingos. Foi em Setembro de 1825 que José Gomes Fernandes Baptista, um dos dois fundadores do Hospital da Ordem Terceira de S. Domingos, comprou a primeira casa para edificar o edifício do Hospital⁸⁵², tendo-se começado a fazer os alicerces em Outubro de 1836⁸⁵³.

Em 1840 dá-se a abertura solene do Hospital de VOTSD, para tratamento de irmãos pobres⁸⁵⁴. Dois anos mais tarde, em 10 de Setembro de 1842, a Mesa e Definitório da Ordem Terceira de S. Domingos determinaram que se desse princípio à sacristia da sua capela e à Casa do Despacho, continuando as obras nas traseiras da mesma capela, como fora deliberado em 17 de Março desse ano⁸⁵⁵.

Para melhor funcionamento da Instituição, assina-se uma escritura em que a Ordem Terceira de S. Domingos escamba com a câmara as vertentes da água, que nascia e se depositava na poça que servia para lavagens do hospital, por uma porção de terreno da cerca do extinto convento, a fim de quadrar o terreno que da mesma cerca havia comprado à Fazenda Nacional, e que se ia ajardinar para aformoseamento do hospital, o que foi autorizado pelo Conselho de Distrito, em 9 desse mês. Pouco tempo

⁸⁴⁶ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 459v, 461v.

⁸⁴⁷ Ibidem CG, nº 1403 (1899 Jun.14), p. 2.

⁸⁴⁸ Ibidem CG, nº 1412 (1899 Ago.18), p. 2.

⁸⁴⁹ Ibidem CG, nº 1419 (1899 Set.15), p. 2.

⁸⁵⁰ Ibidem CG, nº 1909 (1904 Out.7), p. 2.

⁸⁵¹ Ibidem CG, nº 2056 (1906 Abr.20).

⁸⁵² Ibidem JLF - *EV III*, p. 291.

⁸⁵³ Ibidem JLF - *EV IV*, p. 13.

⁸⁵⁴ Ibidem JLF - *EV II*, p. 180.

depois e com o mesmo fim, foi adquirido um pedaço de terreno da Quinta do Proposto de Fortunato Cardoso de Meneses Barreto⁸⁵⁶.

Em 11 de Setembro de 1843 a Câmara a requerimento da Ordem Terceira de S. Domingos, faz permuta com ela, e em vistoria de 6 de Setembro de 1834, a mesma Câmara cede terreno da cerca, com a dimensão de 30 palmos pelo lado Poente de Sul a Norte, e pelo lado Nascente de Sul a Norte 40 palmos do seu terreno em frente do frontispício do Hospital, enquanto que a Ordem cedeu a “*água da poça que lhe sobrar do serviço hospitalar, para regar a cerca que não tinha água alguma*”.

Em 15 de Janeiro de 1851 José Gomes Fernandes Baptista ajustou a compra das casas do tabelião Nicolau Teixeira de Abreu, ao lado da Capela de S. Domingos, e combinou a permuta desta casa com a do Dr. Leira Júnior. Na referida casa do tabelião foi construída, em Maio de 1854, a enfermaria grande do Hospital da Ordem Terceira de S. Domingos, do qual José Gomes foi um dos dois fundadores⁸⁵⁷. Em 30 de Maio de 1854 José Gomes Fernandes Baptista, um dos dois instituidores do Hospital da Ordem Terceira de S. Domingos, inicia o Hospital dos Entrevados, com a quantia de 250\$000 réis que tinha oferecido António Alves Teixeira, de Barrosas⁸⁵⁸.

As obras do hospital prejudicaram a luz da capela e por isso foi necessário construir uma clarabóia, o que faz com que a capela, cujas obras estavam paradas desde Março desse ano seja reaberta ao culto em 6 de Setembro de 1857⁸⁵⁹.

Em Novembro de 1860 concluiu-se o primeiro quarteirão da frontaria do edifício do Hospital, junto à Capela, destinado a Sala do Despacho e a secretaria, os arcos dentro do pátio e as grades de ferro do mesmo quarteirão⁸⁶⁰. Foram também colocadas duas portadas de ferro no quarteirão do Hospital de S. Domingos, junto à capela⁸⁶¹.

A igreja de S. Domingos é um antigo templo, que remonta à Idade Média. Passou, no entanto, por várias remodelações, sendo digna de nota a remodelação e ampliação da sua capela em 1744. Nesse ano, em sessão da Câmara de 3 de Março, a Câmara e a nobreza da vila deram 400\$000 réis para o retábulo, dinheiro saído do

⁸⁵⁵ Ibidem JLF - EV III, p. 245.

⁸⁵⁶ Ibidem JLF - EV III, p. 246; Ibidem JLF - VOC II, p. 138v.

⁸⁵⁷ Ibidem JLF - EV I, p. 47

⁸⁵⁸ Ibidem JLF - EV II, p. 192.

⁸⁵⁹ João Gomes de Oliveira - *Ob. cit.*; Ibidem JLF - EV III, p. 233v; Ibidem TG, nº 103 (1857 Set.8), p. 4.

⁸⁶⁰ Ibidem JLF - EV IV, p. 203v.

⁸⁶¹ Ibidem JLF - EV II, p. 107v.

cabeção de sisa. Em 1770 fez-se a nova porta principal, barroca, por diligências de Rodrigo da Silva Alcoforado, da Casa de Vila Pouca⁸⁶².

Com a extinção das ordens religiosas em 1834, a igreja e sacristia do Convento de S. Domingos ficaram abandonadas e mais tarde foram cedidas à Ordem Terceira de S. Domingos, por determinação da Rainha D. Maria II, em 24 de Janeiro de 1851⁸⁶³.

Em 1874, a expensas da VOTSD e de outras pessoas, a igreja, ameaçando ruína, foi completamente transformada e decorada com novas pinturas, douramentos e estuques, sendo reaberta ao culto em 21 de Fevereiro de 1879. Todas estas sucessivas obras desfiguraram bastante a igreja gótica, que mais tarde, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais vai procurar restituir de novo, e segundo o pensamento da época à sua antiga traça⁸⁶⁴.

Em 16 de Janeiro de 1878 é publicado na imprensa o anúncio para arrematação do douramento de oito altares, púlpitos, anteparo e coro de cima, da igreja de S. Domingos⁸⁶⁵, sendo benzida em 28 de Fevereiro de 1879, pelo capelão de Nossa Senhora do Rosário, Padre António Ferreira de Abreu, a fim de ser novamente restituída ao culto. A igreja estava desde 1874 em obras de restauro, que consistia na reforma dos telhados e estuques, pintura e douramento da capela-mor, e cadeiral, pintura a branco dos altares laterais, construção do anteparo, e outras pequenas reparações⁸⁶⁶. Em 30 de Julho de 1880 a Irmandade de Santo António toma posse da Igreja de S. Domingos.

Mas o mais importante e característico e monumental edifício, que perdurou durante vários séculos e que vai desaparecer, através de morosas e complicadas vicissitudes, é o Convento de S. Domingos. Convento muito importante, edificado no século XIV, possuía para além das instalações conventuais, formoso claustro e uma magnífica cerca. Tudo isto veio a ser transformado a partir do século XIX, com a extinção dos conventos.

Este convento medieval, teve, como todos os edifícios, bastantes modificações, sendo as maiores a partir do século XVII. Em inícios do século XVII o juiz, vereadores

⁸⁶² *Boletim da DGEMN*, nº 108 (1962 Jun.).

⁸⁶³ *Boletim da DGEMN*, nº 108 (1962 Jun.); *Ibidem JLF - EV I*, p. 47, 72v.

⁸⁶⁴ *Boletim da DGEMN*, nº 108 (1962 Jun.); *Ibidem JLF - EV IV*, p. 89v.

⁸⁶⁵ *Ibidem RP*, nº 22 (1878 Jan.16), p. 3.

⁸⁶⁶ *Ibidem RP*, nº 22 (1878 Jan.16), p. 3; *Ibidem JLF - EV I*, p. 180v.

e oficiais trataram de tapar a zona atrás da capela mor da igreja, porque aí se juntava o lixo e se faziam desacatos⁸⁶⁷.

Com a extinção dos conventos, o Convento de S. Domingos, fica abandonado. Nesta época, a Câmara decide felicitar a rainha e pedir a criação de uma Biblioteca Pública com os livros dos conventos da comarca, a fim de a instalar no Convento de S. Domingos⁸⁶⁸. A Misericórdia pretendia também instalar o seu hospital em S. Domingos, mas, em 13 de Dezembro de 1834 determinou-se apresentar duas representações ao Governo: uma sobre a construção do cemitério e cadeia, e outra para que a mudança do hospital fosse para os Capuchos e não para S. Domingos⁸⁶⁹.

Mas, em 1 de Abril de 1837 é publicado um decreto autorizando a Misericórdia, a comprar em hasta pública e na concorrência de quaisquer outros licitantes, o edifício do Convento de S. Domingos e todas as suas pertenças, a fim de ali instalar o seu hospital. Também autorizava que, efectuando a mencionada compra, pudesse vender com todas as pertenças respectivas, o prédio em que estava o Hospital⁸⁷⁰. Em 24 de Agosto de 1837 a Mesa da Misericórdia nomeou seu tesoureiro dos juros, Manuel Baptista Sampaio Guimarães, para poder lançar até à quantia de 600\$00 réis, nas casas e campo da botica do Convento de S. Domingos, a fim de aí fundar o novo hospital, cuja venda estava anunciada no Diário do Governo. Alguns mesários votaram contra esta compra como já tinham feito na sessão de 22, em que se tinha feito a nomeação referida, mas não lhe tinham marcado os limites do preço para arrematar⁸⁷¹.

Mas havia mais instituições interessadas no convento. Em Janeiro de 1839 José Teixeira de Mesquita, coronel de Infantaria 18, informou que o Convento de S. Domingos, onde pretendia estabelecer o Hospital Militar precisava de uns pequenos reparos, e como esta despesa se podia fazer pela derrama aplicada para concerto dos Quartéis que a Câmara geria. A Câmara ficaria obrigada a fiscalizar a obra fazendo a com que os seus soldados trabalhassem nela, tendo a Câmara aceitado.

Assim, em Fevereiro de 1839 os oficiais de Infantaria 18, aquartelados no Convento dos Capuchos, mudam-se para o de S. Domingos, que a Câmara mandou

⁸⁶⁷ Ibidem AVB - *ASMV*, p. 135.

⁸⁶⁸ Ibidem JLF - *Livro de VOC I*, p. 448.

⁸⁶⁹ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 288.

⁸⁷⁰ Ibidem JLF - *EV II*, p. 2.

⁸⁷¹ Ibidem JLF - *EV III*, p. 173.

consertar, a fim de se instalar aí o Hospital Militar⁸⁷². A Câmara determinou em 2 de Março de 1839 que se passasse mandato para o tesoureiro pagar ao coronel comandante de Infantaria 18, José Teixeira de Mesquita, a despesa que se fez na obra do Convento, a fim de o adaptar a aquartelamento de oficiais⁸⁷³. Uns meses mais tarde o mesmo militar informou precisar de 12\$000 réis para concluir a obra, o que lhe foi concedido pela câmara, por conta da derrama especialmente lançada para as despesas dos quartéis⁸⁷⁴.

Dois anos mais tarde, em Janeiro de 1841, a Câmara representa às cortes, pedindo o Convento e quintal de S. Domingos, para construir o Paço Municipal e outras repartições necessárias à municipalidade⁸⁷⁵.

A cerca do convento tinha sido, em Novembro de 1835, adjudicada em praça pública por 740\$000 réis livre de encargos para a Fazenda, a José Pereira da Silva Guimarães, negociante de panos e morador às Lages do Tournal. Mais tarde, em Julho de 1841, é arrematada pela Câmara a Bernardo Leite Peixoto, sirgheiro às Lages do Tournal, que a tornou a arrematar em 1 de Julho de 1846⁸⁷⁶. Mas, em 27 de Outubro do mesmo ano é publicada uma lei concedendo autorização ao governo para doar à Câmara de Guimarães o convento de S. Domingos e parte da cerca dele, para aí se estabelecerem os Paços do Concelho e outras repartições municipais⁸⁷⁷. A Câmara instala aí o Tribunal Judicial⁸⁷⁸, e em Março de 1842 representa às cortes, para confirmar a doação do Convento e Quintal de S. Domingos, com faculdade de alienar e com o produto fazer cadeia e tribunal⁸⁷⁹. Em 9 de Agosto de 1843 decide mudar o cartório e secretaria da Administração, que estava no Convento de S. Francisco, para o de S. Domingos⁸⁸⁰. No ano seguinte, em 20 de Junho de 1844, a Câmara faz orçamento suplementar com a verba para transferir a Casa da Roda para o Convento de S. Domingos⁸⁸¹. Em Abril de 1850 representa à rainha, referindo que o Convento de S. Francisco deveria acomodar a residência do Concelho, uma vez que o de S. Domingos estava completamente ocupado com as secretarias da Administração e Fazenda⁸⁸². Mas ainda há algum espaço livre,

⁸⁷² *Ibidem* JLF - EV I, p. 122.

⁸⁷³ *Ibidem* JLF - VOC I, p. 247.

⁸⁷⁴ *Ibidem* JLF - VOC I, p. 249.

⁸⁷⁵ *Ibidem* JLF - EV I, p. 16.

⁸⁷⁶ *Ibidem* JLF - EV III, p. 21; *Ibidem* JLF - VOC I, p. 289

⁸⁷⁷ *Ibidem* JLF - EV IV, p. 78.

⁸⁷⁸ *Boletim da DGEMN*, nº 108 (1962 Jun.); *Ibidem* JLF - VOC I, p. 450; *Ibidem* JLF - VOC II, p. 450.

⁸⁷⁹ *Ibidem* JLF - VOC I, p. 450v; *Ibidem* JLF - EV II, p. 14.

⁸⁸⁰ *Ibidem* JLF - VOC II, p. 450v.

⁸⁸¹ *Ibidem* JLF - EV II, p. 139; *Ibidem* JLF - VOC II, p. 451.

⁸⁸² *Ibidem* JLF - EV II, p. 21v.

pois neste mesmo ano, em finais de Maio, alugou-se por um mês parte do Convento de S. Domingos para estabelecer uma “*machina de distillação de vinhos*”⁸⁸³. As instalações conventuais degradaram-se e encontravam-se em muito mau estado, tendo por isso, em Outubro de 1857 sido arrematado o arranjo da secretaria da Fazenda no Convento de S. Domingos⁸⁸⁴.

Em 1858 a Câmara decidiu mandar fazer as plantas do novo mercado, entre outros, pelo Engenheiro Conductor Pedro Joaquim Ferreira, sob a direcção do Conselheiro Director das Obras Públicas do Minho, Plácido António de Abreu, e resolveu contrair um empréstimo de 12:000\$000 réis, a fim de financiar as obras a realizar. Depois desta amortização fez outro de 9:009\$180 réis, importância do orçamento das ditas obras⁸⁸⁵.

Em Novembro de 1859 resolveu-se demolir a Casa da Roda e outra contígua e reedificar uma nova de dois andares, toda de pedra. Por isso, decidiu-se passar provisoriamente a Roda para o Convento de S. Domingos. A 22 de Novembro foi arrematada a obra de pedreiro da construção da nova Casa da Roda pelo mestre pedreiro Francisco Pinto, e a 15 de Março de 1860 a obra de carpinteiro e caiador⁸⁸⁶.

Em Junho de 1861 foram arrematadas algumas reparações nas salas de S. Domingos onde a mestra régia dava aulas, e que fora outrora a barbearia dos frades, para ali se montar a Casa do Telégrafo ou a estação do fio eléctrico⁸⁸⁷. A partir de Agosto em diante foi dada uma loja do Convento de S. Domingos à mestra de meninas⁸⁸⁸, para Aula Régia de Meninas⁸⁸⁹.

É em 2 de Outubro de 1861 que a Câmara toma conta da Cerca de S. Domingos, para se principiar a obra do Mercado⁸⁹⁰.

Em 4 de Maio de 1863 é decidido levantar a planta do Convento de S. Domingos para edifício de repartições públicas, tribunal, administração, fazenda, recebedoria, telégrafo, aulas de instrução primária e secundária⁸⁹¹. Em 13 de Julho de 1863 a Comissão de Melhoramentos, entre as deliberações tomadas, resolveu seguir na

⁸⁸³ Ibidem JLF - VOC II, p. 453v.

⁸⁸⁴ Ibidem JLF - VOC, p. 144v.

⁸⁸⁵ Ibidem JLF - VOC II, p. 456.

⁸⁸⁶ Ibidem JLF - VOC I, p. 458v; Ibidem JLF - EV II, p. 144v; Ibidem JLF - VOC, p. 75v.

⁸⁸⁷ Ibidem JLF - VOC II, p. 458.

⁸⁸⁸ Ibidem JLF - EV II, p. 145.

⁸⁸⁹ Ibidem JLF - EV II, p. 145v.

⁸⁹⁰ Ibidem JLF - EV II, p. 145.

⁸⁹¹ Ibidem JLF - VOC II, p. 459.

rua de S. Domingos o alinhamento da igreja, cortando-se o altar da Senhora do Terço, a sacristia e as casas contíguas⁸⁹². Em 14 de Julho de 1863 principiou a demolir-se o Convento de S. Domingos, não só pela estrada do Toural, como em frente da portaria, defronte do jardim dos Terceiros. Nesta altura a ordem Terceira encanou de pedra e tirou a água, que alcatrusada veio cair ao tanque de lavar, que estava no mesmo jardim⁸⁹³.

Em 3 de Agosto de 1863 a Câmara reflecte sobre se deveria ou não construir o edifício para repartições por conta do Governo, com a indemnização pelo corte do Convento de S. Domingos para a estrada de Braga⁸⁹⁴.

Mas em 28 de Dezembro de 1864 decide-se compor um salão de S. Domingos para a aula de francês e geometria⁸⁹⁵, e em Fevereiro de 1865 resolve-se arrendar a casa de António Fernandes da Silva Vilela para o Tribunal Judicial, por em S. Domingos estar arruinado e em obras⁸⁹⁶.

Em Outubro de 1866 decide-se que, para alargar a entrada no Toural se deveria cortar parte da casa de João Baptista Sampaio, sendo este corte determinado pelo cunhal norte da casa do herdeiro de António Vaz Vieira de Nápoles, na praça referida, e pelo cunhal norte do extinto Convento de S. Domingos⁸⁹⁷.

A Câmara dos Deputados aprova, sem discussão, em 6 de Junho de 1869, o projecto de lei datado de 26 de Maio desse ano, notificando a Câmara Municipal da cominação em que incorrera por ter aplicado com fins diferentes, praça pública e Mercado, contrariando o que lhe tinha sido designado no decreto 25 de Abril de 1842, que lhe tinha concedido o edifício e cerca do Convento de S. Domingos para instalação dos Paços do Concelho e Repartições Públicas, e aprovava a aplicação que aquela mesma Câmara dera aquela propriedade⁸⁹⁸.

Em Outubro de 1869 a Câmara representa ao rei pedindo-lhe o Convento de Santa Clara e tendo-o obtido, cede o de S. Domingos para Hospital Militar⁸⁹⁹.

Em 17 de Novembro de 1869 delibera-se que em 1 de Dezembro se instasse a Biblioteca Pública, em S. Domingos, entrando em exercício o respectivo bibliotecário,

⁸⁹² Ibidem MAO.

⁸⁹³ Ibidem JLF - *EV III*, p. 39v.

⁸⁹⁴ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 459; Ibidem JLF - *VOC I*, p. 461.

⁸⁹⁵ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 459v.

⁸⁹⁶ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 460.

⁸⁹⁷ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 147.

⁸⁹⁸ Ibidem JLF - *EV II*, p. 141.

José Ferreira Mendes de Abreu, “o Fato”, nomeado em 26 de Fevereiro de 1868⁹⁰⁰ e abrindo-a ao público, no Convento de S. Domingos, em 1 de Dezembro de 1869⁹⁰¹.

Finalmente, em 24 de Dezembro de 1870 é publicado um decreto das Cortes Gerais que renova a concessão à Câmara de Guimarães, feita por decreto de 25 de Abril de 1842, do Convento de S. Domingos e parte da Cerca, aprovando a aplicação que a mesma deu à parte da Cerca⁹⁰².

Mas o Convento de S. Domingos, possuía também, um belíssimo claustro gótico, do século XIV.

Foi em 15 de Outubro de 1873 que o pedreiro José Francisco Fernandes, da Rua de Santa Luzia, arrematou nos Paços do Concelho a demolição do Convento de S. Domingos, incluindo a arcaria do Claustro, com excepção do chafariz, a escada principal e os dormitórios, que serviram de biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento⁹⁰³. Neste mesmo ano e mês a Câmara mandou demolir as varandas do claustro e parte do convento de S. Domingos, fazendo-se então a escada para a entrada da torre⁹⁰⁴.

Em 8 de Agosto de 1876 o Governo Civil oficia à Câmara Municipal, informando que a Direcção Geral da Instrução Pública chamava a atenção para a importância do claustro e a conveniência de este não ser destruído⁹⁰⁵. Pensamos que a esta informação também não deve ter sido alheio Francisco Martins Sarmiento⁹⁰⁶. A Câmara delibera então conservar a arcaria do claustro de S. Domingos⁹⁰⁷ e cobri-la com telha⁹⁰⁸. Mas esta deliberação não foi logo cumprida e no ano seguinte ainda tudo permanecia igual⁹⁰⁹. É apenas em 26 de Julho de 1882 que se decide mandar proceder à cobertura da arcaria, com telha de tipo Marselha, ficando para mais tarde a construção de um muro e gradeamento, que o devia isolar das profanações de todo o género que ali se estavam cometendo a toda a hora, diz como nos João Lopes de Faria⁹¹⁰.

⁸⁹⁹ Ibidem JLF - EV IV, p. 13v.

⁹⁰⁰ Ibidem JLF - VOC II, p. 148v.

⁹⁰¹ Ibidem JLF - EV IV, p. 226.

⁹⁰² Ibidem JLF - EV IV, p. 281v.

⁹⁰³ Ibidem JLF - EV IV, p. 43v; Ibidem JLF - VOC II, p. 149v.

⁹⁰⁴ Ibidem JLF - EV IV, p. 89v.

⁹⁰⁵ Ibidem JLF - EV II, p. 130v.

⁹⁰⁶ Ana Cristina Nunes Martins - *Martins Sarmiento e Possidónio da Silva. Um olhar sobre a troca epistolar*. In Revista de Guimarães, volume especial, 1999.

⁹⁰⁷ Ibidem JLF - EV III, p. 132v.

⁹⁰⁸ Ibidem JLF - EV IV, p. 175v; Ibidem JLF - VOC I, p. 152.

⁹⁰⁹ Ibidem RP, nº 50, p. 2.

⁹¹⁰ Ibidem JLF - EV III, p. 74; Ibidem RP, nº 15 (1882 Ago.8), p. 2.

Mas a Câmara continua a necessitar de um edifício para as repartições públicas e o Convento de S. Domingos encontra-se em muito mau estado. Assim, em 14 de Fevereiro de 1877, representa ao rei, pedindo uma proposta de lei que a autorize a vender o edifício, que lhe tinha sido concedido por decreto de 25 de Abril de 1842, a fim de adquirir outro com condições para instalar o Tribunal Judicial e repartições públicas⁹¹¹.

Entretanto o Tribunal deixa de funcionar uma vez que as instalações se encontram em muito mau estado⁹¹², levando a que, em 19 de Junho de 1878, fosse deliberado que se iniciassem as obras no local onde esteve instalado⁹¹³. Ainda durante esse ano a Sociedade Clerical Vimaranesa solicita os livros do antigo Convento de S. Domingos, a fim de abrir uma biblioteca, mas o pedido é indeferido⁹¹⁴.

Em 1887 a Sociedade Martins Sarmento, tendo, por motivo oneroso, desistido da compra do terreno que tencionava adquirir para edificação duma casa onde instalasse a biblioteca, museus e outras dependências, deliberou requerer à Câmara Municipal a cedência, para aquele fim, do edifício do extinto Convento de S. Domingos, onde tinha estado instalado o Tribunal Judicial e comprometendo-se a vigiar a conservação do claustro gótico⁹¹⁵. Assim, em sessão da Câmara de 3 de Janeiro de 1887, foi apresentada e lida uma representação da Sociedade Martins Sarmento (SMS), pedindo que lhe fosse concedida para instalação da biblioteca pública e dos seus museus, a casa do extinto Convento de S. Domingos e suas dependências. Resolveu-se enviá-la à Comissão da Fazenda e Administração⁹¹⁶, mas em 4 de Janeiro de 1887 a Câmara Municipal resolve conceder provisoriamente o edifício do extinto Convento de S. Domingos (que lhe tinha sido dado por Carta de Lei de 27 de Dezembro de 1870 para as repartições concelhias), à SMS, a fim de esta aí instalar os museus e biblioteca⁹¹⁷. Reserva, no entanto, para si o piso inferior onde pretende instalar o material de incêndio⁹¹⁸.

Em 30 de Julho de 1887 é feita uma proposta de lei feita pelo Ministro da Fazenda, Mariano Cirilo de Carvalho, concedendo à SMS o edifício do extinto convento

⁹¹¹ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 151; Ibidem JLF - *EVI*, p. 160v.

⁹¹² Ibidem *RP*, nº 5 (1877 Nov.10), p. 2.

⁹¹³ Ibidem JLF - *EV II*, p. 280v.

⁹¹⁴ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 153.

⁹¹⁵ *Revista de Guimarães*, v.4 (1886), p. 49-50.

⁹¹⁶ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 161A; Ibidem *CG*, nº 241 (1887 Jan.6), p. 2.

⁹¹⁷ Ibidem JLF - *EVI*, p. 11v; Ibidem JLF - *VOC I*, p. 161Av; Ibidem *CG*, nº 296 (1887 Ago. 4), p. 2.

⁹¹⁸ Ibidem *CG*, nº 242 (1887 Jan.10), p. 2.

de S. Domingos⁹¹⁹. Em 7 de Março de 1888 é votado unânime, e sem discussão, na Câmara dos Pares o projecto de lei concedendo à SMS o edifício do Convento de S. Domingos e terrenos contíguos⁹²⁰. É de 12 de Junho de 1888 o decreto concedendo à SMS, devido à carta de lei de 3 de Abril desse mesmo ano, o edifício do extinto convento de S. Domingos, com todos os seus anexos, para nele estabelecer a sua biblioteca, museus, escolas e mais dependências, revertendo para a Fazenda Nacional se a mesma sociedade, no prazo de dois anos, deixasse de aplicá-lo aos fins para que lhe foi concedido, ou se a qualquer tempo lhe der outra aplicação⁹²¹. Em 10 de Julho de 1888, às 6 horas da tarde, a SMS toma oficialmente posse do convento de S. Domingos⁹²².

Em 1889 a Sociedade deliberou mandar proceder à vedação dos terrenos que rodeavam o edifício, em que estava instalada, e à construção de uma galeria sobre a arcada ogival contígua, para nela instalar o seu Museu de Arqueologia, cujo projecto era da autoria do Eng. Inácio Teixeira de Meneses⁹²³. Foi inaugurada em 9 de Março de 1895 e ali se recolheu o espólio da Citânia de Briteiros⁹²⁴. Em 1890 a SMS veda com pedra a porta através da qual se passava do claustro para a sacristia, de modo que no alto ficasse uma abertura com grade de ferro e vidros⁹²⁵.

Em 16 de Junho de 1910 o Padrão de S. Lázaro e o Claustro da Igreja de S. Domingos são classificados como Monumento Nacional pelo Diário do Governo nº 136, publicado a 23 desse mês⁹²⁶.

Rua das Lameiras. Em 1863 aparece-nos esta rua de que nos diz o Eng. Almeida Ribeiro na folha nº 11 do seu plano: «*A Rua das Lameiras, única comunicação entre a Cruz de Pedra e S. Lázaro precisa de uma maior largura em todo o seu comprimento, e de ser prolongada até à rua de D. João I. O projecto que apresento,*

⁹¹⁹ Ibidem JLF - EV III, p. 82v.

⁹²⁰ Ibidem JLF - EV I, p. 245v; Ibidem CG, nº 350 (1888 Mar.8), p. 2.

⁹²¹ Ibidem JLF - EV II, p. 258.

⁹²² Ibidem CG, nº 382 (1888 Jul. 12), p. 2; Ibidem JLF - EV III, p. 28v.

⁹²³ *Revista de Guimarães*, v. 6 (1889), p. 150.

⁹²⁴ *Album de fotografias. Guimarães: SMS. 1967?*

⁹²⁵ Margarida Souza Lôbo - *Ob. cit.*, p. 13-17.

⁹²⁵ *Revista de Guimarães*, v.7 (1890), p. 90.

⁹²⁶ Ibidem JLF - EV II, p. 267v; PDM: *Guimarães*.

*com 9 metros de largura, estabelecerá uma excelente ligação entre as estradas de Santo Tirso e do Porto.»*⁹²⁷.

Quando a Comissão de Melhoramentos se reuniu em 7 de Julho de 1869, Teixeira de Meneses propôs a abertura de uma estrada circular que do largo do Cano seguisse por detrás do Hospital da Misericórdia até Vargas e à Feijoeira, continuando por detrás da Casa dos Pombais e pelas Lameiras até ao Campo da Feira. A este propósito Francisco Pinto do Amaral lembrou a conveniência de se estudar mais desenvolvidamente o assunto e de se indagar se não seria mais conveniente abrir uma rua, que, partindo de Vila Verde, viesse sair à igreja do Campo da Feira e fosse, mais tarde, ligar à Rua da Madroa. Alguns anos depois, em sessão da Câmara de 17 de Maio de 1889, esta proposta voltou a ser tratada, mas sem qualquer resultado⁹²⁸.

Em Dezembro de 1882 a imprensa publica o anúncio da arrematação da obra do melhoramento da rua das Lameiras, que consistia na construção de uma fiada de passeio no centro da dita rua, na extensão de 51 metros⁹²⁹, que pensamos, não chegou a concretizar-se.

Rua de Trás Gaia. Antiga rua de Guimarães, que nos aparece em 1807 no 8º bairro de vigilância da cidade⁹³⁰. Não sofre, no entanto, grandes alterações. Apenas nos aparece em 1840 o pagamento da despesa do conserto da fonte de Trás Gaia, no valor de 34\$100 réis, ao vereador Nápoles⁹³¹. Em 1890, por decisão da Câmara, em sessão de 26 de Dezembro, será novamente melhorada e consertada⁹³², uma vez que era uma fonte que servia um bairro populoso, de operários, típico da revolução industrial. Por esse mesmo motivo, também a rua necessitava de ser alargada e melhorada⁹³³.

Em sessão da Câmara de 26 de Dezembro de 1890, a Comissão Municipal resolveu pôr em arrematação a obra do melhoramento do largo de Trás-Gaia⁹³⁴.

Por aqui passava um regato cuja água foi utilizada no matadouro. Assim, em sessão da Câmara de 2 de Novembro de 1898, resolveu-se aprovar o projecto e orçamento da obra de construção de um muro de revestimento ao regato no sítio de Trás

⁹²⁷ Ibidem MAO, p. 23.

⁹²⁸ Ibidem MAO.

⁹²⁹ Ibidem RP, nº 1 (1882 Dez.16), p. 2.

⁹³⁰ Ibidem JLF - VOC, p. 269v.

⁹³¹ Ibidem JLF - VOC I, p. 256.

⁹³² Ibidem CG, 1890 Jan.2, nº 523, p. 2.

⁹³³ Ibidem MAO, p. 23-24.

Gaia, a fim de se evitarem prejuízos no encanamento da água para o matadouro, sendo a referida obra feita sob fiscalização do engenheiro municipal e de forma que o seu custo não excedesse a quantia de 16:000\$000 réis, em que o mesmo orçou⁹³⁵. Durante a monarquia não mais se olhou para as condições do local, de modo a melhorar o bem estar dos seus habitantes.

Para a Rua de **Trás-os-Oleiros** dava uma viela que Domingos José Álvares Abreu aforou em Novembro de 1816, por ser uma zona de acumulação de lixos prejudiciais à saúde pública⁹³⁶. Três anos depois, em 10 de Março de 1819, foi dada uma Provisão, autorizando-o a construir um passadiço nas suas casas na Rua de Trás-os-Oleiros⁹³⁷, obra que iniciou no princípio do mês seguinte⁹³⁸.

A rua também necessitava de manutenção e por isso, em 6 de Fevereiro de 1830 é arrematada a obra de pedraria e conserto da Rua de Trás-os-Oleiros, cujo comprimento e largura são 6 600 palmos ou 6,6 braças, sendo o menor lanço 23\$760, de Manuel Luís da Silva, da Rua do Campo da Feira⁹³⁹. A rua manteve-se intacta, até que, por deliberação da Comissão Municipal, em sessão de 29 de Setembro de 1892, e sob proposta do vereador Eduardo Almeida, foi decidido que a rua de S. Sebastião, antes Trás-os-Oleiros, fosse denominada Travessa de Camões⁹⁴⁰.

Rua da Madroa. Rua bastante importante, uma vez que era um dos locais de saída da cidade, e era ainda uma zona servida por uma ponte, o que demonstrava a sua importância.

Esta ponte sobre o Rio Madroa foi posta a lanços em Julho de 1805, tendo sido adjudicada a João Manuel e Custódio José por 60\$000 réis com a declaração de ser em altura suficiente, com 4 olhais de 5 palmos de largura cada um. Terá de comprido 40 palmos e 24 de largo, com três pés direitos de 3 palmos de largo, com cortamares da parte de cima, e por cima das padieiras deveria levar uma fiada de pedra. Deveria ainda ter guardas. Também se arrematou a mudança da fonte da Madroa por 6 400\$000 réis, a

⁹³⁴ Ibidem *CG*, nº 523 (1890 Jan.2), p. 2.

⁹³⁵ Ibidem *CG*, nº 1336 (1898 Nov.4), p. 2.

⁹³⁶ Ibidem *JLF - VOC*, p. 138v.

⁹³⁷ Ibidem *JLF - EV I*, p. 252.

⁹³⁸ Ibidem *JLF - EV II*, p. 2.

⁹³⁹ Ibidem *JLF - VOC I*, p. 231v.

⁹⁴⁰ Ibidem *JLF - EV III*, p. 298v; Ibidem *JLF - VOC II*, p. 156Av; Ibidem *CG*, nº 780 (1892 Out.3), p. 2.

fim de a pôr defronte da estrada pública encostada à parte das casas com a formalidade em que se encontrava, e as calçadas que forem precisas fazer de uma e outra parte da ponte, será a braça 800 réis ficando o concelho a pôr a pedra necessária à beira da obra e eles a carregá-la⁹⁴¹.

Em 1806 foi posto a lanços a calçada do pé da ponte da Madroa inclinando para a rua das Molianas, e foi adjudicada a Luís José Peralta a 770 réis cada braça, ficando a Câmara obrigada a pôr-lhe a pedra ao pé da obra e ele a desmontá-la nos Muros e a carregá-la à sua custa⁹⁴².

Em 26 de Julho de 1815 foi deliberado fazer de novo o tanque da Madroa, conforme o risco que estava feito, por se achar arruinado, pondo-se a lanços⁹⁴³. Dois anos depois, em 29 de Novembro de 1817, foi posto a lanços o concerto da Rua das Molianas até à Cruz de Pedra ao princípio do passeio desta Rua, sendo entregue a Paulo Ferreira, do lugar das Coradeiras, Fermentões, por 58\$700 e pôs-se ainda a pregão cada braça de prepianho para as guardas da Ponte da Madroa, o que foi entregue a Luís José Peralta, de Fermentões, a 6 600 réis⁹⁴⁴. Em Março de 1820 foram postas a pregão as guardas da Ponte da Madroa. Foram entregues a Pedro J. Jacinto, de Santa Cruz, cada braça 4\$66 réis fazendo ele os carretos à sua custa da pedra desbastada e desempenada com altura das guardas do Campo da Feira e grossura de palmo e meio o prepianho⁹⁴⁵.

Em 1840 determinava-se, que os carros de barro para os oleiros, que não entrassem pela Madroa ou pelos Pombais para dentro da vila, não pagassem a imposição da ferragem das rodas, ficando livre o passe para Trás Gaia e Ponte de S. Lázaro, por ser fora das barreiras da Cruz de Pedra⁹⁴⁶.

Em 1863 o Eng. Almeida Ribeiro propõe para esta zona na folha nº 12: «*O projecto com a largura de 9 metros em toda a extensão da rua, ainda que um tanto dispendiosa a partir da ponte da Madroa, parece-me satisfazer às condições de uma boa comunicação entre o Toural e a estrada de Santo Tirso*», prevendo assim, o alargamento da rua desde as Domínicas até à Cruz de Pedra⁹⁴⁷.

⁹⁴¹ Ibidem JLF - VOC I, p. 363.

⁹⁴² Ibidem JLF - EV IV, p. 71v; Ibidem JLF - VOC I, p. 368.

⁹⁴³ Ibidem JLF - EV III, p. 72v; Ibidem JLF - VOC II, p. 413.

⁹⁴⁴ Ibidem JLF - VOC I, p. 433.

⁹⁴⁵ Ibidem JLF - VOC I, p. 200v.

⁹⁴⁶ Ibidem JLF - VOC I, p. 255.

⁹⁴⁷ Ibidem MAO, p. 18-19.

Interessava melhorar aquela rua, como zona de passagem que era, e assim, em 1865, a Câmara fez o contrato com o conde de Arrochela e Manuel de Magalhães de Araújo Pimentel, para construírem por 2 386\$670 réis as ruas da Madroa, Molinas e Rua Nova das Oliveiras, até à esquina do Toural⁹⁴⁸.

Em 1869 a Câmara renova a representação, que já havia feito ao rei em 16 de Junho de 1868 pedindo a conclusão da estrada do Porto desde a Cruz de Pedra até à Madroa⁹⁴⁹, e em Maio, sendo ministro das Obras Públicas Sebastião Lopes de Calheiros e Meneses, sai uma portaria, publicada no Diário do Governo desse mês, aprovando o projecto datado de 12 de Fevereiro de 1868, relativo ao lanço de 316,33 m de comprimento, para ligar a rua da Madroa com a sítio da Cruz de Pedra, no princípio da estrada de Santo Tirso, ordenando ao chefe da 6ª divisão das Obras Públicas, que faça executar os trabalhos da sua construção⁹⁵⁰.

Na reunião da Comissão de Melhoramentos de 7 de Julho de 1869 discutiram-se assuntos relacionados com a necessidade de uma circular para a cidade de Guimarães, tendo Francisco Pinto do Amaral lembrado a necessidade de se estudar o assunto e reflectir sobre a conveniência de abrir uma rua que partindo de Vila Verde fosse sair à igreja do Campo da Feira, e mais tarde, que fosse ligar à Rua da Madroa⁹⁵¹.

Depois só voltamos a ter notícia deste local quando, em Agosto de 1898, a Câmara Municipal em sessão de dia 7, resolveu pedir ao Director das Obras Públicas autorização para abrir um poço à margem da Estrada Real nº32, a fim de se fazer a calafetagem da água da fonte pública ali existente⁹⁵².

Rua da Cruz de Pedra. Na Cruz de Pedra existiu outrora a Capela de Santo André, pertença da Misericórdia. Em 8 de Novembro de 1812 há uma Portaria do ordinário, alcançada pela Misericórdia de Guimarães, em virtude de ter sido favorável a informação dada pelo Abade de Regilde, concedendo à mesma Misericórdia licença para secularizar e demolir as suas capelas de Santo André, acima da Cruz de Pedra, na altura arrabalde da vila, e a de Santo André de Bouças, na freguesia de Goulães, que fizeram parte de gafarias e que agora estavam arruinadas. Da capela de Bouças ainda

⁹⁴⁸ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 145v.

⁹⁴⁹ Ibidem JLF - *EV II*, p. 119v.

⁹⁵⁰ Ibidem JLF - *EV II*, p. 136.

⁹⁵¹ Ibidem MAO.

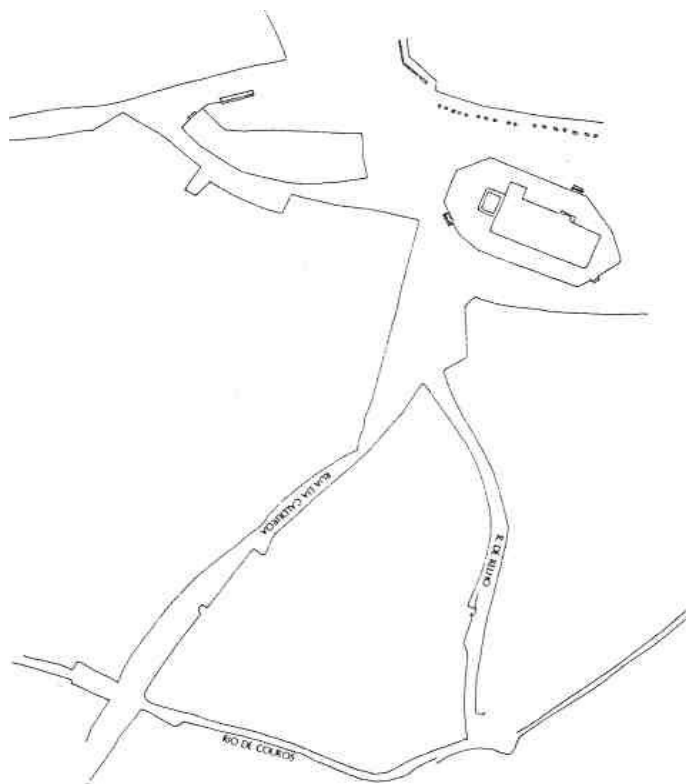
⁹⁵² Ibidem CG, nº 1315 (1898 Ago.19), p. 2.

em 1903 foi arrematado, como bens nacionais, parte das paredes e terreno que ocupava⁹⁵³.

Em Dezembro de 1840 decidiu-se pagar ao fiscal 91\$000 pelos consertos feitos em várias ruas, entre as quais a Calçada da Cruz da Pedra, à entrada da Estrada Nova⁹⁵⁴.

Não ouvimos mais falar desta zona até que em 1863 o Eng. Almeida Ribeiro nos diz «*A Rua das Lameiras, única comunicação entre a Cruz de Pedra e S. Lázaro precisa de uma maior largura em todo o seu comprimento, e de ser prolongada até à rua de D. João I. O projecto que apresento, com 9 metros de largura, estabelecerá uma excelente ligação entre as estradas de Santo Tirso e do Porto*»⁹⁵⁵. Este projectava não só alargar a rua, mas também a ligação da Cruz de Pedra a S. Lázaro.

É em sessão de 6 de Agosto de 1902 que a Câmara Municipal aprova o projecto de reconstrução e melhoramento do Largo da Cruz de Pedra⁹⁵⁶. Não mais tornamos a ver referências a esta zona durante a monarquia.



⁹⁵³ Ibidem JLF - EV IV, p. 139.

⁹⁵⁴ Ibidem JLF - VOC I, p. 256v.

⁹⁵⁵ Ibidem MAO, p. 23-24.

⁹⁵⁶ Ibidem CG, nº 1701 (1902 Ago.19), p. 2.

A **Rua da Caldeiroa** conduzia ao Largo da Cruz de Pedra. Zona de habitação de operários, durante o século XIX pouco ouvimos falar dela. Apenas o Eng. Almeida Ribeiro acerca dos projectos contidos na folha nº13, que era a última, esclarece o seguinte: «[...] *A Rua da Caldeiroa, como as demais ruas da cidade, não conserva uma largura constante em todo o seu comprimento. Melhorei-a dando-lhe a largura de 9,5 metros, a máxima que ela tem actualmente*»⁹⁵⁷. E diz ainda: «[...] *Levados a efeito os melhoramentos projectados nas folhas 11, 12 e 13 torna-se útil a abertura de uma rua que partindo da Rua d'Além do Rio vá terminar em S. Lázaro seguindo a direcção geral das actuais vielas da Caldeiroa e das Freiras. A execução desta rua, que tracei na planta geral, demanda a demolição de uma parte do bairro de Traz Gaia*»⁹⁵⁸.

Em 13 de Julho de 1863 a Comissão de Melhoramentos resolveu que se melhorasse a Rua da Caldeiroa, dando-lhe menor largura do que a indicada pelo Eng. Almeida Ribeiro cingindo-a mais aos alinhamentos existentes⁹⁵⁹. Assim, o projecto para a grande remodelação da rua não chegou a ser feito, tal como o alargamento da viela da Caldeiroa. Efectuaram-se apenas pequenos consertos, mas nada de efectivamente inovador.

Em 1888 a imprensa anuncia que a rua da Caldeiroa, iria ser calcetada⁹⁶⁰. Realmente, em sessão da Câmara de 4 de Agosto de 1889, foi arrematada a reconstrução da rua da Caldeiroa⁹⁶¹. Os trabalhos começaram em Fevereiro de 1890⁹⁶², sendo calcetada e feitos passeios, para o que foi necessário quebrar a grande penedia que nela existia⁹⁶³. Esta obra é considerada de tal maneira importante, que o Presidente da Câmara, no seu discurso de balanço, diz na sessão extraordinária de 3 de Dezembro de 1893, que uma das principais obras do seu mandato foi a reconstrução das ruas da Arcela e Caldeiroa⁹⁶⁴.

⁹⁵⁷ Ibidem MAO, p. 26-28.

⁹⁵⁸ Ibidem MAO, p. 26-28.

⁹⁵⁹ Ibidem MAO.

⁹⁶⁰ Ibidem CG, nº 398 (1888 Set.13), p. 2.

⁹⁶¹ Ibidem CG, nº 517 (1889 Dez.9), p. 2.

⁹⁶² Ibidem CG, nº 536 (1890 Fev.24), p. 2.

⁹⁶³ Ibidem JLF - EV IV, p. 322.

⁹⁶⁴ Ibidem CG, nº 806 (1893 Jan.9), p. 2.

Em Maio de 1893 anuncia-se, que vai ser melhorado o caminho municipal entre a Rua da Caldeiroa e o Arquinho, sendo a arrematação feita no dia 24, tendo como base de licitação a quantia de 500\$000 réis⁹⁶⁵.

A Comissão Municipal, em sessão de 20 de Novembro, aprovou o projecto da continuação da reconstrução da rua da Caldeiroa⁹⁶⁶.

Com a construção da nova estrada de ligação da cidade à estação do Caminho de Ferro, cortava-se a comunicação entre as Ruas da Caldeiroa e Vila Flor. Assim, a Câmara Municipal, em sessão de 23 de Fevereiro de 1898, resolveu requerer licença para comprar dois terrenos para restabelecimento da comunicação definitiva das ruas da Caldeiroa e Vila Flor⁹⁶⁷. No mês seguinte a Câmara delibera pedir autorização para expropriar os terrenos necessários a fim de restabelecer a comunicação definitiva das ruas da Caldeiroa e Vila Flor⁹⁶⁸.

Com o início do novo século a vida cidadina impõe-se e começa-se a colocar na cidade diverso mobiliário urbano. Em sessão de 3 de Março de 1902 a Câmara recebe autorização do Director das Obras Públicas para a colocação de um marco fontanário no começo da Rua da Caldeiroa, junto à Avenida do Comércio⁹⁶⁹.

Rua de Relho. Pertencia esta rua em 1807 ao 3º Bairro de vigilância da cidade, tendo como juiz nomeado Torcato Mendes de Oliveira, da Rua de Couros⁹⁷⁰. Esta rua dava acesso aos jardins e Palácio de Vila Flor, e, depois da inauguração do caminho de ferro, através do Campo do Minhoto à estação do Cavalinho.

Só temos notícias dela em 1863, quando o Eng. Almeida Ribeiro nos diz: «[...] *Toda a edificação da Rua do Relho não tem importância. Atendendo a isto e à actual forma da rua parece-me que o melhor quer a Câmara tem a fazer é desprezar a rua actual e rasgar uma nova no sentido das linhas que projectei [...]*»⁹⁷¹.

⁹⁶⁵ Ibidem CG, nº 836 (1893 Maio 1), p. 2.

⁹⁶⁶ Ibidem CG, nº 891 (1893 Dez.4), p. 2.

⁹⁶⁷ Ibidem CG, nº 1270 (1898 Fev.25), p. 2.

⁹⁶⁸ Ibidem CG, nº 1271 (1898 Mar.1), p. 2.

⁹⁶⁹ Ibidem CG, nº 1659 (1902 Mar.11), p. 2.

⁹⁷⁰ Ibidem JLF - VOC, p. 269v.

⁹⁷¹ Ibidem MAO, p. 26-28.

Em 13 de Julho de 1863 houve reunião da Comissão de Melhoramentos que, de entre as deliberações tomadas, resolveu seguir o projecto do Engenheiro para a rua de Relho⁹⁷².

Zona de habitações operárias, tal como toda a zona nascente e sul à volta da cidade, a piedade popular manifestava-se em pequenas demonstrações de religiosidade. Em 16 de Maio de 1875 foi com muita pompa benzido o Senhor do oratório do Relho, tendo à noite iluminação, fogo e música de Jacinto “maneta”⁹⁷³.

Entretanto a rua muda de denominação, passando a chamar-se Rua de Vila Flor. Já o Padre Caldas, na sua obra editada em 1881 lhe dá a nova denominação⁹⁷⁴. No ano de 1883 diz-nos a imprensa, de que esta rua, que era a natural avenida para a estação do caminho de ferro, vai ser reconstruída por ordem da Câmara, sendo a base de licitação da obra a fazer a quantia de 865 000 réis⁹⁷⁵. E aqui, zona industrial, onde se tinham instalado curtimenta e transformação dos curtumes, começam a instalar-se novas fábricas⁹⁷⁶.

2.2. Alameda

Designamos por **Alameda**, para mais fácil compreensão, um conjunto de largos: **o Largo de S. Sebastião, o Terreiro de S. Francisco, Carvalhas de S. Francisco e Largo do Trovador** ou de Couros, que embora perfeitamente individualizados, confinavam uns com os outros, na zona nascente da cidade, do lado de fora da muralha. Isto leva a que muitas vezes se confundam, pois nos nossos dias perderam a importância que tinham, relevando-se o Terreiro de S. Francisco, ampliado e remodelado, com o nome de Alameda.

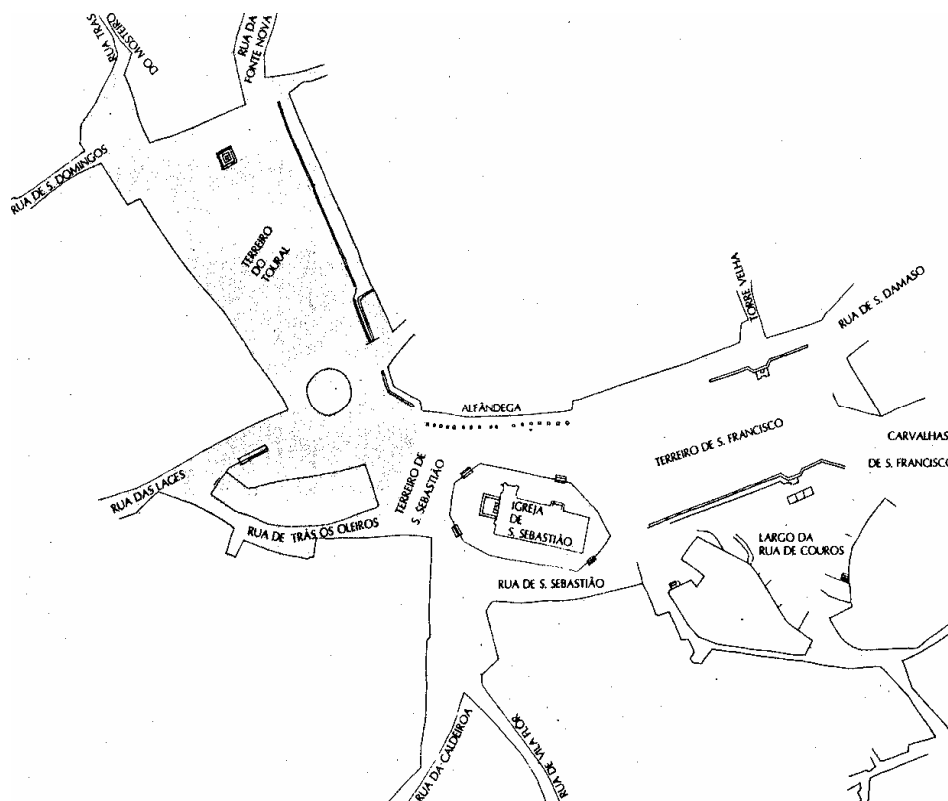
⁹⁷² Ibidem MAO.

⁹⁷³ Ibidem JLF - *EV II*, p. 150.

⁹⁷⁴ Padre António Caldas - *Ob. cit.*, p. 130.

⁹⁷⁵ Ibidem *RP*, (1883 Dez.15), p. 2.

⁹⁷⁶ Por exemplo, em 28 de Agosto de 1900 é publicado na imprensa um edital, em que Manuel Bernardo requer licença para laboração da Fábrica de Tecidos de Linho e Algodão, com teares manuais e a vapor, no lugar de Vila Flor. Ibidem *CG*, nº 1510 (1900 Ago.28), p. 3.



Existiu em tempos nesta zona o Largo do Pelourinho. Diz-nos Alberto Vieira Braga que no séc. XVII “[...] o Pelourinho, que ficava no largo deste nome, ao fundo da Torre Velha, para a parte da igreja de S. Sebastião onde o padecente ficava exposto, sem castigo corporal, um tanto tempo, à curiosidade e vaías da população, ou desandava, ao carvalho da polé, que ficava para a banda do poente do Rossio do Codessal, no Campo da Feira, sendo ali trateado, para purgamento das faltas cometidas. Mas se o castigo, impunha a expiação de algum crime, era levado lá mais para cima, caminhos velhos em fora, Vaca Negra a festo, até o Souto de Francos na freguesia de Urgeses, onde ficava o outeiro da forca. No limite desta freguesia, outro monte, onde está a forca desta vila de Guimarães, diz o Tombo. [...]”⁹⁷⁷.

Entretanto aquela zona foi-se povoando, dado o seu local intermédio entre a zona industrial e a cidade. Em 10 de Março de 1877, o extracto da última sessão da Câmara Municipal mostrava um requerimento de José António Ribeiro, pedindo-se-lhe que marcasse o alinhamento para a construção de uma casa no largo do Pelourinho. A sua fisionomia foi-se transformando, devido não só à expansão da zona de Couros,

como ao crescimento da cidade. Isso levou a que em 10 de Junho de 1880, em Sessão Extraordinária da Câmara, comemorando-se o 3º Centenário de Camões depois do discurso do Presidente da Câmara, o vereador António Joaquim de Melo, apresentasse uma proposta para que o Largo do Pelourinho fosse desde esse dia chamado Largo do Trovador, “*para que deste modo e nesta ocasião da glorificação ao engenho e à arte , façamos honrosa comemoração do nosso imortal patrício*”, o trovador Manuel Gonçalves. A proposta foi, sem discussão, unanimemente aprovada pela Câmara⁹⁷⁸.

Este largo, também conhecido por Largo da Rua de Couros⁹⁷⁹, era o local que os moradores desta zona, manufactureiros de couros, usavam para secar couros. Assim, como exemplo, temos o requerimento de António José Ribeiro, pedindo licença para atar as cordas de enxugo, durante o inverno, no Largo do Trovador, para secar couro, pela qual quer pagar a quantia de 6\$000 réis. Foi deferido em sessão da Câmara de 21 de Outubro de 1885⁹⁸⁰.

Em 1888 os jornais queixam-se, que era necessário proceder a alguns reparos no Largo do Trovador, fazendo desaparecer o lajeado que ali existe, e onde as pessoas frequentemente caíam⁹⁸¹.

Também, em sessão da Comissão Municipal de 2 de Agosto de 1893, resolveu-se aprovar o projecto e orçamento do aumento do tanque ali existente⁹⁸². Neste local, havia também um oratório, que se encontrava nesta época, em muito mau estado. Em 20 de Outubro de 1909, reuniu-se a Junta da Paróquia de S. Sebastião e deliberou dar um subsídio para o seu conserto, sendo ela quem mandaria fazer as obras necessárias, apesar da oposição dos moradores da zona⁹⁸³.

No fim do Terreiro Tournal existia o Postigo de S. Paio na Muralha e quase a seguir a Igreja de S. Sebastião, com seu adro e cemitério. Para trás estendia-se o amplo Terreiro de S. Francisco.

Em sessão da Câmara de 5 de Outubro de 1789 foi posta em arrematação e entregue pelo lanço de 30\$000 réis a Miguel Pereira de Carvalho, da freguesia de Arões, a obra do tanque da Fonte dos Passarinhos no Terreiro de S. Francisco, com a obrigação

⁹⁷⁷ Ibidem AVB - ASMV, p. 273.

⁹⁷⁸ Ibidem JLF - VOC II, p. 154v-155; Ibidem JLF - EV II, p. 251v. P^e Caldas, p.179.

⁹⁷⁹ P^e António Caldas - *Ob. cit.*, p. 130.

⁹⁸⁰ Ibidem CG, nº 131 (1885 Out.22), p. 2.

⁹⁸¹ Ibidem CG, nº 346 (1888 Fev.23), p. 2.

⁹⁸² Ibidem CG, nº 861 (1893 Ago.14), p. 2.

⁹⁸³ Ibidem JLF - EV IV, p. 58.

do Senado lhe mandar vir a pedra, devendo ser feito segundo o risco que lhe foi entregue⁹⁸⁴. Num local onde se previligia a indústria de couros, foi em 1821, condenado João Soares Barbosa, surrador da Torre Velha, em 1\$200 réis, por meter os couros de molho no Tanque dos Passarinhos, sujando a água para os animais beberem, com prejuízo público⁹⁸⁵.

Em 1831 já o tanque da Fonte dos Passarinhos, que se encontrava em muito mau estado. Por isso, em Agosto de 1831 a Câmara decidiu que se pusesse a lanços o seu conserto⁹⁸⁶, sendo ainda durante esse mês posto a lanços as águas⁹⁸⁷. Foi entregue ao mestre pedreiro Custódio Moreira da Rua de S. Domingos⁹⁸⁸.

Perto deste local também faziam as suas vendas as padeiras e as doceiras. Por isso, António Alves Ribeiro Guimarães, do Postigo de S. Paio, em requerimento ao rei comprometeu-se a fazer uma alpendrada para as padeiras onde a Câmara designasse⁹⁸⁹, e requereu a esta, em 1793, para que lhe fosse designado o local onde a devia fazer⁹⁹⁰. No entanto, apesar do risco da alpendrada das padeiras a fazer no Pelourinho, ter sido apresentado em 23 de Junho de 1795⁹⁹¹, e a Câmara em 22 de Agosto de 1795 ter mandado que as obras comesçassem dentro de 24 horas, tal não deve ter acontecido, pois em 7 de Agosto, foi novamente intimado a fazê-lo⁹⁹².

Em Janeiro de 1805 Manuel Vale de Carvalho e sua mulher requerem poder levantar uma morada de casas sobre a antiga alpendrada e foi-lhes concedida autorização⁹⁹³. Mais tarde, em sessão da Câmara de 18 de Março de 1822 foi designado como local para instalação das doceiras, as primeiras escadas do adro de S. Sebastião para o Tournal, para quem vinha de S. Francisco⁹⁹⁴.

Em 3 de Maio de 1848 um acórdão do Conselho do Distrito confirma a deliberação da Câmara de 1847 que mandou demolir a alpendrada em que tinha o banco

⁹⁸⁴ Ibidem JLF - *VOC II*, 163 p. 40-41.

⁹⁸⁵ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 205.

⁹⁸⁶ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 238v.

⁹⁸⁷ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 238v.

⁹⁸⁸ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 239.

⁹⁸⁹ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 353.

⁹⁹⁰ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 179.

⁹⁹¹ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 354.

⁹⁹² Ibidem JLF - *VOC I*, p. 354.

⁹⁹³ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 357v, 358.

⁹⁹⁴ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 438.

o ferrador Domingos Gonçalves Marques, e ainda outras em idênticas circunstâncias, a requerimento dos moradores da Rua de Trás de S. Sebastião⁹⁹⁵.

Começa-se também a reparar as calçadas, que se encontravam em muito mau estado. Assim, em 1815, a Câmara pôs a lanços 45 carros de pedra miúda e alvenaria, que existia na Rua de S. Dâmaso e não servia para a calçada, sendo adjudicado a 240 réis por cada carro, ou todas por 10\$000 réis em metal a Manuel Joaquim criado de Martinho Correia⁹⁹⁶. Também em 1818 se decide que fosse reformada a calçada da rua de Trás do Muro, uma parte da calçada da Rua de Entre os Regatos e outra parte da Rua Travessa⁹⁹⁷.

Esta zona localizava-se perto da zona industrial de Couros, e por isso, muitas vezes, os vizinhos continuavam o velho hábito de secar casca e couros, espalhando-os por sítios públicos. Entretanto, a Câmara decide colocar tudo em ordem, e em sessão da Câmara de 27 de Março 1824 proibiu secar casca nas ruas, fora do sítio designado (que era nos povais do Terreiro de S. Francisco e rua de Couros), sob pena de 6\$000 réis⁹⁹⁸. Muitos anos mais tarde, em 26 de Junho de 1856 delibera mesmo proibir secar casca e couros no terreiro de S. Francisco e Pelourinho⁹⁹⁹, o que mostra que este local foi gradualmente aumentando a sua importância a nível urbano. Entretanto, por aviso de 30 de Outubro de 1824 foi mandado pôr à disposição do Brigadeiro Inspector dos Quartéis a Alfândega da vila, para que fosse estabelecido o corpo principal da guarda, o que leva a Câmara a fazer uma representação contra esta decisão, pois é um “*edifício público que pertence à vila inteira é ali que se recolhem as mercadorias e mantimentos que entram na mesma vila, como o azeite, panos, lãs, queijos e outros mais géneros, é ali que se faz a venda de sardinha galega, a do pão das terças, o repeso e a guarda das rendas do concelho, é ali que se recolhem os almocreves que importam e exportam estes géneros, é ali que ficam retidas e embargadas as fazendas apreendidas por sonegação de direitos e é até à noite que aí mora o mesmo alfandegueiro obrigado a tomar e a dar conta dos géneros que entram e saem*”¹⁰⁰⁰.

⁹⁹⁵ Ibidem JLF - EV II, p. 109.

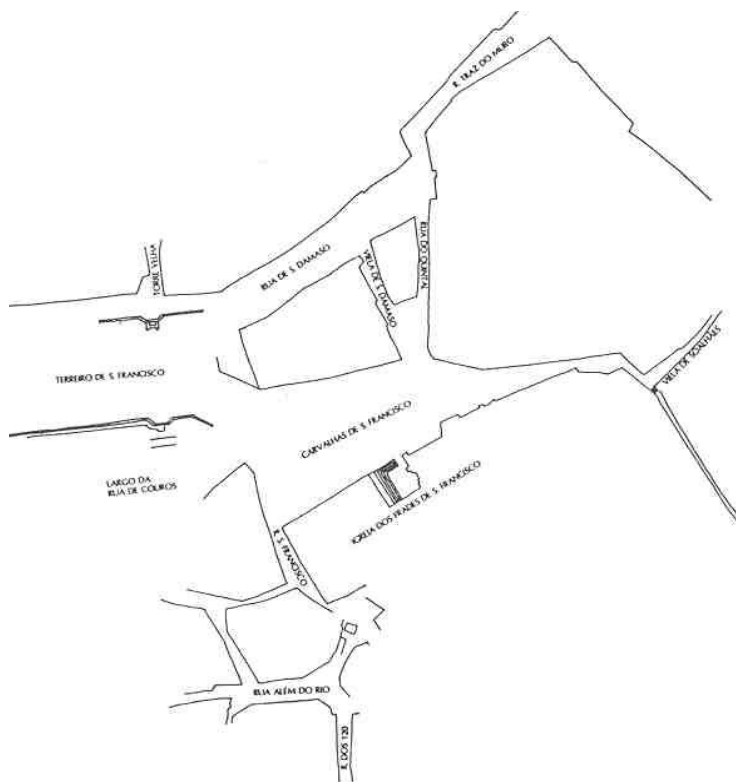
⁹⁹⁶ Ibidem JLF - EV IV, p. 59v.

⁹⁹⁷ Ibidem JLF - VOC I, p. 192v.

⁹⁹⁸ Ibidem JLF - VOC II, p. 439.

⁹⁹⁹ Ibidem JLF - VOC II, p. 455v.

¹⁰⁰⁰ Ibidem JLF - EV IV, p. 180-181.



Em Agosto de 1836 delibera-se que se mandasse orçamentar por dois pedreiros, a composição da calçada, desde o primeiro pião da porta de Manuel Luís de Sousa, na rua de Trás o Muro, até ao penedo pegado à casa das Freitas, e da esquina da casa do Bilhar até à porta das Teixeiras na rua da Fonte Nova, a fim de se rematar em Câmara no dia 7 de Setembro¹⁰⁰¹. Delibera-se também que se examinasse e medisse a composição da calçada atrás do Muro, rematada em 11 de Outubro de 1836 por Manuel Fernandes Poupa¹⁰⁰².

As calçadas encontravam-se em muito mau estado, e em 1837 resolveu-se que se devia proceder à arrematação da calçada da Fonte dos Passarinhos, no dia 30 de Agosto¹⁰⁰³.

Como não existia mercado, a Câmara procurava ordenar as trocas comerciais o melhor que podia. Assim, em 1839 as posturas determinam que as doceiras formassem uma rua encostadas ao adro de S. Sebastião descendo para o lado da Caldeiroa, cujo arruamento lhes seria designado pelo respectivo juiz eleito. Quem transgredisse seria

¹⁰⁰¹ Ibidem JLF - VOC I, p. 117v.

¹⁰⁰² Ibidem JLF - VOC II.

¹⁰⁰³ Ibidem JLF - VOC II, p. 127.

multado em 240 pela 1ª vez, no duplo pela 2ª vez, no triplo pela 3ª vez e à 4ª será autoada. As vendedeiras de sementes ficariam depois das doceiras no lugar que o juiz eleito lhes determinasse¹⁰⁰⁴.

Em 1844 determinou-se que as regateiras de fruta e aves e as padeiras e vendedeiras de pão fossem mudadas para as Carvalhas de S. Francisco, mas a Ordem Terceira de S. Francisco reclamou, o que levou a que se mudassem, poucos dias depois, para o Largo dos Barbeiros do Tournal e entrada da rua de S. Domingos, conservando-se no local habitual as vendedeiras do pão, até que se lhes pudesse fazer um abarracamento próprio¹⁰⁰⁵.

Este local, embora perto do Campo da Feira, não tinha boas ligações com esse largo. Isso levou a que em Maio de 1846 se mandasse abrir um caminho mais amplo das Carvalhas de S. Francisco pela Viela de Soalhães, para o Campo da Feira¹⁰⁰⁶.

O Terreiro de S. Francisco continuava a ser usado para feira, enquanto o Largo do Tournal se começava a embelezar. Assim, em 11 de Fevereiro de 1857 proibiu-se estender louça para venda no Tournal e outros largos, permitindo-o somente no Largo das Carvalhas de S. Francisco enquanto não fosse designado outro¹⁰⁰⁷, e em 1857 a imprensa queixa-se de que os oleiros não estão satisfeitos com o local que a Câmara lhes deu para a venda de louça, e que reclamam a mudança para o Terreiro de S. Francisco¹⁰⁰⁸. Este local amplo e próximo da cidade, era bom para acomodar grandes volumes de pessoas e mercadorias. Finalmente, em 15 de Fevereiro de 1859 decide-se que a louça vidrada, ou não vidrada, seja vendida somente no Largo das Carvalhas de S. Francisco¹⁰⁰⁹.

Entretanto, em Junho de 1858 a Câmara designa o Engenheiro Conductor Pedro Joaquim Ferreira, sob a direcção do Conselheiro Director das Obras Públicas do Minho, Plácido António de Abreu, para fazer as plantas entre as quais a do novo Mercado e do Largo de S. Francisco, mudança do Tanque dos Passarinhos, demolição dos muros e rampas da Torre Velha, comunicação de S. Dâmaso para rua Nova do Muro e resolve-se contrair um empréstimo de 12:000\$000 réis e posteriormente outro de 9:009\$180 para

¹⁰⁰⁴ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 249.

¹⁰⁰⁵ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 289v.

¹⁰⁰⁶ Ibidem JLF - *VOC*, p. 452v.

¹⁰⁰⁷ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 455v.

¹⁰⁰⁸ Ibidem *TG*, nº 62 (1857 Abr.14), p. 4.

¹⁰⁰⁹ Ibidem JLF - *EV II*, p. 144v.

as ditas obras¹⁰¹⁰. Foi em sessão da Câmara de 5 de Outubro de 1789 que foi posta em arrematação e entregue pelo lanço de 30\$000 réis a Miguel Pereira de Carvalho da freguesia de Arões, a obra do tanque da Fonte dos Passarinhos no Terreiro de S. Francisco, com a obrigação do Senado lhe mandar vir a pedra, sendo feito na forma do risco que lhe foi entregue¹⁰¹¹. Mas em 1869 constrói-se o novo tanque dos Passarinhos¹⁰¹², sendo em 27 de Janeiro de 1869 arrematada obra de passagem de S. Francisco para a Torre Velha, por 294\$000 réis¹⁰¹³.

Entretanto o largo começa a ter grande movimento e a igreja de S. Sebastião estrangula a movimentação naquele espaço. Assim, em 26 de Maio de 1860 arremata-se o recuo de um metro em linha recta do adro da igreja pelo lado sul¹⁰¹⁴.

Vai ser, finalmente, o Eng. Almeida Ribeiro que, na sua Planta vai propor um espaço amplo e largo, através de diversas demolições¹⁰¹⁵, o que efectivamente vai ser realizado. Em meados deste século começa-se a pensar no aformoseamento da cidade, e em 16 de Setembro de 1863, de acordo com esta perspectiva, delibera-se que se promova uma subscrição a fim de se mandar fazer pelo sistema da iluminação a gás adoptado nas cidades do Porto e Braga, seis colunas para lampiões para o Terreiro de S. Francisco¹⁰¹⁶.

Finalmente, em 23 de Janeiro de 1864 foi resolvido demolir a igreja de S. Sebastião¹⁰¹⁷, e em 28 de Dezembro decide-se a reforma do tanque dos Passarinhos¹⁰¹⁸.

No Largo de S. Sebastião passaria ainda a fazer-se a praça da erva, segundo a deliberação de 17 de Janeiro de 1866, e a feira da hortalíça iria para as Lajes¹⁰¹⁹.

A piedade popular estava sempre presente em todos os locais mais habitados ou frequentados, e isso prova-se com a benção do Senhor dos Aflitos, em 9 de Novembro de 1867, ao meio dia, sendo a sua imagem colocada no novo oratório das Carvalhas de S. Francisco, acompanhada por música e foguetes, e à noite arraial popular¹⁰²⁰.

¹⁰¹⁰ Ibidem JLF - VOC II, p. 456.

¹⁰¹¹ Ibidem JLF - VOC II, p. 163-163v.

¹⁰¹² Ibidem JLF - EV IV, p. 321v.

¹⁰¹³ Ibidem JLF - VOC II, p. 461v, 463v.

¹⁰¹⁴ Ibidem JLF - EV II, p. 14; Ibidem JLF - VOC, p. 145; Ibidem JLF - VOC II, p. 457; Ibidem JLF - VOC I, p. 459.

¹⁰¹⁵ Ibidem MAO, p. 26-28.

¹⁰¹⁶ Ibidem JLF - EV II, p. 146v.

¹⁰¹⁷ Ibidem JLF - VOC II, p. 459v, 461v.

¹⁰¹⁸ Ibidem JLF - VOC II, p. 459v, 461v.

¹⁰¹⁹ Ibidem JLF - VOC II, p. 460, 32v.

¹⁰²⁰ Ibidem JLF - EV IV, p. 142v.

Entretanto foi eleita uma Comissão de Melhoramentos encarregada de analisar os projectos do Eng. Almeida Ribeiro. Reunida em 7 de Julho de 1869 resolveu aceitar e realizar as alterações nele propostas relativamente ao Passeio Público, à sugerida rua do Cano, aos Quartéis, ao melhoramento da rua de Santa Bárbara, ao rebaixamento do Terreiro do Cano, à demolição do muro do Asilo, (substituindo a parte demolida por uma grade de ferro), e acrescentar aos “melhoramentos” indicados um jardim no Terreiro do Cano, ficando para campo de manobras militares o Terreiro de S. Francisco. Prolongar o alinhamento do Campo da Feira desde o Teatro de D. Afonso Henriques até à Rua Nova, e proceder à abertura de uma nova rua partindo da reentrância da Rua de Traz do Muro até à Rua Nova, seguindo daí pela Rua de Donães até à Rua dos Mercadores¹⁰²¹. Na sessão de dia 8 decidiu-se aprovar a abertura da nova rua projectada entre as Carvalhas de S. Francisco e o Campo da Feira e proceder a “melhoramentos” na Rua do Quintal, para promover uma melhor ligação entre as Carvalhas de S. Francisco e a Rua de S. Dâmaso até à Rua de Donães. O Presidente da Comissão, Dr. Avelino da Silva Guimarães, propôs que também se incluísse no plano definitivo a remoção da igreja de S. Sebastião, mas sempre de acordo, tanto quanto possível, com o pároco e com os paroquianos daquela freguesia, o que foi aprovado, declarando o sr. Luís Cardoso que, não só aprovava a proposta, mas a adoptava como sua¹⁰²². Mais uma vez se reuniu a Comissão, em 13 de Julho de 1869, e, entre as deliberações tomadas, decidiu regularizar e arborizar o Largo de S. Francisco com árvores nos lados e uma rua arborizada no centro, e do mesmo modo, o Largo de S. Sebastião, também influenciada na Praça da Batalha, do Porto; cortar a alpendrada da Alfândega; proceder aos dois cortes projectados na Rua de S. Sebastião e aos dos quintais das Carvalhas de S. Francisco; adoptar os projectos elaborados para o largo e para as ruas de Couros e de Além do Rio, bem como o alinhamento proposto para a rua de S. Francisco¹⁰²³. Em 15 de Julho de 1869 houve nova reunião da Comissão de Melhoramentos, em que foi proposto por João de Castro Sampaio que se lembrasse à Câmara a conveniência de se pedir ao Governo a parte vaga do Convento de S. Francisco, para aí ser instalada a escola do Conde Ferreira e, deste modo, se poder aceitar um legado, uma vez que o terreno e os materiais se obteriam sem encargo para o município. Isto sem prejudicar a

¹⁰²¹ Ibidem MAO.

¹⁰²² Ibidem MAO.

¹⁰²³ Ibidem MAO.

escola que se deve instalar no edifício da biblioteca, ao Terreiro do Carmo, pois numa cidade tão populosa como Guimarães não seriam demais duas escolas de instrução primária¹⁰²⁴. Na sessão do dia 16, Francisco Ribeiro Martins da Costa referiu que as praças do Toural e de S. Francisco eram as mais frequentadas e de mais vida e comércio e, por isso, as mais importantes da cidade, pelo que, de preferência, deviam ter a maior atenção por parte da Comissão, a fim de se realizar o seu embelezamento, propondo, de seguida a desmontagem do tanque do Toural e a demolição da igreja de S. Sebastião. A Comissão também considerou de primeira necessidade e urgência a conclusão do novo mercado¹⁰²⁵.

Entretanto o largo de S. Sebastião continuava com “melhoramentos”. Em 1871 construiu-se de novo o tanque no lado sul do muro do adro de S. Sebastião¹⁰²⁶ e, nesse mesmo ano, o mestre pedreiro Oliveira arrematou fazer o corte do adro da Igreja de S. Sebastião. Posteriormente pensava-se fazer na frente da igreja uma escada de nove degraus, com um pedestal de cada lado, para receber uma porta de ferro. O cruzeiro da frente da igreja seria removido e levantado de novo junto à torre. A escada em frente do Passo da Paixão seria levantada e metida dentro do alinhamento da parede, fazendo-se também dois pedestais, um de cada lado, de modo que pudessem receber outro portal de ferro, e a parede que seguiria daí para o local das padeiras seria acrescentada na parte onde fosse preciso, para ficar com igualdade, recebendo uma ou outra mais fiadas¹⁰²⁷.

Em 31 de Dezembro de 1874 a Câmara delibera contrair um empréstimo de 10.000\$000 réis, ao juro de 6%, para a continuação e conclusão dos “melhoramentos” do Campo do Toural; corte, expropriação e demolição da alpendrada da Alfândega do peixe e dos prédios necessários para o alinhamento das casas do lado sul do mesmo campo com a fachada do lado nascente do Terreiro de S. Francisco e a abertura duma nova rua entre o Largo do Anjo e o referido Terreiro de S. Francisco. Foi autorizada pelo Conselho de Distrito em 5 de Fevereiro de 1875, e em 26 de Julho de 1875 foi assinado contrato com o Banco de Guimarães¹⁰²⁸.

Em Outubro de 1878 começam os trabalhos da obra, que a Câmara projectou fazer no campo de S. Francisco, para fazer dele um parque ou alameda, semelhante à da

¹⁰²⁴ Ibidem MAO.

¹⁰²⁵ Ibidem MAO.

¹⁰²⁶ Ibidem JLF - *EV IV*, p. 321v.

¹⁰²⁷ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 159A.

¹⁰²⁸ Ibidem JLF - *EV IV*, p. 295v.

Praça Nova do Porto¹⁰²⁹. Foi anunciada para dia 20 de Novembro de 1878 a arrematação da obra de pedreiro nos “melhoramentos” do Campo de S. Francisco¹⁰³⁰.

Finalmente coloca-se em 20 de Abril de 1879 junto ao adro de S. Sebastião o primeiro quiosque para venda de tabacos e bebidas, e diz-nos João Lopes de Faria que era “à imitação do que já se usava nas principais terras do reino. Não fez negócio. Esteve fechado dois anos e depois foi removido”¹⁰³¹.

Em 23 de Julho de 1879 principiou-se a colocar as grades de ferro, no Largo de S. Francisco, sobre o muro de suporte que volta para o Largo do Trovador. Foi neste mês que se concluíram as ruas laterais, passeios do centro e toda a obra de pedra para aformoseamento deste largo. No mês de Setembro colocaram-se igualmente pedestais para também serem gradeados no muro de suporte sobre a rua de S. Francisco, fronteiro ao seu hospital. Esta obra acabou-se em Dezembro e foi feita à custa do então Ministro da Ordem, Cristóvão Cidade¹⁰³².

Em Janeiro de 1880 arborizou-se o Largo de S. Francisco, plantando-se ali trinta acácias, denominadas, oliveiras da Austrália. Os habitantes do largo protestaram imediatamente contra essa plantação, alegando que aquelas árvores os assombravam no Inverno, e pedindo antes de preferência outras de folha caduca. Dias antes tinham-se cortado antigas e grandes carvalhas de S. Francisco, fronteiras ao lado Norte da igreja, e que tinham dado o nome ao sítio, ficando apenas uma. Havia, no entanto, tenção de arborizar o mesmo local com árvores próprias, o que se não chegou a realizar¹⁰³³. Na noite de 15 de Fevereiro de 1880, noite de grande tempestade, foram cortadas à navalha todas as árvores, que a Câmara havia mandado plantar no Terreiro de S. Francisco, no dia 23 de Janeiro. Constando aos moradores que a Câmara lhes atribuíra esta acção, eles requereram e comprometeram-se ao mesmo tempo a plantar árvores iguais à sua custa. A Câmara deferiu e outras árvores foram efectivamente postas, à custa e cuidados dos requerentes. No Terreiro de S. Francisco colocaram-se ainda bancos de ferro fundido, debaixo das árvores no mês de Julho de 1881¹⁰³⁴.

¹⁰²⁹ Ibidem *RP*, nº 38 (1878 Out.2), p. 2.

¹⁰³⁰ Ibidem *RP*, nº 48 (1878 Nov.6), p. 2.

¹⁰³¹ Ibidem *JLF - EV II*, p. 55v.

¹⁰³² Ibidem *JLF - EV III*, p. 66.

¹⁰³³ Ibidem *JLF - EV I*, p. 69.

¹⁰³⁴ Ibidem *JLF - EV I*, p. 162.

Faltava ainda actualizar a toponímia, e, em 31 de Março de 1880, o vereador António Joaquim de Melo propôs que o Largo do Pelourinho se chamasse Largo do Trovador¹⁰³⁵.

Entretanto continuava-se a pensar na demolição da Igreja de S. Sebastião. Assim, em 21 de Abril de 1880, a Câmara resolve representar ao Governo, pedindo para que fosse concedida à Junta de Paróquia de S. Sebastião a igreja do Convento de Santa Rosa de Lima com as suas pertenças de coro, sacristia e casa residencial do capelão, a fim de substituir como paroquial a de S. Sebastião, que se pretendia demolir. Decide ainda, que se procedesse à feitura dos dísticos e dos números das ruas a que foi dada nova denominação¹⁰³⁶. Mas apenas em Fevereiro de 1882 é que a Câmara concretiza a resolução de pedir ao rei a referida igreja¹⁰³⁷.

Em 1 de Março de 1882 divulga-se um comunicado no jornal *Religião e Pátria*, defendendo a transferência da Igreja de S. Sebastião para a Igreja de S. Pedro, no Toural, procurando assim terminar a obra mais rapidamente e com mais subsídios¹⁰³⁸, e inicia-se uma forte polémica na imprensa local sobre se a antiga Igreja deveria ou não ir para a de S. Pedro ainda em construção¹⁰³⁹.

Na manhã do dia 24 de Junho de 1884 reuniram-se na igreja de S. Sebastião a Junta de Paróquia e vários moradores da freguesia, para decidirem sobre a remoção da mesma igreja. Apresentaram-se várias hipóteses, e por fim resolveu-se nomear uma comissão para estudar os meios para se construir, noutra lugar, uma nova igreja, se o governo não concedesse a das Domínicas¹⁰⁴⁰.

Entretanto decide-se erguer um Monumento a D. Afonso Henriques, e pensa-se desde logo colocá-lo no Largo de S. Francisco¹⁰⁴¹, que se encontrava agora muito abandonado, chegando-se mesmo a reclamar, por se ter transformado “*em verdadeiro campo de pastagem*”¹⁰⁴².

Era necessário aformosear o Largo de S. Francisco e Largo de S. Sebastião, assim que a igreja fosse removida, a fim de se determinar o ponto onde teria que ser

¹⁰³⁵ Ibidem JLF - VOC II, p. 153v-154.

¹⁰³⁶ Ibidem JLF - VOC II, p. 154.

¹⁰³⁷ Ibidem JLF - VOC I, p. 159 Av.

¹⁰³⁸ Ibidem RP, nº 2 (1882 Mar.1), p. 22.

¹⁰³⁹ Ibidem RP, nº 28 (1882 Mar.15), p. 2; nº 30 (1882 Mar.22), p. 2.

¹⁰⁴⁰ Ibidem JLF - EV II, p. 296v; Ibidem CG, nº 18 (1884 Jun.28) p. 2.

¹⁰⁴¹ Ibidem CG, nº 13 (1884 Jul.17), p. 2.

¹⁰⁴² Ibidem CG, nº 40 (1884 Out.23), p. 3.

levantada a estátua de D. Afonso Henriques. E assim, em sessão de 21 de Outubro de 1885 resolveu-se que o Engenheiro Municipal levante a planta dos ditos largos¹⁰⁴³.

Em sessão de 11 de Setembro, em vista do conteúdo dum ofício do presidente da comissão do monumento a D. Afonso Henriques, acompanhando uma carta do professor de Belas Artes de Lisboa, José António Gaspar, delibera-se, que o aludido monumento seja colocado na praça regularizada do Campo de S. Francisco¹⁰⁴⁴. Em meados de Novembro de 1885 começaram as obras para abertura do cabouco, onde se iria construir o alicerce para o monumento¹⁰⁴⁵.

Neste ano de 1887 a Junta de Paróquia de S. Sebastião nomeou uma comissão, que ficou composta por José Ferreira de Abreu, António Ribeiro da Costa Salgado, João de Oliveira Bastos, António Pereira da Silva e António de Faria Rebelo, para tratar dos meios de rápida remoção da sua igreja para outra. Desempenhou-se cabalmente da sua missão, obtendo licença da Priora do convento das Dominicais, para ali instalar a igreja paroquial. *“A estátua de D. Affonso Henriques collocada no largo immediatamente ao que está situada a egreja de S. Sebastião, bem merece o trabalho da demolição do templo que se não recommenda nem por datas históricas, nem por tradições populares, nem por obra d’arte”*, referia a imprensa local¹⁰⁴⁶. Assim, a Junta de Paróquia desta freguesia oficiou à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, solicitando a colocação da matriz no templo de S. Francisco. A mesa de S. Francisco nomeou uma comissão para estudar o assunto¹⁰⁴⁷.

Em Agosto de 1887 a Câmara vai proceder à reparação do Largo de S. Sebastião, devido ao péssimo estado em que se encontrava uma parte do Largo de S. Sebastião, provocado pelo grande movimento de carros para a estação do caminho de ferro¹⁰⁴⁸. Esta reparação foi arrematada em sessão da Comissão Municipal de 24 de Agosto de 1887¹⁰⁴⁹, tendo recommençado ainda durante esse mesmo mês¹⁰⁵⁰. Em 19 de Setembro de 1887 a estátua de D. Afonso Henriques, fundida na oficina de Massarelos,

¹⁰⁴³ Ibidem CG, nº 131 (1885 Out.22), p. 2.

¹⁰⁴⁴ Ibidem JLF - EV IV, p. 148v; Ibidem CG, nº 137 (1885 Nov.12), p. 2.

¹⁰⁴⁵ Ibidem JLF - EV IV, p. 163v.

¹⁰⁴⁶ Ibidem CG, nº 314 (1887 Out.20), p. 2.

¹⁰⁴⁷ Ibidem CG, nº 479 (1889 Jul.25), p. 3; Ibidem CG, nº 480 (1889 Jul.29), p. 3; Ibidem CG, nº 486 (1889 Ago.22), p. 2.

¹⁰⁴⁸ Ibidem CG, nº 296 (1887 Ago.4), p. 2.

¹⁰⁴⁹ Ibidem CG, nº 302 (1887 Ago.29), p. 2.

¹⁰⁵⁰ Ibidem CG, nº 303 (1887 Set.1), p. 2.

foi colocada no pedestal de mármore, sem qualquer pompa, ficando a inauguração para mais tarde ¹⁰⁵¹.

Entretanto o correspondente de Guimarães para o *Jornal da Manhã* lembra à Câmara a necessidade de dar o nome de Campo de D. Afonso Henriques ao Campo de S. Francisco, onde está erigida a estátua do fundador da monarquia, e o *Comércio de Guimarães* aplaude a ideia ¹⁰⁵².

A Junta de Paróquia da freguesia de S. Sebastião, em Outubro de 1887, resolve a mudança da sua igreja para qualquer das igrejas que ficam dentro da sua área, tendo oficiado à Câmara neste sentido, de modo a contribuir para o embelezamento da cidade ¹⁰⁵³. Assim, em sessão da Câmara de 27 de Outubro de 1887 foi lido um ofício da Comissão Delegada da Junta de Paróquia de S. Sebastião, em que participava que a mesma Junta resolveu a remoção definitiva da igreja matriz da mesma freguesia para qualquer das igrejas que se achavam dentro da área dela, e pedia para que a Câmara concedesse um subsídio à freguesia. Resolveu-se concorrer pelo modo que fosse mais legal com a quantia de 1:500\$000 réis, se a mudança se fizesse para a igreja de S. Pedro, ou com a quantia de 1:000\$000 réi, se fizesse para outra igreja, mas em qualquer hipótese com a condição de que no início do mês de Janeiro estariam removidas da dita igreja de S. Sebastião todas as imagens nela existentes e também que qualquer das duas referidas quantias seria satisfeita em duas prestações, uma no ano de 1888 e outra no de 1889. Resolveram ainda que a feira semanal, que se fazia no Campo de S. Francisco, fosse mudada para outro local e que interinamente a mesma feira fosse estabelecida no largo de S. Sebastião. Também decidiram, que o Campo de S. Francisco se passasse a denominar Praça de D. Afonso Henriques e o Campo de D. Afonso Henriques, Campo do Salvador ¹⁰⁵⁴. Assim, em 29 de Outubro de 1887 a Câmara resolveu que a feira que se fazia no Campo de S. Francisco, fosse mudada até ao primeiro sábado de Janeiro de 1888: a dos cereais para o largo de S. Sebastião e largo das Lajes e a dos outros artigos (principalmente os de lavoura), para o largo de Franco Castelo Branco ¹⁰⁵⁵.

Em Novembro de 1887 discute-se intensamente, se a paróquia de S. Sebastião deverá passar para a igreja de S. Pedro, S. Dâmaso ou Domínicas. No entanto para as

¹⁰⁵¹ Ibidem CG, nº 2051 (1906 Mar.30), p. 1.

¹⁰⁵² Ibidem CG, nº 311 (1887 Out.10), p. 2.

¹⁰⁵³ Ibidem CG, nº 313 (1887 Out.17), p. 2.

¹⁰⁵⁴ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 161Av; Ibidem JLF - *EV IV*, p. 78v; Ibidem CG, nº 319 (1887 Nov.7), p. 3; Ibidem CG, nº 322 (1887 Nov.17), p. 2.

peças da época, “*o que se torna urgente é a remoção da igreja que está prejudicando a beleza de um dos melhores largos do país, e dificultando imensamente a feira dos cereais, que está a brandar por um lugar mais amplo e dilatado*”¹⁰⁵⁶.

Em finais de Dezembro de 1887 decide-se, que iria para a igreja de S. Pedro¹⁰⁵⁷.

Em meados de Junho de 1888 o Ministro da Fazenda apresenta um projecto de lei, concedendo edificios nacionais a diversas corporações, e entre eles o do extinto Convento das Dominicãs à Junta de Paróquia de S. Sebastião, para neles estabelecer a igreja matriz. Assim, não foi concedida a propriedade da igreja à Irmandade de Santo António, apesar do que diziam prometido, e foi antes atendida a representação da Junta de Paróquia, talvez por se ter em atenção o melhoramento público evocado: o alargamento do Terreiro de D. Afonso Henriques¹⁰⁵⁸.

Em 6 de Setembro de 1888 começou a colocar-se a grade de ferro em volta do monumento a D. Afonso Henriques¹⁰⁵⁹, a fim de o proteger dos feirantes ou de outras pessoas.

Entretanto pensa-se fazer a Avenida para a Estação do Caminho de Ferro, melhoramento já proposto em 1863 pelo Eng. Almeida Ribeiro. A imprensa rejubila, uma vez que, para além de ser obrigatório o derrube da igreja de S. Sebastião, é também um novo melhoramento para a cidade¹⁰⁶⁰.

Em finais de Fevereiro de 1890 já a imprensa anuncia que estão concluídos os estudos e projecto da avenida a partir do terreiro de D. Afonso Henriques, extremo ocidental. “*O engenheiro Francisco Monteiro concluiu o seu trabalho com rapidez, e rectificou também o projecto a partir do lado ocidental da igreja de S. Sebastião. Entre os dois projectos parece que ao digno engenheiro merece preferência o novo, que sem se distanciar do Toural, é de mais fácil construção, e percorre os terrenos mais apropriados para edificação. Que se comece brevemente a construção, para terminar a perigosa e vergonhosa comunicação para Vila Flor, pelo primeiro ou segundo projecto é o nosso desejo*” refere a imprensa vimaranense¹⁰⁶¹.

¹⁰⁵⁵ Ibidem JLF - VOC I, p. 161Av; Ibidem CG, n° 320 (1887 Nov.10), p. 2.

¹⁰⁵⁶ Ibidem CG, n° 319 (1887 Nov.7), p. 2.

¹⁰⁵⁷ Ibidem CG, n° 332 (1887 Dez.29), p. 2.

¹⁰⁵⁸ Ibidem CG, n° 376 (1888 Jun.18), p. 2

¹⁰⁵⁹ Ibidem JLF - EV III, p. 233v; Ibidem CG, n° 396 (1888 Set.6), p.3.

¹⁰⁶⁰ Ibidem CG, n° 529 (1890 Jan.27), p. 2.

¹⁰⁶¹ Ibidem CG, n° 537 (1890 Fev.27), p. 2.

Entretanto, a Comissão Municipal, em sessão de 19 de Março lê o ofício do Ministro da Ordem Terceira de S. Francisco, participando que tendo a mesa resolvido fazer algumas obras no extinto convento de S. Francisco, e constando-lhe que a Câmara pensava abrir uma rua ampla entre o campo da Feira e o campo de D. Afonso Henriques, oferece o terreno necessário para o alargamento da referida rua, exigindo apenas a vedação do corte com um portal para a entrada do carro funerário¹⁰⁶².

E em Setembro de 1890 é levantada pelo Eng. António Martins Ferreira a planta da rua que vai ligar o Campo da Feira com a Praça D. Afonso Henriques, conforme a proposta apresentada há tempos pela mesa da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco à Câmara Municipal. Dizem então os jornais que “*Vae pois ser aberta uma das ruas mais úteis ao alargamento e aformoseamento da cidade e que se tornava de verdadeira necessidade, depois das obras de construção do Campo da Feira, onde há-de terminar a avenida*”¹⁰⁶³.

Em sessão da Comissão Municipal de 29 de Outubro de 1890 é apresentado o ofício da mesa da VOTSF, pedindo licença para fazer uma edificação do sítio do extinto convento conforme a planta que juntava. Foi concedida a licença pedida, devendo o desenvolvimento ter por base uma paralela 5 metros do eixo da avenida sul do campo ou praça de D. Afonso Henriques, e dada a cota de nível no acto de construção¹⁰⁶⁴. Assim, em Novembro de 1890 começa a demolir-se a parte do Convento de S. Francisco para se abrir a nova rua que vai das Carvalhas ao Campo da Feira¹⁰⁶⁵. Em Fevereiro do ano seguinte fazia-se já a demolição de parte do extinto convento de S. Francisco, para a passagem da nova rua, que iria pôr em comunicação a praça D. Afonso Henriques com a futura avenida de Vila Flor. A mesa daquela Ordem já tinha dado principio às obras que iram frontear com a referida rua. Defende-se, no entanto, que “*a obra obedeça ao plano primitivo do exterior da capella-mor*”¹⁰⁶⁶.

Em 19 de Outubro de 1891 foi aprovado o projecto e orçamento de uma rua do Tournal ao Campo da Feira¹⁰⁶⁷.

Em 4 de Novembro de 1891 lê-se o requerimento da mesa da VOTSF, pedindo licença para fazer a vedação constante da planta que remetia, no edifício do extinto

¹⁰⁶² Ibidem CG, nº 544 (1890 Mar. 24), p. 2; Ibidem CG, nº 545 (1890 Mar.27), p. 2.

¹⁰⁶³ Ibidem CG, nº 594 (1890 Set.25), p. 2.

¹⁰⁶⁴ Ibidem CG, nº 604 (1890 Nov.3), p. 2.

¹⁰⁶⁵ Ibidem CG, nº 605 (1890 Nov.6); Ibidem CG, nº 625 (1891 Fev.5), p. 2.

¹⁰⁶⁶ Ibidem CG, nº 610 (1890 Nov.27), p. 2.

convento de S. Francisco¹⁰⁶⁸. Assim, em 21 de Dezembro de 1891 resolveu-se pagar à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco a quantia de 100\$000 réis, importância de 44m de terreno do edifício do extinto convento de S. Francisco, que a mesma ordem foi obrigada a deixar ao uso público, em consequência do alinhamento que lhe foi marcado pela Câmara, conforme o projecto da nova rua entre a praça de D. Afonso Henriques e o Campo da Feira¹⁰⁶⁹. Em Janeiro de 1892 foi deitada abaixo a última carvalha do Terreiro das Carvalhas, em S. Francisco¹⁰⁷⁰.

Em sessão de 5 de Julho procura-se o consenso com a Junta para demolição da igreja¹⁰⁷¹. Finalmente, estando tudo resolvido e as Irmandades instaladas, decidiu-se em sessão da Câmara de 8 de Julho de 1892, com assistência da respectiva Junta de Paróquia, a demolição da Igreja de S. Sebastião, dando a Câmara, além da parte combinada do Convento das Dominicais, 1.250\$000 réis¹⁰⁷².

Diz-nos a imprensa que em 11 de Julho de 1892 parecia estar assente a demolição da igreja de S. Sebastião. *“Depois de algumas conferências, a Junta de Paroquia acordou, diz-se, com a Câmara. Não foi sem tempo. A demolição da igreja impunha-se pela opinião pública, pela absoluta necessidade do alargamento do Campo de D. Afonso Henriques, pelo aformoseamento da cidade e ainda pela principal avenida de Vila Flor, que vai expirar no adro. Os que até agora se opunham à demolição, brevemente hão-de louvar a ilustre veredação que tanto tem trabalhado para a realização de tão importante melhoramento. Os prédios do campo de D. Afonso Henriques e seus moradores, assim como os da rua de traz de S. Sebastião, quanto não lucram com a demolição da igreja? Não ficam mais desafogados, recebendo melhor luz e melhor ar e tendo mais amplas vistas? Em outra cidade onde a câmara não quizesse viver em tão boa e santa paz com os munícipes, a igreja já estava demolida. Era questão dum decreto”*¹⁰⁷³.

Finalmente em sessão da Comissão Municipal de 13 de Julho de 1892 deliberou-se, que fosse anunciada a arrematação das obras de mudança do Passo da

¹⁰⁶⁷ Ibidem JLF - VOC II, p. 156A.

¹⁰⁶⁸ Ibidem CG, nº 697 (1891 Nov.9), p. 2.

¹⁰⁶⁹ Ibidem CG, nº 708 (1891 Dez.21), p. 2.

¹⁰⁷⁰ Ibidem JLF - EV I, p. 38.

¹⁰⁷¹ Ibidem CG, nº 759 (1892 Jul.11), p. 1.

¹⁰⁷² Ibidem JLF - EV III, p. 21v.

¹⁰⁷³ Ibidem CG, nº 759 (1892 Jul.11), p. 2.

Paixão da igreja de S. Sebastião para junto da igreja de S. Francisco, sendo a base de licitação a quantia de 90\$000 réis¹⁰⁷⁴.

Em sessão plenária de 14 de Julho de 1892 estabeleceu-se um acordo com a Junta de Paróquia e as Irmandades para transferência da igreja¹⁰⁷⁵. Ainda em Julho a Comissão Municipal lê os ofícios da Junta de Paroquia da freguesia de S. Sebastião desta cidade, acusando a recepção do ofício que a Comissão Municipal lhe dirigiu e declarando que aceita, por maioria, a proposta que a Câmara fez relativamente à transferência da igreja, ficando a discussão na especialidade para depois de se conhecerem as condições em que as irmandades instaladas na mesma igreja acompanham ou separam a paróquia¹⁰⁷⁶. Em 18 de Julho de 1892 a Comissão Municipal, em sessão de 13 de Julho, leu o ofício do secretário da Assembleia Geral da Irmandade do Senhor Jesus, erecta na igreja paroquial de S. Sebastião, apresentando as condições em que aceita a transferência da sede da irmandade da igreja, onde se encontrava instalada, para outra¹⁰⁷⁷.

Em sessão plenária de 11 de Julho de 1892 foi lida a minuta da escritura de contracto de expropriação ajustado entre a Câmara e a Junta de Paróquia de S. Sebastião, acerca da expropriação da igreja, adro e torre¹⁰⁷⁸, sendo, em sessão de 20 de Julho, assinada a procuração para se realizar a escritura de expropriação da igreja e adro, sob as bases já aprovadas na sessão de 11 do corrente¹⁰⁷⁹.

Em Agosto de 1892 resolveu-se, que se requeresse a expropriação por utilidade pública de diversos prédios para a abertura da rua entre o Campo de S. Francisco e o Campo da Feira¹⁰⁸⁰.

Finalmente começa-se a tratar de vender os materiais da igreja de S. Sebastião que ainda eram úteis: a torre, a tribuna, as sanefas da capela mor, e o altar do Senhor Jesus¹⁰⁸¹. Ainda em 1892 foram postos em praça o travejamento do tecto, o soalho do corpo da igreja, o soalho e travejamento do coro¹⁰⁸² e o altar de S. José, o púlpito, a

¹⁰⁷⁴ Ibidem CG, nº 760 (1892 Jul.14), p. 2; Ibidem CG, nº 761 (1892 Jul.18), p. 2.

¹⁰⁷⁵ Ibidem CG, nº 760 (1892 Jul.14), p. 1.

¹⁰⁷⁶ Ibidem CG, nº 761 (1892 Jul.18), p. 2.

¹⁰⁷⁷ Ibidem CG, nº 761 (1892 Jul.18), p. 2.

¹⁰⁷⁸ Ibidem CG, nº 762 (1892 Jul.21), p. 1.

¹⁰⁷⁹ Ibidem CG, nº 764 (1892 Ago.1), p. 2.

¹⁰⁸⁰ Ibidem CG, nº 767 (1892 Ago.11), p. 2.

¹⁰⁸¹ Ibidem CG, nº 767 (1892 Ago.11), p. 2.

¹⁰⁸² Ibidem JLF - EV III, p. 282v.

grade do coro e a grade da capela mor¹⁰⁸³. Também foi arrematado o portão de ferro em frente do Passo e o da frente da igreja¹⁰⁸⁴.

Ainda durante este mesmo ano, a 1 de Outubro, foram apeados os 3 sinos da torre e no dia 3 foi iniciado o levantamento das ossadas existentes no adro e conduzidas para o cemitério de Atougua¹⁰⁸⁵. Em 12 de Outubro de 1892 arremataram-se as quatro sanefas¹⁰⁸⁶ e a 24 de Outubro foram levados para a igreja de Taboadelo o retábulo e altar do Senhor Jesus e retábulo e tribuna da igreja de S. Sebastião¹⁰⁸⁷.

Foi em 12 de Setembro de 1892, que veio licença do Arcebispo de Braga, concedendo a transferência da sede paroquial de S. Sebastião para a igreja das Dominicás¹⁰⁸⁸, efectuando-se no dia 25 de Setembro de 1892, às 5 horas da tarde, com toda a solenidade, a transferência da sede de paróquia de S. Sebastião para a igreja de Santa Rosa de Lima¹⁰⁸⁹.

Em sessão da Comissão Municipal, de 29 de Setembro de 1892, sob proposta do vereador Eduardo Almeida, foram tomadas as seguintes deliberações: Que a rua de Santa Rosa de Lima passasse a denominar-se rua de S. Sebastião; que a rua de S. Sebastião passasse a denominar-se Travessa de Camões; que o largo de S. Sebastião junto à praça de D. Afonso Henriques passasse a ter esta denominação; que, por causa das obras a efectuar com a demolição da igreja de S. Sebastião, os mercados de cereais, que aos sábados se efectuavam no largo de S. Sebastião e no campo do Toural, passassem interinamente para a praça de D. Afonso Henriques, estabelecendo-se os dois mercados nas extremidades da dita praça; que, para evitar a invasão do povo até próximo das grades, que circundam a estátua ali levantada, sejam nos dias de mercado colocados postes a três metros de distância das referidas grades, passando-se por estes postes um arame¹⁰⁹⁰.

Em inícios de Outubro de 1892, já tinham principiado os trabalhos de demolição da igreja de S. Sebastião, onde de culto nada restava. Diz-nos a imprensa local: *“No sabado passado procedeu-se à tiragem de alguns sinos da torre, a qual se fez*

¹⁰⁸³ Ibidem JLF - EV III, p. 249, 256v, 298v; Ibidem JLF - VOC II, p. 156 Av; Ibidem CG, n° 772 (1892 Set.1), p. 1; Ibidem CG, n° 776 (1892 Set.19), p. 2.

¹⁰⁸⁴ Ibidem CG, n° 780 (1892 Out.3), p. 2.

¹⁰⁸⁵ Ibidem JLF - EV IV, p. 2v.

¹⁰⁸⁶ Ibidem JLF - VOC I, p. 156 Av; Ibidem JLF - EV IV, p. 36

¹⁰⁸⁷ Ibidem JLF - EV IV, p. 70.

¹⁰⁸⁸ Ibidem JLF - EV III, p. 249.

¹⁰⁸⁹ Ibidem JLF - EV III, p. 288.

¹⁰⁹⁰ Ibidem CG, n° 780 (1892 Out.3), p. 2.

sem o perigo e prejuízo e logo deve principiari no adro o levantamento das ossadas do cemitério que em tempos remotos ali houve, sendo depois transportados religiosamente em um carro funerário para uma vala do cemitério público. Na nova igreja parochial que para os effeitos legaes se chamará igreja de S. Sebastião, vae brevemente dar-se principio às obras necessárias para melhor acomodação da parochia e das irmandades que quizerem alli instalar-se”¹⁰⁹¹.

Em sessão de 5 de Outubro de 1892 foi lido um requerimento dos moradores da rua de S. Dâmaso, pedindo que a remoção do Passo existente junto à igreja de S. Sebastião, do lado Norte, fosse feita para próximo da sua igreja e não para o largo de S. Francisco como estava designado, o que foi aceite¹⁰⁹².

Assim, em 12 de Outubro de 1892 principiou a ser desmontado o Passo que estava encostado à igreja de S. Sebastião. No dia 15 foi colocada a primeira pedra na frente da torre de S. Dâmaso, terminando-se a obra em 31 de Outubro¹⁰⁹³.

Em 1 de Novembro começou a ser desmontado o adro da Igreja de S. Sebastião¹⁰⁹⁴. Em 17 de Novembro de 1892, principiou a ser demolida a torre da igreja de S. Sebastião, sendo os entulhos e pedra aplicados no levantamento da rua com muros de suporte em seguimento da Caldeiroa até ao Arquinho, e ao conserto e levantamento entre Fato e Rio, também com muro no Rio¹⁰⁹⁵.

Considerou-se esta demolição como um grande melhoramento para a cidade. O Presidente da Câmara, no seu discurso feito em 9 de Janeiro de 1893 na sessão extraordinária da Câmara, realça como uma das boas obras feitas no seu mandato, a demolição da torre e parte da igreja de S. Sebastião¹⁰⁹⁶.

Em sessão de 8 de Fevereiro de 1893, a Comissão Municipal resolveu que fosse construído um aqueduto no extremo da avenida ao pé da igreja de convento de S. Francisco, cujo projecto e orçamento foram avaliados pela importância de réis 44\$000. Resolveu-se ainda que fosse removido o cruzeiro, que se achava no largo das Carvalhas, para o local que fosse indicado pela Ordem Terceira de S. Francisco¹⁰⁹⁷.

¹⁰⁹¹ Ibidem CG, n° 780 (1892 Out.3), p. 2.

¹⁰⁹² Ibidem JLF - VOC I, p. 156Av; Ibidem JLF - EV IV, p. 15; Ibidem CG, n° 781 (1892 Out.6), p. 2.

¹⁰⁹³ Ibidem JLF - EV IV, p. 36.

¹⁰⁹⁴ Ibidem JLF - EV IV, p. 116v.

¹⁰⁹⁵ Ibidem JLF - EV IV, p. 163v; Ibidem CG, n° 794 (1892 Nov.21), p. 2; Ibidem CG, n° 837 (1893 Maio 4), p. 2.

¹⁰⁹⁶ Ibidem CG, n° 806 (1893 Jan.9), p. 2.

¹⁰⁹⁷ Ibidem CG, n° 815 (1893 Fev.13), p. 2; Ibidem JLF - EV I, p. 228.

Finalmente, em sessão da Comissão Municipal de 12 de Abril de 1893, foi posta em arrematação a pedra do topo da igreja e capela-mor de S. Sebastião¹⁰⁹⁸. Em Junho de 1893 estava-se finalmente a demolir a igreja de S. Sebastião, sendo parte da pedra empregada na Rua da Caldeira¹⁰⁹⁹. Em 19 de Novembro de 1894 removem-se mais ossadas existentes na demolida igreja e adro de S. Sebastião para o cemitério de Atouguia¹¹⁰⁰. Foi no meio das ruínas que foi enterrado o Pinheiro das Festas Nicolinhas de 1895¹¹⁰¹.

Em 1896, durante o mês de Abril, foi removido o entulho do largo de S. Sebastião¹¹⁰². Em sessão de 27 de Maio de 1896 a Comissão Municipal resolveu aprovar o projecto e orçamento da terraplanagem e regularização do largo de S. Sebastião, a fim de ser posta em praça¹¹⁰³, o que aconteceu em 23 de Julho de 1896, sendo arrematada a Bento Martins. Foi também arrematado, a Manuel Correia Matos, a pedra que fosse extraída da obra de regularização e terraplanagem do largo de S. Sebastião, conforme o respectivo projecto¹¹⁰⁴. Estas obras de terraplanagem e extracção de pedra do antigo largo de S. Sebastião, para aformoseamento da Praça D. Afonso Henriques, principiaram em 3 de Agosto de 1896¹¹⁰⁵.

Em 26 de Novembro de 1896, quinta feira, diz-nos João Lopes de Faria, que se concluiu a expropriação ou demolição da igreja e adro de S. Sebastião, ficando neste dia terraplanado o local e pronto a receber um aformoseamento¹¹⁰⁶.

Entretanto a estátua de D. Afonso Henriques ficou descentrada e a Câmara municipal vai em breve resolver o assunto da transferênciada estátua para o centro do antigo Largo de S. Sebastião, devendo ficar entre os campos do Toural e S. Francisco, completando-se por esta ocasião as obras no local aonde esteve a Igreja de S. Sebastião. “*Deve ficar formosissima a obra e magnificamente situada a estátua*”, dizia a imprensa¹¹⁰⁷.

Entretanto levantam-se outros problemas, que a imprensa reflecte: *Obras municipaes - Como se tem fallado em mudar o tanque da rua da Caldeira e a estátua*

¹⁰⁹⁸ Ibidem CG, nº 831 (1893 Abr.13), p. 2.

¹⁰⁹⁹ Ibidem CG, nº 844 (1893 Jun.8), p. 2.

¹¹⁰⁰ Ibidem JLF - EV IV, p. 168.

¹¹⁰¹ Ibidem CG, nº 1068 (1895 Nov.28), p. 2.

¹¹⁰² Ibidem CG, nº 1101 (1896 Abr.9), p. 2.

¹¹⁰³ Ibidem CG, nº 1112 (1896 Maio 28), p. 2.

¹¹⁰⁴ Ibidem CG, nº 1126 (1896 Jul.23), p. 2.

¹¹⁰⁵ Ibidem JLF - EV III, p. 114v.

¹¹⁰⁶ Ibidem JLF - EV IV, p. 188.

de D. Affonso Henriques emitindo cada um a sua opinião, permita-se-nos expôr também a nossa/ O tanque, ficando encostado ao panno da muralha da Villa, fronteiro à Avenida, como se tem aventado, além de tolher a construção de uma casa, n'aquelle local, que concluída a avenida vem a ser um dos melhores, ou ficará sobre o depósito para abastecimento das bombas nos casos de incêndio, o que será um grave inconveniente, ou o depósito terá de ser mettido na espessura do muro, e isso é obra de grande disperso. Não ficaria bem arrumado, um pouco mais abaixo do sítio em que está, no terreno que sobrar da casa contígua à do snr. José Francisco d'Almeida Guimarães, feito o corte para o alinhamento da Avenida? Quanto à estátua não ousamos emittir opinião, parece-nos contudo que a câmara não deve mudal-a nem modificar-lhe o pedestal ou o pelincho sem ouvir os competentes. Trabalhos d'essa natureza obedecem às leis da esthetica, e no nosso paiz poucos as reconhecem. Lembremo-nos de que o que ahi está é produção do grande Soares dos Reis, e que, se ao pedestal já alguém chamou "pedestalzinho", outros como Cazal Ribeiro e padre Patrício entenderam que tocar-lhe seria uma profanação"¹¹⁰⁸.

O tanque que existia nas proximidades, foi, por deliberação da Comissão Municipal que aprovou o projecto e orçamento da sua mudança¹¹⁰⁹, arrematado em Janeiro de 1895 por 168\$000 réis¹¹¹⁰, para a Rua do Relho, o que não chegou a concretizar-se¹¹¹¹. Entretanto continua-se a falar da sua mudança e em sessão da Câmara Municipal de 26 de Janeiro de 1898 resolveu-se que a Câmara no fim da sessão vá escolher e designar o local para onde deve ser mudado, visto que tal mudança se tornava urgente em consequência das obras da Avenida em construção por ordem do governo¹¹¹². Em sessão de 1 de Fevereiro de 1899, foi lido um officio de Manuel Maria Lopes Monteiro, engenheiro chefe da secção, com data do dia anterior, solicitando a remoção do tanque do largo de S. Sebastião, por causa da conclusão das obras da estrada de serviço desta cidade à estação do caminho de ferro. Resolveu-se que o vereador Reis ficasse encarregado de se informar deste assunto e de apresentar à Câmara o resultado dos seus trabalhos¹¹¹³. A Câmara Municipal, na sessão de 28 de

¹¹⁰⁷ Ibidem CG, nº 1201 (1897 Maio17), p. 2.

¹¹⁰⁸ Ibidem CG, nº 1204 (1897 Maio31), p. 2.

¹¹⁰⁹ Ibidem CG, nº 984 (1894 Dez.13), p. 2.

¹¹¹⁰ Ibidem CG, nº 991 (1895 Jan.10), p. 2.

¹¹¹¹ Ibidem MAO, p. 33.

¹¹¹² Ibidem CG, nº 1264 (1898 Jan.31), p. 2.

¹¹¹³ Ibidem CG, nº 1359 (1899 Fev.3), p. 2.

Junho de 1899, resolveu adquirir um marco fontanário de ferro orçado na quantia de 65\$000 réis para ser colocado na rua de Vila Flor em substituição da fonte e tanque do largo de S. Sebastião, que tinha de ser suprimido por causa das obras que o governo estava a realizar na estrada de serviço para a estação do caminho de ferro¹¹¹⁴. Finalmente, em 1900 foi destruído o tanque feito em 1871 e encostado ao muro do adro de S. Sebastião, sendo daí mudado há poucos anos para mais abaixo¹¹¹⁵.

Tornava-se urgente o melhoramento do Largo de S. Sebastião, que agora se encontrava amplo. Assim, em sessão de 2 de Março de 1898 resolveu-se aprovar o projecto do melhoramento, organizado pelo Conductor de Obras Públicas António Martins Ferreira, em 28 de Julho de 1897, e cuja obra estava orçada em 680\$000 réis¹¹¹⁶.

Começam então estes dois Largos (Largo de S. Sebastião e de S. Francisco), posteriormente juntos, a ficar prontos a receber visitas e equipamento. Assim, Manuel Fernandes dos Santos, do Porto, pede licença para construir uma barraca ambulante de “Pim-Pam-Pum”, na Praça D. Afonso Henriques, antigo Largo de S. Francisco, ou onde a Câmara indicasse, por 30 dias. A Câmara resolveu conceder licença, mas afastando-o do local, impondo a condição de ficar no Campo da Feira¹¹¹⁷. Em Março de 1903 foi inaugurado um teatro barracão “Lisbonense” com a ópera cómica Mam’zelle Nitouche, no Largo de S. Sebastião¹¹¹⁸.

Mas não eram apenas os largos e os edifícios os objectos de “melhoramentos”. Também as ruas. Nesta zona da cidade resolveu-se, em sessão de 5 de Abril de 1899, aprovar para todos os efeitos legais o projecto e orçamento da obra da reconstrução da **Rua dos Terceiros**, avaliada na quantia de réis 190\$000, devendo esta deliberação ser submetida à aprovação superior. Resolveu-se ainda que o Engenheiro Municipal organizasse o projecto e orçamento da obra do calcetamento da rua dos Terceiros¹¹¹⁹. Também a Câmara Municipal, em sessão de 19 de Abril de 1899, resolveu aprovar o projecto e orçamento da obra de reconstrução da **Rua de S. Francisco**, avaliada na

¹¹¹⁴ Ibidem CG, nº 1399 (1899 Jun.30), p. 2.

¹¹¹⁵ Ibidem JLF - EV I, p. 98v.

¹¹¹⁶ Ibidem CG, nº 1272 (1898 Mar.4), p. 2.

¹¹¹⁷ Ibidem CG, nº 1680 (1902 Maio 30), p. 2.

¹¹¹⁸ Ibidem JLF - EV I, p. 267.

¹¹¹⁹ Ibidem CG, nº 1375 (1899 Abr.8), p. 2.

quantia de 96\$000 réis¹¹²⁰, decidindo em 3 de Maio que fosse anunciada sua arrematação¹¹²¹, o que se concretizou em sessão de 10 de Maio de 1899, sendo arrematada, por 94\$500 réis, a Luís Pereira Ribeiro, da freguesia de S. Jorge do Selho¹¹²².

Em Setembro de 1899 foi publicado um edital da câmara, arrematando o fornecimento de dois “urinatórios” de ferro, iguais ao que se acha colocado no largo de S. Sebastião¹¹²³.

Em 24 de Junho de 1900 a Câmara resolve mandar pôr os dísticos da Praça D. Afonso Henriques e a numeração dos respectivos prédios, bem como os dísticos da Rua de S. Sebastião e Travessa de Camões¹¹²⁴.

Em 14 de Fevereiro de 1900 a Câmara Municipal, aprovou submeter à aprovação superior os projectos e orçamentos para várias obras e “melhoramentos”, entre as quais a Rua entre S. Francisco e o Campo da Feira e alargamento deste por 18:500\$00 réis; reconstrução do largo de S. Francisco por 2:300\$000 réis¹¹²⁵.

Em sessão da Câmara Municipal de 17 de Abril de 1901 resolveu-se mandar proceder aos precisos reparos no tanque da praça D. Afonso Henriques¹¹²⁶.

Em sessão da Câmara Municipal de 19 de Fevereiro de 1902 foi lido o requerimento de diversos moradores da praça D. Afonso Henriques, ruas da Caldeiroa e Vila Flor, pedindo para ser colocado, próximo da Avenida do Comércio, um marco fontanário em substituição duma fonte que ali havia, tendo o vereador Vasconcelos mandado colocá-lo no sítio mais adequado¹¹²⁷.

Em sessão da Câmara de Setembro de 1905 foram aprovados vários projectos e orçamentos, entre os quais a reparação, melhoramento e aformoseamento do Largo D. Afonso Henriques por 2:300\$000 réis; construção de uma rua entre os Campos de S. Francisco e o Campo da Feira por 18:500\$000 réis¹¹²⁸. Em 3 de Outubro de 1905 foram aprovados superiormente estes projectos e orçamentos “*obras que não serão executadas*”

¹¹²⁰ Ibidem CG, nº 1379 (1899 Abr.21), p. 2.

¹¹²¹ Ibidem CG, nº 1383 (1899 Maio 5), p. 2.

¹¹²² Ibidem CG, nº 1385 (1899 Maio 12), p. 2.

¹¹²³ Ibidem CG, nº 1417 (899 Set.5), p. 2.

¹¹²⁴ Ibidem JLF - EV I, p. 71v.

¹¹²⁵ Ibidem JLF - EV I, p. 160; Ibidem CG, nº 1460 (1900 Fev.16), p.2.

¹¹²⁶ Ibidem CG, nº 1573 (1901 Abr.23), p. 2.

¹¹²⁷ Ibidem CG, 1902 Fev.25, nº 1655, p. 2.

¹¹²⁸ Ibidem JLF - VOC I, p. 163Av, 5516A; Ibidem CG, nº 2000 (1905 Set.19), p. 3.

*sem serem dotadas em orçamento ordinário ou suplementar*¹¹²⁹, sendo lido em sessão de 11 de Outubro de 1905 o ofício do Administrador, remetendo aprovados com a cláusula de que não têm execução antes de se acharem dotados com orçamento executório ordinário ou suplementar¹¹³⁰.

Em sessão de 10 de Janeiro de 1906 da Câmara Municipal, pelo Presidente João Gomes de Oliveira Guimarães, foi feita uma proposta para contracção de um empréstimo para os encargos: amortização de um empréstimo e execução das obras, entre as quais, a reparação e melhoramento do Largo D. Afonso Henriques na mesma data por 5:058\$000 réis¹¹³¹.

Em sessão de 4 de Abril de 1906 foi lido o requerimento do sr. Neves & C^a, pedindo licença para levantar um estrado em frente à muralha sita no largo de D. Afonso Henriques, a fim de pintar uma tabuleta no meio da aludida muralha com os dizeres: anunciando a firma Neves e C^a, rua de Gil Vicente¹¹³².

Em Setembro de 1906, logo que o projecto das novas obras seja aprovado em Lisboa, o que era esperado em breve, dar-se-ia princípio à construção da cadeia e aos “melhoramentos” projectados no largo D. Afonso Henriques (princípios da nova avenida), os quais deveriam estar concluídos por ocasião das festas de Agosto¹¹³³. Foi no mês seguinte, em Novembro de 1906, que a Câmara mandou proceder ao urgente calçetamento das ruas de S. Paio, Santa Maria, Santa Cruz e Largo D. Afonso Henriques, pelo pessoal assalariado para obras de pequena reparação¹¹³⁴. Entretanto, em 1907 começam-se a recuperar as Festas Gualterianas e fala-se nas iluminações que serão dum gosto inteiramente novo nos largos do Tournal e D. Afonso Henriques¹¹³⁵. Iam-se também fazendo outras obras de pequena reparação, como por exemplo a deliberação de, por conveniência municipal, mandar substituir por outra de maior diâmetro a canalização das águas que fornecia a boca de incêndios sita junto da porta do prédio da habitação da viúva do Dr. Antero Campo da Silva, no Largo de D. Afonso Henriques, decidido em sessão da Câmara de 23 de Setembro de 1907¹¹³⁶. Em sessão de 26 de

¹¹²⁹ Ibidem CG, n° 2004 (1905 Out.3).

¹¹³⁰ Ibidem CG, n° 2009 (1905 Out.20), p. 2.

¹¹³¹ Ibidem CG, n° 2034 (1906 Jan.23), p. 2; Propostas apresentadas à Câmara Municipal na sessão de 11 de Abril de 1906. Guimarães: Câmara Municipal, 1906.

¹¹³² Ibidem CG, n° 2053 (1906 Abr.17), p. 2.

¹¹³³ Ibidem CG, n° 2095 (1906 Set. 14), p. 2.

¹¹³⁴ Ibidem CG, n° 2111 (1906 Nov.13), p. 2.

¹¹³⁵ Ibidem CG, n° 2152 (1907 Abr.23), p. 2.

¹¹³⁶ Ibidem CG, n° 2132 (1907 Fev.1), p. 2.

Outubro de 1908 deliberou-se anunciar a arrematação das seguintes obras: De um parapeito de cantaria, que faz parte do projecto de construção duma rua entre o campo de S. Francisco e o da Feira, e alargamento da mesma, sob a base de licitação de 170\$000 réis¹¹³⁷.

A transformação da zona caminhava a bom ritmo, para a época. Em Maio de 1909 a imprensa faz eco desse aformoseamento anunciando que já se encontrava belamente ajardinado o octógono da Praça D. Afonso Henriques, “*metendo um bom efeito e o seu ajardinamento obedece a uma boa orientação*”¹¹³⁸.

A Rua de S. Dâmaso Em Junho de 1794 uma ordem régia declarava que a Câmara tinha pelo seu regimento jurisdição para mandar tirar um penedo existente na Rua de S. Dâmaso, junto às casas de João Baptista Marques¹¹³⁹.

A Rua de S. Dâmaso ligava ao Largo D. Afonso Henriques e as suas casas faziam fronteira com a Muralha da cidade. Era uma zona bastante povoada. A Comissão de Melhoramentos reunida em 7 de Julho de 1869 decidiu prolongar o alinhamento do Campo da Feira desde o Teatro de D. Afonso Henriques até à Rua Nova, e proceder à abertura de uma nova rua partindo da reentrância da Rua de Trás do Muro até à Rua Nova, seguindo daí pela Rua de Donães até à Rua dos Mercadores¹¹⁴⁰.

Em Setembro de 1882 os proprietários da rua de S. Dâmaso, por ordem do Administrador do Concelho, foram intimados a limpar a viela de Trás do Muro, para onde confinavam as suas casas¹¹⁴¹. A Igreja de S. Dâmaso situava-se nesta rua. Era uma bonita igreja onde, em Julho de 1883, foram colocadas as sanefas nos quatro altares laterais, de escultura antiga, feitas segundo a planta e desenho do Padre António Caldas pelo entalhador Manuel José Pinto, o Bengadela. Foram justas por 200\$000 réis conforme uma gratificação¹¹⁴². Os seus moradores em sessão de 5 de Outubro de 1892 requereram, pedindo que o Passo existente junto à igreja de S. Sebastião fosse para próximo da sua igreja e não para o largo de S. Francisco, como estava determinado, ao que a Câmara acedeu, colocando-o junto à torre da igreja de S. Dâmaso¹¹⁴³.

¹¹³⁷ Ibidem CG, nº 2249 (1908 Abr.10), p. 2.

¹¹³⁸ Ibidem CG, nº 2357 (1909 Maio 18), p. 2

¹¹³⁹ Ibidem JLF - VOC, p. 56.

¹¹⁴⁰ Ibidem MAO.

¹¹⁴¹ Ibidem RP, 1882 Set.27, p. 2.

¹¹⁴² Ibidem JLF - EV III, p. 88.

¹¹⁴³ Ibidem JLF - VOC I, p. 156 Av; Ibidem JLF - EV IV, p. 15; Ibidem CG, nº 781 (1892 Out.6), p. 2.

Os moradores da Rua de S. Dâmaso, em 1889, continuam a protestar contra o enorme depósito de imundices e esgoto que se aglomeram num saguão nas traseiras das suas casas, podendo isto ser responsável por epidemias e atentados à saúde pública¹¹⁴⁴. Tinham nas suas traseiras uma verdadeiro foco infeccioso, que se tornava um enorme perigo para a saúde pública. É por isso que a imprensa protesta com vigor, mas de pouco serve¹¹⁴⁵. Esta rua desapareceu no Estado Novo, incorporada pela nova Alameda.

Rua do Quintal Acerca dos projectos e “melhoramentos” contidos na folha nº13 que era a última, esclarece o Eng. Almeida Ribeiro: «*Nas folhas nº6, 8, e 13 projectei uma rua entre o postigo da Guia e as Carvalhas de S. Francisco. Da execução deste projecto resultará a demolição da viela do Esterpão e das vielas de S. Dâmaso e do Quintal*»¹¹⁴⁶.

Na reunião da Comissão de Melhoramentos, de 8 de Julho de 1869, foram apresentadas as seguintes propostas: melhorar a Rua das Hortas e fazer a junção desta com a projectada rua vinda dos Trigais; aprovar a abertura de uma nova rua, partindo da junção da Rua das Hortas com a projectada Rua dos Trigaise também da rua da circunvalação, próximo da casa do Dr. Felgueiras; aprovar a abertura da nova rua projectada entre as Carvalhas de S. Francisco e o Campo da Feira e proceder a “melhoramentos” na Rua do Quintal para promover uma melhor ligação entre as Carvalhas de S. Francisco e a Rua de S. Dâmaso até à Rua de Donães¹¹⁴⁷, o que não chegou a realizar-se. Esta rua desapareceu no Estado Novo com a construção da Alameda.

A **Viela de Soalhães**, antiga ligação entre o Campo da Feira e as Carvalhas de S. Francisco, era uma zona bastante povoada.

Em 1859 a imprensa queixa-se que ela está cheia de entulho, que com as chuvas tornarão intransitável a viela, já de difícil passagem no Inverno, por causa da lama¹¹⁴⁸.

¹¹⁴⁴ Ibidem CG, nº 488 (1889 Ago.29), p. 2.

¹¹⁴⁵ Ibidem CG, nº 117 (1885 Ago.24), p. 2.

¹¹⁴⁶ Ibidem MAO, p. 26-28.

¹¹⁴⁷ Ibidem MAO.

¹¹⁴⁸ Ibidem V, nº 21 (1859 Out.6), p. 10.

Em 1863 o Eng. Almeida Ribeiro diz que: «[...] Sendo a Viela de Soalhães uma péssima comunicação entre as Carvalhas de S. Francisco e o Campo da Feira, projectei uma rua de 10 metros de largura a partir do terreiro das Carvalhas em continuação com o alinhamento do Hospital de S. Francisco»¹¹⁴⁹. A rua proposta pelo Eng. Almeida Ribeiro ainda se começou a esboçar, pois em Novembro de 1890 principiou a desmontar-se a parte do convento de S. Francisco para se abrir a nova rua que ia das Carvalhas ao Campo da Feira¹¹⁵⁰, e em sessão da Câmara de 1 de Outubro o vereador Almeida propôs, que fosse aprovado o projecto e orçamento de uma rua entre o Campo de D. Afonso Henriques e o campo da Feira, aprovado em sessão de 19 de Outubro¹¹⁵¹. Ficou uma Comissão Municipal encarregada de proceder às expropriações e dar início às obras¹¹⁵². Assim, foi decidido em sessão de 23 de Dezembro nomear uma comissão composta por Eduardo Almeida, Fortunato Basto e Martins da Costa, a fim de se informar sobre os preços dos prédios que tinham de ser expropriados para a nova rua entre a Praça D. Afonso Henriques e o Campo da Feira¹¹⁵³.

Em sessão da Câmara Municipal de 14 de Fevereiro de 1900 submeteu-se à aprovação projecto e orçamento de uma rua entre o largo de S. Francisco e o Campo da Feira¹¹⁵⁴.

E assim ficou a rua.

A **Rua de Couros** localizava-se numa zona limítrofe da cidade, ligada à indústria de couros. Aqui existiam também as habitações dos operários que trabalhavam na zona.

Temos notícia da rua de Couros, quando em Junho de 1840 se decide pagar ao vereador Macedo 45\$090 réis pela despesa feita na composição da calçada da Rua de Couros¹¹⁵⁵.

Em Agosto, de 1858 os jornais divulgam um incêndio ocorrido em 11 de Agosto das 3 para as 4 horas da tarde, quando se descobriu fogo na chaminé de uma casa, situada numa ilha da rua de Couros. “*Os habitantes desta ilha deixaram as*

¹¹⁴⁹ Ibidem MAO, p. 17-18.

¹¹⁵⁰ Ibidem CG, nº 605 (1890 Nov.6), p. 2.

¹¹⁵¹ Ibidem CG, nº 694 (1891 Out. 29), p. 2.

¹¹⁵² Ibidem CG, nº 694 (1891 Out.29), p. 2.

¹¹⁵³ Ibidem CG, nº 710 (1891 Dez.31), p. 1.

¹¹⁵⁴ Ibidem CG, nº 1460 (1900 Fev.16), p. 2.

¹¹⁵⁵ Ibidem JLF - VOC I, p. 255v.

fábricas e correram ao incêndio”, diz-nos a notícia, o que mostra o envolvimento humano desta zona¹¹⁵⁶.

Em 1863 diz o Eng. Almeida Ribeiro na folha 13 da sua planta: «*[...] Respeito ao Largo da Rua de Couros e às demais ruas compreendidas entre o Terreiro de S. Francisco e a rua dos 120, tracei na planta os melhoramentos que me parecem deverem ser adoptados. Não deixarei de dizer que a comunicação que estabeleço entre o Terreiro de S. Francisco e a Rua d’Além Rio é bastante dispendiosa, porque comporta a demolição completa de um lado inteiro da actual Rua de S. Francisco, mas a simples inspecção da planta mostra que, sem este sacrifício, não se pode aformosear, nem colocar em boas condições, esta parte da cidade*», e na folha nº 7: «*[...] projectei uma nova rua cujo prolongamento deve cortar a Rua dos 120 a alguma distância da Rua de Couros*»¹¹⁵⁷.

Em 13 de Julho de 1863 na reunião da Comissão de Melhoramentos decidiu-se adoptar os projectos elaborados para o largo e para as ruas de Couros e de Além do Rio, bem como o alinhamento proposto para a rua de S. Francisco¹¹⁵⁸, mas não se chegaram a concretizar.

A **Rua de Além Rio** segundo o Eng. Almeida Ribeiro nos diz na folha nº 13 da sua planta: «*Levados a efeito os melhoramentos projectados nas folhas 11, 12 e 13 torna-se útil a abertura de uma rua que partindo da Rua d’Além do Rio vá terminar em S. Lázaro seguindo a direcção geral das actuais vielas da Caldeiroa e das Freiras. A execução desta rua, que tracei na planta geral, demanda a demolição de uma parte do bairro de Traz Gaia*»¹¹⁵⁹.

Em 1869, em reunião da Comissão de Melhoramentos, na sessão realizada em 7 de Julho, Taveira de Meneses propôs a construção de uma estrada vicinal ligando em volta dos subúrbios da cidade as estradas de Braga, Fafe, Santo Tirso e Famalicão, partindo do Miradouro à igreja de S. Miguel de Creixomil, daqui ao Salgueiral, do Salgueiral à baixa da Vaca Negra, daqui à capela de S. Roque, percorrendo a Penha até S. Romão de Mesão Frio, e seguindo à capela da Madre de Deus, monte de S. Pedro,

¹¹⁵⁶ Ibidem TG, nº 193 (1858 Ago.13), p. 4.

¹¹⁵⁷ Ibidem MAO, p. 18-19.

¹¹⁵⁸ Ibidem MAO.

¹¹⁵⁹ Ibidem MAO, p. 26-28.

Atouguia, terminando no Miradouro. Lembrando à Câmara a conveniência da inclusão desta estrada no plano das estradas vicinais do concelho, propôs ainda a abertura de uma rua de circunvalação que do largo do Cano seguisse por detrás do Hospital da Misericórdia até Vargas e à Feijoeira, continuando por detrás da Casa dos Pombais e pelas Lameiras até ao Campo da Feira. A este propósito o sr. Francisco Pinto do Amaral lembrou a conveniência de se estudar mais desenvolvidamente o assunto e se verificar se não seria mais conveniente abrir uma rua que partindo de Vila Verde viesse sair à igreja do Campo da Feira e fosse, mais tarde, ligar à Rua da Madroa. Esta proposta estrada de circunvalação voltou a ser tratada em sessão da Câmara realizada em 17 de Maio de 1889, mas sem resultado¹¹⁶⁰.

Em 13 de Julho de 1863, na reunião da Comissão de Melhoramentos decidiu-se adoptar os projectos elaborados para o largo e para as ruas de Couros e de Além do Rio (Rua de Vila Verde), bem como o alinhamento proposto para a rua de S. Francisco¹¹⁶¹.

A Comissão Municipal decidiu em sessão de 20 de Junho de 1888, que se procedesse ao conserto do caminho, que na saída da ponte, no largo do Cidade, vai entroncar com a rua de Vila Flor¹¹⁶².

Em Julho de 1893 anuncia-se a reconstrução do caminho de Vila Verde à avenida do Campo da Feira¹¹⁶³, tendo sido resolvido, em sessão da Câmara de 28 de Junho, que fosse posta em arrematação a obra do conserto da calcetaria do caminho de Vila Verde a ligar com a servidão para a avenida¹¹⁶⁴.

Rua dos 120 Em 1863 o Eng. Almeida Ribeiro a propósito desta rua diz: «[.../ Nesta convicção projectei uma nova rua cujo prolongamento deve cortar a Rua dos 120 a alguma distância da Rua de Couros»¹¹⁶⁵. Não chegou a concretizar-se.

Rua da Ramada Rua da zona de couros, já muito perto da igreja do Campo da Feira.

¹¹⁶⁰ Ibidem MAO.

¹¹⁶¹ Ibidem MAO.

¹¹⁶² Ibidem CG, n° 378 (1888 Jun.25), p. 2.

¹¹⁶³ Ibidem CG, n° 851 (1893 Jul.6), p. 2.

¹¹⁶⁴ Ibidem CG, n° 851 (1893 Jul.6), p. 2.

¹¹⁶⁵ Ibidem MAO, p. 18-19.

Ouvimos falar desta rua, localizada já bem longe das muralhas, quando em 12 de Junho de 1861 foi arrematada continuação da mina até as Capuchas e a água cairá numa bica na rua da Ramada¹¹⁶⁶.

O Eng. Almeida Ribeiro fala-nos, na folha nº 7, desta rua: «*A Rua das pretas, a da Ramada, e o mais terreno à volta da igreja, e a calçada das Capuchas facilmente se regularizarão, seguindo-se as linhas que indiquei na planta*» Assim, do princípio da Rua da Ramada estabelecia-se o alinhamento para a Calçada das Capuchas, bem como o da Rua da Cancela, para além da viela de Soalhães¹¹⁶⁷.

Em Julho de 1870 arrematou-se a construção de uma mina até às escadas de Vila Pouca para abastecer a fonte das Oliveiras ou da rua da Ramada¹¹⁶⁸, sendo posteriormente remodelada, quando em Dezembro de 1891 a Comissão Municipal, em sessão de 16 de Dezembro, resolveu ajustar com António Salgado a obra de reconstrução e da reforma do encanamento da água da fonte da Ramada pelos seguintes preços orçados no projecto e orçamento feitos pelo eng. municipal por 1:000 réis cada metro corrente do aqueduto e tubagens de gré, por 2000 réis cada pia, e por 9000 réis cada chaminé, com a condição do empreiteiro se aproveitar para estas obras da pedra existente no local¹¹⁶⁹. No ano seguinte, em Janeiro de 1892, a Câmara Municipal, em sessão plenária de 8 de Fevereiro de 1892, resolveu officiar ao Director das Obras Públicas acerca da obra de alteração da construção dos passeios no largo da Ramada¹¹⁷⁰.

Foi em Novembro de 1892 que a Comissão Municipal, em sessão de 9 de Novembro, resolveu mandar construir umas escadas na rua da Ramada, colocando-lhes uma grade. Esta obra foi dirigida e fiscalizada pelo vereador José Martins da Costa¹¹⁷¹. No ano seguinte, em sessão da Comissão Municipal, foi deliberado aprovar o projecto de melhoramento do largo da Ramada, organizado pelo Conductor de Obras Públicas António Martins Ferreira¹¹⁷². Em 1896 a Comissão Municipal resolveu mandar proceder a “melhoramentos” na rua da Ramada¹¹⁷³. Dois anos depois, em sessão de 6 de Abril de 1898, foi arrematada por Ricardo Leite, pela quantia de 97\$000 réis, a obra da

¹¹⁶⁶ Ibidem JLF - VOC II, p. 458.

¹¹⁶⁷ Ibidem MAO, p. 18-19.

¹¹⁶⁸ Ibidem JLF - VOC II, p. 462.

¹¹⁶⁹ Ibidem CG, nº 708 (1891 Dez.21), p. 2.

¹¹⁷⁰ Ibidem CG, nº 714 (1892 Jan.18), p. 2.

¹¹⁷¹ Ibidem CG, nº 792 (1892 Nov.14), p. 2.

¹¹⁷² Ibidem CG, 1893 Jun.15, nº 846, p. 2.

¹¹⁷³ Ibidem CG, nº 845 (1896 Jun.12), p. 2.

construção de um passeio de pedra no Largo da Ramada¹¹⁷⁴. Não tornou a sofrer mais alterações.

A **Rua das Pretas**, rua com certa importância no século XIX, pertencia em 1807 ao 2º Bairro de Vigilância da cidade, juntamente com o Campo da Feira, Trigais, Hortas, Ramada, Rua das Pretas, Soalhães, Carvalhas, Rua de S. Dâmaso e Trás do Muro, sendo o juiz nomeado Manuel José Leite seleiro da Rua de S. Dâmaso¹¹⁷⁵.

Para esta rua previa o Eng. Almeida Ribeiro «*A Rua das pretas, a da Ramada, e o mais terreno à volta da igreja, e a calçada das Capuchas facilmente se regularização, seguindo-se as linhas que indiquei na planta*». A Rua das Pretas ligava à escadaria do palacete de Vila Pouca. Do princípio da Rua da Ramada estabelecia-se o alinhamento para a Calçada das Capuchas, bem como o da Rua da Cancela, para além da viela de Soalhães¹¹⁷⁶. Hoje existe uma rua ampla à volta da igreja, provavelmente já realizada no Estado Novo.

Sobre a **Vuela da Fonte do Abade**, o Eng. Almeida Ribeiro, diz-nos na sua planta, falando das Hortas, que considera a zona adequada à construção de um novo bairro para as classes mais desfavorecidas. Para isso seria necessário a abertura de novas ruas perdendo o interesse a Rua da Fonte do Abade. Pretendia-se estabelecer o alinhamento pelo Hospital da Ordem Terceira, prosseguindo pela Rua da Fonte do Abade, (onde se vieram a construir os lavadouros públicos), abrindo-se uma nova rua que ligaria o Campo da Feira ao Largo da Fraga, nas proximidade da escola secundária¹¹⁷⁷. Fala-se também, pela primeira vez, da construção de um “*bairro operário*”.

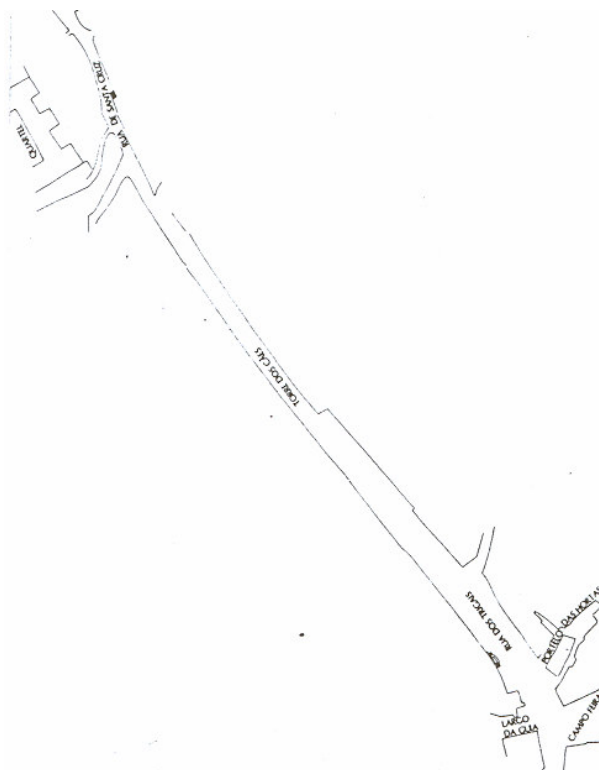
2.3. Campo da Feira

¹¹⁷⁴ Ibidem CG, 1898 Abr.14, nº 1281, p. 2.

¹¹⁷⁵ Ibidem JLF - VOC, p. 269v.

¹¹⁷⁶ Ibidem MAO, p. 18-19.

Diz-nos Alberto Vieira Braga, que no século XVII, a feira dos bois era no **Campo da Feira**, depois de ter sido no largo ou campo do Toural¹¹⁷⁸, por acordo feito em 21 de Fevereiro de 1619¹¹⁷⁹. Este acordo não deve ter sido rigorosamente cumprido, pois em 20 de Fevereiro de 1732 D. João V promulga uma Provisão, ordenando que a feira do gado fosse mudada do Toural para o Campo da Feira¹¹⁸⁰.



Assim, tornava-se necessário melhorar os seus acessos e em 4 de Junho de 1640 arrematou-se a calçada da barroca do Campo da Feira a Gonçalo Vaz, pedreiro, por 8\$000 réis¹¹⁸¹. Neste mesmo sentido, em 14 de Abril de 1652 foi feito o contrato para a construção da ponte de Santa Luzia e Campo da Feira, feito na Rua do Gado, em casa do Provedor Dr. João Álvares de Carvalho, pelo tabelião Domingos da Cunha aos mestres pedreiros Pedro Lopes, de Trás de S. Sebastião, e António Castro, da freguesia

¹¹⁷⁷ Ibidem MAO, p. 17-18.

¹¹⁷⁸ Ibidem AVB - ASMV, p. 63.

¹¹⁷⁹ Ibidem AVB - ASMV, p. 143.

¹¹⁸⁰ Ibidem JLF - EV I, p. 303; Ibidem JLF - VOC I, p. 353v.

¹¹⁸¹ Ibidem AVB - ASMV, p. 166.

de S. Martinho de Sande¹¹⁸². Este local começa a povoar-se e é escolhido no século XVIII para se erigir a Igreja da Irmandade de Nossa da Consolação e Santos Passos, cuja capela mor andava já em construção em finais desse século¹¹⁸³, sendo, em 23 de Julho de 1878, inaugurada a Capela do Senhor dos Passos, e, logo a seguir, uma portaria e carta régia de D. Luís, confere-lhe a honra de “capela real” e “Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos”¹¹⁸⁴.

No século XIX, já o Campo da Feira era um local bastante frequentado e habitado. Assim, procura-se também tratar da manutenção e preservação dos locais de passagem. Em 4 de Outubro de 1815 foi posta a lanços a feitura da calçada da parte do Campo da Feira, guardas e assentos. Foi entregue ao mesmo Luís José Fernandes¹¹⁸⁵.

Em 1827 já se pretendia fazer os dois tanques dos apóstolos¹¹⁸⁶, mas é em 2 de Junho de 1846 que se decide conduzir água perdida no Campo da Feira para os pedestais dos apóstolos¹¹⁸⁷.

Em 4 de Maio de 1846 mandou-se abrir um caminho das Carvalhas de S. Francisco pela viela de Soalhães para o Campo da Feira¹¹⁸⁸. O Campo da Feira era agora um local arborizado, mas em 30 de Setembro de 1846 foi lida uma carta de Domingos da Costa Vaz Vieira, desculpando-se do corte de chorões no Campo da Feira¹¹⁸⁹.

Em Março de 1853 a Câmara tendo em vista “*achar-se o terreiro do Campo da Feira com a parada do Regimento de Infantaria aquartelado nesta vila, todos os dias de manhã assim como nos dias sábados de tarde, como os recrutas do mesmo regimento causavam grande transtorno tanto aqueles actos, como à venda dos objectos em que comerciam as tendeirolas volantes nas feiras públicas volantes que nesta vila se fazem nos dias de sábado, o que era necessário obviar*”, determina por unanimidade “*que as treferidas tendeirolas fossem mudadas com as suas lojas para o Terreiro de Nossa Senhora da Misericórdia, ficando ali estabelecidas em linha recta desde a esquina das casas de António do Couto Ribeiro até à cadeia e que os vendedores de madeira sejam mudados para o terreiro de Santa Clara*”, cuja determinação será

¹¹⁸² Ibidem AVB - ASMV, p. 121.

¹¹⁸³ Ibidem JLF - VOC II, 162v-163v.

¹¹⁸⁴ Ibidem NG, nº 1231 (1955 Ago.7), p. 1.

¹¹⁸⁵ Ibidem JLF - VOC II, p. 413v.

¹¹⁸⁶ Ibidem JLF - VOC I, p. 221; Ibidem JLF - VOC II, p. 441.

¹¹⁸⁷ Ibidem JLF - VOC II, p. 452.

¹¹⁸⁸ Ibidem JLF - VOC II, p. 451v.

notificado aos referidos interessados para assim a executarem sob pena de condenação de 6\$000 réis pagos de cadeia¹¹⁹⁰.

Em 22 de Fevereiro de 1854 foi indeferido o requerimento de vários cidadãos da cidade que pediam voltar a feira de gado para o Campo da Feira por este estar impedido com as obras do teatro. Depois de desembaraçado, seria deferido¹¹⁹¹. O mestre de obra do teatro, que foi vistoriado em 11 de Abril de 1888 por ordem da autoridade administrativa¹¹⁹², era Francisco José Barbosa, da freguesia de S. Victor de Braga¹¹⁹³.

Mas o Campo da Feira continuava a ser um local privilegiado para o comércio. Em 24 de Maio de 1854 deliberou-se que a feira dos porcos fosse mudada para o Olival do Campo da Feira¹¹⁹⁴; em 29 de Novembro de 1854, decide-se que a feira de bois, que estava provisoriamente no Terreiro do Cano, aí fique efectiva, e a dos porcos, que era nos Trigais, passe a ser no Olival do Campo da Feira, pois já em 24 de Maio se tinha deliberado mudá-la para o referido Olival do Campo da Feira¹¹⁹⁵.

Em 31 de Maio de 1855 estavam quase concluídas as obras de macadame no Terreiro do Campo da Feira e na Rua da Torre dos Cães até ao Cano. Na edificação do novo teatro trabalhava-se com todo o afinco para se fazer a sua abertura na noite de aclamação do rei¹¹⁹⁶.

Em meados do século o Campo da Feira começa a ser um local importante para o pequeno meio de Guimarães. Era necessário equipá-lo com uma série de infra-estruturas, de modo a que garantisse um mínimo de condições a quem o habitava ou frequentava. Assim, em 3 de Setembro de 1856 foi arrematada a construção do tanque do Campo da Feira, em preço de 150\$000 réis, por José Martins Crespo, pedreiro¹¹⁹⁷.

Pretende-se embelezar o Largo, e em Janeiro de 1857 noticia-se que a Câmara Municipal vai plantar com arvoredos à beira dos passeios da estrada que divide o Campo¹¹⁹⁸.

¹¹⁸⁹ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 451v.

¹¹⁹⁰ Ibidem JLF - *EV I*, p. 247v.

¹¹⁹¹ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 453; Ibidem JLF - *EV II*, p. 141.

¹¹⁹² Ibidem JLF - *EV II*, p. 28.

¹¹⁹³ Ibidem JLF - *VOC II*, p. 453v.

¹¹⁹⁴ Ibidem JLF - *EV II*, p. 141; Ibidem JLF - *VOC II*, p. 453v.

¹¹⁹⁵ Ibidem JLF - *EV II*, p. 142.

¹¹⁹⁶ Ibidem JLF - *EV II*, p. 196v.

¹¹⁹⁷ Ibidem JLF - *VOC*, p. 144; Ibidem JLF - *EV II*, p. 144; Ibidem JLF - *VOC II*, p. 455v.

¹¹⁹⁸ Ibidem *TG*, nº 40 (1857 Jan.23), p. 4.

Em 18 de Maio de 1857 o aqueduto do tanque do Campo da Feira para os pedestais dos Apóstolos, para conduzir a água que sobejava, foi arrematado por 63\$840 réis¹¹⁹⁹.

Entretanto, o Eng. Almeida Ribeiro, no seu Plano de Melhoramentos de 1863, diz-nos: «*Esta folha contém as Hortas, o Campo da Feira, e suas imediações, e todo o mais terreno até às Carvalhas de S. Francisco. Na parte mais estreita do terreiro do Campo da Feira está edificado de há poucos anos o Teatro de D. Afonso Henriques. Como nenhum melhoramento podia projectar neste terreno sem tomar por guia o alinhamento do Teatro, conservei-lhe a actual forma e limitei-me a regularizar as linhas de edificação. Todavia se a calçada que actualmente parte do Largo da Guia para a embocadura da ponte for substituída por outra junto às edificações, a forma bastante irregular do terreno do Campo da Feira não impedirá que ele fique sendo uma bela praça. Sendo a Viela de Soalhães uma péssima comunicação entre as Carvalhas de S. Francisco e o Campo da Feira, projectei uma rua de 10 metros de largura a partir do terreiro das Carvalhas em continuação com o alinhamento do Hospital de S. Francisco*»¹²⁰⁰. Quanto à folha nº 5, que abrangia a zona do Postigo da Guia, Viela do Esterpão, Largo da Guia, uma parte da Rua de Traz do Muro, e uma parte do Campo da Feira, até ao Teatro de D. Afonso Henriques, que fora inaugurado em 12 de Agosto de 1858, o Portelo das Hortas, a Rua dos Trigais, a Torre dos Cães e o princípio da Rua de Santa Cruz, zona para a qual não apresentou qualquer descrição justificativa de “melhoramentos”¹²⁰¹.

O Eng. Almeida Ribeiro pretendia fazer da ligação entre o Mercado e as Capuchas, dando-lhe beleza e amplitude: «*O terreno representado nesta folha [13] é de muito fácil melhoramento na parte que respeita aos três terreiros, de S. Sebastião, de S. Francisco e das Carvalhas. Demolida a Alfândega, a igreja de S. Sebastião, estabelecendo-se ruas junto às edificações, e acrescentando-se as que tracei nas Carvalhas de S. Francisco, inclusive a que deve ligar este terreiro com o do Campo da Feira, a parte de Guimarães compreendida entre o novo mercado e as Capuchas, ficará sendo bela e ampla*»¹²⁰².

¹¹⁹⁹ Ibidem JLF - VOC II, p. 455v.

¹²⁰⁰ Ibidem MAO, p. 17-18.

¹²⁰¹ Ibidem MAO, p. 14.

¹²⁰² Ibidem MAO, p. 26-28.

Em 13 de Julho de 1863 houve reunião da Comissão de Melhoramentos e, entre as deliberações tomadas, decidiu-se construir lavadouros públicos no Campo da Feira, junto do regato. Pelo Presidente da Comissão foi proposto que fosse incluída no programa definitivo a abertura de novas ruas ligando a cidade à nova estrada vicinal, estando entre elas uma, das Hortas à Costa, outra, partindo das Oliveiras do Campo da Feira à capela de S. Roque¹²⁰³.

Na sessão de 8 de Julho de 1869 da Comissão de Melhoramentos, foram apresentadas, entre outras, a proposta de se aprovar a abertura da nova rua projectada entre as Carvalhas de S. Francisco e o Campo da Feira; melhorar o Largo das Oliveiras do Campo da Feira, modificando-o apenas do lado da Casa de Vila Pouca de maneira a seguir o alinhamento do quintal e não da casa; aprovar o projectado alargamento da calçada das Capuchas¹²⁰⁴.

Começam-se quase imediatamente os “melhoramentos” e em Setembro de 1870 fez-se o primeiro alargamento do Campo da Feira, que foi arrematado por 780\$000 réis, em 10 de Setembro de 1890.

Em 30 de Abril de 1873 decidiu-se que a feira do gado fosse transferida para o Campo da Feira, a dos porcos para o Cano do lado norte e a da madeira para a Misericórdia¹²⁰⁵, mas em sessão de 2 de Agosto de 1873 deliberou-se transferir a dos porcos para o antigo lugar das Oliveiras¹²⁰⁶.

Em 31 de Janeiro de 1877 delibera-se ir, no dia quatro, assistir ao Te Deum de inauguração do Asilo de Mendicidade por convite da Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos¹²⁰⁷.

Em 8 de Maio de 1878 sai um decreto autorizando a Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos a comprar, pelo preço de avaliação de 6 contos de réis, o prédio situado no Campo da Feira, com os nº 16 a 23, para neles estabelecer o Asilo de Mendicidade¹²⁰⁸.

¹²⁰³ Ibidem MAO.

¹²⁰⁴ Ibidem MAO.

¹²⁰⁵ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 149v.

¹²⁰⁶ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 149v.

¹²⁰⁷ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 151.

¹²⁰⁸ Ibidem JLF - *EV II*, p. 127v.

Em sessão de 3 de Março de 1880 delibera-se que a Feira dos suínos fosse mandada do Campo do Salvador para o Campo da Feira¹²⁰⁹, talvez porque a anterior resolução não fosse cumprida.

Em Abril de 1882 andava-se a proceder a reparações nos canos que conduziam a água para as fontes dos Apóstolos na ponte do Campo da Feira, tendo a imprensa referido que “*É obra de reconhecida utilidade pelo embelezamento que vae accrescentar aquella já de si tão formoso local*”¹²¹⁰.

Em 1882 fizeram-se alguns “melhoramentos” no templo da Real Irmandade dos Santos Passos, do Campo da Feira, “*como seja o soalhamento da igreja, retirando da vista do piedoso auditório essas sepulturas de lúbregue impressão*” [...] ¹²¹¹.

Em Junho de 1884 procedeu-se à arrematação da obra do alargamento do Campo da Feira, sendo a obra dada ao empreiteiro João Francisco, de Infias, pela quantia de 1.049\$000 réis, tendo sido a base de licitação 1.6000\$000 réis. Foi também autorizado o vereador do pelouro respectivo a mandar proceder à demolição dos prédios, que para isso foram expropriados¹²¹².

Em 22 de Abril de 1885 foi deliberado que desde 1 de Maio o mercado de lenha, que até agora se fazia no largo de S. Sebastião, se passasse a fazer no Campo da Feira¹²¹³.

Aqui existiam, junto ao rio, bastantes moinhos de enxofre, que se destinavam a triturar o produto utilizado essencialmente como desinfectante das vides. Era bastante perigoso, uma vez que era tóxico e altamente combustível. Por isso, em Maio de 1887, à noite, manifestou-se um violento incêndio nos moinhos de enxofre do Campo da Feira, que foi de difícil combate¹²¹⁴. Existia também aí um cruzeiro, que se encontrava encostado ao muro do quintal do prédio de D. Ana Emília Saldanha, e que ela requereu à Câmara, pedindo a sua remoção, em sessão de 31 de Agosto de 1887¹²¹⁵.

A Comissão Municipal, em sessão de 19 de Março, resolveu pedir a expropriação dos moinhos e quintal adjunto do campo da Feira¹²¹⁶. Assim a imprensa diz que a Câmara municipal foi autorizada a demolir por utilidade pública os moinhos

¹²⁰⁹ Ibidem JLF - VOC I, p. 153v.

¹²¹⁰ Ibidem RP, nº 32 (1882 Abr.4), p. 2.

¹²¹¹ Ibidem RP, nº 13 (1882 Ago.2), p. 2.

¹²¹² Ibidem CG, (1884 Jun.20), p. 2.

¹²¹³ Ibidem JLF - VOC I, p. 160Av; Ibidem CG, nº 86 (1885 Abr.23), p. 2.

¹²¹⁴ Ibidem CG, nº 275 (1887 Maio 16), p. 2.

¹²¹⁵ Ibidem CG, nº 304 (1887 Set.5), p. 2.

do campo da Feira, a fim de ampliar o rio onde deviam efectuar-se os festejos ao S. João¹²¹⁷. A demolição começa em 21 de Abril de 1890 por um casebre e seu moinho, que estava no Rio do Campo da Feira, junto à entrada da Ponte, lado nascente, e assim principiou o alargamento do dito campo¹²¹⁸.

No Campo da Feira era costume festejar-se animadamente o S. João. Assim, em 5 de Junho de 1889, à noite, foi estreado no rio do Campo da Feira o barco que vogava no local, nas noites dos festejos. O rio estava em parte iluminado e à margem passeavam muitas pessoas¹²¹⁹. Em sessão plenária da Câmara Municipal de 3 de Julho desse mesmo ano de 1889 leu-se o officio da comissão de festejos do Campo da Feira, pedindo a expropriação do moinho e hortas, que existiam junto do lago¹²²⁰, e durante esse mesmo ano começaram os trabalhos de alargamento da ponte¹²²¹.

É assim que a imprensa nos descreve o largo “*Festejos do S. João - Depois de se demolirem os decantados moinhos, tem o campo da Feira um aspecto surpreendente. Affirmam-nos que as velhas árvores que impedem a vista do templo dos Santos Passos serão cortadas na próxima semana. Louvamos*”¹²²².

Em sessão de 7 de Maio de 1890 da Comissão Municipal leu-se um officio do Governador Civil, remetendo a planta para a expropriação judicial dos moinhos e quintal, para aplicação e melhoramento do Campo da Feira, pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos¹²²³.

Em sessão da Comissão Municipal de 10 de Setembro de 1890 é arrematada a obra do alargamento do Campo da Feira, por 780\$000 réis, adjudicada a José Inácio Rodrigues, de Vizela¹²²⁴.

Em 1891 a Câmara deliberou mudar a feira dos cereais do Campo D. Afonso Henriques para o Campo da Feira ou para o Largo Franco Castelo Branco¹²²⁵.

Em sessão da Comissão Municipal de 22 de Abril de 1891 foi posta segunda vez em hasta pública sob base de licitação de 189\$000 réis, isto é, com o aumento de 5% sobre a base da primitiva licitação 180\$000 réis, a construção dos lavadouros do

¹²¹⁶ Ibidem CG, n° 544 (1890 Mar.24), np. 2.

¹²¹⁷ Ibidem CG, n° 549 (1890 Abr.14), p. 2.

¹²¹⁸ Ibidem JLF - EV II, p. 58v.

¹²¹⁹ Ibidem CG, n° 467 (1889 Jun.6) p. 2.

¹²²⁰ Ibidem CG, n° 476 (1889 Jul.15), p. 1.

¹²²¹ Ibidem JLF - EV IV, p. 89.

¹²²² Ibidem CG, n° 553 (1898 Abr.28), p. 2.

¹²²³ Ibidem CG, n° 556 (1890 Maio 8), p. 2.

¹²²⁴ Ibidem JLF - EV III, p. 143; Ibidem CG, n° 52 (1890 Set.18), p. 2.

campo da Feira, e, não havendo ainda licitantes, resolveu-se que no dia 30 do corrente voltasse novamente à praça com aumento de 5% sobre a base da 2ª licitação¹²²⁶. Finalmente, em inícios de Maio de 1891 realizou-se nos Paços do Concelho a arrematação da obra dos lavadouros do campo da Feira por 198:000 réis¹²²⁷.

No ano seguinte, em Março de 1892, alguns mancebos da cidade andaram a promover uma importante rifa, a fim de com o seu produto mandarem construir uma capela próximo ao rio da Campo da Feira, para colocar a imagem de S. João Baptista¹²²⁸, mas que não chegou a concretizar-se.

Entretanto faltava otimizar alguns “melhoramentos” e em Abril de 1892 a imprensa faz um reparo à obra dos lavadouros do Campo da Feira, lembrando à Comissão Municipal a necessidade já antiga de lhes mandar colocar uma cobertura metálica, a fim de que as lavadeiras e serviçais particulares pudessem, no rigor do inverno e no pino do Verão, fazer o seu trabalho¹²²⁹.

Continua-se a pensar nos “melhoramentos”, e em sessão da Comissão Municipal de 3 de Novembro de 1872 resolve-se, que se proceda à construção de dois aquedutos do Campo da Feira, podendo a obra ser feita por ajuste¹²³⁰.

No discurso de fim de mandato do Presidente da Câmara, em sessão extraordinária da Comissão Municipal, de 3 de Dezembro de 1892, este, ao referir as melhores obras por ele feitas, inclui entre elas: o alargamento do Campo da Feira sobre aquedutos, a construção de lavadouros públicos no rio e a demolição da torre e parte da igreja de S. Sebastião¹²³¹.

Continua-se, no entanto, a tratar do melhoramento e modernização da cidade, e em Setembro de 1893 foi mandado demolir um prédio, que se achava junto à avenida do Campo da Feira, em virtude de ameaçar ruína¹²³². Também durante este mesmo mês e ano leu-se, em sessão da Câmara, o requerimento do sr. Ventura Mello, da cidade, pedindo licença para colocar um *kiosque* junto a um dos apóstolos do Campo da Feira, a

¹²²⁵ Ibidem JLF - VOC I, p. 163A.

¹²²⁶ Ibidem CG, nº 647 (1891 Abr.30), p. 2.

¹²²⁷ Ibidem CG, nº 648 (1891 Maio 4), p. 3.

¹²²⁸ Ibidem CG, nº 733 (1892 Mar.28), p. 2.

¹²²⁹ Ibidem CG, nº 737 (1892 Abr.11).

¹²³⁰ Ibidem CG, nº 797 (1892 Dez.1), p. 2.

¹²³¹ Ibidem CG, nº 806 (1893 Jan.9), p. 2.

¹²³² Ibidem CG, nº 871 (1893 Set.21), p. 2.

fim de no mesmo quiosque ter à venda bebidas, tabacos e quaisquer outros géneros. Foi deferido¹²³³.

Em Dezembro de 1896 dizia a imprensa que “*Prosseguem com grande actividade as obras do melhoramento do campo da Feira, que deve ficar um dos largos mais elegantes d’esta cidade*”¹²³⁴.

Em 18 de Março de 1897 diz-nos a imprensa que “*A digna meza da Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos tem visto coroado do melhor exito a sua iniciativa na reforma dos diversos “Passos” da Paixão de Jesus Cristo/ A concorrência de feis das sextas-feiras e domingos tem sido extraordinária e continuará por certo, pois que nos consta, que os “passos” que se seguem serão ainda de melhor geito*”¹²³⁵.

Foi também junto ao Campo da Feira, na zona já perto do Palacete de Vila Pouca, que se inaugurou em 16 de Agosto de 1903 a primeira Central Eléctrica de Guimarães. Foi em 24 de Setembro de 1901 que a United Electric Light and Power Supply C^a, Lda, se obrigou a construir o referido equipamento. Alguns anos mais tarde, em Setembro de 1908, Bernardino Jordão adquiriu todo o activo e passivo da companhia inglesa por 700 £, tendo, em 31 de Outubro de 1909, inaugurado a nova Central Eléctrica Abastecedora da Cidade e Concelho de Guimarães¹²³⁶.

Em 6 de Novembro de 1906 a Associação Comercial, a requerimento de 105 comerciantes e industriais, delibera solicitar da Câmara Municipal, o que realizou na sessão camarária do dia 7, a transferência da feira semanal de gado bovino e suíno do Campo do Conde D. Henrique, junto ao Castelo, para o Campo da Feira¹²³⁷. Ainda a Comissão de moradores do Campo da Feira (80 pessoas) pede que a feira do gado bovino seja transferida do largo do Conde D. Henrique para o Campo da Feira¹²³⁸.

Mas persiste a ideia de que se deveria melhorar o Campo da Feira, alargando-o. Em 11 de Abril de 1906, o Presidente da Câmara, João Gomes de Oliveira Guimarães, volta a apresentar várias propostas, entre as quais a 6^a que se referia ao alargamento do Campo da Feira, pois este local é “*sem dúvida um dos mais attrahentes da cidade. O projecto aprovado no anno findo para completa regularização e aformoseamento d’este*

¹²³³ Ibidem CG, n° 871 (1893 Set.21), p. 2.

¹²³⁴ Ibidem CG, n° 615 (1896 Dez.18), p. 2.

¹²³⁵ Ibidem CG, n° 1187 (1897 Mar.18), p. 2.

¹²³⁶ *A Electricidade em Guimarães, 1909-1950*. Guimarães: BJ, 1959.

¹²³⁷ Ibidem JLF - EV IV, p. 128.

ponto abrange também uma rua a partir do campo de S. Francisco e está orçado em 18.500\$000 réis”.

Em sessão de 16 de Janeiro de 1907 deliberou-se expropriar amigavelmente vários terrenos, para o fim de se proceder à execução do projecto de alargamento do Campo da Feira, aprovado em 29 de Setembro de 1905¹²³⁹, tendo sido anunciado em sessão de 23 de Fevereiro de 1907, sob a base de licitação de 1.600\$000 réis¹²⁴⁰.

É em sessão de 5 de Maio de 1907 que a Câmara delibera aprovar o projecto para obra de reparação e melhoramento do Campo da Feira e construção de um aqueduto, orçada na importância de 92\$880 réis, e mandar anunciar a praça para sua execução¹²⁴¹. Em Agosto de 1907 foi resolvido pedir ao governo autorização para gastar 3:310\$000 réis, destinados para outras obras de menos urgência, no acabamento das obras do Campo da Feira e na continuação da rua projectada entre o Campo de S. Francisco e aquele largo¹²⁴².

Entretanto, tendo em vista estas obras, os proprietários dos terrenos começaram a tirar árvores e a conduzir para lá algum entulho¹²⁴³.

Em 23 de Abril de 1907 o Cruzeiro do Senhor do Calvário, que existia em frente da porta de entrada para a sacristia da igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, foi apeado e mudado para junto das escadas de acesso para o palacete de Vila Pouca, onde ficou colocado aos 27 desse mês e ano¹²⁴⁴.

Em Maio de 1907 o “Kinematographo Theo Pathé” realiza espectáculo no Teatro D. Afonso Henriques¹²⁴⁵, mostrando à cidade as novas tecnologias.

Mas em Outubro de 1907 a imprensa queixa-se, que é necessário *“melhorar, de qualquer forma, o immenso, ingente e descommunal lodaçal do Campo da Feira. Os carros de lavradores enterram-se até ao eixo e para os tirar é uma grande difficuldade e pessoas que o atravessam sahem d’elle como quem atravessa as lagoeirras do Egypto e o olhos marinhos da Pensilvânia”*¹²⁴⁶.

¹²³⁸ Ibidem CG, nº 2116 (1906 Nov.30).

¹²³⁹ Ibidem CG, nº 2131 (1907 Jan.29), p. 2.

¹²⁴⁰ Ibidem CG, nº 2132 (1907 Fev.1), p. 2.

¹²⁴¹ Ibidem CG, nº 2161 (1907 Maio 24), p. 2.

¹²⁴² Ibidem CG, nº 2185 (1907 Ago. 23), p. 2.

¹²⁴³ Ibidem CG, nº 2133 (1907 Fev.5), p. 2.

¹²⁴⁴ Ibidem JLF - EV II, p. 63.

¹²⁴⁵ Ibidem CG, nº 2158 (1907 Maio14), p. 2.

¹²⁴⁶ Ibidem CG, nº 2200 (1907 Out.15), p. 2.

Em Dezembro de 1907 a Câmara Municipal resolveu pôr em arrematação o empedramento e passeio no Campo da Feira. Era uma obra há muito reclamada, pois que aquele enorme largo encontrava-se intransitável¹²⁴⁷. Assim, em sessão de 8 de Janeiro de 1908 foi arrematado o empedramento, terraplanagens, aquedutos e guias dos passeios do Campo da Feira, parte do projecto aprovado em 29 de Setembro de 1905, com a denominação “*Rua entre o Campo de S. Francisco e o da Feira e alargamento d’este*”, sendo adjudicado a Bento Martins, pela quantia de 1.229\$000 réis¹²⁴⁸. Posteriormente, em sessão de 26 de Março de 1908 deliberou-se anunciar a arrematação de um parapeito de cantaria, que fazia parte do projecto de construção duma rua entre o campo de S. Francisco e o da Feira, e alargamento da mesma, sob a base de licitação de 170\$000 réis¹²⁴⁹.

Continuou-se o trabalho de embelezamento do largo em 1909, ajardinando-o com a plantação de cinquenta árvores¹²⁵⁰. A imprensa elogia a Câmara Municipal pelo ajardinamento do Campo da Feira e diz: “*Temos ouvido rasgados encomios à digna Câmara Municipal, pela forma como soube mandar ajardinar o espaçoso largo do Campo da Feira./ Como se encontrava era uma vergonha./ [...] Uma falta importante alli se nota./ Não há um único banco aonde se possa descansar, e a luz é tam pouca que mal se percebe*”[...]¹²⁵¹. Mas infelizmente, passados poucos dias, apareceram cortadas sete árvores e as outras secaram todas, diz-nos João Lopes de Faria¹²⁵². Durante o período Monárquico não houve mais alterações no Campo da Feira.

Rua dos Trigais Em 28 de Março de 1855 a Câmara representa a el-rei, pedindo autorização para duas expropriações: uma casa térrea na Rua dos Trigais e três oliveiras na mesma rua, muro e arco e uma casa de S. Bento¹²⁵³.

Em 2 de Setembro de 1863 foi arrematada a construção do tanque dos Trigais e seguimento para o do Campo da Feira¹²⁵⁴.

Na reunião de 8 de Julho de 1869 da Comissão de Melhoramentos foram apresentadas, entre outras, as seguintes propostas: melhorar a Rua das Hortas e fazer a

¹²⁴⁷ Ibidem CG, nº 2215 (1907 Dez.10), p. 2.

¹²⁴⁸ Ibidem CG, nº 2227 (1908 Jan.24), p. 1.

¹²⁴⁹ Ibidem CG, nº 2249 (1908 Abr.10), p. 2.

¹²⁵⁰ Ibidem JLF - EV I, p. 203v.

¹²⁵¹ Ibidem CG, nº 2466 (1910 Jun.28), p. 3.

¹²⁵² Ibidem JLF - EV I, p. 203v.

¹²⁵³ Ibidem JLF - EV I, p. 308v.

junção desta com a projectada rua vinda dos Trigais; aprovar a abertura de uma nova rua partindo da junção da Rua das Hortas com a projectada Rua dos Trigais e também da rua da circunvalação, próximo da casa do Dr. Felgueiras¹²⁵⁵. Em 21 de Maio de 1888 a imprensa anuncia a abertura de novas ruas, sendo uma delas a que ligaria o Carmo à estrada de Fafe¹²⁵⁶.

Em Março de 1896, critica-se já a falta de civismo, e fala-se do mau exemplo que foi construir-se uma casa na rua dos Trigais, nos terrenos de um velho pardieiro, que ali existiu, exactamente colocada no centro duma zona de onde deveria partir uma estrada, rua ou avenida para a Costa¹²⁵⁷. Entretanto a Câmara decidiu, numa reunião de Março de 1896, nomear uma comissão composta por Francisco Martins da Costa, Ventura de Castro Meirelles e António M. Ferreira para tratar dos ajustes de preços de quaisquer prédios que tenha a expropriar e ainda tratou do caso da Rua dos Trigais¹²⁵⁸. Efectivamente, em sessão de 1 de Abril de 1896, a Câmara Municipal resolveu, que se requeresse o decreto de expropriação por utilidade pública e urgente de um prédio urbano situado nesta rua, a fim de se proceder ao alargamento da Travessa das Hortas¹²⁵⁹.

Em Junho de 1898 foi proposta em reunião de Câmara a iluminação da rua¹²⁶⁰ e efectivamente em sessão extraordinária de 16 de Junho de 1898 lê-se o officio do Director das Obras Públicas com data de onze do corrente, no qual se concede licença para a “*collocação d’uma column de ferro com candeeiro de iluminação pública na rua dos Trigaes*”, que faz parte da estrada real nº 27, ficando a Câmara inteirada do assunto¹²⁶¹.

Em sessão de 6 de Agosto de 1902 aprovou-se o projecto de reconstrução e melhoramento do Largo dos Trigais¹²⁶².

Em sessão de 22 de Janeiro de 1908 a Câmara lê um requerimento da Real Irmandade dos Santos Passos sobre a água do Tanque da Senhora da Guia, na estrada de Fafe¹²⁶³.

¹²⁵⁴ Ibidem JLF - VOC II, p. 459; Ibidem JLF - VOC I, p. 461.

¹²⁵⁵ Ibidem MAO.

¹²⁵⁶ Ibidem CG, nº 369 (1888 Maio 21), p. 1.

¹²⁵⁷ Ibidem CG, nº 1097 (1896 Mar.26), p. 2.

¹²⁵⁸ Ibidem CG, nº 1099 (1896 Abr.2), p. 2.

¹²⁵⁹ Ibidem CG, nº 1101 (1896 Abr.9), p. 2.

¹²⁶⁰ Ibidem CG, nº 1297 (1898 Jun.10), p. 2

¹²⁶¹ Ibidem CG, (1898 Jun.16), p. 2.

¹²⁶² Ibidem CG, nº 1701 (1902 Ago.19), p. 2.

Rua das Hortas Apenas temos notícia desta rua em Junho de 1842, pois resolveu-se em vistoria alargar o Caminho das Hortas, que saía da Senhora da Guia¹²⁶⁴.

Diz-nos também João Lopes de Faria, que “*O ex abade de S. Miguel do Prado Vila Verde, Gaspar Pereira Peixoto Sarmiento de Queiroz Menezes, tomou posse do arcediogo de Vila Cova, dignidade do Cabido de Guimarães, em que por decreto de 15 de Novembro de 1844 foi apresentado, por ter passado ao estado de casado o antecessor Domingos António da Silva, que por morar ao Portelo das Hortas ficou sempre conhecido por “arcediogo das Hortas” e o dito local até se transformar em rua, também conhecido por “Arcediogo”*”¹²⁶⁵. A Travessa dos Trigais era na época também conhecida por Portelos das Hortas¹²⁶⁶.

O Eng. Manuel de Almeida Ribeiro, no seu Plano de Melhoramentos (1863), na folha nº 6 diz-nos: «*[...] Como neste bairro não há uma rua, nem uma edificação de alguma importância, entendo que a Câmara o deve considerar como não existente e aproveitar o espaço por ele ocupado para a criação de um bairro novo, porque deste modo, além de aformosear esta parte da Cidade facilita os melhoramentos em outros pontos criando novos alojamentos para a população que os habita. A fertilidade do solo, e a proximidade do rio, de duas grandes igrejas, e de 4 fontes públicas recomendam a formação de um bairro para a classe pobre. Neste intuito regularizei a travessa e o largo da Fraga, e bem assim a Rua das Hortas, e desprezei a travessa que existe paralelamente a esta rua como inteiramente inútil. Desprezei igualmente a travessa das Hortas e a viela da Fonte do Abade abrindo novas ruas em substituição destas, a que não era possível dar uma forma regular. A abertura destas duas ruas permitirá que nelas se edifique sem fazer aquisição de terrenos em propriedades importantes como são as quintas pertencentes a casas do Campo da Feira. Regularizei também a estrada da Costa, e projectei uma pequena praça no ponto em que esta estrada se une com as três ruas do projecto. A estas ruas dei a largura de 6 metros suficientes para o fim a que as destino, mas às que ficam servindo de estrada para a Costa dei a largura de 7,5 metros*»¹²⁶⁷.

¹²⁶³ Ibidem CG, nº 2231 (1908 Fev.7), p. 2.

¹²⁶⁴ Ibidem JLF - VOC II, p. 450.

¹²⁶⁵ Ibidem JLF - EV II, p. 5v.

¹²⁶⁶ P^o António Caldas - *Ob. cit.*, p. 130.

¹²⁶⁷ Ibidem MAO, p. 16.

A Comissão de Melhoramentos, reunida no dia 8 de Julho de 1869, apresentou as seguintes propostas: melhorar a Rua das Hortas e fazer a junção desta com a projectada rua vinda dos Trigais; aprovar a abertura de uma nova rua partindo da junção da Rua das Hortas com a projectada Rua dos Trigais¹²⁶⁸.

Em Outubro de 1878 a imprensa faz notícia da intenção de se abrir uma rua nas Hortas e felicita quem o fizer, pois “*A transformação dos becos das Hortas n’uma rua de conveniente largura e extensão, seria um dos mais levantados melhoramentos desta terra*”¹²⁶⁹.

Em 17 de Outubro de 1881 foi inaugurado um colégio de instrução para o sexo masculino no palacete das Hortas, do qual foi proprietário e director o bacharel Francisco Pedro Felgueiras¹²⁷⁰.

Mas a imprensa continua a reclamar e pedir obras na Rua das Hortas e diz:

“*Rua das Hortas - Dá-se este nome a um caminho estreito que é auxiliado por uma fiada de pedras em forma de passeio, não permitindo a passagem de duas pessoas ao lado uma da outra.*

Não seria acertado fazer-lhe uns pequeninos reparos, calcetando a parte livre do passeio e nivelar com este o calcetamento?”¹²⁷¹.

E em realmente, nesse mesmo ano de 1888, ela volta a falar da Rua das Hortas e noticia, que realmente a Câmara vai mandar reconstruir a rua das Hortas até ao Campo Longo¹²⁷².

Mas só em sessão da Comissão Municipal de 3 de Dezembro de 1890 se deliberou, que, enquanto não existisse comunicação entre a cidade e o convento da Costa, se fizessem reparações e “melhoramentos” no caminho das Hortas¹²⁷³.

Em sessão da Comissão Municipal, de 20 de Novembro de 1893, resolveu-se alargar a Travessa das Hortas, adquirindo-se para isso 32 metros quadrados de terreno, de José António de Faria, pelo preço de 750 réis cada metro¹²⁷⁴.

¹²⁶⁸ Ibidem MAO.

¹²⁶⁹ Ibidem RP, nº 45 (1878 Out.26), p. 2.

¹²⁷⁰ Ibidem JLF - EV IV, p. 49.

¹²⁷¹ Ibidem CG, nº 33 (1888 Ago.27), p. 2.

¹²⁷² Ibidem CG, nº 396 (1888 Set.6), p. 2.

¹²⁷³ Ibidem CG, nº 613 (1890 Dez.11), p. 1.

¹²⁷⁴ Ibidem CG, nº 891 (1893 Dez.4), p. 2.

Em sessão de 31 de Maio de 1896 foi arrematada, por 414\$000 réis, por Bento Martins da freguesia da Costa a obra de melhoramento do caminho para a dita freguesia, compreendido entre a casa do das Hortas e o portal da Casa do Rio¹²⁷⁵.

Em sessão da Câmara Municipal, de 8 de Junho de 1898, deliberou-se aprovar para todos os efeitos legais o projecto e orçamento da obra da construção duma rua entre a Senhora da Guia e o sítio das Hortas alargando-se a estrada municipal em construção. A obra achava-se orçada na quantia de 852\$000 réis, devendo a deliberação ser submetida à aprovação superior como prescrevia o artigo 426 do código administrativo¹²⁷⁶. Assim, com o fim de fazer as obras, a Câmara delibera, em sessão de 8 de Fevereiro de 1899, intimar todos os indivíduos cujos prédios foram expropriados para a construção da rua entre a Senhora da Guia e o lugar de Fato, para que, dentro de 30 dias contados da intimação façam demolir e remover os materiais dos mesmos prédios, sob pena de ser feita pelos operários da câmara à custa dos mesmos indivíduos¹²⁷⁷.

Como existia nesta zona um oratório, a Câmara decide, em sessão de 15 de Fevereiro de 1899, que se oficiasse à Junta de Paróquia da freguesia da Oliveira, para que tomasse conta do oratório aqui existente, a fim de se proceder à sua remoção¹²⁷⁸.

Em sessão da Câmara Municipal, de 12 de Abril de 1899, foram arrematados pela quantia de 200\$000 réis por D. Leocádia Malheiro Guimarães, autorizada por seu marido Manuel Victorino da Silva Guimarães, os materiais de um prédio e uma parcela de terreno, que ficava fora do alinhamento da estrada e que constituía o resto da expropriação feita ao Asilo de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, sendo a parcela de terreno por 41\$400 réis e os materiais 158\$600 réis¹²⁷⁹.

E em relação à Rua das Hortas, em sessão da Câmara de 29 de Janeiro de 1902, delibera-se dar-lhe o nome de Dr. José Sampaio¹²⁸⁰. Ainda neste ano, em sessão de 28 de Maio aprova-se o projecto da Rua Dr. José Sampaio e Estrada Real nº 27¹²⁸¹.

¹²⁷⁵ Ibidem CG, nº 845 (1896 Jun.12), p. 2.

¹²⁷⁶ Ibidem CG, 1898 Jun.10, nº 1297, p. 2.

¹²⁷⁷ Ibidem CG, 1899 Fev.10, nº 1361, p. 2.

¹²⁷⁸ Ibidem CG, 1899 Fev.17, nº 1362, p. 2.

¹²⁷⁹ Ibidem CG, 1899 Abr.14, nº 1377, p. 1.

¹²⁸⁰ Ibidem JLF - EV I, p. 88; Ibidem - VOC I, p. 159A; Ibidem CG, 1902 Fev.4, nº 1650, p. 2.

¹²⁸¹ Ibidem CG, 1902 Jun.10, nº 1682, p. 2.

3. “Melhoramentos” no espaço urbano

Durante este período foram várias as alterações que se fizeram em Guimarães e que melhoraram a cidade, embora não fazendo grandes destruições, por serem fora da cidade. Não os considerámos por isso no âmbito deste trabalho. No entanto são relevantes para a história da cidade.

Assim, em 1827 começou-se a tratar da construção de uma nova cadeia, a fim de substituir a do Largo da Misericórdia; em 1834 começa-se também a tratar de construir o novo Cemitério de Atouguia, cuja benção solene teve lugar em 11 de Maio de 1879, pelas 12 horas¹²⁸²; em 1834 começou-se também a pensar na construção de uma Biblioteca; foi em sessão de 22 de Setembro de 1834, que a Câmara decidiu felicitar a rainha, e pedir a criação de uma Biblioteca Pública com os livros dos conventos da comarca, considerando que ficaria instalada no convento de S. Domingos¹²⁸³. Apenas se concretizou com a fundação da Sociedade Martins Sarmiento em 1882.

A abertura das Ruas do Comércio e da Indústria são votadas 1882; a partir de 1887 começaram a construir-se várias estradas para o exterior da cidade, ligando esta a outras localidades e foi em 1844 que se começou a iluminar o centro, medida muito importante pois evitava que se cometessem abusos e roubos. Não se utilizou azeite, por ser muito caro e porque faltava nos maus anos agrícolas, mas só o óleo de purgueira, combustível mais barato que o azeite, e que alimentava 30 lampiões¹²⁸⁴, que ardiam até à meia-noite. Apenas em 28 de Agosto de 1901 a Câmara delibera iluminar a cidade a luz eléctrica¹²⁸⁵. O Mercado começa a ser construído em 1862, começando a Rua Gil Vicente a abrir-se em 1873, tal como a de Paio Galvão; a arrematação da abertura da Rua de Serpa Pinto é em Maio de 1889¹²⁸⁶; a construção do Matadouro começa em 1891; a rua dos Castanheiros, apenas em 1900, de Eduardo de Almeida em 1905, o Prolongamento da Rua Paio Galvão em 1906 e o projecto da Avenida dos Pombais não chegou a ser concretizado.

¹²⁸² Ibidem JLF - EV, p. 136v; Ibidem CG, nº 2130 (1907 Jan.25), p. 3.

¹²⁸³ Ibidem JLF - VOC II, p. 448; Ibidem JLF - VOC I, p. 56v.

¹²⁸⁴ Ibidem JLF - VOC II, p. 451; Ibidem JLF - EV IV, p. 257.

¹²⁸⁵ Ibidem JLF - EV III, p. 184v.

¹²⁸⁶ Ibidem JLF - EV, p. 105.

PRIMEIRA REPÚBLICA

II CAPÍTULO: PRIMEIRA REPÚBLICA

INTRODUÇÃO

A 1ª República foi oficialmente proclamada em Guimarães, a 8 de Outubro de 1910¹.

Guimarães era uma cidade monárquica e conservadora, tendo mudado devido ao inconformismo de um escasso número de republicanos. Já em 1 de Março de 1886 a imprensa local referia, que se tinha organizado uma comissão republicana para promover a criação de um Centro Democrático em Guimarães.

Chegaram ao poder com grande vontade de mudança e começaram por alterar pequenos aspectos da cidade, a maior parte deles já previstos pela monarquia. De início vão continuar a seguir de perto as intervenções preconizadas pelo Eng. Manuel de Almeida Ribeiro, em 1863, e pela Comissão de Melhoramentos reunida em 1869. Chega-se mesmo a arrasar uma parte central da cidade, para melhor higienização, e pretende-se alargar a Praça de S. Tiago, para aí colocar os Paços do Concelho.

Mas, após 1922 dá-se uma mudança radical e verifica-se um novo projecto urbanístico para Guimarães.

Consideramos o ponto mais alto deste projecto, a mudança da ideia de se fazer os Paços do Concelho, numa área acanhada, intra-muros, para os construir numa praça nova, extramuros, articulando a velha cidade muralhada com uma nova zona de urbanização a implementar, tentando assim preservar a antiga. É a primeira vez que nos surge explicitamente a ideia de preservar o conjunto urbanístico antiga.

Luís de Pina, a quem já nos referimos, vai ser o autor desse projecto. Na memória descritiva, publicada pela Câmara em Março de 1925, o presidente Mariano Felgueiras, o grande impulsionador do projecto, diz-nos²:

“A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Guimarães, tendo resolvido iniciar a execução de um Plano de Alargamento da Cidade e, conjuntamente, a edificação de novos Paços do Concelho, onde possam ser convenientemente instaladas todas as repartições públicas, julga conveniente trazer, por este meio, ao conhecimento do público vimaranense, o que vem a ser o seu empreendimento. Muito dinheiro se tem

¹ Ibidem JLF - EV IV, p.25v.

gasto com importantes melhoramentos nas freguesias rurais e nas povoações de Vizela e Taipas. A cidade, porém, tem sido posta de parte, do que resulta nada ter progredido, desde há muitos anos.

Alguma coisa, pouco, que se tem feito, sofre do inconveniente grave de não obedecer a um plano geral de conjunto, que satisfaça às modernas exigências da civilização e estética.

A cidade asfixia dentro das vielas, que eram ruas há séculos; os seus habitantes não têm terreno com luz e sol onde possam construir as suas habitações.

Não se podia nem devia arrazar a velha cidade, para a reconstruir sob um novo plano.

Mas pode e deve-se, conservando-se o velho burgo, com o carinho que merece o que é antigo e tradicional, abrir-se-lhe caminho, livre e amplo, por onde possa alargar-se e crescer.

A Câmara e as restantes repartições públicas estão pessimamente instaladas.

É uma vergonha não termos sequer um salão municipal, onde possamos receber aqueles que nos honram com a sua visita.

Os tribunais, o registo civil, instituições que tanto necessitam de uma instalação, que infunda o respeito que exige a missão que na sociedade desempenham, estão pobre e sujamente alojados.

Não há comodidades, não há higiene, nem para os funcionários nem para o público, nas instalações oficiais do concelho.

Impõe-se dar a isto um remédio: remédio que outras povoações, de valor muito inferior ao da cidade de Guimarães, já encontraram e realizaram.

O novo edifício, em começo de construção, para repartições públicas, resolve o problema e é digno da grandeza e nobreza deste concelho.

A Comissão executiva não entra em minuciosidades de exposição do seu plano. Limita-se, julgando ser suficiente, à publicação das memórias descritivas, referentes aos dois projectos: o do edifício e o do plano de alargamento da cidade, acompanhando-os de fotografias e desenhos.

O primeiro é de Marques da Silva, grande e ilustre architecto.

² *Plano Geral de Alargamento da Cidade: Memória Descritiva e Justificativa: Alargamento da cidade e novos Paços do Concelho: Memórias descritivas. Gerência de 1923-1925. Guimarães: CM, 1925.*

O segundo é do nosso conterrâneo, excelente artista e dedicado vimaranense, capitão Luís de Pina.

Aos dois aproveita este ensejo a Comissão Executiva, para lhes manifestar a sua grande admiração pelo talento e a sua gratidão por tão valioso auxílio em prol do engrandecimento desta terra”.

Luís de Pina, autor do projecto, justifica a opção tomada, dizendo que a cidade se encontra “engarrafada” entre as muralhas e que tem necessidade de crescer, e como tal necessita de uma praça para construir os Paços do Concelho.

Embora este projecto já tivesse sido afluído em 1863 pelo Eng. Almeida Ribeiro, foi esta a grande inovação da 1ª República, inovação que não chegou a concretizar-se no seu tempo, embora tenha marcado as linhas mestras do futuro alargamento da cidade no Estado Novo.

De qualquer modo, em 1922, a imprensa continuava a queixar-se que Guimarães pouco tinha evoluído, e que mais parecia uma aldeola do que uma cidade³.

Apesar das alterações urbanísticas terem sido escassas, como se vai ver, verifica-se, que os republicanos tinham ideias concretas para a remodelação da cidade, com planos específicos para o seu alargamento: construção de um bairro operário, criação do Parque do Castelo, condução de águas da Penha, e outros, que não chegaram a concretizar por falta de tempo.

Embora de início projectassem remodelar o miolo urbano, não o chegaram a fazer, devido à incapacidade verificada para alojar as pessoas dessa zona densamente habitada.

Resolvem então transferir os “melhoramentos” para o limite da cidade. Se não chegam a concretizar os seus projectos foi, por certo, devido à crise que Portugal atravessou nesta época, muito especialmente ao investimento na Primeira Guerra Mundial. Deixam, todavia, os planos para uma renovação citadina.

Verificamos que nesta época a imprensa é mais liberal. Todas as decisões urbanísticas são discutidas nos jornais, seja através de um envolvimento dos redactores, seja em artigos de opinião, ou, mesmo, através de correspondência dos leitores, reclamando as medidas tomadas, ou referindo os pareceres mais convenientes. Podemos

³ “Tornaremos a bradar no deserto? A exm^a Câmara dirá. Pelas ruas principais e alguns largos continuam a pastar galinhas como se esta cidade fosse uma simples aldeola. Não há zeladores? [...]” *Ecos de Guimarães*, nº 4 (1922 Jul.30), p. 2.

referir como exemplos o corte das árvores na rua do Comércio, a transferência do “mictório” localizado frente a igreja da Misericórdia, as alterações toponímicas e outras questões. A lentidão na tomada das medidas permite maior debate.

Nesta época regista-se, também, a consolidação, ou instalação de organismos de função pública nos conventos desabitados, aproveitando as suas instalações para serviços cívicos, contribuindo assim para transformar a face da cidade.

No conjunto o projecto dos novos Paços do Concelho foi a obra mais emblemática da época republicana.

Desde finais do século XIX que a cidade pretendia uns novos Paços do Concelho. A Câmara debatia-se com a exiguidade e dispersão dos seus serviços e procurava alugar ou ocupar espaços para os instalar. Em 1873 a imprensa local noticia, que o arquitecto Couto tinha apresentado as plantas para um novo edifício destinado a Repartições Públicas, mas que, efectivamente, não se chegou a construir⁴.

Já em 1887 o *Comércio de Guimarães* referia que um dos “melhoramentos” que se devia realizar em Guimarães, era o de uns novos Paços do Concelho e Repartições Públicas⁵, mas tudo isto caiu no esquecimento, até que Mariano Felgueiras vai retomar a ideia e defendê-la com maior vigor, mesmo depois de abandonar o poder, até ao seu falecimento, nos anos 70.

Assim, em 2 de Janeiro de 1914, Mariano Felgueiras apresenta, entre outras propostas de “melhoramentos” para a cidade, a da construção de um edifício para Paços do Concelho e Repartições Públicas⁶, pois “ninguém desconhece que todas as repartições públicas deste concelho estão mal, ou antes, pessimamente instaladas e que a casa que serve de sede para a Câmara Municipal é absolutamente imprópria, sob todos os pontos de vista sem excepção de um único”.

Em Agosto de 1915 a Comissão Executiva da Câmara Municipal delibera nomear uma comissão composta pelos seguintes cidadãos: Dr. Francisco Moreira Sampaio, Presidente da Câmara; Mariano Felgueiras, presidente da Comissão Executiva; Abel Cardoso e José Ribeiro de Freitas, entre outros, para escolherem o terreno onde deveria ser construído o novo edifício dos Paços do Concelho⁷. Após se

⁴ *Ibidem RP*, nº 43 (1873 Dez.20), p. 1.

⁵ *Ibidem CG*, (1887 Maio 30).

⁶ *Câmara Municipal de Guimarães: Proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva*. Guimarães: CM, 1916, p. 12-28; *Idem A*, nº 167 (1914 Jan.29), p. 3.

⁷ *Ibidem A*, nº 248 (1915 Ago.26), p. 3.

pensar em vários sítios, que implicavam grande dispêndio de capital, fosse em reconstruções, expropriações, ou falta de espaço para a monumentalidade prevista, decidiu-se, finalmente, pelo alargamento da Praça de S. Tiago, Rua do Gravador Molarinho e Rua do Espírito Santo.

A imprensa alerta para o perigo de se demolirem casas, pois em Guimarães já havia falta de habitações, e critica as propostas de Mariano Felgueiras, que pretende contrair um empréstimo camarário de 490 contos de réis⁸ para realizar os “melhoramentos” propostos⁹. Mas, são as demolições o que mais assusta os vimaranenses¹⁰. Critica-se violentamente Mariano Felgueiras e o local escolhido¹¹.

Entretanto, o Executivo Camarário aprova as conclusões do relatório da Comissão encarregada de escolher o local dos Paços do Concelho, e delibera organizar as bases do concurso para a elaboração do projecto do edifício, que foi aberto a arquitectos nacionais. Essas bases foram organizadas e sujeitas à apreciação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses e do Conselho de Arte e Arqueologia Nacional¹².

O local escolhido para implantar o edifício, depois de alargado e devidamente arranjado, é a Praça de S. Tiago. A imprensa refere:

“O novo edifício camarário - Fomos anteontem ver os projectos para o novo edifício camarário a levantar-se proximamente na Praça de S. Tiago. Entre alguns projectos, apareceram dois ou três, que por si só fazem a reputação dos seus autores. Entre todos um há [contudo], que é um trabalho magnífico, o que a nosso ver deve ser aproveitado, visto ele apanhar bocados dos nossos principais monumentos. Intitula-se o formoso projecto Ourique. É muito bem pensado, coisa única no género e sem dúvida um verdadeiro edifício. Próprio à Câmara desta cidade, pois todo ele nos faz lembrar a história desta terra, não esquecendo absolutamente nada”¹³.

Entretanto foi adiada para o dia 23 de Novembro de 1916 a reunião da comissão, que tinha de fazer a escolha do projecto para a construção do edifício dos Paços do Concelho e atribuir os respectivos prémios¹⁴.

⁸ Ibidem CG, n° 3043 (1916 Maio 26), p. 3.

⁹ Idem EG, (1916 Jul.9), p. 2.

¹⁰ Ibidem CG, n° 3001 (1915 Dez.17), p. 3.

¹¹ Ibidem EG, (1916 Jul.16), p. 2.

¹² CMG: Proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva. Guimarães: CM, 1916, p. 27-28.

¹³ Ibidem EG, n° 134 (1916 Nov.12), p. 3.

¹⁴ Ibidem EG, n° 135 (1916 Nov.19), p. 2.

Os projectos eram onze e saiu vitorioso o do architecto Marques da Silva, intitulado *Ourique*.¹⁵

Segundo a imprensa, “o júri incumbido de apreciar os projectos apresentados ao concurso do novo edifício dos Paços do Concelho, que era constituído dos snrs Mariano da Rocha Felgueiras, presidente da Comissão Executiva da Câmara, architectos José Alexandre Soares, António Pires Dias Guimarães, Leonel Gaia, e professor Abel Cardoso, depois de várias sessões, classificou quatro dos onze projectos concorrentes, por esta ordem: Em primeiro lugar o projecto “*Ourique*” do distinto architecto portuense snr. Marques da Silva, a quem cabe por isso, o prémio de 1:500\$000; em segundo lugar, o projecto “*Citânia*” dos architectos Sousa, Rosas e Ferreira, a quem cabe o prémio de 500\$000; em terceiro lugar o projecto “*Lusitânia*” do snr. Edmundo Tavares de 250\$000; e com menção honrosa o projecto “*Ite et Vincas*”./ O projecto classificado em primeiro lugar, tem sido muito apreciado, e assim louvada a decisão do júri, pois o referido projecto é uma verdadeira obra de arte e o que mais consubstancia as tradições vimaranenses. Ao notável architecto snr. Marques da Silva, as nossas felicitações”¹⁶.

Porém, nem tudo correu bem e em Dezembro de 1916 a imprensa publica uma carta de protesto: “*Senhor Director, É velho costume surgirem reclamações, após o julgamento de qualquer concurso, porque, como há contentes, há sempre descontentes. Não fuge à regra o concurso para o edifício da Câmara de Guimarães, mas desta vez, trata-se de um caso absolutamente novo na história dos concursos. O júri considerou todos os trabalhos, fora do concurso, por excesso de verba, no que talvez tivesse razão, mas não obstante fez a classificação, no que procedeu ilegalmente, pois, excluído um trabalho do concurso, esse trabalho, consequentemente, não pode ser classificado, sob qualquer pretexto ou condição. Tenho pelo júri do concurso do edifício da Câmara de Guimarães, a maior consideração, especialmente pelos delegados de Lisboa, um dos quais, meu colega no Conselho Director da Sociedade dos Architectos, e, por esse facto, sempre acataria o critério artístico de uma classificação feita legalmente, ainda que essa classificação me fosse desfavorável, tanto mais que julgar obras de arte é função muito abstracta, e pessoas da melhor boa fé podem enganar-se. Não é este, porém, o caso de agora. O júri exorbitou das suas funções. Julgou os trabalhos fora do*

¹⁵ Ibidem CG, n° 3093 (1916 Dez.1), p. 3.

concurso e classificou. Acatar este procedimento seria um desrespeito à lei, e ficaria em vigor um precedente perigosíssimo para os concursos futuros. Eu e o meu colega José Coelho, autores de um dos projectos apresentados vamos reclamar, devendo o caso ser apreciado em Assembleia Geral da Sociedade dos Arquitectos. Pela publicação destas linhas no seu belo jornal se confessa grato o de V. etc., Miguel Nogueira, arquitecto”. O sr. Miguel Nogueira, arquitecto, enviou-nos esta carta, que fez publicar já no Diário de Notícias, de Lisboa. Nela diz, que o seu colega José Coelho é autor de um dos projectos apresentados ao concurso aberto nesta cidade para o edifício da Câmara e que o júri exorbitou das suas funções, por considerar todos os projectos como excedendo a verba e ter feito a classificação [...]”¹⁷.

Em Junho de 1925 a Câmara publica uma monografia sobre a gerência de 1923-1925. Tratava sobre *O alargamento da cidade e novos Paços do Concelho: memórias descritivas* e era ilustrada com diversas gravuras do novo edifício que andava a construir-se¹⁸, e divulga-o, oferecendo-o aos jornais e entidades da terra¹⁹.

A ideia de instalar os Paços do Concelho na Praça de Santiago terá sido abandonada, devido às pesadas implicações de ordem social, por um lado, e, por outro, a novas perspectivas sobre a conservação da malha urbana antiga assumidas pelo próprio Mariano Felgueiras.

Entretanto a Câmara estabelece derramas especiais para construção do novo edifício dos Paços do Concelho e Avenidas Anexas²⁰, que se começa a erguer, numa praça especialmente projectada para o efeito, por Luís de Pina, em 1925²¹. A imprensa divulga: “[...] neste mesmo ano, durante o próximo mez de Setembro, acham-se em cobrança na *Thesouraria Municipal*, as derramas especiaes votadas por esta Câmara, para construção do novo edifício dos Paços do Concelho e Avenidas Anexas, bem como para a obra de canalização das águas para abastecimento da povoação das *Caldas das Taipas*”²².

¹⁶ *O Republicano*, nº 34 (1916 Dez.2), p. 3.

¹⁷ *Ibidem EG*, (1916 Dez.10), p. 2; *Ibidem CG*, nº 3095 (1916 Dez.12), p. 2.

¹⁸ *Ibidem CG*, nº 3889 (1925 Jun.16), p. 1; *CMG: Alargamento da cidade e novos Paços do Concelho: Memórias descritivas. Gerência de 1923-1925*. Guimarães: CM, 1925.

¹⁹ *Ibidem CG*, nº 3889 (1925 Jun.16), p. 1.

²⁰ *Ibidem CG*, nº 3907 (1925 Ago.21), p. 2.

²¹ *CMG: Alargamento da cidade e novos Paços do Concelho: Memórias descritivas. Gerência de 1923-1925*. Guimarães: CM, 1925.

²² *Ibidem CG*, nº 3907 (1925 Ago.21), p. 2.

Contudo em 1926 a obra encontrava-se num impasse e a 4 de Maio de 1926 A. L. de Carvalho defende que se deve continuar a obra dos Paços do Concelho, de que Guimarães tanto necessitava²³, e volta a repeti-lo em Julho de 1926²⁴.

Adiante veremos o destino deste projecto no contexto do Estado Novo.

Um outro projecto fulcral para uma cidade, que se debatia com uma forte densidade populacional e a abundância de mão de obra operária de baixos recursos, era um bairro operário.

Já em 1884 a imprensa pedia habitações sociais, devido à falta de casas e à baixa qualidade de vida que possuía a maioria delas:

*“Melhoramentos municipaes IV: Habitações das classes necessitadas - [...] Em Guimarães as classes necessitadas estão aglomeradíssimas. Casas há em que vivem cinco e seis famílias. Esta aglomeração é devida em parte, à falta de prédios e em parte, às excessivas rendas que os senhorios exigem. Em virtude das rendas excessivas e da falta de prédios, as famílias combinam-se, allugam uma casa, e mette-se n’ ella como as ovelhas em cortiços. Cada compartimento é um favo. Esta aglomeração é anti hygienica, e pode muito bem d’um momento para outro ser causa d’uma epidemia [...]”*²⁵. O problema não se resolve e em 1905 insiste-se, dando como exemplo a construção dos bairros operários do Porto²⁶

É na sessão extraordinária de 11 de Novembro de 1910, que foi apresentada a proposta: *“A Comissão Municipal de Guimarães reconhece como um dos assuntos mais urgentes, de inadiável solução, que tem a tratar, o estabelecimento de bairros operários na cidade, nos quais sobretudo se tenha em vista a boa hygiene e modicidade das rendas. Atendendo a que o terreno do Campo do Proposto, pertencente ao Estado e que se destinava a edificações de Escolas Industriais está por completo abandonado e desaproveitado ameaçando mesmo a ruína, os barracões não concluídos que lá se erguem; Atendendo a que os terrenos e materiais que nele se encontram se prestam admiravelmente para nele se construir um bairro operário, proponho: Que se apresente ao Governo Provisório da República Portuguesa pedindo-lhe a cedência do terreno e*

²³ Ibidem CG, n° 3972 (1926 Maio 4), p. 1.

²⁴ Ibidem CG, n° 3994 (1926 Jul.23), p. 1.

²⁵ Ibidem CG, n° 35 (1884 Out.6), p. 1.

²⁶ Ibidem CG, n° 1975 (1905 Jun.16), p. 1.

*materiais referidos para que nele se construa um Bairro Operário sob bases e condições que oportunamente se resolverem. Aprovada por unanimidade*²⁷.

Esta proposta não tem continuidade, e em sessão de 2 de Janeiro de 1914, Mariano Felgueiras, Presidente da Comissão Executiva, propõe a construção de um Bairro Operário²⁸. Ele diz mesmo: “*Foi este o assunto que mais cuidado me mereceu* “. Mariano Felgueiras chega mesmo a apresentar um projecto de Bairro Operário, que comenta assim: “[...] *Aproveitei para isso, ampliando-o, um projecto antigo, que já existia, de ligação da Rua do Dr. José Sampaio com a Rua de Serpa Pinto*”²⁹.

Em 1916 a Câmara pretende fazer um empréstimo camarário de 490 contos de réis para conseguir concretizar os “melhoramentos” propostos, mas a conjuntura era adversa e não se conseguiu efectivar³⁰. Por isso mesmo o “*projecto de um bairro de casas baratas: Expropriações e Planta geral 1/500 e parcelares 1/100*” assinadas por José Luís Ferreira, com data de 1916, a edificar junto da Estrada de Fafe, fica por concretizar³¹. Mas reconhece-se a grande necessidade de o construir, falando mesmo A. L. de Carvalho, em 1919, na falta de casas e nas demolições que levam à promiscuidade e doença³². Volta-se mais tarde ao assunto em 1921, sublinhando a falta de habitações em Guimarães, devido a demolições e à não reedificação de imóveis habitacionais. Pedem-se casas operárias³³.

Em 1922, A.L. de Carvalho, presidente da Comissão Executiva da CMG, faz um relatório do qual consta: “*Numa sessão do Senado (1920 - Proposta do vereador Sr. J. Jacinto) foi apreciado um projecto para um Bairro Operário. É o segundo projecto que se arquiva no Município. Quanto à causa que fez abortar estas tentativas, encontra-se na alta extraordinária da mão de obra. O problema da habitação, a ter de resolver-se pela intervenção municipal, importa a operação dum empréstimo. E, na conjuntura, o empréstimo pode resultar grave. [...] Entretanto saiba-se isto, que é tétrico! O refúgio dos sem-casa, é ali em cima, no edifício meio construído da cadeia*

²⁷ *Ibidem* VG, n° 13 (1911 Mar.1), p. 2.

²⁸ *CMG: Proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva.* p. 14-17.

²⁹ *CMG: Proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva.* p. 14-17.

³⁰ *Ibidem* CG, n° 3043 (1916 Maio 26), p. 3.

³¹ *CMG: Centenário de Mariano Felgueiras.* p. 37

³² *Ibidem* CG, n° 3350 (1919 Out.24), p. 1.

³³ *Ibidem* CG, n° 3481 (1921 Mar.25), p. 1.

*nova. Ao presente há ali acantonadas, em 36 celas sem portas, perto de 100 criaturas!”*³⁴.

Em 1923 volta-se a pedir novas habitações³⁵ e aproveita-se o despejo do prédio da Juventude católica para pedir bairros operários para pobres³⁶. Retoma-se o assunto em 1926, pois continuam a escassear casas devido às demolições³⁷. Em 1927 descreve-se assim a falta de casas: *“Casas para pobres - Um dos problemas que mais afecta a classe pobre em Guimarães é a falta de casas baratas. [...] Há anos, a Câmara entendeu que devia deitar abaixo umas casas que existiam na Praça de S. Tiago. Era um serviço que se impunha, não podendo portanto censurar-se o acto. O povo que ali vivia, algumas dezenas de famílias, sem casa, eira nem beira, espalhou-se pela cidade, pelas ruas escusas, e ali vive, numa promiscuidade que deve ter contribuído para a degenerencia da sociedade. Mais tarde deitaram-se abaixo mais casas, pequenas, e o povo que até ali lutava com dificuldades para conseguir casas, foi-se espalhando, e para ali vive, se viver é o que por vezes se observa. Anda-se a proceder a obras do edifício da Câmara e Repartições públicas. Mais uma vez foram sacrificadas dezenas de casas, umas modestas, outras confortáveis. Para onde se meteu o povo que ali vivia, se não havia casas? Ah! nós sabemos como para aí se vive... [...] Agora com as novas obras do parque que circundam o castelo, obra que merece a aprovação de todos e que fica sendo uma das primeiras da cidade, mais casas foram sacrificadas. Para onde vai o povo? É preciso, antes que mais obras se projectem, pensar, mas a sério, na construção de um bairro operário. [...]”*³⁸.

O grande projecto de Mariano Felgueiras foi o já analisado projecto da Praça Municipal. A par deste, o das Novas Avenidas, um modo de alargar a cidade e criar zonas de urbanização modernas e salubres, sem destruição do burgo antigo

Em Outubro de 1920 pensava-se abrir uma rua, que, partindo da rua Gil Vicente, passasse pela do Espírito Santo e terminasse na estrada de Fafe³⁹. Não chegou a ter concretização esse projecto e, pelo contrário, em 1921 a imprensa queixava-se de que as ruas de Guimarães tinham erva tão viçosa como os campos, que rodeavam a

³⁴ CMG: Relatório da Comissão Executiva: 1922.

³⁵ Ibidem CG, n° 3694 (1923 Jun.12), p. 1.

³⁶ Ibidem CG, n° 3726 (1923 Out.16), p. 2.

³⁷ Ibidem CG, n° 4027 (1926 Nov.23), p. 1.

³⁸ Ibidem CG, n° 4110 (1927 Out.18), p. 1.

³⁹ Ibidem VG, n° 109 (1920 Out.23), p. 1.

cidade⁴⁰. Em 1921 era aprovado em sessão de 28 de Abril um projecto que traçava uma avenida da Rua de Paio Galvão à muralha da cidade, na Estrada de Fafe, tendo-se a Comissão de Estética pronunciado pela necessidade deste parecer ser melhor pensado. Simultaneamente, esta sugere a abertura de novas artérias, convergindo do centro para a parte alta da cidade. “*O prolongamento da Rua 31 de Janeiro daria, desviando o eixo da mesma rua na parte dos Palheiros, excelentes terrenos para construções, aplicando à expropriação o preceituado no § 2º, Art.6º, lei 26-7-1912. Tal era o parecer dessa Comissão de Estética, comissão a que a falta de um engenheiro architecto mais justifica a necessidade da sua nomeação ter um caracter permanente*”⁴¹.

Em 1925 Mariano Felgueiras publica a memória descritiva e justificativa de um *Plano Geral de Alargamento da Cidade*⁴², em que refere em 9 de Março de 1925: “*A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Guimarães, tendo resolvido iniciar a execução de um plano de alargamento da cidade e, conjuntamente, a edificação de novos Paços do Concelho, onde possam ser convenientemente instaladas todas as repartições públicas*” e justifica esta atitude dizendo que a cidade asfixia dentro das vielas.

O projecto de alargamento da cidade, que já esboçado no século XIX pelo engenheiro Almeida Ribeiro e retomado por Mariano Felgueiras não chegou a concretizar-se durante a República. Contudo ficou o projecto esboçado pelo seu próximo colaborador, Luís de Pina. Tal projecto foi a base utilizada pelo Estado Novo quando a cidade se expandiu, obedecendo-se às suas directrizes mais importantes, destruindo o menos possível na cidade antiga, intra-muros, construindo um novo Bairro, nas Avenidas Novas..

Porém, o Estado Novo nunca concretizou o projecto de Marques da Silva, originando um vazio, que ainda hoje persiste.

⁴⁰ Ibidem CG, nº 3521 (1921 Ago.19), p. 1.

⁴¹ *Relatório da Comissão Executiva*, p. 27.

⁴² *Alargamento da cidade e novos Paços do Concelho: Memórias descritivas. Gerência de 1923-1925.*

1. Guimarães intramuros

1.1. “Vila alta”

1.1.1. Monumentos da Fundação

Castelo

A República não irá tomar grandes medidas em relação ao Castelo. Diz-nos mesmo A.L. de Carvalho, que um vereador pediu para se utilizar a pedra do Monumento na construção de bairros operários. Em 16 de Junho de 1910 sai o Decreto-lei n.º 136, publicado no dia 23 do mesmo mês, designando os imóveis que devem ser considerados Monumento Nacional. Para além do Castelo foram também classificados a Igreja de S. Miguel do Castelo, a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, o claustro da Igreja de S. Domingos, o Cruzeiro da Senhora da Guia, o Padrão de D. João I, o Paço dos Duques de Bragança e os Paços Municipais de Guimarães⁴³.

Quem vinha a Guimarães, gostava de visitar o Castelo, e Manuel Monteiro, Governador Civil de Braga e investigador de arte, quando aqui se deslocou em 1911, também fez questão de o visitar⁴⁴.

Começa então a desenvolver-se entre os vimaranenses um bairrismo acérrimo, que irá ter o seu auge no Estado Novo, na época das Festas Centenárias⁴⁵.

Inicia-se uma campanha para aformoseamento da zona histórica do Castelo: “*Derrube-se o que é mau, construa-se o que é bom*”⁴⁶.

Em 1911 realiza-se em Guimarães o 8º Centenário de D. Afonso Henriques e a Comissão de Festas da Cidade elabora um plano de festejos, com vista a enviar ao Governo plano aprovado em sessão da Câmara de 8 de Março de 1911. Nele se mencionam as obras a realizar à volta do Castelo de Guimarães e a transferência da estátua de D. Afonso Henriques do Largo de S. Francisco para o Toural⁴⁷. Começa-se a pedir com insistência um parque na zona do Castelo, pois, “*Aquillo assim, porco e*

⁴³ Ibidem JLF de - *EV II*, p. 267v.

⁴⁴ Ibidem A, n.º 8 (1911 Jan.4), p. 3.

⁴⁵ Ibidem A, n.º 8 (1911 Jan.14), p. 3.

⁴⁶ Ibidem CG, n.º 2524 (1911 Jan.31), p. 1.

⁴⁷ Ibidem VG, n.º 23 (1911 Maio 10), p. 3.

immundo, não pode ficar de forma alguma”⁴⁸. Já o Eng. Almeida Ribeiro tinha pensado que a zona junto do Castelo seria óptima para a construção de um Passeio Público.

Mas a cidade continuou sem grandes mudanças e em 1922 pelas ruas principais e nalguns largos continuam a pastar galinhas, como se esta cidade fosse uma simples aldeola. Não há zeladores? Pergunta a imprensa local⁴⁹.

Em 1922 a Câmara Municipal publicava um relatório, em que A.L. de Carvalho, Presidente da Comissão Executiva, explicava o seu programa. Assim, do seu relatório constava: a criação de um Liceu Central e a defesa do património sacro, através de:

- a) A recolha de muitos objectos de valor artístico e histórico no Museu da SMS;
- b) A catalogação da Biblioteca Municipal (SMS) e do arquivo da Colegiada;
- c) A entrega do Tesouro da Oliveira à guarda da SMS.

A Câmara solicitou a João Lopes de Faria para catalogar e tratar o Arquivo Municipal e o da Colegiada; pretendia-se também publicar os Anais do Município, tratar da Defesa dos Monumentos, como por exemplo do claustro da igreja da Oliveira, que estava degradado devido às chuvas, e cujas obras foram iniciadas em Agosto de 1921. Também se tentou concretizar uma ideia da vereação de 1914, que era a criação de um Museu de arte Sacra. Tentaram o defender o Castelo, “*Porventura um dos mais completos exemplares do seu género em toda a província*”, solicitando opiniões autorizadas e indagando-se para a segurança do mesmo Castelo, se impunha a mudança do paiol ali existente e as mesmas foram de parecer: “*que o único perigo estava nas precárias condições, em que se encontra o pára-raios do referido castelo.*” Dirigiram então a sua acção de defesa nesse sentido.

Mas o Castelo continua abandonado. Devido a uma descarga eléctrica, bem como à acção do tempo, a parte superior da Torre de Menagem do Castelo arriscava-se a desmoronar, apresentando grandes fendas e pedras quasi fora do prumo⁵⁰. A Direcção Geral das Belas Artes pede ao Ministro da Guerra, para que seja urgentemente retirado do Castelo o Paiol ali instalado, corroborando os muitos pedidos já feitos⁵¹.

⁴⁸ Ibidem CG, n° 2534 (1911 Mar.10), p. 1.

⁴⁹ Ibidem EG, n° 4 (1922 Jul.30), p. 2.

⁵⁰ Ibidem VG, n° 135 (1921 Jun.2), p. 2.

⁵¹ Ibidem CG, n° 3531 (1921 Set.23), p. 2.

A.L. de Carvalho, no seu artigo *Pela nossa terra! Aquele castelo...* interroga-se sobre o que se tem feito pelo Castelo.

Em 26 de Maio de 1926 é implantado o Estado Novo, que irá ser o “restaurador” do Castelo e irá alimentar e ampliar muitas das evocações lendárias, que já possuía.

Entretanto a cidade recebe com justificada satisfação a notícia de que ia ser convenientemente restaurado o Castelo⁵² pela mão de mestre José de Pina⁵³.

Igreja de S. Miguel do Castelo

Recordamos que Igreja de S. Miguel do Castelo foi classificada como Monumento Nacional no Diário do Governo, n.º 136, de 16 de Junho de 1910⁵⁴.

Em 16 de Setembro de 1914 é publicada no Diário do Governo nº168 a autorização para a entrega do Albergue e dos títulos da dívida pública, que usufruía o Abade de S. Miguel do Castelo, à Junta de Paróquia de Nossa Senhora da Oliveira para manutenção do mesmo Albergue⁵⁵.

Entretanto, de acordo com a lei da separação, prosseguem os arrolamentos dos bens do Estado na posse da igreja, sendo esta inventariada em Fevereiro de 1912⁵⁶.

À volta de três monumentos existiu um projecto não concretizado, da autoria do engenheiro Inácio de Meneses, sendo a jardinagem da autoria da Companhia Hortícola-Agrícola do Porto, para a construção de um parque e pretendendo se libertar esse espaço das casas e quintais, que os envolviam⁵⁷. Pensou-se também muito fugazmente e durante a época da I Guerra Mundial em destinar o local para a construção de um parque militar⁵⁸.

Mas em 1926 voltam a ouvir-se vozes, pedindo que se reparasse convenientemente a igreja, o que nos indica que novamente se encontrava em mau estado⁵⁹. Uma das causas da ruína da igreja era a raiz das grandes árvores, que cresciam perto dela, diz-nos a imprensa local, que também refere, que por isso, se anda a

⁵² Ibidem CG, nº 4072 (1927 Maio 13); Ibidem CG, nº 4107 (1927 Set.30), p. 1.

⁵³ AVB - O Castelo de Guimarães: Os seus velhos amigos de há perto de um século. Ibidem CG, nº 4111 (1927 Out.14), p. 1.

⁵⁴ Ibidem JLF - EV II, p. 267v.

⁵⁵ Ibidem JLF - EV III, p. 226v.

⁵⁶ Ibidem A, nº 66 (1912 Fev.22), p. 3.

⁵⁷ *Proposta apresentada pelo Presidente da Comissão executiva.* p. 19.

⁵⁸ Ibidem CG, nº 3113 (1917 Maio 19), p. 3.

⁵⁹ Ibidem CG, nº 4012 (1926 Out.1), p. 2.

proceder “à degola das antigas árvores que circuitavam a igreja de Santa Margarida”⁶⁰.

Apesar do mau estado, em 5 de Setembro de 1927 a Pia Baptismal, (onde, segundo uma ingénua tradição local, tinha sido baptizado D. Afonso Henriques), e que tinha saído de lá em 1664, indo para o templo da Oliveira, regressou à sua sede⁶¹.

Paço dos Duques de Bragança

Foi em 1910, que o Paço dos Duques de Bragança foi classificado como Monumento Nacional pelo Diário do Governo, n.º 136, de 16 de Junho⁶².

Também ele era um dos monumentos, que seria rodeado por um Parque, destinado a realçar a monumentalidade e importância dos três edifícios⁶³.

Em 3 de Fevereiro de 1918 o Eng. Eleutério da Fonseca escreve sobre a reconstrução do Paço dos Duques, propondo que nele se instalasse o “Templo da Nacionalidade Portuguesa”, isto é um museu com quatro salas: na 1ª os troféus da Fundação, na 2ª os do perfeito alicerçamento de Portugal com o Mestre, na 3ª os da Restauração, na 4ª, finalmente, as relíquias das Invasões e ainda uma biblioteca histórica⁶⁴.

Só no Estado Novo (considerado a partir de 1926) continuam as obras. Em inícios de 1931 a Câmara envia ao Governador Civil de Braga, com o fim de ser remetida ao Ministro da Guerra, uma petição no sentido de serem restaurados ou conservados, o Castelo da cidade e os Paços dos Duques de Bragança⁶⁵. Em Abril a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães pede a interferência do Ministro do Comércio, no sentido de que no Castelo de Guimarães e nos Paços dos Duques de Bragança fossem feitas obras de restauro condignas do seu alto valor histórico e artístico, ou pelo menos as indispensáveis, para evitar a sua ruína próxima⁶⁶.

⁶⁰ Ibidem CG, n.º 4044 (1927 Jan.28), p. 2.

⁶¹ Ibidem JLF - [Notas manuscritas ao “Roteiro de Guimarães” de A.L. de Carvalho], p. 24; Ibidem JLF - EV III, p. 224v.

⁶¹ Ibidem JLF - EV III, p. 224v.

⁶² PDM: Guimarães.

⁶³ Proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva. p. 18-19.

⁶⁴ Ibidem NG, n.º 300 (1937 Nov.7), p. 1.

⁶⁵ Ibidem CG, n.º 4432 (1931 Jan.9), p. 4.

1.1.2. Cerca ou muro

Apesar de classificada em 16 de Junho de 1910 como Monumento Nacional, por decreto publicado no Diário o Governo n.º 136⁶⁷, a muralha era ainda perturbadora do espaço, o que levou a que se continuasse a derrubá-la. Assim, a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 21 de Dezembro de 1910, deferiu o requerimento de Francisco José Ribeiro, proprietário e industrial, morador na Rua 31 de Janeiro, pedindo licença para depositar materiais no largo da Misericórdia, desta cidade, provenientes da demolição a que iria proceder, do antigo Muro da cidade. Foi concedida, pagando a respectiva taxa pela ocupação do terreno, que lhe foi demarcado pelo vogal do Pelouro das Obras⁶⁸.

Em 9 de Março de 1916, um habitante da Rua do Sabugal oferece-se à Câmara para fazer à sua custa a parede, que o Senado lhe demoliu para tirar os alicerces do Muro, e pede a cedência do resto da pedra que existe ainda nos alicerces do muro, no sítio do seu quintal⁶⁹.

Em pleno século XX a muralha ainda espartilhava a cidade. Isto levou a que, em 2 de Novembro de 1924, a imprensa opositora da Câmara comentasse acerca do derrube de uma parte do Muro, para abertura de uma rua e construção de uma praça:

“As obras da nossa Câmara - [...] E para terminar: a “nossa” Câmara vai deixar gravado o seu nome em caracteres de ouro, à “grande” Avenida que vai abrir, num terreno húmido, impróprio e que noutra terra qualquer que não a nossa nem teria sido lembrado. Mas...aqui, é isto que se vê! E dizem-nos até que parte da antiga muralha da cidade vai a terra!!! E a ser verdade esta asserção, o que fará a benemérita e prestante SMS, a nosso ver naturalmente indicada para dizer à Câmara que poupe a Guimarães mais esta vergonha de demolir uma muralha que noutra país seria considerada como nacional? Aqui é isto! Miséria em tudo! Vamos, também, ter um edifício camarário novo! Seria para isto que se agravaram escandalosamente os impostos? Triste terra de Guimarães!”⁷⁰.

⁶⁶ Ibidem CG, n.º 4458 (1931 Abr.17), p. 1.

⁶⁷ PDM: Guimarães.

⁶⁸ Ibidem VG, n.º 17 (1911 Mar.29), p. 4.

⁶⁹ Ibidem JLF - VOC I, p. 419.

⁷⁰ Ibidem EG.

Em 1925 voltava ao ataque com agressividade⁷¹ e em 1929 A. L. de Carvalho protesta contra a transformação da Muralha, reduzindo-a às proporções de um muro de quinta.⁷²

1.1.3. Parque do Castelo

Na Comissão Municipal, em sessão extraordinária de 16 de Novembro de 1910, pelo Presidente foi feita a seguinte proposta: [...] Que a antiga Rua de Santa Cruz, passe a denominar-se “Rua do Padre António Caldas”. Foi aprovado por unanimidade⁷³. O nome devia ser tão pouco utilizado, que em 28 de Agosto de 1920 o Comércio de Guimarães pede que se dê a esta rua o nome do Cónego José Maria Gomes⁷⁴.

Entretanto, a nova Câmara Republicana decide apostar na construção de um Parque na zona do Castelo, como já referimos. No século XIX, em 1863 o Eng. Almeida Ribeiro tinha pensado construir no local um Passeio Público, mas esta proposta não chegou a ter concretização. No entanto a ideia manteve-se e a República vai tentar implementá-la. Em Janeiro de 1912 a imprensa Vimaranesense informa de que vai entrar no orçamento camarário uma verba para expropriações, com o objectivo de se fazer o parque do castelo⁷⁵.

Entretanto continuam a realizar-se obras na zona. Em Abril de 1913 foi arrematada a obra de reparação e melhoramento da Rua Padre António Caldas, que consistia na construção dum aqueduto, muro de suporte e valetas, fachas e calcetaria, sob a base de licitação de 96\$000; foi adjudicada a Adriano da Silva, pela quantia de 80\$000 réis⁷⁶.

Na 1ª sessão plenária da Comissão deliberativa do Senado Municipal, em 2 de Janeiro de 1914, foi apresentada pelo vereador Mariano Felgueiras, entre outras, uma proposta para que se fizesse um estudo no mais curto prazo de tempo, indicando os meios de se poder construir um Parque circundando o Castelo, ruínas dos Paços dos Duques de Bragança e capela de Santa Margarida⁷⁷.

⁷¹ *Ibidem* CG, nº 3850 (1925 Jan.20), p. 1.

⁷² *Ibidem* CG, nº 4245 (1929 Fev.22), p. 1.

⁷³ *Ibidem* VG, nº 14 (1911 Mar.8), p. 3; *Ibidem* JLF - EV IV, p. 161; *Ibidem* CG, nº 2506 (1910 Nov.22), p. 3.

⁷⁴ *Ibidem* VG, nº 102 (1920 Ago.28), p. 2.

⁷⁵ *Ibidem* A, nº 61 (1912 Jan.18), p. 3.

⁷⁶ *Ibidem* A, nº 125 (1913 Abr.10), p. 3.

⁷⁷ *Ibidem* A, nº 167 (1914 Jan.29), p. 3; *Proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva*.

Quando foi mandado executar por Mariano Felgueiras, Presidente da Câmara, foi ele que encomendou à Companhia Hortícola do Porto um projecto de arranjo do espaço à volta do Castelo e Paços dos Duques.

Em Março de 1914 já a imprensa vimaranense noticiava que tinha estado nesta cidade um empregado técnico da Companhia Hortícola Agrícola Portuense, que tinha vindo fazer um estudo de campo para o projectado parque à volta do Castelo⁷⁸. Em Abril de 1914, em sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal, leu-se um ofício da Companhia Hortícola do Porto, pedindo a informação da Câmara sobre a planta do projectado Parque à volta do Castelo. Resolve-se que o projecto fique em estudo e que oportunamente se exponha ao público⁷⁹. Paralelamente o Engenheiro Inácio Meneses faz o projecto do parque⁸⁰.

Em Maio de 1916 a Câmara pretende obter um empréstimo de 490 contos de réis para a concretização de vários projectos, entre os quais a construção do parque do Castelo, o que é veementemente criticado pela imprensa contrária⁸¹. No Diário do Governo, n.º 112, 1ª série, de 6 de Junho de 1916, foi publicada a autorização para contrair o referido empréstimo⁸².

Existia já o antigo projecto de 1914, aprovado em 1916. Estudaram então um projecto destinado a obter das instâncias oficiais o necessário decreto de expropriação por “utilidade pública e urgente”, com base na lei de 26 de Julho de 1912.

O projecto respeitante à expropriação de terrenos e casas em volta o castelo de Guimarães e da Igreja de S. Miguel em Maio de 1917 já se encontrava nas mãos do Ministro do Fomento, que o iria enviar ao do Interior, só que se destinava a construção...de um parque militar⁸³. Esta ideia apenas aflorou, uma vez que Portugal se encontrava na Guerra Mundial. Mas esta acabou logo no ano seguinte.

A vereação de 1922, continuando esta ideia, chegou a mandar às instâncias superiores um plano de expropriação, atingindo 9 000 m², que foi orçado em algumas dezenas de escudos⁸⁴.

⁷⁸ *Ibidem* A, n.º 172 (1914 Mar.5), p. 1.

⁷⁹ *Ibidem* A, n.º 179 (1914 Abr.30), p. 2.

⁸⁰ *Proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva*, p. 19.

⁸¹ *Ibidem* CG, n.º 3043 (1916 Maio 26), p. 3.

⁸² *Ibidem* JLF - *VOC I*, p. 255v.

⁸³ *Ibidem* CG, n.º 3113 (1917 Maio 19), p. 3.

⁸⁴ A.L. de Carvalho - *Pela nossa terra: Aquele Castelo*. *Ibidem* CG, N.º 3973 (1926 Maio 7), p. 1.

Em Maio de 1926 escrevia A.L. de Carvalho sobre o assunto, pedindo o Parque⁸⁵.

Apesar de os vimaranenses tanto desejarem construir um Parque na zona do Castelo, realçando a monumentalidade do conjunto arquitectónico aí existente, isso não foi possível realizar durante este curto espaço de tempo.

Campo de D. Afonso Henriques

Durante esta época o Campo de D. Afonso Henriques praticamente não mudou. Apenas temos conhecimento de que, de 17 para 18 de Março de 1914, o Cristo do Cruzeiro do Senhor do Amparo, na Rua da Arcela, foi partido, tendo a imprensa tradicional reagido violentamente⁸⁶. Para desagravo, o povo celebrou uma cerimónia religiosa na Igreja de S. Francisco⁸⁷.

O Campo de D. Afonso Henriques era um espaço amplo e aberto, o que leva a câmara deliberar em sessão de 15 de Abril de 1914, que a feira de gado bovino e suíno fosse mudada do Campo da República do Brasil para o Campo de D. Afonso Henriques. Esta proposta teve o apoio da Associação Comercial, mas Mariano Felgueiras não concorda com ela e propõe em sessão extraordinária de 26 de Maio de 1914 a compra, no prazo de cinco meses, de um espaço na zona do Campo da Feira, para aí realizar a feira de gado bovino, pretendendo que esta, até essa altura se mantivesse no mesmo local. É que Mariano Felgueiras pretendia, que o Campo de D. Afonso Henriques fizesse parte do parque circundante ao castelo. Mas também essa medida não se chegou a concretizar⁸⁸.

1.1.4. Largo Martins Sarmiento

Durante a Primeira República não houve grandes reformas no Largo Martins Sarmiento. Apenas em Maio de 1913 a imprensa se queixa da falta de limpeza, que há nas ruas e largos, chamando a especial atenção para o Largo Martins Sarmiento⁸⁹.

Em 1916 continuava em obras o Asilo de Santa Estefânia, que tinha sido destruído, em parte, por um incêndio ocorrido na noite de 17 de Janeiro de 1907⁹⁰.

⁸⁵ Ibidem *CG*, n° 3973 (1926 Maio 7), p. 1.

⁸⁶ Ibidem *EG*, n° 4 (1914 Mar.22), p. 1.

⁸⁷ Ibidem *JLF - EV II*, p. 69v.

⁸⁸ Ibidem *A*, n° 188 (1914 Jul.3), p. 3.

⁸⁹ Ibidem *CG*, n° 2752 (1913Maio 23), p. 2.

Rua 5 de Outubro A Comissão Municipal em sessão de 2 de Novembro de 1910 apresenta uma proposta para a mudança do nome de algumas vias públicas, tentando-se, no entanto, proceder com alguma prudência e moderação, pois referia-se que isso era um transtorno bastante grande. Assim, a proposta aprovada foi, que a Rua D. Luís I se passasse a denominar Rua 5 de Outubro⁹¹. Não houve mais qualquer mudança nesta rua, que se manteve como era outrora.

1.2. “Vila baixa”

1.2.1. Praça de S. Tiago

Em Sessão extraordinária da Câmara de 23 de Novembro de 1910 leu-se o officio do Administrador deste concelho, sob o n.º 125, com data de 19 do mês corrente, enviando uma participação do guarda civil nº18 de que os prédios nº18, 20, 22 e 24, sitos na Praça de S. Tiago, ameaçavam iminente ruína com grave risco para os transeuntes e solicitando-se o cumprimento das disposições do Decreto de 16 de Junho de 1863. A Câmara ficou inteirada e informou o Administrador do Concelho, que o Presidente já tinha feito a aquisição através de expropriação por utilidade pública do prédio designado pelos n.º 21, 22, 23 e 24, e que iria tratar de expropriar os restantes, com o fim de executar o projecto de alargamento e aformoseamento deste local, aprovado superiormente⁹². Lembramos que esse alargamento era já uma velha aspiração da Câmara Monárquica. Para os vimaranenses a Praça de S. Tiago era apenas uma “nódoa” na cidade. Nesta época, um novo jornal local, de conotação republicana, publicava uma coluna com cartas de leitores respondendo a uma pergunta por ele formulada: *Qual é a obra mais urgente e de mais alcance que a Câmara deve empreender?* Os leitores respondiam e é interessante verificar, que também eles sentiam necessidade de que a cidade se modernizasse, abrindo novas ruas e largos, retirando os focos de infecção e de doença. Assim, enquanto um propõe a mudança do “mictório”, que se encontra junto da igreja da Misericórdia, outro propõe o alargamento de ruas e a abertura de avenidas e ainda *“a eliminação completa do bairro de S. Tiago, o bairro das*

⁹⁰ Ibidem CG, nº 3049 (1916 Jun. 16), p. 3.

⁹¹ Ibidem VG, nº 10 (1911 Fev.8), p. 2; Ibidem JLF - EV IV, p. 117v.

⁹² Ibidem VG, nº 15 (1911 Mar.15), p. 3.

*meretrizes. Esse antro antissocial e ao mesmo tempo antigiénico que desmoraliza a nossa sociedade, que definha a nossa raça e mancha a atmosfera que nos rodeia, deve ser tirado do centro da cidade*⁹³. Era este o pensamento da época em relação à Praça de S. Tiago.

A Câmara começa então lentamente a expropriar casas e terrenos, com o objectivo de alargar a praça de S. Tiago. Em sessão ordinária de 31 de Maio de 1911 delibera expropriar amigavelmente o terreno de uma morada de casas designado pelo nº21 e parte do terreno de outra morada de casas designado pelo nº 24, respectivamente pertencentes a Alfredo Ribeiro Belino e Augusto Mendes da Cunha, não excedendo as indemnizações aos expropriados os valores dados no respectivo projecto, necessários para o alargamento da Praça de S. Tiago superiormente aprovado e em via de execução. A Câmara autorizava o Presidente a realizar os necessários contactos e a efectuar o pagamento do seu preço em acto seguido à sua realização⁹⁴. Em sessão ordinária do dia 3 de Maio de 1911 resolve expropriar amigavelmente por utilidade pública o terreno de duas moradas de casas designado pelos n.º da polícia 18, 19 e 20, sitas na Praça de S. Tiago, desta cidade, pertencentes a Inácio Augusto Ferreira de Carvalho e mulher, D. Maria Augusta Ferreira de Carvalho, pela quantia total de réis 558\$000, terreno este necessário para o alargamento da mesma praça, conforme o projecto devidamente aprovado, e autorizando o Presidente a efectuar o seu pagamento em acto seguido à celebração dos contratos⁹⁵. A tentativa de alargar o local continua e em sessão plenária de dia 15 de Abril de 1914 o Senado Vimaranesense, por proposta do vereador Leite da Silva, resolve adquirir mais um prédio para demolir, sito na Praça de S. Tiago⁹⁶.

A Câmara de 1916 decidiu construir uns novos Paços do Concelho e Repartições Públicas, uma vez *“que a casa que serve de sede para a Câmara Municipal é absolutamente imprópria, sob todos os pontos de vista sem excepção de um único”*⁹⁷. Para escolher o local foi nomeada uma Comissão, da qual faziam parte, além de outros, Abel de Vasconcelos Cardoso, António Maria Coelho Pinto, José Luís de Pina e José Ribeiro de Freitas, que elaborou um relatório, referindo:

⁹³ Ibidem A, nº 9 (1911 Jan.21), p. 3.

⁹⁴ Ibidem VG, nº 29 (1911 Jun.24), p. 3.

⁹⁵ Ibidem VG, nº 27 (1911 Jun.10), p. 3.

⁹⁶ Ibidem A, nº 181 (1914 Maio 14), p. 3.

⁹⁷ *Proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva*. p. 21-22.

“[...] A Comissão encarregada da escolha do local para a edificação dos Paços do Concelho e outras repartições públicas de Guimarães é de parecer que:

Traçando-se uma recta desde o ângulo sudoeste da casa do Tribunal, paralela à fachada da Casa da Assembleia, até à Rua Elias Garcia; outra, alinhando pela fachada da Assembleia, até à mesma rua, respeitando apenas o actual edifício dos Paços do Concelho, a Exma Câmara exproprie todos os prédios que se encontram dentro do quadrilátero formado por estas duas linhas, pela parte do lado nascente da rua Elias Garcia e poente da Praça de S. Tiago, obtendo assim um vasto e belíssimo largo, de aparência absolutamente regular, medindo 6:084 m², no qual poderá à vontade mandar construir o novo edifício dos Paços do Concelho, cuja fachada posterior deverá ficar em frente da fachada lateral do Tribunal e separada deste por uma rua de 10 m de largo.

As fachadas laterais do novo edifício, como a Exma Câmara poderá verificar pela planta junta, fornecida pelo ilustre membro desta Comissão, Exmo Sr. José Ribeiro de Freitas, ficarão distanciadas aproximadamente 20 metros dos prédios que lhe ficam paralelos.

O alargamento da Praça de S. Tiago implica necessariamente o alargamento da Rua do Gravador Molarinho, expropriando-se os prédios do lado poente desta rua, desde a da República até à do Espírito Santo, e bem assim a demolição da cadeia e alargamento desta última rua, pela expropriação dos seus prédios do lado sul [...]”⁹⁸.

A Câmara pretendia assim concretizar o projecto de várias Câmaras anteriores, alargando a Praça de S. Tiago, Rua do Espírito Santo e Rua do Gravador Molarinho. A Comissão executiva aprovou mesmo as conclusões do relatório da Comissão e abriu um concurso para elaboração do projecto do edifício. Em Janeiro de 1917, a Câmara Municipal submeteu à apreciação do Governo os projectos para ocorrer à reparação, melhoramento e alargamento da Praça de S. Tiago, das Ruas do Gravador Molarinho e Espírito Santo⁹⁹. Felizmente que perante a crise, que o país atravessou, o projecto urbanístico não pôde chegar a ser executado. Quando de novo houve algumas condições para o fazer, já existia um novo espírito de conservação do burgo antigo e tradicional, escolhendo-se, então, para construir os Paços do Concelho, uma zona exterior às

⁹⁸ *Proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva*, p. 26-27.

⁹⁹ *Ibidem EG*, nº 143 (1917 Jul.21), p. 2; *O Republicano*, nº 42 (1917 Jan.27), p. 3.

muralhas. Durante o Estado Novo este edifício irá ser o centro de uma enorme polémica.

1.2.2. Largo da Oliveira

O Largo da Oliveira, um dos mais antigos e característicos largos de Guimarães, tem um belíssimo conjunto histórico: a igreja, com o relógio oficial da “vila”, o Padrão do Salado, os Paços do Concelho e a alpendrada.

Uma das peças importantes, que ali se encontravam, era o relógio “oficial” da cidade. Estava colocado na torre da Igreja da Oliveira e orientava a população. Em finais de Dezembro de 1911 foi retirado, para consertar¹⁰⁰.

É que, em sessão de 13 de Dezembro de 1911, a Câmara deliberou reformar o mostrador do relógio Municipal na torre da igreja da Oliveira, em harmonia com o regulamento da nova hora oficial¹⁰¹.

Mas o relógio continuava a não estar certo¹⁰². Só em Maio de 1914 chega a esta cidade, e em breve ficaria a funcionar, o relógio, que se destinava à Torre da Oliveira. Não trazia corda para dar as 24 horas oficiais, dando porém as meias horas e quartos de hora¹⁰³.

Em Junho de 1913 a cidade alarma-se perante a notícia de que iam arrasar o Padrão do Salado, mas foi um alarme injustificado, uma vez que o que foi destruído foi o armário, que fazia nicho a uma imagem, desfeando aquele monumento público¹⁰⁴. Entretanto começa-se também a falar na possível substituição do gradeamento do Padrão¹⁰⁵. Efectivamente a 19 de Setembro de 1913 foram retiradas as grades de ferro, que circundavam o adro principal e padrão da Igreja da Colegiada¹⁰⁶, e pouco tempo depois, na imprensa local aparece publicado um edital: “*A Comissão concelhia da Administração dos bens eclesiásticos em Guimarães, faz saber que no dia 30 do corrente, às 12 horas, e na Administração do Concelho, voltam à praça com o abatimento de 30% as grades e portões de ferro que vedavam o adro da igreja da Oliveira, desta cidade, e os materiais de construção da extinta igreja paroquial de S.*

¹⁰⁰ Ibidem CG, nº 2613 (1912 Dez.29), p. 2; Ibidem CG, nº 2620 (1912 Jan.23), p. 2.

¹⁰¹ Ibidem A, nº 61 (1912 Jan.18), p. 3.

¹⁰² Ibidem CG, nº 2782 (1913 Set.19), p. 2.

¹⁰³ Ibidem A, nº 181 (1914 Maio 14), p. 3.

¹⁰⁴ Ibidem A, nº 135 (1913 Jun.19), p. 2.

¹⁰⁵ Ibidem A, nº 135 (1913 Jun.19), p. 3.

¹⁰⁶ Ibidem JLF - EV III, p. 273.

*João das Caldas de Vizela, deste concelho, com as obrigações que do edital para a 1ª arrematação constaram. Guimarães, 21 de Outubro de 1913. O Presidente da Comissão, Abel de Vasconcelos Cardoso*¹⁰⁷.

Em 1913 levanta-se uma nova crise. No jornal portuense *O 1º de Janeiro* n.º 157, de 5 de Julho de 1913, lê-se que se estava a proceder à demolição do coruchéu da torre da Colegiada de Guimarães, Monumento Nacional, sem se ter ouvido previamente o Conselho de Arte e Arqueologia¹⁰⁸. Era realmente uma pequena cúpula, que tinha sido feita pelos cónegos em meados do século XIX. O Conselho de Arte e Arqueologia não aceita o parecer negativo e em 5 de Julho de 1913 Mariano Felgueiras responde agressivamente ao jornal, declarando que praticara “*uma obra de saneamento artístico*”, e que a obra tinha sido autorizada pelo Prof. Abel Cardoso.

Os vimaranenses ficaram alarmados perante esta notícia e a imprensa local reage vivamente¹⁰⁹. Mariano Felgueiras corre a defender-se, utilizando a mesma imprensa¹¹⁰.

A imprensa da oposição critica também e delicia-se com a confusão¹¹¹, mas logo tudo acalma e em sessão da Câmara de Julho de 1913 lê-se um ofício do Presidente da Comissão Administrativa dos Bens do Estado, comunicando que a Comissão da sua Presidência, em sessão de 20 do mês corrente, resolveu autorizar a demolição da cúpula de madeira e cal, que encimava a torre da igreja da Oliveira, devendo os materiais aproveitáveis ser entregues à guarda da Comissão e ficando por conta da Câmara todas as despesas com as obras necessárias, sob a fiscalização da Comissão Concelhia. A Câmara resolveu agradecer e mandar proceder à demolição por administração própria¹¹². Em 11 de Setembro de 1913 foi colocada uma lâmpada eléctrica, dentro do Padrão de Nossa Senhora da Vitória, mas foi mal recebida e retiraram-na logo dois dias depois¹¹³. Também era habitual a colocação de cartazes no Padrão da Oliveira, chegando a imprensa a lembrar que “*Se continuam, é então preferível que ali façam afixar uma placa do conhecido aviso “É proibido afixar cartazes neste prédio”*”¹¹⁴.

¹⁰⁷ Ibidem A, n.º 153 (1913 Out.23), p. 3.

¹⁰⁸ Ibidem JLF - EV III, p. 14.

¹⁰⁹ Ibidem CG, n.º 2763 (1913 Jul.8), p. 2.

¹¹⁰ Ibidem A, n.º 138 (1913 Jul.10), p. 3.

¹¹¹ Ibidem CG, n.º 2766 (1913 Jul.18), p. 3.

¹¹² Ibidem A, n.º 140 (1913 Jul.24), p. 3.

¹¹³ Ibidem JLF - EV III, p. 247.

¹¹⁴ Ibidem A, n.º 181 (1914 Maio 14), p. 1.

Em Junho de 1915 a imprensa local faz um apelo à Câmara, solicitando o derrube do resto da alpendrada, que existia no largo da Oliveira, para assim desafogar o largo e dar assim mais relevo ao grupo, que constituía a torre, o templo e o Padrão, ao mesmo tempo que daria uma linha mais uniforme à rua da República¹¹⁵, o que felizmente não se realizou.

Mas a Igreja da Oliveira é o centro do largo e dá-lhe toda a alma.

A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira possuía um belo e riquíssimo tesouro, outrora destinado ao culto, mas a partir da implantação da República passa a ter uma função essencialmente cultural.

Em sessão ordinária de 10 de Maio de 1911 a Câmara tinha deliberado solicitar do governo, por intermédio do Ministro da Justiça, para que (enquanto não fosse promulgado o decreto de criação de um Museu de Alfaias, pertencentes ao culto religioso, das igrejas deste concelho, conforme a deliberação tomada em sessão de 26 de Abril findo), todas as alfaias já arroladas e demais objectos legalmente depositados, fossem transferidos para a Sociedade Martins Sarmiento, ficando o depósito a constituir da responsabilidade da Câmara¹¹⁶.

Desejava-se mostrar ao público a beleza destas peças e a arte dos nossos ourives, através de exposições itinerantes ou permanentes. Assim, em 30 de Julho de 1912 chegam de Braga as diversas peças do Tesouro de Nossa Senhora da Oliveira, que, a requisição do Governador Civil, Dr. Manuel Monteiro, tinham ido para uma exposição, que ele organizara¹¹⁷. Para sua guarda e exposição, a vereação de 1914 propõe mesmo organização de um Museu de Arte Religiosa. A vereação de 1922 (presidida por A.L. de Carvalho) tentou instalá-lo provisoriamente na Casa do Cabido, mas não conseguiu. O Deputado Dr. Lúcio dos Santos apresenta em Novembro de 1922 uma proposta ao Parlamento, a fim de o instalar na igreja de Santa Clara, musealizando o sítio, mas continuou sob guarda da Sociedade Martins Sarmiento¹¹⁸.

Em 6 de Julho de 1917 é publicada uma Portaria do Ministro da Justiça, autorizando a Sociedade Martins Sarmiento a receber a título precário e por inventário o Tesouro de Nossa Senhora da Oliveira, que o Estado havia confiscado. Por terem

¹¹⁵ *Ibidem* A, (1915 Jun.17), p. 3.

¹¹⁶ *Ibidem* VG, nº 27 (1911 Jun.10), p. 3.

¹¹⁷ *Ibidem* JLF - EV III, p. 83.

¹¹⁸ *Relatório da Comissão Executiva. Guimarães: CM, 1922, p. 6.*

surgido diversas dificuldades, a Sociedade só tomou posse e assumiu a responsabilidade da guarda em 15 de Março de 1920¹¹⁹.

Apesar destes pequenos episódios a Igreja encontra-se em mau estado de conservação, e apenas uma intervenção bastante mais profunda a pode preservar¹²⁰. Entretanto a Colegiada é reclassificada como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de Junho de 1916. Mas o seu edifício cada vez se encontrava mais degradado, sofrendo modificações e obras, que deturpavam totalmente a sua traça original. Mais uma vez a imprensa faz eco disso, mas nada resolve, senão lamentar-se tristemente¹²¹, ou atacando violentamente¹²².

Em 16 de Março de 1917 a imprensa lança o alarme: “A igreja da Oliveira vai fechar”¹²³.

Mas finalmente em Dezembro de 1919 a Câmara toma algumas medidas, dentro das suas posses e competências, para conservar o templo. Assim, foram tomadas um conjunto de resoluções camarárias. A imprensa rejubila e aprova as medidas com toda a veemência. Refere a urgente necessidade destas medidas, que só pecam pelo atraso¹²⁴.

Em 19 de Agosto de 1921 o Ministro da Instrução encarrega o Dr. José de Figueiredo, Director do Museu de Arte Antiga, de vir a Guimarães, pronunciar-se sobre a cedência de parte da Casa do Cabido à Caixa Geral de Depósitos e instalação do Tesouro da Colegiada¹²⁵. A imprensa reage, uma vez que não há segurança para instalar o tesouro, seja na Colegiada ou na Sociedade Martins Sarmiento¹²⁶.

Entretanto os deputados eleitos pelo Círculo de Guimarães conseguem do Governo uma verba para reparação dos claustros da Colegiada¹²⁷.

Em Outubro de 1921 num artigo sobre a Casa do Cabido pede-se o restauro da Colegiada e instalações para albergar convenientemente o Arquivo Municipal e o Tesouro da Colegiada¹²⁸. Os vimaranenses apreendem a situação e unem-se num voto de repúdio por a Casa do Cabido, local natural para instalar o Tesouro, ser cedida à

¹¹⁹ Ibidem JLF - *EV III*, p. 16v.

¹²⁰ Ibidem *EG*, (1916 Nov.26), p. 2.

¹²¹ Ibidem *EG*, (1917 Jan.21), p. 2.

¹²² Ibidem *EG*, (1917 Fev.11), p. 2.

¹²³ Ibidem *CG*, nº 3116 (1917 Mar.16), p. 2.

¹²⁴ Ibidem *CG*, nº 3365 (1919 Dez. 19), p. 2.

¹²⁵ Ibidem *CG*, nº 3521 (1921 Ago.19), p. 1.

¹²⁶ Ibidem *CG*, nº 3530 (1921 Set.20), p. 1.

¹²⁷ Ibidem *CG*, nº 3523 (1921 Ago.26), p. 2.

Caixa Geral de Depósitos, enquanto que este ficava sem casa. É aprovada uma proposta por maioria, apresentada pelo vereador A.L. de Carvalho, e segundo a qual devia ser expedido um telegrama ao Ministro da Instrução¹²⁹. A própria Sociedade Martins Sarmiento recebe cartas de solidariedade¹³⁰, mas nada se consegue fazer.

Em Junho de 1922 andava já a proceder-se a reparação nos claustros da igreja de Nossa Senhora da Oliveira e recomendava-se o emprego de telha marselha no telhado, uma vez que esta era muito mais resistente à chuva e não fugia do seu lugar. Assim, pensava-se que os estuques e madeiramentos iriam durar muito mais tempo¹³¹.

Começa então uma campanha nos jornais, pedindo o restauro da Igreja da Oliveira, tanto na imprensa local¹³², como na regional¹³³, continuando numa agressiva manifestação, uma vez que os “*antiquíssimos claustros da igreja da collegiada, [que] estão num abandono criminoso*”¹³⁴. Em Abril de 1926 circularam pela cidade uns panfletos, pugnando pela conservação dos claustros da Oliveira, monumento nacional, que estava votado ao mais lamentável abandono. Jerónimo Santos inicia mesmo uma subscrição, para com o seu produto restaurar a capela de S. Nicolau, da Colegiada de Guimarães¹³⁵.

Conclui-se, pois, que no Largo da Oliveira não se fizeram alterações nem restauros, neste período, permanecendo tudo como antes.

Rua Egas Moniz. A Rua Nova do Comércio, localizada junto da Igreja da Oliveira, também não sofreu reformas. Apenas em 15 de Novembro de 1911 a Câmara delibera, que a Rua Nova do Comércio passe a denominar-se Rua Egas Moniz¹³⁶.

Rua de Donães. Esta rua possuía grande número de moradores, que não tinham condições económicas para fazer obras nas suas casas. Assim, em reunião da Câmara de Dezembro de 1919, por proposta de um vereador, foi tomado um conjunto de resoluções, a fim de se conseguir uma limpeza da rua, a segurança dos transeuntes

¹²⁸ Ibidem CG, nº 3541 (1921 Out.21), p. 2.

¹²⁹ Ibidem CG, nº 3541 (1921 Out.28), p. 2.

¹³⁰ Ibidem CG, nº 3550 (1921 Dez.2), p. 2.

¹³¹ Ibidem EG, nº 24 (1922 Jun.25), p. 2.

¹³² Ibidem CG, nº 3992 (1925 Jul.16), p. 1.

¹³³ Ibidem CG, nº 3932 (1925 Nov.20), p. 1.

¹³⁴ Ibidem CG, nº 3960 (1926 Mar.16), p. 1.

¹³⁵ Ibidem CG, nº 3966 (1926 Abr.13), p. 2.

¹³⁶ Ibidem JLF - EV IV, p. 159; Ibidem A, nº 53 (1911 Nov.23), p. 3.

face aos prédios em ruínas. A decisão foi aprovada e não houve mais qualquer intervenção nesta rua¹³⁷.

Rua de Elias Garcia. Em sessão de 2 de Novembro de 1910 a Comissão Municipal deliberou passassem a denominar-se: o largo de Franco Castel Branco, Campo da Misericórdia; a rua de D. Luís I, Rua 5 de Outubro; a Avenida do Comércio, Avenida Cândido dos Reis; a Avenida da Indústria, Avenida Miguel Bombarda; a Rua da Caldeiroa, Rua Dr. Trindade Coelho; a Rua da Alegria, Rua da Liberdade; a Rua de Santa Maria, Rua Elias Garcia; a Rua de Santo António, Rua 31 de Janeiro¹³⁸.

A Comissão Municipal, em sessão ordinária de 31 de Maio de 1911, deliberou representar ao governo por intermédio do Ministro da Justiça, pedindo a cedência a favor do município do edifício das extintas Doroteias, denominado Colégio da Sagrada Família, a fim de nele serem instaladas diferentes Repartições Públicas, nomeadamente o Registo Civil obrigatório¹³⁹.

Assim, em sessão de 5 de Novembro de 1912 da Câmara Municipal de Guimarães, leu-se o ofício do Delegado do Procurador da República na comarca, sob o n.º 309, datado de 28 de Outubro, comunicando que a Comissão Jurisdicional dos Bens das Congregações Religiosas, em sessão de 17 daquele mês, tinha resolvido arrendar ao município os edifícios das Doroteias e do Apostolado da Oração de S. João de Ponte, pelas rendas oferecidas, respectivamente de 80\$000 réis e 15\$000 réis anuais. As condições eram as da Lei do Inquilinato, acrescidas de duas cláusulas: O Estado, representado pela Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, reservava-se o direito de entrar na posse da propriedade antes de findo o prazo do arrendamento, indemnizando o arrendatário pela renda cobrada e não vencida, caso julgasse conveniente, e ainda, o arrendatário obrigava-se a manter no estado actual os edifícios. A Câmara resolveu então encarregar o Presidente de efectuar o arrendamento do edifício, de acordo com as cláusulas impostas; e quanto à casa do Apostolado da Oração, officiar ao cidadão Inspector Primário, deste círculo, para efectuar também o contrato para no edifício a arrendar ser instalada a escola primária de

¹³⁷ Ibidem *NG*, nº 3365 (1919 Dez.19), p. 2.

¹³⁸ Ibidem *JLF - EV IV*, p. 117v; Ibidem *VG*, nº 11 (1911 Fev.15), p. 2.

¹³⁹ Ibidem *VG*, nº 29 (1911 Jun.24), p. 3.

ensino oficial, cuja renda tem de ser paga pelo fundo especial da instrução primária, votado no orçamento geral do Estado¹⁴⁰.

Assim, em Novembro de 1913, no majestoso edifício, que antes era ocupado pelo importante Colégio das Doroteias, é instalada a 3ª secção agrícola¹⁴¹. Entretanto, em 1915 é publicado um edital para a realização de obras no edifício das Doroteias, para instalação da Guarda Nacional Republicana¹⁴², que chegou à cidade em 11 de Outubro de 1915¹⁴³.

Este é um dos edifícios que marginam a Rua de Santa Maria, uma das mais antigas da cidade.

A Comissão Executiva da Câmara Municipal, em 25 de Fevereiro de 1914, leu um ofício do secretário das Finanças, acusando a recepção de um ofício dirigido pela Câmara para a mudança da Repartição de Finanças para a Rua Elias Garcia, ficando inteirada disso¹⁴⁴.

Em Janeiro de 1925 a imprensa queixava-se da sua falta de limpeza¹⁴⁵, mas não se chegaram a fazer obras durante este período.

Largo Cónego José Maria Gomes Este largo era também uma zona importante da cidade, não só porque se situava junto à Rua de Santa Maria, mas porque lá estava instalado o Seminário Liceu, instituição tão importante que deu o nome ao largo. Em sessão extraordinária Câmara Municipal de 11 de Novembro de 1910, pelo Presidente foi feita a proposta, em aditamento às apresentadas em sessão de dia 2 desse mês, por Mariano da Rocha Felgueiras e José Rodrigues Leite da Silva, que em homenagem ao democrata Francisco Ferrer se desse o seu nome ao Largo do Seminário liceu, o que foi aprovado por unanimidade¹⁴⁶. Entretanto a lápide Francisco Ferrer, colocada no largo do Seminário-liceu, aparece quebrada poucos dias depois. A Academia reprova o acto e, acompanhada do Reitor, vai à Câmara dar uma satisfação, sendo mal recebida e posta na rua¹⁴⁷. Mas a Câmara Municipal, em sessão ordinária do dia 15 de Março de 1911, ficou inteirada de que o Presidente tinha participado ao

¹⁴⁰ Ibidem A, nº 105 (1912 Nov.21), p. 2.

¹⁴¹ Ibidem CG, nº 2800 (1913 Nov.21), p. 2.

¹⁴² Ibidem A, nº 231 (1914 Abr.29), p. 3.

¹⁴³ Ibidem JLF - EV IV, p. 32; Ibidem CG, nº 2982 (1915 Out.12), p. 2.

¹⁴⁴ Ibidem A, nº 171 (1914 Fev.26), p. 3.

¹⁴⁵ Ibidem CG, nº 3848 (1925 Jan.13), p. 1.

¹⁴⁶ Ibidem VG, nº 13 (1911 Mar.1), p. 2; Ibidem CG, nº 2504 (1910 Nov.15), p. 2; Ibidem JLF - EV IV, p. 149.

Administrador do Concelho de que os estudantes tinham por várias vezes inutilizado a placa toponímica e solicitava providências, a fim de serem castigados os instigadores do desacato¹⁴⁸. Também a Comissão Paroquial Socialista da Oliveira se solidarizou com a Comissão Administrativa da Câmara¹⁴⁹, mas a imprensa¹⁵⁰ e os vimaranenses não receberam de bom grado a alteração toponímica.

Continua a ser designado e conhecido por “Largo do Liceu”, tendo a Sociedade Martins Sarmento oficiado à Câmara, a pedir que lhe fosse dado o nome de Largo João de Meira¹⁵¹. Realmente, em 9 de Julho de 1918 foi publicado um edital, datado de 27 de Junho de 1818, em que a Comissão Administrativa da Câmara, em sessão extraordinária de 22 desse mês, deliberou por unanimidade, que ao Largo Francisco Ferrer, fosse dado o nome de Largo Dr. João de Meira¹⁵². Mas este nome não foi ainda o definitivo. Em 12 de Junho de 1924 foi deliberado que o Terreiro de Santa Clara se denominasse Largo Cónego José Maria Gomes¹⁵³.

O Seminário-Liceu estava instalado numa parte do edifício do Convento de Santa Clara, um dos mais importantes e ricos de Guimarães.

Já durante a Segunda metade do século XIX a Câmara tinha decidido por várias vezes representar ao Governo, pedindo as instalações do Convento de Santa Clara para instalar as Repartições Públicas e o Tribunal.

Entretanto tinha-se aí instalado o Seminário-Liceu, e em sessão ordinária de 26 de Abril de 1911 a Câmara deliberou representar, pedindo para que os rendimentos da Colegiada de Guimarães fossem destinados especialmente ao custeamento do Liceu Nacional de Guimarães, que na altura ainda se encontrava aí instalado¹⁵⁴. Entretanto, em 24 de Agosto de 1911, o Governo concede parte do extinto convento de Santa Clara para instalação do Internato Municipal¹⁵⁵, sendo de 25 de Agosto o decreto concedendo à Câmara “*a parte do antigo Convento de Santa Clara*” de Guimarães, “*onde estava instalado um seminário, a fim de nele estabelecer um Internato para estudantes menores segundo, esta cedência é feita a título provisório, até que definitivamente se*

¹⁴⁷ Ibidem A, nº 16 (1911 Mar.11), p. 3.

¹⁴⁸ Ibidem VG, nº 23 (1911 Maio 10), p. 3.

¹⁴⁹ Ibidem A, nº 103 (1912 Nov.7), p. 3.

¹⁵⁰ Ibidem CG, nº 2864 (1914 Jun.21), p. 3.

¹⁵¹ Ibidem CG, nº 2939 (1915 Abr.30), p. 3.

¹⁵² Ibidem EG, nº 215 (1918 Jun.9), p. 3.

¹⁵³ Ibidem CG, nº 3754 (1924 Jan.29), p. 2; Ibidem CG, nº 3751 (1924 Jan.18), p. 2; Ibidem EG, nº 3 (1924 Jan.20), p. 3; Ibidem JLF - EVI, p. 36v.

¹⁵⁴ Ibidem VG, nº 26 (1911 Jun.3), p. 3.

*dê, aquele edifício, algumas das aplicações designadas em qualquer dos quatro números do artigo 104 do decreto “ de 20 de Abril último. Está assinada por António José de Almeida e Afonso Costa”*¹⁵⁶.

Assim, segundo a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, as bases, em que é organizado o Internato Municipal, que a Câmara Municipal de Guimarães foi autorizada a criar por decreto de 24 de Agosto de 1911, votadas pela Câmara Municipal em sessão extraordinária de 7 de Setembro de 1911, são: o Internato Municipal fica instalado no edifício, que era ocupado pelo extinto Pequeno Seminário de Guimarães, tendo cedidas todas as dependências e quintais, que aquele estabelecimento usufruirá, conforme o decreto de 24 de Agosto, publicado no Diário do Governo n.º 199; a Câmara nomeará o Director do seu Internato e nomeia também o restante pessoal nomeado a proposta do Director; para os exercícios teóricos e práticos dos colegiais poderão utilizar-se do material escolar do Liceu Nacional, que funciona no mesmo edifício. É assinado pelo vice-presidente em exercício Mariano da Rocha Felgueiras¹⁵⁷.

Em Março de 1912 a Comissão Distrital de Braga aprovou em sessão os projectos e orçamentos da Câmara Municipal destinados, entre outras, às obras no ginásio do Internato Municipal para o adaptar ao funcionamento da mesma escola¹⁵⁸. Assim, na imprensa de Abril de 1912 é publicado um edital para arrematação, em hasta pública, a 16 de Abril, pelas 12 horas nos Paços do Concelho, a obra de reparação e melhoramento na Casa do Ginásio no Internato Municipal de Guimarães, para apropriar a Escola Municipal, sob a base de licitação de 120\$000 réis¹⁵⁹. Esta obra foi arrematada em sessão de 16 de Abril de 1912, sendo adjudicada a João Pereira Guimarães, carpinteiro, desta cidade, pela quantia de 118\$400¹⁶⁰.

Em Janeiro de 1913 a mesma Comissão Distrital de Braga aprovou o projecto e orçamento elaborados pela Câmara para a obra dum barracão a construir na cerca, em que se achava instalado o Instituto Municipal¹⁶¹.

Entretanto, em Dezembro de 1919, a imprensa fala na possível abertura da igreja de Santa Clara¹⁶², pois o rev. Artur Fernandes Guimarães, professor do Internato

¹⁵⁵ Ibidem JLF - EV, III, p. 199.

¹⁵⁶ Ibidem JLF - EV III, p. 180.

¹⁵⁷ Ibidem A, n.º 44 (1911 Set.21), p. 3.

¹⁵⁸ Ibidem CG, n.º 2635 (1912 Mar.22), p. 3.

¹⁵⁹ Ibidem A, n.º 72 (1912 Abr. 4), p. 3.

¹⁶⁰ Ibidem A, n.º 76 (1912 Maio 2), p. 2.

¹⁶¹ Ibidem CG, n.º 2718 (1913 Jan.17), p. 3.

Municipal, trabalhava para conseguir que fosse reaberta ao público, pois desde o advento da República que se conservava fechada¹⁶³.

Em Setembro de 1921 a Direcção Geral de Belas Artes pede também à Comissão Central de Execução da Lei de Separação, que não toque, de futuro, no interior da capela de Santa Clara, em Guimarães, sem ouvir as competentes entidades¹⁶⁴. O edifício do Convento, cedido pelo Estado à Câmara em 1911 para a criação de um estabelecimento de educação e ensino, foi, desde 6 de Abril de 1915, arrendado a uma empresa sob a direcção pedagógica do Dr. Eduardo de Almeida, que em 1922 já não dava qualquer apoio¹⁶⁵. A.L. de Carvalho, Presidente da Comissão Executiva, fez um relatório, referindo a necessidade imperiosa e urgente do Município apoiar a Instituição¹⁶⁶.

Os vimaranenses tentavam ainda salvar a Igreja de Santa Clara e, em Dezembro de 1922, chega-nos a notícia de que o deputado Dr. Lúcio dos Santos apresentou ao parlamento três projectos de alto interesse para esta terra: Um diz respeito à concessão do bronze necessário e dos trabalhos de fundição para a estátua a erigir, por iniciativa da Câmara Municipal, ao vimaranense Gil Vicente. O outro projecto refere-se à instalação dum museu de Arte Religiosa na extinta igreja de Santa Clara, aproveitando-se para esse fim a sua capela mor, onde existe uma rica talha. O terceiro projecto interessava à iniciativa da Associação Comercial e Agrícola¹⁶⁷.

Também a Sociedade Martins Sarmiento, a mais importante instituição de cultura do concelho, luta pela preservação da igreja. Em 1924 a Sociedade Martins Sarmiento envia uma carta nesse sentido ao Director Geral de Belas Artes, Ministério da Instrução¹⁶⁸. E a imprensa colabora activamente na campanha, que uniu todos os vimaranenses¹⁶⁹.

Marca-se o leilão para dia 1 de Junho de 1924¹⁷⁰ e lamenta-se o estado da que foi uma das mais belas igrejas de Guimarães¹⁷¹. Entretanto surge na imprensa um novo apelo¹⁷².

¹⁶² Ibidem CG, nº 3362 (1919 Dez.5), p. 1.

¹⁶³ Ibidem CG, nº 3362 (1919 Dez.5), p. 1.

¹⁶⁴ Ibidem CG, nº 3530 (1921 Set.20), p. 1.

¹⁶⁵ Decreto Lei de 24-8-1911.

¹⁶⁶ *Relatório da Comissão Executiva: 1922.*

¹⁶⁷ Ibidem EG, nº 48 (1922 Dez.10), p. 1.

¹⁶⁸ Ibidem EG, nº 16 (1924 Maio 18), p. 3.

¹⁶⁹ Ibidem CG, nº 3786 (1924 Maio 27), p. 1.

¹⁷⁰ Ibidem CG, nº 3787 (1924 Maio30), p. 1; Ibidem CG, nº 3788 (1924 Jun.3), p. 2.

¹⁷¹ Ibidem CG, nº 3785 (1924 Maio 23), p. 1.

¹⁷² Ibidem CG, nº 3788 (1924 Jun.3), p. 1.

Durante este mês uma comissão de vimaranenses compra o altar-mor da igreja de Santa Clara, com o fim de o colocar na Penha¹⁷³.

Finalmente em Dezembro de 1924 pelo Ministério da Justiça foram cedidos à Câmara Municipal de Guimarães, para a instalação do Liceu Martins Sarmiento e Internato Municipal para estudantes menores, a totalidade do edifício do suprimido Convento de Santa Clara, com o seu mobiliário e a cerca anexa, em cujo terreno se chegou a colocar a hipótese muito remota de construir os Paços do Concelho, Tribunal Judicial e outras repartições públicas¹⁷⁴.

Em 11 de Setembro de 1928 a imprensa informa, que “*Vae ser adaptada a gymnasio do lyceu de Martins Sarmiento a antiga igreja de Santa Clara*”¹⁷⁵.

Rua Alfredo Guimarães Esta rua é também uma das antigas ruas de Guimarães. Recordamos que 16 de Junho de 1910 o Cruzeiro da Senhora da Guia foi considerado monumento nacional, sendo esta resolução publicada no Diário do Governo nº 136¹⁷⁶.

A Câmara Municipal, na sua sessão de 30 de Janeiro de 1913, e a pedido do Centro Socialista de Guimarães, deliberou denominar Largo 1º de Maio, o Largo da Senhora da Guia¹⁷⁷.

Em sessão da Câmara Municipal de 19 de Março de 1919 foi lido o ofício de José Ribeiro de Freitas, fiscal das Obras Municipais, informando sobre o aformoseamento ou liquidação das ruínas da rua que dava do largo 1º de Maio ao da Oliveira desta cidade. A Câmara ficou inteirada¹⁷⁸ e nada mais se tornou a fazer nesta época.

1.2.3. Largo da Misericórdia

Na sessão de 2 de Novembro de 1910 a Comissão Municipal deliberou que o Largo Franco Castelo Branco se passasse a denominar **Campo da Misericórdia**, uma vez que ainda assim era chamado pelo povo¹⁷⁹. O largo, localizado no interior das

¹⁷³ Ibidem CG, nº 3790 (1924 Jun.10), p. 1.

¹⁷⁴ Ibidem CG, nº 3841 (1924 Dez.12), p. 1; Ibidem EG, nº 44 (1924 Dez.14), p. 2.

¹⁷⁵ Ibidem CG, nº 4201 (1928 Set.11), p. 2.

¹⁷⁶ PDM. Guimarães.

¹⁷⁷ Ibidem A, nº 115 (1913 Jan.30), p. 3.

¹⁷⁸ Ibidem VG, nº 43 (1919 Mar.23), p. 2.

¹⁷⁹ Ibidem JLF - EV IV, p. 117v; Ibidem VG, nº 10 (1911 Fev.8), p. 2; Ibidem CG, nº 2504 (1910 Nov.15), p. 2.

muralhas de Guimarães, não era um modelo de limpeza, e muito se queixava a imprensa, que dizia que no Largo da Misericórdia os canteiros “*encontram-se em perfeitos lameiros, ostentando viçosa relva*”¹⁸⁰.

Em sessão da Câmara de 17 de Setembro de 1912, por proposta do Presidente, a feira do pão passou a funcionar no Largo da Misericórdia¹⁸¹, enquanto que em 24 de Setembro se deliberou mudar a feira de alfaias agrícolas, que funcionava no Campo da Misericórdia, para o Campo de S. Francisco¹⁸². O Senado vimaranense, em sessão extraordinária de 26 de Maio de 1914, decidiu, que a feira de cereais, que na época se realizava no Campo da Misericórdia, fosse mudada para o largo de S. Francisco, e que a feira das alfaias agrícolas fosse mudada para o Largo da Misericórdia¹⁸³.

Entretanto, em 1915, uma parte da população vimaranense, mais conservadora, pedia que fosse restituído o nome de Franco Castel Branco ao Largo da Misericórdia¹⁸⁴. Um ano depois esta corrente monárquica queixava-se, que no Largo João Franco e no das Lamelas “*A erva é tanta, e tão espessa, que há ruas onde o gado pode pastar!*”¹⁸⁵. E em Janeiro de 1919 o largo da Misericórdia voltou novamente ao seu antigo nome, por decisão tomada pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal na sua primeira sessão¹⁸⁶.

Rua do Espírito Santo. Em inícios de 1917, pela Câmara Municipal foram submetidos à apreciação do governo os projectos para ocorrer à reparação, “melhoramento” e alargamento da Praça de S. Tiago, ruas Gravador Molarinho e Espírito Santo¹⁸⁷. Perante a crise, que o país atravessou, não foi possível realizar tal intervenção, permanecendo a Rua do Espírito Santo uma estreita ruela de características medievais.

¹⁸⁰ Ibidem CG, nº 2502 (1910 Nov.8), p. 2.

¹⁸¹ Ibidem CG, nº 2685 (1912 Set.17), p. 2; Ibidem A, nº 96 (1912 Set.19), p. 3.

¹⁸² Ibidem CG, nº 2688 (1912 Set.27), p. 2.

¹⁸³ Ibidem A, nº 188 (1914 Jul.3), p. 3.

¹⁸⁴ Ibidem CG, nº 2939 (1915 Abr.30), p. 3.

¹⁸⁵ Ibidem CG, nº 3040 (1916 Maio 16), p. 2.

¹⁸⁶ Ibidem CG, nº 3296 (1919 Jan.28), p. 1.

¹⁸⁷ *O Republicano*, (1917 Jan.27), p. 2.

Rua Gravador Molarinho. Em 1912 os alunos da Escola Industrial pediram à Câmara no sentido de esta dar a uma rua o nome de um filho de Guimarães, conhecido no meio artístico por Molarinho, Gravador¹⁸⁸.

Assim, em 11 de Abril de 1912, a Comissão Administrativa da Câmara publica um edital em que faz público que, por deliberação tomada em sessão ordinária do dia 9 desse mês, a antiga rua das Lamelas passaria a chamar-se “Rua Gravador Molarinho”¹⁸⁹.

A Comissão Executiva da Câmara Municipal, em sessão de 28 de Outubro de 1914, deliberou mandar organizar um projecto das obras necessárias para se instalar no edifício da Rua das Lamelas, aonde funcionava o Tribunal Judicial, todos os cartórios e outras repartições, que tivessem relação com os serviços judiciais¹⁹⁰.

No início do ano de 1917 pela Câmara Municipal foram submetidos à apreciação do governo os projectos para reparação, melhoramento e alargamento da Praça de S. Tiago, ruas do Espírito Santo e Gravador Molarinho¹⁹¹, o que não chegou a concretizar-se, permanecendo esta rua com o seu carisma de antiga rua de Guimarães.

Rua da República (antiga Rua da Rainha). Em 8 de Outubro de 1910 a imprensa dizia que um melhoramento necessário, era acabar com o “Mercado do Leite” existente na rua da República, ex-rua da Rainha, fazendo-o passar para a Praça do Mercado.

A Comissão Municipal em sessão de 2 de Novembro de 1910 decide, que, embora não fosse fácil mudar o nome das ruas, devendo por isso proceder-se com prudência e moderação, a rua da Rainha passasse a denominar-se Rua da República¹⁹².

Entretanto a imprensa da oposição queixa-se, que tanto a Rua da República, como o Largo da Misericórdia, se encontravam transformados em lameiros, pedindo à Câmara a sua limpeza¹⁹³, enquanto que os moradores reclamam a transferência do “mictório”, que se encontrava junto à igreja da Misericórdia, para outro local mais reservado, como por exemplo junto da cadeia¹⁹⁴. O problema continuava no ano

¹⁸⁸ *Ibidem A*, nº 70 (1912 Mar.21), p. 2; *Ibidem A*, nº 73 (1912 Abr. 11), p. 3.

¹⁸⁹ *Ibidem A*, 1912 nº 74 (Abr. 18), p. 3; *Ibidem CG*, nº 2645 (1912 Abr.26), p. 3.

¹⁹⁰ *Ibidem A*, nº 205 (1914 Out.28), p. 3.

¹⁹¹ *O Republicano*, (1917 Jan.27), p. 2; *Ibidem EG*, nº 143 (1917 Jul.21), p. 2.

¹⁹² *Ibidem VG*, nº 10 (1911 Fev.8), p. 2.

¹⁹³ *Ibidem CG*, nº 2502 (1910 Nov.8), p. 2; *Ibidem CG*, nº 2505 (1910 Nov.18), p. 3.

¹⁹⁴ *Ibidem CG*, nº 2506 (1910 Nov.22), p. 2.

seguinte¹⁹⁵ e juntava-se ainda o pedido de alargamento da Porta da Vila (por dificuldades de trânsito)¹⁹⁶, e até a eliminação completa do bairro de S. Tiago e a abertura de novas ruas e avenidas¹⁹⁷.

Em Novembro de 1921 a Associação Comercial de Guimarães compra, para instalar a sua sede, o magnífico palacete barroco, na rua da Rainha, onde residiu durante largos anos o operador e clínico Dr. Pedro Guimarães, e que pertenceu ao falecido Visconde de Nespereira (João)¹⁹⁸.

Viela de S. Crispim Em sessão extraordinária da Comissão Municipal de 11 de Novembro de 1910 leu-se o requerimento de diversos signatários moradores na rua da República, pedindo a mudança do marco-fontenário existente na esquina da viela de S. Crispim para o local da Feira do Leite, que ficava próximo. O pedido foi deferido, mandando-se elaborar um projecto de reparação e melhoramento do largo da Feira do Leite¹⁹⁹.

Rua Dr. Avelino Germano A Câmara Municipal, em sessão ordinária de 23 de Novembro de 1910, por proposta do seu Presidente, deliberou que à Rua de S. Paio se desse o nome de Rua do Dr. Avelino Germano; deliberou ainda consignar em acta um voto de agradecimento à companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães pelo auxílio, que presta à Comissão Municipal na execução da obra de reparação e melhoramento do caminho municipal, denominado de Trás Gaia²⁰⁰.

1.2.4. Largo de S. Paio

Largo de S. Paio, Largo do Anjo, Igreja de S. Paio, Recolhimento do Anjo, Rua dos Açougues, Viela do Anjo e Rua de Alcobaça, pertenciam a uma zona da cidade, de vielas e largos acanhados, que foram demolidos, para se abrir como que clareiras de higiene na cidade. Torna-se, por isso, bastante difícil separá-los, e damos a toda a zona o nome genérico de Largo de S. Paio, embora se individualize cada um dos elementos.

¹⁹⁵ Ibidem CG, nº 2536 (1911 Mar.17), p. 2.

¹⁹⁶ Ibidem A, nº 8 (1911 Jan.14), p. 3.

¹⁹⁷ Ibidem A, nº 9 (1911 Jan.21), p. 3.

¹⁹⁸ Ibidem CG, nº 3543 (1921 Nov.8), p. 2.

¹⁹⁹ Ibidem VG, nº 11 (1911 Fev.2), p. 3.

²⁰⁰ Ibidem VG, nº 16 (1911 Mar.22), p. 3; Ibidem JLF - EV IV, p. 179.

Ainda na Monarquia, em 18 de Abril de 1910, a imprensa chamava a atenção para a vergonha em que se encontrava o Albergue de S. Paio, pois a parte que ainda faltava aluir ameaçava ruína a todos os momentos. E suplicava ainda a quem competisse, que tivesse dó das pobres velhinhas, que não tinham quem se interessasse por elas²⁰¹.

Já na República, em sessão extraordinária de 11 de Novembro de 1910, mandou-se elaborar um projecto de reparação e melhoramento do Largo da Feira do Leite e deferiu-se o requerimento de vários moradores da rua da República, que solicitavam a mudança do marco-fontanário da viela de S. Crispim para a Feira do Leite²⁰². Ainda em sessão extraordinária de 11 de Novembro de 1910 pelo vogal cidadão Manuel Caetano Matos foi feita a seguinte proposta: *“Considerando que o edifício onde esteve instalado o Recolhimento do Anjo, hoje extinto por ordem do Governo Provisório da República, oferece um mau e indecente aspecto, considerando que o mesmo edifício ameaça ruína, colocando em iminente perigo os moradores circunvizinhos; considerando mais, que no dito edifício não são possíveis quaesquer reparações, porque não tem possível aproveitamento, pois que tanto interior como exteriormente é um edifício anti higiénico, proponho: Que seja pedido ao Governo o mesmo edifício e se promova a sua demolição no mais curto espaço de tempo”*. Esta proposta foi aprovada por unanimidade, ficando o Presidente autorizado a elaborar a necessária representação. Deliberou-se também fazer a aquisição duma escultura busto da República, em gesso, para colocar no edifício dos Paços do Concelho, na sala das respectivas sessões²⁰³.

Alguns dias mais tarde, em sessão ordinária de 28 de Novembro de 1910, a Câmara resolve fazer a demolição do Recolhimento do Anjo por administração própria, autorizando a venda dos materiais em lotes²⁰⁴.

No entanto a demolição do Recolhimento não se fez logo e em sessão ordinária do dia 1 de Fevereiro de 1911 leu-se o ofício do Administrador do Concelho, enviando uma participação da Guarda Civil nº 8, dando conhecimento de que o Albergue ameaçava eminente ruína e tornava-se um perigo para os albergados; decidiu-se enviar cópia de participação ao Cabido, proprietário do prédio, e, para evitar qualquer desastre,

²⁰¹ Ibidem CG, nº 2448 (1910 Abr.18), p. 2.

²⁰² Ibidem VG, nº 11 (1911 Fev.2), p. 3.

²⁰³ Ibidem VG, nº 13 (1911 Mar.1), p. 2.

oferecer-lhe provisoriamente casa no extinto Convento das Domínicas para recolhimento provisório das albergadas²⁰⁵. O Cabido respondeu, comunicando que aceitava a proposta feita pela Comissão, agradecendo a oferta da casa no extinto Convento das Domínicas. Nesta sessão leu-se ainda um requerimento do cidadão vogal da Comissão, José Ribeiro de Freitas, que propôs para que do edifício do Albergue do Anjo se tirassem fotografias e estas se remetessem à Sociedade dos Arquitectos e Arqueólogos, a fim destes emitirem um parecer sobre se haveria algum inconveniente em que o edifício fosse demolido: submetido à votação, foi rejeitado por maioria²⁰⁶.

Foi então publicado um decreto, em 16 de Março de 1911, autorizando a Câmara Municipal de Guimarães a mandar proceder à demolição do edifício do antigo Recolhimento do Anjo²⁰⁷, tendo esta principiado em 20 de Abril de 1911²⁰⁸.

A dia 3 de Maio de 1911, em sessão ordinária, a Câmara ficou inteirada do inventário e avaliação de todos os materiais do Recolhimento cedido à municipalidade pelo Governo e resolveu anunciar a sua praça, assinando as condições para arrematação, que se devia efectuar no local²⁰⁹.

Entretanto aproximavam-se as Festas da Cidade e estas iriam ter mais impacto e magnificência, uma vez que se comemorava o VIII Centenário de D. Afonso Henriques. Assim, em sessão de 8 de Março de 1911, discutiu-se o plano da Comissão de Festas da Cidade, a enviar ao Governo; esta previa no 2º ponto a cunhagem de moedas e emissão de estampilhas comemorativas do VIII Centenário, devendo o produto reverter para as obras a realizar à volta do Castelo de Guimarães. Pretendiam também que se fizesse a inauguração solene duma estátua de D. Afonso Henriques²¹⁰.

Um outro albergue existia na zona de S. Paio. Era o Albergue de Nossa Senhora do Serviço, administrado pela comunidade da Curaria, tendo já há tempos mudado as albergadas, oito senhoras pobres e idosas, para o extinto convento de Santa Rosa de Lima, popularmente chamado das Domínicas. Começou a demolir-se em 19 de Setembro de 1911, por ordem da Câmara²¹¹. Em 9 de Maio de 1912 o Albergue

²⁰⁴ *Ibidem* VG, nº 32 (1911 Jul.15), p. 3.

²⁰⁵ *Ibidem* VG, nº 21 (1911 Abr.26), p. 3.

²⁰⁶ *Ibidem* VG, nº 22 (1911 Maio 3), p. 3.

²⁰⁷ *Ibidem* CG, nº 2538 (1911 Mar.24), p. 3.

²⁰⁸ *Ibidem* JLF - EV II, p. 55.

²⁰⁹ *Ibidem* VG, nº 27 (1911 Jun.10), p. 3.

²¹⁰ *Ibidem* VG, nº 23 (1911 Maio 10), p. 3.

²¹¹ *Ibidem* JLF - EV III, p. 272.

localizado no Terreiro das Beatas do Anjo, situado ao lado da igreja de S. Paio, ficou quase todo demolido²¹².

Em 15 de Dezembro de 1911 foi apeado o cruzeiro do Recolhimento o Anjo, sendo o pedestal retirado a 19. Segundo João Lopes de Faria, foi depois colocado na Quinta de Margaride²¹³.

Mas era necessário fazer mais demolições, para que o largo ficasse amplo e arejado. Assim, em 20 de Abril de 1912 principia pela capela-mor a demolição da igreja de S. Paio²¹⁴, que levou vários anos a concretizar.

A Comissão Distrital de Braga em sessão de Maio de 1912 aprovou o aformoseamento do antigo largo de S. Paio²¹⁵. Assim, a Câmara de Guimarães foi superiormente autorizada a aplicar a estas obras a importância excedente da construção do mercado das Caldas das Taipas²¹⁶.

Entretanto, em sessão de 29 de Outubro de 1912, a Câmara leu o requerimento da Comissão Paroquial Socialista da freguesia de S. Paio, pedindo a definitiva demolição do antigo Recolhimento do Anjo e Albergue de S. Paio²¹⁷.

Finalmente começou a pensar-se na obra de aformoseamento do largo, e, em sessão de 5 de Novembro de 1912, deliberou-se representar ao Governo, por intermédio do Ministro da Interior, pedindo a promulgação de um decreto de expropriação, por utilidade pública, das parcelas de terreno sitas no largo do Anjo, necessárias para a execução do projecto da obra de aformoseamento do antigo Largo de S. Paio (também conhecido por Largo do Anjo), votado pela Câmara em sessão de 5 de Abril e aprovado superiormente pela Comissão Distrital em 17 de Maio deste ano, a saber: uma morada de casas, designadas pelos números de polícia 42, 44 e 46, de que eram proprietários Simão de Sousa Peixoto Guimarães e mulher; uma morada de casas, designadas pelos números de polícia 48 e 50, de que era proprietária Eugénia Fernandes; uma morada de casas designadas pelos números de polícia 52 e 54, de que eram proprietários Domingos José de Sousa e mulher e Francisco Pereira de Andrade e mulher, como herdeiros de Lourenço José de Sousa²¹⁸.

²¹² *Ibidem* JLF - EV II, p. 132.

²¹³ *Ibidem* JLF - EV IV, p. 257.

²¹⁴ *Ibidem* JLF - EV II, p. 55.

²¹⁵ *Ibidem* CG, nº 2654 (1912 Maio 28), p. 2.

²¹⁶ *Ibidem* CG, nº 2656 (1912 Jun.4), p. 2.

²¹⁷ *Ibidem* A, nº 104 (1912 Nov.14), p. 3.

²¹⁸ *Ibidem* A, nº 105 (1912 Nov.21), p. 3.

A imprensa pede a demolição daquelas casas, para que rapidamente se concluam as obras do largo²¹⁹. Entretanto, em sessão de 24 de Dezembro de 1912 da Câmara Municipal, esta ficou inteirada dos acórdãos de aprovação dados pela Comissão Distrital, em sessão de 20 desse mês, às aquisições dos terrenos pertencentes a Eugénia Fernandes, Domingos José de Sousa e mulher e Francisco Ferreira de Andrade e mulher necessários para a obra de aformoseamento do antigo largo de S. Paio, também conhecido por largo do Anjo, de que se lavraram termos de expropriação e foram reduzidos a escritura pública²²⁰.

Em Maio de 1913 a Câmara delibera representar ao governo, pedindo autorização para a demolição da Igreja de S. Paio, para o alargamento do Largo do Anjo, passando o existente nela para a igreja de S. Domingos²²¹.

Assim decidiu-se demolir a Igreja paroquial de S. Paio, com o fim de se alargar e aformosear o largo²²².

Em 27 de Fevereiro de 1914 é publicado um decreto concedendo à Câmara de Guimarães o edifício da igreja paroquial de S. Paio de Guimarães²²³ e em 17 de Março de 1914 foi assinada a escritura da cedência da igreja de S. Paio²²⁴. Em sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal, de 18 de Março de 1914, o Presidente informou a Câmara da realização da escritura de compra da igreja de S. Paio e aprova a sua demolição²²⁵.

A imprensa critica²²⁶ e é feito um abaixo assinado em que os paroquianos pedem a conservação da igreja²²⁷, que é apresentado em sessão da câmara de 7 de Abril²²⁸. Em 15 de Abril de 1914, às 6 horas da manhã, depois de finda a missa das Almas, o Santíssimo Sacramento saiu da igreja e foi conduzido para a igreja de S. Domingos, acompanhado pelo povo, tendo aí ficado instalada a paróquia de S. Paio²²⁹.

Em 6 de Outubro de 1914 foi resolvido que fosse restituído às Irmandades das Almas, do Santo Homem Bom, Reino de Deus e Nossa Senhora da Misericórdia, os

²¹⁹ *Ibidem CG*, nº 2707 (1912 Dez.6), p. 2.

²²⁰ *Ibidem A*, nº 112 (1913 Jan.9), p. 3.

²²¹ *Ibidem A*, nº 132 (1913 Maio 29), p. 2.

²²² *Ibidem CG*, nº 2754 (1913 Jun.3), p. 2.

²²³ *Ibidem JLF - EV I*, p. 194.

²²⁴ *Ibidem A*, nº 174 (1914 Mar.19), p. 3.

²²⁵ *Ibidem A*, nº 174 (1914 Mar.19), p. 2.

²²⁶ *Ibidem CG*, nº 2834 (1914 Mar.31), p. 2.

²²⁷ *Ibidem A*, nº 180 (1914 Maio 7), p. 2.

²²⁸ *Ibidem EG*, nº 7 (1914 Abr.12), p. 1.

²²⁹ *Ibidem JLF - EV II*, p. 41.

altares e sinos da igreja de S. Paio, conforme a sua reclamação ao governo²³⁰, e no dia 6 de Dezembro de 1914, às 12 horas, na capela do Internato Municipal foi posto em praça pela segunda vez diverso material proveniente da igreja de S. Paio²³¹.

Em 1916 a imprensa da oposição falava do empréstimo, que a Câmara iria fazer para concretizar as obras no Largo de S. Paio, e critica também as demolições feitas por Mariano Felgueiras²³².

²³⁰ *Ibidem CG*, nº 2885 (1914 Out.6), p. 3.

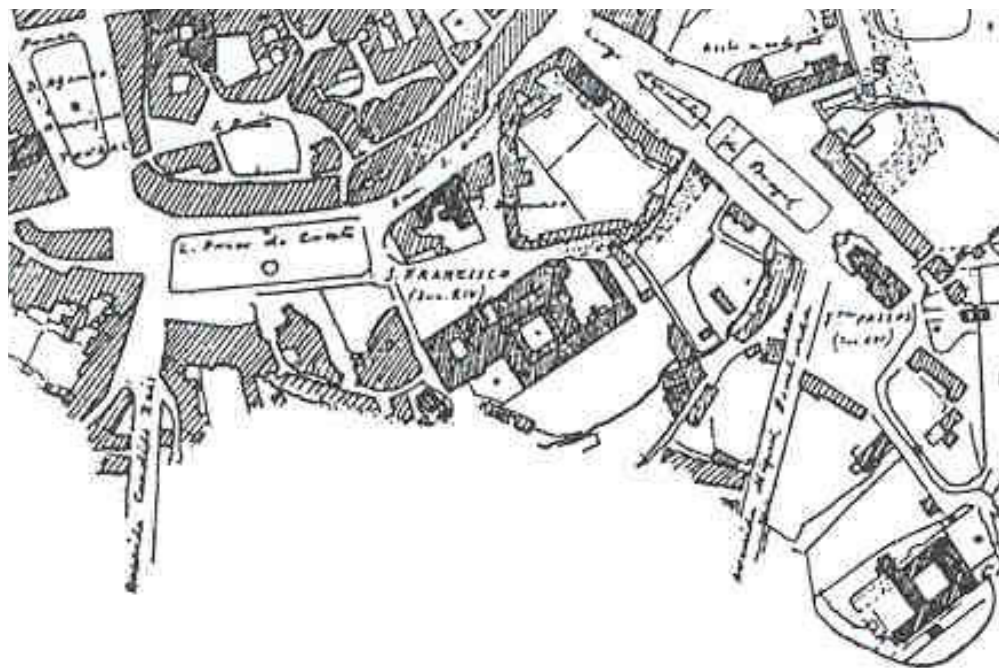
²³¹ *Ibidem A*, nº 210 (1915 Dez.3), p. 3.

²³² *Ibidem EG*, (1916 Jul.2), p. 2.

2. Guimarães extramuros

2.1. Toural

O **Toural**, um dos largos mais importantes de Guimarães, era a partir de meados do século XIX uma das zonas mais frequentadas da cidade. Aí existia o Passeio Público, havia comércio, e de lá partiam as carreiras. O novo regime também decidiu inovar na zona do Toural, uma vez que o Passeio Público, apenas acessível a uma parte da população, estava já ultrapassado. Assim, em sessão da Câmara de 2 de Novembro de 1910, “*atendendo às repetidas instâncias do povo de Guimarães*” para que fossem retiradas as grades, que circundavam o Jardim do Toural, propôs-se que o Engenheiro da Câmara fosse encarregado de, com a maior urgência possível, organizar um projecto e respectivo orçamento para a remoção das referidas grades e que nesse orçamento fosse já incluída a despesa com a sua aplicação no muro que ficava no fundo da Praça do Mercado, pois era de toda a conveniência que fosse devidamente resguardada. Foi uma proposta aprovada²³³.



²³³ Ibidem VG, nº 11 (1911 Fev.15), p. 2; Ibidem CG, nº 2502 (1910 Nov.8), p. 2.

Entretanto, devido às comemorações do Centenário de D. Afonso Henriques, decidiu-se mudar a estátua, da autoria de Soares dos Reis, que se encontrava no Largo de D. Afonso Henriques, para o centro do Toural. Pensa-se simultaneamente em melhorar o Largo do Toural, construindo-se uma marquise do lado Norte²³⁴. Assim, em sessão ordinária de 5 de Abril de 1911, deliberou-se, entre outros assuntos, mandar elaborar o projecto e orçamento para a obra de melhoramento de que muito carecia o Campo do Toural²³⁵. Esse projecto orçamento, orçado na quantia de 1.500\$000 réis, foi aprovado em sessão da Câmara de 12 de Abril de 1911 e deliberou-se ainda que fosse enviado à estação tutelar para merecer a necessária sanção²³⁶.

Em sessão de 26 de Abril de 1911 foi lido o ofício do secretário da Comissão Distrital, sob o nº 92, com data de 22, remetendo aprovado pela Comissão Distrital o projecto de reparação e melhoramento do Largo do Toural, bem como comunicada sua aprovação à deliberação municipal. Ainda nesta sessão deliberou-se, a propósito das obras de reparação e melhoramento dos largos de D. Afonso Henriques e Toural, que, estando quase esgotada a verba de 2.300\$000 destinada à reparação e melhoramento do largo de D. Afonso Henriques adquirida por empréstimo autorizado por decreto de 20 de Setembro de 1906, mas pretendendo-se concluir a obra e considerando que a execução desse projecto implicava também a reparação e melhoramento do Largo do Toural que lhe ficava contíguo, fazendo a mudança do Jardim Público e a colocação da estátua de D. Afonso Henriques, fundador da nacionalidade Portuguesa, a Câmara representasse ao Governo, pedindo autorização para que da verba de 9.192\$000 réis, destinada à obra de prolongamento da Rua de Paio Galvão, fosse retirada a quantia de 2 500\$000 réis para execução das seguintes obras: 1.500\$000 réis para reparação e melhoramento do Largo do Toural e 1.000\$000 réis para a reparação e melhoramento do Largo de D. Afonso Henriques. Deliberou, ainda, pedir autorização para que a obra de reparação e melhoramento do Largo do Toural fosse feita por administração própria, visto a sua execução não poder sofrer demora por ser o largo mais central da cidade e o mais concorrido e comercial²³⁷.

Em Maio de 1911 a imprensa anuncia, que *“está pronto o esboço-projecto de uma galeria fechada do nascente do Toural, destinado a conservar ao respectivo largo,*

²³⁴ Ibidem CG, nº 2553 (1911 Mar.19), p. 1.

²³⁵ Ibidem VG, nº 25 (1911 Maio 27), p. 3.

²³⁶ Ibidem VG, nº 25 (1911 Maio 27), p. 3.

pella suppressão do jardim, a sua feição de ponto central da cidade, e a dar realce à soberba frontaria que o embelleza, offerecendo assim aos vimaranenses um lugar de estacionamento apropriado e aos estranhos um aformoseamento impressionante valorizando o local/ É seu author o illustre official, nosso amigo o nosso amigo e distincto colaborador snr. capitão Luiz Augusto de Pina Guimarães[...]”²³⁸.

Entretanto, em sessão ordinária de dia 3 de Maio de 1911, foi recebido na Câmara o ofício do grupo de Propaganda “Por Guimarães”, com data de 1 do mês corrente, agradecendo o adiamento por 8 dias do levantamento da planta do Campo do Toural, pelo facto de ainda não ter concluído os trabalhos acerca da construção da galeria na parte nascente, e pedindo para que na planta a elaborar seja incluído o passeio onde têm de assentar as colunas da marquise. A Câmara tomou o pedido em consideração, referindo que, oportunamente, se fará o projecto²³⁹. Também durante este mês a nova direcção do Grupo de Propaganda “Por Guimarães” envia aos proprietários dos prédios do Toural, lado nordeste, uma circular em que pede ajuda financeira²⁴⁰. Em sessão ordinária de 10 de Maio de 1911 leu-se o ofício do cidadão Inácio Teixeira de Menezes, Engenheiro Municipal contratado, com data de 9 do mês corrente, agradecendo à Câmara a imerecida consideração e paciente bondade com que a vereação o tinha tratado, mas, sentindo-se sem forças para bem desempenhar os deveres do seu cargo, pede a rescisão do contrato que celebrou em 5 de Junho de 1907. A Comissão lamenta a resolução tomada pelo cidadão Engenheiro Municipal, aceita a denuncia nos termos do respectivo contrato, pedindo-lhe, no entanto, para acompanhar até a sua conclusão, as obras de aformoseamento do largo de D. Afonso Henriques, Campo do Toural e Mercado das Taipas²⁴¹.

Mas não era só com grandes projectos que se procurava melhorar o Toural. Em Junho de 1911 a imprensa lembra a necessidade que havia em instalar no jardim público cidade um marco fontanário, como já em tempos aí tinha existido²⁴².

Em 4 de Julho de 1911 dá-se início ao levantamento das grades de ferro, que vedavam o jardim do Toural²⁴³. Em 7 de Julho de 1911 foi trasladada para o Toural a

²³⁷ Ibidem VG, nº 26 (1911 Jun.3), p. 3.

²³⁸ Ibidem CG, nº 2548 (1911 Maio 2), p. 2; Ibidem A, nº 25 (1911 Maio 13), p. 3.

²³⁹ Ibidem VG, nº 26 (1911 Jun.3), p. 3.

²⁴⁰ Ibidem A, nº 27 (1911 Maio 25), p. 2.

²⁴¹ Ibidem VG, nº 27 (1911 Jun.10), p. 3.

²⁴² Ibidem CG, nº 2564 (1910 Jun.17), p. 3.

²⁴³ Ibidem JLF - EV III, p. 12.

estátua de D. Afonso Henriques, que se pretendia que fosse descerrada por ocasião das festas da cidade, por um ministro. “*A mudança fez-se sem incidentes*”, diz a imprensa²⁴⁴. Segundo João Lopes de Faria, foi às 6 horas da manhã do dia 6 que foi apeada a estátua de D. Afonso Henriques, que se encontrava no Terreiro de S. Francisco. A cabeça já lha tinham tirado no dia anterior e a espada nos últimos dias de Junho. A desmontagem começou a 5 porque se esperou pela vinda de um operário da Fábrica de Fundição de Massarelos. Em 11 de Julho de 1911 o jardim público em S. Francisco começou a ser vedado para ser ali efectuado um deslumbrante festival durante as festas da cidade. No campo do Toural trabalhava-se com muita actividade na terraplanagem do terreno, que circuitava a estátua do Fundador da Monarquia, a fim de estar completamente pronto na data combinada²⁴⁵.

Em sessão ordinária de 12 de Julho de 1911 leram-se requerimentos de diversos proprietários moradores no largo do Toural, pedindo para ser estabelecido naquele largo a feira ou mercado de cereais, o que foi indeferido por a Câmara ter já aprovado e elaborado um projecto de embelezamento do largo, tornando-se por isso impossível o estabelecimento da feira requerida²⁴⁶. Entretanto a Praça D. Afonso Henriques foi ajardinada e embelezada e em 22 de Julho de 1911 já se encontrava quase pronta²⁴⁷, decorada com o “velho” coreto, que para aí tinha sido mudado. Em 29 de Julho de 1911, a *Velha Guarda* publicava o programa das Festas da Cidade realizadas em 5, 6, 7 de Agosto de 1911, com a comemoração solene do VIII Centenário do Nascimento de D. Afonso Henriques; assim no programa mencionava-se a 5 de Agosto: “*A Praça do Toural para onde foi transferida a bela estátua do rei conquistador; A Praça D. Afonso Henriques transformada num amplo e formoso jardim público[...]*”²⁴⁸.

Em sessão de 2 de Agosto de 1911, por deliberação da Câmara, o antigo Largo de D. Afonso Henriques agora transformado em jardim público passou a denominar-se Passeio da Independência e o Campo do Toural, para onde foi mudada a estátua de D. Afonso Henriques, fica com a denominação de Praça do Fundador de Portugal, considerando-se a deliberação imediatamente aprovada. Declarou assinar vencido quanto à denominação de Passeio da Independência, o vogal cidadão Ferreira

²⁴⁴ Ibidem CG, nº 2566 (1911 Jul.7), p. 2.

²⁴⁵ Ibidem CG, nº 2571 (1911 Jul.11), p. 2.

²⁴⁶ Ibidem VG, nº 35 (1911 Ago.5), p. 3.

²⁴⁷ Ibidem VG, nº 33 (1911 Jul.22), p. 2.

²⁴⁸ Ibidem VG, nº 34 (1911 Jul.29), p. 3.

Guimarães²⁴⁹. Ana Maria Rodrigues refere que a celebração do VIII Centenário do Nascimento de D. Afonso Henriques em Guimarães, em 1911, quando já se encontrava plenamente instalada a República, teve “*alguma incomodidade no facto de se comemorar o nascimento de um rei*”, o que levou a que se realçasse a faceta de Fundador de Portugal e não da monarquia, num quadro patriótico de guerreiro forte e bom político²⁵⁰.

Em sessão de 9 de Agosto de 1911 deliberou-se substituir o nome de Praça do Fundador de Portugal, por não significar fielmente a verdade histórica, pelo de “Praça do Libertador de Portugal”. Esta deliberação foi considerada desde logo aprovada, publicando-se por editais; por proposta do Presidente, deliberou-se por unanimidade inserir em acta um visto de louvor ao colega cidadão José Ribeiro de Freitas pelo zelo, saber e actividade com que se houve na direcção assaz rude dos trabalhos de aformoseamento do Passeio da Independência e Praça do Libertador de Portugal, antigos Largo D. Afonso Henriques e Campo do Tournal²⁵¹. Em 29 de Novembro de 1911 dizia a imprensa “*Este espaçoso largo há pouco convenientemente ajardinado e remodelado, foi pela comissão camarária cognominado “Largo do Libertador de Portugal”. Agora porém a mesma Comissão Administrativa julgou conveniente cognominá-lo “Praça de D. Affonso Henriques”*”²⁵².

Em 29 de Agosto de 1912 principiaram a funcionar novas lâmpadas eléctricas, que foram colocadas em volta da praça de D. Afonso Henriques, e “*estão dispostas numas elegantes colunas que muito aformoseiam aquele local*”²⁵³. Em sessão da Comissão Municipal da Câmara, em Julho de 1913, arrematou-se a obra para a instalação da luz eléctrica no largo de D. Afonso Henriques, cuja base de licitação era de 229\$687 réis, adjudicada ao cidadão Bernardino Jordão pela quantia de 220\$000 réis²⁵⁴.

Os edifícios à volta do Tournal também procuram melhorar-se e assim em finais de 1915 já se encontrava aberta a subscrição para aquisição do relógio da igreja de S. Pedro²⁵⁵.

²⁴⁹ Ibidem VG, nº 36 (1911 Ago. 12), p. 3; Ibidem CG, nº 2576 (1911 Ago.18), p. 2; Ibidem VG, nº 40 (1911 Set.9), p. 3.

²⁵⁰ Ana Maria S.A. Rodrigues - Em busca de D. Afonso Henriques através de oito séculos de historiografia portuguesa. 2º Congresso Histórico de Guimarães: Actas do Congresso. Guimarães: CM; UM, 1996. Vol. 3, p. 16.

²⁵¹ Ibidem A, nº 47 (1911 Out.12), p. 3.

²⁵² Ibidem CG, nº 2688 (1911 Set.29), p. 2.

²⁵³ Ibidem CG, nº 2680 (1912 Ago.30), p. 2.

²⁵⁴ Ibidem A, nº 140 (1913 Jul.24), p. 3.

²⁵⁵ Ibidem CG, nº 2995 (1915 Nov.26), p. 3.

As Festas da Cidade foram desde a sua criação muito importantes, levando a cidade a engalanar-se com os seus melhores enfeites. Para as festas da cidade de 1919 a iluminação estava sendo confeccionada segundo o “croquis” de José de Pina, comentando a imprensa, que deviam resultar deslumbrantes, sobretudo no Tournal, na Praça D. Afonso Henriques e no Jardim Público²⁵⁶.

Diz-nos A.L. de Carvalho, que “a iluminação dos 12 globos deste largo estava desde 1918 substituída por duas lâmpadas, por virtude de constantes desarranjos na canalização subterrânea para as 12 colunas”. A câmara de 1922 mandou proceder a uma conveniente montagem da luz para os globos, por considerar de manifesta vantagem para a iluminação e efeito estético do referido largo²⁵⁷.

Em Abril de 1924 a Câmara, atendendo ao pedido que lhe havia sido feito pelos moradores do Tournal, mandou derrubar as árvores, que circundavam aquela praça²⁵⁸, palmeiras de grandes dimensões, que desfeizavam o local. Em Dezembro de 1925 é inaugurado no lado Norte do Tournal, o Café Oriental, um estabelecimento que marcou a vida dos vimaranenses²⁵⁹ e ainda durante esse mesmo mês fechou o Hotel do Tournal, “um dos melhores, senão o melhor hotel da cidade”²⁶⁰, que levou a que se fizesse uma grande campanha jornalística a favor da sua reabertura.

Rua 31 de Janeiro Em sessão da Comissão Municipal, de 2 de Novembro de 1910, o vogal José Rodrigues Leite da Silva apresentou um aditamento à proposta sobre a mudança de nomes das ruas feito pelo vice-presidente Mariano Felgueiras, propondo que à rua de Santo António se desse o nome de rua 31 de Janeiro, o que foi aprovado²⁶¹.

Em 1922 a imprensa queixa-se de que devido ao aumento de serviço de encomenda na estação do telégrafo postal da cidade, e não dispondo a repartição de espaço suficiente para o seu funcionamento, o chefe propôs à Administração Geral dos Correios e Telégrafos a instalação do serviço de encomendas noutra edifício, o que foi aprovado. Não sendo possível porém encontrar prédio em condições, informou o Sr. Silva à Administração Geral que a única solução seria a construção dum edifício próprio, em terreno já adquirido no lugar do Proposto. Em quatro do corrente mês, este

²⁵⁶ Ibidem CG, nº 2959 (1917 Jul. 16), p. 2.

²⁵⁷ Relatório da Comissão Executiva. Guimarães: CM, 1922, p. 11-12.

²⁵⁸ Ibidem CG, nº 4256 (1929 Abr.9), p. 1.

²⁵⁹ Ibidem CG, nº 3939 (1925 Dez.18), p. 1.

²⁶⁰ Ibidem CG, nº 4030 (1926 Dez.3), p. 2.

recebeu um ofício da Direcção dos Correios e Telégrafos de Braga, informando-o de que estava a ser organizada a planta de um novo edifício e perguntando-lhe quantos compartimentos seriam necessários para a boa execução do serviço. Foi encarregado de organizar a planta e anteplano o Eng. Pereira de Azevedo, da secção de Engenharia Civil da Administração Geral dos Correios e Telégrafos²⁶². Entretanto tudo estaciona, até que, em 1925, a imprensa dá a boa nova de que está comprado por 115 contos, o Palacete de Minotes, sito na rua 31 de Janeiro, para nele serem instalados os Serviços de Telégrafo²⁶³, mas as obras tardaram²⁶⁴, o que levou a que se instalasse a linha telefónica entre Guimarães, Taipas, Braga e todo o país, no edifício dos antigos correios²⁶⁵, considerado pelos vimaranenses como uma “*pocilga imunda*”²⁶⁶.

Procurava-se também melhorar os acessos da cidade. A.L. de Carvalho, presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Guimarães, faz um relatório, referindo que no seu programa constava o projecto de uma nova avenida: “*Foi aprovado um projecto que traça uma avenida da Rua Paio Galvão à muralha da cidade (estrada de Fafe). Na sessão que apreciou esse projecto (28-4-1921) foi indicada a conveniência de o submeter ao critério duma Comissão de Estética. Esse ponto de vista pode mais tarde ser adoptado, tendo-se acolhido o parecer que tal Grande Avenida carecia de melhor estudo.*”

*Simultaneamente uma sugestão foi indicada: a abertura de novas artérias, convergindo do centro para a parte alta da cidade. O prolongamento da Rua 31 de Janeiro daria, desviando o eixo da mesma rua na parte dos Palheiros, excellentes terrenos para construções, aplicando à expropriação o preceituado no §2º, Art. 6º, Lei 26-7-1912. Tal é o parecer dessa Comissão de Estética - comissão que a falta dum engenheiro architecto mais justifica a necessidade da sua nomeação ter um carácter permanente”*²⁶⁷.

Durante a primeira república não temos conhecimento de mais nenhum intervenção nesta rua.

²⁶¹ Ibidem VG, nº 11 (1911 Fev.15), p. 2; Ibidem JLF - EV IV, p. 117v.

²⁶² Ibidem CG, nº 3616 (1922 Ago.22), p. 2.

²⁶³ Ibidem CG, nº 3896 (1925 Jul.10), p. 1.

²⁶⁴ Ibidem CG, nº 3951 (1926 Fev.9), p. 1.

²⁶⁵ Ibidem CG, nº 3974 (1926 Maio 11), p. 2; Ibidem CG, nº 3976 (1926 Maio 18), p. 2; Ibidem CG, 1926 Out.15, nº 4016, p. 2.

²⁶⁶ Ibidem CG, 1926 Out.15, nº 4016, p. 2.

²⁶⁷ Relatório da Comissão Executiva: 1922. Guimarães: C.M., 1922

Rua Francisco Agra. A Câmara Municipal, em sessão ordinária de 2 de Novembro de 1910 deliberou solicitar do Governo provisório da República Portuguesa a cedência em favor desta municipalidade do prédio sito na rua de Francisco Agra, residência dos expulsos Jesuítas, para o fim de ser adaptado a repartições públicas, bem como o manancial de águas que aqueles possuíam no monte da Penha²⁶⁸. Assim, em Março de 1911 já a imprensa dizia que brevemente iria ser entregue ao município o palacete, capela e quinta, moradia dos Jesuítas em Santa Luzia para serem instaladas as Escolas Centrais para ambos os sexos²⁶⁹. Apesar da imprensa dizer em finais de Abril desse ano, que já tinha sido cedido, pelo Governo da República²⁷⁰, este só foi efectivamente cedido a título provisório à Câmara, por decreto de 23 de Agosto de 1911, para nele funcionarem as escolas Primárias da cidade. A.L. de Carvalho, antigo Presidente da Comissão Executiva de 1922, conta-nos que a administração da propriedade era da Competência da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, comissão esta que funcionava junto do Ministério da Justiça, e que anunciou em 1922 a venda em hasta pública do referido edifício, terrenos anexos e o aludido templo em construção. A vereação municipal do ano de 1922, representou então ao Ministro da Instrução, para obstar a que este fosse vendido, o que ocasionaria o despejo das escolas. É então negociado entre os Ministérios da Instrução e da Justiça a sua venda, falando-se numa transferência de venda de cerca de 200 contos. A.L. de Carvalho transcreve mesmo as conclusões de um projecto de lei apresentado à Câmara dos Deputados, em sessão de 1 de Julho de 1922, pelo deputado por Guimarães Dr. Lúcio dos Santos: *“Art.1 É autorizado o Governo a adquirir o edifício e dependências onde estão instaladas as escolas primárias em Guimarães, cedidos à Câmara Municipal a título provisório por Decreto de 23 de Agosto de 1911, actualmente sob a administração da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, para nele ficarem definitivamente instaladas as mesmas escolas e a Escola Primária Superior. Art.2º A fim de ocorrer ao pagamento dos encargos resultantes da aquisição do referido edifício, é autorizado o Governo a inscrever a verba necessária no orçamento do actual ano económico. [...]”*²⁷¹. Em finais de 1911 por Afonso Costa

²⁶⁸ Ibidem VG, nº 7 (1911 Jan.18), p. 2.

²⁶⁹ Ibidem A, nº 15 (1911 Mar.4), p. 3.

²⁷⁰ Ibidem VG, nº 21 (1911 Abr.26), p. 3.

²⁷¹ Ibidem CG, nº 4410 (1930 Out.21), p. 1.

foi cedido à Câmara de Guimarães todo o mobiliário do extinto seminário²⁷², mas a Comissão Municipal, em sessão ordinária de 9 de Agosto de 1911 leu um ofício do Chefe de Repartição da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações, do Ministério da Justiça, com data de 4 de Agosto, comunicando, que, atendendo ao pedido da Câmara, formulado em ofício de 4 de Maio, o Ministro tinha deferido a proposta da Comissão oficiante para serem cedidos à cadeia civil e institutos de caridade os móveis do Colégio do Santíssimo Sacramento, se até 3 de Agosto, não fossem reclamados. Comunicava ainda, que, volvido esse dia, deveria a Câmara lembrar a solução do pedido que fez²⁷³.

Em Março de 1912 já a Comissão Distrital de Braga tinha aprovado os projectos e orçamentos da Câmara Municipal de Guimarães para as obras na antiga residência dos jesuítas, a fim de nele funcionarem as escolas centrais de ambos os sexos²⁷⁴, que realmente ali ficaram instaladas.

Já nos finais da Monarquia se pretendia **prolongar a Rua de Paio Galvão** e, embora se tivesse principiado, não se chegou a concluir. A Câmara Municipal vai pedir um empréstimo, para realizar este melhoramento. Mas o projecto mais prioritário e com que se avançou, foi a reparação e melhoramento do Largo de D. Afonso Henriques. Gastou-se nele toda a verba existente e era ainda necessário continuar as obras e melhorar também o Toural.

A continuação da rua Paio Galvão foi definitivamente aprovada em sessão de 17 de Setembro de 1912, consistindo na regularização do terreno, respaldamento, capeamento e coroamento com parapeito do muro de suporte - assentamento da guia para os passeios, construção de canos de esgoto necessário e respectivas bocas de lobo e finalmente calcetaria de toda a rua, sob a base de licitação de 480\$000 réis. Adjudicada a Bento Martins, pela quantia de 439\$000²⁷⁵. Em 1914 foi lá construído, pela Comissão Executiva da Câmara Municipal, um marco fontanário²⁷⁶. A vereação de 1922, no Relatório da Comissão Executiva, diz-nos que foi aprovado um projecto que traçava uma avenida da Rua Paio Galvão à Muralha da cidade, na Estrada de Fafe. Na sessão

²⁷² Ibidem VG, nº 39 (1911 Set.2), p. 3.

²⁷³ Ibidem VG, nº 40 (1911 Set.9), p. 3.

²⁷⁴ Ibidem CG, nº 2635 (1912 Mar.22), p. 3.

²⁷⁵ Ibidem A, nº 98 (1912 Out.3), p. 3.

²⁷⁶ Ibidem A, nº 169 (1914 Fev.12), p. 2.

que o apreciou, em 28 de Abril de 1921, foi indicada a conveniência de o submeter ao critério duma Comissão de Estética. Esse ponto de vista veio mais tarde a ser adoptado, tendo-se acolhido o parecer de que tal Grande Avenida carecia de melhor estudo²⁷⁷, não chegando, no entanto, a concretizar-se.

Rua D. João I. Como já referimos, por Diário o Governo nº136, de 16 de Junho de 1910, é considerado Monumento Nacional o Padrão de D. João I, ou Padrão de S. Lázaro, bem como o claustro do Convento de S. Domingos²⁷⁸.

Em 1914 o jornal recordava que a rua D. João I se encontrava em muito mau estado, quasi intransitável, cheia de barrancos, e como rua de grande movimento, que era, tornava-se urgente a sua reparação²⁷⁹. A sua calcetaria estava em tal estado, que até parecia a antiga rua dos Gatos, dizia a imprensa local²⁸⁰.

Entretanto, constituiu-se uma comissão de devotos com o fim de arranjar meios para mandar restaurar a capelinha de Nossa Senhora da Ajuda, tendo-se procedido às obras competentes e indispensáveis²⁸¹. Falava-se também em restaurar a Igreja da Oliveira, levando a imprensa a pedir que as obras fossem fiscalizadas por quem bem possa orientar os artistas, dando o exemplo da igreja de S. Domingos, quando da sua última reparação, em que andavam a mutilar em vez de reparar. João de Meira impediu que o restauro fosse destrutivo, e orientou-o²⁸². Nada mais se fez por esta rua, que permaneceu como uma das mais características de Guimarães.

Rua das Lameiras. Em sessão ordinária de 23 de Novembro de 1910 a Câmara Municipal aprovou e mandou executar por administração própria o projecto da obra de reparação e melhoramento da Rua das Lameiras, freguesia de Creixomil, orçado em 49\$900 réis²⁸³.

Rua de Trás Gaia. A Câmara Municipal, em sessão ordinária de 23 de Novembro de 1910, deliberou consignar em acta um voto de agradecimento à

²⁷⁷ *Relatório da Comissão Executiva. Guimarães: C.M., 1922, p. 27.*

²⁷⁸ *PDM. Guimarães; Ibidem JLF - EV II, p. 267v.*

²⁷⁹ *Ibidem CG, nº 2837 (1914 Abr.14), p. 2.*

²⁸⁰ *Ibidem A, nº 181 (1914 Maio 14), p. 1.*

²⁸¹ *Ibidem CG, nº 3842 (1924 Dez.16), p. 1.*

²⁸² *Ibidem CG, nº 3992 (1925 Jul.16), p. 1.*

²⁸³ *Ibidem VG, nº 16 (1911 Mar.22), p. 3.*

companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, com sede em Guimarães, pelo auxílio que prestou à Comissão Municipal na execução da obra de reparação e melhoramento do caminho municipal, denominado de Trás Gaia²⁸⁴.

Na **Rua Dr. Bento Cardoso** existia o Convento de Santa Rosa de Lima, que durante este período é mais referido do que a rua, que praticamente permanece intocável.

Assim, a Câmara Municipal, em sessão ordinária do dia 22 de Fevereiro de 1911, leu um ofício do Cabido, com data de 17, comunicando que em sessão realizada nesse dia, resolveu aceitar a proposta que esta comissão lhe fez por ofício datado do dia 8, significando-lhe o seu agradecimento pelo que diz respeito ao oferecimento da casa no extinto convento das Domínicas para recolhimento provisório das albergadas²⁸⁵ do Recolhimento do Anjo.

Este convento tinha passado a património público, e por isso, em sessão de 8 de Março de 1911, deliberou-se ceder uma dependência do extinto convento de Santa Rosa de Lima (Dominicas) para a instalação da rede telefónica deste concelho²⁸⁶.

Há nesta época uma mudança toponímica e, em sessão da Câmara de 15 de Novembro de 1911, esta delibera que a Rua de S. Sebastião (antiga Rua Travessa) passe a denominar-se rua Dr. Bento Cardoso²⁸⁷, advogado vimaranense de grande mérito, falecido há alguns anos.

A Câmara Municipal de Guimarães, em sessão de 16 de Abril de 1912, deliberou aprovar o projecto e orçamento para a obra de reparação e melhoramento no edifício do extinto convento das Dominicas, em Guimarães, para a casa do Hospício dos Expostos do concelho, orçado na quantia de 620\$00 réis, e mandou que o mesmo fosse enviado à Comissão Distrital, para aprovação²⁸⁸, o que aconteceu em Maio de 1912²⁸⁹. Assim, nos Paços do Concelho arrematou-se no dia 25 de Junho de 1912, pelo meio dia, parte do projecto da obra de reparação e melhoramento do edifício do extinto convento das Domínicas, obra orçada em 480\$000 réis²⁹⁰.

²⁸⁴ Ibidem VG, nº 16 (1911 Mar.22), p. 3.

²⁸⁵ Ibidem VG, nº 22 (1911 Maio 3), p. 3.

²⁸⁶ Ibidem VG, nº 23 (1911 Maio 10), p. 3.

²⁸⁷ Ibidem JLF - EV IV, p. 159; Ibidem A, nº 53 (1911 Nov.23), p. 3.

²⁸⁸ Ibidem A, nº 79 (1912 Maio 23), p. 3.

²⁸⁹ Ibidem CG, nº 2650 (1912 Maio 14), p. 2.

²⁹⁰ Ibidem CG, nº 2657 (1912 Jun.7), p. 2.

Em Março de 1914 a Câmara recebeu a informação do Presidente da Comissão Concelhia dos Bens de Estado, informando que se achava em ruína o mirante do convento, na posse da municipalidade, pedindo para isso providências. Resolveu enviar à Comissão Executiva para elaborar o projecto e orçamento, ficando a mesma comissão autorizada a providenciar como fosse conveniente²⁹¹.

Esta rua, bastante habitada, tinha também um fontanário que, em 1915, deixou de funcionar, para mal dos moradores, que tinham de se deslocar à rua de D. João I ou Toural a fim de se abastecer²⁹².

Finalmente, em Janeiro de 1923 mandaram sair as senhoras idosas, que habitavam o Albergue das Domínicas²⁹³ e que já lá se encontravam há cerca de uma dezena de anos, permanecendo, no entanto o edifício com funções de interesse público.

Travessa de Camões. Em sessão de 8 de Julho de 1914 da Comissão Executiva da Câmara Municipal foi proposto pelo vereador Coelho Pinto colocar na Travessa de Camões, um marco fontanário, assim como uma boca de incêndio, devido aos prédios naquele local serem de construção antiga²⁹⁴, mas este melhoramento não chegou a ser executado.

Rua da Liberdade. Durante este curto período da Primeira República, a Câmara Municipal, apenas delibera, em sessão de 2 de Novembro de 1910, que a Rua da Alegria passe a denominar-se Rua da Liberdade²⁹⁵.

Rua da Caldeiroa. Em sessão da Comissão Municipal de 2 de Novembro de 1910 foi apresentado por José Rodrigues Leite da Silva um aditamento à proposta para a mudança toponímica feita pelo vice-presidente Mariano Felgueiras, propondo que à Rua da Caldeiroa se desse o nome da Rua Trindade Coelho²⁹⁶.

A Câmara Municipal, em sessão de 8 de Março de 1911, deliberou aprovar o projecto e orçamento para reparação e melhoramento da viela, que ligava a Rua Trindade Coelho à da Liberdade, orçado na quantia de réis 116\$000, e mandou que o

²⁹¹ *Ibidem A*, nº 179 (1914 Mar.30), p. 3.

²⁹² *Ibidem CG*, nº 2993 (1915 Nov.19), p. 2.

²⁹³ *Ibidem CG*, nº 3658 (1923 Jan.30), p. 2.

²⁹⁴ *Ibidem A*, nº 189 (1914 Jul.9), p. 3.

²⁹⁵ *Ibidem VG*, nº 10 (1911 Fev.8), p. 2.; *Ibidem VG* (1910 Nov.2); *Ibidem JLF - EV, IV*, p. 117v.

mesmo fosse enviado à estação tutelar para aprovação; deliberou ainda aprovar o projecto para a obra de reparação e melhoramento do caminho público desde o extremo da Rua Trindade Coelho à Estrada Municipal nº8, lugar do Castanheiro, passando pelo lugar de Cães de Pedra, orçado em 420\$000 réis, e mandou que o mesmo fosse enviado à estação tutelar para aprovação²⁹⁷. Posteriormente, em sessão ordinária de 17 de Maio de 1911, resolveu-se anunciar a execução da obra de reparação e melhoramento da viela, que ligava a Rua Trindade Coelho à da Liberdade, sob a base de licitação de 116\$500 réis²⁹⁸. Em 14 de Junho de 1911, confirmou-se a arrematação efectuada no dia 7 desse mês da referida viela, sob base de licitação de 116\$500 réis, sendo adjudicada a Torcato Machado pela quantia de 112\$500 réis²⁹⁹. Mais tarde, em sessão ordinária de 2 de Agosto de 1911, deliberou-se confirmar a liquidação final da obra desta viela, autorizando o pagamento da quantia de 62\$500 réis, que se devia ao respectivo empreiteiro, com desconto das décimas e depósito³⁰⁰.

Rua dos Cães de Pedra. A Comissão Municipal, em sessão de 8 de Março de 1911, deliberou aprovar o projecto para a obra de reparação e melhoramento do caminho público desde o extremo da Rua Trindade Coelho à Estrada Municipal nº8, lugar do Castanheiro, passando pelo lugar de Cães de Pedra, orçado na quantia de 420\$000 réis, e mandou que o mesmo fosse enviado à estação tutelar para aprovação³⁰¹. Desconhecemos se o mesmo foi feito, devido a não encontrarmos qualquer outra referência ao assunto.

Avenida Cândido dos Reis. A Avenida Cândido dos Reis era uma das mais importantes da cidade, uma vez que ligava o Toural à Estação do Caminho de Ferro. Assim, e dentro do espírito de mudança e renovação que existia na época, a Comissão Municipal, em sessão de 2 de Novembro de 1910, decidiu que a Avenida do Comércio passasse a denominar-se Avenida Cândido dos Reis³⁰². Logo em sessão do dia 18 de Janeiro de 1911, leu-se um ofício do Director das Obras Públicas do distrito, sob o nº7,

²⁹⁶ Ibidem VG, nº 11 (1911 Fev.15), p. 2; Ibidem JLF - EV IV, p. 117v.

²⁹⁷ Ibidem VG, nº 23 (1911 Maio 10), p. 3.

²⁹⁸ Ibidem VG, nº 28 (1911 Jun.17), p. 3.

²⁹⁹ Ibidem VG, nº 30 (1911 Jul.1), p. 3.

³⁰⁰ Ibidem VG, nº 40 (1911 Set.9), p. 3.

³⁰¹ Ibidem VG, nº 23 (1911 Maio 10), p. 3.

³⁰² Ibidem JLF - EV IV, p. 117v; Ibidem VG, nº 10 (1911 Fev.8), p. 2.

com data do dia 11, autorizando a Comissão Municipal a mandar plantar árvores nos pontos omissos na Avenida Cândido dos Reis, conforme se tinha solicitado, ficando as árvores a pertencer às Obras Públicas³⁰³. Logo no mês seguinte, em sessão de 15 de Fevereiro de 1911, leu-se um ofício do Director das Obras Públicas do Distrito, sob o nº29, com data de 14 do mês corrente, autorizando a Câmara a mandar proceder à poda das árvores existentes nas Avenidas Cândido dos Reis e Miguel Bombarda, devendo esse trabalho ser feito na presença do respectivo empregado fiscal. Deliberou-se também, nesta sessão, mandar colocar um marco fontanário próximo da estação do Caminho de Ferro, em Vila Flor, e para este fim mandou-se elaborar o projecto e orçamento³⁰⁴.

Entretanto, a rua começava a deteriorar-se, devido ao uso, e, em sessão ordinária de 28 de Junho de 1911, a Câmara Municipal deliberou solicitar do Director das Obras Públicas do Distrito de Braga a urgente reparação do pavimento da Avenida Cândido dos Reis, pois achava-se em estado de completa ruína, ameaçando perigo eminente para o trânsito de carros³⁰⁵. Mas a autorização para reparação não veio e em Abril de 1912 a Câmara Municipal volta a insistir na reparação das duas avenidas, por se encontrarem bastante deterioradas³⁰⁶.

Em 1915 comenta-se o mau estado da avenida e um dos seus passeios, pois “*é vergonhoso, perigoso, e atesta o desleixo de quem superintende estes serviços. É preciso uma urgente reparação da Avenida que liga à Estação*”³⁰⁷. Entretanto a imprensa torna-se agressiva ao pedir a sua reparação, fazendo bandeira o mau estado da rua e lamentando-se tão amargamente³⁰⁸, de tal modo que chega a contagiar a imprensa regional!³⁰⁹

Mas em 1917 continuava absolutamente intransitável a Avenida do Comércio e a imprensa continua a queixar-se com veemência³¹⁰. A partir de 1923 a imprensa deixa de referir o mau estado do pavimento e começa a mencionar os casebres pobríssimos

³⁰³ Ibidem VG, nº 18 (1911 Abr.5), p. 4.

³⁰⁴ Ibidem VG, nº 21 (1911 Abr.26), p. 3.

³⁰⁵ Ibidem VG, nº 33 (1911 Jul.22), p. 3.

³⁰⁶ Ibidem CG, nº 2644 (1912 Abr.23), p. 2.

³⁰⁷ Ibidem CG, nº 2980 (1915 Out.5), p. 3; Ibidem CG, nº 2988 (1915 Nov.2), p. 2; Ibidem CG, nº 2993 (1915 Nov.19), p. 2; Ibidem CG, nº 3019 (1916 Fev.22), p. 2.

³⁰⁸ Ibidem CG, nº 3047 (1916 Jun.9), p. 3.

³⁰⁹ Ibidem CG, nº 3075 (1916 Set.26), p. 2.

³¹⁰ Ibidem CG, nº 3149 (1917 Jul.24), p. 3.

que há no início da Avenida, e chamava a atenção para a necessidade de uma intervenção da Câmara a fim de se mudar esse estado de coisas³¹¹.

Nos anos seguintes pedem o conserto dos passeios e insiste-se na reparação da Avenida³¹², mas em Abril desse ano a Câmara resolveu que se reparassem os passeios, embora a imprensa duvidasse até ao último momento³¹³.

Pensamos que a obra foi feita, uma vez que a imprensa não torna a queixar-se nem a fazer qualquer comentário.

2.2. “Alameda”

Largo Prior do Crato Em Novembro de 1910, os moradores do largo de Franco Castelo Branco e ruas adjacentes enviaram à Câmara Municipal uma representação, solicitando a mudança da feira do pão, que estava instalada na Praça de D. Afonso Henriques, para o largo de Franco Castelo Branco, devido ao Jardim Público passar para aquele local³¹⁴. Em Janeiro de 1911 já se procedia a obras de alargamento do Largo D. Afonso Henriques, incluídas num plano de aformoseamento da cidade, e estreitou-se a entrada do Largo do Trovador para uma largura de seis metros, suficiente para a passagem de dois carros e apenas inferior um metro à que antigamente tinha³¹⁵.

Assim, em sessão extraordinária de 8 de Fevereiro de 1911, a Câmara deliberou autorizar o pagamento da quantia de 190\$915 réis, despesa feita com materiais e jornais a operários empregados na obra de reparação e melhoramento do Largo de D. Afonso Henriques, durante a segunda quinzena do mês de Janeiro e ficou inteirada do pagamento efectuado de 73\$800 réis, por mandado designado pelo nº3, proveniente de obras no mesmo largo; deliberou aprovar o projecto e orçamento para a obra de reparação e melhoramento do largo de D. Afonso Henriques, orçado na quantia de 1 500\$000, e mandou que o mesmo fosse imediatamente enviado à estação tutelar

³¹¹ *Ibidem CG*, nº 3700 (1923 Jul.6), p. 2.

³¹² *Ibidem CG*, nº 3811 (1924 Ago.29), p. 1 *Ibidem CG*, (1926 Jan.8), p. 1; *Ibidem CG*, nº 3847 (1926 Jan.22), p. 2.

³¹³ *Ibidem CG*, nº 3968 (1926 Abr.20), p. 1.

³¹⁴ *Ibidem CG*, nº 2506 (1910 Nov.22), p. 2.

³¹⁵ *Ibidem NG*, nº 5 (1911 Jan.4), p. 2; *Ibidem A*, nº 10 (1911 Jan.28), p. 1.

para aprovação e autorização para executar por administração própria, pela força da verba votada no respectivo orçamento ordinário custeado pela receita de empréstimo³¹⁶.

Foi em sessão ordinária da Câmara, do dia 22 de Fevereiro de 1911 que se leu o ofício da secretaria da Comissão Distrital de Braga, sob o n.º 47, com data de 17 desse mês, remetendo o projecto e orçamento das obras de reparação e melhoramento do referido Largo de D. Afonso Henriques³¹⁷.

Em Março de 1911 já o Largo de D. Afonso Henriques se encontrava a ser ajardinado, pois em sessão de 29 de Março de 1911 leu-se o ofício do concessionário da luz pública, com data de dia 27, dando conhecimento que devido às obras de ajardinamento do largo de D. Afonso Henriques, tinha sido quebrada uma coluna da lâmpada nº 125, e bem assim o suporte de ferro e respectiva campânula e lâmpada³¹⁸.

Em sessão ordinária de 26 de Abril de 1911 deliberou-se, a respeito das obras de reparação e melhoramento dos largos de D. Afonso Henriques e Toural, utilizar parte da verba utilizada à obra de prolongamento da rua de Paio Galvão, que se considerava dispendiosa e morosa³¹⁹.

O trabalho de remodelação era de grande envergadura e foi sendo acompanhado pelo Engenheiro Municipal Inácio Teixeira de Menezes³²⁰, embora a direcção do aformoseamento estivesse a cargo do vereador José Ribeiro de Freitas³²¹. Foi em sessão de 2 de Agosto de 1911, que o Largo de D. Afonso Henriques, agora transformado em jardim, passou a denominar-se Passeio da Independência³²².

No dia 7 de Novembro de 1911, às 6h30, da manhã começou a demolir-se a Fonte dos Passarinhos, obra de 1869, para se construir as escadas de passagem³²³.

Em Abril de 1912 foi aprovado superiormente o projecto e orçamento da obra de reforma dos passeios da Praça D. Afonso Henriques³²⁴.

Entretanto, e de acordo com as evoluções políticas, os nomes iam mudando. Assim, em Janeiro de 1918, e por pouco tempo, por proposta do Dr. João Rocha dos Santos, Presidente da Câmara, foi dado o nome de Sidónio Pais ao Passeio da

³¹⁶ *Ibidem VG*, nº 21 (1911 Abr.26), p. 3.

³¹⁷ *Ibidem VG*, nº 22 (1911 Maio 3), p. 3.

³¹⁸ *Ibidem VG*, nº 24 (1911 Maio 18), p. 3.

³¹⁹ *Ibidem VG*, nº 26 (1911 Jun.3), p. 3.

³²⁰ *Ibidem VG*, nº 27 (1911 Jun.10), p. 3.

³²¹ *Ibidem A*, nº 47 (1911 Out.12), p. 3.

³²² *Ibidem VG*, nº 36 (1911 Ago. 12), p. 3; *Ibidem VG* - nº 40 (1911 Set.9), p. 3; *Ibidem CG*, nº 2576 (1911 Ago.18), p. 2.

³²³ *Ibidem JLF - EV IV*, p. 137.

³²⁴ *Ibidem A*, nº 76 (1912 Maio 2), p. 1.

Independência³²⁵. Em 1921 já existia o Largo Prior do Crato, que é referenciado no programa de uma peregrinação à Penha³²⁶ e no Plano de Melhoramentos de Guimarães, de 1925.

Em 1926 o Largo Prior do Crato passou a designar-se por Largo 28 de Maio.

Largo do Trovador. Em sessão ordinária de 23 de Novembro de 1910, leu-se um requerimento de diferentes signatários moradores no largo do Trovador, pedindo a reparação e aformoseamento do mesmo largo. A Câmara deliberou entregar ao Engenheiro Municipal, para elaborar o necessário projecto e orçamento³²⁷.

Em Janeiro de 1911 já previa o estreitamento da entrada do Largo do Trovador, ficando a largura a ser de seis metros, segundo a imprensa, o suficiente para a passagem de dois carros e apenas inferior um metro à que antigamente tinha³²⁸.

Em Abril de 1912 foi aprovado, superiormente, o projecto e orçamento da obra de reforma dos Passeios da Praça D. Afonso Henriques e aformoseamento do Largo do Trovador³²⁹.

Em 9 de Maio de 1912 a imprensa publica um edital, segundo o qual “*CMG faz saber que no dia 21 do corrente mês de Maio, pelas 12 horas, nos Paços do concelho, tem de arrematar-se em hasta pública a obra de reparação, melhoramento e aformoseamento do largo do Trovador, desta cidade, conforme o projecto votado em sessão ordinária de 9 de Abril e aprovado superiormente em sessão da Comissão Distrital de 26 do mesmo mês e ano corrente, sob a base de licitação de 648\$00 réis [...]*”³³⁰. Esta obra volta pela segunda vez à praça, devido à anterior ficar deserta, em 11 de Junho, com um aumento de 5% da primeira base de licitação³³¹.

Em meados de 1913 foi ajardinado o Largo do Trovador, que segundo alguma imprensa “*o jardim ficou bonito mas foi um dinheiro gasto inutilmente porque só aproveitou aos moradores d’alli*”³³².

³²⁵ Ibidem EG, nº 195 (1918 Jan.20), p. 3.

³²⁶ Ibidem CG, (1921 Set.6), p. 2.

³²⁷ Ibidem VG, nº 16 (1911 Mar.22), p. 3.

³²⁸ Ibidem NG, nº 5 (1911 Jan.4), p. 2.

³²⁹ Ibidem A, nº 76 (1912 Maio 2), p. 1.

³³⁰ Ibidem A, nº 77 (1912 Maio 9), p. 3.

³³¹ Ibidem A, nº 80 (1912 Maio 30), p. 3.

³³² Ibidem CG, nº 2747 (1913 Maio 6), p. 2.

A **Rua de S. Dâmaso** era outra das ruas densamente habitadas. Em Maio de 1913 foi aprovado o projecto e orçamento para obras de reparação na referida rua³³³, que constava de um rebaixamento, que bastante a melhorou³³⁴.

Aqui existia a bonita igreja de S. Dâmaso, onde se realizava a festa anual de S. Sebastião. Em 20 de Janeiro de 1916, dia de S. Sebastião, realizou-se na igreja de S. Dâmaso uma majestosa festividade em honra do mártir, cuja imagem ali se venerava. O itinerário a percorrer foi o mesmo dos anos em que saía a procissão: Rua de S. Dâmaso, Largo 1º de Maio, Largo da Oliveira, Rua de Elias Garcia, Largo de Martins Sarmiento, Rua 5 de Outubro, Rua 31 de Janeiro, lado Norte do Largo de D. Afonso Henriques, lado Sul do mesmo largo, Rua D. João I, Rua Dr. Bento Cardoso, Rua de Camões e Passeio da Independência³³⁵.

Em Dezembro de 1919, por proposta de um vereador, foi tomada a decisão de convidar João Fernandes de Melo, Simão Ribeiro e José Maria Leite a colaborar com esta comissão executiva, demonstrando a insanidade do “pardieiro de S. Dâmaso” e negociando com acordo e pacificamente a sua demolição para que a Câmara o possa expropriar³³⁶.

Nada mais se fez nesta rua, ao tempo uma típica e característica artéria de Guimarães. Será apenas no Estado Novo que se darão as grandes transformações, com a sua inclusão na nova Alameda.

2.3. Largo República do Brasil

Era um extenso largo extra-muros, onde passava um rio, tinha uma capela, um teatro e um amplo espaço para lazer, feira e actividades religiosas. Era ainda um dos locais de saída de Guimarães.

Ainda durante o período Monárquico a Câmara mandou ajardinar o Campo da Feira³³⁷. Em sessão de 2 de Novembro de 1910, da Câmara Municipal decidiu que o maior candeeiro de petróleo do Campo da Feira fosse substituído por lâmpadas eléctricas³³⁸.

³³³ *Ibidem CG*, nº 2748 (1913 Maio 9), p. 3.

³³⁴ *Ibidem A*, nº 131 (1913 Maio 22), p. 3.

³³⁵ *Ibidem CG*, nº 3009 (1916 Maio 18), p. 2.

³³⁶ *Ibidem NG*, nº 3365 (1919 Dez. 19), p. 2.

³³⁷ *Ibidem CG*, nº 2466 (1910 Jun.28), p. 3.

Em Novembro de 1910 a Comissão Municipal Republicana numa das suas sessões resolveu que se reformasse o lavadouro do Campo da Feira, de modo que ficasse dividido em três tanques distintos, para em cada um deles se proceder a diferentes operações de lavagem, e decidiu ainda que se substituíssem os candeeiros de petróleo por lâmpadas eléctricas³³⁹. Em Novembro de 1911 José Ribeiro de Freitas, vereador municipal, foi encarregado de apresentar um projecto das alterações a fazer no Lavadouro aí instalado³⁴⁰.

Pelo Presidente da Câmara, em sessão extraordinária de 11 de Novembro de 1910, foi feita a proposta de atribuir ao Campo da Feira o nome de Largo da República do Brasil, uma vez que foram os Estados Unidos do Brasil a primeira potência que reconheceu a soberania portuguesa, com a implantação da República³⁴¹.

Em 14 de Janeiro de 1911 a imprensa local, numa consulta pública, perguntava: Qual é a obra mais urgente e de mais alcance que a Câmara deve empreender? Como o Campo da Feira ainda não estava totalmente regularizado, há um leitor do jornal local *Alvorada*, que propõe o corte do joelho do Campo da Feira³⁴².

Tal como temos visto, em sessão de 24 de Setembro de 1912 foi deliberado que a feira de gado suíno e bovino, que se efectuava no Campo de D. Afonso Henriques, mudasse para o Campo da República do Brasil e o largo fronteiro ao extinto convento das capuchinhas³⁴³. Mas esta transferência é contestada e por isso volta para o primitivo lugar³⁴⁴. Mariano Felgueiras discorda em sessão extraordinária de 26 de Maio de 1914, mas o vereador Lerdeira Guimarães propôs que tudo se mantivesse segundo a deliberação de 15 de Abril, que mudou a feira de gado suíno e bovino para o Campo de D. Afonso Henriques; que a feira de cereais, que se realizava no Campo da Misericórdia, fosse mudada para o largo de S. Francisco³⁴⁵.

A Câmara Municipal, Comissão Administrativa, em sessão de 16 de Julho de 1919, leu um officio da Direcção da Associação Comercial de Guimarães, de 11 desse mês, solicitando que a Câmara mandasse urgentemente proceder ao calcetamento do largo da República do Brasil, que se encontrava em deplorável estado, tornando quase

³³⁸ Ibidem VG, nº 10 (1911 Fev.8), p. 2.

³³⁹ Ibidem CG, nº 2502 (1910 Nov.8), p. 2.

³⁴⁰ Ibidem A, nº 53 (1911 Nov.23), p. 3.

³⁴¹ Ibidem VG, nº 13 (1911 Mar.1), p. 2; Ibidem JLF - EV IV, p. 149; Ibidem CG, nº 2504 (1910 Nov.15), p. 2.

³⁴² Ibidem A, nº 8 (1911 Jan.14), p. 3.

³⁴³ Ibidem CG, nº 2688 (1912 Set.27), p. 2.

³⁴⁴ Ibidem CG, nº 2850 (1914 Maio 29), p. 2.

impossível o movimento regular do trânsito. A Câmara resolveu que a repartição das obras procedesse imediatamente às reparações necessárias³⁴⁶.

Nada mais se fez durante este período, uma vez que o tempo foi escasso e as crises bastantes.

Rua de Couros. Em Setembro de 1913 a Comissão Distrital na sua última sessão aprovou o segundo orçamento suplementar ao ordinário do corrente ano da Câmara de Guimarães e ainda a deliberação desta acerca das obras de reparação e melhoramento da parte da Rua de Couros e também acerca de posturas, de pesos e medidas³⁴⁷.

Em sessão da Câmara Municipal de Guimarães, de 17 de Setembro de 1913, esta ficou inteirada do acórdão de aprovação superior ao projecto e orçamento para a obra de reparação e melhoramento da Rua de Couros³⁴⁸.

Estrada de Fafe. Em sessão de 23 de Novembro de 1910 a Câmara delibera que o Largo dos Trigais se denomine do Dr. Alberto Sampaio³⁴⁹.

Em Novembro de 1910 a Comissão Municipal Republicana numa das suas sessões resolveu, que se substituíssem os candeeiros de petróleo do Campo da Feira por lâmpadas eléctricas e que se iluminasse a estrada de Fafe até à barreira³⁵⁰.

Em 1913 comenta-se uma promessa da Câmara, que mandaria, “*em protecção aos animais colocar uns marcos fontanários com umas taças para bebedouros dos mesmos. Cremos que é chegado esse momento. Na estrada de Fafe, ao seu começo, está-se fazendo a montagem de um marco fontanário e consta-nos que se pensa em adaptar-lhe uma taça, tanto mais que a pequenina fonte, que próximo existia secou. Bom é que o informe se confirme*”³⁵¹.

Rua Dr. José Sampaio (antiga Rua das Hortas). Em Janeiro de 1911, o jornal *Alvorada* incluía um espaço informativo às cartas dos leitores e em que lhes pedia que

³⁴⁵ Ibidem A, nº 188 (1914 Jul.3), p. 3.

³⁴⁶ Ibidem VG, nº 60 (1919 Jul.27), p. 2.

³⁴⁷ Ibidem CG, nº 2781 (1913 Set.16), p. 2.

³⁴⁸ Ibidem A, nº 152 (1913 Out.16), p. 3.

³⁴⁹ Ibidem JLF - EV, IV, p. 179.

³⁵⁰ Ibidem CG, nº 2502 (1910 Nov.8), p. 2.

³⁵¹ Ibidem A, nº 135 (1913 Ago.28), p. 3.

respondessem a uma consulta pública subordinada ao tema “*Qual é a obra mais urgente e de mais alcance que a Câmara deve empreender?*”. Um dos leitores respondeu, que “*A obra de maior urgência e de mais alcance que aos meus olhos se apresenta, é amputar aquele joelho do Campo da Feira (a casa do ‘Berrance’) e mais aquele tornozelo da rua Dr. José Sampaio (a casa do “recebedor”). Desta maneira se provará que a Comissão Administrativa não tem compromissos e completaremos assim duas obras comprometidas pela nefasta da política monárquica*”[...]³⁵².

Alguns anos mais tarde, a Câmara Municipal de Guimarães, na sua sessão de 29 de Outubro de 1913, aprovou o projecto e orçamento da obra de alargamento da antiga rua das Hortas, desta cidade³⁵³.

Avenida Miguel Bombarda (antiga Avenida da Indústria).³⁵⁴

Em sessão ordinária da Comissão Municipal, do dia 15 de Fevereiro de 1911, leu-se um ofício do Director das Obras Públicas do Distrito, sob o nº29, com data de 14 desse mês, autorizando a Câmara a mandar proceder a poda às árvores existentes nas Avenidas Cândido dos Reis e Dr. Miguel Bombarda, e devendo esse trabalho ser feito na presença do respectivo empregado fiscal³⁵⁵.

Mais tarde, em Abril de 1912, a Câmara Municipal pediu a reparação das Avenidas Cândido dos Reis e Miguel Bombarda, que se encontram bastante deterioradas³⁵⁶.

Em reunião da Comissão Executiva, de 5 de Fevereiro de 1914, leu-se um ofício da Direcção das Obras Públicas, autorizando a colocação de 20 a 25 tílias na Avenida Miguel Bombarda³⁵⁷ e, alguns dias depois, “*foram cortadas todas as tílias que se plantaram festivamente no domingo passado na Avenida Miguel Bombarda. A auctoridade investiga*”³⁵⁸. Em Julho de 1915 cerca de oito árvores foram cortadas à navalha na Avenida Miguel Bombarda³⁵⁹.

³⁵² Ibidem A, nº 8 (1911 Jan.14), p. 3.

³⁵³ Ibidem A, nº 156 (1913 Nov.13), p. 3.

³⁵⁴ Ibidem VG, nº 10 (1911 Fev.8), p. 2; Ibidem JLF - EV IV, p. 117v; 5543.

³⁵⁵ Ibidem VG, nº 21 (1911 Abr.26), p. 3.

³⁵⁶ Ibidem CG, nº 2644 (1912 Abr.23), p. 2.

³⁵⁷ Ibidem A, nº 168 (1914 Fev.5), p. 3.

³⁵⁸ Ibidem CG, nº 2831 (1914 Mar.20), p. 3.

³⁵⁹ Ibidem A, nº 244 (1915 Jul.29), p. 2.

Em 1915 fala-se que a nova vereação iria restituir o antigo nome ao largo Francisco Ferrer, e logo a oposição pede que se volte a dar o antigo nome à Avenida Cândido Reis e Avenida Miguel Bombarda³⁶⁰, mas esta notícia não se concretizou.

³⁶⁰ *Ibidem CG*, nº 2939 (1915 Abr.30), p. 3.

3. “Melhoramentos” no espaço urbano

Como já vimos, a Primeira República não teve tempo para executar muitos dos seus projectos. Mariano Felgueiras teve de lutar contra o tempo, contra a crise económica e política, e a Guerra Mundial.

A Primeira República confirmou e clarificou um processo de grande intervenção na cidade, que foi a construção dos Paços do Concelho, o Bairro Operário, a Praça do Município, a condução da Água da Penha e outros já focados, que foram aproveitados e concretizados muito tempo mais tarde, já na parte final do Estado Novo. Cimentou também o aproveitamento das instalações conventuais para funções públicas.

Para além dos “melhoramentos” já focados, interveio também a nível do Cemitério Municipal, procedendo em 1913 à venda do antigo Cemitério do Campo Santo, localizado junto ao Hospital da Misericórdia³⁶¹, tendo, em 1916, sido demolida a capela do antigo Campo Santo por ordem da Câmara. O retábulo do altar mor com a imagem de Jesus Cristo crucificado foram transferidos para a igreja do extinto convento dos Capuchos³⁶². Em 1913 foi secularizada a Capela do Cemitério de Atouguia³⁶³, que acabou por ser novamente reaberta em 1918³⁶⁴.

A cadeia nova encontrava-se em construção aquando da implantação da República, continuando a ser utilizada a antiga, situada no Largo da Misericórdia³⁶⁵.

Na 1ª sessão plenária da Comissão deliberativa do Senado Municipal, em 2 de Janeiro de 1914, foram apresentadas pelo vereador Mariano Felgueiras, entre outras, a proposta para conclusão do novo edifício da cadeia comarcã, o que foi aprovado por unanimidade³⁶⁶. Diz-nos Mariano Felgueiras, que o edifício construído já não se coadunava com o ambiente social da época. Era necessário adaptá-lo e por isso encarregou-se o Eng. Inácio Meneses de fazer o respectivo projecto de ampliação e conclusão³⁶⁷.

³⁶¹ *Ibidem A*, nº 91 (1912 Ago.15), p. 3.

³⁶² *Ibidem JLF - EV III*, p. 304.

³⁶³ *Ibidem CG*, nº 2726 (1913 Fev.18), p. 2.

³⁶⁴ *Ibidem CG*, nº 3207 (1918 Mar.5), p. 2.

³⁶⁵ *Ibidem A*, nº 59 (1912 Jan.4), p. 1.

³⁶⁶ *Ibidem A*, nº 167 (1914 Jan.29), p. 3; *C.M.G.: Proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva*. Guimarães: CM, 1916.

³⁶⁷ *CMG: Proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva*. Guimarães. p. 20-21.

Em 4 de Novembro de 1921 é publicado um edital para arrematação da obra da conclusão da cadeia comarcã³⁶⁸ e, em Agosto de 1925, foram transportados da cadeia velha para a cadeia nova, ao cimo do Cano, os presos que ali estavam. A transferência foi feita com todo o cerimonial, sendo presenciada por muitos curiosos³⁶⁹.

Entretanto este período termina, deixando por concretizar muitos dos seus projectos.

³⁶⁸ Ibidem *CG*, nº 3542 (1921 Nov.4), p. 2.

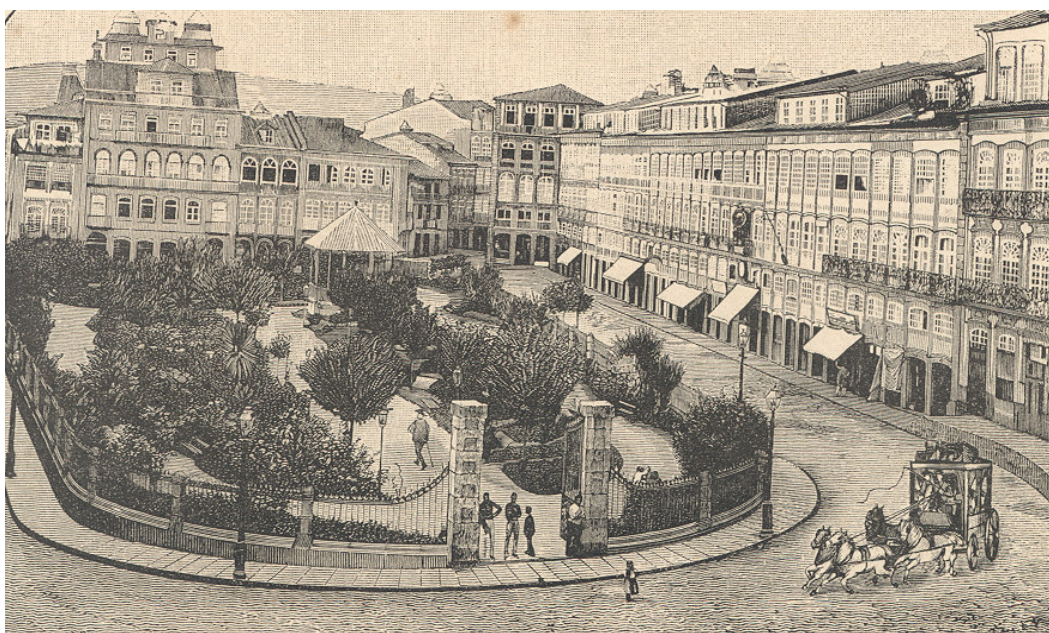
³⁶⁹ *Ibidem* CG, nº 3904 (1925 Ago.14), p. 2.

UNIVERSIDADE DO MINHO
Instituto de Ciências Sociais

O PATRIMÓNIO URBANO DE GUIMARÃES
NO CONTEXTO DA IDADE CONTEMPORÂNEA (SÉC. XIX-XX)

Permanências e alterações

Volume II



Dissertação de Mestrado em Arqueologia Urbana

Maria José Marinho de Queirós Meireles

BRAGA | 2000

AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO

1. Apresentação
2. Metodologia
3. Património Urbano
4. O legado histórico-urbano em Guimarães
 - 4.1. A cidade medieval
 - 4.2. A cidade do século XVII
 - 4.3. A cidade do século XVIII
5. Permanência e inovação na cidade de Guimarães nos séculos XIX e XX (1800-1974)

MONARQUIA

I Capítulo – Monarquia: introdução

1. Guimarães intramuros
 - 1.1. “Vila alta”
 - 1.1.1. Monumentos da Fundação
 - 1.1.2. Cerca ou Muro
 - 1.1.3. Parque do Castelo
 - 1.1.4. Terreiro do Carmo
 - 1.2. “Vila baixa”
 - 1.2.1. Praça de S. Tiago
 - 1.2.2. Largo da Misericórdia
 - 1.2.3. Largo da Oliveira
 - 1.2.4. Largo de S. Paio

2. Extramuros
 - 2.1. Toural
 - 2.2. “Alameda”
 - 2.3. Campo da Feira
3. “Melhoramentos” no espaço urbano

PRIMEIRA REPÚBLICA

II Capítulo - Primeira República: introdução

1. Guimarães intramuros
 - 1.1. “Vila alta”
 - 1.1.1. Monumentos da Fundação
 - 1.1.2. Cerca ou Muro
 - 1.1.3. Parque do Castelo
 - 1.1.4. Largo Martins Sarmento
 - 1.2. “Vila baixa”
 - 1.2.1. Praça de S. Tiago
 - 1.2.2. Largo da Oliveira
 - 1.2.3. Largo da Misericórdia
 - 1.2.4. Largo de S. Paio
2. Guimarães extramuros
 - 2.1. Toural
 - 2.2. “Alameda”
 - 2.3. Largo República do Brasil
3. “Melhoramentos” nos espaços urbanos

VOLUME II

ESTADO NOVO

III Capítulo: Século XX. Estado Novo: introdução.....	319
1. Guimarães intramuros.....	333
1.1. “Vila alta”	333
1.1.1. Monumentos da Fundação e Parque da Nacionalidade.....	333
1.1.2. Cerca ou Muro	354
1.1.3. Largo Martins Sarmiento.....	362
1.2. “Vila baixa”	372
1.2.1. Praça de S. Tiago.....	373
1.2.2. Largo João Franco.....	389
1.2.3. Largo da Oliveira	394
1.2.4. Largo Condessa do Juncal	429
2. Guimarães extramuros	433
2.1. Toural	433
2.2. Alameda.....	501
2.3. Largo República do Brasil.....	525
3. “Melhoramentos” nos espaços urbanos	544

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXOS

Anexo I: Cronologia	569
Anexo II: Lista dos Presidentes de Câmara	629
Anexo III: Alterações Toponímicas.....	633
Anexo IV: Mobiliário Urbano.....	651
Anexo V: Plantas e Mapas	669
Anexo VI: Iconografia	679

BIBLIOGRAFIA..... 765

ÍNDICE..... 773

ESTADO NOVO

III CAPÍTULO: ESTADO NOVO

INTRODUÇÃO

Recordamos que “*O Estado Novo, vai tentar impor as suas ideias através de uma agressiva campanha de mentalização, que pretende criar um novo estado, reencontrando a grandeza histórica de Portugal, e a vocação universalista de vasto império*”¹.

Assim, principia uma profunda campanha doutrinária, que abrange todos os níveis sociais, iniciando-se na escola primária e passando pelos tempos de lazer, assistência à família, acção corporativa rural, piscatória ou industrial, a par de uma forte mentalização da juventude².

As comemorações de 1940, conforme já sublinhámos na Introdução foram um momento decisivo na política do regime de Oliveira Salazar e no passado recente de Guimarães, cidade escolhida como um dos pólos fundamentais do programa.

Assim, em 7 de Maio de 1940 realizou-se uma missa campal, junto do Castelo e Igreja de S. Miguel, hasteando-se a bandeira da Fundação. Isto repetiu-se em todos os castelos medievais do país. À noite, no claustro dos Paços dos Duques, foi representado um Auto Comemorativo³.

Logo que se consolida, o regime inicia um agressivo programa de restauro dos monumentos, não pelo seu valor artístico, ou por serem os mais necessitados de cuidados, mas porque ilustravam os supracitados aspectos da história, a missão universal dos portugueses⁴.

Isto influenciou o critério dos edifícios a recuperar e foi também importante na escolha das doutrinas de restauro, pois pretendia-se dar ao monumento o seu estado primitivo, libertando-o de acrescentos posteriores, para que assim se atingisse melhor a leitura da mensagem simbólica. Deste modo o imóvel apresentaria uma feição artística,

¹ João Ameal - *Decálogo do Estado Novo*. Citado por Maria João Baptista Neto - *O Restauro dos Monumentos Medievais de Guimarães no tempo do Estado Novo*. Congresso Histórico de Guimarães, 2º: Actas do Congresso. Guimarães: CMG; UM, 1996, v. 3, p. 427.

² Fernando Rosas - O Estado Novo nos anos 30. In *História de Portugal*, dir. J. Mattoso. Lisboa: Estampa, 1994, v. 7, p. 292.

³ Maria João Baptista Neto - *Op. cit.* v. 3 p. 423-445.

⁴ Ana Maria S.A. Rodrigues - *Em busca de D. Afonso Henriques através de oito séculos de Historiografia Portuguesa*. Actas, v.3, p. 7-19.

que reflectia o período histórico com que se identificava, e era modelado pelas obras de restauro, de acordo com a ideologia vigente.

Com esse fim surgiu uma grande campanha de restauro dos monumentos, para o que se criará pelo Decreto Lei nº 16 791, de 30 de Abril de 1929, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), integrada no Ministério das Obras Públicas. Aliás, esta vontade de conservação e melhoramento dos Monumentos Nacionais já existia em certa camada da população, que se reuniu à volta do fotógrafo Marques Abreu, director da Ilustração Moderna (2ª série), técnicos, políticos e intelectuais, como por exemplo Rogério de Azevedo, José Vilaça e Baltazar Castro⁵.

Em 1931 encontravam-se alguns dos monumentos de Guimarães num desesperante estado de ruína: *“O castelo de Guimarães ameaça ruína pelos seus flancos sul e nascente; Os Paços dos Duques de Bragança, a maior habitação senhorial do paiz continua a desfazer-se; O claustro gótico de S. Domingos, no seu ângulo de poente, deve cair este ano de cangalhas; A igreja de Nossa Senhora da Oliveira continua entaipada no interior, e as esculturas da fachada a cair aos bocados; O claustro da Oliveira com as obras paradas há uma porção de mezes vai apanhar mais um Inverno sobre as suas ruínas; [...] A citânia de Briteiros, além da estrada estar incompleta, pois não tem igualmente a princípio a prometida casa para um guarda; A muralha de Guimarães continua soterrada com o mais absoluto desdém dos Monumentos Nacionais; Os fios de luz eléctrica, do telégrafo e dos telefones continuam amarrados aos monumentos e obras de arte da cidade”*⁶.

No início dos anos 40, com o já referido objectivo de mostrar ao país a grandiosidade do Berço da Nação, há obras por todo o lado: monumentos, ruas e largos, tudo andava num frenesim louco⁷. E, com o aproximar da data, as obras intensificam-se *“preparando a cidade para a celebração das Festas Centenárias”*.

Era indispensável o desenvolvimento dos aglomerados e a criação de infra-estruturas, sendo por isso institucionalizado o Fundo de Desemprego, o qual, sob tutela do Ministério das Obras Públicas, participou em determinados “melhoramentos” locais, e do que Guimarães beneficiou bastante.

⁵ Maria João Baptista Neto - *Ob. cit.* v3, p. 423-445.

⁶ *Ibidem* CG, nº 4501 (1931 Set.18), p. 1.

⁷ *Ibidem* NG, nº 417 (1940 Fev.4), p. 1.

Assim, em Guimarães, em Dezembro de 1934 falava-se de que iria ser aberto concurso para a elaboração da carta topográfica e planta da cidade⁸. Mas, apenas em sessão de 26 de Março de 1936, a Câmara aprovou por unanimidade a proposta apresentada nesse sentido pelo vereador A. L. de Carvalho⁹.

Em sessão de 1 de Abril de 1938 a Câmara toma conhecimento e aprova por unanimidade as condições do concurso para o levantamento topográfico da cidade de Guimarães, resolvendo pôr em arrematação pública o referido levantamento e mandando publicar os respectivos editais¹⁰. O presidente da Câmara deslocou-se a Lisboa no dia 3 de Março de 1939, a fim de reunir com o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, tratando entre outros assuntos do levantamento da Carta Topográfica da Cidade e Plano Geral de Urbanização¹¹.

Entretanto, em sessão de 13 de Dezembro de 1939 lê-se o ofício do Arquitecto Urbanista João José da Costa, referindo que, não lhe tendo sido possível apresentar o Plano Geral de Urbanização da Cidade, de que tinha sido incumbido, inquiria a Câmara sobre se esta ainda julgava oportuno o início do trabalho em referência. A Câmara deliberou aguardar o levantamento da planta topográfica para se pronunciar¹².

Em sessão de 26 de Junho de 1940, a Câmara leu o ofício do presidente da Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, sobre o envio da guia para a entrega na Agência do Banco de Portugal da importância de 5 804\$000, relativa ao 1º pagamento por conta da 1ª prestação das despesas efectuadas com o levantamento da Planta de Guimarães, tendo a Câmara autorizado o pagamento¹³.

Estas demoras revelam talvez a crescente debilidade do poder local.

Em 1944 a imprensa referia que, segundo informações fidedignas, o Governo da Nação, através do Ministério das Obras Públicas e Comunicação, tinha resolvido chamar a si o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Guimarães¹⁴. Ainda nesse mesmo ano, na sessão do Concelho Municipal de 23 de Fevereiro, foi aprovada uma proposta, apresentada pelo conselheiro Manuel Alves de Oliveira, que referia: “No

⁸ *Ibidem NG*, nº 149 (1934 Dez.9), p. 2.

⁹ *Ibidem NG*, nº 217 (1936 Mar.29), p. 4

¹⁰ *Ibidem NG*, 1938 Abr.3, nº 321, p. 4; *Ibidem NG*, nº 391 (1938 Abr.3), p. 3; *Ibidem CG*, nº 5040 (1938 Abr.8), p. 3.

¹¹ *Ibidem NG*, nº 5089 (1939 Mar.17), p. 2. *Ibidem NG*, 1939 Mar.12, nº 370, p. 3.

¹² *Ibidem CG*, nº 5129 (1939 Dez.22), p. 3.

¹³ *Ibidem CG*, nº 5157 (1940 Jul.5), p. 4.

¹⁴ *Ibidem NG*, nº 622 (1944 Jan.1), p. 2.

intuito de dar às construções da nossa terra o maior carácter regional proponho: Que a Câmara Municipal institua um prémio pecuniário da importância de esc. 5.000\$00, que se denominará “Prémio Municipal de Arquitectura e Edificações” a distribuir anualmente, em duas partes iguais, pelo proprietário do prédio e pelo arquitecto autor do projecto de edificação que for classificado como o de melhor composição arquitectural e regional, cuja construção tenha sido dada, oficialmente, por concluída até 31 de Dezembro de cada ano.[...]”¹⁵.

No ano seguinte, em 6 de Julho de 1945, esteve em Guimarães o Arqt. Urbanista David Moreira da Silva, que se deslocou à cidade para, juntamente com o Presidente da Câmara, Dr. Castro Gonçalves, estudar o projecto da urbanização local¹⁶, tendo a reunião sido comunicada à Câmara em sessão de 9 de Julho¹⁷. Foi pouco tempo mais tarde, em 26 de Setembro de 1945, que a Câmara deliberou aprovar as condições apresentadas pelo Arquitecto David Moreira da Silva¹⁸. Em Outubro de 1945 já a imprensa informava que se tinha assinado o contrato com o Arquitecto Urbanista Moreira da Silva, do Porto, para a elaboração do anteprojecto do Plano de Urbanização da cidade, cujo prazo de entrega se previa de oito meses¹⁹. Passado um ano, em Outubro de 1946, a imprensa informava que estava concluído o Estudo do Plano de Urbanização²⁰, e mais: que em 1 de Novembro de 1946 o Arquitecto Urbanista já tinha entregue o esboço esquemático das zonas do plano comercial, industrial, rústico e misto da cidade²¹.

Mas, passados dois anos, em Junho de 1948, comentava-se que há já muito tempo que o anteprojecto do Plano de Urbanização fora apreciado e aprovado, mas que continuava no papel²². Finalmente, o Conselho Municipal tomou a deliberação de instar, mais uma vez, com o Eng. urbanista para que conclua o trabalho²³. Finalmente, no início de Maio de 1949, David Moreira da Silva e Maria José Moreira da Silva fazem a entrega à Câmara do Antepiano de Urbanização da Cidade de Guimarães²⁴.

¹⁵ Ibidem NG, nº 630 (1944 Fev.27), p. 3.

¹⁶ Ibidem NG, nº 701, (1945 Jul.8), p. 1.

¹⁷ Ibidem CG, nº 5420 (1945 Jul.20), p. 3; Ibidem NG, nº 703 (1945 Jul.22) p. 3.

¹⁸ Ibidem CG, nº 5431 (1945 Out.5), p. 3.

¹⁹ Ibidem NG, nº 717 (1945 Out. 28), p. 1; Ibidem CG, nº 5435 (1945 Nov.2), p. 1.

²⁰ Ibidem NG, nº 769 (1946 Out.27), p. 2.

²¹ Ibidem CG, nº 5487 (1946 Nov.1), p. 1.

²² Ibidem NG, nº 853 (1948 Jun.6), p. 3.

²³ Ibidem NG, nº 891 (1949 Fev. 27), p. 4.

²⁴ Ibidem CG, nº 5618 (1949 Maio 6), p. 3; Ibidem NG, nº 901 (1949 Maio 8), p. 1.

Dizia Moreira da Silva: “[...] *Um Plano Geral de Urbanização não é uma simples planta representando em superfície maior ou menor número de arruamentos, praças, jardins, mictórios e fontanários públicos; mas é antes de tudo um conjunto de medidas e disposições directivas, desenhadas e escritas, exequíveis, a maior ou menor prazo, e de aplicação susceptível de disciplinar e facilitar a organização e o desenvolvimento das actividades materiais, espirituais e físicas dos indivíduos, na aglomeração a que disser respeito*”²⁵.

Moreira da Silva delimitou várias zonas da cidade, designando Zona Arqueológica a que “*abrangendo grande parte do núcleo central citadino, acrescida das áreas necessárias para a protecção de cada edifício ou monumento que dela fique fora, tem por objectivo a salvaguarda e valorização desses pequenos conjuntos, edifícios ou monumentos*”²⁶.

Dizia também, sobre a remodelação da área urbanizada “*Precárias, como são, as condições de higiene, salubridade e estabilidade de grande parte dos edifícios da sua área urbanizada não podem deixar de, seriamente, preocupar os urbanistas, bem como todos aqueles que têm por missão velar pelos superiores interesses da população citadina que, neste como em outros casos, se confundem com os da Nação.*

A remodelação completa desta área, sem prejuízo para tudo quanto na cidade é digno de conservação e valorização, é trabalho de pormenor, longo e difícil e, por isso, contrario à índole do presente antepiano de urbanização que, como já anteriormente dissemos, visa apenas ao estabelecimento de linhas gerais ou directrizes.

Parece, à primeira vista, que a única solução radical para problema tão delicado, consiste na demolição maciça, seguida da reconstrução em bases inteiramente novas, de tudo quanto possa representar perigo ou mal estar para os vimaranenses. A sua inexecutabilidade, porém, leva-nos a propor uma solução menos espectacular, talvez, mas mais consentânea com as possibilidades locais, igualmente satisfatória sob todos os aspectos. Solução a representar nas peças desenhadas do plano definitivo de urbanização da cidade de Guimarães - no caso desta parte do nosso trabalho vir a merecer aprovação superior - consistirá, apenas, na abertura das clareiras e criação das áreas verdes julgadas indispensáveis para tornar

²⁵ Maria José M. Moreira da Silva; David Moreira da Silva - *Antepiano de urbanização da cidade de Guimarães*. Porto: [s.n.], 1949, p. 31.

²⁶ Maria José M. Moreira da Silva; David Moreira da Silva - *Ob. cit.*, p. 35.

*urbanisticamente satisfatório, isto é, sob quádruplo aspecto da circulação, da economia, da salubridade e da estética, o arranjo de cada quarteirão, mesmo que esse facto implique, em prazo indeterminado, supressão ou transferência, para locais mais apropriados, de algumas instalações industriais existentes naquela área*²⁷.

A Praça do Município “É, ainda hoje, um dos melhores locais que para a construção da “*Domus Municipalis*” em Guimarães se pode encontrar e é, sem dúvida alguma, o mais económico de todos, dado que já pouco falta para o concluir.

A objecção de que esta construção poderia prejudicar, pela sua proximidade, o aspecto dos Paços dos Duques de Bragança, em restauração, não colhe, tantas são em Guimarães as valiosas edificações de épocas diferentes, que em boa vizinhança se valorizam mutuamente apesar de situadas sensivelmente à mesma cota umas das outras e a distâncias muito inferiores aquela.

Quanto a nós, a aceitação ou rejeição daquele local para a construção dos Paços do Concelho deverá depender, apenas, das conclusões a que se pudesse chegar após uma revisão e actualização conscienciosa do programa e respectivo projecto do edifício.

Isto é, parece-nos, o que o bom senso aconselha.

No caso daquele local estar definitivamente condenado por motivos que desconhecemos, parece-nos que reúne condições igualmente satisfatórias, mais central, mas, também incomparavelmente mais dispendioso, o topo leste do largo 28 de Maio, onde no nosso antepiano vai indicado, a título de sugestão, um edifício público, mas para cuja construção necessário seria fazer uma série de dispendiosas demolições que não poderia deixar de incluir entre outras, de certa importância, a igreja de S. Dâmaso²⁸.

Em Junho de 1951, a Câmara deliberou que fosse mandado imprimir o Regulamento do Anteprojecto do Plano de Urbanização da Cidade e pretendia que este fosse submetido à apreciação da Comissão de Estética²⁹. Comunicando a imprensa em Novembro, que este tinha sido aprovado pelo Conselho Municipal, por unanimidade,

²⁷ Ibidem MJMMS; DMS - *Ob. cit.*, p. 39-40. Sublinado do autor.

²⁸ Maria José M. Moreira da Silva; David Moreira da Silva - *Ob. cit.*, p. 42.

²⁹ Ibidem CG, n.º 5729 (1951 Jun.22), p. 3.

com as alterações feitas pela Câmara Municipal, em conjunto com uma Comissão idónea, que tinha sido nomeada para aquele efeito³⁰.

Em Junho de 1954 a imprensa refere que o Conselho Municipal tratou a aprovação do Antepiano de Urbanização com especial interesse, motivo pelo qual o mesmo voltou a reunir-se sob a presidência do Presidente da Câmara, atendendo à natureza e responsabilidade do assunto em causa. Assim, na última reunião, o Conselho deliberou que o Arquitecto Urbanista, autor do trabalho, fosse convidado a comparecer a uma reunião, a fim de prestar esclarecimentos sugeridos por alguns conselheiros³¹. Assim, este compareceu na reunião do dia 5 de Junho de 1954, a fim de elucidar o Conselho sobre determinados pontos de vista.

Para resolução definitiva, será o Conselho Municipal novamente convocado pelo Presidente da Câmara, embora parecesse estar assente a aprovação do Antepiano com ligeiras alterações, e chamando a atenção de que se deve tomar em conta a conservação e “higienização” da chamada cidade velha, embora no futuro, conforme a oportunidade o determinar, a Câmara Municipal tome em consideração a natureza de certos pormenores previstos no Antepiano³².

O Plano de Urbanização do Centro da Cidade de Guimarães foi depois exposto aos vimaranenses em Abril de 1956³³, tendo recebido de A. L. de Carvalho com satisfação o comentário: “[...]A circunstância de haver sido registada em diploma oficial uma zona citadina, de interesse arquitectónico, aponta-nos a segurança, a firmeza como se vai proceder a um plano de obras que, sendo de beneficiação, de restauração, de reintegração histórica, servirá a fisionomia antiga da nossa terra.[...]”³⁴.

Começa-se, em seguida, a trabalhar para a realização do projecto. A Câmara Municipal, em sessão de 3 de Maio, decidiu contrair na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, um empréstimo até ao montante de vinte mil contos (tendo em conta o auxílio do Estado através do Ministério das Obras Públicas), para as obras da Praça de Mumadona, Parque do Castelo, Zona do novo Liceu, Avenida Salazar, ligação

³⁰ Ibidem CG, n° 5752 (1951 Nov.30), p. 1.

³¹ Ibidem NG, n° 1169 (1954 Jun.6), p. 4.

³² Ibidem NG, n° 1170 (1954 Jun.13), p. 1.

³³ Ibidem NG, n° 1268 (1956 Abr.22), p. 1.

³⁴ Ibidem NG, n° 1274 (1956 Jun.3), p. 1.

do Largo 28 de Maio ao Largo da República do Brasil, construção do matadouro, casas para famílias pobres e urbanização do bairro de casas económicas³⁵.

Recordamos que parte destes projectos tinham sido pensados na República (Parque do Castelo; Praça do Município; bairros operários).

Mais tarde, em sessão de 8 de Novembro a Câmara Municipal decide designar os Eng. Fernando Ferreira Bonito, João Ribeiro da Silva Figueiredo e Abel Fernando de Meneses e Silva Cardoso para fazerem parte da Comissão encarregada de elaborar o plano de zonas necessárias à execução da parte aprovada do Antepiano e apreciar o projecto dos arruamentos da zona do novo Liceu, decidindo que se enviassem os documentos à Direcção Geral dos Serviços de Urbanização³⁶. Entretanto, a Câmara, por despacho do Ministro das Finanças de 14 de Novembro, foi autorizada a contrair um empréstimo de dez mil contos destinado a: arranjo da Praça Condessa Mumadona, 1.070.000\$00; Parque dos Paços dos Duques de Bragança, 1.115.000\$00; urbanização da zona do novo Liceu, 3.130.000\$00; construção da Alameda de ligação do Largo 28 de Maio ao Largo da República do Brasil, 2.065.000\$00; construção de bairro para famílias pobres, 2.000.000\$00; e urbanização do bairro de renda económica 600.000\$00³⁷.

Em 5 de Abril de 1957 a Câmara Municipal delibera aprovar a minuta de contrato a celebrar com o arquitecto Arménio Losa, com vista à execução do Plano de Urbanização de Guimarães, e solicitar a necessária aprovação superior³⁸.

Na reunião de 7 de Novembro de 1957, a Câmara decidiu “*Que de futuro seja submetido ao parecer da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais os projectos da obra em prédios situados na zona compreendida pela parte antiga da cidade, conforme a sugestão daquelas entidades e em virtude de estar em estudo a protecção da referida zona, sempre que tais obras impliquem evidente alteração da traça existente*”³⁹.

Nos dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1959 o Ministro das Obras Públicas visita Guimarães e determina, por despacho, que é indispensável sugerir à Câmara Municipal a vantagem de uma mais activa assistência de Arquitectos Consultores na

³⁵ Ibidem NG, n° 1270 (1956 Jun.5), p. 6.

³⁶ Ibidem NG, n° 1297 (1956 Nov.11), p. 2.

³⁷ Ibidem NG, n° 1298 (1956 Nov.18), p. 1; Ibidem NG, n° 1299 (1956 Nov.25), p. 1.

³⁸ Ibidem CG, n° 6553 (1967 Abr.15), p. 3.

³⁹ Ibidem NG, n° 1352 (1957 Nov.24), p. 4.

apreciação dos projectos de novas construções ou de remodelação das existentes. Finalmente, em sessão de 18 de Novembro de 1959, a Câmara decidiu admitir e aprovar por unanimidade a proposta do Presidente de organização dos Serviços Técnicos Municipais. De facto, a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, no seu ofício n.º 4488, de 8 de Junho desse ano, sugerira à Câmara Municipal a criação de um Gabinete de Urbanização no concelho, o que foi aceite por deliberação camarária de 7 de Julho⁴⁰.

Entretanto, na sessão de 12 de Janeiro de 1960, e por proposta do vereador José Maria Pinto de Almeida, cria-se uma Comissão de Toponímia, composta pelo Presidente da Câmara, pelo vereador do Pelouro da Cultura, um representante da Sociedade Martins Sarmiento, um representante da Junta de Turismo da Penha, agregando elementos representantes das Juntas de Turismo de Vizela e Taipas e da Junta de freguesia de Selho, S. Jorge, sempre que se tratasse de resolução de problemas de toponímia nas citadas freguesias. Deliberou, ainda, contratar o arquitecto José António Sequeira Braga para Director do Gabinete de Urbanização criado na altura e abrir concurso para cargo de desenhador do mesmo Gabinete⁴¹. Também decidiu celebrar contrato com o Arquitecto Francisco Carlos de Azevedo, para o lugar de arquitecto do Gabinete de Urbanização, em sessão de 15 de Março de 1960⁴², tendo renovado os contratos de prestação de serviços aos Arquitectos Alberto da Silva Bessa, José António Matos de Sequeira Braga e Francisco Carlos de Azevedo Pinto Melo e Lemos, em sessão de 6 de Janeiro de 1961⁴³.

Em reunião de 27 de Fevereiro de 1962 decidiu tomar conhecimento da comparticipação de 26.000\$00, concedida pelo fundo de Desemprego, destinada ao levantamento da planta topográfica da Penha⁴⁴.

Entretanto a Câmara toma conhecimento, na reunião de 26 de Junho de 1962, da comunicação dos Serviços de Melhoramentos Urbanos, de que fora processada a seu favor, por Portaria de 12 de Dezembro do ano anterior, a quantia de 8.775\$00 concedida para elaboração da planta topográfica de Guimarães⁴⁵.

⁴⁰ *Ibidem CG*, n.º 6170 (1959 Dez.4), p. 3; *Ibidem CG*, n.º 6166 (1959 Nov.18), p. 3.

⁴¹ *Ibidem CG*, n.º 6174 (1960 Jan.13), p. 3.

⁴² *Ibidem CG*, n.º 6184 (1960 Mar.11), p. 3.

⁴³ *Ibidem CG*, n.º 6227 (1961 Jan.6), p. 3.

⁴⁴ *Ibidem NG*, n.º 1575 (1962 Mar.4), p. 1.

⁴⁵ *Ibidem NG*, n.º 1598 (1962 Ago.12), p. 5.

Em sessão de 23 de Setembro de 1964 a Câmara decide solicitar a aprovação superior para o Plano Parcial para a remodelação da zona de Atouguia, elaborado pelo Gabinete de Urbanização do Município⁴⁶.

Entretanto, começam-se a fazer estudos mais pormenorizados, e em reunião de 19 de Janeiro de 1966 a Câmara decide aprovar o estudo apresentado por Manuel Gonçalves para urbanização da zona industrial de Urgeses, submetendo-o à aprovação ministerial⁴⁷.

Porém, o Antepiano de Urbanização, aprovado em 1955, começa a estar ultrapassado. Assim, em sessão da Câmara de 22 de Junho de 1966, esta delibera aprovar por unanimidade a proposta do vereador Dr. Fernando José Antunes Saraiva Monteiro que, tendo verificado, que, devido ao desenvolvimento da cidade, aquele se mostrava ineficaz, propôs, que, em exposição ao Ministro das Obras Públicas, a Câmara demonstrasse os inconvenientes da sua aplicação, devido a ser inadequado às condições locais de desenvolvimento económico e populacional. Referia, também, que se deviam estabelecer directrizes que viessem de encontro aos anseios da administração, nomeadamente:

- a) Respeito pelas “pedras” e elementos de valor histórico e artístico;
- b) Estabelecimento de novos elementos de coordenação com aquele património, evitando-se a disparidade chocante pela proximidade;
- c) Definição de novas zonas que permitissem o desenvolvimento da indústria nos moldes modernos, com aproveitamento das áreas suburbanas;
- d) Fixação de novas zonas residenciais que facultassem a construção de prédios em altura, sem exclusão, evidentemente, das destinadas a prédios isolados, unifamiliares, também com aproveitamento das áreas suburbanas;
- e) Regulamentação adequada de todas as zonas⁴⁸.

Em sessão de 9 de Novembro de 1966, pelo Vereador António Manuel Rodrigues Guimarães, foi proposto se consultasse o Arquitecto Viana de Lima sobre a actualização do Plano de Urbanização de Guimarães⁴⁹, tendo em reunião de 16 de Novembro de 1966 o Presidente, Eng. José Pinto de Oliveira, apresentado a proposta seguinte: “*Pelo vereador sr. António Guimarães foi proposto que fossem ouvidas as*

⁴⁶ Ibidem NG, n° 1710 (1964 Out.11), p. 6; Ibidem CG, n° 6422 (1964 Out.2), p. 4.

⁴⁷ Ibidem NG, n° 1780 (1966 Jan.30), p. 5.

⁴⁸ Ibidem CG, n° 6603 (1966 Jul.1), p. 2; Ibidem NG, n° 1802 (1966 Jul.3), p. 1.

condições em que o sr. Arquitecto Viana de Lima faria a revisão do Antepiano de Urbanização de Guimarães. Achava-se conveniente, no entanto, que, antes, fosse consultada S^a Ex^a o Ministro das Obras Públicas, indicando-se, simultaneamente, o nome do sr. Arquitecto Carlos Alberto Carvalho Dias que a Câmara julga, também, à altura da realização de trabalho de tão grande responsabilidade. José Pinto de Oliveira⁵⁰.

Mas, em 5 de Abril de 1957, a Câmara delibera aprovar a minuta de contrato a celebrar com o arquitecto Arménio Losa e solicita a necessária aprovação superior⁵¹. Assim, em finais de 1967 foi submetido à apreciação da Câmara a minuta do contrato apresentado pelo Arquitecto Losa, para elaboração do Plano Director de Urbanização da cidade, ajustada às exigências da Divisão Geral dos Serviços de Urbanismo, e bem assim a minuta do contrato a lavrar com o urbanista consultor. Depois de apreciadas as cláusulas, a Câmara deliberou aprová-las e solicitar a necessária apresentação dos Serviços de Estado, aprovando, desde já o acto nesta parte⁵².

Mais tarde a Câmara publica um edital, em que o Presidente da Câmara, Manuel Bernardino Abreu, tornava público que uma brigada técnica se encontrava a proceder ao levantamento aero-fotogramétrico da cidade⁵³.

Em 1970, o Presidente da Câmara apresenta ao Ministro das Obras Públicas um plano urbanístico de crescimento urbano, que mereceu interesse governamental para a sua rápida concretização. A cidade começava a expandir-se para outros lados e agora é apresentada a “*Planta de expansão urbanística da zona de Nossa Senhora da Conceição*”⁵⁴.

Em Junho de 1970, a Câmara decide promover o estudo da reintegração da zona medieval da cidade fazendo contrato com o Arquitecto Alberto da Silva Bessa para elaboração do anteprojecto, projecto e assistência técnica das obras de reintegração, adaptação e valorização do conjunto residencial limitado pelo Largo medieval da Oliveira, Viela dos Açoutados, Praça de S. Tiago e Rua de Santa Maria⁵⁵.

⁴⁹ Ibidem CG, n° 6533 (1966 Nov.18), p. 2.

⁵⁰ Ibidem NG, n° 1811 (1966 Dez. 6), p. 3.

⁵¹ Ibidem CG, n° 6553 (1967 Abr.15), p. 3.

⁵² Ibidem CG, n° 6586 (1967 Dez.2), p. 2; Ibidem NG, n° 1873 (1967 Dez.2), p. 3.

⁵³ Ibidem CG, n° 6678 (1969 Set.13), p. 3.

⁵⁴ Ibidem NG, n° 1987 (1970 Jan.17), p. 1.

⁵⁵ Ibidem NG, n° 2009 (1970 Jun.20), p. 5.

Em Dezembro do mesmo ano, a Câmara Municipal, entre as várias deliberações tomadas, resolveu submeter à aprovação superior parte da alteração da zona medieval da cidade, enviando à Junta Nacional de Educação para aprovação o anteprojecto das obras de reintegração, adaptação e valorização do conjunto limitado pelo largo da Oliveira, Viela dos Arrochelas e Praça de S. Tiago, com aproveitamento da casa sobre arcadas para restaurante e residencial⁵⁶.

Verifica-se, assim, que, devido à longa duração do regime, apesar da lentidão dos processos, deliberações camarárias e pareceres da Comissão de Arte e Arqueologia, estas acabaram por se concretizar.

Em finais de 1971 a Câmara delibera propor à consideração da Direcção de Urbanização a determinação a que se propôs de elaborar um Plano Director para todo o território concelhio e que numa primeira fase terá por objectivo os planos de urbanização de Guimarães, Taipas, Pevidém e Vizela. No que respeita a urbanização, elaborado o projecto, que foi encomendado em fins de 1970, foi seguidamente aprovado e agora participado com 300.000\$00⁵⁷.

Em 1972 foram definidos os novos limites da cidade de Guimarães, aumentando a área de modo que passou a estar classificado como Concelho Urbano⁵⁸. Isto leva a que em 1973 fosse mandado elaborar o Plano Director de Urbanização dos novos limites da cidade, incluindo as vilas de Vizela e das Taipas⁵⁹.

Mesmo assim, quando o Estado Novo caiu, apenas uma parte do Centro Histórico estava recuperada ou como se dizia na época, reintegrada: o Largo da Oliveira, a Rua de Santa Maria e a Praça de S. Tiago. Tinha-se aberto a Alameda e arranjado a parte alta da cidade, com a construção da Avenida Duarte Pacheco e a zona do Castelo.

Para a transformação da cidade contribuíram de sobremaneira as comemorações de 1940, pois o Estado Novo concretiza e amplia ideias e projectos da Monarquia e Primeira República, preocupando-se essencialmente com “melhoramentos” de ordem geral como calçetas, bebedouros, iluminação, pavimentação e ajardinamento.

Deve-se notar que persiste uma penúria financeira: as verbas são escassas, sem qualquer continuidade e, quando existem, resultam de grande esforço e pressão, não nos

⁵⁶ *Ibidem NG*, n.º 2033 (1970 Dez.19), p. 1.

⁵⁷ *Ibidem NG*, n.º 2084 (1971 Dez.11), p. 1.

⁵⁸ *Ibidem NG*, n.º 2121 (1972 Ago.26), p. 1.

⁵⁹ *Ibidem NG*, n.º 2177 (1973 Set. 22), p. 1.

transmitindo uma ideia de grande estabilidade, mas de constante ansiedade e agressividade contida.

O Estado, praticamente, não dá liberdade às câmaras, controla-as através do Ministério das Finanças e vigia a utilização dos seus investimentos através das raras visitas ministeriais. Os financiamentos eram a conta-gotas, o que fazia com que as obras demorassem muito tempo e os jornais protestassem fortemente. Mas devagar lá iam prosseguindo, como podemos verificar através das intervenções realizadas na Igreja de S. Domingos ou nos Paços dos Duques, que se prolongaram por décadas. Por vezes são os próprios empreiteiros que não estão interessados em trabalhar em obras públicas, indo estas à praça por várias vezes.

Vemos que em Guimarães, para além da concretização de ideias anteriores, fizeram-se obras negativas para a fisionomia da cidade como foram as do encanamento de regatos e ribeiros, como por exemplo na Madroa e na Quintã. Reparámos, também, na acção de prestígio da Caixa Geral de Depósitos ao construir as suas instalações no centro da cidade, reveladoras do poder do dinheiro e de que resultaram várias demolições.

Não há uma definição do local da lixeira da cidade; as soluções são dispersas e sem qualquer controle, variando periodicamente de sítio.

Aparecem alguns capitalistas que investem em grandes equipamentos de âmbito social, mas não é prática corrente. Temos o caso de Bernardino Jordão, que construiu o Teatro Jordão, ou o Comendador Pimenta Machado, que edificou um bairro operário nos subúrbios da cidade.

Nota-se que com o Estado Novo aparece uma ideia de recuperação, mas não ainda a de Centro Histórico como um todo. Há, no entanto, como já foi dito, uma necessidade de restauro e conservação ou “reintegração”, como se dizia na época.

Esta ideia, que embora já existisse, não estava tão vincada na Primeira República e muito menos na Monarquia. Agora, discute-se publicamente o restauro de cada monumento, tomando-se partido e defendendo-se ideias, como nos mostra a imprensa. Mas não há ainda uma política de restauro credível, consistente e contínua.

Após 1974 continuou-se uma política urbanística de recuperação total do Centro Histórico, considerando cada documento como parte de um todo e não só cada elemento

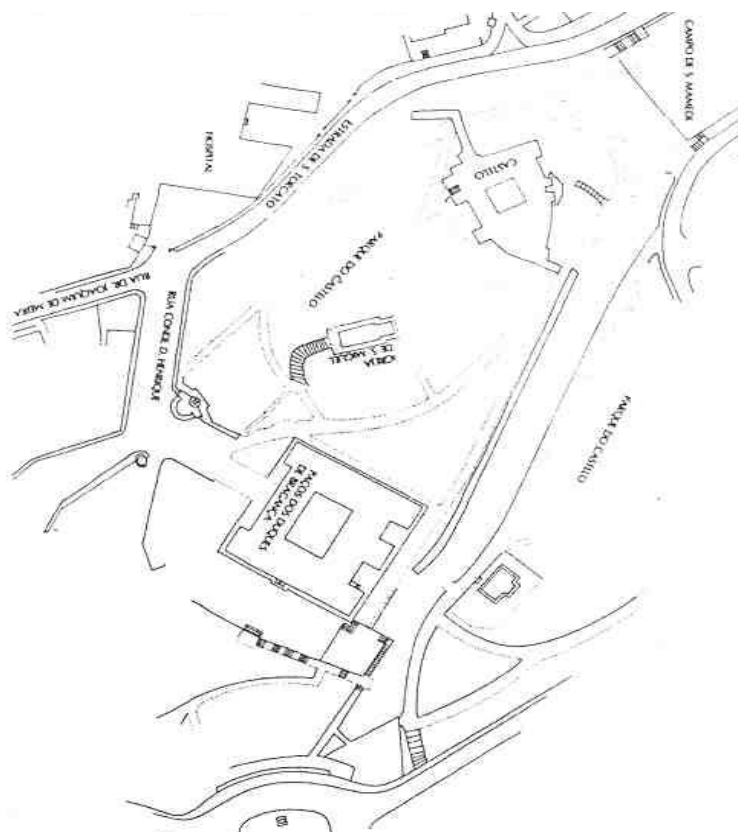
per si, de acordo com a sua antiguidade ou interesse histórico-artístico, e elaborou-se a candidatura a Património Mundial

Registadas estas considerações genéricas, vamos inventariar as alterações caso a caso, registadas no âmbito do Estado Novo.

1. Guimarães intramuros

1.1. “Vila alta”

1.1.1. Monumentos da Fundação



Castelo. Em Maio de 1926, A.L. de Carvalho, no seu artigo: “*Pela nossa terra! Aquele castelo...*” interroga-se sobre o que se tem feito pelo Castelo e refere que não se fez nada para melhorar o enquadramento. Refere que era necessário libertá-lo das casas e hortas e descobrir a face do castelo voltada para o campo do Salvador⁶⁰.

Curiosamente, como se sabe, em 28 de Maio de 1926 é implantado o Estado Novo, que irá ser o “restaurador” do Castelo e irá alimentar e amplificar muitas das evocações lendárias que o edifício já possuía, por estar ligado à figura de D. Afonso

Henriques, e nas suas imediações ter ocorrido a Batalha de S. Mamede, encontro determinante para a independência de Portugal.

Entretanto a cidade recebe com justificada alegria a notícia de que ia ser convenientemente restaurado o castelo⁶¹, por ordem da Câmara e pela mão de mestre José de Pina, o que muito agradou aos vimaranenses⁶².

Em 1928 comemora-se o Centenário da Batalha de S. Mamede. Preconiza-se que Guimarães irá receber muitos visitantes e pede-se a limpeza do seu redor⁶³ e a continuação das obras⁶⁴. Realmente as obras prosseguiram⁶⁵. No entanto “*era preciso iluminar o local em redor do castello, pois que estando às escuras, dá aso à pratica de actos pouco correctos. [...] Foi encarregado de estudar a collocação de candeeiros apropriados ao local o nosso bom amigo sr. José Luiz de Pina*”⁶⁶.

Mas não foram atendidos, pois em Outubro de 1931 continuam as queixas⁶⁷. Mas entretanto estas obras decorrem aos soluços. Queixa-se a imprensa “*Discursos inflamados, campanhas feitas, telegramas expedidos, promessas, tudo promessas, sem que até hoje, entrássemos no campo pratico que leva a bom fim. Obras em volta do castelo: trabalha-se, aformoseia-se e faz-se coisa digna de ver-se. Uma reviravolta, paralisam as obras. Estas devem recommençar: promessas, só promessas e o que se fez vai-se deteriorando, escangalhando...*”⁶⁸ E mais uma vez se envia ao Governador, para ser remetido ao Ministro da Guerra, uma petição, no sentido de serem restaurados o Castelo da cidade e os Paços dos Duques de Bragança⁶⁹, documento também remetido ao Ministro do Comércio, que era natural de Briteiros, concelho de Guimarães⁷⁰. Também a imprensa de Braga faz eco da ruína, em que estão os monumentos em Guimarães⁷¹.

⁶⁰ Ibidem CG, nº 3973 (1926 Maio 7), p. 1.

⁶¹ Ibidem CG, nº 4072 (1927 Maio 13), p.; Ibidem CG, nº 4107 (1927 Set.30), p. 1.

⁶² Ibidem AVB - O Castelo de Guimarães: Os seus velhos amigos de há perto de um século. Ibidem CG, nº 4111 (1927 Out.14), p. 1

⁶³ Ibidem CG, nº 4174 (1928 Jun.5), p. 1.

⁶⁴ Ibidem CG, nº 4196 (1928 Ago 24), p. 1.

⁶⁵ Ibidem CG, nº 4199 (1928 Set.4), p. 2.

⁶⁶ Ibidem CG, nº 4202 (1928 Set.14), p. 1.

⁶⁷ “*Pedindo - Por mais que uma vez temos pedido, para bem do decoro e da moral pública, que sejam convenientemente iluminados os largos que circuitam o nosso castello. Ainda não fomos attendidos.[...].*”

Ibidem CG, nº 4513 (1931 Out.30), p. 2.

⁶⁸ Ibidem CG, nº 4381 (1930 Jun.8), p. 1.

⁶⁹ Ibidem CG, nº 4432 (1931 Jan.9), p. 2.

⁷⁰ Ibidem CG, nº 4458 (1931 Abr.17), p. 1.

⁷¹ Ibidem CG, nº 4501 (1931Set.18), p. 1.

Finalmente, em 1932 vai-se restaurar o castelo⁷².

Em 1932, a Comissão Administrativa da Câmara decidiu oficializar ao Director dos Monumentos Nacionais do Norte, comunicando-lhe que a Câmara ia dar início às obras de restauro do castelo e que desejava seguir na execução destas, todas as instruções que por ele lhe fossem dadas⁷³. Os trabalhos de restauro do Castelo, que já estavam em execução⁷⁴, e “*são modestos e são prudentes esses trabalhos; mas comprovam os méritos arquitectónicos e artísticos do eng. sr. Baltazar Ribeiro de Castro*”, que dirigia os trabalhos⁷⁵. Continua a falar-se do aformoseamento do Parque envolvente⁷⁶ e a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães na sua sessão ordinária de 8 de Dezembro ficou inteirada dum ofício do Ministério da Guerra, comunicando que o Castelo de Guimarães e os Paços dos Duques de Bragança, de acordo com o Ministério da Instrução, passaram para a posse daquele Ministério, a fim do mesmo promover a sua conservação⁷⁷.

Segundo nos diz a imprensa, pelo Fundo de Desemprego foram concedidos 20.000\$00 para obras no Castelo⁷⁸. De início as entradas no Castelo eram pagas, mas a partir de 1933 passaram a ser grátis. Durante os cinco meses, em que era necessário pagar bilhete a um escudo por visitante, o Estado apurou 1.706\$00⁷⁹.

Criam-se então dois grupos, que vêem de modo diferente o restauro do Monumento: os que são a favor do restauro e outros que são contra aquele tipo de intervenção, porque “[...] *Tem o castelo de Guimarães, agora, dentes postiços. Ajanotaram-no. Fizeram dum velho respeitável, ancião venerando, um ginja de dentes postiços e chinó, a querer passar por novo... A gente, agora, vê-o inteirinho, mas não pode deixar de dizer:- “pois meu tonto, a mim não me enganas tu! És como aqueles que pintam as barbas brancas, mas deixam sempre sinais de que são brancas...”*. Não há direito, sr. Director, de se alterar a fisionomia natural dos monumentos históricos, por meio de incrustações absurdas e intrusas. Se o tempo consome pedras e destrói pedras, o que há a fazer é conformar-se a gente com a acção do tempo. Nem mais nem menos. Restaurar não é, dentro das mais elementares noções e regras da Beleza e do Bom

⁷² Ibidem NG, nº 1 (1932 Jan.11), p. 2.

⁷³ Ibidem NG, 1932 Jun. 19, nº 24, p. 3.

⁷⁴ Ibidem NG, 1932 Jul.17, nº 27, p. 3.

⁷⁵ Ibidem NG, 1932 Jul.24, nº 28, p. 1.

⁷⁶ Ibidem CG, 1932 Jul.29, nº 4588, p. 2.

⁷⁷ Ibidem NG, 1932 Dez.18, nº 48, p. 3.

⁷⁸ Ibidem CG, 1933 Mar.28, nº 4652, p. 2; Ibidem JLF - EV IV, p. 322.

Gosto, substituir. Não é e nunca foi. [...] Se amanhã, a cabeça da estátua de D. Afonso Henriques se deteriorasse, e se lembrassem de lá mandar por outra, a estátua deixava de ser de Soares dos Reis, deixava de ser o que é hoje, para ser uma estátua muito diversa. O que nós temos agora já não é o castelo de Guimarães: é um castelo de Guimarães. Façam um novo, noutra sítio, se quiserem, mas aquele que desde séculos nos acompanha, esse deixemo-lo estar quieto, sem bonitezas, sem alindamentos, sem dentes postiços, sem chinó. Olhem por que se não arruine; mas, por Deus! não o voronoffisem, porque isto de enxertos se está bem em galos decrépitos ou macieiras bravas, está muito mal em monumentos históricos. Dir-me-ão que o castelo na sua totalidade não é integralmente o que Mumadona mandou edificar para defesa do Mosteiro de Guimarães. Já o sei. Simplesmente - nesses tempos, tinha utilidade pratica, e daí, por ser necessário aproveitar-lhe a função, a conveniência e a legitimidade de lhe mexer. Se amanhã a fábrica de Campelos sofrer um incêndio, reconstrói-se e muito bem a parte incendiada. Mas o Castelo de Guimarães, hoje, é um monumento histórico: está ali para se ver, para se admirar, para se amar. Para nada mais. Com estas palavras, sr. Director, quero lavrar o meu protesto mais formal contra o que se fez no Castelo de Guimarães. Aquelas pedras branquinhas, novinhas em folha, saídas do forno mesmo agora, incrustadas na velhice multissecular do nosso castelo são a vergonha do nosso tempo e da nossa gente... Pela publicação destas linhas se confessa muito grato o de V. ...amigo muito sincero ALFREDO PIMENTA⁸⁰.

Entretanto continua-se a pensar no Parque do Castelo e, pelo Vereador António Lopes de Carvalho, foi apresentada, em sessão, uma representação a dirigir ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações, acompanhada da planta das obras de expropriação e arranjo do local junto ao castelo, solicitando a cooperação para as obras, tendo a Câmara aprovado o envio da mesma representação⁸¹.

Em 1935 foi autorizado o dispêndio de 7.500\$00 com a Torre de Menagem do Castelo de Guimarães⁸² e em 1936 foi dotada a verba de 12.500\$00 destinada a obras de melhoramento e conservação no Castelo de Guimarães⁸³

⁷⁹ Ibidem NG, 1934 Fev.18, nº 108, p. 2.

⁸⁰ Alfredo Pimenta - O Castelo de Guimarães . Ibidem NG, nº 143 (1934 Out.28), p. 1.

⁸¹ Ibidem NG, nº 182 (1935 Jul.28), p. 3.

⁸² Ibidem CG, nº 4882 (1935 Ago.9), p. 1.

⁸³ Ibidem NG, nº 213 (1936 Mar.1), p. 2.

Sobre o ambiente à roda do Castelo, as críticas são muitas. Comenta-se a “coscuvilhice” dos vizinhos, os coradouros de roupas⁸⁴, e até os acampamentos de ciganos, que aqui estão instalados. Era realmente um ambiente muito típico, com que se pretendia acabar, para assegurar a dignidade dos monumentos⁸⁵.

Entretanto é nomeado, através de despacho publicado em Diário do Governo, um “guarda” para o castelo: o professor primário Hugo de Almeida, director do semanário local “O Berço da Grei”⁸⁶. O castelo foi o primeiro monumento da “Colina Sagrada”, em que se concluiu o restauro assinalado com a publicação do boletim da DGEMN nº8 em Junho de 1937.

Mas os jornais continuam a clamar contra o estado da área à volta do Castelo, tentando deste modo que se reformasse toda aquela zona⁸⁷ e pedindo um Parque digno, que envolva ao três Monumentos Nacionais, preparando já o Centenário de Portugal⁸⁸. O Estado resolve intervir directamente, para que se comece a recuperar a zona dos Monumentos da Fundação, com o objectivo de a inserir na celebração das Comemorações do Centenário de Portugal. Assim disponibiliza uma avultada soma de dinheiro, para que o restauro prossiga, pois é um “*imperativo Nacional*”⁸⁹.

Em sessão de 10 de Março de 1939 o Presidente informa a Câmara de que na conferência que teve com o Ministro das Obras Públicas e Comunicações no dia 3, foram tratados os assuntos referentes ao levantamento da carta topográfica da cidade e Plano Geral de Urbanização e, mais especialmente, as obras de urbanização dos terrenos à volta do castelo e Paços dos Duques de Bragança, tendo em vista as Festas, que nesses terrenos se irão realizar em Abril de 1940, comemorando as datas Centenárias da Fundação e Restauração de Portugal. Ficou estabelecido, que o Ministério das Obras Públicas e Comunicações custearia o arranjo dos terrenos à volta do Castelo e Paços dos Duques, que formam o conjunto compreendido pela Rua Conde D. Henrique, estrada de S. Torcato, Avenida da Cadeia, Rua Padre António Caldas, terrenos do Asilo de Santa Estefânia e Largo Martins Sarmento. As expropriações dos prédios ficam a cargo da Câmara e a recuperação dos terrenos fora da área, que o Estado pretendia urbanizar, seria feita pela Câmara, com uma comparticipação de 50%. À Câmara serão concedidas

⁸⁴ *Ibidem NG*, nº 224 (1936 Maio 7), p. 2.

⁸⁵ *Ibidem NG*, nº 226 (1936 Maio 31), p. 1.

⁸⁶ *Ibidem NG*, nº 242 (1936 Set.20), p. 2.

⁸⁷ *Ibidem NG*, nº 258 (1937 Jan.17), p. 1.

⁸⁸ *Ibidem NG*, nº 321 (1938 Abr.3), p. 3.

as facilidades legais para proceder às expropriações por urgência, não só dos prédios a demolir, mas ainda dos terrenos necessários à construção imediata de habitações nos novos alinhamentos, e de dois novos bairros económicos que ficariam situados nas terras a nascente do Largo do Salvador e a poente da Rua dos Palheiros e Avenida Capitão Alfredo Guimarães. Os trabalhos de urbanização das terras para estes bairros e a sua construção seriam comparticipados pelo Estado com 50%. Além disto e para compensar a Câmara das despesas, que iria ter com as expropriações, o Ministro das Obras Públicas e Comunicações instalará a Câmara e os seus serviços nos Paços dos Duques de Bragança. O edifício, que se destinava aos novos Paços do Concelho, começado a erguer em 1925, seria demolido e os materiais seriam aproveitados, podendo a Câmara reservar para si toda a pedra lavrada. O Presidente propôs à Câmara a aprovação desta proposta, pois achou-a vantajosa, e foi aceite por unanimidade⁹⁰. E em Abril de 1939 foi superiormente aprovada a planta das obras do aformoseamento dos terrenos, que confinavam com o Castelo de Guimarães⁹¹. Dominando os monumentos, destacar-se-ia a estátua de D. Afonso Henriques, que para esse fim se pretendia para ali transportar⁹².

A Câmara desejava remodelar a rua dos Palheiros, mas o Estado pretendia “*que se fizessem as expropriações em volta dos Paços dos Duques de Bragança, para que se realçasse a sua arquitectónica beleza e majestade*”⁹³.

Entretanto toma posse a Comissão de Estética Municipal e uma das suas primeiras decisões é discutir “*A transferência do chafariz do Largo Martins Sarmiento para a Praça de D. Afonso Henriques, em substituição da estátua do Fundador da Nacionalidade, que vai ser colocada, pelo Estado, no Parque do Castelo, junto dos monumentos e estabelecimentos culturais*”⁹⁴.

É concedida mais uma verba de 200.000\$00 para a continuação dos trabalhos de restauro no Castelo de Guimarães⁹⁵, que prosseguiam de forma muito purista, com um remate exaustivo das ameias nas torres e muralhas, tendo os elementos de épocas tardias sido apagados na alcáçova e torre de menagem.

⁸⁹ Ibidem NG, n° 368 (1939 Fev.28), p. 4.

⁹⁰ Ibidem NG, n° 5089 (1939 Mar.17), p. 2. Ibidem NG, n° 370 (1939 Mar.12), p. 3.

⁹¹ Ibidem NG, n° 5093 (1939 Abr.14), p. 3.

⁹² Ibidem CG, n° 5093 (1939 Abr.14), p. 2.

⁹³ Ibidem NG, n° 5198 (1939 Maio 19), p. 2.

⁹⁴ Ibidem NG, n° 381 (1939 Maio 28), p. 1.

⁹⁵ Ibidem NG, n° 407 (1939 Nov.26), p. 3.

Em Fevereiro de 1940 terminaram as obras de carpintaria, que estavam a realizar-se nas portadas do Castelo, ficando assim completa a obra da sua “notável reintegração”, que se iniciou em 1932 com o subsídio de 10.000\$00, concedido pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães, da presidência do Dr. João Rocha dos Santos⁹⁶. No Castelo de Guimarães iniciaram-se depois as obras para as Festas Nacionais da Fundação⁹⁷ e continuaram-se as obras no Parque envolvente do Castelo⁹⁸.

Entretanto a direcção e administração do Castelo de Guimarães passaram do Museu Alberto Sampaio para a secção de Finanças do concelho⁹⁹ devido ao pedido de demissão apresentado pelo Director daquele museu, Alfredo Guimarães. Alguns anos mais tarde, em 1950, e a pedido do mesmo director, a Direcção Geral da Fazenda Pública, através da Repartição do Património Nacional, resolveu exercer, durante o ano, uma fiscalização directa ao Monumento Nacional, exigindo não só a permanência do respectivo guarda, bem como a abertura diária do Castelo de Guimarães das 10 às 16 horas¹⁰⁰.

A Câmara Municipal de Guimarães, em sessão de 20 de Fevereiro de 1946, decidiu concordar inteiramente com as condições e projecto apresentado pelo Eng. Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais sobre a zona de protecção que circunda o Castelo de Guimarães e Paço dos Duques de Bragança¹⁰¹. Nesse mesmo ano a Câmara mandou colocar projectores luminosos nos três monumentos: Castelo, Igreja de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança¹⁰².

Entretanto A.L. de Carvalho faz um artigo “*O Castelo nas andanças do tempo e vaivéns da sorte*”, em que refere as “atribulações” por que o Castelo passou e que a custo se salvou, reflectindo sobre a ideia de demolição de 1836, em que se pretendeu que a sua pedra servisse para calçada, e a de 1911 para construção de um Bairro Operário, defendida por vereador da época¹⁰³. Isto gera imediatamente a resposta de Mariano Felgueiras, figura carismática da 1ª República, antigo presidente da Comissão Executiva e membro da vereação nesta época: “*Vereadores de 1911 – Tendo falecido*

⁹⁶ Ibidem NG, nº 417 (1940 Fev.4), p. 2.

⁹⁷ Ibidem NG, nº 427 (1940 Abr.14), p. 1.

⁹⁸ Ibidem CG, nº 5146 (1940 Abr.19), p. 1.

⁹⁹ Ibidem NG, nº 501 (1941 Set.7), p. 3.

¹⁰⁰ Ibidem NG, nº 950 (1950 Abr.16), p. 1.

¹⁰¹ Ibidem CG, nº 5455 (1946 Mar.22), p. 3.

¹⁰² Ibidem NG, nº 743 (1946 Abr.28), p. 3.

José Pinto Teixeira de Abreu, presidente da vereação de 1911, cabe-me o dever, como vice-presidente da mesma, de declarar que os restantes vereadores eram os cidadãos: José Ribeiro de Freitas, José Rodrigues Leite da Silva, Júlio António Cardoso, Manuel Caetano Martins e Manuel Ferreira Guimarães.

Basta citar estes nomes para que ninguém possa acreditar que algum deles, por muito bárbaro e vazador de seios camarários que seja considerado, algum dia tenha pensado em demolir o Castelo para construir um bairro operário. 15-5-51. Mariano Felgueiras”¹⁰⁴.

Em 30 de Abril de 1952 é publicada, no Diário do Governo, 2ª série, n.º 103, a zona de protecção do Castelo de Guimarães¹⁰⁵.

A Câmara Municipal recebe então da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais o plano de expropriação a fazer-se na zona de protecção do Castelo da Fundação, Igreja de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, a que se vai dar imediata execução, e os moradores das referidas casas vão ter a preferência para alojamento no novo Bairro da Arcela, segundo o determinado pelo Ministro das Obras Públicas¹⁰⁶. Isto foi comunicado à Câmara reunida em sessão de 16 de Fevereiro de 1955, começando-se então a preparar as demolições na zona.

O Castelo de Guimarães, para além do símbolo da Fundação da nacionalidade, tornou-se praticamente o símbolo da Nação. Isto leva a que por vezes pedissem uma pedra do Castelo, para ser utilizada em edifícios importantes, como a 1ª pedra. Em sessão da Câmara de 27 de Abril de 1955 comunica-se, que a Câmara se vai representar na inauguração do edifício do Ginásio Clube Português, pois este edifício teve como primeira pedra uma pedra do Castelo de Guimarães¹⁰⁷, que lhe foi entregue com grande solenidade¹⁰⁸. Entretanto a Câmara Municipal, em sessão de 26 de Maio de 1955 analisa devidamente o debatido uso da oferta de uma pedra da Muralha do Castelo, que não foi arrancada à Muralha mas cedida das que estavam guardadas, ao Ginásio Clube Português, tendo o Presidente proposto à Câmara para não mais ceder terra ou pedras do Castelo ou da Muralha, o que foi aprovado¹⁰⁹.

¹⁰³ Ibidem NG, n.º 991 (1951 Jan.14), p. 1.

¹⁰⁴ Ibidem NG, n.º 992 (1951 Jan.21), p. 1.

¹⁰⁵ PDM: Guimarães.

¹⁰⁶ Ibidem CG, n.º 5920 (1955 Fev.18), p. 2.

¹⁰⁷ Ibidem CG, n.º 5930 (1955 Abr.29), p. 3.

¹⁰⁸ Ibidem CG, n.º 5931 (1955 Maio 6), p. 2.

¹⁰⁹ Ibidem NG, n.º 1221 (1955 Maio 29), p. 2.

Em 23 de Julho de 1955, foi publicada uma portaria pelo Ministro da Educação, alterando a zona de protecção do Castelo de Guimarães, igreja de S. Miguel do Castelo e Paço dos Duques de Bragança, no Diário do Governo, 2ª série, n.º 170, de 23-7-1955¹¹⁰.

Entretanto voltam a estar afectos à Direcção do Museu Alberto Sampaio, os encargos de limpeza, guarda e vigilância do Castelo de Guimarães¹¹¹.

Em 1957 decide-se iluminar convenientemente o Castelo. Foi um processo complicado e moroso, cujo anúncio de concurso público foi publicado no ano seguinte¹¹², tendo as propostas sido submetidas à apreciação da DGEMN¹¹³, mas cuja concretização teve problemas de montagem. Esta iluminação foi solenemente inaugurada em 11 de Novembro de 1962, com a presença do Ministro das Obras Públicas¹¹⁴, durante a homenagem ao Director Geral dos Serviços de Urbanização¹¹⁵. Posteriormente continuou-se com pequenas obras, como a decidida em reunião de 2 de Julho de 1965, em que se autorizava a pintura e reparação dos candeeiros de iluminação do Parque do Castelo¹¹⁶.

Igreja de S. Miguel do Castelo. Em 1926 voltam a ouvir-se vozes, pedindo que se repare convenientemente o monumento, o que nos indica que já se encontrava novamente em mau estado¹¹⁷. Uma das causas da ruína da igreja, eram as raízes das grandes árvores que cresciam perto dela, diz-nos a imprensa local, que também refere que por isso se anda a proceder “à degola das antigas árvores que circuitavam a igreja de Santa Margarida”¹¹⁸. Apesar disso em 5 de Setembro de 1927 a pia de baptismo, que tinha saído de lá em 1664, indo para o templo da Oliveira, regressa à origem¹¹⁹.

¹¹⁰ PDM: Guimarães; Ibidem CG, nº 5943 (1955 Jul.29), p. 2; Ibidem NG, nº 1230 (1955 Jul.31), p. 1.

¹¹¹ Ibidem NG, nº 1298 (1956 Nov.18), p. 1.

¹¹² Ibidem CG, nº 6100 (1958 Jul.4), p. 4.

¹¹³ Ibidem CG, nº 6104 (1958 Ago.29), p. 2; Ibidem nº 1392 (1958 Ago.31), p. 3.

¹¹⁴ Ibidem NG, nº 1611 (1962 Nov.11), p. 1.

¹¹⁵ Ibidem NG, nº 1612 (1962 Nov.18), p. 1.

¹¹⁶ Ibidem NG, nº 1750 (1965 Jul.11), p. 3.

¹¹⁷ Ibidem CG, nº 4012 (1926 Out.1), p. 2.

¹¹⁸ Ibidem CG, nº 4044 (1927 Jan.28), p. 2.

¹¹⁹ Ibidem JLF - *Notas manuscritas ao “Roteiro de Guimarães” de A.L. de Carvalho*, p. 24; Ibidem JLF - *EV III*, p. 224v.

¹¹⁹ Ibidem JLF - *EV III*, p. 224v.

Entretanto o Estado dá 2 500\$00 para obras de conservação a realizar, entre outros monumentos, na “Igreja do Castelo”, ou igreja de S. Miguel do Castelo, Monumento Nacional¹²⁰.

Mas os restauros não são pacíficos, e o arranjo à volta da Capela é polémico, tendo a imprensa protestado contra o que chama de vandalismo: *“Aquela fecunda ideia de quebrar os penedos que se encontram em frente do castelo e nas trazeiras da igreja de Santa Margarida, depõe, e muito bem, a favor dos sábios... restauradores que, por hábito, costumam fazer do velho novo e do novo velho. – É assombroso tudo o que ali se vem fazendo! Porém o que mais admira e espanta é vê-los cantar “o nosso castelo roqueiro”, chorar as suas pedras velhinhas – em tom plangente de fado coimbrão -, e não discorrem que vêm praticando um vandalismo muito pior do que aquele visto no tempo animoso dos frades. Mas só eles é que sabem, o remédio é aguentar e cara alegre, que os tempos vão bicudos para quem não seja auto-didacta ou não pretenda o hábito...de qualquer coisa”*¹²¹.

Entretanto o Estado emite uma nota oficiosa sobre as Festas Centenárias a realizar em 1940 e a imprensa pede que se aproveite a oportunidade para construir um parque em torno dos três monumentos¹²².

Sobre o Duplo Centenário os jornais transcreveram: *“[...] O velho Paço de Guimarães onde se forjou o destino glorioso, será olhado com atenção especialíssima, que as comemorações centenárias exigem, o mesmo acontecendo a S. Jorge, guarda de Lisboa e tantos outros. No decorrer deste ano o sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações autorizou que se despendesse a verba total de 5 225 contos, destinada a cumprimento deste imperativo nacional. Assim prosseguirão em alguns monumentos e iniciar-se-ão noutros, os trabalhos de restauração e reintegração que se descreminam”*. Para as obras a realizar na igreja de S. Miguel do Castelo, na Citânia de Briteiros e nos Paços dos Duques de Bragança, o Estado subsidiou com as verbas de 25 contos, 10 contos e 1.000 contos respectivamente. Segundo a mesma nota estas obras seriam terminadas durante o “período áureo das Comemorações Centenárias”¹²³.

Entretanto o Ministro das obras Públicas veio a Guimarães, e visitou as obras de restauro dos Paços dos Duques de Bragança, Igreja de S. Miguel do Castelo, Bairro

¹²⁰ Ibidem NG, nº 213 (1936 Mar.1), p. 2; Ibidem CG, (1936 Mar.6), p. 2.

¹²¹ Ibidem NG, nº 227 (1936 Jun.36), p. 2.

¹²² Ibidem NG, nº 321 (1938 Abr.3), p. 3.

Operário e outras¹²⁴. Tudo estava em obras. Procurava-se dar um novo rosto à cidade. Os jornais transmitem-nos o frenesim em que se vive¹²⁵.

As obras da igreja de S. Miguel acabam nas vésperas das comemorações centenárias, tendo a evolução das mesmas sido registada no Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 20, publicado em Junho de 1940. Os restauradores como que quiseram fazer um edifício “românico” evocativo, para albergar a pia baptismal onde, segundo a tradição, D. Afonso Henriques foi baptizado. Ficou um espaço despido e árido, onde o local de culto parece ter desaparecido¹²⁶.

Na sessão da Câmara de 9 de Outubro de 1940 lê-se o ofício de Monsenhor João António Ribeiro, pároco da Oliveira em que pede a entrega da chave de S. Miguel do Castelo, visto aquela igreja ser paroquial. Pretende ainda que as alfaias ali existentes, lhe fossem entregues sob inventário devidamente autenticado. A Câmara, inteirada, resolve officiar à DGEMN pedindo o deferimento da pretensão feita, que se lhe afigura justa. Foi deferido¹²⁷. Entretanto, já depois de a capela se encontrar completamente restaurada, o Director do Museu Alberto Sampaio, Alfredo Guimarães, pede que lhe seja entregue, para realização de acções culturais, a Capela de S. Miguel do Castelo, onde o pároco da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira tinha jurisdição eclesiástica¹²⁸.

Entretanto, a imprensa noticia que se andam a proceder a reparos na Igreja de S. Miguel, e que brevemente se vão proceder às obras de arranjo da área envolvente do Castelo¹²⁹.

Em sessão de 16 de Fevereiro de 1955 a Câmara toma conhecimento de que foi recebido da DGEMN o plano das expropriações a realizar na zona de protecção dos Monumentos da Fundação, para o seu desafogo e em relação aos quais tinham sido solicitados à Direcção Geral da Fazenda Pública as respectivas avaliações. De harmonia com o determinado pelo Ministro das Obras Públicas foi dado o conhecimento para que se pudesse assegurar o realojamento dos moradores respectivos, no Bairro Municipal, e assim se iniciassem as demolições¹³⁰.

¹²³ Ibidem *NG*, nº 368 (1939 Fev.28), p. 4.

¹²⁴ Ibidem *NG*, nº 340 (1938 Ago.14), p. 2.

¹²⁵ Ibidem *NG*, nº 417 (1940 Fev.4), p. 1

¹²⁶ Maria João Baptista Neto - *O restauro dos Monumentos Medievais de Guimarães no tempo do Estado Novo*. Congresso Histórico de Guimarães, Actas do Congresso. 2º Guimarães: CM; UM, 1996. V.3, p. 435.

¹²⁷ Ibidem *CG*, nº 5172 (1940 Out.18), p. 4.

¹²⁸ Ibidem *NG*, nº 593 (1943 Jun.13), p. 2.

¹²⁹ Ibidem *CG*, nº 5815 (1953 Fev.13), p. 1; Ibidem *CG*, nº 5943 (1955 Jul.29), p. 2; *PDM: Guimarães*.

¹³⁰ Ibidem *CG*, nº 5920 (1955 Fev.18), p. 2; Ibidem *CG*, nº 5920 (1955 Fev.18), p. 2.

Sobre a igreja de S. Miguel foram feitos vários estudos. Um deles, do escultor António de Azevedo, defende que esta assenta sobre uma necrópole cristã, pré-românica, desafectado para construir a capela, como era tradição, sobre as sepulturas dos fieis e mártires¹³¹.

Em inícios de 1931 a Câmara envia ao Governador Civil de Braga, a fim de ser remetida ao Ministro da Guerra, uma petição no sentido de serem restaurados, ou conservados, o Castelo da cidade e os **Paços dos Duques de Bragança**¹³², tendo em Abril desse ano, a Comissão Administrativa da CMG pedido a interferência do Ministro do Comércio, no sentido de que no Castelo e nos Paços dos Duques de Bragança fossem feitas obras de restauro condignas do seu alto valor histórico e artístico, ou pelo menos as indispensáveis, para evitar a sua ruína próxima¹³³.

Em 1931, como já se escreveu, a imprensa refere que os monumentos de Guimarães se encontram em desagregação: o Castelo, os Paços dos Duques, o claustro de S. Domingos, a igreja de Nossa Senhora da Oliveira, o claustro da Oliveira e a muralha, enquanto que na Citânia de Briteiros não tinha início a casa do guarda e a estrada ainda estava incompleta¹³⁴. Em Fevereiro de 1932 a Comissão de Estética começa a exercer efectivamente a sua acção e esta começa-se a fazer notar. Assim, manda retirar da fachada SE do antigo Paço dos Duques de Bragança, por parecer da Comissão de Estética, os sanitários que davam serventia ao aquartelamento militar¹³⁵.

Como já foi referido, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães, em sessão ordinária de 8 de Dezembro de 1932, tomou conhecimento que o Castelo de Guimarães e os Paços dos Duques de Bragança passam do Ministério da Guerra para o da Instrução, a fim do mesmo promover a sua conservação¹³⁶. Mas apenas em 31 de Agosto de 1936 perdem oficialmente a sua função bélica e transformam-se em agentes de cultura. Noticia-se, entretanto, que no Quartel Militar se anda a proceder às obras indispensáveis para aquartelamento da nova unidade militar que em breve é esperada¹³⁷. Mas realmente isso não chega a concretizar-se e em sessão do dia 8 de

¹³¹ *Ibidem NG*, nº 1627 (1963 Mar.3), p. 1.

¹³² *Ibidem CG*, nº 4432 (1931 Jan.9), p. 4.

¹³³ *Ibidem CG*, nº 4458 (1931 Abr.17), p. 1.

¹³⁴ *Ibidem CG*, nº 4501 (1931 Set.18), p. 1.

¹³⁵ *Ibidem NG*, nº 6 (1932 Fev.15), p. 5.

¹³⁶ *Ibidem NG*, nº 48 (1932 Dez.18), p. 3.

¹³⁷ *Ibidem CG*, nº4640 (1933 Fev.10), p. 2.

Novembro resolve-se que, como testemunho de interesse pelo imediato começo das obras de restauro dos Paços dos Duques de Bragança, se oferecesse a comparticipação do Município na parte respeitante a madeiras, associando a tal comparticipação os proprietários rurais do concelho. Decidiu-se, também, que de igual modo se procedesse com o prometido restauro do Templo de Santa Maria da Oliveira, para que assim Guimarães ficasse a possuir três monumentos arquitectónicos do maior vulto histórico: o Castelo (considerado monumento de arte militar), o Paço dos Duques (monumento de arte civil) e a Igreja da Oliveira (monumento de arte religiosa)¹³⁸. É que já em Novembro de 1935 a imprensa nos diz que: “*automaticamente, após a saída do último caixote e do último soldado, os velhos Paços dos Duques de Bragança, mesmo aquela parte despida de valor arquitectónico, passará para a posse do Ministério da Instrução.*

Guimarães terá mais um museu onde os eruditos do burgo patentearão os seus vastos conhecimentos das coisas antigas, o que lhe servirá de pretexto para mutuamente se alcunharem de sábios.

Mas nunca mais Guimarães verá dentro das suas portas uma unidade militar, pois então já não haverá quartel”¹³⁹. Nesta época, segundo dizia o director do Museu Nacional, apenas interessava aos Monumentos Nacionais a parte desocupada, pois era a que tinha valor arquitectónico¹⁴⁰.

Em 1936 começam os boatos de que vão vir para Guimarães verbas destinadas a restauros dos Paços dos Duques de Bragança, Colegiada e Igreja de S. Domingos¹⁴¹.

Mas por vezes o Paço dos Duques era vítima de violência. Em 1936 seis rapazes menores, da Rua Padre António Caldas, apedrejaram as janelas dos Paços dos Duques de Bragança, partindo muitos vidros¹⁴².

Mas é em Janeiro de 1937 que o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal recebe a comunicação de que foi inscrito no orçamento geral para 1937, a verba para o restauro do Paço dos Duques, de Guimarães, e arranjo do local em que o mesmo se encontra¹⁴³. Isto agrada aos vimaranenses e vai de encontro a uma

¹³⁸ Ibidem NG, nº 145 (1934 Nov.11), p. 2.

¹³⁹ Ibidem NG, nº 199 (1935 Nov.25), p. 2.

¹⁴⁰ Ibidem NG, nº 202 (1935 Dez.16), p. 1.

¹⁴¹ Ibidem NG, nº 206 (1936 Jan.12), p. 1.

¹⁴² Ibidem NG, nº 230 (1936 Jun.28), p. 3.

¹⁴³ Ibidem NG, nº 257 (1937 Jan.10), p. 2; Ibidem CG, nº 4975 (1937 Jan.8), p. 1.

velha aspiração, sabido que o Parque à volta do Castelo foi uma das obras que a cidade melhor acolheu, quando José de Pina a iniciou¹⁴⁴.

Entretanto, é concedido dinheiro para obras, recebendo o Paço dos Duques de Bragança uma dotação de 120.000\$00¹⁴⁵.

Mas, não era fácil restaurar os Paços dos Duques. A sua traça era desconhecida e sabia-se que, realmente, o seu restauro não podia ser fiel. Teria que existir muito de imaginação e criatividade¹⁴⁶.

O historial do restauro do Paço dos Duques principia em 1919, quando o Eng. Eleutério da Fonseca defendeu que lá se colocasse uma Biblioteca e Museu, tal como mais tarde sustentaram o Padre Gaspar Roriz e o crítico de arte José Agostinho. Mas nada se conseguiu em favor do restauro¹⁴⁷.

E de acordo com um artigo do Dr. Fernando Aires, começa a defender-se que no Paço dos Duques se deveria instalar um museu¹⁴⁸.

Em 1938 há mais 340 contos para o Paço dos Duques e Museu Alberto Sampaio¹⁴⁹, mas as obras não recomeçaram e ainda nesse mesmo ano o Presidente da Associação Artística Vimaranesense envia ao Presidente do Conselho de Ministros o seguinte telegrama: “*Obras de restauro dos Paços dos Duques de Guimarães suspensas desde meados de Dezembro estão a prejudicar imenso operários, pedreiros e carpinteiros desta cidade, roga encarecidamente auxílio V. Excelência. Presidente da Associação Artística Vimaranesense*”¹⁵⁰.

Entretanto sai uma nota oficiosa em que se refere as Comemorações do Centenário da Fundação de Portugal, em que se restaurarão muitos dos monumentos nacionais, incluindo o Castelo, o Paço dos Duques e a Igreja de S. Miguel¹⁵¹. E os jornais locais fazem considerações sobre a nota informativa, e começa-se a acentuar o nacionalismo “profundo” dos Vimaranesenses¹⁵².

Começa-se a falar na necessidade de a Câmara construir uns Paços do Concelho adequados, e também que, no edifício do Paço dos Duques, que já se

¹⁴⁴ Ibidem NG, nº 257 (1937 Jan.10), p. 1.

¹⁴⁵ Ibidem CG, nº 4991 (1937 Abr.30), p. 3.

¹⁴⁶ Ibidem NG, nº 296 (1937 Out.10), p. 1.

¹⁴⁷ Ibidem NG, nº 300 (1937 Nov.7), p. 1.

¹⁴⁸ Ibidem NG, nº 301 (1937 Nov.14), p. 2.

¹⁴⁹ Ibidem CG, nº 5031 (1938 Fev.4), p. 1.

¹⁵⁰ Ibidem NG, nº 315 (1938 Fev.20), p. 3.

¹⁵¹ Ibidem NG, nº 368 (1939 Fev.28), p. 4.

¹⁵² Ibidem NG, nº 321 (1938 Abr.3), p. 3.

encontrava em restauro, fosse instalado o Museu Alberto Sampaio (já decretado), na altura com instalações bastante exíguas no claustro da Colegiada, e ainda o Arquivo Municipal de Guimarães e uma Biblioteca¹⁵³. E vêm mais 1.000 contos para Guimarães¹⁵⁴.

Conforme já foi dito, o Presidente informou a Câmara em sessão de 10 de Março de 1939 da reunião que tinha tido com o Ministro das Obras Públicas e Comunicações sobre as obras a realizar, com vista às Comemorações Centenárias¹⁵⁵.

Em Abril de 1939 já estava superiormente aprovada a planta das obras do aformoseamento dos terrenos que confinavam com o Castelo de Guimarães e Paço dos Duques de Bragança, que iriam iniciar-se em breve. Dominando-os, ir-se-ia destacar a estátua de D. Afonso Henriques, que para esse fim seria para ali transportada¹⁵⁶.

Entretanto, em Maio de 1939 decide-se que, para além de se instalar no Paço dos Duques o Museu Alberto Sampaio, se instale o Arquivo Municipal de Guimarães e uma Biblioteca Nacional, e mesmo uma residência para o Presidente da República¹⁵⁷. Há quem defenda a instalação dos Paços do Concelho no edifício, contra o que Alfredo Pimenta se insurge veementemente¹⁵⁸.

Em Julho de 1939 partem para a Normandia os arquitectos Baltazar de Castro e Rogério de Azevedo “*onde vão estudar alguns aspectos ainda obscuros dos Paços dos Duques de Bragança. É na França, na região da Normandia, que se encontram alguns palácios semelhantes ao nosso, e o escrúpulo destes artistas leva-os a irem procurar fontes de consulta que lhes permitam fazer, em Guimarães, uma obra honesta. Ainda há gente assim, louvores a Deus*”¹⁵⁹.

Os trabalhos decorriam agora com rapidez, e em Setembro de 1939 todo o ângulo norte do edifício estava concluído de trabalho de pedra; começou a reconstrução do ângulo poente, ou seja da fachada do edifício; já estavam pavimentados todos os aposentos do primeiro andar, em três ângulos; e o claustro interno, que oferecia então um aspecto deslumbrante, prevendo-se que ficasse concluído até ao fim desse ano¹⁶⁰.

¹⁵³ Ibidem NG, nº 340 (1938 Ago.14), p. 3.

¹⁵⁴ Ibidem NG, nº 368 (1939 Fev.28), p. 4.

¹⁵⁵ Ibidem CG, nº 5089 (1939 Mar.17), p. 2; Ibidem NG, nº 370 (1939 Mar.12), p. 3.

¹⁵⁶ Ibidem CG, nº 5093 (1939 Abr.14), p. 2.

¹⁵⁷ Ibidem NG, nº 378 (1939 Maio 7), p. 1.

¹⁵⁸ Ibidem NG, nº 379 (1939 Maio 14), p. 1.

¹⁵⁹ Ibidem NG, nº 387 (1939 Jul.7), p. 2.

¹⁶⁰ Ibidem NG, nº 396 (1939 Set.10), p. 1.

Entretanto, a pedido do Presidente da Câmara, o Ministro das Obras Públicas concedeu mais 400.000\$00¹⁶¹, tendo já sido despendidas com as obras 2.200 contos. Andavam nesse final de ano de 1939 a trabalhar no restauro mais de cem operários¹⁶². E, paralelamente, continuava o arranjo do Parque do Castelo com a demolição dos prédios que rodeavam o Paço¹⁶³. No plano de Obras da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para o ano de 1940, e que foi publicado nos jornais, estavam incluídas as seguintes verbas: arranjo da zona do castelo de Guimarães e dos Paços dos Duques de Bragança, continuação das obras, 300.000\$; Paço dos Duques de Bragança em Guimarães, continuação das obras, 800.000\$¹⁶⁴.

É assim que a imprensa comenta as obras e lembra a necessidade de monumentalizar a fachada do Paço¹⁶⁵.

No início dos anos 40, centenas de operários trabalhavam sem descanso e adiantava-se já o pedestal onde iria ser colocada a estátua de D. Afonso Henriques¹⁶⁶. Entretanto vem, pelo Fundo Desemprego, mais 300 contos para avanço das obras¹⁶⁷.

Finalmente, em Maio de 1940 a estátua de D. Afonso Henriques foi transferida do Largo do Toural para junto dos Paços dos Duques de Bragança¹⁶⁸.

Para o ano de 1941, mais uma vez o Estado dá mais 500 contos para a conclusão das obras dos Paços dos Duques de Bragança¹⁶⁹, e posteriormente, mais 100 contos¹⁷⁰. Em Setembro de 1941 Ministro das Obras Públicas visita o monumento para avaliar as obras em curso¹⁷¹.

Em 1942 o Presidente do Conselho de Ministros, Prof. Doutor António de Oliveira Salazar, ordena à Direcção dos Monumentos Nacionais que fossem intensificados os trabalhos para a instalação definitiva no Paço dos Duques de Bragança do Museu Alberto Sampaio¹⁷² e nesse mesmo ano, concede a verba de 500 contos¹⁷³,

¹⁶¹ *Ibidem NG*, nº 405 (1939 Nov.12), p. 1.

¹⁶² *Ibidem CG*, nº 5124 (1939 Nov.17), p. 1.

¹⁶³ *Ibidem CG*, nº 5129 (1939 Dez.22), p. 3.

¹⁶⁴ *Ibidem NG*, nº 421 (1940 Fev.3), p. 1.

¹⁶⁵ *Ibidem NG*, nº 421 (1940 Fev.3), p. 1.

¹⁶⁶ *Ibidem CG*, nº 5144 (1940 Abr.5), p. 2.

¹⁶⁷ *Ibidem CG*, nº 5145 (1940 Abr.12), p. 3; *Ibidem NG*, nº 427 (1940 Abr.14), p. 1.

¹⁶⁸ *Ibidem CG*, nº 5151 (1940 Maio 24), p. 3.

¹⁶⁹ *Ibidem CG*, nº 5186 (1941 Jan.24), p. 3; *Ibidem NG*, nº 469 (1941 Jan.26), p. 3.

¹⁷⁰ *Ibidem CG*, nº 5218 (1941 Set.5), p. 3.

¹⁷¹ *Ibidem NG*, nº 504 (1941 Set.28), p. 1.

¹⁷² *Ibidem NG*, nº 520 (1942 Jan. 18), p. 1.

¹⁷³ *Ibidem NG*, nº 521 (1942 Jan.25), p. 4.

que não são suficientes. Por isso as obras param, recomeçando novamente depois da atribuição de mais subsídios¹⁷⁴.

Entretanto, em Maio de 1942 principiam as obras de adaptação do ângulo sul e nascente do monumento aos serviços de instalação do Museu Alberto Sampaio¹⁷⁵. Mas as obras são aos soluços, tornam a parar e a recomeçar¹⁷⁶.

Em 1943 vêm mais 800 contos para a continuação do restauro¹⁷⁷, tendo a Câmara Municipal em sessão de Abril exarado um voto de agradecimento ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações pelas participações, que acabava de conceder, não só às obras municipais como ao restauro dos Paços dos Duques de Bragança e igrejas do concelho¹⁷⁸.

Em Junho de 1943, por sugestão do Director do Museu Alberto Sampaio, foram entregues ao artista Guilherme Camarinha os vitrais da capela dos Paços dos Duques de Bragança, que representariam o Calvário e a Coroação da Virgem¹⁷⁹. E mais uma vez o Estado dá 300 contos para a continuação das obras em curso no Paço dos Duques de Bragança¹⁸⁰. Em 1944 o Estado concede mais 100 contos para a continuação do seu restauro¹⁸¹ e posteriormente mais 300 contos¹⁸².

Torna-se a reforçar com 80 contos a participação já concedida à DGEMN para a execução da 1ª fase dos trabalhos de restauro dos Paços dos Duques de Bragança¹⁸³.

Em Abril de 1945 o Ministro das Obras Públicas, Eng. Cancela de Abreu, esteve em Guimarães e trocou impressões sobre o plano de Alfredo Guimarães para a instalação do Museu Alberto Sampaio nos Paços dos Duques de Bragança. Este Museu colocaria nos Paços cerca de 900 peças suas, a que se acrescentariam os núcleos de Arte Moderna que a Direcção Geral da Fazenda Pública, de acordo com o Museu Nacional de Arte Contemporânea, transferiria para estas instalações, que depois adquiririam o título de Nacional¹⁸⁴.

¹⁷⁴ *Ibidem NG*, nº 523 (1942 Fev.8), p. 2; *Ibidem NG*, nº 531 (1942 Abr.5), p. 1; *Ibidem CG*, nº 5251 (1942 Abr.24), p. 3.

¹⁷⁵ *Ibidem CG*, nº 5253 (1942 Maio 8), p. 3.

¹⁷⁶ *Ibidem NG*, nº 550 (1942 Ago.16), p. 2; *Ibidem CG*, nº 5274 (1942 Out.2), p. 3.

¹⁷⁷ *Ibidem NG*, nº 583 (1943 Abr.4), p. 1.

¹⁷⁸ *Ibidem NG*, nº 584 (1943 Abr.11), p. 3.

¹⁷⁹ *Ibidem NG*, nº 593 (1943 Jun.13), p. 2.

¹⁸⁰ *Ibidem CG*, nº 5320 (1943 Ago.20), p. 2; *Ibidem NG*, nº 603 (1943 Ago.22), p. 3.

¹⁸¹ *Ibidem CG*, nº 5342 (1944 Jan.21), p. 3; *Ibidem CG* nº 5346 (1944 Fev.18), p. 1.

¹⁸² *Ibidem CG*, nº 5348 (1944 Mar.3), p. 3.

¹⁸³ *Ibidem CG*, nº 5383 (1944 Nov.3), p. 2.

¹⁸⁴ *Ibidem NG*, nº 690 (1945 Abr.22), p. 1.

Em 1946 em sessão da Câmara de 20 de Fevereiro, esta concorda inteiramente com as condições e projecto apresentado pelo Eng. Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais sobre a zona de protecção que circunda o Castelo de Guimarães e Paço dos Duques de Bragança¹⁸⁵. Ainda neste mesmo ano vêm mais 1000 contos para a continuação das obras¹⁸⁶ e começa-se a pensar em colocar projectores luminosos no conjunto histórico dos monumentos da Fundação¹⁸⁷.

Em Agosto recomeçam obras de restauro dos Paços dos Duques de Bragança, que deveriam concluir os trabalhos de pedraria, ainda neste ano de 1946, prosseguindo as ornamentações dos vitrais e outros trabalhos¹⁸⁸. Assim, no grande salão deveria começar a ser montada a estatuária lapidar do Museu de Alberto Sampaio¹⁸⁹. Entretanto o “*Diário de Lisboa*”, em Fevereiro de 1947, anuncia que as obras dos Paços dos Duques de Bragança, deveriam ficar concluídas dentro de um mês, por imposição de uma portaria¹⁹⁰, sendo prorrogado até 28 de Fevereiro o prazo fixado à DGMN, para conclusão das obras de restauro dos Paços dos Duques de Bragança, realizadas em regime de comparticipação pelo Fundo do Desemprego¹⁹¹, que nesse ano de 1947 dá mais 200 contos para as obras¹⁹². No entanto, em 1948 as obras pararam mais uma vez. Em 1951 queixava-se a imprensa de que elas nunca mais recomeçavam¹⁹³.

O Palácio é em 30 de Abril de 1952 incluído na zona de protecção do Castelo de Guimarães¹⁹⁴. Em inícios de 1953 esteve em Guimarães, sendo acompanhado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Augusto Ferreira da Cunha, o Arqt. Luís Benavente, que foi encarregado pelo Ministério das Obras Públicas de dirigir a continuação das obras de restauro do Paço dos Duques de Bragança e o arranjo do Parque à sua volta¹⁹⁵. No ano seguinte no orçamento do Ministério das Obras Públicas, foi votada uma avultada verba para que se fizessem, sem qualquer interrupção, até ao final, as obras de restauro quer interior, quer exteriormente¹⁹⁶. Assim, em 1954 vai a

¹⁸⁵ *Ibidem CG*, nº 5455 (1946 Mar.22), p. 3.

¹⁸⁶ *Ibidem NG*, nº 739 (1946 Mar.31), p. 3.

¹⁸⁷ *Ibidem NG*, nº 743 (1946 Abr.28), p. 3.

¹⁸⁸ *Ibidem NG*, nº 759 (1946 Ago.18), p. 2.

¹⁸⁹ *Ibidem NG*, nº 708 (1946 Ago.26), p. 1.

¹⁹⁰ *Ibidem NG*, nº 783 (1947 Fev.2), p. 1.

¹⁹¹ *Ibidem CG*, nº 5501 (1947 Fev.7), p. 2.

¹⁹² *Ibidem CG*, nº 5532 (1947 Set.12), p. 3.

¹⁹³ *Ibidem NG*, nº 1008 (1951 Maio 13), p. 1.

¹⁹⁴ *PDM: Guimarães*.

¹⁹⁵ *Ibidem NG*, nº 1095 (1953 Jan.11), p. 2.

¹⁹⁶ *Ibidem NG*, nº 1152 (1954 Fev.7), p. 3; *Ibidem CG*, nº 5865 (1954 Jan.29), p. 1.

concurso, por 839 contos, uma nova empreitada de conservação do Paço¹⁹⁷. E nesse mesmo ano, segundo diziam os diários, o contrato para o seu restauro e conservação tinha o valor de 558 contos¹⁹⁸.

A Câmara Municipal, em sessão de 16 de Fevereiro de 1955 recebe da DGEMN o plano das expropriações a realizar para o desafogo da zona envolvente do castelo, Igreja de S. Miguel e Paço dos Duques, conforme já foi referido¹⁹⁹. Mas em 1955 decidiu-se continuar as obras, tendo como base de licitação de 1 408 500\$00 o concurso para continuação das obras de conservação e restauro, concurso a fazer-se em 15 de Abril²⁰⁰. Realmente as obras prosseguiram e, em sessão da Mesa da Misericórdia de 21 de Março de 1955, foi lido um Ofício da Direcção Geral da Fazenda Pública autorizando a entrega à Misericórdia dos restos de madeiramento provenientes da demolição dentro dos Paços dos Duques de Bragança, para serem utilizados como combustível²⁰¹. Ainda neste mesmo ano, a Câmara Municipal, em sessão de 22 de Maio de 1955, delibera enviar um telegrama aos Presidente do Conselho de Ministros, Ministro das Finanças e Director Geral da Fazenda Pública, congratulando-se com a vinda para os Paços dos Duques dos valiosos panos que constituíam a réplica das tapeçarias de Pastrana²⁰², sendo ainda constituída uma comissão para o estudo do mobiliário a instalar²⁰³. Finalmente em Julho desse ano recomeçaram as obras de restauro²⁰⁴. Em Julho de 1957 ainda são publicados editais para a conclusão dos Paços, cuja base de licitação é de 3.714 contos²⁰⁵, tendo a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais sido autorizada a celebrar contratos para a conclusão das obras de restauro do edifício, pela importância de 2.939.351\$30²⁰⁶.

Em Maio de 1957 o pintor de arte António Lino da Veiga Ferreira Pedras, mais conhecido por António Lino, foi contratado para execução de cartões em tamanho natural e vitrais para a capela do Paço dos Duques de Bragança, pela importância de 70 mil escudos²⁰⁷ e em Junho já se encontrava em Guimarães bastante mobiliário destinado

¹⁹⁷ *Ibidem NG*, nº 1174 (1954 Jul.11), p. 2; *Ibidem* nº 1176 (1954 Jul.25), p. 1.

¹⁹⁸ *Ibidem CG*, nº 5901 (1954 Out.8), p. 2.

¹⁹⁹ *Ibidem CG*, nº 5920 (1955 Fev.18), p. 2.

²⁰⁰ *Ibidem CG*, nº 5925 (1955 Mar.25), p. 1; *Ibidem NG*, nº 1211 (1955 Mar.27), p. 1.

²⁰¹ *Ibidem NG*, nº 1211 (1955 Mar.27), p. 1.

²⁰² *Ibidem NG*, nº 1220 (1955 Maio 22), p. 2.

²⁰³ *Ibidem CG*, nº 5940 (1955 Jul.8), p. 1.

²⁰⁴ *Ibidem CG*, nº 5942 (1955 Jul.22), p. 1.

²⁰⁵ *Ibidem CG*, nº 5994 (1956 Jul.20), p. 2.

²⁰⁶ *Ibidem CG*, nº 6002 (1956 Set.14), p. 3; *Ibidem NG*, nº 1289 (1956 Set.16), p. 1.

²⁰⁷ *Ibidem NG*, nº 1324 (1957 Maio 12), p. 1.

à decoração de alguns aposentos²⁰⁸ e outro ainda em Agosto e Setembro²⁰⁹. E neste mesmo ano saiu um Decreto Lei publicado pelo Ministério das Finanças, que submetia ao regime legal dos Palácios Nacionais, o antigo Paço dos Duques, em Guimarães, onde o Presidente da República tinha ficado instalado durante a sua recente visita ao Minho²¹⁰.

Em 1958 começa-se a tratar da iluminação, tendo a Câmara Municipal, em sessão de 27 de Agosto de 1958, deliberado submeter à apreciação da DGEMN as propostas apresentadas para iluminação dos três monumentos²¹¹, pensando-se terminar ainda antes do fim do ano²¹². Também em finais desse mesmo ano foram colocados na capela dos Paços dos Duques de Bragança, os grandes vitrais de António Lino²¹³.

Em resumo as obras realizadas foram as seguintes: *“Duma maneira geral, as obras realizadas, quer sobre o aspecto de restauro do Paço, quer sobre o desafogo e arranjo envolvente, podem enumerar-se como se segue: demolição de construções feitas pelo quartel; expropriação e demolição do casario adossado à muralha na parte posterior do Paço; arranjo e ajardinamento do terreno envolvente do edifício; execução da fachada principal e da voltada ao Castelo a partir do 1º andar; construção de todos os pavimentos, armações e cobertura de telhados e reconstrução dos adarves; arranjo das cantarias de todas as janelas em direcção dos maineis em falta; reparação das cantarias das paredes e refechamento de juntas; reconstrução do pátio segundo elementos encontrados; construção de todas as portas, portadas e caixilhos das janelas; arranjo geral da capela, com execução de tribunas, vitrais, etc; execução duma rede de saneamento, distribuição de água e electricidade; decoração e aquisição de mobiliário”*²¹⁴.

Em 1959 continuam a chegar peças para o Palácio²¹⁵ e estava-se já a terminar a capela ducal²¹⁶. É ainda atribuído um subsídio para completar o programa de valorização do conjunto monumental em que se integrava o Paço Ducal de Guimarães, por Decreto Lei 42 204, de 7 de Abril de 1959, que confiava à Câmara a execução do

²⁰⁸ Ibidem NG, nº 1331 (1957 Jun.30), p. 1.

²⁰⁹ Ibidem NG, nº 1340 (1957 Set.1), p. 1; Ibidem CG, nº 6053 (1957 Set.6), p. 2.

²¹⁰ Ibidem NG, nº 1437 (1959 Jul.12), p. 1.

²¹¹ Ibidem NG, nº 1392 (1958 Ago.31), p. 3; Ibidem CG, nº 6104 (1958 Ago.29), p. 2.

²¹² Ibidem NG, nº 1394 (1958 Set.14), p. 2.

²¹³ Ibidem NG, nº 1402 (1958 Nov.9), p. 1; Ibidem CG, (1958 Nov.14), p. 2.

²¹⁴ MOP-DGEMN: Paço dos Duques em Guimarães. 1959, p. 9-10.

²¹⁵ Ibidem CG, nº 6125 (1959 Jan.23), p. 2.

²¹⁶ Ibidem NG, nº 1413 (1959 Jan.25), p. 1.

projecto aprovado pelo Governo²¹⁷, tomando a Câmara conhecimento disso em reunião de 15 de Abril de 1959.

Em reunião de 13 de Maio de 1959 a mesma Câmara Municipal aceitava o orçamento para electrificação subterrânea da zona dos Paços dos Duques de Bragança, para execução imediata, no montante de 63.764\$00²¹⁸. Entretanto foram entregues ao Estado os terrenos destinados ao arranjo da zona dos Paços dos Duques de Bragança²¹⁹.

Finalmente o Presidente da República inaugura o edifício a 25 de Junho de 1959²²⁰. Abre ao público a 25 de Agosto, sendo o preço de entrada de 2\$50 e gratuito aos feriados²²¹.

O restauro concluiu-se nos finais dos anos 50, pela mão do arquitecto João Filipe Vaz Martins, sendo a obra editada no Boletim da DGEMN, n.º 102, em Dezembro de 1960.

O Paço dos Duques foi levantado segundo uma reconstituição hipotética do plano primitivo. O projecto de restauro, foi inicialmente entregue ao Arqt. Rogério de Azevedo, supervisionado pelo Director de serviços da DGEMN, Baltazar Castro. Não era clara a utilização a dar ao edifício, pensando-se nele de início para Museu, Biblioteca e Arquivo, mais tarde para a Câmara Municipal, e ainda para Residência Presidencial temporária, pelo que se pretendia traçar uma varanda para saudações presidenciais. Rogério de Azevedo vai ao sul de França, devido a existir uma influência francesa no traçado do Paço, na companhia de Baltazar de Castro, pouco antes do início da 2ª Grande Guerra. Há posteriormente divergências com Alfredo Pimenta e com outros arquitectos da DGEMN, referente a reconstruções de certas zonas do Monumento, especialmente na escadaria de acesso à capela, que levam ao abrandamento dos trabalhos, levando o Arqt. João Vaz Martins ao Cairo e Alexandria, para conclusão dos trabalhos, nomeadamente interiores²²². A imprensa também reflecte a opinião dos vimaranenses.

Em sessão da Câmara de 23 de Fevereiro de 1960, deliberou-se promover a adjudicação dos trabalhos de iluminação exterior do castelo, igreja de S. Miguel e Paços

²¹⁷ *Ibidem* CG, n.º 6137 (1959 Abr.17), p. 3.

²¹⁸ *Ibidem* NG, n.º 1429 (1959 Maio 17), p. 2.

²¹⁹ *Ibidem* CG, n.º 6145 (1959 Jun.12), p. 3.

²²⁰ *Ibidem* NG, n.º 1434 (1959 Jun.21), p. 1; *Ibidem* NG, n.º 1435 (1959 Jun.28), p. 1.

²²¹ *Ibidem* CG, n.º 6155 (1959 Ago.21), p. 2; *Ibidem* NG, n.º 1444 (1959 Ago.30), p. 1.

²²² Maria João Baptista Neto - *Ob. cit.* p. 423-445.

dos Duques²²³, adjudicando em 1962 esta empreitada²²⁴ e deliberando comunicar à firma concessionária Bernardino Jordão, Filhos e C^a Lda, para proceder ao estabelecimento do ramal para a iluminação festiva dos monumentos, em sessão de 4 de Setembro de 1962²²⁵, e posteriormente foram instaladas águas quentes e frias²²⁶.

Em Dezembro de 1961 A.L. de Carvalho escrevia sobre “*A escadaria monumental que teve projecto e não se fez*”, em que comenta também a escadaria secundária que se usa no acesso aos andares superiores do Paço dos Duques, e de que existiam alicerces e caboucos, segundo o próprio arquitecto Rogério de Azevedo em “*O Paço dos Duques de Bragança*”²²⁷.

A inauguração da iluminação festiva dos três grandes monumentos: o castelo, a igreja de S. Miguel e o Palácio Nacional, feita pela firma J. Montenegro foi concretizada pelo Ministro das Obras Públicas a 11 de Novembro de 1962²²⁸, fazendo-se posteriormente a instalação de um ascensor²²⁹.

Entretanto a imprensa comenta o “*mais importante restauro feito no país - o Palácio Nacional de Guimarães (antigos Paços dos Duques de Bragança)*” e reflecte sobre a necessidade de se fazer o mesmo à Igreja de Nossa Senhora da Oliveira²³⁰.

1.1.2. Cerca ou muro

Muralha. Em Janeiro de 1925, sob o título de “*Uma reliquia aniquilada*”, a imprensa registava o facto de se ter distribuído na cidade um manifesto que referia “*A esta mesma hora, nestes feios e primeiros dias do ano que começa (e que para nós infelizmente, bem mal!), está-se destruindo ali na vizinha estrada de Fafe parte da histórica muralha de D. Diniz, derradeiro vestígio desse glorioso cinto ameadado que outrora rodeava a cidade, como preciosa relíquia dum passado cheio de heroísmo e amor pátreo! [...] E deitam-se abaixo essas memoráveis pedras para realizar um melhoramento local que talvez fique, como as obras de Santa Engrácia, sem nunca se concluir!... / Ontem assistimos à derrubação dos preciosos templos das Capuchinhas e*

²²³ Ibidem CG, nº 6179 (1960 Fev.2), p. 3; Ibidem NG, nº 1426 (1960 Fev.28), p. 4.

²²⁴ Ibidem CG, nº 6279 (1962 Jan.5), p. 4.

²²⁵ Ibidem CG, nº 6315 (1962 Set.14), p. 4; Ibidem NG, nº 1602 (1962 Set.9), p. 3.

²²⁶ Ibidem NG, nº 6318 (1962 Out.5), p. 3.

²²⁷ Ibidem NG, nº 1562 (1961 Dez.3), p. 1.

²²⁸ Ibidem NG, nº 1611 (1962 Nov.11), p. 1.

²²⁹ Ibidem CG, nº 6494 (1966 Fev.18), p. 1.

²³⁰ Ibidem NG, nº 1801 (1966 Jun.26), p. 2.

Santa Clara, hoje à mutilação dos Paços dos Duques de Bragança e muralha medievá que o nosso sangue já tingiu ![...]”²³¹.

E em Fevereiro de 1929, A.L. de Carvalho, numa crónica intitulada *A muralha soterrada* referia: “[...] *A mim apraz-me verberar o erro de “engenharia indígena” que fez reduzir a muralha da cidade às proporções de... um muro de quinta[...]”²³². Desde finais do século XVIII que a Muralha de Guimarães sofria constantes atentados.*

Conforme a imprensa já se referira, em 1931 alguns dos monumentos da cidade encontravam-se em muito mau estado. Por isso, em 1932, começa-se a pensar que a Câmara tem que tomar atenção aos monumentos, e não crivá-los de reclamos ridículos, como dizia A.L. de Carvalho, um antigo vereador e homem de letras referindo-se ao facto de na muralha ainda existir um reclame ao “*Vacuum Oil*”, que “*servem somente para provocar gargalhadas aos nossos visitantes [...] A propósito e não porque seja ridículo: Não seria preferível ver, ali, naquele pedaço de veneranda muralha, que fica no Toural, em vez dum anúncio, as velhas paredes a descoberto e, no centro, em azulejo, uma passagem dos Lusíadas?...*”²³³. Também Jerónimo de Almeida, um conhecido poeta vimaranense referindo-se ao facto de na muralha ainda existir um reclame ao “*Vacuum Oil*” dizia: “*Os monumentos devem ter um ambiente próprio, um cenário adequado que lhes não amesquinhe nem o aspecto nem a significação, e romanticamente defendia que a antiga fonte voltasse para o Toural e a estátua de D. Afonso Henriques fosse para junto do castelo*”²³⁴. Referiria mais tarde que “*as muralhas infelizmente se deitaram abaixo para alargar a cidade, que desde então se começou a modernizar com muita ausência de bom gosto, é certo*”²³⁵. Toda esta campanha, acompanhada por alguns dos intelectuais vimaranenses deu fruto, e em Outubro de 1934 já se encontrava em restauro a zona das muralhas perto do Toural, “*que tão criminosamente serviam de painel para anúncios espalhafatosos*”²³⁶. A Comissão Administrativa da Câmara envia então ao director dos CTT um ofício em que dizia: “*Está a Câmara procedendo ao restauro de um pano da muralha do velho burgo, próximo do Jardim Público. Na parte superior deste muro passam vários fios, de entre os quais o cabo telefónico. Como este muro vai elevar-se em mais três ou quatro fiadas*

²³¹ *Ibidem CG*, nº 3850 (1925 Jan.20), p. 1.

²³² *Ibidem CG*, nº 4245 (1929 Fev.22), p. 1.

²³³ *Ibidem NG*, nº 3 (1932 Jan.25), p. 3.

²³⁴ *Ibidem NG*, nº 7 (1932 Fev.22), p. 2.

²³⁵ *Ibidem NG*, nº 9 (1932 Mar.7), p. 3.

de pedra, torna-se indispensável que os citados fios e cabo sejam igualmente elevados. Solicitamos, pois a V^a Ex^a as necessárias providências, por modo que a obra não seja interrompida, porquanto torna-se mister dar-lhe mais desenvolvimento”²³⁷.

Na sessão do dia 8 de Novembro de 1934 foi deliberado solicitar do Dr. Fernando Gilberto Pereira a autorização para, no pano de muralha que possuía no largo 28 de Maio, fazer obras de restauro²³⁸.

Em 1935 ainda esta parte da muralha se encontrava em restauro. Pensava-se nesse mesmo ano realizar a Festa do Trabalho, e pedia-se para que a “muralha” nessa altura não apresentasse um aspecto desolador, pois os montões de pedras quase serviam de pedestal, e o seu restauro ia-se eternizando²³⁹. O restauro tardava a terminar e os vimaranenses impacientavam-se²⁴⁰. Finalmente em Junho de 1935 foram retirados os paus do guincho, mas permaneceu o passeio desarranjado, o que a imprensa criticava vivamente²⁴¹.

Em Agosto de 1935 escreveu-se um letreiro para colocar na torre da Alfândega, em vez das estrofes dos Lusíadas que estavam previstas para o local²⁴². Diz a imprensa que “a Junta Autónoma das Estradas entrou em Guimarães como em terreno conquistado [...] como se permitiu profanar a Torre da Alfândega com uns letreiros que nos dizem ter sido postos ali para substituir as estrofes dos “Lusíadas”²⁴³. Tratava-se de sinais de trânsito que desfeavam a muralha. Mas apesar do restauro e do embelezamento da Torre da Alfândega, esta encontrava-se cheia de verdura²⁴⁴, e pedia-se a sua urgente limpeza²⁴⁵, numa forte campanha jornalística, que chegou ainda a criticar o facto de ter um quiosque perto dela²⁴⁶. Entretanto, em 1937, um ano depois de começarem as queixas, a Câmara ordenou a limpeza da Torre²⁴⁷, que não foi bem feita,

²³⁶ Ibidem CG, (1934 Out.12), p. 1.

²³⁷ Ibidem NG, nº 143 (1934 Out.28), p. 1.

²³⁸ Ibidem NG, nº 145 (1934 Nov.11), p. 2.

²³⁹ Ibidem CG, nº 4853 (1935 Abr.19), p. 2.

²⁴⁰ Ibidem NG, nº 175 (1935 Jun.9), p. 2.

²⁴¹ Ibidem NG, nº 178 (1935 Jun.30), p. 2.

²⁴² Ibidem NG, nº 187 (1935 Set.1), p. 1.

²⁴³ Ibidem NG, nº 186 (1935 Set.1), p. 1.

²⁴⁴ Ibidem NG, nº 225 (1936 Maio 24), p. 1.

²⁴⁵ Ibidem CG, nº 4954 (1936 Ago.14), p. 1; Ibidem CG, nº 4968 (1936 Nov.20), p. 4; Ibidem CG, nº 4995 (1937 Maio 28), p. 1; Ibidem NG, nº 238 (1936 Ago.23), p. 1; Ibidem NG, nº 257 (1937 Jan.10), p. 1.

²⁴⁶ Ibidem NG, nº 239 (1936 Ago.30), p. 1.

²⁴⁷ Ibidem NG, nº 278 (1937 Jun.6), p. 2.

permanecendo resquícios de vegetação²⁴⁸. Só em Novembro de 1937, a Torre foi convenientemente limpa de todas as ervas que a desfeavam²⁴⁹.

Em 1940 fala-se na reconstrução da Muralha nos Palheiros, e lança-se a ideia de reconstruir a antiga Torre de S. Bento²⁵⁰, demolida ainda durante a Monarquia. É que ao proceder-se ao alargamento da Rua dos Palheiros, demoliram-se alguns prédios que faziam encosto ao pano de uma parte das antigas Muralhas da cidade. Desaparecidas as casas, as muralhas abriram fendas e com as chuvas que se faziam sentir, ruíram quase arrastando consigo uma casa, que lhes ficava contígua. Foi em 28 de Março de 1940 que se deu este acontecimento²⁵¹, e completava-se um século sobre a demolição da Torre da Senhora da Graça, mais conhecida por Torre de S. Bento, demolição essa que se iniciou em 11 de Maio de 1840. Foram imediatamente tomadas precauções, esperando-se autorização da DGMN, para se proceder como fosse necessário²⁵². Em sessão da Câmara em Março de 1940 o Presidente informou a Câmara de que, apenas teve conhecimento de que a muralha da cidade, aos Palheiros, ameaçava ruína, o comunicou à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, por meio de ofício e telegraficamente, solicitando as providências necessárias²⁵³.

Assim começou-se a sentir a necessidade de se proceder à sua demolição. Esperava-se que a Comissão dos Monumentos Nacionais se pronunciasse favoravelmente. A demolição da Muralha deveria ser feita até ficar a descoberto a casa Moura Machado, de “arquitectura portuguesa”, que se pensava merecer ser posta à vista dos visitantes. É que apesar do arranjo que se encontrava a ser feito no antigo Largo dos Laranjais, este tinha um carácter provisório, pois continuava-se a pretender prolongar a Rua do Condestável, de modo a facilitar os acessos ao Liceu²⁵⁴.

Assim, a Câmara Municipal, em sessão de 10 de Abril de 1940 deliberou mandar proceder à demolição imediata da parte da muralha da cidade, que ameaçava ruína iminente, em virtude do parecer da DGEMN, e ouvida a Comissão de Estética

²⁴⁸ *Ibidem NG*, nº 279 (1937 Jun.13), p. 1.

²⁴⁹ *Ibidem CG*, nº 5009 (1937 Set.3), p. 2; *Ibidem CG*, nº 5011 (1937 Set.10), p. 1 *Ibidem NG*, nº 292 (1937 Set.12), p. 1.

²⁵⁰ *Ibidem NG*, nº 415 (1940 Jan.21), p. 1.

²⁵¹ *Ibidem CG*, nº 5143 (1940 Mar.3), p. 2.

²⁵² *Ibidem CG*, nº 5142 (1940 Mar.22), p. 2.

²⁵³ *Ibidem NG*, nº 424 (1940 Mar.24), p. 3; *Ibidem CG*, nº 5143 (1940 Mar.20), p. 3

²⁵⁴ *Ibidem NG*, nº 425 (1940 Mar.31), p. 1.

sobre se devia ou não proceder-se à demolição do prédio fronteiro ao Dr. Alfredo Rodrigues, na Rua 5 de Outubro²⁵⁵.

Também, em sessão ordinária de 3 de Julho de 1940 a Câmara autoriza António Pimenta Machado a demolir uma parte da antiga muralha, para ligar dois prédios e ocupar 20 m² na via pública, no Largo Conselheiro João Franco, para depósito de materiais²⁵⁶.

Mas a Muralha era também um suporte, e em Maio de 1940 a expensas da Acção Católica Feminina de Guimarães, pretendeu-se colocar na Muralha que enfrentava o Largo 28 de Maio, um “*panneaux*” em azulejo, de 5 metros de altura, com a imagem da Virgem da Conceição²⁵⁷, o que foi autorizado em sessão da Câmara de 28 de Maio de 1941²⁵⁸, mas que não chegou a concretizar-se.

Em Março de 1943 encontrava-se também em muito mau estado de conservação o edifício da igreja da Oliveira e a parte superior da muralha ao alto da Estrada de Fafe²⁵⁹. O Museu de Alberto Sampaio enviou então um ofício à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais sobre a limpeza das Muralhas de Guimarães, obtendo uma resposta afirmativa²⁶⁰.

Assim, em Julho de 1945 estava a ser limpa, pela parte interior, a muralha que acompanhava a cerca dos antigos D. Piores de Guimarães e que, posteriormente, foi entregue ao pároco da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira. Este trabalho prosseguiu até que os terrenos do pavimento do adarve ficaram prontos a lajear e igualmente se pudessem nivelar as paredes e tomar, de cimento e cal hidráulica, as juntas das pedras²⁶¹. No ano seguinte, estando completamente limpa a Muralha de Guimarães, trabalhava-se então na reconstituição interna do adarve, que prolongaria o monumento até junto da Capela de Nossa Senhora da Guia²⁶².

Em sessão de 9 de abril de 1947 José Adelino Cabral de Noronha e Menezes e esposa, dizendo que negociam a parte da muralha que lhes pertence no ângulo da Rua das Trinas, perguntam qual o projecto deste município acerca dos terrenos que pela parte sul fazem frente à nova Rua Dr. Agostinho Barbosa, ao que a Câmara respondeu,

²⁵⁵ *Ibidem NG*, nº 427 (1940 Abr.14), p. 3.

²⁵⁶ *Ibidem CG*, nº 5158 (1940 Jul.13), p. 3.

²⁵⁷ *Ibidem CG*, nº 5204 (1941 Maio 30), p. 3.

²⁵⁸ *Ibidem CG*, nº 5205 (1941 Jun.6), p. 3.

²⁵⁹ *Ibidem NG*, nº 581 (1943 Mar.21), p. 2.

²⁶⁰ *Ibidem NG*, nº 702 (1945 Jul.15), p. 1.

²⁶¹ *Ibidem NG*, nº 703 (1945 Jul.22), p. 1.

que, segundo o parecer urbanístico, foi deliberado o seguinte: que o edifício que se encontrava no ângulo da rua das Trinas e Dr. Agostinho Barbosa, fosse demolido; poderiam ser construídos dois prédios em separado, ficando entre eles a distância aproximada de seis a sete metros²⁶³. Ainda durante ano de 1947 a imprensa volta a queixar-se que é desagradável ver o pano da Muralha, na Avenida Alberto Sampaio, coberto de ervas²⁶⁴. Ainda se trabalhava no desmonte da muralha da cidade, na Avenida Duarte Pacheco, neste ano de 1947, ocorrendo na altura um grave acidente de trabalho²⁶⁵. Esta mesma zona, em 1949 encontrava-se transformada numa montureira, o que causava um desagradável aspecto e tentava à saúde dos moradores daquela nova artéria da cidade²⁶⁶.

Em Julho de 1950 a Câmara Municipal deliberou fazer a limpeza das terras resultantes das demolições a que se tinha procedido, na Rua Eng. Duarte Pacheco, entre esta rua e o largo dos Laranjais e as que existiam entre as ruas do Dr. Meira e a Capitão Alfredo Guimarães, e decidiu também solicitar a limpeza das muralhas na Rua Dr. Alberto Sampaio²⁶⁷.

Em Julho de 1950 o Museu Alberto Sampaio informou a DGMN da tentativa em curso para montagem de um café-restaurant no pano de muralha situada no largo 28 de Maio. O Museu esclarecia que o pano de muralha ali existente desde o reinado de D. Dinis, nos princípios do século XIV, era propriedade legítima da Nação, tendo-lhe sido adicionada ou encostada, “por abuso próprio de degradação patriótica”, (no século XIX) uma moradia particular que o Estado, aliás, podia mandar desmontar quando o entendesse²⁶⁸.

Em Julho de 1950 fez-se um achado arqueológico na zona das Lamelas. Não era o primeiro, pois já há anos, nas obras de demolição de algumas casas no antigo local da rua das Lamelas, apareceram, no subsolo, duas pedras pré-românicas, representando animais em luta e o signo marítimo da autoridade de S. Pedro. Segundo a imprensa, eram peças da antiga Capela de S. Bento, erigida naquele local e demolida aquando a construção da Muralha de Guimarães, a qual abriu ali, posteriormente, a Porta da Senhora

²⁶² *Ibidem NG*, 708 (1946 Ago.26), n.º p. 1.

²⁶³ *Ibidem CG*, n.º 5512 (1947 Abr.25), p. 4.

²⁶⁴ *Ibidem NG*, n.º 794 (1947 Abr.20), p. 3.

²⁶⁵ *Ibidem NG*, n.º 798 (1947 Maio 18), p. 3.

²⁶⁶ *Ibidem NG*, n.º 885 (1949 Jan.16), p. 2.

²⁶⁷ *Ibidem NG*, n.º 963 (1950 Jul.16), p. 3.

²⁶⁸ *Ibidem NG*, n.º 964 (1950 Jul.23), p. 2.

das Graças. Continuando, no entanto, a proceder à limpeza daquele local, surgiram novos documentos pré-românicos, dois capitéis e outro objecto, que recolheram ao Museu Alberto Sampaio, mediante autorização da Câmara Municipal de Guimarães²⁶⁹.

Em 1951 a CMG, sob proposta conjunta dos Dr. Augusto Cunha e Carlos Saraiva, não só mandou limpar, a vegetação selvagem a Muralha de Guimarães, como igualmente a frontaria da Colegiada e o Padrão da Batalha do Salado²⁷⁰.

Em sessão de 22 de Março de 1956 a Câmara Municipal decidiu sugerir à Direcção de Estudos do Distrito de Braga a retirada da placa de sinalização que se encontrava na Muralha fronteira ao Largo 28 de Maio, comprometendo-se a Câmara a substituí-la por outra com uma feição mais adequada ao centro da cidade²⁷¹.

Em Novembro de 1956 A.L. de Carvalho revoltava-se no jornal afirmando: *“Pelo que se anuncia o pano da muralha erguido na antiga Estrada de Fafe, vai receber mais um golpe. O resto que ficar, menos se justifica zelar a sua manutenção, porquanto, a alterosa muralha, ficará reduzida a uma pequena fracção, com manifesto prejuízo da sua monumentalidade. Gastei, em 1911, algumas balas de papel, a defender um trecho da referida muralha, e alguns metros desse monumento, que foram vendidos pelo Estado a um particular, para o alargamento do quintal da sua casa. Desta feita, a muralha sofrerá outro golpe, agora imposto por necessidade de urbanização, e ainda critério do mesmo Estado”*²⁷².

Mais tarde, em 1958, pelo Diário de Governo, 2ª série, n.º 203, de 30 de Agosto, fixou-se o perímetro de protecção das Muralhas de Guimarães, já consideradas Monumento Nacional por Diário do Governo n.º 136, 16 de Junho de 1910²⁷³.

Mas as queixas não terminam. Em 1959 as pessoas queixavam-se de que o pano da Muralha que encimava o tanque existente na Rua de Santo António, se apresentava denegrido e sujo pela acção do tempo²⁷⁴.

A CMG, em sessão de 3 de Maio de 1960, decidiu proceder à devolução ao Ministério das Finanças de uma parte de terreno da cerca do antigo Convento de Santa Clara, em permuta com outra parcela de terreno pertencente à paróquia de Nossa Senhora da Oliveira e necessária para o MAS, sugerindo-se, que fosse mantida uma

²⁶⁹ Ibidem NG, n.º 964 (1950 Jul.23), p. 1.

²⁷⁰ Ibidem NG, n.º 1007 (1951 Maio 6), p. 2; Ibidem CG, n.º 5725 (1951 Maio 25), p. 2.

²⁷¹ Ibidem CG, n.º 5977 (1956 Mar.23), p. 1.

²⁷² Ibidem NG, n.º 1299 (1956 Nov.25), p. 1.

²⁷³ PDM: Guimarães; Ibidem CG, n.º 6105 (1958 Set.5), p. 3.

faixa longitudinal de, pelo menos, dois metros junto à muralha, por forma a permitir o acesso público a esta Muralha²⁷⁵.

Em 1966 pensava-se na ampliação do edifício dos CTT, que ainda não tinha sido executada devido a dificuldades surgidas com os restos das velhas Muralhas da Cidade, que se encontravam ainda no interior de um dos prédios a demolir.

A imprensa refere que dos dezasseis prédios com fachada para a Rua de Santo António, encostados ao pano das muralhas, sete destruíram-na, vazando-a, entre elas o próprio palacete onde estavam instalados os CTT. Num dos prédios a demolir apareceram restos da antiga Muralha, mas considerava-se pouco representativa, pois era uma fracção insignificante, e nela se apoiava o velho e meio desmantelado prédio condenado a desaparecer. Surgia assim uma condicionante à ampliação da estação dos CTT, que se encontrava deficientemente instalada. O problema foi solucionado durante uma visita do Ministro das Obras Públicas, que mandou dar mais imponência e grandiosidade à fachada da parte a ampliar²⁷⁶.

Em Setembro de 1970 a Câmara Municipal delibera manter iluminado na muralha do Toural o dístico “Aqui nasceu Portugal”²⁷⁷.

²⁷⁴ Ibidem *CG*, nº 6165 (1959 Out.30), p. 2.

²⁷⁵ Ibidem *CG*, 6192 (1961 Maio 6), nº p. 4.

²⁷⁶ Ibidem *NG*, nº 1786 (1966 Mar.13), p. 2.

²⁷⁷ Ibidem *NG*, nº 2021 (1970 Set.26), p. 3.

jardim do Largo Martins Sarmento, sobre o canteiro sul²⁸⁰. O Jardim encontrava-se nesta época bastante abandonado: “*que mais parece um monte rapado com ervas secas e tudo*”. Mas começou a ser muito visitado, o que levou a que a imprensa pedisse a sua limpeza e mais cuidados²⁸¹. Assim, algum tempo depois indica que já se tinham iniciado as obras de ajardinamento e transformação do respectivo largo²⁸². A imprensa protestou porque os jovens o utilizavam para jogar futebol, o que não era digno daquele espaço²⁸³, tanto mais que agora estava rearranjado²⁸⁴.

O assunto é retomado anos depois. Em sessão da Câmara de 10 de Março de 1939, o Presidente informou de que na reunião com o Ministro das Obras Públicas e Comunicações tinha tratado das obras a executar, a fim de se poderem realizar as Comemorações Centenárias, tendo sido decidido que o Ministério das Obras Públicas e Comunicações custearia a urbanização dos terrenos à volta dos monumentos que formavam o conjunto compreendido pela Rua Conde D. Henrique, estrada de S. Torcato, Avenida da Cadeia, Rua Padre António Caldas, terrenos do Asilo de Santa Estefânia e Largo Martins Sarmento²⁸⁵. Tornava-se outra vez importante retomar o arranjo do Largo Martins Sarmento.

Entretanto, é reconduzida em Guimarães uma Comissão de Estética que, presidida pelo Dr. João Rocha dos Santos, reuniu pela primeira vez na sala das sessões da Câmara Municipal. Compareceram os membros, Dr. Augusto Cunha, vereador da Cultura e presidente da referida Comissão, Alberto Vieira Braga, Alfredo Guimarães, António de Azevedo, Alexandre Camarinha, José António de Sequeira Braga, José Luís de Pina e Dr. Ricardo de Freitas. Após a assinatura da posse discutiram diversos assuntos e trocaram impressões sobre algumas das mais importantes obras a realizar, sendo aprovada a transferência do Monumental Chafariz existente no Jardim do Carmo, para a Praça de D. Afonso Henriques em substituição da estátua do Fundador da Nacionalidade²⁸⁶. Isto levou uns a concordarem e outros a discordarem²⁸⁷, mas na generalidade a opinião era negativa porque ele ficava bem onde estava e porque se pensava que o Toural requeria algo novo.

²⁸⁰ Ibidem *NG*, nº 51 (1933 Jan.8), p. 2.

²⁸¹ Ibidem *NG*, nº 85 (1933 Set.10), p. 1.

²⁸² Ibidem *CG*, nº 4728 (1934 Jan.9), p. 2.

²⁸³ Ibidem *NG*, nº 113 (1934 Abr.1), p. 2.

²⁸⁴ Ibidem *NG*, nº 237 (1936 Ago.16), p. 1.

²⁸⁵ Ibidem *CG*, nº 5089 (1939 Mar.17), p. 2.

²⁸⁶ Ibidem *CG*, nº 5099 (1939 Maio 26), p. 4; Ibidem *NG*, nº 381 (1939 Maio 28), p. 1.

Entretanto, em princípios de Abril de 1941, para efeito de obras foi encerrada ao culto a igreja do Carmo, anexa a Santa Estefânia²⁸⁸, sendo os actos do culto celebrados numa dependência da casa, que para tal fim foi preparada, iniciando-se imediatamente as obras de restauro²⁸⁹. Em Setembro de 1952, anuncia-se de que abriria de novo ao culto no dia 1 de Outubro²⁹⁰.

Em Outubro de 1941, temos notícia de que se pretendia colocar na frontaria do Convento do Carmo um grande painel de azulejo, alusivo à Virgem da Conceição, se estava a executar nas oficinas da Fábrica do Carvalhinho, no Porto. Pensava-se inicialmente, inaugurá-lo no dia 1 de Dezembro²⁹¹, mas no dia 18 de Outubro reuniu a Comissão promotora da Homenagem a prestar à Imaculada Conceição, e pensou-se então no dia 26 de Outubro, dia da festa de Cristo Rei²⁹². Foi colocado na parede exterior da igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo, ainda nesse mesmo mês, sendo iniciativa da Acção Católica Feminina de Guimarães. Este trabalho foi executado sob direcção do Professor da Escola de Belas Artes, Manuel Rodrigues, na Fábrica de Cerâmica do Carvalhinho, em Vila Nova de Gaia²⁹³. Em inícios de Dezembro de 1941 já se procedia à conveniente iluminação do painel²⁹⁴.

Em 1947 a imprensa insurgia-se contra o desmazelo que reinava no Largo Martins Sarmiento, noticiando: “*É de mais - No jardim do Carmo e, portanto, em frente à Câmara Municipal*²⁹⁵, *foi improvisado um pequeno campo de futebol, cujos actuaes nenhuma consideração têm pelas pessoas que precisam de passar por lá. [...]*²⁹⁶, mas o hábito de se jogar futebol nos jardins só muito mais tarde se perdeu. No entanto, em Outubro de 1950, a imprensa louvava o estado de perfeito asseio das ruas de Guimarães, e o cuidado que havia na decoração dos jardins, principalmente Toural, largo 28 de Maio e Largo Martins Sarmiento²⁹⁷.

Em Maio de 1950 um incêndio destruiu dois prédios ao cimo do Largo Martins Sarmiento. Dos sinistrados salvou-se apenas a fachada em pedra do edifício habitado

²⁸⁷ Ibidem CG, nº 5103 (1939 Jun.23), p. 3; Ibidem NG, nº 382 (1939 Jun.4), p. 1;

²⁸⁸ Ibidem CG, nº 5197 (1941 Abr.11), p. 2; Ibidem NG, nº 479 (1941 Abr.6), p. 3.

²⁸⁹ Ibidem CG, nº 5204 (1941 Maio 30), p. 2.

²⁹⁰ Ibidem NG, nº 1080 (1952 Set.28), p. 3.

²⁹¹ Ibidem NG, nº 505 (1941 Out.5), p. 1.

²⁹² Ibidem CG, nº 5224 (1941 Out.17), p. 2.

²⁹³ Ibidem NG, nº 507 (1941 Out.19), p. 1; Ibidem NG, nº 508 (1941 Out.26), p. 3.

²⁹⁴ Ibidem CG, nº 5232 (1941 Dez.12), p. 3.

²⁹⁵ [Então instalada na Casa de Martins Sarmiento].

²⁹⁶ Ibidem NG, nº 806 (1947 Jul.13), p. 2.

²⁹⁷ Ibidem NG, nº 977 (1950 Out.8), p. 2; Ibidem NG, nº 998 (1951 Mar.4), p. 1.

pelo Dr. João Afonso de Almeida²⁹⁸. Em 1952 decidiu-se retomar as expropriações para continuar o arranjo do Parque do Castelo. Assim, pensou-se expropriar e demolir alguns prédios no Carmo, até ao local dos que foram pasto do pavoroso incêndio, pois prolongavam a zona de protecção aos Paços dos Duques de Bragança²⁹⁹. Assim, em Janeiro de 1953 já se anunciava que a Fazenda Nacional iria proceder à aquisição dos prédios do Largo Martins Sarmiento, pois fazendo estes parte da zona de protecção do Paço dos Duques, teriam que ser demolidos³⁰⁰. A própria cidade queria ansiosamente a demolição dos prédios da Rua Padre António Caldas e Largo Martins Sarmiento *“Prédios que devem desaparecer - Escreve-nos um amigo, pedindo se não esmoreça no arranjo que se deu ao terreno que circunda o castelo da Fundação, pois falta ainda demolir uns pequenos prédios situados na Rua Padre António Caldas, e outros no Largo Martins Sarmiento. [...]”*³⁰¹.

A Câmara Municipal em sessão de 28 de Outubro de 1953, aprovou os projectos de modificação do sistema de iluminação, entre outros, do Largo Martins Sarmiento³⁰², e em 10 de Julho de 1957 mandou proceder por administração directa à reparação dos bancos do jardim e colher propostas para a pintura dos mesmos bancos³⁰³, que foi adjudicada, em sessão de 29 de Agosto de 1957, a Sebastião de Freitas³⁰⁴.

A CMG, em sessão de 29 de Outubro de 1958, reuniu sob a presidência do Dr. José Maria Pereira de Castro Ferreira, que apresentou a proposta seguinte: *“No jardim do largo Martins Sarmiento há, na parte central, um chafariz que, a meu ver, deve ser convenientemente iluminado por forma a valorizar o ambiente em que se enquadra. Tenho a honra de propor que se proceda, desde já, ao estudo da iluminação desse chafariz, mas com um foco em local fronteiro ao monumento a Martins Sarmiento”*³⁰⁵.

Também a rua fronteira ao Largo não foi esquecida, e, em sessão de 7 de Janeiro de 1959, a Câmara decidiu aprovar os trabalhos, a mais, relativos à obra de *“Pavimentação de parte da Rua Serpa Pinto, sua continuação no Largo Martins Sarmiento e arranjo dos passeios”*, na importância de 37.159\$30³⁰⁶.

²⁹⁸ Ibidem NG, nº 953 (1950 Maio 7), p. 4.

²⁹⁹ Ibidem CG, nº 5763 (1952 Fev.15), p. 3; Ibidem CG, nº 5806 (1952 Dez.12), p. 3.

³⁰⁰ Ibidem CG, nº 5810 (1953 Jan.9), p. 2; Ibidem NG, nº 1095 (1953 Jan.11), p. 2.

³⁰¹ Ibidem CG, nº 5852 (1953 Out.30), p. 1.

³⁰² Ibidem NG, nº 1138 (1953 Nov.1), p. 2.

³⁰³ Ibidem NG, nº 1334 (1957 Jul. 21), p. 3.

³⁰⁴ Ibidem CG, nº 6052 (1957 Ago.30), p. 2.

³⁰⁵ Ibidem NG, nº 1405 (1958 Nov.30), p. 3.

³⁰⁶ Ibidem CG, nº 6125 (1959 Jan.23), p. 4.

Em 1960, é impressa uma crónica intitulada “*Ecos: Rabos de cabra - [...]Também não está certo o estado em que ficou o lugar dos prédios demolidos junto à igreja do Carmo. Aquela velha parede do fundo não pode ali ficar a denunciar uma antiga edificação que no mesmo local haveria e de que hoje nem memória existe. [...]*”³⁰⁷. Assim, a Câmara Municipal, em sessão de 19 de Julho de 1960, decidiu solicitar à DGEMN, o restauro da torre sineira da Igreja do Carmo e da sua fachada voltada ao Paço dos Duques de Bragança³⁰⁸. Mas em Abril de 1961 ainda a imprensa se queixava das ruínas da antiga torre sineira da igreja do Carmo³⁰⁹ e, também, da falta de iluminação³¹⁰.

Finalmente, em sessão de 20 de Junho de 1961, a Câmara Municipal leu o ofício do Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que informava ter ficado a cargo da Direcção Geral dos serviços de Urbanização o arranjo da empena Norte do Campanário da Igreja do Carmo³¹¹.

Também o antigo chafariz do Carmo teve problemas, pois o seu abastecimento de água foi afectado. A Câmara Municipal, em sessão de 26 de Junho de 1962 decidiu mandar proceder à vistoria de um desprendimento de terras verificado na Penha, que afectou o ramal duma mina de que a Câmara era consorte e que abastecia o chafariz do Largo Martins Sarmiento, e ordenar a elaboração da estimativa do custo da reparação³¹². Mas em Novembro de 1965 a imprensa refere que “*não se compreende que depois de um mês de excepcional queda de chuva ainda se encontre sem água o monumental chafariz do Largo Martins Sarmiento, que tão bem se enquadra um barroquismo da igreja e antigo convento do Carmo e na luxuriante vegetação que o cerca. Apelamos para o vereador do pelouro dos jardins, certos que tal anomalia será rapidamente sanada*”³¹³.

Entretanto, em 31 de Maio de 1968, pelas 12 horas, procedeu-se à inauguração da transferência dos serviços da Câmara Municipal do edifício do Largo de Martins

³⁰⁷ Ibidem NG, nº 1490 (1960 Jul.17), p. 2.

³⁰⁸ Ibidem CG, nº 6203 (1960 Jul.22), p. 4.

³⁰⁹ Ibidem NG, nº 1530 (1961 Abr.23), p. 5.

³¹⁰ Ibidem NG, nº 1530 (1961 Abr.23), p. 5.

³¹¹ Ibidem NG, nº 1539 (1961 Jun.25), p. 3; Ibidem CG, nº 6251 (1961 Jun.23), p. 4.

³¹² Ibidem NG, nº 1598 (1962 Ago.12), p. 5; Ibidem CG, nº 6305 (1962 Jul.6), p. 4.

³¹³ Ibidem NG, nº 1768 (1965 Nov.7), p. 3.

Sarmiento, património da Sociedade Martins Sarmiento, para o antigo Convento de Santa Clara, situado no largo do Cónego José Maria Gomes³¹⁴.

Em Outubro de 1971 a imprensa noticia que se vai proceder à instalação imediata de um infantário-creche na casa do Conde de Pombeiro³¹⁵. Em Janeiro do ano seguinte em sessão da Câmara deu-se conhecimento, de que nos departamentos estaduais de assistência, estava concluído o projecto de adaptação do Palacete dos Pombeiros, para nele se instalar um infantário-creche, pelo que se esperava que as respectivas obras se iniciassem, o mais tardar, no mês de Fevereiro³¹⁶. A partir daí não houve mais qualquer alteração no Largo de Martins Sarmiento.

Rua da Arcela. Em Abril de 1937, satisfazendo as instantes solicitações dos moradores da Rua da Arcela, e após a visita feita pelo Vice-Presidente da Câmara ao local entendeu-se dar um arranjo condigno à artéria que ligava a estrada de S. Torcato com a Avenida da Cadeia Nova³¹⁷. Em sessão de 4 de Abril de 1944 foi lido um officio de vários signatários moradores na Rua da Arcela, e que, por razões que expunham, pediam o calcetamento da referida rua, pela verba de “melhoramentos” rurais³¹⁸, e a Câmara, nesse mesmo mês deliberou proceder por intermédio da Repartição de Engenharia Municipal ao estudo da sua pavimentação, a fim de solicitar ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações a comparticipação do Estado para execução desta obra³¹⁹.

Nesta rua situa-se a Capelinha de Santo António da Arcela, que em finais de 1951, graças à iniciativa dos proprietários e de um grupo de moradores, passou por importantes obras de restauro, tendo reaberto ao culto no Domingo, dia 9 de Dezembro, numa cerimónia religiosa que foi precedida de procissão e conduziu o Santo desde o templo de Nossa Senhora da Oliveira³²⁰.

Em 1957 principiou a instalar-se o saneamento na Rua da Arcela, tendo a Câmara recebido para esta obra a comparticipação de 63 contos³²¹. Em sessão de 15 de Julho de 1959 a Câmara tomou conhecimento das circulares recebidas da Direcção

³¹⁴ Ibidem *CG*, nº 6612 (1968 Jun.8), p. 1.

³¹⁵ Ibidem *NG*, nº 2078 (1971 Out.30), p. 1.

³¹⁶ Ibidem *NG*, nº 2091 (1972 Jan.1), p. 1.

³¹⁷ Ibidem *NG*, nº 271 (1937 Abr.18), p. 1.

³¹⁸ Ibidem *CG*, nº 5354 (1944 Abr.24), p. 4.

³¹⁹ Ibidem *NG*, nº 636 (1944 Abr.9), p. 3.

³²⁰ Ibidem *NG*, nº 1039 (1951 Dez.16), p. 3.

Geral da Urbanização do Distrito de Braga, que informava terem sido aprovados, entre outros, os projectos de saneamento das Ruas da Arcela e Dr. Joaquim de Meira³²². Mais tarde, em sessão de 28 de Março de 1961 decidiu-se informar a Direcção de Urbanização do Distrito de Braga da necessidade de execução imediata da obra de saneamento das ruas da Arcela e Joaquim de Meira, para efeitos das respectivas participações do Estado³²³. A CMG, sessão de 30 de Junho de 1961 decidiu organizar o processo com vista à abertura do concurso público para os trabalhos de saneamento das referidas ruas³²⁴, decidindo, em sessão de 23 de Novembro designar o dia 5 de Dezembro para abertura das propostas³²⁵. Assim, durante a referida sessão, decidiu remeter à Direcção dos Serviços de Urbanização de Braga, para efeitos de parecer, as propostas relativas à obra de saneamento das Ruas da Arcela e Joaquim de Meira³²⁶.

Entretanto, a Câmara Municipal, em sessão de 16 de Abril de 1958 decidiu aprovar o projecto para pavimentação (em calçada, à fiada) da Rua da Arcela, cujo orçamento totalizava 152.409\$50, a fim de abrir concurso público para a respectiva empreitada³²⁷.

A iluminação era antiga e muito fraca, o que levou a que a Câmara Municipal de Guimarães, em reunião de 5 de Abril de 1967, decidisse a substituição da iluminação pública da Rua da Arcela, desde o Campo de S. Mamede à Cruz de Argola, por lâmpadas de vapor de mercúrio³²⁸.

Em meados de 1971 a Câmara Municipal decidiu mandar elaborar o projecto para o seu arranjo e saneamento³²⁹, referindo a imprensa que anteriormente a este ano apenas as Ruas da Arcela e Dr. Joaquim José de Meira tinham saneamento³³⁰.

Rua Conde D. Henrique (antiga Rua da Porta de Santo António). A CMG, em sessão de 10 de Março de 1939, ouviu a comunicação do Presidente, em que informava a Câmara de que na reunião com o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, no dia

³²¹ *Ibidem CG*, nº 6031 (1957 Abr.5), p. 1 *Ibidem NG*, nº 1319 (1957 Abr.7), p. 2.

³²² *Ibidem CG*, nº 6150 (1959 Jul.17), p. 3.

³²³ *Ibidem CG*, nº 6839 (1961 Mar.31), p. 4; *Ibidem NG*, nº 1527 (1961 Abr.2), p. 3.

³²⁴ *Ibidem CG*, nº 6848 (1961 Jun.2), p. 3.

³²⁵ *Ibidem CG*, nº 6269 (1961 Out.27), p. 4; *Ibidem NG*, nº 1562 (1961 Dez.3), p. 3.

³²⁶ *Ibidem CG*, 1962 Dez.15, nº 6276, p. 4; *Ibidem NG*, nº 1565 (1961 Dez.24), p. 3.

³²⁷ *Ibidem CG*, nº 6085 (1958 Abr.18), p. 2.

³²⁸ *Ibidem NG*, nº 1843 (1967 Abr.16), p. 3 *Ibidem NG*, nº 1843 (1967 Abr.16), p. 3.

³²⁹ *Ibidem NG*, nº 2054 (1971 Maio 15), p. 1.

3 tinham sido tratados diversos assuntos, entre os quais as obras de urbanização dos terrenos à volta do Castelo e Paços dos Duques de Bragança, com vista às Festas Centenárias da Fundação e Restauração de Portugal. Decidira-se ainda que o Ministério das Obras Públicas e Comunicações custearia a urbanização dos terrenos à volta dos dois monumentos, que formavam o conjunto compreendido pela Rua Conde D. Henrique, estrada de S. Torcato, Avenida da Cadeia, Rua Padre António Caldas, terrenos do Asilo de Santa Estefânia e Largo Martins Sarmento³³¹. Para o efeito começam-se a expropriar algumas casas existentes nesta rua³³². Não tendo tudo ficado expropriado e demolido no ano do Centenário, continuou-se posteriormente, tendo em vista a conclusão das obras do Parque. É que “*A demolição já feita de alguns prédios dessa rua deixou a descoberto inestéticos barracos, a ameaçar ruína, que estavam nos quintais dessas casas e passaram agora a primeiro plano. Há que expropriar os restantes prédios, que ainda não o tenham sido, para se continuarem as obras interrompidas e de tão necessária conclusão*”, pedia a imprensa³³³.

Em Janeiro de 1947, integrado no plano de actividades camarárias, estava previsto o arranjo do Parque que delimitava o castelo de Guimarães e anuncia-se para breve a demolição de alguns prédios da Rua do Conde D. Henrique, a fim de se dar início ao arranjo do terreno que circuitava o Castelo de Guimarães³³⁴. Esses prédios estavam já demolidos em Fevereiro desse ano, para que pudessem prosseguir as obras do Parque do Castelo de Guimarães³³⁵.

Na sua sessão de 27 de Maio de 1953, a Câmara Municipal resolveu: encarregar o empreiteiro António Baptista de Paiva de proceder à pavimentação e arranjo da Rua Conde D. Henrique³³⁶, e alguns anos mais tarde, em sessão de 7 de Setembro de 1955, decidiu aprovar a proposta do Presidente para o calcetamento com pedra à fiada do Largo em frente do Hospital da Misericórdia³³⁷.

³³⁰ Ibidem NG, nº 2075 (1971 Out.9), p. 1.

³³¹ Ibidem NG, nº 5089 (1939 Mar.17), p. 2.

³³² Ibidem CG, nº 5148 (1940 Maio 3), p. 2; Ibidem CG, nº 5168 (1940 Set.20), p. 4; Ibidem CG, nº 5185 (1941 Jan.17), p. 4.

³³³ Ibidem NG, nº 510 (1941 Nov.9), p. 1.

³³⁴ Ibidem CG, nº 5497 (1947 Jan.10), p. 2.

³³⁵ Ibidem NG, nº 784 (1947 Fev.9), p. 1.

³³⁶ Ibidem NG, nº 1115 (1953 Maio 31), p. 2.

³³⁷ Ibidem CG, nº 5949 (1955 Set.9), p. 3.

Rua Serpa Pinto. Em 8 de Outubro de 1933 o jornal *Notícias de Guimarães* publicava: “O “Atelier” de Pintura da Rua Serpa Pinto - Do ilustre artista, nosso querido conterrâneo e amigo, sr. Abel de Vasconcelos Cardozo, recebemos a seguinte carta: “... sr. Director do Notícias de Guimarães. Se lhe não fosse muito penoso, imensamente lhe agradeceria a publicação, num cantinho do seu conceituado jornal, do seguinte desabafo que devo intitular: *ÚLTIMA HOMENAGEM*. Recebi há dias, a dolorosa notícia da destruição do magnífico Atelier de Pintura, da Rua de Serpa Pinto, dessa cidade. Não existe, pois, do pequenino e saudoso templo, pedra sobre pedra! *Consummatum est!* O “Internato Municipal” e “Escola Académica”, não mais poderão anunciar, aos quatro ventos, o ensino das Artes do Desenho “em edifício próprio, expressamente construído para tal fim. [...]”³³⁸. É que o atelier de pintura de Abel Cardoso, situado na rua Serpa Pinto, tinha sido demolido, para “melhoramento” da rua.

Em contrapartida, em 28 de Julho de 1935 foi inaugurado o edifício da Associação Fúnebre Familiar Vimaranense³³⁹, sendo autor do projecto do novo edifício o Prof. Doutor António Pina³⁴⁰.

Entretanto a Câmara decide prolongar a Rua Serpa Pinto, um melhoramento muito necessário, para que a Avenida Duarte Pacheco ficasse em comunicação com a Serpa Pinto. Para isso o prolongamento teria que atravessar propriedades da Sociedade Martins Sarmento, agradecendo a Câmara, em sessão de dia 13 de Janeiro de 1939, as facilidades, que pela direcção da Sociedade Martins Sarmento lhe foram dadas para a expropriação necessária³⁴¹. Em 1943 a Câmara continua as expropriações, e em sessão de 25 de Maio delibera, entre outras coisas, proceder às expropriações dos prédios necessários para a abertura da rua de ligação do Largo Martins Sarmento ao lugar dos Palheiros (Rua de Santo António), prolongamento da Rua Serpa Pinto³⁴². Assim, em Novembro de 1943 determinou-se superiormente que fosse concedida, a partir de um de Maio, o prazo de quatro meses estabelecido à Câmara Municipal de Guimarães, para início dos trabalhos de prolongamento da Rua Serpa Pinto até à nova Avenida de acesso aos Paços dos Duques e Castelo³⁴³.

³³⁸ *Ibidem NG*, nº 89 (1932 Out.8), p. 2.

³³⁹ *Ibidem NG*, nº 182 (1935 Jul.28), p. 3; *Ibidem JLF - EV III*, p. 78v.

³⁴⁰ *Ibidem NG*, nº 183 (1935 Ago.4), p. 3.

³⁴¹ *Ibidem NG*, nº 363 (1939 Jan.22), p. 3.

³⁴² *Ibidem NG*, nº 591 (1943 Maio 30), p. 2.

³⁴³ *Ibidem NG*, nº 615 (1943 Nov.14), p. 2.

A Rua Serpa Pinto necessitava de obras, e em sessão de 21 de Novembro de 1957 decide-se pôr em arrematação a obra de pavimentação em calçada à fiada desta rua, desde a Praça Mumadona até à Rua das Trinas, pela importância de 141.621\$50³⁴⁴, tendo o anúncio sido publicado na imprensa³⁴⁵. A arrematação da nova pavimentação a paralelos foi feita por 49 mil escudos³⁴⁶. Mas o trabalho não fica feito dentro do prazo estabelecido, e em sessão de 30 de Julho de 1958 a Câmara decidiu prorrogar por mais trinta dias o prazo concedido a Gabriel Alves Sampaio Couto para execução da obra³⁴⁷, tendo-se, em sessão de 7 de Janeiro de 1959, decidido aprovar os trabalhos a mais relativos à obra de “Pavimentação de parte da Rua de Serpa Pinto, sua continuação no Largo Martins Sarmiento e arranjo dos Passeios” na importância de 37.159\$30³⁴⁸.

Rua das Trinas. Em 1932 a imprensa queixava-se da escuridão em que à noite se encontrava mergulhada a velha rua das Trinas³⁴⁹ e, em 1933, ano da Comemoração do Centenário de Martins Sarmiento, previa-se que esta seria uma rua muito frequentada, pois por aí deveriam passar muitos visitantes com destino ao largo onde iria ser inaugurado o monumento ao arqueólogo. Este largo encontrava-se num estado lastimoso. A imprensa lembrava à Câmara, especialmente ao vereador Saraiva Brandão, a conveniência de mandar arranjar a calcetaria de maneira a que desaparecessem aquelas grandes covas³⁵⁰. Isto porque nesta época os visitantes que pretendessem dirigir-se ao monumento de Martins Sarmiento, Paço dos Duques de Bragança e Castelo, só tinham duas artérias mais directas: as ruas Elias Garcia (actual rua de Santa Maria), e 5 de Outubro (actual rua das Trinas)³⁵¹.

A Câmara Municipal, em sessão de 10 de Abril de 1940, deliberou: mandar proceder à demolição imediata da parte da muralha da cidade, que ameaçava ruína iminente, em virtude do parecer da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e ouvir a Comissão de Estética sobre se devia ou não proceder-se à demolição do prédio fronteiro ao Dr. Alfredo Rodrigues, no início da Rua 5 de

³⁴⁴ Ibidem *NG*, nº 1353 (1957 Dez.1), p. 6; Ibidem *CG*, nº 6065 (1957 Nov.29), p. 4.

³⁴⁵ Ibidem *CG*, nº 6066 (1957 Dez.6), p. 3.

³⁴⁶ Ibidem *CG*, nº 6070 (1958 Jan.3), p. 3.

³⁴⁷ Ibidem *CG*, nº 6099 (1958 Jul.25), p. 3.

³⁴⁸ Ibidem *CG*, (1959 Jan.23), p. 4.

³⁴⁹ Ibidem *NG*, nº 25 (1932 Jun.28), p. 2.

³⁵⁰ Ibidem *NG*, nº 70 (1933 Maio 28), p. 1.

³⁵¹ Ibidem *NG*, nº 76 (1933 Jul.9), p. 1.

ano seguinte, durante o mês de Agosto, a Câmara Municipal resolveu mandar proceder às obras de que precisava o Terreiro de S. Francisco, segundo projecto do capitão Luís de Pina, admitindo a imprensa de que não podia fazer obras nesse largo sem melhorar a Praça de S. Tiago³⁵⁶.

Ainda nesse mesmo ano, com o pedido de publicação, a Câmara envia à imprensa a deliberação proferida pela Comissão Administrativa, em sua sessão realizada no dia 29 de Agosto de 1828 a propósito das casas de prostituição, sitas no Largo 13 de Fevereiro, e sua expulsão³⁵⁷. Também a imprensa critica os rapazes deste Largo, que iam todas as manhãs ao mercado onde se entretinham roubando³⁵⁸. Nesse mesmo ano, a imprensa faz eco do problema com que é feita a distribuição de água à cidade, fazendo o povo perder horas e horas à sua procura. Pessoas havia que se deslocavam 100, 200, 400 e mais metros para arranjar um cântaro de água³⁵⁹.

Neste largo existiu um depósito de petróleo, que produziu um violento incêndio em 1935, levando os moradores do Largo 13 de Fevereiro a reclamar junto da 1ª Circunscrição Industrial e da Câmara Municipal contra a existência do referido depósito de petróleo³⁶⁰. Neste mesmo ano, em Maio, as autoridades locais ordenam o saneamento das antigas Rua de Santa Maria e Praça de S. Tiago, uma medida há muito reclamada, devido à sua vizinhança com estabelecimentos de ensino³⁶¹.

A CMG em sessão de 8 de Junho de 1955, decidiu encarregar a Repartição de Obras de estudar o arranjo de placas centrais da Praça de S. Tiago³⁶², e em 7 de Setembro de 1955 aprovou a proposta de Manuel Soares Moreira Guimarães para a iluminação da Praça com lanternas iguais às da Rua de Santa Maria³⁶³. Isto leva a que, em sessão de 28 de Setembro de 1955, a Câmara deliberasse submeter à firma concessionária Bernardino Jordão, Filhos e C^a Lda, os projectos e orçamentos referentes à sua iluminação pública³⁶⁴. Em sessão de 26 de Abril de 1956 decidiu aprovar a proposta do vereador Manuel Soares Moreira Guimarães, respeitante à colocação na

³⁵⁵ *Ibidem CG*, nº 4072 (1927 Maio 13), p. 1.

³⁵⁶ *Ibidem CG*, nº 4196 (1928 Ago.24), p. 2.

³⁵⁷ *Ibidem CG*, nº 4201 (1928 Set.11), p. 2.

³⁵⁸ *Ibidem NG*, nº 69 (1933 Maio 21), p. 1.

³⁵⁹ *Ibidem NG*, nº 80 (1933 Ago.5), p. 1.

³⁶⁰ *Ibidem NG*, nº 154 (1935 Jan.13), p. 3.

³⁶¹ *Ibidem NG*, nº 620 (1943 Dez.19), p. 2; *Ibidem CG*, nº 4859 (1935 Maio 14), p. 1;

³⁶² *Ibidem NG*, nº 1222 (1955 Jun.12), p. 3; *Ibidem CG*, nº 5936 (1955 Jun.10), p. 3;

³⁶³ *Ibidem NG*, nº 1236 (1955 Set.11), p. 2.

³⁶⁴ *Ibidem NG*, nº 1239 (1955 Out.2), p. 2.

praça de S. Tiago de seis candeeiros idênticos aos existentes no largo da Oliveira e Rua de Santa Maria³⁶⁵.

Entretanto, em Fevereiro de 1959 pretende-se mudar a casa medieval de S. Dâmaso para o Largo de S. Tiago, o que A.L. de Carvalho vê com grande satisfação³⁶⁶.

A CMG, em reunião de 23 de Dezembro de 1959 decide proceder a um estudo para valorização da zona antiga da cidade, principalmente a Rua de Santa Maria, Praça de S. Tiago e Viela dos Açoutados³⁶⁷.

Mas, em sessão de 3 de Novembro de 1960, toma-se conhecimento da carta da Direcção do Grémio do Comércio a agradecer a deliberação que ordenou o estudo da utilização da Praça de S. Tiago para a feira semanal³⁶⁸. Entretanto, em 1961 foram restauradas duas antigas casas nas traseiras dos antigos Paços do Concelho³⁶⁹, e em reunião de 29 de Maio de 1963 decidiu proceder-se à reconstituição da “Casa Medieval” situada no topo do bloco das antigas construções entre o Largo de S. Tiago e a Rua dos Açoutados, com a máxima autenticidade e fazer-se a sua entrega à Junta de Turismo Local como património digno de interesse para os visitantes³⁷⁰. Entretanto, em reunião de 29 de Julho de 1964 a Câmara Municipal tomou conhecimento da comparticipação concedida pelo Ministro das Obras Públicas para a reconstrução da Casa Medieval³⁷¹. A Praça de S. Tiago continua a ter vida, e em reunião de 2 de Setembro de 1964 a Câmara resolve conceder alvará de licença sanitária para um estabelecimento de taberna no Largo 13 de Fevereiro a Maria da Conceição Sousa Lopes³⁷².

Foi em reunião de 4 de Julho de 1965 que a Câmara decidiu abrir novos concursos para a adjudicação das obras de “Restauro do Edifício do Arquivo Municipal” e “reconstrução da Casa Medieval”³⁷³.

Em 9 de Julho de 1965 a imprensa publicava o anúncio da Câmara “*Para a empreitada da obra acima mencionada, conforme condições patentes nos serviços de Obras da Câmara Municipal Base de licitação - 119 332\$00[...]*”³⁷⁴. Assim, com bases

³⁶⁵ Ibidem NG, nº 1269 (1956 Abr.29), p. 2; Ibidem CG, nº 5982 (1956 Abr.27), p. 3;

³⁶⁶ Ibidem NG, nº 1416 (1959 Fev.15), p. 1.

³⁶⁷ Ibidem CG, nº 6174 (1960 Jan.1), p. 4.

³⁶⁸ Ibidem CG, nº 6219 (1960 Nov.11), p. 4.

³⁶⁹ Ibidem NG, nº 1548 (1961 Ago.27), p. 2.

³⁷⁰ Ibidem NG, nº 1640 (1963 Jun.2), p. 4; Ibidem CG, nº 6353 (1963 Jun.7), p. 3.

³⁷¹ Ibidem NG, nº 1696 (1964 Jun.28), p. 4.

³⁷² Ibidem NG, nº 1707 (1964 Set.13), p. 6.

³⁷³ Ibidem NG, nº 1746 (1965 Jun.13), p. 3.

³⁷⁴ Ibidem CG, nº 6462 (1965 Set.9), p. 3.

de licitação que totalizavam 345.427\$00 realizou-se no dia 23 concurso para a reconstrução da Casa Medieval e restauro do Arquivo Municipal de Guimarães³⁷⁵.

A CMG, em sessão de 30 de Junho de 1965, decidiu comunicar à Direcção dos Serviços de Urbanização que não apareceu qualquer inconveniente à empreitada de “Reconstrução da Casa Medieval” e enviar-lhe o processo de concurso para a empreitada do Restauro do edifício do Arquivo Municipal, ao qual apenas apareceu um concorrente³⁷⁶. Em Dezembro de 1965 os jornais publicam o anúncio sobre Reconstrução da Casa Medieval³⁷⁷, sendo as críticas muito benéficas³⁷⁸.

Em 1967 pelo Ministro das Obras Públicas foi mandado reforçar com 8.000\$00 o subsídio já concedido de 54 contos para a reconstrução da Casa Medieval³⁷⁹ e nesse mesmo ano publica-se um edital: “*Faz público que, de harmonia com o deliberado por a CM, em reunião de 31 de Dezembro de 1966, fica suspensa a feira semanal da Praça de S. Tiago enquanto não lhe for designado outro local. Mais faz público que se mantém, e até que se disponha de local mais apropriado, a feira do Largo da Condessa do Juncal para a transacção de alfaias agrícolas, ferramentas e utensílios destinados à lavoura, calçado, louças e outros artigos regionais, entrando em vigor o novo regime no dia 13 de Janeiro de 1967.[...]*”³⁸⁰.

A imprensa anuncia que no dia 28 de Abril de 1968, pelas 11 horas, serão inaugurados, com a presença do Ministro do Interior, as novas instalações da Câmara Municipal no edifício do antigo Convento de Santa Clara e que, após a sessão de cumprimentos, será inaugurada a Casa Medieval reconstruída na Praça de S. Tiago³⁸¹.

Conforme foi referido, em Junho de 1970, a Câmara decide promover o estudo da reintegração da zona medieval da cidade³⁸². Em Dezembro de 1970, entre as várias deliberações tomadas, resolveu-se submeter o anteprojecto à aprovação superior, enviando-o à Junta Nacional de Educação. Também se deliberou pôr a concurso a obra de saneamento Praça de S. Tiago, entre outras³⁸³.

³⁷⁵ Ibidem CG, nº 6463 (1965 Jul.16), p. 1.

³⁷⁶ Ibidem CG, nº 6467 (1965 Ago.13), p. 3; Ibidem NG, nº 1755 (1965 Ago.15), p. 6..

³⁷⁷ Ibidem CG, nº 4684 (1965 Dez.10), p. 3.

³⁷⁸ Ibidem NG, nº 1802 (1966 Jul.3), p. 5.

³⁷⁹ Ibidem NG, nº 1828 (1967 Jan.1), p. 3.

³⁸⁰ Ibidem NG, nº 1829 (1967 Jan.8), p. 3.

³⁸¹ Ibidem NG, nº 1895 (1968 Abr.13), p. 7.

³⁸² Ibidem NG, nº 2009 (1970 Jun.20), p. 5.

³⁸³ Ibidem NG, nº 2033 (1970 Dez.19), p. 1.

Em 9 de Janeiro de 1971, a imprensa publicava o anúncio para “*Empreitada de saneamento da Rua de Santa Maria, Largo da Oliveira, praça de S. Tiago e Rua Dr. Alfredo Guimarães*”³⁸⁴. Assim, em 1971 a chamada zona medieval de Guimarães era a área compreendida pelo largo da Oliveira, Praça de S. Tiago, Rua de Santa Maria³⁸⁵.

Ainda em Maio de 1971 a Câmara delibera adjudicar a obra de saneamento da Praça de Santiago, conjuntamente com outros locais da cidade³⁸⁶.

Algum tempo mais tarde, em Março de 1972 a Câmara decide proceder à electrificação da Casa Medieval, na Praça de S. Tiago³⁸⁷.

Em Agosto de 1973 foi deliberado pagar ao Eng. Albuquerque Barbosa o projecto das estruturas para a obra de integração e valorização do conjunto residencial limitado pelo Largo da Oliveira, Viela dos Açoutados, Praça de S. Tiago e Rua de Santa Maria, no valor de 125.670\$00 e enviar aos serviços competentes do Estado as propostas colhidas para a realização da mesma obra, de acordo com o que a lei estipulava para empreitadas superiores a 5 mil contos e que seriam entregues a um dos empreiteiros concorrentes, logo que obtida essa autorização para adjudicação³⁸⁸. Ainda em Setembro de 1973, a Câmara resolve adjudicar a obra de recuperação, reintegração e adaptação da Zona Medieval da cidade, por 10.190 contos, à firma de construções CARI. Esta obra, que foi subsidiada pelo Ministério das Obras Públicas com 4.000 contos, permitiria a instalação de um complexo hoteleiro, do tipo Pousada³⁸⁹.

Em Outubro de 1973 escrevia-se uma crónica no jornal: “*Apontamento da Semana: Restauro da zona medieval - Transcorreram uma dúzia de anos, dúzia e meia quase, desde que um Ministro das Obras Públicas, de olhos bem abertos para o sugestivo conjunto de que se fez inegável admirador, despachou directrizes relativas ao restauro integral da chamada Zona Medieval do velho burgo vimaranense. Aos poucos o arciprestado, aproveitando-se da ideia, foi reintegrando, com oportunidade, os edifícios da sua jurisdição. Mais tarde, também, o templo da Colegiada iniciou caminhada para um regresso breve às linhas naturais próximas do seu românico originário. No imóvel joanino, que fora Domus Municipalis, anos sem fim, se processaram reparações que lhe renovaram o seu traçado sumptuoso. Agora, no*

³⁸⁴ Ibidem CG, nº 6746 (1971 Jan.9), p. 3.

³⁸⁵ Ibidem CG, nº 6747 (1971 Jan.16), p. 1.

³⁸⁶ Ibidem NG, nº 2054 (1971 Maio 15), p. 1.

³⁸⁷ Ibidem NG, nº 2097 (1972 Mar.11), p. 2.

³⁸⁸ Ibidem NG, nº 2174 (1973 Set. 1), p. 1.

Largo dos Laranjais. Em 23 de Agosto de 1879 a Câmara deliberou arrendar a Casa dos Laranjais, por 6 anos, por renda anual de 225\$000 réis, ao Conde de Vila Pouca, para repartições públicas³⁹².

Em 1936 a imprensa perguntava: *“Pergunte-se - Porque razão não foi aberto concurso para os monumentos ao João Franco, Sarmento e Gravador Molarinho, e ainda mesmo para o pretensio monumento aos Mortos da Grande Guerra, representado pela maquette exposta no átrio da Sociedade Martins Sarmento, no dia 1º de Dezembro do ano findo e paga pela Câmara? O projecto do “Castelo dos Almadás”, que se encontra na Repartição de Obras, será o mesmo decantado a verdadeiro castelo?! A obra dos laranjais ficará assim ou construir-se-á novo muro com pedras novas, para substituição daquelas que indevidamente foram retiradas dali?”*³⁹³.

Este muro ficava do lado nascente entre a Viela dos Laranjais e a Rua de Santa Maria. Em sessão de 2 de Junho de 1936 a Comissão Administrativa da Câmara aprovou o seguinte: *“Muro do Laranjal - Que seja feito por administração directa o muro correspondente ao lado nascente da nova artéria de ligação entre o Largo do Laranjal e a Rua Nuno Álvares”*³⁹⁴.

Entretanto na Câmara Municipal, em sessão de 22 de Outubro de 1936, pelo vereador Lopes de Cardoso foi apresentada, entre outras, a seguinte proposta que mereceu a aprovação: *“GNR - Proponho que a Câmara tomando em consideração o voto expresso pela sua Comissão de Estética quanto ao arranjo do Largo dos Laranjais, delibere adaptar o antigo edificio das Doroteias à instalação do quartel da GNR, requerendo para a mesma obra a participação do Estado”*³⁹⁵. Assim, o Largo dos Laranjais encontrava-se em obras de arranjo, parando algum tempo depois³⁹⁶.

Em Outubro de 1937 a Comissão Administrativa da Câmara aprovou as seguintes propostas, apresentadas pelo vereador A.L. de Carvalho: 1º Que se exproprie amigavelmente uma faixa de terreno na Rua Gravador Molarinho, destinada a alinhar o edificio do Tribunal com a nova artéria de ligação ao largo do Liceu. 2º Que se exproprie amigavelmente e para efeito de alinhamento, o ângulo agudo de um rocio sito

³⁹² Ibidem JLF - VOC I, p. 153.

³⁹³ Ibidem NG, nº 210 (1936 Fev.16), p. 2.

³⁹⁴ Ibidem NG, nº 231 (1936 Jul.5), p. 4.

³⁹⁵ Ibidem NG, nº 347 (1936 Out.25), p. 3.

³⁹⁶ Ibidem NG, nº 251 (1936 Nov.22), p. 1.

no Largo dos Laranjais, para melhor acesso à nova artéria aberta junto do mesmo largo. 3º Que se venda, em hasta pública, uma porção de terreno municipal que mede 42 m² e se encontra servindo de lixeira, ao lado nascente da Rua D. João I, próximo ao Largo de S. Lázaro, estabelecendo-se como condição a construção de uma casa no referido terreno. 4º Que sejam intimados os proprietários de terrenos, no prolongamento da rua de Paio Galvão, a vedar com muro os mesmos terrenos que marginam o passeio público, mediante planta aprovada pela repartição de obras. 5º Que sejam feitas reparações em algumas casas onde se encontram instaladas escolas, porquanto, tratando-se embora de casas arrendadas, a sobriedade das rendas não justifica que se requeira dos respectivos senhorios as beneficiações necessárias. Esta proposta foi aprovada na parte que dizia respeito às reparações das escolas instaladas em edifícios particulares, mas com a condição de se efectuarem por ordem da Câmara, se os respectivos senhorios se recusarem a fazê-lo, sendo a importância das despesas descontadas nas rendas devidamente actualizadas. A mesma Comissão Administrativa tomou as seguintes deliberações: iniciar diligências para transferir ao Estado a posse da propriedade do edifício do Liceu e Internato, reservando-se ao Município o direito à situação anterior à data da compra do edifício, ou seja a intervenção do município na acção do Internato.

A rua da Senhora Aninhas conseguiu manter o mesmo aspecto de antigamente, pois pensava-se que ela um dia desapareceria, com o prolongamento da Rua de Nuno Álvares, que não chegou a realizar-se³⁹⁷.

Em sessão ordinária de 20 de Outubro de 1939, a CMG deliberou: mandar demolir o “mictório” que estava na travessa de Camões, por prejudicial à moralidade pública e continuar as obras de aformoseamento do Largo dos Laranjais³⁹⁸. No ano seguinte, em sessão de 17 de Janeiro de 1940 deliberou-se pôr em arrematação pública, sob a base de licitação de 22.500\$00, a obra de arranjo e ajardinamento do Largo dos Laranjais³⁹⁹. Em Fevereiro, deliberou-se arrematar a obra de arranjo e ajardinamento do referido largo, ao empreiteiro José da Costa, pela importância de 22.400\$00⁴⁰⁰, tendo-se já iniciado os trabalhos em Março de 1940⁴⁰¹.

³⁹⁷ *Ibidem NG*, nº 305 (1937 Dez.12), p. 1.

³⁹⁸ *Ibidem NG*, nº 403 (1939 Out.29), p. 3; *Ibidem CG*, nº 5121 (1939 Out.27), p. 4;

³⁹⁹ *Ibidem NG*, nº 415 (1940 Jan.21), p. 2; *Ibidem CG*, nº 5134 (1940 Jan.26), p. 4.

⁴⁰⁰ *Ibidem NG*, nº 418 (1940 Fev.11), p. 4.

⁴⁰¹ *Ibidem CG*, nº 5139 (1940 Mar.1), p. 4.

Entretanto, com a remodelação do referido espaço era necessário guarnecê-lo. Em sessão da Câmara Municipal de Guimarães de 13 de Março de 1940 foi lido um ofício de diversos signatários, sendo o primeiro A.L. de Carvalho, e o último, Benjamim de Matos, membros da extinta Direcção da Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães, colectividade que em 1935 erigiu o Monumento ao gravador Molarinho, chamando a atenção da Comissão de Estética, para a conveniência de o referido Monumento ser mudado para o antigo Largo dos Laranjais, visto que o mesmo iria ser urbanizado. Em virtude do parecer da aludida Comissão de Estética, a Câmara resolveu, por enquanto, não mudar o Monumento do local onde se encontrava⁴⁰². Entretanto aparece o problema da muralha dos Palheiros, e muita gente é a favor de não se fazer o restauro, uma vez que seria caríssimo, pois naquela zona iria passar prolongamento da Rua Nuno Álvares⁴⁰³ e a demolição da Casa das Doroteias⁴⁰⁴. Mas em 1950 ainda se discutia a muralha⁴⁰⁵.

Assim, o jardim, depois de aformoseado, iria ficar com uma pérgola rodeada por dois bancos, uns sanitários e as escadas de acesso ao Quartel da Legião. À volta levaria um jardim. A planta era da autoria de António de Azevedo⁴⁰⁶.

Entretanto comemorava-se o 1º Centenário de Alberto Sampaio e em Setembro de 1941, sob o mandado da Câmara Municipal, os directores do Museu Alberto Sampaio e Arquivo Municipal de Guimarães já tinham quase concluído o programa das celebrações culturais dedicadas a essa comemoração⁴⁰⁷.

Previa-se a comemoração do centenário do nascimento de Alberto Sampaio em 15 de Novembro, com a atribuição do nome do Historiador à Avenida Alberto Sampaio, o descerramento de uma lápide na casa onde nasceu e o lançamento da primeira pedra para um monumento⁴⁰⁸. Assim, as comemorações constavam de um cortejo presidido pela Câmara Municipal, com a assistência de todas as entidades representativas do concelho, bem como a dos núcleos da Indústria e Lavoura, que inaugurou, junto da Muralha de Guimarães, uma lápide com a seguinte inscrição: “Avenida de Alberto Sampaio, 1841-1908”, usando da palavra o Reitor do Liceu Martins Sarmento. O

⁴⁰² *Ibidem CG*, nº 5142 (1940 Mar.22), p. 3.

⁴⁰³ *Ibidem NG*, nº 425 (1940 Mar.31), p. 1.

⁴⁰⁴ *Ibidem NG*, nº 430 (1940 Maio.5), p. 1.

⁴⁰⁵ *Carta de Antónia de Azevedo ao Dr. Pinto dos Santos*. [ca 1950]. Fundo Pessoal António de Azevedo, SMS.

⁴⁰⁶ *Ibidem CG*, nº 5134 (1940 Jun.26), p. 2.

⁴⁰⁷ *Ibidem CG*, nº 5219 (1941 Set.12), p. 2; *Ibidem NG*, nº 502 (1941 Set.14), p. 3.

⁴⁰⁸ *Ibidem CG*, nº 5227 (1941 Nov.7), p. 3.

mesmo Cortejo dirigiu-se para a antiga Rua dos Mercadores, onde inaugurou outra lápide com a inscrição: “Nesta casa nasceu em 15 de Novembro de 1841 Alberto Sampaio”, usando da palavra o Presidente da SMS⁴⁰⁹. Finalmente, tomariam o rumo do Largo dos Laranjais, onde a Câmara Municipal procedeu ao lançamento da primeira pedra para o monumento ao historiador Alberto Sampaio que se previa que fosse inaugurado solenemente em Maio de 1942, coroando as comemorações centenárias e usando da palavra o Presidente do Município⁴¹⁰.

Mas, em Fevereiro de 1942 começaram a surgir dificuldades para a sua construção devido ao excessivo preço porque ficaria a obra, muito superior à verba votada pela Câmara Municipal, devido ao encarecimento do material a empregar⁴¹¹.

Em Maio de 1942 o mestre de pedraria Clemente Resende adjudicou, pela quantia de 18.000\$00, a construção no Largo dos Laranjais, do Monumento a Alberto Sampaio, pensando-se começar brevemente os trabalhos de construção, a fim de que o Monumento pudesse estar concluído durante o mês de Outubro⁴¹². Assim, os jornais noticiam o começo dos trabalhos no início Junho de 1942, para ser inaugurado em Outubro desse ano⁴¹³, mas o arranque decisivo apenas se deu em Outubro⁴¹⁴. Em Fevereiro de 1942 a imprensa comentava que a falta de transportes dificultava a condução da pedra que deveria ser aplicada no monumento. No entanto, essa dificuldade ia-se tentando ultrapassar, tendo-se já iniciado os trabalhos preliminares para a sua construção⁴¹⁵.

Foi em sessão ordinária do dia 2 de Abril de 1947, que a Câmara deliberou adjudicar, pela quantia de 1.000, escudos os materiais da casa da esquina da rua dos Laranjais a Manuel Marques da Silva, visto ter sido o concorrente que apresentou proposta mais vantajosa para o Município, devendo lavrar-se o competente Auto de Arrematação⁴¹⁶. Entretanto, a Câmara procedeu a uma série de demolições, e acumulou as terras no início da Rua Duarte Pacheco. Em Julho de 1950, a Câmara Municipal deliberou fazer a remoção das terras que, em virtude das demolições a que se tinha

⁴⁰⁹ Ibidem *NG*, nº 507 (1941 Out.19), p. 2.

⁴¹⁰ Ibidem *NG*, nº 510 (1941 Nov.9), p. 1; Ibidem *NG*, nº 511 (1941 Nov.16), p. 4; Ibidem *CG*, nº 5228 (1941 Nov.14), p. 1.

⁴¹¹ Ibidem *CG*, nº 5243 (1942 Fev.27), p. 3.

⁴¹² Ibidem *CG*, nº 5255 (1942 Maio 22), p. 1; Ibidem *NG*, nº 535 (1942 Maio 3), p. 3.

⁴¹³ Ibidem *NG*, nº 540 (1942 Jun.7), p. 2.

⁴¹⁴ Ibidem *CG*, nº 5276 (1942 Out.16), p. 2.

⁴¹⁵ Ibidem *NG*, nº 5295 (1943 Fev.26), p. 2.

⁴¹⁶ Ibidem *NG*, nº 792 (1947 Abr.6), p. 5.

procedido, desfearam a entrada da Rua do Eng. Duarte Pacheco, quer do lado esquerdo, quer do lado direito entre a rua e o largo dos Laranjais, assim como as que ficaram ao cimo, do lado do Picoto, e as que existiam entre as ruas do Dr. Meira e a Capitão Alfredo Guimarães⁴¹⁷.

Entretanto a Câmara decide fazer o monumento a Alberto Sampaio, embora este assunto já tivesse sido tratado alguns anos antes, em 1941. Em sessão de 12 de Dezembro de 1951, o vereador do pelouro da cultura referindo-se ao projectado monumento de Alberto Sampaio propôs que fosse encarregado o escultor António de Azevedo de lhe dar execução no ano seguinte. Como o Antepiano de Urbanização, já aprovado, previa o prolongamento da Rua Nuno Álvares, teria certamente de ser escolhido outro local que não aquele onde foi lançada a primeira pedra para sua implantação⁴¹⁸. A Câmara entrega ao escultor António de Azevedo a execução do monumento a Alberto Sampaio, a fim de ser inaugurado nesse ano, no recinto ajardinado que ladeava o Largo dos Laranjais⁴¹⁹. Em finais de Março de 1952 já se anunciava que se encontrava completa a maquete do monumento⁴²⁰.

Em Agosto de 1952 a Câmara decidiu adjudicar a Casimiro Ribeiro, de Gondar, pela quantia de 108 contos, a construção da parte arquitectónica do Monumento a Alberto Sampaio, a erigir nos laranjais⁴²¹.

É em finais de Agosto de 1952 que se iniciaram definitivamente os trabalhos para a sua construção⁴²².

A Câmara Municipal, em sessão de 28 de Outubro de 1953, resolveu integrar a inauguração do monumento a Alberto Sampaio nas Comemorações do Centenário do Abade de Tagilde, a realizar em Dezembro⁴²³.

Mas em 22 de Janeiro de 1954 a imprensa queixava-se de que era preciso terminar a obra. Há muito já que estava concluído o sítio onde deveria ser encaixado o medalhão de Alberto Sampaio, e que provavelmente este já estaria concluído⁴²⁴.

⁴¹⁷ *Ibidem NG*, nº 963 (1950 Jul.16), p. 3.

⁴¹⁸ *Ibidem NG*, nº 1042 (1952 Jan.6), p. 3; *Ibidem CG*, nº 5766 (1952 Mar.7), p. 2.

⁴¹⁹ *Ibidem NG*, nº 1051 (1952 Mar.9), p. 3.

⁴²⁰ *Ibidem CG*, nº 5769 (1952 Mar.28), p. 2.

⁴²¹ *Ibidem CG*, nº 5790 (1952 Ago.22), p. 3.

⁴²² *Ibidem CG*, nº 5791 (1952 Ago.29), p. 1.

⁴²³ *Ibidem NG*, nº 1138 (1953 Nov.1), p. 2.

⁴²⁴ *Ibidem CG*, nº 5864 (1954 Jan.22), p. 3.

Em Setembro de 1954 deliberou entre os mais, adjudicar os trabalhos a um empreiteiro e tratar da possível transferência para outro local, a escolher oportunamente, do Passo da Paixão existente no Largo dos Laranjais⁴²⁵.

Falava-se agora, em Outubro de 1954, em inaugurar o monumento em 12 de Novembro estando nessa altura a proceder-se a diversos reparos no local onde o mesmo ficaria instalado⁴²⁶.

Mas, em sessão ordinária da Câmara Municipal de 20 de Outubro de 1954, esta decidiu adiar a inauguração do Monumento para princípios da Primavera do ano seguinte⁴²⁷. Foi em sessão de 4 de Agosto de 1955, e sob presidência do Dr. José Maria Castro Ferreira, que se deliberou ultimar o arranjo do Largo dos Laranjais, para inauguração do Monumento a Alberto Sampaio⁴²⁸. No ano seguinte a Câmara Municipal de Guimarães, em sessão de 30 de Março de 1956, decide tomar em consideração as instruções recebidas na circular da presidência do conselho sobre o modo de comemorar o dia 10 de Junho, Dia de Portugal, e fixar aquela data para inauguração do monumento a Alberto Sampaio, encarregando o vereador do Pelouro da Cultura de elaborar o respectivo programa⁴²⁹, o que finalmente aconteceu⁴³⁰, às 15h30 desse dia⁴³¹.

Em reunião de 24 de Maio de 1960 a CMG decidiu mandar proceder, por administração directa, à reformulação do edifício onde estava instalada a secção de Guimarães da GNR⁴³² e em 8 de Março de 1962 resolveu encarregar o Gabinete de Urbanização de fazer o estudo da localização e organizar o projecto para a construção do edifício para o seu Quartel⁴³³. É em reunião de 2 de Outubro de 1963 que a Câmara decide mandar elaborar o projecto de construção e remodelação do edifício para instalação da GNR⁴³⁴.

⁴²⁵ *Ibidem NG*, nº 1182 (1954 Set.5), p. 2.

⁴²⁶ *Ibidem NG*, nº 1188 (1954 Out.17), p. 1; *Ibidem CG*, nº 5901 (1954 Out.8), p. 2.

⁴²⁷ *Ibidem NG*, nº 1190 (1954 Dez.31), p. 2.

⁴²⁸ *Ibidem NG*, nº 1231 (1955 Ago.7), p. 2.

⁴²⁹ *Ibidem NG*, nº 1266 (1956 Abr.8), p. 3; *Ibidem CG*, nº 5979 (1956 Abr.6), p. 3.

⁴³⁰ *Ibidem NG*, nº 1274 (1956 Jun.3), p. 1; *Ibidem NG*, nº 1275 (1956 Jun.10), p. 1; *Ibidem CG*, nº 5989 (1956 Jun.15), p. 1.

⁴³¹ *Ibidem NG*, nº 1276 (1956 Jun.17), p. 1.

⁴³² *Ibidem NG*, nº 1483 (1960 Maio 29), p. 1.

⁴³³ *Ibidem NG*, nº 1579 (1962 Abr.1), p. 3; *Ibidem CG*, nº 6289 (1962 Mar.16), p. 3.

⁴³⁴ *Ibidem NG*, nº 1658 (1963 Out.6), p. 6.

Mas, em 1963 a imprensa interroga-se porque se encontra tão abandonado o jardimzinho do Largo dos Laranjais⁴³⁵.

No ano seguinte, em reunião do Conselho Municipal de 16 de Julho, aprovou-se a deliberação camarária do dia 1, respeitante a um empréstimo necessário à execução de vários projectos: tinha-se elaborado um plano de expansão da cidade para nordeste da zona do Liceu, para o qual era necessário satisfazer encargos com a aquisição de terrenos destinados à construção de casas de magistrados, edifícios escolares, mercado, jardim e parques de estacionamento; foi também elaborado um plano tendo em vista o restauro da zona antiga da cidade, sendo necessário investir na expropriação de prédios a reconstruir na Rua de Santa Maria e à construção de um bairro tipo “património dos pobres” para realojamento das famílias que habitam as casas a demolir; encontravam-se a decorrer as obras de construção do Estádio Municipal; com a mudança da igreja de S. Dâmaso para o Campo de S. Mamede, surgia a necessidade da arborização do Campo de S. Mamede, como complemento das obras de remodelação e valorização da Colina Sagrada; estava aprovado e participado pelo Ministério das Obras Publicas o projecto de reparação e conservação do antigo edifício dos Paços do Concelho; encontravam-se quase concluídas as demolições de alguns prédios do Largo da Condessa do Juncal e os do Largo da República do Brasil que era necessário urbanizar; remodelar a Avenida Conde de Margaride; fazer instalações condignas para a GNR; finalizar o pagamento do terreno adquirido para construção do Quartel de Cavalaria 6⁴³⁶.

Largo Dr. João Mota Prego. *No Conselho Municipal, em sessão de 11 de Setembro de 1943 foram apresentadas as seguintes propostas: «Numa das suas últimas sessões, a Câmara Municipal resolveu, muito acertadamente, adiar a anunciada venda de terrenos no prolongamento da Rua de Santo António. Na verdade, todos reconhecem agora, perante o irremediável, que o projecto de urbanização daquela artéria veio prejudicar o seu futuro e indispensável alargamento. Impõe-se pois, para obstar a novos inconvenientes, a expropriação da parte da casa ainda existente no antigo Largo de S. Bento e o estabelecimento de um alinhamento que não prejudique o tão necessário prolongamento da Rua do Condestável, para que o acesso ao nosso Liceu possa ser*

⁴³⁵ Ibidem NG, nº 1642 (1963 Jun.16), p. 6.

feito por uma rua ampla e higiénica, visto que a Rua de Santa Maria, única que existe para esse efeito, não está nas condições indicadas e deve manter-se como actualmente se encontra, por ser uma das mais características da nossa terra. Proponho isto: Que se peça uma revisão do projecto de urbanização da parte nascente do prolongamento da Rua de Santo António e se dê conhecimento ao Ex. sr. Ministro das Obras Públicas desta deliberação do Conselho Municipal, caso esta proposta seja aprovada»⁴³⁷.

Em Fevereiro de 1944, em reunião do Conselho Municipal, Manuel Alves de Oliveira apresenta as seguintes propostas: *“a estação dos correios precisa de novas instalações, aproveitando-se e ampliando-se as actuais. Desembaraçando o edifício das casas que o rodeiam, entre o largo do Agrónomo Mota Prego e a Rua de Santo António, e estabelecendo-se o alinhamento pelas casas existentes entre a Rua de Santo António e a de Gil Vicente, poder-se-há melhorar e adaptar esse edifício às necessidades presentes e futuras, ficando, deste modo, com três frentes: Uma para a Rua de Santo António, que já existe, outra para o prolongamento da Rua do Condestável Nuno Álvares aprovado em sessão deste conselho Municipal, de 11 de Setembro de 1943, conforme comunicação já feita ao Ex. Ministro das Obras Públicas e Comunicações, e a outra para o Largo do Agrónomo Mota Prego. Assim desapareceria também o estreito corredor existente entre o largo de S. Bento e o do Agrónomo Mota Prego, com benefício para a cidade e para o trânsito que se faz entre os dois Largos. Nesta conformidade, proponho: Que se dê conhecimento deste desejo do Conselho Municipal, e que é também dos vimezanenses, ao exmo ministro das Obras Públicas e Comunicações e ao sr. Administrador Geral dos CTT, para que seja tomada por S. Excia na devida consideração, como acto de justiça à cidade de Guimarães e ao seu valor comercial e industrial, de que a Nação tanto beneficia.”/ Aprovado por unanimidade.[...]”⁴³⁸.*

Em sessão de 18 de Junho de 1958 o vereador do Pelouro da Luz, Manuel Moreira propôs que se mudassem os candeeiros do Largo Dr. Mota Prego Agrónomo, para outros semelhantes aos da Rua de Santa Maria⁴³⁹.

A CMG, na sessão de 3 de Maio de 1963, decidiu aprovar os trabalhos de abastecimento de água ao tanque transferido da Rua de Santo António para o Largo

⁴³⁶ *Ibidem NG*, nº 1699 (1963 Jul.19), p. 7.

⁴³⁷ *Ibidem NG*, nº 607 (1943 Set.9), p. 1.

⁴³⁸ *Ibidem NG*, nº 629 (1944 Fev.20), p. 2; *Ibidem CG*, nº 5346 (1944 Fev.18), p. 3.

Mota Prego⁴⁴⁰. No entanto, esta mudança demorou algum tempo e em 21 de Julho de 1963 a imprensa pergunta: “*Estará encantada a fonte? - Quando será dada por concluída a instalação da Fonte do Largo Mota Prego que saiu da rua de Santo António?*”⁴⁴¹.

Em Janeiro de 1986 foi classificada como imóvel de valor concelhio a Casa das Rótulas, freguesia da Oliveira do Castelo, Largo Dr. António Mota Prego⁴⁴². O largo permanece como era.

A **Rua João Lopes de Faria**Erro! Marcador não definido., outrora Rua das Lamelas, uma vez que aí existia a casa das Lamelas, era conhecida por Rua Gravador Molarinho, pois localizava-se na continuação dessa rua.

Em Março de 1931 a Comissão Administrativa da CMG resolveu, e muito louvavelmente, que um altar renascença e um tecto do mesmo estilo, abandonado na antiga capela do edifício do Tribunal, pudessem ser depositados no Museu Alberto Sampaio, a fim de serem devidamente conservados e admirados pelo público⁴⁴³. Em Outubro de 1937, a Comissão Administrativa da Câmara aprovou as seguintes propostas apresentadas pelo vereador A.L. de Carvalho: “1º Que se exproprie amigavelmente uma faixa de terreno na Rua Gravador Molarinho, destinada a alinhar o edifício do Tribunal com a nova artéria de ligação ao largo do Liceu. 2º Que se exproprie amigavelmente e para efeito de alinhamento, o ângulo agudo de um rocio sito no Largo dos Laranjais, para melhor acesso à nova artéria aberta junto do mesmo Largo⁴⁴⁴.”

A Rua João Lopes de Faria junto ao Tribunal, tinha um muro que alinhava a antiga Rua das Lamelas com o edifício do Tribunal. Em 1939 a Comissão de Estética resolve que esse muro, pertença do sr. António Carneiro, tivesse mais um arranjo, talvez nas janelas, como primitivamente possuía⁴⁴⁵. Assim, em sessão de 30 de Junho de 1939 a Câmara deliberou, com o parecer da Comissão de Estética, aprovar o projecto da

⁴³⁹ Ibidem CG, nº 6094 (1958 Jun.20), p. 3.

⁴⁴⁰ Ibidem CG, nº 6350 (1963 Maio 17), p. 3.

⁴⁴¹ Ibidem NG, nº 1647 (1963 Jul.21), p. 3.

⁴⁴² PDM: Guimarães.

⁴⁴³ Ibidem CG, nº 4454 (1931 Mar.31), p. 1.

⁴⁴⁴ Ibidem NG, nº 172 (1935 Maio 19), p. 3.

⁴⁴⁵ Ibidem CG, nº 5100 (1939 Jun.2), p. 3.

reparação e melhoramento da reconstrução do muro da Rua Gravador Molarinho, junto ao Largo dos Laranjais, também por administração directa⁴⁴⁶.

O Tribunal, estava instalado nesta rua e em 1944 a imprensa queixa-se de que o edifício do Tribunal Judicial de Guimarães continuava a ser, sob o ponto de vista da sua instalação, uma autêntica vergonha⁴⁴⁷. Em 1960 resolveu-se que o Tribunal do Trabalho fosse instalado no edifício onde funcionou o Tribunal Judicial⁴⁴⁸, tendo em Maio de 1961 a Câmara decidido aprovar a minuta de arrendamento do edifício no qual seria instalado o Tribunal do Trabalho de Guimarães⁴⁴⁹.

Em Julho de 1962 a Câmara aprovou a nomenclatura de alguns arruamentos, que lhe foi posta pela respectiva Comissão de Toponímia, tendo em vista os novos arruamentos abertos e o alargamento da área da cidade. Assim, resolve dar o nome de Rua João Lopes de Faria ao troço que ligava o edifício do antigo Tribunal ao Largo dos Laranjais⁴⁵⁰.

A CMG, em sessão de 5 de Outubro de 1966, decidiu convidar o Arquitecto J.A. Sequeira Braga, a apresentar proposta para elaboração do projecto da obra de adaptação do edifício onde funcionava o Tribunal do Trabalho e parte do Arquivo Municipal⁴⁵¹, mas esta não foi concretizada.

Rua Gravador Molarinho. No dia 15 de Outubro de 1952, pelas 15 horas, procedeu-se ao Concurso Público para arrematação da “Obra de construção de retretes públicas na Rua Gravador Molarinho-2ª praça”, cuja base de licitação era de 42.000\$00. A CMG, em sessão de 29 de Agosto de 1957, decidiu adjudicar a Sebastião de Freitas, as obras a efectuar nas sentinas públicas dos largos do Trovador, Oliveira e do Gravador Molarinho⁴⁵². Mais tarde, em sessão de 18 de Junho de 1958, ouviu a proposta do vereador do Pelouro da Luz, Manuel Moreira, para a necessidade que havia de modificar os candeeiros das ruas de Val-de-Donas, Dr. Mota Prego, Gravador

⁴⁴⁶ Ibidem *NG*, nº 387 (1939 Jul.7), p. 4.

⁴⁴⁷ Ibidem *NG*, nº 649 (1944 Jul.9), p. 1.

⁴⁴⁸ Ibidem *CG*, nº 6222 (1960 Dez.2), p. 2.

⁴⁴⁹ Ibidem *CG*, nº 6847 (1961 Maio 26), p. 4.

⁴⁵⁰ Ibidem *NG*, nº 1595 (1962 Jul.22), p. 3.

⁴⁵¹ Ibidem *CG*, nº 6528 (1966 Out.14), p. 3.

⁴⁵² Ibidem *CG*, nº 6052 (1957 Ago.30), p. 2.

Molarinho, largo Dr. Mota Prego Agrônomo, Trinas, largo Condessa do Juncal e Rua Avelino Germano⁴⁵³.

Nesta rua, em pleno centro da cidade, em 1962, a Câmara tomou conhecimento de que Emília Correia de Matos deu cumprimento ao mandado de 30 de Novembro do ano anterior, demolindo a pocilga que possuía no prédio que habitava na Rua Gravador Molarinho⁴⁵⁴. Não obtivemos mais notícias sobre esta rua. Praticamente não sofreu modificações ao longo do tempo.

Rua Dr. António Mota Prego. Em Agosto de 1935, o vereador sr. António José Pereira de Lima, em sessão da Comissão Administrativa da Câmara, presta homenagem à memória do jurisconsulto vimaranense Dr. António Coelho da Mota Prego, propondo que ao lado da casa onde este habitou, fosse colocada uma placa com os seguintes dizeres: “Rua Dr. António Mota Prego” em substituição da existente “Rua do Espírito Santo”, sendo a proposta aprovada por unanimidade⁴⁵⁵.

Em Outubro de 1936 a imprensa escrevia que *“a propósito da falta de iluminação que se verifica naquele jardinzito que substituiu a cadeia velha, junto da Rua Dr. António da Mota Prego, e onde se prova a existência de uma coluna sem outra utilidade que não seja a de servir de ornamento durante o dia./ Ponha-se-lhe ao menos uma lâmpada”*⁴⁵⁶.

A CMG, em sessão de 18 de Junho de 1958, aprovou a proposta do vereador do Pelouro da Luz, Manuel Moreira, para a necessidade de modificar os candeeiros, entre outros da rua Dr. Mota Prego⁴⁵⁷.

Esta rua permaneceu quase inalterável até aos nossos dias.

⁴⁵³ Ibidem CG, nº 6094 (1958 Jun.20), p. 3.

⁴⁵⁴ Ibidem CG, nº 6279 (1962 Jan.5), p. 4.

⁴⁵⁵ Ibidem CG, nº 4886 (1935 Ago.23), p. 1; Ibidem NG, nº 186 (1935 Ago.25), p. 2.

⁴⁵⁶ Ibidem NG, nº 244 (1936 Out.4), p. 1.

⁴⁵⁷ Ibidem CG, nº 6094 (1958 Jun.20), p. 3.



1.2.2. Largo João Franco

Foi pouco antes de 1927 que se ajardinou o antigo largo da Misericórdia⁴⁵⁸. Em 1931 começa-se a pedir um monumento a João Franco⁴⁵⁹. Apenas em 1932 foi feita a proposta formal de um monumento a este político⁴⁶⁰.

Para fazer o monumento, foram convidados o escultor Teixeira Lopes e o Arquitecto Marques da Silva, que em Maio de 1932 estiveram em Guimarães e vieram escolher o local para o monumento⁴⁶¹. Foi, também, em Maio de 1932, que a Comissão Administrativa da Câmara resolveu dar o nome de Largo Conselheiro João Franco ao Largo de Franco Castelo Branco⁴⁶².

Em sessão da Câmara de 17 de Novembro deliberou-se convidar os autores do projecto da estátua a apresentarem, na secretaria da Câmara, os respectivos orçamentos

⁴⁵⁸ *Ibidem CG*, nº 4116 (1927 Nov.4), p. 2.

⁴⁵⁹ *Ibidem CG*, nº 4437 (1931 Fev.27), p. 1; *Ibidem CG*, 1931 Mar.20, nº 4451, p. 2.

⁴⁶⁰ *Ibidem NG*, nº 14 (1932 Abr.10), p. 5.

⁴⁶¹ *Ibidem NG*, nº 19 (1932 Maio 15), p. 4.

⁴⁶² *Ibidem NG*, nº 20 (1932 Maio 22), p. 3.

e cadernos de encargos⁴⁶³. É no início de Janeiro de 1933 que a Câmara Municipal aprova o projecto mas esperava-se ainda o parecer da Comissão do monumento⁴⁶⁴. Em 5 de Maio de 1933 reuniu-se no Paço Municipal um grupo de vimaranenses que constituía a Comissão. Iniciou-se então a subscrição pública com sete contos de réis e pediu-se aos vimaranenses para concorrerem com donativos⁴⁶⁵. Assim, abre-se ao público uma subscrição destinada a custear as despesas com o monumento a João Franco, o que, segundo a imprensa, teve o melhor acolhimento por parte de todos os vimaranenses “*que mostram assim ser reconhecidos e gratos*”⁴⁶⁶.

Realmente, em 21 de Maio é publicado na imprensa o edital para arrematação da obra⁴⁶⁷. Entretanto a imprensa refere o entusiasmo com que prossegue a subscrição para custear o monumento⁴⁶⁸.

Em Agosto de 1933 já estavam muito adiantados os trabalhos do monumento que no Largo Franco-Castelo Branco iria ser erigido ao estadista, o conselheiro J.F. Pinto Castelo Branco⁴⁶⁹. Alguns meses mais tarde, em Novembro desse ano, a fim de fornecer alguns detalhes, na parte referente a legendas e datas, solicitadas pelo Arqt. José Marques da Silva, reuniu, a Comissão Central do Monumento, tendo ficado decidido que fossem gravadas as seguintes legendas: frente “*Ao conselheiro João Franco*” e na parte oposta “*Á cidade e concelho de Guimarães, 1933*”⁴⁷⁰.

Em inícios de Fevereiro de 1934 já se encontrava completo o monumento que a cidade de Guimarães erigiu à memória do João Franco. Pensava-se fazer a sua inauguração nos meados do mês de Março⁴⁷¹. Mas, embora se previsse a chegada do busto do Conselheiro João Franco para inícios de Maio⁴⁷², este apenas é entregue no sábado 26 de Maio de 1934⁴⁷³. Assim, os membros da Comissão Central e a Comissão Auxiliar do Monumento reuniram-se no dia 28 de Maio, resolvendo que a sua inauguração se realizasse no dia 17 de Junho de 1934⁴⁷⁴, o que aconteceu realmente⁴⁷⁵.

⁴⁶³ Ibidem NG, nº 45 (1932 Nov.20), p. 3.

⁴⁶⁴ Ibidem CG, nº 4630 (1933 Jan.6), p. 2.

⁴⁶⁵ Ibidem JLF - EV II, p.117v; Ibidem NG, nº68 (1933 Maio 14), p.2.

⁴⁶⁶ Ibidem NG, nº 71 (1933 Jun.4), p. 2.

⁴⁶⁷ Ibidem NG, nº 69 (1933 Maio 21), p. 3.

⁴⁶⁸ Ibidem CG, nº 4673 (1933 Jun.16), p. 1.

⁴⁶⁹ Ibidem CG, nº 4691 (1933 Ago.25), p. 1.

⁴⁷⁰ Ibidem CG, nº 5015 (1933 Nov.7), p. 1.

⁴⁷¹ Ibidem CG, nº 4734 (1934 Fev.9), p. 1.

⁴⁷² Ibidem CG, nº 4758 (1934 Maio 1), p. 2.

⁴⁷³ Ibidem JLF - EV II, p. 180.

⁴⁷⁴ Ibidem NG, nº 122 (1934 Jun.3), p. 3; Ibidem CG, nº 4767 (1934 Jun. 1),p. 1.

⁴⁷⁵ Ibidem NG, nº 124 (1934 Jun.17), p. 1.

Depois começa-se a pensar no aformoseamento do local, e em Agosto de 1934 reuniu a Comissão Administrativa, estando presentes todos os vereadores, e pelo vereador das Obras, A.L. de Carvalho, foram sendo apresentadas algumas propostas para o aformoseamento do Largo João Franco⁴⁷⁶.

Em Outubro de 1937, finalmente, foi concertado o pavimento que rodeava o Monumento a João Franco⁴⁷⁷ e em 1938 decidiu-se colocar bebedouros em vários locais, ficando um aqui instalado⁴⁷⁸.

Em 1937 a Câmara concorda com a opinião pública no sentido de remover do Largo de João Franco a feira semanal; e a imprensa pede também que se retire os dois “centros de mesa”, em pedra e verdura, que lá existiam, pedindo para que o Largo fosse ajardinado⁴⁷⁹.

Mas ainda nesta época, em que já se pretendia preservar o património, há quem queira demolir partes da muralha. De facto a CMG, na sua sessão ordinária de 3 de Julho de 1940, defere o requerimento de António Pimenta Machado, que pede licença para demolir uma parte da antiga muralha, para ligar dois prédios e ocupar 20 m² na via pública, no Largo Conselheiro João Franco, para depósito de materiais⁴⁸⁰.

Em 1940, época de Comemoração dos Centenários da Fundação de Portugal, a Câmara, na sua sessão ordinária de 10 de Julho leu o ofício do Corpo Nacional de Escutas, de Braga, pedindo autorização para erguer dentro dos muros da cidade um Cruzeiro da Independência, conforme projecto apresentado. É deferido com a condição de ser colocado no largo Conselheiro João Franco, devendo a cruz ser substituída por uma cruz de pedra e dar-se mais base ao cruzeiro. Mas, após o despacho da Comissão de Estética foi resolvido colocá-lo no Largo República do Brasil⁴⁸¹, o que não se concretizou.

Entretanto, continua-se a pretender remodelar o Largo João Franco e reconhece-se que o monumento a João Franco tinha algumas faltas. Por isso, em 1949 refere-se *a) A necessidade de dar ao seu Monumento outra modalidade artística, pois que a actual é inferior e mesquinha; b) de realizar um conjunto, entre Monumento, jardinagem, arborização periférica e pavimentação do largo, de um outro interesse de*

⁴⁷⁶ Ibidem NG, nº 131 (1934 Ago.5), p. 3.

⁴⁷⁷ Ibidem CG, nº 5014 (1937 Out.8), p. 1.

⁴⁷⁸ Ibidem CG, nº 5048 (1938 Jun.3), p. 3.

⁴⁷⁹ Ibidem NG, nº 386 (1939 Jul.3), p. 1.

⁴⁸⁰ Ibidem CG, nº 5158 (1940 Dez.13), p. 3.

ambiente que o tornem digno, como praça adjunta da parte central da cidade, da admiração de quem nos visita e da defesa cultural de todos nós”.

Enfim, diz a imprensa, tornar o Largo de João Franco uma zona destacada na muito louvada e visitada cidade de Guimarães⁴⁸².

Entretanto, em Julho de 1951, a Repartição Técnica da Câmara foi encarregada de elaborar o projecto para a instalação de sanitários públicos nos largos João Franco e Condessa do Juncal, Largo da Oliveira e Avenida Alberto Sampaio⁴⁸³, e na sessão da Câmara de 22 foi resolvido, por proposta do vereador Dr. Carlos Saraiva, que a Repartição de Engenharia procedesse ao estudo do arranjo, ajardinamento e pavimentação do Largo Conselheiro João Franco⁴⁸⁴. Em Fevereiro de 1952 a Comissão de Estética Municipal estuda o projecto do Largo Conselheiro João Franco⁴⁸⁵, pois em Fevereiro de 1952 foi mandado organizar um projecto do arranjo artístico do Largo, actualizando os pavimentos, substituindo as decorações, arborizando o recinto, iluminando-o convenientemente e preparando-o para a futura abertura de novas artérias em direcção à Rua de Santo António e ao Largo 13 de Fevereiro⁴⁸⁶. Ainda durante o mês de Setembro do mesmo ano em sessão da Câmara Municipal foi apresentada, merecendo a aprovação por unanimidade, a seguinte proposta do vereador Dr. Carlos Saraiva: arranjo imediato do largo Conselheiro João Franco quanto a pavimentação e iluminação e conclusão da envolvente do monumento daquele estadista⁴⁸⁷.

A CMG, em sessão de 23 de Março de 1955, decidiu aprovar a estimativa e proceder à obra, por administração directa, da placa situada a nascente do Largo João Franco, para estacionamento de carros de aluguer⁴⁸⁸.

Entretanto moderniza-se a iluminação do largo⁴⁸⁹ e em meados de Maio de 1958 estava concluído a instalação do novo sistema de iluminação pública⁴⁹⁰.

É neste Largo que em 3 de Outubro de 1966 é inaugurada a Biblioteca Fixa da Fundação Calouste Gulbenkian, por iniciativa do Círculo de Arte e Recreio⁴⁹¹.

⁴⁸¹ Ibidem CG, nº 5159 (1940 Jul.19), p. 4.

⁴⁸² Ibidem NG, nº 921 (1949 Set. 25), p. 1.

⁴⁸³ Ibidem NG, nº 1017 (1951 Jul.15), p. 3; Ibidem CG, nº 5681 (1951 Jul.21), p. 3.

⁴⁸⁴ Ibidem NG, nº 1024 (1951 Set.2), p. 3.

⁴⁸⁵ Ibidem CG, nº 5763 (1952 Fev.15), p. 1.

⁴⁸⁶ Ibidem CG, nº 5764 (1952 Fev.22), p. 2.

⁴⁸⁷ Ibidem NG, 1079 (1952 Set.21), nº, p. 1.

⁴⁸⁸ Ibidem NG, nº 1211 (1955 Mar.27), p. 1; Ibidem CG, nº 5925 (1955 Mar.25), p. 1.

⁴⁸⁹ Ibidem CG, nº 1360 (1958 Jan.19), p. 2.

⁴⁹⁰ Ibidem CG, nº 6089 (1958 Maio 16), p. 2.

⁴⁹¹ Ibidem NG, nº 1815 (1966 Out. 2), p. 1.

Rua de Arrochela. Ainda em 1935 se dizia muito mal da Rua de Arrochela: “*A Rua de Arrochela, que vai da Rua da República à Rua do Dr. Avelino Germano, oferece-nos, desde há muito, um aspecto miserável[...]*”⁴⁹².

Em 1937 já a rua se encontrava limpa, mas o cano que por lá passava continuava sujo, o que levava a que nos dias de calor exalasse um cheiro fétido⁴⁹³. Assim, o Vereador das Obras Sá e Melo mandou proceder às necessárias obras na rua, também conhecida por viela⁴⁹⁴. Mas isso não impediu que no ano seguinte continuassem a chamar-lhe a “*viela mais imunda de Guimarães*”⁴⁹⁵. Os protestos mantêm-se, o que leva a que o Presidente da Câmara ordenasse que a mesma fosse fechada ao trânsito durante a noite, como medida de saneamento, iniciando-se a limpeza da rua⁴⁹⁶. Mais uma vez foi feita uma limpeza⁴⁹⁷, que não terá resultado, pois, em 1942 ainda se diz que “*parece mesmo, que aquele corredor, que liga duas ruas centrais, não faz parte da cidade, pois está, umas vezes entulhado com utensílios vários, outras, destila águas imundas[...]*”⁴⁹⁸, e em 1943 volta-se a repetir que “*Não pode ser! A sórdida viela de Arrochela não oferece condições higiénicas para a permanência de centenas de pessoas, horas e horas seguidas, esperando que lhe forneçam o azeite. Aquele local não é próprio nem aconselhável*”⁴⁹⁹.

Em Julho de 1950, em sessão da Câmara Municipal, foi deliberado providenciar para que fosse convenientemente limpa e permanecesse em constante estado de asseio e salubridade, procedendo-se ao encerramento da entrada pelo lado da rua da Rainha se tal não fosse possível de conseguir⁵⁰⁰. Não há outro registo sobre a referida viela.

⁴⁹² Ibidem NG, nº 186 (1935 Ago.25), p. 2.

⁴⁹³ Ibidem NG, nº 286 (1937 Ago.1), p. 1.

⁴⁹⁴ Ibidem NG, nº 303 (1937 Nov.28), p. 3.

⁴⁹⁵ Ibidem NG, nº 349 (1938 Out.16), p. 1.

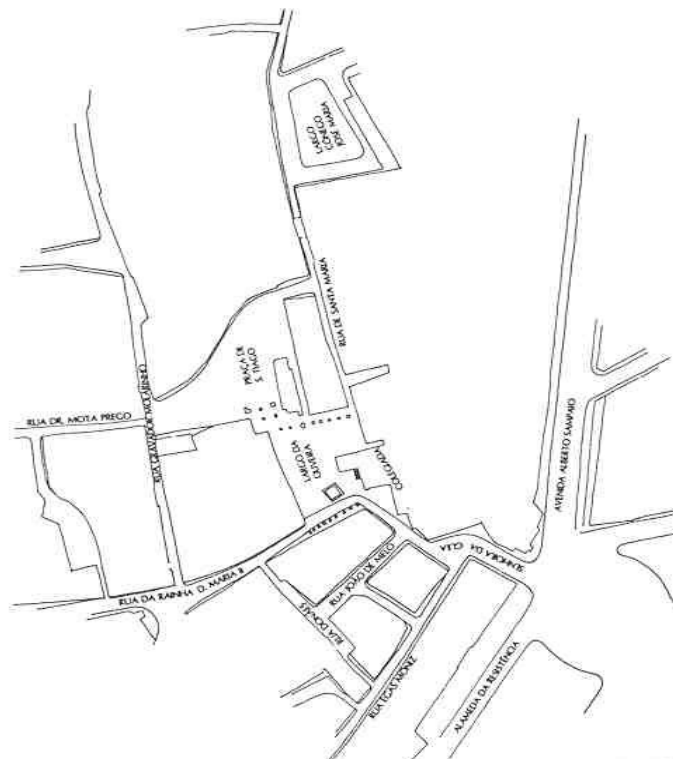
⁴⁹⁶ Ibidem NG, nº 460 (1941 Fev.2), p. 2.

⁴⁹⁷ Ibidem CG, nº 5188 (1941 Fev.7), p. 2.

⁴⁹⁸ Ibidem CG, nº 5237 (1942 Jan.16), p. 1.

⁴⁹⁹ Ibidem CG, nº 5305 (1943 Maio 7), p. 1.

⁵⁰⁰ Ibidem NG, nº 963 (1950 Jul.16), p. 3.



1.2.3. Largo da Oliveira

Em Junho de 1932 a Comissão Estética da Câmara Municipal mandou instalar a luz eléctrica, por um processo novo, dentro do Padrão da Oliveira⁵⁰¹, concretizando-se essa obra em Novembro, tendo sido “*convenientemente reparada a antiga alpendrada da Oliveira. Já desapareceram as seculares teias de aranha e a brocha entrou em função arejando aquela arcaria*”⁵⁰².

Em Agosto de 1933 comenta-se o efeito da iluminação da frontaria do templo de Nossa Senhora da Oliveira, produzida por um poderoso foco eléctrico⁵⁰³, mas critica-se o facto de o relógio da Oliveira continuar às escuras, dificultando a consulta a qualquer hora da noite⁵⁰⁴. As petições para iluminação do relógio da Oliveira foram atendidas em 1938, e um projector, colocado no extremo da varanda dos antigos Paços do Concelho, iluminava-o convenientemente⁵⁰⁵.

⁵⁰¹ Ibidem NG, nº 24 (1932 Jun. 19), p. 1.

⁵⁰² Ibidem NG, nº 44 (1932 Nov.13), p. 1.

⁵⁰³ Ibidem NG, nº 82 (1933 Ago.20), p. 1.

⁵⁰⁴ Ibidem NG, nº 91 (1933 Out.22), p. 1.

⁵⁰⁵ Ibidem CG, nº 5036 (1938 Mar.11), p. 2.

A Câmara Municipal, na sessão de 4 de Março de 1938, deliberou: representar no sentido de a freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, que no Código Administrativo vem citada com o nome de freguesia da Oliveira do Castelo, volte a denominar-se freguesia de Nossa Senhora da Oliveira⁵⁰⁶.

Em Fevereiro de 1940 defendia-se no jornal que era bom critério que tudo quanto estivesse instalado dentro das antigas muralhas ficasse pavimentado a lajes, de formato regular e cómodo; e que tudo quanto se organizou fora delas, se pavimentasse a paralelepípedos, dando a noção, do que era Guimarães antes e depois do século XVIII⁵⁰⁷, mas essa ideia foi logo contestada, uma vez que em Guimarães pouco existia do passado⁵⁰⁸.

Em 1941 já se comentava que, no largo da Oliveira, na esquina que lhe fazia frente à Rua de Santa Maria, se ia instalar uma Pousada, cuja planta já estava em execução e que em breve seria fornecida pelo Serviço de Propaganda Nacional. Informava-se ainda de que o referido prédio seria expropriado⁵⁰⁹, mas em 1942 inaugura-se a Pousada do Marão, e da de Guimarães não há qualquer novidade⁵¹⁰.

Entretanto o Padrão do Salado, que se encontrava em mau estado, foi mandado limpar e arranjar⁵¹¹, sendo em 5 de Abril de 1949, pelo Decreto Lei n.º 37366 considerado Monumento Nacional, estabelecendo-se a zona de protecção mais tarde, no Diário do Governo n.º 94, 2ª série, de 19 de Abril de 1956 e Diário do Governo n.º 203, 2ª série, de 30 de Agosto de 1958⁵¹².

Entretanto, os monumentos como a Muralha, a frontaria da Colegiada e o Padrão da Oliveira começavam a encher-se de vegetação selvagem, o que levou a que em Maio de 1951 a Câmara Municipal, por proposta conjunta dos Drs. Augusto Cunha e Carlos Saraiva, os mandassem limpar⁵¹³.

A Repartição Técnica da Câmara foi encarregada em Julho de 1951 de elaborar os projectos para a instalação de sanitários nos Largos de João Franco, da Condessa do Juncal, da Oliveira e na Rua Dr. Alberto Sampaio⁵¹⁴.

⁵⁰⁶ *Ibidem NG*, n.º 317 (1938 Mar.6), p. 2.

⁵⁰⁷ *Ibidem NG*, n.º 417 (1940 Fev.4), p. 2.

⁵⁰⁸ *Ibidem NG*, n.º 418 (1940 Fev.11), p. 1.

⁵⁰⁹ *Ibidem CG*, n.º 5209 (1941 Jul.4), p. 1.

⁵¹⁰ *Ibidem NG*, n.º 553 (1942 Set.6), p. 2.

⁵¹¹ *Ibidem CG*, n.º 5545 (1947 Dez.12), p. 2.

⁵¹² *PDM: Guimarães*; *Ibidem CG*, n.º 5614 (1949 Abr.8), p. 2; *Ibidem CG*, (1956 Abr.20), p. 3.

⁵¹³ *Ibidem CG*, n.º 5725 (1951 Maio 25), p. 1.

⁵¹⁴ *Ibidem CG*, n.º 5681 (1951 Jul.21), p. 3; *Ibidem NG*, n.º 1017 (1951 Jul.15), p. 3.

A população, em 1953, voltava a queixar-se de que o relógio municipal se encontrava há bastante tempo avariado e que era necessário arranjar-lo⁵¹⁵, começando a funcionar devidamente pouco tempo depois⁵¹⁶, mas por muito pouco tempo, pois voltou a avariar novamente alguns meses depois⁵¹⁷.

Em Fevereiro de 1954 a Câmara decidiu proceder, por administração directa, às obras de arranjo e ampliação do “mictório” situado nos baixos do Arquivo Municipal, no largo da Oliveira⁵¹⁸.

Entretanto, a respeito da publicação da portaria da zona de defesa do Padrão do Salado, começa-se a referir o restauro do Largo, a antiga alpendrada, e outras obras de reconstituição⁵¹⁹.

Em 1957 já se falava, que se encontravam em estudo as obras de beneficiação e restauro da Colegiada, que incluíam também arranjos na parte antiga da cidade, para a caracterizar no aspecto medieval originário, principalmente nas fachadas dos prédios, que os proprietários alteraram profundamente⁵²⁰.

Entretanto, a CMG, em sessão de 29 de Agosto de 1957, decidiu adjudicar a Sebastião de Freitas as obras a efectuar nos lavabos públicos do Largo da Oliveira e do Gravador Molarinho⁵²¹.

Também a zona de protecção do Padrão da Batalha do Salado é revista no Diário do Governo n.º 203, 2ª série, de 30 de Agosto de 1958⁵²².

O Ministro das Obras Públicas resolveu visitar o concelho de Guimarães de 31 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 1959 e conseqüentemente assinou vários despachos relativos a alterações da cidade, entre eles alguns relacionados com a Zona Antiga da Cidade⁵²³, como já foi referido.

O movimento do trânsito automóvel aumenta, o que leva a Câmara, em sessão de 4 de Outubro de 1960, a decidir não considerar o pedido feito pelo Arciprestado, que pedia a proibição de trânsito na Rua de Santa Maria, por não ser permitido o trânsito no largo da Oliveira, por baixo dos antigos Paços do Concelho e pela Viela dos

⁵¹⁵ *Ibidem NG*, nº 1096 (1953 Jan.18), p. 2.

⁵¹⁶ *Ibidem NG*, nº 1097 (1953 Jan.25), p. 1.

⁵¹⁷ *Ibidem NG*, nº 1204 (1955 Fev.6), p. 2.

⁵¹⁸ *Ibidem NG*, nº 1152 (1954 Fev.7), p. 3.

⁵¹⁹ *Ibidem NG*, nº 1270 (1956 Maio 6), p. 1.

⁵²⁰ *Ibidem NG*, nº 1311 (1957 Fev.10), p. 2.

⁵²¹ *Ibidem CG*, nº 6052 (1957 Ago.30), p. 2.

⁵²² *PDM: Guimarães*.

⁵²³ *Ibidem CG*, nº 6139 (1959 Maio 1), p. 2.

Açoutados⁵²⁴. Entretanto a Câmara, em sessão de 17 de Abril de 1962, decide condicionar o estacionamento de veículos automóveis no Largo da Oliveira, não o permitindo mais de uma hora⁵²⁵.

Decide também, em sessão de 17 de Janeiro de 1961, considerar, conforme sugestão do comando da Polícia de Segurança Pública, como inconvenientes à actividade de engraxador entre outros o Largo da Oliveira e aprovar o modelo “*Autoridade para engraxadores*” fixando as obrigações a que estão sujeitos.

Também o director do Arquivo Municipal solicitou à Câmara a adaptação e anexação ao Arquivo dos prédios que lhe ficavam contíguos no Largo da Oliveira, decidindo a Câmara, em sessão de 10 de Abril de 1962, estudar a possibilidade de atender a sua sugestão⁵²⁶.

Decide-se pavimentar o Largo da Oliveira, e em reunião de 3 de Maio de 1967 pedir a transferência da comparticipação do Estado destinada à obra do arranjo envolvente da igreja de S. Dâmaso, para a obra de pavimentação lajeada do Largo da Oliveira⁵²⁷.

Como já foi referido, será apenas em Junho de 1970, que a Câmara Municipal decide fazer o estudo imediato da reintegração da zona medieval da cidade, deliberando fazer contrato com o Arquitecto Alberto da Silva Bessa para elaboração do anteprojecto, projecto e assistência técnica das obras de reintegração, adaptação e valorização do conjunto residencial limitado pelo largo medieval da Oliveira, Viela dos Açoutados, Praça de S. Tiago e Rua de Santa Maria⁵²⁸. Em Dezembro de 1970 resolve-se enviá-lo à Junta Nacional de Educação, melhorando-o com o aproveitando da casa sobre arcadas para restaurante e residencial. Decide ainda pôr a concurso a obra de saneamento do Largo da Oliveira⁵²⁹, cujo anúncio para empreitada foi publicado na imprensa local alguns dias depois⁵³⁰. Em Maio de 1971 decide-se adjudicar a obra de saneamento das ruas de Santa Maria, Largo da Oliveira, Praça de Santiago, Rua Alfredo Guimarães, Rua Nuno Álvares e Largo Cónego José Maria Gomes por 562.000\$00⁵³¹.

⁵²⁴ Ibidem CG, nº 6215 (1960 Nov.14), p. 3.

⁵²⁵ Ibidem CG, nº 6295 (1962 Abr.27), p. 4.

⁵²⁶ Ibidem CG, nº 6293 (1962 Abr.13), p. 3.

⁵²⁷ Ibidem NG, nº 1847 (1967 Maio 14), p. 8.

⁵²⁸ Ibidem NG, nº 2009 (1970 Jun.20), p. 5.

⁵²⁹ Ibidem NG, nº 2033 (1970 Dez.19), p. 1.

⁵³⁰ Ibidem CG, nº 6746 (1971 Jan.9), p. 3.

⁵³¹ Ibidem NG, nº 2054 (1971 Maio 15), p. 1; Ibidem nº 2075 (1971 Out.9), p. 1.

Entretanto, em Março de 1972, foi presente à Câmara o projecto do arranjo do pavimento do largo medieval da Oliveira, o que lhe mereceu plena aprovação e motivou o testemunho do melhor reconhecimento do Ministro das Obras Públicas pela iniciativa deste empreendimento. Desta forma, o pavimento foi estudado para ser executado em três tipos diferentes, de acordo com as características mais aconselháveis: 1º Na sua parte central: com um esquartelamento de guias de cantaria a envolver rectângulos de calçada à portuguesa; 2º Lages de cantaria: na zona envolvente dos imóveis, circundando o antigo padrão e no patamar fronteiro à entrada principal da igreja; 3º E calçada à portuguesa com uma faixa central de cantaria nas artérias confinantes e Largo 1º de Maio. Previa-se ainda a substituição e rebaixamento do actual pavimento em calçada, sob o edifício dos antigos Paços do Concelho, por outro em lajedo de cantaria na sua cota inicial, o que viria repor o primitivo pé direito do 1º piso, beneficiando as proporções do seu traçado arquitectónico. Criava-se, também, dentro do largo, um sistema de circulação que não lhe trazia inconvenientes, através do tráfego que para ali convergisse pelas artérias confinantes. O estacionamento de veículos só seria de permitir no Largo de Nossa Senhora da Oliveira, junto aos prédios fronteiros à igreja entre os antigos Paços do Concelho e a Rua da Rainha, de forma a possibilitar a visibilidade das perspectivas do conjunto monumental. Todos os trabalhos referentes e incluídos na estimativa importariam na quantia total de 2.323.000\$00⁵³².

E 1972 concluiu-se o projecto de arquitectura, do arranjo dos pavimentos do largo medieval da Oliveira. Estava-se, também, a terminar o restauro da igreja da Colegiada, que pouco antes fora aprovado e participado com uma verba que rondava os 3.500 contos, a reintegração de parte da Rua de Santa Maria, centrando-se no bloco de edificação que englobava esta rua e a Viela dos Açoutados, com frente virada para o Largo de Nossa Senhora da Oliveira. As obras estavam a executar-se devido ao projecto mandado elaborar pela Câmara⁵³³. Entretanto, em Junho de 1972 o Estado participa no arranjo do largo medieval da Oliveira, sendo autorizada a concessão de uma participação pelo Fundo de Desemprego correspondente a 50% do valor orçamental elaborado para os trabalhos do largo medieval de Nossa Senhora da Oliveira a repartir por duas anuidades⁵³⁴. Em Outubro o Município toma conhecimento

⁵³² *Ibidem NG*, nº 2099 (1972 Mar.25), p. 1.

⁵³³ *Ibidem NG*, nº 2100 (1972 Abr.1), p. 1.

⁵³⁴ *Ibidem NG*, nº 2112 (1972 Jun.24), p. 1.

de que foi publicado no Diário do Governo a concessão do subsídio “à CMG, para a obra de arranjo do largo de Nossa Senhora da Oliveira, comparticipação de 1161500\$00 com o seguinte escalonamento: para 1972, 580750\$00 e para 1973, 580750\$00, com pago de execução até 31 de Dezembro de 1973”. Esta obra era complementar da obra de recuperação dos edifícios da Rua de Santa Maria, com adaptação do primeiro para Albergaria de Turismo, com frontaria para o largo. Esta obra era também já comparticipada com 4 mil contos e seria iniciada logo que fosse presente o caderno de encargos a elaborar pelo arquitecto autor do projecto⁵³⁵. Assim, ainda em 1972 a Câmara decidiu adjudicar por 1.973.400\$00 a obra de pavimentação do largo da Oliveira⁵³⁶.

Em Maio de 1973 foi posta em adjudicação a obra de restauro da zona medieval da cidade sendo presente o projecto das obras de reintegração, adaptação e valorização do conjunto residencial limitado pelo Largo da Oliveira, Viela dos Açoutados, Praça de S. Tiago e Rua de Santa Maria - 1ª fase e ainda a instalação de um conjunto hoteleiro (albergaria e restaurante), da autoria do Arquitecto Alberto da Silva Bessa, cujo custo importava na quantia de 9.250.899\$50⁵³⁷.

Entretanto, em 1973 a Câmara decide pagar ao Eng. Albuquerque Barbosa o projecto das estruturas para a obra de integração e valorização do conjunto residencial⁵³⁸ e em Setembro de 1973 resolveu adjudicar a obra à firma de construções CARI⁵³⁹.

Em Outubro de 1973 a imprensa comentava favoravelmente os trabalhos⁵⁴⁰.

Igreja da Oliveira. Já em 20 de Novembro de 1925 o correspondente para *O Comércio do Porto* Jerónimo Sampaio, fez no 1º de Janeiro um fervoroso apelo a todos os vimaranenses, para se conseguir restaurar os claustros do majestoso templo de Nossa Senhora da Oliveira⁵⁴¹. No ano seguinte a imprensa volta a falar o seu “*abandono criminoso*”⁵⁴². Um ano depois, em Abril de 1926 circularam pela cidade uns panfletos, “*pugnando pela conservação dos claustros da Oliveira, monumento nacional, e que está votado ao mais lamentável abandono. O auctor do panfleto, quiz estimular, mais*

⁵³⁵ Ibidem NG, nº 2129 (1972 Out.21), p. 1.

⁵³⁶ Ibidem NG, nº 2139 (1972 Dez.30), p. 1; Ibidem CG, nº 6857 (1973 Mar.10), p. 1.

⁵³⁷ Ibidem NG, nº 2160 (1973 Maio 26), p. 1.

⁵³⁸ Ibidem NG, nº 2174 (1973 Set. 1), p. 1.

⁵³⁹ Ibidem CG, nº 2177 (1973 Set.22), p. 3.

⁵⁴⁰ Ibidem NG, nº 2181 (1973 Out.20), p. 1-2.

⁵⁴¹ Ibidem CG, nº 3932 (1925 Nov.20), p. 1.

*uma vez, como tantas vezes tem feito, o brio dos vimaranenses, pedindo-lhes o seu auxílio em prol de uma relíquia da nossa terra. A imprensa tem acompanhado o clamor geral, mas não há quem se lembre do restauro d'aquella obra prima, que desaparecerá como desapparece tudo o que representa grandeza e arte. Dizem-nos que o grande pugnador pela restauração dos mesmos, o sr. Jeronymo Santos iniciou uma subscrição, para com o seu producto restaurar a capella de S. Nicolau, erecta na mesma, cuja subscrição teve o melhor acolhimento[...]*⁵⁴³.

Mas apenas em Agosto desse ano há notícia de já principiaram as obras indispensáveis na igreja e claustros de Nossa Senhora da Oliveira. Após grandes campanhas e insistentes pedidos, iriam, finalmente, restaurar-se os claustros e reparar-se a Igreja. Em 1926 já tinham principiado as obras que deveriam orçar por 20 000\$000 réis. Eram dirigidas pelo capitão Luís de Pina, não se realizando nesse ano a Festa da Padroeira da cidade, Nossa Senhora da Oliveira, nem tão pouco a comemoração da Batalha de Aljubarrota⁵⁴⁴. Assim, em 15 de Agosto de 1926 já andava em obras o claustro da Colegiada⁵⁴⁵, tendo a imagem da Senhora da Oliveira sido recolhida no Carmo.

Os vimaranenses interrogam-se sobre o restauro: se se ia compôr a igreja da Oliveira, se não se iria restaurar a rosácea...⁵⁴⁶. Entretanto, a pia baptismal da igreja de S. Miguel, que em 1664 foi para o templo da Oliveira, em 1927 regressa à origem⁵⁴⁷.

Há uma breve paralisação das obras de restauro do Claustro da Colegiada⁵⁴⁸, para recomeçarem algum tempo depois. Isto leva a que em 1929 continuassem com grande actividade as obras do restauro da colegiada e as de instalação do Museu Alberto Sampaio. Em Agosto estava quase demolido o Passo da Paixão que existia junto à entrada do Museu, e posteriormente seria transferido para o Campo da Feira⁵⁴⁹.

Assim, em 17 de Outubro de 1929 por telegrama recebido foi autorizada pelo Ministro do Comércio a continuação das obras de restauro dos claustros da Colegiada,

⁵⁴² Ibidem CG, nº 3960 (1926 Mar.16), p. 1.

⁵⁴³ Ibidem CG, nº 3966 (1926 Abr.13), p. 2.

⁵⁴⁴ Ibidem CG, nº 3997 (1926 Ago.10), p. 1.

⁵⁴⁵ Ibidem JLF - EV III, p. 150.

⁵⁴⁶ Ibidem CG, nº 4017 (1926 Out.1), p. 1.

⁵⁴⁷ Ibidem JLF - Notas manuscritas ao "Roteiro de Guimarães" de A.L. de Carvalho, p. 24.

⁵⁴⁸ Ibidem CG, nº 4273 (1929 Jun.7), p. 1.

⁵⁴⁹ Ibidem CG, nº 4291 (1929 Ago.9), p. 2.

onde iria ser instalado o Museu Alberto Sampaio⁵⁵⁰. Os trabalhos foram orientados por Alfredo Guimarães, durante os quatro anos que demoraram⁵⁵¹.

Paralelamente a Colegiada continuava a sua missão social, e em Janeiro de 1930 preparava-se a fundação do Patronato, uma instituição que pretendia reunir aos domingos, das duas da tarde em diante, as crianças das ruas, proporcionando-lhes divertimento e jogos⁵⁵².

Em 1930 o Pároco da Oliveira abre hostilidades contra Alfredo Guimarães, chegando a mudar as fechaduras do claustro⁵⁵³. Este sacerdote escreve posteriormente na imprensa justificando o acto⁵⁵⁴.

E em Setembro de 1931 numa das comunicações telegráficas de Lisboa para o “Correio do Minho” dizia-se: “[...]A igreja de Nossa Senhora da Oliveira continua entaipada no interior, e as esculturas da fachada a cair aos bocados; O claustro da Oliveira com as obras paradas há uma porção de mezes vai apanhar mais um Inverno sobre as suas ruínas [...]”⁵⁵⁵.

Em Julho de 1932 estive a visitar as obras em realização na Casa do Priorado, sobre o Museu Alberto Sampaio, o Eng^o Baltazar de Castro, director dos Monumentos Nacionais do Norte⁵⁵⁶, e no ano seguinte, em 1933, foram concedidos, pelo Fundo de Desemprego, 10 contos para obras na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, e 20 contos para obras no Castelo⁵⁵⁷.

Em 1933 dão-se os problemas com as vestes de Nossa Senhora da Oliveira, entre a Colegiada e Alfredo Guimarães, director do Museu de Arte Sacra⁵⁵⁸, uma vez que ambos desejavam a sua posse.

Em 1934 escreve Alfredo Pimenta, em carta dirigida ao Director do jornal: “O Castelo de Guimarães - Senhor Director: - a nossa terra tem vários monumentos que são o seu orgulho mais legítimo. Dentre eles, sobressaem a Colegiada e o Castelo de Guimarães, que vêm ambos desde as primeiras horas da nacionalidade. A igreja da Colegiada modernizaram-na uns sr. Cónegos, aqui há muitos anos, estucando-a e

⁵⁵⁰ Ibidem CG, nº 4310 (1929 Out.18), p. 2.

⁵⁵¹ Ibidem NG, nº 1 (1932 Jan.11), p. 2.

⁵⁵² Ibidem CG, nº 4333 (1930 Jan.14), p. 1.

⁵⁵³ Ibidem CG, nº 4359 (1930 Abr.18), p. 2.

⁵⁵⁴ Ibidem CG, nº 4360 (1930 Abr.22), p. 1.

⁵⁵⁵ Ibidem CG, nº 4501 (1931 Set.18), p. 1 Ibidem CG, nº 4506 (1931 Out.6), p. 1.

⁵⁵⁶ Ibidem NG, nº 27 (1932 Jul.17), p. 3.

⁵⁵⁷ Ibidem JLF- EV IV, p. 322; Ibidem CG, nº 4652 (1933 Mar.28), p. 2.

⁵⁵⁸ Ibidem CG, nº 4655 (1933 Abr.7), p. 1.

escaiolando-a. Ficou, sob o ponto de vista arquitectónico, simplesmente abjecta. Entrou o bonito com ela - foi um pavor. Não sei porque se espera, para deitar abaixo todo o estuque escaiolado de interior de brasileiro que a profana, e deixar a nú o seu aspecto ideal que é o único sério. Desde que me conheço que aguardo a hora milagrosa da desprofanização da nossa vetusta e gloriosa igreja de Nossa Senhora da Oliveira. Os anos passam, o outono veio, está a chegar o inverno, aproxima-se a hora da partida, e irei, para não voltar, deixando a igreja de Nossa Senhora da Oliveira abafada em estuque e escaiolada, ou madeira a fingir de escaiola...”⁵⁵⁹.

Em Agosto de 1935 a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira foi também contemplada com 5 000\$00⁵⁶⁰, e neste mesmo ano anuncia-se para muito breve o início das obras de restauro do templo de Nossa Senhora da Oliveira, sob direcção do Director dos Edifícios e Monumentos Nacionais⁵⁶¹.

Assim, em 30 de Setembro de 1935 encerrou-se para obras a igreja da Colegiada, sendo a imagem de Nossa Senhora da Oliveira colocada no altar lateral da parte do Evangelho da igreja do Carmo⁵⁶², onde se fariam provisoriamente todas as cerimónias religiosas⁵⁶³.

É em 1 de Outubro de 1935, que, como nos diz João Lopes de Faria, “Principiou a destruição da obra de reformação da igreja da colegiada em 1830”⁵⁶⁴. E em 1 de Dezembro de 1935 “foi levada processionalmente para a igreja do Carmo a imagem de Nossa Senhora da Oliveira, para na sua igreja se fazerem obras que não chegaram a fazer-se”, comenta novamente João Lopes de Faria⁵⁶⁵.

Em 1936 a Colegiada recebe mais 150 contos para prosseguimento das obras⁵⁶⁶. Neste mesmo ano anuncia-se que a igreja vai reabrir ao público⁵⁶⁷, o que aconteceu em 18 de Outubro, voltando a sua imagem processionalmente do Carmo em 8 de Novembro de 1936 para a sua igreja⁵⁶⁸. O Santíssimo Sacramento foi conduzido

⁵⁵⁹ Ibidem NG, nº 143 (1934 Out.28), p. 1.

⁵⁶⁰ Ibidem CG, nº 4894 (1935 Ago.27), p. 1.

⁵⁶¹ Ibidem NG, nº 186 (1935 Set.1), p. 2.

⁵⁶² Ibidem JLF - EV III, p. 301v.

⁵⁶³ Ibidem CG, nº 4897 (1935 Out.1), p. 2; Ibidem NG, nº 192 (1935 Out.6), p. 3.

⁵⁶⁴ Ibidem JLF - EV IV, p. 3.

⁵⁶⁵ Ibidem JLF - EV IV, p. 226v.

⁵⁶⁶ Ibidem NG, nº 206 (1936 Jan.12), p. 1.

⁵⁶⁷ Ibidem CG, nº 4963 (1936 Out.16), p. 1.

⁵⁶⁸ Ibidem JLF - EV IV, p. 51v; Ibidem CG, nº 4964 (1936 Out.23), p. 1.

também processionalmente e com acompanhamento de muitos fieis, alguns dias depois⁵⁶⁹.

Entretanto, os Párocos da Oliveira e de S. Paio requereram ao Ministro das Obras Públicas, no sentido de que as obras de restauro, das duas igrejas, se iniciassem pela de S. Domingos, a fim de que, concluída a restauração, para ali voltasse o culto paroquial de S. Paio, que estava a ser feito na igreja da Misericórdia⁵⁷⁰.

A imprensa critica o estado da Igreja da Oliveira, referindo que o frontão continuava a encher de ervas o monumento. E escreve “*que bom seria que a DGEMN concedesse, anualmente, à CMG, uma verba, de alguns simples centos de escudos, de modo a conservarem-se sempre limpos os muitos Monumentos Nacionais desta cidade e concelho: Castelo, Igreja de S. Miguel, Oliveira, Padrão dos Pombais, S. Francisco, Serzedelo, etc, etc. [...]*”⁵⁷¹.

Em 1943 foi incluída na lista dos monumentos a restaurar no ano de 1944 o padrão da igreja da Colegiada de Guimarães. Esta notícia causou vivo contentamento na cidade, pois como estava já restaurado o claustro e a casa do Priorado, ficava assim completamente reconstituído o núcleo artístico da mais antiga instituição religiosa de Guimarães⁵⁷². E ainda no fim do ano chegou a boa nova que o Estado ia subsidiar as obras a fazer na igreja da Oliveira⁵⁷³.

Em Abril de 1945 o Ministro das Obras Públicas, Eng. Cancela de Abreu, esteve em Guimarães e percorreu a cidade, visitando as obras de restauro da igreja de S. Francisco, o mercado público e as obras do Paço dos Duques de Bragança, e pelas 11h30, juntamente com o Governador Civil e os representantes da Câmara Municipal, entraram no Largo da Oliveira. Viram o edifício da Colegiada que, ameaçava ruína, e dirigiram-se depois ao Museu Alberto Sampaio. O Ministro e o Director do Museu Alberto Sampaio trocaram impressões sobre o plano de Alfredo Guimarães para a instalação do Museu nos Paços dos Duques de Bragança⁵⁷⁴.

Assim, em Junho de 1945 Guimarães preparava-se para restaurar a antiga Colegiada e comemorar a passagem do seu milénio⁵⁷⁵. Uma comissão que tomou a peito

⁵⁶⁹ Ibidem NG, nº 347 (1936 Out.25), p. 2.

⁵⁷⁰ Ibidem NG, nº 253 (1936 Dez.6), p. 3; Ibidem CG, nº 4970 (1936 Dez.4), p. 2.

⁵⁷¹ Ibidem NG, nº 401 (1939 Out.15), p. 2.

⁵⁷² Ibidem NG, nº 583 (1943 Abr.4), p. 1.

⁵⁷³ Ibidem CG, nº 5343 (1944 Jan.28), p. 1.

⁵⁷⁴ Ibidem NG, nº 690 (1945 Abr.22), p. 1.

⁵⁷⁵ Ibidem NG, nº 699 (1945 Jun.24), p. 2.

trabalhar pela reconstituição da Colegiada de Guimarães, foi a Braga conferenciar com o Arcebispo Primaz⁵⁷⁶.

Assim o restauro continuava lentamente, e em Novembro, por resolução tomada em Conselho de Ministros, foi decidido que a pavimentação dos aposentos da antiga casa do Priorado, sobranceira a todas as dependências de instalação do MAS, só viesse a realizar-se depois e o mesmo Museu poder ficar instalado no edifício dos Paços dos Duques de Bragança⁵⁷⁷.

Em Abril de 1946, a Câmara Municipal manda iluminar as igrejas do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Oliveira⁵⁷⁸. Em Maio desse ano, durante um violento temporal, caiu uma faísca na oliveira do claustro da Colegiada, Museu Alberto Sampaio⁵⁷⁹.

Em Janeiro de 1947 a imprensa defendia que se não toque no que está, com o objectivo de se restaurar, mas que se congreguem esforços para que se conclua primeiro os restauros de S. Francisco e de S. Domingos, dois antigos templos, ainda, em ruínas⁵⁸⁰.

Em Julho de 1950 a Câmara Municipal deliberou: proceder à limpeza da frontaria da igreja de Nossa Senhora da Oliveira e solicitar a das muralhas no Rua Dr. Alberto Sampaio⁵⁸¹. Assim, sob proposta conjunta dos Drs. Augusto Cunha e Carlos Saraiva, a Câmara não só mandou limpar a Muralha de Guimarães, como igualmente a frontaria da Colegiada e o Padrão conjunto da Batalha do Salado⁵⁸².

Em Julho de 1951 continuavam as obras de reconstrução do templo da Colegiada de Guimarães. Acabada a “Capela dos Pinheiros” sob a torre dos sinos, encontrava-se quase concluída a “*desinfecção e reintegração*”, na linguagem da época⁵⁸³.

Em Setembro e Outubro de 1954 prosseguiam com grande actividade as obras do arranjo dos pavimentos e tectos de algumas salas do Museu Alberto Sampaio. Igualmente se procedia ao restauro da cúpula dos túmulos dos Pinheiros, no rés do chão

⁵⁷⁶ Ibidem NG, nº 703 (1945 Jul.22), p. 1; Ibidem NG, nº 724 (1945 Dez.16), p. 2.

⁵⁷⁷ Ibidem CG, nº 5437 (1945 Nov.16), p. 3.

⁵⁷⁸ Ibidem NG, nº 743 (1946 Abr.28), p. 3.

⁵⁷⁹ Ibidem NG, nº 746 (1946 Maio 19), p. 2.

⁵⁸⁰ Ibidem NG, nº 781 (1947 Jan.19), p. 3.

⁵⁸¹ Ibidem NG, nº 963 (1950 Jul.16), p. 3.

⁵⁸² Ibidem CG, nº 5725 (1951 Maio 25), p. 1.

⁵⁸³ Ibidem CG, nº 5733 (1951 Jul.20), p. 2.

da torre da igreja de Nossa Senhora da Oliveira⁵⁸⁴. Finalmente em Dezembro terminou o restauro da cúpula gótica da capela tumular dos Pinheiros⁵⁸⁵.

O Diário do Governo, 2ª série, n.º 94 de 19 de Abril de 1956 publicou uma portaria fixando o perímetro de protecção da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, do Padrão comemorativo da Batalha do Salado e dos antigos Paços Municipais de Guimarães, classificados como Monumentos Nacionais⁵⁸⁶.

A Câmara Municipal, em sessão de 25 de Março de 1959, decidiu aprovar o projecto das obras das novas instalações, junto da Colegiada, do Arciprestado de Guimarães, elaborado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais⁵⁸⁷.

Em Abril de 1959, segundo informação que foi officiosamente dada ao director do Museu Alberto Sampaio, iriam começar, brevemente, as obras de restauro da igreja da Colegiada⁵⁸⁸. Também a imprensa publicou o despacho do Ministro das Obras Públicas relativo à sua visita ao concelho de Guimarães de 31 Janeiro a 1 de Fevereiro, referindo sobre o restauro do Museu Alberto Sampaio que “1º - A DGEMN dará imediata execução à expropriação do prédio particular encravado no perímetro abrangido pelo projecto de ampliação do Museu, procurando recuperar o atraso verificado na operação de há muito indicada como urgente 2º - Registo a recomendação feita ao Arqt. Vaz Martins no sentido de estudar a decomposição em fases do projecto de ampliação do Museu, tendo em atenção que no final de 1960 poderá transferir-se a CGD para as suas novas instalações o que permitirá realizar boa parte do referido projecto logo em seguida porventura para as salas de conferências e de exposições temporárias”⁵⁸⁹.

Em Agosto de 1959 seguiam em ritmo acelerado as obras do patronato de Nossa Senhora da Oliveira⁵⁹⁰.

No ano seguinte, no mês de Maio, o Ministro das Obras Públicas durante a sua visita a Guimarães visitou, entre outras, as obras do Patronato do Arciprestado de Guimarães⁵⁹¹. Em Junho de 1962 o Ministro voltou a Guimarães e inaugurou a obra da

⁵⁸⁴ Ibidem NG, n.º 1184 (1954 Set.19), p. 2; Ibidem CG, n.º 5900 (1954 Out.1), p. 2.

⁵⁸⁵ Ibidem NG, n.º 1195 (1954 Dez.5), p. 3.

⁵⁸⁶ Ibidem CG, (1956 Abr.20), p. 3; Ibidem NG, n.º 1268 (1956 Abr.22), p. 2; *Boletim da DGEMN* n.º 128; *PDM: Guimarães*.

⁵⁸⁷ Ibidem CG, n.º 6134 (1959 Mar.27), p. 3; Ibidem NG, n.º 1422 (1959 Mar.29), p. 6.

⁵⁸⁸ Ibidem NG, n.º 1005 (1951 Abr.22), p. 3.

⁵⁸⁹ Ibidem NG, n.º 1426 (1959 Abr.26), p. 1.

⁵⁹⁰ Ibidem CG, n.º 6156 (1959 Ago.28), p. 1.

⁵⁹¹ Ibidem NG, n.º 1482 (1960 Maio 22), p. 1.

primeira fase do Centro Pastoral, tendo também inaugurado um medalhão em bronze, obra do escultor Joaquim Correia, com a esfinge do sr. Eng. Arantes e Oliveira⁵⁹².

E em 1966 num artigo de opinião perguntava-se: *“Quando chegará a sua vez?... - O venerando templo da Colegiada, Monumento Nacional, mostra, depois que demoliram um prédio anexo do lado Norte, os lamentáveis atropelos de que tem sido vítima, através dos tempos, por gente sem conhecimento nem contemplações. São acréscimos de tabique que alternam com o românico das paredes, são vandalismos que destruíram janelas e fizeram novas dependências, como a sacristia; enfim, era melhor não lhe terem tocado, para não se verem esses atentados que a velha igreja tem sofrido em todas as épocas. Monumento Nacional como é, só os conceituados arquitectos que têm a seu cargo a conservação destes preciosos imóveis, lhes devem tocar, após estudarem minuciosamente como o devem fazer e qual o seu objectivo. Sem estes cuidados e cautelas, essas obras que decorriam foram superiormente embargadas e a via pública transformada em depósito de pedra e outros materiais de construção, sabe-se lá até quando, em prejuízo do aspecto do Largo e do próprio templo. Em contraste, vê-se presentemente e na mesma antiga praça maior, o que foram as obras de consolidação da vetusta Casa da Câmara, também Monumento Nacional, que, após os trabalhos, a sua fachada na eminência de ruir, em parte e depois de totalmente demolida, surge agora, remoçada e segura pelos cuidados e conhecimentos de que foi alvo, sem nada perder do seu aspecto anterior. O mesmo se deu no mais importante restauro feito no país - o Palácio Nacional de Guimarães (antigos Paços dos Duques de Bragança), cuja imponência e grandiosidade a cidade se orgulha de possuir.[...]”*⁵⁹³.

Em 1967 o culto e o restauro da igreja de Nossa Senhora da Oliveira foi comentado em Lisboa, no discurso na Assembleia Nacional do Eng. Duarte do Amaral, agradecendo a obra ao Ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira⁵⁹⁴.

Entretanto, em Maio desse ano começa a ressurgir a Colegiada de Guimarães com a investidura do seu D. Prior, que prestou juramento de fidelidade⁵⁹⁵.

Em Setembro, pelo Fundo de Desemprego do Ministério das Obras Públicas foi concedido à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais um subsídio de 400

⁵⁹² Ibidem NG, nº 1592 (1962 Jul.1), p. 1.

⁵⁹³ Ibidem NG, nº 1801 (1966 Jun.26), p. 2.

⁵⁹⁴ Ibidem CG, nº 6548 (1967 Mar.11), p. 1.

⁵⁹⁵ Ibidem NG, nº 1846 (1967 Maio 7), p. 1.

contos para as obras de beneficiação e restauro a que andava já a proceder-se na igreja de Nossa Senhora da Oliveira⁵⁹⁶.

Por isso, o serviço religioso passou a realizar-se na capela mor do templo, sendo a entrada feita pelo Priorado⁵⁹⁷.

Em Outubro de 1967 os trabalhos do restauro da igreja, prosseguiam em ritmo normal. Os altares das naves laterais já se encontravam desmontados, decorrendo os actos litúrgicos durante a semana na sacristia. Estava-se a proceder igualmente à desmontagem dos revestimentos de madeira das colunas, arcos, capiteis, e outro material, entrando-se depois na fase considerada mais importante: a integração da sua estrutura arquitectónica na traça primitiva⁵⁹⁸.

Em 14 de Dezembro de 1968 escreve Jerónimo de Almeida um artigo intitulado “A Capela de S. Nicolau” em que referia que “[...] a capela de S. Nicolau, o consagrado Patrono da Academia, capela actualmente abandonada por motivo das obras de restauro da nossa querida colegiada, infelizmente paradas.[...]”⁵⁹⁹, e defende ou a abertura de uma porta lateral ou a sua transferência para perto do Liceu⁶⁰⁰.

Em Julho de 1969 o Subsecretário de Estado das Obras Públicas comunicou ao chefe do distrito de Braga, ter concedido um subsídio de 100 contos para as obras da igreja⁶⁰¹, iniciando-se, assim, em Agosto, as obras exteriores em obediência à traça primitiva no rigor das suas linhas⁶⁰².

Em Junho de 1971 já se encontravam praticamente concluídos os importantes trabalhos de restauro de uma parte do templo⁶⁰³, e dizia-se que tudo levava a crer que as obras de restauro estariam concluídas no fim do ano de 1972⁶⁰⁴.

Em final do ano de 1972 foi apresentado na Assembleia Nacional, pelo deputado vimaranense Eng. Duarte do Amaral, um requerimento acerca das obras em curso na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, em que se pedia a documentação sobre o restauro⁶⁰⁵, e em 1973 fez uma intervenção no Parlamento criticando o restauro e o em o

⁵⁹⁶ Ibidem NG, nº 1866 (1967 Set.24), p. 1.

⁵⁹⁷ Ibidem NG, nº 1869 (1967 Out.14), p. 7.

⁵⁹⁸ Ibidem CG, nº 6579 (1967 Out.14), p. 1.

⁵⁹⁹ Ibidem NG, nº 1930 (1968 Dez.14), p. 3.

⁶⁰⁰ Ibidem CG, (1968 Dez.14), p. 2.

⁶⁰¹ Ibidem NG, nº 1961 (1969 Jul.19), p. 3.

⁶⁰² Ibidem CG, nº 6675 (1969 Ago.23), p. 1.

⁶⁰³ Ibidem NG, nº 2059 (1971 Jun.19), p. 1.

⁶⁰⁴ Ibidem CG, nº 6770 (1971 Jun.26), p. 1.

⁶⁰⁵ Ibidem CG, nº 6843 (1972 Dez.2), p. 2.

emparedamento do janelão, a permanência dos altares laterais, o coro alto e o espaço da igreja⁶⁰⁶.

Em Junho de 1973 foi inaugurado o Salão Paroquial da Oliveira⁶⁰⁷. Realizou-se também em Lisboa uma reunião sobre os problemas do restauro da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, com técnicos e políticos⁶⁰⁸.

Periodicamente a imprensa local escrevia artigos de opinião sobre o restauro da igreja⁶⁰⁹, sobre a conservação ou não das grades da torre da Colegiada, defendendo a sua eliminação⁶¹⁰, e comentava o andamento dos trabalhos.

Em Agosto de 1973 reabre ao culto (embora não estivessem ainda concluídas as obras)⁶¹¹.

Em Outubro desse ano de 1973 já se comentava favoravelmente o restauro⁶¹².

Rua da Rainha. Em 1931 anunciavam-se grandes obras no denominado Albergue de S. Crispim⁶¹³, que realmente se realizaram em Maio de 1931, reparando-se a Capelinha de S. Crispim e limpando-se as imagens que nele se encontravam⁶¹⁴. Abriu finalmente ao público em Julho desse ano⁶¹⁵.

Em Outubro de 1933 a imprensa anuncia que a Câmara pensava mandar pôr a descoberto o Castelo dos Almadras, que se encontrava encerrado num pardieiro da Rua da República. E o Notícias de Guimarães dizia mesmo que “*desta forma não só ficaremos a possuir mais um monumento, como desaparecerá também um dos muitos aleijões que bastante nos envergonha aos olhos de quem visita Guimarães*”⁶¹⁶.

Entretanto a polémica instala-se. “*Relativamente ao Castelo dos Almadras, nada te sei dizer a não ser isto: uns aprovam e outros reprovam o que se está a fazer. Mas não admira que assim aconteça, porque estamos numa terra em que uns puxam para a direita devendo puxar para a esquerda e outros puxam para a esquerda devendo puxar para a direita. É o que está a dar-se com o Castelo dos Almadras e é o que se tem*

⁶⁰⁶ Ibidem CG, nº 6861 (1973 Abr.7), p. 1; Ibidem NG, nº 2153 (1973 Abr.7), p. 1-2.

⁶⁰⁷ Ibidem CG, nº 6870 (1973 Jun.8), p. 2.

⁶⁰⁸ Ibidem CG, nº 6870 (1973 Jun.8), p. 1; Ibidem NG, nº 2166 (1973 Jul.7), p. 1.

⁶⁰⁹ Ibidem CG, nº 6876 (1973 Jul.21), p. 1.

⁶¹⁰ Ibidem CG, nº 6878 (1973 Ago.4), p. 2; Ibidem nº 6880 (1973 Ago.18), p. 4; Ibidem nº 6881 (1973 Ago.25), p. 1.

⁶¹¹ Ibidem NG, nº 2172 (1973 Ago.18), p. 1.

⁶¹² Ibidem NG, nº 2181 (1973 Out.20), p. 1-2.

⁶¹³ Ibidem CG, nº 4449 (1931 Mar.13), p. 2.

⁶¹⁴ Ibidem CG, nº 4466 (1931 Maio 15), p. 3.

⁶¹⁵ Ibidem CG, nº 4482 (1931 Jul.10), p. 1.

⁶¹⁶ Ibidem CG, nº 4717 (1933 Nov.24), p. 2; Ibidem NG, nº 89 (1933 Out.8), p. 1.

*dado com o edifício dos Novos Paços do Concelho, que recebeu, há poucos dias, o último “sacramento”*⁶¹⁷.

Realmente, em Março de 1934 já o edifício estava destruído, desobstruindo o chamado “Castelo dos Almadas”. Pediu-se à Câmara para mandar retirar dali as ruínas, e pretendia-se que se desse de qualquer forma uma solução airosa àquela obra⁶¹⁸. Entretanto as próprias pessoas ficavam admiradas com a ruína que era o castelo dos Almadas⁶¹⁹, e alguns recusavam mexer-lhe⁶²⁰, uma vez que para além da vergonha de tais ruínas serem numa das ruas nobres de Guimarães, também ainda havia o perigo de derrocada ou deslocamentos de pedras⁶²¹.

Em Julho de 1934 a Comissão Administrativa da Câmara encarregou o Capitão Luís de Pina de estudar a forma de pôr termo à *vergonhosa* existência do Castelo dos Almadas⁶²².

A Câmara Municipal, em Setembro de 1934 deliberou, por proposta do vereador A.L. de Carvalho, enviar à Comissão de Estética o projecto relativo ao Castelo dos Almadas e, entretanto, a Repartição de Obras mandou fazer um tapume no sentido de atenuar o espectáculo daquelas ruínas⁶²³. A imprensa vimaranense criticava o Castelo dos Almadas, numa campanha bastante agressiva contra o edifício⁶²⁴.

Mas em Janeiro de 1935, quando se supunha que o edifício se ia desmoronando aos poucos, começou a ser refeito, passando por uma completa e artística modificação. “*Não será talvez, a reconstituição fiel, mas fica uma obra digna de ver-se. [...]*”⁶²⁵, e entretanto pede-se o desaparecimento de uma casa, com frente para a rua da República, que se encontrava a seu lado e que o encobria⁶²⁶.

Começam a haver ditos sobre a construção ou demolição do Castelo, não acreditando ainda as pessoas naquela obra⁶²⁷.

⁶¹⁷ Ibidem NG, nº 109 (1934 Fev.25), p. 2.

⁶¹⁸ Ibidem CG, nº 4748 (1934 Mar.23), p. 1.

⁶¹⁹ Ibidem NG, nº 123 (1934 Jun.10), p. 1.

⁶²⁰ Ibidem CG, nº 1904 (1968 Jun.15), p. 1.

⁶²¹ Ibidem NG, nº 128 (1934 Jul.15), p. 3.

⁶²² Ibidem NG, nº 128 (1934 Jul 15), p. 3.

⁶²³ Ibidem NG, nº 139 (1934 Set.30), p. 2.

⁶²⁴ Ibidem NG, nº 143 (1934 Out.28), p. 1; Ibidem CG, nº 4895(1934 Nov.30), p. 1.

⁶²⁵ Ibidem CG, nº 4829 (1935 Jan.15), p. 1.

⁶²⁶ Ibidem NG, nº 157 (1935 Fev.3), p. 2.

⁶²⁷ Ibidem CG, nº 4836 (1935 Fev.8), p. 2

Em Fevereiro de 1935 a Comissão Administrativa da Câmara resolveu adquirir a casa anexa ao chamado Castelo dos Almadás, para continuação da obra que se andava a proceder naquele castelo⁶²⁸.

Entretanto António de Azevedo faz o projecto do castelo⁶²⁹, e em Fevereiro de 1935, diz-se: *“Ainda o castelo - Para desfazer mal entendidos ou acabar com interpretações que não estão dentro da verdade e que contrariam o que eu disse no último eco “A história de um castelo” prontifico-me a fazer mais um esclarecimento: como disse, o sr. António de Azevedo faz um projecto adaptado à máxima economia, mas que não deixar de satisfazer, como já afirmei. Posto de parte tal projecto, pelos motivos anteriormente mencionados, fica em rigor um outro, elaborado pela repartição de Obras da Câmara, onde trabalham pessoas de reconhecida competência. É indispensável dizer que deste projecto consta a demolição completa da casa onde está a sapataria “Portugal” - aquela gaiola grileira a que me tenha referido - e, bem assim, uma parte da casa que fica do lado oposto. O sr. António de Azevedo não contrariou este projecto, salientando somente a circunstância de ficar mais caro. Porém o arranjo do castelo principiou mas o que é certo é que não havia intenção de demolir a casa que dá para a rua da República, cuja demolição só agora se reconhece imprescindível, depois de posta de parte a infeliz lembrança de fazer o que está feito para puxar o castelo à frente. Verifica-se, pois, que a declaração de guerra foi feita à casa em referência e não ao projecto que a condenava. Aqui fica este esclarecimento, feito voluntariamente, não cabendo, portanto, a responsabilidade que pesa sobre aquelas pessoas que só sabem compreender o contrário daquilo que se diz ou se escreve. E para terminar: O que está feito, sem mais nada, não obedece a projecto nenhum, motivo porque não agrada a ninguém, outrotanto sucedendo se, pelo menos desaparecer a casa que mais prejudica o tão discutido castelo, que tem sido ingrato para os autores da sua descoberta”*⁶³⁰. Mas, apesar de a imprensa a criticar violentamente, a obra do castelo⁶³¹ em Setembro de 1935 já estava concluída⁶³². Diz-se que *“não ficou tão mal*

⁶²⁸ Ibidem NG, nº 158 (1935 Fev.10), p. 3.

⁶²⁹ Ibidem NG, nº 158 (1935 Fev.10), p. 2.

⁶³⁰ Ibidem NG, nº 159 (1935 Fev.17), p. 3.

⁶³¹ Ibidem NG, nº 175 (1935 Jun.9), p. 1.

⁶³² *“Madurezas - Ó meu amigo! O Castelo dos Almadás está mesmo feito novinho em folha./ - Então que se há de fazer?/ - Aquelas três esquinas de lima esquinada, merece registo num cronicón indictivo do ano da sua... construção./ E logo mais adiante, no Largo Condessa do Juncal:/ - Ó meu amigo! O que representa aquele tronco de ferrador?/ Muito legalmente: é o monumento ao Gravador Molarinho./ Ó meu amigo!/ E já no Jardim Público/ - O*

*como parecia*⁶³³, e a contínua humidade que resumia levou-o mesmo a ter um aspecto antigo⁶³⁴.

Entretanto, coloca-se na Viela de S. Crispim, junto do castelo dos Almadás um portal em madeira, no chamado Largo da Tulha, junto do antigo restaurante Aliança⁶³⁵.

Em 1937 estava-se a pavimentar a rua da República, queixando-se os comerciantes da maneira como estavam a ser feitas as obras de pavimentação dessa rua, pois, segundo o processo adoptado, era quase impossível permanecer nos seus estabelecimentos devido à quantidade de pó que durante o dia, invadia as suas casas⁶³⁶.

Para dar utilidade ao edifício, a partir de 1939 a Comissão de Estética passou a reunir na Torre Manuelina dos Almadás à Rua da República⁶³⁷. Esta Comissão extingue-se em 1955, sendo o local cedido à Associação de Estudantes do Liceu de Guimarães, que já ali se reúnem em 1968⁶³⁸.

Em 1940 alertava-se para a necessidade de fazer certos “melhoramentos”, como por exemplo o alargamento da Porta da Vila, com o alinhamento da casa onde estava estabelecida uma droguaria⁶³⁹.

É nesta rua que, em 15 de Novembro de 1941, no início das Comemorações do Centenário do Nascimento de Alberto Sampaio, é descerrada uma placa na casa onde nasceu o historiador⁶⁴⁰.

Mas também os monumentos desta rua necessitavam de beneficiação, e em Junho de 1942 já se encontrava concluída a obra de limpeza da frontaria da Igreja da Misericórdia, sendo retirado o vidro que estava no oratório existente sobre a porta de entrada (colocado novamente algum tempo depois), ficando à vista a imagem da Senhora da Misericórdia, onde foram instalados focos eléctricos⁶⁴¹.

A Câmara Municipal, em sessão de 10 de Dezembro de 1943, decidiu alterar e aprovar a toponímia de algumas ruas e largos da cidade, estando entre elas a rua da

meu amigo! Que raio representa este novo... castelo?! A Torre da Alfândega! Ó meu amigo! O querer fazer-se coisas novas numa cidade velha, ó meu amigo.”

Ibidem NG, nº 188 (1935 Set.8), p. 2.

⁶³³ Ibidem CG, nº 4910 (1935 Nov.15), p. 1

⁶³⁴ Ibidem NG, nº 209 (1936 Fev.2), p. 2.

⁶³⁵ Ibidem NG, nº 347 (1936 Out.25), p. 1.

⁶³⁶ Ibidem NG, nº 290 (1937 Ago.29), p. 3.

⁶³⁷ Ibidem NG, nº 381 (1939 Maio 28), p. 1.

⁶³⁸ Ibidem NG, nº 189- (1968 Jan27), p. 3.

⁶³⁹ Ibidem NG, nº 430 (1940 Maio 5), p. 1.

⁶⁴⁰ Ibidem NG, nº 507 (1941 Out.19), p. 2; Ibidem NG, nº 511 (1941 Nov.16), p. 4.

⁶⁴¹ Ibidem NG, nº 543 (1942 Jun.28), p. 1.

República que passou a designar-se por “Rua da Rainha D. Maria II”⁶⁴². Mais tarde o vereador Dr. Carlos Saraiva propõe em sessão da Câmara de Setembro de 1952 a substituição dos candeeiros antigos e melhor distribuição dos mesmos no Largo da Condessa do Juncal e Rua Dr. Avelino Germano, até à Rua da Rainha⁶⁴³.

Em inícios de 1971 queixavam-se os vimaranenses que quem passava na Rua da Rainha tinha sempre na frente dos seus olhos o espectáculo daquelas paredes calcinadas por um incêndio que em 21 de Agosto de 1969 deflagrou no antigo edifício da Misericórdia⁶⁴⁴. Mas ainda durante esse ano a imprensa anunciava de que iriam prosseguir as obras de restauro do prédio propriedade da Santa Casa da Misericórdia. Do incêndio escapou a Igreja da Misericórdia. Mas não demorou muito a que o templo tivesse de ser encerrado devido a uma grave derrocada exterior, nas traseiras da capela-mor, de que resultou um acidente mortal. Feita a reparação supunha-se que as obras continuariam. Mas, por falta de fundos a obra parou e foi-se agravando o estado de ruína da igreja, que sem telhado, com o tecto esburacado e a ameaçar derruir a todo o momento, com o interior transformado em estendal de ruínas e de entulho e servindo ainda de arrecadação de material de construção, estava em muito mau estado. Os trabalhos de restauro continuaram⁶⁴⁵, e em 15 de Abril de 1973, concluída a primeira fase das obras do seu restauro, a Mesa Administrativa da Santa Casa abriu ao culto a igreja⁶⁴⁶.

Finalmente, em 21 de Dezembro de 1974 é considerado Imóvel de Interesse Público o edifício da Misericórdia de Guimarães (Conjunto da parte setecentista, incluindo a Igreja, a sacristia e os restos da construção inicial), Freguesia de S. Paio, Rua da Rainha D. Maria II, por decreto-lei n.º 735, de 21 de Dezembro de 1974, estando a sua Zona de Protecção dentro da protecção das muralhas (DG, n.º 203, 2ª série, de 30-8-1958)⁶⁴⁷. Também a Casa dos Lobo Machado, através do Decreto-lei n.º 129, de 29 de Setembro de 1977, e a zona de protecção publicada no Diário do Governo, 2ª série, n.º 203, 30-8-1958⁶⁴⁸.

⁶⁴² *Ibidem NG*, n.º 620 (1943 Dez.19), p. 2; *Ibidem CG*, n.º 5337 (1943 Dez.17), p. 3.

⁶⁴³ *Ibidem NG*, n.º 1079 (1952 Set.21), p. 1.

⁶⁴⁴ *Ibidem CG*, n.º 6752 (1971 Fev.20), p. 2.

⁶⁴⁵ *Ibidem NG*, n.º 2061 (1971 Jul.3), p. 1.

⁶⁴⁶ *Ibidem NG*, n.º 2152 (1973 Mar.31), p. 1; *Ibidem CG*, n.º 6861 (1973 Abr.7), p. 2.

⁶⁴⁷ *PDM: Guimarães*.

⁶⁴⁸ *PDM: Guimarães*.

Rua de Santa Maria. Em 1925 a imprensa queixava-se de que a Rua de Santa Maria estava num tal estado, que denotava, não só um desleixo criminoso, mas uma falta de limpeza censurável⁶⁴⁹.

Conforme assinala a imprensa, em 1928 a rua continua em mau estado⁶⁵⁰.

Em Março de 1932 a Câmara decidiu, por proposta do Dr. Ricardo de Freitas Ribeiro, tomar a seguinte deliberação -1º Que a Câmara autorize a Comissão de Estética a gastar na modificação do pavimento, adaptação da iluminação pública e arranjo de alguns prédios da rua de Santa Maria até à importância de 5 000\$00, 2º Que possa a mesma comissão utilizar para estas obras o actual lajeado existente na rua da Tulha, e na frente da Caixa Geral de Depósitos ou outro que julgue conveniente⁶⁵¹.

Queria dar-se nova face à rua, desejando a Comissão de Estética limpá-la e dar-lhe as suas antigas características⁶⁵², estando já adiantados esses trabalhos em Abril de 1932. Quase todos os prédios do século XVII e XVIII já se encontravam restaurados e a Comissão de Estética procurava, então, dar uma feição característica aos demais edifícios, de valor regional. Faltava ainda reconstruir o pavimento da rua, bem como dotá-la de iluminação, que seria montada com os antigos candeeiros de forma tradicional⁶⁵³.

Jerónimo de Almeida diz-nos que “*A rua de Santa Maria vai ficar um brinquinho, depois de completamente restauradas as fachadas de seus prédios, que os tem, na verdade, curiosos, predominando os exemplares dos séculos XVII e XVIII. A sua pavimentação será de novo lajeada, e não sei se os seus candeeiros voltarão ao seu velho estilo - mas só por fora! [...]*”⁶⁵⁴.

Entretanto os moradores lembravam a necessidade de se intensificar as obras nessa rua, para que a sua conclusão não se faça esperar, pois é bastante movimentada⁶⁵⁵.

Assim, em 1932 a Comissão de Estética Municipal, através de Dr. Ricardo de Freitas Ribeiro, Alfredo Guimarães, José Luís de Pina e António de Azevedo, encontrava-se a remodelar a Rua de Santa Maria⁶⁵⁶, estando o pavimento até à Casa do Arco quase concluído em Junho de 1932, montados os candeeiros e faltavam apenas

⁶⁴⁹ Ibidem CG, nº 3848 (1925 Jan.13), p. 1.

⁶⁵⁰ Ibidem CG, nº 4221 (1928 Nov.20), p. 1.

⁶⁵¹ Ibidem NG, nº 11 (1932 Mar.20), p. 1.

⁶⁵² Ibidem NG, nº 16 (1932 Abr.24), p. 2.

⁶⁵³ Ibidem NG, nº 16 (1932 Abr.24), p. 4.

⁶⁵⁴ Ibidem NG, nº 16 (1932 Abr.24), p. 2.

⁶⁵⁵ Ibidem CG, nº 4566 (1932 Maio 10), p. 2.

restaurar dois prédios⁶⁵⁷. Entretanto a própria imprensa, que tão bem tinha dito da Comissão de Estética e do seu trabalho na Rua de Santa Maria, queixa-se de que esta nada tinha feito para além do restauro da rua⁶⁵⁸. Esta era uma artéria muito importante, uma vez que no Centenário do Nascimento de Martins Sarmiento se preparava no Carmo uma homenagem, sendo esta e a rua 5 de Outubro as únicas que serviam esse local⁶⁵⁹.

Esta rua tinha problemas de abastecimento de água, tendo-se por vezes de ir buscar água ao fundo do Campo da Feira, para maior rapidez, pois eram enormes as filas que se formavam na Senhora da Guia⁶⁶⁰. Também a higiene não era a mais recomendável, e havia muitas desordens⁶⁶¹.

Em Maio de 1935 as autoridades locais ordenam o saneamento das antigas Rua de Santa Maria e Praça de S. Tiago, medida há muito reclamada, devido à sua vizinhança com estabelecimentos de ensino⁶⁶².

Em 1937 já se pensava prolongar a Rua Nuno Álvares, demolindo para isso a Casa das Doroteias, local onde estava instalada a Legião Portuguesa⁶⁶³ e, nesse mesmo ano, a Comissão Administrativa da Câmara tomou, entre outras, a seguinte deliberação: iniciar diligências para transferir ao Estado a posse da propriedade do edifício do Liceu e Internato, reservando-se ao Município o direito à situação anterior à data da compra do edifício, ou seja a intervenção do município na acção do internato⁶⁶⁴.

Em sessão de 17 de Dezembro de 1943, a Câmara Municipal alterou e aprovou a toponímia de algumas ruas e largos da cidade, dando à Rua Elias Garcia o primitivo nome de “Rua de Santa Maria”⁶⁶⁵. Mas em 1944 volta-se a falar do seu estado lamentável⁶⁶⁶, voltando-se em 1950 a dizer que aquela artéria era imunda, devido aos maus costumes e falta de higiene da gente que a habitava⁶⁶⁷. Em 1951 referencia-se novamente o assunto, uma vez que lá, “*Nem higiene, nem piso recomendável...e um cheiro de causar náuseas*”⁶⁶⁸. Em 1957 volta-se a pedir limpeza na rua de Santa Maria,

⁶⁵⁶ Ibidem NG, nº 21 (1932 Maio 29), p. 1.

⁶⁵⁷ Ibidem NG, nº 22 (1932 Jun.5), p. 3.

⁶⁵⁸ Ibidem NG, nº 56 (1933 Fev.19), p. 1.

⁶⁵⁹ Ibidem NG, nº 76 (1933 Jul.9), p. 1.

⁶⁶⁰ Ibidem NG, nº 80 (1933 Ago.5), p. 1.

⁶⁶¹ Ibidem NG, nº 89 (1933 Out.8), p. 1.

⁶⁶² Ibidem CG, nº 4859 (1935 Maio 14), p. 1.

⁶⁶³ Ibidem NG, nº 305 (1937 Dez.12), p. 1.

⁶⁶⁴ Ibidem NG, nº 193 (1937 Out.14), p. 2.

⁶⁶⁵ Ibidem NG, nº 620 (1943 Dez.19), p. 2; Ibidem CG, nº 5337 (1943 Dez.17), p. 3.

⁶⁶⁶ Ibidem CG, nº 5372 (1944 Ago.18), p. 2.

⁶⁶⁷ Ibidem NG, nº 964 (1950 Jul.23), p. 1.

⁶⁶⁸ Ibidem NG, nº 1007 (1951 Maio 6), p. 3.

“que se encontra, quase sempre, em deplorável estado”⁶⁶⁹ e em sessão de 7 de Novembro de 1957, a Câmara decidiu que de futuro deviam ser submetidos ao parecer da DGEMN os projectos das obras em prédios situados na zona antiga da cidade, conforme sugestão daquela entidade, em virtude de estar em estudo a protecção da referida zona, sempre que tais obras implicassem evidente alteração de traça existente⁶⁷⁰.

Em sessão de 18 de Junho de 1958, o vereador do Pelouro da luz, Manuel Moreira, propôs que “*Havendo a necessidade de modificar os candeeiros das ruas de Val-de-Donas, Dr. Mota Prego, Gravador Molarinho, largo Dr. Mota Prego Agrónomo, Trinas, Largo Condessa do Juncal e Rua Avelino Germano, mandando fazê-los iguais aos já colocados no Rua de Santa Maria*”⁶⁷¹. Mas em 1958 continua-se a falar do lixo e miséria, que existia na Rua de Santa Maria⁶⁷².

Entretanto o Ministro das Obras Públicas visita Guimarães em 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1959, e interessa-se pela valorização da zona antiga⁶⁷³. Em Abril a imprensa publica parte principal do despacho do Ministro das Obras Públicas relativo à sua visita ao concelho de Guimarães. Sobre a valorização da zona antiga, diz o relatório que “[...] certamente virá a pôr-se o problema da transferência de moradores desta zona para outras habitações, quer por excederem a capacidade de alojamento das casas a beneficiar, manifestamente superlotadas, quer para tornar possível a execução das obras de salubridade a empreender. Depende das conclusões a que chegarem os estudos do futuro destino das casas remodeladas e portanto a conveniência do regresso a estas de parte dos moradores desalojados. [...] Em qualquer caso esta orientação impõe-se imediatamente para certas casas cujo estado de imundice e miséria não se compadece com mais hesitações ou demoras. É exemplo flagrante o das casas situadas na pequena travessa no prolongamento do edifício do Arciprestado. É indispensável que a Câmara se ocupe desde já da aquisição e beneficiação destes prédios e do saneamento exterior, e ligação com a reconstrução da casa medieval - vizinha da igreja de S. Dâmaso, obra esta que só é admitida nestas condições.[...]”⁶⁷⁴.

⁶⁶⁹ Ibidem CG, nº 6051 (1957 Ago.23), p. 3.

⁶⁷⁰ Ibidem CG, nº 6062 (1957 Nov.8), p. 3.

⁶⁷¹ Ibidem CG, nº 6094 (1958 Jun.20), p. 3.

⁶⁷² Ai, aquela rua de Santa Maria / A.L. de Carvalho. Ibidem CG, nº 1395 (1958 Set.21), p. 1.

⁶⁷³ Ibidem NG, nº 1426 (1959 Abr.26), p. 1; Ibidem CG, nº 6139 (1959 Maio 1), p. 2.

⁶⁷⁴ Ibidem NG, nº 1426 (1959 Abr.26), p. 1.

Nesse mesmo ano a imprensa pede que não se faça da rua vazadouro⁶⁷⁵, uma vez que a falta de higiene era muito grande.

Entretanto, em reunião de 23 de Dezembro de 1959, a Câmara decide proceder a um estudo para valorização da zona antiga da cidade, principalmente a Rua de Santa Maria, Praça de S. Tiago e Viela dos Açoutados⁶⁷⁶.

Em sessão da Câmara de 27 de Março de 1962 esta delibera aceitar e agradecer ao Ministro das Obras Públicas as facilidades financeiras para a obra de remodelação dos prédios da zona antiga da cidade, na Rua de Santa Maria, promovendo a elaboração do projecto das casas para garantir o alojamento das famílias que habitavam os edifícios destinados a integral remodelação e restauro⁶⁷⁷. Assim, a Câmara decide, em sessão de 18 de Setembro de 1962 informar o Gabinete de Estudo e Habitação acerca das casas a construir⁶⁷⁸. Ainda durante esse ano, em sessão de 7 de Dezembro, delibera adquirir o prédio sito na Rua de Santa Maria, pertencente a Maria Amélia Leite, João Mendes de Abreu e Emília Mendes de Abreu, destinado a demolição para execução do plano aprovado de valorização da zona antiga da cidade⁶⁷⁹.

O Conselho Municipal, em sua reunião extraordinária de 16 de Julho de 1964, aprovou a deliberação camarária de 1 desse mês, respeitante ao empréstimo em epígrafe que era do seguinte teor: “[...] *Tendo em vista a valorização da zona antiga da cidade, reintegrando-a na sua feição medieval primitiva e visando um saneamento de ordem social, foi elaborado um plano que implica largos investimentos com as expropriações dos prédios a reconstruir na Rua de Santa Maria e a construção de um bairro tipo “património dos pobres” para realojamento das famílias que actualmente habitam as casas a demolir.[...]*”⁶⁸⁰. Assim, a CMG, em sessão de 6 de Junho de 1966, decidiu o financiamento para a obra de urbanização da Rua de Santa Maria; a Câmara tomou conhecimento do despacho do Ministro das Obras Públicas que autorizou o empréstimo da Câmara na CGD, Crédito e Previdência, 650 contos de participação para a construção das casas e 340 contos para a urbanização, subsídio do Estado não reembolsável de 1.210 contos e das receitas próprias da Câmara 655 contos e deliberou

⁶⁷⁵ Ibidem CG, nº 6150 (1959 Jul.17), p. 2.

⁶⁷⁶ Ibidem CG, nº 6174 (1960 Jan.1), p. 4.

⁶⁷⁷ Ibidem CG, nº 6291 (1962 Mar.30), p. 4; Ibidem NG, nº 1579 (1962 Abr.1), p. 3; Ibidem NG, nº 1581 (1962 Abr.15), p. 3.

⁶⁷⁸ Ibidem CG, nº 6316 (1962 Set.21), p. 4.

⁶⁷⁹ Ibidem CG, nº 6328 (1962 Dez.14), p. 3; Ibidem NG, nº 1616 (1962 Dez.16), p. 4.

⁶⁸⁰ Ibidem CG, nº 6412 (1964 Jul.24), p. 3; Ibidem NG, nº 1699 (1963 Jul.19), p. 7.

abrir concurso para a reconstrução do prédio daquela rua, sua pertença, e diligenciou adquirir os terrenos para a construção dos bairros para os desalojados da Rua de Santa Maria⁶⁸¹. Os jornais dão então a notícia de que *“Ultrapassa 5.000 contos a verba a despender pelo estado e pelo município para obras da reintegração da zona Medieval da cidade”*. O Eng. Arantes e Oliveira é de opinião que *«Vistos com agrado os estudos do Arquitecto Azeredo. Reconhece-se a necessidade de completar estes estudos com o das obras interiores indispensáveis para assegurar às habitações o mínimo exigível de salubridade, com base em inquérito pormenorizado que ao mesmo tempo deverá incidir sobre as condições actuais de ocupação dessas habitações. Registo que ficou assente que o ex^o Director Geral dos Serviços de Urbanização iria nomear um engenheiro já familiarizado com a organização de inquéritos desta índole, para trabalhar em estreita colaboração com o Arquitecto Azeredo. [...]»*. Entra finalmente no caminho da desejada realização. Isto deduz-se da resolução divulgada pela Câmara respeitante a “Financiamento para a obra de urbanização da Rua de Santa Maria”, segundo o despacho consequente da visita do Ministro das Obras Públicas a Guimarães, esta considerou autorizado o empréstimo da Câmara na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, para o efeito, no valor de 2.650 contos e concedeu o subsídio do Estado, não reembolsável⁶⁸².

Assim, no Plano de Actividades municipais para o ano de 1968, foi colocado o saneamento do Largo da Oliveira e a Rua de Santa Maria. Pretendia-se afastar os cheiros pestilentos exalados pelos prédios existentes, para que esta pudesse ser percorrida pelos turistas que visitavam Guimarães, sem o recurso ao uso dos lenços. Para a reconstrução e valorização dos edifícios da Rua de Santa Maria foi lançada a verba de 900.000\$00⁶⁸³. Assim, a CMG, em sessão de 8 de Março de 1968, decidiu aprovar os novos valores atribuídos aos prédios da Rua de Santa Maria, viela dos Açoutados, necessários à obra de “Valorização da zona antiga da cidade”⁶⁸⁴.

Em reunião de 10 de Janeiro de 1969, pensou-se construir casas para os desalojados da Rua de Santa Maria, e por proposta do vereador Daniel Nunes de Sá, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para os terrenos junto ao Campo da Amorosa a feira de gado que se realizava próximo do campo de S. Mamede,

⁶⁸¹ Ibidem CG, nº 6515 (1966 Jul.15), p. 3.

⁶⁸² Ibidem NG, nº 1804 (1966 Jul.17), p. 1.

⁶⁸³ Ibidem CG, nº6592 (1968 Jan.13), p. 1.

conseguindo-se assim uma maior concentração das feiras na cidade. Os terrenos onde funcionava a feira seriam utilizados para implantação de um Bairro Municipal, para alojamento dos moradores da Rua de Santa Maria⁶⁸⁵.

Em Junho de 1970, como já foi referido, a Câmara Municipal resolveu promover o estudo da reintegração da zona medieval da cidade, fazendo contrato com o Arquitecto Alberto da Silva Bessa para elaboração do trabalho⁶⁸⁶.

Assim, em Outubro de 1970 pelo Ministério das Obras Públicas foi concedida à Câmara de Guimarães uma comparticipação de 120 contos destinada a ser aplicada na construção de casas a ocupar pelos desalojados da Rua de Santa Maria⁶⁸⁷. Entretanto aparece publicado na imprensa o anúncio para a “*Empreitada de saneamento da Rua de Santa Maria, Largo da Oliveira, Praça de S. Tiago e Rua Dr. Alfredo Guimarães [...]*”⁶⁸⁸.

Assim, a reintegração da zona medieval da cidade constava de um restaurante, uma residencial, estabelecimentos comerciais e casas⁶⁸⁹.

Entretanto, em 1971 a Junta Nacional de Educação deu parecer favorável ao projecto, enaltecendo a resolução camarária do restauro da zona medieval da cidade, e também o autor do respectivo projecto, o Arquitecto Alberto da Silva Bessa⁶⁹⁰.

Em Maio de 1971 a Câmara Municipal delibera adjudicar a obra de saneamento das ruas de Santa Maria, Largo da Oliveira, Praça de Santiago, Rua Alfredo Guimarães, Rua Nuno Álvares e Largo Cónego José Maria Gomes por 562.000\$00⁶⁹¹. Em 1972 o Presidente da Câmara comunica que a reintegração da zona medieval e as obras do infantário-creche seriam brevemente empreendidas, esperando-se uma solução imediata para o problema hoteleiro, tornando-o capaz de se ajustar à capacidade turística da cidade. Assim decidiu o Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Rui Sanches, a quem foi exibido o projecto do restauro de vários prédios que faziam gaveto entre o largo da Oliveira e a Rua de Santa Maria. Este prometera imediato despacho favorável a uma comparticipação das referidas obras, a qual atingiria 50% do seu custo.

⁶⁸⁴ Ibidem CG, nº 6602 (1968 Mar.23), p. 4.

⁶⁸⁵ Ibidem NG, nº 1935 (1969 Jan.18), p. 3.

⁶⁸⁶ Ibidem NG, nº 2009 (1970 Jun.20), p. 5.

⁶⁸⁷ Ibidem CG, nº 6735 (1970 Out.17), p. 3.

⁶⁸⁸ Ibidem CG, nº 6746 (1971 Jan.9), p. 3.

⁶⁸⁹ Ibidem NG, nº 1841 (1971 Fev.13), p. 3.

⁶⁹⁰ Ibidem NG, nº 2043 (1971 Fev.27), p. 1.

⁶⁹¹ Ibidem NG, nº 2054 (1971 Maio 15), p. 1; Ibidem NG, nº 2075 (1971 Out.9), p. 1.

Isto é, como tais obras tinham estimativa orçada nos 7.000 contos, tal ajuda rondaria os 3.500 contos⁶⁹².

Ainda em 1972 a imprensa perguntava quando acabariam as obras, há muito interrompidas, do saneamento da Rua de Santa Maria, bem como o complemento dos trabalhos de pavimentação da Rua da Senhora da Guia, pois, além do aspecto deplorável que ofereciam estes locais, o trânsito era quase impossível. As pedras amontoavam-se, os buracões e a lama enchiam aquelas artérias. Quando se acabaria com este deplorável estado das coisas, perguntava-se⁶⁹³.

Entretanto, o Ministério das Obras Públicas a instâncias da Câmara Municipal, através de uma diligência pessoal do seu presidente, resolveu dar novo contributo para a realização imediata dessa obra, começando pela Rua de Santa Maria⁶⁹⁴.

Assim, após conclusão do projecto de arranjo dos pavimentos do largo medieval da Oliveira, em 1972, como complemento do restauro que se estava a fazer na Colegiada, este fora aprovado e participado com uma verba que rondava os 3.500 contos. A reintegração seria de uma ampla parcela da Rua de Santa Maria, precisamente do bloco de edificação que englobava a referida rua e a Viela dos Açoutados, com frente virada para o Largo de Nossa Senhora da Oliveira. Encontrava-se, também, concluído o estudo do arranjo do largo do cónego José Maria Gomes, mandado executar pelo Município, cuja aprovação definitiva dependia dos estudos complementares dos restauros das fachadas respectivas e arborização do local⁶⁹⁵.

A Câmara, entretanto, toma conhecimento de participações do Estado que permitiam abreviar os restauros da zona medieval da cidade. Assim, toma-se conhecimento de que foi publicado no Diário do Governo a concessão do subsídio para arranjo do Largo da Oliveira. Esta obra era complementar da obra de recuperação dos edifícios da Rua de Santa Maria, com adaptação do primeiro com frontaria para o mesmo largo de Nossa Senhora da Oliveira, a Albergaria de Turismo, obra também já participada com 4 mil contos e a iniciar-se logo que fosse presente o caderno de encargos a elaborar pelo arquitecto autor do projecto⁶⁹⁶.

⁶⁹² *Ibidem NG*, nº 2091 (1972 Jan.1), p. 1.

⁶⁹³ *Ibidem CG*, nº 6799 (1972 Jan.29), p. 3.

⁶⁹⁴ *Ibidem NG*, nº 2092 (1972 Fev.5), p. 1.

⁶⁹⁵ *Ibidem NG*, nº 2100 (1972 Abr.1), p. 1.

⁶⁹⁶ *Ibidem NG*, nº 2129 (1972 Out.21), p. 1.

Ainda durante o ano de 1973 foi deliberado pagar ao Eng. Albuquerque Barbosa o projecto das estruturas para a obra de integração e valorização do conjunto residencial limitado pelo Largo da Oliveira, Viela dos Açoutados, Praça de S. Tiago e Rua de Santa Maria no valor de 125.670\$00 e enviar aos serviços competentes do estado as propostas colhidas para a realização da mesma obra⁶⁹⁷, por 10.190 contos, à firma de construções CARI. A obra, encontrava-se subsidiada pelo Ministério das Obras Públicas com 4.000 contos, permitindo a instalação de um complexo hoteleiro, do tipo Pousada. Assim a Câmara Municipal, na sua última sessão, resolveu adjudicar a obra de recuperação, reintegração e adaptação da Zona Medieval da cidade, por 10 190 contos, à firma de construções CARI. Esta obra, foi subsidiada pelo Ministério das Obras Públicas com 4 000 contos⁶⁹⁸.

Em 6 de Outubro de 1973 dizia a imprensa “*Ao correr da pena... Uma aspiração velha de 18 anos!...- Garantem-nos que as obras de restauro da Rua de Santa Maria começam antes do fim do ano*”⁶⁹⁹.

Entretanto dois prédios com frente para o largo da Oliveira foram demolidos e pensava-se restaurá-los na mesma traça que possuíam⁷⁰⁰. Isto gera uma discussão sobre a forma como deveriam ser recuperados: se exactamente iguais ao que eram, com varandas de ferro, ou se lhes devia dar um aspecto mais antigo⁷⁰¹.

Em 1932 um grupo de moradores da **Rua Egas Moniz**, através da imprensa local, reclamava às autoridades, sobre a necessidade que existia de ordenar aos varredores municipais a fim de procurar outro sítio, que não fosse a travessa de Monte-Pio, para deitarem o lixo da cidade. Para ali eram levadas todas as imundices apanhadas

⁶⁹⁷ Ibidem NG, nº 2174 (1973 Set. 1), p. 1.

⁶⁹⁸ Ibidem NG, nº 4 (1932 Fev.1), p. 3.

⁶⁹⁸ Ibidem NG, nº 40 (1932 Out.16), p. 1; Ibidem NG, nº 46 (1932 Nov.27), p. 1; Ibidem NG, nº 76 (1933 Jul.9), p. 1; Ibidem NG, 1933 Set.10, nº 85, p. 1.

⁶⁹⁸ Ibidem NG, nº 176 (1935 Jun.16), p. 2.

⁶⁹⁸ Ibidem NG, nº 200 (1935 Dez.2), p. 2.

⁶⁹⁸ Ibidem NG, nº 305 (1937 Dez.12), p. 1.

⁶⁹⁸ Ibidem NG, nº 425 (1940 Mar.31), p. 1.

⁶⁹⁸ Ibidem NG, nº 430 (1940 Maio 5), p. 1.

⁶⁹⁸ Ibidem NG, nº 607 (1943 Set.9), p. 1.

⁶⁹⁸ Ibidem CG, nº 5329 (1943 Out.22), p. 3.

⁶⁹⁸ Ibidem NG, nº 629 (1944 Fev.20), p. 2; Ibidem CG, nº 5346 (1944 Fev.18), p. 3.

⁶⁹⁸ Ibidem NG, nº 2054 (1971 Maio 15), p. 1.

⁶⁹⁸ Ibidem CG, nº 2177 (1973 Set.22), p. 3.

⁶⁹⁹ Ibidem NG, nº 2181 (1973 Out.20), p. 1-2.

⁷⁰⁰ Ibidem CG, nº 6903 (1974 Jan.26), p. 1.

⁷⁰¹ Ibidem CG, nº 6910 (1974 Mar.16), p. 1.

na via pública, incluindo animais em estado de putrefacção, que eram, muitas vezes, motivo para inocentes brincadeiras de crianças, que por ali andavam⁷⁰². No ano seguinte as queixas relacionavam-se com a falta de água, pois os habitantes da Rua Egas Moniz perdiam horas e horas à sua procura⁷⁰³.

Nesta rua existe o Senhor dos Desamparados que era festejado com grande animação. Assim, uma comissão de moradores da Rua Egas Moniz realizou nos dias 30 e 31 do corrente mês de Julho de 1938 pomposos festejos em honra do Senhor dos Desamparados, cuja imagem ainda hoje se venera num oratório existente na mesma rua⁷⁰⁴.

A CMG, em sessão de 12 de Abril de 1956, resolveu mandar proceder à obra de adaptação na casa adquirida na época, sita na Rua Egas Moniz, para a instalação dos Serviços de Assistência a cargo da Casa dos Pobres, de modo a proceder-se com a maior brevidade possível à demolição do edifício camarário, onde funcionavam aqueles serviços, prevista no plano das obras da parte central da cidade⁷⁰⁵.

Mas a rua começa a cair no esquecimento e em 1970 os moradores queixavam-se do abandono desta rua, que se encontrava cheia de buracos⁷⁰⁶.

Rua **João de Melo** foi o nome que a Câmara deliberou dar, em Dezembro de 1931, à antiga Viela do Monte-Pio, mais tarde convertida em rua. Segundo a imprensa local *“Foi uma homenagem modesta mas justa. João de Melo, não sendo de Guimarães, aqui passou o melhor da sua vida, desempenhando cargos públicos, pugnando sempre pelo bom nome e progresso de Guimarães. Fez reviver as antiquíssimas Festas Gualterianas e, a seiva que lhe insuflou tão forte foi, que ainda as não deixou morrer!”*⁷⁰⁷.

Mas em 1932 surgem reclamações e um grupo de moradores da Rua Egas Moniz lembra que é necessário limpar a viela e refere ainda que não se deve deitar lixo para lá, pois era frequentada por muitas crianças que, inocentemente, brincavam com todo o tipo de lixo⁷⁰⁸.

⁷⁰² Ibidem NG, nº 37 (1932 Set.25), p. 2.

⁷⁰³ Ibidem NG, nº 80 (1933 Ago.5), p. 1.

⁷⁰⁴ Ibidem NG, nº 5056 (1938 Jul.29), p. 1.

⁷⁰⁵ Ibidem CG, nº 5980 (1956 Abr.13), p. 3.

⁷⁰⁶ Ibidem CG, nº 6704 (1970 Mar.14), p. 1-2.

⁷⁰⁷ Ibidem CG, nº 4523 (1931 Dez.4), p. 1.

⁷⁰⁸ Ibidem NG, nº 37 (1932 Set.25), p. 2.

Entretanto a rua entra em obras, mas, em 1932, já estava concluída, faltando-lhe apenas os candeeiros de iluminação. Os proprietários arranjaram os seus prédios e a Câmara modificou a pavimentação, tornando assim, aquele beco imundo, numa rua limpa e asseada⁷⁰⁹.

Largo Cónego José Maria Gomes. Foi por edital assinado pelo Presidente da Câmara Mariano Felgueiras, de 17 de Janeiro de 1924, que se anunciou a decisão tomada por unanimidade, na sua reunião ordinária realizada no dia 12 de Janeiro de 1924, que, ao largo do liceu, fronteiro ao estabelecimento do liceu central Martins Sarmiento, fosse dado o nome de Largo Cónego José Maria Gomes, sendo esta deliberação de execução imediata⁷¹⁰.

Em 1932 lutava-se por iluminar o largo, pois não tinha luz⁷¹¹. Assim, no ano seguinte, decide-se mudar para o Largo Cónego José Maria Gomes o candeeiro que estava no Largo da Oliveira, para devidamente iluminar o referido largo⁷¹². No entanto, não lhe foi ligada a electricidade e este ficou no Largo do Liceu sem qualquer tipo de luz⁷¹³. Os moradores da zona queixavam-se de que não tinham iluminação, nem água, apesar de ali existir um fontanário⁷¹⁴.

Em 1937 a imprensa propunha, que um dos locais adequados para instalação de um “mictório” era o Largo Cónego José Maria Gomes⁷¹⁵. Também se queixavam do terreno, que enfrentava o edifício da Legião Portuguesa, tinha sofrido um arranjo em determinados sítios e se encontrava lamacento, com a água a aflorar à terra⁷¹⁶.

Em sessão da Câmara Municipal, em Junho de 1940, foi apresentado o requerimento da Junta Central do Corpo Nacional de Escutas, de Braga, pedindo licença para erguer um Cruzeiro da Independência, conforme projecto apresentado, dentro dos muros da velha cidade de Guimarães⁷¹⁷. Previa-se também, que, com a implantação do Cruzeiro da Independência, terminariam em Guimarães as Comemorações

⁷⁰⁹ Ibidem *NG*, nº70 (1933 Maio 28), p. 3.

⁷¹⁰ Ibidem *CG*, nº 3754 (1924 Jan.29), p. 2.

⁷¹¹ Ibidem *NG*, nº 46 (1932 Nov.27), p. 1.

⁷¹² Ibidem *NG*, nº 85 (1933 Set.10), p. 1.

⁷¹³ Ibidem *CG*, nº 4783 (1934 Jul.31), p. 1.

⁷¹⁴ Ibidem *NG*, nº 134 (1934 Ago.26), p. 3.

⁷¹⁵ Ibidem *NG*, nº 280 (1937 Jun.20), p. 2.

⁷¹⁶ Ibidem *CG*, nº 5159 (1940 Jul.19), p. 2.

⁷¹⁷ Ibidem *CG*, nº 5157 (1940 Jul.5), p. 4; Ibidem *CG*, nº 5159 (1940 Jul.19), p.4.

Centenárias⁷¹⁸. O concurso para adjudicação da empreitada de construção do Cruzeiro da Independência do Corpo Nacional de Escutas esteve aberto até dia 27 de Setembro de 1940⁷¹⁹ e em 30 de Setembro reuniu a Comissão de Meios do Cruzeiro Nacional da Independência, tendo resolvido fazer a adjudicação a José de Assunção Neves, por ser quem apresentou a proposta mais vantajosa. A esta reunião assistiu também o Comissário do Núcleo desta cidade. Os trabalhos do Cruzeiro iriam iniciar-se brevemente e a Comissão de Meios dirigiu circulares aos vimaranenses, pedindo-lhes donativos destinados àquele monumento e à realização das festas cujo programa já estava esboçado. O projectado Cruzeiro da Independência acabará por ser erguido no Largo Cónego José Maria Gomes, em frente ao Liceu de Martins Sarmiento, sendo o seu autor António Lino⁷²⁰. No princípio do mês de Outubro de 1940 iniciaram-se os trabalhos de construção do Cruzeiro da Independência, que deveria ser solenemente inaugurado no dia 8 de Dezembro⁷²¹. Assim, a CMG em sessão ordinária de 4 de Dezembro de 1940 leu o ofício do Núcleo do Corpo Nacional de Escutas de Guimarães que convidava o Presidente e a Câmara a assistir à Missa Campal, que se haveria de celebrar no dia 8 junto ao Castelo de Guimarães ou na Igreja da Oliveira, de acordo com o estado do tempo, ao acto inaugural do Cruzeiro da Independência e ao *Te Deum* na Igreja de S. Francisco. A Câmara ficou inteirada⁷²² e o cruzeiro foi inaugurado no dia 8 de Dezembro à tarde⁷²³.

Entretanto, alguns anos mais tarde, em meados de 1966 a circundar o padrão evocativo da Fundação e Restauração de Portugal, no largo fronteiro ao Convento de Santa Clara, foi plantado pequeno jardim⁷²⁴.

Finalmente, a imprensa noticia que no dia 28 de Maio de 1968 passariam a funcionar, no edifício do antigo Convento de Santa Clara, todos os serviços da Câmara Municipal de Guimarães⁷²⁵. Mas só alguns dias mais tarde, por motivos imprevistos, a 31 de Maio pelas 12 horas, foram inauguradas as novas instalações dos serviços Municipais, no antigo Convento de Santa Clara, com a presença do Governador Civil⁷²⁶.

⁷¹⁸ Ibidem CG, nº 5167 (1940 Set.13), p. 1.

⁷¹⁹ Ibidem NG, nº 451 (1940 Set.22), p. 4.

⁷²⁰ Ibidem NG, nº 453 (1940 Out.6), p. 3.

⁷²¹ Ibidem NG, nº 455 (1940 Out.20), p. 3; Ibidem CG, nº 5171 (1940 Out.11), p. 3.

⁷²² Ibidem NG, nº 518 (1940 Dez.13), p. 2.

⁷²³ Ibidem NG, nº 463 (1940 Dez.15), p. 2.

⁷²⁴ Ibidem CG, nº 6601 (1966 Jun.17), p. 2.

⁷²⁵ Ibidem CG, nº 6610 (1968 Maio 25), p. 2.

⁷²⁶ Ibidem CG, nº 6611 (1968 Jun.1), p. 3.

Entretanto, pensa-se extinguir o Internato Municipal e Mariano Felgueiras, antigo Presidente da Câmara, da Primeira República e seu fundador, crítica e analisa na imprensa a extinção desta instituição e as graves consequências que dessa medida resultam⁷²⁷.

A Câmara começa a pensar melhorar o largo situado numa das ruas mais importantes da cidade e, em 1970, numa das suas reuniões, resolveu enviar à Comissão de Arte e Arqueologia o projecto da Urbanização do Largo Cónego José Maria Gomes, com vista à sua aprovação pela Junta Nacional de Educação, e também o pedido de comparticipação pelo Estado⁷²⁸.

Em 1971 a Câmara decidiu adjudicar a obra de saneamento do Largo Cónego José Maria Gomes⁷²⁹, estando já em Outubro desse ano a decorrer⁷³⁰.

Em Março de 1972 já estava concluído o estudo do arranjo do largo do Cónego José Maria Gomes, mandado executar pelo Município, cuja aprovação definitiva dependia dos estudos complementares dos restauros das fachadas respectivas e da arborização do local, como tinha sido recomendado superiormente⁷³¹. Após o 25 de Abril sofreu uma intervenção, da autoria do Arqt. Fernando Távora.

Em 1934 dizia-se que a **Vuela de S. Crispim**, constituía um perigo para a saúde pública, devido a fazerem dela uma lixeira. Raro é o dia, dizia a imprensa, em que não se despejam caixotes com restos de animais, além de continuamente fazerem dela, principalmente no recanto, “mictório”, santário público, etc.⁷³².

Um ano depois a imprensa criticava o pretender-se fechar as vielas mais antigas, porque eram sórdidas e indecorosas⁷³³. Assim, a Câmara Municipal decidiu em Maio desse mesmo ano, construir uns sanitários públicos nessa vuela⁷³⁴, pois “*Atravessamos há dias, e num dia de calor, a vuela que liga a Rua da República com a do Dr. Avelino Germano e tivemos de o fazer com o nariz tapado e procurando aonde pusessemos os pés*”⁷³⁵.

⁷²⁷ Ibidem CG, nº 6633 (1968 Nov.2), p. 1.

⁷²⁸ Ibidem NG, nº 2027 (1970 Nov.7), p. 1.

⁷²⁹ Ibidem NG, nº 2054 (1971 Maio 15), p. 1.

⁷³⁰ Ibidem NG, nº 2075 (1971 Out.9), p. 1.

⁷³¹ Ibidem NG, nº 2100 (1972 Abr.1), p. 1.

⁷³² Ibidem NG, nº 128 (1934 Jul.15), p. 2.

⁷³³ Ibidem CG, nº 4839 (1935 Fev.19), p. 1.

⁷³⁴ Ibidem NG, nº 173 (1935 Maio 26), p. 3.

⁷³⁵ Ibidem CG, nº 4879 (1935 Jul.26), p. 1.

Isto levou a que se vedasse a viela, mas muita gente considerava ainda que “*As vielas são e devem ser servidouro público, salvo raras exceções. Praticavam-se ali actos condenáveis? Para que serve então a polícia ? [...]*”⁷³⁶, outros concordavam com a acção, “*evitando-se assim focos de infecção que muito prejudicam a saúde pública*”⁷³⁷.

Assim, “*A viela, sórdida viela de S. Crispim, que a D. Higiene e a D. Profilaxia entenderam dever tapar-se a bem da saúde pública, de um lado com um muro e do outro com um portal rococó, torna a tornar, volta a ser, reconhecida a necessidade de ali serem instaladas higiénicas e profiláticas “sentinas”*”⁷³⁸.

Assim, em 1952 a Comissão Administrativa da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiano deliberou iniciar o estudo preliminar das possibilidades da reconstrução do seu arruinado Albergue e o encerramento com um portal de ferro da antiga Viela de S. Crispim, pelo lado da Rua Avelino Germano, com a comparticipação de todos os proprietários com serventia pela mesma viela⁷³⁹.

Finalmente em Agosto de 1967 foi reaberta ao trânsito a Viela de S. Crispim, depois de encerrada ao público durante bastantes anos por deliberação camarária. Foi devidamente pavimentada e passou a ter iluminação adequada⁷⁴⁰.

Esta viela manteve-se praticamente intacta.

Rua de Donães. Em 1939 reclamava a imprensa: “*Está sendo substituído por pedra aquele tosco barracão de madeira da Rua de Donais. Folgamos com o melhoramento embora ele tenha vindo um pouco tarde. Ainda assim, mais vale tarde que nunca... O que nós esperamos é que, dentro da cidade, não mais seja permitida a construção de tais arranha-céus*”⁷⁴¹.

Largo do Retiro. Esta zona antiga da Oliveira pouco se modificou. Do largo do Retiro, fala “*A voz dos leitores*”, na imprensa local, que nos diz: “*Lixeira do Ourado - Ainda continua no mesmo estado vergonhoso e anti-higienico o caso da monumental lixeira do Ourado, de que, como já foi dito, resulta grande perigo para os moradores*

⁷³⁶ Ibidem CG, nº 4957 (1936 Set.4), p. 3.

⁷³⁷ Ibidem NG, nº 240 (1936 Set.6), p. 1.

⁷³⁸ Ibidem NG, nº 260 (1937 Jan.31), p. 1.

⁷³⁹ Ibidem CG, nº 5761 (1952 Fev.1), p. 3.

⁷⁴⁰ Ibidem NG, nº 1860 (1967 Ago.13), p. 3.

*desta artéria, onde as crianças por vezes se entretêm a remexer aquele foco de podridão que pode ocasionar doenças infecciosas. [...]*⁷⁴². No entanto, esta rua localizada no coração do centro histórico manteve-se praticamente intacta até aos nossos dias.

Travessa do Ourado. Em 1935 queixavam-se os moradores de que não tinha qualquer higiene. O local tinha sido escolhido para “arrecadação” do lixo que era de outras ruas, o que não fazia qualquer sentido. “*As vielas de Guimarães - vielas imundas que nunca vêem água a não ser quando chove e que nunca recebem a visita da vassoura municipal, necessitam duma limpeza radical*” dizia a imprensa⁷⁴³. Em 1944 a Casa do Ourado era mais uma das casas de Guimarães em estado de ruína⁷⁴⁴. Esta rua era outrora designada por Rua do Eirado do Forno, ou Ourado do Forno, e conseguiu manter-se até hoje sem grandes alterações.

O **Largo do Serralho**, outro dos antigos Largos de Guimarães, também não tinha grandes condições. Assim, a CMG, em sessão de 7 de Novembro de 1945, decidiu proceder nos termos do n.º 18 do art. 51 do Código Administrativo à vistoria do prédio em ruínas no largo do Serralho, com o nº4 de polícia, a que se referia uma participação do 1º sub-chefe da Esquadra de Segurança Pública⁷⁴⁵. Era relativamente frequente os jornais publicarem críticas ao estado em que se encontrava o Largo do Serralho⁷⁴⁶.

Em 1964 pedia-se que se limpasse e embelezasse o largo, uma vez que ali tinham sido erguidas algumas moradias de construção moderna, que, segundo se afirmava na época, muito embelezaram o local, tornando-se necessário e urgente, que desaparecesse tudo aquilo que ali existia e só servia para causar desagradabilíssima impressão a quem por ali passeava⁷⁴⁷. Assim, o largo apesar de manter a sua estrutura antiga foi “profanado” com algumas construções dos anos sessenta.

⁷⁴¹ Ibidem NG, nº 38 (1932 Out.2), p. 2.

⁷⁴² Ibidem NG, nº 1792 (1966 Abr.24), p. 3.

⁷⁴³ Ibidem NG, nº 186 (1935 Ago.25), p. 2.

⁷⁴⁴ Ibidem CG, nº 5362 (1944 Jun.9), p. 3.

⁷⁴⁵ Ibidem CG, nº 5438 (1945 Nov.23), p. 3.

⁷⁴⁶ Ibidem NG, nº 996 (1951 Fev.18), p. 2.

⁷⁴⁷ Ibidem NG, nº 1710 (1964 Out.11), p. 6.

Rua Dr. Avelino Germano. Em sessão da CM de Setembro de 1952, foi apresentada, merecendo a aprovação por unanimidade, a seguinte proposta do vereador sr. Dr. Carlos Saraiva: “*Substituição dos candeeiros antigos e melhor distribuição dos mesmos no Largo da Condessa do Juncal e Rua Dr. Avelino Germano, até à Rua da Rainha [...]*”⁷⁴⁸. Mas, passados alguns anos, volta-se a falar no assunto. A CMG, em sessão de 18 de Junho de 1958, por proposta do vereador do Pelouro da luz, Manuel Moreira, refere que era necessário modificar os candeeiros de várias ruas entre as quais a Dr. Avelino Germano, mandando fazê-los iguais aos já colocados no Rua de Santa Maria⁷⁴⁹.

Rua do Anjo. Em 1952 chamava-se a atenção para a Rua do Anjo, uma travessa existente ao subir S. Paio, que necessitava de uma intervenção imediata das autoridades. Notava-se, na passagem por ela, um cheiro muito mau devido a escorrências de uma retrete de um dos prédios, referia a imprensa⁷⁵⁰.

Em 1956 volta-se a chamar a atenção para a rua do Anjo: “*Voz dos leitores: a Rua do Anjo - Aproveito a oportunidade para lhes pedir o favor de no vosso jornal chamarem a atenção da Câmara para o estado lastimoso e de imundice em que se encontra a Rua do Anjo, ali a dois passos do Toural. Há ali moradores que durante o dia despejam sobre a rua toda a porcaria, atirando com baldes de água suja, não sendo já a primeira vez que algumas pessoas, ao passar, são apanhadas com as águas atiradas por aqueles moradores. O mau cheiro é permanente, e, as moscas, creadas por esta permanente porcaria, são aos montões*”⁷⁵¹.

A CMG, em sessão de 27 de Janeiro de 1960, deliberou adquirir os prédios que Gualter Ribeiro Martins possuía na Rua do Anjo e ameaçavam ruína, com vista à sua demolição⁷⁵². Não encontramos mais referências a esta antiga rua de Guimarães.

⁷⁴⁸ Ibidem NG, nº 1079 (1952 Set.21), p. 1.

⁷⁴⁹ Ibidem CG, nº 6094 (1958 Jun.20), p. 3.

⁷⁵⁰ Ibidem NG, nº 1071 (1952 Jul.27), p. 2.

⁷⁵¹ Ibidem NG, nº 1293 (1956 Out.14), p. 3.

⁷⁵² Ibidem NG, nº 1466 (1960 Jan.31), p. 2; Ibidem CG, nº 6178 (1960 Jan.29), p. 3.

construção⁷⁵⁶, por iniciativa da Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães que o mandou erigir. Estava já concluído em Dezembro de 1934⁷⁵⁷.

Em Maio de 1935 informava-se os vimaranenses, que, por motivos imperiosos tinha sido transferida para o dia 2 de Junho a inauguração do monumento⁷⁵⁸.

A iniciativa do monumento devia-se a A.L. de Carvalho e a inauguração devia realizar-se, com a maior solenidade, no dia 26 de Maio⁷⁵⁹, mas efectivamente só aconteceu em 2 de Junho de 1935⁷⁶⁰.

Em Junho de 1935 a Comissão Administrativa aprovou o projecto da pavimentação a mosaico dos passeios do Largo Condessa do Juncal⁷⁶¹, mas nesse mesmo ano a imprensa queixava-se de que a grande maioria dos prédios de Guimarães não tinham números de polícia, e os que os tinham estavam quase todos errados, referindo o Largo da Condessa do Juncal que tinha alguns repetidos⁷⁶².

A Câmara Municipal, em sua sessão de 29 de Outubro de 1936, decidiu entregar ao mestre pedreiro Clemente Resende o assentamento das guias para o Largo pela quantia de 1.600\$00⁷⁶³ e em Janeiro de 1937 a imprensa divulgava, que reputava de segura a informação, de que o monumento a perpetuar o nome de Gravador Molarinho, iria ser deslocado do Largo da Condessa do Juncal para um sítio mais conveniente e apropriado⁷⁶⁴. Mas, em sessão de 13 de Março de 1940, a Câmara leu um ofício de diversos signatários, sendo o primeiro A.L. de Carvalho, e o último, Benjamim de Matos, membros da extinta Direcção da Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães, grupo que tinha erigido o Monumento ao Gravador Molarinho, chamando a atenção da Comissão de Estética para a conveniência de o referido Monumento ser mudado para o antigo Largo dos Laranjais, visto que o mesmo ia ser urbanizado. Em virtude do parecer da aludida Comissão de Estética, a Câmara resolveu, por enquanto, não mudar o Monumento de local onde se encontrava⁷⁶⁵.

⁷⁵⁶ *Ibidem CG*, nº 4775 (1934 Jul. 3), p. 2.

⁷⁵⁷ *Ibidem NG*, nº 149 (1934 Dez.9), p. 2.

⁷⁵⁸ *Ibidem NG*, nº 172 (1935 Maio 19), p. 3.

⁷⁵⁹ *Ibidem CG*, nº 4859 (1935 Maio 14), p. 2.

⁷⁶⁰ *Ibidem CG*, nº 4864 (1935 Jun.4), p. 1; *Ibidem NG*, nº 174 (1935 Jun.2), p. 1; *Ibidem NG*, nº 175 (1935 Jun.9), p. 2; *Ibidem JLF - EV II*, p. 227.

⁷⁶¹ *Ibidem NG*, nº 175 (1935 Jun.9), p. 3; *Ibidem NG*, nº 177 (1935 Jun.23), p. 3.

⁷⁶² *Ibidem NG*, nº 196 (1935 Nov.4), p. 2.

⁷⁶³ *Ibidem NG*, nº 248 (1936 Nov.1), p. 3.

⁷⁶⁴ *Ibidem NG*, nº 259 (1937 Jan.24), p. 1.

⁷⁶⁵ *Ibidem CG*, nº 5142 (1940 Mar.22), p. 3; *Ibidem NG*, nº 423 (1940 Mar.17), p. 3.

Em meados de 1938 decide-se instalar seis bebedouros na cidade, sendo um deles colocado no Largo da Condessa do Juncal⁷⁶⁶.

Entretanto, em Julho de 1950 a Repartição Técnica camarária foi encarregada de elaborar os projectos para a instalação de sanitários nos largos João Franco, da Condessa do Juncal, da Oliveira e Rua Dr. Alberto Sampaio⁷⁶⁷.

Em sessão da Câmara Municipal de 24 de Outubro de 1951, o vereador Dr. Carlos Saraiva propôs: “...*que se proceda à pavimentação do Largo da Condessa do Juncal, como medida de protecção à saúde pública; pois, aos sábados, em dias pluviosos, as pessoas que ali vão fazer o seu negócio, têm de o fazer encharcadas em lama*”⁷⁶⁸. Mas mesmo assim, em Janeiro de 1952 a imprensa continuava a queixar-se do Largo Condessa do Juncal⁷⁶⁹. Em Maio de 1952 já se dizia que “*Está quase concluída a pavimentação do largo da Condessa do Juncal, que em dias de chuva, assemelha-se a um verdadeiro lameiro.*[...]”⁷⁷⁰.

Mas o Monumento não estava no sítio ideal, e meados de 1952, “*por motivo de melhorarem as condições de iluminação do Largo Condessa do Juncal e o Monumento ao Gravador Molarinho, por sugestão do distinto arquitecto, sr. António de Azevedo, foi este transferido para o seu topo nascente. Para que o largo fique suficientemente iluminado, foi ali colocado um candeeiro com quatro braços.* [...]”⁷⁷¹. A imprensa aplaude a nova localização do monumento, uma vez que passou a ter melhor efeito⁷⁷².

Em Setembro de 1952 na sessão da Câmara Municipal foi apresentada, merecendo a aprovação por unanimidade, a proposta do vereador Dr. Carlos Saraiva, que solicitava a substituição dos candeeiros antigos e melhor distribuição dos mesmos no Largo da Condessa do Juncal e Rua Dr. Avelino Germano, até à Rua da Rainha⁷⁷³.

Na sessão da Câmara, de 12 de Maio de 1955, foi deliberado autorizar pagamentos na totalidade de 48.345\$50, entre os quais na reparação das ruas de Couros e Dr. José Sampaio e Largos Conselheiro João Franco e Condessa do Juncal, 1432\$40⁷⁷⁴, o que indica que houve pequenas reparações nesse largo.

⁷⁶⁶ Ibidem CG, nº 5048 (1938 Jun.3), p. 3.

⁷⁶⁷ Ibidem CG, nº 5681 (1950 Jul.21), p. 3; Ibidem NG, nº 1017 (1951 Jul.15), p. 3.

⁷⁶⁸ Ibidem NG, nº 1032 (1951 Out.28), p. 2.

⁷⁶⁹ Ibidem CG, nº 5759 (1952 Jan.18), p. 1.

⁷⁷⁰ Ibidem CG, nº 5778 (1952 Maio 30), p. 2.

⁷⁷¹ Ibidem CG, nº 5787 (1952 Ago.1), p. 2.

⁷⁷² Ibidem NG, nº 1079 (1952 Set.21), p. 1.

⁷⁷³ Ibidem NG, nº 1079 (1952 Set.21), p. 1.

⁷⁷⁴ Ibidem NG, nº 1219 (1955 Maio 15), p. 1.

Entretanto pensa-se mudar a floreira do monumento e em sessão de 8 de Junho de 1955 a Câmara delibera encarregar a secção de obras de estudar o projecto⁷⁷⁵. Ainda neste mesmo ano a imprensa queixa-se da falta de “mictórios” em algumas artérias da cidade, especialmente no Largo da Condessa do Juncal (Feira do Pão) principalmente aos sábados, dias de Mercado, devido ao grande movimento⁷⁷⁶.

Continua-se o melhoramento da zona e a edilidade, em sessão de 5 de Abril de 1956, decidiu mandar colocar bebedouros, entre outros, neste Largo⁷⁷⁷.

Paralelamente, a iluminação começa a melhorar e em sessão de 18 de Junho de 1958, por proposta do vereador do Pelouro da luz, Manuel Moreira, este refere que há necessidade de modificar os candeeiros do Largo, tornando-os iguais aos da rua de Santa Maria⁷⁷⁸.

Entretanto o alargamento do Largo Condessa do Juncal ainda não estava concluído e em sessão da Câmara de 17 de Janeiro de 1961 decidiu-se designar os peritos para a vistoria ao prédio contíguo ao que tinha sido demolido no Largo da Condessa do Juncal e entabular negociações com o respectivo proprietário para aquisição do mesmo, a fim de ser demolido para execução do antepiano de urbanização⁷⁷⁹. Em sessão de 28 de Março de 1961 decidiu-se inscrever no 1º orçamento suplementar a verba necessária à aquisição dum prédio situado no largo da Condessa do Juncal, para efeitos de demolição, com vista à ampliação daquele largo, iniciando-se as negociações com os proprietários⁷⁸⁰. Em sessão da Câmara, em Agosto de 1961, decidiu-se adquirir também o prédio com o nº20 de polícia, situado na Rua de Alcobaça, com a mesma finalidade⁷⁸¹. Não são só os particulares que são atingidos, mas também a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco (VOTSF), pois em sessão de 9 de Janeiro de 1962 decidiu-se adquirir à referida Ordem o prédio que esta possuía na Rua de Alcobaça, com o nº6 de polícia, destinado a demolição para alargamento do Largo Condessa do Juncal⁷⁸². Na reunião de Junho de 1964 resolveu-se adquirir também para demolição os prédios n.º 6, 8 e 10 pertencentes à VOTSF para continuação da obra de

⁷⁷⁵ *Ibidem NG*, nº 1222 (1955 Jun.12), p. 3.

⁷⁷⁶ *Ibidem NG*, nº 1229 (1955 Jul.24), p. 2.

⁷⁷⁷ *Ibidem CG*, nº 5979 (1956 Abr.6), p. 3; *Ibidem NG*, nº 1266 (1956 Abr.8), p. 3.

⁷⁷⁸ *Ibidem CG*, nº 6094 (1958 Jun.20), p. 3.

⁷⁷⁹ *Ibidem NG*, nº 1518 (1961 Jan.29), p. 7.

⁷⁸⁰ *Ibidem CG*, nº 6839 (1961 Mar.31), p. 4; *Ibidem NG*, nº 1527 (1961 Abr.2), p. 3.

⁷⁸¹ *Ibidem CG*, nº 6260 (1961 Ago.25), p. 4; *Ibidem NG*, nº 1548 (1961 Ago.27), p. 3.

⁷⁸² *Ibidem CG*, nº 6280 (1962 Jan.12), p. 2.

urbanização do Largo Condessa do Juncal⁷⁸³. Entretanto, para todas estas obras, foi feito um empréstimo de seis mil contos, aprovado pelo Conselho Municipal, em sua reunião extraordinária de 16 de Julho de 1964, aprovando a deliberação camarária de dia 1 desse mês⁷⁸⁴.

Em Agosto de 1964 dizia o jornal *“Aquela casa - Que faz esquina no largo Condessa do Juncal, e que tem de ser demolida, não oferecerá perigo eminente? Vemos-lhe umas fendas que podem ser prenúncio de derrocada...”*⁷⁸⁵.

Paralelamente continua-se a pensar no melhoramento da zona, e por isso, a CMG, em reunião de 7 de Janeiro de 1966, decidiu instalar no largo quatro lanternas iguais às utilizadas na zona antiga da cidade, para iluminação conveniente do local⁷⁸⁶.

Entretanto decide-se, em reunião de 13 de Julho de 1966, proceder ao estudo da urbanização da Rua de Alcobaça⁷⁸⁷. Nesse mesmo ano, em reunião de 7 de Dezembro de 1966, o Presidente António Manuel Rodrigues Guimarães, apresentou várias propostas que foram aprovadas por unanimidade, estando entre elas a que decidia que era *“Finalmente, inadiável se torna proceder à pavimentação do charco da Condessa do Juncal, autêntica vergonha, no centro da cidade. [...]”*⁷⁸⁸.

No ano seguinte, em 8 de Janeiro de 1967 a Câmara Municipal publica na imprensa local o seguinte edital: *“Edital - João Mendes Ribeiro, Presidente da CMG: Faz público que, de harmonia com o deliberado por a Câmara Municipal, em reunião de 31 de Dezembro de 1966, fica suspensa a feira semanal da Praça de S. Tiago enquanto não lhe for designado outro local. Mais faz público que se mantém, e até que se disponha de local mais apropriado, a feira do Largo da Condessa do Juncal para a transacção de alfaias agrícolas, ferramentas e utensílios destinados à lavoura, calçado, louças e outros artigos regionais, entrando em vigor o novo regime no dia 13 de Janeiro de 1967. [...]”*⁷⁸⁹.

⁷⁸³ Ibidem NG, nº 1696 (1964 Jun.28), p. 4; Ibidem CG, nº 6409 (1964 Jul.3), p. 4.

⁷⁸⁴ Ibidem NG, nº 1699 (1963 Jul.19), p. 7; Ibidem CG, nº 6412 (1964 Jul.24), p. 3.

⁷⁸⁵ Ibidem CG, nº 6417 (1964 Ago.28), p. 4.

⁷⁸⁶ Ibidem NG, nº 1779 (1966 Jan.23), p. 6.

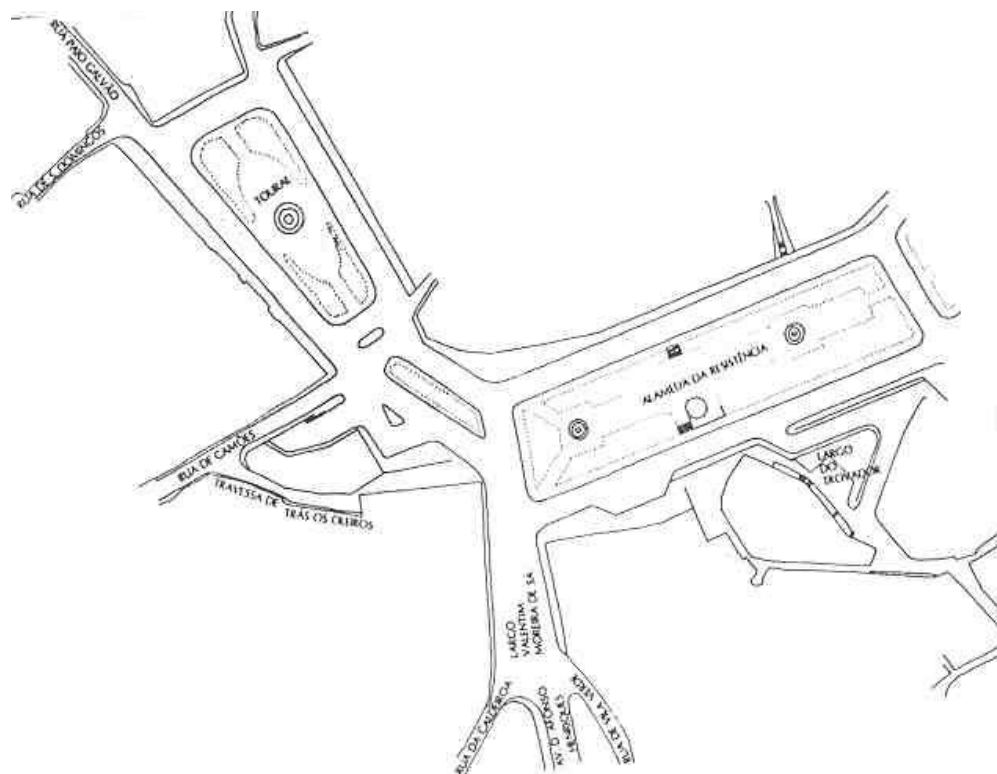
⁷⁸⁷ Ibidem NG, nº 1806 (1966 Jul.31), p. 6.

⁷⁸⁸ Ibidem NG, nº 1810 (1966 Dez. 18), p. 2.

⁷⁸⁹ Ibidem NG, nº 1829 (1967 Jan.8), p. 3.

2. Guimarães extramuros

2.1. Toural



O **Toural** foi durante este período o verdadeiro centro da cidade. Foi lá que em Dezembro de 1925 se inaugurou o Café Oriental, uma tertúlia que ficou para sempre na recordação dos vimaranenses⁷⁹⁰. Em 11 de Janeiro de 1933, principiou a ser julgada no tribunal desta comarca a conhecida questão do arrendamento do Café Oriental em que eram adversários os Drs. João Rocha dos Santos e Fernando Aires⁷⁹¹. Em 11 de Setembro de 1966 a imprensa dá-nos conta de que “*está prestes o fim da existência do velho Café Oriental*”, uma vez que vai encerrar para a instalação de uma importante instituição de Crédito⁷⁹². Escrevem-se artigos na imprensa local já com saudade do café, mas de nada serve: “*O Oriental: Saudade Vimaranense*”, por Fernando Roriz em que

⁷⁹⁰ Ibidem CG, nº 3939 (1925 Dez.18), p. 1.

⁷⁹¹ Ibidem NG, nº 52 (1933 Jan.22), p. 3.

este descreve o quotidiano do café⁷⁹³, e a notícia do seu encerramento em 22 de Julho de 1967. “*O conhecido café Oriental passa, a partir de hoje, a constituir uma saudade*”⁷⁹⁴. O café encerrou a 18 de Julho, a fim de ser substituído por uma agência bancária, mas, na memória dos vimaranenses ficou a recordação da sua decoração inspirada em motivos egípcios, concebida e executada pelo Capitão Luís de Pina, em colaboração com o pintor Joaquim Panchorca⁷⁹⁵.

Em finais de Novembro de 1926 fechou o hotel do Toural, um dos melhores, senão o melhor hotel da cidade e um dos edifícios que caracterizava o Toural⁷⁹⁶. Houve grande campanha jornalística a favor da sua abertura, mas não resultou. Entretanto, em Janeiro de 1927, volta a reabrir com novo proprietário, após grande polémica nos jornais⁷⁹⁷.

Também, nesta altura, começou o trabalho da marquise no Toural; a Câmara mandou anunciar a arrematação do material, começaram-se as obras e suspenderam-se logo de seguida, porque “*não podendo concluir-se o trabalho para a realização do Congresso [Eucarístico] não iria ficar em ruínas a melhor parte da cidade*”. E agora porque se não conclui? pergunta um jornal local⁷⁹⁸. Em Março a imprensa queixa-se de que a marquise, esse “melhoramento”, que tanto entusiasmo provocou, foi abandonado e a Câmara resolveu não colocar a “marquise”. Os ferros estavam dispersos a enferrujarem-se, e havia ainda dívidas a saldar⁷⁹⁹.

Também era de grande necessidade um relógio, uma vez que o relógio municipal se encontrava longe, no Largo da Oliveira. Assim, em Novembro de 1928 a imprensa vimaranense tenta conseguir um enorme relógio, com quatro mostradores, para colocar no ponto mais alto da Basílica de S. Pedro⁸⁰⁰.

A Câmara Municipal, em sua sessão de 11 de Junho de 1938, resolveu comunicar à Irmandade de S. Pedro, ter deliberado instalar um relógio oficial na Torre da Basílica de S. Pedro, solicitando-lhe autorização perpétua para mandar proceder à respectiva montagem, e de harmonia com a sua deliberação tornou público que, até às

⁷⁹² Ibidem NG, n° 1812 (1966 Set.11), p. 1.

⁷⁹³ Ibidem NG, n° 1814 (1966 Set.25), p. 1.

⁷⁹⁴ Ibidem NG, n° 1856 (1967 Jul.16), p. 1.

⁷⁹⁵ Ibidem CG, n° 6567 (1967 Jun.22), p. 1.

⁷⁹⁶ Ibidem CG, n° 4030 (1926 Dez.3), p. 2.

⁷⁹⁷ Ibidem CG, n° 4042 (1927 Jan.21), p. 1.

⁷⁹⁸ Ibidem CG, n° 4139 (1928 Jan.27), p. 2.

⁷⁹⁹ Ibidem CG, n° 4154 (1928 Mar.23), p. 1.

⁸⁰⁰ Ibidem CG, n° 4224 (1928 Nov.30), p. 2.

16 horas do dia 8 do mês de Julho, aceitava propostas para fornecimento de relógios para o Mercado Municipal e Torre de S. Pedro⁸⁰¹. Assim, em sessão ordinária de 8 de Julho de 1938 procedeu-se à arrematação do fornecimento e montagem de um relógio na Praça do Mercado e de uma máquina de carrilhão na torre de S. Pedro, sendo arrematante Manuel Francisco Cousinha, relojoeiro-construtor, de Santarém, pela quantia de 57 150\$00⁸⁰². Posteriormente, em sessão ordinária de 22 de Julho de 1938 resolveu-se estabelecer protocolo entre a Câmara e a Irmandade de S. Pedro para instalação perpétua dum relógio Municipal na sua torre, segundo determinadas condições. A Câmara deliberou ainda autorizar o Presidente a realizar uma escritura com as Irmandades de S. Pedro e das Almas, respeitante à colocação dum relógio na Torre de S. Pedro⁸⁰³.

Mas o mais característico, e que mais se modificou ao longo dos tempos no Toural, foi o jardim. Em Janeiro de 1928 principiou a fazer-se de mosaico o pavimento, ruas, do jardim do Toural⁸⁰⁴, levantando-se algum tempo depois grande polémica sobre uns desenhos que foram feitos no mosaico da Praça D. Afonso Henriques, em que o símbolo da religião — a cruz — foi colocada em lugar tão irrelevante⁸⁰⁵. O piso permaneceu, e em 1935, ainda não se tinha apagado da memória dos vimaranenses a celeuma que provocou o empedramento do jardim da Praça de D. Afonso Henriques⁸⁰⁶.

Em Março de 1929 os moradores da Praça D. Afonso Henriques entregaram na última sessão camarária à comissão executiva da CMG uma representação que solicitava o seguinte: *“Exmo sr. Presidente da Comissão Administrativa da CMG, Os abaixo assinados moradores na praça D. Affonso Henriques, desta cidade, vêm solicitar da dignissima Comissão Adminstrativa, a que V^a Excia mui dignamente preside a remoção ou corte das árvores que circundam a mesma Praça, visto que da péssima educação e irregularidade delas resulta uma má impressão e prejudica a estética e natural beleza da Praça, que é digna de ser amplamente vista e admirada por todos, designadamente por quem visita esta cidade. Ponderadas estas razões esperam*

⁸⁰¹ Ibidem NG, nº 333 (1938 Jun.24), p. 3.

⁸⁰² Ibidem CG, nº 5054 (1938 Jul.15), p. 3.

⁸⁰³ Ibidem NG, nº 5056 (1938 Jul.29), p. 3.

⁸⁰⁴ Ibidem JLF - EV I, p. 69.

⁸⁰⁵ Ibidem CG, nº 4225 (1928 Dez.4), p. 1; Ibidem CG, nº 4230 (1928 Dez.21), p. 1.

⁸⁰⁶ Ibidem NG, nº 177 (1935 Jun.23), p. 3.

os signatários o deferimento. Saúde e fraternidade. Guimarães, 27 de Fevereiro de 1929”⁸⁰⁷.

Em Abril de 1929 já andava a proceder-se ao aformoseamento da Praça D. Afonso Henriques, e a imprensa pediu à Câmara que mandasse dali retirar duas palmeiras que tinham escapado ⁸⁰⁸. Em Março de 1932, por iniciativa da Comissão Municipal, consta que vão ser colocados na Praça D. Afonso Henriques e junto ao castelo uns projectores luminosos de grande potência⁸⁰⁹.

A Câmara Municipal, em sessão de 20 de Maio de 1938, concedeu licença para a reconstrução do prédio de Aristeu Pereira, à Praça D. Afonso Henriques, desaparecendo assim, segundo a planta aprovada, o recanto junto ao edifício do Banco Nacional Ultramarino, que deu lugar a tantas e justificadas reclamações⁸¹⁰. Pedia-se ainda a substituição da pavimentação do Largo do Toural⁸¹¹.

Em 1939, havia quem defendesse a edificação de um monumento a S. Dâmaso no Toural, no lugar onde se encontrava a estátua de D. Afonso Henriques⁸¹².

Em Maio de 1939, após a sua nomeação, reuniu pela primeira vez a Comissão de Estética presidida pelo Dr. João Rocha dos Santos, na sala das sessões da Câmara Municipal. Foram depois discutidos diversos assuntos e trocadas impressões sobre algumas das mais importantes obras a realizar, e aprovada a transferência do Chafariz do Jardim do Carmo para a Praça de D. Afonso Henriques. Ainda deu o seu parecer sobre a construção que iria substituir, no passeio de um dos ângulos exteriores do Jardim Público, o quiosque destruído, para venda de jornais e tabacos⁸¹³. Em Junho de 1939, reuniu novamente a Comissão de Estética. Foram-lhe apresentados vários projectos, que foram aprovados por unanimidade, excepto o Quiosque (destruído em Abril de 1939, por um automóvel)⁸¹⁴, que teve o voto contrário de Alberto Vieira Braga⁸¹⁵. No entanto sob orientação da Comissão de Estética principiou, ainda em Junho, a construir-se o quiosque, cuja inauguração se previa para as próximas Festas da

⁸⁰⁷ Ibidem CG, nº 4247 (1929 Mar.1), p. 1.

⁸⁰⁸ Ibidem CG, nº 4259 (1929 Abr.19), p. 2.

⁸⁰⁹ Ibidem NG, nº 20 (1932 Maio 22), p. 2.

⁸¹⁰ Ibidem NG, nº 328 (1938 Maio 22), p. 3.

⁸¹¹ Ibidem NG, nº 328 (1938 Maio 22), p. 1

⁸¹² Ibidem NG, nº 378 (1939 Maio 7), p. 2.

⁸¹³ Ibidem CG, nº 5099 (1939 Maio 26), p. 4.

⁸¹⁴ Ibidem CG, nº 5093 (1939 Abr.14), p. 3; Ibidem NG, nº 375 (1939 Abr.16), p. 2.

⁸¹⁵ Ibidem CG, nº 5101 (1939 Jun.9), p. 2.

Cidade⁸¹⁶. Em 28 de Julho de 1939 a imprensa informa que “*na próxima quinta feira deve abrir-se ao público o Quiosque que veio substituir o que em “ciclone” automobilístico se destruiu.[...]”*⁸¹⁷.

Realmente, em 4 de Agosto de 1939 faz-se a inauguração solene do novo Quiosque do Toural, transformado em bar⁸¹⁸.

A opinião pública opunha-se à transferência do chafariz do Carmo, pois entendia que o Largo do Toural necessitava de um arranjo e o jardim do Carmo estava muito bem, depois do arranjo de António de Azevedo⁸¹⁹. Reage-se mal a esta mudança, porque se pensava que, com a despesa que se fazia para a sua deslocação e arranjo, com pouco mais se fazia qualquer coisa nova⁸²⁰.

Em Julho de 1939 a Comissão de Estética reuniu, novamente, e apreciou alguns projectos pendentes, rejeitando por unanimidade dois, que constava serem o da colocação de uma pequena “marquise” no Toural, junto a um estabelecimento, e o corte de algumas árvores no largo da República do Brasil. A mesma comissão pediu o derrube de uma palmeira que existe ao fundo do Jardim Público e pediu a colocação de mais algumas árvores ao Largo República do Brasil⁸²¹.

A Câmara Municipal, em sessão de 25 de Agosto de 1939, deliberou pôr em arrematação a pavimentação de paralelepípedos e renovação de passeios da zona do Toural, compreendendo a Praça D. Afonso Henriques, Largo 28 de Maio, Jardim Público (lado norte) e rua de Santo António pela quantia de 340 000\$00⁸²². Também, em sessão ordinária de 29 de Setembro de 1939 deliberou tomar providências para se proceder à transferência do marco-postal que se encontrava na Rua Paio Galvão, para a Praça D. Afonso Henriques⁸²³.

Em Outubro de 1939 a imprensa queixava-se que eram necessários novos “melhoramentos”: a pavimentação da Avenida dos Pombais e do Toural⁸²⁴, ampliar o abastecimento de água ao concelho e a iluminação pública da cidade⁸²⁵.

⁸¹⁶ Ibidem CG, nº 5101 (1939 Jun.9), p. 1.

⁸¹⁷ Ibidem CG, nº 5108 (1939 Jul.28), p. 3.

⁸¹⁸ Ibidem CG, nº 5110 (1939 Ago.11), p. 3.

⁸¹⁹ Ibidem NG, nº 382 (1939 Jun.4), p. 1.

⁸²⁰ Ibidem CG, nº 5103 (1939 Jun.23), p. 3.

⁸²¹ Ibidem CG, nº 5105 (1939 Jul.7), p. 3.

⁸²² Ibidem NG, nº 395 (1939 Set.3), p. 3.

⁸²³ Ibidem CG, (1939 Set.29), p. 3.

⁸²⁴ Ibidem NG, nº 339 (1939 Out.1), p. 1.

⁸²⁵ Ibidem NG, nº 405 (1939 Nov.12), p. 4.

Em Janeiro de 1940 a Câmara deliberou mandar fazer a pavimentação da zona central da cidade, sendo adjudicada ao empreiteiro de obras públicas sr. Henrique da Silva Guerra, de Vila Nova de Gaia, a obra de pavimentação de paralelepípedos da Praça D. Afonso Henriques, Largo 28 de Maio, Jardim Público (lado norte) e Rua de Santo António⁸²⁶. Assim, em Fevereiro de 1940 todo o pavimento das quatro ruas circundantes do Toural foi levantado, procedendo-se depois ao serviço de montagem de paralelepípedos⁸²⁷. Em sessão de 29 de Maio de 1940 a Câmara deliberou autorizar o pagamento a Henrique da Silva Guerra⁸²⁸.

Em sessão de 6 de Março de 1940, lê-se o requerimento de Ferreira das Neves, pedindo autorização para mudar o marco fontanário da Praça D. Afonso Henriques para junto das grades de ferro próximas, em virtude da sua colocação impedir as manobras das suas camionetas. Foi deferido, devendo a Repartição de Engenharia indicar o local onde deveria ficar e devendo todas as despesas serem feitas pelo requerente⁸²⁹.

Em Abril desse ano estava a ser construído no Toural um refúgio para peões, onde iria ser instalada uma cabine para funcionamento de um telefone automático, devendo ser também instalada uma bomba para a venda de gasolina. Para esta obra foi solicitada autorização à Câmara, tendo esta deferido e ouvido sobre o assunto a Comissão de Estética local⁸³⁰.

Ainda durante esse mesmo ano, no mês de Maio, foi transferida para junto dos Paços dos Duques de Bragança a estátua de D. Afonso Henriques, sendo o caso presenciado por muitas centenas de pessoas⁸³¹.

O jardim do Toural ficou vazio e era necessário remodelá-lo. Por isso, dois anos depois, em Maio de 1942, estavam colocadas guias de pedra que iriam adornar a terra que formava os canteiros do Jardim do Toural, e estava-se a proceder à sua ajardinção, sob orientação de António Pina. Assim, a Praça de D. Afonso Henriques que acabava por passar por uma reparação, ficou mais limpa, os canteiros foram arranjados com gosto, os bancos compostos e pintados⁸³².

⁸²⁶ *Ibidem NG*, nº 414 (1940 Jan.14), p. 4; *Ibidem CG*, nº 5133 (1940 Jan.19), p. 4.

⁸²⁷ *Ibidem NG*, nº 417 (1940 Fev.4), p. 2.

⁸²⁸ *Ibidem CG*, nº 5154 (1940 Jun.14), p. 2.

⁸²⁹ *Ibidem CG*, nº 5141 (1940 Mar.15), p. 3.

⁸³⁰ *Ibidem NG*, nº 427 (1940 Abr.14), p. 1.

⁸³¹ *Ibidem CG*, nº 5151 (1940 Maio 24), p. 3.

⁸³² *Ibidem NG*, nº 542 (1942 Jun.21), p. 1.

Em 1 de Dezembro de 1942 uma tragédia ensombrou Guimarães: após a celebração da missa das 6 horas, procedia-se à distribuição de uma esmola aos pobres, oferecida pelo Padre José Ferreira Leite. Estes, que eram em número muito elevado, estavam reunidos num corredor lateral da igreja que dava acesso à capela-mor, e devido a excesso de peso, o soalho já velho, aluiu e arrastou consigo dezenas de pessoas, estabelecendo-se um grande pânico⁸³³. Em Dezembro de 1944 a imprensa pede que a Basílica de S. Pedro, fechada após o acidente de 1 de Dezembro de 1942, deveria ser reparada e aberta ao público⁸³⁴. As obras foram rápidas e em Maio de 1945 já estavam concluídas, devido ao auxílio do comendador Alberto Pimenta Machado, que as mandou executar e que deviam ter orçado os cerca de três mil escudos⁸³⁵. Mas apesar das obras feitas na Basílica de S. Pedro, estas não foram suficientes, e em 18 de Junho de 1948 diz-se “*Vimaranenses: A Basílica de S. Pedro, um dos mais famosos templos de Guimarães precisa de obras urgentes [...]*”⁸³⁶.

Neste mesmo ano deu-se uma grande mudança toponímica passando a Praça D. Afonso Henriques a designar-se de novo “Largo do Toural”⁸³⁷.

A Câmara Municipal em sessão de 21 de Setembro de 1943 deliberou solicitar o concurso do Secretariado da Propaganda Nacional para a edificação de uma estátua a Gil Vicente, no Largo do Toural⁸³⁸. Algum tempo mais tarde, em 14 de Fevereiro de 1944, em reunião ordinária do conselho Municipal, Manuel Alves de Oliveira apresentou, entre outras propostas, a de que, devido a resposta negativa ao pedido de cooperação com a da Secretaria de Propaganda Nacional, se estabelecessem então as bases de um concurso e aprovação de projectos para o monumento a Gil Vicente, com a atribuição de prémios aos três primeiros concorrentes. A proposta foi aprovada com o aditamento proposto por outro Conselheiro, de a Câmara ficar com a faculdade de escolher a oportunidade da sua execução⁸³⁹. Os vimaranenses sentem a falta da estátua de D. Afonso Henriques no centro do Toural e pedem algo que a substitua⁸⁴⁰. Em 9 de Maio de 1948 a imprensa local pede que se coloque um obelisco no Toural⁸⁴¹. Em 27 de

⁸³³ Ibidem *NG*, nº 566 (1942 Dez.6), p. 3.

⁸³⁴ Ibidem *NG*, nº 670 (1944 Dez.3), p. 2.

⁸³⁵ Ibidem *CG*, nº 5410 (1945 Maio 11), p. 3.

⁸³⁶ Ibidem *CG*, nº 5572 (1948 Jun.18), p. 2.

⁸³⁷ Ibidem *CG*, nº 5337 (1943 Dez.17), p. 3; Ibidem *NG*, nº 620 (1943 Dez.19), p. 2.

⁸³⁸ Ibidem *NG*, nº 608 (1943 Set.26), p. 2.

⁸³⁹ Ibidem *NG*, nº 629 (1944 Fev.20), p. 2.

⁸⁴⁰ Ibidem *NG*, nº 648 (1944 Jul.2), p. 1.

⁸⁴¹ Ibidem *NG*, nº 849 (1948 Maio 9), p. 1.

Fevereiro de 1949 volta-se a referir a necessidade de ver o Toural composto com um elemento decorativo⁸⁴². Segundo o Plano de Actividades da Câmara, para o Toural iria ser construída uma fonte monumental, mas o Professor Abel Cardoso reage contra ela⁸⁴³. Mas, por deliberação da Câmara de 10 de Junho de 1950 resolveu-se tomar a iniciativa de levantar uma estátua no Largo do Toural a Gil Vicente, mediante concurso a estabelecer entre os mais consagrados artistas portugueses através da verba que, no plano de actividades, se reservava ao estudo de uma fonte monumental para aquele largo⁸⁴⁴.

Na sessão da Câmara Municipal de 6 de Fevereiro de 1952 o vereador Carlos Saraiva propôs que se iniciasse um estudo para a colocação da Fonte Monumental no Toural, o que foi aprovado por maioria. O vereador Manuel Alves de Oliveira manifestou-se contrário a essa proposta que vinha contrariar o que fora deliberado, por unanimidade, em sessão de 10 de Junho de 1950, sobre o monumento a Gil Vicente⁸⁴⁵.

Entretanto a Comissão de Estética Municipal estudou numerosos projectos para a construção civil e ainda alguns problemas relativos à decoração da parte central do largo do Toural. Em proposta, o Presidente expôs os motivos por que entendia que o monumento a Gil Vicente não podia ser instalado, por razões de ordem estética e económica, no largo referido, pois a não ser possível desenvolver para proporções monumentais, e em pleno efeito decorativo logo o monumento a Gil Vicente resultaria sempre um caso artístico ridículo e mais descentral⁸⁴⁶.

Assim, em Fevereiro de 1952 a Câmara Municipal confiou a elaboração do projecto relativo à “Fonte Monumental”, a colocar no largo do Toural, ao artista vimaranense e Professor da Escola de Belas Artes do Porto, Arquitecto José António Sequeira Braga⁸⁴⁷ e em reunião de Câmara de Julho de 1952 aprova por maioria o seu projecto⁸⁴⁸. Entretanto foi apresentado em sessão camarária o projecto⁸⁴⁹, tendo a Câmara deliberado pôr a concurso, no dia 29 de Outubro de 1952, a obra de pedreiro,

⁸⁴² *Ibidem NG*, nº 891 (1949 Fev.27), p. 3.

⁸⁴³ *Ibidem NG*, nº 928 (1949 Nov.13), p. 1.

⁸⁴⁴ *Ibidem NG*, nº 960 (1950 Jun.25), p. 3.

⁸⁴⁵ *Ibidem NG*, nº 1047 (1952 Fev.10), p. 3.

⁸⁴⁶ *Ibidem CG*, nº 5763 (1952 Fev.15), p. 1.

⁸⁴⁷ *Ibidem CG*, nº 5765 (1952 Fev.29), p. 2.

⁸⁴⁸ *Ibidem CG*, nº 5786 (1952 Jul.25), p. 2; *Ibidem NG*, nº 1070 (1952 Jul.20), p. 2.

⁸⁴⁹ *Ibidem CG*, nº 5795 (1952 Out.3), p. 3.

trolha e picheleiro⁸⁵⁰, e em 24 de Julho de 1953 a imprensa noticiou que já se encontrava a funcionar⁸⁵¹.

Entretanto a Câmara Municipal, em sua sessão do dia 1 de Julho de 1953, deliberou proceder ao embargo da obra de reparação e pintura das instalações da bomba de gasolina e cabine telefónica do Largo do Tournal, onde alguns dias antes houve um incêndio, sem consequências de maior, devido a essa obra ter sido iniciada sem licença da Câmara⁸⁵².

O Tournal era agora o centro nobre da cidade. Tudo passava por este largo. A Caixa Geral de Depósitos pretendia criar um espaço para si, e por isso, em Maio de 1944 esteve em Guimarães um engenheiro com o fim de estudar a possibilidade da construção aqui, em ponto central, de um edifício destinado à CGD, Crédito e Previdência⁸⁵³. Entretanto em Abril de 1947 principiaram a correr rumores sobre a expropriação de uns oito prédios de habitação, parte dos quais com estabelecimentos comerciais, para em seu lugar ser construído um edifício destinado à Caixa Geral de Depósitos⁸⁵⁴. Em 31 de Dezembro de 1948 procura-se arranjar novos locais para a Caixa Geral de Depósitos, onde não seja necessário grandes demolições, como por exemplo na Avenida Duarte Pacheco⁸⁵⁵. Mas a Caixa Geral de Depósitos não desistia de ter as suas próprias instalações no centro, e em Julho de 1952 já estavam a ser feitas diligências sobre o local onde deveria ser construído⁸⁵⁶, sendo escolhido o Tournal⁸⁵⁷. A Câmara em Fevereiro de 1954 decidiu que o local mais indicado era o gaveto compreendido entre a rua de Gil Vicente e a Rua de Santo António e resolveu ainda informar a Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos desta deliberação⁸⁵⁸.

Em Agosto de 1948 abre a pastelaria Docélia no Tournal⁸⁵⁹.

Em sessão do dia 28 de Outubro de 1953 da Câmara Municipal foram aprovados os projectos de modificação do sistema de iluminação da Avenida Conde de

⁸⁵⁰ *Ibidem NG*, nº 1081 (1952 Out.5), p. 2.

⁸⁵¹ *Ibidem CG*, nº 5838 (1953 Jul.24), p. 2.

⁸⁵² *Ibidem NG*, nº 1121 (1953 Jul.5), p. 3.

⁸⁵³ *Ibidem NG*, nº 694 (1944 Maio 20), p. 2.

⁸⁵⁴ *Ibidem NG*, nº 794 (1947 Abr.20), p. 3.

⁸⁵⁵ *Ibidem CG*, nº 5600 (1948 Dez.31), p. 1.

⁸⁵⁶ *Ibidem NG*, nº 1071 (1952 Jul.27), p. 2.

⁸⁵⁷ *Ibidem CG*, nº 5789 (1952 Ago.15), p. 1.

⁸⁵⁸ *Ibidem NG*, nº 1152 (1954 Fev.7), p. 3.

⁸⁵⁹ *Ibidem CG*, nº 5526 (1947 Ago.8), p. 1.

Margaride, Toural (lado sul), Campo da Feira, Rua Dr. José Sampaio e Largo Martins Sarmiento⁸⁶⁰.

Em Novembro de 1953 abriu as suas portas o novo café denominado Milenário, por ser fundado no ano em que se festejava os mil anos sobre a fundação do burgo que deu origem à cidade. Este café era decorado com pintura e escultura⁸⁶¹.

Durante o mês de Abril de 1947 anuncia-se que os jardins de Guimarães vão passar por uma radical transformação, principiando-se já pelo do Toural, e passando-se em seguida ao Largo 28 de Maio e restantes⁸⁶². Em Março de 1951 a imprensa dizia que a Câmara Municipal de Guimarães tinha tratado com grande cuidado os jardins públicos, seja no Toural, no Largo 28 de Maio, no Largo Martins Sarmiento, no Campo da Feira e em vários outros recintos, de menos importância da cidade. Mas os jardins das instituições científicas e artísticas, como a Sociedade Martins Sarmiento e o Museu Alberto Sampaio eram muito pouco cuidados⁸⁶³.

Em Março de 1954 a Câmara Municipal deliberou aprovar o projecto do jardim do Largo do Toural⁸⁶⁴. Assim, a imprensa informa-nos que o Jardim Público do Toural vai passar por uma radical transformação, devendo “*ficar digno da principal praça da cidade*”⁸⁶⁵. Em meados de Agosto de 1954 já estava concluído o trabalho de remodelação, dirigidos pelo técnico sr. Cardoso da Silva, a quem a Câmara entregou o encargo da conservação dos jardins⁸⁶⁶. Também em sessão de 13 de Julho de 1955 a Câmara decidiu notificar o proprietário do Quiosque do Jardim do Largo 28 de Maio de que teria de o demolir até 31 de Dezembro devido à necessidade de remodelação do referido Jardim⁸⁶⁷. O proprietário decidiu levar o caso ao Tribunal, embora o objectivo pretendido fosse instalá-lo numa loja do largo do Toural⁸⁶⁸.

Também se procurava a manutenção do mobiliário cidadão e em sessão de 13 de Abril de 1955 deliberou-se autorizar a Repartição de Obras a proceder ao estudo dos mostradores do relógio de S. Pedro e também proceder à pintura de bancos do Jardim

⁸⁶⁰ Ibidem NG, nº 1138 (1953 Nov.1), p. 2.

⁸⁶¹ Ibidem NG, nº 1140 (1953 Nov.15), p. 1; Ibidem CG, nº 5855 (1953 Nov.20), p. 1.

⁸⁶² Ibidem CG, nº 5514 (1947 Abr.9), p. 3.

⁸⁶³ Ibidem NG, nº 998 (1951 Mar.4), p. 1; Ibidem NG, nº 977 (1950 Out.8), p. 2.

⁸⁶⁴ Ibidem NG, nº 1156 (1954 Mar.7), p. 3.

⁸⁶⁵ Ibidem CG, nº 5871 (1954 Mar.12), p. 2.

⁸⁶⁶ Ibidem CG, nº 5895 (1954 Ago.27), p. 2; Ibidem NG, nº 1180 (1954 Ago.22), p. 2.

⁸⁶⁷ Ibidem CG, nº 5941 (1955 Jul.15), p. 3.

⁸⁶⁸ Ibidem CG, nº 5961 (1955 Dez.2), p. 1.

Público e Toural⁸⁶⁹ e, em sessão de 24 de Novembro de 1955, decidiu-se mandar proceder à colocação de um dispositivo no relógio da Torre de S. Pedro de maneira a que deixasse de dar horas durante a noite⁸⁷⁰.

Em Junho de 1955 estiveram em Guimarães os Eng. Sá e Melo, Director Geral dos Serviços de Urbanização, e Eng. Espregueira Mendes, da Direcção da CGD CP, que conferenciaram com o Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Maria de Castro Ferreira, abordando o problema da construção do edifício para a Caixa Geral de Depósitos (CGD), assim como do prolongamento da Rua de S. Dâmaso e da abertura de uma nova avenida que ligasse o Largo 28 de Maio ao lugar do Matadouro⁸⁷¹.

Assim em 1955 a imprensa informava que estava finalmente resolvido o problema, com que a cidade se debatia há já alguns anos. A nova sede da CGD ficaria instalada no Largo do Toural, onde se edificaria um edifício, que iria embelezar mais o largo. Para isso seriam sacrificadas duas casas, cujo espaço ficaria para o alargamento do largo, desaparecendo o ângulo que tanto o desfejava. Mais alguns prédios, onde estavam instalados diversos estabelecimentos comerciais, foram também demolidos⁸⁷².

Em Julho de 1955, no sentido de descongestionar e modernizar a cidade, a Câmara mandou retirar do centro do Toural a bomba de gasolina, que ali existia. Em seu lugar colocou um polícia sinaleiro, devido ao enorme trânsito do largo⁸⁷³.

No Plano de Actividades para 1955, aprovado pelo Conselho Municipal, entre as obras a realizar, integradas no antepiano de urbanização da cidade, havia que destacar a abertura de uma Avenida que iria ligar o Largo Valentim Moreira de Sá com a Estrada Nacional junto ao Matadouro Municipal e a abertura da Alameda que ligaria o largo 28 de Maio com o Largo República do Brasil, fazendo-se também a expropriação dos edifícios do topo sul da Praça do Toural⁸⁷⁴.

Em finais de 1955 estava finalmente resolvido o caso do novo edifício da CGD, sendo decidido que ficaria no Toural, no lugar ocupado pela casa dos Enxovais e mais seis prédios anexos. O Presidente da Câmara recebeu um ofício da Direcção da CGD, comunicando-lhe a resolução, e pedindo para ele procurar estabelecer de mútuo acordo as condições das expropriações a fazer. Caso se chegasse a acordo, seria

⁸⁶⁹ *Ibidem NG*, nº 1214 (1955 Abr.3), p. 3.

⁸⁷⁰ *Ibidem NG*, nº 1247 (1955 Nov.27), p. 5.

⁸⁷¹ *Ibidem NG*, nº 1224 (1955 Jun.19), p. 2.

⁸⁷² *Ibidem CG*, nº 5939 (1955 Jul.1), p. 2.

⁸⁷³ *Ibidem CG*, nº 5940 (1955 Jul.8), p. 1; *Ibidem CG* nº 5941 (1955 Jul.15), p. 2; *Ibidem NG*, nº 1227 (1955 Jul.10), p. 3.

publicada uma portaria para que fossem feitas imediatamente as expropriações precisas⁸⁷⁵.

Quanto ao quiosque do jardim a Câmara Municipal determinou que o mesmo fosse demolido, o mais tardar, no fim do corrente ano. A deliberação vai cumprir-se, embora o proprietário entendesse levar o caso ao Tribunal. O caso resolveu-se e o Quiosque do Jardim, que tanta discussão provocou, mudou de lugar, instalando-se numa loja do largo do Toural⁸⁷⁶.

Em Abril reabria, depois de passar por importantes obras de beneficiação e alguns meses de encerramento, o Hotel do Toural⁸⁷⁷, mas pouco tempo depois era novamente encerrado, o que preocupou verdadeiramente os vimaranenses, pois era o melhor estabelecimento hoteleiro da cidade⁸⁷⁸.

A Câmara Municipal, em sessão de 31 de Dezembro de 1955, decidiu encarregar o Arquitecto Peres Fernandes de elaborar o estudo pormenorizado da Praça do Toural e Largo 28 de Maio e de estudar a sua ligação até ao cruzamento do Campo da Feira, conforme sugestão da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização⁸⁷⁹. Em 1956 prosseguiam os estudos do arranjo, que se planeava, tendo o Presidente da Câmara, que pretendia começar a obra ainda nesse ano, entabulado negociações com os proprietários dos prédios a demolir⁸⁸⁰.

Também o Diário do Governo, de 23 de Janeiro de 1956, n.º 19, II série, publicou uma portaria do Ministério das Obras Públicas, declarando de utilidade pública e urgência a expropriação de vários prédios necessários para a construção do edifício da CGD, cujo projecto foi aprovado por despacho ministerial de 12 de Dezembro de 1955⁸⁸¹. Iniciam-se, então, as expropriações para demolição de edifícios, seja na zona da futura CGD, seja para abertura da Alameda.

Contra as demolições ergue-se, inutilmente, a voz de Eduardo de Almeida⁸⁸². As expropriações a particulares e a instituições, como a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, prosseguem a bom ritmo⁸⁸³.

⁸⁷⁴ *Ibidem NG*, n.º 1237 (1955 Set.18), p. 2.

⁸⁷⁵ *Ibidem CG*, n.º 5961 (1955 Dez.2), p. 1.

⁸⁷⁶ *Ibidem CG*, n.º 5961 (1955 Dez.2), p. 1.

⁸⁷⁷ *Ibidem CG*, 1956 Abr.6, n.º 5979, p. 1; *Ibidem NG*, n.º 1265 (1956 Abr.1), p. 2;

⁸⁷⁸ *Ibidem CG*, n.º 5963 (1957 Dez.16), p. 2.

⁸⁷⁹ *Ibidem NG*, n.º 1254 (1956 Jan.15), p. 2.

⁸⁸⁰ *Ibidem CG*, n.º 5977 (1956 Mar.23), p. 1.

⁸⁸¹ *Ibidem NG*, n.º 1256 (1956 Jan.29), p. 2.

⁸⁸² *Ibidem NG*, n.º 1286 (1956 Ago.26), p. 2.

Em Dezembro de 1956 foram assinadas as escrituras respeitantes à venda dos prédios do Largo do Toural que no próximo ano seriam demolidos⁸⁸⁴ e em sessão de 11 de Abril de 1957 decide-se informar favoravelmente o anteprojecto do novo edifício da CGD, a construir no Toural⁸⁸⁵. Sabia-se que a nova sede da CGD em Guimarães iria custar 1 272 contos, “*uma grande quantia que seria empregue para bem da cidade*”⁸⁸⁶.

Assim, em Novembro de 1957, já se encontrava vedado, com um tapume, o lugar onde seria edificada a nova sede da agência da CGD. Iria assim desaparecer o sítio que antigamente era conhecido pelo largo dos cestos, permitindo que a Praça do Toural se alongasse, após terem sido demolidos os prédios que a separam do lugar onde deveria ser aberta a projectada avenida até ao Matadouro. No entanto, enquanto o prolongamento do Toural esbarrou com o obstáculo dos prédios a demolir e a Alameda com o templo de S. Dâmaso, segundo a imprensa, tanto um como o outro tinham de ser arredados, para não impedirem que as duas grandes obras de engrandecimento e embelezamento prosseguissem sem embaraços de maior. O templo poderia ser mudado para o lugar destinado a uma igreja, incluído na urbanização da área destinada ao novo Liceu, os prédios, para substituírem os que tinham de ser demolidos, podiam ser construídos nos quintais das traseiras dos prédios condenados, até à margem da projectada Avenida e no alinhamento da nova Caixa Geral depois de serem expropriadas as casas que fossem necessárias, na viela de Trás-os-Oleiros, condenada também a desaparecer. Evitar-se-ia, assim, o aspecto desolador das demolições no local, no prolongamento do Toural, e encontrar-se-ia a melhor solução para o caso da igreja de S. Dâmaso⁸⁸⁷.

Entretanto, paralelamente, continuavam outras alterações. A CMG decidiu em reunião de 31 de Outubro de 1957 mandar proceder à beneficiação dos relógios públicos desta cidade e, bem assim, da Fonte do Toural⁸⁸⁸. Coloca-se nova iluminação no Toural, Mas não dá grande resultado, pois a luz eléctrica é muito frouxa e a sua distribuição, mal estudada, é precária⁸⁸⁹. Manda-se também, em reunião de 30 de Julho de 1958,

⁸⁸³ Ibidem NG, nº 1301 (1956 Dez.9), p. 4; Ibidem NG, nº 1299 (1956 Nov.20), p. 4.

⁸⁸⁴ Ibidem NG, nº 1302 (1956 Dez.16), p. 3.

⁸⁸⁵ Ibidem CG, nº 6032 (1957 Abr.12), p. 3.

⁸⁸⁶ Ibidem NG, nº 1352 (1957 Nov.24), p. 2.

⁸⁸⁷ Ibidem NG, nº 1350 (1957 Nov.10), p. 2.

⁸⁸⁸ Ibidem NG, nº 1351 (1957 Nov.17), p. 4.

⁸⁸⁹ Ibidem CG, nº 1360 (1958 Jan.19), p. 2.

adjudicar a Sebastião de Freitas a pintura dos bancos do jardim público do Largo do Toural⁸⁹⁰.

A CMG, em reunião de 14 de Junho de 1960, deliberou promover e colaborar nas cerimónias de inauguração dos monumentos, que se realizaria no dia 24 com a presença do Chefe de Estado e alguns Ministros: Bairro de Urgezes, Rodovia de Covas ao Castanheiro, restauro da igreja de S. Domingos, edifício da CGD, Praça Mumadona e Palácio da Justiça⁸⁹¹.

Assim, em Junho de 1960 foi inaugurada pelo Presidente da República, entre outros “melhoramentos”, a Caixa Geral de Depósitos⁸⁹², que modificou bastante a fisionomia do antigo Toural.

Entretanto continuavam a preparar-se as obras da Alameda. A CMG, em sessão de 17 de Janeiro de 1961, decidiu considerar, conforme sugestão do comando da Polícia de Segurança Pública, como inconvenientes à actividade de engraxador, entre outros locais, o largo do Toural, e aprovar o modelo “Autoridade para engraxadores”, fixando as obrigações a que os mesmos ficam sujeitos.

Em sessão de 9 de Janeiro de 1962 decidiu aceitar para execução o orçamento da firma Bernardino Jordão, Firma & C^a, Lda, para instalação subterrânea da iluminação pública na Alameda, Largo da República do Brasil e Toural, pela importância de 820.523\$00⁸⁹³, e em sessão de 22 de Maio de 1962 decidiu proceder à reparação da instalação eléctrica da iluminação da Torre de S. Pedro⁸⁹⁴. Em sessão de 11 de Setembro de 1962 decidiu aceitar o orçamento da firma concessionária para a instalação de oito candeeiros modernos de iluminação pública no Largo do Toural⁸⁹⁵, começando estes candeeiros a ser colocados em Dezembro de 1962⁸⁹⁶. Em reunião de 16 de Julho de 1965 decidiu-se solicitar o parecer do Arquitecto Alberto Bessa para o processo de obras do Hotel do Toural⁸⁹⁷ e, em sessão de 20 de Agosto de 1965, decidiu-se deferir o pedido de Joaquim da Silva Bravo, para colocação de um telefone no largo do Toural⁸⁹⁸.

⁸⁹⁰ *Ibidem* CG, n.º 1390 (1958 Ago.17), p. 3.

⁸⁹¹ *Ibidem* NG, n.º 1486 (1960 Jun. 19), p. 5.

⁸⁹² *Ibidem* CG, n.º 6200 (1960 Jul.1), p. 1; *Ibidem* NG, n.º 1486 (1960 Jun. 19), p. 1.

⁸⁹³ *Ibidem* CG, n.º 6280 (1962 Jan.12), p. 2.

⁸⁹⁴ *Ibidem* CG, n.º 6298 (1962 Maio 25), p. 3.

⁸⁹⁵ *Ibidem* CG, n.º 6316 (1962 Set.21), p. 4; *Ibidem* NG, n.º 1606 (1962 Out.7), p. 3.

⁸⁹⁶ *Ibidem* CG, n.º 633-? (1962 Dez.14), p. 2; *Ibidem* NG, n.º 1616 (1962 Dez.16), p. 3.

⁸⁹⁷ *Ibidem* NG, n.º 1754 (1965 Ago.8), p. 4.

⁸⁹⁸ *Ibidem* NG, n.º 1759 (1965 Set.12), p. 3; *Ibidem* CG, n.º 6466 (1965 Set.3), p. 3.

Rua de Santo António. Foi em meados do ano de 1925 que a Câmara de Mariano Felgueiras comprou por 115 contos o edifício para os correios e telégrafos, na Rua de Santo António⁹⁰⁴. Mas as obras de adaptação foram demoradas e a imprensa protestou⁹⁰⁵. Em finais de 1926, anunciam-se obras no Edifício dos Correios e Telégrafos⁹⁰⁶. Foi também retirada da praça a arrematação anunciada para o dia 27 de Outubro de 1926 da empreitada da mudança do tanque e das escadas do socalco na rua 31 de Janeiro. Ficou, portanto, sem efeito até deliberação em contrário⁹⁰⁷. Entretanto, o tanque, que tinha vindo em Dezembro de 1890 do Largo do Carmo, foi em 1927 mudado para mais abaixo, sul, fazendo-lhe de novo, com ligeiras diferenças, a cruz que encima a coroa das armas⁹⁰⁸. A imprensa pedia para que se resguardasse o canto do tanque, para que não juntasse lixo e não se tornasse “*impróprio mictório*”⁹⁰⁹. Em 1963 saiu o tanque da Rua de Santo António e pede-se que se ocupe o espaço deixado vago por ele⁹¹⁰. É em sessão de 3 de Maio de 1963 que a Câmara decide aprovar os trabalhos de abastecimento de água ao tanque transferido da Rua de Santo António para o Largo Mota Prego⁹¹¹, mas em Julho perguntava-se “*Estará encantada a fonte? - Quando será dada por concluída a instalação da Fonte do Largo Mota Prego, que saiu da rua de Santo António?*”⁹¹².

Em 1927 andava em obras de melhoramento a Rua 31 de Janeiro⁹¹³.

Entretanto o novo edifício dos Correios ficou pronto⁹¹⁴ e foi inaugurado ainda em finais de 1927, sendo a inauguração dos telefones na estação telégrafo postal da Rua 31 de Janeiro feita aquando da visita presidencial, em 1929⁹¹⁵. No ano seguinte é instalada a rede telefónica nocturna⁹¹⁶, que passa a ter serviço permanente⁹¹⁷.

Continua a pedir-se também a demolição das escadas que dão acesso à casa do caldeireiro, na Rua 31 de Janeiro⁹¹⁸ e o concerto dos passeios da referida rua⁹¹⁹. Dois

⁹⁰⁴ Ibidem CG, nº 3896 (1925 Jul.10), p. 1.

⁹⁰⁵ Ibidem CG, nº 3951 (1926 Fev.9), p. 1.

⁹⁰⁶ Ibidem CG, nº 4016 (1926 Out.15), p. 2.

⁹⁰⁷ Ibidem CG, nº 4018 (1926 Out.22), p. 2.

⁹⁰⁸ Ibidem JLF - EV, IV, p. 262.

⁹⁰⁹ Ibidem CG, nº 4907 (1935 Nov.5), p. 1.

⁹¹⁰ Ibidem CG, nº 6348 (1963 Maio 5), p. 3.

⁹¹¹ Ibidem CG, nº 6350 (1963 Maio 17), p. 3.

⁹¹² Ibidem NG, nº 1647 (1963 Jul.21), p. 3.

⁹¹³ Ibidem CG, nº 4072 (1927 Maio 13), p. 1.

⁹¹⁴ Ibidem CG, nº 4115 (1927 Out.28), p. 2; Ibidem CG, nº 4131 (1927 Dez.30), p. 2.

⁹¹⁵ Ibidem CG, nº 4256 (1929 Abr.9), p. 1.

⁹¹⁶ Ibidem CG, nº 4416 (1930 Nov.11), p. 2.

⁹¹⁷ Ibidem CG, nº 4417 (1930 Nov.14), p. 1.

⁹¹⁸ Ibidem NG, nº 65 (1933 Abr.23), p. 1.

anos depois a imprensa noticiava o desaparecimento do “*casebre das escadas de pau*”, que prejudicava a beleza da rua⁹²⁰. Em 1935 a Rua 31 de Janeiro foi pavimentada, prevendo-se para depois o arranjo dos passeios⁹²¹. Entretanto instala-se lá uma bomba de gasolina⁹²², e surgem críticas à carroça do correio, que levava as malas até à estação⁹²³, por ser velha, morosa e antiquada.

Aproximavam-se as Comemorações centenárias e era necessário abrir novas ruas. Assim, na sessão da Câmara de 9 de Janeiro de 1939 deliberou-se expropriar, amigavelmente, pela quantia de 25 000\$00, a Casa da Rua de Santo António, pertencente a D. Maria da Assunção Ferreira de Sousa, para o alargamento da referida rua⁹²⁴. Ainda em sessão do dia 13 a Câmara deliberou pedir isenção de pagamento de sisa para a casa que ia adquirir na rua de Francisco Agra, para alargamento da rua de Santo António⁹²⁵, e na de 10 de Fevereiro deliberou adquirir o prédio situado nas ruas de Santo António e Francisco Agra para o alargamento da primeira destas ruas⁹²⁶. Assim, pretendia-se prolongar a Rua de Santo António, cujo final estava apertado pelo casario que lhe ficava em frente e que fazia parte da Rua de Francisco Agra. Era necessário abrir a nova Avenida, levando-a a entroncar em linha recta e sem cotovelos na rua de Santo António⁹²⁷.

A Câmara Municipal, em sessão de 25 de Agosto de 1939, deliberou dar à Ordem Terceira de S. Domingos o subsídio de 1.500\$00 para a reparação da canalização das águas, que abasteciam o tanque da Rua de Santo António e o Hospital de S. Domingos, a cargo daquela Ordem, e pôr em arrematação a pavimentação a paralelepípedo e renovação dos passeios da zona principal da cidade, compreendendo a Praça D. Afonso Henriques, Largo 28 de Maio, o lado Norte do Jardim Público e Rua de Santo António, pela quantia de 340 000\$00, devendo a obra começar, depois de comparticipada pelo Estado⁹²⁸. Em sessão de 20 de Dezembro de 1939 é aprovado o programa do concurso público para a arrematação da empreitada de pavimentação a

⁹¹⁹ *Ibidem NG*, nº72 (1933 Jul. 16), p. 1.

⁹²⁰ *Ibidem NG*, nº 159 (1935 Fev.17), p. 3; *Ibidem NG*, nº 171 (1935 Maio 12), p. 2; *Ibidem NG*, nº 172 (1935 Maio 19), p. 2; *Ibidem CG*, nº 4847 (1935 Mar.22), p. 1.

⁹²¹ *Ibidem NG*, nº 172 (1935 Maio 19), p. 1.

⁹²² *Ibidem NG*, nº 213 (1936 Mar.1), p. 1.

⁹²³ *Ibidem NG*, nº 297 (1937 Out.17), p. 3.

⁹²⁴ *Ibidem NG*, nº 362 (1939 Jan.15), p. 4.

⁹²⁵ *Ibidem NG*, nº 363 (1939 Jan.22), p. 3.

⁹²⁶ *Ibidem NG*, nº 367 (1939 Fev.19), p. 1.

⁹²⁷ *Ibidem NG*, nº 380 (1939 Maio 21), p. 1.

⁹²⁸ *Ibidem CG*, (1939 Set.1), p. 3; *Ibidem NG*, nº 395 (1939 Set.3), p. 3.

paralelepípedos e renovação dos seus passeios, mandando publicar os respectivos editais⁹²⁹. Estas obras foram adjudicadas ao empreiteiro de obras públicas, Henrique da Silva Germano, de Vila Nova de Gaia⁹³⁰. O pagamento deste trabalho foi autorizado em sessão de 29 de Maio de 1940 por 79 875\$00⁹³¹.

Em sessão de 7 de Fevereiro de 1937, o Eng. Director Armando Martins Moreira comunica que o Ministro das Obras Públicas concordou em que fosse feito o alargamento da rua dos Palheiros, ficando as obras a cargo da Junta Autónoma das Estradas e comprometendo-se a Câmara a fazer as expropriações e demolições necessárias. Determinou ainda que as demolições e expropriações se fizessem imediatamente, de forma a que as obras estivessem concluídas a tempo das festas a realizar em Junho. A Câmara ficou inteirada e resolveu vender o terreno dos Palheiros desnecessário ao alargamento daquela artéria para edificações, autorizando o Presidente a outorgar os respectivos contratos de venda e a estabelecer, de acordo com a Repartição de Engenharia, as condições que julgasse convenientes; expropriar vários prédios das Ruas de Santo António e Francisco Agra, necessários para o alargamento da Estrada Nacional 11-2ª, aos Palheiros. O Presidente foi autorizado a outorgar os respectivos contratos, podendo estabelecer as condições que julgasse convenientes, nomeadamente, a entrega dos materiais aos respectivos proprietários, com a condição expressa de construírem imediatamente. Foi também autorizado a pagar as indemnizações, nos termos da lei, aos inquilinos com estabelecimentos industriais ou comerciais nos prédios a expropriar⁹³². Na sessão de 14 de Fevereiro de 1940, o Presidente comunicou à Câmara que, de harmonia com a deliberação tomada em sete do corrente e com a autorização que na mesma sessão lhe foi dada, efectuou os necessários pagamentos pelos prédios a demolir nas Ruas Francisco Agra e de Santo António⁹³³. A Avenida foi aberta para as Comemorações Centenárias, ficando posteriormente para urbanizar.

Em Maio de 1942 abre na Rua de Santo António a Casa Chafarica⁹³⁴.

Entretanto, na sessão de 11 de Setembro de 1943, o Conselho Municipal lembra que se impõe a expropriação da parte da casa ainda existente no antigo Largo de

⁹²⁹ *Ibidem CG*, nº 5130 (1939 Dez.29), p. 4.

⁹³⁰ *Ibidem NG*, nº 414 (1940 Jan.14), p. 4.

⁹³¹ *Ibidem CG*, nº 5154 (1940 Jun.14), p. 2.

⁹³² *Ibidem CG*, nº 5137 (1940 Fev.16), p. 2.

⁹³³ *Ibidem CG*, nº 5138 (1940 Fev.23), p. 4.

S. Bento e o estabelecimento de um alinhamento que não prejudique o prolongamento da Rua do Condestável, para que o acesso ao Liceu possa ser feito por uma rua ampla e higiénica, visto que a Rua de Santa Maria não está nessas condições e deve manter-se inalterável por ser uma das mais características. Por isso propõe-se que seja pedida uma revisão do projecto de urbanização da parte nascente do prolongamento da Rua de Santo António e se dê conhecimento ao Ministro das Obras Públicas da deliberação⁹³⁵. Em reunião do Conselho Municipal, Manuel Alves de Oliveira propõe mesmo, em 14 de Fevereiro de 1944, que devido à Estação dos correios necessitar de novas instalações, aproveitando-se e ampliando-se as actuais, se desembarace o edifício das casas que o rodeiam, entre o largo do Agrónomo Mota Prego e a Rua de Santo António, estabelecendo-se o alinhamento pelas casas existentes entre a Rua de Santo António e a de Gil Vicente. Podia-se, assim, melhorar e adaptar o edifício às necessidades, ficando, deste modo, com três frentes: uma para a Rua de Santo António, outra para o prolongamento da Rua do Condestável Nuno Álvares, aprovado em sessão do Conselho Municipal, de 11 de Setembro de 1943, e a outra para o Largo do Agrónomo Mota Prego. Assim desapareceria, também, o estreito corredor existente entre o largo de S. Bento e o do Agrónomo Mota Prego, beneficiando o trânsito entre os dois largos. Solicitava que se desse conhecimento ao Ministro das Obras Públicas e ao Administrador dos CTT, para que deste modo se praticasse um acto de justiça a Guimarães. Lembrou ainda à Câmara para que fossem dados os nomes de Rua da Saudade e Rua da Fé às partes da estrada de Braga que iam desde o Proposto ao Lugar da Codeceira e daí ao Cemitério de Atouguia⁹³⁶.

Em 1944 começa-se a sentir que o edifício dos correios é demasiado acanhado⁹³⁷, e aparece publicada no Correio do Minho, de Braga, do dia 14 de Julho, que a Administração Geral dos CTT tinha resolvido não fazer a ampliação do edifício, por ter de proceder a algumas demolições, mas faria, apenas, obras de adaptação e conservação interiores, o que causou grande mágoa aos vimeanenses⁹³⁸. Assim, em sessão de 25 de Junho, a Câmara decide conjugar esforços para que, pelo Ministério das Obras Públicas, se construa um novo edifício para os CTT e não fosse aproveitado o

⁹³⁴ *Ibidem CG*, nº 5253 (1942 Maio 8), p. 2.

⁹³⁵ *Ibidem NG*, nº 607 (1943 Set.9), p. 1.

⁹³⁶ *Ibidem NG*, nº 629 (1944 Fev.20), p. 2; *Ibidem CG*, nº 5346 (1944 Fev.18), p. 3.

⁹³⁷ *Ibidem NG*, nº 694 (1944 Maio 20), p. 2.

⁹³⁸ *Ibidem NG*, nº 651 (1944 Jul.23), p. 1.

existente, conforme tinha sido representado em sessão da Câmara de 7 de Março de 1944⁹³⁹. Entretanto, a DGEMN foi autorizada a celebrar contrato com António Joaquim Mouta de Sá, para execução das obras de adaptação, conservação e reparação, nos edifícios dos CTT de Guimarães, pela importância de 364 150\$00⁹⁴⁰. Em finais de 1946 começam as obras no edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, a fim de que este pudesse corresponder ao grande movimento que ali havia diariamente⁹⁴¹. No ano seguinte estas já estavam a terminar⁹⁴², e em 1949 desapareceu a “carroça do correio”⁹⁴³.

Entretanto procura-se melhorar a via, e, em 1950, a Câmara resolve substituir por dois braços de parede os candeeiros existentes na rua de Santo António, junto dos prédios n.º 99 e 119⁹⁴⁴, o que beneficiou consideravelmente a iluminação da rua⁹⁴⁵.

A abertura da Avenida Duarte Pacheco deixa a zona terminal da Rua de Santo António desarranjada, e isso faz com que a Câmara, em sessão de 10 de abril de 1958 decida aprovar o estudo do arranjo do Largo Navarros de Andrade e do passeio norte da Rua de Santo António e abrir concurso limitado⁹⁴⁶. Neste mesmo ano procede-se à instalação de um novo sistema de iluminação pública na Rua de Santo António e depois no Largo Navarros de Andrade⁹⁴⁷. As obras neste largo iniciam-se em meados de 1958, tal como na ala sul da Rua de Santo António, procurando regularizar o trânsito naquelas artérias⁹⁴⁸.

A imprensa local refere-se, em 1959, que o pano da muralha que encimava o tanque existente na Rua de Santo António, se apresentava denegrido e sujo devido à acção do tempo⁹⁴⁹. Criticava-se, também, o tanque da rua de Santo António, que continuava a ocupar um espaço digno duma casa de comércio, e que, também, precisava de uma limpeza que lhe destruísse as ervas e libertasse dos cartazes de propaganda comercial, que, abusivamente, lhe colavam⁹⁵⁰.

⁹³⁹ *Ibidem NG*, n.º 701 (1945 Jul.8), p. 2; *Ibidem CG*, n.º 5418 (1945 Jun.6), p. 3

⁹⁴⁰ *Ibidem NG*, n.º 714 (1945 Out.7) p. 2; *Ibidem CG*, n.º 5431 (1945 Out.5), p. 2.

⁹⁴¹ *Ibidem NG*, n.º 784 (1946 Nov.11-Fev.9), p. 1.

⁹⁴² *Ibidem NG*, n.º 794 (1947 Abr.20), p. 3.

⁹⁴³ *Ibidem CG*, n.º 5640 (1949 Out.7), p. 2.

⁹⁴⁴ *Ibidem NG*, n.º 965 (1950 Jul.30), p. 3.

⁹⁴⁵ *Ibidem CG*, n.º 1360 (1958 Jan.19), p. 2.

⁹⁴⁶ *Ibidem CG*, n.º 6085 (1958 Abr.18), p. 3.

⁹⁴⁷ *Ibidem CG*, n.º 6089 (1958 Maio 16), p. 2.

⁹⁴⁸ *Ibidem CG*, n.º 1384 (1958 Jul.6), p. 2.

⁹⁴⁹ *Ibidem CG*, n.º 6165 (1959 Out.30), p. 2.

⁹⁵⁰ *Ibidem NG*, n.º 1493 (1960 Ago.7), p. 2.

Em Janeiro de 1960 fala-se em nova ampliação do edifício dos CTT, começando-se a entabular negociações com a Administração Geral dos Correios⁹⁵¹.

A CMG, em sessão de 17 de Janeiro de 1961, decidiu considerar, conforme sugestão do comando da PSP, como inconvenientes à actividade de engraxador, entre outras, a Rua de Santo António e Largo Navarros de Andrade.

Ainda neste mesmo ano, já bem no seu final, os vimaranenses rejubilam com a notícia da compra dos prédios necessários à ampliação do edifício dos CTT⁹⁵². Mas em finais do ano seguinte a imprensa perguntava quando se iniciariam as obras, embora tivesse conhecimento de que alguns dos projectos foram rejeitados pela DGEMN⁹⁵³.

Em Março 1964 instala-se na Rua de Santo António a Livraria Raul Brandão, transferida da Avenida Conde de Margaride⁹⁵⁴.

Foi em sessão de 26 de Agosto de 1964, que a Câmara Municipal decidiu dar o seu parecer favorável ao estabelecimento de receptáculos domiciliários na cidade de Guimarães, conforme proposta da administração Geral dos CTT⁹⁵⁵.

Nos inícios de 1966 o Ministro das Obras Públicas visitou Guimarães, esteve no largo Navarros de Andrade a apresentar o edifício dos CTT e a planta respeitante à sua ampliação⁹⁵⁶. Entretanto a ampliação do edifício não foi logo executada, devido às dificuldades surgidas por uma parte das muralhas da Cidade, que se encontravam no interior de um dos prédios a demolir. Dizia a imprensa que *“dos dezasseis prédios com fachada para a Rua de Santo António, encostados ao pano das muralhas, sete destruíram-no, vazando-o, entre eles o próprio palacete em que estão instalados os CTT. O que existe, portanto, dessas muralhas no seio de um dos prédios a demolir, nada representa, pois é uma fracção insignificante, sem qualquer valor, e nela se apoia esse velho e meio desmantelado prédio condenado a desaparecer. Isto, no entanto, foi o suficiente para que fosse criado um grave obstáculo à ampliação imprescindível da estação dos CTT, que se encontra insuficientemente instado, em prejuízo de bem servir o público e fazer face ao seu grande e crescente movimento. Solucionado o problema na recente visita do sr. Ministro das Obras Públicas, que mandou dar mais imponência e grandiosidade à fachada da parte a ampliar, é de esperar, para breve, o início dessas*

⁹⁵¹ Ibidem NG, nº 1465 (1960 Jan.24), p. 2.

⁹⁵² Ibidem NG, nº 1566 (1961 Dez.31), p. 5.

⁹⁵³ Ibidem NG, nº 1610 (1962 Nov.4), p. 4.

⁹⁵⁴ Ibidem NG, 1964 Mar.29, nº 1683, p. 7; Ibidem CG, 1964 Mar.27, nº 6395, p. 2.

⁹⁵⁵ Ibidem CG, nº 6419 (1964 Set.11), p. 4.

*obras, pelas quais se aguarda há anos e a todos os momentos são lembradas por aqueles utentes, que suportam as longas demoras em ser atendidos pelo pouco pessoal e um espaço tão estrito*⁹⁵⁷.

O correio funcionava de forma muito deficiente devido à falta de espaço⁹⁵⁸ e ao grande movimento que tinha.

Em reunião de 23 de Novembro 1966, a Câmara deliberou, por proposta do vereador Dr. Daniel Nunes de Sá, proceder no ano seguinte à remodelação da iluminação pública na Avenida Eng. Duarte Pacheco e Rua de Santo António, Gil Vicente e Paio Galvão, que se pretendia que ficassem no género do da Avenida Conde de Margaride⁹⁵⁹, o que realmente se executou, em inícios do ano seguinte, substituindo a iluminação pública da Rua de Santo António, por outra com armaduras iguais às da Avenida Conde de Margaride e aumentando em duas lâmpadas, no valor de 23 506\$00⁹⁶⁰. Assim, em sessão de 27 de Fevereiro de 1967 a Câmara decidiu aceitar para execução os orçamentos apresentados pela firma Bernardino Jordão, Filhos e C^a Lda, para execução das obras de electrificação⁹⁶¹.

Entretanto a imprensa começa a anunciar com júbilo, entre os “três empreendimentos para o progresso de Guimarães, a construção do edifício dos correios, a Pousada de Turismo no Convento da Costa e o novo matadouro⁹⁶². Mas este não avança e a imprensa vai reclamando⁹⁶³. Entretanto, chega ao conhecimento da imprensa que já se encontra aprovado o anteprojecto referente ao novo edifício, aguardando-se a entrega do projecto definitivo para solução desse assunto⁹⁶⁴. Assim, a CMG, na reunião de 4 de Abril de 1969, decidiu a ampliação do edifício dos CTT, que, de acordo com uma comunicação da delegação dos edifícios para os serviços dos CTT, seriam iniciadas brevemente as demolições de diversos prédios para a ampliação, concedendo a Câmara facilidades para isso⁹⁶⁵. Mas, em finais de 1970, ainda a imprensa dizia que Guimarães aguardava desde há muito que a sua estação dos CTT se transformasse e ampliasse de forma a não só corresponder ao grande movimento que diariamente se registava, mas

⁹⁵⁶ *Ibidem NG*, nº 1783 (1966 Fev.20), p. 1.

⁹⁵⁷ *Ibidem NG*, nº 1786 (1966 Mar.13), p. 2.

⁹⁵⁸ *Ibidem NG*, nº 1821 (1966 Nov.13), p. 3.

⁹⁵⁹ *Ibidem NG*, nº 1823 (1966 Nov.27), p. 3.

⁹⁶⁰ *Ibidem NG*, nº 1836 (1967 Fev.26), p. 5.

⁹⁶¹ *Ibidem CG*, nº 6546 (1967 Fev.25), p. 3.

⁹⁶² *Ibidem NG*, nº 1856 (1967 Jul.16), p. 1.

⁹⁶³ *Ibidem NG*, nº 1884 (1968 Jan.27), p. 1.

⁹⁶⁴ *Ibidem NG*, nº 1894 (1968 Abr.6), p. 3.

também ao aspecto arquitectónico que era de exigir à instalação de um serviço público⁹⁶⁶. Apenas em inícios de 1971 é que os serviços foram transferidos para um prédio da Rua Francisco Agra, onde começaram a funcionar no dia 2 de Janeiro, para início das obras no edifício, o que a imprensa anuncia com júbilo⁹⁶⁷.

Entretanto, em meados do ano, a Câmara decide aprovar a estimativa e pedir a participação do estado para o saneamento da rua de Santo António⁹⁶⁸. Em meados de 1972 foi resolvido abrir concurso para a execução da obra de saneamento no Largo do Toural e Ruas de Santo António e Paio Galvão, empreendimento que orçava pelos 750 contos⁹⁶⁹. Posteriormente a obra foi adjudicada⁹⁷⁰.

Mas em finais de 1972 são de novo interrompidas as obras para o novo edifício dos CTT, muito criticadas pela imprensa⁹⁷¹, mas pouco depois, embora já no início do ano seguinte, os CTT informam que, concluída a 3ª fase dos trabalhos, aguardavam a aprovação do projecto relativo ao prédio contíguo, adquirido para ampliar as instalações inicialmente previstas e consideradas insuficientes perante o continuo acréscimo de tráfego⁹⁷². Mas as obras demoravam e a imprensa reclamava a sua morosidade⁹⁷³. Foram terminadas já após a queda do Estado Novo.

Rua Capitão Alfredo Guimarães, antiga rua já na saída da cidade, que ia dar aos Castanheiros. Em 1931 a Câmara Municipal de Guimarães resolveu dar à nova avenida, que da Rua 31 de Janeiro se dirigia para S. Pedro de Azurém, o nome de um vimaranense falecido na Grande Guerra⁹⁷⁴.

Entretanto a rua ia sendo melhorada aos poucos, mas em 1932 os moradores da rua Capitão Alfredo Guimarães queixavam-se de que esta estava completamente às escuras⁹⁷⁵. No ano seguinte tornava-se a lembrar a necessidade de a iluminar condignamente⁹⁷⁶.

⁹⁶⁵ Ibidem *NG*, nº 1947 (1969 Abr.12), p. 3.

⁹⁶⁶ Ibidem *NG*, nº 2027 (1970 Nov.7), p. 1.

⁹⁶⁷ Ibidem *NG*, nº 2036 (1971 Jan.9), p. 8; Ibidem *NG*, nº 2038 (1971 Jan.23), p. 1. Ibidem *CG*, nº 6746 (1971 Jan.9), p. 2; Ibidem *CG*, nº 6761 (1971 Abr.24), p. 1.

⁹⁶⁸ Ibidem *NG*, nº 2054 (1971 Maio 15), p. 1.

⁹⁶⁹ Ibidem *NG*, nº 2101 (1972 Abr.8), p. 1-2.

⁹⁷⁰ Ibidem *NG*, nº 2106 (1972 Maio 13), p. 1.

⁹⁷¹ Ibidem *CG*, nº 6843 (1972 Dez.2), p. 2.

⁹⁷² Ibidem *CG*, nº 6850 (1973 Jan.20), p. 1.

⁹⁷³ Ibidem *CG*, nº 6875 (1973 Jul.14), p. 1; Ibidem nº 6896 (1973 Dez.7), p. 1.

⁹⁷⁴ Ibidem *CG*, nº 4529 (1931 Dez.29), p. 1.

⁹⁷⁵ Ibidem *NG*, nº 40 (1932 Out.16), p. 1.

⁹⁷⁶ Ibidem *NG*, nº 85 (1933 Set.10), p. 1.

Com a urbanização dos terrenos da Avenida Duarte Pacheco, criaram-se uma série de montões de terra, que a Câmara deliberou, em 1950, mandar remover. Entre eles estavam as terras que ficavam entre as ruas do Dr. Meira e a Capitão Alfredo Guimarães, em virtude das demolições a que se tinha procedido⁹⁷⁷.

A Câmara Municipal, em sessão de 16 de Março de 1955 deliberou instalar os Serviços Municipalizados na casa de que era proprietária a Câmara, sita na Rua Capitão Alfredo Guimarães⁹⁷⁸, e em sessão de 28 de Outubro de 1956, esta resolve mandar elaborar o projecto e orçamento de iluminação da referida rua⁹⁷⁹. Assim, de acordo com esta perspectiva, em sessão de 17 de Outubro de 1957, decidiu-se admitir e aprovar, por unanimidade, as propostas apresentadas pelos vereadores Manuel Soares Moreira Guimarães e António de Urgeses dos Santos Simões, para iluminação da rua⁹⁸⁰. As obras continuam, e em sessão de 21 de Maio de 1958 decide-se abrir concurso público para a pavimentação em betonilha e substituição das guias existentes nos passeios, cujo orçamento importava em 78 000\$00⁹⁸¹. Em sessão de 4 de Julho de 1958 decide-se adjudicar a Eduardo Vidal pela importância de 644 400\$00, obra de pavimentação de passeios da Rua Capitão Alfredo Guimarães⁹⁸². No ano seguinte, em sessão de 30 de Setembro de 1959, decidiu-se abrir concurso público para a “*pavimentação da Rua Capitão Alfredo Guimarães, até ao local da Bornaria*”, sendo a calçada à fiada fornecida pela Câmara⁹⁸³ e apenas no ano seguinte, em sessão de 2 de Junho de 1960, decidiu abrir concurso público para arrematação da empreitada de pavimentação, entre outras, da rua Capitão Alfredo Guimarães⁹⁸⁴, que foi adjudicada, em sessão de 19 de Julho de 1960, a Armindo Alves de Abreu⁹⁸⁵. Em reunião de 28 de Novembro de 1961 decidiu aprovar a estimativa respeitante ao prosseguimento da obra de pavimentação em calçada à fiada e colher propostas para os trabalhos⁹⁸⁶.

Entretanto, a rua vai-se povoando e cada vez se aproxima mais do centro da cidade. Assim, em reunião de 2 de Fevereiro de 1966 a Câmara decidiu aprovar o anteprojecto de um grupo residencial na Rua Capitão Alfredo Guimarães, requerido por

⁹⁷⁷ Ibidem NG, nº 963 (1950 Jul.16), p. 3.

⁹⁷⁸ Ibidem NG, nº 1210 (1955 Mar.20), p. 3.

⁹⁷⁹ Ibidem NG, nº 1138 (1953 Nov.1), p. 2.

⁹⁸⁰ Ibidem CG, nº6059 (1957 Out.18), p. 3.

⁹⁸¹ Ibidem CG, nº 6091 (1958 Maio 30), p. 4.

⁹⁸² Ibidem CG, nº 6097 (1958 Jul.11), p. 3.

⁹⁸³ Ibidem CG, nº 6161 (1959 Out.2), p. 3.

⁹⁸⁴ Ibidem CG, nº 6197 (1960 Jun.10), p. 2.

⁹⁸⁵ Ibidem CG, nº 6203 (1960 Jul.22), p. 4.

Domingos Correia Gomes⁹⁸⁷, sendo dois anos depois, em Julho de 1968, publicado na imprensa o anúncio da venda do edifício Belo Horizonte⁹⁸⁸.

Em 1970 a iniciativa particular vai contribuir para a expansão urbana da cidade. Belmiro Mendes de Oliveira vai urbanizar os terrenos que possui ao norte da cidade, na chamada Quinta da Quintã, conforme projecto já apresentado à Câmara Municipal, o qual já tinha merecido a devida aprovação superior. A sua memória descritiva refere que um dos acessos ao local será pela Rua Capitão Alfredo Guimarães⁹⁸⁹.

Rua Dr. Joaquim José de Meira. Na sua sessão de Julho de 1950 a Câmara Municipal deliberou remover o entulho que, devido às demolições feitas, se acumulava à entrada da Rua Eng. Duarte Pacheco, quer do lado esquerdo, quer do lado direito entre esta rua e o largo dos Laranjais, assim como as que ficam ao cimo, do lado do Picoto, e as que existiam entre as ruas Dr. Meira e a Capitão Alfredo Guimarães⁹⁹⁰.

Entretanto, a Câmara, em sessão de 26 de Novembro de 1958, decide aprovar o estudo da numeração dos prédios da Rua Dr. Joaquim de Meira e pôr o projecto em execução⁹⁹¹.

Para conservação da rua, a Câmara Municipal, em sessão de 7 de Janeiro de 1959, decide adjudicar a Eduardo Vidal os trabalhos de pavimentação de parte dos passeios e outros trabalhos da rua pela importância de 3.100\$00⁹⁹². Neste mesmo ano, em sessão de 15 de Julho, decide tomar conhecimento das circulares recebidas da Direcção Geral da Urbanização do Distrito de Braga, que informavam terem sido aprovados os projectos de saneamento de várias ruas, estando entre elas a Dr. Joaquim de Meira⁹⁹³. Mas este trabalho não é imediatamente realizado, o que leva a que a Câmara, em sessão de 28 de Março de 1961, decidisse informar a Direcção de Urbanização do Distrito de Braga da necessidade de execução imediata da obra de saneamento das ruas da Arcela e Joaquim de Meira, para efeitos das respectivas

⁹⁸⁶ Ibidem *NG*, nº 1562 (1961 Dez.3), p. 3.

⁹⁸⁷ Ibidem *NG*, nº 1783 (1966 Fev. 20), p. 6.

⁹⁸⁸ Ibidem *NG*, nº 1910 (1968 Jul.27), p. 5.

⁹⁸⁹ Ibidem *NG*, nº 2020 (1970 Set.19), p. 2.

⁹⁹⁰ Ibidem *NG*, nº 963 (1950 Jul.16), p. 3.

⁹⁹¹ Ibidem *CG*, nº 6117 (1958 Nov.28), p. 4.

⁹⁹² Ibidem *CG*, nº 6125 (1959 Jan.23), p. 4.

⁹⁹³ Ibidem *CG*, nº 6150 (1959 Jul.17), p. 3.

comparticipações do Estado⁹⁹⁴. Em sessão de 30 de Junho de 1961 decidiu-se organizar o processo com vista à abertura do concurso público⁹⁹⁵. Assim, em Novembro de 1961 decide designar-se o dia 5 de Dezembro para abertura das propostas relativas à obra de saneamento das duas ruas⁹⁹⁶ e em sessão de 5 de Dezembro resolve-se remeter à Direcção dos Serviços de Urbanização de Braga, para efeitos de parecer, as propostas recebidas⁹⁹⁷.

Em 1963, em reunião de 12 de Junho, a Câmara decide colher propostas para a execução da obra de reparação de um troço de passeio da Rua Dr. Joaquim de Meira⁹⁹⁸ e, em reunião de 14 de Setembro de 1963, decide encarregar o empreiteiro Augusto Manuel da Costa da obra⁹⁹⁹, aprovando a Câmara, em reunião de 26 de Fevereiro de 1964, os trabalhos, a mais, efectuados.

Rua Francisco Agra Em Maio de 1933 estavam a ser cobertos os lavadouros do chamado Rio de Santa Luzia¹⁰⁰⁰ e pedia-se o conserto da rua de Francisco Agra, que se encontrava em muito mau estado¹⁰⁰¹. Falava-se também que no Pevidém se ia construir uma nova igreja para a qual se destinava a pedra da antiga igreja de Santa Luzia¹⁰⁰². Mas, efectivamente, pouco se melhorou nesta rua. Em 1937 indicava-se a Rua de Santa Luzia como local ideal para a colocação de sanitários, que tanta falta faziam à cidade¹⁰⁰³, mas nada se concretizou e em Outubro desse mesmo ano, os padres Redentoristas antes de abandonarem Guimarães vinham agradecer ao povo de Guimarães as demonstrações de simpatia que receberam de todos¹⁰⁰⁴.

Entretanto aproximam-se as Festas Centenárias e é preciso criar bons acessos à zona das comemorações. Assim, em sessão ordinária de 14 de Outubro de 1938, a Câmara deliberou aprovar o prolongamento da obra de alargamento da Rua de Santo António (antigos Palheiros) desde a Rua Francisco Agra à Avenida Capitão Alfredo

⁹⁹⁴ *Ibidem CG*, nº 6839 (1961 Mar.31), p. 4; *Ibidem NG*, nº 1527 (1961 Abr.2), p. 3.

⁹⁹⁵ *Ibidem CG*, nº 6848 (1961 Jun.2), p. 3.

⁹⁹⁶ *Ibidem CG*, nº 6269 (1961 Out.27), p. 4; *Ibidem NG*, nº 1562 (1961 Dez.3), p. 3.

⁹⁹⁷ *Ibidem CG*, nº 6276 (1962 Dez.15), p. 4; *Ibidem NG*, nº 1565 (1961 Dez.24), p. 3.

⁹⁹⁸ *Ibidem CG*, nº 6356 (1963 Jun.28), p. 3; *Ibidem NG*, nº 1642 (1963 Jun.16), p. 5.

⁹⁹⁹ *Ibidem NG*, nº 1657 (1963 Set.29), p. 7; *Ibidem NG*, nº 1680 (1964 Mar.8), p. 3; *Ibidem NG*, nº 2075 (1971 Out.9), p. 1.

¹⁰⁰⁰ *Ibidem NG*, nº 67 (1933 Maio 7), p. 1.

¹⁰⁰¹ *Ibidem NG*, nº 77 (1933 Jul.16), p. 1.

¹⁰⁰² *Ibidem NG*, nº 92 (1933 Out.29), p. 1.

¹⁰⁰³ *Ibidem NG*, nº 280 (1937 Jun.20), p. 2.

¹⁰⁰⁴ *Ibidem CG*, nº 5017 (1937 Out.29), p. 3.

Guimarães, procedendo-se com urgência às necessárias expropriações¹⁰⁰⁵. Por isso, em sessão de 13 de Janeiro, a Câmara deliberou pedir isenção de pagamento de sisa para a casa que iria adquirir na rua Francisco Agra para alargamento da Rua de Santo António¹⁰⁰⁶ e, em sessão de 10 de Fevereiro de 1939, deliberou adquirir um prédio para o mesmo fim¹⁰⁰⁷.

Entretanto, em crónica de opinião, na imprensa diz-se em 1939 que se deve ter cuidado com o prolongamento que ia ser feito na rua de Santo António pela Junta Autónoma das Estradas (JAE) e refere-se a aquisição de algumas casas pelo município, para os trabalhos¹⁰⁰⁸. Durante o ano de 1939 a Câmara gasta em expropriações de terrenos e casas, para melhoramento do local dos Palheiros, cerca de cento e oitenta contos. Entretanto, na sessão de 27 de Dezembro de 1939, o Presidente declarou que logo que tomou posse da presidência da Câmara foi a Lisboa, chamado pelo Ministro das Obras Públicas, a quem apresentou o projecto elaborado pelo architecto José Marques da Silva de uma grande Avenida de acesso aos Paços dos Duques de Bragança e Castelo, que ocupava uma parte do leito da EN n.º 11-2ª (Palheiros) e que o Ministro não só lhe tinha declarado que não concederia a comparticipação, que na ocasião lhe pediu para a execução desse projecto, mas foi muito mais longe, declarando de uma maneira muito terminante, que não consentia que essa obra se fizesse, visto ela ocupar terrenos, em parte, pertencentes ao Estado. Em face disso pediu que pela JAE se mandasse proceder ao alargamento e pavimentação da referida estrada, pelo menos até à altura dos Paços dos Duques de Bragança, mas nada se concretizou. Por volta de 1940 Guimarães encontrava-se totalmente em obras. Tudo era inovação e melhoramento, com vista às Festas Centenárias¹⁰⁰⁹. Assim, em sessão ordinária de 7 de Fevereiro de 1937, o Eng. Director Armando Martins Moreira comunica que o Ministro das Obras Públicas concordou em que fosse feito o alargamento da rua dos Palheiros, nos termos da informação prestada, ficando as obras a cargo da JAE, comprometendo-se a Câmara a fazer as expropriações e demolições necessárias o mais rápido possível, de modo que as obras ficassem concluídas a tempo das festas a realizar em Junho. Como foi referido, a

¹⁰⁰⁵ Ibidem *CG*, n.º 5068 (1938 Out.21), p. 4.

¹⁰⁰⁶ Ibidem *NG*, n.º 363 (1939 Jan.22), p. 3.

¹⁰⁰⁷ Ibidem *NG*, n.º 367 (1939 Fev.19), p. 1.

¹⁰⁰⁸ Ibidem *CG*, n.º 5120 (1939 Out.20), p. 2.

¹⁰⁰⁹ Ibidem *NG*, n.º 417 (1940 Fev.4), p. 1.

Câmara resolveu ainda vender o terreno dos Palheiros, desnecessário ao alargamento da rua, para edificações¹⁰¹⁰.

Em 1943 pensava-se fazer algumas obras na Capela de Santa Luzia. A cobertura do templo seria completamente nova, substituindo-se ainda a testeira de pedra da porta principal e a porta de entrada. Depois de realizadas essas obras, pensava-se lá colocar, no respectivo retábulo os três quadros de António Vaz, representando S. Bartolomeu, Santa Apolónia e Santa Catarina do Monte Sinai, que acabavam de ser restaurados em Lisboa, devido a instâncias do Museu Alberto Sampaio¹⁰¹¹. Mas apenas em meados de 1944 é que o Director do referido Museu propôs ao Estado, pela Repartição do Património Nacional, da Direcção Geral da Fazenda Pública, que na Capela de Santa Luzia, da Rua de Francisco Agra, fossem realizadas obras de restauro¹⁰¹².

Mas a rua poucas alterações tinha e em 1946 dizia-se na imprensa “*Aquelas pedras que na Rua de Francisco Agra, perto da Ponte de Santa Luzia, há muitos anos já se encontram a monte e que pertenceram a uns casebres demolidos, nunca mais têm arrumo. [...]*”¹⁰¹³, Nesse mesmo ano pelo Ministério das Obras Públicas foi concedido o subsídio de 110.000\$00 destinado à pavimentação da rua Francisco Agra¹⁰¹⁴.

Em 1950 pedia-se que urgentemente fosse arranjada ou substituída a torneira do fontanário da Rua Francisco Agra, pois no estado em que a puseram dificultava aos moradores o seu abastecimento¹⁰¹⁵.

Entretanto, uma nova construção iria caracterizar a Rua Francisco Agra. No dia 19 de Março de 1952 procedeu-se com toda a solenidade ao lançamento da primeira pedra para construção da nova igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, por iniciativa dos Padres Redentoristas, que tinham a sua residência na Rua de Francisco Agra¹⁰¹⁶, prevendo-se a inauguração e bênção solene do novo templo em Novembro de 1953¹⁰¹⁷. Era um templo amplo e de linhas modernas, cuja edificação demorou apenas

¹⁰¹⁰ Ibidem CG, nº 5137 (1940 Fev.16), p. 2.

¹⁰¹¹ Ibidem NG, nº 583 (1943 Abr.4), p. 1.

¹⁰¹² Ibidem NG, nº 638 (1944 Abr.23), p. 3.

¹⁰¹³ Ibidem NG, nº 765 (1946 Set.29), p. 2.

¹⁰¹⁴ Ibidem NG, nº 770 (1946 Nov.3), p. 3.

¹⁰¹⁵ Ibidem NG, nº 952 (1950 Abr.30), p. 3.

¹⁰¹⁶ Ibidem NG, nº 1052 (1952 Mar.16), p. 3.

¹⁰¹⁷ Ibidem CG, nº 5853 (1953 Nov.6), p. 2.

18 meses¹⁰¹⁸. Este santuário, após passar por importantes obras de modernização, abriu novamente ao culto em 1962¹⁰¹⁹.

Entretanto, em 1956, fez-se o calcetamento a paralelepípedos e no trabalhado empedramento dos passeios, na modernização de luz pública, na ordenada beneficiação exterior dos prédios procurou dar-se uma feição típica à rua, condizendo com a sua antiguidade¹⁰²⁰.

Entretanto, faltava um local para colocação de lixo, e em 1966 comentava-se na imprensa que eram necessárias entulheiras, pois isso já se faz da traseira do quartel dos bombeiros; em Santa Luzia já quase não existia lugar para mais entulho e propõe-se a construção de um aqueduto para regularização do ribeiro e que se faça um aí um depósito de entulho, até formar o pavimento de uma nova rua que ligasse Santa Luzia à Rua Capitão Alfredo Guimarães¹⁰²¹.

Como já foi referido, em 1970 urbaniza-se o local e começa-se a construir a Urbanização da Quintã¹⁰²².

Em 2 de Janeiro de 1971, como as obras iriam começar no novo edifício dos correios, os serviços que funcionavam em prédio da Rua de Santo António foram transferidos, provisoriamente, para a Rua Francisco Agra¹⁰²³.

Travessa dos Bimbais. Antiga e estreita viela que saía da Rua de Santa Luzia e conduzia à Rua de Gil Vicente. Era, portanto, de grande importância e por isso a Câmara resolve melhorá-la e alargá-la. Em Novembro de 1953, a Câmara Municipal deliberou, entre outras coisas ordenar a demolição de uma morada de casas, na Travessa dos Bimbais, com os números de polícia 9, 11 e 13¹⁰²⁴. Mas, apenas, em reunião de 5 de Fevereiro de 1958, a CMG decidiu proceder à sua rectificação, adquirindo para o efeito os dois prédios pertencentes a João da Mota pela importância de 20 contos¹⁰²⁵. Tentando continuar a obra, a Câmara, em reunião de 12 de Abril de 1960, decidiu nomear peritos e solicitar a nomeação de outros pela secção de Finanças, para avaliação

¹⁰¹⁸ Ibidem *NG*, nº 1140 (1953 Nov.15), p. 1.

¹⁰¹⁹ Ibidem *NG*, nº 1610 (1962 Nov.4), p. 7.

¹⁰²⁰ Ibidem *NG*, nº 1288 (1956 Set.9), p. 5.

¹⁰²¹ Ibidem *NG*, nº 1786 (1966 Mar.13), p. 2.

¹⁰²² Ibidem *NG*, nº 2020 (1970 Set.19), p. 2.

¹⁰²³ Ibidem *NG*, nº 2036 (1971 Jan.9), p. 8; Ibidem *NG*, nº 2038 (1971 Jan.23), p. 1; Ibidem *CG*, nº 6746 (1971 Jan.9), p. 2.

¹⁰²⁴ Ibidem *NG*, nº 1141 (1953 Nov.22), p. 4.

¹⁰²⁵ Ibidem *CG*, nº 6076 (1958 Fev.14), p. 4; Ibidem *CG*, nº 6079 (1958 Mar.7), p. 3; Ibidem *NG*, nº 1364 (1958 Fev.16), p. 3.

dos prédios a demolir com vista ao alargamento da Travessa dos Bimbais¹⁰²⁶. Assim, em reunião de 29 de Novembro de 1960, decidiu aceitar a avaliação e adquirir os prédios e terrenos pertencentes ao Dr. Artur Ribeiro de Araújo Faria¹⁰²⁷. Em sessão de 10 de Janeiro de 1961 aprovou o projecto de rectificação da Viela dos Bimbais e abriu concurso limitado para a realização dos trabalhos¹⁰²⁸, adjudicando a obra em sessão de 21 de Fevereiro de 1961 a Manuel Ribeiro da Silva pela importância de 33.400\$00. Decidiu-se ainda fixar o alinhamento cércio e tipo de construção indicada pelo Gabinete de Urbanização no pedido do Dr. Artur Ribeiro de Faria para os terrenos confinantes com a viela dos Bimbais¹⁰²⁹. Em sessão de 21 de Março de 1961 resolveu adquirir também um prédio ao Dr. Domingos Ribeiro Dias da Silva para demolição, com vista à mesma obra¹⁰³⁰. Entretanto esta vai-se fazendo e, em reunião de 20 de Fevereiro de 1962, decidiu-se colher propostas para a pavimentação em betonilha esquartejada dos passeios da viela dos Bimbais¹⁰³¹, tendo-se, em sessão de 27 de Março de 1962, decidido adjudicar a José Fernandes Levandeira a obra de pavimentação dos passeios¹⁰³². Em reunião de 31 de Maio de 1962 decidiu-se conceder licença a Benjamim de Castro Alves Ferreira para obras de beneficiação do prédio, que este possuía na Rua de Gil Vicente, cedendo uma faixa de terreno, na Viela dos Bimbais, para alinhamento¹⁰³³.

Em sessão de 3 de Julho de 1962 decidiu-se notificar a José de Oliveira Nogueira para pagar a importância dispendida nas entregas feitas com o camião da sua casa comercial no passeio e na betonilha da viela dos Bimbais, em face da informação da Repartição de Obras¹⁰³⁴.

A CMG, em sessão de 10 de Julho de 1963, decidiu aceitar a proposta de Manuel da Silva Sampaio, com vista ao arranjo da parede do prédio situado entre as Ruas de Francisco Agra e Bimbais¹⁰³⁵.

Em 1965 uma crónica jornalística refere que a travessa dos Bimbais tinha sofrido um pequeno alargamento (apesar de ser necessário demolir algumas casas) e

¹⁰²⁶ *Ibidem NG*, nº 1478 (1960 Abr.24), p. 3.

¹⁰²⁷ *Ibidem CG*, nº 6223 (1960 Dez.9), p. 4; *Ibidem NG*, nº 1510 (1960 Dez.4), p. 7.

¹⁰²⁸ *Ibidem CG*, nº 6228 (1961 Jan.13), p. 4.

¹⁰²⁹ *Ibidem CG*, nº 6834 (1961 Fev.24), p. 3; *Ibidem NG*, nº 1520 (1961 Fev.5), p. 3.

¹⁰³⁰ *Ibidem CG*, nº 6838 (1961 Mar.24), p. 3; *Ibidem NG*, nº 1526 (1961 Mar.26), p. 3.

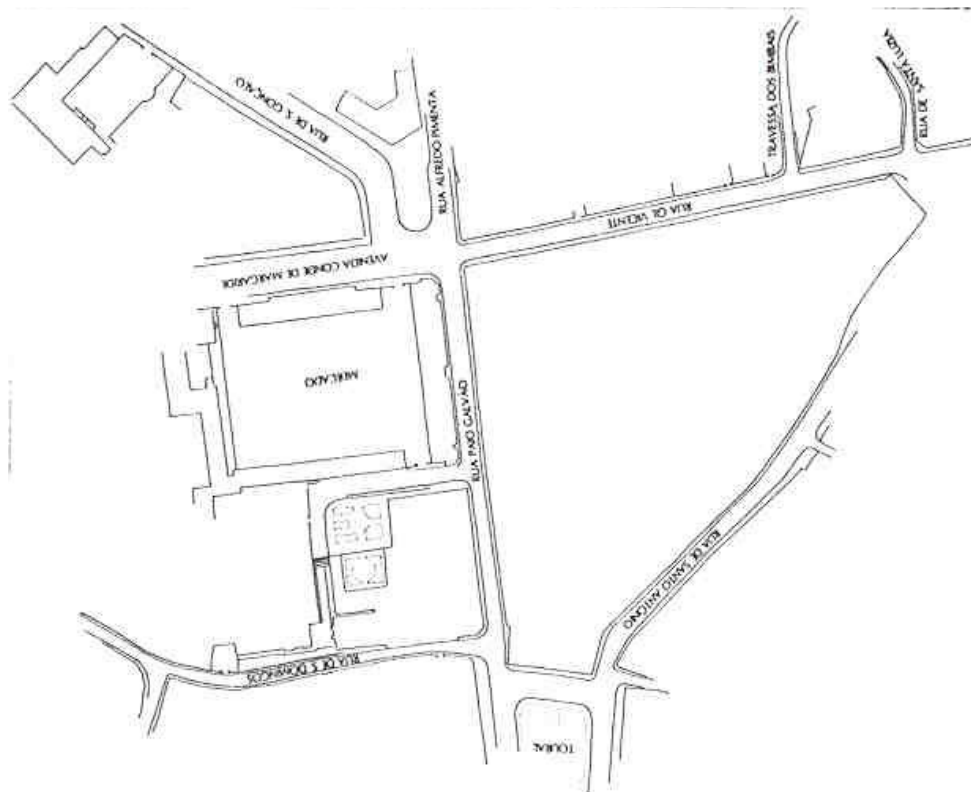
¹⁰³¹ *Ibidem CG*, nº 6286 (1962 Fev.23), p. 4; *Ibidem NG*, nº 1574 (1962 Jan.28), p. 3.

¹⁰³² *Ibidem CG*, nº 6291 (1962 Mar.30), p. 4; *Ibidem NG*, nº 1579 (1962 Abr.1), p. 3.

¹⁰³³ *Ibidem NG*, nº 1591 (1962 Jun.24), p. 3.

¹⁰³⁴ *Ibidem CG*, nº 6306 (1962 Jul.13), p. 4.

tinha resultado uma obra defeituosa, por ficar ainda tão estreita¹⁰³⁶. Não temos notícia de qualquer outra intervenção e a rua mantém-se ainda bastante estreita.



Rua de Paio Galvão. Em 1931 pensa-se prolongar a Rua de Paio Galvão¹⁰³⁷, o que realmente aconteceu, e a que se deu o nome de Rua Dr. Alfredo Pimenta.

É apenas em 1937 que a Câmara delibera, em sessão de 26 de Fevereiro, aprovar o projecto de calçamento a paralelepípedos da Rua Paio Galvão e seu respectivo orçamento, resolvendo pedir comparticipação do Estado¹⁰³⁸. Nesse mesmo ano propõe-se como sítio ideal para a colocação de um sanitário, uma vez que as casas de banho da praça não funcionavam¹⁰³⁹.

Em sessão da Câmara de 10 de Março de 1939 deliberou-se pôr em arrematação pública a obra de pavimentação de paralelepípedos e de construção de

¹⁰³⁵ Ibidem CG, n.º 6359 (1963 Jul.9), p. 4.

¹⁰³⁶ Ibidem NG, n.º 1742 (1965 Maio 16), p. 3.

¹⁰³⁷ Ibidem CG, n.º 4509 (1931 Out.16), p. 2.

¹⁰³⁸ Ibidem NG, n.º 265 (1937 Mar.7), p. 4.

¹⁰³⁹ Ibidem NG, n.º 280 (1937 Jun.20), p. 2.

passeios desta rua,¹⁰⁴⁰ mas apenas na sessão de 12 de Maio de 1939 se deliberou entregar ao mestre de obras José da Costa, da freguesia de Urgeses, a arrematação da obra de construção de pavimentos, passeios e fundação a macadame da Rua de Paio Galvão, pela importância de 76.955\$00¹⁰⁴¹. Em Setembro de 1939 estava a terminar o trabalho da pavimentação, estando já ali colocados parte dos novos candeeiros¹⁰⁴², deliberando a Câmara, mandar executar também por administração directa o complemento do passeio da Rua Paio Galvão até à esquina da Rua D. João I,¹⁰⁴³ junto do prédio onde habitou o falecido Dr. Meira¹⁰⁴⁴.

Em meados de 1939 acabou de ser concluído o grande Armazém de tecidos do industrial Alberto Pimenta Machado¹⁰⁴⁵. As suas portas abriram-se em inícios do ano de 1942 e era *“mais um amplo e moderno estabelecimento, cuja fachada já tem sido admirada nos últimos dias, por todas as pessoas que passam por aquela artéria. Ali vai ser aberta ao público uma nova filial da importante casa do nosso prezado amigo e conceituado industrial sr. Alberto Pimenta Machado. Novo e elegante edifício, de linhas modernas e bonitas, cujo projecto muito honra o eng. Brito, do Porto, foi erguido no local onde existiu uma casa velha e inestética”*¹⁰⁴⁶. Em finais de 1943 começa um dilema com uma casa que faz esquina na rua Paio Galvão e que Pimenta Machado pretendia adquirir para construir o resto dos seus armazéns¹⁰⁴⁷. Queria construir o edifício no local de uma taberna, mas a dona não a abandonava¹⁰⁴⁸. Em Março de 1944 é anunciado que foi finalmente resolvido, amigavelmente, o caso que estava a entrar a obra. Esta iria então prosseguir até à esquina da Rua de Gil Vicente¹⁰⁴⁹. Apenas em sessão de 5 de Junho de 1956 é que a Câmara deferiu o pedido da firma Alberto Pimenta Machado & Filhos para demolição do prédio, que formava o gaveto entre as ruas de Gil Vicente e Paio Galvão¹⁰⁵⁰. Apenas em sessão de 27 de Janeiro de 1960 é que decide aprovar o projecto de betão armado relativo ao prédio que

¹⁰⁴⁰ Ibidem CG, nº 5089 (1939 Mar.12), p. 3.

¹⁰⁴¹ Ibidem CG, nº 5098 (1939 Maio 19), p. 3; Ibidem NG, nº 379 (1939 Maio 14), p. 3.

¹⁰⁴² Ibidem NG, nº 396 (1939 Set.10), p. 1.

¹⁰⁴³ Ibidem NG, nº 396 (1939 Set.10), p. 1.

¹⁰⁴⁴ Ibidem CG, nº 5126 (1939 Dez.1), p. 1.

¹⁰⁴⁵ Ibidem NG, nº 385 (1939 Jun.25), p. 2.

¹⁰⁴⁶ Ibidem NG, nº 517 (1941 Dez.28), p. 1.

¹⁰⁴⁷ Ibidem NG, nº 604 (1943 Ago.29), p. 2.

¹⁰⁴⁸ Ibidem CG, nº 5334 (1943 Nov.2), p. 3.

¹⁰⁴⁹ Ibidem NG, nº 634 (1944 Mar.26), p. 1.

¹⁰⁵⁰ Ibidem CG, nº 5992 (1956 Jun.6), p. 3.

a firma Alberto Pimenta Machado & Filhos pretendia construir¹⁰⁵¹. Em Outubro de 1962, após um interregno de alguns anos, iniciaram-se as obras de conclusão do edifício¹⁰⁵². Foi em sessão de 2 de Julho de 1965, que a Câmara decidiu deferir o pedido de A. Pimenta Lda para instalação de um reclame luminoso no telhado do seu estabelecimento¹⁰⁵³.

Também se pretendia fazer uma nova obra nesta rua. A Câmara Municipal, em sessão de 5 de Maio de 1942, leu os requerimentos em que a Associação dos Bombeiros Voluntários de Guimarães pedia licença para mandar construir um prédio destinado à sua sede em terreno, que aí possuía, e que foi deferido¹⁰⁵⁴.

Em Outubro de 1944 a Câmara Municipal deliberou aprovar o projecto de pavimentação a paralelepípedos do prolongamento da Rua de Paio Galvão e solicitar ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações apoio financeiro do Estado para a obra¹⁰⁵⁵.

Entretanto trabalha-se também na remodelação eléctrica e, em sessão ordinária do dia 2 de Abril de 1947, a CMG deliberou efectuar o pagamento à firma Jordão & C^a, Lda da quantia de 319.500\$00 para electrificação, entre outras, da Rua Paio Galvão¹⁰⁵⁶. Em sessão de 11 de Abril de 1957 a Câmara decide mandar executar pela firma concessionária a instalação da rede de iluminação pública da Rua Paio Galvão à Rua D. João I¹⁰⁵⁷.

Em inícios de 1952 já estava aprovado e revisto pela comissão de Estética o projecto de um quiosque, que iria brevemente ser instalado no recanto junto à ourivesaria do sr. José Fernandes. O seu proprietário tinha autorização para o encostar aos dois prédios, que vão fazer costas, cujos proprietários, de boamente, acederam ao pedido feito¹⁰⁵⁸. No entanto, os problemas surgiram posteriormente e o proprietário do quiosque em finais do ano ainda não o tinha instalado, mas pretendia-o construir no mais breve espaço de tempo¹⁰⁵⁹.

A CMG, em sessão de 21 de Março de 1957, decidiu consultar a firma concessionária sobre a instalação provisória de pontos de luz na Praça do Mercado e no

¹⁰⁵¹ *Ibidem* CG, n° 6178 (1960 Jan.29), p. 3; *Ibidem* NG, n° 1466 (1960 Jan.31), p. 2.

¹⁰⁵² *Ibidem* CG, n° 6318 (1962 Out.5), p. 2; *Ibidem* NG, n° 1605 (1962 Set.30), p. 2.

¹⁰⁵³ *Ibidem* CG, n° 6463 (1965 Jul.16), p. 3.

¹⁰⁵⁴ *Ibidem* CG, n° 5254 (1942 Maio 15), p. 3.

¹⁰⁵⁵ *Ibidem* NG, n° 663 (1944 Out.15), p. 1.

¹⁰⁵⁶ *Ibidem* NG, n° 792 (1947 Abr.6), p. 5; *Ibidem* NG, n° 849 (1948 Maio 9), p. 1.

¹⁰⁵⁷ *Ibidem* NG, n° 1322 (1957 Abr.28), p. 4; *Ibidem* CG, n° 6032 (1957 Abr.12), p. 3.

¹⁰⁵⁸ *Ibidem* CG, n° 5766 (1952 Mar.7), p. 2.

¹⁰⁵⁹ *Ibidem* CG, n° 5792 (1952 Set.5), p. 2.

ângulo da Rua de ligação de Paio Galvão à Rua D. João e ainda aprovar a proposta apresentada pelo vereador José Maria Pinto de Almeida e que era a seguinte: “[...] *Que se faça o acomodado arranjo do espaço existente entre o Mercado e a SMS, de modo a permitir que para este local se desviem os vendedores de louça, funilaria, plantas da horta, pomar e videiras, batata de semente, mobiliário, apeirias de lavoura, quinquilharias, peças de barro regionais, etc. Entenda-se que este desvio se fará exclusivamente aos sábados, ou outros dias de feira; 3º Que se fecha por uma corrente com ferro amovível este espaço nos dias de mercado semanal, de modo a não se poder fazer nele o trânsito de qualquer veículo*”¹⁰⁶⁰.

Mas pretendia-se renovar enquanto que a Câmara tenta preservar a cidade. Assim, deliberou, em sessão de 15 de Outubro de 1958, indeferir o pedido de licença da Firma Teixeira & Irmão, que pretendia remodelar o seu estabelecimento sito no ângulo do Largo do Toural e Rua de Paio Galvão, em virtude da Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes dar a parecer que não deviam ser autorizadas as obras de remodelação exterior constantes do respectivo projecto¹⁰⁶¹.

A CMG, em sessão de 22 de Março de 1960, decidiu tomar conhecimento do despacho do Director Geral dos Serviços de Urbanização, que autorizou para o plano adicional de 1960 o arranjo do arruamento entre as ruas de Paio Galvão e D. João I¹⁰⁶².

Entretanto na rua ia-se colocando mobiliário urbano adequado e, em sessão de 29 de Setembro de 1960, decidiu-se conceder licença a João Carlos Soares e Filhos, Lda para instalar uma balança de pesagem automática para pesagem de pessoas¹⁰⁶³. Em contrapartida, em sessão de 17 de Janeiro de 1961, decidiu-se considerar, conforme sugestão do comando da PSP da cidade, como inconveniente à actividade de engraxador a Rua Paio Galvão e aprovar o modelo “Autoridade para engraxadores”, fixando as obrigações a que estes estavam sujeitos.

A modernização da rua continua, decidindo a Câmara Municipal, em reunião de 23 de Novembro 1966, por proposta do vereador Dr. Daniel Nunes de Sá, proceder, durante o ano de 1967, à remodelação da iluminação pública, entre outras, da Rua de Paio Galvão, que se pretendia no género da Avenida Conde de Margaride¹⁰⁶⁴. Assim,

¹⁰⁶⁰ Ibidem CG, n° 6029 (1957 Mar.22), p. 3.

¹⁰⁶¹ Ibidem CG, n° 6111 (1958 Out.17), p. 3.

¹⁰⁶² Ibidem CG, n° 6186 (1960 Mar.25), p. 4.

¹⁰⁶³ Ibidem CG, n° 6214 (1960 Nov.7), p. 4.

¹⁰⁶⁴ Ibidem NG, n° 1823 (1966 Nov.27), p. 3.

em sessão de 27 de Fevereiro de 1967, resolveu fazer a substituição dos candeeiros da iluminação pública da Rua de Paio Galvão por braços de tubo galvanizado e armaduras iguais às da Avenida Conde de Margaride¹⁰⁶⁵.

Em inícios de Abril de 1972 foi resolvido abrir concurso para a execução da obra de saneamento no Largo do Toural e Ruas de Santo António e Paio Galvão, empreendimento que orçava pelos 750 contos¹⁰⁶⁶, decidindo a Câmara Municipal, em Maio de 1972, adjudicar a obra de saneamento da Rua de Santo António e Paio Galvão e do Largo do Toural por 731.207\$00¹⁰⁶⁷.

O mercado tinha-se começado a construir no século XIX. No entanto faltavam-lhe grande parte das infra-estruturas, o que levou a que a Câmara sempre se preocupasse com ele. Assim, em 1914 o vereador Coelho Pinto, em sessão ordinária de 7 de Janeiro, apresenta uma proposta para melhoramento do mercado, tendo a Câmara mandado organizar o projecto¹⁰⁶⁸. Este projecto não se concretiza durante o período da Primeira República e, em Outubro de 1931, o vereador Manuel Saraiva Brandão, apresenta uma proposta para a construção de uma praça de mercado¹⁰⁶⁹. Entretanto o Arqt. Marques da Silva faz uma planta do Mercado, que foi aprovada por unanimidade pela Comissão Administrativa em inícios de 1932¹⁰⁷⁰. Esta, em sessão de 25 de Junho, delibera mandar demolir as escadas, que dão acesso da Rua Paio Galvão para a Praça do Mercado, construir os caboucos e as paredes divisórias dos compartimentos do Mercado, conforme a planta, sendo a sua execução por administração directa¹⁰⁷¹. E enquanto isso, a nova planta do mercado estava exposta ao público na Casa High-Life¹⁰⁷², ao Toural, tendo agradado bastante ao público vimaranense¹⁰⁷³.

Em Setembro de 1932 iniciaram-se as obras, cuja arrematação tinha sido feita pelo mestre de obras de Braga, sr. Manuel Alves Barros¹⁰⁷⁴, prevendo-se, segundo as normas do contrato, que a obra de pedreiro estaria concluída dentro do prazo de seis meses¹⁰⁷⁵. Mas passado pouco tempo estas obras foram interrompidas¹⁰⁷⁶, recomeçando

¹⁰⁶⁵ *Ibidem NG*, nº 1836 (1967 Fev.26), p. 5; *Ibidem CG*, nº 6546 (1967 Fev.25), p. 3.

¹⁰⁶⁶ *Ibidem NG*, nº 2101 (1972 Abr.8), p. 1-2.

¹⁰⁶⁷ *Ibidem NG*, nº 2106 (1972 Maio 13), p. 1.

¹⁰⁶⁸ *Ibidem A*, nº 167 (1914 Jan.29), p. 2.

¹⁰⁶⁹ *Ibidem CG*, nº 4509 (1931 Out.16), p. 2.

¹⁰⁷⁰ *Ibidem CG*, nº 4540 (1932 Fev.5), p. 2; *Ibidem NG*, nº 5 (1932 Fev.8), p. 3.

¹⁰⁷¹ *Ibidem NG*, nº 26 (1932 Jul.3), p. 5.

¹⁰⁷² *Ibidem NG*, nº 30 (1932 Ago.7), p. 4.

¹⁰⁷³ *Ibidem CG*, nº 4588 (1932 Jul.29), p. 2.

¹⁰⁷⁴ *Ibidem CG*, nº 35 (1932 Set.11), p. 2.

¹⁰⁷⁵ *Ibidem CG*, nº 4597 (1932 Set.6), p. 1.

algum tempo depois¹⁰⁷⁷. Os trabalhos prosseguiram¹⁰⁷⁸ com alguma lentidão, tendo em 21 de Agosto de 1937 sido feita a inauguração da parte inferior do pavilhão da Praça¹⁰⁷⁹.

No ano seguinte, em Fevereiro de 1948, abrem ao público os lavabos¹⁰⁸⁰ e em sessão de 4 de Março a Comissão Administrativa toma conhecimento do auto de entrega definitiva à Câmara do Mercado Municipal¹⁰⁸¹. Assim, a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 4 de Março de 1938, lê um ofício do engenheiro da primeira secção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, enviando o auto de entrega definitiva do Mercado Municipal de Guimarães, para ser assinado e devolvido¹⁰⁸². Entretanto o novo mercado vai-se apetrechando, tendo-se decidido, em sessão de 18 de Março de 1938, adquirir um “relógio de ronda”¹⁰⁸³, e, em Junho, colocar um bebedouro¹⁰⁸⁴. O mercado ainda não estava terminado e os vimaranenses começam a exigir, que se completasse a obra¹⁰⁸⁵. Num sítio tão frequentado e populoso tornava-se necessário um relógio e, de acordo com a sua deliberação de 11 de Junho de 1938, a Câmara torna público, que aceita propostas para fornecimento de relógios para o Mercado Municipal e Torre de S. Pedro¹⁰⁸⁶, sendo a arrematação do fornecimento e montagem efectuada em sessão de 8 de Julho de 1938¹⁰⁸⁷. Estes relógios foram inaugurados em 29 de Setembro de 1938¹⁰⁸⁸.

Finalmente, a imprensa anuncia em 25 de Abril de 1947 o início das obras de conclusão do edifício do Mercado¹⁰⁸⁹. Mas em 18 de Fevereiro de 1949 torna a anunciar o seu início, o que indica que ainda não tinham começado¹⁰⁹⁰. Assim, em Agosto de 1949 principiou a demolição de algumas das antigas barracas, que iriam dar lugar à continuação das obras do edifício do Mercado Municipal¹⁰⁹¹. Em Julho de 1950 a Câmara resolve pedir ao Arquitecto Urbanista uma revisão do projecto de modo a

¹⁰⁷⁶ *Ibidem* NG, n° 41 (1932 Out.23), p. 1.

¹⁰⁷⁷ *Ibidem* NG, n° 44 (1932 Nov.13), p. 1.

¹⁰⁷⁸ *Ibidem* NG, n° 53 (1933 Jan.29), p. 1.

¹⁰⁷⁹ *Ibidem* JLF - EV III, p. 166.

¹⁰⁸⁰ *Ibidem* CG, n° 5033 (1938 Fev.18), p. 1.

¹⁰⁸¹ *Ibidem* NG, n° 317 (1938 Mar.6), p. 2.

¹⁰⁸² *Ibidem* CG, n° 5036 (1938 Mar.11), p. 3.

¹⁰⁸³ *Ibidem* CG, n° 5038 (1938 Mar.25), p. 3.

¹⁰⁸⁴ *Ibidem* CG, n° 5048 (1938 Jun.3), p. 3.

¹⁰⁸⁵ *Ibidem* NG, n° 330 (1938 Jun.5), p. 2.

¹⁰⁸⁶ *Ibidem* NG, n° 333 (1938 Jun.24), p. 3.

¹⁰⁸⁷ *Ibidem* CG, n° 5054 (1938 Jul.15), p. 3.

¹⁰⁸⁸ *Ibidem* CG, n° 5065 (1938 Set.30), p. 1.

¹⁰⁸⁹ *Ibidem* CG, n° 5512 (1947 Abr.25), p. 3.

¹⁰⁹⁰ *Ibidem* CG, n° 5607 (1949 Fev.18), p. 3.

¹⁰⁹¹ *Ibidem* CG, n° 5634 (1949 Ago.26), p. 3.

permitir, que da entrada principal houvesse um mais fácil acesso ao mercado¹⁰⁹². Entretanto as obras de construção da ala norte começam e terminam rapidamente, tendo a Câmara deliberado realizar a inauguração em 8 de Dezembro de 1951¹⁰⁹³. Mas, no ano seguinte já a imprensa anunciava, que se iriam iniciar em breve as obras da ala sul do mercado, que já tinham sido comparticipadas pelo Estado¹⁰⁹⁴. Durante o mês de Novembro iniciam-se¹⁰⁹⁵ e, alguns anos depois, em 26 de Junho de 1955 a imprensa anuncia, que está concluída a Ala do Mercado fronteira ao edifício da Sociedade Martins Sarmento (SMS), tendo sido entregue no dia 18 pelos Eng. Sá e Melo e Arquitecto Moreira da Silva à Câmara Municipal, representada pelo vereador José Maria Pinto de Almeida, que vistoriou a obra juntamente com o Eng. Joaquim Ferreira Leão¹⁰⁹⁶. No dia 6 de Agosto de 1955, pelas 16 horas, fez-se a inauguração solene das novas instalações¹⁰⁹⁷.

Mas as obras entram numa nova fase. Em sessão de 7 de Setembro decidiu-se aprovar a proposta apresentada pelo vereador José Maria Pinto de Almeida, para se proceder ao arranjo interior do Mercado e sua pavimentação, incumbindo o Arquitecto Moreira da Silva de proceder ao respectivo estudo¹⁰⁹⁸. Vão-se fazendo reparações em zonas já deterioradas e em sessão de 12 de Janeiro de 1960 a Câmara decide aprovar o projecto e estimativa para construção de uma pérgola na Praça do Mercado¹⁰⁹⁹. Foi decidido construí-la em sessão de 26 de Abril de 1960, adjudicando-a à firma COPELC¹¹⁰⁰. A partir daí e até ao final do período estudado não mais foram feitas obras de grande envergadura no mercado municipal.

A **Rua Dr. Avelino da Silva Guimarães** é uma pequena rua, que limita a igreja de S. Domingos, a SMS e o Mercado. Em sessão da Câmara, em Junho de 1932, a Comissão Administrativa da Câmara decidiu solicitar da SMS autorização para cortar no terreno sobranceiro à rua do Mercado a terra necessária, assim como para deslocação

¹⁰⁹² Ibidem *NG*, nº 965 (1950 Jul.30), p. 3.

¹⁰⁹³ Ibidem *NG*, nº 1036 (1951 Nov.25), p. 2; Ibidem *NG*, nº 1037 (1951 Dez.2), p. 1; Ibidem *NG*, nº 1038 (1951 Dez.9), p. 2; Ibidem *CG*, nº 5754 (1951 Dez.14), p. 1.

¹⁰⁹⁴ Ibidem *CG*, nº 5783 (1952 Jul.4), p. 1; Ibidem *CG*, nº 5793 (1952 Set.12), p. 2.

¹⁰⁹⁵ Ibidem *CG*, nº 5802 (1952 Nov.14), p. 3.

¹⁰⁹⁶ Ibidem *NG*, nº 1225 (1955 Jun.26), p. 2.

¹⁰⁹⁷ Ibidem *NG*, nº 1232 (1955 Ago.14), p. 1; Ibidem *CG*, nº 5944 (1955 Ago.5), p. 2; Ibidem *CG*, nº 5945 (1955 Ago.12), p. 2.

¹⁰⁹⁸ Ibidem *CG*, nº 5949 (1955 Set.9), p. 3; Ibidem *CG*, nº 5954 (1955 Out.14), p. 3; Ibidem *NG*, nº 1236 (1955 Set.11), p. 2.

¹⁰⁹⁹ Ibidem *CG*, (1960 Jan.13), p. 3.

do muro, para alinhamento e regularização da rua¹¹⁰¹. Esse caminho estava em Janeiro de 1940 quase intransitável em dias de chuva, devido à lama que acumulava¹¹⁰². A Câmara em sessão de 21 de Março de 1957 aprova a proposta do vereador José Maria Pinto de Almeida, solicitando o arranjo do espaço entre o Mercado e SMS, de modo a permitir, que para este local se desviassem, ao sábado, os vendedores de louça, funilaria, plantas da horta, etc¹¹⁰³.

Em Fevereiro de 1962 a imprensa criticara o mau estado da rua¹¹⁰⁴.

Mais tarde, em Julho de 1962, a Câmara aprovou a nomenclatura de alguns arruamentos, que lhe foi proposta pela Comissão de Toponímia, devido à grande expansão da cidade. Assim passa a designar-se por Rua Dr. Avelino da Silva Guimarães a rua, que, partindo junto da igreja de S. Domingos, envolvia o Mercado pela parte Sul e ligava à Rua Paio Galvão¹¹⁰⁵.

Em 1964 a imprensa volta a criticar o seu estado de conservação¹¹⁰⁶.

A CMG, em sessão de 9 de Novembro de 1966, deliberou incluir no plano de actividades para o seguinte ano o alargamento da rua situada entre a fachada norte do edifício da SMS e o Mercado Municipal¹¹⁰⁷. Finalmente é tomada uma medida para protecção dos transeuntes, decidida pela Câmara, em sessão de 2 de Novembro de 1967, por proposta do seu Presidente, que deliberou proceder à iluminação da Rua Avelino da Silva Guimarães¹¹⁰⁸.

Em Janeiro de 1968 a imprensa insiste no arranjo definitivo da rua¹¹⁰⁹.

É em Setembro de 1973, que a Câmara delibera pagar os consertos assumidos com o arranjo da rua entre o edifício da SMS e o Mercado Municipal, no valor de 9.500\$00¹¹¹⁰.

A Rua de Gil Vicente era uma das ruas mais importantes da cidade¹¹¹¹.

¹¹⁰⁰ Ibidem CG, n° 6190 (1960 Abr. 29), p. 3.

¹¹⁰¹ Ibidem NG, n° 24 (1932 Jun. 19), p. 3.

¹¹⁰² Ibidem CG, n° 5134 (1940 Jan.26), p. 1.

¹¹⁰³ Ibidem CG, n° 6029 (1957 Mar.22), p. 3; Ibidem NG, n° 1318 (1957 Mar.31), p. 3.

¹¹⁰⁴ Ibidem CG, n° 6285 (1962 Fev.16), p. 2.

¹¹⁰⁵ Ibidem NG, n° 1595 (1962 Jul.22), p. 3.

¹¹⁰⁶ Ibidem CG, n° 6412 (1964 Jul.24), p. 4.

¹¹⁰⁷ Ibidem CG, n° 6533 (1966 Nov18), p. 2.

¹¹⁰⁸ Ibidem CG, n° 6583 (1967 Nov.11), p. 2.

¹¹⁰⁹ Ibidem CG, n°6592 (1968 Jan.13), p. 1.

¹¹¹⁰ Ibidem NG, n° 2177 (1973 Set. 22), p. 1.

¹¹¹¹ Ibidem NG, n° 10 (1932 Mar.14), p. 1.

A imprensa dizia em 1932, que a rua de Gil Vicente estava um primor e era então necessário, que os proprietários mandassem reparar a frontaria dos seus prédios¹¹¹², para ficar ainda melhor.

Em inícios de 1933 a imprensa começa a queixar-se do Teatro Gil Vicente, pois “*o indecente, o nauseabundo Teatro Gil Vicente é indigno da nossa terra*”¹¹¹³ e continua com críticas ao barracão¹¹¹⁴. Mas nesse mesmo ano começa a divulgar-se que “*Guimarães vai ter uma nova casa de espectáculos*”¹¹¹⁵. Entretanto vai-se criticando o barracão¹¹¹⁶ o que levou a que em 1940 o Teatro Gil Vicente estivesse já fechado¹¹¹⁷. Uma comissão de vimaranenses projectava fazer obras no edifício, onde este funcionou, adaptando-o a cinema¹¹¹⁸. Mas isso não aconteceu e em 1942 anuncia-se que o antigo salão de cinema Gil Vicente estava a passar por uma completa remodelação, a fim de ali ser instalado um armazém da Junta dos Produtos Pecuários¹¹¹⁹. Em Março de 1944 é anunciado que foi, finalmente, resolvido, amigavelmente o caso que estava a entrar a obra dos Armazéns de Alberto Pimenta Machado e que esta iria então prosseguir até à esquina da Rua de Gil Vicente¹¹²⁰.

A Câmara, em sessão de 15 de Julho de 1959, tomou conhecimento das circulares recebidas da Direcção Geral da Urbanização do Distrito de Braga, que informavam terem sido aprovados os projectos de saneamento da Rua Gil Vicente, Avenida Eng. Duarte Pacheco e das Ruas da Arcela e Dr. Joaquim de Meira¹¹²¹.

Também se interferiu no trânsito da rua e em sessão da Câmara de 12 de Março de 1963 decidiu-se alterar as placas de estacionamento da Rua de Gil Vicente, com vista a melhor visibilidade para quem vinha da viela dos Bimbais, proibindo o estacionamento do lado direito de quem descia e do lado esquerdo de quem subia¹¹²².

Em Abril 1964 já estava em vias de ser aprovado o projecto de um prédio importante, que iria ser construído na esquina da Rua de Gil Vicente e da Rua Alfredo

¹¹¹² Ibidem *NG*, nº 46 (1932 Nov.27), p. 1.

¹¹¹³ Ibidem *NG*, nº 52 (1933 Jan.22), p. 2.

¹¹¹⁴ Ibidem *NG*, nº 54 (1933 Fev.5), p. 1.

¹¹¹⁵ Ibidem *NG*, nº 54 (1933 Fev.5), p. 1; Ibidem *CG*, nº 4642 (1933 Fev.17), p. 1.

¹¹¹⁶ Continuando: Um barracão indecente / Afonso França: Ibidem *NG*, nº 77 (1933 Jul.16), p. 1.

¹¹¹⁷ Ibidem *CG*, 1940 Nov.22, nº 5177, p. 2.

¹¹¹⁸ Ibidem *CG*, nº 5277 (1942 Out.23), p. 3.

¹¹¹⁹ Ibidem *NG*, nº 569 (1942 Fev.27), p. 2.

¹¹²⁰ Ibidem *NG*, nº 634 (1944 Mar.26), p. 1.

¹¹²¹ Ibidem *CG*, nº 6150 (1959 Jul.17), p. 3.

¹¹²² Ibidem *CG*, nº 6341 (1963 Mar.15), p. 4; Ibidem *NG*, nº 1629 (1963 Mar.17), p. 5.

Pimenta, em substituição do que lá estava¹¹²³. Assim pensava-se que iriam desaparecer os terrenos que confinavam com a via pública, e onde se podiam construir vários edifícios¹¹²⁴.

Em reunião da Câmara de 23 de Novembro 1966, por proposta do vereador Dr. Daniel Nunes de Sá, a Câmara deliberou proceder, no ano de 1967, à remodelação da iluminação pública, entre outras, da Rua Gil Vicente, que ficaria no género da Avenida Conde de Margaride¹¹²⁵. Realmente, em 27 de Fevereiro de 1967 decide-se a substituição dos candeeiros da iluminação pública por braços de tubo galvanizado e armaduras¹¹²⁶. Em Maio de 1970 andava a rua Gil Vicente em obras de saneamento¹¹²⁷, que foram concluídas no ano seguinte¹¹²⁸.

Rua Dr. Alfredo Pimenta. Em 1931 o vereador Manuel Saraiva Brandão, apresentou na última sessão camarária entre vários projectos, o do prolongamento da rua de Paio Galvão, construindo-se no seu “terminus” uma caixa de entulho¹¹²⁹.

Em sessão de 5 de Março de 1932 a Câmara aprovou o projecto de alargamento da Rua de Paio Galvão, pelo afastamento do muro de suporte do quintal do Proposto, e o seu respectivo orçamento com a respectiva regularização do terreno, confinando o referido muro com a Estrada Nacional, mandado executar por administração directa¹¹³⁰.

Em Outubro de 1937, em sessão da Comissão Administrativa da Câmara, aprovaram-se algumas propostas, apresentadas pelo vereador A.L. de Carvalho, entre as quais a que referia: “*Que sejam intimados os proprietários de terrenos, no prolongamento da rua de Paio Galvão, a vedar com muro os mesmos terrenos que marginam o passeio público, mediante planta aprovada pela repartição de obras*”¹¹³¹.

E, logo no mês seguinte, em sessão ordinária de 5 de Novembro de 1937, a Câmara deliberou expropriar os terrenos necessários para o prolongamento da rua de Paio Galvão¹¹³², tendo-se aprovado, em sessão ordinária de 19 do mesmo mês, o

¹¹²³ Ibidem NG, nº 1686 (1964 Abr.19), p. 3.

¹¹²⁴ Ibidem CG, nº 6468 (1965 Ago.20), p. 2.

¹¹²⁵ Ibidem NG, nº 1823 (1966 Nov.27), p. 3.

¹¹²⁶ Ibidem NG, nº 1836 (1967 Fev.26), p. 5; Ibidem CG nº2075 (1971 Out. 9), p.1

¹¹²⁷ Ibidem NG, nº 2005 (1970 Maio 23), p. 5.

¹¹²⁸ Ibidem NG, nº 2075 (1971 Out.9), p. 1.

¹¹²⁹ Ibidem CG, nº 4509 (1931 Out.16), p. 2.

¹¹³⁰ Ibidem NG, nº 10 (1932 Mar.14), p. 1.

¹¹³¹ Ibidem NG, nº 193 (1937 Out.14), p. 2.

¹¹³² Ibidem CG, nº 5019 (1937 Nov.12), p. 3.

projecto e orçamento de uma entulheira geral, resolvendo-se pedir a comparticipação do Estado¹¹³³.

Assim, em sessão de 10 de Dezembro de 1937, a Comissão Administrativa da Câmara resolveu aprovar o projecto e orçamento de uma entulheira geral no prolongamento da rua de Paio Galvão, ligando à ponte de Santa Luzia, e pedir a comparticipação do estado¹¹³⁴.

Foi apenas em sessão de 6 de Outubro de 1944, que a Câmara aprovou o projecto de pavimentação a paralelepípedos da Rua Paio Galvão, prolongamento¹¹³⁵, e resolveu solicitar ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações a comparticipação do Estado para a execução desta obra¹¹³⁶.

A CMG, em sessão de 13 de Março de 1946, decidiu aprovar o programa de concurso e caderno de encargos da obra de pavimentação da Rua de Paio Galvão (prolongamento), em Guimarães, e abrir concurso público para a arrematação dessa obra¹¹³⁷.

Em 1946 a imprensa informa-nos, que não se podem fazer edificações nos terrenos, que marginam o lado esquerdo do prolongamento da rua Paio Galvão¹¹³⁸.

Em Dezembro de 1950, por proposta do vereador Manuel Alves de Oliveira, foi resolvido dar o nome do Dr. Alfredo Pimenta, mestre de Portugalidade, ao prolongamento da Rua Paio Galvão, desde a rua de Gil Vicente a Benlhevai¹¹³⁹.

Em sessão de 5 de Abril de 1956 decidiu-se abrir concurso público para a obra de terraplanagens e muros de suporte dos arruamentos e praceta de acesso à Central de Camionagem, compreendidos entre a estrada de Guimarães-Braga e a Avenida Conde de Margaride; foi ainda apresentado um requerimento da Firma Amadeu C. Penafort & Filhos, acompanhado de novo aditamento ao projecto da obra que pretendia efectuar na Rua Alfredo Pimenta. A Câmara em face da informação da Repartição de Obras deliberou conceder a respectiva licença¹¹⁴⁰.

¹¹³³ Ibidem CG, nº 5021 (1937 Nov.26), p. 3; Ibidem NG, nº 301 (1937 Nov.14), p. 5.

¹¹³⁴ Ibidem NG, nº 305 (1937 Dez.12), p. 3.

¹¹³⁵ Ibidem CG, nº 5380 (1944 Out.13), p. 1.

¹¹³⁶ Ibidem NG, nº 663 (1944 Out.15), p. 1.

¹¹³⁷ Ibidem CG, nº 5457 (1946 Abr.5), p. 3.

¹¹³⁸ Ibidem CG, nº 5466 (1946 Jun.7), p. 3.

¹¹³⁹ Ibidem CG, nº 5702 (1950 Dez.15), p. 2.

¹¹⁴⁰ Ibidem NG, nº 1266 (1956 Abr.8), p. 3.

Entretanto, em Dezembro de 1957, começa a abrir-se uma nova artéria, que ligaria a rua Dr. Alfredo Pimenta à Rua de S. Gonçalo, e, mal os trabalhos começaram, o local transformou-se imediatamente num depósito de lixo¹¹⁴¹.

A Câmara, em sessão de 15 de Janeiro de 1958, decidiu admitir e aprovar, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Presidente, pedindo o arranjo da zona fronteira à Escola Francisco de Holanda¹¹⁴².

A CMG, em reunião de 9 de Julho de 1958, decidiu abrir concurso público para execução da obra de rede de esgotos da Rua de S. Gonçalo, Dr. Alfredo Pimenta e da Central de Camionagem¹¹⁴³ e em sessão de 10 de Dezembro de 1958, decidiu adjudicar a Domingos Soares Lopes os trabalhos de “rede de esgotos” das ruas de acesso à Central de Camionagem e troço da EN 101 (Rua de S. Gonçalo) e Rua Dr. Alfredo Pimenta (entre os perfis 120 e 123) pela quantia de 404.876\$00¹¹⁴⁴.

Em Maio de 1971 comentava-se o plano de criar um centro urbano na Rua Dr. Alfredo Pimenta. Durante alguns dias esteve exposto, numa das montras da Merceria e Confeitaria Martins, ao Largo do Tournal, uma maquete e vários desenhos elucidativos do que se pretendia fazer¹¹⁴⁵.

Em Junho de 1971 teve plena aprovação o projecto urbanístico para a Rua Dr. Alfredo Pimenta apresentado pela Empresa de Construções Guimar, estando o terreno a ser talhonado para ser posto em hasta pública¹¹⁴⁶.

Alguns meses mais tarde, em Agosto desse ano, foi apresentado em reunião da Câmara Municipal, tendo sido aprovado o anteprojecto do “Centro Urbano da Rua Dr. Alfredo Pimenta” e ainda o loteamento e regulamento do terreno ocupado pela feira semanal da cidade¹¹⁴⁷.

Em Janeiro de 1972 foi remetido à Direcção de Urbanização do Distrito de Braga, para a necessária aprovação, o anteprojecto do novo arranjo urbanístico, que esteve patente ao público na montra de um estabelecimento comercial do Largo do Tournal¹¹⁴⁸.

¹¹⁴¹ Ibidem *NG*, nº 1356 (1957 Dez.20), p. 3.

¹¹⁴² Ibidem *NG*, nº 1360 (1958 Jan.19), p. 3; Ibidem *CG*, nº 6072 (1958 Jan.17), p. 3;

¹¹⁴³ Ibidem *CG*, nº 1386 (1958 Jul.20), p. 3.

¹¹⁴⁴ Ibidem *CG*, nº 6119 (1958 Dez.12), p. 4.

¹¹⁴⁵ Ibidem *NG*, nº 2054 (1971 Maio 15), p. 1.

¹¹⁴⁶ Ibidem *NG*, nº 2054 (1971 Maio 15), p. 1.

¹¹⁴⁷ Ibidem *NG*, nº 2069 (1971 Ago.28), p. 1.

¹¹⁴⁸ Ibidem *NG*, nº 2088 (1972 Jan.8), p. 1.

No mês seguinte o Presidente da Câmara trabalhou com o Arquitecto César Costa e Eng. Eurico Pinto da Silva, para tratar da urbanização da Rua Dr. Alfredo Pimenta¹¹⁴⁹.

Em 1972 diziam assim os cronistas da nossa imprensa regional: “*Expansão: Descendo a colina - Referimo-nos ultimamente à urbanização da zona da Conceição. Desçamos, agora, a colina e vejamos a necessidade que se nos depara do alargamento da Rua que vai da ponte de Santa Luzia até à Conceição e que ignoramos se terá sido tomada em conta no plano de urbanização daquela zona. Temos depois as Projectadas construções da Rua Dr. Alfredo Pimenta, que vêm dar àquela rua uma outra perspectiva urbanista que muito a valorizará. Mas não será de ter em conta que se aproveite todo o subsolo, na parte voltada ao malfadado Estádio, para instalação de uma Estação de Serviço, com parque para automóveis, de tanta utilidade nesta nossa terra em lugares apropriados para estacionamento? Seria ouro sobre azul, como soe dizer-se. [...]*”¹¹⁵⁰.

Em Novembro de 1973 estava angariada a necessária aprovação superior para o projecto urbanístico, que permitiria a criação de um moderno centro urbano nos terrenos, que ladeavam a Rua Dr. Alfredo Pimenta¹¹⁵¹, mas que não chegou a concretizar-se. Lá permaneceu muitos anos a Estação de Camionagem e posteriormente foi construída uma alameda.

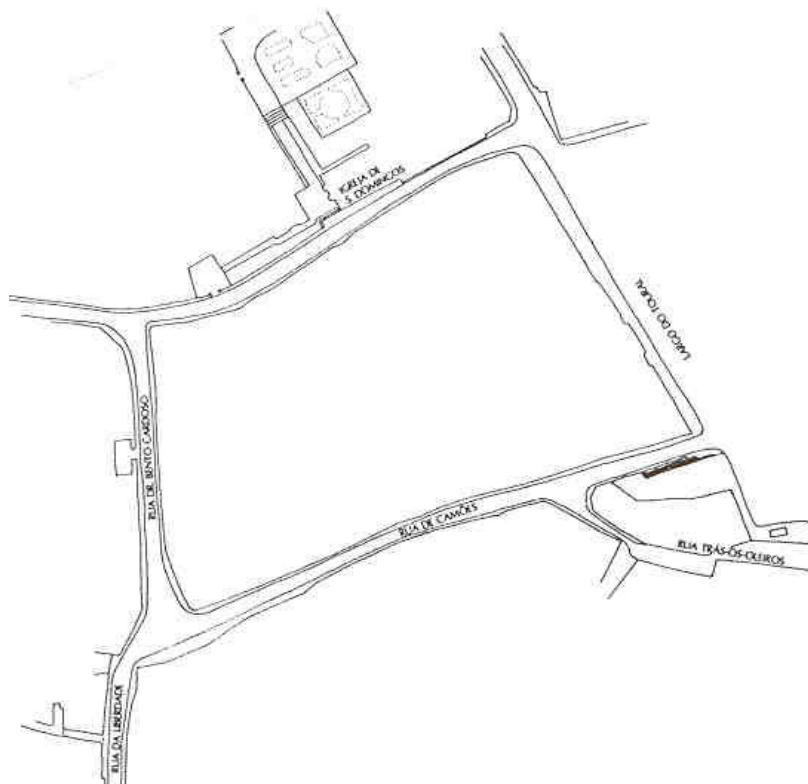
Rua D. João I. A Rua D. João I encontrava-se praticamnte ao abandono, tal como os monumentos e equipamentos urbanos nela localizados¹¹⁵².

¹¹⁴⁹ Ibidem NG, nº 2095 (1972 Fev.26), p. 1.

¹¹⁵⁰ Ibidem CG, nº 6819 (1972 Jun. 17), p. 2.

¹¹⁵¹ Ibidem NG, nº 2186 (1973 Nov.24), p. 1.

¹¹⁵² Ibidem CG, nº 3992 (1925 Jul.16), p. 1.



Em 1929 os moradores da Rua D. João I queixavam-se contra a pouca limpeza que havia num tanque de água, que existia naquela rua, e diziam que o cheiro os incomodava profundamente¹¹⁵³.

Entretanto, em 1931 o claustro do extinto Convento de S. Domingos, pertença da SMS, estava a ser restaurado, mas este não deve ter sido suficiente¹¹⁵⁴, pois a imprensa comenta que o património artístico vimezanense se encontra em muito mau estado e que o claustro gótico de S. Domingos estava a cair¹¹⁵⁵, voltando posteriormente a insistir no assunto¹¹⁵⁶.

Em Junho de 1932, depois de ter passado por uma grande transformação, abriu de novo ao culto a capela da Venerável Ordem Terceira de S. Domingos¹¹⁵⁷, localizada na referida artéria.

Entretanto a obra da Rua Gil Vicente ia muito adiantada. Tinha novos candeeiros já a funcionar e a pavimentação a paralelepípedos dava-lhe um aspecto

¹¹⁵³ Ibidem *CG*, nº 4285 (1929 Jul.19), p. 1.

¹¹⁵⁴ Ibidem *CG*, nº 4447 (1931 Mar.6), p. 1.

¹¹⁵⁵ Ibidem *CG*, nº 4501 (1931 Set.18), p. 1.

¹¹⁵⁶ Ibidem *CG*, nº 4506 (1931 Out.6), p. 1.

moderno. Mas dizia-se, que quando aquela artéria chegasse ao lugar dos Pombais, a cidade teria que aplaudir a Câmara Municipal, pois nessa ocasião conseguir-se-ia que o trânsito não ficasse impedido pela “*imunda*” Rua de D. João I, pondo-se assim termo, aos comentários de quem visitasse a cidade¹¹⁵⁸.

Em 1933, após uma campanha, a Câmara mandou colocar num recanto junto à Igreja de S. Domingos um fontanário, que dava importância à viela e resguardava o local, visto que o povo fazia daquele recanto um sanitário. Diz-nos a imprensa, que por economia de água, de verão foi ali cortada e o povo, após algum tempo, voltou à primitiva forma. A imprensa pedia então à Câmara, que, logo que fosse possível, mandasse abastecer aquele fontanário de água, para evitar um mal que tanto combateram e agora se repetia¹¹⁵⁹.

Em Agosto de 1935 a Câmara aprovou o projecto da construção de um lavadouro público em S. Lázaro, resolvendo pedir a comparticipação do estado¹¹⁶⁰.

Em 1935 a igreja de S. Domingos andava em obras. Por esse motivo, os actos do culto e cerimónias oficiais celebravam-se na capelinha de Santa Luzia, na época pertença desta paróquia¹¹⁶¹. Ainda nesse mesmo ano a igreja, que era a paroquial de S. Paio, necessitava obras urgentes a que se procedia na altura. Alguém interveio no caso, chamando a atenção, pois tratava-se dum Monumento Nacional, que ia sendo profanado. Por isso foram embargadas as obras. Um engenheiro veio apreciá-las de perto, e de novo se começaram, sob a direcção do mesmo¹¹⁶².

Em 1935 Jerónimo Sampaio noticiou numa das suas crónicas no *Comércio do Porto*, o estado lastimável em que se encontrava o Cruzeiro dos Pombais, o que foi notado, pois constou-se que iria ser restaurado¹¹⁶³.

Entretanto prosseguiam com afã as obras da antiga igreja de S. Domingos. Estas eram dirigidas pelo vimaranense José Ribeiro de Freitas e sujeitas à superintendência de Baltazar de Castro, director dos Monumentos Nacionais do Norte¹¹⁶⁴, devendo as obras prolongar-se por alguns meses, diziam¹¹⁶⁵. Também se

¹¹⁵⁷ Ibidem *NG*, nº 23 (1932 Jun.13), p. 3.

¹¹⁵⁸ Ibidem *NG*, nº 39 (1932 Out.9), p. 2.

¹¹⁵⁹ Ibidem *CG*, nº 4720 (1933 Dez.5), p. 1.

¹¹⁶⁰ Ibidem *NG*, nº 186 (1935 Ago.25), p. 2.

¹¹⁶¹ Ibidem *CG*, nº 4865 (1935 Jun.16), p. 1.

¹¹⁶² Ibidem *CG*, nº 4890 (1935 Set.6), p. 1.

¹¹⁶³ Ibidem *NG*, nº 189 (1935 Set.15), p. 1.

¹¹⁶⁴ Ibidem *CG*, nº 4894 (1935 Set.20), p. 1.

¹¹⁶⁵ Ibidem *NG*, nº 190 (1935 Set.22), p. 3.

referia que iriam desaparecer os altares de talha dourada¹¹⁶⁶. Assim, todos os actos religiosos, passaram para a igreja da Misericórdia¹¹⁶⁷. Mas pouco tempo depois, em Outubro de 1935, as obras paralisaram, dizendo-se que se estava a proceder à elaboração da respectiva planta¹¹⁶⁸. Falou-se mesmo que esta igreja era “o novo convento do Carmo, de Lisboa”¹¹⁶⁹. Mas lentamente lá vinham os financiamentos do Estado e as obras iam prosseguindo¹¹⁷⁰. As verbas vêm aos poucos e muito reduzidas desde 1936 até à inauguração da obra.

Em Outubro de 1937, em reunião da Comissão Administrativa, a Câmara aprovou uma proposta apresentada pelo vereador A.L. de Carvalho: “*Que se venda, em hasta pública, uma porção de terreno municipal que mede 42 m² e se encontra servindo de lixeira, ao lado nascente da Rua D. João I, próximo ao Largo de S. Lázaro, estabelecendo-se como condição a construção de uma casa no referido terreno*”¹¹⁷¹.

Em Julho de 1938 pedia-se a conclusão das obras que estavam paradas¹¹⁷² e, entretanto, a igreja é transformada provisoriamente em armazém de ornamentações onde alguns operários trabalhavam na confecção de ornamentações destinadas às Festas da Cidade¹¹⁷³. As obras começaram havia três anos e ainda não tinham terminado¹¹⁷⁴.

Em 1940 a imprensa queixava-se que as paredes de S. Domingos, que se encontravam há muito em ruínas, ameaçam perigo, podendo mesmo derrocar, pelo que se pedia providências¹¹⁷⁵. Ainda neste mesmo ano, em sessão de 14 de Agosto, deliberou-se a pavimentação da Rua D. João I, orçada na quantia de 137 574\$45¹¹⁷⁶, cujo programa de concurso para adjudicação, por empreitada, apenas foi aprovado na sessão do dia 30 de Abril de 1941, mandando-se publicar os respectivos editais¹¹⁷⁷. No entanto, em sessão do dia 21 de Maio de 1941, a Câmara Municipal deliberou adiar para 12 de Junho a arrematação da obra de pavimentação da Rua D. João I marcada para 28, devido ao respectivo caderno de encargos ainda não ter sido aprovado

¹¹⁶⁶ Ibidem CG, n° 4896 (1935 Set.27), p. 1.

¹¹⁶⁷ Ibidem CG, n° 4902 (1935 Out.18), p. 1.

¹¹⁶⁸ Ibidem CG, n° 4904 (1935 Out.25), p. 1.

¹¹⁶⁹ Ibidem NG, n° 197 (1935 Nov.11), p. 2.

¹¹⁷⁰ Ibidem NG, n° 206 (1936 Jan.12), p. 1.

¹¹⁷¹ Ibidem NG, n° 193 (1937 Out.14), p. 2.

¹¹⁷² Ibidem NG, n° 334 (1938 Jul.7), p. 1; Ibidem NG, n° 334 (1938 Jul.3), p. 1.

¹¹⁷³ Ibidem NG, n° 335 (1938 Jul.10), p. 4.

¹¹⁷⁴ Ibidem CG, n° 5065 (1938 Set.30), p. 2.

¹¹⁷⁵ Ibidem NG, n° 445 (1940 Ago.11), p. 1.

¹¹⁷⁶ Ibidem CG, n° 5164 (1940 Ago.14), p. 3.

¹¹⁷⁷ Ibidem NG, n° 483 (1941 Maio 4), p. 4.

superiormente¹¹⁷⁸. Finalmente, em sessão de dia 12 de Junho de 1941, foi posta em Praça e arrematação a obra de pavimentação a paralelepípedos, tendo comparecido seis licitantes e resolvendo a Câmara, ao abrigo do disposto no artigo 14 do programa do concurso, não fazer a adjudicação e retirá-la da praça¹¹⁷⁹. Finalmente, em sessão ordinária de 16 de Junho de 1941, foi arrematada a referida pavimentação¹¹⁸⁰.

Em 11 de Julho de 1941, a imprensa noticiava que tinham principiado as obras de pavimentação a paralelos da Rua D. João I, estando por esse motivo interrompido o trânsito da mesma artéria¹¹⁸¹.

Também durante o mês de Junho de 1941 a imprensa corrobora com uma petição da mesa da Venerável Ordem Terceira de S. Domingos às autoridades, pedindo-lhes, que a bem da moral pública fosse retirado junto da antiga igreja de S. Domingos o “mictório” existente¹¹⁸².

Mas o objectivo principal eram as obras na igreja. Em Outubro de 1941 já a imprensa noticiava que iriam continuar as obras¹¹⁸³ e são concedidos subsídios para as obras de restauro¹¹⁸⁴.

Em Março de 1942 há queixas de que, devido à chuva e à falta de paralelos, estava intransitável o troço da Rua de D. João I à Avenida dos Pombais¹¹⁸⁵ e em Agosto os moradores voltam a sublinhar a necessidade de as obras de pavimentação em curso ficarem concluídas antes do inverno, pois o contrário causaria, como já acontecera no ano anterior, grandes contrariedades às pessoas, que ali moravam e ali tivessem de passar¹¹⁸⁶.

A Câmara Municipal, em sessão de 16 de Agosto de 1942, leu o ofício do Presidente da secção de Arruamentos da Junta Autónoma das Estradas, informando que tinha sido concedido um reforço de comparticipação de 4.569\$00, correspondente ao lajedo novo não previsto no estudo de comparticipação de 40.570\$000, anteriormente concedido para a obra de pavimentação da rua¹¹⁸⁷.

¹¹⁷⁸ Ibidem *NG*, n° 486 (1941 Maio 25), p. 3.

¹¹⁷⁹ Ibidem *NG*, n° 489 (1941 Jun.15), p. 2.

¹¹⁸⁰ Ibidem *CG*, n° 5207 (1941 Jun.20), p. 2.

¹¹⁸¹ Ibidem *CG*, n° 5210 (1941 Jul.11), p. 3; Ibidem *NG*, n° 494 (1941 Jul.20), p. 3.

¹¹⁸² Ibidem *CG*, n° 5207 (1941 Jun.20), p. 2.

¹¹⁸³ Ibidem *CG*, n° 5225 (1941 Out.24), p. 1.

¹¹⁸⁴ Ibidem *CG*, n° 5287 (1943 Jan.1), p. 2; Ibidem *CG*, n° 5239 (1942 Jan.30), p. 1.

¹¹⁸⁵ Ibidem *CG*, n° 5245 (1942 Mar.13), p. 1.

¹¹⁸⁶ Ibidem *NG*, n° 551 (1942 Ago.23), p. 2.

¹¹⁸⁷ Ibidem *CG*, n° 5269 (1942 Ago.28), p. 4.

Entretanto, em 1942 a imprensa fez uma campanha a favor da limpeza e reparação do Padrão de S. Lázaro¹¹⁸⁸ e conseguiu, que, em Março de 1943, já se procedesse à limpeza e arranjo do recinto, que cercava o monumento, realçando que era necessário, que o guarda da barreira vigiasse o rapazio de modo a que ele não estragasse a obra¹¹⁸⁹. Em Maio de 1951, o vereador Dr. Carlos Saraiva propõe que fosse mandado vistoriar o Padrão de S. Lázaro, devido a uma pedra da sua base se encontrar fora do alinhamento, e que fosse efectuada uma limpeza geral no monumento¹¹⁹⁰.

Na igreja de S. Domingos prosseguiram as obras aos “soluços”. Paravam ou avançavam de acordo com os subsídios que eram atribuídos. Em Abril de 1942 já se tinha concluído o restauro da frontaria da igreja e prosseguia então nas janelas superiores às naves¹¹⁹¹.

Em 1943 existia ainda na rua de D. João I o tanque, a meio da rua. Outrora este tanque era em recinto fechado, mas, nesta época, já se encontrava devassado, apresentando muito mau aspecto¹¹⁹². Alguns anos mais tarde, no ângulo das ruas de D. João I e Dr. Bento Cardoso, foi inaugurada, em 1948, a nova sede do clube de futebol Vitória de Guimarães¹¹⁹³.

Entretanto a Câmara delibera, em sessão de 2 de Fevereiro de 1956, mandar executar a reconstrução do passeio, em lajedo de cantaria, que margina, pelo lado sul, a igreja de S. Domingos¹¹⁹⁴.

Como reconhecimento da antiguidade e importância da rua e dos seus monumentos e casario, é delimitada a zona de protecção do Padrão de D. João I e dos edifícios de interesse público da Rua D. João I, publicada no Diário do Governo, 2ª série, nº 195, de 21 de Agosto de 1958¹¹⁹⁵, e a CMG, em reunião de 17 de Setembro de 1958, tomou conhecimento dum ofício da Secção de Finanças do concelho, informando, que, conforme foi determinado superiormente, a Câmara não poderá autorizar quaisquer obras, sem que ouça previamente, a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, dentro da zona de protecção do Padrão de D. João I¹¹⁹⁶.

¹¹⁸⁸ Ibidem CG, nº 5270 (1942 Set.4), p. 1.

¹¹⁸⁹ Ibidem CG, nº 5297 (1943 Mar.12), p. 3.

¹¹⁹⁰ Ibidem NG, nº 1009 (1951 Maio 20), p. 3.

¹¹⁹¹ Ibidem NG, nº 583 (1943 Abr.4), p. 1.

¹¹⁹² Ibidem NG, nº 588 (1943 Maio 9), p. 2.

¹¹⁹³ Ibidem NG, nº 851 (1948 Maio 23), p. 1.

¹¹⁹⁴ Ibidem CG, nº 5970 (1956 Fev.13), p. 3; Ibidem NG, nº 1257 (1956 Fev.5), p. 2.

¹¹⁹⁵ PDM: Guimarães.

¹¹⁹⁶ Ibidem CG, nº 1396 (1958 Set.28), p. 3.

Entretanto, principiam, também, obras na frontaria do Hospital de S. Domingos¹¹⁹⁷, e retomam as da igreja, por mais algum tempo¹¹⁹⁸, uma vez que foi votada uma verba de 80 contos para conclusão dos trabalhos¹¹⁹⁹. Esta é, também, classificada como Monumento de Interesse Público pelo Diário do Governo n.º 42255, de 8 de Maio de 1959¹²⁰⁰. Começa-se então a pensar finalmente na conclusão destas¹²⁰¹.

Junto à Rua D. João I existe, ainda, o Claustro gótico do antigo Convento de S. Domingos, propriedade da Sociedade Martins Sarmento. Aquando da visita do Ministro das Obras Públicas a Guimarães, em 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1959, este fez um despacho, publicado pela imprensa em Abril, em que se referia que o Estado continuaria a dar apoio à conclusão do edifício da Sociedade Martins Sarmento e ainda que *“Oferece decidido interesse o restauro do claustro anexo ao edifício próprio da SMS, obrigando aparentemente à supressão da galeria superior, e consequentemente construção de um corpo destinado ao museu da instituição. A DGEMN promoverá o estudo desta obra, tornando-se urgente levá-lo até ao ponto de resultar definida a sua articulação com o edifício da Sociedade, em curso de construção. Há de facto problemas de circulação a estudar cuidadosamente e seria interessante dar uma função adequada à escadaria que serve actualmente de acesso à galeria por cima do claustro. Porventura este deveria ser o acesso principal às instalações da Sociedade”*¹²⁰².

A rua de D. João I necessitava também de “melhoramentos” e em sessão da Câmara, de 28 de Novembro de 1959, o vereador Manuel Soares Moreira Guimarães propôs e a Câmara aprovou a modificação da iluminação pública, desde a Rua Dr. Bento Cardoso ao Matadouro, com candeeiros de braço e lâmpadas ML¹²⁰³. Entretanto a Câmara Municipal, em reunião de 18 de Novembro de 1959, resolve aceitar também o orçamento da firma Jordão para a instalação de 16 suportes de parede tipo “Alba” no montante de 30 206\$40¹²⁰⁴.

¹¹⁹⁷ Ibidem CG, n.º 6103 (1958 Ago.22), p. 2; Ibidem CG, n.º 6104 (1958 Ago.29), p. 1.

¹¹⁹⁸ Ibidem CG, n.º 6111 (1958 Out.17), p. 2.

¹¹⁹⁹ Ibidem CG, n.º 6121 (1958 Dez.26), p. 2.

¹²⁰⁰ PDM: Guimarães.

¹²⁰¹ Ibidem CG, n.º 6159 (1959 Set.18), p. 2; Ibidem CG, n.º 6164 (1959 Out.23), p. 3.

¹²⁰² Ibidem NG, n.º 1426 (1959 Abr.26), p. 1.

¹²⁰³ Ibidem CG, n.º 6166 (1959 Nov.6), p. 4.

¹²⁰⁴ Ibidem NG, n.º 1458 (1960 Dez.6), p. 6.

Em sessão de 22 de Março de 1960 a Câmara toma conhecimento do despacho do Director Geral dos Serviços de Urbanização, que autorizava para o plano adicional de 1960 o arranjo do arruamento entre as ruas de Paio Galvão e D. João I¹²⁰⁵.

Depois de tanto tempo, as obras da igreja de S. Domingos pareciam não mais acabar. Mas, finalmente, em reunião de Câmara de 14 de Junho de 1960 esta deliberou, entre outras coisas, promover e colaborar nas cerimónias de inauguração de vários monumentos, que se realizavam no dia 24 com a presença do Presidente da República e de alguns ministros: restauro da igreja de S. Domingos, edifício da Caixa Geral de Depósitos, Praça Mumadona e Palácio da Justiça, Bairro de Urgezes, Rodovia de Covas ao Castanheiro¹²⁰⁶.

Com o restauro concluído e a igreja inaugurada, a população começa a inquirir, para quando a sua abertura ao culto? Mas, faltam ainda as peanhas onde devem assentar os plintos para as imagens¹²⁰⁷, o estrado para a música, por o coro ser demolido e tapetes e passadeiras¹²⁰⁸. Em Agosto de 1961 o Ministério das Obras Públicas, através da DGEMN entrega definitivamente à Paróquia de S. Paio a igreja de S. Domingos como sede da paróquia¹²⁰⁹. No dia 1 de Outubro ela é solenemente benzida e aberta ao culto¹²¹⁰.

A Câmara Municipal de Guimarães continua a tentar melhorar a Rua D. João I e em sessão de 31 de Julho de 1963 decidiu proceder ao estudo para a construção de um lavadouro público, à entrada da cidade, e beneficiar as condições de limpeza e fornecimento de água ao que se encontrava situado na Rua D. João I¹²¹¹. Assim, a Câmara decidiu, em sessão de 28 de Novembro de 1964, a eliminação dos lavadouros públicos do largo da República do Brasil e do Largo dos Pombais, junto ao Matadouro Municipal¹²¹², o que não chegou a concretizar-se.

A antiga **Rua das Lameiras** continuava praticamente na mesma. A Câmara Municipal de Guimarães, em reunião de 7 de Dezembro de 1966, aprovou por

¹²⁰⁵ Ibidem CG, nº 6186 (1960 Mar.25), p. 4.

¹²⁰⁶ Ibidem CG, nº 6200 (1960 Jul.1), p. 1; Ibidem NG, nº 1486 (1960 Jun. 19), p. 5; Ibidem NG, nº 1486 (1960 Jun.19), p. 1.

¹²⁰⁷ Ibidem CG, nº 6220 (1960 Nov.18), p. 4.

¹²⁰⁸ Ibidem CG, (1961 Jan.20), p. 2.

¹²⁰⁹ Ibidem CG, nº 6259 (1961 Ago.18), p. 2; Ibidem NG, nº 1547 (1961 Ago.20), p. 1.

¹²¹⁰ Ibidem CG, nº 6267 (1961 Out.13), p. 2; Ibidem CG, nº 6269 (1961 Out.27), p. 1; Ibidem NG, nº 1556 (1961 Out.22), p. 7; Ibidem NG, nº 1557 (1961 Out.29), p. 1; Ibidem NG, nº 1558 (1961 Nov.5), p. 1.

¹²¹¹ Ibidem CG, nº 6361 (1963 Ago.2), p. 3; Ibidem NG, nº 1650 (1963 Ago.11), p. 6; Ibidem nº 1650 (1963 Ago.11), p. 6.

unanimidade, entre outras propostas, a do Presidente, António Manuel Rodrigues Guimarães, que pedia a mudança para mercúrio da iluminação da Rua das Lameiras¹²¹³.

A **Rua de Camões** era uma antiga rua muito frequentada, uma vez que ligava a zona de subúrbios e bairros operários ao Toural. Nela foram abertos em Abril de 1927 um sanitários, que a Câmara Municipal tinha mandado fazer¹²¹⁴. Alguns anos mais tarde, a Câmara Municipal, em sessão de 10 de Setembro de 1941, deliberou autorizar a circulação de viaturas nos dois sentidos¹²¹⁵. Entretanto, alguns anos depois, em sessão de 18 de Abril de 1944, o Comissário do Desemprego informava, que tinha concedida à Câmara uma comparticipação de 59.365\$00 para a obra de “*pavimentação a paralelepípedos e renovação de passeios das Ruas Dr. Bento Cardoso e Camões*”¹²¹⁶, tendo a Câmara decidido, em sessão de 30 de Junho de 1944¹²¹⁷, pô-la novamente a concurso, com um aumento de 10%¹²¹⁸, pela base de licitação de 48.413\$83. Em sessão de 8 de Setembro de 1944 a JAE informa, que a Câmara pode abrir novo concurso para a obra de “*Pavimentação a paralelepípedos e renovação de passeios das Ruas Bento Cardoso e Camões*”¹²¹⁹. Entretanto, em sessão de 15 de Janeiro de 1945, o Comissário do Desemprego dizia, que esta obra tinha sido reforçada com 18 235\$00, sendo o prazo para início dos trabalhos prorrogado por mais quatro meses¹²²⁰. A Câmara, em 20 de Abril de 1945, deliberou que a iluminação da Rua de Camões fosse feita por meio de braços colocados nas paredes dos respectivos prédios¹²²¹. Em Março de 1946 já a referida obra se encontrava terminada¹²²².

Entretanto procura-se prosseguir com o arranjo da rua e em sessão de 2 de Abril de 1947 a CMG deliberou efectuar o pagamento à firma Jordão & C^a, Lda de 319.500\$00 para electrificação, entre outras, da rua de Camões¹²²³, obra que já estava terminada em Junho de 1948¹²²⁴.

¹²¹² Ibidem NG, n° 1715 (1964 Nov.3), p. 5.

¹²¹³ Ibidem NG, (1966 Dez. 18), p. 2.

¹²¹⁴ Ibidem CG, n° 4067 (1927 Abr.26), p. 2.

¹²¹⁵ Ibidem NG, n° 502 (1941 Set.14), p. 3.

¹²¹⁶ Ibidem CG, n° 5356 (1944 Abr. 28), p. 1.

¹²¹⁷ Ibidem CG, n° 5366 (1944 Jul.7), p. 4.

¹²¹⁸ Ibidem NG, n° 649 (1944 Jun.9), p. 3; Ibidem NG, n° 646 (1944 Jun.18), p. 3.

¹²¹⁹ Ibidem CG, n° 5378 (1944 Set.29), p. 4.

¹²²⁰ Ibidem CG, n° 5394 (1945 Jan.19), p. 2; Ibidem NG, n° 678 (1945 Jan.28), p. 3.

¹²²¹ Ibidem CG, n° 5407 (1945 Abr.20), p. 3.

¹²²² Ibidem CG, n° 5456 (1946 Mar.29), p. 3.

¹²²³ Ibidem NG, n° 792 (1947 Abr.6), p. 5.

¹²²⁴ Ibidem NG, n° 853 (1948 Jun.6), p. 3.

A rua vai beneficiando com a instalação de vários equipamentos. A Câmara, em sessão de 5 de Dezembro de 1957, decidiu permitir, em princípio, a ocupação do subsolo da ladeira sobranceira à parte nascente da Rua de Camões, conforme o requerido por José Lemos Oliveira Bastos, que pretendia ali instalar um estabelecimento para venda de tabacos, revistas e jornais, dependendo o deferimento da forma como o técnico autor do projecto encarasse a solução do problema integrando o ângulo formado pelo largo e guarda (balaustrada) num todo harmonioso¹²²⁵. Continuando nesta linha, a Câmara, em sessão de 28 de Fevereiro de 1961, decidiu aprovar o projecto e abrir concurso para execução da obra de “*ampliação e reconstrução das sentinas públicas da Rua de Camões*”¹²²⁶, tendo, em sessão de 19 de Maio de 1961, decidido abrir novamente concurso, com custo de 10% na base de licitação, para a mesma obra, devido a de ter ficado deserto o concurso anterior¹²²⁷. Assim, em reunião de 18 de Julho de 1961 decidiu adjudicar a Casimiro Ribeiro pela importância de 60.000\$00 a referida obra¹²²⁸.

Rua Dr. Bento Cardoso. Em Novembro de 1914 as senhoras idosas e doentes que se aquartelavam no Albergue de Santa Margarida instalaram-se no Convento das Dominicadas, pertencente à Câmara Municipal. Alguns dos vimaranenses gostavam mais de as ver na sua antiga morada ciceroneando os turistas que visitavam a Capela de Santa Margarida, pois consideravam mais típico e achavam que a tradição não morria¹²²⁹. Neste convento existiu uma escola e a Câmara Municipal, em sessão de 9 de Outubro de 1940 resolveu encarregar João António da Silva da obra de reparação e modificação de diversas carteiras das três salas da escola das Domínicas pela quantia de 300\$00¹²³⁰. Esta rua foi em Junho de 1937, de acordo com uma “*necessidade imperiosa*”, considerada como um dos locais ideais para a construção de um sanitário¹²³¹, que não chegou a ser instalado.

Também, em sessão de 1 de Setembro de 1942, decidiu encarregar a Repartição de Engenharia de iniciar as obras necessárias e indispensáveis a fazer no

¹²²⁵ Ibidem CG, nº 6067 (1957 Dez.13), p. 3; Ibidem NG, nº 1354 (1957 Dez.15), p. 2.

¹²²⁶ Ibidem CG, nº 6835 (1961 Mar.3), p. 3; Ibidem NG, nº 1523 (1961 Mar.5), p. 7.

¹²²⁷ Ibidem CG, nº 6845 (1961 Maio 12), p. 4.

¹²²⁸ Ibidem CG, nº 6256 (1961 Jul.28), p. 4; Ibidem NG, nº 1543 (1961 Jun.23), p. 3;

¹²²⁹ Ibidem CG, nº 416 (1934 Nov.23), p. 1.

¹²³⁰ Ibidem CG, nº 5172 (1940 Out.18), p. 4.

¹²³¹ Ibidem NG, nº 280 (1937 Jun.20), p. 2.

claustro do Convento das Domínicas¹²³². Entretanto a Igreja Paroquial, que esteve fechada ao culto durante algum tempo para obras, reabre em Setembro de 1943¹²³³.

Como já foi referido, a CMG, em sessão de 18 de Abril de 1944, tomou conhecimento de que tinha sido concedida uma comparticipação para a obra de pavimentação das Ruas Dr. Bento Cardoso e Camões¹²³⁴, mas, como não houve arrematantes, a Câmara decidiu, em sessão de 30 de Junho de 1944, pô-la novamente a concurso com aumento de 10%¹²³⁵. Entretanto, o prazo para início dos trabalhos foi prorrogado por mais quatro meses¹²³⁶. Efectivamente, em 1946 já a obra estava concluída e era dada, durante uma reunião do Concelho Municipal em 1946, como uma das obras já executadas¹²³⁷. Em 2 de Abril de 1947 a CMG delibera efectuar o pagamento à firma Jordão & C^a, Lda pela electrificação da Rua Bento Cardoso¹²³⁸.

Em Novembro de 1969 recebeu-se a seguinte comunicação do Ministério das Obras Públicas, informando que, por portaria de 29 de Setembro de 1969, tinha sido concedida, pelo fundo de Desemprego, à Comissão Fabriqueira da Paróquia de S. Sebastião, a comparticipação de 200.000\$00 para a obra de “Restauro da igreja de S. Sebastião de Guimarães”¹²³⁹. A imprensa referia em 1970 que no Primeiro Plano Adicional de Melhoramentos Urbanos para esse ano foram incluídas as obras de restauro da Igreja de S. Sebastião¹²⁴⁰.

Em Julho de 1970, J.M. Pinto de Almeida escrevia sobre o Convento das Dominicanas: *“Extinto o convento em 1888, pela morte da última freira, passou à posse da Fazenda Nacional, que o cedeu em 24 de Maio de 1890 à Câmara Municipal de Guimarães. Sentindo esta necessidade de ampliar o largo do Toural, cujo lado oriental, em frente à torre da Alfândega, estava tomado pela igreja de S. Sebastião, foi transferida a sede desta paróquia para a igreja das Dominicanas, procedendo-se à demolição daquela igreja, construída em 1570, sendo a torre administrativa adquirida para ser levantada na paroquial de Creixomil, onde se vê a pedra e atulhos do velho*

¹²³² Ibidem CG, n° 5271 (1942 Set.11), p. 4; Ibidem NG, n° 569 (1942 Fev.27), p. 3.

¹²³³ Ibidem CG, n° 5325 (1943 Set.24), p. 3.

¹²³⁴ Ibidem CG, n° 5356 (1944 Abr. 28), p. 4.

¹²³⁵ Ibidem CG, n° 5366 (1944 Jul.7), p. 4; Ibidem NG, n° 649 (1944 Jun.9), p. 3.

¹²³⁶ Ibidem CG, n° 5394 (1945 Jan.19), p. 2; Ibidem NG, n° 678 (1945 Jan.28), p. 3.

¹²³⁷ Ibidem CG, n° 5456 (1946 Mar.29), p. 3.

¹²³⁸ Ibidem NG, n° 792 (1947 Abr.6), p. 5; Ibidem n° 853 (1948 Jun.6), p. 3.

¹²³⁹ Ibidem NG, n° 1977 (1969 Nov.8), p. 7.

¹²⁴⁰ Ibidem NG, n° 2003 (1970 Maio 9), p. 3.

templo aplicados no altamento da Caldeiroa e conserto e macadamização da estrada de Santa Marinha da Costa”¹²⁴¹.

Rua de Trás os Oleiros. A Travessa de Camões era uma rua estreita, junto da rua do mesmo nome, que ia dar ao Tournal e tinha um sanitário, que a Câmara, em sessão ordinária de 20 de Outubro de 1939, deliberou mandar demolir por prejudicial à moralidade pública¹²⁴².

Entretanto, a Câmara Municipal, em 10 de Dezembro de 1943, resolveu alterar e aprovar a toponímia de algumas ruas e largos da cidade, tendo a Travessa de Camões, passado a designar-se “Rua de Trás-os-Oleiros”¹²⁴³.

Alguns anos mais tarde, em sessão de 10 de Maio de 1956, decide-se permitir o isolamento da lixeira ali existente por meio de um muro, que deveria ter a altura de 1,20 m encimado por guarda vazada com a altura de 50 cm, mediante a aprovação prévia do projecto¹²⁴⁴.

Rua da Madrôa (actual rua da Liberdade). A CMG, em sessão ordinária de 24 de Novembro de 1939, leu um requerimento de Guilherme Martins Gonçalves, que referia a conveniência de se reformar a viela e rego, que ligavam a Rua da Liberdade com a Rua Trindade Coelho. Foi um pedido indeferido¹²⁴⁵, mas, em Janeiro de 1943, a Câmara Municipal deliberou, entre outras coisas, “aprovar o projecto de cobertura do ribeiro que segue ao longo da rua da Liberdade”¹²⁴⁶.

Em Março de 1940 a imprensa lembrava a necessidade de se tomar algumas providências com referência à poça da Madroa e dizia, que era bom que desaparecesse quanto antes, para sossego dos pais de muitas crianças, que por ali andavam todos os dias a brincar¹²⁴⁷.

¹²⁴¹ Ibidem NG, nº 2014 (1970 Jul.25), p. 3.

¹²⁴² Ibidem CG, nº 5121 (1939 Out.27), p. 4; Ibidem NG, nº 403 (1939 Out.29), p. 3.

¹²⁴³ Ibidem NG, nº 620 (1943 Dez.19), p. 2.; Ibidem CG, nº 5337 (1943 Dez.17), p. 3.

¹²⁴⁴ Ibidem NG, nº 1271 (1956 Maio 13), p. 3.

¹²⁴⁵ Ibidem CG, nº 5127 (1939 Dez.8), p. 4.

¹²⁴⁶ Ibidem NG, nº 574 (1943 Jan.31), p. 3.

¹²⁴⁷ Ibidem NG, nº 425 (1940 Mar.31), p. 2.

Entretanto, em sessão de 10 de Dezembro de 1943, a Câmara Municipal alterou a toponímia de algumas ruas e largos da cidade e decidiu chamar à Rua da Liberdade Rua da Madrôa¹²⁴⁸.

Em Fevereiro de 1944 a Câmara Municipal deliberou adjudicar a empreitada da obra de cobertura do ribeiro, que seguia ao longo da rua da Madrôa, freguesia de Creixomil, a Manuel Ribeiro Nogueira, mestre de construção civil, pela quantia de 26.860\$00¹²⁴⁹. Dois anos depois, durante uma reunião do Concelho Municipal, verificou-se, que, entre as obras efectuadas, que constavam do Plano de Actividades, fora feita a cobertura do Ribeiro da Madrôa¹²⁵⁰.

Em 1947 volta-se novamente ao assunto, dizendo que o arranjo da Rua da Madrôa precisava de fazer-se, pois da Cruz de Pedra ao Castanheiro estava quase intransitável e acrescentavam: “*Atravessá-la o peão ou quem pode andar de carro, é atulhar-se de lama. Piso incerto, lama e barrancos*”¹²⁵¹. E em 1947 volta-se a chamar a atenção para o assunto e para o despejo do lixo, que se fazia nesta movimentada artéria da cidade e bem assim para o estado de abandono, em que a mesma rua se encontrava, desde a fábrica da Madrôa até ao lugar da Cruz de Pedra¹²⁵². Em 1951 os moradores da Rua da Madrôa reclamavam contra o facto de ali ser despejado todo o lixo que se ia avolumando dia a dia e da falta de higiene que ali existia¹²⁵³. Em 1955 reclama-se uma vez mais: “*Alguns moradores da rua da Liberdade pedem-nos, carregadinhos de razão, para que chamemos a atenção da Câmara Municipal para o estado verdadeiramente lamentável em que se encontra, de há muito, aquela movimentada artéria da cidade*”¹²⁵⁴. Em 1956 volta-se a reclamar o péssimo estado de conservação da rua da Liberdade, desde a Fábrica da Madrôa até ao lugar da Cruz de Pedra¹²⁵⁵.

Finalmente, em Junho de 1957, a CMG resolveu mandar pavimentar a paralelepípedos a rua da Liberdade até ao Cruzeiro. Não foi mais além, em virtude do estudo, que o Estado estava a fazer, da ligação da estrada do Castanheiro ao Matadouro¹²⁵⁶.

¹²⁴⁸ Ibidem CG, nº 5337 (1943 Dez.17), p. 3; Ibidem NG, nº 620 (1943 Dez.19), p. 2.

¹²⁴⁹ Ibidem NG, nº 630 (1944 Fev.27), p. 3.

¹²⁵⁰ Ibidem CG, nº 5456 (1946 Mar.29), p. 3.

¹²⁵¹ Ibidem CG, nº 5504 (1947 Fev.28), p. 2.

¹²⁵² Ibidem NG, nº 1014 (1951 Jun.24), p. 2.

¹²⁵³ Ibidem NG, nº 1109 (1951 Maio 20), p. 2.

¹²⁵⁴ Ibidem NG, nº 1245 (1955 Nov.13), p. 1.

¹²⁵⁵ Ibidem NG, nº 1299 (1956 Nov.25), p. 1.

¹²⁵⁶ Ibidem CG, nº 6043 (1957 Jun.28), p. 3.

Assim, a CMG, em sessão de 27 de Junho de 1957, decidiu adjudicar a Francisco Coelho a pavimentação em calçada à fiada de um troço da Rua da Liberdade até ao Cruzeiro¹²⁵⁷, e em sessão de 22 de Agosto de 1957 decidiu aprovar o orçamento apresentado pela Repartição de Obras referente às obras de pavimentação da calçada à fiada dum troço da rua da Liberdade¹²⁵⁸.

Em sessão de 2 de Junho de 1960 decidiu abrir concurso público para arrematação da empreitada de pavimentação da Rua¹²⁵⁹. Em sessão de 23 de Novembro de 1961 decidiu aprovar também a estimativa respeitante à pavimentação em calçada à fiada de um troço da Avenida da liberdade, entre as Ruas Padre Borges de Sá e Camões, no montante de 22.000\$00¹²⁶⁰.

Em 1962 chama-se novamente a atenção para a falta de limpeza que se observava na Rua da Liberdade, pois nem sempre os encarregados da limpeza a varriam convenientemente e raras vezes a lavavam¹²⁶¹.

Entretanto, começa-se a pensar na iluminação, e em reunião de 3 de Abril de 1962 decidiu-se aceitar o orçamento para fornecimento da colocação de 45 armaduras ROV para os lugares de Creixomil, Castanheiro e Rua da Liberdade¹²⁶². Em reunião de 7 de Dezembro de 1966, o Presidente, António Manuel Rodrigues Guimarães, apresenta, entre outras, a proposta para a mudança completa da iluminação da Rua da Liberdade, pois, segundo ele, estas zonas já pertenciam à cidade¹²⁶³.

Mas ainda, era preciso pensar no saneamento, e em Maio de 1971 a Câmara decidiu aprovar a estimativa para pavimentação e esgotos da referida rua, abrindo concurso para a obra que se previa que custasse 310.000\$00¹²⁶⁴. Assim, em Julho de 1971 deliberou-se adjudicar a Mário da Costa Alves e Irmão Lda a obra de pavimentação e saneamento desta rua¹²⁶⁵. Em Maio de 1972 a Câmara tomou diversas deliberações, como aprovar a conta final para liquidação da empreitada de

¹²⁵⁷ Ibidem CG, nº 6043 (1957 Jun.28), p. 2; Ibidem NG, nº 1331 (1957 Jun.30), p. 6.

¹²⁵⁸ Ibidem NG, nº 1339 (1957 Ago.25), p. 6; Ibidem CG, nº 6052 (1957 Ago.30), p. 4.

¹²⁵⁹ Ibidem CG, nº 6197 (1960 Jun.10), p. 2.

¹²⁶⁰ Ibidem CG, nº 6269 (1961 Out.27), p. 4 Ibidem NG, nº 1562 (1961 Dez.3), p. 3.

¹²⁶¹ Ibidem CG, nº 6291 (1962 Mar.30), p. 3.

¹²⁶² Ibidem NG, nº 1581 (1962 Abr.15), p. 3.

¹²⁶³ Ibidem NG, nº 1--- (1966 Dez. 18), p. 2.

¹²⁶⁴ Ibidem NG, nº 2054 (1971 Maio 15), p. 1.

¹²⁶⁵ Ibidem NG, nº 2061 (1971 Jul.3), p. 3.

pavimentação e esgotos da Rua da Liberdade, que, em virtude do prolongamento do colector, custou mais 31.457\$00¹²⁶⁶.

A **Rua da Caldeiroa**¹²⁶⁷ é uma antiga rua extra-muros de Guimarães. Possuía um oratório, símbolo da piedade popular, e um fontanário, que a Câmara, em sessão de 7 de Fevereiro de 1940, resolveu mandar transferir para local mais apropriado da mesma rua¹²⁶⁸. Mas, pouco tempo depois, em sessão camarária de 15 de Maio de 1940 o Presidente comunicou à Câmara ter sido procurado pelo reverendo Pároco da freguesia, que lhe solicitou a entrega do Cristo pertencente ao oratório da Rua Trindade Coelho, que a Câmara deliberara remover para outro local, tendo ele mandado fazer a entrega do Cristo e suspender a execução dos trabalhos de remoção. A Câmara ficou inteirada e aprovou as deliberações tomadas¹²⁶⁹.

Entretanto justificava-se uma mudança de toponímia e, em sessão de 10 de Dezembro de 1943, a Câmara Municipal alterou e aprovou a toponímia a algumas ruas e largos da cidade, mudando o nome da Rua Trindade Coelho para o antigo nome de Rua da Caldeiroa¹²⁷⁰.

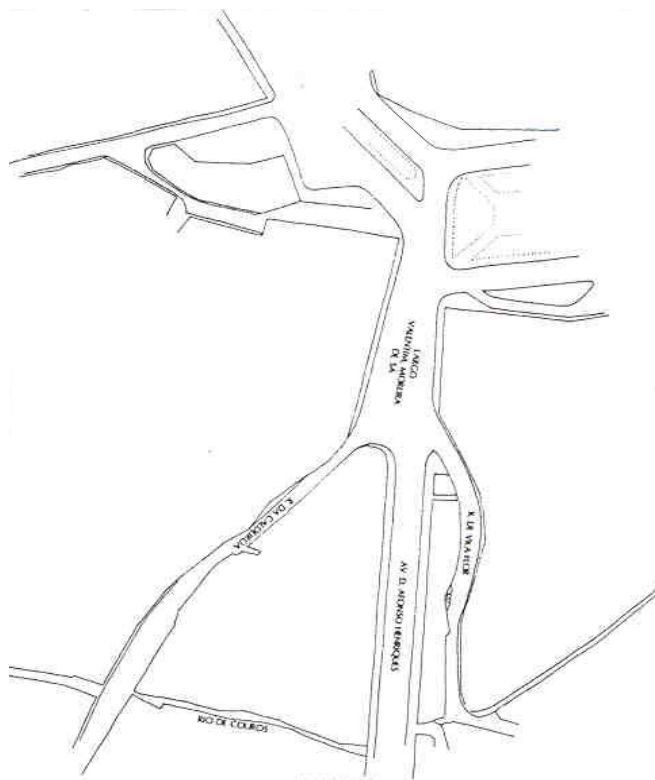
¹²⁶⁶ Ibidem *NG*, nº 2106 (1972 Maio 13), p. 1.

¹²⁶⁷ A Rua Trindade Coelho era ligada por uma viela que lhe era perpendicular, à rua da Liberdade.

¹²⁶⁸ Ibidem *NG*, nº 418 (1940 Fev.11), p. 4; Ibidem *CG*, nº 5137 (1940 Fev.16), p. 2.

¹²⁶⁹ Ibidem *CG*, nº 5151 (1940 Maio 24), p. 3.

¹²⁷⁰ Ibidem *CG*, nº 5337 (1943 Dez.17), p. 3; Ibidem *NG*, nº 620 (1943 Dez.19), p. 2.



Torna-se necessário fazer obras de melhoramento nesta rua e em sessão de 18 de Março de 1959 decidiu-se abrir concurso para os trabalhos de “*Pavimentação da Rua da Caldeiroa e Rua Padre Borges de Sá*”¹²⁷¹. Em reunião de 20 de Maio de 1959 adjudica-se a Gabriel Alves Sampaio Couto esta obra pela importância de 90.555\$00¹²⁷².

J.M. Pinto de Almeida escreve no Notícias de Guimarães e refere que alguma pedra e atulhos da Igreja de S. Sebastião foram “*aplicados no alteamento da Caldeiroa*”¹²⁷³.

Rua dos Cães de Pedra. Em sessão da Câmara realizada no dia 21 de Dezembro de 1950 o vereador Manuel Alves de Oliveira propôs, que se procedesse à conveniente iluminação do caminho dos Cães de Pedra¹²⁷⁴, mas esta medida não chegou a ser concretizada, pois a rua, apesar de bastante importante, servia uma zona muito

¹²⁷¹ Ibidem CG, nº 6134 (1959 Mar.27), p. 4; Ibidem NG, nº 1422 (1959 Mar.29), p. 9.

¹²⁷² Ibidem NG, nº 1430 (1959 Maio 24), p. 3; Ibidem CG, nº 6143 (1959 Maio 29), p. 4.

¹²⁷³ Ibidem NG, nº 2014 (1970 Jul.25), p. 3.

¹²⁷⁴ Ibidem NG, nº 989 (1950 Dez.31), p. 3.

industrializada. Assim, em 1962 encontrava-se intransitável, necessitando uma regularização do seu piso e carecendo de electrificação¹²⁷⁵. Apenas em reunião de 27 de Abril de 1966 a Câmara decide aceitar o orçamento da firma Bernardino Jordão, Filhos & C^a Lda para a instalação da rede de iluminação pública na rua dos Cães de Pedra (desde a rua Padre Borges de Sá e a Rodovia), bem como a instalação de sete armaduras ROV 25¹²⁷⁶. Algum tempo mais tarde, em reunião de 7 de Dezembro de 1966, o Presidente, António Manuel Rodrigues Guimarães, apresentou entre outras propostas, a de remodelação completa da iluminação da Rua Manuel Tomás e Largo da Cruz de Pedra e a pavimentação da Rua dos Cães de Pedra, o que foi aprovado por unanimidade¹²⁷⁷.

Em finais de 1970 a Câmara Municipal decidiu abrir concurso para a obra de conclusão e pavimentação da Rua dos Cães de Pedra e do saneamento da mesma até ao Matadouro Municipal¹²⁷⁸. No ano seguinte, em 1971, deliberou adjudicar as obras de terraplanagem, esgoto e pavimentação da Rua dos Cães de Pedra por 889.900\$00¹²⁷⁹. Em Outubro de 1971 já se encontravam em curso obras de saneamento adjudicadas por 441.439\$00¹²⁸⁰. Em 1972 diz-se que é necessário continuar a Rua da Cruz de Pedra até aos Pombais, de modo a ligá-la com a nova artéria ali aberta, e que dava acesso à Rua de S. Gonçalo¹²⁸¹.

Largo da Cruz de Pedra Em sessão da Câmara de 10 de Dezembro de 1943 a Câmara Municipal alterou e aprovou a toponímia a algumas ruas e largos da cidade dando à Cruz de Pedra a designação de “Largo da Cruz de Pedra”¹²⁸².

Mas apenas, em sessão de 2 de Junho de 1960, é que a Câmara Municipal decidiu abrir concurso público para arrematação da empreitada de pavimentação da Rua Manuel Tomás, Largo da Cruz de Pedra e Rua da Liberdade e Capitão Alfredo Guimarães¹²⁸³. Alguns anos mais tarde, em reunião de 7 de Dezembro de 1966, o Presidente, António Manuel Rodrigues Guimarães, apresentou, entre outras, a proposta

¹²⁷⁵ Ibidem CG, n° 6281 (1962 Jan.19), p. 3.

¹²⁷⁶ Ibidem NG, n° 1745 (1966 Maio 15), p. 1.

¹²⁷⁷ Ibidem NG, n° 1—(1966 Dez. 18), p. 2.

¹²⁷⁸ Ibidem NG, n° 2033 (1970 Dez.19), p. 1.

¹²⁷⁹ Ibidem NG, n° 2054 (1971 Maio 15), p. 1.

¹²⁸⁰ Ibidem NG, n° 2075 (1971 Out.9), p. 1.

¹²⁸¹ Ibidem CG, (1972 Maio 13), p. 1.

¹²⁸² Ibidem CG, n° 5337 (1943 Dez.17), p. 3.

¹²⁸³ Ibidem CG, n° 6197 (1960 Jun.10), p. 2.

aprovada por unanimidade, de que se procedesse ao estudo imediato da iluminação a lâmpadas de mercúrio, entre outros, dos seguintes arruamentos: remodelação completa da iluminação da Rua Manuel Tomás e Largo da Cruz de Pedra¹²⁸⁴.

Rua da Cruz de Pedra A Câmara, em sessão ordinária de 20 de Outubro de 1939, deliberou mandar meter em caixa e cilindrar 115 m³ de cascalho na Estrada Municipal do Rio dos Castanheiros à Cruz de Pedra¹²⁸⁵. Entretanto, em sessão extraordinária da mesma Câmara, em Dezembro de 1943, esta resolveu alterar a toponímia de algumas ruas e largos da cidade, decidindo que a Cruz de Pedra se passasse a denominar “Largo da Cruz de Pedra”¹²⁸⁶.

Em 1956 encontrava-se em péssimo estado de conservação a rua da Liberdade desde a Fábrica da Madrôa até ao lugar da Cruz de Pedra. Estava um lameiro e era uma das artérias de maior trânsito da cidade¹²⁸⁷. Isto faz com que, em 1957, a Câmara Municipal mandasse proceder à pavimentação da rua da Liberdade a paralelos até ao Padrão da Cruz de Pedra¹²⁸⁸ e em Janeiro de 1972 deliberasse abrir concurso para a reparação do caminho da Cruz de Pedra a Santo Amaro, arranjo orçado em 113.400\$00¹²⁸⁹.

Avenida D. Afonso Henriques. A Avenida Cândido dos Reis era uma das Avenidas mais importantes da cidade, uma vez que ligava a cidade à Estação do Caminho de Ferro.

Foi também importante, porque aqui se localizou o Teatro Jordão. O velho teatro D. Afonso Henriques estava fechado e era necessário um novo. Assim, em 1927 começa a divulgar-se a notícia de que Guimarães iria ter um novo teatro “*amplo, moderno e de harmonia com a importância da terra*”, embora não se soubesse o local nem quem o construiria. Aplauda-se, no entanto, a iniciativa¹²⁹⁰.

Alguns anos mais tarde, em 1929 a Sociedade de Propaganda e Defesa de Guimarães, nas suas reuniões periódicas, estudava a maneira viável da construção de

¹²⁸⁴ Ibidem NG, (1966 Dez. 18), p. 2.

¹²⁸⁵ Ibidem CG, nº 5121 (1939 Out.27), p. 4.

¹²⁸⁶ Ibidem NG, nº 620 (1943 Dez.19), p. 2.

¹²⁸⁷ Ibidem NG, nº 1299 (1956 Nov.25), p. 1.

¹²⁸⁸ Ibidem NG, nº 1331 (1957 Jun.30), p. 7.

¹²⁸⁹ Ibidem NG, nº 2089 (1972 Jan.15), p. 1.

¹²⁹⁰ Ibidem CG, nº 4121 (1927 Nov.22), p. 2.

um novo teatro, “que não envergonhasse a cidade aos olhos de estranhos”¹²⁹¹. Ao mesmo tempo a imprensa continuava a pedir um teatro. Foi uma campanha da cidade na luta pela obtenção de uma nova casa de espectáculos¹²⁹².

Em 31 de Julho de 1930 no Salão Nobre da Associação Comercial e Industrial de Guimarães reuniu-se um elevado número de capitalistas vimaranenses, para em reunião magna tratarem do problema da construção dum teatro digno, acabando por ser aberta uma subscrição para a sua construção¹²⁹³. Mas nada avança e continua a mesma campanha na imprensa por um teatro digno¹²⁹⁴. Em 1930 começa-se a pôr de parte a ideia da construção dum novo edifício, persistindo a vontade de se reformar o existente, pondo-o em condições¹²⁹⁵.

Entretanto prossegue a campanha. Em Julho de 1934 diz-se que foi incluído no orçamento da Câmara 100.000 escudos para a sua construção¹²⁹⁶. Mas a Câmara pensa ainda aproveitar o antigo teatro D. Afonso Henriques e por isso vota no seu orçamento ordinário a verba de 9.000 escudos para obras neste edifício¹²⁹⁷.

Entretanto, em Junho de 1935, o Vereador das Obras tinha apresentado à Comissão Municipal da Câmara o projecto e orçamento do Teatro Municipal, sobre o qual a Comissão de Estética teria de dar o seu parecer¹²⁹⁸, o que realmente aconteceu¹²⁹⁹. Assim, em sessão de 22 de Agosto de 1935, a Comissão Administrativa deliberou autorizar o pagamento de 2.500\$00 por conta da elaboração do estudo e projecto do Teatro Municipal e 500\$00 pelo estudo, cálculos e desenhos de alguns detalhes da obra de cimento armado do mesmo teatro¹³⁰⁰. Paralelamente continua a campanha por uma nova casa de espectáculos¹³⁰¹.

Em sessão de 14 de Novembro de 1935, entre outras propostas que foram aprovadas, o vereador A.L. de Carvalho apresentou a seguinte proposta “*Passando no próximo ano de 1936 o 4º centenário da morte de Gil Vicente, proponho que em homenagem ao glorioso filho de Guimarães, a Câmara tome a iniciativa de convocar*

¹²⁹¹ Ibidem CG, nº 4242 (1929 Fev.8), p. 1.

¹²⁹² Ibidem CG, nº 4343 (1930 Fev.18), p. 1; Ibidem CG, nº 4351 (1930 Mar.21), p. 1; Ibidem CG, nº 4361 (1930 Abr.25), p. 1; Ibidem CG, nº 4367 (1930 Maio 16), p. 1; Ibidem CG, nº 4367 (1930 Maio 16), p. 1.

¹²⁹³ Ibidem CG, nº 4388 (1930 Ago.1), p. 1.

¹²⁹⁴ Ibidem CG, nº 4414 (1931 Nov.4), p. 1.

¹²⁹⁵ Ibidem CG, nº 4429 (1930 Nov.25), p. 2.

¹²⁹⁶ Ibidem NG, nº 129 (1934 Jul.22), p. 1.

¹²⁹⁷ Ibidem NG, nº 154 (1935 Jan.13), p. 3.

¹²⁹⁸ Ibidem NG, nº 175 (1935 Jun.9), p. 3.

¹²⁹⁹ Ibidem NG, nº 182 (1935 Jul.28), p. 3.

¹³⁰⁰ Ibidem NG, nº 186 (1935 Ago.25), p. 2.

*os vimaranenses no sentido de conjugar os melhores valores locais para com o patrocínio e colaboração municipal se levar por diante a construção de uma casa de espectáculo nesta cidade, certamente o melhor número comemorativo da próxima passagem do 4º centenário da morte da grande figura histórica do século XVI*¹³⁰². Assim, em Fevereiro de 1936, realiza-se na Câmara uma reunião extraordinária para se resolver sobre a construção do teatro em Guimarães¹³⁰³. Precisamente nos finais deste ano começa-se a falar, que Bernardino Jordão, concessionário da luz eléctrica em Guimarães, irá proceder às obras necessárias para adoptar um dos salões do prédio onde estava instalada a Assembleia Vimaranesa a cinema¹³⁰⁴, mas no ano seguinte já a imprensa dá como certa a construção de um teatro por Bernardino Jordão¹³⁰⁵.

Em Fevereiro de 1937, já o engenheiro encarregado do levantamento da planta a havia apresentado a Bernardino Jordão e soube-se então, que o teatro iria ser edificado na Avenida Cândido dos Reis, no terreno contíguo à Fábrica de Moagem. Este iria medir 26 metros de fachada por 52 de fundo, e os baixos seriam destinados a garagem para recolha de automóveis. Previa-se que a construção fosse feita em pedra, cimento e talvez tijolo, que seria dotado de “*chauffage*” e que nada surgiria até então a entrar o seu empreendimento. A planta iria ser enviada às entidades competentes para, após a sua aprovação, começarem as obras¹³⁰⁶. Para localização do Teatro falou-se em que seria melhor construí-lo no terreno que ficava entre a nova Avenida e a estrada de Braga, nas Doroteias, por onde passaria o prolongamento da Rua do Condestável Nuno Álvares, e na Avenida Cândido dos Reis, onde realmente se localizou¹³⁰⁷. Foi no dia 22 de Fevereiro de 1937, que principiaram os trabalhos de construção do Teatro Jordão. Às 9 horas da noite os empregados do comércio e muito povo fizeram uma manifestação¹³⁰⁸. As obras foram entregues ao mestre de obras sr. José da Costa¹³⁰⁹ e o chefe da obra foi o Eng. Dr. Júlio José de Brito¹³¹⁰.

¹³⁰¹ Ibidem NG, nº 197 (1935 Nov.11), p. 1.

¹³⁰² Ibidem NG, nº 198 (1935 Nov.18), p. 2.

¹³⁰³ Ibidem CG, nº 4929 (1936 Fev.21), p. 3.

¹³⁰⁴ Ibidem CG, nº 4969 (1936 Nov.27), p. 1.

¹³⁰⁵ Ibidem CG, nº 4974 (1937 Jan.1), p. 3; Ibidem CG, nº 4975 (1937 Jan.8), p. 2; Ibidem NG, nº 258 (1937 Jan.17), p. 2.

¹³⁰⁶ Ibidem NG, nº 261 (1937 Fev.7), p. 2.

¹³⁰⁷ Ibidem NG, nº 262 (1937 Fev.14), p. 2.

¹³⁰⁸ Ibidem JLF - EV I, p. 200.

¹³⁰⁹ Ibidem NG, nº 264 (1937 Fev.28), p. 3.

¹³¹⁰ Ibidem CG, nº 4998 (1937 Jun.18), p. 2.

A construção do edifício continuou com grande incremento¹³¹¹, embora houvesse épocas de mais lentidão devido às condições atmosféricas¹³¹². Entretanto a Comissão de Estética deliberou sobre a continuidade das obras¹³¹³. Em Novembro de 1937 já se procedia à cobertura do Teatro¹³¹⁴ e em Março do ano seguinte já tinha chegado a aparelhagem sonora¹³¹⁵. Entretanto começa-se a fazer a parte de carpintaria¹³¹⁶.

Em 30 de Outubro de 1938 já estava definitivamente assente, que a inauguração solene do Teatro Jordão deveria ser no dia 20 de Novembro¹³¹⁷, com a presença da Companhia Amélia Rey Colaço-Robles Monteiro¹³¹⁸. Finalmente, em 20 de Novembro de 1938, foi inaugurado o Teatro Jordão e foi também prestada uma homenagem a Bernardino Jordão¹³¹⁹. Entretanto o edifício foi baptizado de Martins Sarmiento¹³²⁰, por razões de natureza política em relação a Bernardino Jordão, mas, um ano após da sua inauguração, Alfredo Pimenta, numa manifestação de apoio ao Presidente da Câmara Dr. Rocha dos Santos, diz: “*ouso, pedir a V. Excia toda a sua influência para que o Teatro Jordão passe a ser licitamente, legalmente, o que no sentir de todos nós é - Teatro Jordão*”¹³²¹. Em Dezembro de 1940 o Ministro da Educação Nacional assinou uma portaria, mandando que ao Teatro Martins Sarmiento fosse dado o nome que primitivamente havia sido acolhido pela respectiva empresa: Teatro Jordão¹³²². Os vimaranenses rejubilaram com a notícia. Finalmente, em Fevereiro de 1942, em reunião do Conselho Municipal, após ligeira troca de impressões, foi resolvido vender o edifício do antigo Teatro D. Afonso Henriques¹³²³. Em 1955, o Teatro Jordão estava desde o mês de Julho a passar por uma grande transformação, devendo reabrir apenas em Outubro¹³²⁴.

¹³¹¹ Ibidem NG, n.º 267 (1937 Mar.21), p. 2.

¹³¹² Ibidem CG, n.º 4986 (1937 Mar.26), p. 2; Ibidem CG, n.º 4993 (1937 Maio 14), p. 1.

¹³¹³ Ibidem NG, n.º 280 (1937 Jun.20), p. 2.

¹³¹⁴ Ibidem NG, n.º 300 (1937 Nov.7), p. 5.

¹³¹⁵ Ibidem CG, n.º 5035 (1938 Mar.4), p. 2.

¹³¹⁶ Ibidem NG, n.º 317 (1938 Mar.6), p. 3.

¹³¹⁷ Ibidem NG, n.º 351 (1938 Out.30), p. 2; Ibidem CG, n.º 5070 (1938 Nov.4), p. 2; Ibidem NG, n.º 5072 (1938 Nov.18), p. 1.

¹³¹⁸ Ibidem NG, n.º 351 (1938 Out.30), p. 3.

¹³¹⁹ Ibidem NG, n.º 354 (1938 Nov.20), p. 2; Ibidem JLF - EV IV, p. 171v.

¹³²⁰ Ibidem NG, n.º 361 (1939 Jan.8), p. 3.

¹³²¹ Ibidem NG, n.º 408 (1939 Dez.3), p. 3.

¹³²² Ibidem NG, n.º 462 (1940 Dez.8), p. 2; Ibidem CG, n.º 518 (1940 Dez.13), p. 1.

¹³²³ Ibidem NG, n.º 525 (1942 Fev.22), p. 1.

¹³²⁴ Ibidem NG, n.º 1237 (1955 Set.18), p. 1.

Também nesta Avenida abriu em Novembro de 1938 a Auto Garage Avenida, de Domingos Alves Machado e C^a, uma enorme garagem construída em edifício próprio, dotada de maquinismo apropriados e modernos¹³²⁵.

A avenida era nesta época decorada, logo no início, com um candeeiro monumental, muito vistoso, em cujo local se propôs colocar o Monumento aos Mortos da Grande Guerra¹³²⁶.

Em Novembro de 1931 constava-se, que a Câmara Municipal pensava mandar cortar alguns plátanos, que existiam ao longo da Avenida Cândido dos Reis, pois as suas raízes deterioravam os passeios¹³²⁷. Assim, foram arrematados em sessão da Comissão Administrativa da Câmara a Bernardino Jordão pela quantia de 11.810\$00 os 117 plátanos existentes na Avenida Cândido dos Reis¹³²⁸. E imprensa comentava a beleza¹³²⁹ ou o mau aspecto, que apresentava após o corte das árvores¹³³⁰. Alguns anos mais tarde começou-se a pensar melhorar a Avenida e uma das medidas a tomar seria a demolição das casas existentes no seu início¹³³¹. Devido à grande campanha da imprensa, em Agosto de 1934 já andava a demolir-se o pardieiro, que existia no começo da Avenida Cândido dos Reis¹³³². Mas apesar de resolvido este problema, em 1937 a imprensa reclamava, que o largo, que ficou, revelava grande abandono e pretendia o seu arranjo¹³³³. Realmente em Outubro do ano seguinte, dizia-se que aquele terreno iria ser utilizado para a construção duma casa “*grande e linda, o que representa mais um melhoramento para a Avenida e menos uma lixeira para a cidade*”, cuja planta já estava pronta¹³³⁴.

Mas esta Avenida, apesar de fundamental para a vida da cidade, encontrava-se em 1932 em muito mau estado, não tendo sido ouvidas as reclamações feitas anteriormente¹³³⁵. Em 1933 a imprensa anuncia, que se iam iniciar as obras na Avenida

¹³²⁵ Ibidem NG, nº 354 (1938 Nov. 20), p. 3.

¹³²⁶ Ibidem NG, nº 157 (1935 Fev.3), p. 2; Ibidem NG, nº 173 (1935 Maio 26), p. 2.

¹³²⁷ Ibidem CG, nº 4518 (1931 Nov.17), p. 2.

¹³²⁸ Ibidem NG, nº 5 (1932 Fev.8), p. 3.

¹³²⁹ Ibidem NG, nº 12 (1932 Mar.27), p. 3; Ibidem NG, nº 26 (1932 Jul.3), p. 3; Ibidem CG, nº 4581 (1932 Jul.5), p. 2.

¹³³⁰ Ibidem CG, nº 4581 (1932 Jul.5), p. 2.

¹³³¹ Ibidem NG, nº 56 (1933 Fev.19), p. 1.

¹³³² Ibidem NG, nº 4783 (1934 Ago.3), p. 2.

¹³³³ Ibidem NG, nº 282 (1937 Jul.4), p. 2.

¹³³⁴ Ibidem NG, nº 349 (1938 Out.16), p. 1.

¹³³⁵ Ibidem NG, nº 45 (1932 Nov.20), p. 1.

Cândido dos Reis¹³³⁶ e, realmente, em Fevereiro desse ano já estava em remodelação¹³³⁷.

Em sessão de 28 de Junho de 1934, em reunião da Comissão Administrativa, o vereador A.L. de Carvalho apresentou, entre outras, a proposta, para que a Repartição de Obras fizesse o caderno e orçamento da conclusão da obra da Avenida Cândido dos Reis, fazendo-se a referida obra por propostas em hasta pública¹³³⁸.

Era necessário actualizar a toponímia e em sessão extraordinária da Câmara de 10 de Dezembro de 1943 decidiu-se alterar e aprovar a toponímia de algumas ruas e largos da cidade, dando-se à Avenida Cândido dos Reis o nome de “Avenida D. Afonso Henriques, o fundador”,¹³³⁹

Entretanto, em Abril de 1946, estiveram em Guimarães, entre outros, António Ferro acompanhado de Fernando Lage Jordão, que representava sua família, a visitar o Palacete de Vila Flor, outrora solar dos condes de Arrochela e nesta altura pertença da família Jordão, onde se projectava instalar um Grande Hotel¹³⁴⁰. Em 1947 a imprensa faz eco do novo melhoramento, noticiando que se vai edificar um grande hotel no Palacete de Vila Flor¹³⁴¹. As obras para ampliação e remodelação começaram¹³⁴², mas em 1957 ainda não estavam completas¹³⁴³. Em 1959 continuavam a referir, que a cidade precisava de um hotel de turismo, pugnava-se pelo acabamento da transformação já iniciada no palacete de Arrochela¹³⁴⁴, com o objectivo de o transformar em hotel.

Também a sede de Turismo passa provisoriamente para o início da Avenida D. Afonso Henriques em 1949, pensando no entanto construir-se a definitiva na Avenida Duarte Pacheco, obra que não chegou a concretizar-se¹³⁴⁵.

Em Maio de 1952 e de acordo com uma sugestão do vereador do Pelouro da Luz, Manuel Alves de Oliveira, estavam ali a ser colocados novos candeeiros de iluminação pública¹³⁴⁶.

¹³³⁶ *Ibidem CG*, nº4640 (1933 Fev.10), p. 2.

¹³³⁷ *Ibidem NG*, nº 55 (1933 Fev.12), p. 1; *Ibidem CG*, nº 4641 (1933 Fev.14), p. 1.

¹³³⁸ *Ibidem NG*, nº 127 (1934 Jul.8), p. 3.

¹³³⁹ *Ibidem CG*, nº 5337 (1943 Dez.17), p. 3 *Ibidem NG*, nº 620 (1943 Dez.19), p. 2.

¹³⁴⁰ *Ibidem NG*, nº 741 (1946 Abr.14), p. 1.

¹³⁴¹ *Ibidem CG*, nº 5512 (1947 Abr.25), p. 2.

¹³⁴² *Ibidem CG*, nº 5594 (1948 Nov.19), p. 2.

¹³⁴³ *Ibidem NG*, nº 1343 (1957 Set.22), p. 1.

¹³⁴⁴ *Ibidem CG*, nº 1414 (1959 Fev.1), p. 1.

¹³⁴⁵ *Ibidem CG*, nº 5614 (1949 Abr.8), p. 1.

¹³⁴⁶ *Ibidem NG*, nº 1061 (1952 Maio 18), p. 3; *Ibidem NG*, nº 1071 (1952 Jul.27), p. 2.

Vendo os bons resultados da iluminação nesta Avenida, a Câmara Municipal, em sessão de 27 de Agosto de 1952, decidiu, que igual sistema fosse adoptado na Avenida Conde de Margaride e no Largo dos Navarros de Andrade e, ainda, que se procedesse à necessária remodelação dos candeeiros actualmente existentes em algumas das principais ruas da cidade e no Jardim Público¹³⁴⁷.

Entretanto era necessário fazer a manutenção da própria rua e a CMG, em sessão de 21 de Junho de 1956, resolveu aprovar o projecto para a obra de “*Pavimentação dos passeios da Avenida D. Afonso Henriques*” e abrir o respectivo concurso¹³⁴⁸, pensando-se que as obras se iniciariam brevemente¹³⁴⁹. A Câmara Municipal, em sessão de 21 de Fevereiro de 1957, decidiu assumir o encargo dos trabalhos a mais realizados na obra¹³⁵⁰.

A CMG, em sessão de 13 de Dezembro de 1956, decidiu conceder licença para a construção de um quiosque na Avenida D. Afonso Henriques, ocupando terreno público a título precário, mediante determinadas condições¹³⁵¹, e em Maio de 1957 este abre ao público¹³⁵².

A CMG, em sessão de 17 de Abril de 1957, decidiu, por proposta do Presidente, que se notificassem os proprietários das construções abarracadas existentes ao cimo da Avenida D. Afonso Henriques a procederem à sua demolição, permitindo-lhes a reconstrução noutra local, que não fosse contrariado pelo regulamento das zonas do antepiano de urbanização¹³⁵³.

Em 1958 já a Avenida se encontrava novamente em mau estado¹³⁵⁴, mas apesar disso a Câmara, em sessão de 4 de Julho de 1958, decidiu conceder licença a título precário à Sociedade Nacional de Petróleos (SNAP) para instalação de uma bomba de gasolina e mudança de outra na Avenida D. Afonso Henriques¹³⁵⁵.

Mais uma vez se procura resolver os problemas da electricidade e, em reunião de 11 de Março de 1959, a Câmara decidiu, que era necessário modificar a forma de

¹³⁴⁷ Ibidem *NG*, nº 1076 (1952 Ago.31), p. 3.

¹³⁴⁸ Ibidem *CG*, nº 5990 (1956 Jun.21), p. 3; Ibidem *CG*, nº 5995 (1956 Jul.27), p. 2; Ibidem *NG*, nº 1277 (1956 Jun.21), p. 2;.

¹³⁴⁹ Ibidem *NG*, nº 1284 (1956 Ago.12), p. 2.

¹³⁵⁰ Ibidem *CG*, nº 6025 (1957 Fev.22), p. 3; Ibidem *NG*, nº 1313 (1957 Fev.24), p. 2.

¹³⁵¹ Ibidem *CG*, nº 6015 (1956 Dez.14), p. 3.

¹³⁵² Ibidem *CG*, nº 6038 (1957 Maio 24), p. 2.

¹³⁵³ Ibidem *CG*, nº 6033 (1957 Abr.19), p. 3; Ibidem *CG*, nº 6033 (1957 Abr.19), p. 3.

¹³⁵⁴ Ibidem *CG*, nº 1361 (1958 Jan.26), p. 2; Ibidem *NG*, nº 1361 (1958 Jan.26), p. 2; Ibidem *CG*, nº 1372 (1958 Abr.13), p. 1.

¹³⁵⁵ Ibidem *CG*, nº 6097 (1958 Jul.11), p. 3.

iluminação da Avenida D. Afonso Henriques, porque a existente não satisfazia, por deixar o piso cheio de sombras bastante pronunciadas e ter pouco poder de iluminação. Assim, propôs-se que os postes “Carvan” fossem substituídos por outros mais altos (8m) e o tipo de armaduras por outras idênticas a outras utilizadas nalguns largos da cidade¹³⁵⁶, tendo-se em 15 de Abril de 1959 resolvido adjudicar à firma Bernardino Jordão, Filhos &C^a o fornecimento de colunas de iluminação CAVAN¹³⁵⁷.

A CMG, em sessão de 21 de Fevereiro de 1961, decidiu conceder licença a título precário à Shell Portuguesa para construção de um posto de abastecimento na Avenida D. Afonso Henriques¹³⁵⁸ e em 8 de Maio de 1962 a Câmara aprova a numeração da polícia dos prédios da Avenida D. Afonso Henriques¹³⁵⁹.

Entretanto o Grémio da Lavoura de Guimarães anuncia, que recebe propostas até fins de Setembro de 1963 para a possível transação de um lote de terreno, que possuía na Avenida D. Afonso Henriques, em frente ao Jordão, com a área aproximada de 5.000 m²¹³⁶⁰, tendo realmente conseguido a permuta.

Em 1969 fala-se novamente de um hotel¹³⁶¹ a instalar num novo edifício cuja construção se iniciou em finais de 1971 no gaveto da Avenida D. Afonso Henriques com a estrada do Minhoto. Era um edifício com quinze pisos, concebido pelos Arqts. Pedro Ramos e Sérgio Fernandes, com cálculos de estabilidade do engenheiro Mário Fernandes da Ponte, todos do Porto¹³⁶². Mas volta-se a pensar no Palácio de Vila Flor. Em 1973 a Sopete da Póvoa de Varzim, no plano dos seus empreendimentos, propôs-se adaptar o palacete a hotel de luxo¹³⁶³, mas não se concretizou.

¹³⁵⁶ Ibidem CG, n° 1421 (1959 Mar.22), p. 3.

¹³⁵⁷ Ibidem CG, n° 6137 (1959 Abr.17), p. 3.

¹³⁵⁸ Ibidem CG, n° 6834 (1961 Fev.24), p. 3.

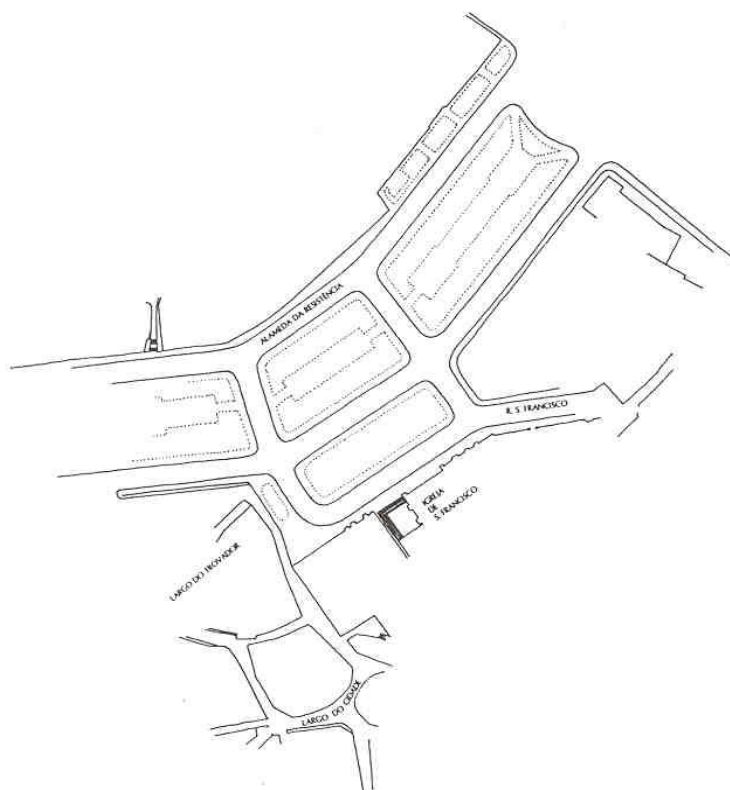
¹³⁵⁹ Ibidem CG, n° 6297 (1962 Maio 19), p. 4; Ibidem NG, n° 1586 (1962 Maio 20), p. 5.

¹³⁶⁰ Ibidem CG, n° 6363 (1963 Ago.16), p. 3.

¹³⁶¹ Ibidem NG, n° 1959 (1969 Jul.5), p. 1; Ibidem CG, n° 6689 (1969 Nov.22), p. 1.

¹³⁶² Ibidem NG, n° 2070 (1971 Out.16), p. 1.

2.2. Alameda



O antigo Terreiro de S. Francisco era um amplo largo vizinho do Toural e do Largo do Trovador, entre a zona da antiga Muralha da Vila e a de S. Dâmaso. Desde há muito tempo que a Câmara de Guimarães tentava, e de facto alcançou, alguns “melhoramentos”. Mas há muito que se sonhava com a Alameda, que o Eng. Manuel de Almeida Ribeiro tinha previsto para esta zona, ligando o Toural ao Campo da Feira.

Será o Estado Novo, que irá concretizar esta ideia.

Em 1928 dizia-se que a Câmara tinha mandado proceder a “melhoramentos” no Terreiro de S. Francisco, encarregando do projecto o Capitão Luís de Pina¹³⁶⁴. Neste largo, já em 1930 estava instalada a sede da Comissão de Iniciativa e Turismo da Penha¹³⁶⁵.

¹³⁶³ Ibidem *NG*, nº 2184 (1973 Nov.10), p. 1.

¹³⁶⁴ Ibidem *CG*, nº 4196 (1928 Ago.24), p. 2.

¹³⁶⁵ Ibidem *CG*, nº 4350 (1930 Mar.18), p. 1.

Entretanto a imprensa vai-se queixando da falta de asseio no Jardim Público¹³⁶⁶.

Para este largo dava também a Rua de S. Dâmaso, uma rua estreita e bastante povoada, que circundava a muralha por fora e que já em 1931 se pretendia alargar. Para isso foi enviado em Junho desse ano pelo chefe do Distrito ao Ministro das Finanças uma representação da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães, pedindo dispensa do pagamento de sisa pela aquisição de um prédio, sito nessa rua, que se destinava ao alargamento e alinhamento da rua e bem assim o aproveitamento da sua água do subsolo numa sorte de mato do campo das Hortas, freguesia de Santo Estêvão de Urgeses para exploração de águas para consumo público¹³⁶⁷.

Os “melhoramentos” eram poucos, mas em Outubro de 1931 o vereador Manuel Saraiva Brandão apresenta numa sessão camarária, entre outros, o seguinte projecto: “*1º Construção de uma avenida que ligue o Passeio da Independência com o largo da República do Brasil*”. Para a concretização destas alterações previa um empréstimo de mil contos, na Caixa Geral de Depósitos, amortizável em vinte anos¹³⁶⁸. Mas, tudo fica na mesma.

Esta zona era iluminada com um monumental candeeiro, que ficava colocado entre os largos do Toural e Prior do Crato. Em 1932 pede-se ao vereador encarregado do pelouro da luz, Dr. Ricardo Freitas Ribeiro, para não o esquecer, pois tinha a maior parte das luzes fundidas, e aproveitava-se a ocasião para substituir os globos por outros mais modernos¹³⁶⁹, tendo a Câmara acedido¹³⁷⁰. O melhoramento da iluminação também chegou à Rua Nuno Álvares e à Rua S. Dâmaso, onde a Câmara andava a fazer obras, e que passariam a ser iluminadas com elegantes e modernos globos¹³⁷¹. Entretanto, prosseguia com grande actividade o aformoseamento da Rua de S. Dâmaso¹³⁷². Ainda em 1932 a Câmara arremata as obras de conclusão de dois andares na casa da Rua de S. Dâmaso e a sua adaptação a repartições públicas pela quantia de 8.170\$00 sendo arrematante António Leite Guimarães¹³⁷³. Em Junho já se encontrava

¹³⁶⁶ Ibidem CG, nº 4283 (1929 Jul. 12), p. 1.

¹³⁶⁷ Ibidem CG, nº 4453 (1931 Mar.27), p. 1.

¹³⁶⁸ Ibidem CG, nº 4509 (1931 Out.16), p. 2.

¹³⁶⁹ Ibidem NG, nº 3 (1932 Jan.25), p. 2.

¹³⁷⁰ Ibidem NG, nº 4 (1932 Fev.1), p. 4.

¹³⁷¹ Ibidem NG, nº 4 (1932 Fev.1), p. 3.

¹³⁷² Ibidem NG, nº 5 (1932 Fev.8), p. 3.

¹³⁷³ Ibidem NG, nº 8 (1932 Fev.29), p. 3.

quase concluída a remodelação da rua de S. Dâmaso, estando bem pavimentada e bem iluminada, com novas colunas com globos de iluminação pública¹³⁷⁴.

Mas ainda neste mesmo ano a Comissão Administrativa da Câmara Municipal em sua sessão resolve, por proposta do seu presidente: “*1º Dar o nome deste saudoso vimaranense [Padre Gaspar Roriz] à nova avenida que ligará o Largo Prior do Crato ao Largo República do Brasil*”¹³⁷⁵. Porém os vimaranenses não gostaram das obras feitas em S. Dâmaso, pois “*as guias dos passeios e nivelamento centro da rua constitui uma vergonha e é prova segura de uma ausência de competência*”, e reclamam pelo “*lamentável desastre da rua de S. Dâmaso*”¹³⁷⁶.

O Jardim encontrava-se também em fase de aformoseamento e constituiu uma obra bastante apreciada na altura¹³⁷⁷. A parte mais polémica foi o corte das árvores, que suscitou os mesmos protestos que o derrube de árvores e palmeiras do Toural e dos plátanos de Avenida¹³⁷⁸. O encarregado de dirigir os trabalhos de modificação do Jardim Público era o sr. Jacinto de Matos, arquitecto floricultor¹³⁷⁹, por iniciativa do Dr. Alberto Rodrigues Milhão¹³⁸⁰. Entretanto, por proposta do vereador sr. João Gomes de Abreu de Lima foi resolvido dar o nome de Largo 28 de Maio ao Largo do Prior do Crato¹³⁸¹. Entretanto, em Junho de 1932, chega do Porto a 2ª planta da autoria do Arqt. Marques da Silva para modificação no jardim do Largo 28 de Maio¹³⁸². Em finais de Julho davam-se por concluídas as obras de remodelação do Jardim Público¹³⁸³. Foi também no Jardim Público que se lançou a pedra inaugural de um projectado monumento à Independência, que nunca se concretizou¹³⁸⁴. Era necessário embelezar o jardim com um complemento agradável e vivo. Assim, em 17 de Agosto de 1934 é inaugurada uma fonte artística de granito, encimada pelo Fauno modelado em bronze, da autoria de António de Azevedo, escultor e director da Escola Francisco de Holanda¹³⁸⁵. A Comissão Administrativa da Câmara em sessão de 16 de Janeiro de 1936 resolve convidar a Comissão de Estética a dar, entre outros assuntos, o seu parecer

¹³⁷⁴ Ibidem CG, nº 4576 (1932 Jun.14), p. 2.; Ibidem NG, nº 24 (1932 Jun. 19), p. 3.

¹³⁷⁵ Ibidem NG, nº 10 (1932 Mar.14), p. 1.

¹³⁷⁶ Ibidem NG, nº 11 (1932 Mar.20), p. 3.

¹³⁷⁷ Ibidem NG, nº 11 (1932 Mar.20), p. 1.

¹³⁷⁸ Ibidem NG, nº 14 (1932 Abr.18), p. 2; nº 15 (1932 Abr.27), p. 1.

¹³⁷⁹ Ibidem NG, nº 16 (1932 Abr.24), p. 4; Ibidem CG, nº 4565 (1932 Maio 6), p. 1.

¹³⁸⁰ Ibidem NG, nº 21 (1932 Maio 29), p. 1.

¹³⁸¹ Ibidem NG, nº 23 (1932 Jun.13), p. 2.

¹³⁸² Ibidem NG, nº 25 (1932 Jun.28), p. 3.

¹³⁸³ Ibidem CG, nº 4582 (1932 Jul.22), p. 1; Ibidem NG, nº 29 (1932 Jul.31), p. 4.

¹³⁸⁴ Ibidem NG, nº 42 (1932 Out.30), p. 2.

sobre o corte de uma palmeira no Jardim Público¹³⁸⁶, uma vez que o corte de árvores geralmente provocava uma onda de protestos na cidade.

Em sessão da Câmara de 16 de Julho de 1937, esta decidiu autorizar a vedação do Jardim Público, a pedido da Banda dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, nos dias em que ali se realizassem concertos ou festivais, reservando a Câmara essas concessões nos dias em que o julgasse necessário¹³⁸⁷. Esta medida, embora provisória, causou a indignação dos vimaranenses, que não a viram com bons olhos¹³⁸⁸, mas foi rapidamente remediada. Em sessão do dia 7 de Maio de 1941 resolveu-se mandar executar por administração directa a fonte decorativa¹³⁸⁹ e em 3 de Setembro de 1941 deliberou-se autorizar o pagamento de 50.000\$00 a António de Azevedo¹³⁹⁰. Mas o Jardim Público era uma das obras importantes da cidade e por isso lembra-se a Câmara da necessidade de asfaltar pelo menos a Avenida Central¹³⁹¹. Isto leva a que se mande proceder, por intermédio da Repartição Técnica, à elaboração do projecto de pavimentação do Jardim Público¹³⁹², tendo-se deliberado em sessão de 2 de Junho de 1942, que na Repartição de Engenharia se elaborasse o projecto da pavimentação, incluindo também os passeios laterais do Largo 28 de Maio, e se solicitasse a comparticipação do estudo para esta obra até ao dia 30 desse mês¹³⁹³. Em Junho de 1942 inaugurou-se no Jardim Público a fonte decorativa A Rapariguinha, que a Câmara Municipal mandou colocar numa das extremidades, condizendo com a outra que já lá existia. Previa-se, para breve o asfaltamento da Avenida Central¹³⁹⁴, solicitando a Câmara ao Estado a comparticipação nestas obras¹³⁹⁵, em que o centro seria em macadame e saibro próprio¹³⁹⁶. Em sessão de 30 de Abril de 1945 a Câmara deliberou pôr em arrematação a obra de ensaibramento e pavimentação dos passeios laterais¹³⁹⁷ e em sessão de 4 de Junho de 1945 aprovou as alterações a introduzir no programa de concurso e cadernos de encargos dos “*Trabalhos de pavimentação no Jardim Público*

¹³⁸⁵ Ibidem NG, n° 131 (1934 Ago.5), p. 3; Ibidem NG, n° 133 (1934 Ago.19), p. 3.

¹³⁸⁶ Ibidem NG, n° 207 (1936 Jan.19), p. 6.

¹³⁸⁷ Ibidem NG, n° 284 (1937 Jul.18), p. 3.

¹³⁸⁸ Ibidem NG, n° 287 (1937 Ago.8), p. 2.

¹³⁸⁹ Ibidem NG, n° 484 (1941 Maio 11), p. 3; Ibidem NG, n° 489 (1941 Jun.15), p. 2.

¹³⁹⁰ Ibidem NG, n° 501 (1941 Set.7), p. 3; Ibidem CG, n° 5219 (1941 Set.12), p. 3.

¹³⁹¹ Ibidem CG, n° 5256 (1942 Maio 29), p. 2.

¹³⁹² Ibidem NG, n° 540 (1942 Jun.7), p. 3.

¹³⁹³ Ibidem CG, n° 5258 (1942 Jun.12), p. 3.

¹³⁹⁴ Ibidem NG, n° 541 (1942 Jun.14), p. 1.

¹³⁹⁵ Ibidem NG, n° 543 (1942 Jun.28), p. 3.

¹³⁹⁶ Ibidem CG, n° 5262 (1942 Jul.1942), p. 2.

¹³⁹⁷ Ibidem CG, n° 5410 (1945 Maio 11), p. 3.

do Largo 28 de Maio, em Guimarães”, apontados em 13 de Abril último por despacho do Subsecretário das Obras Públicas e Comunicações, e resolveu proceder à sua arrematação¹³⁹⁸, anunciando-se no dia 24 o concurso público¹³⁹⁹. Mas em sessão de 9 de Julho é decidido pôr novamente em arrematação com o aumento de 10% sobre a base de licitação¹⁴⁰⁰. Em sessão de 5 de Setembro de 1945 a Câmara deliberou adjudicar a Joaquim Tinoco Osório, empreiteiro, a obra de “*ensaibramento e pavimentação dos passeios laterais do Jardim Público do Largo 28 de Maio, desta cidade*”, segundo a proposta pelo mesmo apresentada em 11 de Julho de 1945, pela importância de 90.160\$00, ficando o Presidente autorizado a outorgar em nome da Câmara e do seu representante o respectivo contrato de adjudicação¹⁴⁰¹. Finalmente o Jardim Público é remodelado¹⁴⁰². Em 1946 há ainda um reforço de verba de 18.800\$00 concedido à CMG, como reforço da verba inicial, para os trabalhos de pavimentação¹⁴⁰³. Assim, em Setembro de 1946 estava prestes a concluir-se o arranjo; os passeios já estavam arranjados a mosaico e o piso do centro iria ficar em saibro, que já tinha chegado¹⁴⁰⁴. A pavimentação tinha sido suspensa por a cor e qualidade do saibro não corresponderam às exigências e contratos estabelecidos. Mas, em inícios de 1947 já estava a terminar-se¹⁴⁰⁵.

A CMG, em sessão de 17 de Outubro de 1957, decidiu admitir e aprovar, por unanimidade, as propostas apresentadas pelos vereadores Manuel Soares Moreira Guimarães e António de Urgeses dos Santos Simões, que pretendiam remodelar a iluminação, mas acabaram por desistir, uma vez que se previa para breve as obras da Alameda¹⁴⁰⁶.

Entretanto, a Comissão Administrativa da Câmara, em sua sessão de 25 de Junho de 1932, deliberou solicitar do Ministério das Finanças a isenção do pagamento da sisa de 1.732 m² de terreno para a abertura de uma Avenida de ligação do Passeio da Independência com o Largo República do Brasil, a fim de substituir a viela¹⁴⁰⁷.

¹³⁹⁸ Ibidem CG, nº 5415 (1945 Jun.15), p. 3.

¹³⁹⁹ Ibidem NG, nº 699 (1945 Jun.24), p. 3.

¹⁴⁰⁰ Ibidem CG, nº 5420 (1945 Jul.20), p. 3.

¹⁴⁰¹ Ibidem CG, nº 5428 (1945 Set.14), p. 3; Ibidem NG, nº 713 (1945 Set.30), p. 3.

¹⁴⁰² Ibidem NG, nº 728 (1946 Jan.13), p. 3.

¹⁴⁰³ Ibidem CG, nº 5471 (1946 Jul.12), p. 1.

¹⁴⁰⁴ Ibidem CG, nº 5482 (1946 Jul.12), p. 2.

¹⁴⁰⁵ Ibidem CG, nº 5497 (1947 Jan.10), p. 1.

¹⁴⁰⁶ Ibidem CG, nº 6059 (1957 Out.18), p. 3.

¹⁴⁰⁷ Ibidem NG, nº 26 (1932 Jul.3), p. 5.

Prevê-se para o Largo do Prior do Crato um “*Bar vimaranis*”, com planta da autoria do Arqt. João Pimentel, e que seria um grande e luxuoso estabelecimento, embora ainda esperasse pela aprovação da Câmara Municipal, prevendo-se que desse um ar cosmopolita à zona¹⁴⁰⁸. Mas o projecto, como muitos outros, não se concretizou.

Em 6 de Maio de 1933 é promulgado o decreto, autorizando a Câmara Municipal de Guimarães a expropriar o Teatro D. Afonso Henriques, a fim de ser prolongada a Rua de S. Dâmaso até ao largo da República do Brasil¹⁴⁰⁹.

No ano seguinte, em Junho, é inaugurada a Casa dos Pobres, como meio de evitar e reprimir a mendicidade¹⁴¹⁰.

Na sessão da Câmara, do dia 8 de Novembro de 1934, como atrás já foi referido, é aprovada a proposta para restauro do pano da muralha existente no Largo 28 de Maio¹⁴¹¹.

Como homenagem póstuma ao Padre Gaspar Roriz, em Julho de 1936, realizou-se às 10h30 na antiga Rua de S. Francisco o descerramento da lápide “Rua Padre Gaspar Roriz”, que deu o nome deste vimaranense a uma das artérias da cidade¹⁴¹². Mas, ainda não se tinha perdido a ideia da ligação do Toural ao Campo da Feira e em 1937 ainda se continua a falar disso¹⁴¹³.

No ano seguinte é instalado um bebedouro no Largo 28 de Maio para “*refrescar os sequiosos*”¹⁴¹⁴. Nesse mesmo ano volta-se a falar da abertura de uma rua para ligar o Toural ao Campo da Feira¹⁴¹⁵.

Entretanto a Comissão de Estética reunida em Maio de 1939 discute a aprovação do anteprojecto da construção, que vai substituir, sobre o passeio sul do Jardim Público, o “quiosque”, para venda de jornais e tabacos¹⁴¹⁶, que foi inaugurado em 4 de Agosto de 1939, com a presença do Presidente da Câmara¹⁴¹⁷.

Mas era necessário embelezar a zona e em sessão de 25 de Agosto de 1939 a Câmara deliberou pôr em arrematação a pavimentação de paralelepípedos e renovação de passeios da zona principal da cidade, compreendendo a Praça D. Afonso Henriques,

¹⁴⁰⁸ Ibidem NG, n° 37 (1932 Set.25), p. 3.

¹⁴⁰⁹ Ibidem JLF - EV II, p. 122v.

¹⁴¹⁰ Ibidem NG, n° 118 (1934 Maio 6), p. 2.

¹⁴¹¹ Ibidem NG, n° 145 (1934 Nov.11), p. 2.

¹⁴¹² Ibidem NG, n° 231 (1936 Jul. 5), p. 1.

¹⁴¹³ Ibidem NG, n° 259 (1937 Jan.24), p. 1.

¹⁴¹⁴ Ibidem CG, n° 5048 (1938 Jun.3), p. 3.

¹⁴¹⁵ Ibidem NG, n° 334 (1938 Jul.3), p. 1.

¹⁴¹⁶ Ibidem NG, n° 381 (1939 Maio 28), p. 1.

Largo 28 de Maio, o lado Norte do Jardim Público e rua de Santo António pela quantia de 340.000\$00¹⁴¹⁸.

Entretanto a imprensa ao longo de vários anos protesta contra o chamado “lameiro” de S. Francisco, lembrando que também ele necessitava de uma reforma¹⁴¹⁹. Finalmente informa-nos que no início de 1939 vão ter lugar as obras¹⁴²⁰. Em sessão de 17 de Janeiro de 1940 a Câmara delibera iniciar o mais brevemente possível as obras do arranjo do largo de S. Francisco¹⁴²¹. Realmente, em 28 de Janeiro a imprensa informa de que já se iniciaram as obras de aformoseamento do referido largo e a pavimentação da Praça D. Afonso Henriques¹⁴²². A autoria do projecto é de António de Azevedo¹⁴²³. Assim, em sessão de 28 de Fevereiro de 1940, a Câmara deliberou autorizar o pagamento de 1 500\$00 ao escultor e director da Escola Industrial e Comercial, António de Azevedo, pelo seu projecto das obras de aformoseamento do largo de S. Francisco e outros estudos de urbanização, que fez para a Câmara¹⁴²⁴. Ainda em sessão de 22 de Maio de 1940 o Ministro da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco informou, que, em resposta ao ofício da Câmara, reunida a mesa daquela Venerável Ordem, deliberou aceder ao pedido de transferência do seu cruzeiro existente em S. Francisco para outro local do mesmo largo, conservando a sua propriedade, a qual será respeitada pela Câmara, informando esta que o cruzeiro ficará a pertencer à Ordem de S. Francisco¹⁴²⁵. A imprensa descreve pormenorizadamente o projecto¹⁴²⁶, mas em Fevereiro de 1941 ainda não se encontrava devidamente ajardinado, nem plantadas as árvores que deveriam embelezar o largo¹⁴²⁷, encontrando-se em 1946 abandonado e com um ar desagradável¹⁴²⁸. Em 1950 a imprensa referia, que há anos que o Terreiro de S. Francisco se encontrava a monte, servindo apenas para divertimento do garotio, sendo necessário ajardiná-lo¹⁴²⁹.

¹⁴¹⁷ Ibidem *NG*, n° 391 (1939 Ago.6), p. 4.

¹⁴¹⁸ Ibidem *NG*, n° 395 (1939 Set.3), p. 3.

¹⁴¹⁹ Ibidem *NG*, n°144 (1934 Nov.4), p 1; Ibidem *NG*, n°282 (1937 Jul.4), p 2; Ibidem *NG*, n° 409 (1939 Dez.10), p 2.

¹⁴²⁰ Ibidem *NG*, n° 412 (1939 Dez.31), p. 2.

¹⁴²¹ Ibidem *NG*, n° 415 (1940 Jan.21), p. 2.

¹⁴²² Ibidem *NG*, n° 416 (1940 Jan.28), p. 1.

¹⁴²³ Ibidem *NG*, n° 417 (1940 Fev.4), p. 2.

¹⁴²⁴ Ibidem *CG*, n° 5140 (1940 Mar.8), p. 4; Ibidem *NG*, n° 422 (1940 Mar.10), p. 4.

¹⁴²⁵ Ibidem *CG*, n° 5152 (1940 Maio 31), p. 3

¹⁴²⁶ Ibidem *CG*, n° 5134 (1940 Jun.26), p. 2.

¹⁴²⁷ Ibidem *NG*, n° 473 (1941 Fev.23), p. 2.

¹⁴²⁸ Ibidem *NG*, n° 738 (1946 Mar.24), p. 1.

¹⁴²⁹ Ibidem *NG*, n° 937 (1950 Jan.15), p. 2.

Outros edifícios se vão construindo, ou remodelando, na Alameda. Em Abril de 1940, depois de completamente remodelada, abre ao público a sede do Turismo no Largo 28 de Maio¹⁴³⁰.

Começa-se então a defender na imprensa o arranjo da Rua de S. Dâmaso¹⁴³¹ e o desaparecimento das suas vielas¹⁴³². Entretanto fecha ao culto para restauro a Igreja de S. Francisco, porque, ameaçando ruína há já algum tempo, veio a verificar-se que, em consequência do ciclone que assolou o país nesse ano de 1941, as paredes abriram grandes fendas e parte do tecto estava a ruir¹⁴³³.

Entretanto discute-se o aproveitamento do abandonado Teatro D. Afonso Henriques e a instalação da Casa dos Pobres¹⁴³⁴

Em Maio de 1941 a Acção Católica Feminina local, a expensas suas, pretendia colocar na Muralha do Largo 28 de Maio, um “*panneaux*”, em azulejo, de 5m de altura, com a imagem da Virgem da Conceição¹⁴³⁵. Faz o requerimento, que é apresentado em sessão da Câmara de 28 de Maio de 1941 e é diferido¹⁴³⁶, mas acaba por não ser concretizado neste local.

Em Junho de 1940 a imprensa anuncia que a igreja de S. Francisco ia ser restaurada, pois acabava-se de conseguir que, por despacho do Ministro das Obras Públicas lhe fosse concedida a comparticipação do Estado. O prazo para execução desta obra era de dois anos contados da data da publicação da respectiva portaria no Diário do Governo e a Mesa da Venerável Ordem Terceira providenciaria no sentido de dar imediato início aos trabalhos, depois de cumpridas as devidas formalidades¹⁴³⁷. Entretanto o Ministério das Obras Públicas concedeu pelos fundos do Desemprego à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, para cobertura da igreja da mesma ordem, a importância de 44.315\$00, tendo-se principiado as obras¹⁴³⁸. Por isso, em Agosto de 1942 procedia-se com grande actividade aos reparos da igreja de S. Francisco, há tempos fechada ao culto¹⁴³⁹. O templo foi aberto para realização da festividade da Mater

¹⁴³⁰ Ibidem CG, nº 5147 (1940 Abr.26), p. 2.

¹⁴³¹ Ibidem NG, nº 477 (1941 Mar.23), p. 1.

¹⁴³² Ibidem NG, nº 478 (1941 Mar.30), p. 1.

¹⁴³³ Ibidem NG, nº 478 (1941 Mar.30), p. 3; Ibidem CG, nº 5197 (1941 Abr.11), p. 1; Ibidem NG, nº 5203 (1941 Maio 23), p. 2.

¹⁴³⁴ Ibidem NG, nº 479 (1941 Abr.6), p. 1.

¹⁴³⁵ Ibidem CG, nº 5204 (1941 Maio 30), p. 3.

¹⁴³⁶ Ibidem CG, nº 5205 (1941 Jun.6), p. 3.

¹⁴³⁷ Ibidem NG, nº 804 (1947 Jun.29), p. 2; Ibidem CG, nº 5522 (1947 Jul.4), p. 2; Ibidem CG, nº 5525 (1947 Jul.25), p. 2.

¹⁴³⁸ Ibidem CG, nº 5259 (1942 Jun.19), p. 1; Ibidem NG, nº 542 (1942 Jun.21), p. 2.

¹⁴³⁹ Ibidem CG, nº 5267 (1942 Ago.14), p. 1.

Dolorosa em Abril de 1948¹⁴⁴⁰. Foi apenas em 1971 que se concluiu o restauro dos fenestrões da capela mor deste templo¹⁴⁴¹.

Entretanto, em Maio de 1947 o bebedouro existente no Largo 28 de Maio foi trocado por outro¹⁴⁴², e mais tarde, em sessão de 5 de Abril de 1956, a Câmara decidiu mandar colocar mais bebedouros¹⁴⁴³.

A sede do Turismo de Guimarães procurou mudar-se em 1949 para a Avenida Duarte Pacheco, mas a medida não chegou a concretizar-se¹⁴⁴⁴. Falou-se em 1954 em construir uma nova sede para o Turismo, mas também não teve concretização¹⁴⁴⁵. Apenas haverá uma remodelação da antiga, que foi adjudicada ao sr. Camilo Gonçalves Ramos, de Viana do Castelo. A inauguração decorreu em 4 de Dezembro de 1955¹⁴⁴⁶.

O público queixava-se do cotovelo da Rua de S. Dâmaso, que era muito apertado e que poderia dar origem a perigosos acidentes. Finalmente, em Abril de 1949 andava já a proceder-se à demolição de dois casebres na Rua do Padre Gaspar Roriz, para alargamento da referida curva¹⁴⁴⁷.

Entretanto a VOTSF procurou conseguir uma comparticipação, que obteve para as obras de restauro do claustro¹⁴⁴⁸, que foi arrematado em Maio de 1951¹⁴⁴⁹. A obra foi concluída em Agosto de 1952¹⁴⁵⁰.

A Câmara decide, em sessão do dia 28 de Outubro de 1953, prestar homenagem a Moreira de Sá, fixando o dia 22 de Novembro para a inauguração das placas que davam o nome do distinto musicógrafo vimaranense ao Largo existente, entre o Largo 28 de Maio e a Avenida D. Afonso Henriques¹⁴⁵¹.

Em 1953 a imprensa anunciava que ia ser demolido o bloco de casas da Rua de S. Dâmaso, em que se encontrava compreendida a igreja de S. Dâmaso, para que no mesmo local fosse construído o edifício dos novos Paços do Conselho, tendo já sido

¹⁴⁴⁰ Ibidem NG, n° 893 (1949 Mar.13), p. 2; Ibidem CG, n° 5613 (1949 Abr.1), p. 3; Ibidem CG, n° 5614 (1949 Abr.8), p. 2; Ibidem NG, n° 897 (1949 Abr.10), p. 3.

¹⁴⁴¹ Ibidem CG, n° 6750 (1971 Fev.6), p. 3.

¹⁴⁴² Ibidem CG, n° 5514 (1947 Abr.9), p. 3.

¹⁴⁴³ Ibidem CG, n° 5979 (1956 Abr.6), p. 3; Ibidem NG, n° 1266 (1956 Abr.8), p. 3.

¹⁴⁴⁴ Ibidem CG, n° 5613 (1949 Abr.1), p. 1.

¹⁴⁴⁵ Ibidem CG, n° 5875 (1954 Abr.9), p. 2.

¹⁴⁴⁶ Ibidem NG, n° 1248 (1955 Dez.4), p. 1.

¹⁴⁴⁷ Ibidem CG, n° 5616 (1949 Abr.22), p. 3.

¹⁴⁴⁸ Ibidem NG, n° 997 (1951 Fev.25), p. 1.

¹⁴⁴⁹ Ibidem NG, n° 1008 (1951 Maio 13), p. 2; Ibidem CG, n° 5724 (1951 Maio 18), p. 2.

¹⁴⁵⁰ Ibidem NG, n° 1074 (1952 Ago.17), p. 1.

¹⁴⁵¹ Ibidem NG, n° 1138 (1953 Nov.1), p. 2.

enviada para Lisboa a competente nota dos valores matriciais à Direcção Geral dos Serviços de Urbanização¹⁴⁵².

Entretanto o Ministro das Obras Públicas concedeu pelo Fundo do Desemprego, a comparticipação de 135.600\$00 à VOTSF para conservação e restauro da Igreja de S. Francisco, 2ª fase, reforço¹⁴⁵³, e também pelo Ministério das Obras Públicas foi concedida a comparticipação de 110.400\$00 para alargamento da Rua dos Terceiros, entre a Igreja de S. Francisco e o Largo República do Brasil¹⁴⁵⁴.

Em sessão de 12 de Maio de 1955 a Câmara deliberou informar a Direcção de Urbanização do Distrito de Braga, em resposta ao seu ofício, que se não iniciaram os trabalhos de “Alargamento da Rua dos Terceiros entre a Igreja de S. Francisco e o Largo República do Brasil”, devido ao parecer do Ministro das Obras Públicas, que previa ali novo traçado¹⁴⁵⁵. Assim, a Câmara inteira-se em reunião de 2 de Julho de 1955, de que foi anulada a comparticipação do Estado de 110 400\$00 concedida para essas obras de alargamento¹⁴⁵⁶.

Em sessão de 13 de Julho de 1955 a Câmara deliberou notificar o proprietário do quiosque do Jardim do Largo 28 de Maio, de que teria de o demolir até 31 de Dezembro desse ano, para remodelação do jardim¹⁴⁵⁷.

Entretanto a Câmara decide encarregar o Arquitecto Peres Fernandes de elaborar o estudo pormenorizado da Praça do Toural e Largo 28 de Maio e de estudar a sua ligação até ao cruzamento do Campo da Feira, conforme sugestão da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização¹⁴⁵⁸, e em sessão de 2 de Fevereiro de 1956 toma conhecimento de que o Arqt. J. Peres Fernandes aceitou o convite para a elaboração do referido trabalho¹⁴⁵⁹.

Finalmente, em sessão de sessão de 12 de Abril de 1956, a Câmara decide mandar proceder a obras de adaptação na casa que tinha adquirido na altura, sita na rua Egas Moniz, para instalação dos Serviços Assistências a cargo da Casa dos Pobres, de modo a proceder-se com a maior brevidade possível à demolição do edifício camarário onde funcionavam aqueles serviços, prevista no plano de obras da parte central da

¹⁴⁵² Ibidem *NG*, nº 1129 (1953 Ago.30), p. 1.

¹⁴⁵³ Ibidem *NG*, nº 1174 (1954 Jun.11), p. 2.

¹⁴⁵⁴ Ibidem *CG*, nº 5892 (1954 Ago.6), p. 1.

¹⁴⁵⁵ Ibidem *NG*, nº 1219 (1955 Maio 15), p. 1.

¹⁴⁵⁶ Ibidem *CG*, nº 5940 (1955 Jul.8), p. 3.

¹⁴⁵⁷ Ibidem *NG*, nº 1228 (1955 Jul.17), p. 2.

¹⁴⁵⁸ Ibidem *NG*, nº 1254 (1956 Jan.15), p. 2.

cidade¹⁴⁶⁰. Assim, em sessão de 30 de Junho de 1956 a Câmara deliberou mandar proceder à demolição da casa onde estava instalada a Casa dos Pobres e pôr em arrematação a alienação dos respectivos materiais¹⁴⁶¹, tendo decidido, em sessão de 21 de Julho, iniciar por administração directa a demolição do edifício onde estava instalada a Casa dos Pobres¹⁴⁶². Em Julho de 1956 começou a demolição do edifício, procurando a Câmara fazer desaparecer, deste modo, o célebre “cotovelo”, que deu origem a muitas reclamações na imprensa¹⁴⁶³. Em sessão de 20 de Setembro de 1956 adjudicou a Manuel Marques da Silva pela quantia de 21.700\$00 a restante demolição do edifício, e bem assim, parte dos materiais provenientes da demolição já efectuada por administração directa¹⁴⁶⁴.

Em sessão de 3 de Maio de 1956 a Câmara decidiu contrair na CGD um empréstimo de 20 mil contos, tendo em atenção o auxílio do Estado através do Ministério das Obras Públicas, para as obras da Praça Mumadona, Parque do Castelo, Zona do novo liceu, Avenida Salazar, ligação do Largo 28 de Maio ao Largo da República do Brasil, construção do Matadouro e casas para famílias pobres e urbanização do Bairro de pobres a renda económica¹⁴⁶⁵.

Entretanto a Câmara começou a adquirir prédios para concretizar o seu plano. Em sessão de 7 de Maio de 1956 decidiu adquirir pelo preço acordado um prédio pertencente à família do Dr. Campos Henriques, para efectivação do plano de “melhoramentos” relativos à zona compreendida entre os largos Moreira de Sá e República do Brasil¹⁴⁶⁶.

Fala-se em Guimarães da grandiosa obra que irá transformar por completo a cidade¹⁴⁶⁷.

Começa-se também a falar de um novo cinema que será construído em S. Francisco, em frente às antigas escolas da Ordem¹⁴⁶⁸. Mas, à última hora surgiram sérias dificuldades¹⁴⁶⁹ e o negócio não chegou a concretizar-se¹⁴⁷⁰.

¹⁴⁵⁹ Ibidem *CG*, nº 5970 (1956 Fev.13), p. 3.

¹⁴⁶⁰ Ibidem *NG*, nº 1267 (1955 Abr.15), p. 4.

¹⁴⁶¹ Ibidem *CG*, nº 5992 (1956 Jun.6), p. 4; Ibidem *NG*, nº 1279 (1956 Jul.8), p. 3.

¹⁴⁶² Ibidem *CG*, nº 5995 (1956 Jul.27), p. 2.

¹⁴⁶³ Ibidem *NG*, nº 1282 (1956 Jul.29), p. 2.

¹⁴⁶⁴ Ibidem *CG*, nº 6003 (1956 Set.21), p. 3; Ibidem *NG*, (1956 Set.20), p. 3.

¹⁴⁶⁵ Ibidem *CG*, nº 5983 (1956 Maio 4), p. 3; Ibidem *NG*, nº 1257 (1956 Fev.5), p. 2; Ibidem *NG*, nº 1270 (1956 Jun.5), p. 6.

¹⁴⁶⁶ Ibidem *CG*, nº 5988 (1956 Jun.8), p. 3.

¹⁴⁶⁷ Ibidem *NG*, nº 1277 (1956 Jun.24), p. 1.

¹⁴⁶⁸ Ibidem *NG*, nº 1279 (1956 Jul.8), p. 3.

As aquisições continuam; em sessão de 31 de Outubro de 1956 a Câmara decidiu adquirir para efeitos de demolição e com vista ao alargamento da Rua de S. Dâmaso os prédios sítos naquela rua com os n.º 48-50, e 52-54 de polícia, pertencentes José Francisco Ribeiro e Sebastião de Freitas¹⁴⁷¹.

Entretanto, em ofício dirigido ao Governador Civil, o Ministério das Finanças comunicou que, por despacho de 14 de Novembro de 1956, autorizou a Câmara Municipal de Guimarães, a contrair um empréstimo de 10.000 contos, destinado aos seguintes “melhoramentos”: arranjo da Praça Condessa Mumadona, 1.070.000\$00; Parque dos Paços dos Duques de Bragança, 1.115.000\$00; Urbanização da zona do novo liceu, 3.130.000\$00; construção da Alameda de ligação do Largo 28 de Maio ao Largo da República do Brasil, 2.065.000\$00; construção de bairro para famílias pobres, 2.000.000\$00, e urbanização do bairro de famílias pobres e de renda económica¹⁴⁷².

A Câmara, em sessão de 23 de Novembro de 1956, decidiu pôr em arrematação, para demolição, as casas da Rua de S. Dâmaso, contíguas à antiga casa dos Pobres; arrendar quatro Casas do Bairro Leão XIII, na Arcela, aos inquilinos das casas da Rua de S. Dâmaso, que iam ser demolidas¹⁴⁷³, e colocou também um anúncio na imprensa local¹⁴⁷⁴.

Os vimaranenses não protestaram contra estas demolições, porque os prédios eram velhos, sujos e feios, e era necessário abrir uma moderna e arejada Alameda¹⁴⁷⁵, pois “*a cidade fica engrandecida e notavelmente embelezada*”¹⁴⁷⁶.

Entretanto, por ameaçarem ruína, dois prédios contíguos às duas casas da Rua de S. Dâmaso, que iam demolir-se, seriam deitados abaixo¹⁴⁷⁷. Em sessão de 15 de Fevereiro de 1957 decidiu-se adquirir o prédio sito no gaveto da Rua de S. Dâmaso, voltado ao largo 28 de Maio, para demolição¹⁴⁷⁸.

A CMG, em sessão de 14 de Fevereiro de 1957, decidiu fixar as condições do contrato com o Arqt. Inácio Peres Fernandes para elaboração dos projectos de remodelação e arranjo do centro da cidade, compreendendo o da Alameda que liga os

¹⁴⁶⁹ Ibidem CG, n.º 5993 (1956 Jul.13), p. 2.

¹⁴⁷⁰ Ibidem NG, n.º 1281 (1956 Jul.22), p. 1.

¹⁴⁷¹ Ibidem CG, n.º 6009 (1956 Nov.16), p. 3.

¹⁴⁷² Ibidem NG, n.º 1298 (1956 Nov.18), p. 1; Ibidem NG, n.º 1299 (1956 Nov.25), p. 1.

¹⁴⁷³ Ibidem CG, n.º 6012 (1956 Nov.23), p. 2.

¹⁴⁷⁴ Ibidem NG, n.º 1301 (1956 Dez.9), p. 5.

¹⁴⁷⁵ Ibidem NG, n.º 1302 (1956 Dez.16), p. 2.

¹⁴⁷⁶ Ibidem NG, n.º 1302 (1956 Dez.16), p. 2.

¹⁴⁷⁷ Ibidem CG, n.º 6023 (1957 Fev.8), p. 3.

largos 28 de Maio ao da República do Brasil e o da Avenida de ligação do largo 28 de Maio ao Matadouro¹⁴⁷⁹. Em sessão de 7 de Março, decidiu solicitar a informação do Arqt. Peres Fernandes, autor do projecto da Alameda de ligação dos largos 28 de Maio e República do Brasil, sobre se o prédio que o Dr. Isaías Vieira de Castro pretendia construir na Rua de S. Dâmaso se enquadrava no plano de construção por ele previsto para qualquer local¹⁴⁸⁰. Perante o parecer do Arquitecto decidiu em sessão de 14 de Março de 1957 adquirir ao Dr. Isaías Vieira de Castro o prédio sito na Rua de S. Dâmaso, com os n.º 64 a 66, pela importância de 190.500\$00, em virtude de ter de ser demolido para execução do Plano de Urbanização¹⁴⁸¹.

Também a Misericórdia de Guimarães, em sessão da Mesa de 1 de Março de 1957, leu o ofício da Direcção Geral de Assistência, referindo-se à pretensão da Câmara Municipal, que desejava adquirir o prédio de habitação, que esta possuía na Rua de S. Dâmaso, para ser demolido, a fim de ser aberta a nova Alameda. Com referência a este assunto a mesa deliberou convocar a Assembleia Geral para o dia 10 do corrente e segunda convocação para o dia 17, às 10 horas¹⁴⁸².

A CMG continuava a fazer aquisições e em sessão de 21 de Março de 1957 decidiu adquirir para efeitos da obra de construção da Alameda, que ligaria o Largo 28 de Maio ao da República do Brasil, 21 prédios pela quantia de 675.000\$00 a Manuel Mendes de Oliveira, Alberto José Passos de Oliveira e Adalberto Feio Soares de Azevedo¹⁴⁸³, sendo adquiridos 2.700 m², em S. Francisco, Rua Gaspar Roriz e seu prolongamento para as obras da projectada Alameda¹⁴⁸⁴.

Em sessão de 28 de Março de 1957 tomou conhecimento da deliberação da Assembleia Geral dos Irmãos da Misericórdia desta cidade, pela qual foi autorizada a venda de um prédio na Rua de S. Dâmaso. Concedeu ainda licença para a demolição do prédio sito na mesma rua, pertencente ao Dr. Isaías Vieira de Castro¹⁴⁸⁵.

Assim, em 17 de Abril de 1957 a Câmara decidiu adjudicar a Manuel M. da Silva a demolição do prédio existente no gaveto da Rua de S. Dâmaso e Largo 28 de

¹⁴⁷⁸ Ibidem CG, nº 6024 (1957 Fev.15), p. 3; Ibidem NG, nº 1312 (1957 Fev.17), p. 4.

¹⁴⁷⁹ Ibidem CG, nº 6025 (1957 Fev.22), p. 4; Ibidem NG, nº 1313 (1957 Fev.24), p. 2.

¹⁴⁸⁰ Ibidem CG, nº 6027 (1957 Mar.8), p. 3.

¹⁴⁸¹ Ibidem CG, nº 6028 (1957 Mar.15), p. 3; Ibidem NG, nº 1317 (1957 Mar.24), p. 4.

¹⁴⁸² Ibidem NG, nº 1316 (1957 Mar.17), p. 4.

¹⁴⁸³ Ibidem CG, nº 6029 (1957 Mar.22), p. 3; Ibidem NG, nº 1318 (1957 Mar.31), p. 3.

¹⁴⁸⁴ Ibidem NG, nº 1317 (1957 Mar.24), p. 1.

¹⁴⁸⁵ Ibidem CG, nº 6030 (1957 Mar.29), p. 3; Ibidem NG, nº 1320 (1957 Abr.14), p. 3.

Maio¹⁴⁸⁶; em sessão de 25 de Abril de 1957 decidiu adquirir à Santa Casa da Misericórdia de Guimarães o seu prédio sito na Rua de S. Dâmaso¹⁴⁸⁷ e em sessão de 9 de Maio de 1957 decidiu aceitar a venda do prédio sito na Rua dos Terceiros, com o nº1 de polícia, pertencente a José Machado da Silva¹⁴⁸⁸.

A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, em sessão da mesa de 3 de Maio de 1957, leu um ofício da Direcção Geral de Assistência a comunicar, que por despacho de 12 de Abril findo o Subsecretário de Estado da Assistência Social autorizou esta Santa Casa a alienar à Câmara Municipal de Guimarães o prédio urbano, de que era proprietária, com os números de polícia 6-8 e 10, descrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 301, pelo preço fixado pela avaliação da Fazenda Pública, ou seja 232.416\$00. A Mesa resolveu indicar o mesário sr. Joaquim de Sousa Oliveira para outorgar na respectiva escritura de venda; leu ainda o ofício do Presidente da Câmara a pedir informação no sentido de lhe ser indicado o despacho que autorizou a venda do referido prédio¹⁴⁸⁹.

Entretanto continuam as aquisições e indemnizações. A CMG, em reunião de 23 de Maio de 1957, decidiu conceder a indemnização de 20.000\$00 pela casa Indústria da Fotografia, pertencente a Amílcar Lopes e instalada na Rua de S. Dâmaso num prédio destinado a demolição¹⁴⁹⁰.

As aquisições continuavam em bom ritmo: a CMG, em sessão de 6 de Junho de 1957, decidiu comprar o prédio sito na Rua de S. Dâmaso com os n.º 56 e 58 de polícia para efeitos da obra de construção da nova Alameda¹⁴⁹¹; em reunião de 6 de Junho de 1957 adquiriu o prédio sito na Rua de S. Dâmaso, com os números 56 e 58 de polícia, para os mesmos efeitos¹⁴⁹².

Entretanto a imprensa informa de que se deveria iniciar brevemente a demolição dos prédios da Rua Padre Gaspar Roriz, para complemento da obra da Alameda Salazar¹⁴⁹³. Em sessão de 28 de Setembro de 1957 a CMG decidiu permitir a

¹⁴⁸⁶ Ibidem *CG*, nº 6033 (1957 Abr.19), p. 3; Ibidem *NG*, nº 1322 (1957 Abr.28), p. 4.

¹⁴⁸⁷ Ibidem *CG*, nº 6034 (1957 Abr.26), p. 3; Ibidem *NG*, nº 1322 (1957 Abr.28), p. 5.

¹⁴⁸⁸ Ibidem *CG*, nº 6036 (1957 Maio 10), p. 3; Ibidem *NG*, nº 1324 (1957 Maio 12), p. 5.

¹⁴⁸⁹ Ibidem *NG*, nº 1325 (1957 Maio 19), p. 4.

¹⁴⁹⁰ Ibidem *NG*, nº 1326 (1957 Maio 26), p. 3.

¹⁴⁹¹ Ibidem *CG*, nº 6040 (1957 Jun.7), p. 3.

¹⁴⁹² Ibidem *NG*, nº 1330 (1957 Jun.23), p. 4.

¹⁴⁹³ Ibidem *CG*, nº 6054 (1957 Set.13), p. 3; Ibidem *NG*, nº 1342 (1957 Set.15), p. 1.

ocupação de vários prédios no Bairro Leão XIII por familiares das vítimas pobres desalojadas das casas demolidas na Rua Padre Gaspar Roriz¹⁴⁹⁴.

E as aquisições continuavam; em Outubro de 1957, no gabinete da presidência da Câmara Municipal foi assinada a escritura de compra por 232 contos de um prédio sito junto da igreja de S. Dâmaso, prédio que ia ser demolido para construção da Alameda Salazar e pertença à Santa Casa da Misericórdia de Guimarães¹⁴⁹⁵.

A movimentação é tanta que se começa a temer pela igreja de S. Dâmaso. A imprensa anuncia, acalmando os vimaranenses: “*Não fechará ao culto a Igreja de S. Dâmaso*”, isto apesar da demolição dos prédios, que lhe estavam anexos¹⁴⁹⁶.

Entretanto começa a falar-se muito vagamente da mudança da igreja de S. Dâmaso¹⁴⁹⁷.

Mas continuam as aquisições: mais um prédio, na Travessa de S. Francisco¹⁴⁹⁸; brevemente iriam-se demolir mais dois prédios, na Rua de S. Dâmaso¹⁴⁹⁹; em reunião de 21 de Novembro de 1957 decidiu-se adquirir a Maria Albertina Fernandes o prédio com os números 5 e 7 da polícia sito na rua dos Terceiros¹⁵⁰⁰; na Rua de S. Dâmaso estavam a ser demolidas mais duas casas¹⁵⁰¹.

Em sessão de 5 de Dezembro de 1957 a Câmara decidiu concordar com a venda dos materiais de demolição dos prédios da Rua Padre Gaspar Roriz, no próprio local¹⁵⁰².

Em 1958 foram demolidos um prédio na rua Padre Gaspar Roriz e outro na Rua de S. Dâmaso¹⁵⁰³; em sessão de 22 de Janeiro de 1958 a Câmara decidiu adquirir o prédio sito na Rua Padre Gaspar Roriz, com o nº3 de polícia, a Adriano Sampaio de Abreu, para efeitos de demolição¹⁵⁰⁴.

Entretanto pretende-se disfarçar os lados vazios da Igreja de S. Dâmaso, e em Março de 1958 foi plantado ao lado do templo, descoberto pelas demolições, um renque

¹⁴⁹⁴ Ibidem CG, nº 6057 (1957 Out.4), p. 4.

¹⁴⁹⁵ Ibidem CG, nº 6057 (1957 Out.4), p. 2; Ibidem NG, nº 1345 (1957 Out.6), p. 1.

¹⁴⁹⁶ Ibidem CG, nº 6040 (1957 Jun. 7), p. 2.

¹⁴⁹⁷ Ibidem NG, nº 1350 (1957 Nov.10), p. 2.

¹⁴⁹⁸ Ibidem CG, nº 6064 (1957 Nov.22), p. 1.

¹⁴⁹⁹ Ibidem CG, nº 6064 (1957 Nov.22), p. 2.

¹⁵⁰⁰ Ibidem NG, nº 1353 (1957 Dez.1), p. 6; Ibidem CG, nº 6065 (1957 Nov.29), p. 4.

¹⁵⁰¹ Ibidem NG, nº 1354 (1957 Dez.15), p. 2.

¹⁵⁰² Ibidem CG, nº 6067 (1957 Dez.13), p. 3.

¹⁵⁰³ Ibidem CG, nº 6071 (1958 Jan.10), p. 3.

¹⁵⁰⁴ Ibidem CG, nº 6073 (1958 Jan.24), p. 3; Ibidem NG, nº 1361 (1958 Jan.26), p. 5.

de árvores, que, quando enramadas, formariam um biombo de folhagem, que pretendia esconder essa parte do templo¹⁵⁰⁵

Em sessão de 16 de Abril de 1958 a Câmara tomou conhecimento, que, por despacho do Ministro das Obras Públicas, foram autorizadas participações no total de 3.400 contos para as seguintes obras a realizar em Guimarães: Praça Mumadona, parque do castelo, zona do liceu, Alameda e casas para pobres¹⁵⁰⁶.

Mas as aquisições continuavam persistentemente: em sessão de 7 de Maio de 1958 decidiu-se adquirir a José Eduardo Vieira de Castro o prédio sito na Rua de S. Dâmaso, nº68, para efeitos de demolição¹⁵⁰⁷.

Entretanto tornam-se difíceis as aquisições e em sessão de 14 de Maio de 1958 a Câmara decidiu solicitar ao Ministro das Obras Públicas a declaração de utilidade pública e urgente de expropriação, mediante publicação do competente diploma legal dos prédios, que ainda não tinha adquirido, para execução da obra de abertura da Alameda entre os largos 28 de Maio e República do Brasil e cuja demolição estava prevista no plano superiormente aprovado¹⁵⁰⁸.

A CMG em reunião de 9 de Julho de 1958 resolveu adquirir os prédios com os números 54 e 55 da República do Brasil,¹⁵⁰⁹; em sessão de 9 de Julho de 1958 decidiu adquirir prédios com os n.º 87, 54 e 55 do Largo República do Brasil, e mandar proceder, por administração directa, à transferência das instalações existentes no antigo quintal da Casa dos Pobres para local apropriado¹⁵¹⁰.

Em sessão de 16 de Julho de 1958 tomou conhecimento dos ofícios recebidos do Comissariado do Desemprego, que informou terem sido concedidas as participações de 1.350.000\$00 e 500.000\$00, respectivamente, para as obras de construção da Alameda de ligação do largo 28 de Maio com o Largo República do Brasil e arranjo da zona do novo Liceu¹⁵¹¹.

Entretanto adquiriu os prédios de José Torcato Ribeiro Júnior, no Largo da República do Brasil, pela importância de 1.080 contos¹⁵¹². Começam então as

¹⁵⁰⁵ Ibidem *NG*, nº 1369 (1958 Mar.23), p. 4.

¹⁵⁰⁶ Ibidem *CG*, nº 6085 (1958 Abr.18), p. 2.

¹⁵⁰⁷ Ibidem *CG*, nº 6088 (1958 Maio 5), p. 3.

¹⁵⁰⁸ Ibidem *CG*, nº 6089 (1958 Maio 16), p. 3; Ibidem *CG*, nº 6089 (1958 Maio 16), p. 2; Ibidem *CG*, nº 1376 (1958 Maio 25), p. 2.

¹⁵⁰⁹ Ibidem *CG*, nº 1386 (1958 Jul.20), p. 3.

¹⁵¹⁰ Ibidem *CG*, nº 6097 (1958 Jul.11), p. 3.

¹⁵¹¹ Ibidem *CG*, nº 6098 (1958 Jul.18), p. 3; Ibidem *NG*, nº 1387 (1958 Jul.27), p. 3.

¹⁵¹² Ibidem *CG*, nº 6109 (1958 Out.3), p. 3.

alterações, pois em Outubro de 1958 já estavam a demolir-se dois prédios na Rua de S. Dâmaso e brevemente se iria proceder ao arrasamento do quintal da Casa dos Pobres¹⁵¹³. Ainda, durante o mês de Outubro, em sessão de dia 29, decidiu-se concordar com as condições propostas pelos proprietários dos prédios sitos na Rua de S. Dâmaso, com os n.º de polícia 30 a 34, para efeito da demolição¹⁵¹⁴. Em Novembro começaram a ser demolidos mais dois prédios da Rua de S. Dâmaso¹⁵¹⁵.

Junto à igreja de S. Dâmaso existia um prédio medieval, que também ia ser demolido, e a CMG, em sessão de 17 de Dezembro de 1958, decidiu aprovar o estudo da obra de transladação do prédio com vista à instalação no referido edifício, noutra local, dos serviços das Juntas das Freguesias da cidade; também, deliberou que se avaliasse o edifício sede da Associação Fúnebre Familiar Operária Vimaranesa, com vista à sua aquisição¹⁵¹⁶. Em Dezembro começa a demolição de mais um prédio, com frente para o Largo República do Brasil¹⁵¹⁷.

Em 1959 terminadas as negociações da compra do prédio, que pertenceu ao do industrial José Torcato Ribeiro Júnior, iniciou-se a sua demolição¹⁵¹⁸.

Continua a referir-se a mudança da Igreja de S. Dâmaso¹⁵¹⁹ e A.L. de Carvalho comenta em artigo de opinião a mudança da Casa Medieval para a Praça de S. Tiago¹⁵²⁰.

A CMG, em reunião de 25 de Fevereiro de 1959, decidiu, por proposta do vereador Júlio Soares Leite, adquirir o prédio sito no gaveto da Rua de S. Dâmaso com o Largo da República do Brasil¹⁵²¹. Algum tempo depois o Presidente assina a escritura de compra e venda de mais três prédios anexos à igreja de S. Dâmaso, que iam ser demolidos¹⁵²².

Entretanto, com o espaço livre, já se podiam iniciar as obras. Por isso, começaram-se a fazer as infra-estruturas da Alameda. Assim, a CMG, em sessão de 29 de Abril de 1959, decidiu aprovar o projecto dos colectores de esgoto nos arruamentos da Alameda Salazar, que orçava na quantia de 731.235\$00, e enviá-lo à Direcção Geral

¹⁵¹³ Ibidem CG, nº 6112 (1958 Out.24), p. 3.

¹⁵¹⁴ Ibidem CG, nº 6114 (1958 Nov.7), p. 4.

¹⁵¹⁵ Ibidem CG, nº 1400 (1958 Out.26), p. 2.

¹⁵¹⁶ Ibidem CG, nº 6120 (1958 Dez.19), p. 3; Ibidem NG, nº 1409 (1958 Dez. 28), p. 3.

¹⁵¹⁷ Ibidem CG, nº 6120 (1958 Dez.19), p. 2; Ibidem NG, nº 1408 (1958 Dez.21), p. 2.

¹⁵¹⁸ Ibidem CG, nº 6122 (1959 Jan.9), p. 3.

¹⁵¹⁹ Ibidem NG, nº 1415 (1959 Fev.8), p. 3.

¹⁵²⁰ Ibidem NG, nº 1416 (1959 Fev.15), p. 1.

¹⁵²¹ Ibidem NG, nº 1418 (1959 Mar.1), p. 6; Ibidem CG, nº 6131 (1959 Mar.6), p. 3.

¹⁵²² Ibidem CG, nº 6132 (1959 Mar.13), p. 3; O Ibidem NG, nº 1420 (1959 Mar.15), p. 2. Ibidem CG, nº 6136 (1959 Abr.10), p. 1.

dos Serviços de Urbanização; decidiu, também, aprovar o projecto de saneamento da Rua Dr. Antunes Guimarães, o qual importava na quantia de 42.510\$10, e solicitar a necessária participação do Estado¹⁵²³.

Em sessão de 8 de Julho de 1959 tomou conhecimento do ofício da Direcção Geral de Urbanização do Distrito de Braga, que comunicava ter sido aprovado o projecto de obra de saneamento das ruas da Alameda¹⁵²⁴.

Entretanto Manuel Alves de Oliveira, em artigo publicado na imprensa pergunta “*Alameda Salazar ou Alameda S. Dâmaso ?*” e defende que a Alameda seja denominada de S. Dâmaso¹⁵²⁵. Assim, o Presidente da Câmara, em sessão de 22 de Julho de 1959, propõe que o arruamento do Toural ao Largo República do Brasil se chame Alameda Salazar e o arruamento do templo de S. Francisco ao largo República do Brasil se dê o nome de S. Dâmaso. Foi aprovado; decide, também, adquirir o prédio sito na Rua de S. Dâmaso com os n.º 36 e 38 da polícia, para efeitos de demolição¹⁵²⁶.

A CMG, em sessão de 19 de Agosto de 1959, resolve contrair um empréstimo de 10.000.000\$00 para prosseguimento e conclusão das seguintes obras: Praça Mumadona, urbanização da zona do novo Liceu, Alameda entre o largo 28 de Maio e o Largo República do Brasil, Bairro de casas para famílias pobres, urbanização deste bairro e abertura da Avenida entre o Largo Valentim Moreira de Sá e o Matadouro-1ª fase, troço até à Rua da Liberdade¹⁵²⁷. É em sessão de 21 de Outubro de 1959 que o Presidente comunica à Câmara a aprovação de um empréstimo de 8.000 contos para conclusão da Alameda e deslocação da Igreja de S. Dâmaso para local apropriado¹⁵²⁸.

Entretanto continua a demolição de mais prédios na Rua de S. Dâmaso¹⁵²⁹.

Finalmente, após anos de compras e de demolições, a Câmara Municipal pôs em arrematação, em 27 de Janeiro de 1960, na sala das sessões, a empreitada para a construção da Alameda. A base de licitação era de 323.634\$00¹⁵³⁰. Em sessão de 27 de Janeiro de 1960, a Câmara decidiu enviar à Direcção Geral dos Serviços de Urbanização as propostas recebidas para arrematação da empreitada da obra¹⁵³¹.

¹⁵²³ Ibidem CG, nº 6140 (1959 Maio 8), p. 2.

¹⁵²⁴ Ibidem CG, nº 6150 (1959 Jul.17), p. 4.

¹⁵²⁵ Ibidem NG, nº 1437 (1959 Jul.12), p. 1; Ibidem NG, nº 1438 (1959 Jul.19), p. 1.

¹⁵²⁶ Ibidem CG, nº 6151 (1959 Jul.24), p. 3.

¹⁵²⁷ Ibidem CG, nº 6155 (1959 Ag.21), p. 2.

¹⁵²⁸ Ibidem CG, nº 6165 (1959 Out.30), p. 2; Ibidem NG, nº 1452 (1959 Nov.1), p. 3.

¹⁵²⁹ Ibidem CG, nº 6160 (1959 Dez.25), p. 3.

¹⁵³⁰ Ibidem CG, nº 6176 (1960 Jan.15), p. 2.

¹⁵³¹ Ibidem CG, nº 6178 (1960 Jan.29), p. 3.

Mas ainda não tinham terminado totalmente as alterações. A CMG, em sessão de 26 de Abril de 1960 decidiu adquirir a última casa existente junto da igreja de S. Dâmaso para abertura da Alameda¹⁵³². Finalmente a zona era quase só ruínas¹⁵³³, mas dizia a imprensa, que os restos dos últimos prédios da Rua de S. Dâmaso já tinham desaparecido em meados do ano. Esperava-se então que fosse mudado o Passo da Paixão e se desse início à Alameda¹⁵³⁴. Em Setembro já tinham começado as obras do prolongamento do Jardim Público, que formava a Alameda e o arranjo do Largo da República do Brasil¹⁵³⁵. Foi com uma potente escavadora, que se deu início à construção da Alameda Salazar¹⁵³⁶.

Em Outubro de 1960 é demolido o Quiosque do Toural¹⁵³⁷, em consequência da resolução do Tribunal, numa disputa que demorou alguns anos¹⁵³⁸.

Mas em sessão de 17 de Novembro, a Câmara decidiu adjudicar ao empreiteiro Francisco Coelho, a obra de “Construção da Alameda Salazar”¹⁵³⁹.

Decidiu ainda a Câmara, em sessão de 21 de Fevereiro de 1961, adquirir aos herdeiros de Joana Rosa de Abreu, os prédios que possuíam no largo da República do Brasil¹⁵⁴⁰; em sessão de 21 de Março de 1961 resolveu adquirir um prédio ao Comendador Albano de Sousa Guise, para demolir¹⁵⁴¹, e em sessão de 27 de Março de 1962 decidiu adquirir o prédio pertencente aos herdeiros de José da Costa Santos Vaz Vieira¹⁵⁴².

Foi em sessão de 9 de Janeiro de 1962 que aceitou para execução o orçamento da firma Bernardino Jordão, Firma & C^a, Lda, para instalação subterrânea da iluminação pública na Alameda Salazar, Largo da República do Brasil e Toural, pela importância de 820.523\$00¹⁵⁴³.

¹⁵³² Ibidem CG, n° 6190 (1960 Abr. 29), p. 3.

¹⁵³³ Ibidem NG, n° 1490 (1960 Jul.17), p. 2.

¹⁵³⁴ Ibidem CG, n° 6203 (1960 Jul.22), p. 1.

¹⁵³⁵ Ibidem NG, n° 1499 (1960 Set.18), p. 1.

¹⁵³⁶ Ibidem CG, n° 6211 (1960 Set.16), p. 2; Ibidem NG, n° 1499 (1960 Set.18), p. 1.

¹⁵³⁷ Ibidem CG, n° 6215 (1960 Nov.14), p. 2.

¹⁵³⁸ Ibidem NG, n° 1503 (1960 Out.16), p. 1.

¹⁵³⁹ Ibidem CG, n° 6221 (1960 Nov.25), p. 4; Ibidem NG, n° 1509 (1960 Nov.27), p. 3.

¹⁵⁴⁰ Ibidem CG, n° 6834 (1961 Fev.24), p. 3; Ibidem NG, n° 1520 (1961 Fev.5), p. 3.

¹⁵⁴¹ Ibidem CG, n° 6838 (1961 Mar.24), p. 3; Ibidem NG, n° 1526 (1961 Mar.26), p. 3.

¹⁵⁴² Ibidem CG, n° 6291 (1962 Mar.30), p. 4; Ibidem NG, n° 1579 (1962 Abr.1), p. 3; Ibidem NG, n° 1590 (1962 Jun.17), p. 2.

¹⁵⁴³ Ibidem CG, n° 6280 (1962 Jan.12), p. 2.

Estava praticamente terminada a fase de grande transformação por que passou a cidade. Pensava-se que, demolida a igreja de S. Dâmaso e concluído o ajardinamento da Alameda, novas perspectivas de embelezamento se conseguiriam¹⁵⁴⁴.

Era necessário terminar a obra e assim a CMG, em sessão de 4 de Setembro de 1962, decidiu encarregar o Gabinete de Urbanização de proceder ao estudo das condições a que deviam de obedecer as construções a efectuar na Rotunda da Alameda e Rua Dr. José Sampaio¹⁵⁴⁵.

A CMG, em sessão de 8 de Maio de 1963, decidiu autorizar, mediante condições, Domingos Pereira de Magalhães, com quiosque-bar na Alameda Salazar, a colocar mesas e cadeiras no passeio do jardim público em frente daquele estabelecimento durante os meses de Maio e Junho e aprovar a proposta do vereador Manuel Soares Moreira Guimarães para a colocação de bebedouros na Alameda¹⁵⁴⁶.

Em 1963 a imprensa reclama contra os excursionistas que chegam à alameda e estendem os seus farnéis, tomando as suas refeições e deixando sujidade no local¹⁵⁴⁷.

O Teatro D. Afonso Henriques também fora demolido pelo Município, para possibilitar a abertura duma nova artéria que eliminasse a garganta da Rua de S. Dâmaso e o que restava foi vendido de novo para construir residências, que a Câmara teve de comprar, para abrir a Alameda¹⁵⁴⁸.

Em Fevereiro de 1964 iniciou-se o trabalho de ajardinamento do talhão central da Alameda, aonde esteve situada a Igreja de S. Dâmaso, ficando assim concluído o arranjo daquela artéria¹⁵⁴⁹. Em sessão de 4 de Março de 1964 decide-se aprovar os trabalhos a mais na obra de saneamento da Alameda¹⁵⁵⁰.

O Conselho Municipal, em reunião extraordinária de 16 de Junho de 1964, aprovou a deliberação camarária do dia 1, respeitante ao empréstimo de 6 000 contos, que era do teor seguinte: *“No prosseguimento da obra de urbanização da zona do Novo Liceu foi elaborado o plano de expansão da cidade para nordeste daquela zona, [...] No entanto, para a execução desse plano por empresa privada, a Câmara terá de satisfazer encargos com a aquisição de terrenos para a construção das casas dos*

¹⁵⁴⁴ Ibidem NG, n° 1594 (1962 Jul.15), p. 1.

¹⁵⁴⁵ Ibidem NG, n° 1602 (1962 Set.9), p. 3; Ibidem CG, n° 6315 (1962 Set.14), p. 4.

¹⁵⁴⁶ Ibidem CG, n° 6351 (1963 Maio 24), p. 3.

¹⁵⁴⁷ Ibidem CG, n° 6358 (1963 Jul.12), p. 3.

¹⁵⁴⁸ Ibidem NG, n° 1665 (1963 Nov.24), p. 1.

¹⁵⁴⁹ Ibidem NG, n° 1678 (1964 Fev.23), p. 7.

¹⁵⁵⁰ Ibidem CG, n° 6493 (1964 Mar.15), p. 2.

magistrados, de edifícios escolares, do Mercado, do jardim e parques de estacionamento. Tendo em vista a valorização da zona antiga da cidade, reintegrando-a na sua feição medieval primitiva e visando um saneamento de ordem social, foi elaborado um plano que implica largos investimentos com as expropriações dos prédios a reconstruir na Rua de Santa Maria e a construção de um bairro tipo “património dos pobres” para realojamento das famílias que actualmente habitam as casas a demolir. [...] Decorrem as obras de construção do Estado Municipal [...], Com a mudança da igreja de S. Dâmaso para o Campo de S. Mamede, surge a conseqüente necessidade da arborização deste vasto Campo, situado a nascente do Castelo da Fundação. Será como que o complemento das obras de remodelação e valorização da Colina Sagrada. Está aprovado pelo Ministério das Obras Públicas e pelo mesmo participado o projecto de reparação e conservação do antigo edifício dos Paços do Concelho que é Monumento Nacional e onde está instalado o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Iniciaram-se e estão quase concluídas as demolições de alguns prédios do Largo da Condessa do Juncal, bem como do Largo da República do Brasil, zonas muito centrais da cidade e urge resolver o problema de, pelo menos, se proceder à conveniente urbanização destes dois últimos locais. (Encargos com a Alameda Salazar. Remodelação da Avenida Conde de Margaride). [...] há que estabelecer amplas e condignas instalações para maior eficiência dos serviços da GNR [...]. Para a obra ainda não realizada, de construção do Quartel de Cavalaria seis, foi necessário a administração municipal adquirir terreno (faltam-lhe pagar as duas últimas prestações).[...]”¹⁵⁵¹.

A CMG, em reunião de 11 de Julho de 1965, decidiu proceder a obras de reparação no coreto do Jardim Público e proceder à demolição dum prédio sito no largo da República do Brasil e já adquirido para este fim¹⁵⁵².

A Igreja de S. Dâmaso estava situada na rua do mesmo nome, exactamente no sítio por onde passaria a Alameda. Em 31 de Julho de 1883 foram colocadas as sanefas nos quatro altares laterais da igreja de S. Dâmaso, de “escultura antiga”, feitos segundo a planta e desenho do Padre António Caldas pelo entalhador Manuel José Pinto, o Bengadela¹⁵⁵³.

¹⁵⁵¹ Ibidem NG, nº 1699 (1963 Jul.19), p. 7; Ibidem CG, nº 6408 (1964 Jun.26), p. 1.

¹⁵⁵² Ibidem NG, nº 1748 (1965 Jun.27), p. 8.

¹⁵⁵³ Ibidem JLF - EV III, p. 88.

Algum tempo mais tarde, em 5 de Outubro de 1892, deliberou-se que o Passo da Paixão que estava encostado à parede, lado norte da Igreja de S. Sebastião, fosse colocado junto à torre da S. Dâmaso¹⁵⁵⁴. Assim, em 12 de Outubro de 1892 o Paço começou a ser desmontado, tendo a primeira pedra sido colocada no dia 15, em frente da torre de S. Dâmaso, ficando a obra terminada em 31 deste Outubro¹⁵⁵⁵. Para se construir a nova Alameda, foi necessário demolir as casas vizinhas, ficando a igreja isolada. Assim, em 1956 falava-se que era necessário transferir a Igreja para outro local, de modo a deixar livre toda a zona¹⁵⁵⁶. Procura-se cautelosamente evitar o alarmismo dizendo que a Igreja não vai ser demolida nem fechará ao culto, apesar da demolição dos prédios que lhe estavam anexos¹⁵⁵⁷.

Em Outubro de 1957 foi assinada, no gabinete da Presidência da Câmara a escritura de compra de um prédio da Santa Casa da Misericórdia, situado junto ao templo de S. Dâmaso¹⁵⁵⁸, que nesse mesmo mês, no dia 14, começa a demolir-se¹⁵⁵⁹. Não é demolido mais depressa, porque se estudava a forma de conservar a sacristia da Igreja, de forma a que o culto pudesse continuar¹⁵⁶⁰.

Mas, acaba-se por decidir a deslocação da Igreja de S. Dâmaso para outro local¹⁵⁶¹. Assim, em sessão de 11 de Abril de 1961 a Câmara decide aprovar as condições do contrato a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia, para a demolição e reconstrução da igreja, a fim de se continuar a obra da Alameda Salazar¹⁵⁶².

Em Junho de 1961 a Câmara publica uma convocatória para uma reunião extraordinária do Conselho Municipal para se aprovar a deliberação da Câmara de 6 de Junho de 1961 sobre a permuta do terreno onde está instalada a Igreja de S. Dâmaso, com terreno no Campo de S. Mamede, para reconstrução daquela igreja¹⁵⁶³.

A demolição da Igreja de S. Dâmaso principiou em 16 de Junho de 1962¹⁵⁶⁴ e terminou em 16 de Outubro de 1962, começando-se a sua reconstrução, no Campo de S. Mamede¹⁵⁶⁵.

¹⁵⁵⁴ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 156 Av.

¹⁵⁵⁵ Ibidem JLF - *EV IV*, p. 36.

¹⁵⁵⁶ Ibidem *NG*, nº 1302 (1956 Dez.16), p. 2.

¹⁵⁵⁷ Ibidem *CG*, nº 6040 (1957 Jun. 7), p. 2.

¹⁵⁵⁸ Ibidem *NG*, nº 1345 (1957 Out.6), p. 1.

¹⁵⁵⁹ Ibidem *NG*, nº 1346 (1957 Out.13), p. 2.

¹⁵⁶⁰ Ibidem *CG*, nº 6059 (1957 Out.18), p. 2.

¹⁵⁶¹ Ibidem *CG*, nº 6165 (1959 Out.30), p. 2.

¹⁵⁶² Ibidem *CG*, nº 6841 (1961 Abr.14), p. 4; Ibidem *NG*, nº 1530 (1961 Abr.23), p. 3.

¹⁵⁶³ Ibidem *NG*, nº 1536 (1961 Jun.4), p. 5.

¹⁵⁶⁴ Ibidem *CG*, nº 6302 (1962 Jun.15), p. 2; Ibidem *NG*, nº 1590 (1962 Jun.17), p. 2.

Entretanto, em Fevereiro de 1964 inicia-se o trabalho de ajardinamento do talhão central da Alameda, aonde esteve situada a Igreja de S. Dâmaso, ficando assim concluído o arranjo daquela artéria¹⁵⁶⁶. Em Junho de 1965, Jerónimo de Almeida diz-nos que estão finalmente concluídas as obras de reconstrução da igreja de S. Dâmaso¹⁵⁶⁷.

A CMG, em reunião de 9 de Julho de 1965, decidiu aprovar o projecto do arruamento envolvente desta igreja, cujo orçamento era de 553.000\$00 e pedir a comparticipação do estado para a obra¹⁵⁶⁸. A Igreja de S. Dâmaso estava agora isolada e necessitava que o espaço à sua volta fosse arranjado. Por isso a CMG, em sessão de 21 de Setembro de 1966, decidiu abrir concurso público para a obra do “*Arranjo envolvente da igreja de S. Dâmaso-1ª fase, que se efectuará no dia 19 de Outubro próximo*”¹⁵⁶⁹. A CMG, em reunião de 13 de Julho de 1966, decidiu solicitar à DGEMN, para efeitos de abrir concurso público de arrematação da empreitada (1ª fase), o processo do “*Arranjo envolvente da igreja de S. Dâmaso, Campo de S. Mamede, em Guimarães*”, cujo plano geral teve a aprovação do Ministro das Obras Públicas¹⁵⁷⁰. Mas em 3 de Maio de 1967 decide-se pedir transferência da comparticipação do Estado destinado à obra do arranjo envolvente da igreja de S. Dâmaso para a obra de pavimentação lajeada do largo da Oliveira¹⁵⁷¹, não se tendo por isso concretizado o projecto anterior.

Finalmente, em 21 de Maio de 1967 é solenemente inaugurada a Igreja de S. Dâmaso¹⁵⁷², tendo as comemorações do 16º Centenário do Papa vimaranense culminado com a soleníssima inauguração da igreja de S. Dâmaso¹⁵⁷³.

Largo do Trovador. Em Janeiro de 1935 os moradores do Largo do Trovador protestaram junto da Comissão Administrativa da Câmara contra a vedação que andava a ser feita naquele largo, pelo lado de S. Francisco a qual lhes era bastante

¹⁵⁶⁵ Ibidem CG, nº 6320 (1962 Out.19), p. 3.

¹⁵⁶⁶ Ibidem NG, nº 1678 (1964 Fev.23), p. 7.

¹⁵⁶⁷ Ibidem NG, nº 1748 (1965 Jun.27), p. 1.

¹⁵⁶⁸ Ibidem NG, nº 1754 (1965 Ago.8), p. 4.

¹⁵⁶⁹ Ibidem CG, nº 6525 (1966 Out.7), p. 4.

¹⁵⁷⁰ Ibidem NG, nº 1806 (1966 Jul.31), p. 6.

¹⁵⁷¹ Ibidem NG, nº 1847 (1967 Maio 14), p. 8.

¹⁵⁷² Ibidem CG, nº 6559 (1967 Maio 27), p. 1.

¹⁵⁷³ Ibidem NG, nº 1849 (1967 Maio 28), p. 1.

prejudicial¹⁵⁷⁴, e chegaram mesmo a entregar à Comissão Administrativa da Câmara uma representação¹⁵⁷⁵.

Eram necessários equipamentos públicos, e por isso, em Junho de 1913 a imprensa lembrava a conveniência de se ultimar a montagem dos “sanitários públicos”, já que a vereação as tinha mandado construir no Largo do Trovador¹⁵⁷⁶. Em Agosto de 1942 repara-se a rua anexa ao Jardim Público, paralela ao Largo do Trovador, com cimento, a fim de se fazer daquele recinto um local para as crianças, tirando-as da poeira do jardim, e deixando-as brincar com brinquedos próprios da sua idade¹⁵⁷⁷. Mas tudo se esquece e fica assim.

Alguns anos mais tarde, em sessão de 9 de Julho de 1945, o Presidente decidiu, com urgência, escolher um local apropriado, na cidade, para nele ser instalado um Parque Infantil de “*tão grande utilidade e alcance social para as crianças, evitando-se a nota desagradável das mesmas serem obrigadas a permanecer na via pública*”¹⁵⁷⁸. Em sessão de 9 de Julho de 1945, o Presidente resolveu, com urgência, escolher um local apropriado, para o instalar¹⁵⁷⁹. No ano seguinte, em Março de 1946 concretizou-se esse sonho, com a sua inauguração¹⁵⁸⁰.

Mas o recinto para crianças pouco tempo durou e face à necessidade de prosseguir com a obra da Alameda, a CMG, em sessão de 17 de Janeiro de 1961, decidiu proceder ao levantamento dos materiais do Parque Infantil, resolvendo-se instalá-los em local a estudar pelo Gabinete de Urbanização¹⁵⁸¹.

¹⁵⁷⁴ Ibidem NG, nº 154 (1935 Jan.13), p. 3.

¹⁵⁷⁵ Ibidem NG, nº 157 (1935 Fev.3), p. 3.

¹⁵⁷⁶ Ibidem A, nº 154 (1913 Jun.12), p. 3.

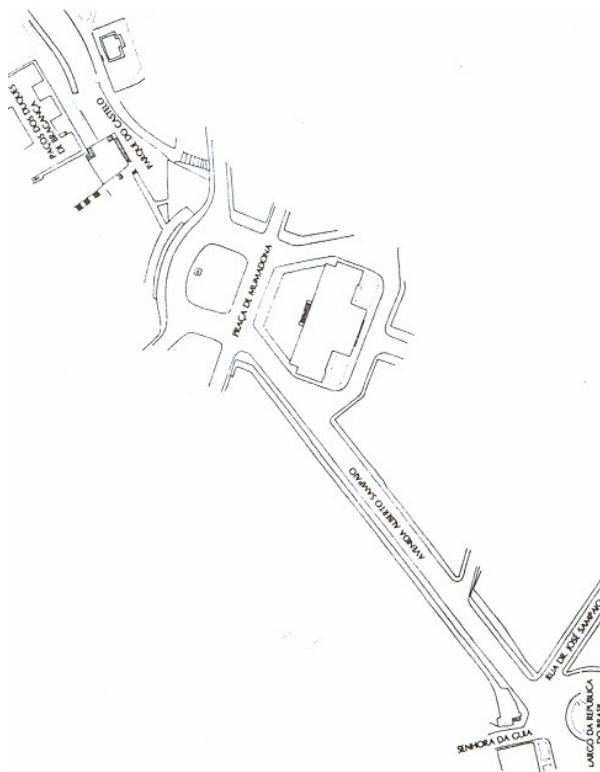
¹⁵⁷⁷ Ibidem CG, nº 5267 (1942 Ago.14), p. 2.

¹⁵⁷⁸ Ibidem CG, nº 5420 (1945 Jul.20), p. 3.

¹⁵⁷⁹ Ibidem CG, nº 5451 (1946 Fev.22), p. 2.

¹⁵⁸⁰ Ibidem CG, nº 5455 (1946 Mar.22), p. 1; Ibidem NG, nº 738 (1946 Mar.24), p. 1.

¹⁵⁸¹ Ibidem NG, nº 1518 (1961 Jan.29), p. 7.



2.3. Largo República do Brasil

Em Dezembro de 1930 já o antigo Teatro D. Afonso Henriques se encontrava desactivado, referindo a imprensa que, “*apesar de verdadeiros e devotos vimaranenses trabalharem para se obter a reconstrução do velho teatro D. Afonso Henriques, ainda nada de positivo está resolvido*”¹⁵⁸². A Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães pretendeu resolver o problema da adaptação do Teatro a uma casa de espectáculos¹⁵⁸³. Assim, em 26 de Junho do mesmo ano foi constituída uma comissão composta por A.L. de Carvalho, Domingos Martins Fernandes e José Pinto Teixeira de Abreu, para estudar a forma de resolver o problema do Teatro. E acrescentava o jornal: “*Nós sabemos, todos o sabem, que é difícil solucionar o problema pendente. Mas também sabemos, todos o dizem, que aquelle edificio, seja qual for a solução a dar-se, não pode estar sem utilidades, a deteriorar-se sem donos nem direitos*”¹⁵⁸⁴.

¹⁵⁸² Ibidem CG, nº 4423 (1930 Dez. 5), p. 2.

¹⁵⁸³ Ibidem CG, nº 4475 (1931 Jun.16), p. 2.

¹⁵⁸⁴ Ibidem CG, nº 4478 (1931 Jun.26), p. 2.

Em 1932 pediu-se frequentemente a reconstrução do Teatro D. Afonso Henriques¹⁵⁸⁵ e por isso em Fevereiro desse ano houve uma reunião dos accionistas do Teatro, com vista a fazer “melhoramentos” no edifício¹⁵⁸⁶. Entre as suas acções, elegeu-se uma nova gerência que iria governar os destinos da velha casa¹⁵⁸⁷, mas, pouco tempo depois, em 1 de Junho de 1932 publicou-se “[...] A assembleia reconhecendo a impossibilidade de dar foros de legalização ao caso do Teatro, resolveu solicitar da exma Câmara a expropriação do mesmo teatro para depois o entregar a uma possível sociedade que venha a constituir-se”¹⁵⁸⁸. Em sessão ordinária, reunida em 24 de Novembro de 1932, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães tomou a decisão de expropriar o Teatro D. Afonso Henriques, dando os mais amplos poderes ao Presidente para tratar da referida acção¹⁵⁸⁹. Assim, em 6 de Maio de 1933 é publicado um decreto autorizando a CMG a expropriar o Teatro, a fim de ser prolongada a Rua de S. Dâmaso até ao largo da República do Brasil¹⁵⁹⁰.

Em sessão da Câmara de 24 de Outubro de 1934 focou-se o problema do Teatro Municipal. Pelo vereador António José Pereira de Lima, foi apresentada a seguinte proposta: “*Para corresponder a uma aspiração cidadina que é, ao mesmo tempo, uma necessidade da vida pública local, proponho: 1º Que, mercê de já se encontrarem muito adiantados alguns trabalhos para o aproveitamento do velho edifício do Teatro D. Afonso Henriques - cuja expropriação foi autorizada pelo decreto n.º 22 498, de 5 de Maio de 1933 - seja encarregado o architecto, sr. João Pimentel Júnior, engenheiro ao serviço da Repartição dos Edifícios Nacionais do Norte, a concluir o seu projecto do Teatro Municipal, não só para ser devidamente apreciado por esta Câmara, como para ser sujeito ao parecer da Comissão de Estética. 2º Que ao referido architecto seja paga a percentagem de 4% sobre o valor de construção, excluindo deste valor não só a importância respeitante ao projecto da luz e água, como quaisquer outras provenientes da mesma construção; 3º Que a percentagem designada baixe 1% quando a construção se eleve a quantia superior a 200 contos, fazendo-se a respectiva dedução apenas sobre o excedente; 4º Que o architecto venha a esta cidade fiscalizar os trabalhos da construção todas as vezes que, por si ou pela Câmara, seja*

¹⁵⁸⁵ Ibidem CG, n.º 4541 (1932 Fev.12), p. 1.

¹⁵⁸⁶ Ibidem NG, n.º 6 (1932 Fev.15), p. 4.

¹⁵⁸⁷ Ibidem NG, n.º 16 (1932 Abr.24), p. 2.

¹⁵⁸⁸ Ibidem NG, n.º 23 (1932 Jun.13), p. 3.

¹⁵⁸⁹ Ibidem NG, n.º 46 (1932 Nov.27), p. 3.

*indicada essa necessidade; 5º Que o autor do projecto, finalmente, se obrigue a elaborar as estimativas, orçamentos, modelos e todos os estudos concernentes à boa execução*¹⁵⁹¹. Na mesma sessão, o Presidente apresentou a seguinte proposta: “*Tendo o decreto n.º 22.498 autorizado a CMG a expropriar o edifício do Teatro D. Afonso Henriques, com o fim de o demolir, e, reconhecendo-se, após um cuidadoso estudo, que é preferível reconstruir o Teatro e adaptá-lo a casa de espectáculos, conforme a aspiração de toda a população vimaranense, proponho que a Câmara represente ao sr. Ministro do Interior, solicitando-lhe a publicação de um decreto que autorize a fazer a desejada reconstrução*”¹⁵⁹². Em 19 de Março de 1935 a imprensa, noticiando o caso do Teatro D. Afonso Henriques, dizia: “*Apesar de se dizer que já se tinham iniciado as obras nesta antiga casa de espectáculos tal não se deu. O que não quer dizer que não haja vontade de em breve se iniciarem. A ver vamos*”¹⁵⁹³.

Em 22 de Novembro de 1935, a imprensa tornou a referir que o teatro se vai reconstruir¹⁵⁹⁴.

Em 16 de Fevereiro de 1936 a imprensa referiu que o Governador Civil transmitiu ao Presidente da Câmara que foi autorizada pelo Ministro do Interior a reconstrução do velho Teatro D. Afonso Henriques¹⁵⁹⁵. Mas alguns dias depois pergunta se esta não se encontrava novamente encravada¹⁵⁹⁶.

Algum tempo depois o velho teatro despiu-se do seu antigo mobiliário e apetrechos e foi transformado em albergue de famílias sem habitação¹⁵⁹⁷, referindo a imprensa com tristeza “*O problema da habitação - [...] deixemos para segundo plano a adaptação do velho Teatro D. Afonso Henriques, agora transformado em despejo público, onde vivem em promiscuidade pessoas e animais, bem entendido[...]*”¹⁵⁹⁸.

Mas a esperança permaneceu, e ainda se falava na imprensa que “*Ultimam-se os preparativos para ser posta a concurso a construção da remodelação do velho teatro*

¹⁵⁹⁰ Ibidem JLF - EV II, p. 122v.

¹⁵⁹¹ Ibidem NG, n.º 143 (1934 Out.28), p. 3.

¹⁵⁹² Ibidem NG, n.º 143 (1934 Out.28), p. 3.

¹⁵⁹³ Ibidem CG, n.º 4846 (1935 Mar.19), p. 2.

¹⁵⁹⁴ Ibidem CG, n.º 4912 (1935 Nov.22), p. 1.

¹⁵⁹⁵ Ibidem NG, n.º 211 (1936 Fev.16), p. 3.

¹⁵⁹⁶ Ibidem CG, n.º 4930 (1936 Fev.28), p. 1.

¹⁵⁹⁷ Ibidem NG, n.º 244 (1936 Out.4), p. 1.

¹⁵⁹⁸ Ibidem NG, n.º 347 (1936 Out.25), p. 1.

*D. Afonso Henriques[...]*¹⁵⁹⁹. Criticava-se a situação do teatro, agora transformado em albergue¹⁶⁰⁰ onde muitas famílias viviam sem ar e sem luz¹⁶⁰¹.

A Câmara tentou dar resolução ao assunto e em sessão de 29 de Outubro resolveu mandar, que pela Repartição Técnica se organizasse o processo de construção de oito casas de madeira para alojamento das pessoas, que se encontravam no Teatro e pôr em arrematação pública a referida construção¹⁶⁰². Também decidiu, em Março de 1938, promover a relação da contribuição predial relativa ao prédio onde existiu o Teatro D. Afonso Henriques, instaurando a competente reclamação e recurso e seguindo-os em todos os seus termos¹⁶⁰³. Em 29 de Julho de 1938, a imprensa publicava a notícia de que o Teatro D. Afonso Henriques iria fechar as suas portas¹⁶⁰⁴ e no ano seguinte a Câmara, em sessão de 6 de Outubro de 1939, deliberou encarregar António Leite Guimarães, Suc das obras de reparação da frontaria do antigo Teatro D. Afonso Henriques, nos termos da sua proposta pela importância de 600\$00¹⁶⁰⁵.

Em 1941 ainda se falava do Teatro D. Afonso Henriques, e desta vez um leitor aventa a hipótese de que poderia servir para Paços do Concelho e Repartições Públicas, o que já era bastante irreal¹⁶⁰⁶. Defende-se também o desaparecimento das duas vielas perpendiculares a S. Dâmaso¹⁶⁰⁷.

Finalmente, em 15 de Março de 1942 é publicado o edital: “*A Câmara Municipal do Concelho de Guimarães, de harmonia com a sua deliberação de 10 do corrente mês de Março, faz saber que no dia 7 do próximo mês de Abril, pelas 15 horas, no edifício dos Paços do Concelho, vai proceder-se à venda, em hasta pública, do antigo Teatro de D. Afonso Henriques, situado no Largo da República do Brasil, desta cidade. Base de licitação: 80 000\$00[...]*”¹⁶⁰⁸.

Assim, a imprensa noticiou que “[...] *foi este adquirido, por arrematação, na última terça feira, por 80 mil e tal escudos, por um conceituado industrial da nossa*

¹⁵⁹⁹ Ibidem CG, n° 4916 (1936 Dez.6), p. 1.

¹⁶⁰⁰ Ibidem CG, n° 5013 (1937 Out.1), p. 1.

¹⁶⁰¹ Ibidem NG, n° 296 (1937 Out.10), p. 1.

¹⁶⁰² Ibidem NG, n° 299 (1937 Out.31), p. 2.

¹⁶⁰³ Ibidem NG, n° 319 (1938 Mar.20), p. 2.

¹⁶⁰⁴ Ibidem NG, n° 5056 (1938 Jul.29), p. 1.

¹⁶⁰⁵ Ibidem NG, n° 400 (1939 Out.8), p. 3; Ibidem CG, n° 5119 (1939 Out.13), p. 4;

¹⁶⁰⁶ Ibidem NG, n° 475 (1941 Mar.9), p. 1.

¹⁶⁰⁷ Ibidem NG, n° 479 (1941 Abr.6), p. 1

¹⁶⁰⁸ Ibidem NG, n° 528 (1942 Mar.15), p. 3.

terra”¹⁶⁰⁹. Depois de modificado em habitações, foi novamente adquirido, mais tarde, pelo Município, que o demoliu para abertura da Alameda Salazar¹⁶¹⁰.

A CMG, em sessão ordinária de 21 de Abril de 1942, resolveu representar ao Ministro do Interior, para que a Câmara fosse autorizada a aplicar a importância proveniente da venda do Teatro D. Afonso Henriques na aquisição de mobiliário para o Internato Municipal e para a construção de um Mercado Municipal na vila de Vizela¹⁶¹¹. Em sessão de 19 de Maio de 1942, por ofício recebido do Governador Civil, a CMG foi informada, que podia dar o destino desejado ao produto da venda do edifício do antigo Teatro D. Afonso Henriques¹⁶¹².

Em sessão de 16 de Agosto de 1942 leu-se o requerimento de Domingos Martins Fernandes, pedindo que fosse fixada a importância e ordenado o seu pagamento, da parte do valor do camarote correspondente ao produto do arrendamento do antigo Teatro D. Afonso Henriques, expropriado pela Câmara, por ser senhor e possuidor, juntamente com seus irmãos, de um camarote de 1ª ordem, no referido Teatro. Deferido, para ser pago depois de organização do orçamento suplementar¹⁶¹³.

Com o objectivo de melhorar o Campo da Feira, decidiu-se, em sessão de 1 de Abril de 1938, mandar que, pela Repartição Técnica, se procedesse ao estudo da cobertura do regato, que atravessava parte da cidade desde o Campo da Feira a S. Lázaro, e da transferência dos lavadouros existentes no Campo da Feira para local mais apropriado¹⁶¹⁴. Entretanto, em finais de Maio de 1938 resolveu-se instalar seis bebedouros, sendo um deles colocado no Largo da República do Brasil¹⁶¹⁵. Também a Capela do Senhor dos Passos estava a passar por uma completa transformação¹⁶¹⁶. Para melhorar o Largo República do Brasil, a Comissão Municipal de Estética, em Julho de 1939, reunida sob a presidência do vereador da cultura, Dr. Augusto Cunha, com a presença dos vogais Alberto Vieira Braga, Alfredo Guimarães, Alexandre Camarinha e António de Azevedo, resolveu pedir ao Município o derrube de uma palmeira no Jardim Público e o aumento do número das árvores da Praça República do Brasil¹⁶¹⁷.

¹⁶⁰⁹ *Ibidem NG*, nº 532 (1942 Abr.12), p. 3.

¹⁶¹⁰ *Ibidem NG*, nº 2101 (1972 Abr.8), p. 2.

¹⁶¹¹ *Ibidem CG*, nº 5252 (1942 Maio 1), p. 3; *Ibidem NG*, nº 536 (1942 Maio 10), p. 2.

¹⁶¹² *Ibidem CG*, nº 5256 (1942 Maio 29), p. 4.

¹⁶¹³ *Ibidem CG*, nº 5269 (1942 Ago.28), p. 4.

¹⁶¹⁴ *Ibidem NG*, nº 321 (1938 Abr.3), p. 4; *Ibidem CG*, nº 5040 (1938 Abr.8), p. 3.

¹⁶¹⁵ *Ibidem CG*, nº 5048 (1938 Jun.3), p. 3.

¹⁶¹⁶ *Ibidem CG*, nº 5057 (1938 Ago.5), p. 3.

¹⁶¹⁷ *Ibidem NG*, nº 386 (1939 Jul.3), p. 2; *Ibidem CG*, nº 5105 (1939 Jul.7), p. 3.

Em 1942 a imprensa queixava-se de que “*Aquelas árvores que tanto embelezaram o Largo da República do Brasil, e que há tempos foram impiedosamente mutiladas, segundo nos consta, vão ser arrancadas. Louvamos esta resolução agora a única seguir*”¹⁶¹⁸. Fala-se do Campo da Feira, como atracção turística¹⁶¹⁹.

Em Abril de 1946 a Câmara Municipal, tentando realçar e dar mais magnificência aos monumentos da cidade, mandou iluminar as igrejas do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Oliveira¹⁶²⁰. Mas apesar disso, em 1948 a imprensa queixava-se de que “*o largo República do Brasil está em completo abandono - Há falta de água sabemo-lo e as flores necessitam de ser todos os dias regadas[...]*”¹⁶²¹, mas em 1950 já se lhe referia de outro modo: “*O Jardim do Campo da feira, que durante anos ofereceu um aspecto desolador, apresenta-se-nos agora sob forma diferente, tendo passado uma grande transformação que muito o melhorou em todos os sentidos[...]*”¹⁶²². Também se perguntava porque é que os jardins públicos honram a cidade, mas porque é que a Câmara não dá apoio aos jardins de colectividades científicas e artísticas¹⁶²³. Em 1951 o Jardim do Largo República do Brasil era protegido por uma improvisada vedação, que segundo os jornais era feia e tirava a graça às flores, que atapetavam o relvado¹⁶²⁴.

A Câmara Municipal em sua sessão do dia 28 de Outubro de 1953 aprovou os projectos de modificação do sistema de iluminação de várias zonas, entre elas a do Campo da Feira¹⁶²⁵. Entretanto pede-se o “*Alargamento da Rua dos Terceiros entre a Igreja de S. Francisco e o Largo Republica do Brasil*”, mas a Câmara Municipal, em sessão de sessão de 12 de Maio de 1955, deliberou informar a Direcção de Urbanização do Distrito de Braga, em resposta ao seu ofício, que se não iniciaram os trabalhos, devido ao parecer do Ministro das Obras Públicas, que previa para ali novo traçado¹⁶²⁶.

No Largo República do Brasil localizava-se a Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos. Esta instituição iniciou a construção da igreja que se encontra ao fundo do largo, em 1769, com o produto de esmolas de devotos. No século

¹⁶¹⁸ Ibidem CG, nº 5240 (1942 Fev.6), p. 3.

¹⁶¹⁹ Ibidem NG, nº 648 (1944 Jul.2), p. 1.

¹⁶²⁰ Ibidem NG, nº 743 (1946 Abr.28), p. 3.

¹⁶²¹ Ibidem CG, nº 5590 (1948 Out.22), p. 3.

¹⁶²² Ibidem NG, nº 953 (1950 Maio 7), p. 2.

¹⁶²³ Ibidem NG, nº 998 (1951 Mar.4), p. 1.

¹⁶²⁴ Ibidem CG, nº 5716 (1951 Mar.23), p. 1.

¹⁶²⁵ Ibidem NG, nº 1138 (1953 Nov.1), p. 2.

¹⁶²⁶ Ibidem NG, nº 1219 (1955 Maio 15), p. 1.

XIX são construídas as torres e é inaugurada a Capela do Senhor dos Passos¹⁶²⁷. Em sessão de 13 de Outubro de 1955 a Câmara decidiu conceder licença para obras à Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, para completar o edifício em que ficaram as salas de aula anexas ao colégio de Nossa Senhora da Conceição, cedendo a Câmara terreno para alinhamento, de acordo com o Plano de Urbanização, e com obrigação da referida Irmandade fazer o muro e mudar o Passo da Paixão¹⁶²⁸.

Entretanto a Câmara decide encarregar o arquitecto Peres Fernandes de elaborar o estudo pormenorizado da Praça do Toural e Largo 28 de Maio e de estudar a sua ligação até ao cruzamento do Campo da Feira, conforme sugestão da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização em sessão de 31 de Dezembro de 1955¹⁶²⁹. Em sessão de 5 de Abril de 1956 mandou colocar bebedouros no Largo da República do Brasil¹⁶³⁰.

Um grupo de vimaranenses decide, em 1955, erguer uma estátua ao Conde de Arnoso¹⁶³¹, e fazer-lhe uma homenagem condigna, para o que constituiu uma comissão encarregada de tratar do assunto¹⁶³². Mas a homenagem ao Conde de Arnoso demorava a concretizar-se e passado três anos, continuava sem se resolver nada. Por isso a imprensa perguntava: “*Para quando a estátua ao Conde de Arnoso*”¹⁶³³. Em 1959 voltou-se a falar na homenagem, com a construção de um monumento, mas continuava tudo parado¹⁶³⁴. Em Outubro de 1959 voltou-se a perguntar: Para quando a estátua do Conde de Arnoso?¹⁶³⁵ Entretanto, em sessão de 8 de Março de 1960, a Câmara decidiu aprovar o local sugerido pela Comissão do Monumento para a instalação do monumento ao Conde de Arnoso, no Largo República do Brasil e, assumindo a Câmara, a elaboração do projecto do pedestal e sua construção¹⁶³⁶. Mas ainda em Março desse ano, a imprensa noticiou que já se ultimavam os trabalhos para a inauguração do monumento. A estátua já se encontrava pronta e o pedestal estava em preparação¹⁶³⁷. Assim, resolveu-se colher propostas para execução da base do monumento, por

¹⁶²⁷ Ibidem NG, nº 1231 (1955 Ago.7), p. 1.

¹⁶²⁸ Ibidem NG, nº 1241 (1955 Out.16), p. 2.

¹⁶²⁹ Ibidem NG, nº 1254 (1956 Jan.15), p. 2.

¹⁶³⁰ Ibidem CG, nº 5979 (1956 Abr.6), p. 3; Ibidem NG, nº 1266 (1956 Abr.8), p. 3.

¹⁶³¹ Ibidem CG, nº 6056 (1957 Set.27), p. 1.

¹⁶³² Ibidem CG, nº 6074 (1958 Jan.31), p. 2.

¹⁶³³ Ibidem CG, nº 6118 (1958 Dez.5), p. 2.

¹⁶³⁴ Ibidem CG, nº 1414 (1959 Fev.1), p. 1.

¹⁶³⁵ Ibidem CG, nº 6162 (1959 Out.9), p. 2.

¹⁶³⁶ Ibidem CG, nº 6184 (1960 Mar.11), p. 4.

¹⁶³⁷ Ibidem CG, nº 6184 (1960 Mar.11), p. 3.

deliberação da sessão de 26 de Abril de 1960¹⁶³⁸. Algum tempo depois, em 7 de Maio, decidiu-se adjudicar à Firma COPEL pela importância de 13.400\$00 a construção do pedestal¹⁶³⁹. Em Dezembro de 1960 já aguardava solene inauguração a estátua do vimaranense Conde de Arnos, que seria colocada no Largo República do Brasil¹⁶⁴⁰. Entretanto, em reunião de 31 de Dezembro de 1960 decidiu-se aprovar os trabalhos a mais, devendo lavrar-se o respectivo contrato, proveniente das fundações do pedestal¹⁶⁴¹. Em 23 de Abril de 1961 a imprensa anunciava que ia ser já em 29 de Abril a inauguração da estátua ao Conde de Arnos, Bernardo Pinto Correia de Melo¹⁶⁴², uma escultura que foi adquirida por subscrição pública e entregue aos cuidados da Câmara¹⁶⁴³.

A obra foi inaugurada algum tempo depois e em sessão de 16 de Maio de 1961 a Câmara tomou conhecimento de uma carta do Eng. Duarte do Amaral, agradecendo o auxílio que a Câmara prestou na execução do Monumento¹⁶⁴⁴.

Era, no entanto, necessário fazer a manutenção do Largo República do Brasil. Os passeios estavam em mau estado, sendo necessário repará-los. Assim, em sessão de 25 de Março de 1959 a Câmara decidiu colher propostas para a reparação dos passeios¹⁶⁴⁵ e, em sessão de 5 de Agosto de 1959, decidiu adjudicar a pavimentação de parte dos passeios do Largo República do Brasil a Sebastião de Freitas¹⁶⁴⁶.

Mas planeava-se continuar a estender a Alameda, para isso era necessário demolir várias casas do largo. Assim, em reunião de 24 de Setembro de 1958 a Câmara decidiu adquirir a José Torcato Ribeiro Júnior os prédios n.º 47 a 53¹⁶⁴⁷,

Em Dezembro começou a ser demolido mais um prédio, que, dizia a imprensa, era o primeiro no largo da República do Brasil, para efeitos das obras da Avenida Salazar¹⁶⁴⁸. Em reunião de 25 de Fevereiro de 1959, por proposta do vereador Júlio Soares Leite, foi também decidido adquirir o prédio sito no gaveto da Rua de S. Dâmaso

¹⁶³⁸ *Ibidem* CG, n.º 6190 (1960 Abr. 29), p. 3.

¹⁶³⁹ *Ibidem* CG, n.º 6198 (1960 Jun.17), p. 4.

¹⁶⁴⁰ *Ibidem* CG, n.º 6225 (1960 Dez.23), p. 3.

¹⁶⁴¹ *Ibidem* NG, n.º 1515 (1961 Jan.8), p. 3. *Ibidem* CG, n.º 6227 (1961 Jan.6), p. 3.

¹⁶⁴² *Ibidem* NG, n.º 1530 (1961 Abr.23), p. 1; *Ibidem* CG, n.º 6843 (1961 Abr.28), p. 2.

¹⁶⁴³ *Ibidem* NG, n.º 1531 (1961 Abr.30), p. 1; *Ibidem* NG, n.º 1532 (1961 Maio 7), p. 1; *Ibidem* CG, n.º 6844 (1961 Maio 5), p. 1.

¹⁶⁴⁴ *Ibidem* CG, n.º 6846 (1961 Maio 19), p. 4.

¹⁶⁴⁵ *Ibidem* CG, n.º 6134 (1959 Mar.27), p. 3; *Ibidem* NG, n.º 1422 (1959 Mar.29), p. 6.

¹⁶⁴⁶ *Ibidem* CG, n.º 6154 (1959 Ag.14), p. 3.

¹⁶⁴⁷ *O* *Ibidem* NG, n.º 1396 (1958 Set.28), p. 3; *Ibidem* CG, n.º 6109 (1958 Out.3), p. 3.

¹⁶⁴⁸ *Ibidem* CG, n.º 1408 (1958 Dez. 21), p. 2.

com o Largo da República do Brasil, para efeitos de demolição¹⁶⁴⁹. Em sessão de 8 de Novembro de 1960 decidiu-se adquirir, para o mesmo efeito, quatro prédios pertencentes, respectivamente, um a Abílio Ferreira de Oliveira e três ao Dr. João Carlos de Sousa Vaz Vieira¹⁶⁵⁰; em sessão de 17 de Novembro de 1960 decidiu-se adquirir a João Couto Garcia mais um prédio¹⁶⁵¹. Mas as aquisições e demolições continuavam, e em sessão de 21 de Fevereiro de 1961, decide-se adquirir aos herdeiros de Joana Rosa de Abreu os prédios, que possuíam, para efeitos da abertura da Alameda Salazar¹⁶⁵². Foi ainda em Março de 1961, que se demoliu a Casa de Martins Sarmiento. Em reunião de 25 de Julho de 1961 resolveu-se adquirir ainda mais um prédio, agora a Luís Artur Aguiar¹⁶⁵³. Em reunião de 26 de Março de 1963 decidiu-se adquirir para efeitos de demolição o prédio com os n.º 30 e 32¹⁶⁵⁴.

Paralelamente procurou-se aformosear e arranjar o Largo. Assim, a Câmara deliberou, em 17 de Outubro de 1961, aprovar a proposta para derrube das árvores aí existentes e substituí-las por espécies novas¹⁶⁵⁵ e, em sessão de 6 de Fevereiro de 1962, decidiu adjudicar a Benedito Pereira Leite Arcanjo a venda das árvores¹⁶⁵⁶.

Entretanto pergunta-se em Maio de 1962 “*Um monumento a Egas Moniz, uma dívida nacional em aberto - Que se irá pôr no centro da rotunda, agora criada, que domine a Alameda da República do Brasil?*”¹⁶⁵⁷.

Entretanto, o Conselho Municipal, em sua reunião extraordinária de 16 de Julho de 1964, aprova a deliberação camarária de 1 de Julho, respeitante a um empréstimo para conclusão de vários “melhoramentos” em curso, entre os quais proceder à conveniente urbanização do Largo República do Brasil e Alameda Salazar¹⁶⁵⁸.

Para melhorar e remodelar este largo, a CMG, em reunião de 28 de Novembro de 1964, decidiu a eliminação dos lavadouros públicos do largo da República do Brasil e do Largo dos Pombais como medida de ordem sanitária, de modo a evitar os

¹⁶⁴⁹ Ibidem CG, n.º 1481 (1959 Mar.1), p. 6.

¹⁶⁵⁰ Ibidem CG, n.º 6219 (1960 Nov.11), p. 3; Ibidem NG, n.º 1509 (1960 Nov.27), p. 3.

¹⁶⁵¹ Ibidem CG, n.º 6221 (1960 Nov.25), p. 4.

¹⁶⁵² Ibidem NG, n.º 1520 (1961 Fev.5), p. 3.

¹⁶⁵³ Ibidem NG, n.º 1544 (1961 Jul.30), p. 3; Ibidem CG, n.º 6257 (1961 Ago.4), p. 4.

¹⁶⁵⁴ Ibidem NG, n.º 1632 (1963 Abr.7), p. 4.

¹⁶⁵⁵ Ibidem NG, n.º 1556 (1961 Out.22), p. 5.

¹⁶⁵⁶ Ibidem CG, n.º 6284 (1962 Fev.9), p. 4.

¹⁶⁵⁷ Ibidem NG, n.º 1584 (1962 Abr.6), p. 1; Ibidem NG, n.º 1608 (1962 Out.21), p. 3.

¹⁶⁵⁸ Ibidem NG, n.º 1699 (1963 Jul.19), p. 7.

inconvenientes que resultavam da utilização de águas estagnadas na lavagem de roupas¹⁶⁵⁹, mas esta medida não chegou a ser concretizada.

Em 1972 a Junta Nacional de Educação a classificou como Imóvel de Interesse Público a Igreja dos Santos Passos¹⁶⁶⁰.

Em 1972 pensava-se construir um hotel no Largo República do Brasil, estando o projecto já em estado avançado¹⁶⁶¹, e também abrir uma rua desde os lavadouros do Campo da Feira à Rua Dr. José Sampaio, aproveitando os terrenos para a realização da Feira¹⁶⁶². Realmente, em Setembro de 1973, o Conselho Municipal aprova o Plano de Actividades Camarárias para 1974 e uma deliberação respeitante à alienação de terreno destinado à construção de um complexo hoteleiro no gaveto do largo República do Brasil e Rua Dr. José Sampaio, por 1 038 contos¹⁶⁶³, o que é divulgado na imprensa regional¹⁶⁶⁴. Assim, em Fevereiro de 1974 foram postos à venda na Câmara Municipal os terrenos que constituíam o gaveto entre o Largo da República do Brasil e a Rua Dr. José Sampaio, que se destinavam à construção de um hotel, segundo o projecto já aprovado pelas entidades competentes. Em hasta pública foram adquiridos¹⁶⁶⁵, mas o projecto não foi concretizado, tendo os interessados desistido dele.

Avenida Alberto Sampaio. Em 1932 a imprensa regozijava-se com a obra que andava a proceder-se na Avenida que ligava a Senhora da Guia com os Novos Paços do Concelho¹⁶⁶⁶. E em 28 de Junho de 1934 A.L. de Carvalho propõe “*Que a Repartição de obras faça o caderno e orçamento da conclusão da obra da estrada de Fafe (passeios) realizando-se esta obra por adjudicação em hasta pública*”¹⁶⁶⁷.

Esta avenida tinha, junto à Capela da Senhora da Guia um Posto de Transformação de Electricidade, em forma de torre, que os vimaranenses desejavam ver demolido, pois estragava a fisionomia da cidade. Em meados de 1934 dizia-se que brevemente iria ser deitada abaixo¹⁶⁶⁸. No ano seguinte, referiu-se que já há mais de ano que estava feita a instalação da luz eléctrica da Avenida, que ligava os novos Paços do

¹⁶⁵⁹ Ibidem NG, n° 1715 (1964 Nov.3), p. 5; Ibidem CG, n° 6427 (1964 Nov.6), p. 4.

¹⁶⁶⁰ Ibidem CG, n° 6821 (1972 Jul.1), p. 4.

¹⁶⁶¹ Ibidem NG, n° 2097 (1972 Mar.11), p. 1.

¹⁶⁶² Ibidem CG, n° 6839 (1972 Nov.4), p. 2.

¹⁶⁶³ Ibidem NG, n° 2177 (1973 Set.22), p. 1.

¹⁶⁶⁴ Ibidem NG, n° 2195 (1974 Jan.19), p. 2.

¹⁶⁶⁵ Ibidem NG, n° 2198 (1974 Fev.16), p. 1.

¹⁶⁶⁶ Ibidem NG, n° 6 (1932 Fev.15), p. 5.

¹⁶⁶⁷ Ibidem NG, n° 127 (1934 Jul.8), p. 3.

Concelho à Senhora da Guia. Os suportes dos lampiões também já se encontravam no seu respectivo lugar, prontos a receber as lâmpadas, com globos próprios para a artéria, que se pensava bem delineada e proporcionada, mas a instalação eléctrica estava em risco de se perder exposta às chuvas e demais contratemplos¹⁶⁶⁹. Este melhoramento foi concretizado no ano seguinte, referindo os vimaranenses que o aspecto da nova Avenida 31 de Janeiro era deslumbrante¹⁶⁷⁰. Entretanto o director do Museu de Alberto Sampaio escreveu um ofício à Câmara, pedindo que em atenção ao nome consagrado do Abade de Tagilde, que este nome fosse dado à Rua 31 de Janeiro, tendo a Câmara respondido que prometia, quando a primeira oportunidade se apresentasse, prestar ao ilustre vimaranense a condigna homenagem¹⁶⁷¹.

Em 15 de Novembro de 1941 comemorou-se o Centenário do Nascimento de Alberto Sampaio e, entre as actividades empreendidas, atribuiu-se o nome do historiador à Avenida 31 de Janeiro, antiga Estrada de Fafe¹⁶⁷². Assim, um cortejo presidido pela Câmara Municipal, com a assistência de todas as entidades representativas do concelho, bem como da dos núcleos da Indústria e Lavoura, inaugurou, junto da Muralha de Guimarães, uma lápide com a seguinte inscrição: “Avenida de Alberto Sampaio, 1841-1908”, usando da palavra o Reitor do Liceu Martins Sarmiento¹⁶⁷³. Entretanto, em sessão de 27 de Fevereiro de 1936, a Comissão Administrativa deliberou aprovar o projecto de terraplanagem e empedramento da variante da estrada de Fafe e sua reparação até à barreira¹⁶⁷⁴.

Mais tarde, em Julho de 1950 a Repartição Técnica camarária foi encarregada de elaborar os projectos para a instalação de sanitários na Avenida Dr. Alberto Sampaio¹⁶⁷⁵, mas este projecto não chegou a concretizar-se. Em Julho de 1958 foi solenemente inaugurada a Padaria Nacional¹⁶⁷⁶ e, face ao incremento do tráfego da Avenida, a Câmara Municipal, em sessão de 10 de Setembro de 1958, decidiu informar a DGEMN que suportaria o encargo da mudança da cabine da Avenida Dr. Alberto

¹⁶⁶⁸ *Ibidem NG*, nº 129 (1934 Jul.22), p. 2.

¹⁶⁶⁹ *Ibidem NG*, nº 192 (1937 Out.6), p. 2; *Ibidem NG*, nº 198 (1935 Nov.18), p. 1.

¹⁶⁷⁰ *Ibidem NG*, nº 238 (1936 Ago.23), p. 1; *Ibidem NG*, nº 200 (1935 Dez.2), p. 1.

¹⁶⁷¹ *Ibidem CG*, nº 5021 (1937 Nov.26), p. 3.

¹⁶⁷² *Ibidem CG*, nº 5227 (1941 Nov.7), p. 3.

¹⁶⁷³ *Ibidem NG*, nº 507 (1941 Out.19), p. 2.

¹⁶⁷⁴ *Ibidem NG*, nº 213 (1936 Mar.1), p. 4.

¹⁶⁷⁵ *Ibidem NG*, nº 1017 (1951 Jul.15), p. 3.

¹⁶⁷⁶ *Ibidem CG*, nº 6099 (1958 Jul.25), p. 1.

Sampaio para um local próximo¹⁶⁷⁷. Resolve, também, em reunião de 17 de Outubro de 1961, colher propostas para a colocação no passeio da Avenida Alberto Sampaio das grades do muro do antigo Parque Infantil, devido às que existiam naquela avenida se encontrarem em mau estado de conservação¹⁶⁷⁸. Assim, em Janeiro de 1962 a Câmara decidiu adjudicar a Francisco Coelho a obra de reparação das grades na guarda do passeio da Avenida Alberto Sampaio¹⁶⁷⁹ e, em sessão de 10 de Julho de 1963, aprovou o encargo a mais com a construção de pilastras de cantaria na obra de “*Assentamento das grades existentes na guarda do passeio da Avenida Alberto Sampaio*”¹⁶⁸⁰.

Mais uma vez, em sessão de 17 de Abril de 1962, a Câmara decidiu proceder ao estudo para a mudança do posto de transformação de energia eléctrica situado junto da muralha, na Avenida Alberto Sampaio, para outro local próximo¹⁶⁸¹ e, periodicamente, volta ao assunto.

Mas a Avenida passou a ter cada vez mais movimento e em 1964 encontrava-se em muito mau estado, pois o seu pavimento estava completamente inutilizado, necessitando de urgente reparação¹⁶⁸².

Em Fevereiro de 1966 volta-se a falar do posto de transformação uma vez mais. O Ministro das Obras Públicas na visita efectuada a Guimarães pediu ao Município que imediatamente se fizesse uma estimativa da remoção da cabine eléctrica da Avenida Alberto Sampaio, por considerá-la atentatória da monumentalidade do local¹⁶⁸³. Assim, a CMG, em reunião de 21 de Setembro de 1966, decidiu a construção de um posto de transformação a instalar no gaveto da Rua Abade de Tagilde e Avenida Alberto Sampaio¹⁶⁸⁴. Realmente, em sessão de 5 de Outubro de 1966, decidiu-se aceitar o orçamento da Firma Jordão, Filhos & C^a Lda para a mudança do posto de transformação, solicitando-se a participação do Ministro das Obras Públicas¹⁶⁸⁵. Finalmente, depois de muito pensar, em sessão de 27 de Fevereiro de 1967 resolveu-se proceder à execução da obra de remoção da cabine de alta tensão existente na Avenida Alberto Sampaio, junto à muralha, para a qual o Ministro das Obras Públicas autorizou

¹⁶⁷⁷ Ibidem CG, nº 6105 (1958 Set.12), p. 3.

¹⁶⁷⁸ Ibidem NG, nº 1556 (1961 Out.22), p. 5.

¹⁶⁷⁹ Ibidem CG, nº 6281 (1962 Jan.19), p. 4; Ibidem NG, nº 1569 (1962 Jan.21), p. 4.

¹⁶⁸⁰ Ibidem CG, nº 6359 (1963 Jul.9), p. 4.

¹⁶⁸¹ Ibidem CG, nº 6295 (1962 Abr.27), p. 4; Ibidem NG, nº 1582 (1962 Abr.22), p. 3.

¹⁶⁸² Ibidem NG, nº 1685 (1964 Abr.12), p. 3.

¹⁶⁸³ Ibidem NG, nº 1783 (1966 Fev.20), p. 1; Ibidem CG, nº 6525 (1966 Out.7), p. 4.

¹⁶⁸⁴ Ibidem NG, nº 1816 (1966 Out. 9), p. 5.

¹⁶⁸⁵ Ibidem CG, nº 6528 (1966 Out.14), p. 3.

o aumento da comparticipação até ao limite de 50%¹⁶⁸⁶, e posteriormente, em reunião de 29 de Dezembro de 1967, decidiu-se aprovar os trabalhos a mais¹⁶⁸⁷.

A **Rua Dr. José Sampaio** é uma transversal à avenida Dr. Alberto Sampaio, e inicia um os percursos para a Penha. Em 1931 dizia-se que a Câmara tinha mandado construir os novos passeios na rua Dr. José Sampaio e que se impunha ali a regularização da luz, aumentando-a em duas ou três lâmpadas, e o calcetamento até ao lugar do Rio¹⁶⁸⁸, pois esta era a parte plana, a mais lamacenta e a de pior aspecto para os visitantes da Penha¹⁶⁸⁹. Em 1934 reclamava-se pelo calcetamento desta parte da rua, uma vez que a pedra já estava no local¹⁶⁹⁰.

No entanto também a higiene não abundava e em 1936 diz-se, que, apesar desta rua se tratar de uma rua ampla e arejada, a vassoura camarária também ali não chegava¹⁶⁹¹.

Também nesta zona se fizeram grandes alterações e por isso a Câmara em sessão de 4 de Fevereiro de 1938 tomou conhecimento do ofício do Governador Civil de Braga, comunicando que foi deferido o pedido de isenção de sisa formulado pela Câmara de Guimarães, relativo à aquisição de casas para demolição, a fim de se continuar e alargar a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra: D. Maria Augusta de Sousa Queirós, quatro pequenas casas e seus terrenos de horta, sitas na Rua França Borges, pela quantia de 4.500\$00; Manuel José Pereira e esposa, casa nº 23 da antiga rua das Hortas, pela quantia de 3.000\$00; D. Maria de Lurdes Bourbon, duas casas da Rua França Borges com os nº 15 a 17, pela quantia de 2.000\$00; ao Dr. António de Jesus Gonçalves e esposa, duas casas térreas sitos na antiga Rua das Hortas com os nº 19 a 51, pela quantia de 3.000\$00; a Joaquim Francisco Guimarães e esposa, casa nº 27 da rua França Borges, pela quantia de 9.000\$00, tendo a Câmara ficado inteirada¹⁶⁹².

Em 1944 ainda a rede de água pública não estava totalmente divulgada e nas Hortas, existia um fontanário, que a Câmara pretendia retirar. Os moradores desta rua

¹⁶⁸⁶ Ibidem *NG*, nº 1836 (1967 Fev.26), p. 5.

¹⁶⁸⁷ Ibidem *NG*, nº 1878 (1967 Dez.16), p. 1.

¹⁶⁸⁸ Ibidem *CG*, nº 4503 (1931 Set.25), p. 2.

¹⁶⁸⁹ Ibidem *CG*, nº 4516 (1931 Nov.10), p. 2.

¹⁶⁹⁰ Ibidem *NG*, nº 127 (1934 Jul.8), p. 2.

¹⁶⁹¹ Ibidem *NG*, nº 218 (1936 Abr.5), p. 1.

¹⁶⁹² Ibidem *CG*, nº 5031 (1938 Fev.4), p. 3.

pediram então à Câmara, que a decisão fosse revogada, pois era de muita utilidade, devido a estar situado em lugar muito populoso¹⁶⁹³.

Esta zona da cidade era ainda pouco bafejada pela limpeza e lemos frequentemente, que os moradores solicitavam a sua limpeza. Assim, na sua sessão de Julho de 1950 a Câmara decidiu, entre outras propostas, solicitar a limpeza das muralhas da Rua Dr. Alberto Sampaio e intimar o proprietário do prédio onde nasceu Martins Sarmiento a fazer a vedação, segundo o modelo a fornecer pela Repartição Técnica e aprovado pela Câmara, da parte voltada à Rua José Sampaio e que se encontrava a servir de lixeira pública¹⁶⁹⁴.

Esta zona estava bastante abandonada, e em Novembro de 1952 a Comissão de Arte e Arqueologia reúne-se sob a presidência do Dr. Carlos Saraiva, Vereador da Cultura do Município, à qual assistiram o Arquitecto José António Sequeira Braga, Alfredo Guimarães e José Maria Moura Machado. Foram discutidos vários projectos para construções na Avenida Conde de Margaride e também na Rua Dr. José Sampaio¹⁶⁹⁵. Algum tempo mais tarde, em sessão de 28 de Outubro de 1953, foram aprovados os projectos de modificação do sistema de iluminação da Avenida Conde de Margaride, Toural (lado sul), Campo da Feira, Rua Dr. José Sampaio e Largo Martins Sarmiento¹⁶⁹⁶. Algum tempo mais tarde foram pavimentados os passeios da Rua Dr. José Sampaio, tendo a Câmara autorizado o seu pagamento em sessão 13 de Abril de 1955¹⁶⁹⁷ e, em sessão de 12 de Maio de 1955, deliberou autorizar pagamentos na totalidade de 48.345\$50, entre os quais: na reparação das ruas de Couros e Dr. José Sampaio e largos Conselheiro João Franco e Condessa do Juncal¹⁶⁹⁸.

Em Julho de 1955 comentava-se na imprensa a falta de limpeza da zona, principalmente a lixeira junto da casa, onde nasceu Martins Sarmiento¹⁶⁹⁹. E a resposta não se fez esperar, tendo a Câmara Municipal tomado em consideração e o Presidente providenciado no sentido de a mesma dali desaparecer¹⁷⁰⁰. Mas algum tempo depois,

¹⁶⁹³ *Ibidem NG*, nº 654 (1944 Ago.13), p. 2.

¹⁶⁹⁴ *Ibidem NG*, nº 963 (1950 Jul.16), p. 3.

¹⁶⁹⁵ *Ibidem CG*, nº 5803 (1952 Nov.21), p. 1.

¹⁶⁹⁶ *Ibidem NG*, nº 1138 (1953 Nov.1), p. 2.

¹⁶⁹⁷ *Ibidem NG*, nº 1214 (1955 Abr.3), p. 3.

¹⁶⁹⁸ *Ibidem NG*, nº 1219 (1955 Maio 15), p. 1.

¹⁶⁹⁹ *Ibidem NG*, nº 1228 (1955 Jul.17), p. 3.

¹⁷⁰⁰ *Ibidem NG*, nº 1229 (1955 Jul.24), p. 2.

em 1958, voltava-se a pedir a limpeza da lixeira à entrada da Rua Dr. José Sampaio, na casa onde nasceu Martins Sarmento, e que tendia a aumentar¹⁷⁰¹.

Entretanto a construção da Alameda prossegue e em sessão de 4 de Setembro de 1962 a Câmara decidiu encarregar o Gabinete de Urbanização de proceder ao estudo das condições, a que deviam obedecer as construções a efectuar na Rotunda da Alameda e Rua Dr. José Sampaio¹⁷⁰². Também os equipamentos se foram mudando para essa zona, tendo a Câmara em reunião de 3 de Dezembro de 1965 decidido informar favoravelmente à transferência duma farmácia da Rua D. Maria II para a Rua Dr. José Sampaio¹⁷⁰³. Começou-se também a pensar na edificação de um novo teatro nesta rua¹⁷⁰⁴. Em inícios de 1968 já tinha dado entrada na Câmara Municipal o projecto do cinema a construir na Rua Dr. José Sampaio¹⁷⁰⁵, mas era necessário vencer as dificuldades oferecidas por alguns inquilinos de prédios que iriam ser demolidos. O projecto do edifício encontrava-se exposto na montra da sede do Turismo, para divulgação pública¹⁷⁰⁶, pensando-se começar as obras brevemente¹⁷⁰⁷, pois o lançamento da primeira pedra estava previsto para 8 de Dezembro¹⁷⁰⁸. Em Fevereiro de 1970 o proprietário e a Direcção Técnica convidaram a imprensa e várias individualidades a visitar o edifício em construção¹⁷⁰⁹ e a impressão causada foi muito boa.

Em Novembro de 1970 realizou-se um concurso para o nome do novo cinema¹⁷¹⁰, sendo escolhido o nome de “S. Mamede”¹⁷¹¹.

A sua inauguração foi feita no dia 24 de Junho de 1971, dia da comemoração da Batalha de S. Mamede¹⁷¹².

Em 1972 a imprensa falava sobre o Plano Director de Guimarães, dizendo: “[...] por proposta do vereador sr. Dr. Daniel Nunes de Sá foi pela Câmara resolvido solicitar do seu técnico de urbanismo um estudo do aproveitamento dos terrenos

¹⁷⁰¹ Ibidem CG, (1958 Jul.4), p. 2.

¹⁷⁰² Ibidem NG, nº 1602 (1962 Set.9), p. 3; Ibidem CG, nº 6315 (1962 Set.14), p. 4.

¹⁷⁰³ Ibidem NG, nº 1728 (1965 Fev.7), p. 7; Ibidem CG, nº 6442 (1965 Fev.19), p. 3.

¹⁷⁰⁴ Ibidem CG, nº 6588 (1967 Dez.16), p. 3.

¹⁷⁰⁵ Ibidem CG, nº 6596 (1968 Fev.10), p. 1.

¹⁷⁰⁶ Ibidem CG, (1968 Mar.2), p. 1.

¹⁷⁰⁷ Ibidem NG, nº 1924 (1968 Nov.2), p. 3.

¹⁷⁰⁸ Ibidem NG, nº 1925 (1968 Nov.9), p. 3.

¹⁷⁰⁹ Ibidem CG, nº 6700 (1970 Fev.14), p. 1; Ibidem CG, nº 6701 (1970 Fev.21), p. 1; Ibidem NG, nº 1991 (1970 Fev.14), p. 7; Ibidem NG, nº 1992 (1970 Fev.21), p. 5.

¹⁷¹⁰ Ibidem CG, nº 6738 (1970 Nov.7), p. 1.

¹⁷¹¹ Ibidem NG, nº 2035 (1971 Jan.2), p. 2.

¹⁷¹² Ibidem NG, nº 2058 (1971 Jun.12), p. 2; Ibidem NG, nº 2059 (1971 Jun.12), p. 3; Ibidem NG, nº 2060 (1971 Jun.26), p. 1; Ibidem NG, nº 2061 (1971 Jul.3), p. 3; Ibidem CG, nº 6769 (1971 Jun.19), p. 1; Ibidem CG, nº 6770 (1971 Jun.26), p. 2.

*compreendidos entre o Largo da República do Brasil, Rua Dr. José Sampaio e Quinta de Vila Pouca[...]”*¹⁷¹³.

Rua França Borges. Nesta pequena rua que desapareceu, junto da Rua José Sampaio, foi, em Setembro de 1934, deliberado, por proposta do vereador A.L. de Carvalho, a avaliação e demolição dumas casas nessa rua, para prosseguimento da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra¹⁷¹⁴. Mais tarde, em sessão de 29 de Novembro de 1936, a Câmara apresenta a seguinte proposta: “*Proponho que se adquira ao sr. João Ribeiro da Costa Sampaio, residente na cidade do Porto, para continuação da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, umas moradas de casas sitas na Rua França Borges, desta cidade, pela importância de 18 000\$000*”. Resolveu-se, ainda, autorizar o pagamento de 2.000\$00 a Maria de Lurdes Sampaio Peixoto de Bourbon pela expropriação de duas pequenas casas sitas nesse local.¹⁷¹⁵ Em 1938, na sessão da Câmara de 4 de Fevereiro de 1938, leu-se o ofício do Governador Civil de Braga, comunicando que foi deferido o pedido de isenção de sisa formulado pela Câmara de Guimarães, relativo à aquisição de alguns prédios¹⁷¹⁶, pois pretendia proceder à sua demolição para continuação e alargamento da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra.

Rua de Couros. Rua localizada já nos subúrbios de Guimarães, foi também motivo de alguma preocupação por parte da Câmara. Assim, em sessão de 11 de Outubro de 1934 decidiu mandar intimar os proprietários a demolir umas casas da rua de Couros e um barracão no Largo do Cidade, por ameaçarem ruína; e mandou ainda que fossem tapados os tanques de curtumes da Rua de Couros, de harmonia com o Código de Posturas. Esta rua, situada nas então imediações da cidade, não dava grande preocupação à Câmara. Por isso apenas registamos que a Câmara Municipal, em sessão de 12 de Maio de 1955, deliberou autorizar pagamentos na totalidade de 48.345\$50, entre os quais: na reparação da rua de Couros¹⁷¹⁷.

¹⁷¹³ Ibidem NG, n° 2101 (1972 Abr.8), p. 1-2.

¹⁷¹⁴ Ibidem NG, n° 139 (1934 Set.30), p. 2.

¹⁷¹⁵ Ibidem NG, n° 248 (1936 Nov.1), p. 3.

¹⁷¹⁶ Ibidem CG, n° 5031 (1938 Fev.4), p. 3.

¹⁷¹⁷ Ibidem NG, n° 1219 (1955 Maio 15), p. 1.

Avenida D. João IV (Antiga rua Miguel Bombarda). Esta avenida, aberta nos finais do século XIX, para ligação da cidade ao combóio, era agora motivo de grande preocupação. Em 1933 queixava-se a imprensa de que a Avenida Miguel Bombarda precisava de passeios recompostos¹⁷¹⁸, pois, como se repetiria anos mais tarde, “*estava um caos!...*”¹⁷¹⁹ e novamente se pede o concerto dos passeios da Avenida¹⁷²⁰, voltando-se a pedir a reparação dos passeios em 1937¹⁷²¹.

Finalmente, em sessão de 19 de Março de 1941, deliberou-se proceder por administração directa à reparação da Avenida Miguel Bombarda¹⁷²². Entretanto a avenida foi arborizada e em 1936 falou-se do corte de algumas árvores, que a guarneciam e que tinham sido postas há pouco¹⁷²³. Assim, em 1942, ouve-se falar numa deliberação tomada no sentido de cortar as formosas tílias da Avenida Miguel Bombarda. No entanto, a maior parte da população é contra o corte dessas árvores, sendo de opinião que se devia “*fazer o arranjo da parte central e dos passeios da Avenida sem contudo tocar nas frondosas árvores que, nos meses de Verão, formam um túnel admirável, o único que possuímos*”¹⁷²⁴.

Também era necessário cuidar do estado da pavimentação e por isso, em sessão de 9 de Fevereiro de 1943, a Câmara aprovou o projecto de pavimentação desta Avenida¹⁷²⁵.

Com a mudança de pensamento político, os nomes das ruas não se adequavam à mentalidade da época e foi necessário alterar a toponímia de algumas. Em sessão de 10 de Dezembro de 1943 a Câmara Municipal delibera, que à Avenida Miguel Bombarda fosse dado o nome de “Avenida D. João IV, o restaurador”¹⁷²⁶.

Em 1944 mais uma vez a imprensa alertava para o mau estado da Avenida D. João IV e pedia o seu urgente e rápido concerto¹⁷²⁷, sendo, em sessão da Câmara de 21 de Novembro de 1945, aprovado o projecto e programa de concurso para a obra de pavimentação e aberto concurso público para a sua execução¹⁷²⁸. Em 7 de Dezembro de

¹⁷¹⁸ Ibidem NG, nº 53 (1933 Jan.29), p. 1.

¹⁷¹⁹ Ibidem NG, nº 209 (1936 Fev.2), p. 2.

¹⁷²⁰ Ibidem CG, nº 4938 (1936 Abr.24), p. 2.

¹⁷²¹ Ibidem NG, nº 295 (1937 Out.3), p. 2.

¹⁷²² Ibidem NG, nº 477 (1941 Mar.23), p. 3. Ibidem CG, nº 51--- (1941 Mar.28), p. 2.

¹⁷²³ Ibidem CG, nº 4948 (1936 Jul.3), p. 2.

¹⁷²⁴ Ibidem NG, nº 564 (1942 Nov.22), p. 2.

¹⁷²⁵ Ibidem NG, nº 576 (1943 Fev.14), p. 2.

¹⁷²⁶ Ibidem CG, nº 5337 (1943 Dez.17), p. 3. Ibidem NG, nº 620 (1943 Dez.19), p. 2.

¹⁷²⁷ Ibidem CG, (1944 Abr.21), p. 2.

¹⁷²⁸ Ibidem CG, nº 5439 (1945 Nov.30), p. 3.

1945 é publicado o anúncio para adjudicação da obra, cuja base de licitação era de 580 000\$00¹⁷²⁹. Na sessão de 16 de Janeiro de 1946 foi novamente presente o processo de arrematação para a obra de pavimentação a paralelepípedos, que, depois de visto, discutido e ponderado, foi resolvido por unanimidade revogar a deliberação tomada em reunião de 26 de Dezembro, pela qual havia sido adjudicada provisoriamente a referida obra ao empreiteiro Miguel José da Silva, por não ter apresentado toda a documentação legal, não adjudicando ainda a obra de pavimentação a paralelepípedos, ao abrigo do art.14 da referida obra, e abrir novo concurso público para arrematação desta obra, publicando-se os editais¹⁷³⁰.

A Câmara, em sessão de 6 de Fevereiro de 1946, abriu concurso para a adjudicação da obra de Pavimentação da Avenida D. João IV pela base de licitação de 580.000\$00, resolvendo-se adjudicar a referida obra ao representante da primeira proposta Joaquim Tinoco Osório, sendo o Presidente autorizado a assinar o auto de arrematação. Ainda em meados deste ano foi resolvido proceder-se à electrificação da Avenida D. João IV, conforme o ofício da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos¹⁷³¹.

Esta Avenida, era ladeada por tílias, que lhe davam um encanto muito especial. Em 1948 foram bastante podadas e resolveu-se então dar uma justificação, pois os vimaranenses não gostaram do modo como o trabalho foi feito¹⁷³².

Entretanto a rua foi-se povoando e, em sessão de 6 de Maio de 1955, a Câmara deliberou autorizar a construção dum posto de transformação na avenida D. João IV, no local indicado pela firma concessionária¹⁷³³.

Mas apesar da cidade se estar a espalhar para esta zona, existia ainda uma paisagem pitoresca de pequena cidade de província. Em 1956 os leitores dos jornais locais queixavam-se, que na Avenida D. João IV alguns moradores punham a roupa a corar e, quando a pretendiam pôr a secar, faziam-no atravessando cordas nas árvores daquela artéria¹⁷³⁴.

Entretanto tornou-se necessário pavimentar os passeios e, em sessão de 19 de Julho de 1957, a Câmara decidiu colher propostas para os trabalhos de pavimentação em

¹⁷²⁹ *Ibidem* CG, n° 5440 (1945 Dez.7), p.2; *Ibidem* CG, n° 5447 (1946 Jan.25), p.3; *Ibidem* NG, n° 727 (1946 Jan.6), p.3.

¹⁷³⁰ *Ibidem* CG, n° 5450 (1946 Fev.15), p. 3.

¹⁷³¹ *Ibidem* CG, n° 5471 (1946 Jul.12), p. 2; *Ibidem* NG, n° 755 (1946 Jul.21), p. 3.

¹⁷³² *Ibidem* NG, n° 846 (1948 Abr.18), p. 3.

¹⁷³³ *Ibidem* CG, n° 5932 (1955 Maio 13), p. 4.

¹⁷³⁴ *Ibidem* NG, n° 1293 (1956 Out.14), p. 2.

betonilha dos passeios¹⁷³⁵, decidindo, em sessão de 5 de Setembro de 1957, adjudicar a obra à firma Nogueira & Lima¹⁷³⁶ e em sessão de 7 de Novembro de 1957 aprovou os trabalhos a mais¹⁷³⁷.

A CMG, em sessão de 9 de Junho de 1959, decidiu aprovar a proposta do vereador Manuel Soares Moreira Guimarães do teor seguinte: *“Ao longo da Avenida D. João IV desta cidade, estendem-se frondosas árvores, que, em toda a cidade, constituem, para já, o único refúgio de sombra oferecido à população nos caniculares dias de Verão. Porém, o sistema de iluminação foi estabelecido por meio de candeeiros colocados nas guias do passeio, dando como resultado, que a luz é praticamente inexistente, uma vez que está absorvida pela exuberância de vegetação. É para remediar tal inconveniente que proponho seja substituído o actual sistema de iluminação por postes de luz situados sobre o eixo daquela avenida*¹⁷³⁸. Assim, em sessão de 19 de Janeiro de 1960 decidiu-se mandar executar pela mesma firma a substituição da iluminação pública da Avenida D. João IV, cujo montante era de 102.158\$40¹⁷³⁹.

A CMG, em sessão de 5 de Setembro de 1961, decidiu, em face da comunicação do técnico dos Serviços de Jardins relativa ao corte de uma tília na Avenida D. João IV, em virtude de ter apodrecido, e da informação de que existiam naquele local mais cinco nas mesmas condições, mandar proceder ao derrube daquelas tílias, por motivo de segurança¹⁷⁴⁰. Como as árvores se encontravam em muito mau estado, o Presidente da Câmara, em sessão de 17 de Outubro de 1961, referiu, que perante essas condições, propunha, que as árvores fossem abatidas e substituídas por espécies novas, colhendo-se propostas para a venda daquelas¹⁷⁴¹.

Em 20 de Agosto de 1966, a Câmara Municipal decide mandar fazer o estudo do arruamento de ligação da Avenida D. João IV a Urgeses¹⁷⁴².

Em 1972 devido a necessidade e urgência duma concretização do Plano Director da cidade, foi solicitado pela Câmara ao Arquitecto Arménio Losa o estudo da renovação urbanística do espaço compreendido entre o largo da República do Brasil e as

¹⁷³⁵ Ibidem CG, nº 6047 (1957 Jul.26), p. 4.

¹⁷³⁶ Ibidem NG, nº 1341 (1957 Set.8), p. 6; Ibidem CG, nº 6054 (1957 Set.13), p. 4.

¹⁷³⁷ Ibidem CG, nº 6062 (1957 Nov.8), p. 3; Ibidem NG, nº 1352 (1957 Nov.24), p. 4.

¹⁷³⁸ Ibidem CG, nº 6145 (1959 Jun.12), p. 3 Ibidem NG, nº 1436 (1959 Jul.5), p. 3.

¹⁷³⁹ Ibidem CG, nº 6177 (1960 Jan.22), p. 3.

¹⁷⁴⁰ Ibidem CG, nº 6262 (1961 Set.8), p. 4; Ibidem NG, nº 1550 (1961 Set.10), p. 3.

¹⁷⁴¹ Ibidem CG, nº 6268 (1961 Out.20), p. 3.

Avenidas D. João IV e D. Afonso Henriques¹⁷⁴³. Assim, em Outubro de 1972, a Câmara decide celebrar contrato com o Arquitecto para elaboração do Plano Parcelar de Urbanização da zona compreendida entre as avenidas de D. Afonso Henriques e D. João IV e do prolongamento da Avenida Conde de Margaride¹⁷⁴⁴.

Ainda neste ano de 1972 havia já grande controvérsia pró e contra o corte das tílias da Avenida D. João IV¹⁷⁴⁵, mas começa a ter mais peso o seu derrube¹⁷⁴⁶, que efectivamente se concretizou numa época posterior.

3. “Melhoramentos” no espaço urbano

Como se sabe o Estado Novo vigorou durante um longo período de tempo. Teve por isso oportunidade de concretizar bastantes obras.

Em Agosto de 1930 falava-se, que um grupo de vimaranenses tencionava pedir à Câmara Municipal, que adquirisse a mata do Cavalinho para ali fazer um Parque¹⁷⁴⁷, mas alguns anos depois já se referia que os terrenos limitados pela estrada de Braga, rua Paio Galvão e rua da Senhora da Conceição, estavam destinados ao futuro Parque da Cidade¹⁷⁴⁸. O Parque começou a ser construído alguns anos mais tarde, mas apenas ficou concluído nos anos setenta¹⁷⁴⁹. Também, nos finais dos anos trinta já estava adiantada a abertura das Novas Avenidas, projectadas ainda durante a Primeira República e ligeiramente remodeladas durante o Estado Novo¹⁷⁵⁰. Alguns anos mais tarde, em 1946 começou-se a admitir a hipótese de se adaptar o edifício do liceu ou de se construir um novo¹⁷⁵¹. Em 1955 o Conselho Municipal aprova Plano de Actividades e entre as obras a realizar, integradas no Antepiano de Urbanização da Cidade, estava a

¹⁷⁴² Ibidem *NG*, nº 1809 (1966 Ago.21), p. 6 Ibidem *CG*, nº 6521 (1966 Ago.26), p. 2.

¹⁷⁴³ Ibidem *NG*, nº 2101 (1972 Abr.8), p. 1-2.

¹⁷⁴⁴ Ibidem *NG*, nº 2129 (1972 Out.21), p. 1.

¹⁷⁴⁵ Ibidem *NG*, nº 2128 (1972 Out.14), p. 1.

¹⁷⁴⁶ Ibidem *CG*, nº 6841 (1972 Nov.18), p. 1.

¹⁷⁴⁷ Ibidem *CG*, nº 4395 (1930 Ago.29), p. 1.

¹⁷⁴⁸ Ibidem *NG*, nº 748 (1946 Jun.2), p. 2.

¹⁷⁴⁹ Ibidem *CG*, nº 6803 (1972 Fev.26), p. 3.

¹⁷⁵⁰ Ibidem *NG*, nº 207 (1936 Jan.19), p. 6.

¹⁷⁵¹ Ibidem *CG*, nº 5474 (1946 Ago.2), p. 2.

abertura de arruamentos e praça destinada à implantação do novo edifício do liceu¹⁷⁵². No entanto o anteprojecto do novo edifício apenas foi apresentado em sessão de 16 de Agosto de 1956¹⁷⁵³, iniciando-se a obra em 1958 e começando as primeiras aulas em Janeiro de 1961¹⁷⁵⁴.

Outras obras foram feitas como por exemplo a abertura da Avenida Conde de Margaride, a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, a Rua Dr. Agostinho Barbosa, o Largo Navarros de Andrade, a remodelação da Viela do Gaiteiro, Rua de D. Constança de Noronha¹⁷⁵⁵, a Praça Mumadona (no local onde outrora estiveram em construção os Paços do Concelho), o Palácio da Justiça, o Largo Heróis da Fundação e Avenida de Londres e foi já quase no final do seu período que se começaram urbanizar as zonas do Salgueiral, da Conceição, da Madre de Deus, da Quintã e a dos Pombais.

Outras obras felizmente não se chegaram a concretizar, como a abertura da Avenida Salazar, que iria ligar o largo 28 de Maio ao Matadouro Municipal¹⁷⁵⁶, destruindo mais uma parte da cidade de Guimarães e modificando totalmente a zona que iria atravessar.

Há no entanto um “outro melhoramento”, que não se chegou a concretizar, mas que pelo seu carácter único, uma vez que tinha a assinatura de Marques da Silva e iria ligar e articular a “vila alta”, a “vila baixa” e as Novas Avenidas, merece um estudo mais detalhado.

Refiro-me ao edifício dos Paços do Concelho de Guimarães, cuja construção, proposta por Mariano Felgueiras em 1914, foi alvo de grande polémica, acabando por ser destruído já depois de a sua construção estar adiantada. Quando começou o Estado Novo já as obras tinham sido iniciadas, encontrando-se já no primeiro andar. A. L. de Carvalho, em artigo na imprensa, defendia a sua continuação¹⁷⁵⁷, mas há muitos que advogavam a sua paragem, avançando motivos bastante comezinhos, mas as obras muito lentamente lá foram prosseguindo¹⁷⁵⁸. Entretanto agudiza-se a polémica¹⁷⁵⁹, defendendo-se que a Câmara se devia instalar nos Paços dos Duques¹⁷⁶⁰, ou criticando-

¹⁷⁵² Ibidem *NG*, nº 1237 (1955 Set.18), p. 2.

¹⁷⁵³ Ibidem *CG*, nº 5998 (1956 Ago.17), p. 3.

¹⁷⁵⁴ Ibidem *CG*, nº 6228 (1961 Jan.13, p. 1; Ibidem *NG*, nº 1516 (1961 Jan.15), p. 1.

¹⁷⁵⁵ Ibidem *NG*, nº 1595 (1962 Jul.22), p. 3.

¹⁷⁵⁶ Ibidem *CG*, nº 5932 (1955 Jul.1), p. 2.

¹⁷⁵⁷ Ibidem *CG*, nº 3994 (1926 Jul.23), p. 1.

¹⁷⁵⁸ Ibidem *CG*, nº 4202 (1928 Set.14), p. 1.

¹⁷⁵⁹ Ibidem *CG*, nº 4231 (1928 Dez. 28), p. 1.

¹⁷⁶⁰ Ibidem *CG*, nº 4232 (1929 Jan.4), p. 1.

se o Arquitecto Marques da Silva autor do projecto¹⁷⁶¹. A. L. de Carvalho criticou num jornal de Braga os novos Paços do Concelho por estarem no centro de uma praça e por se reduzir a muralha a um muro de quinta, mas nesta altura é contrário à demolição das obras, por inoportuno e insensato¹⁷⁶². Entretanto, em 1929 as obras param e há quem critique esta paragem, porque em Guimarães não havia trabalho para os operários e estes tinham que partir para outras zonas, porque já ali estavam gastos muitos milhares de escudos e porque era uma obra de arte¹⁷⁶³.

Entretanto a Câmara decidiu continuar as obras e, em 30 de Janeiro de 1929, resolveu aceitar propostas, em carta fechada, para a sua continuação¹⁷⁶⁴, embora em Maio ainda não tivessem começado¹⁷⁶⁵.

Continuaram-se a cobrar derramas especiais para a construção dos Paços do Concelho¹⁷⁶⁶, iniciadas em 1923. Mas permaneceu acesa polémica entre os que pretendiam demolir e os que queriam o prosseguimento das obras¹⁷⁶⁷. Criticava-se também a localização, mas com periódicas pausas e tempos de trabalho as obras lá foram continuando¹⁷⁶⁸.

Entretanto as obras foram ocupadas pelo “garotio”, que lá brincava e por vezes as danifica¹⁷⁶⁹. Em 1934 a Comissão Executiva da Câmara Municipal requereu a participação do Estado para a conclusão dos Paços do Concelho. Foi então enviado à Repartição do Norte da Direcção Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais o processo, plantas e orçamentos, para esta poder acrescentar o seu parecer, que foi o seguinte: a) O projecto merecia a aprovação. Porém: b) o custo excessivo da obra; c) a falta de capacidade para o fim em vista; d) o excesso de pormenores ornamentais “sem justificação de estética”; e) o espaço acanhado que a construção ocupava; e f) o “discutível” arranjo e dimensões das várias dependências, aconselhavam que não era acertado prosseguir nos mesmos moldes a obra encetada. Acrescentava ainda, que Guimarães tinha um edifício condigno para Paços do Concelho e sugeria a vantagem *“de se estudar a adaptação do Palácio dos Duques de Bragança, por maneira que*

¹⁷⁶¹ Ibidem CG, nº 4233 (1929 Jan.8), p. 1; Ibidem CG, nº 4238 (1929 Jan.25), p. 1.

¹⁷⁶² Ibidem CG, nº 4238 (1929 Jan.25), p. 1; Ibidem CG, nº 4240 (1929 Fev.1), p. 1.

¹⁷⁶³ Ibidem CG, nº 4318 (1929 Nov.19), p. 1.

¹⁷⁶⁴ Ibidem CG, nº 4331 (1930 Jan.7), p. 1.

¹⁷⁶⁵ Ibidem CG, nº 4364 (1930 Maio 6), p. 1.

¹⁷⁶⁶ Ibidem CG, nº 4367 (1930 Maio 16), p. 1.

¹⁷⁶⁷ Ibidem CG, nº 4512 (1931 Out.27), p. 2; nº 4515 (1931 Nov.6), p. 1.

¹⁷⁶⁸ Ibidem NG, nº 9 (1932 Mar.7), p. 3.

¹⁷⁶⁹ Ibidem NG, nº 85 (1933 Set.10), p. 1.

*realize completamente a finalidade reservada à edificação do projecto*¹⁷⁷⁰. A. L. de Carvalho traçou ainda a história dos Paços do Concelho, atribulada desde o princípio¹⁷⁷¹, e refere que só depois de 3 anos de obras, em 1928, é que se terçaram armas na imprensa contra a construção dos Novos Paços do Concelho. Mas em 1934 com a Direcção dos Monumentos do Norte é que se deu uma forte machadada no projecto¹⁷⁷².

Entretanto a Câmara, que se encontrava mal instalada, resolveu não esperar pela conclusão dos Paços do Concelho e mudar para a casa, onde faleceu Martins Sarmiento, no Largo do Carmo, em meados do ano de 1934¹⁷⁷³. Aí ficaram instaladas todas as repartições públicas da cidade, com excepção do Tribunal Judicial, que ainda continuou a funcionar no prédio, onde há longos anos se encontrava instalado¹⁷⁷⁴.

Começava a agora a afirmar-se a ideia da reconstrução dos Paços dos Duques¹⁷⁷⁵.

Em 28 de Junho de 1934 A.L. de Carvalho apresentou a seguinte proposta: *“Que se publique uma nota oficiosa com as seguintes conclusões: a) Em Março foi pedida a comparticipação do Estado para a conclusão dos Paços do Concelho. O Estado não se recusando a essa comparticipação, fez todavia pela repartição competente, reparos de ordem técnica ao projecto. Por esses reparos, o projecto terá que sofrer grandes alterações, sem as quais a comparticipação do Estado não será conferida. b) Solicitado o autor do projecto a estudar essas alterações nas linhas esboçadas pelo parecer da Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte, a Comissão Administrativa aguarda os resultados desse estudo, para se pronunciar definitivamente sobre o magno assunto duma construção, que se arrasta desde 1925; o que tudo a Câmara fez”*¹⁷⁷⁶.

Entretanto as obras pararam e as paredes incompletas foram muitas vezes utilizadas por ciganos para acampamento¹⁷⁷⁷, o que a todos entristecia¹⁷⁷⁸, pois, desse modo, estava a degradar-se. Era urgente arranjar uma solução¹⁷⁷⁹.

¹⁷⁷⁰ Ibidem NG, n° 109 (1934 Fev.25), p. 1.

¹⁷⁷¹ Ibidem NG, n° 110 (1934 Mar.11), p. 2.

¹⁷⁷² Ibidem NG, n° 111 (1934 Mar.18), p. 2.

¹⁷⁷³ Ibidem CG, n° 4714 (1933 Nov.14), p. 1; Ibidem NG, n° 117 (1934 Abr.29), p. 2; Ibidem NG n° 120 (1934 Maio.20), p. 2; Ibidem NG n° 122 (1934 Jun.3), p. 3.

¹⁷⁷⁴ Ibidem NG, n° 123 (1934 Jun.10), p. 2.

¹⁷⁷⁵ Ibidem NG, n° 118 (1934 Maio 6), p. 2.

¹⁷⁷⁶ Ibidem NG, n° 127 (1934 Jul.8), p. 3.

¹⁷⁷⁷ Ibidem NG, n° 160 (1935 Fev.24), p. 2.

Em Novembro de 1935, A. L. de Carvalho, propôs que, “*Para que se evite que os Paços dos Duques, em construção, sejam velhacouto de ciganos e despejo de imundices, com prejuízo das cantarias e deplorável espectáculo público. Proponho que se proceda, desde já, à vedação do referido edifício*”¹⁷⁸⁰. Não era uma medida de fundo, mas ajudava à preservação do que estava construído. Entretanto, em sessão de 9 de Janeiro de 1936 a Câmara deliberou aprovar o projecto e orçamento do caderno de encargos da obra de pedreiro (empreitada nº2) do novo edifício dos Paços do Concelho, orçado na importância de 314.452\$00, e resolveu pô-lo em arrematação pública, publicando-se os respectivos editais¹⁷⁸¹. Também, em sessão de 6 de Janeiro, aprovou por unanimidade os lançamentos da derrama municipal relativa ao segundo semestre do ano de 1934 e ano de 1935 destinada à construção da Praça, edifício dos Paços do Concelho e Avenidas, ordenando que fossem postos em reclamação pelo prazo legal e se publicassem os respectivos editais, para que esta derrama entrasse em cobrança no princípio de Fevereiro¹⁷⁸². Entretanto começava a falar-se da demolição¹⁷⁸³ e da construção dos Paços dos Duques de Bragança¹⁷⁸⁴.

As obras, muito lentas, foram continuando e ninguém teve a coragem de avançar com as obras ou demoli-las¹⁷⁸⁵. Assim, resolveu-se mesmo isolar as obras, para evitar comentários¹⁷⁸⁶, mas a vedação foi em parte destruída e ainda era pior¹⁷⁸⁷.

Finalmente, em 27 de Junho de 1938, principiou uma primeira fase de demolição dos Paços do Concelho, que constou de apenas duas paredes interiores¹⁷⁸⁸. Mas referia-se que dentro de poucos dias se diria, se os Paços iriam ser destruídos ou restaurados¹⁷⁸⁹. Entretanto, enquanto alguns jornais diziam, com exagero, que principiou a demolição¹⁷⁹⁰, outros referiam, que aquando da visita do Ministro das Obras Públicas a Guimarães, em Agosto de 1938, ficou quase assente a Câmara construir um edifício destinado aos Paços do Concelho, ficando o Paço dos Duques de

¹⁷⁷⁸ Ibidem NG, nº 196 (1935 Nov.4), p. 1.

¹⁷⁷⁹ Ibidem NG, nº 172 (1935 Maio 19), p. 1.

¹⁷⁸⁰ Ibidem NG, nº 197 (1935 Nov.11), p. 3.

¹⁷⁸¹ Ibidem NG, nº 206 (1936 Jan.12), p. 2.

¹⁷⁸² Ibidem NG, nº 207 (1936 Jan.19), p. 6.

¹⁷⁸³ Ibidem NG, nº 228 (1936 Jun.14), p. 2.

¹⁷⁸⁴ Ibidem NG, nº 232 (1936 Jul.12), p. 3.

¹⁷⁸⁵ Ibidem NG, nº 262 (1937 Fev.14), p. 2.

¹⁷⁸⁶ Ibidem NG, nº 276 (1937 Maio 23), p. 2.

¹⁷⁸⁷ Ibidem NG, nº 331 (1938 Jun.12), p. 1.

¹⁷⁸⁸ Ibidem JLF - EV II, p. 307.

¹⁷⁸⁹ Ibidem CG, nº 5053 (1938 Jul.8), p. 2.

¹⁷⁹⁰ Ibidem NG, nº 335 (1938 Jul.10), p. 4.

Bragança, já em restauro, para ali ser instalado o Museu Alberto Sampaio, conforme já tinha sido decretado, bem como o Arquivo Municipal de Guimarães e uma Biblioteca¹⁷⁹¹.

Começa então a discutir-se o espaço, que era necessário para uns Paços do Concelho, verificando-se, que, os que estavam em construção, não eram suficientes¹⁷⁹².

Entretanto a Câmara procurava abrir a rua de Agostinho Barbosa e em 13 de Janeiro de 1939 a Sociedade Martins Sarmento comunica, que aceita as expropriações a fazer pela Câmara na sua propriedade do Largo do Carmo¹⁷⁹³. Em sessão da Câmara, de 10 de Março de 1939, o Presidente informou a Câmara de que na reunião que teve com o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, no dia 3 de Março, foram tratados vários assuntos, muito especialmente as obras de urbanização dos terrenos à volta do Castelo e Paços dos Duques de Bragança, a fim de os preparar para as Festas Centenárias da Fundação e Restauração de Portugal, que se iriam realizar em Abril de 1940. Para compensar a Câmara das despesas, que iria ter com as expropriações, o Ministro das Obras Públicas e Comunicações instalaria a Câmara e os seus serviços nos Paços dos Duques de Bragança e faria a demolição do que existia construído do edifício, que se destinava a novos Paços do Concelho, aproveitando os materiais, dos quais a Câmara poderia reservar para si toda a pedra lavrada. Foi aprovada a proposta¹⁷⁹⁴.

Entretanto há mesmo quem proponha que os Paços do Concelho se instalem no abandonado Teatro D. Afonso Henriques¹⁷⁹⁵.

Mas em 1942 a Câmara planeava expropriar vários terrenos existentes no lado direito da rua dos Palheiros, para que pudesse dar-se inteiro cumprimento ao projecto, que já tinha recebido do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. O Município iria construir ali, no terreno das traseiras do edifício da Câmara, os Novos Paços do

¹⁷⁹¹ Ibidem NG, nº 340 (1938 Ago.14), p. 3.

¹⁷⁹² “Farpas: Concluindo - Do que aqui expusemos acerca do edifício que se destinava aos novos Paços do Concelho, demonstramos: a) que como afirmamos, escrevemos no Ecos de Guimarães, em 1928, um artigo condenando a continuação dessa obra; b) Que não havia, nessa campanha, o intuito de, por questões meramente pessoais, combater o sr. Marques da Silva; c) Que houve apenas o propósito de prevenir, para se não ter, depois, de remediar. O sr. vereador afirma, na sua carta já citada, que o condenado edifício é quatro vezes maior que aquele onde actualmente está instalada a Câmara. Não ns parece suficiente a casa de Martins Sarmento e precisamos de ter em conta que o tribunal bem necessita de capacidade suficiente para os seus serviços e para instalação dos cartórios e dos arquivos que lhe estão afectos. [...]”

Ibidem NG, nº 348 (1938 Out.9), p. 1.

¹⁷⁹³ Ibidem CG, nº 5081 (1939 Jan.20), p. 3

¹⁷⁹⁴ Ibidem CG, nº 5089 (1939 Mar.17), p. 2; Ibidem NG, nº 370 (1939 Mar.12), p. 3.

¹⁷⁹⁵ Ibidem NG, nº 475 (1941 Mar.9), p. 1.

Concelho, aproveitando para isso parte dos materiais empregados no edifício antigo, que estava em construção na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e cuja demolição já se tinha iniciado. Junto ao novo edifício da Câmara ficaria um parque de estacionamento e um jardim e ao cimo da nova Avenida construir-se-ia uma fonte decorativa¹⁷⁹⁶.

Em sessão de 5 de Maio de 1942 deliberou-se encarregar o Arquitecto José Marques da Silva, para elaborar a planta do edifício dos Paços do Concelho, a construir na Rua de Santo António, aos Palheiros, aproveitando o mais possível o material do edifício em construção¹⁷⁹⁷. Assim, em sessão de 29 de Setembro de 1942, a Câmara Municipal, reunida sob a Presidência do Dr. João da Rocha dos Santos, deliberou aprovar o projecto do novo edifício dos Paços do Concelho, a construir no prolongamento da Rua de Santo António, na denominada Avenida dos Palheiros, resolvendo solicitar do Ministro das Obras Públicas e Comunicações a comparticipação do Estado para a realização da referida obra¹⁷⁹⁸.

Começou a falar-se também em aproveitar a pedra dos Paços do Conselho para um edifício da Polícia a construir junto do local¹⁷⁹⁹. Mas Abel Cardoso pronuncia-se contra a demolição¹⁸⁰⁰, tal como Mariano Felgueiras, que até à sua morte, não deixará de defender os antigos Paços do Concelho¹⁸⁰¹.

Finalmente, em finais de 1951, o vereador António Faria Martins apresentou à Câmara Municipal a seguinte proposta: *«Em sessão de 25 de Outubro último foi aprovada a minha proposta para que se procedesse, pela Repartição de Engenharia, ao estudo do arranjo, limpeza e pavimentação da praça denominada das «Obras». Concluído agora esse estudo e tomando em consideração o sugerido pela Comissão que estudou o Plano de Urbanização, parece-me que é tempo de se resolver em definitivo o problema do encantado edifício destinado a repartições públicas, há muitos anos paralisado.[...] E, sob este aspecto, sem quaisquer responsabilidades no passado ou no presente, não tenho dúvidas em afirmar que esse malfadado edifício tem sido um dos grandes culpados do marasmo em que temos vegetado. Estou, mesmo, convencido de que o seu desaparecimento marcaria uma era de realizações porque todos ansiamos*

¹⁷⁹⁶ Ibidem NG, n.º 534 (1942 Abr.26), p. 1.

¹⁷⁹⁷ Ibidem CG, n.º 5254 (1942 Maio 15), p. 3.

¹⁷⁹⁸ Ibidem NG, n.º 557 (1942 Out.4), p. 2; Ibidem CG, n.º 5275 (1942 Out. 9), p. 4.

¹⁷⁹⁹ Ibidem CG, n.º 5402 (1945 Mar.16), p. 2.

¹⁸⁰⁰ Ibidem NG, n.º 702 (1945 Jul.15), p. 1.

e que não há forma de vermos surgir. Integremo-nos desapaixonadamente no campo das realidades e vejamos qual o melhor caminho a seguir. O projecto desse edifício foi concebido pelo falecido Arqt. Marques da Silva para ser implantado na antiga Praça de S. Tiago e foi para este local que foi aprovado pela Comissão nomeada pela Câmara de então para apreciar os projectos apresentados a concurso. Depois, é que foi resolvido construí-lo em novo local, sendo certo que, já depois de começada a obra, outros locais foram tentados, alguns pelo próprio autor, sendo um deles a Rua de S. Dâmaso, como se pode ver na planta existente nos arquivos da Câmara por ele assinada em Julho de 1942. A restauração dos Paços dos Duques de Bragança, quando outras razões não haja, levou os dirigentes da nação a condenarem o prosseguimento da obra. E assim aos diversos presidentes das vereações dos últimos anos foi essa condenação afirmada pelo sr. Presidente do conselho, pelo falecido Eng. Duarte Pacheco, pelo actual Ministro das Obras Públicas, pelo Director Geral dos Serviços de Urbanização, etc, negando-lhe qualquer participação, antes oferecendo um deles auxílio para a sua demolição.[...] Tenho, pois, a honra de propor: a) Que seja abandonado definitivamente o prosseguimento da construção do edifício destinado a repartições públicas. b) Que os materiais ali existentes sejam aproveitados para a construção de quatro edifícios a erigir nos gavetos entre as ruas Nuno Álvares e Serpa Pinto, estrada de Fafe e Rua Dr. Roberto de Carvalho, Rua Cónego Gaspar Estação e Av. dos Combatentes e entre esta e a Av. Alberto Sampaio. c) Que a praça que resulta da demolição seja ajardinada e nela se erija uma estátua a Mumadona, de quem tomaria o nome, em homenagem à fundadora do velho burgo vimaranense, cujo milenário me parece dever ser comemorado conjuntamente com o centenário da elevação a cidade. Pelos desenhos juntos, melhor se poderá ajuizar da finalidade e importância deste projecto. Do primeiro, que nos mostra o estado actual das obras, fácil é concluir que os Paços dos Duques de Bragança ficariam prejudicados pela elevação do edifício condenado. O segundo mostra-nos a perspectiva do que virá a ser a “Praça da Mumadona” e a maior imponência que adquirem os Paços dos Duques de Bragança. O terceiro diz-nos que são respeitados os arruamentos existentes e mostra-nos também os quatro edifícios a construir. O destino a dar a estes edifícios é tão variado e necessário que se torna difícil a escolha: edifício do Tribunal, residência

¹⁸⁰¹ Ibidem NG, nº 991 (1951 Jan.14), p. 1.

para magistrados, sede de Turismo, sub-Delegação de Saúde, quartel da Polícia, escolas da Oliveira, Conservatórias dos Registos Civil e Predial, Secretaria Notarial, etc¹⁸⁰².

Mas continuava-se a defender a continuação da obra dos Paços do Concelho¹⁸⁰³.

Em Junho de 1951, por proposta do vereador Manuel Alves de Oliveira, foi resolvido solicitar o parecer da Comissão de Estética acerca das obras do edifício destinado aos Paços do Concelho¹⁸⁰⁴.

Muito tempo depois, ainda se proporia, a apresentação de um projecto de mudança do edifício para o espaço que resultaria da expropriação dos prédios e terrenos que constituíam o trapézio formado pela fachada principal da casa do lado nascente do Largo 28 de Maio e casa e igreja de S. Dâmaso e pelos muros de suporte dos quintais das mesmas casas¹⁸⁰⁵.

Entretanto, em Agosto de 1953, a imprensa informava que ia ser demolido o bloco de casas da Rua de S. Dâmaso, onde se encontrava compreendido o templo ali existente, para que nesse local fosse construído o edifício dos novos Paços do Conselho, tendo já sido enviada para Lisboa a nota dos valores matriciais, para a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização¹⁸⁰⁶.

Finalmente, em 8 de Outubro de 1954 o Comércio de Guimarães informa, que estavam a ser demolidos os Paços do Concelho¹⁸⁰⁷. A sua demolição iniciou-se em 4 de Outubro de 1954¹⁸⁰⁸, sob a Presidência do Capitão Magalhães Couto¹⁸⁰⁹.

Em Junho de 1962 Guimarães recebeu os Ministros da Educação Nacional e das Obras Públicas. Visitaram o Parque do Castelo, que foi o primeiro local a ser visitado, seguindo-se a Alameda Salazar, próximo da qual o Eng. Arantes e Oliveira estudou a possibilidade da projectada construção do edifício, de que Guimarães carecia há muito, para a sua Domus Municipalis¹⁸¹⁰.

¹⁸⁰² Ibidem NG, n° 1037 (1951 Dez.2), p. 3.

¹⁸⁰³ Ibidem NG, n° 1038 (1951 Dez.9), p. 2; Ibidem NG, n° 1041 (1951 Dez.30), p. 2; Ibidem NG, n° 1042 (1952 Jan.6), p. 1; Ibidem NG, n° 1022 (1952 Ago.19), p. 1.

¹⁸⁰⁴ Ibidem NG, n° 1014 (1951 Jun.24), p. 3; Nota manuscrita do *Fundo Documental de António de Azevedo*, membro da Comissão de Estética.

¹⁸⁰⁵ Ibidem NG, n° 1039 (1951 Dez.16), p. 1.

¹⁸⁰⁶ Ibidem NG, n° 1129 (1953 Ago.30), p. 1.

¹⁸⁰⁷ Ibidem CG, n° 5901 (1954 Out.8), p. 2.

¹⁸⁰⁸ Ibidem NG, n° 1187 (1954 Out.10), p. 2.

¹⁸⁰⁹ Ibidem NG, n° 1190 (1954 Out.31), p. 1.

¹⁸¹⁰ Ibidem NG, n° 1592 (1962 Jul.24), p. 1.

Em 1966 diz-nos a imprensa de que já estava escolhido o sítio e o edifício, onde iam ser instalados os serviços administrativos do Município, e o terreno destinado à nova Câmara Municipal ia ser, segundo a imprensa local, posto à venda¹⁸¹¹, mas não se tornou a falar no assunto.

Entretanto, a Câmara começava a estar apertada no edifício do largo do Carmo, e por isso, em reunião de 23 de Agosto de 1967, decidiu-se fazer a transferência dos Serviços Municipais para o edifício do antigo Convento de Santa Clara, onde estavam instalados o Internato Municipal e algumas salas de aula da Escola Industrial e Comercial de Guimarães¹⁸¹². Anunciou-se, que a partir do dia 28 de Maio de 1968 passariam a funcionar no edifício do antigo convento de Santa Clara, no Largo Cónego José Maria Gomes, todos os serviços da Câmara Municipal de Guimarães¹⁸¹³, mas só a 30 de Maio desse ano é que foram inauguradas as novas instalações, com a presença do Governador Civil¹⁸¹⁴, Dr. Francisco Leandro Pessoa Monteiro¹⁸¹⁵.

¹⁸¹¹ *Ibidem NG*, n° 1784 (1966 Fev.27), p. 5.

¹⁸¹² *Ibidem NG*, n° 1864 (1967 Set.10), p. 3; *Ibidem CG*, n° 6607 (1968 Maio 4), p. 1-2.

¹⁸¹³ *Ibidem CG*, n° 6610 (1968 Maio 25), p. 2.

¹⁸¹⁴ *Ibidem CG*, n° 6611 (1968 Jun.1), p. 3.

¹⁸¹⁵ *Ibidem CG*, n° 6611 (1968 Jun.1), p. 2; *Ibidem CG*, n° 6612 (1968 Jun.8), p. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, recorrendo, no essencial, a uma valiosa fonte, os manuscritos de João Lopes de Faria, e à consulta dos periódicos desde 1850 até 1974, tentámos estabelecer a história de cada largo, rua, ou imóvel da cidade de Guimarães na Época Contemporânea, inventariar o que subsistiu do legado das Idades Média e Moderna e o que se perdeu ao longo de dois séculos.

A descrição das alterações em cada zona da cidade antiga constitui um catálogo, embora não exaustivo, devido às limitações inerentes às fontes escolhidas. Por outro lado, a fim de não tornar o trabalho excessivamente pesado, excluámos muitos pormenores, alguns deles específicos de cada imóvel ou rua, outros curiosos ou pitorescos.

Limitamo-nos a registar os aspectos, que considerámos mais importantes e reveladores das diferentes políticas e das hesitações do poder.

Para compreendermos a relação entre o poder, a ideologia, as contradições entre a política conservacionista e as necessidades de expansão, modernização da cidade, os conflitos e os compromissos, comparámos as alterações ocorridas no património urbano de Guimarães através de três regimes políticos (Monarquia, Primeira República, Estado Novo).

Em primeiro lugar verificámos que não há grandes rupturas.

A política iniciada em finais do século XVIII desenvolve-se ao longo dos séculos seguintes.

A cidade de Guimarães tem a consciência de que é histórica e reclama essa história. Tem a consciência de que é o Berço da Nacionalidade e este parâmetro estará sempre no horizonte, em linha de fundo. Através das notícias da Imprensa e das decisões camarárias é visível, que a cidade, ou parte dela, se preocupa com a maneira como vai moldando e tratando o seu passado.

Mas, por outro lado, as cidades são dinâmicas e evoluem no tempo, de acordo com as condicionantes de cada época.

O progresso, a inovação e a pressão demográfica são contraditórios com a conservação e a permanência, que agem como forças de resistência à modernidade. Assim, a cidade atravessa momentos contraditórios, em que se enfrentam as duas correntes, a conservadora e a inovadora, “higienista”, que pretende “arejar” a cidade,

abrir amplas avenidas e enormes praças. Pode, mesmo, afirmar-se que estes pólos opostos são duas linhas de força que a cidade tem, continuamente, a palpitar.

No século XIX há uma tendência para a cidade se abrir ao exterior. Criam-se novos espaços, não só para lazer, mas também económicos e industriais e abrem-se avenidas amplas e rectilíneas. Todos estes “melhoramentos” (segundo a linguagem da época), eram vivamente apoiados e discutidos pela imprensa local e pela população.

Assim, com as alterações introduzidas acentuou-se a transferência dos habitantes da “vila alta” para a “vila baixa”, reforçou-se e consolidou-se uma tendência histórica. No século XIX o Largo do Toural é o centro da cidade.

A “vila alta”, com menor densidade populacional, é mais vulnerável. Nos finais do século XIX, é já manifesta a tendência para que se venha a transformar num espaço do passado, símbolo da Fundação da Nacionalidade, uma espécie de amplo Museu. Assim, verificamos que a “vila alta” sofreu no século XIX um maior impacto do progresso, quer numa perspectiva de recuperar património, quer no sentido mais amplo de criar novos espaços. Aí se abriu o Largo do Carmo, tendo Martins Sarmiento (que restaurou a igreja de S. Miguel do Castelo e lutou pela conservação do Património Vimaranense e Nacional) aderido ao espírito progressista, que levou à demolição do casario desse largo. Considera-se Património, de acordo com o espírito da época, a peça em si, pelo seu valor estético e histórico, o “Monumento”, e não a cidade como um todo, como uma urbe, em que cada elemento contribui para lhe dar as suas características próprias.

As alterações no Largo do Carmo, registadas no século XIX (a partir dos anos 70) são o prenúncio de um corte definitivo entre as duas vilas, que se vai acentuar no século XX.

A “vila baixa”, pelo contrário, mantém-se quase inalterável ao longo do século XIX, devido, pensamos, a três factores:

- à forte densidade populacional (o que vai limitar bastante os “melhoramentos”, que suscitavam problemas sociais e de alojamento);
- ao maior custo das expropriações;
- à existência de casas de famílias com poder ou notáveis.

Alinhamentos e alterações propostos acabam por encontrar obstáculos poderosos. O Eng. Almeida Ribeiro refere, mesmo, casos de habitações nobres, que era

necessário cortar. Porém estas propostas foram sendo sistematicamente adiadas, embora periodicamente se registassem tentativas para as concretizar. Verifica-se um curioso processo repetitivo, em que determinadas alterações são propostas várias vezes e adiadas outras tantas.

No século XIX, observa-se, paralelamente, uma relação positiva com alguns monumentos, por exemplo o Castelo, enquanto que outros eram considerados incómodos como, por exemplo, a muralha.

As escolhas sobre o Património da cidade têm a ver com os interesses de determinados grupos. As torres foram sendo demolidas e as muralhas quase foram aniquiladas, uma vez que para a nova burguesia eram símbolos de opressão e fonte de matéria prima, rentável, tanto para particulares, como para o próprio município.

Por outro lado, ao longo do século regista-se em Guimarães, tal como noutras cidades do país, a corrida aos conventos, para instalar o aparelho de Estado, bem como instituições de interesse cultural ou social. Porém, a sua utilização tem, várias vezes, contornos confusos, devido à partilha do espaço por vários serviços com interesses e vocações diferentes.

Notámos ainda, que as ruas, que conduziam aos bairros operários, são pouco cuidadas e quase nunca referidas.

O Jardim Público do Toural, cercado por um belo gradeamento, e que se insere numa nova área urbana, em construção, simboliza a diferença de classes entre os habitantes, que o podem frequentar, e os outros, aos quais é vedado o acesso, por não usarem sapatos ou roupa adequada.

Aliás, a Primeira República, numa das suas primeiras decisões, vai retirar o gradeamento, mandando transformar e inovar o Largo. Vai, também, fazer alterações toponímicas, que foram bastante discutidas, mas que se tornaram meramente ideológicas, pois não chegou a haver uma obra que as cimentasse.

Os seus projectos foram vários e de grande interesse para a cidade: uns Paços de Concelho modernos; um Bairro Operário; o abastecimento de água; o Parque do Castelo; e outros. Todavia, devido às crises políticas e à falta de financiamento, não conseguiram realizar os seus planos.

O Estado Novo vai investir nas grandes alamedas. Mas, de tal modo que estas não formaram uma segunda “muralha” de prédios, como se fossem uma fronteira entre

o Centro Histórico medieval e os arrabaldes da industrialização. Há uma contenção e uma tentativa de respeitar o conjunto urbanístico herdado, embora algumas zonas fossem profundamente alteradas.

Deste modo constatámos, que o legado patrimonial foi, durante estes dois últimos séculos, objecto de cortes e mutilações, decorrentes do espírito da época.

Mas, no fundo, existiu sempre uma relação íntima entre a cidade e o seu património. Guimarães afirma a sua identidade histórica como Berço da Nação e essa ideia vai liderar a conservação da urbe e dos seus monumentos através dos diferentes regimes políticos. Tomemos um exemplo: os republicanos comemoram com dignidade o Centenário de D. Afonso Henriques, o rei fundador da nacionalidade, homenageando-o junto do Castelo e colocando a sua estátua num local apropriado e digno. Procuraram, também, adaptar a toponímia a esse acto, apesar dos seus ideais.

Verificámos que muitas das intervenções realizadas ao longo do tempo foram mais ou menos inspirados no Plano de Melhoramentos do Eng. Almeida Ribeiro e o que se não conseguiu realizar foi devido a problemas financeiros ou sociais. Confirmámos que nunca houve uma política global para o urbanismo e mesmo o Estado Novo vai limitar-se a pequenas intervenções, salvo na Colina “Sagrada” e na Alameda. O Estado Novo interveio mais directamente no restauro dos monumentos da Fundação e no Parque do Castelo, uma vez que estes eram parte integrante da sua política e propaganda.

De facto, não há verdadeiramente uma intervenção planeada do Estado. Há um processo de alterações de dimensão variável. A política urbana é decidida por agentes locais, que interferem, discutem na imprensa, criticam, dão opiniões e vigiam o que se faz na cidade. Curiosamente, a incidência das mudanças de regime nas alterações do património de Guimarães foi menor do que admitíamos, quando começámos a recolha dos dados. As decisões nascem da rede dos poderes locais, “moderados” por uma elite de intelectuais, que evitou os grandes excessos, e que desde o século XIX acompanhou, passo a passo, as alterações urbanísticas de Guimarães.

A história das alterações do legado patrimonial é o resultado dos interesses ideológicos ou económicos dos diversos agentes, registando-se negociações permanentes, que têm eco na Imprensa.

Verificámos, ainda, que há dois processos distintos em Guimarães. A consolidação progressiva de um local histórico por excelência, a “Acrópole da *Colina Sagrada*”, onde se ergue a tríade da Fundação, envolta num parque que lhe acentua a visibilidade. Por outro lado o Centro Histórico, onde se procurou ao longo do tempo, e seguindo um equilíbrio de forças, por vezes bastante difícil, inovar e conservar.

A Colina Sagrada constituiu-se lentamente, tornando os seus monumentos em peças de museu, numa vitrine, sublinhada pelo isolamento do Parque.

O Castelo era o símbolo da Fundação da Nação, e ao longo de décadas as autoridades locais lutaram primeiro pela sua posse e depois pelos meios necessários para o seu restauro; ao seu lado a Igreja de S. Miguel do Castelo, onde, segundo a tradição foi baptizado D. Afonso Henriques, e onde se conservava a pia sagrada, usada na cerimónia. Reconstruída no século XIX, por uma equipa chefiada por Martins Sarmiento, com os critérios científicos da época, foi, juntamente com o Castelo novamente restaurada durante o Estado Novo, segundo os princípios vigentes. Símbolos do Berço da Nação constituíram referências nas Festas do Centenário da Fundação de Portugal. Os Paços dos Duques de Bragança, de simbologia mais nebulosa, foram pela sua antiguidade e por terem sido morada e pertença da dinastia de Bragança, inseridos na trilogia.

Justifica-se, nestas considerações finais, esboçar a história da “construção” da Colina Sagrada.

Para realçar os três monumentos, propôs o Eng. Manuel de Almeida Ribeiro, em 1863, que se fizesse um Passeio Público junto deles, embora não advogasse as demolições posteriores. Seria apenas um arranjo para valorizar a paisagem e os monumentos, de maneira a criar-se um parque para usufruto dos habitantes da cidade. Porém, em finais do século, começa-se a pensar em libertar os “magníficos” monumentos das casas modestas e dos quintalórios que os rodeavam, ou cercavam.

Esta ideia torna-se mais forte com a República, que apesar de elaborar o projecto para o efeito, não o consegue concretizar, por falta de meios financeiros.

O projecto será, de facto, materializado pelo regime de Oliveira Salazar, na perspectiva de garantir a majestade dos monumentos, símbolos da Fundação de Portugal e da sua refundação no século XX (O Estado Novo). Neste quadro serão feitas demolições de casas e quintais, arrasadas ruas e vielas, operando-se assim uma profunda

mudança do ambiente do local. Os monumentos passam a erguer-se isolados, no meio de um espaço aberto. E, desaparecem quase todos os elementos da antiga “vila alta” medieval, ao redor do Castelo, por essa altura já quase totalmente despovoada¹.

Todavia, se não houve contestação sobre o Parque, já a recuperação de um dos elementos da trilogia monumental suscitou polémica. O Paço dos Duques e seu restauro, idealizado pelo Arquitecto Rogério de Azevedo, ignorando a escadaria central, de que foram encontrados vestígios, levou a que o historiador vimaranense Alfredo Pimenta protestasse energicamente, tendo-se trocado uma correspondência azeda entre os dois personagens, que depois seria publicada. Também, António de Azevedo escreve nas suas notas que foi um restauro pouco fiel ao monumento e aos vestígios encontrados². É que, nos anos 60 já estava próxima a Carta de Veneza e seria discutível a intervenção nos Paços dos Duques.

A cidade antiga habitada, o burgo, não tinha consciência do seu valor como monumento. Ao longo da Idade Contemporânea foi-se inovando e conservando de acordo com a política dos agentes locais. Envolta por fortes Muralhas, consideradas um obstáculo quase intransponível, e que era necessário de vencer (a partir de finais do século XVIII) rasgando ruas e avenidas, era uma zona densamente povoada com ruas estreitas e vielas que as novas ideias de progresso pretendiam alargar.

Na verdade, o Abade de Tagilde, em inícios de Outubro de 1905³, conseguiu aprovar as alterações propostas, todavia com a cláusula de não terem execução antes de estarem dotados com orçamento específico ordinário, ou suplementar⁴, o que o levou a solicitar um empréstimo. Contudo, as condições políticas e financeiras do fim da Monarquia já não permitiam um empreendimento tão arrojado.

Outras Câmaras posteriores também o tentaram fazer, mas pensamos que sempre se levantou o problema social: é que a “vila baixa” era densamente povoada e o índice de carência de habitações era muito grande. Chegavam a viver cinco e seis famílias numa casa⁵, e em caso de demolição onde se poderiam abrigar? As poucas demolições, que se concretizaram nesta zona já tinham provocado muitos desabrigados⁶.

¹ Ibidem MCFE- *Ob. cit.*, p. 11.

² *Para a história dos Paços dos Duques de Bragança, em Guimarães*. Outubro 1964. Fundo Pessoal de António de Azevedo. SMS.

³ Ibidem JLF - *VOC I*, p. 163Av; Ibidem CG, nº 2000 (1905 Set.19), p. 3.

⁴ Ibidem CG, nº 2009 (1905 Out.20), p. 2.

⁵ Ibidem CG, nº35 (1884 Out.6), p.1.

⁶ Ibidem CG, nº4110 (1927 Out.18), p.1.

Não era um problema fácil de resolver, pois com as demolições na zona alta e noutros pontos da cidade muitas pessoas passaram a viver precariamente e não havia bairros operários, que os acolhessem⁷. Talvez este factor tivesse pesado bastante na incapacidade para concretizar os “melhoramentos” previstos.

As maiores intervenções registaram-se sempre ao nível dos largos, muito especialmente no Toural (onde existiu o Passeio Público de Guimarães), e no Largo República do Brasil. As ruas geralmente apenas eram calcetadas e, após a abertura das novas avenidas de expansão da cidade no século XIX (Rua de Gil Vicente, Rua Paio Galvão, Avenidas para a Estação), não foi necessário tocar-lhes muito.

Os grandes esventramentos foram a reconstrução controlada do Largo do Carmo, em finais do século XIX, e no início do século XX, já em plena República, o arranjo do Largo de S. Paio. Mais tarde, em meados do século XX, será a “construção” da Alameda, em pleno Estado Novo, embora controlada pelo Antepiano de Urbanização da cidade, da autoria do Arquitecto Moreira da Silva.

A ideia de conservar e proteger o Centro Histórico, foi uma ideia que se consolidou no Estado Novo. O desenvolvimento urbanístico já se estendia para fora do núcleo antigo, construindo-se uma cidade nova, diminuindo, assim, a pressão demográfica.

As alterações no património continuaram, como, por exemplo, a desmontagem da Muralha na Avenida Duarte Pacheco, em pleno Estado Novo, embora devidamente autorizada, num processo de algum modo controlado.

O Estado Novo vai, ainda, construir uma zona de expansão da cidade, na zona nascente da cidade, concretizando um projecto da Câmara, do republicano Mariano Felgueiras, mas já esboçado pelo Eng. Almeida Ribeiro em 1863.

Concluimos estas considerações com um assunto que foi polémico e continua a ser actual.

As três zonas da cidade, Colina da Fundação, Centro Histórico e Zona de Expansão das Avenidas Novas seriam articuladas por uma Praça Central, chamada Praça do Município, plano da autoria de Luís de Pina, e onde se localizariam os novos Paços do Concelho, em estilo neo-gótico, projecto do arquitecto Marques da Silva. Seria

⁷ Ibidem CG, (1919 Out.24); Ibidem CG nº3481 (1921 Mar.25), p.1;Ibidem CG (1923 Jun.12); Ibidem CG (1926 Nov.23); Ibidem CG (1927 Set.20); Ibidem CG (1927 Out.18).

este o ponto ordenador, a zona de ligação e de transição, que iria unir as três zonas da cidade.

O projecto foi contestado logo desde o início. Aberto concurso para o edifício, que se iria localizar na antiga Praça de S. Tiago, logo se reclamou contra as demolições que provocaria, a fim de se regularizar a Praça, de modo a ficar apta a recebê-lo. O concurso, realizado a nível nacional, foi ganho pelo Arquitecto Marques da Silva. Contudo, foi contestado publicamente, por um dos concorrentes. Quando se decidiu instalar o edifício projectado por Marques da Silva na nova Praça do Município (cuja construção levou à desmontagem de uma parte das muralhas, o que foi violentamente criticado), e se começou os Paços do Concelho, deu-se a Revolta do 28 de Maio. Neste novo contexto a obra parou.

Levantaram-se polémicas e incendiaram-se os ânimos entre os defensores da continuação da construção dos Paços do Concelho e os que o não queriam. Dizia-se que era pequeno para as necessidades, que era caro, que ficava mal tendo as ruínas dos Paços dos Duques de Bragança por fundo. Contestatários e defensores atacam-se ferozmente nos jornais, criando uma ampla rede de intrigas.

Mariano Felgueiras continuou, até ao fim, a defender a continuação dos Paços do Concelho. Porém, em 1942, pede-se ao Arquitecto Marques da Silva um outro projecto, que deveria ser instalado na Avenida Duarte Pacheco e que não passou do papel. Entretanto, os Paços do Concelho iniciados em 1925 lá continuavam por acabar, sendo perfeitamente visíveis na fotografia aérea.

Por volta de 1950 António de Azevedo, membro da Comissão de Estética Municipal, dá um parecer que será decisivo para a polémica sobre a continuação ou abandono do Projecto dos Paços do Concelho⁸.

Após isso o edifício já parcialmente levantado foi inteiramente demolido para, no seu local, se erguer a estátua de Mumadona, de Álvaro Breé, oferecida pelo Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, a Guimarães.

Segundo uma análise posterior de Mariano Felgueiras tudo isto não passou de uma intriga política, que decidiu acabar com o edifício dos Paços do Concelho de Guimarães. O Estado Novo e os seus apoiantes conseguiram fazer valer a sua vontade, edificando-se no Largo de Mumadona o Tribunal.

⁸ *Parecer de António de Azevedo*. [ca 1960]. Fundo Pessoal de António de Azevedo. SMS.

Aprofundou-se, deste modo, a descontinuidade entre os monumentos da Fundação e o Centro Histórico, que outrora se prolongava até ao Castelo.

A necessidade de resolver este problema é actualmente muito sentida.

Contudo, apesar das polémicas, da duvidosa autenticidade dos restauros, das alterações que afectaram o património, a cidade de Guimarães evoluiu de uma maneira muito própria, acompanhando o seu tempo, lentamente, sem grandes perturbações, ou violências excessivas, conseguindo manter uma fidelidade extraordinária com as suas raízes medievais.

A aprovação da sua candidatura a Património Mundial irá suscitar uma nova dinâmica na conservação do Património e na política urbana.

Entretanto, procurámos, neste trabalho, talvez demasiado pormenorizado, sucessivos retratos das grandes e pequenas mudanças, que alteraram a fisionomia antiga de Guimarães.

ANEXOS

I. Cronologia

- 1765 Demolição da porta do arco, armoriada, da “Porta da Vila”.
- 1778.02.18 Provisão de D. Maria II concedendo autorização ao Cabido para demolir a Torre da Senhora da Guia.
- 1782.03.18 Provisão régia concedendo à Irmandade de S. Pedro autorização para ampliar e fazer a sua igreja.
- 1787.01.22 O Cabido da Colegiada, em sessão plenária, delibera demolir a Torre de Nossa Senhora da Guia
- 1787.06.06 A Câmara defere o requerimento da Irmandade de Nossa Senhora da Guia, em que esta solicitava, que lhe fosse cedido terreno para edificação de uma nova capela.
- 1787.09.13 Licença do Senado concedendo terreno e autorizando a mudança da Capela de Nossa Senhora da Guia
- 1788.05.19 Provisão confirmando a doação de terreno feita pela Câmara para construção da nova capela de Nossa Senhora da Guia
- 1791 A Câmara afora a parte nascente do Toural para edificação de prédios.
- 1792.10.23 A Câmara requer ao rei, com aprovação da nobreza e povo, para que lhe seja concedido o plano e risco de todos os edifícios que se fizessem na vila.
- 1793.01 Provisão régia ordenando ao Juiz de Fora, que este se encarregue de inspeccionar as obras públicas que se façam, segundo a planta e risco que lhe for dado.
- 1793.07.19 Provisão Régia que declara nulos os aforamentos, que o Juiz de Fora fizera dos terrenos do Toural, e autorizando os moradores da Rua da Arrochela, a que pudessem a aumentar as suas casas para o rossio do Toural. A partir desta data todas as moradias deveriam obedecer à planta remetida de Lisboa.
- 1796.07.07 Em execução da Provisão de 25 de Janeiro de 1793, mandou-se que em oito dias, sob pena de 6\$000 réis, fossem tirados todos os rótulos e crivos das janelas de sacadas e ficassem apenas os peitoris, pois faziam as habitações escuras e não deixavam entrar o ar puro.
- 1800.12.06 Provisão Régia autorizando o Juiz de Fora e a Câmara em conjunto, a fazerem a demolição das Torres dos Muros da vila, para concertos de estradas e aquedutos, conforme ele representara ao rei em 26 de Novembro.
- 1801.01.07 Aviso Régio concedendo licença para demolir os Muros e Torres da vila.
- 1801.09.18 Arremata-se a mudança do Passo da Paixão de Cristo, que está à Porta da Vila, para o Terreiro da Misericórdia.
- 1802.10.12 O D. Prior e Cabido, por escritura, permitem à Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, que coloque no adro da Igreja de S. Sebastião o Passo da Paixão, que estava no Toural, junto à Porta da Vila, a fim de se ultimarem os novos edifícios.
- 1804.02.29 A Câmara oficia ao Cabido para que este apresente os documentos da concessão, que possui, de alguma das Torres da vila, para a reconstrução da sua nova igreja, pois a Câmara pretendia continuar as obras públicas, demolindo os Muros e Torres, como lhe foi concedido pelo Aviso Régio de 6 de Dezembro de 1800.
- 1805.03.01 Provisão autorizando Manuel da Costa a construir novas casas na Muralha da Rua de Santo António e aformosear outras.

- 1805.07.10 Posta a lanços a ponte do Rio da Madrôa, sendo adjudicada a João Manuel e Custódio José. Também se arrematou a mudança da fonte da Madrôa, para a colocar junto da estrada pública.
- 1806.10.25 Posta a lanços a calçada da ponte da Madrôa inclinando para a rua das Molianas.
- 1807 O Paço dos Duques passa a ser quartel
- 1807 *“Atendendo a várias desordens que continuamente se estão observando se determinou se dividisse a vila em bairros e cada um tivesse um juiz para este com os seus homens rondassem nos referidos bairros a saber: 1º Bairro - Rua do Cano de Baixo e de Cima até a Cruz de Argola, Santo António a Santa Cruz, juiz nomeado Luís António da Silva mesteiral da Rua do Cano. 2º Bairro - Campo da Feira, Trigais, Hortas, Ramada, Rua das Pretas, Soalhães, Carvalhas, Rua de S. Dâmaso e Trás do Muro, juiz nomeado Manuel José Leite seleiro da Rua de S. Dâmaso; 3º bairro - Campo de S. Francisco, Rua de Couros, S. Sebastião, Caldeiroa a Relho, juiz nomeado Torcato Mendes de Oliveira da Rua de Couros; 4º Bairro - Rua Nova das Oliveiras, Molianas, Rua Travessa, Rua de Gatos até aos Pombais, S. Domingos, Toural e Trás do Mosteiro, juiz nomeado José António Baía, padeiro, na rua de Gatos; 5º Bairro - Rua da Fonte Nova, Santa Luzia até à Ponte, Picoto, Palheiros, juiz nomeado Lucas da Costa, a Santa Luzia; 6º Bairro - Rua Nova, Açougues, S. Paio, Tulha, Alcobaça, Rua dos Mercadores, R Donães, Eirado, Rua Sapateira, Rua Escura, Praça da Oliveira e Rua do Postigo, juiz nomeado Francisco Joaquim Asinheiro, sapateiro da Rua Nova; 7º Bairro: Misericórdia, Rua de Santa Maria, Espírito Santo, Rua de S. Tiago, Rua dos Fornos, Val de Donas, Rua do Gado, Carmo até Santa Margarida de uma e outra rua, juiz nomeado João Pinto ourives da Rua do Gado; 8º Bairro - Madroa, Arquinho, Cruz da Pedra, Sabacho, Trás Gaia, juiz nomeado José da Costa Varela oleiro”.*
- 1807.01.31 Adopta-se o sistema de numerar as casas e indicar nas esquinas os nomes das ruas.
- 1808.01.01 Instalação do Asilo de Inválidos, no largo de S. Paio, administrado pela Misericórdia.
- 1808.06.04 A Câmara empra a João de Sousa Aguiar, negociante de pano de linho, morador na Rua das Flores ou Terreiro da Misericórdia, na fronteira das suas casas da Rua da Fonte Nova, um acréscimo de terra do concelho, [...] e nas traseiras destas casas uma viela do concelho entre elas e o muro de vila tem 4 varas e uma terça, e de largo 6 palmos.
- 1812.09.23 Põe-se a lanços a pedra de perpianho da Torre da Alfândega, que se estava a demolir, por ser muito mole e não servir para obras.
- 1813.09.25 A Câmara delibera que se consertem e reparem as calçadas da vila, que estavam inteiramente arruinadas, pondo-se a lanços os mesmos reparos. Como não havia dinheiro, decidiu-se que se vendessem 50 carros de pedra da Torre da Alfândega, que se andava a demolir.
- 1814.05.07 Em vereação foi apresentado um ofício do Provedor da Comarca, Francisco Barroso Pereira, solicitando à Câmara que, em cumprimento da ordem que tinha recebido do Rei, mandasse separar 250 a 300 carros da pedra da Torre Velha, que se andava a demolir, da melhor qualidade, para ser conduzida às Caldas de Vizela e aí empregada em obras e benefício da saúde pública.
- 1814.12.13 O Hospital Militar, instalado no convento de S. Francisco e administrado pela Misericórdia, começa a funcionar.
- 1815.07.26 A Câmara delibera mandar construir de novo o tanque da Madrôa, que estava arruinado, de acordo com o risco feito.
- 1815.10.04 Posta a lanços a construção da calçada da Rua de Gatos.
- 1815.10.04 Posta a lanços a construção da Rua de Santa Luzia.

- 1815.10.04 Posto a lanços a feitura da calçada da parte do Campo da Feira, guardas e assentos. Foi entregue a Luiz José Fernandes.
- 1815.10.14 Acórdão: *“Que por haver grande necessidade de consertar-se as calçadas públicas desta vila e se não poder fazer este conserto com a pedra das muralhas e torres demolidas, determinaram que o mesmo conserto fosse feito com pedra dura e nova e que o produto da pedra das mesmas muralhas vendidas fosse aplicado para o dito conserto e pedia e que o mesmo produto entrasse como em depósito no poder de João de Sousa Aguiar, sobre o qual se irão passando mandados de entrega do mesmo produto aos rematantes e dos concertos das mesmas que se andam consertando.*
- 1815.11.28 Posto a lanços a reparação da calçada da Rua da Praça de S. Tiago, desde a Rua da Cadeia até à porta da Roda.
- 1816.01.27 Posto a lanços e pregão a reparação da calçada da Rua do Postigo, desde o tanque do Campo da Feira até ao fim da mesma rua.
- 1816.01.27 Posto a lanços e pregão a reparação da calçada da Praça da Oliveira até à Rua de Santa Maria.
- 1816.05.29 Comparece o clero, nobreza e povo, convocado por bando público e foi-lhe apresentado o requerimento de Domingos José Alves de Abreu, que pretende aforar ao concelho a viela que dá trânsito para a Rua de trás dos Oleiros. Concordaram com o requerimento, que era justíssimo não só porque veda um escolho próprio de malfatores donde podem fazer a consentimento ora para a rua ora para a praça, mas porque se evita a imundice de que ela sempre está coberta, e mesmo um couto de desonestidades, e finalmente porque nenhum prejuízo se dá em razão de ficarem muito próximas a entrada das Lages de S. Sebastião, na rua, e nenhum se segue à casa imediata de Maria Joana Gomes e marido Manuel José Salgado, porque tem portais e janelas tanto para o lado da Rua mencionada como podem tirar luz e dar saída, e assinarem ao diante. Neste acto compareceu o Dr. João Evangelista de Morais Sarmiento, médico assistente nesta vila, e disse que a referida viela deve ser abolida não só pelas razões mencionadas de a formosura, asseio e limpeza e impedimento de delitos, mas sobretudo por ser costume arrojarem ali cadáveres de animais de onde resulta imenso prejuízo à saúde pública. Assinou-se João Evangelista Morais Sarmiento, médico nesta vila, e ainda mais 75 pessoas. Pelos misteres procuradores foi dito que sobre a resposta dada pelo clero, nobreza e povo se devia mais levar a real presença o grande prejuízo que o público padece na existência da viela por ser um lugar em que fazem despejos dos barreiros da casa de Maria Joana que existem ali estagnam e causam mau cheiro, e assinaram... Neste mesmo acto compareceu Manuel José Salgado que protestou contra os votos dados, devido a ser prejudicial não só para a luz da sua casa e despejos, mas na saída da porta principal.
- 1816.06.22 Posta a lanços a nova calçada que vai para o Convento das Capuchas.
- 1816.10.02 Domingos José Alves de Abreu, negociante, obtém Provisão Régia para que a Câmara lhe aforesse por 800 réis o terreno que ocupava na viela. Tinha requerido que ao poente das suas casas nas Lages do Toural existia uma viela estreita e imunda, e que pela sua ingremidade e péssimo estado quase não tinha trânsito e era prejudicial para o público, devido a cheiros e que servia de emboscada de malfatores. Propunha-se reedificar a sua propriedade a qual pretendia aumentá-la com terreno da viela, que era preciso aforar à Câmara. Pedia para isso Provisão. Sendo mandado ouvir a Câmara, nobreza e povo, a impugnação que lhe fez Manuel José Salgado e a informação do provedor, constatou-se que era de utilidade pública a extinção da viela ou Rua estreita que atravessa das Lages do Toural para a Rua de Trás os Oleiros, e que tinha de comprimento 71 palmos e de largo na cabeça do Norte vara e terça e na do sul 2,5 varas.

- 1816.11.09 Domingos José Alves de Abreu, negociante, morador na Rua de Trás os Oleiros, “*Que ao lado do poente duma propriedade de casas que possui na Praça do Toural e sítio das Lages, existia uma viela estreita e imunda, pela qual em razão de sua ingremidade e péssimo estado, quasi nenhum trânsito se tinha, e vindo a mesma a ser noctiva ao público porque dela provinham maus cheiros, e porque serve de emboscada a malfeitores, e porque ele se propunha a reedificar a dita sua propriedade, a qual pretendia aumentar com terrenos da mesma viela, ele tinha alcançado uma provisão régia datada de 2-10-1816, a qual manda que a Câmara lha empraze. A dita viela ou rua estreita que atravessa as lages do Toural para a Rua de Trás os Oleiros, tem de comprimento 71 palmos e de largo na cabeça do norte vara e terça, e na cabeça do Sul duas e meia varas. Foi-lhe emprazada a 9-11-1816. Foro 800 réis.*”
- 1817.07.09 “*Acordaram que visto ter-se feito de pedra, a calçada da Rua de Arrochela, podendo transitar-se, não acontece assim porque os moradores da mesma rua lançam a ela as águas dos barreiros das suas casas podendo assim encanál-las e conduzi-las aos aquedutos que ficarem na dita Rua para esse fim determinaram que eu escrevão notifique aos mesmos moradores para que no termo de um mês mudem as águas por aquedutos aos ditos canos da Rua sob pena de serem condenados cada um na quantia de 6 mil réis e se mandar fazer a obra à sua custa*”.
- 1817.09.27 Em sessão da Câmara, foi proposta a suplica que José de Castro Sampaio fez ao Rei, pretendendo de aforamento o terreno de uma viela que existia no meio das suas propriedades do Esterpão e Sabacho com o fim de tapá-la e ficarem unidas, e, sendo ouvida a nobreza e o povo, unicamente votaram “*convindo no aforamento e em que se extinga a mesma viela, não só por ser muito estreita, que apenas dá servidão a pé e carro as duas estradas de Sabacho e Cruz de Pedra e é por isso pretensão do recorrente não cause prejuízo algum, antes interesse ao público*”. 77 assinaturas.
- 1817.11.29 Posta a lanços a reparação da Rua das Molianas até à Cruz de Pedra.
- 1818.07 Bartholo Fontão, arremata a construção do Tanque da Misericórdia.
- 1818.06.23 Delibera-se a reparação da calçada da rua de Trás do Muro, uma parte da calçada da Rua de Entre os Regatos e outra parte da Rua Travessa
- 1818.06.26 Provisão autorizando a Câmara a aforar por 100 réis anuais a José de Couto Sampaio a Vuela que passava por entre duas propriedades suas: o Esterpão e a Madroa ou Castanheiro, na saída da vila e limites da freguesia de S. Miguel de Creixomil. A viela era estreita e imunda e ia da Madroa para o Sabacho. Era “*danosa ao público por servir somente de emboscadas a malfeitores e dali se cometeram outros erros sendo a mesma dispensável por haverem estradas próximas com toda a capacidade*”: A viela destinava-se a juntar às ditas propriedades, “*com o que aumentava a agricultura e acabava com aquele passamento prejudicial ao socego e segurança pública*”
- 1818.07.18 A Câmara resolve mandar construir o tanque do Terreiro de Nossa Senhora da Misericórdia.
- 1818.07.24 Empraza-se a José de Castro Sampaio, sr. das Propriedades do Esterpão e Madroa ou Castanheiro, uma viela que passava junto a elas: “*era estreita e imunda, que ia da Madroa para o Sabacho e era danosa do público por servir somente de emboscadas a malfeitores, e de ali se cometeram outros erros sendo a mesma dispensável por haverem estradas próximas. Foro 100 réis, laudémio a 4 réis. Não tem medição nem confrontações*”.

- 1818.09.26 “Mandaram que o procurador do concelho mandasse a jornal abrir as pias de pedra para o encanamento da água do novo tanque da Misericórdia, fazer os canudos de chumbo e soldá-los, abrir o aqueduto da Rua dos Mercadores para assentar os chumbos arrancar pedra no Castelo para a dita obra, por portas na água da serra e pintá-las dado de tudo custo para se pagar”
- 1818.10.03 Posto a lanços o concerto da rua de Gatos.
- 1818.10.03 Posto a lanços o conserto da rua dos Quatro Olhos.
- 1819.01.08 “Acabaram-se as obras dos Paços/Quartéis dos soldados desta vila”.
- 1819.03.10 Provisão, em Lisboa, porque tendo Domingos José Alves de Abreu representado que ele era senhor e possuidor de duas propriedades de casas, umas com frente para a rua de Trás os Oleiros em que vivia, e outras que estavam da outra parte da mesma rua para a qual faziam a traseira, e tinha a frente para o Campo do Toural, e ele pretendia fazê-las “comunicáveis por um passadiço ou arco coberto sobre a dita rua em altura suficiente que ficasse livre o uso público, e não resultando disformidade alguma ao prospecto” da Vila. Tendo concedido “possa construir o passadiço ou balcão de que se trata sobre a rua chamada de Trás dos Oleiros, que comunique as suas propriedades de casas que possui na referida vila de Guimarães, ficando sempre salvo ao concelho o direito de o fazer derribar sobrevindo causa nos termos da Ordenação Livro 1º, título 68 e parágrafo 32. Foi registada a 28 de Fevereiro de 1821.
- 1819.04.01 Quinta-feira. À meia noite, Domingos Alves de Abreu, principia a obra do passadiço nas suas casas da Rua de Trás os Oleiros, havendo “grandes desordens até que lhe chegaram a dar um tiro, e o insultaram asperamente”.
- 1819.06.11 Andam-se a fazer obras no quartel dos Paços dos Duques de Bragança.
- 1822.09.20 Foi resolvido mudar a casa da roda para a viela dos Açoutados e parte da casa que ocupa o guarda da Câmara.
- 1822.10.27 Mandaram-se fazer as varas da Câmara.
- 1824.03.01 O Cónego Magistral Manuel Machado Carmona Gusmão da Cunha procurador geral do Cabido, contrata a construção do novo polígono para a oliveira.
- 1825.09.24 Delibera-se pôr a lanços a reparação da calçada da Rua da Infesta.
- 1825.10.08 Posta a lanços a reparação Rua da Infesta e uns travessos da Rua de Santa Cruz.
- 1838.01.31 Os passeios do Largo do Toural principiam a ser revestidos de mosaico.
- 1829.08.14 O Conde de Basto, Ministro do Reino, oficia ao Juiz de Fora, que, tendo Custódio José Sampaio Guimarães requerido que pretendia “a pedra da torre que se acha colocada no meio do castelo”, que Sua Majestade D. Miguel ordenava “[...] se conserve este Castelo no mesmo estado em que se acha sem a mais mínima alteração nas suas obras interiores e exteriores, o que já em geral está ordenado pelo snr. Rei D. João 5º no Alvará de 20 de Agosto de 1721, e pelo snr. Rei D. João 6º, de saudosa memória, no alvará de 4 de Fevereiro de 1802”
- 1830.02.06 Posse em arrematação da obra de pedraria e conserto da Rua de Trás os Oleiros que pelo seu comprimento e largura são 6:600 palmos ou 6,6 braças.
- 1830.07.14 Principia o restauro da Igreja da Colegiada.
- 1831.08.06 Delibera-se pôr a lanços o conserto do tanque dos Passarinhos por estar em mau estado.
- 1831.08.31 Pôs-se a lanços a obra do tanque da fonte dos Passarinhos, no Terreiro de S. Francisco, e foi entregue a Custodio Moreira da Rua de S. Domingos, mestre pedreiro
- 1831.10.08 Ofício do desembargador pedindo para mandar fazer uma casa de madeira da parte de fora do castelo, para abrigo da guarda.
- 1831.12.17 Delibera-se que se ponha a lanços a reparação da Rua do Cano de Cima.

- 1832.01.14 Foi posto a lanços “*o conserto dos telhados dos quartéis dos Paços em razão de se acharem em estado de ruína e de se não poderem aquartelar e dormir as tropas*”
- 1832.07.07 Manda-se tapar a Viela de Arrochela, com portas seguras nas duas extremidades, para se evitar os despejos que nela se faziam, e obrigando-se os moradores a usar o cano dos despejos que ali passa.
- 1832.06.12 Suspendem-se as obras da reforma da Igreja da Colegiada.
- 1832.10.17 Delibera-se consertar as ruas por onde iria passar D. Miguel, que aqui viria brevemente.
- 1834 Reabrem as obras de reforma da igreja da colegiada.
- 1834.04.17 Nomeados depositários, inventariantes e guardas dos Conventos abandonados.
- 1834.05.30 Os frades da Costa, S. Francisco, S. Domingos e Capuchos são intimados a deixar os seus conventos, entregando as chaves das igrejas e sacristias aos párocos das suas freguesias e as casas e oficinas ao corregedor da comarca.
- 1834.06.12 “*Atendendo a que no quintal do castelo desta vila existe um poço raso, com risco de algum desastre publico, ordenaram que se pusesse em arrematação a pedra do mesmo, com obrigação de se tapar pelo melhor modo que possa ser*”.
- 1834.07.09 Saem dos Conventos de Guimarães e largam os hábitos todos os frades, intimados pelo Corregedor da Comarca.
- 1834.09.22 Decide-se felicitar a rainha e pedir a criação de uma Biblioteca Pública no Convento de S. Domingos, com os livros dos Conventos da Comarca.
- 1834.09.26 Portaria em resposta à representação da Câmara de 22 deste mês corrente declara que ela deve dirigir-se ao Prefeito da Província sobre o objecto dela: o estabelecimento em Guimarães duma Biblioteca Pública composta dos livros dos mosteiros e conventos extintos da comarca.
- 1834.10.01 Nomeada uma comissão para estudo das cadeias e seu melhoramento
- 1834.10.02 O vereador Manuel António Moreira de Sá propõe que em lugar de exéquias a D. Pedro IV, se levante um monumento no Toural.
- 1835 Principiam com os júris de pronúncia na Casa das Audiências no Convento de S. Francisco, sendo pronunciados alguns réus.
- 1835.02.28 A Igreja de S. Francisco, sacristia e claustro, são cedidos à Ordem Terceira, que deles toma posse a 6 de Agosto.
- 1835.04.08 É concedida à paróquia de S. Sebastião, para sua sede, a igreja do extinto Convento de S. Francisco. Esta concessão foi revogada em 22-6-1895.
- 1835.07.21 Grande incêndio no Terreiro da Misericórdia.
- 1835.07.22 Deliberou-se que todos os vendeiros moradores na vila seriam obrigados a ter um caneco sempre cheio de água, para acudir a qualquer incêndio que possa haver.
- 1835.08.06 A Venerável Ordem Terceira de S. Francisco toma posse da igreja, sacristia claustro e hospício da Terra Santa, dos frades, que lhe tinham sido dados por Carta de Lei de 28 de Fevereiro.
- 1835.09.28 O Governador Civil envia um ofício à rainha pedindo o dormitório novo do Convento de S. Francisco, para servir de Casa de Audiência.
- 1836.01.31 Sessão da Sociedade Patriótica Vimaranesa. Esta “*pediu que se exigisse também a demolição do castello para o dito fim, e até por ser uma cadeia barbara que serviu no tempo da usurpação*”. Assim, José Manuel da Costa, botequineiro, lembrando que o castelo fora “*hua prisão barbara*” (por nos tempos do rei D. Miguel, ter sido prisão política) propôs, como sócio da “Sociedade Patriótica Vimaranesa” que o Castelo fosse arrasado e a pedra aplicada no conserto das ruas.
- 1836.03.23 Delibera-se, que em cumprimento da portaria do Governo Civil de 25 de Fevereiro de 1836, se procedesse à vistoria para orçamento, do valor da cerca do extinto Convento dos Capuchos, pedida para Cemitério Público.

- 1837.02.13 Voltam a continuar as obras da Colegiada que estavam paradas há perto de 2 anos.
- 1838.03.16 Deliberou-se que se pedisse ao governo toda a cerca dos Capuchos por ser fora da vila e em boa posição e reunir as circunstâncias precisas para se enterrar todos os finados na mesma.
- 1838.05.21 Arrematou-se o concerto da Ponte de Santa Luzia
- 1839.01.16 José Teixeira de Mesquita, coronel de Infantaria 18 estacionado nesta vila, pede o restauro Convento de S. Domingos, onde pretende estabelecer o Hospital Militar.
- 1839.02.01 Os oficiais de Infantaria 18, aquartelados no Convento dos Capuchos, mudam-se para o de S. Domingos, que a Câmara mandou reparar com esse objectivo, estabelecendo-se lá o Hospital Militar.
- 1839.11.25 Em sessão extraordinária decide-se que *“se oficiasse à entidade aonde conviesse renovando o pedido feito pela Câmara transacta da cerca dos extintos Capuchos para ali se construir o cemitério público desta vila”*.
- 1839.11.30 A Câmara representa à Rainha pedindo a conservação do Castelo e Paços dos Duques.
- 1840.02.06 Tomando-se em consideração a administração e destinos que deviam dar-se aos muros da vila, de que se havia feito mercê à Câmara como consta o aviso em data de 6 de Dezembro de 1800, resolveu-se mandar notificar quem tivesse aproveitado de alguma porção dos muros da vila, ou os estivesse ocupando, para que, no prazo de 10 dias apresentasse o título que tivesse, e do pagamento feito.
- 1840.02.22 Decide-se officiar ao Cabido para apresentar o título porque se diz senhor das torres da vila.
- 1840.03.04 O cabido começou a fazer o coro na capela mor, por estar já quasi concluída a obra da Igreja.
- 1840.04.11 Decide-se officiar ao arcipreste para fazer remover as imagens da Torre de S. Bento para esta ser demolida.
- 1840.04.24 Sessão extraordinária - *“Attendendo a que a Torre de S. Bento se acha construída e collocada de forma que impede o transito publico, dando das ruas de Santa Luzia, Fonte Nova, Santo António, uma passagem tortuosa e escura para a rua de S. Bento contendo assim um logar que serve para occasionar roubos, espancamentos, ou torpezas contra a moral pública, de que a Câmara tem tido repetidas queixas, e que há urgente necessidade de pedra para as calçadas e mais obras do concelho e achando-se a Câmara autorizada para fazer demolir as Torres da vila em beneficio das obras públicas, acordou que em cumprimento das ordens superiores, se proceda immediatamente à demolição da sobredita Torre, empregando-se a sua pedra nas obras de publica utilidade”*.
- 1840.04.24 Resolve-se demolir a Torre de S. Bento *“não só por estorvar o transito público, como também por servir de lugar que ocasionava roubos e espancamentos e torpesas contra a moral”*.
- 1840.05.11 Princípiã a demolição da antiga torre da Senhora da Graça, vulgo, “Torre de S. Bento” nas muralhas da vila. Depois dos pedreiros terem deitado abaixo algumas pedras, esta obra foi embargada pelo Cabido, representado pelo cônego Pinheiro”.
- 1840.05.26 Abertura solene do Hospital da Venerável Ordem Terceira de S. Domingos, para tratamento de alguns irmãos pobres
- 1840.08.08 Decide-se continuar a concertar as ruas da vila pelos calcetas e pedreiros e meter mais obreiros com eles para se concluir a composição da rua de Santa Luzia, até à esquina da casa de José Martins da Costa, e na Fonte Nova.

- 1840.08.19 Resolve-se pagar ao pedreiro Pedro José de Oliveira, desta vila, por obras que fez na rua das Molianas.
- 1840.09.05 A Câmara representa à Rainha pedindo a resolução se os muros da vila que restavam deviam ser perpetuamente conservados unicamente para encosto dos moradores, ou se a municipalidade podia deles dispor em benefício público.
- 1840.12.19 Decide-se pagar ao fiscal os concertos feitos na Rua de Santa Cruz, Rua Nova das Oliveiras, Rua das Lages e Calçada da Cruz da Pedra à entrada da Estrada Nova
- 1841.01.05 A Câmara representa às cortes pedindo o Convento e Quintal de S. Domingos, para construir o Paço Municipal e mais oficinas precisas à municipalidade.
- 1841.02.04 O deputado F. J. Maia manda para a mesa da Câmara dos Deputados uma representação da Câmara de Guimarães, pedindo o Convento e “Quintal” de S. Domingos, para nele se construir os Paços do Concelho e mais oficinas necessárias à municipalidade.
- 1841.07.08 Bernardo Leite Peixoto, sirgheiro às Lajes do Toural, arremata por três anos a principiar em 9 de Novembro deste ano, a Cerca do Convento de S. Domingos, podendo usar para a lavoura a loja do Convento próxima à porta de carro e as mais até á livraria, excepto o celeiro.
- 1841.10.25 Portaria, devido à representação da Câmara, declarando que a cadeia da correição seja considerada a do concelho em substituição da antiga do castelo.
- 1841.10.27 Lei concedendo autorização ao governo para doar à Câmara de Guimarães o Convento de S. Domingos e parte da Cerca dele, para aí se estabelecerem os Paços do Concelho e outras repartições municipais.
- 1842.04.25 Decreto concedendo à Câmara o Convento de S. Domingos.
- 1842.06.02 Resolve-se em vistoria alargar o caminho das Hortas, que saía de Nossa Senhora da Guia.
- 1842.08.15 O Provedor da Misericórdia participa à Mesa a compra do Convento e outras propriedades dos Capuchos, e propôs-lhe a necessidade de nomear uma comissão constituída pelas seguintes pessoas: Domingos José Alves de Abreu, João de Matos Peixoto, Custódio José Ribeiro e João de Castro Sampaio, para que se levasse a efeito a mudança do hospital, aquisição das pertenças do convento, que estavam extraviadas, e todos as mais necessidades, e propôs o dito provedor José Joaquim Vieira, se mandasse vir um riscador do Porto para fazer o risco do novo hospital e examinar o terreno. A mesa, aprovou.
- 1842.09.10 A Mesa e Definitório da Ordem Terceira de S. Domingos determinam que se inicie a sacristia da capela, como fora deliberado em 17 de Março deste ano, e também a Casa do Despacho.
- 1842.12.28 A Câmara oficia a todas as Juntas de Paróquia deste concelho, para que se subscrevessem para o monumento a D. Pedro IV que estava projectado levantar-se-lhe no Toural. Não deram qualquer donativo.
- 1843.02.21 Cai um raio na torre da Colegiada.
- 1843.03.02 Delibera-se que se pedisse às cortes confirmação da mercê do extinto convento e quintal de S. Domingos; e que ao mesmo tempo se pedisse nova mercê, para se poder vender e alienar, a fim de com o seu produto se fazer uma Cadeia e Casa do Tribunal de que muito carecia o concelho.
- 1843.06.11 Arremata-se uma parte do edifício velho do Hospital desta vila, ficando com ela os moradores do passeio do Toural.
- 1843.06.30 Delibera-se pagar ao vereador das Obras Públicas 1\$200 réis, por desmontar as pedras que ameaçavam ruína na muralha do castelo.
- 1843.07.08 Bernardo Leite Peixoto, sirgheiro às Lajes, arrematou por 3 anos a cerca do convento de S. Domingos por 81\$000 cada ano.
- 1843.08.09 Decide-se mudar o cartório e secretaria da Administração, que estava no Convento de S. Francisco, para o de S. Domingos.

- 1843.09.23 É mudada do Convento de S. Francisco para o de S. Domingos, a secretaria da Administração do Concelho de Guimarães.
- 1844.11.30 Arrematou-se por um ano a iluminação pública; foi arrematante João Luís Pipa 63 reis por lampião cada noite inteira, com início em 1 de Janeiro de 1845.
- 1844.12.15 Principia a iluminação a óleo de purgueira, nas ruas da vila, com 30 candeeiros que ardiam até à meia noite.
- 1845.01.29 Aprova-se o orçamento para demolição e compra da pedra da Torre de S. Bento.
- 1845.02.12 Concerta-se a transação com o Cabido sobre a demolição da Torre de S. Bento e edificação da Capela em outro sítio à custa da Câmara e Cabido.
- 1845.05.13 Para satisfazer ao officio do Governador Civil com o orçamento para construção da cadeia foi nomeada uma comissão do Barão de Vila Pouca, Nicolau de Arrochela e Pedro de Barros Faria e Castro.
- 1845.07.14 *“Principiou-se a fazer a estrada desta vila para a cidade do Porto, seguindo o mesmo leito da antiga estrada, chamada Estrada Nova, que vai até à Madalena pela Cruz de Pedra”.*
- 1846.02.11 Delibera-se pagar-se a Joaquim da Costa Lima Júnior, do Porto, 33\$600 réis, pelo risco da cadeia.
- 1846.05.04 Manda-se abrir um caminho das Carvalhas de S. Francisco pela viela de Soalhães para o Campo da Feira.
- 1846.07.01 Arremata-se a Cerca de S. Domingos por 3 anos a Bernardo Leite Peixoto
- 1846.08.30 Incêndio na Rua da Fonte Nova.
- 1848.07.13 O convento dos Capuchos foi adquirido pela Santa Casa da Misericórdia, em hasta pública, no dia 13 de Julho de 1848 para instalação do seu Hospital até aí existente no edifício do Largo da Misericórdia.
- 1849.05.06 Inauguração de um teatro mandado construir pelos estudantes, que serviu até se fazer o de D. Afonso Henriques, no Convento de S. Francisco.
- 1849.08.14 A Câmara representa à Rainha contra a pretensão da Ordem Terceira de S. Francisco que pedia o convento para aumento do Hospital, e pede-o para o município aí continuar a ter o Tribunal Judicial e Aula Régia de Gramática Latina, Hospital Militar e aquartelamento de officiais de qualquer força que venha destacada.
- 1850.04.08 A Câmara representa à rainha reiterando a que a sua antecessora lhe havia feito em 14 de Agosto de 1849, e acrescentando que o Convento de S. Francisco deveria acomodar a residência do Concelho, porque o de S. Domingos estava completamente occupado com as secretarias da Administração do Concelho e Fazenda.
- 1850.05.17 Em sessão da Câmara electiva o Ministro da Fazenda leu e mandou para a mesa um projecto de lei, concedendo à Venerável Ordem Terceira o extinto Convento de S. Francisco, com todas as suas pertenças, para aumentar o hospital dela. Foi aprovado e remetido à comissão respectiva.
- 1850.05.22 Tendo o Ministro da Fazenda apresentado às cortes o projecto de lei pedindo o convento de S. Francisco para os Terceiros aumentarem o seu hospital e constituição do cemitério, a Câmara delibera representar ao Governo Civil, à Câmara dos Deputados e à dos Pares repetindo as representações já feitas pedindo-o para as necessidades municipais *“e no caso de não serem atendidas as suas súplicas, necessariamente a Câmara deliberou, visto não merecer a confiança do Governo, pedir a sua exoneração”.*
- 1850.07.21 Circular defendendo o restauro do Castelo.
- 1850.11.22 Portaria louvando a Câmara por fazer à sua custa os reparos no Convento de S. Francisco para ali se estabelecer o Hospital de Caçadores nº 7.
- 1850.12.20 É anunciado o concurso por três meses para a construção da Estrada do Porto a Guimarães.

- 1851.01.24 Portaria régia concedendo à Ordem Terceira de S. Domingos a abandonada igreja e sacristia do Convento de S. Domingos.
- 1851.07.19 Pelo Ministério do Reino foi posto pela 2ª vez a concurso a construção da estrada do Porto a Guimarães.
- 1852.01.23 Nomeada uma comissão de 7 membros para escolher o local para a construção da nova Cadeia.
- 1852.05.15 Chega a Guimarães a rainha D. Maria II, o rei D. Fernando e os príncipes D. Pedro e D. Luís.
- 1852.07.21 A Câmara compra por 180\$000 reis umas casas da Praça de S. Tiago a Manuel José Pinto para aumentar a “casa dos expostos”
- 1852.09.29 A Câmara fez orçamento suplementar, e dele consta a despesa seguinte: “*Com o desaterro e terraplanagem do terreiro do Cano para o Batalhão de Caçadores nº7 que ali se exercita 350\$000 réis*”.
- 1853.02.19 Foi elevada à categoria de cidade a vila de Guimarães, sendo lavrado o respectivo decreto a 22 de Junho do mesmo ano.
- 1853.06.22 Carta elevando Guimarães a cidade, por decreto de 19 de Fevereiro de 1853.
- 1853.09.23 Lança-se a primeira pedra para a fundação do novo hospital (2º), para os Terceiros pobres de S. Francisco.
- 1854.05.25 Decide-se expropriar casas junto a S. Bento, e outras, para rua de comunicação com Santa Luzia .
- 1854.05.25 Organiza-se o orçamento ordinário para 54-55 em que se inclui 1.600\$000 reis para expropriação de 3 moradas de casas térreas junto ao Convento de S. Domingos para construção do novo mercado e principio deste.
- 1854.06.19 A Câmara resolve pedir ao governo o Convento do Carmo, que estava extinto pelo óbito da última religiosa.
- 1854.07.19 Decide-se representar ao Governo pedindo a conclusão da estrada para o Porto, pelo menos até Famalicão.
- 1854.08.11 De manhã Alexandre Herculano principia o seu exame no Cartório da Colegiada, com assistência de um cónego.
- 1855.03.28 A Câmara representa a el-rei pedindo autorização para duas expropriações: uma casa térrea na rua dos Trigais e três oliveiras na mesma rua, muro e arco e uma casa de S. Bento.
- 1855.05.31 Estavam quasi concluídas as obras de macdam no Terreiro do Campo da Feira e na Rua da Torre dos Cães até ao Cano. Na edificação do novo teatro trabalhava-se com todo o afinco para se fazer a sua abertura na noite de aclamação de el-rei.
- 1856.09.03 Arrematada a construção de um tanque no Campo da Feira.
- 1856.09.25 Diz o jornal *Bracharense* que o hospital Militar de Caçadores 7 brevemente se iria transferir do Convento de S. Francisco de Guimarães para o do Carmo.
- 1856.11.26 A Câmara com audiência dos facultativos Dr. Souto médico e os cirurgiões Varela e Miranda escolhe para cemitério o Campo da Quintã, do Conde de Azenha, e um pequeno terreno contíguo ao mesmo, de Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado, e encarregam Pedro Joaquim Ferreira que tinha chegado a esta cidade, comissionado do Director Geral de Obras Públicas desta província, que também estava presente, de levantar as plantas de cemitério, e tratar os preços com os donos dos terrenos.
- 1857.02.18 Reuniu em Assembleia Geral a Irmandade da Misericórdia e deliberou por maioria, que o novo edificio do hospital se edificasse no local dos Capuchos, onde existia tal estabelecimento, e, por unanimidade, que o risco a executar fosse o que já existia.
- 1857.03 O Cabido fecha o padrão e adro da igreja com grades de ferro para ser vedada a sua entrada pública durante a noite.

- 1857.05.18 Arremata-se o aqueduto do tanque do Campo da Feira para os pedestais dos Apóstolos para conduzir a água sobeja dele.
- 1857.08.01 Portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, concedendo à Irmandade de Nossa Senhora do Carmo a igreja da mesma invocação, com todas as suas imediatas dependências e respectivas alfaias. A igreja foi entregue a Irmandade, mas o general Ferreira, não consentiu que lhe entregassem os coros a Irmandade, levou isto ao conhecimento do dito Ministério que enviou outra portaria
- 1857.09.11 Portaria mandando recolher à Torre do Tombo vários documentos do cartório da Colegiada de Guimarães que o Cabido entregaria a um delegado da Academia Real das Ciências. O Cabido representou a el-rei e a portaria ficou sem execução.
- 1857.09.18 Arrematado cano mestre da rua de Santa Maria.
- 1857.10.03 Continua de novo a construção da estrada do Porto a Guimarães por Santo Tirso.
- 1857.11.12 A Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, erecta na igreja das extintas carmelitas, toma posse da igreja, alfaias, sacristia e dependências, que lhe foram concedidas por portaria do Ministério da Justiça de 1-8-1857. Esta posse deu lugar a pendência com o comandante de Caçadores nº7 a quem havia sido concedido o convento para Hospital Militar.
- 1857.11.26 É escolhido o Campo da Quintã para o cemitério, assistindo os médicos e o engenheiro Pedro Joaquim Ferreira comissionado para levantar as plantas do mesmo.
- 1857.12.09 Principia a construir-se a estrada de Vila Nova de Famalicão a Guimarães.
- 1858.01.27 A vereação deliberou representar ao governo pedindo uma obra de todas as que se achassem em duplicado na Biblioteca Pública de Braga, para a formação de outra.
- 1858.02.17 Mudança do Batalhão 7 de Caçadores para Valença.
- 1858.02.22 Marcha para Valença o Batalhão de Caçadores 7.
- 1858.06 Eleita uma comissão para promover a instituição do Asilo da Infância Desvalida com a denominação de Santa Estefânia, Amor de Deus e do Próximo.
- 1858.06.15 Portaria que manda entregar vários documentos do Arquivo da Colegiada a um comissariado, para este os levar para a Torre do Tombo. A portaria só teve execução em 1863, depois de reforçada com outras.
- 1858.06.30 Arrematadas 6 caixas de madeira para as torres, para se dar os toques de incêndio segundo o novo regulamento
- 1858.09.15 Os zeladores da Câmara, por ordem superior, picam as pedras escorregadias à entrada da Fonte Nova.
- 1858.10.04 Inaugurado o Hospital dos Entrevados da sua Venerável Ordem de S. Francisco.
- 1858.12.29 O Ministro das Obras Públicas Carlos Bento da Silva apresenta em cortes um projecto de lei autorizando o governo a mandar proceder à construção da estrada de Braga a Guimarães.
- 1859.03.23 D. João da Silva Peixoto (depois foi Marquês de Lindoso), da Casa do Salvador, dá o tanque de pedra que tinha no quintal da sua casa da Rua Escura à Câmara, que o manda colocar no Terreiro do Cano.
- 1859.08.17 Arrematam-se as obras do tanque do Terreiro do Salvador.
- 1859.09.26 Portaria do Ministro da Fazenda mandando fosse entregue o mirante do coro do Carmo à Irmandade de Nossa Senhora do Carmo.
- 1859.11.17 Resolve-se demolir a Casa da Roda e outra contígua e reedificar uma nova de dois andares, toda de pedra. Interinamente a Roda passa para o Convento de S. Domingos.

- 1860.05.26 Arremata-se o recuar um metro em linha recta o adro da igreja de S. Sebastião, pelo lado sul.
- 1860.05.30 Decreto concedendo às Comissões Promotoras do Asilo de Infância desvalida o edifício e cerca do extinto Convento do Carmo, que estava a cargo do Ministério da Guerra, para ali se estabelecer o Asilo com a condição de ser restituído ao Ministério da Guerra, o mesmo e pertenças, logo que o serviço público assim o exigisse.
- 1861.06.01 É lançada com grande solenidade a primeira pedra para a construção do novo edifício do Hospital da Misericórdia, no local do extinto Convento dos Capuchos, sendo celebrante o Ex.mo D. Prior de Guimarães, D. José Francisco de Paula de Almeida.
- 1861.06.08 Arrematados reparos nas salas de S. Domingos onde a mestra régia dava aulas, e que fora outrora a barbearia dos frades, para ali se montar a estação do fio eléctrico.
- 1861.06.12 Arrematada continuação da terraplanagem do Campo do Salvador.
- 1861.08.21 Manda-se colocar na torre da colegiada um mostrador de pedra mármore com ponteiros de metal.
- 1861.10.02 A Câmara toma conta da cerca de S. Domingos para se principiar a obra de mercado.
- 1861.11.10 Arremata-se o conserto da arte de pedreiro e carpinteiro da Torre grande do castelo e muralha do recinto.
- 1861.12.23 Principia a construir-se a Estrada Real nº 25 das Taipas a Braga.
- 1862.01.13 Delibera-se que se lance abaixo o resto da Torre de S. Bento e que a pedra se aplique para obras da praça do mercado.
- 1862.02.07 Delibera-se dar princípio à reconstrução do aqueduto geral das águas da cidade.
- 1862.03.14 Principia a construir-se a estrada de Braga a Guimarães.
- 1862.03.19 A Câmara representa a El-rei pedindo o Convento de S. Francisco para instalação das repartições Administrativas e Fazenda.
- 1862.04.09 É arrematado pela Câmara o desaterro, rebaixo e nivelamento do Terreiro da Misericórdia
- 1862.04.09 É arrematado pela Câmara o desaterro no Terreiro de Santa Clara, à beira da Casa do Conde de Azenha.
- 1862.04.09 São arrematadas pela Câmara a demolição da casa do Barão de Pombeiro na Rua de Santa Maria com frente para Santa Clara e de novo fazer as paredes dela, muro, frentes das casas imediatas até à casa nº26 da mesma.
- 1862.07.05 Carta de lei concedendo o edifício do extinto edifício do Convento do Carmo para instituição do Asilo da Infância Desvalida, tomando posse do Convento a respectiva comissão em 27 de Agosto deste ano.
- 1862.07.13 Retirou Caçadores 9, que aqui estava desde 1 de Junho de 1862.
- 1862.12.17 Arrematado o desaterro do Terreiro de Santa Clara.
- 1863.03.20 Apeado o Padrão de S. Lázaro.
- 1863.03.21 Arrematado quebramento das Lages do Toural entre o tanque e a Rua de Trás dos Oleiros.
- 1863.05.04 Decide-se levantar planta no Convento de S. Domingos para edifício de repartições publicas, tribunal, administração, fazenda, recebedoria, telégrafo, aulas de instrução primária e secundária.
- 1863.07.14 Começa a demolir-se o convento de S. Domingos, pela rua de Paio Galvão, como em frente da portaria, defronte do jardim dos Terceiros.
- 1863.07.16 Na Comissão de Melhoramentos, em sessão de 16 de Julho, Francisco Ribeiro Martins da Costa pede o embelezamento das praças do Toural e S. Francisco.
- 1863.07.16 Inauguração solene do Asilo de Santa Estefânia, da Infância Desvalida.
- 1863.07.29 Deliberou-se mandar levantar a planta da cidade.

- 1863.07.29 A Câmara decide fazer o ensaio do petróleo em substituição do azeite na iluminação.
- 1863.07.29 Decide-se abrir uma travessa da rua de S. Domingos para a praça do Mercado entre o convento e sacristia dos Terceiros.
- 1863.08.01 Deliberado não levantar mais o cruzeiro do Terreiro de Santa Clara, que se apeara para regularização do largo.
- 1863.08.03 A Ordem de S. Domingos e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário embargaram a escavação que a Câmara mandara fazer para abertura que liga a rua de D. João I com a Praça do Mercado, por lhe fazer ameaçar ruína a frente de igreja e dificultar-lhe a entrada da mesma e na Capela
- 1863.09.02 O pedreiro João Tinoco Pontes, morador na rua de S. Lázaro, tomou por arrematação a mudança do padrão de S. Lázaro e Bernardino Pereira Lopes, escultor, morador na cidade do Porto, fazer a limpeza do Cruzeiro do mesmo padrão, tirando-lhe as camadas de óleo.
- 1863.09.02 Arrematada construção do tanque dos Trigais e seguimento para o do Campo da Feira.
- 1863.09.16 Delibera-se que se promova uma subscrição para se mandar fazer pelo sistema da iluminação a gás, adoptado nas cidades do Porto e Braga, seis colunas para lampiões na Praça do Tournal, seis para o Terreiro de S. Francisco e três para o Terreiro da Misericórdia.
- 1863.10.04 Principiam os alicerces do Hospital da Ordem Terceira de S. Domingos.
- 1864.01.21 Arrematada a regularização do Largo de S. Paio e mudança do .cruzeiro.
- 1864.01.21 Resolvido vender a casa da alfândega e dos açougues.
- 1864.01.23 A Câmara decide demolir a igreja de S. Sebastião
- 1864.01.27 Começa, partindo da Rua dos Trigais, o empedramento da nova estrada desta cidade para a vila de Fafe.
- 1864.03.21 Arrematado quebramento das Lages do Tournal entre o tanque e a Rua de Trás os Oleiros.
- 1864.03.31 Abertura da nova Estrada de Guimarães a Fafe.
- 1864.04.28 Inauguração da iluminação a petróleo em parte das ruas da cidade.
- 1864.08.29 Auto da colocação do Padrão no Largo de S. Lázaro
- 1864.10.29 É provisoriamente aberta ao trânsito público desde Braga até às Taipas a nova estrada, continuando a construir-se até Guimarães.
- 1864.12.28 Reforma do Tanque dos Passarinhos
- 1865 Fez-se o tanque (lagareta) junto ao paredão das Lages, no princípio da Rua Nova das Oliveiras. Foi alagado em 1904.
- 1865.01.28 Francisco José Ribeiro e esposa D. Ana Emília de Araújo Martins, da Rua de Santa Luzia dão licença a Eugénia Maria Gonçalves, de Ronfe, filha e genro, para tapar a viela da Melada, que do meio da Rua de Gatos vai para o Campo da Almuinha
- 1865.02.01 Arrendar casa de António Fernandes da Silva Vilela, da Praça de S. Tiago, para o Tribunal Judicial, por S. Domingos estar arruinado
- 1865.04.10 A Câmara cedeu terreno, perto da igreja de Santa Margarida, para edificação do Albergue de S. Paio.
- 1865.08.21 É feita a louvação das casas térreas e quintais detrás da igreja de S. Domingos para se tratar do processo judicial do terreno necessário para o complemento da nova estrada de Guimarães a Braga.
- 1865.09.13 O mestre pedreiro Tomé Pereira Lopes, morador nesta cidade, arremata a construção do tanque encostado à sacristia das Dominicás.
- 1865.09.21 Abertura da nova estrada de Braga a Guimarães.
- 1865.10.26 Na manhã deste dia aparece demolida uma parte do chafariz do Tournal.

- 1866.04.28 A Câmara um ofício de João António da Silva Areias, presidente da Comissão dos Artistas desta cidade, em que, segundo a proposta do pintor Domingos Anacleto na sessão nocturna de 14 deste mês, pedia se desse o nome de Franco Castelo Branco a uma das ruas ou largo desta cidade, deliberou, na sessão de 5 de Maio, que o Campo da Misericórdia passe a denominar-se Largo de Franco Castelo Branco.
- 1866.05.02 A Câmara delibera oficiar ao Governador Civil, pedindo-lhe fizesse ver o Ministro do Reino os desejos que a Câmara tinha, que lhe fossem cedidos os livros e duplicados que houvesse na Biblioteca Pública de Braga e de outras, para formar uma nesta cidade.
- 1866.09.12 Presente portaria do ministério do reino de dia 4, concedendo os duplicados da Biblioteca de Braga e encarregando de os receber João Pereira Lobato.
- 1866.09.26 A Câmara arrenda a casa da Rua dos Mercadores a José Barroso Pereira, da Rua dos Trigais, para sede da Administração do Concelho e Repartições da Fazenda, que nela já estavam instaladas.
- 1866.10.30 Resolve-se que o corte na casa de João Baptista Sampaio, a fim de melhorar a entrada na praça do Tournal, seja determinado pelo cunhal norte da casa do herdeiro de António Vaz Vieira de Nápoles na praça referida para o cunhal norte do extinto Convento de S. Domingos.
- 1867.04.15 Principiam os trabalhos de construção da segunda torre, lado sul, da Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos.
- 1867.05.10 Delibera-se pagar 600\$000 reis ao engenheiro Manuel de Almeida Ribeiro pelas plantas da cidade e projectos das águas, que apresentou.
- 1867.05.16 A Câmara paga 600\$000 reis ao engenheiro Manuel de Almeida Ribeiro da cidade do Porto, custo da planta da cidade de Guimarães.
- 1867.05.17 Representação, pedindo para mandar construir no terreiro do Carmo o edifício para a Biblioteca
- 1867.05.27 Efectua-se solenemente o acto de lançamento da 1ª pedra da torre da Igreja de Nossa Senhora da Consolação Santos Passos.
- 1867 Abre-se ao trânsito público a ponte de Caldelas, sobre o Ave, ficando concluída em toda a extensão a nova estrada de Braga a Guimarães.
- 1867.09.18 Decide-se oficiar Governador Civil para ser executada a portaria de 4 de Setembro de 1866 que deu os duplicados da Biblioteca de Braga.
- 1867.11.09 Principiam os trabalhos da Estrada Real nº 35 de Guimarães a Entre os Rios. DG, nº117, de 26-5-1875
- 1867.12 Resolve-se edificar no Carmo casa para biblioteca e aulas primárias e secundárias.
- 1868.02.26 Deliberada a criação da Biblioteca e nomeado bibliotecário José Ferreira Mendes de Abreu, com o ordenado anual de 100\$000 reis.
- 1868.07.10 Foi aberta a nova estrada de Guimarães à Lixa
- 1869 Constrói-se o novo tanque dos “Passarinhos”.
- 1869.01.27 Arrematada obra de passagem de S. Francisco para a Torre Velha
- 1869.06.04 Pelas 2 horas da madrugada, um incêndio consome todas as casas do lado Norte do Tournal, excepto a da esquina poente, por ser de construção moderna e de pedra.
- 1869.06.16 O vice-presidente Dr. Avelino da Silva Guimarães propõe que se trate de expropriar uma parte do terreno das últimas casas incendiadas na praça do Tournal, de modo que a linha da frente fique em linha recta directa à casa da esquina da Rua da Porta da Vila.
- 1869.06.17 Nomeada comissão para a escolha de terreno para cemitério.

- 1869.06.23 Nomeada uma comissão para estudar os “melhoramentos” da cidade, composta pelos Srs. Dr. Bento António de Oliveira Cardoso, Barão de Pombeiro, José Taveira Carvalho Pinto de Meneses (primeiro engenheiro do distrito), João de Castro Sampaio, Francisco Pinto do Amaral e Freitas, Dr. Avelino Germano da Costa Freitas, (subdelegado de saúde), Dr. Avelino da Silva Guimarães, (vice-presidente da Câmara), Rodrigo Teixeira de Meneses, Dr. Francisco Martins Moraes Sarmento, Luís Cardoso Martins de Macedo e João Baptista Sampaio, comissão esta que tomou posse em 5 de Julho desse ano, que foi conferida pelo visconde de Santa Luzia, Presidente da Câmara
- 1869.07.05 Instalação da Comissão de Melhoramentos da Cidade.
- 1869.10.04 A Câmara representa ao Rei pedindo-lhe o Convento de Santa Clara
- 1869.10.20 O visconde de Santa Luzia oficia ao Cabido participando-lhe que a Câmara Municipal da sua presidência por instância do Conselho Municipal deliberara remover a Oliveira para algum dos lados da Praça em que estava e onde menos estorvasse o trânsito público.
- 1869.10.23 É aprovado o projecto, datado de 20 de Junho de 1868, relativo ao lanço de Estrada Real nº6 de Guimarães a Entre os Rios, compreendido entre o Cruzeiro de s. João nas Caldas de Vizela e lugar de Portelas.
- 1869.11.17 Delibera-se que em 1 de Dezembro se faça a abertura da Biblioteca Pública da cidade, em S. Domingos, e entre em exercício o respectivo bibliotecário, nomeado em 26 de Fevereiro de 1868.
- 1869.11.18 É autorizada a expropriação por utilidade pública, sendo ministro o Duque de Loulé, de algumas casas e terrenos situados entre as ruas do Gado e de Santa Maria, junto do Terreiro do Carmo, pertencentes à Viscondessa de Roriz, José da Costa Meneses e mulher, Francisco Martins Sarmento e Viscondessa de Pindela, pedida pela Câmara, para proceder à construção de um edifício destinado para Biblioteca e aulas públicas de português e outras disciplinas.
- 1869.12.01 A Câmara inaugura a sua Biblioteca Pública no Convento de S. Domingos, declara-a aberta, tendo como bibliotecário José Ferreira Mendes de Abreu, “o Fato”.
- 1870.01.05 Delibera-se demolir o Arco de S. Bento.
- 1870.01.14 A Câmara aprova em sessão o local de Atouguia para construir o cemitério municipal.
- 1870.02.09 Às 2 horas da madrugada foi derrubado o polígono que circundava a Oliveira que tinha sido serrada a pouco mais de um metro e que se encontrava defronte do Padrão de Nossa Senhora da Vitória.
- 1870.04.06 É arrematada a demolição do Arco de S. Bento: entregue ao pedreiro Carlos de Oliveira, da Rua de Santa Cruz.
- 1870.05.10 Provisão confirmando o aforamento feito pela Câmara a António José de Sousa para ocupar com a reedificação das suas casas o muro junto à torre de Nossa Senhora da Piedade, tirando-lhe as ameias. A provisão confirma o *prazo de fateosim*, feito a António José de Sousa, do muro da torre de Nossa Senhora da Piedade, para poder tirar-lhe as ameias e edificar sobre ele as suas casas que estavam junto ao mesmo e precisavam de ser reedificados por estarem muito danificados, ficando a pagar em cada ano o foro de 800 réis.
- 1870.05.15 Principiam os trabalhos de construção do 1º lanço da estrada para S. Torcato.
- 1870.07.13 Arremata Domingos António de Freitas a pedra do Arco de S. Bento, avaliada em 250 carros existente no Largo das Lamelas por 70.000 réis.
- 1870.07.20 O mesmo Domingos António de Freitas arrematou por 20\$500 réis, mais pedra do Arco de S. Bento.
- 1870.07.20 Arremata-se a construção duma mina até às escadas de Vila Pouca para abastecer a fonte das Oliveiras ou da rua da Ramada.
- 1870.07.20 Martins Sarmento cede duas casas para alargamento do Terreiro do Carmo.

- 1870.09.10 O primeiro alargamento do Campo da Feira foi arrematado por 780\$000 mil réis.
- 1870.12.24 Decreto das Cortes Gerais que renova a concessão feita à Câmara de Guimarães do Convento de S. Domingos e parte da cerca, aprovando a aplicação que a mesma deu à indicada parte da cerca
- 1871 Constrói-se de novo o tanque no muro do adro de S. Sebastião, ao lado sul
- 1871.01.20 Assina-se uma representação solicitando a expropriação por utilidade pública da Oliveira
- 1871.01.25 A 25 de Janeiro de 1871 o mestre pedreiro Oliveira morador na Rua de Santa Cruz arrematou fazer o corte do adro da Igreja de S. Sebastião
- 1871.02.25 Acaba de ser construída a segunda torre do Campo da Feira.
- 1871.04.28 A viscondessa de Roriz cede à Câmara uma grande morada de casas com o nº16 da Rua de Santa Maria, para alargamento do Largo do Carmo.
- 1871.10.06 O Visconde de Pindela cede à Câmara uma casa da Rua do Gado, para o alargamento do Largo do Carmo.
- 1871.11.13 Portaria do Governo para expropriação da Oliveira.
- 1871.11.22 Delibera-se representar a pedir o Convento de Santa Clara para nele instalar as repartições públicas.
- 1872.07.10 Delibera-se que a Rua do Gado e do Poço, desde o extinto Arco de S. Bento, se denomine Rua de D. Luís I.
- 1872.10.12 Estava-se a alargar a Rua da Infesta.
- 1872.11.30 Desmorona-se o campanário e o cunhal, do lado dos Paços dos Duques, da Igreja de S. Miguel do Castelo.
- 1872.12.04 Decreto declarando de utilidade Pública e urgente expropriação dos terrenos no Monte de Atouguia, onde se projectava construir o cemitério público.
- 1872.12.16 O arcebispo D. José Joaquim de Azevedo e Moura anexa a freguesia de S. Miguel do Castelo à de Nossa Senhora da Oliveira.
- 1873 É apeado o cruzeiro do Fiado, no Toural.
- 1873 Regulamento da Companhia dos Incêndios - [...] *Cap.I, art. 2º A Câmara mandará collocar em um dos lados exteriores das torres, e a elles adherente, uma caixa sufficiente altura, do interior da qual partirá uma corda que prenda ao sino mais próximo. Na face exterior da caixa será pintada a tabella dos toques. Há três chaves de cada caixa que serão distribuidos do modo seguinte: uma para o sineiro da respectiva torre, outra para o inspector dos incêndios, outra para um guia com conductor que mais próximo more da respectiva torre. 1872 In: Collecção ou código das posturas, 1873.*
- 1873.05.14 Arremata-se o desmonte do chafariz do Toural e remoção das pedras para a nova praça do mercado.
- 1873.06.03 É desmontado por deliberação da Câmara o chafariz do Toural.
- 1873.06.25 Delibera-se arrendar por 6 anos a Casa das Lamelas a Jerónimo Vaz Vieira de Nápoles, por 300\$000 reis cada ano, com reserva de capela, celeiros, adega e quintal para ele senhorio, para as repartições da Administração do Concelho, Fazenda e Conservatória.
- 1873.07.23 Arremata-se ao pedreiro e empreiteiro José Rodrigues, galego, residente em S. Romão de Arões, a abertura da nova Rua de Gil Vicente.
- 1873.10.15 O pedreiro José Francisco Fernandes, da Rua de Santa Luzia, arremata nos Paços do Concelho, por 335\$000 réis a demolição do Convento de S. Domingos, incluindo a arcaria do Claustro, excepto o chafariz, a escada principal e os dormitórios.
- 1873.10.15 Arremata-se a demolição da parte superior do claustro de S. Domingos. Foi entregue ao mestre pedreiro José Francisco Fernandes, da rua de Santa Luzia.

- 1873.10.22 A Câmara delibera que a arcada do claustro de S. Domingos seja numerada antes de ser removida e arrumada para a Praça Nova do Mercado, e o vereador José Joaquim da Costa “o Bago-Mestre”, propõe que ela seja aplicada ao novo cemitério em construção na Atouguia.
- 1873.10.30 Delibera-se que a venda de peixe e sardinha seja transferida para a nova praça desde 1 de Dezembro inclusive. Foi arrematado a construção dum octógono na nova praça do Mercado e montar em cima dele o chafariz do claustro de S. Domingos, entregue ao pedreiro António Salgado “o alho”, desta cidade, por 295\$000 réis.
- 1873.11.05 *Senhor (Governador Civil) - Rogo a V^a Ex^a se digne promover uma solução à pretensão da Câmara da minha presidência, para que lhe seja entregue o arruinado e abandonado templo de S. Miguel do Castelo, a fim de que a Câmara possa mandar-lhe fazer as reparações que forem mais urgentes. Deus guarde V^a Ex^a, Guimarães 5-11-1873. O Presidente da Câmara Avelino da Silva Guimarães.*
- 1874 Conserta-se o Muro da a Rua Nova do Muro, fizeram-se passeios e calcetou-se. Taparam-se os alpendres das casas do lado poente da Praça Maior ou de Nossa Senhora da Oliveira. Foi feito o tanque da praça do Mercado e principiou a deitar água a 25 de Junho. Foi apeado e arrumado na praça do mercado até 1891 o Chafariz do Tournal, no mês de Junho, e deitaram abaixo as árvores do Tournal para fazer o jardim. Foram alagadas casas ao cimo da Rua da Infesta, no mês de Outubro, para alargar a entrada para os Paços dos Duques.**
- 1874 Inicia-se obras de restauro na igreja de S. Domingos
- 1874.01.22 É apresentada autorização do Concelho do Distrito para a Câmara desistir do recurso para o Supremo Tribunal na causa denunciação da Câmara com o Cabido da Insigne Colegiada desta cidade acerca da Oliveira, resolvendo a Câmara ficar inteirada e autorizando o presidente a desistir; e se representasse ao governo pedindo a expropriação da Oliveira e terreno respectivo.
- 1874.01.22 É apresentada a autorização do conselho do Distrito para a Câmara desistir do recurso para o supremo Tribunal de Justiça na causa denunciação da Câmara com o cabido da Insigne Colegiada desta cidade acerca da Oliveira, resolvendo a Câmara ficar inteirada e autorizado o presidente a desistir, e se apresentasse ao governo pedindo a expropriação da Oliveira e terreno respectivo.
- 1874.02.16 Delibera-se apeiar o cruzeiro do Carmo.
- 1874.03.16 Na sessão da Câmara electiva foi admitido e enviado à respectiva comissão um projecto de lei assinado pelo deputado por Guimarães, o vimaranense Dr. João Vasco Ferreira Leão, concedendo à Ordem Terceira Seráfica desta cidade o edifício do extinto convento de S. Francisco com terreno, jardins, claustro, dormitórios e enfermaria do referido edifício, além do já por ele possuído, afim de não só de aumentar o seu hospital e estabelecer gratuitamente duas escolas de instrução primária
- 1874.04.01 Representar à Câmara dos Deputados para não aprovar a proposta de lei que concede o Convento de S. Francisco desta cidade à Ordem Terceira, porque a Câmara já em Setembro de 1867 pediu para construir a Escola com subsídio do Conde Ferreira, e não teve solução ainda, mas sim o conceda à Câmara para tal fim.
- 1874.05.05 Em sessão da Câmara foi arrematado o apeamento do cruzeiro do Carmo.
- 1874.08.17 Dá-se início ao restauro da Igreja de S. Miguel do Castelo, por iniciativa particular, sob direcção do Dr. Francisco Martins Sarmento.
- 1874.08.24 Sessão extraordinária - Lido um officio do juiz da Irmandade do Nossa Senhora do Rosário, de 21 do corrente, comunicando à Câmara que a mesa da Irmandade em Assembleia Geral, deliberou ceder à Câmara o seu cruzeiro colocado no Campo do Tournal.

- 1874.10.10 É adjudicada em hasta pública a obra do apeamento do Cruzeiro do Fiado no Tournal a José Francisco Fernandes.
- 1874.10.26 Abertura da Estrada de Guimarães à Póvoa de Lanhoso.
- 1874.11.03 Delibera-se pedir o decreto por utilidade pública da expropriação da Alfândega do peixe dos prédios contíguos.
- 1874.11.11 Decide-se conceder licença pedida por Ana Carolina da Silva para tapar o alpendre do lado Poente da praça de Nossa Senhora da Oliveira em frente à sua casa.
- 1874.11.25 Principia-se a apear o grande e majestoso cruzeiro do Fiado assim designado porque nas suas escadas era vendido fiado de linho.
- 1874.12.17 A Câmara anunciou abrir concurso até ao dia 31 deste mês para contratar por 20 anos a iluminação da cidade, por meio de gás extraído dos resíduos do petróleo, tomando para a iluminação pública 200 bicos.
- 1875.03.29 É benzido o Senhor do Padrão da Cruz de Pedra, com pompa, havendo música e fogo.
- 1875.07.22 Ofício da Direcção Geral dos Próprios Nacional mandando entregar o edifício do Convento de S. Francisco à Ordem Terceira.
- 1875.12.23 É transplantada dentro de um circuito de pedra, no meio do tanque da Praça de Nossa Senhora da Oliveira, a Oliveira que estava num plinto octógono no centro do mesmo largo, em frente ao Padrão.
- 1876.01.26 A Associação Clerical pede a transferência da livraria para sua casa e obriga-se a expô-la ao público um dia por semana.
- 1876.03.11 Portaria do Ministério do Reino, em que se faz constar que não pode ser aprovado o contrato para a iluminação da cidade por meio de gás extraído do petróleo, porque as informações obtidas não abonam as vantagens deste sistema de iluminação.
- 1876.03.11 Decreto autorizando, por utilidade pública, a expropriação da velha Alfândega.
- 1876.04.28 A Câmara Municipal delibera que se intimasse o bibliotecário José Ferreira Mendes de Abreu a entregar os livros à Associação Clerical Vimaranesense, para esta os transferir para a casa onde funcionava e fazer aí a biblioteca, conforme pedira à Câmara, a qual lhe deferiu em 26 de Janeiro de 1876, se houvesse autorização de Braga.
- 1876.05.15 Delibera-se que a figura que representa Guimarães se coloque no edifício dos Paços do Concelho.
- 1876.05.15 Começa-se a demolir a alpendrada da Alfândega.
- 1876.06.14 A Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos concede a medalha de bronze ao Dr. Francisco Martins Sarmiento, pelos serviços prestados no restauro da igreja de S. Miguel do Castelo.
- 1876.08.08 O Governo Civil do Distrito de Braga oficia à Câmara Municipal e envia cópia do ofício que lhe fora dirigido pela 2ª Repartição da Direcção Geral da Instrução Pública em data de 5 deste mês, no qual se pede a conservação do Claustro de S. Domingos.
- 1876.08.09 A Câmara delibera, por unanimidade, anuir ao solicitado em officios do Governo civil e do Ministro do Reino por intermédio da Direcção Geral da Instrução Pública, para conservar a arcaria do Claustro de S. Domingos.
- 1876.08.14 A Câmara decide conservar o Claustro de S. Domingos.
- 1876.11.22 Delibera-se mandar cobrir com telha a arcaria do Claustro de S. Domingos.
- 1877.02.07 Arrematados os dois portões de ferro para o jardim do Tournal (hoje no cemitério de Atougua), por Manuel José Ferreira, da rua da Restauração 54, no Porto.
- 1877.02.14 A Câmara representa ao rei, pedindo autorização para vender o convento de S. Domingos, que lhe foi concedido por decreto de 25 de Abril de 1842, para instalar o Tribunal Judicial e assim comprar novo edifício para esse fim.

- 1877.05.01 Delibera-se mandar demolir o arco da entrada do Claustro de S. Domingos
- 1877.05.23 Em sessão da Câmara foi arrematada por José Martins da Costa “Relho da Porta da Vila” a colocação da figura de Guimarães no edifício dos Paços do Concelho.
- 1877.05.25 Coloca-se a última pedra no novo edifício do Hospital de S. Francisco, já a funcionar desde 1815.
- 1877.05.31 A expensas de Cristóvão José Fernandes da Silva, “o cidade”, Ministro da Ordem Terceira de S. Francisco, é concluída a obra de pedreiro do edifício do Hospital da dita ordem, continuando as obras de carpinteiro, caiador, estucador e pintor
- 1877.07.18 A Câmara delibera mandar consertar os telhados da casa dos Açougues e demolir a alpendrada de fora.
- 1877.07.27 Foi vendida a imagem de pedra de Santa Rosa de Lima, da frente da igreja das Dominicás, apeada desde 1891. Arrematou-a por 5\$000 réis e retirou-a neste mesmo dia António Ribeiro, o Pianha, “O Papas”, para a colocar no tanque da sua Quinta de Antemil, onde a teve até que voltou para o seu próprio sítio.
- 1877.08 Câmara Municipal abre praça para a reconstrução das ruas de D. João I, Santa Luzia e Val de Donas, para o gradeamento do cemitério e mandou também demolir a alpendrada em frente dos açougues velhos.
- 1844.09.28 Teve lugar a 1ª arrematação para a iluminação da vila a azeite, sendo arrematante Luís Pipa, negociante em Braga, que se comprometeu a acender cada lampião por 74 réis e 3 oitavos, durante 3 meses, ou 63 réis por cada lampião em cada noite, se a iluminação for todo o ano.
- 1877.10 Reconstrução da calcetaria da rua de Santa Luzia.
- 1877.10 Um empregado de José Marques Loureiro andou a riscar e dispôr os diversos canteiros e ruas no passeio do Toural.
- 1877.10 É arrematada a obra de rebaixamento e reconstrução da rua de S. Paio na sua ligação com o Toural.
- 1878.01 Começou a ser arborizado o Jardim do Toural com variadas árvores vindas do Porto e plantadas por um jardineiro que veio com elas.
- 1878.02.06 A Câmara delibera o alargamento da Viela dos Quatro Olhos, ficando com a largura de 5 metros, e para isso solicitou do governo decreto para expropriar por utilidade pública 88 m² de terreno pertencente ao Dr. Manuel Bernardino de Araújo Abreu.
- 1878.02.20 São concluídas as plantações no jardim do Toural, feitas sob a direcção e gosto de José Marques Loureiro.
- 1878.05 É concluída a torre do lado direito da Capela do Senhor dos Passos.
- 1878.06 O chafariz do Toural é demolido, depois de se ter efectuado de noite uma demolição parcial em 26 de Outubro de 1865, e arrumado na Praça do Mercado até 1891, ano em que foi colocado no Largo do Carmo.
- 1878.06.19 Em sessão da Câmara foi resolvido que no mês de Julho próximo se comesçassem as respectivas obras no edifício do Tribunal Judicial, no Convento de S. Domingos.
- 1878.07 É inaugurada a Capela do Senhor dos Passos, (vulgo do Campo da Feira) e, logo a seguir, uma portaria e carta régia de D. Luís, confere-lhe a honra de “capela real” e “Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos”.
- 1878.09.11 A Sociedade Clerical Vimaranesa pede as obras do antigo Convento de S. Domingos, para abrir uma biblioteca mas a Câmara indefere porque quer ela abrir a biblioteca.
- 1878.10 Principiam trabalhos da obra que a câmara projectou fazer no Campo de S. Francisco, transformando-o num parque ou alameda, semelhante ao que está no Porto a Praça Nova.

- 1878.10.30 Posta em arrematação a obra de reconstrução e melhoramento da “Viela dos Quatro Olhos”.
- 1878.10.30 Em sessão da Câmara comparece a Junta de Paróquia de S. Paio, por causa dos “melhoramentos” do largo fronteiro à sua igreja, e cede à Câmara o Cruzeiro do Senhor das Ânias que estava no meio do mesmo largo.
- 1879 A Câmara representa às Câmaras Legislativas pedindo seja concedido ao município o edifício do Convento e cerca de Santa Clara, depois do falecimento das duas religiosas do mesmo, ainda existentes a fim de ali serem estabelecidas diversas repartições públicas.
- 1879 A iluminação a petróleo começa a arder toda a noite.
- 1879.01.07 Principiam-se os trabalhos de terraplanagem no largo de S. Paio. Concluída de calçetaria a rua e passeios junto às casas pararam as obras. A terraplanagem do centro, que havia parado, recomeçou em Novembro.
- 1879.02.17 Á noite colocou-se a ponte de cortiça sobre o lago do jardim do Toural. É mal delineada mas “em tosco não há nada melhor”... Nos dias 25 e 26 de Fevereiro fez-se a cascata de pedra no meio do mesmo lago. Desde Janeiro abriram-se novos maciços e alegretes.
- 1879.02.18 É apeado o cruzeiro que com a imagem do Senhor das Ânias, ocupava o centro do Largo fronteiro à igreja de S. Paio, e que foi exposto, a cruz sobre o pedestal, sem a coluna, no cemitério de Atouguia, até concluída e benzida a capela do mesmo, sendo depois comprado para a freguesia de Polvoreira.
- 1879.02.21 A Igreja de S. Domingos foi benzida pelo capelão de Nossa Senhora do Rosário, Padre António Ferreira de Abreu, para ser de novo restituída ao culto, e logo celebrou missa. A igreja estava desde 1874 em obras de restauração, que consistia na reforma dos telhados e estuques, pintura e douramento da capela-mor (tiraram de cima do cadeiral o remate superior de cada cadeira, que era em forma de penacho, pintura a branco dos altares laterais, construção do anteparo, etc.)
- 1879.03.13 No muro pertencente ao Dr. Manuel Bernardino de Araújo Abreu, na Rua Nova de Santo António, começa a preparar-se o local para ali colocar o Passo que estava no Largo da Misericórdia, próximo à cadeia da correição.
- 1879.04.20 Coloca-se junto ao adro de S. Sebastião o primeiro quiosque para venda de tabacos e bebidas, à imitação do que já se usava nas principais terras do reino. Não fez negócio. Esteve fechado dois anos e depois foi removido
- 1879.05.11 Benção solene do Cemitério Público, no Monte de Atouguia.
- 1879.07.23 Delibera-se arrendar a Casa dos Laranjais por 6 anos pela renda anual de 225\$000 réis aos Condes de Vila Pouca, para Repartições Públicas.
- 1879.07.23 Começa-se a colocar as grades de ferro, no Largo de S. Francisco, sobre o muro de suporte que volta para o Largo do Trovador. Foi neste mês que se concluíram as ruas laterais, passeios da centro e toda a obra de pedra para aformoseamento deste largo. No mês de Setembro colocaram-se igualmente pedestais para também serem gradeados num muro de suporte sobre a rua de S. Francisco, fronteiro ao seu hospital. Esta obra acabou-se em Dezembro e foi feita à custa do então Ministro da Ordem, Cristóvão Cidade
- 1879.09.10 É adjudicado ao Costa Basto e Câmara, do Porto, a obra de construção da cobertura do pavilhão do Toural
- 1879.11.19 *“É hoje ordem do dia a transferência de Caçadores 7 daqui para Valença, por causa de influências políticas desta praça”.*

- 1880 O Cruzeiro de Nossa Senhora da Guia era pertença da Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, estava colocado muito próximo da entrada principal do Teatro de D. Afonso Henriques e quando se construiu este edifício foi o cruzeiro mudado para o lugar onde ora está, e então, para o encostar cortaram-lhe a figura do frade e levaram-na para a capela de Nossa Senhora da Guia, onde esteve até que pelo ano de 1880 desapareceu. Portanto o frade desde 1853 (?) deixou de fazer parte do grupo existente no cruzeiro.
- 1880.03.01 Principia-se a montar no jardim do Toural toda a parte metálica do coreto para a música. Foi fundida no Porto, fábrica do Bulhão, por 500.000 réis. Inaugurado no dia 7, pintado no mês de Maio. Na primeira semana de mês de Maio colocou-se ali o marco fontanário de mármore branco.
- 1880.03.07 É inaugurado no Jardim do Toural o pavilhão acústico, tocando nele a banda “União Vimaranense”.
- 1880.04.21 Resolve-se representar ao Governo de Sua Majestade para ser concedida à Junta de Paroquia de S. Sebastião a igreja do Convento de Santa Rosa de Lima, com as suas pertenças de coro, sacristia e casa residencial do capelão para que substitua a paroquial e possa ser demolida a actual.
- 1880.07.20 A igreja de S. Miguel do Castelo, após ter sido restaurada por uma comissão de obras, composta do Dr. Francisco Martins de Gouveia Morais Sarmento, Cónego José de Aquino Veloso Sequeira, João Pinto de Queirós e Padre António José Ferreira Caldas, e a expensas de uma subscrição pública nesta cidade, que rendeu cerca de 600\$000 réis e de um subsídio do Governo de 1:200\$000 réis. É solenemente benzida pelo Padre Abílio Augusto de Passos.
- 1880.07.30 Tem lugar a benção solene da Capela dos Terceiros de S. Francisco.
- 1880.08.02 Começa o restauro de toda a pintura da igreja Colegiada, que durou até 19 de Março de 1881.
- 1880.10.06 A Câmara aprova o projecto de pavimentação a paralelepípedos da Rua Paio Galvão, prolongamento.
- 1880.12.30 A Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, em Assembleia Geral, considera o Padrão de Nossa Senhora da Vitória Monumento Histórico de 2ª classe.
- 1881.02.16 Planta-se outra Oliveira no pequeno circuito que há pouco tempo tinha a Câmara mandado fazer no meio do tanque que estava encostado à torre de Nossa Senhora da Oliveira, devido ao antigo tronco ter secado.
- 1881.04.04 Começa-se a demolir as casas da Irmandade de S. Pedro, que estavam em frente ao corpo da igreja, para as obras da conclusão (frente toda) da mesma basílica
- 1882.01 Por proposta do Vice-Presidente (José de Castro Sampaio), foi deliberado expropriar a Capela de S. Tiago.
- 1882.01.25 Decide-se representar ao poder legislativo pedindo que seja concedido à Junta de Paróquia da freguesia de S. Sebastião a igreja do Convento de Santa Rosa de Lima com as suas pertenças, para que essa igreja fique a ser a paroquial.
- 1882.02.01 Reunião, a convite da Câmara, dos donos dos prédios que na Porta da Vila têm de ser cortados para alargamento do local
- 1882.02.15 Resolve-se representar ao governo, pedindo-lhe mande reparar o castelo.
- 1882.03.13 Inicia-se em Vila Flor (Cavalinho) os trabalhos de construção da via férrea de Guimarães a Bougado.
- 1882.03.22 A Câmara Municipal delibera por unanimidade criar uma Biblioteca Popular, confiando-a à Sociedade Martins Sarmento sob condições que estipulariam, e solicita do governo os livros que pelo artigo 10º do decreto de 2 de Agosto de 1800 é obrigado a fornecer para criação das Bibliotecas Populares.
- 1882.06.10 Principia a construção da capela do Cemitério de Atouguia pelo mestre de pedraria Manuel Fontão, que a terminou em 12 de Setembro de 1885.

- 1882.07.26 A Câmara resolve mandar proceder à cobertura da arcaria do Claustro de s. Domingos, com telha de tipo Marselha.
- 1882.08.02 A Câmara delibera mandar proceder ao corte e alargamento da Rua da Rainha na parte denominada Porta da Vila, segundo o projecto organizado pelo condutor de obras públicas António Martins Ferreira.
- 1882.11.04 Procede-se aos trabalhos de embelezamento do largo do Carmo, que foi ajardinado com narcisos de relva, flores e arbustos, entre as diversas ruas e passeios centrais, que lhe estão abrindo
- 1882.11.13 Decreto declarando de utilidade pública e urgente a expropriação de parte das casas, para o alargamento da Rua da Rainha, pertencentes a José de Azevedo Machado, José Joaquim de Lemos e José Joaquim da Silva Guimarães.
- 1882.11.15 A Câmara resolve mandar tirar de dentro do tanque da praça de Nossa Senhora da Oliveira o pequeno muro que servia de resguardo à Oliveira ali posta poucos anos antes.
- 1883.03.26 O Dr. Bernardino Machado deputado por Braga apresenta na Câmara dos Deputados um projecto de lei tendente a conceder à Sociedade Martins Sarmento para estabelecimento da sua biblioteca particular e pública o edifício, cerca e mais pertenças do Convento das Dominicicas
- 1883.07.04 Resolve-se mandar construir o passeio do lado Norte da rua do Carmo.
- 1884.01.25 Coloca-se a última pedra que remata o frontão da Basílica de S. Pedro, no Toural.
- 1884.02.16 Publica-se o anúncio para a construção do edifício da Estação do Cavalinho.
- 1884.03 A Câmara resolve mandar organizar o projecto de melhoramento da Praça de S. Tiago
- 1884.03.26 A Câmara aprova os estudos e plantas das duas avenidas, uma a partir do Toural e outra do Campo da Feira
- 1884.04.14 Às 11 horas chega a locomotiva à Estação de Vila Flor, inaugurando o Caminho de Ferro até Guimarães.
- 1884.06 Arrematação da obra de alargamento do Campo da Feira.
- 1884.09 Começa a levantar-se a calçada da rua da Rainha, a fim de ser substituída por calcetaria.
- 1884.09 Arrematada a obra de reconstrução da Rua de Santa Rosa de Lima, por José Francisco Fernandes, pela quantia de réis 1:026\$000.
- 1885.02 Aprovada a directriz da Avenida de Vila Flor, apresentada pelo Sr António de Moura Soares Veloso.
- 1885.06.10 A Câmara manda proceder à expropriação da Capela de S. Tiago, a fim de serem concluídos os “melhoramentos” no solo da praça
- 1885.07.06 Carta do padre Abílio de Passos, protestando pela demolição da igreja de S. Tiago.
- 1885.07.08 Decide-se demolir a Capela de S. Tiago.
- 1885.08.20 Delibera-se que o Tribunal Judicial, Administração do Concelho, Fazenda e Conservatória sejam transferidas interinamente para a Casa das Lamelas.
- 1885.09.02 No notário José da Silva Basto Guimarães, é assinado o contrato para a construção do monumento a D. Afonso Henriques, entre a Comissão Promotora, o escultor portuense Soares dos Reis e o architecto José António Gaspar, por 7 contos de réis, toda a obra.
- 1885.10.21 Decide-se que o Engenheiro Municipal levante a planta do Campo de S. Francisco e Largo de S. Sebastião supondo removida do local a igreja, que existe no dito largo, a fim de se assentar sobre o ponto onde tem que ser levantado o monumento a D. Afonso Henriques.

- 1885.11.11 Devido ao ofício do presidente da comissão do monumento a D. Afonso Henriques, acompanhando uma carta do professor de Belas Artes de Lisboa José António Gaspar, delibera-se que o monumento seja colocado na actual praça regularizada de Campo de S. Francisco.
- 1885.12.09 Arremata-se a obra do melhoramento do Campo da Misericórdia.
- 1886.05.06 Carta de lei autorizando a Câmara Municipal a demolir a capela de S. Tiago.
- 1886.12.09 Resolvido que seja posta em praça a obra da demolição da capela de S. Tiago.
- 1886.12 A Câmara resolveu mandar reconstruir a calcetaria, a parte da rua Nova de Santo António.
- 1887.01.04 A Câmara Municipal resolve conceder provisoriamente o edifício do extinto convento de S. Domingos, que por carta de lei de 27 de Dezembro de 1870 lhe havia sido dado para as repartições concelhias, à Sociedade Martins Sarmento, para esta instalar os museus e biblioteca.
- 1887.01.01 Foram arrematados os materiais da Capela de S. Tiago.
- 1887.01.11 Por ordem da Câmara principiou a demolição da Capela de S. Tiago.
- 1887.04.27 Aprovado o projecto e orçamento da obra de reconstrução da Travessa do Monte-Pio.
- 1887.04.27 Aprovado o projecto e orçamento da obra de reconstrução de 90 metros de passeio na rua Nova de Santo António
- 1887.07.30 Proposta de lei, feita pelo Ministério da Fazenda Mariano Cirilo de Carvalho, concedendo à Sociedade Martins Sarmento o edifício do extinto convento de S. Domingos.
- 1887.08 Aprovado o projecto da obra de reconstrução de uma parte da praça de S. Tiago.
- 1887.08.31 A comissão executiva da câmara municipal aprovou o projecto e orçamento da cobertura metálica do Castelo desta cidade.
- 1887.10.20 Visita da família real a Guimarães: Às 4 da tarde inaugura da estátua de D. Afonso Henriques, do arqt. José António Gaspar e esc. Soares dos Reis. Às 5 horas foi o lançamento da 1ª pedra do edifício da Escola Francisco de Holanda
- 1888.01.28 Provisão do arcebispo, autorizando a transferência provisoriamente da paróquia de S. Sebastião para a Igreja das Dominicicas.
- 1888.04.03 Carta de lei autorizando o governo a conceder à Sociedade Martins Sarmento o edifício do extinto convento de S. Domingos, para nele se estabelecerem os museus, biblioteca e mais dependências da Sociedade.
- 1888.06.12 Decreto concedendo à Sociedade Martins Sarmento, em virtude da carta de lei de 3 de Abril de 1888, o edifício do extinto Convento de S. Domingos, com todos os seus anexos, de que não se aproveitou a Câmara Municipal, para nele estabelecer a sua biblioteca, museus, escolas e mais dependências, revertendo para a Fazenda Nacional se a mesma sociedade, no prazo de dois anos, deixar de applicá-los aos fins para que lhe é concedido, ou se qualquer tempo lhe der diversa applicação.
- 1888.06.28 Resolve-se, que se proceda ao concerto do caminho que sai da ponte no largo do Cidade e vai entroncar com a rua de Vila Flor.
- 1888.09 *“Em algumas egrejas estavam a ser collocadas novas caixas dos toques d’incendio, sendo as cordas substituidas por arames. As caixas são de ferro fundido, tendo na parte inferior os signaes d’incendio que pertencem a cada circunscipção. Pena é que não fossem substituidas todas as que existem de madeira”[...]*
- 1888.09.06 Coloca-se uma grade de ferro em volta do monumento a D. Afonso Henriques.
- 1888.12.12 Arrematada a obra de calcetamento da avenida do lado sul do Largo do Carmo.
- 1889.04.01 O Dr. Joaquim José de Meira propôs e foi resolvido que se mande organizar um projecto de melhoramento em volta do castelo.

- 1889.04 Representação dos habitantes de Guimarães à Câmara Municipal, para que se removesse o ilhéu de casas velhas, que ainda deturpava o largo do Carmo.
- 1889.05.01 Arremata-se uma nova rua entre o Carmo e a Estrada de Fafe. É a rua Serpa Pinto.
- 1890 A Ordem de S. Francisco votou uma proposta, que dizia assim: “*A Mesa da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco desta cidade, na sua sessão de ontem, resolveu principiar a executar um plano geral de obras no seu convento; e como lhe consta que a Câmara pensa abrir uma rua que partindo das carvalhas ponha em fácil e formosa comunicação a Praça de D. Afonso Henriques com o Campo da Feira, e desejando contribuir para este melhoramento, oferece gratuitamente à Câmara, na ocasião presente, o terreno necessário para o alargamento da referida rua*”.
- 1890 Começam os trabalhos de alargamento na ponte do Campo da Feira.
- 1890.12.26 Decide-se pôr em arrematação a obra do melhoramento do largo de Trás-Gaia.
- 1890.01.30 Começa a demolição do ilhote de casas velhas, que havia no largo do Carmo.
- 1890.02.24 Começam os trabalhos para a reconstrução da rua da Caldeiroa.
- 1890.02.27 Decide-se que a Comissão Municipal fique autorizada a proceder ao alargamento da Rua Serpa Pinto e a requerer o competente decreto para expropriação dos prédios incluídos na linha do mesmo alargamento, sendo para esse fim organizadas as respectivas plantas e orçamentos.
- 1890.03.03 Resolve-se aprovar o projecto do alargamento da Avenida do Campo da Feira sobre o ribeiro.
- 1890.02.27 A Câmara, em sessão plenária extraordinária, decide mandar iluminar a cidade a gás.
- 1890.03.27 É decretada a construção da Avenida que liga a Estação do Caminho de Ferro à Praça D. Afonso Henriques. O Ministro da Fazenda era o Conselheiro João Franco.
- 1890.04 A Câmara Municipal é autorizada a demolir por utilidade pública os moinhos do campo da Feira, a fim de ampliar o rio.
- 1890.04.21 Principia a demolição do casebre e seu moinho, que estava no Rio do Campo da Feira, junto à entrada da Ponte, lado nascente, e assim principiou o alargamento do referido campo.
- 1890.04.24 A Irmandade de Santo António, tendo feito obras na igreja de Santa Rosa de Lima, em que gastou a quantia superior a um conto de réis, abriu a mesma igreja ao culto.
- 1890.05.24 É apresentada na Câmara dos Deputados, um projecto de lei, tendo por fim anular o decreto de 19-6-1889 e conceder à Câmara Municipal a igreja do Convento de Santa Rosa de Lima.
- 1890.08.13 É aprovado na Câmara dos Deputados o projecto de lei apresentado em 24-5-1890, concedendo à Câmara Municipal o convento de Santa Rosa de Lima e suas dependências com um aditamento concedendo à Irmandade de Santo António o altar lateral e ante-sacristia.
- 1890.09.06 É arrematada por 82 contos de réis a empreitada geral da construção da Avenida, lado nascente, da ligação da cidade para a Estação do Caminho de Ferro, e foi adjudicada a António Ferreira
- 1890.09.10 É arrematada a obra do alargamento do Campo da Feira, adjudicada a José Inácio Rodrigues, de Vizela.
- 1890.09.17 É arrematada a obra de colocação do chafariz do Tournal no largo do Carmo.
- 1890.10.13 Arrematada a obra de reconstrução da travessa dos Bimbais.
- 1890.11.18 A Câmara delibera que o tanque do largo do Carmo fosse mudado para a Rua Nova de Santo António.
- 1890.12.17 É arrematada a obra da mudança do tanque do Largo do Carmo para a Rua Nova de S. António.

- 1891 É colocado no largo do Carmo o chafariz, que 1874 foi apeado do Tournal. Alagaram-se as restantes casas do largo do Carmo, norte, o Passo, que ali estava foi mudado para a porta do Asilo e o tanque, para a Rua Nova de Santo António, mas com menores dimensões.
- 1891.02. Encontra-se em demolição de parte do extinto convento de S. Francisco, para a passagem da nova rua, que vai pôr em formosa comunicação a futura avenida de Vila Flor com a praça D. Afonso Henriques.
- 1891.03.04 *Resolveu-se que fique autorizado o snr presidente a assinar o competente termo, pelo qual a comissão municipal se obriga a remover o tanque construído na rua nova de Santo António, que se acha encostado ao muro do Sr António Martins Pinto da Cunha e António José d'Abreu Campo Santo, ou a indemniza-los do prejuízo que estes soffrem com a construção do referido tanque.*
- 1891.05.05 Principiam em Vila Flor (Cavalinho) os trabalhos da Avenida da Indústria, que liga a estação do Caminho de Ferro a esta cidade, pelo lado do Campo da Feira.
- 1876.08.11 É apeada a figura do “Guimarães”, simbólica da cidade, que estava em cima do edifício da Alfândega que ia demolir-se.
- 1891.10.19 Aprovação do projecto e orçamento de uma rua do Tournal ao Campo da Feira.
- 1891.12.02 Resolve-se que seja arrematada a obra de calcetaria e passeio da rua de Santa Maria.
- 1891.12.23 Decide-se nomear uma comissão composta por Eduardo Almeida, Fortunato Basto e Martins da Costa, a fim de se informar sobre os preços dos prédios que têm de ser expropriados, para a nova rua entre a Praça D. Afonso Henriques e o Campo da Feira.
- 1891.12.23 Arrematar a obra da reconstrução de uma parte da rua de Santa Maria.
- 1892.01.27 Decide-se aprovar o projecto e orçamento da obra de reconstrução e melhoramento do largo do Carmo, organizado pelo Condutor de Obras públicas.
- 1892.02.24 Arremata-se a obra de construção de uma rua ao lado poente do largo do Carmo, sendo arrematante Bento Martins, da freguesia da Costa.
- 1892.03.28 O Par do Reino Hintze Ribeiro apresenta em sessão o parecer da comissão da Fazenda sobre o projecto de lei que concedia à Câmara Municipal o Convento e Igreja das Dominicinas.
- 1892.05.19 Decreto concedendo definitivamente à Câmara o edificio do Convento de Santa Rosa de Lima.
- 1892.07.08 Em sessão da Câmara, com assistência da respectiva junta de Paróquia, foi decidido a demolição da igreja de S. Sebastião.
- 1892.07.13 Delibera-se que seja anunciada a arrematação das obras de mudança do Passo da igreja de S. Sebastião para junto da igreja de S. Francisco.
- 1892.09.25 À tarde efectua-se com solenidade a transferência da sede de paróquia de S. Sebastião para a igreja de santa Rosa, das Dominicinas
- 1892.10.05 A Câmara resolve que o Passo existente no adro de S. Sebastião, cuja igreja se andava demolindo, fosse colocado encostado à torre de S. Dâmaso, visto a anuência da mesa do Cordão e das Chagas, e não no largo de S. Francisco, como tinham deliberado.
- 1892.10.26 Requerimento da direcção da Associação Artística Vimaranesa, requerendo licença para edificar a frente do edificio da mesma corporação. Deferido.
- 1892.11.01 Começa a ser desfeito o adro da Igreja de S. Sebastião
- 1892.11.09 Resolve-se pôr em arrematação a obra do largo do Carmo, conforme o respectivo projecto.
- 1892.11.09 Resolve-se mandar construir umas escadas na rua da Ramada, colocando-lhes uma grade.
- 1892.11.17 Inicia-se a demolição da torre da igreja de S. Sebastião.

- 1893.01.08 Delibera-se mandar remover o cruzeiro da Ordem Terceira de S. Francisco, para onde a Mesa da mesma Ordem indicar.
- 1893.05.31 A Câmara aprova o projecto do matadouro público, organizado pelo condutor de obras públicas António Martins Ferreira.
- 1893.06.07 Decide-se aprovar o projecto de melhoramento do largo da Ramada, organizado pelo condutor de obras públicas António Martins Ferreira.
- 1893.08.07 Está concluída a avenida do Campo da Feira, esperando-se apenas, para abrir ao público, o exame oficial.
- 1893.08.02 Aprova-se o projecto e orçamento da construção de um passeio de cantaria na rua de Paio Galvão.
- 1893.08.19 Decreto concedendo provisoriamente à Colegiada o edifício do extinto convento de Santa Clara e suas dependências, para nele se estabelecer exclusivamente o Seminário de Nossa Senhora da Oliveira.
- 1893.09.04 Abriu ao trânsito a Avenida do Campo da Feira para a Estação do Caminho de Ferro.
- 1893.11.20 Aprova-se o projecto da continuação da reconstrução da rua da Caldeiroa.
- 1893.11.20 Resolve-se o alargamento da Travessa das Hortas.
- 1894.02. Arboriza-se a avenida que liga a estação de Vila Flor a esta cidade.
- 1894.02. Arboriza-se o jardim, que se mandou fazer no Largo de Santa Clara.
- 1894.04. Os canteiros do jardim do Toural estavam a ser modificados por dois jardineiros do Porto.
- 1894.05. Está em demolição o mirante do extinto convento de Santa Clara, onde se instalou o Seminário de Nossa Senhora da Oliveira
- 1896.05.27 A câmara aprova o projecto da obra de reconstrução do pavimento da rua nascente do largo do Carmo.
- 1896.05.27 A Câmara resolve aprovar o projecto e orçamento de terraplanagem e regularização do largo de S. Sebastião, a fim de ser posto em praça.
- 1896.05.01 Resolve-se aprovar o projecto do Matadouro Público organizado pelo Condutor de Obras Públicas António Martins Ferreira.
- 1896.07.29 Em sessão da Câmara Casimiro José Eiras, de Tenões, arremata a construção do Matadouro Público.
- 1896.08.03 Começam as obras de terraplanagem e extracção de pedra do antigo largo de S. Sebastião, para aformoseamento da Praça D. Afonso Henriques.
- 1896.10.07 Resolve-se que seja organizado o competente projecto e orçamento para se proceder à obra de reparação da Rua de Santa Cruz.
- 1896.10.08 Resolve-se aprovar o projecto de alargamento da rua do Picoto, organizado pelo Condutor de Obras António Martins Ferreira.
- 1896.11.26 Conclui-se a demolição da igreja e adro de S. Sebastião, ficando terraplenado o local e pronto a receber qualquer aformoseamento.
- 1897.05.10 Principia-se a desmontar uns metros da muralha na Torre Velha, lado poente, em que se via o coice da porta, para aí fazer uma casa.
- 1897.06.09 É arrematada a obra de rebaixe de parte da travessa do Anjo.
- 1897.06.12 Começa a ser demolida uma parte da muralha, parte Norte, da Rua de Val de Donas, junto da Travessa para a Rua de Santo António, cuja pedra foi contratada pelo empreiteiro da Avenida
- 1897.06.30 É arrematada por Bento Martins a obra de reconstrução da rua de Santa Cruz.
- 1897.07.18 Neste dia e nos dois seguintes foi demolido o Passo, que estava na Rua Nova de Santo António.
- 1897.08.14 Dá entrada no edifício da Sociedade Martins Sarmiento a antiquíssima e muito célebre “Pedra Formosa” oferecida à Sociedade pelo Dr. Francisco Martins Sarmiento, que a comprou à Junta de Paróquia de S. Salvador de Briteiros, por 100\$000 réis e já estava elevada por 500\$000 réis.

- 1898.02.28 Principia a construção da estrada de Nossa Senhora da Guia à Costa, sendo definitivamente aberta a todo o trânsito público em 20 de Dezembro de 1900.
- 1898.12.28 É arrematado por Bento Martins, da freguesia da Costa, a obra de melhoramento da rua de Santa Margarida.
- 1899.04.05 Resolve-se aprovar para todos os efeitos legais o projecto e orçamento da obra da reconstrução da rua dos Terceiros, devendo esta deliberação ser submetida à aprovação superior
- 1899.05.10 É arrematada por Luís Pereira Ribeiro, da freguesia de S. Jorge do Selho, a obra de reconstrução da Rua de S. Francisco.
- 1899.06.28 Resolve-se adquirir um marco fontanário de ferro, orçado na quantia de 65:000 réis, para ser colocado na rua de Vila Flor em substituição da fonte e tanque do largo de S. Sebastião, que tem de ser suprimido por causa das obras que o governo está a realizar na estrada de serviço para a estação do caminho de ferro.
- 1899.08.10 Delibera-se que se dê ao largo do Carmo o nome de Largo Dr. Martins Sarmento.
- 1900.01. É destruído o tanque que havia sido feito em 1871 e encostado ao muro do adro de S. Sebastião e daí mudado, poucos anos antes, mais para baixo.
- 1900.02.02 Com a assistência do Presidente da Câmara e de alguns membros da mesma foi aberto ao público e começou a funcionar o novo Matadouro, aos Pombais, acabando o velho sistema de matar o gado a malho.
- 1900.02.14 É apresentado o projecto e orçamento de 6 contos de réis para corte e alargamento da Rua da Rainha.
- 1900.05.18 É apeado o antigo cruzeiro dos Terceiros de S. Francisco, ao princípio do largo das Carvalhas, e no dia seguinte foi de novo levantado junto da parede norte da igreja de S Francisco.
- 1900.12.30 É aberta ao trânsito público a nova avenida do Toural à estação do Caminho de Ferro.
- 1901.05.25 De tarde é assente a Primeira Pedra dos alicerces para a projectada obra do edifício da Sociedade Martins Sarmento.
- 1901.08.28 A Câmara delibera iluminar a cidade a luz eléctrica.
- 1901.09.24 Fez-se contrato entre a Câmara Municipal e a firma Moon Longhlin & C^a, de Manchester, para o fornecimento da iluminação eléctrica desta cidade.
- 1901.12.16 Decreto aprovando a escritura da luz eléctrica, fazendo apenas uma alteração na cláusula 17. DG nº 287, de 19-12-1901.
- 1902.10.22 Determina-se promover a troca da Capela do Campo Santo pela de Santa Luzia, ficando todavia sempre com o encargo de venerar o Senhor da Boa Morte.
- 1902.11.10 Efectua-se na Administração do Concelho o primeiro Registo Civil de Nascimento.
- 1903.03. Neste mês foi aprovada pelo ministério do reino a deliberação da Câmara referente à troca da Capela de Santa Luzia, para demolir, pela do antigo Campo Santo, com o Cabido.
- 1903.08.16 É inaugurada às 18 horas a iluminação pública da cidade por electricidade, com 373 lâmpadas.
- 1904.02.22 À noite é levado do seu oratório para a igreja de S. Pedro de Azurém, o Senhor dos Passos. O oratório que era em Santa Luzia, na embocadura da Rua do Picoto, foi demolido.
- 1904.05. É aprovado um projecto de ampliação da Praça de S. Tiago, expropriando três prédios, cujas traseiras faziam uma viela infecta, impossível de se tornar habitável.
- 1904.08.20 Principia a demolição do tanque que estava encostado à torre de Nossa Senhora da Oliveira.

- 1904.09.06 Em sessão foram aprovados os projectos e orçamentos seguintes: Alargamento e aformoseamento da praça de S. Tiago 17:620\$000 reis; Alargamento da Rua das Lamelas 5:400\$000 reis; Alargamento da rua do Espírito Santo 3:310\$000 reis; Reparação, melhoramento e aformoseamento do Largo D. Afonso Henriques 2:30\$000 reis; construção de uma rua entre os Campos de S. Francisco e da Feira 18:500\$000 reis; Construção duma rua de ligação da Avenida do Comércio com a da Industria 7.900\$000 reis; Construção duma rua entre a Avenida do Comércio com a transversal nº3, 5.250\$000 reis; Construção de uma rua transversal entre a nº1 e a avenida paralela a esta 2.650\$000 reis. Foram aprovados superiormente no fim de Setembro.
- 1905.02.15 Fica concluída a fachada do edifício da Sociedade Martins Sarmento.
- 1906.04.04 Aprovado o projecto e orçamento para a obra de prolongamento da rua Paio Galvão, aprovado pela Câmara em sessão de 15 de Outubro de 1902.
- 1906.04.04 Aprovado o projecto e orçamento para a obra de construção da Cadeia Comarcã, aprovado pela câmara em sessão de 2 de Fevereiro do corrente ano
- 1907 Foram feitas as escadas de subida para a Rua do Picoto e calcetado o largo que da Rua de Santa Luzia dava para as mesmas.
- 1907.02.23 Delibera-se anunciar a obra de alargamento do Campo da Feira cujo projecto foi aprovado em 29 de Setembro de 1905, sob a base de licitação de 1:600\$000 réis.
- 1907.04.23 O Cruzeiro do Senhor do Calvário que existia em frente da porta de entrada para a sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, foi apeado e mudado para junto das escadas de acesso para o palacete de Vila Pouca, onde ficou colocado aos 27 deste mês e ano.
- 1907.12. Resolve-se fazer com solenidade o lançamento da primeira pedra para a construção da nova Cadeia Comarcã.
- 1908 Desmorona-se parte do Albergue de Nossa Senhora do Serviço, administrado pela Curaria no Largo do Anjo.
- 1908.01.08 Foi arrematada a obra de empedramento, terraplanagens, aquedutos e guias dos passeios do Campo da Feira, parte do projecto aprovado em 29 de Setembro de 1905 com a denominação Rua entre o Campo de S. Francisco e o da Feira e alargamento deste, sendo adjudicada a Bento Martins.
- 1908.02. Foi desfeito o tanque, que estava defronte da capela de Santa Luzia, abaixo do solo.
- 1908.09.26 Por escritura, lavrada pelo notário, Dr. António da Silva Basto Júnior, a Companhia da luz eléctrica de Guimarães, representada por Alberto C. e Kendall, cônsul do Chile no Porto, trespassou a Bernardino Jordão, a concessão do fornecimento exclusivo para a iluminação pública e particular desta cidade por meio de luz eléctrica, compreendendo-se na venda do edifício da Fábrica da Luz Eléctrica, a sede de Distribuição, as instalações feitas na via pública, os maquinismos e todos os acessórios de que a mesma fábrica se compunha.
- 1909.05. A Câmara Municipal deliberou mandar reparar o Padrão da Rua D. João I.**Erro! Marcador não definido.**
- 1909.05. Já se encontra ajardinado o octógono da Praça D. Afonso Henriques
- 1909.10.31 Começa a funcionar a nova empresa Jordão de luz eléctrica na Avenida do Comércio.
- 1910.06.16 Decreto publicado no Diário do Governo de 23 deste mês designando os imóveis que devem ser considerados Monumento Nacional: Igreja de S. Miguel do Castelo, Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Claustro da Igreja de S. Domingos, Cruzeiro da Senhora da Guia, Castelo de Guimarães, Padrão de D. João I, Paço dos Duques de Bragança, Paços municipais de Guimarães.
- 1910.11.10 Deliberado retirar as grades do Passeio Público do Toural.
- 1911 Fecha ao público a igreja do Convento de Santa Clara.

- 1911.03.16 Foi publicado o decreto autorizando a Câmara a demolir o edifício do Recolhimento o Anjo.
- 1911.04.12 Delibera-se aprovar o projecto e orçamento para a obra de reparação e melhoramento do Campo do Toural desta cidade, orçado na quantia de 1.500\$000 réis, e mandar que fosse enviado à estação tutelar para receber a necessária sanção.
- 1911.04.20 Principia a demolição interior da capela do Recolhimento o Anjo.
- 1911.04. Pelo Governo da República é cedida a casa, onde residiam os Jesuítas, na Rua de Francisco Agra, para nela serem instaladas as Escolas Centrais da cidade.
- 1911.05.31 Delibera-se expropriar amigavelmente o terreno de uma morada de casas designado pelo nº21 e bem assim parte do terreno de outra morada de casas designado no aludido mapa pelo nº 24, respectivamente pertencentes a Alfredo Ribeiro Belino e Augusto Mendes da Cunha, não excedendo as indemnizações aos expropriados os valores dados no respectivo projecto, necessários para o alargamento da Praça de S. Tiago, cujo projecto se achava superiormente aprovado.
- 1911.05.31 Delibera-se representar ao governo por intermédio do Ministro da Justiça, pedindo a cedência a favor do município do edifício das extintas Doroteias, denominado Colégio da Sagrada Família, para nele serem instaladas diferentes Repartições Públicas e nomeadamente o Registo civil obrigatório
- 1911.07.04 Principia a retirada das grades de ferro (2º dia), que vedavam o jardim do Toural.
- 1911.07.06 Às 6 h da manhã é apeada a estátua de D. Afonso Henriques, que estava no terreiro de S. Francisco e ia passar para o Toural.
- 1911.07. Estavam quase concluídas as obras de ajardinamento da Praça D. Afonso Henriques.
- 1911.08.25 Decreto concedendo à Câmara “*a parte do antigo Convento de Santa Clara.*” de Guimarães, “*onde estava instalado um seminário, a fim de nele estabelecer um internato para estudantes menores; segundo, esta cedência é feita a título provisório até que definitivamente se dê aquele edifício algumas das aplicações designadas em qualquer dos quatro números do artigo 104 do decreto*” de 20 de Abril último. Está assinada por António José de Almeida e Afonso Costa.
- 1911.09.19 Principia a demolir-se, por ordem da Câmara, o antigo Albergue de Nossa Senhora do Serviço, que era administrado pela comunidade da Curaria, tendo já há tempos mudado as albergadas, mulheres pobres e velhas, para o extinto convento de Santa Rosa de Lima, “Dominicas”.
- 1911.11.07 Às 6h30 da manhã principiou a retirar-se, desfazendo-a, a Fonte dos Passarinhos, obra de 1869, para edificar as escadas de passagem
- 1911.11.07 De manhã apareceu deitado abaixo, pela malandragem, o lampião do cruzeiro, que estava perto de Nossa Senhora da Guia.
- 1911.12.15 É apeado o cruzeiro do Recolhimento o Anjo.
- 1912.04.20 Principia, a demolição da igreja de S. Paio.
- 1912.05. É aprovado superiormente o projecto e orçamento da obra de reforma dos Passeios da Praça D. Afonso Henriques e aformoseamento do Largo do Trovador.
- 1912.05.09 Está quase totalmente demolido o Albergue de Nossa Senhora do Serviço, no Terreiro das Beatas do Anjo, lateral à igreja de S. Paio.
- 1912.05.13 Edital, anunciando a arrematação das obras de reparação, melhoramento e aformoseamento do Largo do Trovador.
- 1912.09.17 Arrematação da continuação da obra de prolongamento da Rua de Paio Galvão desta cidade

- 1913.04. Arrematação da obra de reparação e melhoramento da Rua Padre António Caldas
- 1913.05. É aprovado o projecto e orçamento das obras da rua de S. Dâmaso.
- 1913.05. A rua de S. Dâmaso sofre um rebaixamento, que a melhorou bastante.
- 1913.06.19 O armário, que fazia nicho a uma imagem, desfeando o Padrão junto do templo da Oliveira, foi abaixo.
- 1913.07. O Presidente da Comissão Administrativa dos Bens do Estado autoriza a demolição do coruchéu da Torre da Colegiada de Guimarães.
- 1913.09.11 É colocada uma lâmpada eléctrica dentro do Padrão de Nossa Senhora da Vitória, e foi retirada no dia 13.
- 1913.09.19 São retiradas as grades de ferro, que circundavam o adro principal e padrão da Igreja da Colegiada.
- 1913.09.17 A Câmara fica inteirada do acórdão de aprovação superior ao projecto e orçamento para a obra de reparação e melhoramento de parte da Rua de Couros
- 1913.10.29 A Câmara Municipal de Guimarães aprova o projecto e orçamento da obra de alargamento da Rua das Hortas.
- 1914 A vereação do Dr. Mariano Felgueiras tem a iniciativa de fazer estudar um parque envolvente dos três monumentos, que existem na Colina Sagrada, concretizando uma antiga ideia dos vimaranenses
- 1914 É nomeada pela Câmara uma comissão para dar parecer sobre qual o local onde se deviam edificar os novos Paços do Concelho.
- 1914.02.27 Decreto concedendo à Câmara de Guimarães o edifício da Igreja Paroquial de S. Paio de Guimarães.
- 1916 É demolida a capela do antigo Campo Santo por ordem da Câmara. O retábulo do altar mor com a imagem de Jesus Cristo crucificado foram para a igreja do extinto Convento dos Capuchos.
- 1916.11. Marques da Silva vence o concurso para a construção dos novos Paços do Concelho, com o projecto Ourique, cujas bases foram as sujeitas à apreciação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses e do Conselho de Arte e Arqueologia Nacionais.
- 1921 A Comissão Executiva do Município, da presidência de A.L. de Carvalho, consegue ver presente ao Parlamento pelo Deputado Dr. Lúcio dos Santos um projecto de lei para a expropriação de terrenos à volta dos três monumentos existentes na Colina, com o propósito da realização do parque
- 1921.11.04 Edital anunciando a arrematação da obra de conclusão da Cadeia Comarcã.
- 1921.10.11 A Associação Comercial de Guimarães compra, para instalação da sua sede, o palacete da rua da Rainha.
- 1922.06. Procede-se a reparações nos Claustros da igreja de Nossa Senhora da Oliveira
- 1924.04. A Câmara manda demolir as árvores que circundam a Praça do Toural.
- 1924.06.01 Leilão do recheio da igreja de Santa Clara
- 1924.12. Pelo Ministério da Justiça foram cedidos à Câmara Municipal, para a instalação do Liceu Martins Sarmento e Internato Municipal para estudantes menores, todo o edifício do suprimido Convento de Santa Clara, com o seu mobiliário e a cerca anexa.
- 1925 Demolida parte da Muralha junto da Estrada de Fafe e início da construção dos Paços do Concelho.
- 1925.07. Comprado o edifício para os Correios e Telégrafos, na Rua 31 de Janeiro.
- 1925.08. Transferência dos presos para a nova Cadeia.
- 1925.12.18 Inauguração do Café Oriental.
- 1926.08. Principiam as obras de restauro na igreja e Claustros de Nossa Senhora da Oliveira
- 1927 É mudado mais para sul o tanque da Rua de Santo António, e fez-se-lhe de novo, com certa diferença, a cruz que encimava a coroa das armas.

- 1927 Começam as obras no Parque do Castelo, por iniciativa de José Luís de Pina, Vereador Municipal
- 1927.01.28 Procede-se ao corte das antigas árvores que circuitavam a Igreja de Santa Margarida, pois as suas raízes ameaçavam desmoroná-la.
- 1927.06.08 Congresso Nacional Eucarístico em Guimarães.
- 1927.09.05 A pia, onde, segundo a tradição, foi do baptizado D. Afonso Henriques, que foi em 1664 foi para o templo da Oliveira, regressou à de S. Miguel do Castelo.
- 1927.09. Toma-se conhecimento público de que vai ser restaurado Castelo.
- 1927.12.18 Inauguração do novo edifício dos CTT, localizado na antiga casa de José Martins de Queirós, Minotes, na Rua 31 de Janeiro.
- 1928 A vereação da presidência do Capitão Duarte Fraga faz, por acordo com os proprietários dos casinhotos e quintalórios circundantes do castelo, as primeiras desobstruções, que muito beneficiaram o monumento e abriram novas perspectivas para a ideia do grande parque
- 1928 Polémica sobre a calceta do Toural.
- 1928.01.23 Principia a fazer-se de mosaico o pavimento das ruas do jardim do Toural.
- 1928.03.17 Decreto criando o Museu de Alberto Sampaio, por intermédio do Dr. Alfredo de Magalhães, estadista e catedrático.
- 1928.09. Trabalha-se afincadamente nas obras do castelo.
- 1928.09.11 *“Vae ser adaptada a gymnasio do lyceu de Martins Sarmento a antiga egreja de Santa Clara”*.
- 1929.02. Os moradores da Praça D. Afonso Henriques entregam à Comissão Executiva da Câmara Municipal uma representação, pedindo *“a remoção ou corte das árvores que circundam a mesma Praça [do Toural]”*.
- 1929.04.09 Inauguração dos telefones na estação telégrafo postal da Rua 31 de Janeiro
- 1929.04. Anda a proceder-se ao aformoseamento da Praça D. Afonso Henriques.
- 1929.05.13 O Colosso de Pedralva chega em dois carrões à Sociedade Martins Sarmento
- 1929.08.09 Continuam com grande actividade as obras de restauro da Colegiada e instalação do Museu de Alberto Sampaio. Estava quase demolido o Passo que existia junto à entrada do Museu, que seria transferido para o Campo da Feira
- 1931.03.06 Encontra-se em restauro o claustro do extinto Convento de S. Domingos, pertença da Sociedade Martins Sarmento.
- 1931.05.15 Procedia-se ao restauro da Capelinha de S. Crispim e limpeza das imagens, que nela se encontram.
- 1931.06.27 O Decreto Lei nº 19.952 cria o Arquivo Municipal de Guimarães.
- 1931.07. Após o restauro e reparações abre à veneração dos fieis a antiga capelinha de S. Crispim.
- 1931.10. A Comissão Administrativa nomeia uma Comissão de Estética para que esta previna a garantia de conservação dos edificios camarários e particulares da cidade, que, pelo seu merecimento artístico ou character regional, constituem além dos monumentos maiores o núcleo mais directamente atractivo para os vimezanenses e os milhares de turistas, que anualmente visitam a cidade.
- 1932 Inicia-se o restauro do Castelo de Guimarães.
- 1932.01. Inauguração do Campo de Jogos do Benlhevai.
- 1932.02. Procede-se a obra na Avenida, que liga a Senhora da Guia com os Novos Paços do Concelho
- 1932.02. Está em obras de remodelação a rua de Gil Vicente
- 1932.02. A Comissão Administrativa delibera mandar reparar a frontaria do Tanque do Salvador e pôr em arrematação a obra de alinhamento da Rua de S. Torcato na Estrada Nacional nº 11
- 1932.02.05 É aprovada pela Comissão Administrativa a planta do novo Mercado, obra do architecto Marques da Silva.
- 1932.02.08 Procede-se a obras de aformoseamento na Rua de S. Dâmaso.

- 1932.03.05 A Câmara aprova o projecto da reparação e melhoramento da Cadeia Comarcã e o seu respectivo orçamento, mandando-o pôr em arrematação pública
- 1932.03.05 A Câmara aprova o projecto de alargamento da rua, que, com o seguimento da rua Gil Vicente, segue da Rua de Paio Galvão a S. Lázaro e o seu respectivo orçamento, mandando-o executar por administração directa.
- 1932.03.05 A Câmara aprova o projecto de alargamento da Rua Paio Galvão, pelo afastamento do muro de suporte do quintal do Proposto, e o seu respectivo orçamento e conseqüente regularização do terreno.
- 1932.03. Começa o restauro da Capela de S. Brás.
- 1932.03. Por proposta do Dr. Ricardo de Freitas Ribeiro foi tomada a seguinte deliberação -1º Que a Câmara autorize a Comissão de Estética a gastar na modificação do pavimento, adaptação da iluminação pública e arranjo de alguns prédios da rua de Santa Maria até à importância de 5000\$00, 2º Que possa a mesma comissão utilizar para estas obras o actual lajeado existente na rua da Tulha e na frente da Caixa Geral de Depósitos, ou outro que julgue conveniente. Dá-se assim início à recuperação da Rua de Santa Maria.
- 1932.03.05 A Câmara aprova o projecto de alargamento da rua Sul da Praça do Mercado entre a rua de Paio Galvão e a travessa de S. Domingos e o seu respectivo orçamento, mandando-o executar por administração directa.
- 1932.03.20 O jardim público está em remodelação
- 1932.04. Restauro da Capela da Madre de Deus
- 1932.05. Remodelação do Jardim Público, dirigida pelo arquitecto floricultor Jacinto de Matos
- 1932.05.06 A Comissão de Estética Municipal, através de Dr. Ricardo de Freitas Ribeiro (presidente), Alfredo Guimarães, José Luiz de Pina e António de Azevedo, continua remodelando a Rua de Santa Maria, com nova pavimentação da rua, limpeza geral dos prédios, arranjo de algumas varandas, montagem da nova iluminação e ainda o grande ar de limpeza, que aquela velha artéria de Guimarães iria começar a ter
- 1932.06. Abre ao culto, após restauro, a Capela de S. Domingos
- 1932.06. A Comissão administrativa da Câmara decide officiar ao Director dos Monumentos Nacionais do Norte, comunicando-lhe que a Câmara vai dar início às obras de restauro do Castelo e que deseja seguir na execução destas todas as instruções que por ele lhe sejam dadas.
- 1932.06. A Comissão Administrativa da Câmara decide solicitar da Sociedade Martins Sarmento autorização para cortar no terreno sobranceiro à rua do Mercado a terra necessária, assim como para deslocação do muro, para alinhamento e regularização da rua.
- 1932.06. A Comissão Estética da Câmara Municipal manda instalar a luz eléctrica por um processo novo dentro do Padrão da Oliveira
- 1932.06. Muda de sítio o Cruzeiro de Nossa Senhora da Guia.
- 1932.06. Tinha chegado há dias a segunda planta da autoria do Arq. Marques da Silva para modificação no Jardim do Largo 28 de Maio. A terceira, deveria chegar brevemente.
- 1932.07. Andava a proceder-se a alguns reparos urgentes no Castelo de Guimarães.
- 1932.07. Conclusão das obras do Jardim Público.
- 1932.09. Iniciaram-se as obras do novo edifício da praça do Mercado.
- 1932.11. Estavam em fase de conclusão as obras de aformoseamento da Rua de Gil Vicente.
- 1932.11. Por iniciativa da Comissão de Estética, anda a ser convenientemente reparada a antiga alpendrada da Oliveira.
- 1932.11. Inicia-se a construção do novo Bairro Operário, que fica situado na antiga Estrada de Fafe.

- 1932.11.17 A Câmara Municipal delibera autorizar o Presidente a assinar os contratos de expropriação amigável dos terrenos necessários para o prolongamento da Rua de Gil Vicente a S. Lázaro.
- 1932.11.24 A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães resolve expropriar o Teatro D. Afonso Henriques, dando poderes ao Presidente para tratar da referida expropriação
- 1932.12.08 A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães ficou inteirada dum ofício do Ministério da Guerra comunicando que o Castelo de Guimarães e os Paços dos Duques de Bragança, de acordo com o Ministério da Instrução, passam para a posse daquele Ministério a fim do mesmo promover a sua conservação.
- 1933 (?) Abertura ao público da Rua Nuno Álvares
- 1933 A Câmara coloca o candelabro, que existia na Oliveira, no Largo do Liceu
- 1933.02. Está em obras a velha Estrada de Fafe.
- 1933.02. Iniciam-se as obras da Avenida do Comércio
- 1933.05.05 Reúne-se no Paço Municipal um grupo de vimaranenses, tomando a iniciativa de levar a efeito um monumento ao Conselheiro João Franco Castelo Branco.
- 1933.05.06 Decreto autorizando a Câmara Municipal a expropriar o Teatro D. Afonso Henriques, a fim de ser prolongada a Rua de S. Dâmaso até ao largo da República do Brasil
- 1933.05. Remodelação da Rua João de Melo com arranjo dos prédios e modificação do pavimento.
- 1933.08. Iluminação da frontaria do templo de Nossa Senhora da Oliveira, produzida por um poderoso foco eléctrico
- 1933 Destruição do Atelier de Pintura, da Rua de Serpa Pinto
- 1934 Demolição do prédio da Rua da República, nas traseiras do qual está encerrado o Castelo dos Almadas que assim ficará a descoberto
- 1934 Parecer da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Norte sobre os Paços do Concelho em construção.
- 1934.01. Iniciam-se as obras de transformação do Jardim do Carmo, da autoria de António de Azevedo.
- 1934.06. Já se encontravam a funcionar, no novo edifício camarário ao Largo Martins Sarmento as repartições da Câmara Municipal, Administração do Concelho, Delegacia de Saúde e outras.
- 1934.06.17 Inauguração do Monumento a João Franco.
- 1934.07.03 Já se iniciou a construção do monumento a erigir no Largo Condessa do Juncal ao gravador Molarinho
- 1934.07. A Comissão Administrativa da Câmara encarrega o Capitão Luís de Pina de estudar a forma de pôr termo ao Castelo dos Almadas
- 1934.08. Andava a demolir-se o pardieiro, que existia ao começo da Avenida Cândido dos Reis.
- 1934.08. A Câmara toma conhecimento do Auto de Inauguração do monumento a João Franco, pelo qual aquele monumento passou a ser pertença da Câmara.
- 1934.08.17 É inaugurada, no Jardim Público, uma fonte em granito com um fauno modelado em bronze, da autoria de António de Azevedo.
- 1933.05. Decreto nº 22.498, autorizando a Câmara a expropriar o Teatro D. Afonso Henriques, para o demolir com o fim de abrir uma rua.
- 1934.10.24 A Câmara Municipal decide pedir a reconstrução do Teatro D. Afonso Henriques.
- 1934.11.22 A Comissão Administrativa da Câmara delibera erigir um monumento condigno à memória dos mortos da Grande Guerra.
- 1934.12. Está concluído o monumento ao gravador Molarinho mandado erigir por iniciativa da Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães.

- 1934.12. O presidente da vereação apresenta à Câmara uma proposta tendente a conseguir do governo um novo decreto que autorizasse a Câmara a fazer a reconstruir o edifício do Teatro D. Afonso Henriques
- 1935
Alarga-se a viela dos Laranjais
- 1935.02.28 Tiveram início as obras de arquitectura do edifício sede da Sociedade Martins Sarmento, na fachada voltada ao Mercado Municipal, interrompidas há vinte e oito anos
- 1935.02. A Comissão Administrativa da Câmara resolve adquirir a casa anexa ao Castelo dos Almadas para continuação da obra, que anda a proceder-se no Castelo.
- 1935.02.17 A imprensa informa de que vão ser encerradas as vielas de S. Crispim e do Campo Santo Velho.
- 1935.03.08 A praça do Mercado está a passar por uma transformação.
- 1935.06.02 Inauguração do monumento ao gravador Molarinho, de António de Azevedo e Teixeira Lopes.
- 1935.05. A rua 31 de Janeiro está a ser reparada.
- 1935.05. A Câmara aprova o projecto da construção de sanitários públicos na viela de S. Crispim.
- 1935.06. A Comissão Administrativa aprova o projecto da pavimentação a mosaico dos passeios do Largo Condessa do Juncal.
- 1935.06. A igreja de S. Domingos anda em obras.
- 1935.07.28 Inauguração do edifício da Associação Fúnebre, projecto da autoria do prof. Dr. António Pina.
- 1935.09. Anunciado para muito breve o início das obras de restauro do templo de Nossa Senhora da Oliveira.
- 1935.09.09 Depois do embargo, encontram-se novamente em actividade as obras da igreja de S. Domingos, sob a direcção dos Monumentos Nacionais.
- 1935.09.08 “*O Castelo dos Almadas está mesmo feito novinho em folha*”
- 1935.09.30 Encerrou-se para obras a igreja da Colegiada; a imagem de Nossa Senhora da Oliveira colocaram-na no altar lateral da parte do Evangelho da igreja do Carmo.
- 1935.10.01 Principia a destruição da obra de antiga reforma da Igreja da Colegiada, realizada em 1830.
- 1935.11.08 Deliberado solicitar ao Dr. Fernandes Gilberto Pereira a autorização para, no pano de muralha que possui no largo 28 de Maio, elevar 3 a 4 fiadas o referido muro, assentando sobre ele oito ou nove ameias de pedra.
- 1935.12.12 A Comissão Administrativa da Câmara resolve aprovar o projecto de ligação da Avenida da Rua de Paio Galvão aos Pombais.
- 1936.02. O Governador Civil transmitiu ao Presidente da Câmara que foi autorizada pelo Ministro do Interior a reconstrução do velho Teatro D. Afonso Henriques
- 1936.02. Instala-se uma bomba de gasolina na Rua de Santo António.
- 1936.09.04 Anda a vedar-se a viela de S. Crispim.
- 1936.10. O velho teatro de D. Afonso Henriques encontra-se despido do seu antigo mobiliário e apetrechos e transformado em albergue de famílias sem habitação
- 1936.10.18 Reabre ao culto a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira e a sua imagem regressa do Carmo processionalmente, em 8 de Novembro de 1936.
- 1936.10.25 Para complemento do restauro do “Palácio dos Almadas” ordena-se a colocação de um portal em madeira na viela de S. Crispim, no chamado Largo da Tulha, junto do antigo restaurante Aliança.
- 1937.01. Foi arrematada a primeira loja do novo Mercado, para ali ficar instalado um novo estabelecimento de calçado.
- 1937.01. O monumento ao gravador Molarinho vai ser deslocado do Largo da Condessa do Juncal para sítio mais conveniente e apropriado.

- 1936.01. Desaba o muro da Rua do Sabugal.
- 1937.02.22 Principiam os trabalhos de construção do Teatro Jordão.
- 1937.02.26 Delibera-se aprovar o projecto de calcetamento a paralelepípedos da Rua Paio Galvão e seu respectivo orçamento.
- 1937.06.08 Realiza-se a cerimónia do lançamento da 1ª pedra para o monumento a Gil Vicente, na Praça Municipal, frente aos Novos Paços do Concelho
- 1937.08.21 Inauguração da parte inferior do pavilhão da Praça do Mercado
- 1937.10.29 A Comissão Administrativa da Câmara resolve mandar, que pela repartição técnica se organize o processo de construção de oito casas de madeira para alojamento das pessoas, que se encontram no antigo Teatro de D. Afonso Henriques, e pôr em arrematação pública a referida construção
- 1937.11.19 Aprova-se o projecto da construção de oito casas económicas no Bairro da Arcela, mandando pôr em arrematação pública.
- 1937.12.17 A Comissão Administrativa da Câmara aprovou o projecto de construção das sanitários públicos do largo 28 de Maio, anexos ao Jardim Público.
- 1938.06.27 Começam a demolir-se duas paredes interiores do edifício dos Paços do Concelho.
- 1938 A vereação da presidência do Dr. José Francisco dos Santos prossegue em novas expropriações, junto da igreja de S. Miguel do Castelo. Logo a seguir é o governo da presidência do Dr. Oliveira Salazar quem toma a si o encargo das obras do parque à volta do Castelo, Igreja e Paço Ducal.
- 1938 Fecha-se o Teatro D. Afonso Henriques.
- 1938.10.14 A CMG delibera aprovar o projecto do orçamento da obra do prolongamento da Rua de Serpa Pinto à Rua de Santo António (Palheiros); Aprovar o prolongamento da obra de alargamento da Rua de Santo António (Palheiros) desde a Rua Francisco Agra à Avenida Capitão Alfredo Guimarães, procedendo-se com urgência às necessárias expropriações
- 1938.11.20 Inauguração solene do Teatro Jordão, que tomou a designação de Martins Sarmento
- 1939.01. Inicia-se o alargamento da Rua de Santo António e Santo António aos Palheiros, com as expropriações.
- 1939.02.13 O altar de Santa Clara arde no incêndio da igreja da Penha.,
- 1939.04. É derrubado por acidente o Quiosque do Toural.
- 1936.08.31 O Paço dos Duques passa para o Ministério da Educação Nacional
- 1939.05.12 Entregue a empreitada da obra e construção do pavimento a paralelepípedos, sobre fundação a macadame e construção de passeios da Rua Paio Galvão.
- 1939.05. É aprovada a transferência do Monumental Chafariz existente no Jardim do Carmo para a Praça de D. Afonso Henriques.
- 1939.05. São franqueadas ao público as novas “sentinas e mictórios”, construídos no largo do Prior do Crato (jardim), do lado sul, pela Câmara Municipal
- 1939.05. É reconduzida a Comissão de Estética, que passa a funcionar na Torre dos Almadas.
- 1939.05. A Comissão de Estética discute a aprovação do ante-projecto da construção que vai substituir, sobre o passeio sul do Jardim Público o antigo e desengraçado “quiosque”, para venda de jornais e tabacos
- 1939.05.26 A Câmara Municipal delibera demolir o “mictório” situado no Largo 28 de Maio.
- 1939.06.09 O Quiosque do Toural que sob orientação da Comissão de Estética principiou já a edificar-se, deve ser inaugurado por ocasião das próximas Festas da Cidade.
- 1939.06. Conclusão do Armazém de tecidos de Alberto Pimenta Machado.
- 1934.09. O Arquivo Municipal instala-se definitivamente no antigo edifício dos Paços do Concelho, no Largo da Oliveira.

- 1939.06. Já estão adquiridas quase todas as casas que se torna indispensável demolir para a organização do Parque do Castelo. Os edifícios de má qualidade que fronteavam a fachada principal do Paços dos Duques de Bragança, foram adquiridos, já estão a ser despejados e serão demolidos na próxima semana.
- 1939.06. Partem para a Normandia (França) os arquitectos Baltazar de Castro e Rogério de Azevedo onde vão estudar alguns aspectos ainda obscuros dos Paços dos Duques de Bragança, de Guimarães
- 1939.07. A Câmara delibera expropriar ao conselheiro José Coelho da Mota Prego, duas moradas de casas, sitas no largo Martins Sarmiento, necessárias para a urbanização dos terrenos à volta dos Paços dos Duques de Bragança, e pedir a isenção de pagamento da sisa.
- 1939.08.04 É solenemente inaugurado o Quiosque do Toural.
- 1939.09.09 A Câmara Municipal delibera tomar providências para se proceder à transferência do marco-postal da Rua Paio Galvão para a Praça D. Afonso Henriques.
- 1939.10.06 A Câmara Municipal delibera encarregar António Leite Guimarães e Filhos das obras de reparação da frontaria do antigo Teatro D. Afonso Henriques.
- 1939.10. Começam a ser demolidas as casas ao alto do largo de Martins Sarmiento, que foram propriedade do Dr. José da Mota Prego e farão a entrada do Parque, bem como se está a proceder à demolição do muro da parte superior do quintal do Asilo de Santa Estefânia, para ser construída a ampla avenida que circundará os Paços dos Duques de Bragança.
- 1939.10.20 A Câmara Municipal delibera mandar demolir o “mictório”, que está na travessa de Camões, por prejudicial à moralidade pública; continuar as obras de aformoseamento do Largo dos Laranjais.
- 1939.12.14 A Câmara delibera a abertura de uma Avenida entre as ruas de Santo António, Serpa Pinto, Avenida Capitão Alfredo Guimarães e Paço dos Duques de Bragança.
- 1939.12. Continua a demolição dos prédios que circundam os Paços dos Duques de Bragança
- 1939.12.20 A Câmara Municipal aprova o programa de concurso público para a arrematação da empreitada de pavimentação a paralelepípedos e renovação de passeios da rua principal da cidade, mandando publicar os respectivos editais. *EDITAL - Doutor João Rocha dos Santos, Advogado e Presidente da CMG: Faz público que, de harmonia com a deliberação da CM de 20 do corrente mês, a mesma aceita propostas em carta fechada, até às 15 horas do dia 10 de Janeiro do próximo ano, para a obra de pavimentação a paralelepípedos da zona principal da cidade, compreendendo Praça D. Afonso Henriques, Largo 28 de Maio e Jardim Público (lado Norte), e Rua de Santo António, desta cidade, cuja arrematação se efectua nesse mesmo dia. Base de licitação Esc.340.000\$00. [...] Guimarães, 21 de Dezembro de 1939*
- 1940.01.12 É adjudicada ao empreiteiro de obras públicas Henrique da Silva Germano, de Vila Nova de Gaia, pela importância de 371.061\$00 a obra de pavimentação de paralelepípedos da Praça D. Afonso Henriques, Largo 28 de Maio, lado norte do Jardim Público e Rua de Santo António
- 1940.02.01 Obras de remodelação da Estação do Caminho de Ferro.
- 1940.01. Está a sofrer obras de aformoseamento o Largo de S. Francisco
- 1940.01.17 A Câmara delibera pôr em arrematação a obra de arranjo e ajardinamento do Largo dos Laranjais.
- 1940.01.17 A Câmara adjudica a Gaspar Pinto Carreira o fornecimento das grades do passeio junto ao Museu Alberto Sampaio.

- 1940.02.02 É publicado o anúncio do concurso público para arrematação da empreitada de conclusão do prolongamento da Rua de Gil Vicente ligando a Rua Paio Galvão aos Pombais
- 1940.02. O largo de S. Francisco encontra-se em remodelação segundo um projecto aprovado, da autoria do escultor António de Azevedo.
- 1940.03. Procede-se à arrematação da empreitada de conclusão do prolongamento da Rua de Gil Vicente, ligando a rua de Paio Galvão aos Pombais.
- 1940.03.10 Encontra-se quase concluído o pedestal para a estátua de D. Afonso Henriques.
- 1940.03.15 Anúncio na imprensa indicando que *“Aos interessados - As pessoas que desejem terreno, nos Palheiros, para edificação, devem dirigir-se imediatamente à Repartição de Engenharia da Câmara Municipal de Guimarães”*.
- 1940.03.13 Diversos signatários de um ofício, membros da extinta Direcção da Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães, colectividade que em 1935 erigiu o Monumento ao gravador Molarinho, chamam a atenção da Comissão de Estética para a conveniência de o referido Monumento ser mudado para o antigo largo dos Laranjais, visto que o mesmo ia ser urbanizado. Em virtude do parecer da aludida Comissão de Estética, a Câmara resolve, por enquanto, não mudar o Monumento do local onde se encontra
- 1940.03.20 A Câmara delibera encarregar o mestre de obras João António da Silva Guimarães, desta cidade, da execução das obras a efectuar na Capela de Santa Cruz.
- 1940.03.28 Às 8 horas da manhã, ruíram parte das muralhas dos Palheiros. Para proceder ao alargamento da Rua dos Palheiros, demoliram-se alguns prédios que fazem encosto ao pano de uma parte das antigas muralhas da cidade. Desaparecidas as casas, as muralhas abriram fendas e tentam arrastar uma casa que fica contígua
- 1940.04.08 Iniciam-se as obras de remodelação da velha Estação do Caminho de Ferro
- 1940.04.10 A Câmara delibera mandar proceder à demolição imediata da parte da muralha da cidade, que ameaça ruína iminente, em virtude do parecer da DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais).
- 1940.04. Está a ser construído no Tournal um refúgio para peões, onde vai ser instalada uma cabine para funcionamento de um telefone automático, devendo ser instalada, juntamente, uma bomba moderna para a venda de gasolina. Para esta obra foi solicitada autorização à Câmara, tendo esta deferido e ouvido sobre o assunto a Comissão de Estética.
- 1940.04. Completamente remodelada, é aberta ao público a sede do Turismo, no Largo 28 de Maio.
- 1940.05.21 É apeada a estátua de D. Afonso Henriques, que estava em cima de um pedestal de mármore no meio do jardim do Tournal, e conduzida para o novo Parque do Castelo; Colocada em pedestal de granito fino à entrada do mesmo parque, ficando concluída a colocação no dia seguinte
- 1940.06.02 Centenário da Fundação de Portugal.
- 1940.05.22 O Ministro da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco informa que, em resposta ao ofício desta Câmara, reunida a mesa daquela Venerável Ordem Terceira deliberou aceder ao pedido de transferência do seu cruzeiro existente em S. Francisco para outro local do mesmo largo, conservando a sua propriedade, a qual será guardada pela Câmara.
- 1940.06.26 A Câmara Municipal delibera deferir, para ser colocado no Largo República do Brasil (ouvindo-se previamente a Comissão de Estética), o requerimento da Junta Central do Corpo Nacional de escutas, Braga, pedindo licença para erguer um cruzeiro da Independência, conforme projecto apresentado, dentro dos muros da velha cidade de Guimarães

- 1940.06. A Câmara Municipal ordena que se ajardinassem os largos dos Laranjais e de S. Francisco. Os projectos pertencem ao Director da Escola Industrial e Comercial de Guimarães, António de Azevedo.
- 1940.08.04 Reabre ao culto a capela de Santa Cruz.
- 1940.08.14 Delibera-se a pavimentação da Rua D. João I.
- 1940.09. Encontra-se em remodelação a Estação dos Caminhos de Ferro.
- 1940.12.08 Chega a Guimarães a notícia de que o Ministro da Educação Nacional assina uma portaria que autoriza a que o Teatro Martins Sarmiento volte a usar o seu primitivo nome: Teatro Jordão.
- 1940.12.08 Inauguração do Cruzeiro da Independência no Largo Cónego José Maria Gomes.
- 1941.01. O Presidente da Câmara ordena que Rua de Arrochela seja fechada ao trânsito durante a noite e seja limpa
- 1941.03. Fecha ao culto a igreja de S. Francisco, por ameaçar ruína
- 1941.03.19 A Câmara Municipal deliberou proceder, por administração directa, à reparação da Avenida Miguel Bombarda.
- 1941.04. É encerrada a igreja do Carmo para obras.
- 1941.05.07 A Câmara Municipal, resolveu mandar executar por administração directa, uma fonte decorativa no Jardim do Largo 28 de Maio, da autoria de António de Azevedo.
- 1941.06.16 Arrematada a pavimentação da Rua D. João I.
- 1941.06.24 Inauguração do Bairro de Urgeses.
- 1941.07. Principiam as obras de pavimentação a paralelos da Rua D. João I estando, por esse motivo, interrompido o trânsito da mesma artéria
- 1941.10.26 Inaugurado na parede exterior da Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo, ao Largo Martins Sarmiento, um grande painel de azulejos alusivo à Virgem da Conceição.
- 1941.11.15 Centenário do nascimento de Alberto Sampaio comemorado com o descerramento de uma placa na Avenida Alberto Sampaio, outra na casa onde nasceu na Rua da República e no Largo dos Laranjais procedeu-se ao lançamento da 1ª pedra para o Monumento a Alberto Sampaio.
- 1941.12. Abertura na Rua Paio Galvão da nova filial da casa Alberto Pimenta Machado.
- 1942 Conclusão da Cadeia Comarcã.
- 1942.02. O Conselho Municipal resolve vender o edifício do antigo Teatro D. Afonso Henriques.
- 1942.03.10 A Câmara Municipal delibera vender o Teatro D. Afonso Henriques e publica em Edital que *“que no dia 7 do próximo mês de Abril, pelas 15 horas, no edifício dos Paços do Concelho, vai proceder-se à venda, em hasta pública, do antigo Teatro de D. Afonso Henriques, situado no Largo da República do Brasil, desta cidade. Base de licitação: 80.000\$00”*. Foi adquirido por um industrial vimaranense. Depois de modificado em habitações, foi novamente adquirido, mais tarde, pelo Município, que o demoliu para abertura da Alameda Salazar.
- 1942.03.30 Início das obras do novo Quartel dos Bombeiros, as quais foram entregues a João Pinto de Figueiredo.
- 1942.04.21 Foi presente o arranjo urbanístico da Avenida dos Palheiros, elaborado pela secção dos Melhoramentos Urbanos.
- 1942.05.08 Principiam as obras de adaptação do ângulo sul e nascente do Paço dos Duques aos serviços de instalação do Museu Alberto Sampaio.
- 1942.05.05 A Câmara delibera encarregar o Arquitecto José Marques da Silva, para elaborar a planta do edifício dos Paços do Concelho, a construir na Rua de Santo António, aos Palheiros, aproveitando o material do edifício em construção.

- 1942.05. Colocadas guias de pedra que vão adornar a terra que forma os canteiros do Jardim do Toural, está a proceder-se ao seu ajardinamento, sob orientação de António Pina.
- 1942.06. Iniciam-se as obras do Monumento a Alberto Sampaio.
- 1942.06.02 A Câmara Municipal delibera que na Repartição de Engenharia se elabore o projecto da pavimentação do Jardim Público, incluindo os passeios laterais do Largo 28 de Maio, e se solicite a comparticipação do estudo para esta obra.
- 1942.06. Inaugura-se no nosso Jardim Público uma fonte decorativa que a Câmara Municipal mandou colocar numa das extremidades, condizendo com a outra que já existia. Modelou o bronze o escultor António de Azevedo.
- 1942.06.14 Dá-se início à obra de restauro do templo de S. Francisco.
- 1942.06. Limpeza da frontaria da Igreja da Misericórdia.
- 1942.09.29 A Câmara delibera aprovar o projecto do novo edifício dos Paços do Concelho, da autoria do Arqt. Marques da Silva, a construir no prolongamento da Rua de Santo António, na denominada Avenida dos Palheiros.
- 1942.10. Principiam as obras para a edificação do Posto de Polícia de Viação e Trânsito, ao Proposto.
- 1942.10.20 A Câmara delibera aprovar o projecto da pavimentação da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra.
- 1942.11. A Capela de Vera Cruz reabre ao culto.
- 1942.11.20 A Santa Casa da Misericórdia, resolve pôr em traça antiga a frente do Recolhimento das Trinas sob a direcção do irmão desta casa, o escultor António de Azevedo.
- 1943.03. Anda a proceder-se à limpeza e arranjo do recinto que cerca o Padrão de D. João I.
- 1943.04.08 Inauguração do novo ginásio do Liceu Martins Sarmiento, na igreja do antigo Convento de Santa Clara.
- 1943.05.25 A Câmara Municipal delibera proceder às expropriações dos prédios necessários para a abertura da rua de ligação do Largo Martins Sarmiento ao lugar dos Palheiros (Rua de Santo António), prolongamento da Rua Serpa Pinto.
- 1943.09. A Igreja de S. Sebastião reabre ao culto depois de alguns reparos.
- 1943.09. Principiam as demolições para a abertura da nova artéria, que deve ligar o prolongamento da rua de Santo António à Rua Serpa Pinto.
- 1943.09.10 Começam as obras de abertura de uma nova artéria, há muito projectada, para ligação das ruas de Santo António e de Serpa Pinto, na qual será construído o novo edifício dos Paços do Concelho
- 1943.10.12 Em sessão da Câmara, a Junta de Freguesia da Oliveira do Castelo informa que deliberou por unanimidade apoiar a proposta do prolongamento da Rua Condestável Nuno Álvares, aprovada em sessão do Conselho Municipal de 11 de Setembro.
- 1943.12.10 Grande mudança toponímica na cidade.
- 1944 O Estado, através das Obras Públicas e Comunicação, resolve chamar a si o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Guimarães
- 1944.03.19 Solene inauguração do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, à Rua Paio Galvão.
- 1944.04. O Director do Museu Alberto Sampaio propõe ao Estado, pela Repartição do Património Nacional, da Direcção Geral da Fazenda Pública, que na Capela de Santa Luzia, à Rua de Francisco Agra, fossem realizadas obras de restauro.
- 1944.06. A Câmara Municipal delibera abrir concurso público para arrematação da obra de pavimentação em paralelepípedos e renovação de passeios e ruas Dr. Bento Cardoso e de Camões.

- 1944.06. O arquitecto dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Agostinho da Silva, esteve de visita ao Hospital da Misericórdia, a fim de achar elementos para a organização do projecto de restauro do Claustro do Hospital Geral da Misericórdia
- 1944.10.06 A Câmara aprova ainda o projecto de pavimentação a paralelepípedos da Rua Paio Galvão, prolongamento.
- 1944.11.07 Falecimento de João Lopes de Faria.
- 1944.12.01 É encerrada a igreja de S. Pedro, devido a um grave acidente.
- 1945.04.30 A Câmara delibera pôr em arrematação a obra de ensaibramento e pavimentação dos passeios laterais do Jardim Público do Largo 28 de Maio.
- 1945.05. Concluídas as obras de restauro da Basílica de S. Pedro.
- 1945.06.04 A Câmara aprova as alterações a introduzir no Programa de Concurso e Cadernos de Encargos dos “Trabalhos de pavimentação no Jardim Público” no Largo 28 de Maio, em Guimarães”.
- 1945.07. Estava já limpa, pela parte interior, a muralha que acompanhava a cerca dos antigos Dom Piores de Guimarães e que estava agora entregue ao pároco da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira. Anuncia-se que o trabalho vai prosseguir até que os terrenos do pavimento do adarve ficassem prontos a serem lajeados e igualmente se pudessem nivelar as paredes e tomar, de cimento e cal hidráulica, as juntas do muro.
- 1945.08. Iniciam-se as obras de restauro do Claustro clássico do antigo Convento dos Capuchos.
- 1945.09.05 A Câmara delibera adjudicar a Joaquim Tinoco Osório, empreiteiro, a obra de “ensaibramento e pavimentação dos passeios laterais do Jardim Público do Largo 28 de Maio, desta cidade”, segundo a proposta pelo mesmo apresentada em 11 de Julho de 1945.
- 1945.09.26 A Câmara Municipal delibera aprovar as condições de elaboração do Plano Geral de Urbanização de Guimarães, apresentadas pelo Arquitecto David Moreira da Silva.
- 1945.10. É assinado o contrato com o arquitecto urbanista Moreira da Silva, do Porto, para a elaboração do anteprojecto do plano de urbanização desta cidade.
- 1945.11. Iniciam-se as obras do Campo de Jogos Vimaranesense, “Campo da Amorosa” como vai designar-se, levando o peão 17 000 pessoas, e as bancadas podem comportar 3 000 desportistas.
- 1945.11.21 A Câmara Municipal decide aprovar o projecto e programa de concurso para a obra de pavimentação da Avenida Miguel Bombarda, actualmente Avenida D. João IV, e abrir concurso público para a execução da obra.
- 1946.02. Estão concluídas as obras do Posto de Trânsito, situado na Rua de Paio Galvão, no lugar mais conhecido por Proposto.
- 1946.02.06 A Câmara decide abrir concurso para a adjudicação da obra de Pavimentação da Avenida Miguel Bombarda (actual D. João IV), desta cidade.
- 1946.03. Vai-se construir o Parque à volta do castelo.
- 1946.03.18 Inaugurado o Parque infantil, no Largo do Trovador.
- 1946.02.20 A Câmara Municipal delibera concordar inteiramente com as condições e projecto apresentado pelo Eng. Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais sobre a zona de protecção que circunda o Castelo de Guimarães e Paço dos Duques de Bragança, e dar início às expropriações referidas ao grupo A.
- 1946.03.13 A Câmara Municipal decidiu aprovar o programa de concurso e caderno de encargos da obra de pavimentação da Rua de Paio Galvão (prolongamento) e abrir concurso público para a arrematação dessa obra.

- 1946.04. Esteve em Guimarães António Ferro, que se encontrou com Fernando Lage Jordão, representando a sua família, e visitaram o Palacete de Vila Flor, que foi solar dos condes de Arrochela e pertence, de há muitos anos, à família Jordão, onde se projecta instalar um Grande Hotel.
- 1946.05. Cai uma faísca no Claustro da Colegiada.
- 1946.08. Trabalha-se na reconstituição interna do adarve, que prolongará a Muralha até junto da Capela de Nossa Senhora da Guia.
- 1946.10. Conclusão do Estudo do Plano de Urbanização.
- 1946.11. Começam as obras de pavimentação do Jardim Público.
- 1946.11. Começam as obras no edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones.
1947. Dentro do plano de actividades camarárias vai arranjar-se o Parque que delimita o castelo de Guimarães, anunciando-se a breve demolição de alguns prédios da Rua do Conde D. Henrique, para se dar princípio ao arranjo do terreno que circunda o castelo de Guimarães.
- 1947.02. Já se encontram demolidos os prédios que existiam na Rua Conde D. Henrique, para que possam prosseguir as obras do parque do Castelo de Guimarães, e principiou a demolição dos prédios que ladeavam o lado direito da Avenida Duarte Pacheco.
- 1947.04. A Câmara Municipal delibera efectuar o pagamento à firma Jordão & C^a, Lda para electrificação das ruas: Paio Galvão, Camões, Bento Cardoso, Avenida Duarte Pacheco, Conde de Margaride e Combatentes da Grande Guerra.
- 1947.04.21. Início das obras no futuro Hotel da cidade, construído pela firma Jordão & Filhos, que resolveu fazer a construção do monumental Hotel no antigo Palacete de Vila Flor, sua propriedade, situado na Avenida D. Afonso Henriques.
- 1947.04.09. José Adelino Cabral de Noronha e Menezes e esposa, de Penafiel, dizem que negociam a parte da muralha que lhes pertence no ângulo da Rua das Trinas, e perguntam qual o projecto deste município, acerca dos terrenos que pela parte sul fazem frente à nova Rua Dr. Agostinho Barbosa. A Câmara, segundo o parecer urbanístico, deliberou que o edifício, que se encontra no ângulo da rua das Trinas e Dr. Agostinho Barbosa, fosse demolido, podendo ser construídos dois prédios em separado, ficando entre eles a distância aproximada de seis a sete metros.
1947. O Porto, para se associar às comemorações do VIII Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros, resolveu oferecer a esta cidade uma estátua de D. Afonso Henriques. Vai fazê-la porém, ou utilizando o gesso original que se encontra no convento da Serra do Pilar, para onde veio da Fundação de Massarelos, ou a cópia daquele que está exposta no Museu Soares dos Reis, no Porto.
- 1947.07. Arde a Praça de Touros e em 5 dias reconstruiu-se.
- 1947.10. Partiu para Lisboa, dizem os jornais, a estátua de D. Afonso Henriques, reprodução da maquete feita por Soares dos Reis, e que serviu para a construção da estátua do Fundador
- 1948.03.03. Estão a decorrer os trabalhos de montagem da iluminação pública na Avenida Duarte Pacheco
- 1948.04. Depois de várias vezes anunciadas, iniciaram-se finalmente as obras de restauro da Igreja de S. Francisco, há tanto tempo encerrado ao culto
- 1948.04. Aparecem os primeiros sinaleiros em Guimarães.
- 1948.09. Terminam as obras de restauro e conservação do Museu Alberto Sampaio
- 1949.04.05. O Padrão do Salado é classificado como Monumento Nacional, pelo DL n.º37366.
- 1949.04.08. Inauguração da Igreja de S. Francisco, que esteve encerrada durante nove anos, desde Março de 1941, por ter ameaçado ruína

- 1949.04.01 Em sessão da Mesa da Santa Casa da Misericórdia, esta aprecia o orçamento da Fábrica de Faianças e Azulejos, ornatos do século XVIII e motivos da vida de Santo António, para o átrio da Igreja de Santo António dos Capuchos, o qual foi aprovado.
- 1949.04. A Câmara Municipal delibera no sentido de se estudar a construção do Parque de Jogos da Cidade.
- 1949.04.22 Anda a proceder-se à demolição de dois casebres na Rua do Padre Gaspar Roriz, para alargamento de uma curva ali existente. É a curva de S. Dâmaso.
- 1949.05.05 Entrega pelos arquitectos Moreira da Silva e D. Maria José Moreira da Silva, do Antepiano de Urbanização da cidade de Guimarães.
- 1949.06.17 Em sessão da Mesa da Santa Casa da Misericórdia resolve-se mandar proceder à colocação dos painéis, que se encontram na Misericórdia e que são destinados ao átrio da Igreja de Santo António dos Capuchos.
- 1949.06. Vão muito adiantadas as casas que estão a construir-se no lugar das Hortas a expensas da Federação das Caixas de Previdência de acordo com a Câmara Municipal.
- 1949.08.20 Por alvará de 1 do corrente publicado no Diário do Governo, 2ª série, nº 193, do dia 20, foi nomeado para exercer as funções de Delegado Concelhio da 6ª secção da Junta Nacional de Educação (Artes Plásticas, Museus e Monumentos) no Concelho de Guimarães, o Escultor António de Azevedo, Director da Escola Industrial e Comercial.
- 1950.05. Remodelação do Jardim do Campo da Feira.
- 1950.04.20 A Câmara Municipal delibera encarregar a sua Repartição Técnica de proceder a um estudo para melhor arranjo urbanístico da Avenida Conde de Margaride.
- 1950.06. A Câmara Municipal delibera tomar a iniciativa de levantar uma estátua no Largo do Toural ao vimaranense ilustre, Gil Vicente, fundador do Teatro Português, destinando a premiar os projectos, que forem apresentados, mediante concurso a estabelecer entre os mais consagrados artistas portugueses da estatuária, a verba que, no plano de actividades para o corrente ano, se reservava ao estudo de uma fonte monumental para aquele largo.
- 1950.07. Está-se a proceder ao arranjo dum parte da viela do Gaiteiro
- 1950.09. A Câmara delibera fazer a aquisição de um portão artístico do século XVIII, integrado na arquitectura do claustro do Museu Alberto Sampaio.
- 1951.05. É arrematada a obra de restauro e reintegração do Claustro do edifício principal da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco.
- 1951.06.20 Toma posse a Comissão de Estética, composta por: escultor António de Azevedo, Dr. José Maria Moura Machado, Alfredo Guimarães, Eng. Bernardo Ferrão, Prof. José de Pina, Arquitecto Sequeira Braga e, como Delegado da Câmara, o Dr. Carlos Saraiva
- 1951.06. A Câmara delibera que seja mandado imprimir o regulamento do anteprojecto do Plano de Urbanização da cidade, e que este seja submetido à apreciação do parecer da Comissão de Estética.
- 1951.07. Continuam as obras de reconstrução do templo da Colegiada de Guimarães, consagrado a Nossa Senhora da Oliveira. Acabada a Capela dos Pinheiros, sob a torre dos sinos, está quase concluída a desinfeção e reintegração.
- 1951.08. Terminam as obras laterais da Praça do Mercado.
- 1951.08.22 Delibera-se, que a Repartição de Engenharia proceda ao estudo do arranjo, ajardinamento e pavimentação do Largo Conselheiro João Franco.
- 1951.11. Em reunião do Conselho Municipal foi aprovado por unanimidade o antepiano de urbanização da cidade de Guimarães, com as alterações feitas pela Câmara Municipal, em conjunto com uma comissão idónea que foi nomeada para aquele efeito.

- 1951.10.25 A Câmara aprovou uma proposta para que se procedesse, pela Repartição de Engenharia, ao estudo do arranjo, limpeza e pavimentação da Praça denominada das «Obras».
- 1951.11. O vereador António Faria Martins apresenta à Câmara a seguinte proposta: « a) *Que seja abandonado definitivamente o prosseguimento da construção do edifício destinado a repartições públicas.* b) *Que os materiais ali existentes sejam aproveitados para a construção de quatro edifícios a erigir nos gavetos entre as ruas Nun'Álvares e Serpa Pinto, estrada de Fafe e Rua Dr. Roberto de Carvalho, Rua Cónego Gaspar Estação e Avenida dos Combatentes e entre esta e a Aenida. Alberto Sampaio.* c) *Que a praça que resulta da demolição seja ajardinada e nela se erija uma estátua a Mumadona, de quem tomaria o nome, em homenagem à fundadora do velho burgo vimaranense, cujo milenário me parece dever ser comemorado conjuntamente com o centenário da elevação a cidade”.*
- 1951.12.08 Realiza-se a inauguração da Ala Norte do Mercado Municipal.
- 1951.12.09 A capela de Santo António da Arcela foi aberta ao culto após passar por um restauro.
- 1951.12.12 O Vereador do Pelouro da Cultura referiu-se ao projectado Monumento de Alberto Sampaio e propôs que fosse encarregado o escultor António de Azevedo de lhe dar execução.
- 1952.01. A Comissão Administrativa da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiano, na sua última reunião, despachou vários expedientes e delibera iniciar o estudo preliminar das possibilidades da reconstrução do seu arruinado Albergue e encerramento com um portal de ferro da antiga Viela de S. Crispim, pelo lado da Rua Avelino Germano, com a participação de todos os proprietários com serventia pela mesma viela
- 1952.02.06 O vereador Carlos Saraiva propôs que se iniciasse um estudo para a colocação de uma fonte monumental no Toural, o que foi aprovado por maioria. O vereador Manuel Alves de Oliveira manifestou-se contrário a essa proposta, que vinha contrariar o que fora deliberado, por unanimidade, em sessão de 10 de Junho de 1950, sobre o monumento a Gil Vicente
- 1952.02. Foi mandado organizar um projecto do arranjo artístico do Largo Conselheiro João Franco, actualizando os pavimentos, substituindo as decorações, arborizando o recinto, iluminando-o convenientemente e preparando-o para a futura abertura de novas artérias em direcção à Rua de Santo António e ao Largo 13 de Fevereiro.
- 1952.02. A Câmara Municipal confia a elaboração do projecto relativo à Fonte Decorativa a colocar no largo do Toural ao arquitecto José António Sequeira Braga.
- 1952.03. A Câmara Municipal entrega ao escultor António de Azevedo a execução do Monumento a Alberto Sampaio no recinto ajardinado, que ladeia o Largo dos Laranjais.
- 1952.03.19 Lançamento da primeira pedra para construção da nova igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, por iniciativa dos Padres Redentoristas.
- 1952.04.30 É delimitada a zona de protecção do Paço dos Duques de Bragança, Castelo de Guimarães, Igreja de S. Miguel do Castelo, pelo Diário do Governo, 2ª série, nº 103, 30-4-1952.
- 1952.05. Está quase concluída a pavimentação do largo da Condessa do Juncal.
- 1952.07.16 A Câmara Municipal decide aprovar por maioria o projecto da “Fonte Monumental” a levantar no Largo do Toural, da autoria do Arquitecto José A. Sequeira Braga

- 1952.07. Para que melhorem as condições de iluminação do Largo Condessa do Juncal e o Monumento ao Gravador Molarinho, por sugestão do arquitecto, António de Azevedo foi este transferido para seu topo nascente
- 1952.08. A Caixa Geral de Depósitos escolhe para instalação da sua sede o Toural.
- 1952.08. Está concluída a obra de restauro dos Claustros da Ordem de S. Francisco.
- 1952.08. Adjudicada a Casimiro Ribeiro, de Gondar, pela quantia de 108 contos, a construção da parte arquitectónica do Monumento a Alberto Sampaio, a erigir nos Laranjais
- 1952.08. *Câmara Municipal de Guimarães: Anúncio - Faz-se público que no dia 10 de Setembro de 1952 pelas 15 horas na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Guimarães perante a comissão para esse fim nomeada, se procederá ao concurso público para arrematação da obra de: “Conclusão do Mercado de Guimarães-2ª fase”.*
- 1952.09. *Câmara Municipal de Guimarães: Anúncio - Faço público que no dia 15 de Outubro de 1952, pelas 15 horas, na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Guimarães, se procederá ao Concurso Público para arrematação da “Obra de construção de retretes públicas na Rua Gravador Molarinho-2ª praça”.*
- 1952.10.01 Depois de ter passado por grandes obras, abrirá de novo ao culto no dia 1 de Outubro a Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo
- 1952.10.08 A Câmara Municipal delibera pôr a concurso, no dia 29 do corrente, pelas 15 horas, a obra de construção da Fonte Artística no Largo do Toural (parte respeitante a pedreiro, trolha e picheleiro)
- 1952.11. Iniciam-se as obras de parte do edifício do Mercado.
- 1952.12. Edital anunciando a venda em hasta pública dos materiais dos prédios da Rua P^o António Caldas, demolidos
- 1953.02. Vai muito adiantada a demolição dos prédios da zona de Santa Cruz.
- 1953.04.17 Decreto Lei classificando de Interesse público a abside e absíditos da Igreja de S. Francisco.
- 1953.04.29 Deliberação da Câmara referente à aprovação do anteprojecto do edifício do novo Tribunal
- 1953.05.27 A Câmara Municipal resolveu encarregar o empreiteiro António Baptista de Paiva de proceder à pavimentação e arranjo da Rua Conde D. Henrique.
- 1953.07. Já está a funcionar a fonte artística do Toural.
- 1953.07.01 A Câmara Municipal delibera proceder ao embargo da obra de reparação e pintura das instalações da bomba de gasolina e cabine telefónica do Largo do Toural, onde há dias houve um incêndio sem consequências de maior, por virtude dessa obra ter sido iniciada sem a necessária licença da Câmara.
- 1953.08.30 A imprensa comunica que teve conhecimento de que vai ser demolido o bloco de casas da Rua de S. Dâmaso, em que se encontra compreendido o templo ali existente, para que no mesmo local seja construído o edifício dos novos Paços do Concelho.
- 1953.11. Inaugurada a igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
- 1953.11. Inaugurado o café Milenário
- 1953.11. A Câmara Municipal em sua sessão de quarta feira delibera ordenar a demolição de uma morada de casas, na Travessa dos Bimbais.
- 1953.12.03 Homenagem póstuma ao arquitecto José Marques da Silva, nela colocando, em local tão visível como apropriado, o “facsimile” da sua assinatura ampliada, fundido em bronze e seguido destas indicações: “Arquitecto, 1869-1947”
- 1954.02. A Câmara reconhece que o local mais indicado para a construção do edifício da Caixa Geral de Depósitos é o gaveto compreendido entre a rua de Gil Vicente e a Rua de Santo António e decide informar a Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos desta deliberação.

- 1954.02. A Câmara decide proceder, por administração directa, às obras de arranjo e ampliação do “mictório” situado nos baixos do Arquivo Municipal, no largo da Oliveira.
- 1954.02. É aprovado o projecto do Estádio Municipal.
- 1954.03. A Câmara Municipal delibera aprovar o projecto do jardim do Largo do Toural.
- 1954.06. Uma portaria do Ministério das Obras Públicas declara a utilidade pública e a urgência de expropriação de seis parcelas de terreno com todas as suas acessões e servidões, sem reserva alguma, necessárias à obra de construção do Estádio Municipal de Guimarães.
- 1954.08. Está concluído o trabalho de remodelação do Jardim do Toural.
- 1954.09. A Câmara Municipal reflecte na possível transferência para outro local, a escolher oportunamente, do “Passo” existente no Largo dos Laranjais, desta cidade.
- 1954.09. Encontra-se em restauro o edifício do Museu Alberto Sampaio.
- 1954.10.04 Começa a demolição da parte existente do antigo edifício dos Paços do Concelho.
- 1955.01. Iniciam-se as obras de construção do Dispensário Anti-Tuberculoso de Guimarães.
- 1955.02.04 A Câmara Municipal toma conhecimento do anteprojecto do Palácio da Justiça, que vai ser construído na futura Praça Mumadona.
- 1955.02.16 Da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foi recebido pela Câmara, o plano das expropriações a realizar para o desafogo da zona envolvente do castelo, igreja de S. Miguel e Paço dos Duques, em relação às quais já foram solicitadas à Direcção Geral da Fazenda Pública as respectivas aplicações. De harmonia com o determinado pelo Ministro das Obras Públicas foi dado o conhecimento à Câmara para que possa assegurar o realojamento dos moradores respectivos, no Bairro Municipal, para que possam iniciar-se as demolições.
- 1955.02. A Câmara decide concordar com a sugestão da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pedindo que esta Câmara providencie no sentido de ser proibido o trânsito de viaturas por debaixo da arcada do edifício dos antigos Paços do Concelho, que, além de impróprio para o local, representa uma ameaça para a segurança daquele monumento nacional.
- 1955.04.27 A Câmara Municipal em sessão decide representar-se na inauguração do edifício do Ginásio Clube Português, que teve como 1ª pedra, uma pedra do Castelo de Guimarães.
- 1955.04.27 A Câmara Municipal de Guimarães resolve proceder à expropriação judicial dos terrenos onde se pretende construir o Estádio Municipal.
- 1955.05.12 A Câmara Municipal delibera informar a Direcção de Urbanização do Distrito de Braga, em resposta ao seu officio, que se não iniciaram os trabalhos de “Alargamento da Rua dos Terceiros entre a Igreja de S. Francisco e o Largo Republica do Brasil”, devido ao parecer do Ministro das Obras Públicas, que prevê ali novo traçado
- 1955.05.22 A Câmara Municipal delibera enviar um telegrama ao Presidente do Conselho de Ministros, Ministro das Finanças e Director Geral da Fazenda Pública congratulando-se com a vinda para os Paços dos Duques dos valiosos panos que constituem a réplica das tapeçarias de Pastrana.
- 1955.05.26 Depois de analisar o uso da oferta de uma pedra da Muralha do Castelo, que não foi arrancada à muralha mas cedida das que estão guardadas, ao Ginásio Clube Português, o Presidente propôs não mais ceder terra ou pedras do Castelo ou da Muralha
- 1955.05.28 Inicia-se a construção do Palácio da Justiça com a vedação de terreno, onde se irá construir.

- 1955.06.23 A Câmara delibera aplicar paralelo levantado nas ruas que dão acesso à praça Mumadona, na Rua da Cadeia, a partir do Largo do Cano
- 1955.06.18 A Ala do Mercado, fronteira ao edifício da Sociedade Martins Sarmiento, estava concluída e foi entregue pelos Eng. Sá e Melo e Arquitecto Moreira da Silva à Câmara Municipal
- 1955.06. Começa-se a saíbrar os passeios interiores do Jardim Público, motivo porque se encontra vedado ao público
- 1955.06. Anuncia-se que a nova sede da Caixa Geral de Depósitos ficará instalada no Largo do Toural. Ao conjunto serão sacrificadas duas casas, cujo espaço ficará para o alargamento do largo, desaparecendo o ângulo que tanto o desfejava. Para sede da Caixa Geral de Depósitos vão sacrificar-se alguns prédios, onde estão instalados diversos estabelecimentos comerciais
- 1955.07. A Câmara Municipal, no louvável intuito de descongestionar e modernizar a cidade, mandou retirar do centro do Toural a bomba de gasolina que ali existia. Em seu lugar surgirá, completamente instalado, um polícia sinaleiro
- 1955.07.13 A Câmara delibera que se deve notificar o proprietário do Quiosque do Jardim do Largo 28 de Maio de que terá de o demolir até 31 de Dezembro do ano corrente pela necessidade de remodelação do referido Jardim
- 1955.07.15 Já está instalada no Largo do Toural, no local de onde foi retirada uma bomba de gasolina, o respectivo sinaleiro
- 1955.07.23 Publica-se no Diário do Governo, 2ª série, nº170, uma portaria alterando zona de protecção do castelo de Guimarães, igreja de S. Miguel do Castelo e Paço dos Duques de Bragança.
- 1955.07.24 A imprensa ainda se queixa da falta de “mictórios”.
- 1955.07.23 Dá-se início à implantação do edifício do Palácio da Justiça, pelo Arq. Luís Benavente, começando-se a obra de abertura dos caboucos.
- 1955.08.06 Inauguradas as novas instalações da Ala Sul da Praça do Mercado Municipal.
- 1955.09. O Ministro das Obras Públicas incumba o escultor Álvaro Brée de executar a estátua, em ferro, da Condessa Mumadona, destinada a esta cidade. O custo do trabalho é de 230.000\$00.
- 1955.09.07 A Câmara Municipal aprova a proposta apresentada pelo vereador José Maria Pinto de Almeida para se proceder ao arranjo interior do Mercado e sua pavimentação incumbindo o Arquitecto Moreira da Silva de proceder ao respectivo estudo e aprovar a proposta do presidente para calçamento com pedra à fiada o largo em frente do Hospital da Misericórdia
- 1955.10. Dá-se início à obra da variante da Estrada de Fafe, que vai dar à Praça Mumadona.
- 1955.11. Os serviços técnicos da Câmara estão a proceder ao estudo da abertura de uma nova artéria, prevista no Plano de Urbanização, entre a rua do Dr. Joaquim José de Meira e a Ponte de Santa Luzia, de grande importância para o projectado Parque de Jogos.
- 1955.11. A Câmara Municipal determina que o Quiosque do Jardim seja demolido.
- 1955.12. O novo edifício da Caixa Geral de Depósitos fica no Toural, no lugar ocupado pela casa dos Enxovais e mais seis prédios anexos.
- 1955.12.04 Inauguração da sede da Junta de Turismo da Penha, no Largo 28 de Maio.
- 1956.01.12 A Câmara Municipal decide aprovar o projecto da obra de “Rectificação da obra da Rua de Santa Cruz e da nova artéria ligando a Estrada Nacional para Fafe com o Campo de S. Mamede
- 1956.01. A Câmara Municipal chegou a acordo quanto à aquisição de uma grande porção de terreno para efeito da construção da Central de Camionagem e ruas de acesso.

- 1956.01.23 O Diário do Governo, nº 19, II série, publica uma portaria do Ministério das Obras Públicas, declarando de utilidade pública e urgência a expropriação de vários prédios necessários para a construção do edifício da Caixa Geral de Depósitos nesta cidade, cujo projecto foi aprovado por despacho ministerial de 12 de Dezembro do ano findo.
- 1956.02.02 A Câmara Municipal toma conhecimento de que o Arqt. J. Peres Fernandes aceitou o convite para a elaboração do estudo pormenorizado da Praça do Tournal e Largo 28 de Maio e estuda a sua ligação com o cruzamento do Campo da Feira.
- 1956.02.02 A Câmara Municipal manda executar a reconstrução do passeio, em lajedo de cantaria, que margina pelo lado sul a igreja de S. Domingos.
- 1956.02.02 A Câmara Municipal decide mandar executar a pavimentação a betonilha quadriculada do passeio fronteiro à Estação do Caminho de Ferro.
- 1956.03.03 Começaram as obras no Estádio Municipal, começando as máquinas a remover as terras e a tornar realidade o Estádio Municipal.
- 1956.03.15 A Câmara Municipal delibera aprovar os projectos, da autoria do Eng. Fernando Ferreira Brito, respeitantes às avenidas que dão acesso à futura Central de Camionagem e arruamentos que, partindo do topo norte da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, terminará na parte Sul de Santa Luzia
- 1956.04.05 A Câmara Municipal delibera abrir concurso público para a obra de terraplanagem e muros de suporte dos arruamentos e praca de acesso à central de camionagem compreendidos entre a Estrada de Guimarães a Braga e a Avenida Conde de Margaride e mandar colocar bebedouros nos seguintes locais da cidade: Largo da República d Brasil, Largo 28 de Maio, Largo da Condessa do Juncal, Mercado Municipal, Escola de Santa Luzia e Dominicas.
- 1956.04.05 A Câmara Municipal delibera adjudicar a Sebastião de Freitas a execução da obra de “pavimentação do passeio fronteiro à Estação do Caminho de Ferro, lado norte”, em betonilha
- 1956.04.19 É publicado o Diário do Governo nº 94, 2ª série, fixando a zona de protecção abrangida pela área de protecção da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira e Muralhas, integrando o Cruzeiro da senhora da Guia, Igreja da Oliveira, Paços do Concelho, Padrão do Salado, Cruzeiro Manuelino.
- 1956.04. O Plano de Urbanização do centro da cidade, concepção Peres Fernandes, é exposto no Turismo.
- 1956.05.08 Procede-se ao Concurso Público para arrematação da empreitada de adaptação e aplicação da Escola Industrial e Comercial de Guimarães, na sede da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secções, em Lisboa.
- 1956.05.24 O vereador Dr. Júlio Soares Leite propôs que: *“Por sugestão de Sª Ex. o Arcipreste de Guimarães, aquando da inauguração do Bairro camarário situado no Monte de Arcela, proponho que ao referido Bairro se dê o nome de Leão XIII, em comemoração das Encíclicas Sociais”*.
- 1956.05. Continuam as demolições no Tournal para instalação da Caixa Geral de Depósitos.
- 1956.05.22 Inauguração de um bairro de casas Bairro da Arcela, composto por 36 moradias
- 1956.06.05 A Câmara decide deferir o pedido da firma Alberto Pimenta Machado & Filhos para demolição do prédio que forma o gaveto entre as ruas de Gil Vicente e Paio Galvão
- 1956.06.10 Homenagem ao historiador Alberto Sampaio, inaugurando-se no Largo dos Laranjais um monumento da autoria do escultor António de Azevedo.
- 1956.07.21 A Câmara Municipal decide adjudicar a João Domingos Duarte a obra de “Pavimentação dos passeios da Avenida D. Afonso Henriques” e iniciar por administração directa a demolição do edifício onde está instalada a Casa dos Pobres na Rua de S. Dâmaso.

- 1956.08.16 Pelo vereador José Maria Pinto de Almeida foi apresentada na sessão da Câmara e aprovada uma proposta de regozijo pela apresentação do anteprojecto do novo liceu.
- 1956.09.13 A Câmara resolve dar a sua concordância ao anteprojecto do estudo paisagístico do arranjo em volta do Paço Ducal (Parque do Castelo), de autoria do Engenheiro Silvicultor António Facco Viana Barreto.
- 1956.09.20 A Câmara Municipal decide adjudicar a Manuel Marques da Silva pela quantia de 21.700\$00 a restante demolição do edifício da Casa dos Pobres e bem assim parte dos materiais provenientes da demolição já efectuada por administração directa.
- 1956.10.18 A Câmara Municipal decide concordar com a construção da “Casa da Marcha” nos terrenos municipais sitos no lugar do Rio de Santa Luzia.
- 1956.11.08 A Câmara Municipal decide designar os engenheiros Fernando Ferreira Bonito, João Ribeiro da Silva Figueiredo e Abel Fernando de Meneses e Silva Cardoso para fazerem parte da Comissão encarregada de elaborar o plano de zonas necessárias à execução da parte aprovada do antepiano de urbanização
- 1956.11.08 A Câmara Municipal decide aprovar o projecto dos arruamentos da zona do Novo Liceu e que se enviasse à Direcção Geral dos Serviços de Urbanização para os devidos efeitos
- 1956.11.19 Principiam as obras de abertura de uma rua que liga a estrada de Braga à Rua do Dr. Alfredo Pimenta
- 1956.11.23 A Câmara decide pôr em arrematação, para efeito de demolição, as duas casas da Rua de S. Dâmaso, contíguas à antiga Casa dos Pobres.
- 1956.12.14 Assinatura das escrituras respeitantes à venda dos prédios do Largo do Tournal, que no próximo ano serão demolidos, a fim de ser feita a construção do edifício destinado à Caixa Geral de Depósitos.
- 1957.02.14 A Câmara Municipal decide fixar as condições do contrato com o Arqt. Inácio Peres Fernandes para a elaboração dos projectos de remodelação e arranjo do centro da cidade, compreendendo o da Alameda que liga os largos 28 de Maio ao da República do Brasil e o da Avenida de ligação do largo 28 de Maio ao Matadouro
- 1957.03. Foi decretada utilidade pública e a urgência de expropriação de numerosos prédios necessários para o arranjo da zona envolvente dos Paços dos Duques de Bragança, Igreja de S. Miguel, e Castelo de Guimarães.
- 1957.03.21 Adquirir, para efeitos da obra de construção da Alameda que liga o largo 28 de Maio ao da República do Brasil, 21 prédios, que constam do mapa da expropriação.
- 1957.04. Foi arrematada a obra da Rodovia de Covas ao Minhoto.
- 1957.04.11 A Câmara Municipal em sessão decidiu informar favoravelmente o anteprojecto do novo edifício da Caixa Geral de Depósitos, a construir nesta cidade
- 1957.05.04 A Câmara Municipal de Guimarães decidiu aprovar o antepiano parcial da zona do Novo Liceu para efeito de expropriação do terreno
- 1957.05. O pintor de arte António Lino da Veiga Ferreira Pedras foi contratado para execução de cartões em tamanho natural, dos vitrais para a capela do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães pela importância de 70 mil escudos.
- 1957.05.16 A Câmara decide adquirir a José da Costa Santos Vaz Vieira o terreno definido na planta de expropriação para efeito de estabelecimento do Parque, que vai circundar o Paço dos Duques de Bragança.
- 1957.05. Abre num recanto da Avenida D. Afonso Henriques um Quiosque bar, pertencente a Amilcar Dias.

- 1957.05. Foi publicada no Diário do Governo uma portaria, que ordena a expropriação urgente, por utilidade pública, dos terrenos para o novo Liceu de Guimarães e respectivos arruamentos.
- 1957.06.06 A Câmara Municipal toma conhecimento do despacho do Ministro das Obras Públicas, que aprovou o Plano Parcial de Urbanização de Guimarães, zona do novo liceu e ainda decidiu abrir concurso público para a arrematação da empreitada da obra dos novos arruamentos da zona do liceu
- 1957.06.27 A Câmara Municipal resolve mandar pavimentar a paralelepípedos a rua da Liberdade até ao Cruzeiro, tendo decidido adjudicar a obra a Francisco Coelho.
- 1957.08.08 A Câmara Municipal aprova a planta de urbanização que apresentou António Gomes da Costa para efeitos de talhonomento do seu terreno situado na Quinta do Salgueiral.
- 1957.10.08 Principia a obra de entaipamento do novo edifício da Caixa Geral de Depósitos, a cargo dos empreiteiros Nogueira e Lima, de Viana do Castelo.
- 1957.11.07 A Câmara Municipal decide que de futuro sejam submetidas ao parecer da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais os projectos das obras em prédios situados na zona compreendida pela antiga da cidade, conforme sugestão daquela entidade, e em virtude de estar em estudo a protecção da cidade, sempre que tais obras impliquem evidente alteração de traça existente.
- 1957.11.07 A Câmara Municipal decide adjudicar a Gaspar Pinto a construção de uma grade de ferro para o Jardim Infantil
- 1957.11.21 A Câmara Municipal decide pôr em arrematação a obra de pavimentação em calçada à fiada da Rua Serpa Pinto, desde a Praça Mumadona até à Rua das Trinas.
- 1957.11.21 A Câmara Municipal decide aprovar o ante projecto do novo Matadouro Municipal de Guimarães, cujo orçamento total é de quatro mil contos.
- 1957.12.05 A Câmara Municipal decide permitir, em princípio, a ocupação do subsolo da ladeira sobranceira à parte nascente da Rua de Camões, conforme o requerido por José Lemos Oliveira Bastos, que pretende instalar ali um estabelecimento para venda de tabacos, revistas e jornais, dependendo o deferimento da necessária construção da forma como o técnico autor do projecto encare a solução do problema integrando o ângulo formado pelo Largo e guarda (balaustrada), num todo harmonioso.
- 1957.12. Na Câmara Municipal é assinada a escritura da compra do Sr. José da Costa Santos Vaz Vieira e Filhos, de terrenos destinados ao arruamento de uma avenida a abrir da estrada de Fafe às proximidades do Campo de S. Mamede.
- 1958.01. Foi feita a arrematação da nova pavimentação a paralelos da Rua Serpa Pinto.
- 1958.02. A Câmara Municipal decide adjudicar à firma Osório & Coelho Lda a obra de “Construção de novos arruamentos em Guimarães”, na zona do novo liceu, procedendo-se com urgência ao estudo da electrificação dos mesmos diligenciando-se junto dos CTT no sentido de ser resolvido simultaneamente o problema da rede telefónica.
- 1958.02. A Câmara Municipal decide proceder à rectificação da Viela dos Bimbais, adquirindo para o efeito dois prédios pertencentes a João da Mota.
- 1958.04. Principiam os trabalhos de urbanização dos terrenos destinados à construção do novo Liceu e que comportam, também, a abertura de novas ruas.
- 1958.04.10 A Câmara decide aprovar o estudo do arranjo do Largo Navarros de Andrade e do passeio norte da Rua de Santo António e abrir concurso limitado
- 1958.05.14 A Câmara Municipal decide adjudicar a obra de “Arranjo do Largo Navarros de Andrade” a José Fernandes Levandeira.
- 1958.05.21 A Câmara Municipal decide adjudicar a Gabriel Alves Sampaio Couto a obra de “Pavimentação da Rua da Arcela”.

- 1958.06.24 Concurso público para arrematação da empreitada de construção do Liceu de Guimarães (2ª classe - sub classe B, 1º categoria) na sede da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário Junta, em Lisboa.
- 1958.07.09 A Câmara Municipal decide elaborar, de harmonia com o despacho ministerial, as minutas dos contratos a celebrar com os escultores António Duarte e Joaquim Correia, para a execução de estátuas e relevos com destino ao edifício do novo Tribunal.
- 1958.06.25 A Câmara Municipal delibera aprovar o anteprojecto do Estádio Municipal de Guimarães, da autoria do Eng. Manuel Augusto de O. Duarte.
- 1958.08.27 A Câmara Municipal decide submeter à apreciação da DGEMN as propostas apresentadas para iluminação do castelo de Guimarães, Paço dos Duques e Capela de S. Miguel e dar a sua concordância à sugestão apresentada pelo escultor Joaquim Correia, que propõe os termos para os dois relevos destinados à fachada principal do edifício do Tribunal desta cidade
- 1958.08.20 A Câmara Municipal decide sancionar o despacho da presidência que ordenou a elaboração da minuta do contrato a celebrar com António Lino da Veiga Ferreira Pedras para fornecimento de uma pintura a “fresco” e um mosaico parietal a cores com destino ao Palácio da Justiça
- 1958.10.02 A Câmara Municipal decide abrir concurso público para a 1ª fase dos trabalhos de terraplanagens da obra de arruamento desde a estrada de Fafe no Bringel, até ao Campo de S. Mamede.
- 1958.10.15 A Câmara Municipal delibera indeferir o pedido de licença da Firma Teixeira & Irmão, que pretende remodelar o seu estabelecimento sito no ângulo do Largo do Toural e Rua de Paio Galvão, em virtude da Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes ter de parecer que não devem ser autorizadas as obras de remodelação exterior constantes do respectivo projecto.
- 1958.10. Iniciam-se as obras de construção do novo Liceu de Guimarães.
- 1958.10.29 A Câmara Municipal decide celebrar o contrato com os escultores António Duarte e Joaquim Correia para execução de duas estátuas e dois relevos destinados ao edifício do Palácio de Justiça
- 1958.11. É assinado na Câmara Municipal o contrato para a execução de uma pintura a fresco e de um mosaico parietal a cores, com 130 m², para o Palácio da Justiça de Guimarães, trabalho este de que foi incumbido o pintor de arte, António Lino.
- 1958.11.19 É celebrado contrato na Câmara Municipal, com os escultores António Duarte e Joaquim Correia, para erecção dos seguintes trabalhos, em granito da região, para o Palácio da Justiça desta cidade: com o primeiro, estátua representativa da lei e um relevo alusivo ao mesmo tema; com o segundo, estátua representativa da Justiça e um relevo alusivo ao mesmo tema.
- 1958.12. Começa a ser demolido mais um prédio, o primeiro no largo da República do Brasil, para efeitos das obras da Avenida Salazar.
- 1958.12.17 A Câmara Municipal aprova o estudo da obra de transladação de um prédio medieval, que vai ser demolido junto da igreja de S. Dâmaso, com vista à instalação no referido edifício e noutra local dos serviços das Juntas de freguesia da cidade.
- 1959.02.18 A Câmara Municipal decide adjudicar à firma Osório & Coelho, Lda a obra do arruamento de ligação da estrada de Fafe, no Bringel, até ao Campo de S. Mamede.
- 1959.03.25 A Câmara Municipal decide aprovar o projecto das obras das novas instalações junto da Colegiada do Arciprestado de Guimarães, elaborado pela Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

- 1959.04.01 A Câmara Municipal decide aprovar as maquetas da estátua da Lei e relevo alusivo ao mesmo tema para o edifício destinado aos serviços da Justiça, da autoria do escultor António Duarte.
- 1959.04. No gabinete do Presidente da Câmara foi assinada a escritura de compra do último prédio da Rua de S. Dâmaso, que já anda a demolir-se, com vista à Alameda Salazar.+++
- 1959.04. Inicia-se a construção do novo colégio Egas Moniz, nos terrenos anexos ao do novo liceu
- 1959.04. Principia a abertura do arruamento entre a estrada de Fafe e o Campo de S. Mamede, como início do arranjo do Parque Público do castelo
- 1959.05.08 A Igreja de S. Domingos é classificada como Monumento de Interesse Público pelo Diário do Governo nº 42 255
- 1959.05.20 A Câmara decide adjudicar a Gabriel Alves Sampaio Couto a obra de “Pavimentação das ruas da Caldeiroa e Padre Borges de Sá”.
- 1959.06.17 Publicado na imprensa o anúncio da CMG para “*Arranjo à volta do Paço Ducal e Castelo de Guimarães*”
- 1959.05.27 A Câmara Municipal decide abrir concurso público para o trabalhos de “arranjo da zona envolvente dos Paços dos Duques de Bragança”.
- 1959.06.25 O Presidente da República inaugura o Paço Ducal e a Escola Técnica.
- 1959.07.18 A Câmara Municipal decide admitir e aprovar por unanimidade, a proposta do Presidente que é a seguinte: Organização dos Serviços Técnicos Municipais: Pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, em seu ofício nº 4 488, de 8 de Junho do corrente ano, foi sugerida a esta Câmara, a criação de um Gabinete de Urbanização neste concelho, sugestão essa que foi aceite por deliberação camarária de 7 de Julho último.
- 1959.07.07 A Câmara Municipal decide adjudicar a Gabriel Alves Sampaio Couto a obra de “*Arranjo à volta do Paço Ducal e Castelo de Guimarães*”.
- 1959.08.25 O Paço dos Duques é aberto ao público.
- 1959.09.30 A Câmara Municipal decide abrir concurso público para a “pavimentação da Rua Capitão Alfredo Guimarães, até ao local da Bornaria”.
- 1959.12.16 A Câmara Municipal decide autorizar a ocupação com um quiosque, a título precário, do subsolo da via pública, sob as escadas que dão acesso ao largo 28 de Maio
- 1959.12.23 A Câmara Municipal decide proceder a um estudo para valorização da zona antiga da cidade, principalmente a Rua de Santa Maria, Praça de S. Tiago e Vela dos Açoutados
- 1960.01.27 A Câmara Municipal decide enviar à Direcção Geral dos Serviços de Urbanização as propostas recebidas para arrematação da empreitada da obra da Alameda Salazar
- 1960.02. A Direcção Geral dos Serviços de Urbanização aprova o anteprojecto do Estádio Municipal.
- 1960.03.08 A Câmara Municipal decide aprovar o local sugerido pela Comissão do Monumento ao Conde de Arnoso, para a sua instalação no Largo República do Brasil e, assumindo a Câmara, a elaboração do projecto do pedestal e sua construção
- 1960.04.12 A Câmara Municipal decide nomear peritos e solicitar a nomeação de outros pela secção de Finanças para efeito de avaliação dos prédios a demolir com vista ao alargamento da Travessa dos Bimbais
- 1960.04.26 A Câmara Municipal decide adquirir a última casa existente junto da igreja de S. Dâmaso para abertura da Alameda Salazar.

- 1960.06. O Chefe de Estado inaugura o Tribunal Judicial, o Bairro de Urgeses, a Rodovia de Covas ao Castanheiro, o restauro da igreja de S. Domingos, o edifício da Caixa Geral Depósitos a Praça Mumadona e o Palácio da Justiça e ainda a estátua Mumadona que o Governo ofereceu.
- 1960.07.19 A Câmara Municipal delibera solicitar à DGEMN, o restauro da torre sineira da Igreja do Carmo, e da sua fachada voltada ao Palácio dos duques de Bragança
- 1960.10. Em virtude da Câmara ter vencido o litígio que trazia com o proprietário do Quiosque que existia no Jardim Público, este foi demolido
- 1960.11.17 A Câmara Municipal delibera adjudicar ao empreiteiro Francisco Coelho, a obra de “Construção da Alameda Salazar”.
- 1961.01.10 A Câmara Municipal decide aprovar o projecto de rectificação da Viela dos Bimbais e abrir concurso limitado para a realização dos trabalhos.
- 1961.01.17 A Câmara Municipal decide proceder, tendo em vista o prosseguimento da obra da Alameda Salazar, ao levantamento dos materiais do Parque Infantil, sito no Largo do Trovador, procedendo-se à sua instalação em local a estudar pelo Gabinete de Urbanização
- 1961.02.21 A Câmara Municipal decide adjudicar a Manuel Ribeiro da Silva a obra de rectificação e alargamento da Viela dos Bimbais.
- 1961.04. Demolição da Casa onde nasceu Martins Sarmiento, ao Campo da Feira.
- 1961.02.28 A Câmara Municipal decide proceder à arrematação dos terrenos destinados à construção da central de camionagem.
- 1961.03.28 A Câmara Municipal decide inscrever no primeiro orçamento suplementar a verba necessária à aquisição dum prédio situado no lugar da Condessa do Juncal, para efeitos de demolição com vista à ampliação daquele largo
- 1961.04.11 A Câmara Municipal decide aprovar as condições do contrato a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia, para a demolição e reconstrução da igreja de S. Dâmaso, com visa à continuação da obra da Alameda Salazar.
- 1961.04.11 A Câmara Municipal decide aprovar o plano parcial de expansão da zona do novo liceu, apresentado pelo Gabinete de Urbanização
- 1961.04.29 Inauguração da estátua ao Conde de Arnoso, Bernardino Pinheiro Correia de Melo, na Avenida da República do Brasil, adquirida por subscrição pública e entregue aos cuidados da Câmara.
- 1961.05.03 A Câmara Municipal delibera proceder à devolução ao Ministério das Finanças de uma parcela de terreno da cerca do antigo Convento de Santa Clara, para efeitos de permuta com outra parcela de terreno pertencente à paróquia de Nossa Senhora da Oliveira e necessária para o Museu de Alberto Sampaio, sugerindo-se, no entanto, que seja mantida uma faixa longitudinal de, pelo menos, dois metros junto à muralha, por forma a permitir o acesso público a esta.
- 1961.05.19 A Câmara Municipal decide aprovar o projecto da construção do Estádio Municipal
- 1961.04.05 É adjudicada a ampliação do Museu de Alberto Sampaio incluindo também o arranjo do Largo Senhora da Guia, sendo demolido por esse motivo o prédio do lado direito
- 1961.06.02 “Câmara Municipal de Guimarães: Convocação: Dr. José Pereira de Castro Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães: Tenho a honra de convocar os vogais do conselho Municipal para a reunião extraordinária a realizar pelas 15 horas do dia 9 do mês corrente, na sala das sessões da Câmara Municipal, para efeito da aprovação da deliberação camarária respeitante à permuta do terreno onde está instalada a Igreja de S. Dâmaso, com terreno sito no Campo de S. Mamede, para implantação daquela igreja. Paços do Concelho de Guimarães, 2 de Junho de 1961 [...]”

- 1961.06.06 A Câmara Municipal decide permutar o terreno onde se encontra instalada a igreja de S. Dâmaso, com o escolhido para a nova implantação daquela igreja, fixando a área necessária e igual valor para as parcelas de terreno a permutar
- 1961.06.20 A Câmara Municipal delibera adjudicar a Sebastião de Freitas a obra de conservação e limpeza da Capela de Santa Cruz, integrada no Parque do Castelo.
- 1961.07.18 A Câmara Municipal decide adjudicar a Casimiro Ribeiro, a obra e reconstrução dos sanitários da Rua de Camões.
- 1961.07.13 A Câmara Municipal decide adjudicar a Francisco Coelho, pela importância de 127 000\$00 a construção de sanitários no Parque dos Paços dos Duques de Bragança
- 1961.07.25 A Câmara Municipal toma conhecimento por ofício da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães que esta, tendo em apreço a obra que a Câmara vem desenvolvendo em prol do processo e aformoseamento da cidade e conselho, deliberou, por unanimidade, que nenhum entrave seja posto à transferência da igreja de S. Dâmaso para o local indicado pela Câmara, deliberando ainda manifestar o seu desejo ao Ministro da Assistência, de que o assunto se resolvesse o mais prontamente possível, oferecendo, para que tal se consiga, todas as facilidades que a Santa Casa possa ter por este caso. A Câmara deliberou ainda: agradecer à Santa Casa da Misericórdia de Guimarães as facilidades concedidas para a transferência da Igreja de S. Dâmaso, dando a sua inteira concordância a que se faça a permuta de terreno sem qualquer indemnização por diferentes valores.
- 1961.08. O Ministério das Obras Públicas, através da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais entregou definitivamente à autoridade eclesiástica da cidade, e por ela ao Pároco da freguesia de S. Paio, a igreja de S. Domingos, sede desta paróquia. Foram assim dados por concluídas as obras de restauro, há longos anos começadas
- 1961.08.22 A Câmara Municipal decide adquirir o prédio com o nº20 de polícia, situado na Rua de Alcobaça, para efeitos de demolição e para execução do antepiano de urbanização.
- 1961.10.17 A Câmara Municipal decide colher propostas para a colocação no passeio da Avenida Alberto Sampaio das grades do muro do antigo Parque Infantil, em virtude das que existem naquela Avenida, se encontrarem em mau estado de conservação.
- 1961.11.01 Bênção solene e abertura ao culto da Igreja de S. Domingos.
- 1961.12.05 A Câmara Municipal decide autorizar a construção do seminário que os Missionários do Verbo pretendem levar a efeito no lugar da Veiga de Cima, da freguesia de Azurém, aprovando o respectivo projecto.
- 1961 Compra dos prédios necessários à ampliação do edifício dos CTT.
- 1962.01.16 A Câmara Municipal decide adjudicar a Francisco Coelho a obra de assentamento de grades do passeio da Avenida Alberto Sampaio.
- 1962.01. Começam a ser retirados os azulejos e a talha que constituem património artístico da igreja de S. Dâmaso, que vai ser reconstruída no Campo de S. Mamede.
- 1962.02.06 A Câmara Municipal sugere à Santa Casa da Misericórdia para ser retirada a talha e, bem assim, os azulejos da igreja de S. Dâmaso, que deve ser considerada património artístico e em virtude de ameaçar ruína o telhado daquela igreja, deliberou assumir o encargo de 110 contos para execução de obras que compreende a retirada e reposição na respectiva igreja a quando da sua reconstrução, e isto em face do acordo comunicado a esta Câmara por aquela instituição.

- 1962.04.17 A Câmara Municipal delibera que se procedesse ao estudo para mudança do posto de transformação de energia eléctrica, situado junto da muralha, na Avenida Alberto Sampaio, para outro local próximo.
- 1962.05.01 A Câmara Municipal toma conhecimento do ofício da Santa Casa da Misericórdia que transcreve o despacho ministerial condicionando à autorização para demolição e reconstrução da igreja de S. Dâmaso.
- 1962.05.08 A Câmara Municipal decide proceder, por administração directa, à mudança e arranjo do Cruzeiro Paroquial, tendo a comissão fabriqueira da freguesia de Azurém ter testemunhado o reconhecimento por aquele melhoramento.
- 1962.06.16 Principia a demolição da Igreja de S. Dâmaso.
- 1962.06. O Ministro da Educação Nacional e das Obras Públicas visitou Guimarães, visitando o Parque do Castelo e depois a Alameda Salazar próximo da qual o Eng. Arantes e Oliveira estudou a possibilidade da projectada construção do edifício para a sua “Domus Municipalis”. Foi feita depois a visita para inauguração da obra da primeira fase do Centro Pastoral, e inaugurado um medalhão em bronze, obra do escultor Joaquim Correia, com a esfinge do Eng. Arantes e Oliveira. No Liceu e durante uma sessão solene brilhante, foi homenageado.
- 1962.07.05 Pelo decreto lei nº 44 452 o Cruzeiro Manuelino é classificado monumento de interesse.
- 1962.09.04 A Câmara Municipal delibera encarregar o Gabinete de Urbanização de proceder ao estudo das condições a que devem obedecer as construções a efectuar na Rotunda da Alameda e Rua Dr. José Sampaio.
- 1962.09. Por motivo das obras de ampliação e beneficiação do Museu Alberto Sampaio, este encerra temporariamente as suas portas.
- 1962.10.01 Iniciam-se as obras de conclusão do edifício onde se encontram instalados os escritórios e armazéns da firma Alberto Pimenta Machado e Filhos. A obra que compreende a esquina entre as ruas de Paio Galvão e Gil Vicente e continuação do edifício a ocupar uma parte desta última rua.
- 1962.10. Principia a reconstrução Igreja de S. Dâmaso, no Campo de S. Mamede.
- 1948.06.22 Portaria do Governo, declarando, nos termos do nº1 do art.12º da Lei nº 2030, de 22 de Junho de 1948, a utilidade pública e a urgência das expropriações das parcelas a seguir descritas, sitas em Guimarães, com todas as suas acessões e servidões, sem reserva alguma, necessária à construção do Estádio Municipal de Guimarães.
- 1963.04.16 A Câmara Municipal decide abrir uma rua que liga a Estrada Nacional 101 ao Campo de S. Mamede
- 1963.05.03 A Câmara Municipal decide aprovar os trabalhos de abastecimento de água ao tanque transferido da Rua de Santo António para o Largo Mota Prego.
- 1963.05.29 A Câmara Municipal de Guimarães delibera proceder-se à reconstrução da “Casa Medieval” situada no topo do bloco das antigas construções entre o Largo de Santiago e a Rua dos Açoutados, com a máxima autenticidade e fazer-se a entrega à Junta de Turismo Local como património digno de interesse para os visitantes.
- 1963.08.14 A Câmara Municipal decide fornecer guarda sóis para os postos de sinaleiros do largo do Toural.
- 1963.08.29 A Câmara Municipal decide abrir concurso para a construção de dois abrigos destinados ao público a implantar na praceta Heróis da Fundação.
- 1963.10.02 A Câmara Municipal decidiu mandar elaborar o projecto de construção e remodelação do edifício para instalação da GNR.
- 1964.02.05 A Câmara Municipal decidiu indeferir o pedido de Oliveira Ferreira da Silva, para construção de um pavilhão para venda de tabacos, revistas e análogos, na Alameda Salazar, no passeio fronteiro à “muralha”.

- 1964.02. Iniciou-se o trabalho de ajardinamento do talhão central da Alameda, aonde esteve situada a Igreja de S. Dâmaso, ficando assim concluído o arranjo daquela artéria.
- 1964.06.24 A Câmara Municipal deliberou adquirir para demolição, os prédios nº6, 8 e 10 pertencentes à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco para continuação da obra de urbanização do Largo Condessa do Juncal.
- 1965.12.03 A Câmara Municipal delibera aprovar a estimativa dos trabalhos de construção da placa para a nova implantação do Posto de Polícia de Viação e Trânsito, nesta cidade.
- 1965.07.23 Concurso para a reconstrução da Casa Medieval.
- 1965.08. Está a construir-se um novo prédio com vários andares, que se erguerá num terreno que faz frente para a Rua de Gil Vicente, desaparecendo assim os terrenos que confinam com a via pública.
- 1965.08.20 A Câmara Municipal decide deferir o pedido de Joaquim da Silva Bravo, desta cidade, de colocação de um telefone no largo do Toural
- 1966.01.12 A Câmara Municipal delibera notificar a Companhia dos Petróleo BP para retirar, até ao dia 31 do corrente mês, a bomba de gasolina instalada no Largo do Toural, em frente do Café Mourão.
- 1966.01.19 A Câmara Municipal decide não encarar a construção do posto da Polícia de Viação e Trânsito junto ao Matadouro, em face do pesado encargo com a sua transferência.
- 1966.02. O Ministro das Obras Públicas na visita efectuada à nossa cidade pediu, entre outros elementos, ao Município, que imediatamente se fizesse uma estimativa da remoção da cabine eléctrica da Avenida Alberto Sampaio, pois a considerou atentatória da monumentalidade do local.
- 1966.02. Começa a arborização de uma pequena parte do Parque da Cidade.
- 1966.03.06 A Câmara Municipal decide conceder licença de ocupação à sociedade Anónima de refinação de Petróleos em Portugal SACOR, para o posto de abastecimento de combustíveis na Rodovia de Covas.
- 1966.04.01 Iniciaram-se os trabalhos de terraplanagem do futuro Parque da Cidade e onde vai instalar-se o Pavilhão dos Desportos, mas logo pararam.
- 1966.06. A circundar o padrão evocativo da fundação e restauração de Portugal, no largo fronteiro ao convento de Santa Clara, foi plantado um jardimzinho.
- 1966.07.13 A Câmara Municipal delibera proceder ao estudo da urbanização da Rua de Alcobaça.
- 1966.07.27 A Câmara Municipal delibera aprovar o programa do concurso e o respectivo caderno de encargos e abrir concurso público para a obra de “Pavimentação em calçada à fiada da Rua Abade de Tagilde”, no terço pavimentado a betão asfáltico
- 1966.10.19 Realiza-se o concurso público para a arrematação da empreitada de “Arranjo da zona envolvente da Igreja de S. Dâmaso-1ª fase”.
- 1966.10.05 A Câmara Municipal decide aceitar o orçamento da Firma Jordão, Filhos & Câmara Lda, para a mudança do posto de transformação sito na Avenida Alberto Sampaio, solicitando a necessária participação do Ministro das Obras Públicas
- 1966.11.09 A Câmara Municipal delibera incluir no plano de actividades para o próximo ano, o alargamento da Rua situada entre a fachada Norte do edifício da Sociedade Martins Sarmiento e o Mercado Municipal
- 1967.02.27 A Câmara Municipal decide proceder à execução da obra de remoção da cabine de alta tensão existente na Avenida Alberto Sampaio, junto à muralha.
- 1967.05.03 A Câmara Municipal delibera pedir transferência da participação do Estado destinado à obra do arranjo envolvente da igreja de S. Dâmaso, para a obra de pavimentação lajeada do largo da Oliveira.

- 1967.05.21 Solene inauguração da Igreja de S. Dâmaso.
- 1967.06.16 O Presidente da República inaugura a fase final das obras da Sociedade Martins Sarmento e o Museu Alberto Sampaio. O Museu Alberto Sampaio passa a ser instalado nas novas instalações da Caixa Geral de Depósitos.
- 1967.07.18 Encerra o café Oriental.
- 1967.08. Depois de encerrado ao público durante bastantes anos por deliberação camarária, a viela de S. Crispim, que liga as ruas da Rainha e Dr. Avelino Germano, foi agora por idêntica deliberação, aberta de novo ao trânsito
- 1967.08.23 A Câmara Municipal decide promover a transferência dos serviços Municipais para o edifício do antigo Convento de Santa Clara, onde estão instalados o Internato Municipal e algumas salas de aula da Escola Industrial e Comercial de Guimarães.
- 1967.09.23 O Presidente da República preside à inauguração do Pavilhão Gimnodesportivo, mandado construir, nos terrenos junto do Estádio Municipal, pela FNAT, de colaboração com o Fomento do Desporto.
- 1967.09. Pelo Fundo de Desemprego do Ministério das Obras Públicas foi concedido à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais um subsídio no valor de 400 contos para as obras de beneficiação e restauro a que anda já a proceder-se na igreja de Nossa Senhora da Oliveira, sede da Colegiada de Guimarães.
- 1968.05.31 Inauguração das novas instalações da Câmara Municipal no edifício do antigo convento de Santa Clara.
- 1968.05.31 Inauguração da Casa Medieval, reconstruída na Praça de S. Tiago
- 1969.04.04 A Câmara Municipal dá conhecimento que conforme comunicação da delegação dos edifícios para os serviços dos CTT, vão ser iniciadas dentro de dias, as demolições de diversos prédios, para a ampliação do edifício.
- 1969.08.21 Incêndio do prédio, propriedade da Santa Casa da Misericórdia.
- 1970.01. O Presidente da Câmara Municipal apresenta ao Ministro das Obras Públicas um plano urbanístico de expansão citadina "*Planta de expansão urbanística da zona de Nossa Senhora da Conceição*".
- 1970.03. Principiam as obras de urbanização na zona do liceu, lado nascente, com a abertura de novos arruamentos, para a expansão da cidade.
- 1970.05. É autorizada superiormente a urbanização da Conceição.
- 1970.06. A Câmara Municipal resolve promover o estudo imediato da reintegração da zona medieval da cidade. Delibera fazer contrato com o Arquitecto Alberto da Silva Bessa para elaboração do anteprojecto, projecto e assistência técnica das obras de reintegração, adaptação e valorização do conjunto residencial limitado pelo Largo medieval da Oliveira, Vuela dos Açoutados, Praça de S. Tiago e Rua de Santa Maria
- 1970.08. São aprovados superiormente, com ligeiras alterações, os dois anteprojectos dos edifícios para as Escolas de Instrução Primária, a construção na zona do novo liceu e junto de artérias abertas para o efeito.
- 1970.09. A Câmara Municipal resolve manter iluminado na muralha do Toural, o dístico "*Aqui nasceu Portugal*".
- 1970.11. A Câmara Municipal resolve enviar à comissão de Arte e Arqueologia o projecto da Urbanização do Largo Cónego José Maria Gomes, com vista à sua aprovação da Junta Nacional de Educação.

- 1970.12. A Câmara Municipal entre as várias deliberações ultimamente tomadas, resolve submeter à aprovação superior parte da reintegração da zona medieval da cidade aprovando e enviando à Junta Nacional de Educação para aprovação conveniente o anteprojecto das obras de reintegração, adaptação e valorização do conjunto residencial limitado pelo largo da Oliveira, Viela de Arrochela e Praça de S. Tiago, com aproveitamento da casa sobre arcadas para restaurante e residencial e ainda pôr a concurso a obra de saneamento das Ruas de Santa Maria, Alfredo Guimarães, Largo da Oliveira e Praça de S. Tiago.
- 1971.01.02 Por motivo das obras que vão começar, finalmente, do novo edifício dos Correios, os serviços que funcionavam em prédio da Rua de Santo António foram transferidos, provisoriamente, para a Rua Francisco Agra.
- 1971.02. Conclusão do restauro dos fenestões da capela mor do templo de S. Francisco.
- 1971.05.03 Recebido pela Câmara o projecto definitivo da urbanização da zona de Nossa Senhora da Conceição, sendo de imediato aprovado e remetido, em seguida, à Direcção Geral de Urbanização para o mesmo fim.
- 1971.06.24 Inauguração do Cinema S. Mamede, na Rua Dr. José Sampaio.
- 1971.06. A Câmara Municipal delibera pôr a concurso a empreitada de construção das novas Escolas Primárias Centrais.
- 1971.08.07 A imprensa publica: Câmara Municipal de Guimarães: *Anúncio - Empreitada de "construção das Escolas Primárias - Guimarães (masculina e feminina)"*.
- 1971.08. Aprovado pelo Município o anteprojecto de um Centro Urbano da rua Dr. Alfredo Pimenta.
- 1971.10. Inicia-se a construção de um grande imóvel que vem contribuir para a solução do problema hoteleiro de Guimarães com quinze pisos, foi concebido pelos Arqt. Pedro Ramos e Sérgio Fernandes, com cálculos de estabilidade do engenheiro Mário Fernandes da Ponte, todos do Porto. Encarregou-se ainda da empreitada, quanto à construção do imóvel, a firma Soares da Costa, SARL, também do Porto, com fundações da Firma Teixeira Duarte SARL, de Lisboa.
- 1971.12. A Câmara delibera abrir concurso para a obra de pavimentação, passeios das ruas e saneamento do Bairro da Madre de Deus.
- 1972.01.29 Anunciado nos jornais: "Câmara Municipal de Guimarães: Anúncio - Empreitada de Urbanização do Bairro da Madre de Deus em Guimarães".
- 1972.03. A Câmara Municipal delibera adjudicar a obra de urbanização do Bairro da Madre de Deus a Amândio de Oliveira Carvalho.
- 1972.03. A Câmara Municipal delibera proceder à electrificação da Casa Medieval da Praça de S. Tiago.
- 1972.03. Conclusão do projecto do arranjo dos pavimentos do largo medieval da Oliveira, a reintegração de ampla parcela da Rua de Santa Maria, precisamente o bloco de edificação que engloba esta rua e a Viela dos Açoutados, com frente virada para o Largo de Nossa Senhora da Oliveira, obras a consumir-se em consequência de projecto mandado elaborar pela Câmara.
- 1972.03. Conclusão do estudo do arranjo do largo do cónego José Maria Gomes, mandado executar pelo Município, cuja aprovação definitiva depende dos estudos complementares dos restauros das fachadas respectivas e arborização do local, como foi recomendado superiormente.
- 1972.05. Uma nova urbanização acaba de ser aprovada e vai permitir uma maior expansão da cidade na zona dos Pombais
- 1972.06. Classificação como imóvel de interesse público da Igreja dos Santos Passos.
- 1972.11. Constroem-se prédios na Quintã.
- 1972.12. Solenemente inaugurado o edifício da Assembleia de Guimarães.
- 1972.12. A Câmara Municipal delibera adjudicar a obra de pavimentação do largo medieval da Oliveira, já participada pelo Estado.
- 1973.03. Adjudicado o arranjo do Largo de Nossa Senhora da Oliveira.

- 1973.03. Começa a urbanização dos terrenos do Salgueiral.
- 1973.06. Inaugurado o Salão Paroquial da Oliveira.
- 1973.06. A Câmara Municipal abre concurso público para a pavimentação a cubos da Avenida Cónego Gaspar Estação na cidade.
- 1973.08.14 Reabre ao culto o Templo de Nossa Senhora da Oliveira, onde teve lugar a comemoração da Batalha de Aljubarrota, embora não estivessem ainda concluídas as obras do seu restauro.
- 1973.08. Abre a primeira piscina de Guimarães.
- 1973.09. A Câmara Municipal, resolveu adjudicar a obra de recuperação, reintegração e adaptação da Zona Medieval da cidade, limitada pelo largo da Oliveira, Rua de Santa Maria, Praça de S. Tiago e Viela dos Açoutados, por 10.190 contos, à firma de construções CARI. Esta obra, que está subsidiada pelo Ministério das Obras Públicas com 4000 contos, permitirá a instalação de um complexo hoteleiro, do tipo Pousada.
- 1973.09. Na reunião do Conselho Municipal, por proposta da Câmara, foi deliberada a aprovada a venda por 1.038 contos do terreno do gaveto do Largo da República do Brasil com a Rua Dr. José Sampaio, sob a condição de nele se construir um hotel, segundo um projecto já aprovado por todas aquelas entidades que obrigatoriamente teriam de se pronunciar sobre o mesmo.
- 1974.01. Anuncia-se a reconstrução, na mesma traça que possuíam, de dois prédios com frente para o largo da Oliveira, agora demolidos, serão restaurados.
- 1974.02.11 Posto à venda, em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal em reunião de 17 de Dezembro de 1973, aprovada pelo Conselho Municipal em reunião de 27 do mesmo mês e ano, na Câmara Municipal os terrenos que constituem o gaveto entre o largo da República do Brasil e a Rua Dr. José Sampaio, os quais se destinam à construção de um hotel, segundo o projecto já aprovado.

II. Presidentes da Câmara Municipal de Guimarães

Monarquia

1800.10.13 – 1804.02.[?]	Dr. Manuel Marinho Falcão Castro
1804.02.11 – 1806.12. [?]	Dr. António de Barros Figueiredo Cardoso
1806.12.31 - 1806	Dr. José Freire de Andrade ¹
1812.06.20 - 1813.12. [?]	Dr. Agostinho Teixeira Pereira Magalhães
1813.12.16 – 1818.07. [?]	Dr. Pedro d’Orlay
1818.07.15 – 1821.08.20	Dr. Estevão Ferreira
1821.08.23 – 1924.02. [?]	Dr. Bento Ferreira Cabral Paes do Amaral ²
1824.03.07 – 1828.07. [?]	Dr. António de Vasconcelos Carvalho e Meneres de Albuquerque
1828.07.-- – 1829.08. [?]	Dr. Damião Pereira da Silva de Sousa Menezes ³
1834.03.28 – 1834.08. [?]	Dr. Joaquim Cardoso de Carvalho
1834.09.01 – 1835.02. [?]	Dr. Domingos Duarte Machado Ferraz
1835.02.18 – 1836.08. [?]	Dr. Manuel José Pereira Marinho
1836.08.27 – 1837.04. [?]	Dr. João Baptista Leite de Lemos e Castro
1837.04.14 – 1838.01.01	Dr. Joaquim Pinto Teixeira de Carvalho
1838.01.3 – 1838.03.31	Dr. Manuel José do Souto Coelho
1838.04.19 - 1939 01.01	Dr. José Correia de Oliveira Mendes
1839 01.2 – 1841.01.[?]	Barão de Vila Pouca
1841.02.14 – 1842.01.[?]	Dr. João António de Oliveira Cardoso
1842	Dr. José Joaquim Vieira
1843.01.04 – 1845.01.02	Dr. António Joaquim Ferreira d’Eça e Leyva
1845.01.08 – 1846.06.08	Dr. Luís Martins da Costa
1846.06.10 – 1847.07.[?]	Dr. José Joaquim de Abreu Cardoso
1847.07.5 – 1848.12.16	Dr. António de Nápoles
1848.12.27 – 1850.03.[?]	Barão do Costeado
1850.01.16 – 1850.03.13	Presidente Interino - Jerónimo Leite Pereira da Costa Bernardes
1850.03.13 – 1852.01.[?]	Presidente da Câmara - Jerónimo Leite Pereira da Costa Bernardes
1852.01.08 – 1854.01.02	Dr. João Machado Pinheiro
1854.01.04 – 1856.01.02	Dr. João Machado de Mello e Castro
1856.01.09 – 1858.01.02	Dr. João Carlos de Araújo Portugal
1858.01.05 – 1861.12.[?]	Visconde de Pindela
1862.01.03 – 1865.12.[?]	Dr. António Alves Carneiro
1866.01.02 – 1867.12.[?]	Barão do Pombeiro de Riba Vizela
1868.01.-- – 1869.12.[?]	Visconde de Santa Luzia
1870.01.-- – 1871.10.[?]	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo
1871.11.04 – 1873.12.[?]	Dr. Avelino da Silva Guimarães
1874.01.-- – 1875.12.[?]	Dr. Rodrigo Teixeira de Meneres
1876 01.-- – 1877.12.[?]	Dr. José Leite Pereira da Costa Bernardes

¹ De 1810 a 1812 quem preside às sessões da Câmara são os vereadores mais velhos, ... “*Juiz pela ordenação...*”.

² Este presidente poucas vezes esteve presente nas reuniões da Câmara, sendo substituído pelo vereador mais velho presente. O seu nome aparece pela última vez na acta da reunião de 7 de Julho de 1823, mas manteve o cargo de presidente até 1824.

³ Não existem as actas de vereações de Agosto de 1829 a Março de 1834.

1878.01.02 – 1878.08.[?]	Conde de Margaride
1878.08.18 – 1885.12.[?]	Dr. António Coelho da Motta Prego
1886.01.-- – 1886.12.[?]	Dr. Luiz Martins Pereira de Menezes
1887.01.-- – 1892.12.[?]	Conde de Margaride
1893.01.-- - 1898.12.[?]	Dr. António Coelho da Motta Prego
1899.01.02 – 1901.12.[?]	Dr. António Vieira d’ Andrade
1902.01.02 – 1904.12.[?]	Dr. Joaquim José de Meira
1905.01.02 – 1910.10.[?]	Abade João Gomes d’ Oliveira Guimarães

República

1910.10.26 – 1912.06.[?]	José Pinto Teixeira de Abreu	Republicano
1912.07.02 – 1917.12.[?]	Dr. Mariano da Rocha Felgueiras	Republicano (P.R.P.)
1918.01.03 – 1919.12.[?]	Bacharel João Rocha dos Santos	Monárquico
1919.12.06 – 1922.06.[?]	Dr. Francisco Moreira Sampaio	Republicano (Evolucionista)
1922.06.-- - 1922.12.[?]	António Lopes de Carvalho (A.L. de Carvalho)	Republicano (Evolucionista)
1923.01.02 – 1926.07.17	Dr. Mariano da Rocha Felgueiras	Republicano (P.R.P.)
1926.07.23 – 1928 [?]	Capitão Duarte Ferreri de Gusmão Sousa Fraga	Republicano
1928.02.01 – 1928.06.[?]	Dr. Gonçalo Monteiro de Meira	Republicano
1928.06.16 – 1931.06.[?]	Dr. António Coelho da Mota Prego	
1931.06.15 – 1931.10.[?]	Coronel Duarte do Amaral Pinto de Feitas	
1931.10.09 – 1934.06.[?]	Dr. João Rocha dos Santos	Monárquico
1934.06.06 – 1937.10.[?]	Dr. José Francisco dos Santos	Centro Católico
1937.10.22 – 1939.05.[?]	Capitão Dr. José Maria Pereira Leite de Magalhães e Couto	Centro Católico
1939.05.05 – 1945.05.[?]	Dr. João Rocha dos Santos ⁴	Monárquico
1945.04.14 – 1949.04.07	Dr. Fernando Manuel Castro Gonçalves ⁵	União Nacional
1949.04.28 – 1954.10.[?]	Dr. João Maria Rodrigues Martins da Costa ⁶	União Nacional
1951.05.27 – 1954.09.26	Dr. Augusto Gomes de castro Ferreira da Cunha	União Nacional
1954.10.13 – 1955.10.[?]	Capitão José Maria Pereira Leite de Magalhães e Couto ⁷	União Nacional
1955.03.27- 1956.06.14	Dr. José Maria Pereira de Castro Ferreira ⁸	União Nacional

⁴ Entre 17 de Novembro de 1944, até 14 de Maio de 1945, quem presidiu às reuniões da Câmara foi o Vice-Presidente Dr. José de Oliveira Pinto.

⁵ Entre 2 de Julho de 1947 e 7 de Abril de 1949, quem presidiu as reuniões foi o Presidente em exercício, Dr. Augusto Gomes de Castro Ferreira da Cunha.

⁶ Este presidente foi eleito, mas a partir de 24 de Janeiro de 1951 foi sempre substituído pelo Dr. Augusto Gomes de Castro Ferreira da Cunha, que a partir de 25 de Julho de 1951 começa a ser designado como Presidente da Câmara, até Outubro de 1954

⁷ A partir de 10 de Dezembro de 1954 até Março 1955, foi sempre substituído pelo seu Vice presidente Eng. António Rodrigo de Araújo Pinheiro. Em 8 de Abril de 1955 foi substituído pelo Dr. José Maria Pereira de Castro Ferreira ... *“nomeado por portaria publicada no Diário do Governo nº 74, 2ª série, de 29 de Março findo e empossado no cargo de Presidente no dia 6 do mês corrente (Abril)”*...

⁸ O Dr. José Maria Pereira de Castro Ferreira presidiu às reuniões de Câmara desde a sua eleição em 27 de Março de 1955, até 14 de Junho de 1956, sendo depois substituído pelos Vice Presidentes. De 2 de Agosto de 1956 a 1960 o Vice Presidente era o Eng. António Rodrigo de Araújo Pinheiro. De 1960 a 1963 o Vice Presidente foi o Eng. João

1956.08.02 – 1960	Vice Presidente Eng. António Rodrigo de Araújo Pinheiro	União Nacional
1960 – 1963	Vice Presidente Eng. João Maria Cardoso de Macedo e Menezes	União Nacional
1963.03.26 – 1963.10.30	Vice Presidente Dr. José de Oliveira Faria Fernandes de Freitas	União Nacional
1963.11.06 – 1965.03.28	Dr. João Maria Rodrigues Martins da Costa ⁹	União Nacional
1965.04.14 – 1966.12.07	Eng. José Pinto de Oliveira	União Nacional
1966.12.14 – 1969.04.25	Eng. João Mendes Ribeiro	União Nacional
1969.04.28 – 1969.05.23	Dr. Daniel Nunes de Sá ¹⁰	União Nacional
1969.05.23-1974.05.31	Dr. Manuel Bernardino de Araújo Abreu ¹¹	União Nacional/ ANP
1974.05.20 – 1975.04.02	Comissão Administrativa	

Maria Cardoso de Macedo Menezes e de 26 de Março de 1963 até 30 de Outubro de 1963, o Vice Presidente foi o Dr. José de Oliveira Faria Fernandes de Freitas.

⁹ A partir de 30 de Setembro de 1964, até 31 de Março de 1965, foi substituído pelo Vice Presidente Dr. José de Oliveira Faria Fernandes de Freitas.

¹⁰ Em 28 de Abril de 1969 o Governador Civil por Alvará nomeou presidente o Dr. Daniel Nunes de Sá, até 23 de Maio de 1969.

¹¹ *Ibidem NG*, nº 1954 (1969 Maio 31).

III. Alterações toponímicas

A toponímia, designação dos lugares pelos seus nomes, é imprescindível a qualquer povoação, pois ajuda a localizar e a situar determinados locais. Durante muito tempo esta permaneceu quase inalterável e, diz-nos Conceição Falcão¹, que *“cada cidade tinha os seus espaços económicos, disseminados pelas praças e ruas, que a toponímia, conservando ao longo de séculos, permite adivinhar”*.

A toponímia medieval estava essencialmente ligada à função de cada rua, onde os mesteres apareciam agrupados, dando-lhe a sua designação. Assim, em quase todas as vilas, existia, por exemplo, uma rua dos Mercadores, dos Ferreiros, dos Sapateiros, *“de maneira que a explicação toponímica não dá tratos de cabeça a ninguém”*².

Com o decorrer do tempo tudo isto mudou, e a partir de meados do século XIX começaram-se a atribuir às ruas nomes de personalidades ou outros, que não tinham grande relação com o local. Houve um despertar do individualismo, e com ele apareceu o costume de dar novos nomes aos locais antigos. A toponímia tornou-se então *“uma misturada de séculos, idades e de nomes antigos e modernos, em uso e em desuso”*³.

A burguesia da época estava crente na capacidade de criar riqueza e de providenciar o destino, acreditando profundamente na iniciativa individual e por isso glorificava os seus ídolos. Tinha a necessidade de afirmação e começou a privilegiar nomes de heróis ilustres, datas gloriosas, ou acontecimentos relevantes da história local ou nacional.

A cidade também cresceu, expandiu-se para fora dos seus limites muralhados, modernizou-se e isso levou a uma necessidade de começar a complementar ou remodelar a antiga toponímia, pois esta perdera a razão de ser. O próprio regime político vigente tinha tendência a atribuir ou mudar os nomes existentes mais característicos da época, de acordo com a sua ideologia: a Monarquia, época individualista por natureza utilizando designações ligadas ao rei ou homens ilustres da época; a Primeira República, fazendo sentir a necessidade de mudança radical, atribuindo os nomes de políticos famosos, datas memoráveis ou ainda heróis nacionais; o Estado Novo com um espírito

¹ Ibidem AVB - *ASMV*, p. 40.

² Ibidem AVB - *ASMV*, p. 26.

³ Ibidem AVB - *ASMV*, p. 29.

conservador, embora também individualista, que procurava, com os seus heróis e as suas referências políticas geralmente mitificadas, fazer uma profunda doutrinação das massas. Na última fase deste regime a tendência para privilegiar os nomes locais aumentou, embora em todas estas fases se note que procuraram favorecer a toponímia de raiz local.

Analisando a toponímia vimaranense desde a fundação da vila, verificamos uma grande persistência de topónimos de origem medieval, geralmente ligados a funções⁴ ou à característica da zona⁵. No entanto, a partir de meados do século XIX começaram-nos a aparecer designações muito diferentes. Em 20 de Março de 1863 aparece-nos a primeira alteração digna de menção, aquando da mudança do Cruzeiro de S. Lázaro, com o objectivo de alargar e reconstruir a rua de Entre-Regatos (ou de Gatos) e a de S. Domingos. Dá-se o nome de D. João I, rei profundamente ligado a Guimarães por peregrinações que percorreram esta rua, e por generosas dádivas. Era um herói nacional, já suficientemente longe no tempo, com uma mitologia própria que lhe permitiu atravessar incólume vários regimes políticos.

A Rua do Gado e do Poço, integradas no tecido da cidade, e num local nobre, recebera a designação de D. Luís I, rei então governante. Reagindo contra a antiga ideologia, a República em 2 de Novembro de 1910, mudou este nome para Rua 5 de Outubro e o Estado Novo para Rua das Trinas, em virtude de ali existir o Recolhimento das Irmãs da Santíssima Trindade.

A Rua da Fonte Nova, Palheiros e Campo Santo, no lado exterior da cidade, e que davam ligação ao Convento de Santo António dos Capuchos, passaram a designar-se de Santo António, santo português, muito glorificado pelo nacionalismo. A Primeira República fez uma cisão, ao chamar a esta artéria rua 31 de Janeiro, data que pretendia recordar a primeira revolta republicana, mas com o Estado Novo, época também de tradições nacionalistas, voltou ao anterior topónimo.

O Largo da Misericórdia passou por mais vicissitudes uma vez que se resolveu atribuir o nome de Franco Castelo Branco, em 1866, a pedido dos artistas ou artífices da cidade⁶. A República, deu-lhe o primitivo nome de Largo da Misericórdia, pois ali situava-se a referida instituição. Quando a Monarquia do Norte, se instalou em

⁴ Rua Sapateira, Rua dos Mercadores, Rua do Gado, Rua dos Fornos **Erro! Marcador não definido.**, etc.

⁵ Largo da Oliveira, Largo da Misericórdia, Terreiro das Claras **Erro! Marcador não definido.**, Rua do Espírito Santo.

Guimarães, em 1918, repôs-lhe o antigo nome, que foi mudado pelo Estado Novo aquando da homenagem a João Franco e construção do monumento, ficando a designar-se Largo Conselheiro João Franco. Algo semelhante se passou com o Largo de Santa Clara, que com a instalação do Seminário-Liceu se passou a designar pelo nome da referida instituição. Com a República, atribuiu-se a designação de um “mártir da Revolução”, catalão, Francisco Ferrer, mas os estudantes não aceitaram e quebraram por várias vezes a placa toponímica, levantando problemas com as autoridades municipais, e mantendo oralmente a antiga designação. Tentar-se-á remediar o facto, atribuindo-lhe muito mais tarde, já no Sidonismo, o nome de Dr. João de Meira, que embora admitido não chega a ser assimilado. Quando se lhe atribui o nome de Cónego José Maria Gomes, antigo professor do Liceu, este tem o consenso geral e é aceite, não sendo mais alterado.

Houve também o caso de heróis e importantes personalidades vimaranenses, de âmbito nacional, que deram o nome a ruas durante a Monarquia, e que permaneceram até aos nossos dias, devido a um consenso geral. É o caso de Gil Vicente, Trovador Manuel Gonçalves (trovador medieval), Paio Galvão (mestre em teologia pela Universidade de Paris e Bispo Albanense, que interveio junto do papa, com sucesso, para que S. Domingos obtivesse a bula de confirmação da sua ordem), Martins Sarmiento, Francisco Agra (político assassinado), Dr. José Sampaio (fundador da Sociedade Martins Sarmiento), ou ainda personalidades ligadas a Guimarães, como os Duques de Bragança e o Conde D. Henrique. Por vezes as ruas homenageavam personagens de reconhecido mérito, como por exemplo, aquando do Centenário da Morte de Camões atribuiu-se o seu nome a uma rua da cidade e à travessa anexa, homenageando um herói nacional, tal como a Rua Serpa Pinto homenageava o explorador africano, numa época de explorações e descobertas científicas. A travessa de Camões, no entanto, voltaria ao seu primitivo nome (Trás os Oleiros), durante o Estado Novo.

A Rua de Relho, nome antigo na toponímia da cidade, passou a Rua de Vila Flor, uma vez que era a rua que conduzia à Estação do Caminho de Ferro, através da Quinta de Vila Flor, utilizando o caminho particular. Perdeu a importância com a

⁶ Ibidem JLF - *EV II*, p. 74v; Ibidem JLF - *VOC I*, p. 153, 460v.

construção da Avenida D. Afonso Henriques, e talvez por isso, ou por ter cariz local, não mais foi modificado.

O Campo do Salvador, nome que advém do cruzeiro existente nas imediações, mudou o nome para de D. Afonso Henriques, por se localizar nas imediações do Castelo, mantendo o nome na República e tendo sido mudado no Estado Novo para S. Mamede, em duas deliberações separadas por vinte anos, talvez porque custou aos vimaranenses habituarem-se à ideia.

A Travessa dos Quatro Olhos, que tirou o nome talvez da alcunha de algum morador muito conhecido na época, voltou ao antigo nome de Travessa de Val de Donas.

Nos finais do século XIX, época de grande desenvolvimento do comércio e indústria, decidiu-se atribuir esse nome às duas novas ruas que se abriram em direcção à Estação do Caminho de Ferro. A República reagiu e deu-lhe o nome de dois republicanos ilustres: Cândido do Reis e Miguel Bombarda. Estes nomes foram posteriormente preteridos pelo Estado Novo que escolheu dois antigos heróis, quase míticos, da independência nacional: D. Afonso Henriques e D. João IV.

Outros nomes foram dados ou pela instituição que predominava na área, ou pelo costume. Assim a Rua de Santa Rosa de Lima, onde se situava o convento que com a demolição da Igreja paroquial de S. Sebastião passou a albergar a referida paróquia, começou a designar-se de S. Sebastião. Mas a República mudou o nome para Dr. Bento Cardoso, topónimo que manteve o consenso geral, uma vez que era um advogado vimaranense muito culto e conhecido pelo seu mérito.

O Largo de S. Sebastião, onde existiu a Igreja dessa invocação, depois demolida, e anexado ao Largo de S. Francisco, passou, com a instalação da estátua de D. Afonso Henriques, a designar-se por esse nome. A República retirou a estátua daí e transformou a zona em jardim, dando-lhe o nome revolucionário e, ao mesmo tempo nacionalista, de Passeio da Independência. Com o Sidonismo passou a ser, por pouco tempo, Largo Sidónio Pais, e posteriormente Largo Prior do Crato, herói da independência e antigo estudante da Universidade da Costa, em Guimarães. Com o levantamento de 28 de Maio vai passar a ser designado por este nome.

A Primeira República instala-se em Guimarães, e tem uma enorme vontade de revolucionar, de se impor, de inovar, de melhorar e de higienizar. A toponímia reflectiu

essa tendência. Para além de mudar nomes já transformados durante a segunda metade do século XIX, como vimos atrás, vai “rebaptizar” algumas zonas antigas.

Assim, o Campo da Feira, que passou incólume a época liberal, vai receber o nome de Largo República do Brasil, por ser o primeiro estado que reconheceu o novo regime político português. Este nome terá o consenso geral, e ainda hoje permanece sem que se realizasse qualquer outra mudança.

Também foram consensuais as atribuições a antigas zonas, das designações de Alberto Sampaio (historiador vimaranense), Rua da Liberdade, Rua do Gravador Molarinho (gravador vimaranense), Rua Egas Moniz, Rua Padre António Caldas (historiador local), Rua Dr. Avelino Germano (médico vimaranense, presidente da Câmara, fundador da SMS e republicano). Por serem figuras ilustres, que geralmente nasceram em Guimarães, e foram importantes na vida local, mereceram o consenso geral e não voltaram, a ser mudadas. Mas outras atribuições eram polémicas e mais tarde foram modificadas pelo Estado Novo, por se identificarem demasiado com o regime republicano, ou por deixarem de ter sentido. São elas: O Toural, que a República, após mudar para aqui a estátua de D. Afonso Henriques, designou por Praça do Fundador de Portugal. Este nome reflectia a vontade de homenagear uma ilustre personagem que, segundo a tradição, nasceu em Guimarães, mas tinha, no entanto, uma forte conotação monárquica, e por isso foi quase imediatamente mudado para Praça do Libertador de Portugal, uma terminologia mais de acordo com a época que se vivia. Mas mesmo assim não expressava o que se pretendia, não personalizava o herói e por isso, algum tempo mais tarde passou a designar-se Praça de D. Afonso Henriques. Quando o Estado Novo retirou a estátua para a colocar junto do Castelo, aquando do Centenário da Fundação de Portugal, a Praça voltará ao antigo nome de Toural. Tal como esta houve outras designações bastante marcantes. Uma delas foi chamar à Rua da Rainha, Rua da República, que o Estado Novo se apressou a mudar para o antigo nome, e à Rua de Santa Maria, Rua Elias Garcia. O nome de Largo 1^a de Maio permaneceu até muito mais tarde, enquanto que a Rua Trindade Coelho também voltou ao antigo nome de Rua da Caldeiroa.

O Estado Novo, que como vimos mudou muita toponímia durante a sua primeira fase, vai, de acordo com um espírito conservador, pouco inovador e muito doutrinador, usar o nome de antigos heróis míticos, ou terminologia tradicional, de

políticos, cientistas ou vimaranenses ou não, que contribuíram para o desenvolvimento de Guimarães ou da nação, ou até de acontecimentos simbólicos. Assim utiliza o nome do Capitão Alfredo Guimarães (soldado da Primeira Guerra Mundial, falecido nos Campos de França), Alfredo Guimarães (historiador de arte local e director do Museu Alberto Sampaio), João de Melo (impulsionador das Festas Gualterianas), Dr. António Mota Prego (antigo Presidente da Câmara), Alberto Sampaio (historiador), Manuel Tomás (antigo poeta vimaranense), Mumadona (Condessa Galega, fundadora da cidade), Dr. João de Meira (médico e escritor), Cónego Gaspar Estaço e Padre Torcato de Azevedo (monógrafos vimaranenses), Conde de Margaride (Par do Reino), Duarte Pacheco (Ministro das Obras Públicas que tratou dos acessos à cidade aquando das Festas Centenárias), Dr. Agostinho Barbosa (lexicógrafo vimaranense), Dr. Joaquim Roberto de Carvalho (médico radiologista), S. Gonçalo (santo vimaranense), Salvador Correia-rei do Pegú (aventureiro vimaranense, cujo nome já tinha sido proposto à Câmara no século XIX, mas não tinha sido aceite), Bernardo Valentim Moreira de Sá (musicólogo vimaranense), Navarros de Andrade (família de cientistas vimaranenses), Conde de Arnosó (membro dos Vencidos da Vida e secretário de D. Carlos), Carlos Malheiro Dias (escritor sepultado em Guimarães), Raul Brandão (escritor que viveu e foi sepultado em Guimarães), Avenida de Londres (em comemoração do Centenário da Aliança Inglesa), e muitos outros, uma vez que foi um longo e estável período político.

Vemos assim, que a terminologia de uma cidade não é permanente, mas viva e que acompanha as mudanças e transformações da povoação, dando-nos uma ideia da época, da mentalidade e ideologia vigente. É por isso muito importante, porque complementa a vida de uma cidade, reflecte o seu crescimento ao longo do tempo e as suas transformações urbanísticas de acordo com a mentalidade e orientações de um determinado poder governante.

Monarquia	1ª República	Estado Novo
Rua de Entre-Regatos - Rua D. João I (Deliberado no Auto de Mudança do Padrão de S. Lázaro em 1863 Mar.20)	Rua D. João I	Rua D. João I
Rua do Gado e do Poço desde o arco de S. Bento - Rua D. Luís I (Deliberação da sessão de 10 Jul. 1872)	Rua D. Luís I - Rua 5 de Outubro (Deliberação da Sessão de 1910 Nov. 2)	Rua 5 de Outubro - Rua das Trinas (Deliberação da Sessão de [19--?])
Rua da Fonte Nova (Mata Diabos), dos Palheiros e Campo Santo - Rua de Santo António (Deliberação da Sessão de 1873 Ago.4 confirmada pelo Governo Civil do Distrito em 1873 Set.2.)	Rua de Santo António - Rua 31 de Janeiro (Deliberação da Sessão de 1910 Nov. 2)	Rua 31 de Janeiro - Rua de Santo António (1935 Out.)
Rua de Relho-Rua de Vila Flor (1875-1880)	Rua de Vila Flor	Rua de Vila Flor
Rua de S. Lázaro à Avenida do Toural à Estação - Rua do Tenente Valadim. (Não chegou a construir-se) Deliberação 1890 Dez.17	_____	_____
Do Mercado a Santa Luzia - Rua de Gil Vicente (Deliberação da Sessão de 1880 Mar.31)	Rua de Gil Vicente	Rua de Gil Vicente
Largo do Pelourinho - Largo do Trovador (Deliberação da Sessão de 1880 Jun.10)	Largo do Trovador	Largo do Trovador
Do Toural ao Mercado - Rua Paio Galvão (Deliberação da Sessão de 1880 Mar. 31)	Rua de Paio Galvão	Rua de Paio Galvão
Largo dos Quartéis - Largo dos Duques de Bragança (Deliberação da Sessão de 1880 Mar. 31)	Largo dos Duques de Bragança	[Integrada no Parque do Castelo]
Rua da Porta de Santo António (parte da rua de Santa Maria, do tanque dos Quartéis ao Campo do Salvador) - Rua do Conde D. Henrique (Deliberação da Sessão de 1880 Mar. 31)	Rua do Conde D. Henrique	Rua do Conde D. Henrique

<p>Campo do Salvador- Campo de D. Afonso Henriques (Deliberação da Sessão de 1880 Mar. 31)</p>	<p>Campo de D. Afonso Henriques</p>	<p>Campo do Salvador - Campo de S. Mamede (Deliberação da Sessão de 1943 Dez.10) Campo do Salvador - Campo de S. Mamede (Deliberação da Sessão de 1962 Jul.)</p>
<p>Viela dos Quatro Olhos - Travessa de Val de Donas (Deliberação da Sessão de 1880 Maio 19)</p>	<p>Travessa de Val de Donas</p>	<p>Travessa de Val de Donas</p>
<p>Rua Nova das Oliveiras - Rua de Camões (Deliberação da Sessão de 1880 Jun. 10)</p>	<p>Rua de Camões</p>	<p>Rua de Camões</p>
<p>Campo da Misericórdia - Largo de Franco Castelo Branco (Deliberação da sessão de 1866 Maio 5)</p>	<p>Largo Franco Castelo Branco - Campo da Misericórdia (Deliberação da Sessão de 1910 Nov. 2) Largo da Misericórdia - Largo Franco Castelo Branco (Deliberação da Sessão de 1919 Jan.)</p>	<p>Largo de Franco Castelo Branco - Largo Conselheiro João Franco (Deliberação da Sessão de 1932 Maio)</p>
<p>Rua do Carmo para a Estrada de Fafe - Rua de Serpa Pinto (Deliberação da Sessão da Câmara de 1890 01.29)</p>	<p>Rua de Serpa Pinto</p>	<p>Rua de Serpa Pinto</p>
<p>Avenida Velha, depois Ligação do Campo da Feira à Estação - Avenida da Indústria (Deliberação da Sessão de 1901 Jan. 9)</p>	<p>Avenida da Indústria - Avenida Miguel Bombarda (Deliberação da Sessão de 1910 Nov. 2)</p>	<p>Avenida Miguel Bombarda - Avenida D. João IV, o Restaurador (Deliberação da Sessão de 1943 Dez.10)</p>
<p>Avenida Nova depois Ligação do Tournal à Estação - Avenida do Comércio (Deliberação da Sessão de 1901 Jan. 9)</p>	<p>Avenida do Comércio - Avenida Cândido dos Reis (Deliberação da Sessão de 1910 Nov. 2)</p>	<p>Avenida Cândido dos Reis - Avenida D. Afonso Henriques, o Fundador (Deliberação da Sessão de 1943 Dez.10)</p>
<p>Viela do Campo Santo - Viela do Antigo Cemitério Municipal (Deliberação da Sessão de 1891 Fev. 25)</p>	<p>Viela do Campo Santo</p>	<p>Viela do Campo Santo</p>
<p>Rua Travessa das Oliveiras depois Rua de Santa Rosa de Lima - Rua de S. Sebastião (Deliberação da Sessão de 1892 Set. 29)</p>	<p>Rua de S. Sebastião - Rua Dr. Bento Cardoso (Deliberação da Sessão de 15 Nov. 1911)</p>	<p>Rua Dr. Bento Cardoso</p>

Rua de Trás os Oleiros, depois Rua de S. Sebastião - Travessa de Camões (Deliberação da Sessão de 1892 Set. 29)	Travessa de Camões	Travessa de Camões - Rua de Trás-os-Oleiros (Deliberação da Sessão de 1943 Dez. 10)
Terreiro de S. Francisco - Praça de D. Afonso Henriques (Deliberação da Sessão de 1887 Out.27) Largo de S. Sebastião - Praça D. Afonso Henriques (Deliberação da sessão de 1892 Set. 29)	Largo D. Afonso Henriques - Passeio da Independência (Deliberação da Sessão de 1911 Ago. 2) Passeio da Independência - Largo Sidónio Pais (Deliberação da sessão de 1918 Jan. 20) Largo Sidónio Pais - Largo Prior do Crato (Deliberação da sessão de 192-)	Largo Prior do Crato - Largo 28 de Maio (Deliberação da Sessão de 1932 Jun.)
Largo de Santa Clara - Largo do Seminário-Liceu (Deliberação da Sessão de 1896 Nov. 9)	Largo do Seminário Liceu - Largo Francisco Ferrer (Deliberação da Sessão de 1910 Nov. 11) Largo Francisco Ferrer - Largo João de Meira (Deliberação da Sessão de 1918 Jul. 22) Largo do Seminário Liceu - Largo Cónego José Maria Gomes (Deliberação da Sessão de 1924 Jan. 12)	Largo Cónego José Maria Gomes
Largo do Carmo - Largo de Martins Sarmento (Deliberação da Sessão de 1899 Ago.10)	Largo de Martins Sarmento	Largo de Martins Sarmento
Rua de Santa Luzia - Rua Francisco Agra (Deliberação da Sessão de 1902 Jan. 8)	Rua de Francisco Agra	Rua de Francisco Agra
Rua do começo da estrada da Costa - Rua Dr. José Sampaio (Deliberação da Sessão de 1902 Jan. 29)	Rua Dr. José Sampaio	Rua Dr. José Sampaio

Rua em construção, da Rua de Santo António à distrital nº 17 de Azurém - Rua Avelino da Silva Guimarães (Deliberação da Sessão de 1907 Mar. 6)	Estrada dos Castanheiros	Nova Avenida - Rua Capitão Alfredo Guimarães (Deliberação da Sessão de 1943 Dez.10)
Campo da Feira	Campo da Feira - Largo da República do Brasil (Deliberação da Sessão de 1910 Nov. 11)	Largo da República do Brasil
Toural	Campo do Toural - Praça do Fundador de Portugal (Deliberação da Sessão de 1911 Ago. 2) Praça do Fundador de Portugal - Praça do Libertador de Portugal (Deliberação da sessão de 1911 Ago. 9) Praça do Libertador de Portugal - Praça D. Afonso Henriques (1911 Nov?)	Praça D. Afonso Henriques - Largo do Toural (Deliberação da Sessão de 1943 Dez.10)
Largo dos Trigais	Largo dos Trigais - Largo Dr. Alberto Sampaio (Deliberação da sessão de 23 Nov. 1910)	[Integrado na Avenida Alberto Sampaio]
Rua da Alegria	Rua da Alegria - Rua da Liberdade (Deliberação da Sessão de 1910 Nov. 2)	Rua da Liberdade - Rua da Madroa (Deliberação da Sessão de 1943 Dez.10)
Rua da Cadeiroa	Rua da Caldeiroa - Rua Trindade Coelho (Deliberação da Sessão de 1910 Nov. 2)	Rua Trindade Coelho - Rua da Caldeiroa (Deliberação da Sessão de 1943 Dez.10)
Rua das Lamelas	Rua das Lamelas - Rua Gravador Molarinho (Deliberação da Sessão de 1912 Abr. 9)	Rua Gravador Molarinho
Rua Nova do Comércio	Rua Nova do Comércio - Rua Egas Moniz (Deliberação da Sessão de 15 Nov. 1911)	Rua Nova do Comércio

Rua da Rainha	Rua da Rainha - Rua da República (Deliberação da Sessão de 1910 Nov. 2)	Rua da República - Rua da Rainha D. Maria II (Deliberação 1943 Dez. 10)
Rua de Santa Cruz	Rua de Santa Cruz - Rua do Padre António Caldas (Deliberação da Sessão de 1910 Nov. 11)	[Integrada no Parque do Castelo]
Rua de Santa Maria	Rua de Santa Maria - Rua Elias Garcia (Deliberação da Sessão de 1910 Nov. 2)	Rua de Elias Garcia - Rua de Santa Maria (Deliberação 1943 Dez. 10)
Rua de S. Paio	Rua de São Paio - Rua do Dr. Avelino Germano (Deliberação da Sessão de 1910 Nov. 23)	Rua do Dr. Avelino Germano
Largo de S. Paio	Largo de S. Paio - Largo Condessa do Juncal (Deliberação da sessão de 1918 Nov.)	Largo Condessa do Juncal
Largo da Senhora da Guia	Largo Senhora da Guia - Largo 1º de Maio (Deliberação da Sessão de 1913 Jan. 29)	Sai de junto do MAS, inclui o antigo largo 1º de Maio e liga à Rotunda da Alameda Salazar - Rua Alfredo Guimarães (Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17)
Vielas do Monte Pio	Vielas do Monte Pio	Vielas do Monte-Pio - Rua João de Melo (Deliberação da sessão de 1931 Dez. 4?)
_____	_____	Nova Avenida em projecto, do Largo Prior do Crato ao Largo República do Brasil - Rua Padre Gaspar Roriz (Deliberação da sessão de 1932 Mar.5?) Antiga rua de S. Francisco - Rua Padre Gaspar Roriz (Deliberação da Sessão de 1836 Jun. 21)
Rua do Espírito Santo	Rua do Espírito Santo	Rua do Espírito Santo - Rua Dr. António Mota Prego (Deliberação de 1935 Ago. 20 ?)

Estrada de Fafe	Estrada de Fafe	Avenida que liga os novos Paços do Concelho à Senhora da Guia - Avenida 31 de Janeiro. (1935 Out. ?) Avenida 31 de Janeiro - Avenida Alberto Sampaio (Homenagem no Centenário do Nascimento 1941 Nov. 15)
Rua da Estação do Caminho de Ferro ao Castanheiro	Rua da Estação do Caminho de Ferro ao Castanheiro	Rua da Estação do Caminho de Ferro ao Castanheiro - Rua de Eduardo de Almeida, industrial (Deliberação 1943 Dez. 10)
Rua do Castanheiro à Cruz de Pedra	Rua do Castanheiro à Cruz de Pedra	Rua do Castanheiro à Cruz de Pedra - Rua Manuel Tomás, Poeta (Deliberação da Sessão de 1943 Dez. 10)
Cruz de Pedra	Cruz de Pedra	Cruz de Pedra - Largo da Cruz de Pedra (Deliberação da Sessão de 1943 Dez. 10)
_____	_____	Parque do Castelo - Parque da Mumadona (Deliberação da Sessão de 1943 Dez. 10)
Viela dos Açoutados / Enjeitados	_____	Viela junto ao Arquivo Municipal - Viela dos Açoutados (Deliberação da Sessão de 1943 Dez. 10)
Praça de S. Tiago	Praça de S. Tiago - Praça 13 de Fevereiro [1921?]	Largo 13 de Fevereiro - Praça de S. Tiago (Deliberação da Sessão de 1943 Dez. 10)

Estado Novo

Ruas novas

Designação	Deliberação
Rua nº4 - Rua do Cónego Gaspar Estação (Monógrafo Vimaranense)	Deliberação da Sessão de 1943 Dez. 10
Rua nº5 - Rua do Dr. João de Meira (Monógrafo Vimaranense)	Deliberação da Sessão de 1943 Dez. 10
Rua nº7 - Rua do Abade de Tagilde (Padre João Gomes de Oliveira Guimarães)	Deliberação da Sessão de 1943 Dez. 10
Rua nº8 - Rua do Padre Torcato de Azevedo (Monógrafo Vimaranense)	Deliberação da Sessão de 1943 Dez. 10
Avenida dos Pombais - Avenida Conde de Margaride, Dr. Luís Cardoso M. Meneses de Macedo, Par do Reino	Deliberação da Sessão de 1943 Dez. 10
Largo em frente ao Matadouro - Largo dos Pombais	Deliberação da Sessão de 1943 Dez. 10
Rua que liga a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco ao Largo Martins Sarmiento - Rua do Dr. Agostinho Barbosa, lexicógrafo vimaranense	Deliberação da Sessão de 1943 Dez.10
Rua dos Palheiros - Avenida Eng. Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações	Deliberação da Sessão de 1943 Dez.10
Rua Dr. Joaquim Roberto de Carvalho	Deliberação 1944 Fev. 8; 1949 Mar.
Rua do Proposto à Codeceira - Rua de S. Gonçalo	Deliberação da Sessão de 1950 Abr.

Rua que vai da Codeceira ao portão do cemitério - Rua da Saudade	Deliberação da Sessão de 1950 Abr.
Rua de Acesso à Ponte de Santa Luzia - Rua Salvador Correia, Rei do Pegú	Deliberação da Sessão de 1950 Abr.
Largo entre a Rua Gil Vicente e Val de Donas - Largo Navarro de Andrade	Deliberação da Sessão de 1950 Abr.
Rua do Bairro da Fredeiração - Rua do Conde de Arnoso	Deliberação da Sessão de 1950 Abr.
Praceta do Bairro da Fredeiração - Praceta Guilherme de Faria, poeta vimaranense	Deliberação da Sessão de 1950 Abr.
Prolongamento da Rua Paio Galvão - Rua Alfredo Pimenta, mestre de Portugalidade	Deliberação da Sessão de 1950 Dez.
Rua - Rua Padre Augusto Borges de Sá	Deliberação da Sessão de 1951 Jun.
Entre o Largo 28 de Maio e a Avenida D. Afonso Henriques - Largo Bernardo Valentim Moreira de Sá	Deliberação da Sessão de 1953 Fev. 25
Nova Rua - Rua Almirante Gago Coutinho	Deliberação da Sessão de 1959 Fev. 25
Proposta do Presidente da Câmara aprovada para que o arruamento do Toural ao Largo República do Brasil, seja Alameda Salazar e o arruamento do Templo de S. Francisco ao Largo República do Brasil se passe a designar S. Dâmaso.	Deliberação da Sessão de 1959 Jul. 22
Remeter à Comissão de Toponímia o ofício das Juntas de Freguesia para que seja dado o nome do Padre Américo a uma rua.	Deliberação da Sessão de 1960 Nov. 3
Que seja dado o nome de Luís de Pina a uma rua da cidade	Deliberação da Sessão de 1961 Jan. 6

Praça Mumadona à Casa do Bringel - Rua D. Constância de Noronha	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Do Bringel ao longo da Estrada de Fafe até ao Bairro Leão XIII - Padre António Caldas	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Rua que limita o Parque do Castelo entre o Bringel e o Campo de S. Mamede - Rua dos Duques de Bragança	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Do Hospital à Rua de S. Torcato - Rua de D. Teresa	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Rua que limita o Campo de S. Mamede pelo Sul - parte da Rua dos Duques de Bragança até ao fim do Campo de S. Mamede - Rua D. Mafalda	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Sai da Rua D. Teresa por detrás da Igreja de S. Dâmaso e segue a Avenida da Cadeia até ao depósito de água e vai ligar à Rua N. S ^a de Fátima - Rua de S. Dâmaso	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Rua que limita pelo Norte o Liceu - Rua Dr. Carlos Malheiro Dias, sai da Alameda Arantes e Oliveira e termina junto do Colégio Egas Moniz	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Rua que limita a nascente o Liceu, sai da Rua Carlos Malheiro Dias ao longo da fachada do Colégio Egas Moniz - Rua Raul Brandão	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Rua partindo do cruzamento da Avenida Cónego Gaspar Estação, limita o Liceu pelo Sul e liga à Rua Raul Brandão - Rua Dr. Eduardo de Almeida	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Praça Heróis da Fundação	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Rua que parte da Praça Heróis da Fundação à Avenida Conde de Magaride - Rua Dr. João	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17

de Meira

Rua que parte da Praça Heróis da Fundação à via rápida Braga Fafe e Amarante - Rua Manuel Saraiva Brandão, 1869-1940	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Rua que parte da Praça Heróis da Fundação e liga à Rua de S. Gonçalo - Rua Pedro Hispano	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Largo a Poente da Igreja dos Santos Passos - Largo de S. Gualter	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Rua que parte do Largo de S. Gualter às Oficinas de S. José - Rua D. Domingos da Silva Gonçalves, bispo da Guarda	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Rua que sai do Largo República do Brasil para poente até às Caixas de Previdência - Rua Padre Gaspar Roriz	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Da estrada de Famalicão à Capela da Sr ^a da Luz - Rua Senhora da Luz	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Do fim da avenida Conde de Margaride e segue o curso da EN de Famalicão à Pisca - Rua dos Cutileiros de Guimarães	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Largo fronteiro ao Convento da Costa - Largo Domingos Leite de Castro	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Largo que liga a Estrada de Braga e o caminho de Caneiros - Largo do Major Alberto Margaride, 1878-1947	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Actual Largo de S. Paio, junto do Asilo dos Inválidos - Largo A.L. de Carvalho	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17

Rua que partindo junto da igreja de S. Domingos envolve o Mercado pela parte sul e liga à Rua Paio Galvão - Rua Dr. Avelino da Silva Guimarães	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Rua que liga o edifício do antigo Tribunal ao Largo dos Laranjais - Rua João Lopes de Faria	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Antiga estrada entre a Rua Eduardo de Almeida pelo Castanheiro até Covas - Rua António da Costa Guimarães, 1823-1892	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Sai frente à escola de Urgeses e segue pela igreja até ao cemitério de Urgeses - Rua Comendador Manuel Pereira Bastos	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Sai da Ponte de Santa Luzia e termina no fim da recta, próximo à Capela de Nossa Sr ^a da Conceição - Rua de Nossa Senhora da Conceição	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Sai do Campo de S. Mamede, topo Norte, Segue o Curso da Estrada de S. Torcato e termina na Capela da Madre de Deus - Rua de S. Torcato	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Rua C (Sai da Estrada de Fafé e segue o arruamento em curva que liga à rua de S. Dâmaso, depósito de água) - Rua Nossa Senhora de Fátima	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Rua A (Rua intermédia, que sai da Rua Nossa Sr ^a de Fátima e termina a nascente, limitado pelo caminho público) - Rua Padre Américo	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Rua B (Rua intermédia, que sai da Rua Nossa Sr ^a de Fátima e termina a Nascente pelo caminho público - Rua Padre Cruz	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17
Arruamento que limita o bairro económico de Urgeses, pelo Norte, sai da EN junto à	Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17

escola e termina junto à cabine eléctrica do bairro - Rua Alfageme de Santarém

Rua que limita o Bairro Económico de Urgeses, pelo Sul, sai da Estrada Nacional junto à Escola e termina nos últimos blocos do novo Bairro - Rua dos Mesteres de Guimarães Deliberação da Sessão de 1962 Jul. 17

Rua entre o lugar de Atranquilhos e a Rua da Saudade - Rua de Alberto Vieira Braga, 1892-1865 Deliberação da Sessão de 1965 Jun.13

Rua que a nascente do Colégio Egas Moniz vai da Rua Dr. Eduardo de Almeida à Rua Carlos Malheiro Dias - Rua Calouste Gulbenkian Deliberação da Sessão de 1969 Jul.25

Artéria que liga as ruas Dr. Antunes Guimarães e Raul Brandão - Rua do Colégio Militar Deliberação da Sessão de 1972 Out.

Rua a nascente do Colégio Egas Moniz - Rua de Gago Coutinho Deliberação da Sessão de 1973 Jan.

Rua da zona nascente do Colégio Egas Moniz - Rua Abel Salazar Deliberação da Sessão de 1973 Jan.

Estrada que liga as estradas nacionais Guimarães-Braga com a de Guimarães-Famalicão - Avenida de Londres Deliberação da Sessão de 1973 Jan.

IV. Mobiliário urbano

O mobiliário urbano faz parte essencial de qualquer cidade. Espalha-se por ruas e largos, dando um aspecto característico à urbe. Assim, ao longo da história de uma cidade ela vai-se lentamente apetrechando com o equipamento necessário à comodidade e bem estar dos seus habitantes. Foi o que aconteceu com Guimarães. O mobiliário urbano foi evoluindo, sendo instalado ou retirado de acordo com o moda e as necessidades dos cidadãos.

1. Abastecimento

1.1. Bebedouros e fontanários

Nos inícios do século XX, com o aparecimento da Arquitectura do Ferro, verificou-se que os bebedouros executados por fundição eram mais adequados a uma cidade do que os grandes fontanários de pedra, muitas vezes com tanque. As vantagens eram várias: eram mais económicos e fáceis de instalar, pois não exigiam material tão caro como a pedra, e mão de obra qualificada para os instalar, uma vez que já vinham feitos; não possuíam tanque evitando a necessidade de serem lavados e de serem local de lavagens ou bebedouros de animais, apesar de isso ser proibido nas posturas municipais, e ocupavam muito menos espaço. Além disso, alguns deles, poderiam ser instalados, por exemplo, conjuntamente com candeeiros, nos locais onde não houvesse água de nascente.

Assim, em Guimarães decidiu-se instalar bebedouros e fontanários para fornecer água e refrescar os cidadãos. É que, por volta de 1904, “*os marcos fontanários substituíram as fontes públicas, que não têm água própria*”¹, instalando-se assim na cidade uma série de fontanários em ferro fundido.

De facto, a instalação deste tipo de equipamento urbano começou muito tempo antes. Assim, em 28 de Junho de 1899, resolveu-se adquirir um marco fontanário de ferro, orçado na quantia de 65\$000 réis para ser colocado na rua de Vila Flor, em substituição da fonte e tanque do largo de S. Sebastião, que tinha de ser suprimida devido às obras que o governo estava a realizar na estrada de serviço para a Estação do Caminho de Ferro. Alguns anos mais tarde, em sessão da Câmara Municipal de 19 de

¹ *O Povo de Guimarães*, (1904 Ago.7), p. 2.

Fevereiro de 1902, foi lido o requerimento de diversos moradores da praça D. Afonso Henriques, ruas da Caldeiroa e Vila Flor, pedindo para ser colocado, próximo da Avenida do Comércio, um marco fontanário em substituição duma fonte que ali havia. O vereador Vasconcelos mandou colocar, o fontanário já existente, em local mais adequado². Na sessão de 13 de Setembro de 1905, foi lido o requerimento da Junta de Paróquia da freguesia de S. Paio, pedindo a mudança para outro local do marco fontanário que na altura estava junto da igreja paroquial, deliberando colocá-lo junto do Albergue do Anjo³.

Também os moradores da Rua da República, pediram à Câmara, em sessão extraordinária da Comissão Municipal, de 11 de Novembro de 1910 requerendo a mudança do marco-fontanário existente na esquina da viela de S. Crispim, para o local da Feira do Leite, que ficava próximo. Este pedido foi deferido, mandando-se elaborar um projecto de reparação e melhoramento do Largo da Feira do Leite⁴.

Deliberou a Câmara, em sessão de 15 de Fevereiro de 1911, mandar colocar um marco fontanário próximo da Estação do Caminho de Ferro, no lugar de Vila Flor, e para este fim mandou elaborar o necessário projecto e orçamento⁵. Havia ainda locais que por vezes eram esquecidos. Por isso, em Junho de 1911 a imprensa lembra a necessidade que havia em instalar no Jardim Público da cidade, um marco fontanário, como já em tempos ai existiu⁶.

Em 1913 comenta-se uma promessa da Câmara, que mandaria, “*em protecção aos animais colocar uns marcos fontanários com umas taças para bebedouros dos mesmos. Cremos que é chegado esse momento. Na estrada de Fafe, ao seu começo, está-se fazendo a montagem de um marco fontanário e consta-nos que se pensa em adaptar-lhe uma taça, tanto mais que a pequenina fonte, que próximo existia secou. Bom é que o informe se confirme*”⁷.

Em 1914 foi a vez de no prolongamento da Rua Paio Galvão ser construído pela Comissão Executiva da Câmara Municipal, um marco fontanário⁸ e nesse mesmo ano pela Comissão Executiva da Câmara Municipal, em sessão de 8 de Julho de 1914

² Ibidem CG, nº 1655 (1902 Fev.25), p. 2.

³ Ibidem CG, nº 2003 (1905 Set.29),

⁴ Ibidem VG, nº 11 (1911 Fev.2), p. 3.

⁵ Ibidem VG, nº 21 (1911 Abr.26), p. 3.

⁶ Ibidem CG, nº 2564 (1910 Jun.17), p. 3.

⁷ Ibidem A, nº 1--- (1913 Ago.28), p. 3.

⁸ Ibidem A, nº 169 (1914 Fev.12), p. 2.

foi proposto pelo vereador Coelho Pinto colocar na Travessa de Camões, um marco fontanário, assim como uma boca de incêndio, pelo motivo dos prédios, naquele local, serem de construção antiga⁹.

Em 1915 deixou de funcionar o fontanário da Rua de S. Sebastião, o que levou a que os moradores tivessem de ir buscar água mais longe, à Rua D. João I ou ao Toural¹⁰. No entanto estes marcos fontanários por vezes tinham problemas, e perdiam bastante água, pois as torneiras de pistão ou chave tinham problemas sob a grande pressão da água. Por isso, a vereação de 1922 refere mesmo que era vulgar observar-se algumas das torneiras dos 45 marcos fontanários existentes a desperdiçar água, e por isso encarregou o funcionário José Ribeiro de Freitas, de estudar um novo modelo e aperfeiçoar a referida torneira¹¹.

Em 1936 diz a imprensa local: *“Capítulo último - Cada vez mais a bicha cresce e rabeia.../ No fontanário da Rua de Santo António ou naquele outro que tem seu assento na estrada da Avenida Cândido dos Reis, o sopeirame alinha-se em fila à espera da vez que lhe permita encher a cantarinha de linfa fresca.[...]”*¹². Assim, os bebedouros e fontanários não eram suficientes para as necessidades, e muitos anos mais tarde, em 1938, decidiu-se colocar bebedouros em vários locais, entre os quais, *“Seis bebedouros vão refrescar os sequiosos que deles necessitem. Serão colocados no Largo 28 de Maio, Praça do Mercado, Largo João Franco, Largo da Condessa do Juncal, Largo da Republica do Brasil e Campo do Salvador”*¹³. Em 1956 ainda se usava este tipo de mobiliário urbano. Por isso Câmara Municipal, sessão de 5 de Abril de 1956 decidiu mandar colocar outros, em locais bastante frequentados como: o Largo da Republica do Brasil, o Largo 28 de Maio, o Largo Condessa do Juncal, Mercado Municipal, escolas de Santa Luzia e Dominicás¹⁴. Isto também nos leva a reflectir, que, ou os antigos bebedouros não foram colocados, ou foram instaladas peças mais modernas.

Também a Rua da Caldeiroa possuía um fontanário, que a Câmara, em sessão de 7 de Fevereiro de 1940, decide mandar transferir para um local mais adequado, da

⁹ Ibidem A, nº 189 (1914 Jul.9), p. 3.

¹⁰ Ibidem CG, nº 2993 (1915 Nov.19), p. 2.

¹¹ *Relatório da Comissão Executiva: 1922*. Guimarães: CM, 1922, p. 15.

¹² Ibidem NG, nº 238 (1936 Ago.23), p. 2.

¹³ Ibidem CG, nº 5048 (1938 Jun.3), p. 3.

¹⁴ Ibidem NG, nº 1266 (1956 Abr.8), p. 3.

mesma rua¹⁵. Por vezes, apesar de serem pequenos equipamentos também estorvavam a vida cidadina. Em sessão de 6 de Março de 1940, a Câmara lê o requerimento de Ferreira das Neves, em que pede autorização para mudar o marco fontanário existente na Praça D. Afonso Henriques, para junto das grades de ferro próximas, em virtude da sua colocação impedir as manobras das suas camionetas, na referida praça. Foi deferido, devendo a Repartição de Engenharia indicar o local onde deveria ficar o respectivo fontanário, devendo todas as despesas ser feitas pelo requerente¹⁶. Em Maio de 1947 os bebedouros existiam, diz a imprensa “*apenas como... decoração*”, e por isso iriam dar lugar a outros, que seriam colocados nos lugares próprios, e convenientemente pintados. O que já se encontrava no Jardim 28 de Maio, produzia realmente um lindo efeito, referia o Comércio de Guimarães¹⁷. Estas deliberações mantiveram-se até quase ao fim do Estado Novo. A Câmara Municipal de Guimarães, em sessão de 8 de Maio de 1963, decidiu aprovar a proposta do vereador Manuel Soares Moreira Guimarães, para a colocação de bebedouros na Alameda¹⁸.

2. Saneamento

2.1. Sanitários

Um destes equipamentos, o “mictório”, foi bastante utilizado nos inícios do século, nos meios urbanos, época em que os equipamentos sanitários e de saneamento quase não existiam. Feito em ferro fundido, de forma geralmente próxima do círculo e de pequenas dimensões, era colocado nos locais mais frequentados pelo público. É um interessante exemplar da Arquitectura do Ferro, e, tal como o coreto, bancos de jardim fontanários e candeiros, equipavam e davam vida à cidade.

Ainda hoje existem, em pequeno número, em determinadas cidades, como por exemplo no Porto, onde ainda faz parte da paisagem cidadina, embora já pouco usado, mas permanece como testemunho da evolução da cidade. Em Guimarães, pelo contrário, desapareceu por completo.

A primeira notícia que encontramos sobre o este sanitário, é de 8 de Novembro de 1894, em que a Comissão Municipal em sessão de 7 de Novembro resolve: “*Que seja posto em praça um ourinatório de ferro, a fim de ser collocado no largo de Santa Clara, e que seja construido um aqueduto no dito largo procedendo-se ao respectivo*

¹⁵ Ibidem CG, nº 5137 (1940 Fev.16), p. 2.

¹⁶ Ibidem CG, nº 5141 (1940 Mar.15), p. 3.

¹⁷ Ibidem CG, nº 5514 (1947 Abr.9), p. 3.

orçamento”¹⁹, o que se justifica pois era próximo do seminário-liceu. Mas foi em 1895 que se começaram a proceder a obras no Jardim do Toural, então Passeio Público de Guimarães, fechado e restrito ao público em geral, “*para collocação do ourinatório de ferro em foma de guarita, que a câmara adquiriu*”, e pergunta-se mesmo se não seria útil fazer-se a aquisição de mais alguns do mesmo sistema ou ainda mais perfeitos, para se colocarem em diferentes largos e praças da cidade²⁰. Em inícios de Novembro de 1895 já estava colocado em pleno Toural²¹. No entanto este sanitário teve uma vida curta. Em meados do ano seguinte, já a opinião pública tecia críticas ao “mictório” do Toural, uma vez que exalava um cheiro verdadeiramente repelente, não só por não ser convenientemente limpo, mas também por motivos de decência, uma vez que o jardim era demasiado pequeno, e não havia um sítio suficientemente recatado para o colocar. Mas continua-se a defender a sua imperiosa necessidade, embora fosse colocado noutra local da cidade²². E assim aconteceu. Ainda nesse mesmo ano, devido às reclamações do público, a Câmara deliberou autorizar o vereador do pelouro dos jardins a retirar o sanitário do Toural²³. Em Dezembro de 1896 a imprensa diz-nos que não apareceu licitante e resolveu-se adquirir e mandar fazer por administração directa os mesmos objectos²⁴.

Mas os sanitários eram considerados imprescindíveis à vida da cidade. Eram a face visível de uma política de saneamento. Em 30 de Dezembro de 1897, a Câmara Municipal, em sessão de 22 de Dezembro foi apresentada e lida uma proposta assinada por Amândio Brandão, datada do Porto, em 6 de Dezembro, em que referia uma proposta apresentada há alguns meses para o saneamento da cidade, e como aditamento a essa proposta propunha-se reparar à sua custa as fossas de proprietários pobres que a Câmara indicasse, e além disso mandar colocar até doze “urinóis” nas ruas e locais mais convenientes. A Câmara reconhecendo não só a conveniência do saneamento da cidade mas também a importância do assunto, deliberou que para o estudar fosse nomeada uma comissão de pessoas competentes²⁵. Em Setembro de 1899 foi publicado um Edital da

¹⁸ *Ibidem* CG, nº 6351 (1963 Maio 24), p. 3.

¹⁹ *Ibidem* CG, nº 974 (1894 Nov.8), p. 2.

²⁰ *Ibidem* CG, nº 1053 (1895 Out.17), p. 2.

²¹ *Ibidem* CG, nº 1063 (1895 Nov.4), p. 2.

²² *Ibidem* CG, nº 1127 (1896 Jun.27), p. 2.

²³ *Ibidem* CG, nº 1128 (1896 Jul.30), p. 2.

²⁴ *Ibidem* CG, nº 986 (1896 Dez.20), p. 2.

²⁵ *Ibidem* CG, nº 1256 (1897 Dez.30), p. 1.

Câmara Municipal arrematando o fornecimento de dois sanitários de ferro, iguais ao que estava colocado no largo de S. Sebastião²⁶.

Assim, em 1900 foi aprovado na sessão da Câmara de 19 de Setembro, o projecto e orçamento da obra de assentamento de um “mictório” de ferro, na importância de 84\$000 réis, cujo edital foi publicado no Comércio de Guimarães²⁷.

Estes equipamentos foram-se divulgando e dispersando pela cidade, fazendo parte da sua paisagem e da vida dos vimaranenses. Mas, lentamente, ia-se exigindo mais qualidade. Assim, mais uma vez, em 1909 a imprensa faz eco do recato que é necessário fazer no sanitário instalado na Rua D. João I. Diz-nos: “*O mictório ultimamente collocado na Rua D. João I, em frente ao Pensionato Académico, carece d’uma chapa de ferro na frente que o torne mais accomodado para o seu fim e menos exposto à vista d’uma rua de tanto Trânsito e de tantos edificios ao pé[...]*”²⁸.

Mas na cidade havia sanitários localizados em sítios considerados maus. Tal é o caso do existente na rua da Rainha, junto à entrada da Igreja da Misericórdia, do lado direito, e os vimaranenses pedem, desde 1901²⁹, que fosse retirado para um lugar mais conveniente. Neste caso o local escolhido seria o Largo João Franco, junto a um recanto próximo da cadeia³⁰. Em 1911 continua-se a pedir a sua mudança, ao mesmo tempo que se pede mais sanitários espalhados pela cidade, pois fazem grande falta e são em número diminuto³¹. A imprensa local faz por diversas vezes menção ao desagrado popular devido à sua colocação, muito encostado à igreja, o que era considerado “*uma heresia*”³², e a Alvorada chega mesmo a dizer que este não pode “*ocultar a Rua da República, não deixando ver as iluminações durante as festas. É a milésima vez que nos lembra isto!*” E pede a sua deslocação para o passeio em frente à igreja³³. Em 1912, mais uma vez se discute a localização, que acaba por ser feita para o Largo João Franco,

²⁶ Ibidem CG, nº 1417 (1899 Set.5), p. 2.

²⁷ Ibidem CG, nº 1518 (1900 Set.25), p. 2, 3.

²⁸ Ibidem CG, (1909 Jul.23).

²⁹ “*À ilustre vereação - Com o aplauso de toda a gente, estão sendo colocados os mictórios que se achavam “na disponibilidade” do serviço à entrada do edificio da Administração do Concelho./ Há porém um clamor geral contra o que se acha junto da Igreja da Misericórdia, não só pela impropriedade do local, mas também e principalmente porque desfeia muitíssimo a Rua da Rainha, uma das principais da cidade. Não poderia sair d’alli para o lado fronteiro, esquina do largo, a alinhar com a Casa dos Coutos?/ Para a resolução camarária não temos senão louvores muito sinceros pelos bons serviços que veio prestar ao público [...]. A remoção do mictório da Misericórdia seria um ótimo serviço”.*

A Memória. 1º ano, nº 27 (17 Mar.1901), p. 7.

³⁰ Ibidem CG, nº 2506 (1910 Nov.22), p. 2.

³¹ Ibidem A, nº 9 (1911 Jan.21), p. 3; Ibidem CG, nº 2536 (1911 Mar.17), p. 2; nº 2563 (1911 Jun.27), p. 2.

³² Ibidem A, nº 88 (1912 Jul.25), p. 1.

³³ Ibidem A, nº 86 (1912 Jul.11), p. 3.

como era desejado, para junto da cadeia de Guimarães, louvando a imprensa a Câmara de Guimarães, pela concretização deste melhoramento tão desejado³⁴.

Mas não era este o único que gerava polémica. Em 1914 José Alves Pinto requer à Câmara, “*solicitando a demolição do mictório existente na Rua 31 de Janeiro, pegado à sua oficina, não só pelo mau cheiro que exala, mas ainda pela infiltração de tais gazes nas paredes do prédio onde tem a oficina*”³⁵.

Em Junho de 1913 a imprensa lembra a conveniência de se ultimar a montagem das “sanitários públicos”, já que a vereação tinha mandado construir no Largo do Trovador³⁶. Muitas vezes, a falta de higiene trazia grandes problemas, principalmente de cheiros, que recomendavam a sua frequente limpeza. Em 1925 dá-se como um dos exemplos deste caso é o existente em S. Francisco, que suscitava reclamações constantes por partes da vizinhança e da imprensa local³⁷. Em 1925 pedia-se veementemente à Câmara a limpeza do sanitário instalado em S. Francisco³⁸. Mas apenas em Setembro de 1937 é que perante a solicitação feita para que o “mictório” do lado nascente do Jardim público fosse dali transferido para o largo de maior recato, levou a que o vice-presidente da Câmara, Capitão Magalhães e Couto verificasse *in loco* os inconvenientes da situação de tal equipamento³⁹. Entretanto, nesse mesmo ano é aprovado pela Câmara a o projecto para construção de casas de banho públicas, no Largo 28 de Maio, anexas ao Jardim público (Largo do Trovador)⁴⁰, sendo em sessão ordinária de 22 de Julho de 1938, aprovado o caderno de encargos para o fornecimento para os sanitários do Largo do Trovador e colhendo a Repartição Técnica as respectivas propostas para a execução desta obra⁴¹. O caderno de encargos para o fornecimento da obra de serralharia, foi aprovado na sessão de 28 de Julho⁴², e em 13 de Janeiro de 1939 o Eng. Director Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais informa a Câmara ter sido autorizado, por despacho de 6 do corrente, a que as obras de execução dos sanitários

³⁴ *Ibidem* A, nº 88 (1912 Jul.25), p. 1.

³⁵ *Ibidem* A, nº 171 (1914 Fev.26), p. 3.

³⁶ *Ibidem* A, nº 154 (1913 Jun.12), p. 3.

³⁷ “*Limpeza - Alguns mictórios estão pedindo uma desinfecção rigorosa./ Principalmente o que está collocado em S. Francisco, exhala, por vezes, um cheiro tão pestilento que causa náuseas./ Ao sr. vereador do pelouro da Limpeza recommendamos o assumpto, que certos seremos atendidos, tão justo ele é*”.

Ibidem CG, nº 3935 (1925 Dez.1), p. 1.

³⁸ *Ibidem* CG, nº 3935 (1925 Dez.1), p. 1.

³⁹ *Ibidem* NG, nº 293 (1937 Set.19), p. 1.

⁴⁰ *Ibidem* NG, nº 306 (1937 Dez.19), p. 2; *Ibidem* CG, nº 5025 (1937 Dez.24), p. 3.

⁴¹ *Ibidem* NG, nº 5056 (1938 Jul.29), p. 3.

⁴² *Ibidem* NG, nº 338 (1938 Ago.6), p. 9.

públicos do Largo 28 de Maio anexas ao Jardim Público, se façam por administração directa. Inteirada a Câmara manda à Repartição Técnica⁴³.

Mas em meados de 1938 já a imprensa fala de que vai desaparecer o sanitário que está instalado perto do Jardim Público, rejubilando por isso, por razões de ordem moral e higiénica⁴⁴. Assim, em Maio de 1939 foram franqueadas ao público os novos sanitários construídos no largo do Prior do Crato (jardim), do lado sul, pela Câmara Municipal⁴⁵. Finalmente, em sessão ordinária de 26 de Maio de 1939 a Câmara delibera demolir o sanitário situado no Largo 28 de Maio⁴⁶.

Em 1923 a polémica regista-se ao inverso. Há fortes protestos pela retirada do “mictório” colocado no canto da igreja de S. Domingos, na Rua de D. João I, e que gera polémica, porque era continuamente lavado por uma goteira de água constante, e se localizava num sítio adequado. Queixa-se o jornal Comércio de Guimarães de fortes influências políticas, uma vez que era higiénico, estava recatado e fazia falta. No seu local deixaram uma obra de pedra grossa, em rampa. Mas persiste na notícia de que faziam falta os sanitários⁴⁷.

Esta peça de mobiliário urbano suscitou tanta polémica que lentamente começou a ser substituída por sanitários de outro tempo. Em 1927 a Câmara abre casas de banho públicas na Rua de Camões, instaladas “*com limpeza asseio e luxo*”⁴⁸. Mas o povo, ainda não habituado aos novos equipamentos, continua a utilizar, como serventia certos locais como “*o ângulo que fica na rectaguarda do cruzeiro que está na Senhora da Guia. Com revolta pudemos há dias constatar que a pouca evolução do nosso povo o leva a fazer daquele local um mictório*”⁴⁹, tal como o fazem da travessa do Priorado⁵⁰ e no recanto do tanque que está junto do tanque que existe na Rua 31 de Janeiro⁵¹.

A Câmara tenta combater o flagelo e a falta de higiene, e em sessão de Maio de 1935 aprova o projecto da construção de sanitários públicos na Viela de S. Crispim⁵². Em 1937 o jornal chega mesmo a indicar locais recatados para a sua instalação, “*visto a*

⁴³ Ibidem CG, nº 5081 (1939 Jan.20), p. 3.

⁴⁴ Ibidem CG, nº 5040 (1938 Abr.8), p. 2.

⁴⁵ Ibidem CG, nº 5099 (1939 Maio 26), p. 2.

⁴⁶ Ibidem CG, nº 5100 (1939 Jun.2), p. 3.

⁴⁷ Ibidem EG, nº 40 (1923 Nov.18), p. 2.

⁴⁸ Ibidem CG, nº 4067 (1927 Abr.26), p. 2.

⁴⁹ Ibidem CG, 1932 Ago.5, nº 4589, p. 2; Ibidem CG nº 5000 (1937 Ago.6), p. 2.

⁵⁰ Ibidem NG, nº 89 (1933 Out.8), p. 1.

⁵¹ Actual Rua de Santo António.

Ibidem CG, nº 4907 (1935 Nov.5), p. 1.

⁵² Ibidem NG, nº 173 (1935 Maio 26), p. 3.

*topografia citadina não permitir o luxo de WC subterrâneos*⁵³ Paralelamente a imprensa periódica continua a fazer eco da falta de higiene existente.

Também o recato era pretendido, e devido a protesto dos moradores do Largo da Oliveira, o sanitário existente nesse local, junto à actual Pousada, foi em Junho de 1935 transferido para debaixo dos arcos da Câmara, em canto escuso, longe dos olhares indiscretos⁵⁴.

Os “mictórios” começavam a estar desactualizados, não só como já se disse devido à falta de higiene, mas também à falta de recato, e assim a Câmara, durante a sua sessão de 20 de Outubro de 1939, deliberou mandar demolir o “mictório” existente na Travessa de Camões, por ser desnecessário⁵⁵.

Isto contribui para que se instale definitivamente o uso de novos sanitários públicos, com mais higiene e recato. Lentamente vão sendo desmontados os de ferro fundido, de que hoje já não resta nenhum exemplar na nossa cidade, começando a construir-se sanitários públicos. Em 1961 começa a construção de sanitários no Parque do Castelo⁵⁶, pois foi em 13 de Julho que a Câmara decidiu adjudicar a Francisco Coelho, pela importância de 127.000\$00 a construção de sanitários no Parque dos Paços dos Duques de Bragança, e, continuando a mesma orientação, em 18 de Julho a CMG decidiu adjudicar a Casimiro Ribeiro, a obra e reconstrução dos sanitários da Rua de Camões. Em 28 de Fevereiro de 1961 a aprova-se o projecto e abriu o concurso para a execução da obra de “*Aplicação e reconstrução das sentinas públicas da Rua de Camões desta cidade*”. Em Julho de 1955 a imprensa ainda se queixa da falta de “mictórios” na cidade, mas há novos ventos na cidade.

3. Equipamento Urbano:

3.1. Caixas de Incêndio

Um outro tipo de mobiliário urbano eram as caixas de incêndio que se encontravam colocadas junto às torres da igreja, de modo a que se pudesse dar o alarme do incêndio, que como sabemos, eram outrora bastante violentos, pois a maior parte das casas eram de madeira, e não existiam os modernos meios de ataque ao fogo. Por vezes ardiam quarteirões inteiros, como aconteceu no Toural ou no Largo João Franco.

⁵³ Ibidem NG, n° 280 (1937 Jun.20), p. 2.

⁵⁴ Ibidem NG, n° 178 (1935 Jun.30), p. 3.

⁵⁵ Ibidem NG, n° 403 (1939 Out.29), p. 3.

⁵⁶ Ibidem NG, n° 1538 (1961 Jun.6), p. 6.

Perante este problema, já em 22 de Julho de 1835 a Câmara tinha deliberado que todos os vendeiros moradores na vila seriam obrigados a ter um caneco sempre cheio de água, para acudir a qualquer incêndio que pudesse. Assim, em 30 de Junho de 1858 a Câmara arremata 6 caixas de madeira para as torres, para os toques de incêndio. Em 1873 foi publicado na “*Collecção ou código das posturas*”, novo *Regulamento da Companhia de Incêndios*, que referia: “[...] *Cap.I, art. 2º A Câmara mandará collocar em um dos lados exteriores das torres, e a elles adherente, uma caixa sufficiente altura, do interior da qual partirá uma corda que prenda ao sino mais próximo. Na face exterior da caixa será pintada a tabella dos toques. Há três chaves de cada caixa que serão distribuidos do modo seguinte: uma para o sineiro da respectiva torre, outra para o inspector dos incêndios, outra para um guia com conductor que mais próximo more da respectiva torre. 1872*”.

Em Setembro de 1888 diz-nos a imprensa que em algumas igrejas estavam a ser colocadas novas caixas dos toques de incêndio, sendo as cordas substituídas por arames. As caixas eram de ferro fundido, tendo na parte inferior os sinais de incêndio que pertenciam a cada circunscrição. Lamenta ainda o jornal que “*Pena é que não fossem substituídas todas as que existem de madeira*”. Ainda hoje podemos apreciar algumas destas caixas na nossa cidade, que embora já não sejam utilizadas, são testemunho de uma época da cidade.

3.2.Candeeiros

Os candeeiros também eram colocados e retirados de acordo com o tipo de combustível e a moda. Mas cada vez mais se olha aos candeeiros, de acordo com o gosto, a época e a utilização da energia. Em 1844 principiou na vila a iluminação a óleo de purgueira, combustível mais barato que o azeite, e que alimentava os 30 lampiões⁵⁷, que ardiam até à meia-noite. Diz-nos João Lopes de Faria que a Câmara Municipal, em sessão de 4 de Novembro de 1885, apresentou um relatório do fiscal da iluminação publica participando que no mês anterior tinham estado acesos 260 lampiões, (o que já era bastante para a época), e que todos tinham dado boa luz, devido à qualidade do petróleo⁵⁸. Neste mesmo ano há uma deliberação para que se promovesse uma subscrição para se mandar fazer pelo sistema da iluminação a gás adoptado nas cidades

⁵⁷ Ibidem JLF - VOC, p. 451; Ibidem - EV IV, p. 257.

⁵⁸ Ibidem CG, nº 135 (1885 Nov.5), p. 2.

do Porto e Braga, três candeeiros para o Terreiro da Misericórdia⁵⁹. O jornal *Religião e Pátria* diz-nos também, que já se achavam arrematados os lampiões que iam substituir a iluminação em uso pela de “petroline”⁶⁰.

Em 1932 pede-se ao vereador encarregado do pelouro da luz, Dr. Ricardo Freitas Ribeiro, para não esquecer o candeeiro monumental, colocado entre os largos do Toural e Prior do Crato, pois tinha a maior parte das luzes fundidas, e aproveitava-se ainda para substituir os globos por outros mais modernos e um pouco mais em harmonia com a grandeza do artístico candelabro⁶¹, a que a Câmara acedeu, modificando a sua luz⁶². Pensava-se que o melhoramento da iluminação também chegaria à Rua Nuno Álvares e à Rua S. Dâmaso, onde a Câmara andava a proceder ao aformoseamento, e que passariam a ser iluminadas com elegantes e artísticos globos⁶³, pois lutava-se por iluminar o Largo Cónego José Maria Gomes e a Rua Nuno Álvares que não tinham luz⁶⁴. Mas apenas, no ano seguinte, se decide mudar para este largo o candelabro que estava no Largo da Oliveira, para devidamente iluminar o referido largo⁶⁵. No entanto não lhe foi ligada a electricidade, e candeeiro ficou no Largo do Liceu, sem qualquer tipo de luz⁶⁶. Os moradores da zona queixavam-se de que não funcionava, nem havia água, apesar de ali existir um fontanário⁶⁷.

Em 1935 debate-se o local para colocar o Monumento aos Mortos da Grande Guerra, e fala-se no largo em frente da Avenida Cândido dos Reis onde estava o candeeiro grande⁶⁸, mas o monumento não chegou a construir-se.

De acordo com uma sugestão do vereador do Pelouro da Luz, Manuel Alves de Oliveira, em Maio de 1952 estavam a ser colocados novos candeeiros de iluminação pública⁶⁹. Vendo-se os bons resultados da iluminação na Avenida D. Afonso Henriques, a Câmara Municipal, em sessão de 27 de Agosto de 1952, manifestando satisfação pelos bons resultados obtidos, decidiu que igual sistema fosse adoptado na Avenida Conde de Margaride e no Largo dos Navarros de Andrade e, ainda, que se procedesse à necessária

⁵⁹ Ibidem JLF - *EV II*, p. 146v.

⁶⁰ Ibidem *RP*, nº 9 (17 Set.1863), p. 3.

⁶¹ Ibidem *NG*, nº 3 (1932 Jan.25), p. 2.

⁶² Ibidem *NG*, nº 4 (1932 Fev.1), p. 4.

⁶³ Ibidem *NG*, nº 4 (1932 Fev.1), p. 3.

⁶⁴ Ibidem *NG*, nº 46 (1932 Nov.27), p. 1.

⁶⁵ Ibidem *NG*, nº 85 (1933 Set.10), p. 1.

⁶⁶ Ibidem *CG*, nº 4783 (1934 Jul.31), p. 1.

⁶⁷ Ibidem *NG*, nº 134 (1934 Ago.26), p. 3.

⁶⁸ Ibidem *NG*, nº 157 (1935 Fev.3), p. 2.

⁶⁹ Ibidem *NG*, nº 1061 (1952 Maio 18), p. 3; Ibidem *NG*, nº 1071 (1952 Jul.27), p. 2.

remodelação dos candeeiros existentes em algumas das principais ruas da cidade e no Jardim Público⁷⁰. Em sessão da Câmara Municipal de Setembro de 1952, foi apresentada, merecendo a aprovação por unanimidade, a seguinte proposta do vereador Dr. Carlos Saraiva: 1º Substituição dos candeeiros antigos e melhor distribuição dos mesmos no Largo da Condessa do Juncal e Rua Dr. Avelino Germano, até à Rua da Rainha; 2º Arranjo imediato do largo Conselheiro João Franco quanto a pavimentação e iluminação e conclusão do monumento aquele estadista; 3º Alargamento do perímetro da cidade; 4º Fazer regressar ao Município as artérias da Cidade na posse da Junta Autónoma das Estradas, dentro do referido perímetro⁷¹.

O Largo Condessa do Juncal possuía o Monumento ao Gravador Molarinho, mas o Monumento não estava situado no sítio ideal, o que levou a que, em meados de 1952, *“por motivo de melhorarem as condições de iluminação do Largo Condessa do Juncal e o Monumento ao Gravador Molarinho, por sugestão do distinto arquitecto, António de Azevedo, foi este transferido para o seu topo nascente. Para que o largo fique suficientemente iluminado, foi ali colocado um candeeiro com quatro braços. [...]”*⁷².

Assim, em sessão de 18 de Junho de 1958, por proposta do vereador do Pelouro da luz, Manuel Moreira *“Havendo a necessidade de modificar os candeeiros das ruas de Val-de-Donas, Dr. Mota Prego, Gravador Molarinho, largo Dr. Mota Prego Agrónomo, Trinas. largo Condessa do Juncal e Rua Avelino Germano, mandando fazê-los iguais aos já colocados no Rua de Santa Maria, proponho mais a substituição do candeeiro da Travessa de Val de Donas à Rua de Santo António por um candeeiro de braço fluorescente; Se lavrasse o contrato para elaboração do novo projecto do Estádio Municipal nas condições indicadas pelo Eng. Manuel Augusto de Oliveira Duarte, em virtude de tais condições defenderem convenientemente os interesses das partes”*⁷³.

Em sessão de 11 de Setembro de 1962, a Câmara decidiu aceitar o orçamento da firma concessionária para a instalação de oito candeeiros modernos de iluminação pública no Largo do Toural⁷⁴, uma vez que a iluminação colocada anteriormente era

⁷⁰ Ibidem NG, n° 1076 (1952 Ago.31), p. 3.

⁷¹ Ibidem NG, n° 1079 (1952 Set.21), p. 1.

⁷² Ibidem CG, n° 5787 (1952 Ago.1), p. 2.

⁷³ Ibidem CG, n° 6094 (1958 Jun.20), p. 3.

⁷⁴ Ibidem CG, n° 6316 (1962 Set.21), p. 4; Ibidem NG, n° 1606 (1962 Out.7), p. 3.

muito frouxa e a sua distribuição por mal estudada precária⁷⁵. Estes novos candeeiros começaram a ser colocados em Dezembro de 1962⁷⁶. Em reunião de 7 de Janeiro de 1966 decidiu-se instalar no largo Condessa do Juncal quatro lanternas iguais às utilizadas na zona antiga da cidade, para iluminação conveniente do local⁷⁷.

Lentamente a cidade foi-se transformando, modernizando e adquirindo as últimas novidades.

3.3. Quiosques

Uma outra peça bastante característica da cidade era o quiosque. João Lopes de Faria diz-nos que, em 20 de Abril de 1879 coloca-se junto ao adro de S. Sebastião o primeiro quiosque para venda de tabacos e bebidas, “à imitação do que já se usava nas principais terras do reino”. Diz-nos João Lopes de Faria que “*Não fez negócio. Esteve fechado dois anos e depois foi removido*”. Alguns anos mais tarde, em sessão de 12 de Fevereiro de 1891, é apresentado na reunião da Comissão Municipal, o requerimento de Domingos José Jorge Basto, pedindo licença para colocar no largo de S. Sebastião um quiosque, para venda de tabacos, bebidas alcoólicas e vinhos. Foi concedida a licença pedida, pagando-se previamente a quantia de 2\$000 réis de aluguer pelo tempo que decorre até 31 de Dezembro do corrente ano⁷⁸. Pouco tempo depois, em sessão de 21 de Setembro de 1893, leu-se o requerimento de Ventura Mello, da cidade, pedindo licença para colocar um quiosque junto a um dos apóstolos do Campo da Feira, para ter à venda bebidas, tabacos e outros géneros, sendo diferido⁷⁹. Alguns anos mais tarde, em sessão de 9 de Agosto de 1899 a Câmara Municipal, arrenda em hasta pública, pelo período de um ano, quatro metros quadrados de terreno municipal no fim da rua de Santa Maria, para colocação de um quiosque. Foi arrematado por Rosa Maria Vieira, pela quantia de 41:100 réis⁸⁰.

Em Abril de 1939, cerca das 24 horas, um automóvel derrubou completamente o Quiosque do Toural. Constava que a Câmara Municipal não permitiria que o Quiosque fosse reconstruído⁸¹, mas em Maio desse mesmo ano a Comissão de Estética

⁷⁵ Ibidem CG, n° 1360 (1958 Jan.19), p. 2.

⁷⁶ Ibidem NG, n° 1616 (1962 Dez.16), p. 3; Ibidem CG, n° 633-? (1962 Dez.14), p. 2.

⁷⁷ Ibidem NG, n° 1779 (1966 Jan.23), p. 6.

⁷⁸ Ibidem CG, (1891 Fev.15), p. 3.

⁷⁹ Ibidem CG, n° 871 (1893 Set.21), p. 2.

⁸⁰ Ibidem CG, n° 1412 (1899 Ago.18), p. 2.

⁸¹ Ibidem CG, n° 5093 (1939 Abr.14), p. 3; Ibidem NG, n° 375 (1939 Abr.16), p. 2.

discute a aprovação do anteprojecto da construção que vai substituir⁸². Em Junho reúne novamente, e sendo-lhes apresentado o projecto de edificação do novo Quiosque, este teve o voto contrário de Alberto Vieira Braga⁸³. No entanto sob orientação da Comissão de Estética este principiou, ainda durante o mês de Junho, a edificar-se⁸⁴ e em 4 Agosto de 1939 fez-se a sua inauguração, agora transformado em bar⁸⁵. No novo quiosque encontravam-se à venda tabacos nacionais e estrangeiros, jornais e revistas, recordações de Guimarães, artigos fotográficos e refrigerantes⁸⁶.

Entretanto começa a construir-se a nova Alameda, e é necessário retirar o quiosque para se poder dar nova face à cidade. Em 13 de Julho de 1955 a Câmara delibera que se deve notificar o proprietário do Quiosque do Jardim do Largo 28 de Maio de que terá de o demolir até 31 de Dezembro do ano corrente pela necessidade de remodelação do referido Jardim⁸⁷. Em Novembro desse ano a Câmara Municipal determina que o Quiosque do Jardim seja demolido, e o proprietário e resolve levar o caso ao Tribunal⁸⁸. Em Outubro de 1960, a imprensa noticia que, em virtude da Câmara ter vencido o litígio que trazia com o proprietário do Quiosque que existia no Jardim Público, este foi demolido⁸⁹, cumprindo-se o objectivo, que era instalar o estabelecimento numa loja do Toural.

Em inícios de 1952 já estava aprovado e revisto pela Comissão de Estética, o projecto de um outro, que iria brevemente ser instalado no recanto junto à ourivesaria do José Fernandes. O seu proprietário tinha autorização para o encostar aos dois prédios que lhe iam fazer costas⁹⁰.

A Câmara Municipal de Guimarães, em sessão de 13 de Dezembro de 1956 decidiu conceder licença para se construir um quiosque na Avenida D. Afonso Henriques e ocupar terreno público a título precário mediante determinadas condições⁹¹. Em Fevereiro de 1957 aprova os cálculos em betão armado respeitantes à cobertura do quiosque⁹². Entretanto o quiosque coloca um reclamo luminoso no só com a designação

⁸² *Ibidem CG*, nº 5099 (1939 Maio 26), p. 4.

⁸³ *Ibidem CG*, nº 5101 (1939 Jun.9), p. 2.

⁸⁴ *Ibidem CG*, nº 5101 (1939 Jun.9), p. 1.

⁸⁵ *Ibidem CG*, nº 5110 (1939 Ago.11), p. 3.

⁸⁶ *Ibidem NG*, nº 391 (1939 Ago.6), p. 4.

⁸⁷ *Ibidem CG*, nº 5941 (1955 Jul.15), p. 3.

⁸⁸ *Ibidem CG*, nº 5961 (1955 Dez.2), p. 1.

⁸⁹ *Ibidem CG*, nº 6215 (1960 Nov.14), p. 2; *Ibidem NG*, nº 1503 (1960 Out.16), p. 1.

⁹⁰ *Ibidem CG*, nº 5766 (1952 Mar.7), p. 2.

⁹¹ *Ibidem CG*, nº 6015 (1956 Dez.14), p. 3.

⁹² *Ibidem CG*, nº 6024 (1957 Fev.15), p. 3; *Ibidem NG*, nº 1312 (1957 Fev.17), p. 4.

Danúbio, autorizado pela sessão da Câmara de 17 de Abril de 1957⁹³ e abre ao público em Maio de 1957, num recanto da Avenida D. Afonso Henriques⁹⁴. Mas em Agosto de 1961 já se trespassava ou alugava⁹⁵.

Também em sessão de 5 de Dezembro de 1952, a Câmara Municipal de Guimarães decide permitir, em princípio, a ocupação do subsolo da ladeira sobranceira à parte nascente da Rua de Camões, conforme o requerido por José Lemos Oliveira Bastos, que pretende instalar ali um estabelecimento para venda de tabacos, revistas e jornais, dependendo o deferimento da necessária construção da forma como o técnico autor do projecto encare a solução do problema integrando o ângulo formado pelo Largo e guarda (balaustrada), num todo harmonioso. Mais tarde, em 5 de Fevereiro de 1964 a CMG decidiu indeferir o pedido de Oliveira Ferreira da Silva, para construção de um pavilhão para venda de tabacos, revistas e análogos, na Alameda, no passeio fronteiro à “muralha”. Em reunião de 14 de Agosto de 1957 a Câmara decidiu indeferir, com os fundamentos que constam do parecer do Arquitecto Consultor o pedido para aproveitamento dos maciços que ladeiam as escadas de ligação da rua de Alcobaça e o largo 28 de Maio, para a construção de um estabelecimento⁹⁶, mas em sessão de 16 de Dezembro de 1959 a Câmara decide autorizar a ocupação com um quiosque, a título precário, do subsolo da via pública, sob as escadas que dão acesso ao largo 28 de Maio⁹⁷, mas em sessão de 2 de Fevereiro de 1960 decide indeferir o pedido de Domingos Pereira de Magalhães, para interrupção de trânsito nas escadas que dão para o Largo 28 de Maio e que o requerente pretendia vedar para realização de obras de construção de um quiosque⁹⁸. A CMG, em sessão de 8 de Maio de 1963 decidiu autorizar, mediante condições, Domingos Pereira de Magalhães, com quiosque bar na Alameda, a colocar mesas e cadeiras no passeio do jardim público em frente daquele estabelecimento durante os meses de Maio e Junho⁹⁹. Em reunião de 5 de Fevereiro de 1964 a Câmara decidiu indeferir o pedido de Oliveira Ferreira da Silva, para construção

⁹³ *Ibidem* CG, nº 6033 (1957 Abr.19), p. 3.

⁹⁴ *Ibidem* CG, nº 6038 (1957 Maio 24), p. 2.

⁹⁵ *Ibidem* CG, nº 6259 (1961 Ago.18), p. 4.

⁹⁶ *Ibidem* NG, nº 1339 (1957 Ago.25), p. 3.

⁹⁷ *Ibidem* CG, nº 6174 (1960 Jan.1), p. 4.

⁹⁸ *Ibidem* CG, nº 6179 (1960 Fev.2), p. 4.

⁹⁹ *Ibidem* CG, nº 6351 (1963 Maio 24), p. 3.

de um pavilhão para venda de tabacos, revistas e análogos, na Alameda, no passeio fronteiro à “muralha”¹⁰⁰.

3.4. Bombas de Gasolina, marcos postais, balanças e outros

Um outro tipo de mobiliário foi instalado com o tempo. Em Fevereiro de 1936 instala-se uma bomba de gasolina na rua de Santo António, e em Abril de 1940 estava a ser construído no Toural, um refúgio para peões, onde se instalou uma cabine para funcionamento de um telefone automático, sendo instalada, juntamente, uma bomba moderna para a venda de gasolina. Para esta obra foi solicitada autorização à Câmara, tendo esta deferido e ouvido sobre o assunto a Comissão de Estética local¹⁰¹.

Alguns anos mais tarde, em 1 de Julho de 1953 a Câmara Municipal deliberou proceder ao embargo da obra de reparação e pintura das instalações da bomba de gasolina e cabine telefónica do Largo do Toural, pois aí tinha havido um pequeno incêndio, devido à obra ter sido iniciada sem cuidado e sem a licença da Câmara. Em Junho de 1955 a Câmara tenta descongestionar e modernizar a cidade, mandando retirar do centro do Toural a bomba de gasolina e colocando em seu lugar um pólcia sinaleiro, ficando este lá instalado em Julho de 1955. Em 26 de Abril de 1960 a CMG decide conceder licença a título precário à Companhia Portuguesa de Petróleos BP para montar uma bomba de gasolina na Avenida Conde de Margaride.

A CMG, em sessão de 4 de Julho de 1958 decidiu conceder licença a título precário à SACOR para instalar uma bomba de luz eléctrica na posição de vendas de Gasolina e gasóleo que possuía junto à EN 101, na freguesia de S. Paio, e conceder também licença a título precário à Sociedade Nacional de Petróleos (SNAP), para instalação de uma bomba de gasolina e mudança de outra na Avenida D. Afonso Henriques¹⁰².

Também, em 21 de Fevereiro de 1961 a Câmara decide conceder licença e título precário à Shell Portuguesa, para construção de um posto de abastecimento na Avenida D. Afonso Henriques¹⁰³.

Em 12 de Janeiro de 1966 a CMG deliberou notificar a Companhia dos Petróleos BP para retirar, até ao dia 31 desse mês, a bomba de gasolina instalada no Largo do Toural, em frente do Café Mourão. Apenas em 20 de Agosto de 1965 a CMG

¹⁰⁰ Ibidem *NG*, nº 1676 (1964 Fev.9), p. 3; Ibidem *CG*, nº 6489 (1964 Fev.14), p. 3.

¹⁰¹ Ibidem *NG*, nº 427 (1940 Abr.14), p. 1.

¹⁰² Ibidem *CG*, nº 6097 (1958 Jul.11), p. 3.

decidiu deferir o pedido de Joaquim da Silva Bravo, desta cidade, de colocação de um telefone no largo do Toural.

É também em Abril de 1948 que aparecem os primeiros sinaleiros em Guimarães, e em 14 de Agosto de 1963 a CMG decide fornecer guarda sóis para os postos de sinaleiros do largo do Toural¹⁰⁴.

Em 6 de Março de 1966 a CMG decidiu conceder licença de ocupação à sociedade Anónima de refinação de Petróleos em Portugal SACOR, para o posto de abastecimento de combustíveis na Rodovia de Covas.

Em 29 de Agosto de 1963 a CMG decide abrir concurso para a construção de dois abrigos destinados ao público a implantar na praça Heróis da Fundação.

Os marcos-postais são também um tipo de mobiliário característico. Em 9 de Setembro de 1939 a Câmara Municipal, delibera tomar providências para se proceder à transferência do da Rua Paio Galvão, para a Praça D. Afonso Henriques, onde ainda hoje se encontra. As balanças de pesagem automática para pessoas, também fizeram parte da cidade de Guimarães. Em sessão de 29 de Setembro de 1960 a Câmara decide conceder licença a João Carlos Soares e Filhos, Lda, para instalar uma na Rua Paio Galvão¹⁰⁵.

Também no Terreiro de S. Francisco foram colocados bancos de ferro fundido, debaixo das árvores no mês de Julho de 1881¹⁰⁶. Antes, os bancos para lazer e descanso que existiam em Guimarães no século XIX, localizavam-se no Campo da Feira, junto do da ponte e eram de pedra. Estão hoje no Museu da Sociedade Martins Sarmento.

3.5. Equipamento de lazer infantil

Em 1935 os vimaranenses pedem um Parque Infantil¹⁰⁷. E assim, em Agosto de 1942 a imprensa interroga-se sobre a rua anexa ao Jardim Público, paralela ao Largo do Trovador, que tinha sido recentemente reparada com cimento, com o propósito de se fazer daquele recinto um pequeno retiro para as crianças brincarem, tirando-as da incómoda poeira do jardim. Para isso as crianças terão ali brinquedos próprios da sua idade¹⁰⁸. Mas tudo esqueceu, e em sessão de 9 de Julho de 1945 o Presidente com urgência, escolher um local apropriado, nesta cidade, para nele ser instalado um Parque

¹⁰³ Ibidem *CG*, nº 6834 (1961 Fev.24), p. 3.

¹⁰⁴ Ibidem *CG*, nº 6365 (1963 Ago.30), p. 4; Ibidem *NG*, nº 1653 (1963 Set.1), p. 3.

¹⁰⁵ Ibidem *CG*, nº 6214 (1960 Nov.7), p. 4.

¹⁰⁶ Ibidem *JLF - EV I*, p. 162.

¹⁰⁷ Ibidem *NG*, nº 180 (1935 Jul.14), p. 2.

Infantil, evitando-se que as mesmas fossem obrigadas a permanecer na via pública¹⁰⁹. Realmente, algum tempo depois, em Setembro de 1945 já a imprensa informava que Guimarães ia possuir um parque infantil sendo o local escolhido o Largo do Trovador¹¹⁰. Em Outubro já se preparava o espaço¹¹¹, mas o mau tempo prejudicou os trabalhos e impedindo o arranjo do terreno¹¹². Em Janeiro de 1946 já se estava em grande actividade¹¹³, e em Fevereiro ultimavam-se os trabalhos¹¹⁴, colocando-se, ainda nesse mesmo mês os brinquedos no jardim¹¹⁵. Em Março de 1946 realizou-se a inauguração do Parque Infantil¹¹⁶.

Em sessão de 17 de Janeiro de 1961 a Câmara decide proceder, tendo em vista o prosseguimento da obra da Alameda Salazar, ao levantamento dos materiais do Parque Infantil, procedendo-se futuramente à sua instalação em local a estudar pelo Gabinete de Urbanização¹¹⁷, o que realmente foi, alguns anos depois, colocado no Parque da Cidade, junto do edifício do Pavilhão Desportivo.

¹⁰⁸ *Ibidem CG*, nº 5267 (1942 Ago.14), p. 2.

¹⁰⁹ *Ibidem CG*, nº 5420 (1945 Jul.20), p. 3.

¹¹⁰ *Ibidem CG*, nº 5430 (1945 Set.28), p. 3; *Ibidem NG*, nº 713 (1945 Set.30), p. 1.

¹¹¹ *Ibidem CG*, nº 5434 (1945 Out.26), p. 2.

¹¹² *Ibidem CG*, nº 5443 (1945 Dez.28), p. 3.

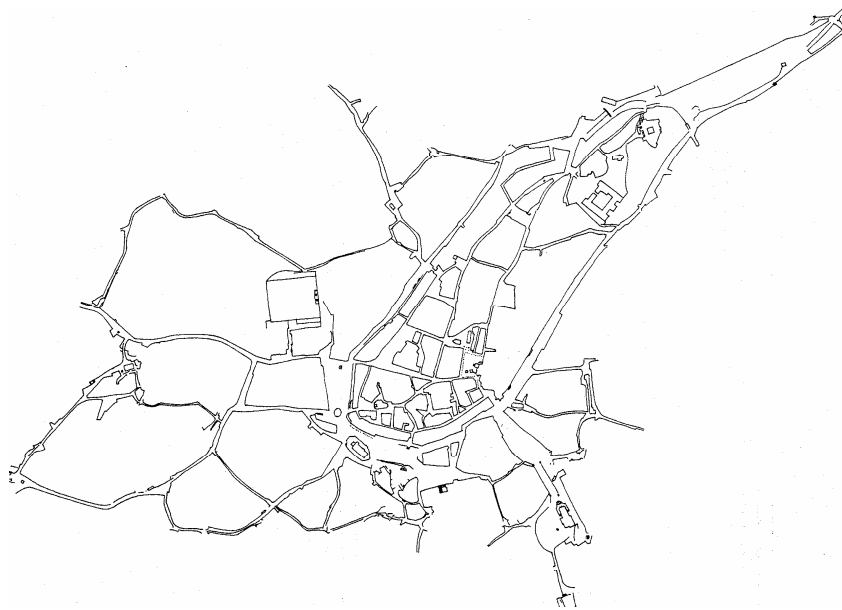
¹¹³ *Ibidem NG*, nº 728 (1946 Jan.13), p. 3.

¹¹⁴ *Ibidem CG*, nº 5450 (1946 Fev.15), p. 2.

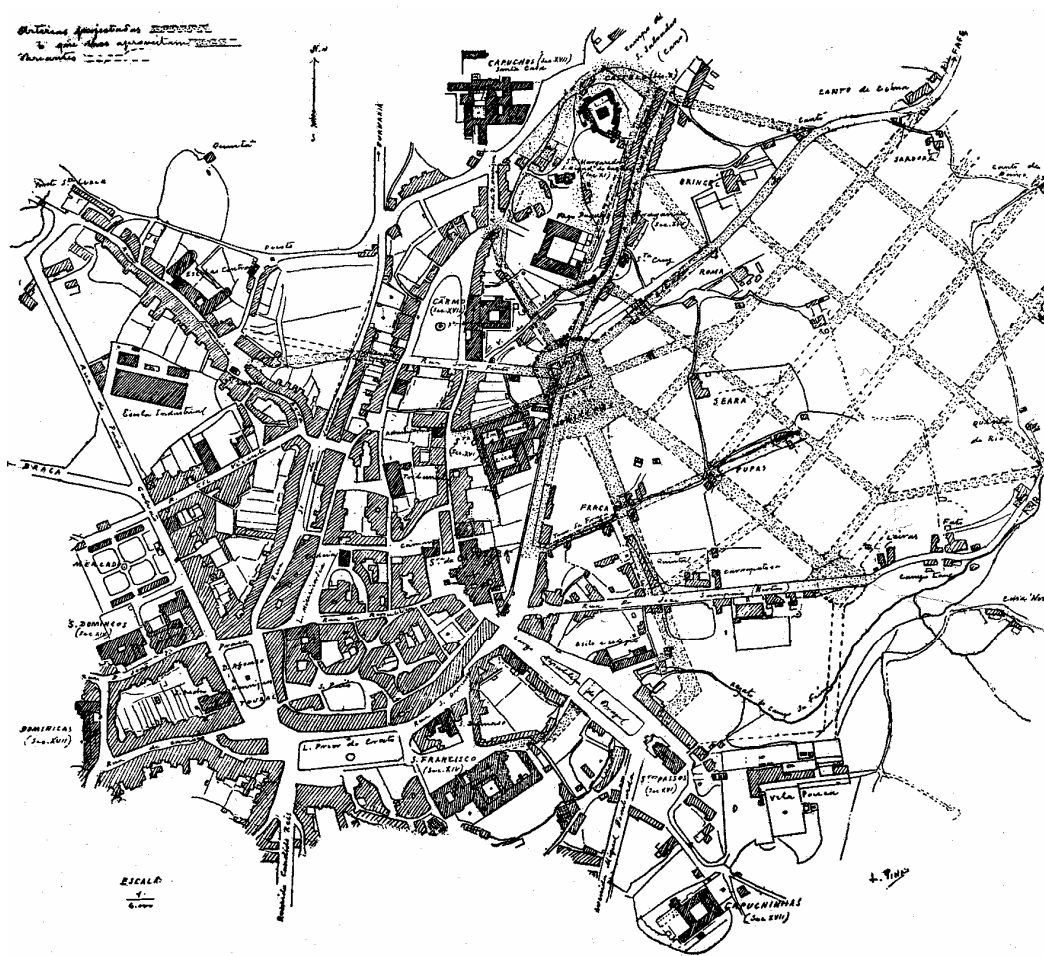
¹¹⁵ *Ibidem CG*, nº 5451 (1946 Fev.22), p. 2.

¹¹⁶ *Ibidem NG*, nº 738 (1946 Mar.24), p. 1; *Ibidem CG*, nº 5455 (1946 Mar.22), p. 1.

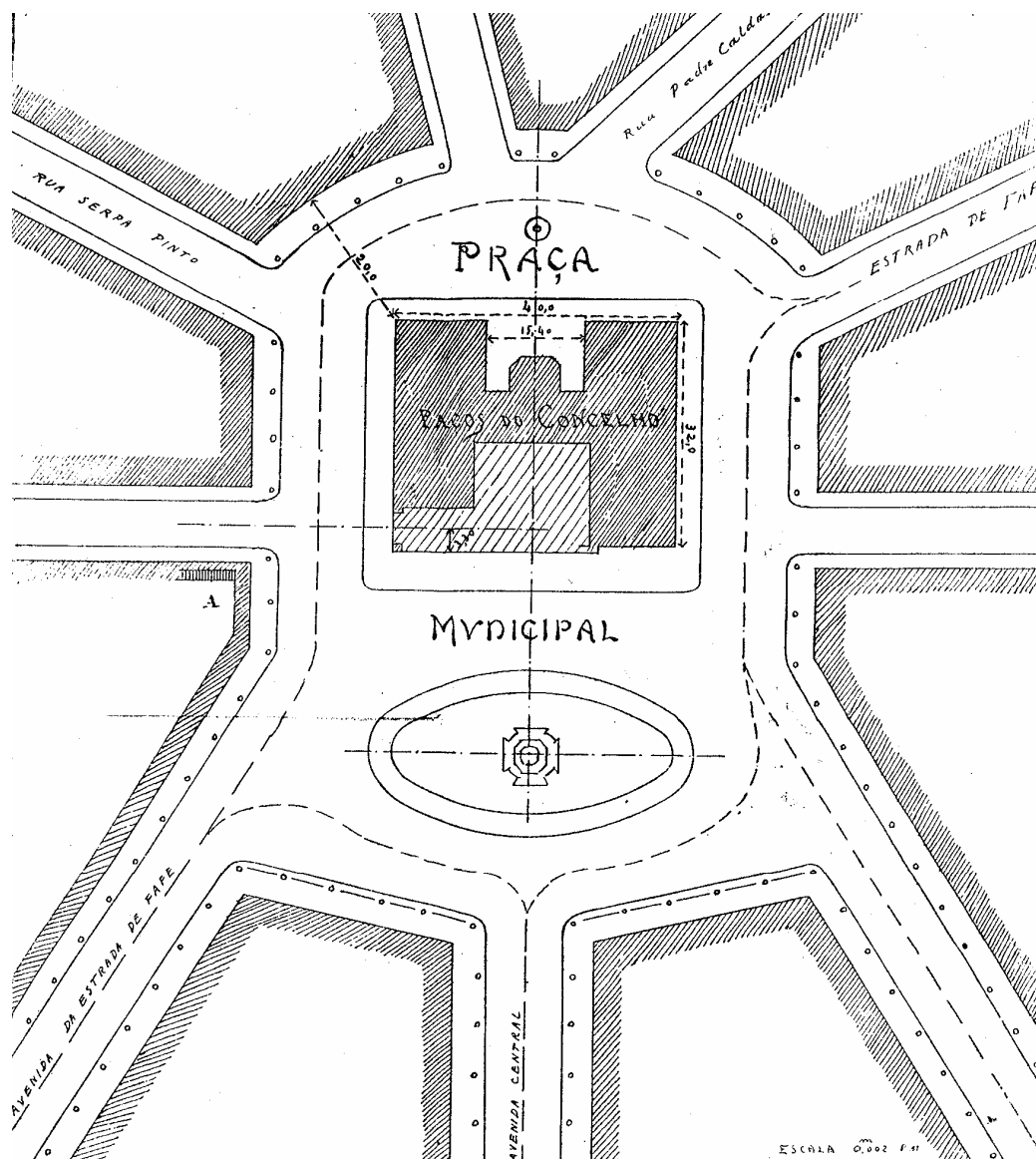
¹¹⁷ *Ibidem NG*, nº 1518 (1961 Jan.29), p. 7.



Guimarães, 1863
(Planta do Eng^o Manuel de Almeida Ribeiro)



Plano Geral de Melhoramentos, 1925
(Planta de Luis de Pina)



Planta parcial – Praça Municipal, 1925
(Planta de Luis de Pina)



A ampliação e renovação moderno-monumental da cidade (1926-1974)
(C. M. de Guimarães)



Guimarães nos anos 50



Guimarães nos anos 70



Vista actual do Centro Histórico



Planta dos limites da Zona Proposta e Zona Tampão a Património Mundial
(C.M: Guimarães)

- A (limite interior) | área de intervenção do GTL
- B (limite exterior) | área de intervenção do IPPAR

VI. Iconografia

A iconografia é muito importante para a vida de uma povoação, pois mostra-nos algo de vivo, que nos é difícil aperceber por simples descrições.

Guimarães, possui uma boa colecção de antigas fotografias que foram feitas tanto por pessoas naturais da cidade, como por visitantes. Dos seus naturais, temos no século XIX, Martins Sarmiento, que se dedicou ao estudo da fotografia, embora essencialmente com objectivos arqueológicos, e António da Silva Cardoso, que se dedicou à fotografia artística, retratando pessoas e grupos. Há no entanto espólios de fotógrafos, geralmente retratos, mas que ainda não estão integralmente reproduzidos, nem estudados ou publicados, como os existentes na Muralha-Associação de Guimarães para a Defesa do Património, Sociedade Martins Sarmiento, Museu Alberto Sampaio e outras instituições e particulares. No nosso trabalho não vamos, no entanto, falar destes espólios, mas sim de uma fantástica colecção de fotografias do Património Urbano de Guimarães, que foi publicada em 1982.

Trata-se de uma obra, que teve como principal entusiasta e dinamizador, Joaquim Fernandes, que na altura pertencia à Comissão de Coordenação e Dinamização da Biblioteca Pública da Fundação Gulbenkian, que decidiu, em Agosto de 1979, com o patrocínio da CMG, organizar uma exposição denominada “*Guimarães do Passado e do Presente*”, integrada no seu plano anual de actividades. Esta exposição, que mostrava Guimarães através de um conjunto de fotografias antigas, despertou o maior interesse dos vimaranenses. Desta iniciativa nasceu a ideia de transpor para livro a recolha realizada.

Joaquim Fernandes recolheu, retocou e restaurou fotografias, gravuras e pinturas, cujos trabalhos foram feitos na Foto Beleza, local onde trabalhava e em conjunto com Santos Simões identificou-as e organizou-as. Colaboraram com eles um conjunto de autores vimaranenses, que escreveram os textos apresentados na primeira parte da obra: Fernando Távora, Joaquim Vieira, José Maria Moura Machado, Manuel Alves de Oliveira, Maria Adelaide Morais e também Santos Simões. Na segunda parte destaca-se a iconografia, composta por fotografias antigas ou outros documentos, cedidos por cerca de 24 instituições ou particulares, que permitiram que fosse feito um

precioso repositório de imagens de Guimarães. A acompanhá-las, várias fotografias actuais tiradas do mesmo ângulo, para que fosse mais fácil a percepção da transformação urbana. Este conjunto era acompanhado por mapas seleccionados e trabalhados por Miguel Frazão, e desenhos feitos por José Maria Moura Machado, José Ruy, Vasco Bastos, coordenados por Joaquim Fernandes.

Joaquim Fernandes, nasceu em Guimarães e começou desde cedo a integrar várias associações culturais e humanitárias do concelho. Dinâmico e empreendedor, profundo conhecedor da sua terra e da sua história, foi o organizador desta obra que é essencial para o estudo do urbanismo da cidade.

O nosso trabalho não poderia ficar completo sem uma parte iconográfica, que facilitasse a leitura da cidade, e onde se pudesse visualizar as suas mais importantes transformações. Para isso decidimos seleccionar algumas das fotografias existentes na publicação referida e apresentá-las a seguir, de acordo com uma visão por época, assunto e cronologia.

Monarquia

Estado Novo

Primeira República

BIBLIOGRAFIA

1. IMPRESSOS:

1.1. Monografias:

- ALMEIDA, C. A. Ferreira de
1998 *Património: o seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Edições Etnos.
- ALMEIDA, Eduardo de
1948 *Alguns episódios e letrados do antigo foro vimeirense*. Guimarães: Tip. Minerva Vimeirense.
- AZEVEDO, António de
1960 *Os Arcos dos Paços do Concelho de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal.
- AZEVEDO, Torcato Peixoto de
1891 *Memórias Ressuscitadas da antiga Guimarães*. Porto.
- BAPTISTA NETO, Maria João
1997 *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*. Lisboa: Editorial Estampa.
- BARDET, Gaston
1977 *L'Urbanisme*. 9ª edition. Paris: Presses Universitaires Françaises.
- BENEVOLO, Leonardo
1995 *A cidade na história da Europa*. Lisboa: Editorial Presença.

1994 *Histoire de la ville*. Marseille: Editions Parenthèses.
- BRAGA, Alberto Vieira
1992 *Administração seiscentista do município vimeirense*. 2ª edição. Guimarães: Câmara Municipal.
- CALDAS, António Ferreira
1995 *Guimarães: Apontamentos para a sua história*. 2ª ed. Guimarães: SMS.
- CAPELA, José Viriato
1997 *A Revolução do Minho de 1846*. Braga: Governo Civil do Distrito de Braga.
- CARDOSO, António
1997 *O arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do século XX*. Porto: FAUP.
- CASTELO BRANCO, Fernando
1981 Guimarães nos meados do século XVIII. In *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada: Actas*. Guimarães: [s.n.], 1981. Vol.3, p.247-256

- COSTA, António Carvalho da
1868-1869 *Corografia portuguesa*. 2ª edição, Braga: Tipografia de Domingos Gonçalves.
- COSTA, Lucília Verdelho da
1997 *Ernesto Korrodi, arquitectura, ensino e restauro do património, 1889-1944*. Lisboa: Editorial Estampa.
- CENTENÁRIO de Mariano Felgueiras
1985 *Centenário de Mariano Felgueiras*. Guimarães: Câmara Municipal.
- CRASBEECK, Francisco Xavier da Serra
1992 *Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto.
- DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
1937 *O Castelo de Guimarães*. Lisboa: DGEMN.
1959 *O Paço dos Duques em Guimarães*. Lisboa: DGEMN.
1962 *Igreja de S. Domingos, Guimarães*. Lisboa: DGEMN.
1981 *Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães*. Lisboa: DGEMN.
1985 *Pousada de Santa Marinha, Guimarães*. Lisboa: DGEMN.
- A ELÉCTRICIDADE em Guimarães
1959 *A Eléctricidade em Guimarães*. [Guimarães: Bernardino Jordão, Filhos & C^a, L^{da}]
- ESPERANÇA, Eduardo Jorge
1997 *Património e Comunicação: Políticas e práticas culturais*. Lisboa: Vega.
- FERNANDES, Joaquim, org.
1985 *Guimarães do passado e do presente*. Guimarães: FG; CMG.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão
1990 Guimarães. In MARQUES, A.H. de Oliveira, org. - *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, p.15-18.
1990 *Uma Rua de elite na Guimarães medieval*. Guimarães: CM; SMS.
Dissertação de Mestrado.
1997 *Guimarães: "Duas vilas, um só povo": estudo de História urbana (1250-1389)*. Braga: Universidade do Minho.
Tese de Doutoramento.
- FONTE, João Barroso da
1992a *Aspectos menos conhecidos do Paço dos Duques de Bragança*. Guimarães: Ed. Autor.
1992b *O Castelo de Guimarães*. Guimarães: Ed. Autor.

- 1992c *A Igreja de S. Miguel do Castelo*. Guimarães: Ed. Autor.
- 1993 *Paço dos Duques de Bragança*. Lisboa: Elo.
- 1997 *Casa dos Pobres de Guimarães*. Guimarães: d. Autor.
- FRANÇA, José Augusto
1966 *A Arte Em Portugal no século XIX, 1780-1880*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- 1985 *A Arte em Portugal no século XX, 1911-1961*. 2ª edição revista. Venda Nova: Bertrand Editora.
- FUSCHINI, Augusto
1904 *A arquitectura religiosa na Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- GOITIA, Fernando Chueca
1982 *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- GUIA de Portugal
[19--] *Guia de Portugal: Minho*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GUIMARÃES. Câmara Municipal
1906 *Propostas apresentadas à Câmara na sessão de 11 de Abril de 1906*. Guimarães: Câmara Municipal.
- 1916 *Proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva*. Guimarães: Câmara Municipal.
- 1922 *Relatório da Comissão Executiva: 1922*. Guimarães: Câmara Municipal.
- 1982 *Plano Geral de Urbanização de Guimarães: Memória descritiva*. Guimarães: Câmara Municipal.
Edição policopiada.
- 1994 *Plano Director Municipal: Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal.
Edição policopiada.
- 1998 *Guimarães, Cidade Património Mundial: Um objectivo estratégico*. Guimarães: Câmara Municipal; GTL.
- GUIMARÃES, Alfredo
1953 *Guimarães, guia de Turismo*. 2ª edição. Guimarães: Câmara Municipal.
- HERCULANO, Alexandre
1873 *Opúsculos: Questões políticas*. Lisboa: Em casa da viúva Bertrand & Cª.
- HISTÓRIA da Arte
[1977?] *História da Arte*. Lisboa: Alfa.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia
1993 *Morfologia Urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; JNIT.

- LOBO, Margarida Souza
1995 *Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP.
- LOPES, Flávio, coord.
1993 *Património Arquitectónico e Arqueológico classificado*. Lisboa: IPPAR.
- MARQUES, A.H. de Oliveira
1981 *Guia do estudante de História da 1ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MATTOSO, José, dir.
1992-1994 *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MEIRA, J.J. de
1905 *Estado Financeiro da Câmara Municipal de Guimarães: observações ao memorandum do sr. Abade de Tagilde*. Guimarães: [s.n.].
- MEIRA, João Monteiro de
1907 *O concelho de Guimarães*. Porto: [s.n.].
- MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós
1992 *Guimarães na época de Alberto Sampaio*. Guimarães: AMAP.
1998 *Capital d(e) Capitais*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- OLIVEIRA, Manuel Alves de
1986 *Guimarães numa resenha urbanística do século XIX*. Guimarães: [s.n.].
1978 *História da Real Colegiada de Guimarães*. Guimarães: [s.n.].
- PAÇOS do Conselho de Guimarães
1966 *Paços do Concelho de Guimarães: Carta aberta do Dr. Mariano Felgueiras, ex-Presidente da Câmara Municipal e ex-deputado da Nação, eleito pelo concelho e círculo eleitoral de Guimarães, ao Deputado Eng. Duarte do Amaral, membro da Assembleia Nacional*. Guimarães: [s.n.].
- PEREIRA, Paulo, dir.
1995 *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PINA, Luís de
1933 *O Castelo de Guimarães*. Gaia: Edições Pátria.
1929 *Vimaranes*. Porto: edição de autor.
- PORTELA, Artur
1982 *Salazarismo e artes plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
1881 *Relatório e mapas acerca dos edifícios que devem ser classificados monumentos Nacionais*. Lisboa: RAACAP.

- ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, dir.
1996 *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SALGUEIRO, Teresa Maria Barata
1992 *A cidade em Portugal: Uma geografia urbana*. 2ª edição. Lisboa: Edições Afrontamento.
- SERRÃO, Joel, dir.
[19--] *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas.
- SERRÃO, Veríssimo
1991-1997 *História de Portugal*. Lisboa: Verbo
- SIMÕES, J. Santos
1993 Mariano Felgueiras. In *Sobre a República em Guimarães*. Guimarães: CM.
- SOBRE a República em Guimarães
1993-1995 *Sobre a República em Guimarães*. Guimarães: CAR.
- SILVA, Maria José M. Moreira da; SILVA, David Moreira da
1949 *Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães*. Porto: [s.n.].
- TAVARES, Maria José Ferro, coord.
1993 *A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta.
- TAVARES, Rui
1980 Evolução da forma urbana. In TÁVORA, F; FERREIRA, A. Matos - *CMG: Plano Geral de Urbanização*. Guimarães: Câmara Municipal.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
1993 *Património Classificado: Actas dos Encontros promovidos pelo IPPAR e pela UCP*. Lisboa: UCP.
- VASCONCELOS, Joaquim
1877 *A reforma das Belas Artes*. Porto: Imprensa Litterario-Commercial.

1.2. Artigos em periódicos:

- CARDOSO, Mário
1967 A propósito das antigas muralhas de Guimarães. In *Revista de Guimarães*. (57), p. 207-214.
- CARTAS INÉDITAS DE FRANCISCO MARTINS SARMENTO A JOAQUIM POSSIDÓNIO DA SILVA
1933 Cartas inéditas de Francisco Martins Sarmiento a Joaquim Possidónio da Silva. In *Boletim de Trabalhos Históricos*. (1), 13-50.
- MAIA, M. Helena
1997 Património e restauro no século XVIII português: 1721-1802. *Cadernos ESAP*. (2-3), p. 103-115.

MARTINS, Ana Cristina Nunes

1999 Martins Sarmento e Possidónio da Silva: Um olhar sobre a troca epistolar. *Revista de Guimarães*. (Volume Especial).
Comunicação ao Congresso de Proto-História Europeia.

MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós

1994 A obra do Arquitecto Marques da Silva em Guimarães. *Mínia*. (3:2), p. 17-157.

1.3. Periódicos:

ALVORADA

1907 *Alvorada*. António Lopes de Carvalho. 1ª série. Ano 1, nº 1 (1-06-1907) - Ano 1, nº 4 (23-06-1907).
Semanário republicano.

1910-1916 *Alvorada*. Dr. Alberto Rodrigues ed. 2ª série. Ano 1, nº 1 (27-11-1910) - ano 5, nº 275 (14-03-1916).
Semanário republicano.

COMÉRCIO DE GUIMARÃES

1884- «Comércio de Guimarães». Editora Empresa Gráfica do Comércio de Guimarães Lda. Guimarães. Ano 1, nº 1 (15-05-1884) - Ano 90, nº 6916 (27-04-1974).
Periódico Liberal, comercial, industrial e agrícola, mais tarde semanário regionalista.

ECOS DE GUIMARÃES

1914-1919 *Ecos de Guimarães*. Tomás Rocha dos Santos ed. 1ª série. Ano 1, nº 1 (1-03-1914) - Ano 5, nº 250 (8-02-1919).
Semanário monárquico.

1922-1928 *Ecos de Guimarães*. Tomás Rocha dos Santos ed. 2ª série. Ano 6, nº 1 (15-01-1922) - ano 14, nº 48 (29-12-1928).
Semanário monárquico.

GAZETA DO MINHO

1865-1868 *Gazeta do Minho*. José Martins da Costa. Ano 1, nº 1 (15-11-1865) - Ano 1 nº 21 (19-10-1868).
Jornal político, continuador do Religião e Pátria.

A MEMÓRIA

1900-1901 *A Memória*. Domingos José da Silva. Guimarães. Ano 1, nº 1 (16-09-1900) - Ano 1, nº 31 (14-04-1901).
Jornal literário.

NOTÍCIAS DE GUIMARÃES

1932- «Notícias de Guimarães». Editora Antonino Dias, Lda. Guimarães. Ano 1, nº 1 (11-01-1932) - Ano 43, nº 2208 (27-04-1974).
Jornal defensor dos interesses do concelho.

A PENHA

1929-1930 *A Penha*. Antonino Pinto Dias de Castro. Ano 1, nº 1 (8-09-1929) - nº 3 (20-10-1930).
Jornal de Propaganda.

O POVO DE GUIMARÃES

1896-1877 *O Povo de Guimarães*. A. José Ferreira ed. Ano 1, nº 1 (29-10-1896) - Ano 1, nº 13 (25-04-1877).
Jornal do povo pelo povo.

1931 *O Povo de Guimarães*. David de Oliveira. Ano 1, nº 1 (11-04-1931) - Ano 1, nº 21 (29-08-1931).
Semanário Democrata.

RELIGIÃO E PÁTRIA

1865-1895 *Religião e Pátria*. 1ª série, nº 1 (15-11-1865) - 34º Ano, nº 25 (14-12-1895).
Religioso, político e noticioso.

O REPUBLICANO

1916-1917 *O Republicano*. António de Jesus Teixeira ed. nº 1 (26-03-1916) - nº 50 (31-03-1917).
Jornal do centro Republicano de Guimarães.

A TESOURA DE GUIMARÃES

1856-1859 *A Tesoura de Guimarães*. José Inácio de Abreu Vieira ed. Ano 1, nº 1 (2-09-1856) - Ano 3, nº 241 (28-01-1859).
Orgão do Partido Regenerador

VELHA GUARDA

1910-1911 *Velha Guarda*. A. Barbosa Guimarães ed. Guimarães. 1ª série. Ano 1, nº 1 (7-12-1910) - Ano 1, nº 40 (9-09-1911).

1919-1921 *Velha Guarda*. Agostinho Rocha ed. 2ª série. nº 42 (9-03-1919) - nº 145 (12-08-1921).

1910-1911 *Velha Guarda*. Alcindo Dias Pereira. 3ª série. nº 146 (5-08-1926) - nº 335 (23-08-1931).
Semanário republicano.

VIMARANENSE

1891-1894 *Vimaranense*. José Luís Alves Vieira. 1ª série. nº 1 (12-01-1891) - nº 388 (29-12-1894).

1895-1900 *Vimaranense*. F. Neves Pereira e Arnaldo Pereira. 2ª série. nº 383 (4-01-1895) - nº 866 (18-08-1900).

1915-1919 *Vimaranense*. Custódio dos Santos Lima Guimarães. 3ª série. nº 1 (14-10-1915) - nº 164 (16-01-1919).
Semanário político e literário.

2. MANUSCRITOS:

ARQUIVO PESSOAL DE ANTÓNIO DE AZEVEDO

1950 [?] *Arquivo Pessoal de António de Azevedo*. (Sociedade Martins Sarmento).

FARIA, João Lopes de

1933 *Efemérides Vimaranenses*. 4 vol.

1933 *Provisões e Alvarás da Câmara de Guimarães*. 1 vol.

1933 *Vereações e outros documentos*. 2 vol.

SAAVEDRA, Rosa Maria

1997 *O Toural*

Comunicação apresentada ao 7º Encontro de História Local.

3. PLANTAS:

GUIMARÃES. Câmara Municipal

1982 *Levantamento aerofotogramétrico de Guimarães*, escala 1:2000, CMG, DPGU.

1982 *Planta de Guimarães*, cópia, escala 1:2000. Guimarães: CMG; DPGU, 1982.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão

1990 *Guimarães*. In MARQUES, A.H. de Oliveira, org. - *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, p.16.

GUIMARÃES, Luís de

1929 *Planta das Muralhas de Guimarães*. In GUIMARÃES, Luís de Pina - *Vimaranis*. Porto: ed. autor.

ÍNDICE

- Alameda 41, 194, 219, 300, 326, 330, 444, 445, 446, 447, 501, 505, 508, 512, 513, 514, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 532, 533, 539, 560, 563, 617, 623, 654, 664, 665, 666.
- Alameda Arantes 647.
- Alameda Salazar 515, 518, 519, 520, 521, 523, 529, 533, 552, 607, 619, 620, 621, 623, 643, 646, 668.
- Alameda S. Dâmaso 518.
- António de Azevedo 14, 42, 43, 45, 46, 344, 362, 363, 372, 382, 410, 414, 429, 431, 438, 503, 504, 507, 530, 562, 564, 601, 602, 605, 606, 607, 610, 611, 612, 616, 662.
- Avenida Alberto Sampaio 359, 381, 392, 534, 535, 536, 537, 551, 607, 622, 624, 642, 644.
- Avenida Cândido dos Reis 43, 272, 298, 299, 307, 493, 495, 497, 498, 602, 640, 653, 661.
- Avenida do Comércio 193, 216, 272, 298, 299, 596, 597, 601, 640, 652.
- Avenida dos Combatentes da Grande Guerra 537, 540, 545, 549, 551, 607, 611.
- Avenida D. Afonso Henriques 493, 498, 499, 500, 509, 610, 616, 617, 635, 640, 646, 661, 664, 665, 666.
- Avenida D. João IV 541, 542, 543, 544, 609, 640.
- Avenida da Indústria 272, 306, 593, 640.
- Avenida de Londres 545, 638, 650.
- Avenida Miguel Bombarda 272, 306, 307, 541, 606, 609, 640.
- Avenida dos Pombais 44, 241, 438, 480, 645.
- Avenida Salazar 325, 511, 532, 545, 619.
- Avenidas Novas 255, 563, 640.
- Campo Conde D. Henrique 86, 233.
- Campo de D. Afonso Henriques 86, 206, 209, 220, 231, 263, 304, 640.
- Campo da Feira 23, 24, 60, 74, 75, 127, 131, 144, 148, 163, 186, 188, 189, 190, 194, 199, 201, 208, 209, 210, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 263, 304, 305, 306, 401, 414, 443, 445, 501, 506, 510, 529, 530, 531, 534, 538, 570, 571, 577, 579, 581, 584, 588, 590, 591, 592, 593, 594, 596, 597, 600, 610, 615, 621, 637, 640, 642, 663, 667.
- Capela do Campo Santo 596.
- Capela de Santa Luzia 163, 461, 596, 608.
- Carvalhas de S. Francisco 117, 127, 194, 199, 200, 201, 202, 219, 220, 226, 228, 229, 577.
- Castelo 22, 23, 29, 30, 31, 35, 36, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 71, 73, 78, 82, 84, 85, 233, 256, 257, 258, 261, 262, 282, 319, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 350, 352, 369, 371, 378, 402, 403, 409, 410, 424, 460, 521, 549, 559, 560, 561, 562, 565, 573, 574, 575, 578, 591, 597, 599, 600, 601, 602, 603, 609, 612, 614, 620, 636, 637.
- Cemitério Municipal 94, 308, 640.
- Colegiada 16, 23, 32, 38, 79, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 163, 257, 267, 268, 269, 270, 271, 274, 345, 347, 360, 376, 396, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 420, 569, 574, 575, 577, 579, 580, 585, 586, 589, 594, 598, 600, 603, 609, 611, 619, 625.
- Convento de Santa Clara 27, 123, 124, 126, 183, 274, 277, 360, 367, 375, 424, 553, 583, 584, 597, 598, 599, 608, 621, 625.
- Coreto 151, 152, 154, 163, 289, 522, 589, 654.
- Heróis da Fundação 545, 647, 648.
- Igreja de Nossa Senhora da Oliveira 59, 66, 256, 354, 402, 405, 408, 616.

- Igreja de S. Dâmaso 218, 515, 516, 517, 518, 520, 522, 523, 524, 621, 622, 623, 624, 647.
- Igreja de S. Miguel 29, 33, 37, 66, 68, 139, 256, 258, 262, 319, 339, 340, 341, 342, 343, 346, 351, 403, 561, 584, 586, 597, 612, 617.
- Igreja dos Santos Passos 534, 626, 648.
- Igreja de S. Paio 280, 284.
- Igreja de S. Pedro 154, 204.
- Igreja de S. Sebastião 130, 196, 202, 204, 209, 211, 212, 214, 486, 491, 522, 569, 584, 594, 608.
- Internato Municipal 274, 275, 276, 277, 285, 370, 424, 529, 553, 599, 625.
- Jardim Público 43, 44, 45, 55, 154, 155, 287, 291, 300, 355, 437, 438, 439, 444, 450, 499, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 519, 522, 524, 530, 559, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 607, 608, 609, 614, 620, 652, 658, 662, 664, 667.
- Largo do Anjo 139, 140, 141, 150, 203, 280, 283, 284, 596.
- Largo do Carmo 87, 89, 90, 92, 94, 95, 155, 157, 449, 547, 549, 558, 563, 584, 588, 592, 593, 641.
- Largo do Castelo 82.
- Largo Condessa do Juncal 375, 385, 412, 415, 427, 429, 430, 431, 432, 433, 521, 602, 603, 612, 616, 623, 643, 653, 662.
- Largo Cónego José Maria Gomes 273, 274, 398, 419, 423, 424, 425, 553, 606, 625, 641, 661.
- Largo da Cruz de Pedra 190, 191, 492, 493, 644.
- Largo de D. Afonso Henriques 217, 218, 287, 289, 290, 294, 300, 301, 303, 596, 641.
- Largo Dr. João Mota Prego 385.
- Largo dos Duques de Bragança 82.
- Largo Franco Castelo Branco 110, 111, 231, 278, 390, 582, 640.
- Largo João Franco 111, 278, 389, 391, 392, 393, 653, 656, 659.
- Largo dos Laranjais 44, 94, 97, 104, 107, 123, 124, 357, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 387, 430, 605, 607, 612, 613, 616, 649.
- Largo Martins Sarmento 44, 263, 303, 337, 338, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 369, 370, 371, 443, 538, 602, 607, 608, 641, 645.
- Largo da Misericórdia 108, 109, 110, 111, 131, 157, 240, 278, 279, 308, 577, 589, 634, 640.
- Largo Navarros de Andrade 453, 454, 545, 618.
- Largo da Oliveira 94, 113, 116, 117, 118, 267, 271, 303, 330, 376, 377, 392, 394, 396, 397, 398, 399, 404, 418, 419, 420, 423, 435, 604, 625, 659, 661.
- Largo Prior do Crato 300, 302, 503, 506, 636, 641, 643.
- Largo dos Quartéis 82, 84, 85, 639.
- Largo República do Brasil 303, 304, 326, 385, 392, 438, 444, 447, 503, 506, 510, 511, 512, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 540, 563, 606, 607, 620, 627, 637, 642, 643.
- Largo do Retiro 426.
- Largo de Santa Margarida 82.
- Largo de S. Bento 79, 80, 107, 385, 452.
- Largo de S. Paio 134, 135, 280, 281, 283, 285, 563, 581, 643, 648.
- Largo de S. Sebastião 167, 194, 201, 202, 206, 213, 215, 591, 636, 641.
- Largo do Serralho 112, 427.
- Largo do Trovador 194, 195, 203, 204, 300, 302, 501, 524, 589, 598, 609, 621, 639, 657, 667, 668.
- Novas Avenidas 254, 544, 545.
- “mictório” 153, 174, 248, 264, 280, 323, 380, 396, 423, 425, 432, 449, 480, 604, 605, 613, 615, 654, 655, 656, 657, 658, 659.
- Muralha 58, 72, 76, 78, 80, 81, 138, 156, 159, 196, 218, 261, 294, 340, 354, 355, 357, 358, 359, 360, 361, 381, 396, 405, 501, 508, 535, 562, 563, 569, 599, 609, 614, 616, 679.

- Muro 32, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 112, 156, 160, 188, 198, 260, 378, 569.
- Paço dos Duques de Bragança 29, 31, 33, 37, 59, 66, 67, 69, 70, 71, 84, 85, 90, 94, 256, 259, 261, 262, 319, 320, 324, 326, 331, 334, 335, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 365, 366, 369, 371, 404, 407, 439, 460, 512, 545, 547, 548, 549, 551, 561, 562, 564, 570, 573, 575, 584, 585, 597, 601, 604, 605, 607, 609, 612, 614, 615, 617, 619, 620, 622, 659.
- Parque da Cidade 544, 624, 668.
- Parque do Castelo 41, 247, 261, 325, 326, 336, 338, 341, 348, 365, 369, 511, 552, 559, 560, 599, 604, 606, 616, 621, 623, 639, 643, 644, 647, 659.
- Passeio Público 79, 86, 151, 155, 201, 257, 261, 286, 561, 563, 597, 655.
- Praça Mumadona 371, 447, 483, 511, 516, 518, 545, 551, 613, 615, 618, 620, 647.
- Praça Municipal 254, 603.
- Praça de S. Tiago 23, 34, 38, 41, 55, 97, 98, 101, 102, 104, 245, 249, 251, 254, 264, 265, 266, 278, 279, 329, 330, 373, 374, 375, 376, 377, 398, 399, 414, 416, 419, 420, 433, 517, 551, 564, 571, 578, 582, 590, 596, 597, 620, 625, 626, 644.
- Praceta Guilherme de Faria 646.
- Quiosque 437, 438, 443, 445, 510, 519, 604, 614, 615, 617, 620, 663, 664.
- Rua do Anjo 138, 140, 428.
- Rua Abade de Tagilde 536, 624.
- Rua Abel Salazar 650.
- Rua dos Açougues 76, 136, 138, 139, 140, 280.
- Rua de Alcobaça 23, 142, 280, 432, 433, 622, 624.
- Rua de Além Rio 221.
- Rua Alfredo Guimarães 277, 398, 419, 643.
- Rua Almirante Gago Coutinho 646, 650.
- Rua António da Costa Guimarães 649.
- Rua de Arrochela 23, 137, 138, 393, 572, 606.
- Rua da Arcela 263, 367, 368, 618.
- Rua da Cadeia 97, 571, 614.
- Rua da Caldeiroa 23, 191, 192, 193, 213, 272, 297, 490, 491, 637, 642, 653.
- Rua dos Cães de Pedra 298, 491, 492.
- Rua de Camões 303, 484, 485, 618, 621, 640, 658, 659, 665.
- Rua Capitão Alfredo Guimarães 456, 457, 458, 462, 620, 642.
- Rua do Castanheiro 644.
- Rua dos “120” 221, 222.
- Rua 5 de Outubro 264, 272, 303, 358, 372, 634, 639.
- Rua do Campo Santo 161.
- Rua do Conde de Arnosó 646.
- Rua Conde D. Henrique 337, 363, 368, 369, 609, 613, 639.
- Rua Cónego Gaspar Estação 551, 611, 645.
- Rua de Couros 23, 24, 193, 195, 220, 221, 222, 305, 540, 570, 598.
- Rua da Cruz de Pedra 173, 186, 188, 189, 190, 488, 492, 493, 572, 577, 586, 644.
- Rua D. João I 174, 175, 176, 295, 303, 379, 466, 476, 477, 479, 480, 481, 482, 483, 597, 606, 639, 653, 656.
- Rua de Donães 129, 131, 134, 142, 201, 218, 219, 271, 426.
- Rua Dr. Agostinho Barbosa 358, 545, 610.
- Rua Dr. Alfredo Pimenta 464, 473, 475, 476, 617.
- Rua Dr. António Mota Prego 102, 388, 644.
- Rua Dr. Antunes Guimarães 518.
- Rua Dr. Avelino da Silva Guimarães 470, 471, 642, 649.
- Rua Dr. Avelino Germano 280, 393, 412, 427, 431, 637, 643, 662.
- Rua Dr. Bento Cardoso 296, 303, 482, 485, 640.
- Rua Dr. João de Meira 645, 647.
- Rua Dr. Joaquim de Meira 458, 459.
- Rua Dr. José Sampaio 45, 239, 253, 306, 443, 520, 534, 537, 538, 539, 540, 623, 626, 627, 642.
- Rua Dr. Roberto de Carvalho 551, 611.

- Rua dos Duques de Bragança 86, 647.
 Rua Eduardo de Almeida 644, 649.
 Rua Egas Moniz 271, 421, 422, 637, 643.
 Rua Elias Garcia 266, 272, 273, 303, 415, 637, 643.
 Rua Escura 97, 103, 104, 111, 131, 142, 570, 580.
 Rua do Espírito Santo 97, 98, 102, 103, 131, 249, 266, 278, 279, 388, 644.
 Rua Francisco Agra 293, 450, 456, 459, 461, 462, 597, 604, 608, 625, 641.
 Rua do Gado 76, 89, 90, 94, 104, 107, 225, 570, 584, 634, 639.
 Rua de Gatos 23, 24, 27, 172, 173, 175, 570, 582.
 Rua de Gil Vicente 240, 462, 463, 465, 471, 472, 473, 477, 563, 585, 601, 605, 624, 639, 646.
 Rua Gravador Molarinho 279, 379, 386, 387, 388, 612, 642.
 Rua da Fonte do Abade 224.
 Rua da Fonte Nova 102, 112, 146, 156, 157, 160, 570, 577, 634, 639.
 Rua dos Fornos 97, 98, 103, 104, 570.
 Rua França Borges 537, 540.
 Rua das Hortas 219, 235, 236, 237, 238, 239, 306, 537, 598.
 Rua da Infesta 26, 70, 83, 84, 90, 94, 95, 573, 584, 585.
 Rua João de Melo 422, 601, 643.
 Rua João Lopes de Faria 386, 387, 649.
 Rua das Lameiras 173, 186, 190, 295, 483, 484.
 Rua das Lamelas 44, 97, 104, 106, 279, 386, 387, 596, 642.
 Rua da Liberdade 272, 297, 487, 488, 489, 490, 492, 518, 637, 642.
 Rua da Madroa 186, 188, 190, 222, 487, 488, 642.
 Rua dos Mercadores 23, 24, 30, 109, 110, 129, 130, 131, 142, 201, 218, 381, 570, 573, 582.
 Rua Nova do Muro 23, 24, 76, 129, 130, 134, 142, 585.
 Rua das Oliveiras 82.
 Rua Paio Galvão 34, 39, 255, 292, 294, 438, 464, 465, 466, 467, 468, 471, 473, 563, 590, 600, 603, 604, 605, 607, 608, 609, 619, 639, 649, 667.
 Rua Paio Galvão (Prolongamento) 241, 287, 294, 466, 474, 598, 609, 646.
 Rua dos Palheiros 338, 357, 606, 645.
 Rua do Picoto 164, 165, 596.
 Rua do Poço 94.
 Rua da Porta de Santo António 85, 87, 93, 162, 165, 368, 639.
 Rua das Pretas 224, 570.
 Rua da Rainha 108, 132, 133, 134, 279, 398, 409, 412, 413, 427, 431, 590, 595, 637, 643, 662.
 Rua da Ramada 223, 224, 584, 594.
 Rua de Relho 193, 214, 635, 639.
 Rua da República 44, 269, 279, 393, 409, 411, 425, 602, 607, 637, 643, 652, 656.
 Rua do Retiro 130.
 Rua do Sabugal 23, 82, 83, 260, 603.
 Rua de Santa Bárbara 82.
 Rua de Santa Cruz 79, 80, 83, 84, 85, 228, 261, 573, 576, 584, 595, 643.
 Rua de Santa Luzia 23, 162, 163, 164, 165, 183, 459, 462, 571, 582, 585, 596, 641.
 Rua de Santa Margarida 83.
 Rua de Santa Maria 23, 26, 42, 89, 98, 102, 104, 107, 113, 116, 117, 122, 123, 124, 272, 273, 329, 330, 373, 374, 376, 377, 378, 384, 385, 386, 395, 397, 398, 399, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 428, 452, 521, 570, 571, 581, 584, 600, 601, 620, 625, 626, 637, 643, 662.
 Rua de Santo António 36, 158, 160, 272, 291, 360, 361, 370, 377, 385, 386, 392, 439, 442, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 460, 462, 468, 550, 569, 595, 599, 603, 604, 605, 607, 612, 613, 618, 623, 625, 639, 642, 653, 662.
 Rua de Santo António dos Palheiros 75, 76, 160, 459, 550, 604, 607, 608.
 Rua de S. Dâmaso 76, 117, 196, 201, 218, 219, 224, 303, 444, 502, 506, 508, 509, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519,

- 520, 526, 533, 551, 552, 570, 600, 601, 613, 616, 619, 647.
- Rua de S. Domingos 172, 175, 198, 574.
- Rua de S. Francisco 216, 221, 506, 595.
- Rua de S. João do Castelo 82.
- Rua de S. Lázaro 172, 581, 639.
- Rua Sapateira 23, 25, 102, 109, 110, 112, 130, 131, 135, 142, 570.
- Rua da Senhora da Guia 117, 126, 128, 419.
- Rua Serpa Pinto 240, 253, 365, 370, 371, 592, 602, 604, 608, 618, 635, 640.
- Rua dos Terceiros 215, 510, 514, 519, 530, 614.
- Rua de Trás Gaia 174, 187, 295.
- Rua dos Trigais 219, 228, 235, 236, 238, 582.
- Rua de Trás os Oleiros 187, 487, 572, 573, 574, 582, 641.
- Rua Travessa 166, 173, 197, 296, 570, 572, 640.
- Rua das Trinas 385, 371, 610, 618, 634, 639.
- Rua 31 de Janeiro 36, 255, 260, 272, 291, 292, 303, 449, 450, 456, 535, 599, 639, 657, 658.
- Rua da Tulha 131, 136, 141, 142.
- Rua de Val de Donas 74, 76, 81, 103, 112, 377, 595.
- Terreiro do Cano 82, 85, 86, 201, 227, 580.
- Terreiro do Carmo 87, 88, 89, 90, 94, 95, 202, 583, 584.
- Terreiro das Claras 107, 123, 124.
- Terreiro das Lamelas 97, 104, 107.
- Terreiro da Misericórdia 25, 26, 76, 102, 109, 110, 111, 131, 149, 569, 570, 575, 581, 661.
- Terreiro de S. Francisco 86, 140, 149, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 221, 289, 373, 501, 508, 574, 581, 641, 667.
- Terreiro de S. Paio 134, 146.
- Toural 24, 34, 55, 73, 74, 75, 76, 80, 91, 92, 93, 96, 124, 130, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 167, 174, 179, 180, 182, 189, 196, 197, 199, 202, 203, 204, 208, 209, 211, 213, 217, 225, 256, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 294, 297, 298, 301, 348, 355, 361, 363, 364, 366, 428, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 456, 467, 468, 475, 484, 486, 487, 501, 502, 503, 506, 510, 518, 519, 520, 531, 538, 558, 559, 563, 569, 570, 572, 573, 574, 576, 577, 581, 582, 583, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 593, 594, 595, 597, 599, 604, 606, 607, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 619, 623, 624, 625, 637, 639, 640, 642, 646, 653, 655, 659, 661, 662, 663, 664, 666, 667.
- Travessa dos Bimbais 462, 463, 613, 620.
- Travessa de Camões 167, 188, 211, 216, 297, 487, 641, 653, 659.
- Travessa do Montepio 128, 129, 591.
- Travessa do Ourado 427.
- Travessa Sapateira 131, 133.
- Urbanização da Conceição 329, 476, 544, 545, 625, 649.
- Urbanização da Madre de Deus 545, 626.
- Urbanização dos Pombais 173, 189, 478, 545, 595, 626.
- Urbanização da Quintã 462, 545, 626.
- Urbanização do Salgueiral 222, 545, 626.
- Viela do Anjo 135, 138, 139, 140, 280.
- Viela dos Bimbais 463, 618, 621.
- Viela do Campo Santo 94, 640.
- Viela do Gaiteiro 545.
- Viela dos Laranjais 107, 122, 378.
- Viela de S. Crispim 280, 411, 425, 426, 612, 658.
- Viela de Soalhães 199, 219, 220, 228.
- Viela de Val de Donas 112.
- Zona do Castelo 61, 87, 261, 263, 330.